



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3236

Quarta-feira - 19 de Agosto de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Doutor Pedrinho	477	Laguna	742
Agrolândia	8	Entre Rios	479	Lajeado Grande	765
Agronômica	10	Erval Velho	488	Lauro Muller	770
Água Doce	13	Faxinal dos Guedes	489	Lebon Regis	783
Águas de Chapecó	108	Flor do Sertão	495	Lontras	785
Águas Frias	109	Formosa do Sul	498	Luiz Alves	787
Alfredo Wagner	113	Forquilha	499	Luzerna	788
Anchieta	131	Fraiburgo	504	Macieira	790
Antônio Carlos	137	Frei Rogério	506	Mafra	791
Apiuna	140	Galvão	508	Maracajá	793
Arabutã	145	Garopaba	509	Maravilha	818
Ascurra	151	Garuva	514	Marema	819
Balneário Arroio do Silva	152	Gaspar	517	Massaranduba	820
Balneário Camboriú	155	Governador Celso Ramos	521	Matos Costa	879
Balneário Rincão	156	Grão Pará	526	Meleiro	881
Bandeirante	159	Gravatal	527	Modelo	882
Barra Bonita	161	Guaraciaba	529	Mondaí	886
Barra Velha	162	Guaramirim	531	Monte Carlo	888
Bela Vista do Toldo	165	Guarujá do Sul	543	Monte Castelo	892
Benedito Novo	169	Guatambú	544	Morro da Fumaça	894
Biguaçu	172	Herval d'Oeste	547	Morro Grande	895
Blumenau	183	Ibiam	572	Navegantes	897
Bom Jardim da Serra	195	Ibicaré	574	Nova Erechim	901
Bom Jesus	255	Ibirama	576	Nova Itaberaba	903
Bom Jesus do Oeste	256	Ilhota	579	Nova Trento	909
Bom Retiro	259	Imarui	592	Nova Veneza	917
Botuvera	260	Imbituba	595	Orleans	934
Braço do Trombudo	261	Imbuia	602	Ouro	936
Brusque	263	Indaial	604	Paial	939
Caçador	277	Iomerê	620	Palhoça	943
Caibi	281	Ipira	653	Palmeira	948
Camboriú	282	Iporã do Oeste	654	Palmitos	951
Campo Alegre	285	Ipumirim	658	Papanduva	952
Campo Erê	296	Iraceminha	659	Paraíso	953
Campos Novos	297	Irani	661	Passo de Torres	954
Canoinhas	381	Iratí	667	Paulo Lopes	956
Capinzal	385	Irineópolis	669	Penha	957
Catanduvas	421	Itá	673	Peritiba	963
Caxambu do Sul	424	Itaiópolis	675	Pescaria Brava	971
Concórdia	427	Itapema	676	Pinhalzinho	972
Cordilheira Alta	437	Itapiranga	682	Pinheiro Preto	975
Correia Pinto	441	Itapoá	685	Piratuba	986
Corupá	442	Ituporanga	692	Planalto Alegre	988
Cunha Porã	443	Jacinto Machado	700	Pomerode	989
Cunhataí	445	Jaraguá do Sul	701	Ponte Alta do Norte	1000
Curitibanos	448	Joaçaba	722	Ponte Serrada	1001
Descanso	462	José Boiteux	728	Porto Belo	1002
Dionísio Cerqueira	463	Jupia	729	Porto União	1006
Dona Emma	476	Lages	731	Pouso Redondo	1008

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3236

Quarta-feira - 19 de Agosto de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Praia Grande.....	1016	São Bento do Sul.....	1155	Timbó	1322
Presidente Castello Branco.....	1017	São Bernardino	1166	Três Barras	1333
Presidente Getúlio	1019	São Bonifácio	1173	Treviso	1339
Presidente Nereu.....	1022	São Carlos	1174	Treze Tílias	1344
Princesa	1023	São Domingos.....	1176	Trombudo Central.....	1349
Quilombo.....	1030	São Francisco do Sul.....	1186	Tunápolis	1351
Rancho Queimado	1045	São João Batista.....	1227	Turvo	1354
Rio do Campo	1046	São João do Oeste	1235	União do Oeste	1356
Rio do Oeste.....	1096	São João do Sul	1237	Urubici	1357
Rio do Sul.....	1108	São José.....	1238	Urussanga	1358
Rio Negrinho.....	1120	São José do Cedro.....	1257	Vargeão.....	1365
Rio Rufino.....	1121	São Lourenço do Oeste.....	1261	Vargem	1366
Rodeio.....	1122	São Miguel do Oeste.....	1263	Vargem Bonita	1367
Romelândia.....	1123	São Pedro de Alcântara.....	1270	Vidal Ramos.....	1372
Saltinho.....	1124	Schroeder	1274	Videira.....	1374
Salto Veloso	1125	Seara	1284	Vitor Meireles.....	1377
Santa Cecilia	1127	Serra Alta	1294	Xanxerê.....	1379
Santa Rosa de Lima.....	1128	Siderópolis.....	1301	Xavantina	1394
Santa Rosa do Sul	1129	Sombrio.....	1303	Xaxim.....	1395
Santa Terezinha do Progresso	1131	Tangará	1305	Zortéa	1396
Santiago do Sul.....	1147	Tigrinhos	1307		
Santo Amaro da Imperatriz	1149	Tijucas	1317		

Associações

AMAVI.....	1397	AMUREL	1398	FECAM	1399
------------	------	--------------	------	-------------	------

Consórcios

AGIR	1408
CINCATARINA	1409
CIS/AMUREL	1459
CIS/AMVI	1462
CITMAR.....	1465
CIM-AMFRI	1468
CVC.....	1471
CONDER.....	1506
CIM-AMUREL	1508



Abdon Batista**PREFEITURA****DECRETO 099 DE 05 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2609794

DECRETO Nº 000099/20 de 05 de Agosto de 2020

Abre crédito adicional – suplementar – originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº001039/19 de 11 de Dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$82,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Unidade 1- FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

2.125 –Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente

163 - 3.3.90.00.00.00.00.03.0080.00000 – Aplicações Diretas R\$82,00

Total: R\$82,00

Art.2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias.

Superávit financeiro Total: R\$82,00

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 05 de Agosto de 2020.

Lucimar Antonio Salmória

Prefeito Municipal

LEI 1061 DE 28 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2610152

Lei nr. 1.061/2020 de 28 de maio de 2020

Projeto de Lei no. 566/2020 de 18 de maio de 2020.

ALTERA O ARTIGO 2º. DA LEI 843/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei torna público que a Câmara Municipal de Vereadores Votou e aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. – O artigo 2º. da Lei 843/2015, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 2º. Os honorários advocatícios de que trata o art. 1º. desta Lei serão partilhados entre os Procuradores que compõe o conjunto de procuradores e/ou Assessores Jurídicos Municipais, somente e desde que tenha efetivamente atuado na respectiva ação como procurador do município.

§1º. Os honorários não constituem encargo do tesouro municipal, e serão pagos exclusivamente pela parte sucumbente ou devedora, ad-versa ao município nos feitos judiciais.

§ 2º. Os honorários serão devidos aos advogados proporcionalmente aos trabalhos realizados nos processos.

§ 3º. Os honorários também serão devidos aos advogados que não fazem parte do quadro de pessoal, que forem contratados para patro-cinar a causa, também de forma proporcional ao trabalho realizado.

§ 4º. Os advogados exonerados dos cargos, ou que tiveram seus contratos rescindidos, mesmo que não mantenham vínculos com o muni-cípio terão direito a receber os honorários advocatícios, proporcionalmente aos trabalhos realizados, enquanto atuavam como procuradores das ações em que o município era parte.

Art. 2º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Abdon batista, SC, 28 de maio de 2020.

LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA

Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 100 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609929

DECRETO Nº 0000100/20 de 05 de Agosto de 2020

Abre crédito adicional – suplementar – originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº001039/19 de 11 de Dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$25.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 02 – PODER EXECUTIVO

Unidade 6 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.037 – Serviços Urbanos e de Utilidade Pública

84- 4.4.90.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$25.000,00

Total: R\$25.000,00

Art.2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão 02 – PODER EXECUTIVO

Unidade 6 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.037 – Serviços Urbanos e de Utilidade Pública

83- 3.3.90.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações Diretas R\$25.000,00

Total: R\$25.000,00

Art.3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 05 de Agosto de 2020.

Lucimar Antonio Salmória
Prefeito Municipal

PORTARIA 319 DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2609452

Portaria nº 319/2020

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias Antecipadas à: CID RECH, ocupante do cargo em provimento em Comissão de Superintendente de Manutenção de Frota, referente ao período aquisitivo de 17.07.2019 a 16.07.2020.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 30 de junho a 14 de julho de 2020.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 30 de junho de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 324 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2609446

PORTARIA Nº 324/2020
NOMEIA E ENQUADRA SERVIDOR EM CARGO EFETIVO

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal do Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando homologação do resultado final do Concurso Público concernente ao Edital 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, por Concurso Público EDUARDO GALILEI DEBASTIANI, portador do CPF nº 049.953.709.27, para exercer o Cargo em Provimento Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo, com vencimento e vantagens previstas em lei, a contar desta data.

Art. 2º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista- SC, 01 de julho de 2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte, no Gabinete do Prefeito Municipal, no Prédio da Prefeitura Municipal de Abdon Batista, situado à Rua João Santin Nº 30, Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, compareceu Eduardo Galilei Debastiani a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo nomeado pela Portaria N.º 324/2020, de 01 de julho de 2020.

Nesta oportunidade foi-lhe dado a posse pelo Senhor Prefeito Municipal Lucimar Antonio Salmoria, comprometendo-se o empossado a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai devidamente assinado pelas partes.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Empossante

EDUARDO GALILEI DEBASTIANI
Empossado

PORTARIA 340 DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609460

Portaria nº 340/2020
EXONERA Á PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei vigente e;

Considerando requerimento protocolado junto ao Departamento Pessoal;

Resolve:

Art.1º - Exonerar CLOVES DOMINGOS RUFINO, contratado através da portaria nº 221/2020 no cargo em caráter de excepcional interesse público de Médico.

Art. 2º - A referida exoneração se dá na data do requerimento e despacho em 05 de agosto de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 05 de agosto de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 342 DE 06 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2609464

Portaria nº 342/2020
EXONERA SERVIDORA QUE MENCIONA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 32 da Lei 420/2001.

Considerando Concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição através do NB 186119192-5, emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Resolve:

Art.1º - Exonerar DONIZETE APARECIDA CEREGATTI, nomeada no cargo em provimento efetivo de Agente de Saúde, através da portaria nº 051/95 em 02 de março de 1995, do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 07 de agosto de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 06 de agosto de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 344 DE 10 AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609431

Portaria nº 344/2020
Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: MARIO JOSE CEREGATTI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico Administrativo, referente ao período aquisitivo de 01.01.2019 a 31.12.2020.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 10 de agosto a 09 de setembro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 10 de agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de agosto de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 345 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609465

PORTARIA Nº 345/2020 DE 07 DE AGOSTO DE 2020
NOMEIA COLABORADOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL E GESTOR DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA, Prefeito do Município, de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela LOM determina:

CONSIDERANDO, que cabe à Administração Pública, nos termos do disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são: I- Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados a Administração Municipal; II- Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o

instrumento contratual e instrumento convocatório e seus respectivos prazos; III- Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas; IV- Indicar eventuais glosas dos serviços e faturas.

RESOLVE,

Art. 1º Designar a servidora Rafaelly Cristina Coelho Petri, matrícula 194046, como Fiscal e Gestor do Contrato vinculado ao contrato N° 59/2020, da Tomada de Preços n° 07/2020, Processo 55/2020, celebrado com a empresa PRIMUS IMPORT COMERCIO DE IMPORTADOS LTDA, CNPJ 19.187.687/0001-44, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 2 PISTAS DE BOLÃO OFICIAL COM AUTOMATIZAÇÃO COMPLETA, DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA

Art. 2º Dê ciência aos interessados.

Art. 3º Autue-se no processo licitatório.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA

Prefeito Municipal

PORTARIA 346 DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2609467

Portaria n° 346/2020

DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE OUVIDORIA, DENOMINADO OUVIDOR, VINCULADO AO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA/SC.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e de conformidade a Legislação Vigente:

Resolve:

Art. 1º. Designa o servidor Oseias Inacio da Silva para que exerça as funções de OUVIDOR, responsabilizando-se pelo Serviço de Ouvidoria, que integra o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista/SC, 10 de agosto de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em da supra

Agrolândia

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2020

Publicação Nº 2610158



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 4º EXERCÍCIO, DA 14ª LEGISLATURA, EM 10 DE AGOSTO DE 2020.

Aos 10 (dez) dias do mês de agosto de 2020 (dois mil e vinte), a Câmara de Vereadores de Agrolândia reuniu-se em sua 22ª Sessão Ordinária, de forma virtual – através do aplicativo de reuniões virtuais "Zoom" – na qual o Presidente solicitou ao 1º Secretário para que fizesse a Verificação do Quórum para dar início a presente sessão. Feita a Verificação nominal, obteve-se Quórum Regimental com a presença de 09 (nove) Vereadores: **Adelândio Galvani, Fernando Nicolas Lassalle Olivera, Claércio Figueredo, Rejane Ana Schaade Sasse, Ingo Piske, Isac Ramos, Hélio Miranda de Oliveira, Rodrigo Biancati e Valdonei Eger**. Por haver quórum regimental e sob a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária, solicitando ao Vereador Ingo que fizesse uma pequena reflexão. Em seguida o Senhor Presidente solicitou ao 2º Secretário para proceder a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual depois de lida e submetida ao Plenário foi aprovada sem restrição. No Grande Expediente, o 1º Secretário fez a leitura e despacho do expediente. Em seguida o Presidente declarou aberta a Palavra Livre, e solicitou ao 2º Secretário que verificasse se havia alguém inscrito, na qual não havia ninguém inscrito. O Presidente deu início a Ordem do Dia, e deu entrada ao **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2020, DE 06 DE AGOSTO DE 2020**. Aprova as Contas da Prefeitura Municipal de Agrolândia, referente ao Exercício de 2018, que foi encaminhado a todas as Comissões Permanentes para emitirem seus pareceres. Nada mais constando, o Presidente encerrou a Ordem do Dia e declarou aberta a Palavra para as Explicações Pessoais, na qual os Vereadores fizeram seus agradecimentos e comentários finais às tramitações. (Estes pronunciamentos foram gravados na íntegra, que também consta como sistema oficial de arquivamento da Câmara Municipal, conforme Resolução 004/2007). Por fim, o Presidente, convocou uma Sessão Ordinária, para o dia 17 de agosto, no horário de costume. Desta forma, para constar, solicitou ao secretário designado, para que lavrasse a presente Ata, a qual será lida e apreciada na próxima Sessão. E assim declarou encerrada a presente Sessão Ordinária.

Agrolândia, 10 de agosto de 2020.

Página 1 de 2

Ata da 22ª Sessão Ordinária de 2020.

**CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA****"O Poder Unido é mais Forte"**

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br**Adelândio Galvani**

Presidente da Mesa

Rodrigo Biancati

Vice-Presidente

Ingo Piske

1º Secretário

Fernando Nicolas Lassalle Olivera

2º Secretário

Agronômica

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 7/2018 FMS

Publicação Nº 2609912

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 7/2018 - FMS.

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.387.359/0001/80, com sede na Rua XV de Novembro, 402 - Centro, Agronômica - SC, representado representada por seu Diretor do Departamento Sr. OSMAR FREDERICO KORB, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a empresa CENTRO DE UROLOGIA DO ALTO VALE DO ITAJAI LTDA, inscrita no CNPJ com o nº 19.534.821/0001-36, doravante designada CONTRATADA, representada, neste ato, por LUIS FERNANDO BATISTA DA SILVA, RG nº 3.869.666 e CPF nº 988.535.119-15, considerando o constante no Edital de credenciamento nº 03/2018 - Inexigibilidade nº 03/2018, e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, a seguir denominada CONTRATADA, tem justo e acertado o seguinte.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a alteração do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 65, Inciso I, letra "b", e inciso II, letra "d" parágrafo 1º.

Fica prorrogado o prazo do contrato 7/2018 por mais 12 (doze) meses.

CLAUSULA SEGUNDA: - DO VALOR

O valor do contrato fica aditivado conforme o índice IGP-M, em 9,26%, passando a ser R\$ 76,50 (SETENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) por consulta prestada, segundo reajuste previsto no contrato original.

CLAUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência de 21/08/2020 até 21 de Agosto de 2021.

CLÁUSULA QUARTA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 18 de agosto de 2020.

..... FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA Osmar Frederico Korb DIRETOR DE DEPARTAMENTO CONTRATANTE CENTRO DE UROLOGIA DO ALTO VALE DO ITAJAI LTDA Luis Fernando Batista da Silva SÓCIO ADMINISTRADOR CONTRATADA
---	--

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO GABRIELA CAROLINA DA SILVA
CPF : 595.245.459-34 CPF: 098.778.479-06

Visto: _____
Advogado: JOEL KORB
OAB/SC Nº 32561

388/2020

Publicação Nº 2611030

PORTARIA Nº 388/2020 DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública.

Considerando a necessidade reprimida do departamento de Obras.

RESOLVE:

1-) A partir de 16/07/2020 (dezesesseis de julho de dois mil e vinte) designado os servidores municipais, DIEGO ROHLING, matrícula 1057, LEONARDO PEREIRA LAURENTINO, matrícula 1060, CLEITON CARLOS WESTPHAL, matrícula 1069 a desenvolver as funções do seu cargo de provimento efetivo de Motorista no departamento de Obras.

Com jornada laboral de segunda a sexta-feira das 07:00 às 13:00 horas.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de Agosto de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

389/2020

Publicação N° 2611041

PORTARIA N° 389/2020 DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública.

Considerando a necessidade reprimida do departamento de Saúde.

RESOLVE:

1-) A partir de 10/08/2020 (dez de agosto dois mil e vinte) designado o servidor municipal Sr. Jean Carlos Bachle, matrícula 973, a desenvolver as funções do seu cargo de provimento efetivo de Motorista no departamento de Saúde.

Com jornada laboral de segunda a quinta -feira das 07:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 e as sexta -feira das 07:00 as 12:00 horas.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de Agosto de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR 29/2020

Publicação N° 2609735

Prefeitura Municipal de Agrônômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 35/2020

PREGAO PRESENCIAL N° PR 29/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E ASSEIO DIÁRIO DE COPA E COZINHA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE AGRÔNOMICA
Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 01/09/2020 às 08:00h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agrônômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou pelo site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agrônômica-Santa Catarina, 19 de agosto de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito

390/2020

Publicação Nº 2611072



Prefeitura Municipal de Agronômica

E-mail: prefeitura@agronomica.sc.gov.brSite: www.agronomica.sc.gov.brFone/fax (47) 3542-0166 - CNPJ 83.102.590/0001-90 - Rua 7 de Setembro, 215 - Centro
89.188-000 Agronômica - Santa Catarina**PORTARIA Nº 390/2020 DE 19 DE AGOSTO DE 2020.**

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública.

Considerando a necessidade reprimida do departamento de Educação

RESOLVE:

1-) A partir de 19/08/2020 (dezenove de agosto dois mil e vinte) fica designada a servidora municipal Sra. Eliane Souza, matrícula 827, a desenvolver as funções do seu cargo de provimento efetivo de Merendeira no departamento de Saúde.
Com jornada laboral de segunda a sexta-feira das 07:00 às 13:00 até que perdure a suspensão de aulas presenciais no ano de 2020.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de Agosto de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 118/2020

Publicação Nº 2610702

DECRETO Nº 118/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020

“ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.813, de 18 de agosto de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.754, de 06 de dezembro de 2019, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 358.972,24 (trezentos e cinquenta e oito mil e novecentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos), para a Prefeitura Municipal de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Departamento de Ensino.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 4.4.90.00.00.0086/63; 3.1.90.00.00.0086/90 e 3.3.90.00.00.0679/93 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.1.005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

4.4.90.00.00.0086/63 Aplicações Diretas R\$ 86.000,00

02 DEPTO.DE ENSINO INFANTIL

12.365.0013.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0086/90 Aplicações Diretas R\$ 272.972,24

TOTAL R\$ 358.972,24

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, ficam anulados os seguintes elementos despesas:

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.1.003 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS

4.4.90.00.00.0086/58 Aplicações Diretas R\$ 98.612,01

12.361.0010.1.004 AQUISIÇÃO DE EQUIP.MÓVEIS P/ SECRETARIA E SEGMENTOS

4.4.90.00.00.0086/60 Aplicações Diretas R\$ 94.770,75

12.361.0010.1.006 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.0086/65 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.0086/669 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

02 DEPTO.DE ENSINO INFANTIL

12.365.0013.1.008 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00.0086/85 Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

12.365.0013.1.009 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00.0086/87 Aplicações Diretas R\$ 48.089,48

12.365.00132.030 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.0086/94 Aplicações Diretas R\$ 52.500,00

TOTAL R\$ 358.972,24

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 151/2020

Publicação Nº 2610886

**LEI COMPLEMENTAR Nº 151/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2018 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2018 QUE APROVA O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”


ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica aprovado a 2ª VERSÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS → PMGIRS do Município de Água Doce, conforme anexo parte integrante desta Lei.

Art. 2.º. Cabe à Secretaria Municipal de Infraestrutura a coordenação, o acompanhamento e a avaliação do desenvolvimento das políticas municipais expressas no Plano.

Art. 3.º. Os dispositivos desta Lei entram em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, em 18 de agosto de 2020.


ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

PRAÇA JOÃO MACAGNAN, 322 - CENTRO | 89654-000 | ÁGUA DOCE | SC
TEL: 49 3524.0000 | 3524.0122 | EMAIL: GABINETEAD@AGUADOCE.SC.GOV.BR | PREFEITURA@AGUADOCE.SC.GOV.BR
VISITE: WWW.AGUADOCE.SC.GOV.BR



**SEGUNDA (2ª) VERSÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS - ATENDIMENTO AO DESPACHO DA 1ª
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOAÇABA, DO PROCESSO
ADMINISTRATIVO Nº. 09.2018.00003276-2, DE 22 DE JANEIRO DE 2019.**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SANTA CATARINA



Portal de Turismo da Prefeitura Municipal de Água Doce.

MARÇO 2019
ÁGUA DOCE – SC

49 3425.6800
Rua Leonel Mosele, 40 Sala 307
89700-000 - Concórdia-SC
www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



EQUIPE TÉCNICA

Coordenação

Paulo Afonso Corbellini

Equipe técnica

Paulo Afonso Corbellini

Engenheiro Sanitarista e Ambiental - Mestre em Hidráulica e Saneamento

Nedi Maria Zanella Corbellini

Administradora - Especialista em Gestão Ambiental em Municípios, Mestrando em Sistemas Integrados de Gestão Qualidade, Meio Ambiente e Saúde e Segurança do Ocupacional

Fernando Christ

Tecnólogo em Gestão Ambiental - Especialista em Gestão Ambiental em Municípios.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	INFORMAÇÕES GERAIS	12
2.1	PROCESSO ADMINISTRATIVO	12
2.2	CONTRATANTE	12
2.3	CONTRATADA	12
3	DIAGNÓSTICO	13
3.1	ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO	13
3.1.1	História do município	13
3.1.2	Emancipação do município	14
3.2	LOCALIZAÇÃO	14
3.3	PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO AO MUNICÍPIO	18
3.4	DADOS FÍSICOS	20
3.4.1	Área do município	20
3.4.2	Relevo	20
3.4.3	Pedologia	22
3.4.4	Hidrografia	24
3.4.5	Vegetação	26
3.4.5.1	Floresta Ombrófila Mista – Floresta de Araucária	26
3.4.5.2	Savana / Campos de Altitude	27
3.4.6	Unidades de Conservação Ambiental (UCA)	28
3.5	PLANOS NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE	30
3.5.1	Plano Diretor	31
3.5.2	Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB	31
3.5.3	Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PMGIRS	31
3.6	DADOS SOCIECONÔMICOS	33
3.6.1	População	33
3.6.2	Educação	33
3.6.3	Saúde	35
3.6.3.1	Hospital	35
3.6.3.2	Estratégia Saúde da Família (ESF)	36
3.6.3.3	Núcleo de apoio da Saúde da Família (NASF)	36
3.7	Principais atividades econômicas	37
3.7.1	Produto Interno Bruto (PIB)	40

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro – Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



3.7.2	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	40
3.7.3	Fontes de geração de energias renováveis	41
3.8	LOGISTICA REVERSA	42
3.8.1	Ações relativas aos resíduos com logística reversa	43
4	PROGNÓSTICO	46
4.1	EVOLUÇÃO POPULACIONAL	46
4.2	EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO DE RESÍDUOS	48
4.3	INICIATIVAS E CAPACIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	50
5	PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS	51
5.1	DEFINIÇÃO	51
5.2	ORIGEM DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	53
5.3	CARACTERÍSTICAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	53
5.3.1	Características físicas	54
5.3.2	Características químicas	54
5.3.3	Características biológicas	54
5.4	CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	55
5.5	GERAÇÃO “PER CAPITA” DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO	55
5.5.1	Procedimentos alternativos para análise das características físicas do lixo	56
5.5.2	Quantidade de resíduos gerados no município	57
5.6	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO	58
5.6.1	Equipamentos e unidades operacionais	59
5.6.2	Serviço operacional dos resíduos sólidos	62
5.6.3	Frequência da prestação dos serviços de coleta	62
5.7	ASPECTO JURÍDICO	64
6	OBJETIVOS, PROGRAMAS, AÇÕES, INDICADORES E METAS	65
6.1	METODOLOGIA PARA ESTABELECEER OBJETIVOS, PROGRAMAS, AÇÕES, INDICADORES E METAS	65
6.2	O MANEJO DIFERENCIADO DOS RESÍDUOS (COLETA SELETIVA)	73
7	CUSTOS E COBRANÇAS	76
7.1	Sistema de cálculo para taxa de resíduos sólidos urbanos	77
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	81
	APÊNDICES	84
	Apêndice A – Currículo Resumido da Equipe Técnica	84
	ANEXOS	86

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização do Município de Água doce no Estado de Santa Catarina	15
Figura 02 - Localização das comunidades do município de Água Doce conforme itens numerados no quadro 02.....	17
Figura 03 - Principais vias de acesso ao município de Água Doce	19
Figura 04 - Relevo do Município de Água Doce – SC	21
Figura 05 - Pedologia do Município de Água Doce – SC	23
Figura 06 - Hidrografia do Município de Água Doce – SC	25
Figura 07 - Vegetação do Município de Água Doce – SC	28
Figura 08- Unidade de Conservação ambiental no município de Água Doce e entorno.....	30
Figura 09 – Estrutura da instituição pública para o gerenciamento dos resíduos sólidos	32
Figura 10 – Fluxograma contendo a destinação final dos resíduos sólidos gerados no município	44
Figura 11 - Caminhão compactador da empresa T.O.S Obras e Serviços Ambientais LTDA.....	59
Figura 12- Caminhão específico para coleta e transporte de resíduos do serviço de saúde	60
Figura 13 - Autoclave utilizada no tratamento de Resíduos do Serviço de Saúde no Aterro de Anchieta - SC.....	61
Figura 14 - Aterro Sanitário de Anchieta, local destinado aos resíduos sólidos Classe IIA e IIB	61

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Localização da sede do município de Água Doce – SC.....	15
Quadro 02 – Lista de Associações e Linhas do interior do Município de Água Doce, e a localização em coordenadas geográficas e cada uma delas	16
Quadro 03 – Número de profissionais envolvidos na gestão de resíduos	33
Quadro 04 – Escolas do município de Água Doce, com o respectivo nível de escolaridade que é atendido em cada unidade e também o endereço	34
Quadro 05 – Profissionais existentes na área da saúde quantidade por função.....	35
Quadro 06 – Produção no setor de pecuária no município de Água Doce.....	37
Quadro 07 - Produção agrícola no município de Água Doce.....	38
Quadro 08 - Quantidades de empresas divididas de acordo com o tipo de atividade	39
Quadro 09 – Sugestão de quadro para realização da logística reversa	45
Quadro 10 – População de Água Doce de acordo com o Censo do IBGE 2010	46
Quadro 11 – Estimativa de crescimento populacional do Município de Água Doce entre 2000 e 2022	47
Quadro 12 – Estimativa de crescimento populacional versus geração de resíduos em Água Doce entre 2018 e 2021	49
Quadro 13 - Sugestão de quadro para efetivação da comunicação e educação ambiental	50
Quadro 14 - Composição gravimétrica dos resíduos domiciliares coletados na área urbana	57
Quadro 15 – Quantidade média de resíduos do serviço de saúde do Hospital Nossa Senhora da Paz..	58
Quadro 16 - Quantidade de equipamentos utilizados na limpeza urbana.....	62
Quadro 17 – Frequência e critérios de qualidade para realização do serviço de limpeza urbana	63
Quadro 18 – Legislação relacionada ao meio ambiente e aos resíduos sólidos no âmbito municipal ..	64
Quadro 19 – Objetivos, programas, ações, indicadores e metas para o município de água doce em relação à gestão dos resíduos sólidos	69
Quadro 20 - Demonstrativo de como fazer para programar a coleta seletiva	74
Quadro 21 - Sugestão de quadro para efetivação da comunicação e educação ambiental	75
Quadro 22 – Cálculo do custo dos serviços de limpeza pública urbana a partir de censos e estimativa de projeção populacional IBGE (2010).....	79
Quadro 23 - Observações a ser adotadas no quadro 22.....	80

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - PIB per capita entre os anos de 201 e 2015	40
Gráfico 02 - Comparação do IDHM do município de Água Doce em relação ao Estado de Santa Catarina	41
Gráfico 03 - Evolução da densidade populacional de Água Doce	46
Gráfico 04 – Comparativo da densidade demográfica de Água Doce, Santa Catarina e Brasil	47
Gráfico 05 - Taxa geométrica de crescimento populacional	48

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT: Norma Brasileira de Normas Técnicas.
ANA: Agência nacional de Águas.
APA: Áreas de Proteção Ambiental.
ARIE: Área de Relevante Interesse Ecológico.
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BB: Banco do Brasil.
CDL: Câmara dos Dirigentes Lojistas.
CEP: Código de Endereçamento Postal.
CELESC: Centrais Elétricas de Santa Catarina.
CENAEEL: Central Nacional de Energia Eólica.
CONSEMA: Conselho Estadual de Meio Ambiente
COPEL: Companhia Paranaense de Energia.
CPRM: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerários.
CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
DEINFRA: Departamento de Estadual de Infraestrutura.
DNIT: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
ESEC: Estações Ecológicas.
ESF: Estratégia Saúde da Família.
FACC: Faculdade Concórdia.
FATMA: Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente.
FATTEP: Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia.
FINAME: Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais.
FLONA: Florestas Nacionais.
FUNASA: Fundação Nacional da Saúde.
FUNDEMA: Fundação de Defesa do Meio Ambiente.
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IMA: Instituto do Meio Ambiente.
IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano.
LTDA: Limitada.
NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família.
NBR: Norma Brasileira de Regulamentação.
MMA: Ministério do Meio Ambiente.
MTPS: Ministério do Trabalho e Previdência Social.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



PARNA: Parque Nacional.

PNRS: Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

PMGIRS: Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

PMIU: Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos.

PMSB: Plano Municipal de Saneamento Básico

REBIO: Reserva Biológica.

RESEX: Reserva Extrativista.

RPPN: Reserva Particular de Patrimônio Natural.

SC: Santa Catarina.

SiBCS: Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.

SENSA: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.

SNIS: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

SIRGAS: Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas.

UF: União Federativa.

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina.

UNC: Universidade do Contestado.

UTFPR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



9

APRESENTAÇÃO

Através do Processo Licitatório/Administrativo nº 75/2018, licitação nº 64/2018, na modalidade de Pregão Presencial, cujo certame aconteceu no dia 06 de julho de 2018, nesta data, procedeu-se o julgamento da proposta de preços e também de outros fatores previstos no edital. Neste ato, considerou-se vencedora do certame a empresa Corplan Consultoria Ambiental LTDA. para a atualização do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município de Água Doce - SC.

O planejamento das ações de limpeza pública urbana está relacionada com a sustentabilidade urbana, por meio da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada pela Lei nº. 12.305 de 02 de agosto de 2010.

A PNRS estabelece princípios, objetivos, instrumentos, inclusive instrumentos econômicos aplicáveis, diretrizes para a gestão integrada e gerenciamento dos resíduos sólidos, indicando as responsabilidades dos geradores, do poder público, e dos consumidores. Define ainda, princípios importantes como o da prevenção e precaução, do poluidor-pagador, da ecoeficiência, da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, do reconhecimento do resíduo como bem econômico e de valor social, do direito à informação e ao controle social (Brasil, Lei 12.305/2010).

A atualização do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), visa atender o a seção II do “Plano Nacional de Resíduos Sólidos”, art.15 da Lei 12.305/2010, o qual cita que a “A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, **a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos**”.

Por fim, agradecemos a participação de todos os membros da equipe técnica da prefeitura Municipal de Água Doce, pela contribuição pelas informações fornecidas, pois contribuíram para a elaboração do diagnóstico da situação dos resíduos sólidos do município de Água Doce - SC.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



10

1 INTRODUÇÃO

O manejo inadequado dos resíduos sólidos urbanos, ainda, se constitui em um dos maiores problemas do país, a nova abordagem técnica da questão do lixo urbano preconiza a adoção de sistemas descentralizados, dentro de um planejamento integrado, que identifica os problemas, apontam soluções, as alternativas tecnológicas e estabelece os prazos de atuação.

O processo de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) tem por premissa, o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar na esfera política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a proposta do desenvolvimento sustentável.

A atualização do PMGIRS do município de Água Doce – SC visa atender o Art.15º da Lei 12.305/2010, cujo mesmo foi elaborado no ano de 2013, pela empresa Magrinelli & Modena Consultoria Técnica e Educacional.

A Lei nº. 12.305/2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece no Art. 18º da Seção IV que a elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União e do Estado, ou por eles controlado, destinado a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. Ainda, segundo a lei são priorizados no acesso aos recursos da União os Municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais. Assim como ao implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) tem como objetivos: proteger a saúde pública e a qualidade ambiental; desenvolver ações de não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; estimular à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços; incentivar a indústria da reciclagem; desenvolver ações de gestão integrada de resíduos sólidos; desenvolver ações de capacitação técnica continuada em gestão de resíduos sólidos; desenvolver ações de integração de catadores de materiais recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, conforme Art. 7º da Política Nacional de Resíduos Sólidos. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS objetiva também integrar as ações acerca dos resíduos sólidos urbanos, tanto nos aspectos de engenharia sanitária, no que se refere à qualidade dos serviços e custos envolvidos, como nos aspectos sociais na

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



11

melhoria da qualidade de vida dos catadores de rua, de suas famílias e da população em geral, além da melhoria ambiental do município de Água Doce.

Dessa forma, o PMGIRS contempla ações específicas nas áreas social, ambiental e de saúde pública tais como: organização e atendimento dos catadores, no tratamento adequado dos resíduos, considerando a reciclagem e outras técnicas mais nobres, além de reduzir os problemas de saúde pública, quando a causa são as doenças originadas, com a disposição inadequada dos resíduos.

A metodologia que norteou os trabalhos a que possibilitou a participação da sociedade civil é de forma participativa, como determina o Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257/2001, que possibilita a construção de políticas públicas de longa duração, com grande alcance social. Ainda estabelece normas de interesse social, regula o uso da propriedade urbana para o bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Para a consolidação do programa, adotou-se o trabalho integrado, por meio do envolvimento das diversas secretarias da administração municipal, e a gestão articulada de todas as atividades com o objetivo de construir uma política de resíduos compatível com as peculiaridades do município.

Segundo a Lei 12.305/2010, a elaboração e implementação do PMGIRS segue a ordem de prioridade, em que ações de não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos na gestão dos resíduos deixam de ser voluntária e passa a ser obrigatória.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



12

2 INFORMAÇÕES GERAIS

2.1 PROCESSO ADMINISTRATIVO

Processo licitatório nº: 75/2018.

Pregão Presencial nº: 64/2018.

Local da Sessão Pública: Prefeitura Municipal de Água Doce.

Endereço: Praça João Macagnan, nº 322.

Bairro: Centro.

CEP: 89654-000.

Município: Água Doce.

UF: Santa Catarina.

Pregoeiro: Cristiano Savaris da Silva.

2.2 CONTRATANTE

Nome / Razão Social: Prefeitura Municipal de Água Doce.

CPF/ CNPJ: 82.939.398/0001-90.

Endereço: Praça João Macagnan, nº 322.

Bairro: Centro.

CEP: 89654-000.

Município: Água Doce.

UF: Santa Catarina.

Prefeito (a): Antônio Jose Bissani.

Vice Prefeito (a): Vilson Antônio Verona.

Contato. Telefone: 49 3524-0000. -E-mail: gabinete@aguadoce.sc.gov.br.

2.3 CONTRATADA

Nome / Razão Social: Corplan Consultoria Ambiental LTDA – ME.

CPF/ CNPJ: 07.416.630/0001-90.

Endereço: Rua Leonel Mosele, nº 40, sala 202. **Bairro:** Centro.

CEP: 89700-176.

Município: Concórdia.

UF: Santa Catarina.

Responsável.

Nome: Paulo Afonso Corbellini.

CPF: 455.204.459-15.

CREA – SC: 038413-4.

Profissão: Engenheiro Sanitarista e Ambiental

Contato. Telefone: 49 3425-6800.

E-mail: paulo@corplan.com.br.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



13

3 DIÁGNÓSTICO

3.1 ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

3.1.1 História do município

No ano de 1.839, o território dos Campos de Palmas - assim chamado, devido à grande quantidade de palmeiras que ali haviam - era habitado por índios e foi conquistado e ocupado por membros das frentes de expansão Guarapuava/PR, chefiada por José Ferreira dos Santos e Pedro Siqueira Cortes, tendo como participantes José Caetano (Barão de Tibagy) e Antônio de Sá Camargo (Visconde de Guarapuava), personalidades que, mais tarde fizeram parte da história do Brasil. As atividades econômicas desenvolvidas tiveram base na criação e comércio de gado e extração da madeira.

As terras que compreendem o município foram contestadas por Brasil e Argentina e posteriormente pelos Estados de Santa Catarina e Paraná. Em 1916, passaram a pertencer ao município de Joaçaba. Como a região era coberta por mata, principalmente pinheiros, fez necessário o corte das árvores e a abertura de picadas. Dessa forma a agricultura de subsistência e a implantação de serrarias e a formação de uma vila foram necessárias, para que as famílias permanecessem unidas. E, posteriormente essa vila recebeu a denominação de Encruzilhada.

A partir de 1923, começaram a migrar os primeiros colonizadores italianos em busca de novas terras, advindos em sua maioria, da região nordeste do Rio Grande do Sul. Os primeiros colonizadores foram Alberto Macagnan e José Gemelli que deixaram suas famílias em Guaporé/RS e partiram em busca de novas terras.

Com a ampliação da vila, o comércio iniciou suas atividades com as chamadas bodegas, sendo as primeiras as do Sr. Verílio Grando no Macaquinho, atual Nova Vicenza, e do Sr. Atílio Fontana na sede. Nesses estabelecimentos eram vendidos produtos para alimentação: sementes, carnes, tecidos, mercadorias, estas que eram trocadas por outras mercadorias excedentes da lavoura, a diferença, se existisse era paga em dinheiro. Até então, os mantimentos eram comprados em Bom Retiro (Luzerna) e, no Município de Cruzeiro (Joaçaba) e transportados em carroças por picadas abertas pelos moradores. Somente em 1930 a primeira estrada, ligando o Município de Cruzeiro a Encruzilhada foi construída pelo Sr. Erasmo Ferretti, passando por Linha da Prata.

Os imigrantes italianos trouxeram o conhecimento de diversas técnicas que possibilitaram a fabricação de seus próprios utensílios e instrumentos de trabalho. Os pinheiros tornaram-se casas e utensílios agrários, como arados e carroças; o vime transformou-se em cestos; a palha do trigo deu origem a tranças utilizadas na confecção de chapéus e cestas artesanais. Foram fabricadas ainda, gamelas e pias em madeira, colchões de palha de milho, fornos e fogões a lenha.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



14

3.1.2 Emancipação do município

Em 1943, a comunidade passou a ser distrito, com o nome de Água Doce. O nome Água Doce teve origem em um pequeno incidente, quando os moradores da vila ora denominada Encruzilhada, dirigiam-se em tropas para o município gaúcho de Marcelino Ramos em busca de mantimentos. No retorno de uma destas viagens, a mula do tropeiro João Líbia - que estava carregada de açúcar - caiu no rio e perdeu toda a sua carga, gerando a denominação do rio e do município como Água Doce.

No dia 21 de junho de 1958, o Deputado José Miranda Ramos, na época Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, decretou e promulgou a lei nº 348, Art. 1º, destacando a criação de 27 (vinte e sete) municípios, fazendo o desmembramento de seus territórios atuais e criando novos limites para cada município. Dentre os 27 municípios também aconteceram à criação do Município de Água Doce, desmembrando-se do município de Joaçaba.

3.2 LOCALIZAÇÃO

O município de Água Doce situa-se na Mesorregião do Oeste de Santa Catarina e pertence atualmente a Microrregião Meio Oeste de Santa Catarina - AMMOC, a cerca de 430 km de distância da Capital Florianópolis, 365 km de Curitiba – PR, e a 1.603 km de distância de Brasília – DF.

O acesso ao município pode ser realizado pelo Aeroporto Serafin Enoss Bertasso, localizado no município de Chapecó, sendo este o principal aeroporto da região oeste de Santa Catarina, cuja distância até no município de Água Doce é de 165 km. Outras formas de acesso podem ser realizadas pelas rodovias BR 153, BR 282, SC 355, SC150, SC 464 e SC 350.

O território faz fronteira com o estado do Paraná e 13 municípios, sendo dois deles no Paraná. Abaixo é possível destacar os municípios limítrofes com destaque a sua posição geográfica.

Norte: Estado do Paraná – municípios de Palmas e General Carneiro.

Sul: Luzerna, Joaçaba.

Leste: Caçador, Macieira, Salto Veloso, Treze Tílias, Ibicaré.

Oeste: Passos Maia, Ponte Serrada, Vargem Bonita, Catanduvas.

A localização da sede do município de Água Doce pode ser identificada a partir da Coordenada Geográfica, como se pode observar no quadro 01.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



15

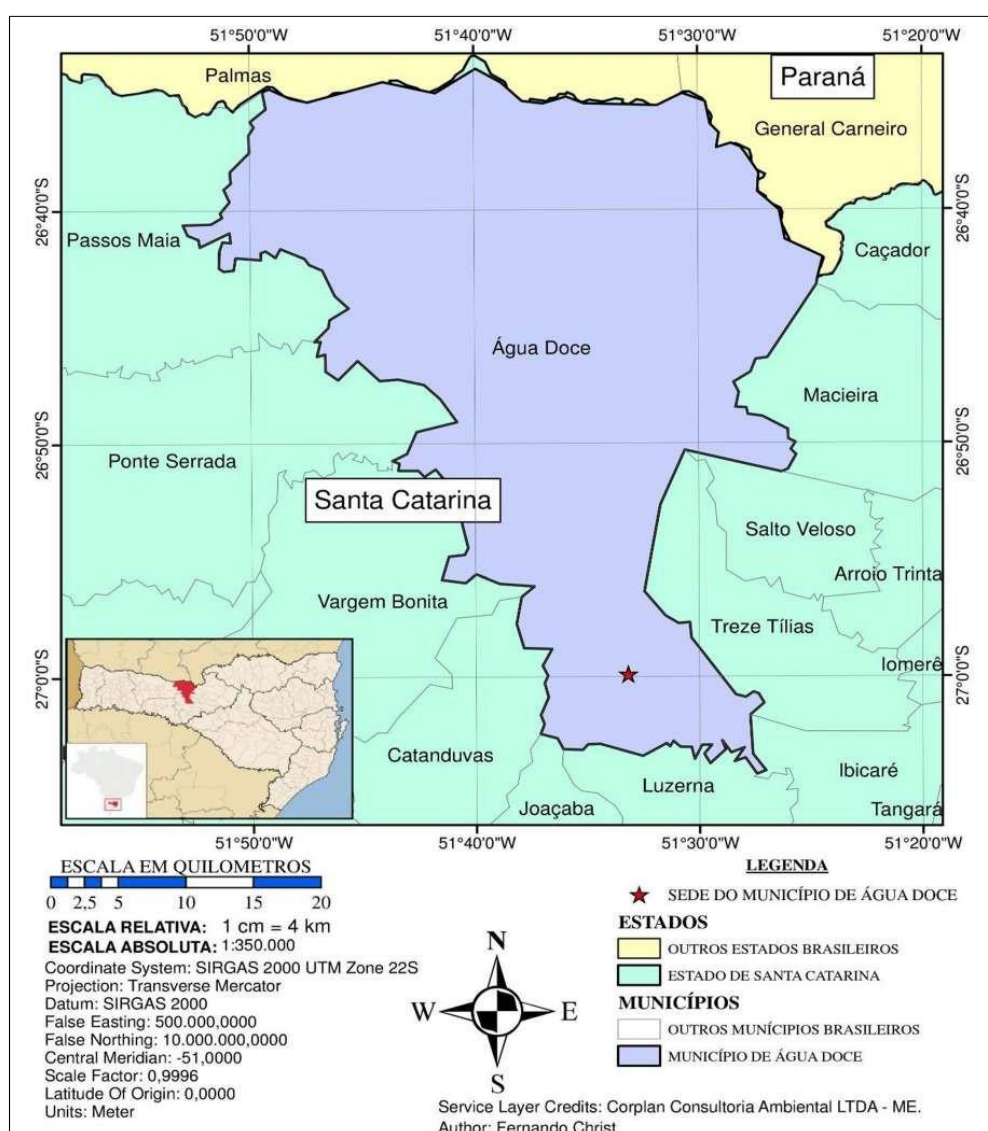
Quadro 01 - Localização da sede do município de Água Doce – SC.

PONTO	LATITUDE	LONGITUDE:	ELEVAÇÃO
Praça João Macgahan	7013578.07 S	445102.90 E	861,00 m

Fonte: Adaptado por Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

Na figura 01 observam-se detalhes da localização de Água Doce em relação aos municípios limitrofes no estado, assim como também o ponto de localização da Sede do Município de Água Doce.

Figura 01 - Localização do Município de Água doce no Estado de Santa Catarina.



Fonte: Base cartográfica do IBGE. Adaptado por Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



16

O município de Água Doce atualmente pertence à Associação de Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), cuja abrangência compreende 13 (treze) municípios: Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval D'Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Tangará, Treze Tilias e Vargem Bonita. A sede está localizada no município de Joaçaba.

O interior do município atualmente é dividido em 29 linhas e associações, sendo que a Linha Prata a mais próxima da sede com uma distância de 4,3 km, porém a comunidade mais longa é o Núcleo Jesuíno Mendes cuja distância é 65 km. O Quadro 02 e a Figura 02 especificam a localização das Linhas / Associações.

Quadro 02 – Lista de Associações e Linhas do interior do Município de Água Doce, e a localização em coordenadas geográficas e cada uma delas

ITEM	ASSOCIAÇÃO / LINHAS	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	
		LATITUDE	LONGITUDE
01	Associação Nove de Novembro	-26.923473	-51.688506
02	Associação Olaria	-26.923128	-51.637421
03	Associação Oziel	-26.850419	-51.712917
04	Associação Primeiro de Agosto	-26.897689	-51.574233
05	Associação Terra Vista	-26.899909	-51.607466
06	Hercilópolis	-26.821241	-51.518941
07	Linha Cocho D'Água	-26.914509	-51.533185
08	Linha Heberle	-27.001654	-51.507542
09	Linha Macacão	-26.999235	-51.595186
10	Linha Nova Concórdia	-27.020451	-51.504988
11	Linha Nova Vicenza	-27.031618	-51.564802
12	Linha Olinda	-27.044754	-51.478702
13	Linha Paiol de Telhas	-26.963248	-51.598552
14	Linha Paiol do Fundo	-26.965476	-51.518104
15	Linha Paiol dos Belos	-26.842063	-51.445879
16	Linha Prata	-27.015218	-51.527422
17	Linha Santa Catarina	-26.939666	-51.547476
18	Linha Santo Antônio	-26.957809	-51.551767
19	Linha São Judas	-27.026974	-51.463676
20	Linha Serra da Trincheira	-26.852810	-51.017661
21	Linha Serra do Facão	-26.929293	-51.577608
22	Linha Tateto	-27.060200	-51.458548
23	Linha Três Pinheiros	-26.685343	-51.564132
24	Linha Vista Alegre	-26.861590	-51.535710
25	Linha Zona Nova	-26.979150	-51.511312
26	Núcleo Jesuíno Mendes	-26.619498	-51.661730
27	Linha Boa Esperança	-26.969112	-51.564449
28	Linha Piaia	-26.935156	-51.520625
29	Linha Limoeiro	-26.788060	-51.714865

Fonte: Secretaria de Agricultura do Município de Água Doce. Acessado dia 17 de setembro (2018).

Nota: Os itens numerados identificam a localização das comunidades na figura 02.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br

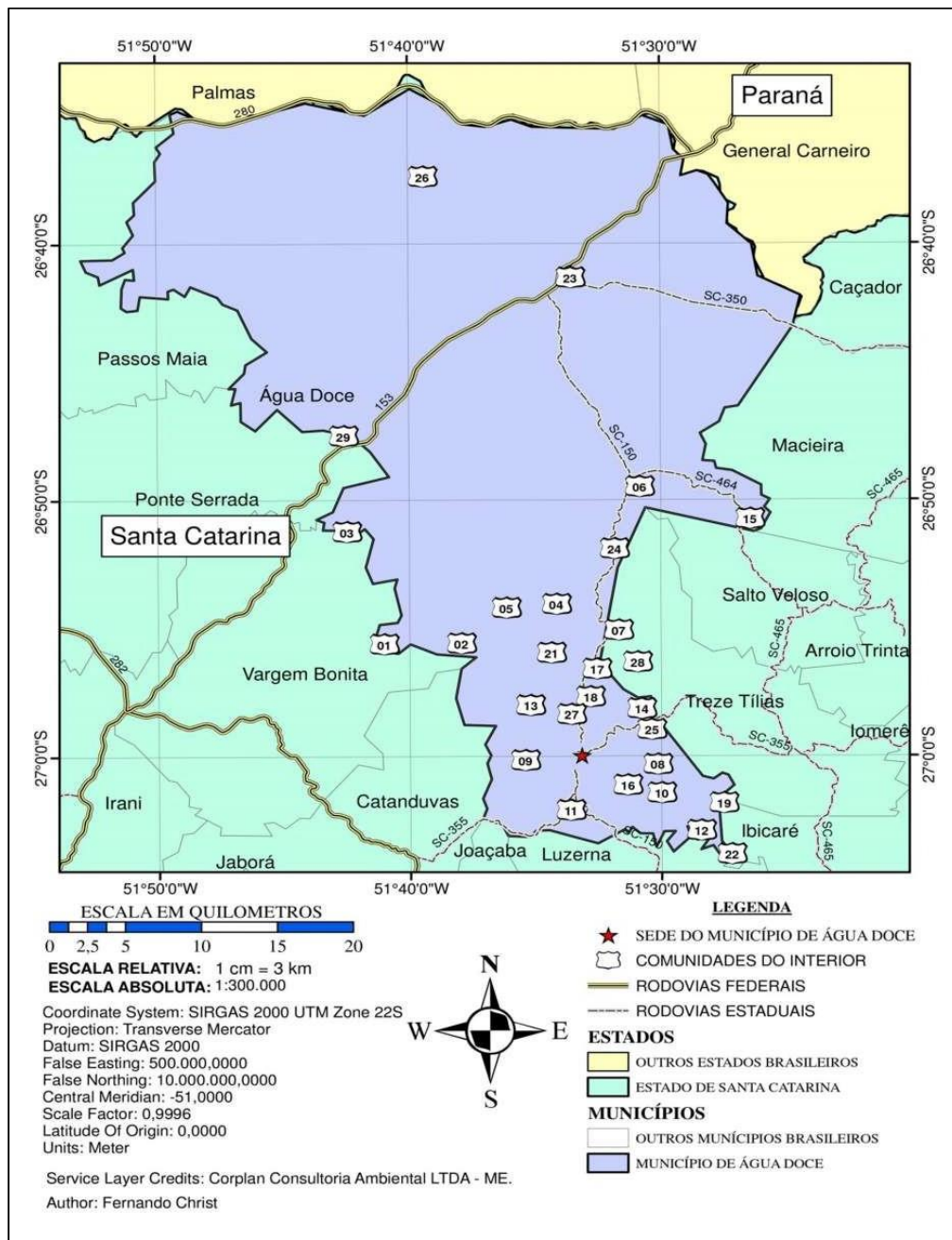


PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



17

Figura 02 - Localização das comunidades do município de Água Doce conforme itens numerados no quadro 02



Fonte: Base cartográfica do IBGE. Adaptado por Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro – Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



18

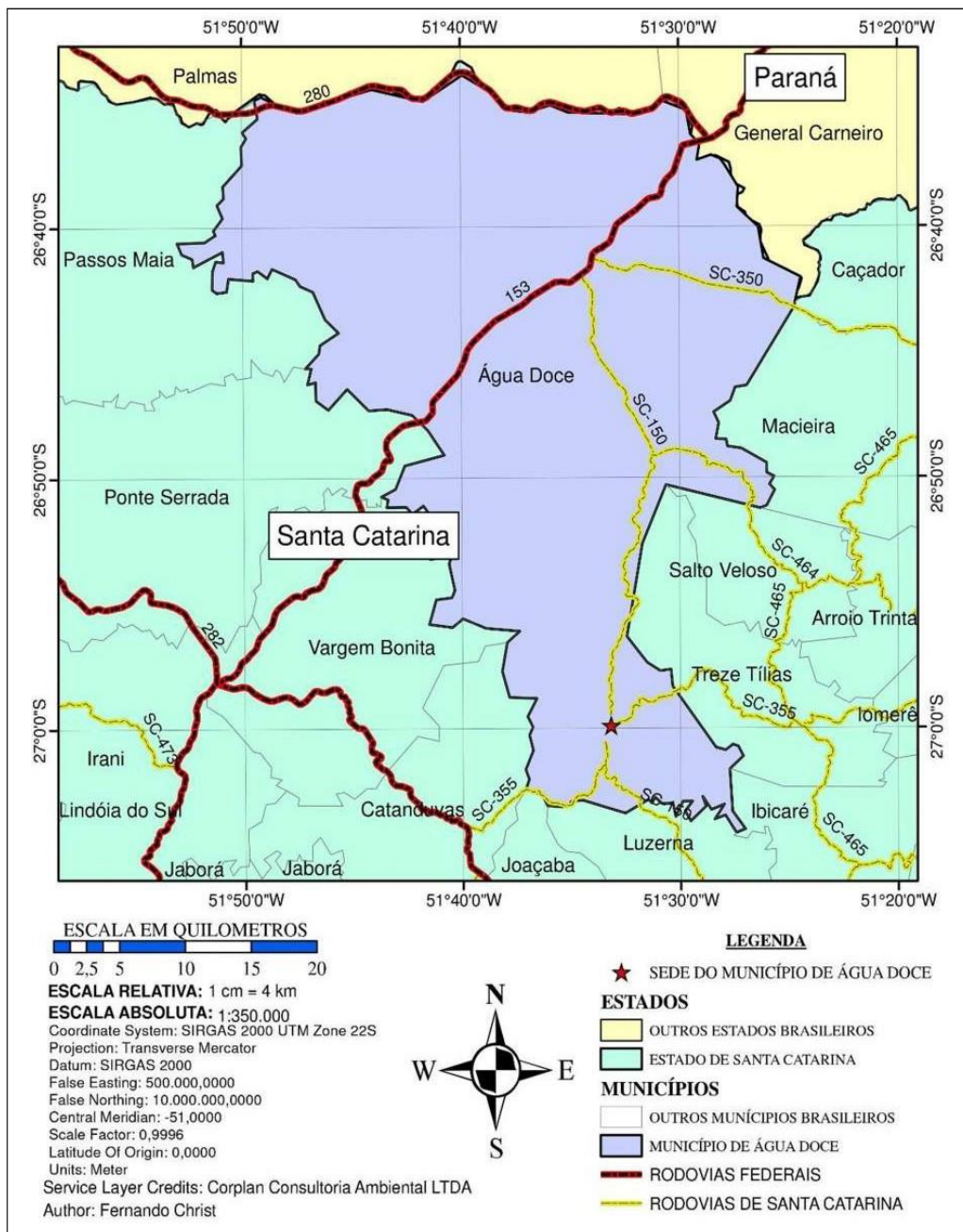
3.3 PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO AO MUNICÍPIO

Conforme dados levantados em mapas, através de metadados da plataforma de mapeamento do Arcgis do DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura e transporte e DEINFRA - Departamento Estadual de Infraestrutura, os acessos ao município de Água Doce pode acontecer, através de várias rodovias, podendo ser elas Federais e Estaduais, dentre as Rodovias Federais podemos citar a BR 153, que atravessa o município de sudoeste ao norte, seguindo para outras regiões do Brasil. Outras Rodovias Federais que se situam próximo ao município é a BR 282 que segue de Leste a Oeste de Santa Catarina e também a BR 280 no estado do Paraná esta, se situando próximo a divisa dos estados do Paraná e de Santa Catarina, conforme destacado na figura 03.

Quanto as Rodovias Estaduais, podemos destacar a Rodovia SC 355 que inicia na Rodovia BR 153, no município de Concórdia seguido pelo município de Jaborá, Catanduvas, passando pela sede do município de Água Doce e prosseguindo pelos municípios de Treze Tílias, Iomerê, Videira, Fraiburgo, chegando a Lebon Régis. Outra rodovia que inicia na Rodovia Federal BR 153 é a SC 150 que interliga o Distrito de Herciliópolis (distrito pertencente ao município de Água Doce), seguindo para a sede do município de Água Doce. Esta rodovia posteriormente é interligada juntamente com o município de Luzerna –SC. Ainda no Distrito de Herciliópolis podemos citar o início da Rodovia SC 464 que faz ligação com o município de Arroio Trinta – SC. Ao norte de Santa Catarina podemos citar a Rodovia SC 350, que faz ligação diretamente com o município de Caçador, conforme destacado na figura 03.



19



Fonte: Mapa rodoviário do DNIT / DEINFRA. Adaptado por Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



20

3.4 DADOS FÍSICOS

3.4.1 Área do município

Segundo dados do IBGE Cidades, para o ano de 2018, o município de Água Doce apresenta uma área de 1.314,270 km².

3.4.2 Relevo

Por se tratar de um município com grande extensão, o relevo apresenta variação, em grande parte do território do município, com áreas montanhosas, como se pode observar a figura 04. A altitude do município varia entre 780 e 1.340 metros.

De acordo com as informações levantadas, através dos metadados da plataforma de mapeamento do Arcgis da EMBRAPA Solos - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerário, no centro-oeste do município, destaca-se a formação montanhosa, que abrange os municípios vizinhos de Catanduvas, Vargem Bonita, Ponte serrada e Passos Maia. Nessa região a altitude varia entre 780 e 1.340 metros.

Ainda, conforme a figura 04 e as informações da EMBRAPA Solos, a região norte do município apresenta outra formação de relevo, destacado como “forte ondulado”. Neste local, a variação de altitude é entre 1.180 e 1.340 metros. Local, no município, propício, para a geração de energia eólica. A altitude permite a passagem do vento sem obstáculos, sendo favorável a produção de energia eólica.

Outro tipo de relevo destacado no Município é o “ondulado” que, se apresenta em menor quantidade de área dentro do município. Está presente na região sul, próximo à sede do município (destaque em amarelo) e também ao norte do município predominando nas proximidades do Rio Chapecó.

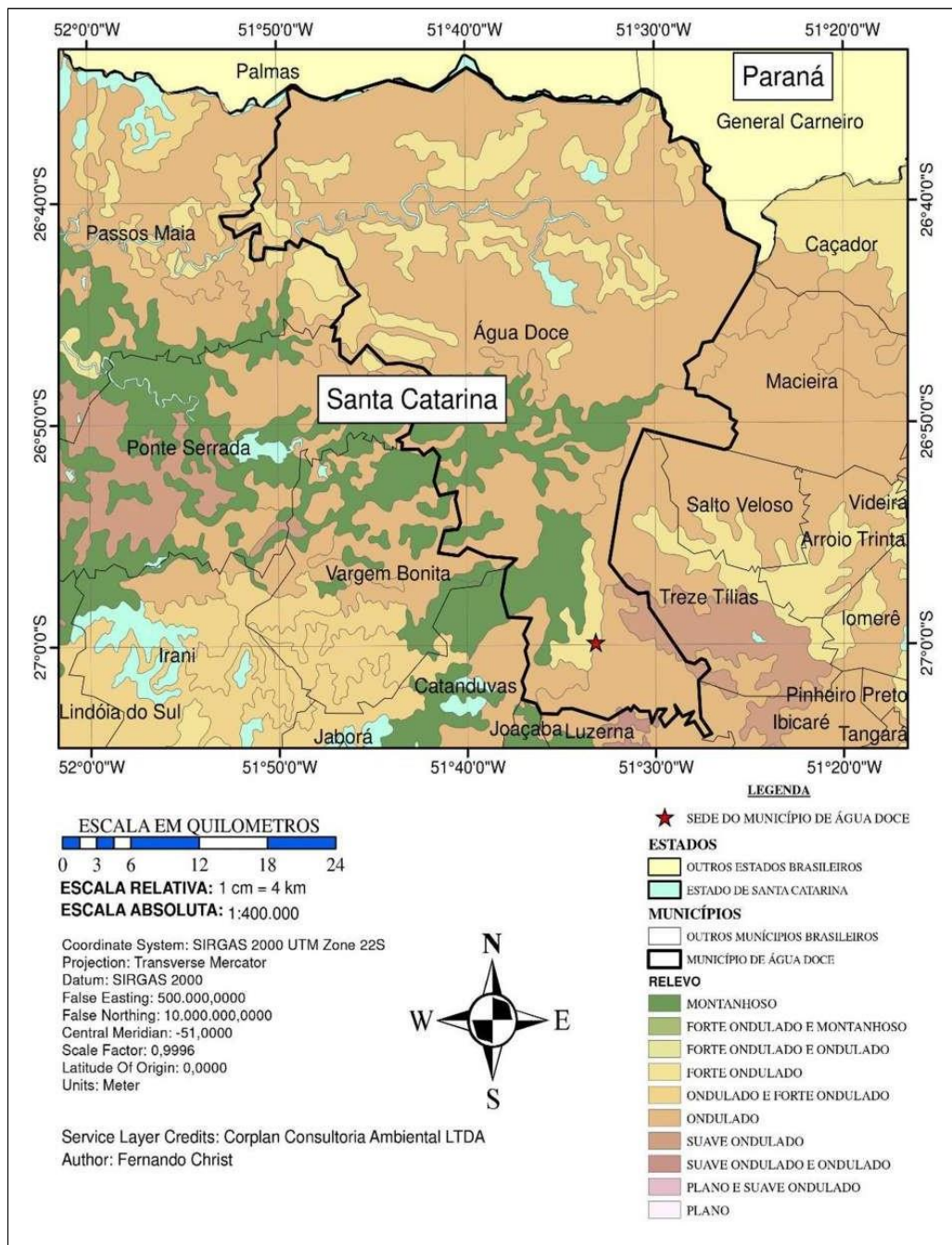


PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



21

Figura 04 - Relevo do Município de Água Doce – SC.



Fonte: Mapa de Geodiversidade Estadual do CPRM. Adaptado por Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



22

3.4.3 Pedologia

A pedologia é o ramo de conhecimento da ciência do solo, que visa explicar a formação de solos e estabelecer um sistema de classificação. A expansão dos estudos pedológicos decorreu inicialmente em grande parte a necessidade de corrigir a fertilidade natural dos solos, neutralizar a sua acidez, preservar os solos, contra os perigos da erosão e agrupar solos apropriados para determinadas culturas.

Por ser um município com várias características, é possível destacar que o solo também apresenta características específicas de acordo com a região do município. Desta forma, segundo informações levantadas por meio dos metadados da plataforma de mapeamento do Arcgis da EMBRAPA Solos, se destaca abaixo os seguintes tipos de solos no município de Água Doce.

Cambissolo húmico: Este solo está presente em poucas regiões do Brasil, se destacando principalmente em regiões serranas, como por exemplo, na região de São Joaquim - SC e também, na região de Palmas - PR e ao norte do município de Água Doce - SC. Esse solo muitas vezes é pedregoso, cascalhento e até mesmo rochoso (IBGE - 2015, pp. 287-288), Manual de Pedologia).

Cambissolo háplico: Este tipo de solo é encontrado com maior ocorrência em todo o Brasil, também presente no município de Água Doce, com maior predominância na região sul do município, aonde apresenta características montanhosas.

Nitossolo Háplico: Os Nitossolos Hápicos podem ser classificados como Alumínicos, Distróficos ou Eutróficos. Desenvolvem-se através de outras rochas que não são as básicas, tais como calcário, rochas metamórficas intermediárias, gnaisses, migmatitos e outras. A presença desse solo é em regiões montanhosas, como pode ser destacado no centro-oeste do município (Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS).

Nitossolo Vermelho: têm ocorrência em praticamente todo o País, sendo muito expressivo em terras da bacia platina que se estende desde o Rio Grande do Sul a Goiás (região sudoeste). No município esse solo está presente na região da sede do município, tal como destacado na figura 05.

Neossolo Litólico: Solos constituídos por material mineral ou material orgânico pouco espesso, presente na região oeste do município, cuja presença se estende nos municípios de Macieira, Salto Veloso e Treze Tílias.

Organossolos: Constituem solos pouco evoluídos, constituídos por material orgânico proveniente de acumulação de restos vegetais em grau variado de decomposição, em ambientes mal drenados, ou úmidos de altitude elevada, que ficam saturados com água por poucos dias no período chuvoso. Têm coloração preta, cinzenta muito escura ou marrom e apresentam elevados teores de carbono orgânico. Sua presença é encontrada unicamente no norte do município, nas proximidades do Rio Chapecó, destacando-se também pela altitude, variando entre 1.180 e 1.340 metros, terreno com relevo “forte ondulado”.

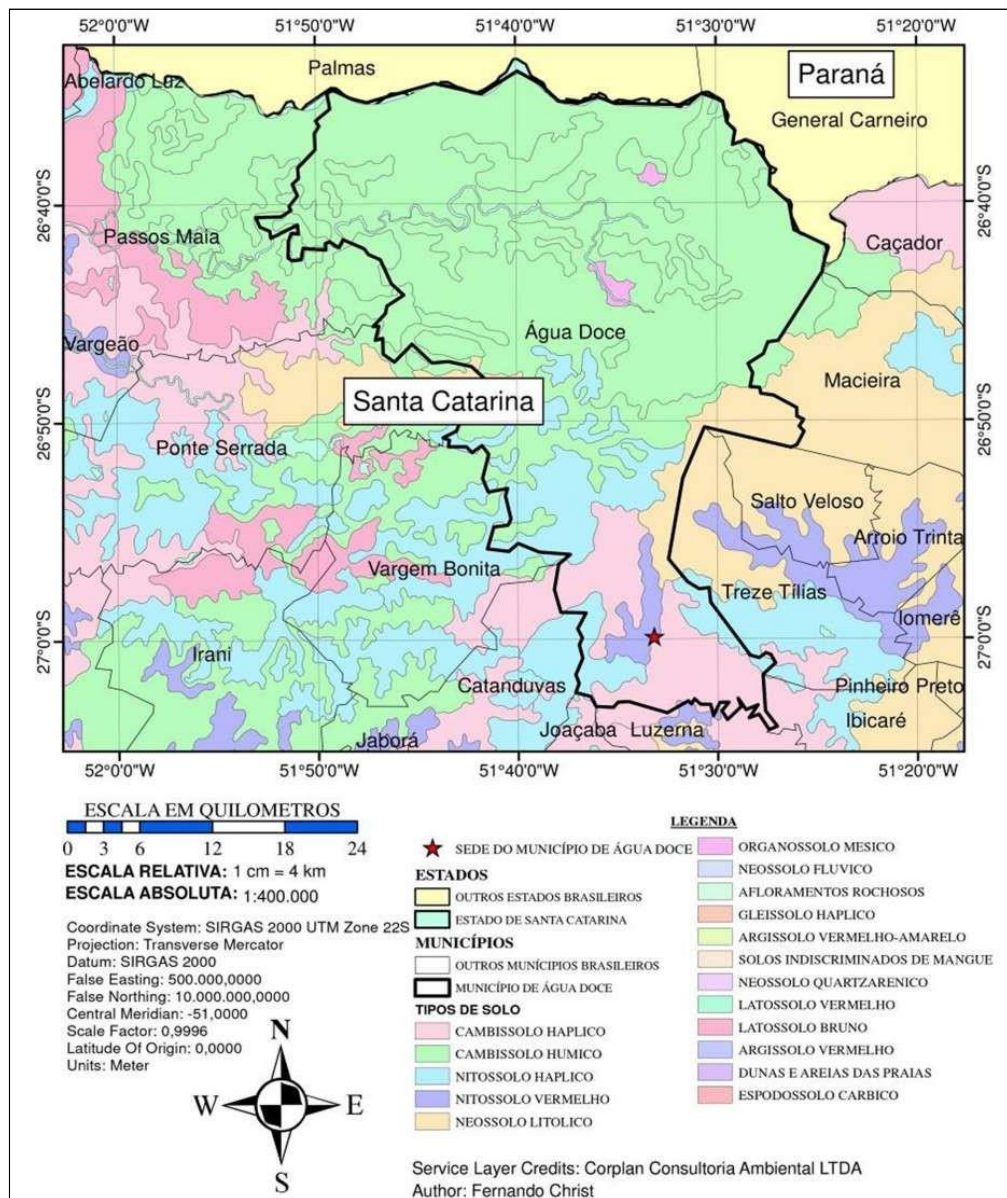


PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



23

Figura 05 - Pedologia do Município de Água Doce – SC.



Fonte: Levantamento dos solos do estado de Santa Catarina elaborado pela EMBRAPA. Adaptado por Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



24

3.4.4 Hidrografia

O município de Água Doce situa-se na margem direita do Rio Uruguai, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai. O município também está inserido próximo a um importante divisor de bacias hidrográficas, sendo a Bacia do Rio Uruguai (onde está inserido o município de Água Doce) e a Bacia do Rio Paraná, situada ao norte do município na divisa com o estado do Paraná.

De acordo com informações levantadas, através de metadados da plataforma de mapeamento do Arcgis da ANA – Agência Nacional de Águas, o município detém nascentes de rios que são de grande importância para o Oeste Catarinense, Diante do exposto, podemos citar alguns deles abaixo:

- **Rio Chapecózinho:** Afluente do Rio Chapecó, e posteriormente o Rio Chapecó possui sua foz no rio Uruguai, juntos eles formam o maior afluente do Rio Uruguai.
- **Rio do Mato:** Afluente do Rio Chapecózinho, possui sua foz entre os municípios de Passos Maia e Ponte Serrada.
- **Rio Irani:** Afluente do Rio Uruguai.
- **Rio Água Doce:** Afluente do Rio do Peixe, e em seguida afluente do Rio Uruguai.
- **Rio Salto Veloso:** Afluente do Rio do Peixe, e em seguida afluente do Rio Uruguai.
- **Rio Chapecó:** possui sua nascente em Macieira, porem atravessa toda a região norte do município tendo a sua foz no Rio Uruguai.
- Outros afluentes que nascem no município que podemos citar o Rio Santo Antônio, Rio Bonito, Rio Bom Retiro. Esses afluentes por sua vez, são todos afluentes do Rio do Peixe e posteriormente tendo a sua foz no Rio Uruguai.

Na figura 06 é possível observar detalhadamente todos os afluentes listados anteriormente que estão presentes no município, assim como todos os contribuintes destacados em azul mais claro.



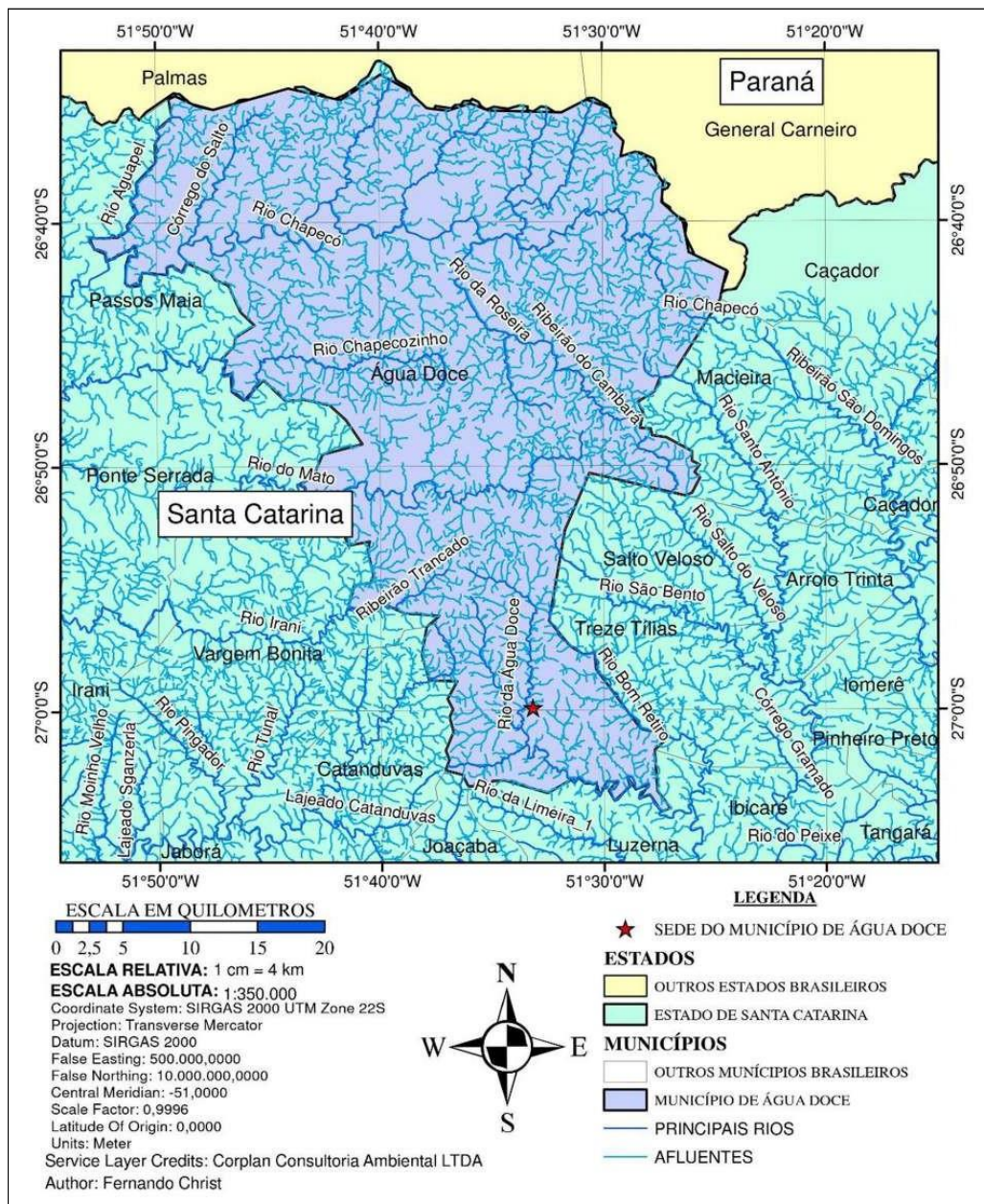
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

ESTADO DE SANTA CATARINA



25

Figura 06 - Hidrografia do Município de Água Doce – SC.



Fonte: Base de dados da ANA. Adaptado por Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



26

3.4.5 Vegetação

As características que o município expõe quanto a relevo, altitude e o tipo de solo possibilitam destacar que a vegetação apresenta certas particularidades em determinadas áreas do município. Ao norte do município aonde a altitude é mais elevada e com relevo ondulado, a vegetação é formada principalmente por savana, já ao sul do município pode-se identificar como uma Floresta Ombrófila Mista – Floresta de Araucária.

3.4.5.1 Floresta Ombrófila Mista – Floresta de Araucária

Ombrófila de origem grega significa “amigo das chuvas”, é considerado um tipo de vegetação do Planalto Meridional. Segundo o Manual Técnico brasileiro da Vegetação Brasileira elaborado pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2012, pp. 80-83), a Floresta Ombrófila Mista é classificada em quatro tipos de formações, essa classificação leva em consideração a altitude onde está inserida, abaixo se destaca da seguinte forma:

- **Aluvial:** em terraços antigos associados à rede hidrográfica.
- **Sub-montana:** constituindo disjunções em altitudes inferiores a 400 m.
- **Montana:** situada aproximadamente entre 400 e 1000 m de altitude.
- **Alto-Montana:** compreendendo as altitudes superiores a 1000 m.

Neste bioma convivem desde árvores de grande porte como o pinheiro brasileiro, jequitibá, corticeira, cedro, figueira, angico e guapuruvu, dentre outros como líquens, musgos e hepáticas. Existem muitas espécies de cipós que se apoiam nos grandes troncos das árvores. No chão da mata ocorrem muitas espécies de fungos, plantas saprófitas, sementes e plântulas. Este é um verdadeiro ‘berçário’ de plantas recém-geminadas ou em vida latente dentro das sementes. Muitas dessas sementes e plantas podem passar anos, aguardando que uma árvore caia, abrindo uma clareira para que tenham luz suficiente para germinar e se desenvolver. Outras suportam até a passagem do fogo das queimadas para depois germinar e auxiliar na restauração da floresta.

Em relação às temperaturas médias variam 14°C a 21°C, chegando à máxima absoluta 35°C, não passando a mínima absoluta de 1°C (embora, no Sul, possa chegar até -6°C).

Conforme figura 07, a cobertura vegetal do Município de Água Doce (SC) é parte da composição da vegetação da eco região do Alto Uruguai Catarinense, caracterizando-se basicamente por duas formações vegetais: a floresta subtropical com araucárias e a floresta estacional decidual, regionalmente conhecida por floresta da bacia do rio Uruguai com presença de espécies de hábito arbóreo como é caso do pinheiro brasileiro (*Araucaria angustifolia*), grápia (*Apuleia leiocarpa*).

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



27

angico (*Parapiptadenia rigida*), cedro (*Cedrela fissilis*), louro (*Cárdia trichotoma*), canelas (*Nectandra sp.*), cabriúva (*Myrocarpus frondosus*), canafístola (*peltophorum dubium*), açoita cavalo (*Luehea divaricata*), canjerana (*Cabranea canjerana*) e a submata é formada predominantemente pelas espécies como, erva-mate (*Ilex paraguariensis*), taquara lixa (*Chusquea sp.*), guajuvira (*Patagonula americana*), tarumã (*Vitex montevidensis*), araticum (*Rollinia sylvatica*), comboatá vermelho (*Cupania vernalis*), fumo bravo (*Solanum verbascifolium*), grandíuva (*Trema micrantha*), bracatinga (*Mimosa scabrella*) e outras.

3.4.5.2 Savana / Campos de Altitude

De acordo com a Resolução CONAMA nº 10 de 1 de outubro de 1993, em seu art. 5º define **campo de altitude** como:

Vegetação típica de ambientes montano e alto-montano, com estrutura arbustiva e/ou herbácea, que ocorre geralmente nos cumes litólicos das serras com altitudes elevadas, destacando o clima subtropical ou temperado. Caracteriza-se por uma ruptura na sequência natural das espécies presentes nas formações fisionômicas circunvizinhas. As comunidades florísticas próprias dessa vegetação são caracterizadas por endemismos (RESOLUÇÃO CONAMA nº 10 de 1 de outubro de 1993).

Conforme NOTA TÉCNICA: nº 007/2008 da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), estudos recentes contabilizaram nada menos que 1.087 espécies de flora nos campos do sul do Brasil, demonstrando a riqueza biológica destes. As famílias mais representativas em relação ao número de espécies são Asteraceae, Poaceae, Fabaceae, Cyperaceae, Solanaceae, Apiaceae, Rubiaceae, Lamiaceae e Euphorbiaceae. As espécies de gramíneas (Poaceae) são as de maior dominância, refletindo na caracterização fisionômica dos campos. Essa riqueza biológica também ocorre nos campos do sudeste e nordeste brasileiro.

A figura 07 mostra os campos de altitude / savana está situada ao norte, cuja altitude dessa região varia de 1.180 m a 1.340 m, sendo que este bioma, também faz parte Mata Atlântica.

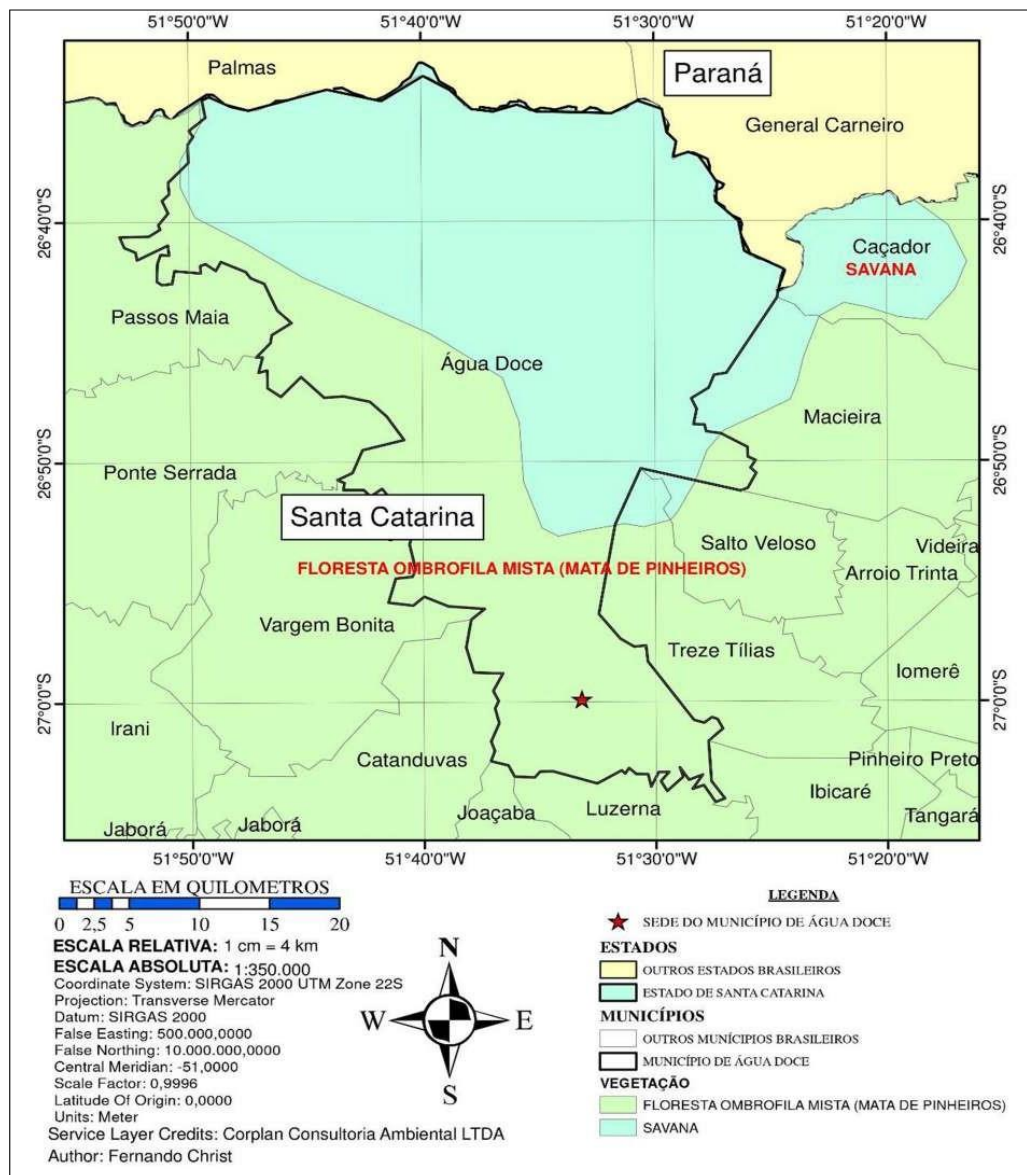


PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



28

Figura 07 - Vegetação do Município de Água Doce – SC.



Fonte: Mapa de Geodiversidade Estadual do CPRM. Adaptado por Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

3.4.6 Unidades de Conservação Ambiental (UCA)

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA administra atualmente 16 Unidades de Conservação – UCA no estado de Santa Catarina, sendo 5 (cinco) Parques Nacionais - PARNA, 2

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



29

(duas) Áreas de Proteção Ambiental - APA, 4 (quatro) Florestas Nacionais - FLONA, 2 (duas) Estações Ecológicas - ESEC, 1 (uma) Reserva Biológica – REBIO, 1 (uma) Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE e 1 (uma) Reserva Extrativista – RESEX.

No estado de Santa Catarina o Instituto do Meio Ambiente – IMA, administra as Unidades de Conservação Estaduais, sendo sete da categoria Parque, que é mais flexível quanto aos usos da área e onde o acesso ao público é permitido, também a três da categoria de Reserva, onde o manejo ambiental é bastante restrito e o acesso só é permitido a pesquisadores.

Segundo informações levantadas o município apresenta apenas um tipo de Unidade de Conservação – UC, sendo esta, denominada de RPPN Gralha Azul. Abaixo se detalha a RPPN Gralha Azul e outras UC próximas ao município.

RPPN Gralha Azul: Aprovado pelo IBAMA através da Portaria nº 27, de 27 de abril de 2000, processo Nº. 02026.000285198- 85. Esta Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) encontrasse atualmente em nome do senhor Enir Sebastião Mendes, proprietário também da Fazenda Perdizes, propriedade esta onde encontrasse localizado a RPPN, atualmente a reserva possui área de 49,00 hectares. Portanto, considera-se essa RPPN como o único tipo de Unidade de Conservação inserida dentro do Município de Água Doce.

Parque Nacional das Araucárias: Este parque foi criado Governo Federal, através do processo Nº 02001.002206/2005-11 do Decreto s/nº, do dia 19 de outubro de 2005, e pela Portaria nº 06 do dia 25 de janeiro de 2010. O parque encontrasse localizado nos Municípios de Ponte Serrada – SC e em Passos Maia – SC, apresentando uma área de 12.841 hectares. O objetivo do parque é preservar os ambientes naturais ali existentes com destaque para os remanescentes de Floresta Ombrófila Mista, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico. Nesse local é possível encontrar animais como Lobo-guará - *Chrysocyon brachyurus*, Pica-pau-de-cara- amarela - *Dryocopus galeatus*, Gato-maracajá - *Leopardus pardalis mitis*, Onça-parda - *Puma concolor capricornensis*, animais estes que estão na lista de espécies ameaçadas e que atualmente estão protegidas nesta Unidade de Conservação.

Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas: criado pelo Governo Federal por meio do Decreto s/nº de 03 de abril de 2006. Possui uma área de 16.582 hectares e está localizado na região do ecossistema de Campos Naturais, no centro sul do Estado do Paraná, divisa com o Estado de Santa Catarina, tendo como limite sul a Rodovia Federal PR-280, próximo às Usinas Eólicas de Palmas/PR e Água Doce/SC.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br

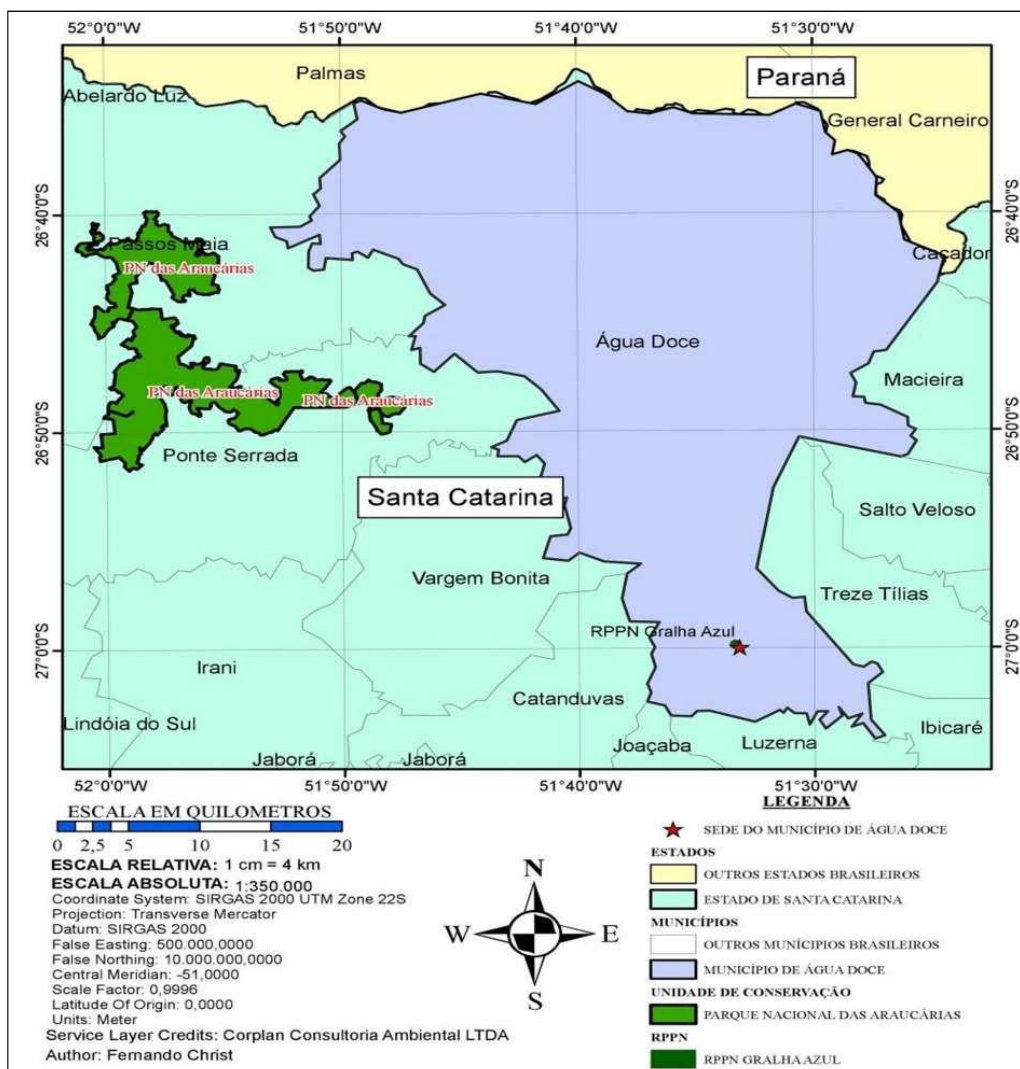


PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



30

Figura 08- Unidade de Conservação ambiental no município de Água Doce e entorno



Fonte: Mapa de geodiversidade estadual do CPRM. Adaptado por Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

3.5 PLANOS NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

De acordo com o Estatuto das Cidades, em vigor por meio da lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que visa estabelecer normas de interesse público e social e que regulamenta o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança pública e do bem estar dos cidadãos, assim como também o equilíbrio ambiental apresenta no Art. 2º a política urbana. Esta tem por objetivo

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



31

desenvolver as funções sociais da cidade e da propriedade urbana, diante de diretrizes como a garantia do direito a cidades sustentáveis, gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, planejamento no desenvolvimento das cidades, oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais e a ordenação e o controle do uso do solo, proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico, tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento.

3.5.1 Plano Diretor

O Plano Diretor, sendo este parte integrante do processo de planejamento municipal é obrigatório para cidade com mais de 20 mil habitantes, conforme o artigo 41º, parágrafo I da nº 10.257/01. Desta forma, segundo o Censo 2010 realizado pelo IBGE, o Município de Água Doce apresenta a população de 6.961 habitantes, portanto, o município se exime da obrigatoriedade em elaborar e implementar o Plano Diretor Municipal.

3.5.2 Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB

No município, atualmente, vigora a lei nº 1.633, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico – PMSB, e também cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e o Fundo Municipal Saneamento. Cujo objetivo descrito no Art. 1º da referida lei, é melhorar a qualidade da sanidade pública e manter o Meio Ambiente equilibrado, buscando o desenvolvimento sustentável e fornece diretrizes ao poder público e a coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

3.5.3 Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PMGIRS

O PMGIRS do município de Água Doce foi elaborado no ano de 2013, pela empresa Magrinelli e Madena Consultoria Técnica e Educacional, sendo que o mesmo foi aprovado pela Lei Complementar Nº 093, no dia 27 de agosto de 2014. Neste ato a aprovação da lei aconteceu, através do Senhor Novelli Sganzerla, prefeito na época, que é também, o atual prefeito no Município.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



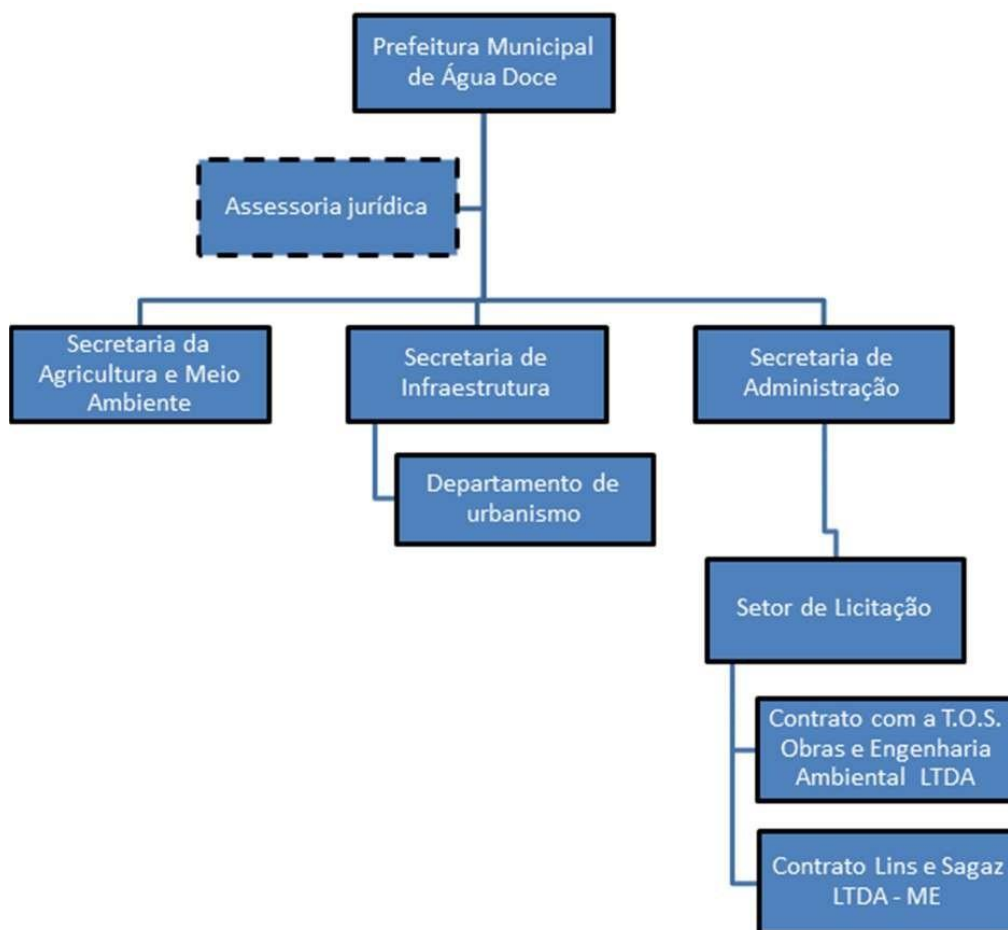
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



32

A estrutura institucional atual do município para os cuidados com o lixo está representada na figura 09.

Figura 09 – Estrutura da instituição pública para o gerenciamento dos resíduos sólidos



Fonte: Prefeitura de Água Doce, adaptada pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

As funções dos recursos humanos empregados no setor de gerenciamento de resíduos estão representadas no quadro 03 (está especificado o número de funcionários por função, inclusive, aqueles terceirizados).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



33

Quadro 03 – Número de profissionais envolvidos na gestão de resíduos

Tipos de profissionais	Número de profissionais por especialidades
Assessoria Jurídica	2 (dois) funcionários.
Secretaria Administração	1 (um) funcionário no departamento de compras e 2 (dois) funcionários no departamento de licitações e convênios.
Secretaria Infraestrutura	1 (um) funcionário na infraestrutura e 3 (três) funcionários no departamento de urbanismo.
Secretaria Agricultura e Meio Ambiente	1 (um) funcionário no departamento meio ambiente.
Secretaria Educação Cultura e Esporte	2 (dois) funcionários no departamento ensino fundamental.
Secretaria Saúde e Promoção Social	3 (três) funcionários no departamento de vigilância sanitária.
TOS Obras e Engenharia Ambiental Ltda.	3 (três) funcionários na coleta, nove (9) na disposição final e três (3) na coleta e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.
Lins e Sagaz Ltda. ME	2 (dois) varrição e 2 (dois) corte de grama e roçada.

Fonte: Prefeitura de Água Doce, adaptada pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

O município deve Identificar os geradores de resíduos sujeitos à elaboração de planos de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS), conforme os artigos 20 e 33 da Lei Nº. 12.305/2010, e, seguir os critérios sugeridos, que são exigidos na elaboração dos mesmos.

3.6 DADOS SOCIECONÔMICOS

3.6.1 População

Segundo informações do IBGE, a população no último Censo de 2010 é de 6.961 habitantes, e a estimativa em 2017 era de 7.154 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 5,30 hab./km². Deste somatório obtido no Censo 2010, 3.528 habitantes residem na área rural e 3.433 ou (49,32%) pessoas na área urbana. A razão de a população ser maior na área rural é pelo fato de ser um município que abrange uma grande extensão de área, apresentando muitas propriedades rurais, e consequentemente a geração de emprego para a população residente na área rural do Município de Água Doce.

3.6.2 Educação

No município atualmente existem 9 (nove) escolas, desse total, 5 (cinco) são escolas municipais para o ensino de pré-escola, 8 (oito) escolas municipais destinadas para o ensino



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



34

fundamental. E mais 1 (uma) escola estadual de ensino fundamental e 2 (duas) escolas estaduais destinadas ao ensino médio.

Em 2015, os alunos da rede pública municipal obtiveram nota média de 6.2 no Índice de Desenvolvimento Escolar Básico (IDEB). Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.4. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais coloca esta cidade na posição 114º de 295 municípios do estado. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passa para 221 de 295. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97,9% em 2010. Isso posicionava o município em 188 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 2.237 de 5.570, dentre as cidades do Brasil.

Conforme o censo 2015 realizado pelo IBGE, atualmente o município apresenta 1.479 alunos matriculados na rede escolar. Desse total, 175 matrículas são do ensino pré-escolar, correspondendo a 11,83% dos alunos, 983 matrículas é correspondente ao ensino fundamental com um percentual de 66,47% de todas as matrículas e o Ensino médio representa 321 matrículas, o que corresponde a 21,70% de todas as matrículas escolares.

Quadro 04 – Escolas do município de Água Doce, com o respectivo nível de escolaridade que é atendido em cada unidade e também o endereço

ESCOLA	NÍVEL DE ESCOLARIDADE ATENDIDA	ENDEREÇO
Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul.	Educação Infantil.	Rua Padre Anchieta, Nº 149, Centro.
Centro Educacional Municipal Marcelino Ivo Dalla Costa.	Educação infantil / Ensino Fundamental - anos iniciais e anos finais.	Comunidade Três Pinheiros, Rodovia BR 153.
Escola Isolada Núcleo de Colonização Jesuíno Mendes.	Educação infantil / Ensino Fundamental - anos iniciais.	Núcleo de Colonização Jesuíno Mendes.
Escola Municipal Lindaura Eleutério da Luz.	Educação infantil / Ensino Fundamental - anos iniciais.	Comunidade de Vista Alegre.
Escola Municipal Assentamento 1º de Agosto.	Educação infantil / Ensino Fundamental - anos iniciais.	Comunidade Paiol do Campo.
Escola Isolada Municipal Lageado Bonito.	Educação infantil / Ensino Fundamental - anos iniciais.	Assentamento Nove de Novembro.
PRODERAD – Projeto de Educação Rural de Água Doce.	Ensino Fundamental - anos finais.	Comunidade de Herciliópolis
CEA Municipal Doutor Alvino Raittz.	Educação e Jovens e Adultos.	Rua 1º de Maio, Bairro Vila Nova.

Fonte: Prefeitura Municipal de Água Doce. Setembro de 2018.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



35

3.6.3 Saúde

Conforme Informações levantadas pela Prefeitura Municipal de Água Doce, atualmente o município apresenta 5 (cinco) unidades de saúde, sendo 1 (um) hospital, com 33 (trinta e três) leitos, 3 (três) Programas de Saúde Familiar (PSF) e um Núcleo de apoio da Saúde da Família (NASF). Todas as unidades são atendidas pelo SUS – Sistema Único de Saúde.

3.6.3.1 Hospital

O Hospital Nossa Senhora da Paz, assim denominado, atualmente localizado na Rua Frei Dário, nº 109, Centro. Atualmente, é administrado por uma Associação Civil, de direitos privados, sem fins lucrativos, de caráter beneficente. O hospital possui contrato com o Sistema único de Saúde (SUS) para 31 (trinta e um) leitos e mensalmente são realizadas aproximadamente 70 (setenta) internações.

De acordo com informações levantadas junto ao Hospital Nossa Senhora da Paz, o estabelecimento emprega vinte e dois profissionais destacados nas funções registradas no quadro 04. É importante destacar que o hospital realiza atualmente exames de eletrocardiograma, Raio X, e ultrassom, desta forma, o município gera economia e maior comodidade a população em geral, evitando o deslocamentos para outros municípios da região com o fim de realizar os exames mencionados.

Quadro 05 – Profissionais existentes na área da saúde quantidade por função.

Tipos de profissionais	Número de profissionais por especialidades
Médicos	7
Enfermeiros	2
Técnicos de enfermagem	4
Farmacêutico	1
Nutricionista	1
Secretária	1
Administradora	1
Cozinheira	1
Serviços Gerais	4

Fonte: Prefeitura de Água Doce Adaptado por Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



36

3.6.3.2 *Estratégia Saúde da Família (ESF)*

A Estratégia Saúde da Família (ESF) foi criada pelo Ministério da Saúde com o objetivo de consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como base os princípios de acesso, tais como a equidade, integralidade e universalidade e, também, princípios organizativos como a descentralização, participação da comunidade e regionalização. A ESF é fundamentada na abordagem coletiva, multi e interprofissional, centrada na família e na comunidade e é composta por equipes saúde da família que envolve enfermeiros, médicos, técnicos em enfermagem, odontólogos (futuros dentistas) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Segundo informações levantadas junto a Secretária Municipal de Saúde, o município possui 3 (três) unidades que trabalham com a ESF. Juntas, as 3 unidades atendem mensalmente aproximadamente 1500 pessoas, desta forma, conforme dados do Ministério da Saúde, nessas unidades é possível resolver cerca de 80% dos problemas de saúde, e aqueles que apresentam maiores complexidade são encaminhados a outros centros com profissionais e tecnologias que possam resolver os problemas de maior complexidade.

Na sequência destacam-se as unidades de saúde presentes nas comunidades do município:

- **ESF Três Pinheiros** – Localizada as margens da Rodovia BR 153, na Comunidade de Três Pinheiros, interior. Nesta unidade, conforme descrito no quadro de funcionários, publicado na página da Secretaria Municipal de Saúde, o município disponibiliza os seguintes profissionais: Médico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, além de Agentes Comunitários.
- **ESF Alzira Itália Ferretti** – Localizada na Rua Frei Dário, 109, Centro da cidade de Água Doce. Nesta unidade, o município disponibiliza profissionais: Médico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Cirurgião Dentista, Auxiliar em Saúde Bucal e Agentes Comunitários.
- **ESF Irma Thereza Uber (Unidade Sanitária de Saúde)** – localizada na Rua Frei Dário, 109, Centro. Nesta unidade, o município possui profissional como coordenador de atenção básica, Médico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Cirurgião Dentista, Auxiliar em Saúde Bucal, Farmacêutico, Auxiliar de Farmácia, Agente de Endemias e Agentes Comunitários.

3.6.3.3 *Núcleo de apoio da Saúde da Família (NASF)*

O NASF foi criado com o objetivo de ampliar a abrangência e o escopo das ações da atenção básica, bem como sua resolubilidade, o NASF deve buscar contribuir para a integralidade do cuidado aos usuários do SUS, principalmente por intermédio da ampliação da clínica, auxiliando no aumento da capacidade de análise e de intervenção sobre problemas e necessidades de saúde, tanto em termos clínicos quanto sanitários e ambientais dentro dos territórios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



37

Atualmente o município também conta com o NASF, aonde destaca profissionais como psicólogo clínico, assistente social, fonoaudiólogo e educador físico.

3.7 PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Na atualidade considerada como uma das mais ricas do Brasil, a economia catarinense é bastante diversificada e está organizada em vários polos distribuídos por diferentes regiões do Estado. As características do clima, paisagens e relevos estimula o desenvolvimento de inúmeras atividades, que se destacam desde a agricultura e pecuária, o setor industrial na produção de têxtil, cerâmica, metal mecânico e também o turismo, que apresenta grande quantidade de atrativos em todo o estado.

No Oeste e no Meio Oeste Catarinense, a economia é bastante representativa no setor agropecuário com maiores destaques na produção de alimentos nos segmentos de carnes suína, de aves e também a produção leiteira. Também é possível destacar na região do Oeste e Meio Oeste a agricultura familiar, cuja atividade desenvolvida em pequenas propriedades é produção de alimentos para sua própria propriedade e também como fonte de renda no abastecimento de alimentos nos centros urbanos.

No Município de Água Doce essa perspectiva não é diferente, segundo dados apontados pelo IBGE em 2015, a agropecuária no município representa 43,49% aproximadamente R\$ 110.491.560,00 da renda bruta arrecadada no município, seguido da prestação de serviços com 32,20% valor de R\$ 81.801.510,00 milhões e por fim a indústria com uma representação de 11,78% com valor de R\$ 29.926.990,00.

Desse percentual que se destaca na economia do município apresenta um número expressivo de 867 propriedades, distribuídas em uma área de 117.902,368 hectares. No Quadro 06 e 07, é possível detalhar as maiores produções e com os respectivos valores de produção.

Quadro 06 – Produção no setor de pecuária no município de Água Doce

Origem de produção	Tipo de produção	Quantidade produzida (x 1.000)	Valor da produção R\$ (x 1.000)
Pecuária	Produção leiteira	8.871	10.645,00
	Produção de ovos	416 (dúzias)	1.373,00
	Produção de tilápia	21.500	118,00

Fonte: IBGE – Produção pecuária municipal em 2016. Adaptado pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



38

Quadro 07 - Produção agrícola no município de Água Doce

Origem da produção	Tipo de produção	Rendimento Médio de produção (kg/ha)	Quantidade produto (Tonelada)	Valor da produção R\$ (x 1.000)
Produção agrícola: cereais, leguminosas e oleaginosas.	Milho	6.600	33.000	8,910
	Soja	2.400	30.600	14,260
	Feijão	2.400	600	396,00
	Soja	2.400	400	206
	Arroz	2.000	20	7,00
Produção agrícola: Lavoura permanente	Uva	2.000	140	210,00
	Laranja	10.000	50	38,00
	Maçã	28.000	16.800	21.840,00
	Erva mate	6.481	1.750	1.050,00

Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal em 2016. Adaptado pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

Segundo informações repassadas pela Prefeitura Municipal, o município apresenta atualmente 355 empresas ativas no município. Desse total cerca de 200 empresas são registradas como microempresa, 80 microempreendedor Individual (MEI's), 48 associações denominadas, também de terceiro setor, 23 empresas com regime normal e 4 cooperativas.

No quadro 08, se apresentam os tipos de atividades existente no município, assim como também a quantidade por classe.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



39

Quadro 08 - Quantidades de empresas divididas de acordo com o tipo de atividade

Tipo de atividade	Quantidade por classe
Advogados (escritório)	04
Agropecuárias	05
Assessoria e consultoria	21
Associações (terceiro setor)	48
Bancos	03
Cabeleiros	03
Cartório	01
Cerealista (Depósito de grãos)	03
Comercio de autopeças	06
Comercio de eletrodomésticos	01
Comercio de roupas e calçados	10
Confeção (comércio)	04
Confeção (indústria)	04
Construção civil	09
Contabilidade escritório	02
Cooperativas	04
Corretoras de seguros / imóveis	06
Despachante	02
Eletricista / encanador	05
Esquadrias	03
Exames laboratoriais	02
Farmácia	04
Florestamento e reflorestamento	04
Funerária	01
Geração de energia elétrica	13
Hospitais e clínicas	06
Hotel e restaurante	01
Indústria de autopeças	01
Indústrias extrativas / transformação	08
Instituições de ensino	04
Lanchonete e bar	25
Loja de conveniência	03
Loja de material de construção / material elétrico	03
Lojas agropecuárias	05
Lotérica	01
Oficinas, chapeação e elétricas.	14
Outros MEI's diversos	58
Padaria	04
Papelaria e informática	03
Pet shop	02
Posto de combustível	05
Restaurante	02
Studio fotográfico	02
Supermercados / minimercados e mercearias	14
Taxista	02
Transporte coletivo	04
Transporte Rodoviário	19
Vinícola	01
TOTAL	355

Fonte: Prefeitura Municipal de Água Doce. Agosto (2018).

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA

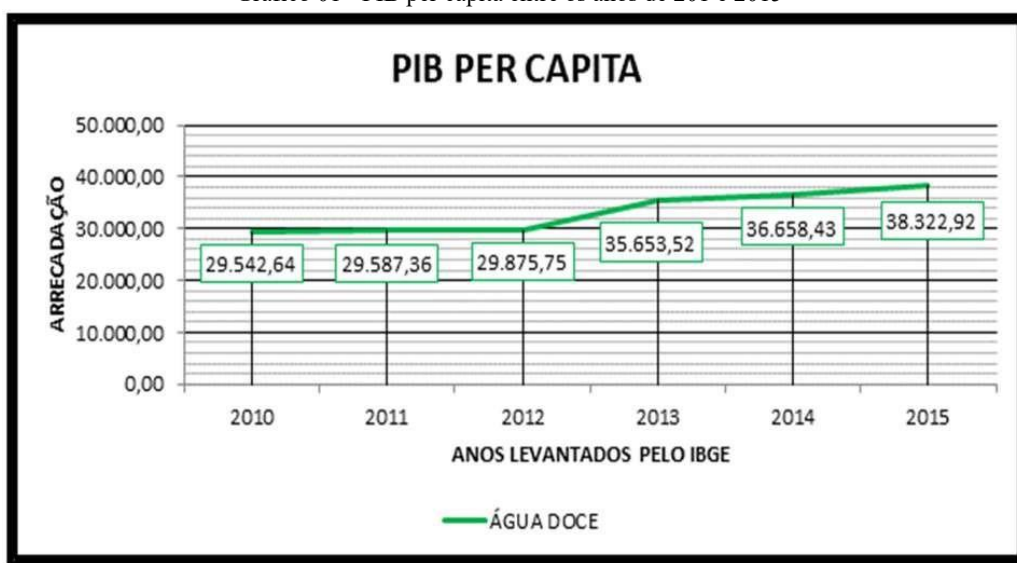


40

3.7.1 Produto Interno Bruto (PIB)

A representação da soma de todos os bens e serviços produzidos no município de Água Doce no ano de 2015, segundo informações do IBGE, em parceria com outros órgãos do governo apresenta um valor de R\$ 38.322,92, sendo considerada a 7ª maior economia da microrregião do Meio Oeste, e se comparado a outros municípios do estado, o município ocupa a 51ª posição. Ainda conforme dados obtidos através do IBGE, o PIB do município aumentou 22,91% entre os anos de 2010 e 2015. No gráfico 01 detalham-se os valores obtidos entre os anos de 2010 a 2015.

Gráfico 01 - PIB per capita entre os anos de 201 e 2015



Fonte: IBGE – Censo 2010. Adaptado pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

Ainda conforme levantamento realizado pelo IBGE em 2015, o município apresenta um percentual de 86,4% receitas geradas no município são de fontes externas. Recursos estes oriundos da União e do Estado através de Fundo de Participação dos Municípios – FPM, ICMS, IPVA, entre outros.

3.7.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O IDHM brasileiro considera as mesmas dimensões do IDH Global, onde o índice é composto por 3 (três) importantes dimensões do desenvolvimento humano, sendo elas, a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA

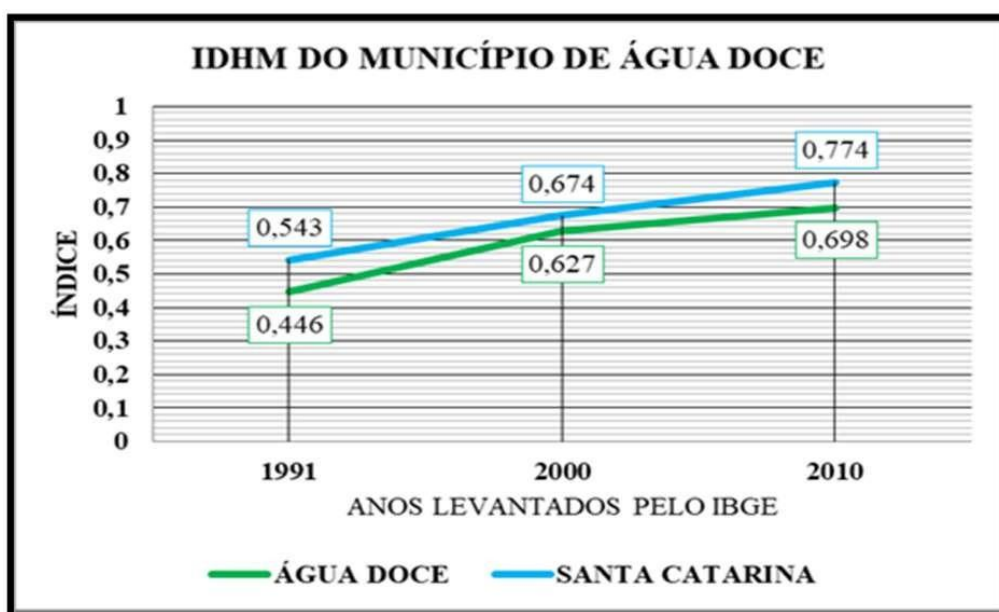


41

necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

No município esse índice, se destaca pelo aumento obtido nos últimos anos de 63,89% considerando os resultados levantados pelo IBGE nos anos de 1991, 2000 e 2010. No entanto, o município manteve abaixo da média estadual, como se observa no Gráfico 02.

Gráfico 02 - Comparação do IDHM do município de Água Doce em relação ao Estado de Santa Catarina



Fonte: IBGE – Censo 2010. Adaptado pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

3.7.3 Fontes de geração de energias renováveis

O município abriga o maior complexo eólico do Estado de Santa Catarina. Por isso, é reconhecido como a Capital Catarinense de Energia Eólica, composto por 109 aero geradores, estes por sua vez, localizados na região dos campos de altitude e estão divididos em oito parques, sendo eles o Parque Horizonte, Água Doce, Amparo, Aquibatã, Campo Belo, Cascata, Cruz Alta e Salto.

A produção de energia gerada nesse complexo é suficiente para abastecer um contingente de aproximadamente 500 mil habitantes. A iniciativa de gerar energia elétrica por meio da força dos ventos surgiu no ano de 2002, quando a empresa estatal, Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), que realizou um levantamento no Estado a fim de averiguar as áreas com potencial eólico. Deste estudo, três municípios catarinenses apresentaram as condições de vento adequadas para a implantação de uma usina eólica, estando entre estes o município de Água Doce.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



42

O investimento iniciou no ano 2003, quando a empresa CENAEEL (Central Nacional de Energia Eólica), atual Energia de Portugal Renováveis (EDP) - implantou o Parque Eólico Horizonte, composto por oito aerogeradores. Dois anos depois, a mesma empresa instalou as quinze máquinas que fazem parte do Parque Eólico Água Doce. Os aerogeradores medem entre 48 e 63 metros de altura e produzem 0,5MW/hora de energia cada.

Toda a geração é vendida para a CELESC e Companhia Paranaense de Energia (COPEL), responsáveis pela distribuição. Os bons ventos de Água Doce motivaram a expansão do conjunto pela empresa argentina IMPSA, que realizou a construção de mais 86 aerogeradores, distribuídos em seis parques eólicos. Medindo 100 metros altura, cada máquina tem a capacidade de geração de 1,5MW. A obra teve um custo estimado em 790 milhões de reais e foi concluída em dezembro de 2012.

Dentre as inúmeras vantagens desta fonte limpa e renovável de energia, destacam-se os benefícios econômicos proporcionados ao Município proventos da geração do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que contribui para o incremento do movimento econômico municipal. Ademais, os parques resultam na criação de receitas alternativas aos produtores rurais que arrendam seus terrenos para a implantação das torres, aos quais é permitida a continuidade das atividades relacionadas ao uso da terra, como a agricultura e pecuária. A atividade turística é também amplamente beneficiada, atraindo visitantes de diversos lugares motivados a conhecer o complexo eólico de Água Doce, os quais se encantam com a paisagem futurista que se contrapõe a tranquilidade dos campos de altitude.

3.8 LOGISTICA REVERSA

No município atualmente, algumas ações de logística reversa estão sendo realizadas pela Prefeitura Municipal de Água Doce, através das Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Turismo, de Educação Cultura e Esporte, em conjunto com a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Água Doce e a empresa Alpha Lixo Digital, por meio de campanha de coleta, transporte e destinação final. Estas campanhas são realizadas anualmente e tem por objetivo, executar a logística reversa de equipamentos eletrônicos como: gabinetes/CPU, processadores, impressoras, placas mãe, celulares, drivers, HD's, mouse/teclados, monitores CRT, Tv's, placas de circuito eletrônico, pilhas e baterias, estabilizadores, nobreak, videocassete/ DVD, telefones /celulares, rádios e vitrolas.

Na última campanha, realizada em maio de 2018, foi coletado 1.500 quilos de materiais eletrônicos, materiais estes que são encaminhados para a empresa Alpha Lixo Digital, que passam pelo processo de desmontagem e a separação do material, posteriormente esse material é destinado a outras empresas que buscam esses materiais para a reciclagem. A empresa Alpha Lixo Digital, que se encontra devidamente licenciada sob a Certidão de Conformidade Ambiental Nº 454340/2017

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



43

(ANEXO D – Certidão de Conformidade Ambiental), situada na Rua Tiradentes, Nº 626, Centro, município de Joaçaba - SC.

No setor privado, podemos destacar a empresa Pioneiro Ecometais Industrial LTDA., situada na Rodovia SC 452, km 18, S/Nº, Interior do município de Água Doce. A empresa executa a logística reversa de baterias da própria marca e também de outras empresas do ramo, a empresa mantém em sua planta fabril a capacidade anual de reciclagem de até 90.000 toneladas de baterias inservíveis. Porém, conforme informações levantadas, junto ao departamento de meio ambiente da empresa, no ano de 2017 a mesma processou 48.000 toneladas de baterias.

Diante das informações repassadas pela empresa Pioneiro Ecometais Industrial LTDA., a empresa possui licenciamento ambiental e opera sob a Licença Ambiental de Operação Nº 1153/2016 (ANEXO E – Licença Ambiental de Operação nº 1153/2016), com validade até dia 29 de agosto de 2020.

Outra técnica inovadora que está sendo utilizada pela empresa Pioneiro Ecometais Industrial LTDA. é o processo de Pirólise, que consiste em um sistema de conversão térmica de decomposição dos hidrocarbonetos presentes na borracha dos pneus inservíveis, cujos produtos derivados serão o óleo de pirólise, carvão, ferro e gás metano combustível. O gás metano gerado é reutilizado no processo de pirólise, sendo captado e direcionado para os reatores pirolíticos como fonte de combustível gerando calor para o sistema. Conforme dados repassados pelo departamento de meio ambiente da empresa, neste processo, a capacidade anual de 10.000 toneladas de pneus, sendo que em 2017 a empresa processou 3.000 toneladas de pneus. Desta forma, com a implantação da pirólise de pneus, a indústria consegue obter produtos que são utilizados no processo de reciclagem de baterias, tornando a empresa autossustentável na maioria de seus insumos de produção.

3.8.1 Ações relativas aos resíduos com logística reversa

De acordo o Ministério do Meio Ambiente valorizar a participação da sociedade, e suas instituições representativas, desde o início do processo de elaboração do plano e continuar fazendo de forma sistêmica, favorece a construção dos mecanismos de controle social dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, e dos sistemas de coleta seletiva e **logística reversa** que deverão ser implantados. (MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, ICLEI – Brasil (2012). Ver fluxograma representativo na figura 10.

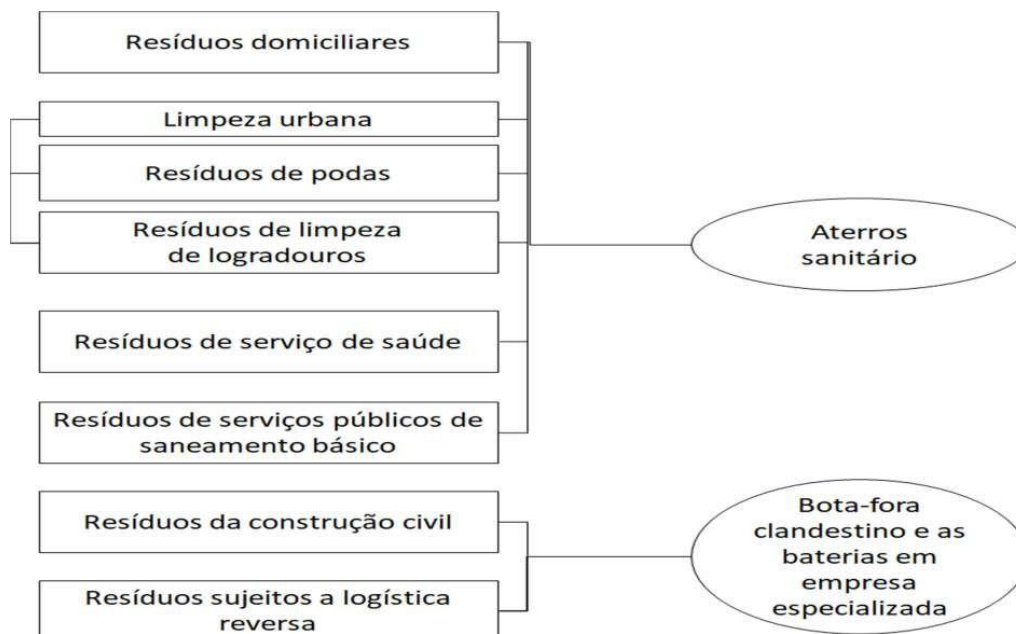


PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



44

Figura 10 – Fluxograma contendo a destinação final dos resíduos sólidos gerados no município.



Fonte: Adaptado pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

A responsabilidade pela estruturação e implementação dos sistemas de logística reversa de alguns resíduos está bem definida na Lei Nº. 12.305 como sendo dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.

Aos consumidores cabe a responsabilidade: de acondicionar adequadamente e disponibilizar os resíduos para a coleta ou a devolução. No entanto, **os consumidores precisam ser alertados e orientados**. No planejamento das ações, deverão ser determinados, primeiramente para os seis resíduos com logística reversa já estabelecida, (ver quadro 09) as diretrizes e estratégias, as metas e ações, para cada um deles, tendo como referência os acordos setoriais estabelecidos ou em processo de discussão.

XV - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVII - ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento; (Art. 18 da Lei nº 12305, 2010, p. 12).

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



45

O Art. 35 da PNRS BRASIL (2010b) afirma que, sempre que for estabelecido o sistema de coleta seletiva ou de logística reversa, o consumidor deve participar como segue:

- I. Acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados.
- II. Disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Obs.: Caso a prefeitura opte por realizar este serviço poderá trabalhar aspectos de inclusão social por meio de catadores com formação de cooperativa e/ou taxar o serviço o qual é pago pelos munícipes, o valor pode ser definido, com base no **Decreto 7.404/2010** (BRASIL, 2010d): “O Art. 84 prevê que os consumidores que descumpram suas obrigações estarão sujeitos à advertência e, em reincidência, multas de R\$ 50 a R\$ 500, que poderá ser convertida em prestação de serviços”. Tal como quadro 08.

Quadro 09 – Sugestão de quadro para realização da logística reversa

Resíduos com logística reversa	Diretrizes	Estratégias	Metas quantitativas	Programas e ações
Programas e ações				
Pilhas e baterias				
Lâmpadas fluorescentes				
Pneus				
Agrotóxicos e embalagens				
Óleos lubrificantes e embalagens				

Fonte: MMA - Ministério do Meio Ambiente, ICLEI – Brasil (2012)

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



46

4 PROGNÓSTICO

4.1 EVOLUÇÃO POPULACIONAL

Na gestão dos resíduos sólidos, a análise da população e sua distribuição entre o meio rural e urbano e as estimativas de crescimento, são dados basilares para a determinação da geração dos resíduos, tanto no aspecto quantitativo como no qualitativo. Essas informações contribuem na determinação de programas e ações em longo prazo para a concretização da política relacionada aos resíduos que contempla os aspectos legais, a infraestrutura necessária e os programas de educação ambiental. O quadro 10 apresenta os dados populacionais levantados no Censo de 2010.

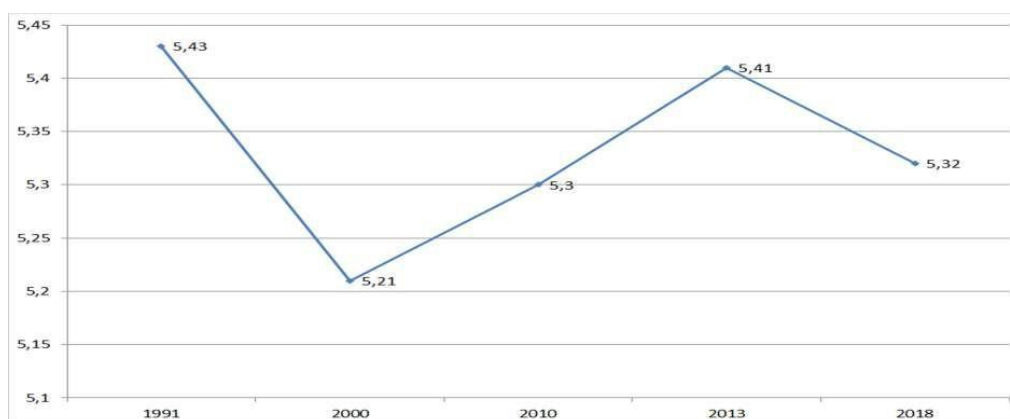
Quadro 10 – População de Água Doce de acordo com o Censo do IBGE 2010

Código do Município	Nome	Total da População em 2000	Total de homens	Total de Mulheres	Total da população urbana	Total da população rural	Total da população em 2010
420040	Água Doce	6.843	3.551	3.409	3.436	3.524	6.960

Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010.

Conforme os dados do IBGE a população do município está bem dividida entre a cidade e as atividades rurais representados pelos percentuais de 49,37% e 50,63% respectivamente. O gráfico 03 mostra a evolução da densidade demográfica habitantes por km².

Gráfico 03 - Evolução da densidade populacional de Água Doce



Fonte: IBGE. Adaptado pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

Os números estimados em relação a densidade populacional no município comparada com o do estado de Santa Catarina mostra uma diferença expressiva. Observa-se que há um decréscimo

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



47

populacional na região. A comparação com o estado e o País pode ser avaliada, tal como demonstrada no Gráfico 04.

Gráfico 04 – Comparativo da densidade demográfica de Água Doce, Santa Catarina e Brasil



Fonte: Resultados elaborados pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA, com base em dados do IBGE - apoiados na Estimativa Populacional 2010.

O Município, pelos dados atuais, possui uma densidade estimada de apenas 5,32 hab./km², número em relação a extensão territorial. A densidade populacional do estado de Santa Catarina, apurada em 2010, era de 65,5 hab./km² (IBGE, 2010), enquanto que a densidade populacional do país, estimada para 2013 é de 23,6 hab./km². Esses e outros dados foram empregados para estimar a evolução da população para o ano de 2022 (ver quadro 11).

Quadro 11 – Estimativa de crescimento populacional do Município de Água Doce entre 2000 e 2022

Ano	População total (hab.)	Taxa de crescimento da pop. Total (% a.a.)	População urbana (hab.)	População Urbana (%)	Taxa de crescimento da pop. urbana (% a.a.)
2000	6.843	-	3.148	46%	-2,90%
2010	6.960	0,17%	3.436	49,37%	0,89%
2018	7.138	0,32%	3.524	49,37%	0,32%
2020	7.896	1,27%	3.898	49,37%	5,17%
2022	8.130	1,47%	4.104	50,48%	2,60%

Fonte: Adaptado pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. a partir de censos e estimativa de projeção populacional IBGE e fórmulas do MMA (2018).

A evolução populacional é um dado que permite estimar a geração e a gestão dos resíduos sólidos em um determinado período de tempo e prever a estrutura necessária, bem como os respectivos investimentos para as demandas necessárias.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA

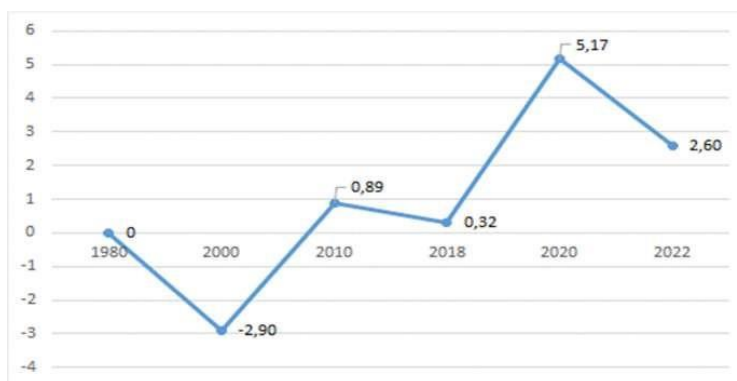


48

O dinamismo observado na evolução populacional no município pode chegar próxima aos 8.130 habitantes até 2022. A tendência é de um aumento no total de habitantes, discreto de 1,47% aproximadamente nos próximos 4 anos. O incremento estimado na população urbana do município é de 2,60%, ou seja, 0,65% ao ano, aproximadamente. O cálculo estimado obtido está 0,15% acima do estabelecido pelo IBGE (2015), que estabelece um incremento de 0,5% ao ano para municípios que possuem entre 5.001 a 10.000 habitantes para o estado de Santa Catarina.

O estudo de evolução populacional visa estimar a população do município no horizonte do plano. Ao final do estudo, deve-se saber qual a população estimada para cada ano do horizonte do plano. Trata-se de uma projeção da população por meio de métodos estatísticos, como o método do crescimento geométrico, (ver gráfico 05). Todos estes métodos se baseiam nos dados históricos de população, como os dados censitários produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Para o planejamento do setor de resíduos sólidos.

Gráfico 05 - Taxa geométrica de crescimento populacional



Fonte: Elaborada pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. Adaptado dos dados fornecidos pelo IBGE e fórmulas do MMA (2018).

A taxa geométrica de crescimento populacional possibilita verificar a tendência de investimentos na gestão de resíduos sólidos que devem aumentar progressivamente, em dimensões moderadas, justificando a implantação de um sistema de gestão que atende as demandas atuais e futuras.

4.2 EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO DE RESÍDUOS

A evolução anual da geração de resíduos foi estimada com base na evolução populacional. Para o cálculo, segundo o Ministério do Meio Ambiente (2013), utilizam-se duas variáveis:

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



49

- a) Geração "*per capita*" de resíduos sólidos urbanos (kg/habitante/dia), que para o Município de Água Doce/SC é de 0,757 kg por habitante ao dia, valor extraído da caracterização de RSU.
- b) População do município a cada ano (habitantes/ano), que são os valores anuais extraídos da tabela de projeção populacional.

O quadro 12 exemplifica a estimativa anual de geração de resíduos ao longo do horizonte do plano do município de Água Doce, considerando a taxa de crescimento. O crescimento populacional de acordo com o IBGE.

Quadro 12 – Estimativa de crescimento populacional versus geração de resíduos em Água Doce entre 2018 e 2021

Ano	População total (hab.)	Geração per capita de resíduos sólidos (kg/hab./dia)	Geração diária de resíduos sólidos (ton./dia)	Geração anual de resíduos sólidos (ton./ano)
2018	7.138	0,757	5,40	1.945
2019	7.184	0,757	5,44	1.958
2020	7.230	0,757	5,47	1.971
2021	7.276	0,757	5,50	1.983

Fonte: Adaptado pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. a partir de censos e estimativa de projeção populacional IBGE e fórmulas do MMA (2018).

Ao se considerar as características do município e o momento político econômico do país a tendência de comportamento para a geração *per capita* de RSU do município ao longo do horizonte do plano permanece estável. A geração de resíduos no município de Água Doce, comparado com a quantidade média, nos municípios com características similares, no estado e no país, que é de 0,65 kg/hab./dia, mostra a tendência de crescimento econômico. Portanto, a quantidade produzida pelos habitantes do Município de Água Doce já é superior ao referenciado pelo MMA, ou seja, em relação aos municípios com faixa populacional abaixo de 30 mil habitantes.

No entanto, considerou-se a estimativa do aumento populacional que é de aproximadamente 3% e a de resíduos 2%.

O aumento da população e a consequente ampliação das cidades deveriam ser acompanhadas do crescimento de toda infraestrutura urbana que proporcionasse aos habitantes uma mínima condição de vida. A ordenação deste crescimento se faz necessária, de modo que as influências que o mesmo possa ter sobre o meio ambiente não se tornem prejudiciais. Na atualidade, o planejamento busca sanar os problemas dos assentamentos já estabelecidos nos meios urbanos, desenvolvendo, assim, mais ações corretivas, do que preventivas no que se refere à produção de espaços. Um traço marcante da urbanização brasileira é seu caráter espontâneo e anárquico. (MOTA, 2003).

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



50

4.3 INICIATIVAS E CAPACIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A definição oficial de educação ambiental, do Ministério do Meio Ambiente: “Educação ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros”.

O município deve planejar ações para a comunicação e educação ambiental, o PMGIRS deve buscar uma agenda de eventos para curto, médio e longo prazo considerando:

- a) Pautar o assunto “resíduos sólidos” no dia a dia da comunidade, com campanhas, seminários, entrevistas em rádio e mídias impressas, etc.
- b) Motivar a comunidade no processo de construção coletiva do PMGIRS; divulgar a agenda de implementação do plano nos meios de comunicação, incentivando o interesse pela temática nos diversos ambientes: trabalho, lazer, escola, família, vizinhança, etc. (MMA, ICLEI, 2012, p.)

Quadro 13 - Sugestão de quadro para efetivação da comunicação e educação ambiental

Temas e abordagens	Diretrizes	Estratégias	Metas quantitativas	Programas e ações
Educação ambiental na ação dos órgãos públicos e escolas				
Educação ambiental na ação das entidades privadas				
Agenda de eventos				

Fonte: MMA - Ministério do Meio Ambiente, ICLEI – Brasil (2012)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



51

5 PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS

5.1 DEFINIÇÃO

A lei Nº. 12.305 (2010), em seu artigo 3º apresenta a seguinte conceituação:

Acordo setorial: Ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

Área contaminada: Local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos.

Área órfã contaminada: Área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis.

Ciclo de vida do produto: Série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final.

Coleta seletiva: Coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição.

Controle social: Conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.

Destinação final ambientalmente adequada: Destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

Disposição final ambientalmente adequada: Distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



52

Geradores de resíduos sólidos: Pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.

Gerenciamento de resíduos sólidos: Conjunto de ações exercidas de forma direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei.

Gestão integrada de resíduos sólidos: Conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

Logística reversa: Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Padrões sustentáveis de produção e consumo: Produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras.

Reciclagem: Processo de transformação dos resíduos sólidos que envolvem a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do SISNAMA e, se couber, do SNVS e do SUASA.

Rejeitos: Resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

Resíduos sólidos: Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



53

Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: Conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta lei.

Reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do SISNAMA e, se couber, do SNVS e do SUASA.

Serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades previstas no art. 7º da Lei nº 11.445, de 2007.

5.2 ORIGEM DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

A origem é o principal elemento para a caracterização dos resíduos sólidos. Segundo este critério, os diferentes tipos de resíduos podem ser agrupados em cinco classes, a saber: resíduo doméstico ou residencial, resíduo comercial, resíduo público, resíduo domiciliar especial (entulho de obras, pilhas e baterias, lâmpadas, pneus); resíduo de fontes especiais (resíduo industrial, resíduo radioativo, resíduos de portos, aeroportos e terminais rodoviários e ferroviários, resíduo agrícola, resíduos de serviços de saúde).

5.3 CARACTERÍSTICAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Para começar a pensar em um serviço de limpeza urbana é preciso identificar as características dos resíduos gerados, pois as características do lixo variam conforme a cidade, em função de diversos fatores, como por exemplo, a atividade dominante (industrial, comercial, turística, etc.), os hábitos e costumes da população (principalmente quanto à alimentação) e o clima. Isso só não basta. As cidades se transformam sem parar. Dentro de uma mesma comunidade, as características vão se modificando com o decorrer dos anos, tornando necessários levantamentos periódicos visando à atualização de dados.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



54

5.3.1 Características físicas

Composição gravimétrica: Traduz o percentual de cada componente em relação ao peso total do lixo.

Peso específico: É o peso dos resíduos em função do volume por eles ocupados, expresso em kg/m^3 . Sua determinação é fundamental para o dimensionamento de equipamentos e instalações; teor de umidade: esta característica tem influência decisiva, principalmente nos processos de tratamento e destinação do lixo. Varia muito em função das estações do ano e da incidência de chuvas.

Compressão: Também conhecida como grau de compactação, indica a redução de volume que uma massa de lixo pode sofrer, quando submetida a uma pressão determinada. A compressão do lixo situa-se entre 1:3 e 1:4 para uma pressão equivalente a 4 kg/cm^2 . Tais valores são utilizados para dimensionamento de equipamentos compactadores.

Geração per capita: Relaciona quantidade do lixo gerado diariamente e o número de habitantes de determinada região. Muitos técnicos consideram de 0,5 a 0,8 kg/habitante/dia como a faixa de variação média para o Brasil.

5.3.2 Características químicas

Poder calorífico: Indica a capacidade potencial de um material desprender determinada quantidade de calor quando submetido à queima;

Potencial de hidrogênio (pH): Indica o teor de acidez ou alcalinidade do material;

Teor de cinza, matéria orgânica, carbono, nitrogênio, potássio, cálcio, fósforo, resíduo mineral total, resíduo mineral solúvel e gorduras: Importante conhecer, principalmente quando se estudam processos de tratamento aplicáveis ao lixo.

Relação C/N carbono/nitrogênio: Indica o grau de decomposição da matéria orgânica do lixo nos processos de tratamento/disposição final.

5.3.3 Características biológicas

O estudo da população microbiana e dos agentes patogênicos presentes no lixo urbano, ao lado das suas características químicas, permite que sejam discriminados os métodos de tratamento e disposição mais adequados. Nessa área são necessários procedimentos de pesquisa.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



55

5.4 CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

De acordo com a NBR 10.004/2004 da ABNT, os resíduos sólidos podem ser classificados em:

- **RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS:** São aqueles que, em função de suas características intrínsecas de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade ou patogenicidade, apresentam riscos à saúde pública através do aumento da mortalidade ou da morbidade, ou ainda provocam efeitos adversos ao meio ambiente quando manuseados ou dispostos de forma inadequada.
- **RESÍDUOS CLASSE II – NÃO PERIGOSOS:** Divide-se em duas subclasses: não inertes e inertes.
- **RESÍDUOS CLASSE II A - NÃO INERTES:** São os resíduos que podem apresentar características de combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade, com possibilidade de acarretar riscos à saúde ou ao meio ambiente, não se enquadrando nas classificações de resíduos Classe I – Perigosos – ou Classe II B – Inertes.
- **RESÍDUOS CLASSE II B – INERTES:** São aqueles que, por suas características intrínsecas, não oferecem riscos à saúde e ao meio ambiente, e que, quando amostrados de forma representativa, segundo a norma NBR 10.007, e submetidos a um contato estático ou dinâmico com água destilada ou deionizada, a temperatura ambiente, conforme teste de solubilização segundo a norma NBR 10.006, não tiverem nenhum de seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade da água, conforme listagem nº 8 (Anexo H da NBR 10.004), excetuando-se os padrões de aspecto, cor, turbidez e sabor.

5.5 GERAÇÃO “PER CAPITA” DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO

A taxa de geração é bastante útil no planejamento da dimensão de instalações e equipamentos do sistema de gestão de resíduos sólidos. No caso da geração per capita associa-se a quantidade de resíduos gerada a um determinado número de habitantes de uma região por dia. Nesse caso, a informação é dada em kg/habitante/dia (quilogramas por habitante por dia).

Desta forma, a caracterização dos resíduos pode-se proceder a partir de três formas:

- **Coleta de dados primários com medição direta:** Essa Caracterização consiste na aplicação em sistema de medição continua (ou amostragem diária), Exemplo: pesagem de caminhões que chegam às estações de transbordo ou no aterro sanitário.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



56

- **Estimativa de resíduos sólidos através de dados secundários:** Estudo com base em dados secundários, através de levantamento preexistente sobre a geração de resíduos da região em que o município está inserido.
- **Estudo gravimétrico por amostragem de resíduos:** Consiste na análise da composição física de uma amostra de resíduos. Por meio desta análise, pode-se estabelecer qual o percentual de cada tipo de resíduo (orgânico, papel, plástico, metal vidro, etc.) em determinada região, permitindo dimensionar sistemas de tratamento de resíduos, pátios de compostagens e galpões de triagem.

5.5.1 Procedimentos alternativos para análise das características físicas do lixo

A maioria das cidades brasileiras não tem condições de montar laboratórios completos, onde sejam feitas todas as análises, de acordo com a norma técnica. Por isso, serão alinhados em seguida alguns procedimentos práticos que podem auxiliar na determinação do peso específico, composição gravimétrica do lixo urbano:

- Devem ser selecionadas algumas amostras de lixo, proveniente de diferentes áreas de coleta, a fim de conseguir resultados que se aproximem ao máximo possível da realidade.
- As amostras serão misturadas, com auxílio de pás e enxadas, num mesmo “lote”, rasgando-se os sacos plásticos, caixas de papelão, caixotes, etc. e materiais assemelhados que porventura existam.
- A massa de resíduos será dividida em quatro partes. Um dos quartos resultantes será escolhido para nova divisão em quatro partes e assim por diante. O processo se chama quarteamento.
- Os quarteamentos cessarão quando o volume de cada uma das partes for de aproximadamente 1 m³.
- Qualquer uma das quatro partes do material será separada para análise.
- Em seguida deverão ser escolhidos cinco recipientes de capacidade e pesos próprios conhecidos (tambores vazios de 200 litros usados para armazenar óleo são ideais).
- Os recipientes serão preenchidos até a borda com o lixo da “quarta amostra” selecionada. O recipiente cheio de lixo passa a ser o elemento básico de estudo. Através dele é possível obter: Peso específico médio (kg/m³), obtido através da fórmula abaixo:

$$\text{PESO ESPECÍFICO} = \frac{\text{PESO LÍQUIDO DE LIXO (kg)}}{\text{VOLUME TOTAL DOS LATÕES (m³)}}$$

O peso líquido de lixo (kg) é obtido através da fórmula, a seguir:

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



57

PESO LÍQUIDO DE LIXO = PESO TOTAL DOS LATÕES CHEIOS - PESO PRÓPRIO DOS LATÕES VAZIOS.

Em seguida, deve ser determinado o peso de cada um dos materiais separados. Finalmente, através de regra de três simples, será obtido o percentual em peso de cada componente, ou seja, a composição gravimétrica do lixo.

5.5.2 Quantidade de resíduos gerados no município

Conforme dados repassados pela T.O.S Obras e Engenharia Ambiental LTDA, após a composição gravimétrica dos resíduos do Município de Água Doce destacou-se a seguinte quantidade.

Quadro 14 - Composição gravimétrica dos resíduos domiciliares coletados na área urbana

Município	Orgânico (kg)	Plástico (kg)	P. Rígido (kg)	Papel (kg)	Vidro/alumínio (kg)	Rejeito (kg)
Água Doce	61,87	13,81	8,01	1,12	1,12	14,03

Fonte: T.O.S. Obras e Engenharia Ambiental LTDA. Agosto de 2018.

Diante das informações levantadas pela empresa T.O.S Obras e Engenharia Ambiental LTDA. é possível destacar ainda, que a coleta mensal é de 78,031 toneladas de resíduos domiciliares na área urbana do município, cerca de 2,6 toneladas ao dia. Essa quantidade é equivalente a 0,757 kg por habitante ao dia.

Com esse resultado *per capita* de 0,757 da população urbana do município de Água Doce, pode-se comparar com os dados do Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbano de 2016, cujo mesmo foi elaborado pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Nesta comparação pode-se destacar que a população urbana de Água Doce encontrasse abaixo das médias *per capita* de 0,85 a 0,90 kg/hab./dia para municípios com população até 250 mil habitantes, também comparando com a média nacional que é de 0,94 kg/hab./dia.

A prefeitura é responsável pela destinação final dos resíduos provenientes da limpeza urbana (roçadas, podas e cortes de grama); e da informação da medição da quantidade gerada semanal ou mensal. Quanto aos resíduos resultantes da varrição como o pedrisco, terra, restos da construção civil, a quantidade média levantada é de 1 m³ por mês, este resíduo, depois de coletado, passa a ser reutilizado nas obras de construção civil que a empresa executa no município de Água Doce.

O quadro 14 apresenta a quantidade de Resíduos do Serviço de Saúde (RSS) gerados pelo Hospital Nossa Senhora da Paz da cidade de Água Doce, SC.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



58

Quadro 15 – Quantidade média de resíduos do serviço de saúde do Hospital Nossa Senhora da Paz

MÊS DE COLETA	RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE				
	GRUPO A (kg)	GRUPO B (kg)	GRUPO C (kg)	GRUPO D (kg)	GRUPO E (kg)
Maio / 2018	103,50	1,4	---	---	16,10
Junho / 2018	92,00	---	---	---	16,8
Julho / 2018	149,50	1,00	---	---	27,6
Agosto / 2018*	4,60	---	---	---	0,50
Quantidade média de resíduos nos meses 05/ 06 e 07	115,00	1,90	---	---	20,16

Nota. Fonte: Hospital Nossa Senhora da Paz. (2018). * A empresa Tucano Gestão Ambiental LTDA, coleta duas vezes por mês, portanto, no mês de agosto foi realizada somente uma coleta.

Quanto aos resíduos das Unidades de Saúde do município de Água Doce, estes são todos armazenados juntos, com os resíduos gerados no Hospital Nossa Senhora da Paz, posteriormente estes são coletados pela empresa T.O.S Obras e Engenharia Ambiental LTDA. e encaminhados para tratamento especial.

Observação: Recomenda-se ao município que solicite também a medição dos resíduos, do tipo C e D, se é que são gerados.

5.6 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO

O município de Água Doce, atualmente, não apresenta estrutura física ou operacional própria, desta forma, os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos do município, são realizados por empresa terceirizada, que, para o caso são de responsabilidade da empresa T.O.S Obras e Serviços Ambientais LTDA., inscrita no CNPJ nº 72.332.778/0001-09, estabelecida no município de Maravilha – SC.

Assim como os resíduos sólidos domiciliares, os resíduos do serviço de saúde, também são coletados, transportados, tratados e destinados pela empresa T.O.S Obras e Serviços Ambientais LTDA.

Os serviços realizados pela empresa T.O.S. Obras e Serviços Ambientais LTDA. iniciaram no município em 24 de abril de 2014, através de processo Licitatório Nº 22/2014, na modalidade de Tomada de Preço Nº 01/2014. Portanto, a empresa permanece atualmente no município, através de Contrato Termo Aditivo assinado entre as partes.

Outros serviços como de varrição, roçadas, jardinagem e a limpeza de pátios e calçadas também são terceirizados pela prefeitura, para o qual, a contratação ocorreu por meio de Processo Licitatório Nº 41/2018, na modalidade de Pregão Presencial Nº 33/2018, Ata de Registro Nº 12/2018,

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



59

diante desse processo licitatório, a empresa responsável por esse trabalho é realizado pela Empreiteira Lins e Sagaz LTDA. - ME, inscrita no CNPJ Nº 22.100.156/0001-87, estabelecida no Município de Água Doce – SC.

5.6.1 Equipamentos e unidades operacionais

Os serviços de coleta dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais no perímetro urbano é terceirizado, trabalho este realizado pela empresa T.O.S Obras e Serviços Ambientais LTDA., desta forma, a coleta e transporte desses resíduos acontece com um caminhão compactador com capacidade de 15 m³. Em se tratando de resíduos domiciliares, o órgão ambiental do Instituto do Meio Ambiente - IMA entende que não a necessidade de licenciamento ambiental para esse tipo de transporte, portanto, a empresa enquadra-se na Resolução Consema Nº 98, de 5 de maio de 2017, código 47.10.10, destacando, nesse caso, que o licenciamento ambiental é isento para os seguintes resíduos recicláveis não contaminados: “papel, papelão, plástico, madeira, sucatas metálicas, tecidos, vidros, polímeros expandidos e demais embalagens”.

Figura 11 - Caminhão compactador da empresa T.O.S Obras e Serviços Ambientais LTDA



Fonte: T.O.S. Obras e Serviços Ambientais LTDA. Acessado em 17 de agosto de 2018.

Os resíduos sólidos domiciliares, depois da coleta são transportados até o aterro, onde ocorre a triagem e em seguida é enviado para aterro sanitário, que está localizado na Linha Nossa Senhora das Graças, Interior, CEP: 89613-000, Erval Velho/SC. As Coordenadas Geográfica em UTM são: 454105.22 m O - 6986904.57 m S. Este possui a Licença Ambiental de Operação - LAO 6844/2016, vigente até 01 de setembro de 2020.

A destinação final dos Resíduos do Serviço de Saúde (RSS) é o aterro sanitário do município de Anchieta – SC, neste caso, esse transporte é realizado por 1 (um) Veículo furgão, ano 2016, sendo

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



60

que este veículo apresenta especificações conforme determina a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ou seja atende aos requisitos da Norma Brasileira de Regulamentação NBR 14.652 de 06/2013 Implementos Rodoviários - Coletor-transportador de resíduos de serviços de saúde - Requisitos de construção e inspeção; para o transporte desse tipo de resíduo.

De acordo com dados levantados junto ao IMA, a empresa obteve Licença Ambiental de Operação, conforme LAO Nº 10391/2017 (ver Anexo A), vigente até o dia 20 de dezembro de 2021, sendo que a mesma está inscrita na atividade 47.10.10 – “Transporte rodoviário de produtos perigosos, exclusivamente no território catarinense, e o Transporte Rodoviário de RSS, e de resíduos ou rejeitos industriais, e de comércio ou de serviços, classes I, IIA e IIB, exceto para os seguintes resíduos recicláveis não contaminados: papel, papelão, plástico, madeira, sucatas metálicas, tecidos, vidros, polímeros expandidos e demais embalagens”, de acordo com a Resolução do Consema Nº 98, de 5 de maio de 2017.

A Figura 12 evidencia o caminhão da empresa T.O.S Obras e Serviços Ambientais LTDA., utilizado na coleta e transporte de resíduos do serviço de saúde.

Figura 12- Caminhão específico para coleta e transporte de resíduos do serviço de saúde



Fonte: T.O.S. Obras e Serviços Ambientais LTDA. Acessado em 17 de agosto de 2018.

Depois da coleta e do transporte do RSS (figura 11) a empresa T.O.S Obras e Serviços Ambientais LTDA executa o destino final no aterro sanitário de Anchieta – SC. No entanto, o mesmo passa a ser tratado, através de Autoclave (figura 13), sob a Licença Ambiental de Operação (LAO) Nº 2373/2015 (ver Anexo B), somente depois disso é que os resíduos são encaminhados para a destinação final no aterro sanitário, da própria empresa, sob a Licença Ambiental de Operação (LAO) Nº 5092/2015, processo RSU/00063/CRO (ver Anexo C), localizada na Linha Camargo, Interior,

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



61

Anchieta – SC, coordenadas geográfica UTM: 273135,55 m E – 7070926,30 m S, conforme figura 14.

Figura 13 - Autoclave utilizada no tratamento de Resíduos do Serviço de Saúde no Aterro de Anchieta - SC



Fonte: T.O.S. Obras e Serviços Ambientais LTDA. Acessado em 17 de agosto de 2018.

Figura 14 - Aterro Sanitário de Anchieta, local destinado aos resíduos sólidos Classe IIA e IIB.



Fonte: Google Maps, 2018. Acessado em 29 de agosto de 2018.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



62

Os serviços de limpeza pública urbana são executados pela Empreiteira Lins e Sagaz LTDA – ME, com sede no próprio município (Água Doce), e por se tratar de uma empresa que executa diversos serviços como construção civil, extração de madeiras florestais, serviços de limpezas em prédios e também a limpeza urbana que consiste varrição de ruas, calçadas, roçadas, cortes de grama e dentre outros serviços. Para a execução do serviço de limpeza urbana a empresa disponibiliza dos seguintes equipamentos.

Quadro 16 - Quantidade de equipamentos utilizados na limpeza urbana.

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Vassouras de cerdas rígidas	2
Vassouras de palhas	2
Enxadas	2
Pás com cabo vertical	2
Carrinho de carregar resíduos	1
Soprador / aspirador com sacos	1
Roçadeiras a gasolina	2
Rastel	2
Facão	1

Fonte: Secretaria de urbanismo e obras de Água Doce, adaptado pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

5.6.2 Serviço operacional dos resíduos sólidos

Para a coleta e transporte dos resíduos sólidos da coleta domiciliar e comercial, a operação dos serviços é realizada por 1 (um) motorista e 2 (dois) ajudantes, já no aterro de Erval Velho esses resíduos são operacionalizados por 9 profissionais, sendo 1 (um) encarregado, 1 (um) balanceiro, 3 (três) de serviços gerais, 2 (dois) operadores, 1 (um) motorista, 1 (um) operador de ETE.

Quanto aos resíduos do serviço de saúde, estes são operados por 1 (um) motorista, sendo este responsável pela coleta e transporte dos resíduos, e posteriormente no tratamento desses resíduos a empresa T.O.S Obras e Serviços Ambientais LTDA. disponibiliza mais 2 (dois) profissionais, estes por sua vez, executam os serviços na autoclave.

Com relação aos serviços de varrição, corte de grama e roçadas a Empreiteira Lins e Sagaz LTDA – ME, dispõe de 4 (quatro) funcionários, 2 (dois) deles executam a limpeza e os outros 2 (dois) executam o serviço de corte de grama e roçadas.

5.6.3 Frequência da prestação dos serviços de coleta

A frequência de coleta dos resíduos sólidos domiciliares é realizado 3 (três) vezes por semana, acontecendo sempre nas segunda, quartas e sextas-feiras, no horário das 15 horas às 20 horas e 50

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



63

minutos. Para os resíduos do Serviço de Saúde a coleta acontece com periodicidade quinzenal, desta forma, esses resíduos não apresentam dia específico da semana para realização da coleta.

NOTA: Houve a solicitação do mapa do roteiro de coleta dos resíduos na área urbana do município para contribuir com esse PMGIRS, porém não foi possível encontrar esse documento com a Prefeitura e a empresa executora do serviço.

Para a limpeza urbana (varrição, corte de grama e roçadas) do município, a frequência é variável, acontecendo sempre de acordo com as necessidades da Administração da Prefeitura Municipal. Recomenda-se executar os serviços de limpeza urbana, observando os seguintes critérios:

Quadro 17 – Frequência e critérios de qualidade para realização do serviço de limpeza urbana

Serviço	Frequência	Crítérios de Qualidade
Varrição	Alternada 3 (três) vezes por semana.	Operação diurna, com repassagens nas vias de maior movimento e concentração; Equipe mínima de 2 homens por setor de varrição; Uso de EPIs; Fração orgânica resultante deverá ser compostada; Produtividade mínima de 1,5 km/dia; Mínimo 0,6 varredor/1000 hab.
Capina, Roçagem e Poda	Entre 30 e 120 dias, conforme época do ano	Proibido realizar capina química; Fração orgânica resultante deverá ser compostada; Produtividade mínima de 200m²/dia/servidor.
Limpeza e Coleta de resíduos em feiras e mercados públicos	Sempre após o encerramento do evento ou da atividade.	Fração orgânica resultante deverá ser compostada; e, realizada a higienização da área.

Fonte: Adaptado de Barros (2012) citado pelo MMA (2013)

À Prefeitura de Água Doce cabe, o dimensionamento das equipes e respectivos equipamentos necessários, bem como definir setores de varrição e demais procedimentos operacionais específicos. Elaborar e manter atualizado cadastro único de empreendimentos e atividades com geração diferenciada de resíduos sólidos de que trata o artigo 20 da Lei nº 12.305/2010, bem como exigir os seus devidos Planos de Gerenciamento. Cabe ainda, manter a fiscalização sistemática dos empreendimentos e atividades com geração diferenciada de resíduos sólidos. Executar temporariamente o serviço de coleta e de destinação adequada dos resíduos que ainda não são objeto de Logística Reversa implementada. Conduzir, junto às entidades responsáveis elencadas abaixo, a negociação para a implementação da Logística Reversa das cadeias já definidas, por acordo setorial ou regulamento (Leis ou Resoluções do CONAMA).

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



64

5.7 ASPECTO JURÍDICO

As leis aprovadas e vigentes no município estão citadas tal como se demonstra no quadro 18.

Quadro 18 – Legislação relacionada ao meio ambiente e aos resíduos sólidos no âmbito municipal

LEI Nº.	DATA DE PUBLICAÇÃO	DISPÕE SOBRE:
Lei Orgânica	12 de dezembro de 2005	Lei Orgânica do Município de Água Doce – SC.
0541	10 de junho de 1988	Dispõe sobre a Proteção e Melhoria da Qualidade Ambiental, abrangendo toda a área do Município de Água Doce.
002	31 de dezembro de 1991	Institui o código Tributário do Município de Água Doce.
1633	27 de dezembro de 2007	Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e o Fundo Municipal de Saneamento Básico.
1734	10 de março de 2009	Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, Órgão Normativo, Consultivo e de Assessoramento da Prefeitura de Água Doce.
1886	29 de março de 2009	Dispõe sobre a Obrigatoriedade de todos os Estabelecimentos Comerciais Substituírem as Sacolas Plásticas Convencionais por Sacolas Biodegradáveis, Oxi-Biodegradáveis e retornáveis.
2149	27 de novembro de 2012	Dispõe sobre o Tombamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município de Água Doce.
LC 093	27 de agosto de 2014	Dispõe sobre a Política Municipal De Resíduos Sólidos de Água Doce.
2362	07 de julho de 2015	Cria a Política Municipal do Meio Ambiente - PMMA e dá outras providências.
2363	07 de julho de 2015	Dispõe sobre a taxa municipal de prestação de serviços ambientais pelo município de Água Doce.
2364	07 de julho de 2015	Altera artigo da lei nº 1.734/2009 que cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA e dá outras providências.
LC 123	27 de novembro de 2017	Institui a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo do município de Água Doce.
LC 124	27 de novembro de 2017	Dispõe sobre normas relativas às edificações do município de Água Doce, Estado de Santa Catarina - código de edificações - e dá outras providências.

Fonte: Câmara Municipal de Água Doce. Adaptado pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. (2018).

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro – Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



65

6 OBJETIVOS, PROGRAMAS, AÇÕES, INDICADORES E METAS

Nesta seção estão apresentadas as soluções desenvolvidas pelo poder público e sociedade civil, para os problemas identificados, na seção Diagnóstico, sobretudo aqueles que afetam direta ou indiretamente a gestão dos resíduos sólidos no âmbito do município.

Estas soluções foram construídas seguindo o sequenciamento lógico a seguir. O método abaixo proposto busca a articulação entre o planejamento e o orçamento, por meio de programas, com a aproximação dos programas à gestão das organizações, conforme abaixo descrito.

Conteúdo mínimo abordado (Decreto Nº. 7.404/2010)

VIII - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos;

IX - programas e ações voltadas à participação de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, quando houver;

(...)

XI - metas de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos;

XIII - identificação de áreas de disposição inadequada de resíduos e áreas contaminadas e respectivas medidas saneadoras.

6.1 METODOLOGIA PARA ESTABELECEER OBJETIVOS, PROGRAMAS, AÇÕES, INDICADORES E METAS.

1º Passo: Definir os objetivos.

Os objetivos devem explicitar os propósitos da intervenção necessária. E começa com verbo no tempo infinitivo. Ex.: Implementar programas de logística reversa.

2º Passo: Definir para cada objetivo os programas e as ações que colocarão em prática as soluções necessárias para os problemas identificados na seção Diagnóstico;

Os programas devem operacionalizar as soluções propostas estabelecendo as medidas e insumos necessários para a consecução dos objetivos, além de serem o elo entre os gestores públicos e sociedade civil. Os programas devem sempre considerar as previsões para o orçamento municipal e as oportunidades de apoio oferecidas pelo governo federal e governo estadual, principalmente, por meio de repasses de recursos (convênios, contratos de repasse, outros). Os programas devem vir

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



66

acompanhados de ações práticas e metas para a concretização de objetivos comuns preestabelecidos, devendo ser monitorados quanto à sua evolução, por meio de indicadores de desempenho.

3º Passo: Definir os indicadores de desempenho dos programas e das ações e as respectivas fontes da informação.

Os indicadores de desempenho dos programas devem ser elaborados com objetivo de verificar os resultados produzidos com a implementação das políticas públicas. O resultado da aferição permite aos gestores avaliarem os resultados obtidos com os programas. O objetivo básico de avaliar o programa não é produzir números e sim melhorar os resultados. Para se formular um indicador deve-se adotar os critérios mais relevantes, dependendo da área e do propósito da avaliação. No mínimo, deverá ser elaborado um indicador para o desempenho geral do programa e um indicador específico para cada ação. Deve-se ressaltar que os programas têm prazo determinado, em geral, ou até 4 anos. A avaliação por meio dos indicadores deve ocorrer durante a execução dos programas, por meio do monitoramento sistemático e após o seu término, caracterizando a Avaliação Final. O monitoramento pode indicar a existência de problemas ou necessidade de ajustes ou mudanças nos componentes do programa. Com base nos resultados da Avaliação Final, julga-se a pertinência da manutenção ou não do programa e, se a resposta for positiva, se o programa deve ser mantido em sua formulação original ou sofrer modificações.

A adoção de indicadores de desempenho deve considerar a proporcionalidade entre custos de monitoramento versus benefícios. Os custos do monitoramento não devem exceder aos benefícios que se esperam dele. Devem-se adotar indicadores mais sofisticados, para operações relevantes e indicadores mais simples para as operações menos relevantes, ou que ofereçam menos riscos.

É muito importante indicar a fonte de informação, pois assim, é possível verificar o conteúdo dos indicadores. As fontes podem ser estatísticas oficiais (Ex.: dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), Censo IBGE 2010, entre outros), pesquisas de opinião pública ou outras publicações. Em todo caso, é fundamental que fontes adequadas existam e que sejam confiáveis.

4º Passo: Definir as metas imediatas (de 1 a 2 anos), de curto (2 a 4 anos), médio (de 4 a 8 anos) e longo prazo (de 8 a 20 anos) para cada programa e ação.

As metas podem ser de natureza quantitativa ou qualitativa, a depender das especificidades de cada caso. Preferencialmente, no processo de elaboração das metas opta-se por definir metas quantitativas. Quando qualitativa, a meta também deverá ser passível de avaliação. Além disso, as

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



67

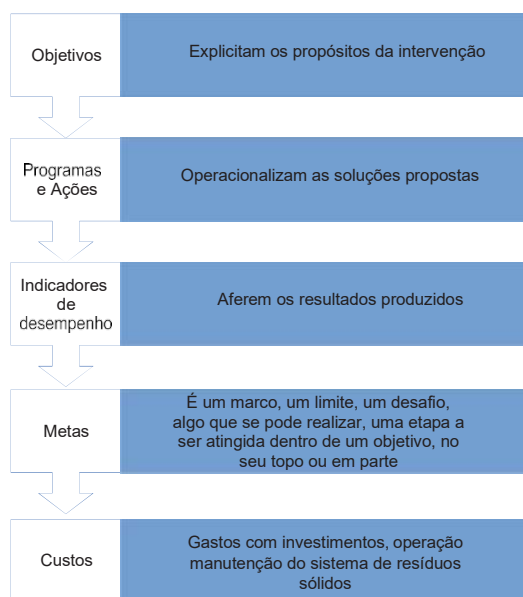
metas devem ter aspectos temporais e espaciais, por exemplo: Adquirir um (1) veículo para a coleta seletiva na zona urbana do município até março de 2020. Para que seja possível acompanhar a evolução do cumprimento das metas, é necessário traçar a situação atual ou a linha de base da comparação, como por exemplo:

- Situação atual: nenhum veículo para a coleta seletiva existente; ou
- Linha de base: o último levantamento realizado em 2018 apontou para a existência de 1 veículo em utilização para a coleta seletiva.

É importante que seja estabelecido o cronograma de execução (cronograma de implementação) que indique as datas (de início e término) previstas para conclusão das metas.

5º Passo: Estimar os valores requeridos para implementar os programas e ações, considerando os custos de investimento, operação e manutenção dos sistemas que serão implantados até o final do horizonte do plano.

O cálculo do investimento total necessário ao programa varia de acordo com a dimensão, localização e uma série de outros fatores. As estimativas vão sendo aprimoradas e detalhadas conforme aumenta o grau de definição e de detalhamento dos projetos. Para indicação no plano é suficiente que os estudos de engenharia para a definição do valor do investimento tenham nível de detalhamento de anteprojeto, sendo calculado com base em valores de mercado, considerando o custo global de obras semelhantes no Brasil.



O cálculo dos custos com operação e manutenção dos sistemas, após a implantação dos programas, deve considerar os valores atribuídos e acompanhados pela prefeitura do município, de maneira geral, a mão de obra, os recursos patrimoniais (aluguéis e arrendamentos), os insumos (energia, combustíveis, matérias-primas etc.), as despesas gerais de administração, a manutenção (peças de reposição etc.), outras despesas (seguros, impostos e taxas, juros, depreciações), as reservas

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



68

e os imprevistos. Na gestão dos resíduos sólidos é interessante estratificar os custos em três grandes etapas:

- a) Coleta convencional: combustíveis, mão de obra, EPIs, transporte, armazenamento etc.;
- b) Coleta seletiva e tratamento: combustíveis, mão de obra, EPIs, materiais etc.;
- c) Disposição final dos rejeitos: combustíveis, mão de obra, EPIs, energia elétrica, materiais, análises laboratoriais etc.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



69

Quadro 19 – Objetivos, programas, ações, indicadores e metas para o município de água doce em relação à gestão dos resíduos sólidos

1º Passo	2º Passo	3º Passo		Diagnóstico	4º Passo		5º passo
Objetivos	Programas e Ações	Indicadores	Fontes de informação	Situação Atual	Prazos	Metas	Investimento anual (R\$) da operação e manutenção
1. Objetivo: Implantar coleta seletiva no município	Programa: Estabelecer programa de coleta seletiva, com um <i>slogan</i> . Ex.: “Aqui se cuida do lixo” ou “Aqui fazemos gestão do lixo – participe”.	Indicador Geral: Número de domicílios atendidos pela coleta seletiva, dividido pelo número total de domicílios multiplicado por cem.	A prefeitura (Secretaria de Infraestrutura) deve realizar a contagem anual dos domicílios que são atendidos pela coleta seletiva.	A realizar	Entre 01/01/19 e 31/12/21	Meta Geral: Implantar a coleta seletiva de porta a porta até dez.2019.	
	1.1 Ação: Terceirizar o serviço de coleta seletiva	Indicador Específico: Número de veículos em operação (terceirizados)	Dados anuais fornecidos pela empresa prestadora de serviços de coleta seletiva terceirizada	01 veículo adequado para a coleta seletiva	Entre 01/01/19 e 31/12/21	Meta Específica Coletar 50% do material reciclável (113.280,80 ton./ano) gerado no município até 31 de dezembro 2019	1.056.246,29
	1.2 Ação: Estabelecer pontos de entrega voluntária (PEV)	Indicador Específico: Número e localização dos pontos de entrega voluntária.	Dados anuais fornecidos pela prefeitura (Secretaria de Infraestrutura) informando o grau de eficiência ou quantidade coletada.	Não existe postos de entrega voluntária	Entre 01/01/20 e 31/12/21	Meta específica: Instalar 04 (quatro) pontos de entrega voluntária (PEV) na praça da cidade.	24.000,00
	1.3 Ação: Evitar o descarte irregular de entulhos da construção civil.	Indicador Específico: Toneladas de resíduos da construção civil disponibilizado adequadamente.	Empresa terceirizada que faz a coleta.	Não existe.	01/01/2019 até 31/12/2021	Meta específica: Obter o índice zero de entulho da construção civil depositado clandestinamente até dezembro de 2021.	Para a Prefeitura tempo de elaborar o programa de mão de obra para elaborar o programa e informar a população pelo Portal do cidadão R\$ 6.000,00. As despesas cobrar do gerador conforme estabelece a Lei

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

ESTADO DE SANTA CATARINA



79

1º Passo	2º Passo	3º Passo		Diagnóstico	4º Passo	5º passo
Objetivo	Programas e Ações	Indicadores	Fontes da informação	Situação Atual	Prazos	Metas
2 Objetivo Desenvolver ações de comunicação social e ambiental	Programa: Educação socioambiental (ver quadro 12)	Indicador Geral Índice de pessoas que receberam orientação, através de folder. Fórmula: número de pessoas treinadas ou informadas / total de municípios x 100 =	Política Nacional 12.305/2010 e Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 , com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 2007 , e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 .	A realizar	20/03/2019 e 30/09/2019 Repetir em datas aproximadas nos anos subsequentes 2020 e 2021	Meta geral: Atingir 80% dos municípios até dez 2020 e 95% até dez. 2021.
	2.1 Ação: Realização de palestras, com a comunidade escolar e na sociedade em geral, através dos clubes de mães, idosos, bairros, entre outros.	Indicador Específico: Número de palestras ou eventos realizados	Política Nacional 12.305/2010 e Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 .	A realizar	01/01/2020 à 31/12/2021	Meta específica: Atingir 100% dos escolas até dez. de 2020 e dos clubes e bairros 95% até dez. 2021.
	2.2 Ação: Elaboração e distribuição de material educativo, através de folders, panfletos ou cartazes, entre	Indicador Específico: Número de folhetos ou folders produzidos versus distribuídos	A Prefeitura (Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente) deve realizar a contagem anual do número de folhetos ou folders produzidos versus distribuídos.	A realizar	01/01/2020 à 31/12/2021	Meta geral: Atingir 80% dos domicílios até dez 2020 e 95% até dez. 2021.
						13.500,00
						15.000,00

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro – Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



71

1º Passo	outros.	3º Passo	Diagnóstico	4º Passo	5º passo
Objetivo	Programas e Ações	Indicadores	Situação Atual	Prazos	Metas
3 Objetivo: Acompanhar ou monitorar os serviços de limpeza pública urbana	Programa Fiscalização ou acompanhamento	Indicador geral: Número de notificações para as empresas terceirizadas por procedimento irregular.	Secretaria de Infraestrutura (Departamento de Urbanismo)	01/01/2019 à 31/12/2020	Ter zero notificações no ano vigente até 31/12/2021.
3.1 Ação: Criar a função de fiscal dos serviços de limpeza pública urbana.		Indicador geral: Número de notificações para as empresas terceirizadas por procedimento irregular.	Secretaria de Infraestrutura (Departamento de Urbanismo)	01/01/2019 à 31/12/2020	Ter zero notificações no ano vigente até 31/12/2021.
4 Objetivo: Lâmpadas pós-uso destinadas corretamente e	Programa Devolver suas Lâmpadas pós-uso (esgotadas energeticamente) para o descarte correto	Indicador Geral: Número de lâmpadas recebidas nos pontos de coleta e nos fornecedores (comércio).	Dados obtidos anualmente junto aos comerciantes e distribuidores de lâmpadas, instalados no município, na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e CDL.	01/01/2019 a 31/12/2019	Meta Geral: Coletar até 1.000 lâmpadas pós-uso, no primeiro ano de funcionamento do programa e recebimento da totalidade das lâmpadas inutilizadas até 2021. R\$ 1,00 por lâmpada = R\$ 1.000,00 ou devolver ao fornecedor

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

ESTADO DE SANTA CATARINA



72

1º Passo	2º Passo	3º Passo		Diagnóstico	4º Passo		5º passo
Objetivo	Programas e Ações	Indicadores	Fontes da informação	Situação Atual	Prazos	Metas	Investimento (R\$) da operação e manutenção
5 Objetivo: Funcionários da Prefeitura Municipal capacitados em gestão de resíduos sólidos	Programa "Funcionário capacitado é funcionário competente".	Indicador Geral: Número de funcionários capacitados em gestão de resíduos sólidos dividido pelo número total de funcionários da Prefeitura.	Dados anuais fornecidos pelo Departamento de Recursos Humanos do município.	Não existe	01/01/2020 a 31/12/2021	Meta geral: 20% dos funcionários capacitados em gestão de resíduos sólidos anualmente.	
	5.1 Ação: Oferecer aos funcionários curso para a elaboração e implementação de plano municipal de gestão integrada de resíduos.	Indicador Específico: Número de funcionários capacitados para implementação de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos	Dados anuais fornecidos pelo Departamento de Recursos Humanos do município.	Não existe	Janeiro 2020	Meta Específica: Capacitar no mínimo 03 (três) funcionários para implementar o PMGIRS até dezembro de 2021.	99.000,00
	5.1 Ação: Atender a Lei Municipal Complementar Nº. 093/2014, de 27 de agosto de 2014.	Indicador Específico: Número de funcionários capacitados para atender a Lei Municipal Complementar Nº. 093/2014.	Dados anuais fornecidos pelo Departamento de Recursos Humanos do município.	Não existe	Janeiro 2020	Meta Específica: Capacitar no mínimo 01 (um) funcionário para atender a Lei Complementar Nº. 093/2014 até dezembro de 2021.	R\$ 16.500,00

Fonte: Adaptado pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. do MMA (2013)

Custo por economia = 1.466.730,29/33 meses = 44.446,37/mês/ 1.069 economias = **R\$ 41,57**

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



73

À Prefeitura de Água Doce recomenda-se elaborar um Plano de Ação para efetivar Oportunidades de Melhoria no PMGRS a fim de atender aos requisitos legais conforme Lei Nº 12.305 (2010) e outras Leis pertinentes. A saber:

6.2 O MANEJO DIFERENCIADO DOS RESÍDUOS (COLETA SELETIVA)

A Seção IV da lei Nº. 12305 (2010), dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) em seus artigos mandatórios, a saber, são:

Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade

II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no **caput**, na forma de lei municipal. [...]. Ver também art.36 [...]. II - estabelecer sistema de coleta seletiva [...].

CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: [...]. V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa [...].

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



74

É a essência do conceito de coleta seletiva e se aplica a todos os resíduos, reconhecidos como bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda.

O planejamento do manejo diferenciado de cada resíduo deverá contemplar as **diretrizes, estratégias, metas, de programas e ações** específicas, que garantam fluxos adequados.

As diretrizes são as linhas norteadoras e as estratégias os meios para implementação, que definirão as ações e os programas para que as metas sejam atingidas. O planejamento das ações poderá seguir uma lógica investigativa, conforme segue abaixo:

- **Diretrizes (O QUÊ?)** – quais são as diretrizes específicas que deverão ser atendidas pelo plano?
- **Estratégias (COMO?)** – quais são as estratégias de implementação (legais; instalações; equipamentos, mecanismos de monitoramento e controle) necessárias para o cumprimento do plano?
- **Metas (QUANTO e QUANDO?)** – quais são os resultados e prazos a serem perseguidos pelas ações concebidas?
- **Programas e ações (COM QUEM?)** – quais são os agentes públicos e privados envolvidos e quais as ações necessárias para efetivação da política de gestão? (MMA, ICLEI – Brasil (2012, p. 94).

Quadro 20 - Demonstrativo de como fazer para programar a coleta seletiva

Diretrizes (O QUÊ FAZER?)	Estratégias (COMO FAZER?)	Metas (QUANTO e QUANDO FAZER?)	Programas e ações (COM QUEM VAI FAZER E SE RESPONSABILIZAR PELAS EXECUÇÃO DAS AÇÕES?)
----------------------------------	----------------------------------	---------------------------------------	--

Fonte: Adaptado pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. de (MMA, ICLEI – Brasil (2012, p. 94).

Incluir além da coleta, a **medição** dos resíduos de saúde provenientes das Unidades de Saúde do Município.

3 - Nas iniciativas para a comunicação e educação ambiental, o PGIRS deve buscar uma agenda de eventos para curto, médio e longo prazo considerando:

- c) Pautar o assunto “resíduos sólidos” no dia a dia da comunidade, com campanhas, seminários, entrevistas em rádio e mídias impressas, etc.
- d) Motivar a comunidade no processo de construção coletiva do PGIRS; divulgar a agenda de implementação do plano nos meios de comunicação,

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



75

incentivando o interesse pela temática nos diversos ambientes: trabalho, lazer, escola, família, vizinhança, etc. (MMA, ICLEI, 2012, p.)

Quadro 21 - Sugestão de quadro para efetivação da comunicação e educação ambiental

Temas e abordagens	Diretrizes	Estratégias	Metas quantitativas	Programas e ações
Educação ambiental na ação dos órgãos públicos				
Educação ambiental na ação das entidades privadas				
Agenda de eventos				

Fonte: MMA - Ministério do Meio Ambiente, ICLEI – Brasil (2012)

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



76

7 CUSTOS E COBRANÇAS

De acordo com o artigo 145, da Constituição Federal de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios podem instituir taxas, em razão de exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. Sobre a cobrança da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, o Supremo Tribunal Federal - STF entende como específicos e divisíveis os serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, desde que essas atividades sejam completamente dissociadas de outros serviços públicos de limpeza realizados em benefício da população em geral e de forma indivisível, tais como os de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos (praças, calçadas, vias, ruas, bueiros). Razão pela qual as taxas cobradas em razão, exclusivamente dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de resíduos sólidos provenientes de imóveis são constitucionais, ao passo que é inconstitucional a cobrança de valores tidos como taxa em razão de serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos (MMA – 2016, p. 46.)

Resumindo, os serviços de limpeza urbana (varrição, capina, poda, desobstrução do sistema de águas pluviais e limpeza de outros locais de circulação pública) poderão ser custeados por outras receitas do município como: transferências do governo federal (exemplo: FPM - Fundo de Participação do Município); repasse do governo estadual (exemplo: ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação); ou recursos municipais arrecadados por meio de impostos (exemplo: IPTU - Imposto sobre a Propriedade predial e Territorial Urbana).

No caso de municípios pequenos, com até 20 mil habitantes, o Ministério do Meio Ambiente – MMA recomenda a cobrança da seguinte maneira:

- a) **Taxa:** Coleta e destinação final para os domicílios e pequenos comércios que gerem resíduos que se caracterizam como domiciliares;
- b) **Tarifa:** para grandes geradores (exemplo: economias que geram acima de 2.500 litros ou 500 kg de resíduos por mês); ou geradores de resíduos industriais, comerciais, de serviços de saúde, da construção civil, agrossilvopastoris ou de mineração, que utilizam o serviço público de manejo de resíduos sólidos, que não é o caso do Município de Água Doce.

NOTA: Conforme a Lei Nº 11.445/2007, artigos 29 poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



77

A cobrança da taxa de resíduos sólidos domiciliares poderá estar anexa a boletos de outros serviços, como por exemplo, conta de água, por meio de taxas mensais, bimestrais, trimestrais, semestrais ou anuais, ou junto com o IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana “o município pode optar por aquela que melhor se adéque”.

7.1 SISTEMA DE CÁLCULO PARA TAXA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A seguir método simplificado para cálculo da taxa de manejo de resíduos sólidos urbanos.

Passo 1: levantamento de dados básicos do município:

1. População: número de habitantes;
2. Economias: número de domicílios, terrenos vazios e estabelecimentos atendidos pelo serviço público; e
3. Geração de resíduos sólidos domésticos: massa por pessoa por dia.

Passo 2: definição do valor presente dos investimentos (obras e equipamentos) necessários no horizonte do Plano:

1. Coleta Convencional: veículos coletores, garagem etc.;
2. Coleta seletiva e tratamento: veículos, PEV Central etc.;
3. Disposição Final: projetos, licenças, obras e equipamentos do Aterro Sanitário; e
4. Repasses não onerosos da União ou Estado.

Passo 3: definição dos Custos Operacionais mensais considerando a contratação direta ou indireta (concessão):

1. Coleta Convencional: combustíveis, mão de obra, EPIs etc.;
2. Coleta Seletiva e Tratamento: combustíveis, mão de obra, EPIs, materiais etc.; e
3. Disposição Final: combustíveis, mão de obra, EPIs, energia elétrica, materiais, análises laboratoriais etc.

Passo 4: parâmetros para financiamento:

1. Porcentagem de resíduos na coleta convencional;
2. Porcentagem de resíduos na coleta seletiva;
3. Prazo de pagamento; e
4. Taxa de financiamento dos investimentos (inclui juros e inflação).

Recomenda-se que a prefeitura reavalie os valores das taxas e tarifas praticados a cada ano e faça o reajuste observando o intervalo mínimo de doze meses, conforme prevê o Decreto nº 7.217/2010 que regulamenta a Lei nº. 11.445/2007.

As formas de obter recursos para auxiliar na gestão de resíduos sólidos e a infraestrutura pode ser disponibilizado por meio de financiamentos não reembolsáveis e reembolsáveis (MMA, p. 49).

Abaixo destacamos algumas fontes de recursos junto ao governo federal e outras instituições.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



78

Fontes não reembolsáveis:

1. Ministério do Meio Ambiente.
 - Fundo Nacional de Meio Ambiente;
 - Fundo Clima.
2. Ministério da Saúde / Fundação Nacional da Saúde – FUNASA.
 - Programa de Resíduos Sólidos.
3. Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA.
 - Programa Saneamento Básico.
4. Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS.
 - Programa de Resíduos Sólidos.
5. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
 - Fundo Social.

Fontes reembolsáveis:

1. Banco do Brasil – BB
 - FINAME Empresarial
 - Eco Empresarial;
 - Cartão BNDES
 - PROGER Urbano Empresarial;
 - PROGER Urbano Cooperfat;
 - Leasing.
2. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
 - PMI – Projeto Multissetorial Integrado Urbano;
 - Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



79

Quadro 22 – Cálculo do custo dos serviços de limpeza pública urbana a partir de censos e estimativa de projeção populacional IBGE (2010).

A	População (hab) :	3.436	Equação adotada
B	Economias:	1.069	
C	Geração de resíduos domésticos (kg/hab.dia)	0,76	ok
D	Geração da cidade (ton/mês)	78.031,56	$(A \times C / 1000) \times 30$
E	Investimento em Coleta Convencional (R\$):	332.833,24	
F	Investimentos em Coleta Seletiva e Tratamento (R\$):	384.089,56	
G	Investimentos em Disposição Final (R\$):	127.341,84	
H	Repasse não oneroso da União ou Estado para Resíduos Sólidos (R\$)	477.853,79	
I	Valor total dos investimentos (R\$) :	366.410,85	$E + F + G - H$
J	Operação da Coleta Convencional (R\$/mês):	19.952,77	
K	Operação da Coleta Seletiva e Tratamento (R\$/mês):	32.007,46	
L	Operação da Disposição Final (R\$/mês):	10.611,82	
M	Resíduos da Coleta Convencional (%)	90,00%	
N	Resíduos da Coleta Seletiva (%)	10,00%	
O	Operação da Coleta Convencional (R\$/ton):	284,11	$J \backslash (D \times M)$
P	Operação da Coleta Seletiva e Tratamento (R\$/ton):	4.101,86	$K \backslash (D \times N)$
Q	Operação da Disposição Final (R\$/ton):	151,10	$L \backslash (D \times M)$
R	Custo operacional total (R\$/mês)	62.572,05	$J + K + L$
S	Prazo de pagamento (anos)	15	
T	Taxa de financiamento do investimento (mensal - %)	0,90%	
U	Pagamento do financiamento - investimentos (R\$/mês)	4.118,71	$I \times T / \{ 1 - [1 / (1 + T) ^ { (12 \times S) }] \}$
V	Valor da taxa (R\$/economia.mês)	62,3861214	$(R + U) / B$
X	Faturamento (R\$ /mês)	66.690,76	$V \times B$

Fonte: Adaptado pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. do Ministério do Meio Ambiente – MMA. Visualizado dia 05 de setembro de 2018.

O cálculo desta planilha pode acessado neste Link:

<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80058/Exemplo-Planilha-Calculo-TAXA-RSU.xls>

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



80

Quadro 23 - Observações a ser adotadas no quadro 22

ITEM	DADOS A SEREM ADOTADOS PARA O CÁLCULO DO QUADRO 22
A	
B	
C	
D	
E	Caminhões, unidades de transbordo, caçambas etc.
F	LEVs, PEVs, veículos coletores para catadores etc.
G	Aterro sanitário
H	Convênios ou contratos de repasse
I	
J	Combustível, mão de obra, EPI, manutenção etc.
K	Água, luz, EPI, manutenção, combustível, mão de obra etc.
L	Água, luz, EPI, manutenção, combustível, mão de obra etc.
M	Soma tem que ser 100%
N	
O	Cálculo para efeito de comparação com custos de outros municípios
P	Cálculo para efeito de comparação com custos de outros municípios
Q	Cálculo para efeito de comparação com custos de outros municípios
R	
S	Deve ser menor do que a vida útil do sistema
T	Juros + inflação
U	Método de prestações fixas
V	Cobrança mensal de cada economia
X	

Fonte: Ministério do Meio Ambiente – MMA. Visualizado dia 05 de setembro de 2018.

O quadro 24 apresenta uma estimativa da evolução da taxa, para o período, entre 2010 e 2022, referentes ao custo por economia, para a manutenção do serviço de limpeza pública urbana no Município de Água Doce/SC.

Quadro 24 – Evolução dos custos por economia.

Ano	População total (hab.)	População urbana (hab.)	População Urbana (%)	Número de economias	Custos (R\$)
2000	6.843	3.148	46%	-	-
2010	6.960	3.436	49,37%	1.069	62,380
2018	7.138	3.524	49,37%	1.097	60,790
2020	7.896	3.898	49,37%	1.214	59,930
2022	8.130	4.104	50,48%	1.279	52,140

Fonte: Adaptado pela Corplan Consultoria Ambiental LTDA. a partir de censos e estimativa de projeção populacional IBGE e fórmulas do MMA (2018).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



81

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANA – Agência Nacional de Águas. Divisão Hidrográfica. Base Hidrográfica Ottocodificada da Bacia do Rio Uruguai. Disponível em: <http://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home>. Link de metadados: <http://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/metadata.show?id=426&currTab=distribution>. Acessado no dia 20 de julho de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 7.217, de 5 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2010.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Institui Estatuto da Cidade**. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de julho de 2001.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Institui a Política nacional do Saneamento Básico**. Diário Oficial da União, Brasília, 08 de janeiro de 2007.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Diário Oficial da União, Brasília, 03 de agosto de 2010.

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Mapa de Geodiversidade Estadual**. Link de acesso: <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geodiversidade/Mapas-de-Geodiversidade-Estaduais-1339.html>. Link de metadados: http://dadosgeosgb.cprm.gov.br:8080/cprm/geobank.documents.download?id_sessao=20141001121224&usuario=1&file=gdsc_lito.zip. Acessado no dia 19 de julho de 2018.

DECRETO Nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm.

DEINFRA – Departamento Estadual de Infraestrutura. **Download de Mapa Rodoviário**. Link de acesso: <http://www.deinfra.sc.gov.br/maparodoviario>. Link de metadados: <http://www.deinfra.sc.gov.br/webdocs/deinfra/docs/mapas-rodoviaros/shapefileRodoviasSobJurisdicaoDEINFRA.zip>. Arquivo metadados em Shapefile (Plataforma de mapeamento do Arcgis). Acessado no dia 18 de julho de 2018.

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Planejamento e Pesquisa. **DNITGeo – Geotecnologias Aplicadas**. Link de acesso: <http://www.dnit.gov.br/planejamento-e-pesquisa/dnit-geo>. Link de metadados: http://servicos.dnit.gov.br/vgeo/0Arquivos/download1/rodovias_federais_SNV.zip. Arquivo metadados em Shapefile (Plataforma de mapeamento do Arcgis). Acessado no dia 18 de julho de 2018.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Departamento de Solos. GEOINFO - Infraestrutura de dados Espaciais. **Metadados: Levantamento de reconhecimento dos solos do estado de Santa Catarina**. Link de acesso: http://geoinfo.cnps.embrapa.br/layers/geono/de%3Alev_sc_esta_do_solos_lat_long_wgs84/metadata_read. Link de metadados: http://geoinfo.cnps.embrapa.br/geoserver/wfs?format_options=charsetpercentage3AUTF8&typename=geonodepercentage3Alev_sc_estado_solos_lat_long_wgs84&outputFormat=SHAPEZIP&version=1.0.0.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE**

ESTADO DE SANTA CATARINA



82

&service=WFS&request= GetFeature. Arquivo metadados em Shapefile (Plataforma de mapeamento do Arcgis). Acessado no dia 20 de julho de 2018.

Estado de Santa Catarina. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC. Lei Promulgada Nº 348, de 21 de 1958. **Alteração da divisão territorial do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis – SC, 01 de agosto de 1958.

Hospital Nossa Senhora da Paz. Informações gerais do hospital. Acessado em 14 de agosto de 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. **Censo Agropecuário 2017.** Rio de Janeiro – RJ. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual técnico de pedologia,-** 3. Edição - Rio de Janeiro – RJ. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas. Bases e referenciais. Bases cartográficas. Malhas territoriais municipais digitais.** ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2015/Brasil/BR/br_municipios.zip. Arquivo metadados em Shapefile (Plataforma de mapeamento do Arcgis). Data de modificação / publicação 29 de junho de 2016. Acessado no dia 17 de julho de 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas. Bases e referenciais. Bases cartográficas. Unidades da Federação digitais.** ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2015/Brasil/BR/br_unidades_da_federacao.zip. Arquivo metadados em Shapefile (Plataforma de mapeamento do Arcgis). Data de modificação / publicação 29 de junho de 2016. Acessado no dia 17 de julho de 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). **População: Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação.** Retirado de: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/notatecnica.html>. Acessado em: 05 de março de 2019.

ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade. **Manual para aproveitamento de Biogás: Volume 1 – Aterros Sanitários.** São Paulo, 2010. 80 p.

ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade. **Manual para Aproveitamento de Biogás: Volume 2 – Efluentes Urbanos.** São Paulo, 2010. 77 p.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Sistema Informatizado de monitoramento de RPPN. Portaria 27, de 27 de abril de 2000. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN Gralha Azul.** Acessado no dia 08 de agosto de 2018.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Decreto s/nº de 19 de outubro de 2005. **Parque Nacional das Araucárias.** Acessado no dia 08 de agosto de 2018.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Decreto s/nº de 03 de abril de 2006. **Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas.** Acessado no dia 08 de agosto de 2018.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente.** Rio de Janeiro: ABES, 2003.

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE. Portal de Turismo da Prefeitura, **Complexo Eólico de Água Doce,** <https://turismo.aguadoce.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/2796>. Acessado no dia 12 de julho de 2018.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



83

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE. Departamento de Turismo da Prefeitura de Água Doce, **Histórico do Município de Água Doce**. Pag. 2 de 3. Documento criado em 21 de setembro de 2015. Acessado no dia 19 de julho de 2018.

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE. Câmara Municipal de Água Doce. Legislação municipal. **Link de acesso:** http://www.legislacaomunicipal.com/busca_leis.php?municipio=82939398000190. Acessado no dia 7 de agosto de 2018.

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE. Secretaria Municipal de Saúde. Informações do Programa de Saúde da Família. Acessado no dia 14 de agosto de 2018.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC

CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



84

APÊNDICES

APÊNDICE A – CURRÍCULO RESUMIDO DA EQUIPE TÉCNICA

Engenheiro Paulo Afonso Corbellini

O Senhor Paulo Afonso Corbellini é formado em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e mestre em Engenharia Civil na área de Hidráulica e Saneamento.

O Engenheiro Paulo Afonso Corbellini já atuou como Analista Técnico da Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (FATMA) (atualmente reconhecida como Instituto do Meio Ambiente (IMA), entre os anos de 1995 a 2000. Também atuou na Prefeitura Municipal de Concórdia como Superintendente da Fundação de Defesa do Meio Ambiente (FUNDEMA) entre os anos de 2001 a 2004, foi professor de ensino superior na Universidade do Contestado (UNC), e também Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia (FATTEP) e em Cursos de Extensão superior em várias Universidades.

E desde maio de 2005 atua no setor privado como Sócio Administrador da empresa Corplan Consultoria Ambiental LTDA – ME. Na empresa o Senhor Paulo Afonso Corbellini atua como Eng. Sanitarista e Ambiental, aonde desenvolveu e que ainda predomina os trabalhos em aterros sanitários, licenciamento de loteamentos, licenciamentos industriais e comerciais, PMGIRS nas Prefeituras de Herval D'Oeste e Capinzal, atualmente também atua na Prefeitura de Sarandi – RS com serviços de apoio técnico na área ambiental.

Nedi Maria Zanella Corbellini

A Senhora Nedi Maria Zanella Corbellini é Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade do Contestado (UNC). Possui especializações nas áreas de Logística Empresarial pela universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e também na área de Gestão Ambiental de Municípios pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, Especialista em Gestão de Empresas com ênfase em Finanças pela UnC/SENAC, Lead Assessor em gestão de empresas e Ambiental pelo IRCA e Pela EMA, Mestranda em Sistemas de Gestão da Qualidade, Meio Ambiente e Saúde e Segurança do Trabalho.

Como administradora, atuou em empresas da Indústria Gráfica na área de gestão da qualidade por 22 anos, atualmente atua em empresas da região na implementação da Gestão da

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



85

Qualidade (ISO 9001 e 14001); empresas de diversos ramos de atividade. Também, exerce função de professora de ensino superior na Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia (FATTEP) e na Sociedade Concórdia de Educação (FACC).

Junto à empresa Corplan Consultoria Ambiental presta serviços de assessoria na área administrativa, atuando em trabalhos como no PMGIRS das Prefeituras de Herval D'Oeste e Capinzal e em empresas na implantação de PGRSI e PGRSS e em treinamentos de educação ambiental.

Fernando Christ

O senhor Fernando Christ possui formação Superior em Tecnólogo em Gestão Ambiental pela Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia – FATTEP, também é especialista em Gestão Ambiental de Municípios pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Atua na Corplan Consultoria Ambiental como funcionário desde abril de 2013, atua em serviços administrativos e técnicos na área de gestão ambiental em serviços como em aterros sanitários, licenciamento de loteamentos, licenciamentos industriais e comerciais, PMGIRS nas Prefeituras de Herval D'Oeste e Capinzal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA

86

ANEXOS

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



ANEXO A - LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (LAO) nº 10391/2017

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA AMBIENTAL

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



ANEXO B - LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (LAO) nº 2373/2015 AUTOCLAVE –
T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA AMBIENTAL

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



ANEXO C – LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (LAO) nº 5092/2015 ATERRO DE ANCHIETA
T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA AMBIENTAL

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



ANEXO D – CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 454340/2017,
ALPHA LIXO DIGITAL, JOAÇABA.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
ESTADO DE SANTA CATARINA



ANEXO E – LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO Nº 1153/2016,
PIONEIRO ECOMETAIS INDUSTRIAL LTDA, ÁGUA DOCE.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC
CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Rua Leonel Mosele, 40 – Centro - Concórdia – SC 89700-176, (49) 3425-6800 – www.corplan.com.br

LEI Nº 2.813/2020

Publicação Nº 2610697

LEI Nº 2.813/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.754, de 06 de dezembro de 2019, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 358.972,24 (trezentos e cinquenta e oito mil e novecentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos), para a Prefeitura Municipal de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Departamento de Ensino.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 4.4.90.00.00.0086/63; 3.1.90.00.00.0086/90 e 3.3.90.00.00.0679/93 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.1.005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

4.4.90.00.00.0086/63 Aplicações Diretas R\$ 86.000,00

02 DEPTO.DE ENSINO INFANTIL

12.365.0013.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0086/90 Aplicações Diretas R\$ 272.972,24

TOTAL R\$ 358.972,24

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular os seguintes elementos despesas:

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.1.003 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS

4.4.90.00.00.0086/58 Aplicações Diretas R\$ 98.612,01

12.361.0010.1.004 AQUISIÇÃO DE EQUIP.MÓVEIS P/ SECRETARIA E SEGMENTOS

4.4.90.00.00.0086/60 Aplicações Diretas R\$ 94.770,75

12.361.0010.1.006 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.0086/65 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.0086/669 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

02 DEPTO.DE ENSINO INFANTIL

12.365.0013.1.008 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00.0086/85 Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

12.365.0013.1.009 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00.0086/87 Aplicações Diretas R\$ 48.089,48

12.365.00132.030 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.0086/94 Aplicações Diretas R\$ 52.500,00

TOTAL R\$ 358.972,24

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de agosto de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Águas de Chapecó

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMS Nº07-2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº04-2020 TRANSPORTE DE PACIENTES

Publicação Nº 2610274

Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE ÁGUAS DE CHAPECO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº07/2020
Pregão Eletrônico p/ Registro de Preços nº04/2020
Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES EM TRATAMENTOS DE SAÚDE FORA DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO, CONFORME CRONOGRAMA E NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Recebimento das Propostas: até as 08h25min do dia 03/09/2020
Início da Sessão: 08h30min do dia 03/09/2020, no site www.portaldecompraspublicas.com.br
O Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site do Município www.aguasdechapeco.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br ou no Setor de Compras, situado na Rua Porto União, 968, Centro, nos dias úteis de Segunda à Sexta das 07:30h às 11:30h e das 13:00 às 17:00hrs. Informações através do e-mail compras@aguasdechapeco.sc.gov.br ou fone (49)3339-0855
ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 18 de agosto de 2020.
LEONIR ANTONIO HENTGES PREFEITO MUNICIPAL

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº 206/2020

Publicação Nº 2610230

DECRETO Nº 206/2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente o disposto na Lei nº 1.288/2020 de 18/08/2020:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias, Lei nº 1.273/2019, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), destinado a suprir os seguintes Projetos/ Atividades conforme segue:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração e Planejamento
Programa: 3 – Águas Frias Bem Mais Administração
Projeto/Atividade: 1.006 – Aquisição de Imóvel
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 210.000,00 DR 0.1.00

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 07.01 – Fundo Municipal do Desenvolvimento a Agropecuária
Programa: 0012 – Águas Frias Bem Mais Agricultura
Projeto/Atividade: 2.033 – Apoio ao Produtor Rural
Natureza da Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00 DR 0.1.00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Programa: 13 – Águas Frias Bem Mais Urbanismo
Projeto/Atividade: 1.035 – Construção de Ciclovia e Passeios Públicos
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 140.000,00 DR 0.1.00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar mencionado no Art. 1º utilizamos os recursos de anulação de dotação orçamentária conforme segue:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração e Planejamento
Programa: 15 – Encargos Especiais
Projeto: 0.001 – Pagamento de Dívidas e Encargos
Natureza da Despesa: 3.2.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00 DR 0.1.00
Natureza da Despesa: 4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 270.000,00 DR 0.1.00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de agosto de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

EXTRATO CONTRATUAL Nº87/2020

Publicação Nº 2609660

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 87/2020

Contratante : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada : ANDERSON RENATO SUHRE BAPTISTA

Objeto : Execução de Nova Cobertura para a Unidade de Saúde, para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Águas Frias com melhorias na estrutura do telhado do posto de saúde em conformidade com a Portaria nº179/SEF de 14.07.2020

Valor : R\$ 80.472,42(oitenta mil quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos)

Vigência : Início :18/08/2020 Término : 18/08/2021

Licitação : Tomada de Preços Nº.: 4/2020

Processo : 66/2020

Águas Frias-SC, 18 de agosto de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO

LEI Nº 1.286/2020

Publicação Nº 2610216

Lei Nº 1.286/2020.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, DO PERÍODO 2018 A 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o art. 17 da Lei 1.194/2017, Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Os anexos I, II e III da Lei Municipal nº 1.194/2017, que trata do Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021, alterados pela Lei Municipal nº 1.233/2018, passam a vigorar com os Programas, ações, respectivas metas físicas e financeiras, na forma dos anexos I a III da presente Lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta dos orçamentos vigentes de cada exercício financeiro.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de agosto de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

LEI Nº 1.287/2020

Publicação Nº 2610221

Lei nº 1.287/2020

Aprova diagnóstico socioambiental do Município de Águas Frias e dá outras providências.

RICARDO ROLIM DE MOURA, prefeito Municipal do Município de Águas Frias, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado na íntegra o diagnóstico socioambiental do Município de Águas Frias em anexo à presente lei, apresentando relatórios de diagnóstico e características gerais, caracterização físico-ambiental, social, cultural e econômica, avaliação e mapeamento dos sistemas de infraestrutura urbana e de saneamento básico implantados, identificação de áreas de possível interesse ambiental na área de influência direta da ocupação, especificação das áreas consolidadas existentes na área, identificação das áreas consideradas de risco, indicação das áreas que devem ser resguardadas e indicação das áreas que necessitam de recuperação estabelecendo dispositivos, diretrizes e aspectos fundamentais para propor e direcionar a regulamentação da regularização fundiária de interesse social e específico em áreas de preservação permanente inseridas no meio urbano da sede do município de Águas Frias-SC.

Art. 2º - Os projetos de obras e reformas a serem realizadas no perímetro urbano do Município de Águas Frias devem observar as regras estabelecidas no diagnóstico aprovado pela presente lei.

Art. 3º - Ficam convalidadas e aprovadas as ocupações de solo ou de área de preservação permanente até então consideradas irregulares, desde que estejam sendo ocupadas em conformidade com os limites e regras estabelecidas no diagnóstico aprovado.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Águas Frias-SC, 18 de agosto de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

LEI Nº 1.288/2020

Publicação Nº 2610223

Lei nº 1.288/2020

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias, Lei nº 1.273/2019, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), destinado a suprir os seguintes Projetos/ Atividades conforme segue:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração e Planejamento
Programa: 3 – Águas Frias Bem Mais Administração
Projeto/Atividade: 1.006 – Aquisição de Imóvel
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 210.000,00 DR 0.1.00

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 07.01 – Fundo Municipal do Desenvolvimento a Agropecuária
Programa: 0012 – Águas Frias Bem Mais Agricultura
Projeto/Atividade: 2.033 – Apoio ao Produtor Rural
Natureza da Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00 DR 0.1.00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Programa: 13 – Águas Frias Bem Mais Urbanismo
Projeto/Atividade: 1.035 – Construção de Ciclovia e Passeios Públicos
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 140.000,00 DR 0.1.00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar mencionado no Art. 1º utilizamos os recursos de anulação de dotação orçamentária conforme segue:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração e Planejamento
Programa: 15 – Encargos Especiais
Projeto: 0.001 – Pagamento de Dívidas e Encargos
Natureza da Despesa: 3.2.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00 DR 0.1.00
Natureza da Despesa: 4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 270.000,00 DR 0.1.00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

]

Gabinete do Prefeito, em 18 de agosto de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA Nº 03/2020

Publicação Nº 2610242

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 03/2020

Edital: DISPENSA POR LIMITE Nº 03/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE QUADROS COM MOLDURAS EM ALUMÍNIO, COM FOTOS DOS VEREADORES, VIDRO ANTIRREFLEXO, FUNDO PRETO ENTRE AS MOLDURA E IDENTIFICAÇÃO DE NOME E ANO DE GESTÃO.

JOSÉ VICENTE BARBOSA, presidente da Câmara de Vereadores de Águas Frias, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados que foi realizado Processo Licitatório nº 03/2020 de DISPENSA POR LIMITE Nº 03/2020, para contratação de empresa especializada em confecção de quadros com molduras em alumínio.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro, nº 241, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30, ou pelo telefone (49) 3332 0291.

Águas Frias, SC 18 de agosto de 2020.

JOSÉ VICENTE BARBOSA

PRESIDENTE

Alfredo Wagner

PREFEITURA

01/2020

Publicação Nº 2610558

PORTARIA Nº001/2020
CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 RENUMERADA AO SERVIDOR PEDRO JAYME DOS SANTOS.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias com 1/3 renumeradas ao servidor PEDRO JAYME DOS SANTOS, ocupando o cargo de Diretor de manutenção e conservação, com exercício na secretaria da na secretaria da educação, referente ao período de 07/02/2018 a 06/02/2019, a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

01A/2020

Publicação Nº 2610561

PORTARIA Nº 001A/2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR WILLY BALDO.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 dias de férias ao servidor WILLY BALDO matrícula nº 3435, Ocupando o cargo de assistente de gabinete, referente ao ano de 02/12/2018 a 01/12/2019, a partir de 01 janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 06 de janeiro de 2020

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

02/2020

Publicação Nº 2610570

PORTARIA Nº002/2020
CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 RENUMERADA A SERVIDORA VALNEIDE TEREZINHA DA CUNHA CAMPOS.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias com 1/3 renumeradas a servidora VALNEIDE TEREZINHA DA CUNHA CAMPOS, ocupando o cargo de Secretária da Educação, com exercício na secretaria da na secretaria da educação, referente ao período de 01/01/2019 a 31/12/2019, a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

03/2020

Publicação Nº 2610578

PORTARIA Nº003/2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA TATIANE DE FATIMA HASCKEL.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora TATIANE DE FATIMA HASCKEL matrícula nº2368 ocupando o cargo de Técnica de enfermagem da ESF com exercício na unidade básica saúde Limeira, referente ao período de 05/08/2016 a 04/08/2017, a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

04/2020

Publicação N° 2610584

PORTARIA N° 004/2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA CHRISTINA MACE ALTMAYER.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora CHRISTINA MACE ALTMAYER matrícula nº3386 ocupante do cargo de Medica da ESF, com exercício na unidade básica de saúde limeira Referente ao ano de 01/08/2018 a 31/07/2019, a partir de 06/01/2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 06 de janeiro 2020.

Naudir Antonio Schmitz
PREFEITO MUNICIPAL
PUBLICADA NESTA DATA

05/2020

Publicação N° 2610592

PORTARIA N°005/2020.
CONCEDE LICENÇA PREMIO SEM RENUMERAÇÃO A SERVIDORA SANDRA REGINA MARIOTTI.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de licença premia sem renumeração a servidora SANDRA REGINA MARIOTTI ocupando o cargo de Fiscal da Vigilância Sanitária matrícula nº1297com exercício na secretaria de saúde e saneamento, referente ao período de 05/01/2012 a 04/01/2017, a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

06/2020

Publicação N° 2610597

PORTARIA N°006/2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR FELIPP HUNDERTMARCK DE OLIVEIRA.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias ao servidor FELIPP HUNDERTMARCK DE OLIVEIRA matrícula nº3592 ocupando o cargo de motorista socorrista com exercício no serviço de atendimento móvel de urgência (samu) referente ao período de 07/07/2018 a 06/07/2019 a partir de 03 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

08/2020

Publicação Nº 2610606

PORTARIA Nº008/2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA CELOI SEEMANN FORSTER.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora CELOI SEEMANN FORSTER ocupando o cargo de Agente comunitário matrícula nº2056 com exercício na secretaria de saúde e saneamento referente ao período de 03/03/2018 a 02/03/2019, a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

09/2020

Publicação Nº 2610615

PORTARIA Nº009/2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR RODRIGO OSMAR BACK.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidor RODRIGO OSMAR BACK, referente ao período de 02/04/2015 a 01/04/2016, a partir de 02 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

10/2020

Publicação N° 2610617

PORTARIA N°0010/2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ALESSANDRA DE SOUZA.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora ALESSANDRA DE SOUZA ocupando o cargo de Agente comunitário matrícula nº2056 com exercício na secretaria de saúde e saneamento referente ao período de 24/03/2018 a 22/03/2019, a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

11/2020

Publicação N° 2610618

PORTARIA N°011/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA LUCIANA DE DEUS BORGES GAMBA.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora LUCIANA DE DEUS BORGES GAMBA ocupando o cargo de Agente comunitário matrícula nº2042 com exercício na secretaria de saúde e saneamento referente ao período de 03/03/2018 a 02/03/2019, a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 07 de janeiro de 2019.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

12/2020

Publicação Nº 2610620

PORTARIA Nº 012/2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PAMELA CRISTINA DEUCHER.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora PAMELA CRISTINA DEUCHER matrícula nº3977 Referente ao ano de 04/05/2018 a 03/05/2019 a partir de 06/01/2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 06 de janeiro 2020.

Naudir Antonio Schmitz
PREFEITO MUNICIPAL
PUBLICADA NESTA DATA

13/2020

Publicação Nº 2610621

PORTARIA Nº 013/2020.
CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 RENUMERADO AO SERVIDOR JOÃO ADRIANO DEUCHER

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, artigo 93, Item XII Orgânica do Município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias com 1/3 em renumerada ao servidor JOÃO ADRIANO DEUCHER referente ao ano de 03/01/2018 a 02/01/2019, a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC) 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

14/2020

Publicação Nº 2610624

PORTARIA Nº 014/2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DALVA MARIA.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora DALVA MARIA ocupando o cargo de Agente comunitário matrícula nº2779 com exercício na secretaria de saúde e saneamento referente ao período de 07/01/2018 a 06/01/2019, a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

15/2020

Publicação Nº 2610626

PORTARIA Nº 015/2020.
CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 REMUNERADO AO SERVIDOR ANILDO ALVES DE JESUS.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 dias de férias com 1/3 renumerado ao servidor ANILDO ALVES DE JESUS matrícula nº1326, Ocupando o cargo de motorista na secretaria da Infra Estrutura, referente ao ano de 01/04/2017 a 31/03/2018, a partir de 06 janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

16/2020

Publicação Nº 2610629

PORTARIA Nº016/2020
CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 RENUMERADA AO SERVIDOR NARCISO HEIDERSCHIEDT.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 dias de férias ao servidor Narciso Heiderscheidt – Matrícula 74, Ocupante do cargo de carreiro de Técnico em Agropecuária, referente ao período de 01/11/2016 a 31/10/2017, a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

17/2020

Publicação N° 2610630

PORTARIA N°017/2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA JULIETA HILLESHEIN SCHOEDER.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora JULIETA HILLESHEIN SCHROEDER ocupando o cargo de Agente comunitário, com exercício na secretaria da saúde e saneamento, referente ao período de 01/01/2018 a 21/12/2018, a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA.

17A/2020

Publicação N° 2610634

PORTARIA N°017A/2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MAX EDSON DE FIGUEIREDO.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias ao servidor MAX EDSON DE FIGUEIREDO ocupando o cargo de Consultor Jurídico, com exercício na secretaria da Administração, referente ao período de 12/03/2017 a 11/03/2018, a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA.

18/2020

Publicação Nº 2610632

PORTARIA Nº018/2020
CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 RENUMERADO A SERVIDORA CAMILA DOS PASSOS MARIAN.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias 1/3 remunerada a servidora CAMILA DOS PASSOS MARIAN ocupando o cargo de consultório dentário matrícula nº3360 com exercício na unidade básica de saúde do centro referente ao período de 01/07/2018 a 30/06/2019, a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

19/2020

Publicação Nº 2610635

PORTARIA Nº019/2020.
CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 RENUMERADO A SERVIDORA DEBORA APARECIDA DOS SANTOS.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias com 1/3 renumerado a servidora DEBORA APARECIDA DOS SANTOS matrícula nº3848 ocupando o cargo de Técnico de enfermagem com exercício na unidade básica de saúde do centro, referente ao período de 15/02/2018 a 14/02/2019 a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

20/2020

Publicação Nº 2610641

PORTARIA Nº020/2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA GRASIELA SEEMANN DE OLIVEIRA.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora GRASIELA SEEMANN DE OLIVEIRA ocupando o cargo de Agente comunitário matrícula nº2031 com exercício na secretaria de saúde e saneamento referente ao período de 03/03/2018 a 02/03/2019, a partir de 06 de janeiro de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC 06 de janeiro de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

220/2020

Publicação Nº 2610700

PORTARIA Nº220/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA ANA CAROLINA HEIDERSCHIEDT.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuição que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Orgânica do município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 08 dias de Licença para Tratamento de Saúde a servidora ANA CAROLINA HEIDERSCHIEDT Ocupante do cargo de gerente de desenvolvimento com exercício na secretaria da assistência social no dia 03 de agosto 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, de 03 de agosto 2020

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

220A/2020

Publicação Nº 2610699

PORTARIA Nº220A/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA ALINE MARIOTTI.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuição que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Orgânica do município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 14 dias de Licença para Tratamento de Saúde a servidora ALINE MARIOTTI Ocupante do cargo de assessor de gabinete com exercício na secretaria da agricultura no dia 04 de agosto 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, de 04 de agosto 2020

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

221/2020

Publicação Nº 2610695

PORTARIA Nº221/2020.
CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA LEILA LUIZA SCHLEMPER.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 07(sete) dias de Licença para Tratamento de Saúde a servidora LEILA LUIZA SCHEMPER matrícula nº2405 no dia 03 de agosto de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 03 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

222/2020

Publicação Nº 2610694

PORTARIA Nº222/2020.
CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA
MARIA IVONI FILETI KLAUBERG.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso Atribuição que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Orgânica do município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 09 dia de Licença para Tratamento de Saúde a servidora MARIA IVONI FILETI KLAUBERG ocupante do cargo de assistente administrativo com exercício na secretaria da agricultura no dia 03 de agosto 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 03 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

223/2020

Publicação Nº 2610691

PORTARIA Nº223/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR OSMAR COELHO.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuição que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Orgânica do município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 14 dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor OSMAR COELHO, no dia 04 de agosto 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 04 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

224/2020

Publicação Nº 2610690

PORTARIA Nº224/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA ANA PAULA NETO ALVES.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuição que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Orgânica do município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 10 dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor ANA PAULA NETO ALVES, no dia 05 de agosto 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 05 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

224A/2020

Publicação Nº 2610687

PORTARIA Nº224A/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA
ANA LUIZA BERNARDINO.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuição que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Orgânica do município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 07 (sete) dia de Licença para Tratamento de Saúde a servidora ANA LUIZA BERNARDINO, no dia 05 de agosto 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 05 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

225/2020

Publicação N° 2610680

PORTARIA N° 225/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SEVIDORA
DANIELA LUCAS DIAS.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner,
Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuições que lhe são conferidas pela
Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 02 (DOIS) dias de Licença para Tratamento de Saúde a servidora DANIELA LUCAS DIAS no dia 07 de agosto de 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na efeitos data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 07 de agosto 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

226/2020

Publicação N° 2610678

PORTARIA N°226/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA ELISABET LAMIN DA ROSA.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuição que lhe são conferidas
pela Seção II, Artigo 93, Orgânica do município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 11 dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor ELISABET LAMIN DA ROSA, no dia 08 de agosto 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 08 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

227/2020

Publicação N° 2610675

PORTARIA N°227/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA
ANA LUIZA BERNARDINO.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuição que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Orgânica do município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 04 dias de Licença para Tratamento de Saúde a servidora ANA LUIZA BERNARDINO, no dia 11 de agosto 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 11 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

228/2020

Publicação N° 2610673

PORTARIA N°228/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA MARIANI BETT ALVES.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuição que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Orgânica do município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 14 dias de Licença para Tratamento de Saúde a servidora MARIANI BETT ALVES Ocupante do cargo de assessor de gabinete com exercício na secretaria da administração no dia 10 de agosto 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, de 10 de agosto 2020

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

229/2020

Publicação Nº 2610670

PORTARIA Nº229/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA ALINE ALVES GRANEMANN.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuição que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Orgânica do município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 10 dias de Licença para Tratamento de Saúde a servidora ALINE ALVES GRANEMANN Ocupante do cargo de auxiliar serviço gerais com exercício na unidade básica de saúde do centro no dia 10 de agosto 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, de 10 de agosto 2020

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

232/2020

Publicação Nº 2610643

PORTARIA Nº 232/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO A SERVIDORA BELAGIA REGINA KREUSCH DO NASCIMENTO

Naudir Antônio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder a servidora BELGIA REGINA KREUSCH DO NASCIMENTO – Assistente Administrativo, Licença para concorre a Cargo Eletivo, de acordo com o Artigo 108 da Lei Complementar nº 005/2003 - Estatuto dos Funcionários Públicos, a partir de 14 de agosto de 2020.

2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário,

Registre-se, Publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 14 de agosto de 2020.

Naudir Antônio Schmitz
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA

233/2020

Publicação Nº 2610644

PORTARIA Nº 233/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO AO SERVIDOR SÉRGIO SCHWEITZER SILVESTRI.

Naudir Antônio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder ao servidor SERGIO SCHWEITZER SILVESTRI – Assistência Social - CRAS, Licença para concorre a Cargo Eletivo, de acordo

com o Artigo 108 da Lei Complementar nº 005/2003 - Estatuto dos Funcionários Públicos, a partir de 14 de agosto de 2020.

2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário,

Registre-se, Publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 14 de agosto de 2020.

Naudir Antônio Schmitz
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA

234/2020

Publicação Nº 2610651

PORTARIA Nº 234/2020.

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO AO SERVIDOR CLOVIS OGE KRETZER.

Naudir Antônio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder ao servidor Clovis Oge Kretzer – Operador de Maquinas, Licença para concorre a Cargo Eletivo, de acordo com o Artigo 108 da Lei Complementar nº 005/2003 - Estatuto dos Funcionários Públicos, a partir de 14 de agosto de 2020.

2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário,

Registre-se, Publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 14 de agosto de 2020.

Naudir Antônio Schmitz
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA

235/2020

Publicação Nº 2610655

PORTARIA Nº 235/2020.

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO AO SERVIDOR MOACIR HAMES.

Naudir Antônio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder ao servidor MOACIR HAMES – motorista, Licença para concorre a Cargo Eletivo, de acordo com o Artigo 108 da Lei Complementar nº 005/2003 - Estatuto dos Funcionários Públicos, a partir de 14 de agosto de 2020.

2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário,

Registre-se, Publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 14 de agosto de 2020.

Naudir Antônio Schmitz
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA

236/2020

Publicação Nº 2610659

PORTARIA Nº 236/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO A SERVIDORA EVELISE ALTHOFF HEIDERSCHIEDT.

Naudir Antônio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder a servidora EVELISE ALTHOFF HEIDERSCHIEDT – agente comunitário, Licença para concorrer a Cargo Eletivo, de acordo com o Artigo 108 da Lei Complementar nº 005/2003 - Estatuto dos Funcionários Públicos, a partir de 14 de agosto de 2020.

2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário,

Registre-se, Publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 14 de agosto de 2020.

Naudir Antônio Schmitz
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA

237/2020

Publicação Nº 2610663

PORTARIA Nº237/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA IZABEL CRISTINA ANDERSEN KRETZER.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuição que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Orgânica do município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 08 dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidora IZABEL CRISTINA ANDERSEN KRETZER, no dia 14 de agosto 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 14 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

238/2020

Publicação Nº 2610666

PORTARIA Nº238/2020.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA JESSICA FELAU.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuição que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Orgânica do município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 dia de Licença para Tratamento de Saúde ao servidora JESSICA FELAU no dia 17 de agosto 2020.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 17 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

DECRETO 4509-2020

Publicação N° 2609926

DECRETO 4509 de 17 de agosto de 2020

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, INSTAURADO PELO DECRETO 4485/2020 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Alfredo Wagner, Sr. Naudir Antonio Schmitz, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o Decreto 4485/2020 prevê prazo inicial de conclusão do PAD em 60 dias;

CONSIDERANDO os afastamentos legais decorrentes do COVID-19 dos membros do PAD, assim como, da impossibilidade da tomada de depoimento de todas as partes envolvidas por medidas de segurança e isolamento domiciliar;

RESOLVE:

Art.1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 5º do Decreto 4485/2020 prazo para conclusão e apuração dos fatos apontados Ofício nº 222 de 10 de junho de 2020 da Secretária Municipal da Administração e Notícia de Fato nº 01.2020.00013486-1.

Art.2º- Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 17 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO N. 153/2020

Publicação Nº 2609712

DECRETO Nº. 153/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 494.921,49 (quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos) e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.469, de 19 de novembro de 2019, Lei Complementar Nacional nº 173, de 27 de maio de 2020 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:
TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.469, de 19 de novembro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$, distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 494.921,49 (quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos), destinados a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0008.2.015 – ADM. GERAL DOS BENS E SERV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

(48) 3.3.90.00.00.00.00.00.0123 -Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

(44) 3.1.90.00.00.00.00.00.0121 -Aplicações Diretas R\$ 258.800,00

(213) 3.1.90.00.00.00.00.00.0161 -Aplicações Diretas R\$ 53.351,49

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0009.2.018 – ADM. GERAL DOS BENS E SERV. DO ENSINO INFANTIL

(62) 3.1.90.00.00.00.00.00.0121 -Aplicações Diretas R\$ 27.200,00

04 – SECRETARIA DA FAZENDA

01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.129.0003.2.009 – ADM. GERAL DOS BENS E SERV. DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

(214) 3.1.90.00.00.00.00.00.0161 -Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

02 – OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0002.2.035 – ADM. GERAL DOS BENS E SERV. DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

(198) 3.3.90.00.00.00.00.00.0161 -Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0023.2.101 – ADM. GERAL DOS BENS E SERV. DA ATENÇÃO BÁSICA

(112) 3.3.90.00.00.00.00.00.0172 -Aplicações Diretas R\$ 42.570,00

Total R\$ 494.921,49

Art. 3º Para o atendimento parcial da abertura dos Créditos, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, permitindo a utilizar o produto do Excesso de Arrecadação no valor de até R\$ 153.351,49 (cento e cinquenta e três mil, trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos), dos recursos provenientes do Auxílio Financeiro - LC 173/2020 COVID-19 – PMA sob o código 0161 (00.01.0161) e no valor de R\$ 42.570,00 (quarenta e dois mil, quinhentos e setenta reais), dos recursos do MINISTÉRIO DA SAÚDE - COVID 19 - PORTARIA 1.857/2020 - SAÚDE NAS ESCOLAS sob o código 0172



(00.01.0172), conforme disposto no inciso II do § 4º do art.43 da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

Art. 4º Para atendimento do restante dos Créditos constantes neste ato, fica autorizado a redução das dotações na importância de até R\$ 299.000,00 (duzentos e noventa e nove mil reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 02 – ENSINO FUNDAMENTAL
 12.361.0008.2.015 – ADM. GERAL DOS BENS E SERV. DO ENSINO FUNDAMENTAL
 (45) 3.1.90.00.00.00.00.00.0123 -Aplicações Diretas R\$ 271.800,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 03 – ENSINO INFANTIL
 12.365.0009.2.018 – ADM. GERAL DOS BENS E SERV. DO ENSINO INFANTIL
 (63) 3.1.90.00.00.00.00.00.0123 -Aplicações Diretas R\$ 27.200,00
 Total R\$ 299.000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2468, de 14 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente aos Créditos e redução introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 18 de agosto 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
 Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 154/2020

Publicação Nº 2609713

DECRETO Nº 154/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

“TRANSFERE SALDOS FINANCEIROS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.469, de 19 de novembro de 2019 e demais dispositivos constitucionais e legais,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar Federal nº 172 de 15 de abril de 2020, que dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais;

CONSIDERANDO, a existência de Superávit Financeiro de recursos providentes do Fundo Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO, o cumprimento dos objetos e dos compromissos previamente estabelecidos para o recebimento dos recursos do Fundo Nacional de Saúde;

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Art. 1º Fica autorizada a Transferência de Recursos para a conta bancária no Banco do Brasil, sob o nº 14.009-0, Agência 1.439-7, código reduzido 63914, do Fundo Municipal de Saúde, na importância de até R\$ 36.254,81 (trinta e seis mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e um centavos), com o objetivo de pagamento de folha e encargos dos servidores do programa da Atenção Básica.

Art.2º. Serão utilizados os recursos remanescentes de exercícios anteriores, no valor de até R\$ 36.254,81 (trinta e seis mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e um centavos), provenientes de repasses do Ministério da Saúde, nas seguintes contas bancárias:

Conta Corrente	Código Reduzido	Recurso	Especificação TCE	Saldo em 18/08/2020
10.334-9	57965	234/2234	38	R\$ 27,12
13.527-5	61352	246/2246	38	R\$ 173,15

13.543-7	61367	759/2759	38	R\$ 258,20
13.542-9	61366	760/2760	38	R\$ 6.889,06
13.751-0	62302	774/2774	38	R\$ 12.938,26
13.750-2	62303	775/2775	38	R\$ 6.819,28
13.752-9	62304	776/2776	38	R\$ 5.832,24
13.753-7	62305	777/2777	38	R\$ 1.300,04
13.832-0	62360	782/2782	38	R\$ 2.017,46
Total				R\$ 36.254,81

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 18 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 155/2020

Publicação Nº 2609854

DECRETO Nº. 155/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerimento expedido pelo membro Valdeci Luiz Cella pedindo o afastamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente, nomeado pelo Decreto n. 126/2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea "a" do inciso II, Art. 1º do Decreto nº 126/2019, com a substituição de membro, passado a vigorar com a seguinte redação e nomeação:

Art. 1º

II – Entidades não governamentais:

a) representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Anchieta: Ventura Wolff (titular) e Marcieli Aline Guth (suplente)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta (SC), 18 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 156/2020

Publicação Nº 2610166

DECRETO Nº 156/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE ANCHIETA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Pública Municipal, MARLETE TODESCATTO, Matrícula nº 2.637, CPF nº 044.947.859-97, como gestora do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, CNPJ nº 16.841.833/0001-15 e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Anchieta – FIA, CNPJ Nº 18.773.484/0001-77.

Art. 2º A gestora, servidora integrante do Quadro de Pessoal deste Município, exercerá as atribuições determinadas, sem quaisquer ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Ato, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 4º Ficam revogados as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Anchieta/SC, 18 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial (www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA N. 294/2020

Publicação Nº 2610506

PORTARIA Nº 294/2020

De, 18 de AGOSTO de 2020.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO CONFORME LEI FEDERAL 13.019/2014 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o requerimento da Membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Chamamento Público, Ivete Snigura Fabonato, solicitando seu afastamento;

RESOLVE,

Art. 1º Fica alterado o Inciso II, do Art. 1º da Portaria nº 124/2017, com a substituição da membro Ivete Snigura Fabonato, pelo Servidor Carlos Augusto Antonietti para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação de Chamamento Público conforme Lei Federal 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 006/2017 no Município de Anchieta – SC.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA Em, 18 de agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente ato foi publicado no Diário Oficial dos Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

CAMILA BARONIO - Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA N. 295/2020

Publicação Nº 2610581

PORTARIA Nº 295/2020

De, 18 de AGOSTO de 2020.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E DE JULGAMENTO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO CONFORME LEI FEDERAL 13.019/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o requerimento da membro da Comissão de Seleção e de Julgamento para Chamamento Público conforme Lei Federal 13.019/2014, Claudete Terezinha Junges, solicitando seu afastamento;

RESOLVE,

Art. 1º Fica alterado o Inciso I, do Art. 1º da Portaria nº 123/2017, com a substituição da membro Claudete Terezinha Junges, pela Servidora Neli da Costa Thums para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação de Chamamento Público conforme Comissão de Seleção e de Julgamento para Chamamento Público conforme Lei Federal 13.019/2014.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA Em, 18 de agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente ato foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br
CAMILA BARONIO - Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA Nº 292/2020

Publicação Nº 2609813

PORTARIA nº. 292/2020
De, 18 de agosto de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 58, da Lei Complementar nº. 033/2011 e Lei nº 2.341/2017 e,

Considerando a Comunicação Interna 048/2020 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;
Considerando a renúncia da Função de Confiança de Diretora de Escola do Centro Municipal de Educação Infantil e Fundamental – CMEIF, ocupada pela servidora Ivete Snigura Fabonato;
Considerando o conhecimento do andamento da Escola, tendo em vista exercer a função de Secretária de Escola do Centro Municipal de Educação Infantil e Fundamental – CMEIF;

RESOLVE:
Alterar Portaria nº79/2019,

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº79/2019 que designa a servidora Pública Municipal, senhora Andreia Milani de Souza, efetiva no serviço público, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, para exercer a Função de Confiança de Secretária de Escola, com exercício junto ao Centro Municipal de Educação Infantil e Fundamental – CMEIF para a partir desta data exercer a Função de Confiança de Diretora de Escola, com exercício no Centro Municipal de Educação Infantil e Fundamental - CMEIF.

Art. 2º - O período de administração da Diretora de Escola Municipal será de 18 de agosto de 2020 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 18 de agosto de 2020.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 293/2020

Publicação Nº 2610308

PORTARIA nº. 293/2020
De, 18 de agosto de 2020.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir veículo,

Art. 1º - Fica transferido o veículo ônibus Renault/Master JM 16, ano de fabricação 2019/modelo 2020, placa RAG 9740, cor Branca, da

Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes para a Secretaria Municipal da Saúde – FMS de 18/08/2020 à 21/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 18 de agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PREGÃO PRESENCIAL 002/2020-HOSPITAL/UPA

Publicação Nº 2609718

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 002/2020.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Item, para: Registro de Preço visando a contratação de empresa para o fornecimento de marmita nº.8 e lanches, para a alimentação de pacientes que se encontram em observação por 24hrs, e funcionários que trabalham mais de 12hrs em regime de plantão e aos finais de semana, na Unidade de Pronto Atendimento, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da Homologação do Processo Licitatório. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 16/09/2020. Maiores informações das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas no fone: (xx49)3653-3200.

Anchieta, 18 de Agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****DECRETO Nº 122/2020**

Publicação Nº 2609628

DECRETO Nº 000122/20 de 18 de Agosto de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 40.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.361.0006.2.007-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.361.0006.2.007-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 18 de Agosto de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 481/2020

Publicação Nº 2609967

PORTARIA Nº 481/2020

Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias por 15 dias ao servidor JOÃO FELIX DE OLIVEIRA CAMARGO, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO 40H, referente ao período aquisitivo de 08/08/2018 a 07/08/2019 a partir de 21 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 18 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito

Publicada a presente portaria em 19 de agosto de 2020.

PORTARIA N 482/2020

Publicação Nº 2611071

PORTARIA Nº 482/2020

Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias por 15 dias a servidora CINTIA LAURECI COLEHO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, referente ao período aquisitivo de 10/06/2018 a 09/06/2019, a partir de 17 de agosto de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/08/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 19 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 19 de agosto de 2020.

PORTARIA N 483/2020

Publicação N° 2611094

PORTARIA N° 483/2020

Exonera servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido, MARIANA BORGES ULIANO do cargo efetivo de FONOAUDIÓLOGO, a partir de 20 de agosto de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 19 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de agosto de 2020.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 77/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 15/2020

Publicação N° 2609704

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 77/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 15/2020**

MIRLENE MANES, presidente da Comissão Permanente de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

CONSIDERANDO que, a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Antônio Carlos/SC solicitou abertura de Processo Licitatório cujo objeto é a "contratação de empresa especializada, com fornecimento de peças, para a prestação de serviços de manutenção dos elevadores/plataforma elevatória da unidade de saúde do município de Antônio Carlos/SC".

CONSIDERANDO que, no 21 de outubro de 2019, foi aberto processo licitatório de nº 126/2019, pregão presencial nº 79/2019, mas que na data e hora da sessão, nenhuma empresa se interessou pelo certame, resultando em deserto;

CONSIDERANDO que, o prédio da ESF (estratégia de Saúde da Família), possui dois pavimentos, com acesso apenas por escada neste momento, dificultando assim a acessibilidade de pacientes que ali buscam atendimento, tendo em vista possuir consultórios no segundo pavimento;

CONSIDERANDO que, no segundo pavimento da unidade, possui 5 consultórios, com diversas especialidades, e que sem a plataforma elevatória os cadeirantes, idosos ou que possuam alguma dificuldade de locomoção, não conseguem ter acesso;

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8666/1993, Artigo 24, Inciso II e IV; Lei N° 13.979, De 6 De Fevereiro De 2020

OBJETO: A presente dispensa de licitação tem por objeto a "contratação de empresa especializada, com fornecimento de peças, para a prestação de serviços de manutenção dos elevadores/plataforma elevatória da unidade de saúde do município de Antônio Carlos/SC."

Contratado: Consesc e Nacional Elevadores LTDA.

CNPJ: 04.191.047/0001-30

Endereço: Rua Wilson Menezes 375, Galpão, Campinas, São José/SC cep: 88.117-130

VALOR: O valor para a prestação de serviço, junto com a mão de obra é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

FUNDAMENTO DA DESPESA: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias:

Dotação orçamentária:

Dot: (63) 3.3.90.00.00.00.

Antônio Carlos, 18 de agosto de 2020.

MIRLENE MANES

Presidente da Comissão de Licitações

Apiuna

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2020

Publicação Nº 2610426

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA

Aviso de Pregão Presencial nº 77/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE (CARRO DE SOM): Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 06, centro, Apiúna/SC, 89135-000. Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 01/09/2020 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos. Data/Hora da Abertura dos envelopes e julgamento das propostas: 01/09/2020 – Após 09 horas e 20 minutos. Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br.

José Gerson Gonçalves /Prefeito de Apiúna

DECRETO Nº 3566

Publicação Nº 2609816

DECRETO Nº 3566/2020

de 13/08/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado o vínculo de recurso 13.839 - Repasses da Portaria 1.666 - COVID e suplementado no orçamento vigente da unidade do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil Reais) da seguinte classificação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3393000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	
13.839	Repasses da Portaria 1.666 - COVID 19	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 13 de Agosto de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3567

Publicação Nº 2609820

DECRETO Nº3567/2020

De 13/08/2020

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de R\$ 33.689,71(Trinta e três mil seiscentos e oitenta e nove Reais e setenta e um centavos), da seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde
----	--------------------------

001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
13.838	Incremento MAC TEMPORÁRIO	33.689,71
	TOTAL	33.689,71

94.Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de R\$ 33.689,71 (Trinta e três mil seiscentos e oitenta e nove Reais e setenta e um centavos), na seguintes dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33930000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	
13.838	Incremento MAC TEMPORÁRIO	33.689,71
	TOTAL	33.689,71

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 13 de Agosto de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0405/2020

Publicação Nº 2609789

PORTARIA Nº 0405/2020
De 04 de agosto de 2020
EXONERA NEUSA BURINI
FACE APOSENTADORIA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Art. 1º - Exonerar em 04 de Agosto de 2020, NEUSA BURINI, servidora efetiva ocupante do cargo de PROFESSOR, face sua aposentadoria.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 04 de agosto de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0426/2020

Publicação Nº 2609790

PORTARIA Nº 0426/2020
De 14 de agosto de 2020
EXONERA SERVIDORA EFETIVA
VERA LUCIA PEREIRA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Art. 1º - Exonerar em 14 de Agosto de 2020, VERA LUCIA PEREIRA, servidora efetiva ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, sem justa causa, por iniciativa do servidor.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 14 de agosto de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0427/2020

Publicação Nº 2609791

PORTARIA Nº 0427/2020
De 17 de agosto de 2020

DESIGNA LETÍCIA LUIZA LANGE COMO
FISCAL DE CONTRATO Nº 54/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,
RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora comissionada LETICIA LUIZA LANGE, matrícula n. 134376, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
54/2020	CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONTINUAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA MANAUS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS - DISPENSA Nº 73/2020.	COMERCIO DE PEDRAS OGLIARI LTDA ME

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Servidor: Nicanor Nunes Júnior

Cargo: Assessor de Planejamento

Matricula: 114243

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor Nicanor Nunes Júnior, matrícula 114243 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 17 de agosto de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0428/2020

Publicação Nº 2609792

PORTARIA Nº 0428/2020
De 18 de agosto de 2020
CONCEDE COMPLEMENTO DE
APOSENTADORIA PARA NEUSA BURINI

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 54/2002 de 20/02/2002,
RESOLVE

Art. 1º - Complementar a aposentadoria da servidora inativa NEUSA BURINI, a partir da data do direito ao complemento, 05 de agosto de 2020, visando quitar a diferença entre o benefício pago pelo INSS e o vencimento recebido pela servidora na ativa.

Art. 2º - O complemento dá-se em virtude do reconhecimento de aposentadoria pelo INSS com efeitos retroativos a partir de 26/07/2018 de acordo com a carta de concessão do benefício, ou seja, antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019, de 12 de novembro de 2019, que assegura direito adquirido às complementações de aposentadorias e pensões.

Art. 3º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 18 de agosto de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0429/2020

Publicação N° 2609793

PORTARIA N° 0429/2020
De 18 de agosto de 2020

DESIGNA ANDREA MARTENDAL
COMO FISCAL DE CONTRATO N° 55/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva ANDREA MARTENDAL, matrícula n. 102652, ocupante do cargo de Assistente Social, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
55/2020	Credenciamento de pessoas jurídicas, constituídas como mercearias, açougues, minimercados, mercados, supermercados, hipermercados e demais relacionados ao gênero, para comercialização de gêneros alimentícios, material de limpeza e gás de cozinha, aos usuários do auxílio vale cidadania instituído pela Lei Municipal N° 861/2018. - Pregão Presencial – no 67/2020	Supermercado Fistarol Ltda.

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Servidor: Fatima Waltrick Branco

Cargo: Assistente Social

Matrícula: 88617-1

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designada a servidora Fatima Waltrick Branco, matrícula 88617 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 18 de agosto de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0430/2020

Publicação N° 2610336

PORTARIA N° 0430/2020
De 18 de agosto de 2020

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EM COMISSAO
NEODIR TAMBANI

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, Art. 65, inciso I,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir em 18 de agosto de 2020, NEODIR TAMBANI do cargo comissionado de DIRETOR DE DEPARTAMENTO – 44H, sem justa causa por iniciativa do empregador.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 18 de agosto de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0431/2020

Publicação N° 2610337

PORTARIA N° 0431/2020
De 19 de agosto de 2020
CONTRATA SOB CARGO EM COMISSÃO
NEODIR TAMBANI

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 e considerando a Portaria nº 412/2020 de 13 de agosto de 2020,
RESOLVE

Art. 1º - Contrata sob cargo em comissão NEODIR TAMBANI para o cargo de SECRETARIO ADJUNTO DE TRANSPORTES E OBRAS – 44H, com Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com início de suas funções a partir de 19 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 19 de agosto de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO OFICIAL PP 74/2020

Publicação N° 2609473

Prefeitura de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial com Registro de Preço nº 74/2020

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS CEIS E ESCOLAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, térreo, sala nº 06, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC

Data/ Hora Protocolo dos envelopes/Autenticação da documentação/Credenciamento dos participantes: 02/09/2020 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura, lances e julgamento: 02/09/2020 – Após as 09 horas e 20 minutos

Edital disponível no site www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna

Arabutã

PREFEITURA

2665

Publicação N° 2610513

DECRETO N° 2665 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

TRANSFERE VEÍCULOS PARA USO DE SECRETARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHMITT, PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando a necessidade de otimizar a utilização de veículos da frota do município;

DECRETA

Art. 1º. Fica designado para a realização das atividades da Diretoria de Esportes o veículo LOGAN 1.6 de placas QHP 9575, Renavan 1058276988, de uso atual da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Arabutã SC, 17 de Agosto de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Glaucia Pottratz
Responsável pelas Publicações

LC 238

Publicação N° 2610401

LEI COMPLEMENTAR 238 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a transferência da titularidade de imóveis a beneficiários de programas habitacionais dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARABUTÃ. Faço saber que a Câmara de Vereadores de Arabutã decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar

Art. 1º Fica o município autorizado a transferir a titularidade do imóvel a beneficiários de programas habitacionais oficiais de governo e executados mediante pactuação do município.

Parágrafo Único: A autorização prevista no art. 1º deverá ser acompanhada da certidão de quitação do débito do mutuário com o município, expedida pelo Setor de Tributação e encaminhada ao Tabelionato e/ou registro de imóveis.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã, SC.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registre-se e Publique-se.
Em 18 de agosto de 2020

Glaucia Pottratz
Responsável pelas Publicações

PORTARIA 423/2020

Publicação Nº 2609587

PORTARIA Nº 423/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, à servidora ANA PAULA GUNTHER MORI WAZLAWICK, inscrita no CPF sob nº. 949.256.159-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, férias referentes ao período aquisitivo de 14 de julho de 2019 a 13 de julho de 2020, para serem gozadas no período de 18 de agosto a 03 de setembro de 2020.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 18 de agosto de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 424/2020

Publicação Nº 2610576

PORTARIA Nº 424/2020
REALOCA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º REALOCAR, a partir de 17 de agosto de 2020, o servidor ALAN FELIPIAK, inscrito no CPF sob nº. 047.124.519-47, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo da Secretaria de Saúde para a Diretoria de Administração e Fazenda, em substituição e até o retorno da servidora ROSA OS STEFFEN que está em licença para atividade política.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem à data de 17 de agosto de 2020.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã/SC, 18 de agosto de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 425/2020

Publicação Nº 2610579

PORTARIA Nº 425/2020

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, a partir de 18 agosto de 2020, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 402/2020, de 28 de julho de 2020, da servidora ADRIANI LENISE VERUCK KRÜTZMANN, inscrita no CPF sob nº. 052.330.329-70, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, sendo que os 15 (quinze) dias restantes serão gozados em época oportuna.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 18 de agosto de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

CONTRATOS 07/2020 SAUDE

Publicação Nº 2610593

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos - Mês: Julho/2020

Contratado: MRRC LICITACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 35.774.957/0001-70

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 12/2020 Número do Processo: 46/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 041/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de um veículo novo RENAULT LOGAN ZE zero quilometro, potência de no mínimo 105cv de potência, ano fabricação 2020, modelo 2020, modelo Sedan, com capacidade para 5 passageiros, cor branca, para- choque na cor do veículo, câmbio manual com no mínimo 5 marchas a frente e uma a ré, ar condicionado, direção elétrica ou hidráulica, freio abs, airbag duplo, vidros elétricos nas portas dianteiras, travas elétricas, alarme, desembaçador e limpador de vidro traseiro, computador de bordo.

Data da Assinatura: 02/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/07/2020

Vigência: 02/07/2020 Término: 30/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 60.800,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP

CNPJ: 20.897.131/0001-20

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 068/20 2ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: CONSIDERANDO que o valor a ser corrigido no Item 02 Diesel Comum 5,1188% (Cinco inteiros e mil cento e oitenta e oito milésimos por cento) e no Item 3 Diesel Comum 3,2404% (três inteiros e dois mil quatrocentos e quatro milésimos por cento).

Data da Assinatura: 09/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/07/2020

Vigência: 09/07/2020 Término: 15/04/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,01 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP

CNPJ: 20.897.131/0001-20

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 068/20 3ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: CONSIDERANDO que o valor a ser corrigido no Item 01 Gasolina Comum 2,0585% (Dois inteiros e quinhentos e cinco centésimos por cento).

a) Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 01 - Gasolina Comum, passando o preço unitário de R\$ 4,032 (Quatro reais e trinta e dois milésimos de centavos) por litro para R\$ 4,115 (Quatro reais e cento e quinze centavos) por litro.

Data da Assinatura: 14/07/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 14/07/2020
Vigência: 14/07/2020 Término: 15/04/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: WF INDUSTRIA E COMERCIO DE FRALDAS EIRELI
CNPJ: 28.184.138/0001-07
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 26/2020 Número do Processo: 42/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 069/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Franda geriátrica

Data da Assinatura: 17/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/07/2020
Vigência: 17/07/2020 Término: 16/07/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 17.480,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP
CNPJ: 20.897.131/0001-20
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 068/20 4ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: Registro de preços para aquisição de combustíveis.

Data da Assinatura: 22/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 22/07/2020
Vigência: 22/07/2020 Término: 15/04/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 19.554.960/0001-21
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 30/2020 Número do Processo: 52/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 070/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Material de Informatica

Data da Assinatura: 20/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/07/2020
Vigência: 20/07/2020 Término: 19/07/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 1.920,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: BUSINESS INFORMATICA LTDA - EPP
CNPJ: 05.352.631/0001-93
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 30/2020 Número do Processo: 52/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 071/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Material de Informatica

Data da Assinatura: 20/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/07/2020

Vigência: 20/07/2020 Término: 19/07/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 454,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PC FORT INFORMATICA LTDA
CNPJ: 34.502.653/0001-90
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 30/2020 Número do Processo: 52/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 072/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Material de Informatica

Data da Assinatura: 20/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/07/2020
Vigência: 20/07/2020 Término: 19/07/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 23.844,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: LUCIANO PILATTI
CNPJ: 34.180.582/0001-57
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 30/2020 Número do Processo: 52/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 073/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Material de Informatica

Data da Assinatura: 20/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/07/2020
Vigência: 20/07/2020 Término: 19/07/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 904,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: RODA BRASIL PNEUS LTDA
CNPJ: 06.889.977/0001-98
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 29/2020 Número do Processo: 51/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 074/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de Pneus

Data da Assinatura: 23/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/07/2020
Vigência: 23/07/2020 Término: 22/07/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 30.170,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI
CNPJ: 26.723.181/0001-78
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 29/2020 Número do Processo: 51/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 076/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de Pneus

Data da Assinatura: 23/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/07/2020
Vigência: 23/07/2020 Término: 22/07/2021

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 6.792,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PISO CLIMA CLIMATIZACAO LTDA - EPP
CNPJ: 22.410.193/0001-91
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 6/2020 Número do Processo: 12/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 1ª ata 35/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de tintas, rejunte, argamassa, cerâmica e demais materiais para pintura

Data da Assinatura: 10/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/07/2020
Vigência: 10/07/2020 Término: 16/02/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 895,40 Forma de Pagamento: À Vista

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO N. 3647

Publicação Nº 2611074

DECRETO N. 3647 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

PRORROGA AS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS – COVID-19. LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 72, incisos IV e V da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único financiado nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (CF, art. 198, § 1º.).

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 630, de 1º de junho de 2020, exarado pelo Governador de Santa Catarina, delegando aos Municípios a deliberação acerca de medidas mais restritivas para contenção da propagação do coronavírus (covid-19);

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Município de Ascurra estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO o dever e responsabilidade do Poder Público dado o atual quadro de expansão do contágio, estabelecer medidas voltadas a evitar o colapso do sistema de saúde do Município, em equilíbrio com a atenuação da crise financeira que assola o país com o funcionamento das atividades econômicas, observado o regramento cabível quanto às normas sanitárias vigentes;

CONSIDERANDO que o descumprimento das medidas aqui tomadas poderá importar em medidas ainda mais restritivas; DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 07 (sete) dias as medidas previstas no art. 3º do Decreto n. 3634/2020.

Art. 2º Ficam autorizadas as atividades em kartódromos e centros de automobilismo exclusivamente para treinos individualizados, sem a presença de público.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor em 18 de agosto de 2020.

Ascurra, 31 de julho de 2020.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

PORTARIA Nº 965/2020

Publicação Nº 2609641

Portaria nº 965, de 17 de agosto de 2020.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, combinado com os Artigos 99 a 116, todos da Lei Complementar Municipal nº 108, de 13 de dezembro de 2019, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva", e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a ação disciplinar tem a finalidade de garantir a aplicação e respeito aos princípios previstos no Artigo 37, da Constituição Federal, a ordem e a justiça, visando atender ao interesse público e aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da eficiência;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público zelar pelo adequado funcionamento dos Órgãos da Administração Municipal e fazer cumprir os regramentos destinados aos Servidores Municipais, especialmente aqueles que dizem respeito aos deveres funcionais;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento jurídico de que se vale a autoridade administrativa quando necessita aferir a responsabilidade de agente público e, se for o caso, aplicar a respectiva sanção;

CONSIDERANDO que aos Servidores Públicos Municipais devem ser garantidos o respeito ao devido Processo Administrativo Disciplinar, a ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO a importância do exercício do poder disciplinar, como garantia da ordem administrativa;

CONSIDERANDO que a atividade processante impõe conhecimento especializado para o atendimento das formalidades essenciais;

CONSIDERANDO que em respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (Art.1º, III, CF 1988), o poder disciplinar não deverá ser exercitado de forma arbitrária, desproporcional ou desmotivada;

CONSIDERANDO a manifestação favorável da Assessoria Jurídica do Município, por meio de Parecer, a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração das possíveis irregularidades praticadas pela Servidora Pública Municipal, constantes dos documentos que instruem o Processo Administrativo nº 0001002/2020;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, foi instituída pelo Decreto Municipal nº 037, de 16 de março de 2020;

CONSIDERANDO que é dever da administração Pública, apurar fatos que cheguem a seu conhecimento, especialmente aqueles contenham possíveis indícios de irregularidade e/ou ilegalidade com a finalidade de apurar os fatos e identificar a autoria e possíveis responsáveis, bem como verificar a existência ou não de prejuízos ao erário;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, em seu Artigo 10, veda em tese condutas desta natureza;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa na questão;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Instaurado a Abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração das supostas condutas irregulares praticadas pelas Servidoras Públicas Municipais, J. S. T, Matrícula Funcional nº 4.568, ocupante do Cargo de Provimento em efetivo de Auxiliar Operacional de Creche e L. M. E, Matrícula Funcional nº 528, ocupante de Provimento em efetivo de Professor vinculados a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, sob pena de sanções impostas a Lei Complementar Municipal nº 108, de 13 de dezembro de 2019, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva".

Art. 2º Para cumprimento ao disposto no Artigo 1º, a Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar será composta pelos Servidores Públicos Municipais, OSVALDINO FERNANDES JUNIOR, Agente Administrativo, Matrícula Funcional nº 4.875, que a Presidirá, GIOVANI MOTTA MARTINS, Agente Administrativo, Matrícula Funcional nº 252 e MARCIA BERNADINO Professor, Matrícula Funcional nº 6.515, dentre os nomeados pelo Decreto Municipal nº 037, de 16 de março de 2020, que Institui a Comissão Permanente de Sindicância

e Processo Administrativo Disciplinar, todos Servidores Estáveis, ocupantes de Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal desta Municipalidade.

§ 1º A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

§ 2º A Comissão poderá promover a tomada de depoimentos, acareações, requisição de documentos e demais diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a servidores públicos municipais com conhecimento técnico, visando à elucidação completa dos fatos.

§ 3º Os membros da Comissão terão livre acesso às dependências e instalações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como aos documentos, relatórios e informações necessárias à realização dos trabalhos, inclusive aos sistemas informatizados, estando sujeito a aplicação de penalidade administrativa quem impedir sonegar ou recusar imotivadamente o fornecimento de documentos ou informações.

§ 4º A Comissão poderá notificar qualquer servidor para prestar depoimento, o qual deverá ser dispensado por seu superior hierárquico, sem prejuízo de sua remuneração, pelo tempo que for necessário ou, ainda, convidar terceiros que possam colaborar na elucidação dos fatos investigados.

§ 5º A notificação e/ou convite de que trata o § 4º poderá ser realizada pessoalmente, via postal com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, com a confirmação do envio ao destinatário do endereço eletrônico.

§ 6º Os meios de notificação e/ou convite previstos no § 5º não estão sujeitos a ordem de preferência.

§ 7º Presumem-se válidas as notificações dirigidas ao endereço residencial, ou eletrônico, informado pelo servidor público em sua ficha funcional, cabendo a este sua atualização sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

§ 8º O servidor que, injustificadamente, não comparecer ou se recusar a prestar esclarecimentos à Comissão, quando comprovadamente notificado, estará sujeito à penalidade de repreensão por escrito.

§ 9º A Comissão terá como Secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 10 As reuniões e as audiências da Comissão terão caráter reservado e serão realizadas em local e horário previamente definido pelo Presidente da Comissão.

§ 11 É proibido aos membros da Comissão tornar públicas quaisquer opiniões a respeito do fato responsabilizado aos servidores, sob seus julgamentos, antes de concluído o Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Os membros da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar dedicarão tempo integral aos seus trabalhos, ficando, então, dispensados do registro de ponto eletrônico, bem como exercerão suas atividades com independência e imparcialidade, sendo assegurado o sigilo necessário na elucidação dos fatos ou exigidos pelo interesse da Administração.

§ 1º É dever dos integrantes da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar ter discrição e guardar sigilo sobre os documentos e assuntos que lhes sejam submetidos em razão do exercício regular da função, sob pena de responsabilidade administrativa.

§ 2º As reuniões da Comissão deverão ocorrer em local isolado, sendo permitida somente a presença dos seus componentes e dos interessados, ou de profissionais com prerrogativas.

§ 3º As reuniões da Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar serão realizadas periodicamente e deverão ser registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 4º A Comissão Especial de Inquérito fica impedida de permitir a retirada dos autos do Processo Administrativo Disciplinar da Sede do Centro Administrativo Municipal, salvo por membro da comissão acompanhado pelo advogado devidamente habilitado pelos servidores investigados, para a obtenção de cópia reprográfica.

Parágrafo único. Poderá ser concedida também aos servidores ou aos advogados devidamente habilitados cópia dos autos do processo em arquivo digital.

Art. 5º A Comissão Especial de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar poderá, ao final dos procedimentos de que trata este Decreto, sugerir medidas que impliquem no aperfeiçoamento dos serviços públicos e na inibição de novas ocorrências das mesmas irregularidades apuradas.

Art. 6º A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste Decreto, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade, admitida sua prorrogação por igual prazo quando as circunstâncias o exigirem, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Arroio do Silva.

Art. 7º Não haverá retribuição pecuniária pelos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 8º A Assessoria Jurídica do Município dará o assessoramento necessário ao funcionamento da presente Comissão Especial de Inquérito

de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 9º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 17 de agosto de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração e Finanças, em 17 de agosto de 2020.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO N° 72/2020

Publicação N° 2609493

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 72/2020
TOMADA DE PREÇOS N° 02/2020

OBJETO: Seleção e contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para a escolha da proposta mais vantajosa, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra especializada) para a execução de Pavimentação em lajota sextavada na Avenida Atlântico com extensão de 134,00 metros e, Rua Guanabara com extensão de 345,20 metros no Município de Balneário Arroio do Silva/SC, com recursos oriundos do Estado de Santa Catarina, de acordo com especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço global.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 09h00min, do dia 04 de setembro de 2020, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: licitacao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 17 de agosto de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Balneário Camboriú

PREFEITURA

4º ADT CT 225/2016 - PMBC

Publicação Nº 2610965

QUARTO TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AS INSTALAÇÕES DO CENTRO EDUCACIONAL DE JOVENS E ADULTOS - CEJA - TERMO Nº 225/2016 - PMBC

CONTRATADA: PECULIAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

OBJETO: Locação de imóvel destinado as instalações do centro educacional de jovens e adultos – CEJA.

I – DA ALTERAÇÃO SUPRESSAO DO PREÇO GLOBAL – Diante composição dos valores a suprimir, ficará suprimido à cláusula terceira, do contrato, a cifra de R\$ 6.116,48 (seis mil, cento e dezesseis reais e quarenta e oito centavos) e, diante do valor supracitado, o presente contrato passa a importar o valor global de R\$ 688.074,39 (seiscentos e oitenta e oito mil, setenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 13 de agosto de 2019.

SAMARONI BENEDET

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº 092/2020

Publicação Nº 2610990

DECRETO Nº 092, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a Reposição das aulas suspensas pelo Decreto Municipal nº 22 de 18/03/2020, o qual dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, para fins de cumprimento do calendário escolar de 2020.

PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto na Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei Municipal nº 52/2013 - Sistema Municipal de Ensino, Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e ainda com fundamentos no Parecer/CME/Nº 02/2020 do CME de Balneário Rincão.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Parecer/CME/Nº 02/2020, do CME de Balneário Rincão, que dispõe sobre a reposição das aulas suspensas por conta do Decreto Municipal Nº 22/2020, correspondentes ao período de 26/3/2020 à 17/4/2020.

Art. 2º As aulas suspensas no período acima identificados serão compensadas até o final do ano letivo de 2020, na forma abaixo discriminada:

I – Serão acrescidas as aulas que compõe a grade curricular vigente no Sistema Municipal de Ensino do Município de Balneário Rincão, o correspondente a 9 minutos em cada aula/diária ministrada no total de 5 aulas diárias;

II – As aulas passarão a ser de 54 minutos, totalizando diariamente a oferta de 4 horas e 45 minutos de atividades não presenciais aos alunos da educação básica da rede municipal de ensino de Balneário Rincão, somente para fins de cumprimento do calendário escolar de 2020;

Art. 3º Aos alunos que realizam atividades não presenciais por meio de material impresso, estes deverão ser readequados ao cumprimento da carga horária de 54 minutos/aulas.

Art. 4º Em eventual retorno as aulas presenciais, e comprovada a impossibilidade da aplicabilidade da carga horária diária proposta, novas medidas deverão ser instituídas.

Art. 5º compete aos professores realizarem todos os registros das atividades propostas aos com os alunos, bem como a participação destes, para fins de comprovação de cumprimento da carga horária mínima prevista pela legislação vigente.

Art. 6º O presente Decreto entra em vigor na data de sua assinatura com sua validade condicionada a sua publicação.

Balneário Rincão-SC, 10 de Agosto de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em Balneário Rincão - SC, 10 de agosto de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças Designado

DECRETO Nº 101/2020

Publicação Nº 2610986

Decreto nº 101 de 14 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 439, de 12 de Dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.06	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	05	Gestão das Ações de Inclusão e Desenv. Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	5035	Transferências do Sistema Único de Ass. Social
PROJETO/ATIVIDADE	2.019	Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	118	

Valor: R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.06	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	05	Gestão das Ações de Inclusão e Desenv. Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	5035	Transferências do Sistema Único de Ass. Social
PROJETO/ATIVIDADE	2.020	Bloco de Proteção Social Básica
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	122	

Valor: R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o excesso de arrecadação de Recursos 5035 Transferências do Sistema Único de Ass. Social no valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais), conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 439, de 12 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 14 de agosto de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de agosto de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 102/2020

Publicação Nº 2610988

Decreto nº 102 de 14 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 439, de 12 de Dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.07	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
RECURSO	5089	Operações de Crédito Internas – Outros Programas
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pavimentação de Vias e Eixos Estruturantes
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	135	

Valor: R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Operações de Crédito Internas – Outros Programas no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) de acordo com Contrato de Financiamento nº 0504473 DV:93 CEF/PMBR, conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 439, de 12 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 14 de agosto de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de agosto de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

Bandeirante

PREFEITURA

CONTRATO N° 32/2020 FMS

Publicação N° 2610373

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE

EXTRATO DO

CONTRATO N° 32/2020 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 57/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 36/2020

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE/SC.

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC. Através do Fundo Municipal de Saúde.

DO CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente aditivo será do dia 22 de Agosto de 2020 até o dia 22 de Agosto de 2021.

DO VALOR: R\$ 3.780,00 (Três mil, setecentos e oitenta reais).

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Bandeirante/SC, 18 de Agosto de 2020.

SELSONEILAND

Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATO N° 73/2020 PREFEITURA

Publicação N° 2610284

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE

EXTRATO DO

CONTRATO N° 73/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 57/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 36/2020

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE/SC.

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC.

DO CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente aditivo será do dia 22 de Agosto de 2020 até o dia 22 de Agosto de 2021.

DO VALOR: R\$ 3.770,00 (Três mil, setecentos e setenta reais).

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Bandeirante/SC, 18 de Agosto de 2020.

CELSONEILAND

Prefeito Municipal.

CONTRATO N° 74/2020 PREFEITURA

Publicação N° 2610368

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE

EXTRATO DO

CONTRATO N° 74/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 57/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 36/2020

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE/SC.

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC.

DO CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente aditivo será do dia 22 de Agosto de 2020 até o dia 22 de Agosto de 2021.

DO VALOR: R\$ 1.240,00 (Hum mil e duzentos e quarenta reais).

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Bandeirante/SC, 18 de Agosto de 2020.

CELSONEILAND

Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 30/2020 FMS

Publicação Nº 2609648

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE

EXTRATO DO

CONTRATO Nº 30/2020 FMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2017 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017 FMS

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR PELO PERÍODO 12 (DOZE) MESES, CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, PARA OS VEÍCULOS LOTADOS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE.

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.

DO CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente aditivo será do dia 21 de Agosto de 2020 até o dia 21 de Agosto de 2021.

DO VALOR: R\$ 1.740,00 (Hum mil, setecentos e quarenta reais)

DO FUNDAMENTO: Art. 57 da Lei 8.666/93.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Bandeirante/SC, 18 de Agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 31/2020 FMS

Publicação Nº 2609682

MUNICIPIO DE BANDEIRANTE

EXTRATO DO

CONTRATO Nº 31/2020 FMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2018 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018 FMS

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR, PELO PERÍODO DE DOZE MESES, PARA VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

A CONTRATANTE: Município de Bandeirante/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.

DO CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente aditivo será do dia 23 de Agosto de 2020 até o dia 23 de Agosto de 2021.

DO VALOR: R\$ 990,00 (Novecentos e noventa reais)

DO FUNDAMENTO: Art. 57 da Lei 8.666/93.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Bandeirante/SC, 18 de Agosto de 2020.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

Barra Bonita**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 007/2020**

Publicação N° 2609684

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 007/2020

CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BARRA BONITA-SC

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Convocar os aprovados no Concurso Publico 001/2019, cujo resultado foi homologado pelo decreto 1126/2019 de 23 de julho de 2019, a seguir relacionados:

Nome	Cargo	Classif.	
Gilvana Zanella	Auxiliar Administrativo	2º	

Art.2º A convocada deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC, até o dia 30 de agosto de 2020, durante o horário de expediente munidos da seguinte documentação:

Carteira de Identidade

CPF

Título eleitoral e comprovante da ultima votação

Certidão de Casamento

Certidão de nascimento dos filhos

Nº do PIS, encontrado na Carteira de Trabalho

01 Foto 3x4

Quando em cargos que exigem formações: (certificados e registros)

Certificado de reservista (terceira)

Comprovante de Escolaridade

Certidão de antecedentes criminais (obtida na Distribuição no Fórum ou site TJSC)

Declaração de Bens

Declaração de ter sofrido ou não penalidades

Declaração de Conta bancaria para deposito salarial. (Sicoob ou BB)

Declaração de não acúmulos de cargos

Atestado medico ocupacional.

Comprovante de residência.

Art.3º O não comparecimento do candidato, bem como a não apresentação dos documentos exigidos até a data aprazada ou não havendo justificativa para tal falta, importara em renuncia tácita do candidato a vaga que se classificou.

Barra Bonita-SC em 18 de agosto de 2020.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

DECRETO Nº 1426, DE 27 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2610661

DECRETO Nº 1426, DE 27 DE JULHO DE 2020.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado na Rua João Anselmo Brenneisen, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe conferem os artigos 14, inciso XXXV, 71, inciso VI e 91, inciso I, "e" da Lei Orgânica Municipal c/c os artigos 2º e 5º, alínea "I", do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, área de terras situadas na zona urbana desta Cidade e Comarca de Barra Velha - SC, sito à Rua João Anselmo Brenneisen, Bairro Centro, pertencente a HTM Administradora de Bens Ltda, inscrita na matrícula nº 6.244, do Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha, abaixo descritos e caracterizados:

I - UM IMÓVEL URBANO: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V-01 confrontando com a RUA JOÃO ANSELMO BRENNEISEN, com azimute de 100°26'51" e distância de 37,99 m, segue até o ponto V-02 de coordenada - E = 730.056,919 m - N = 7.052.717,088 m; agora, confrontando com ENO REICHOW; segue com azimute de 171°43'59" e distância de 24,00 m, segue até o ponto V-03 de coordenada - E = 730.060,369 m - N = 7.052.693,337 m; agora, confrontando com terras de MARIO LOURENZETTI e SOCIEDADE RECREATIVA ESPORTIVA DE BARRA VELHA; segue com azimute de 279°16'19" e distância de 41,22 m, segue até o ponto V-04 de coordenada - E = 730.019,693 m - N = 7.052.699,978 m; agora, confrontando com LUIZA ANGELINA DA SILVA; segue com azimute de 359°40'18" e distância de 24,00 m, segue até o ponto V-01 de coordenada - E = 730.019,555 m - N = 7.052.723,977 m; chegando ao início desta descrição, contendo a área total de 919,47(novecentos e dezenove metros e quarenta e sete décimos quadrados) m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e encontram-se representadas no Sistema UTM, de meridiano Central 51 WGr, tendo como Datum Horizontal o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A área que se refere no artigo 1º deste Decreto será usada para um ponto de deságue da bacia de contribuição de parte da Rua Paraná e arredores a fim de solucionar parte dos problemas de alagamento que acontecem na região.

Art. 3º É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de imissão provisória do Município na posse do bem referido no artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º Fica autorizada a adoção das providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via negociada ou judicial, consignando as indenizações à conta das dotações próprias do orçamento do Município, cabendo à Secretaria Municipal de Finanças - SMF e a Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN, o apoio técnico e logístico necessário ao bom e fiel cumprimento deste Decreto.

Art. 5º O bem imóvel objeto do presente Decreto expropriatório ficará vinculado, para efeito de gerenciamento, à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 6º Caberá à Comissão Especial de Avaliação, criada pela Portaria nº 607/2018, proceder à avaliação prévia dos respectivos imóveis.

Art. 7º A Procuradoria Geral do Município fica autorizada a promover a desapropriação de pleno domínio da área descrita no art. 1º deste Decreto podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei 3.365 de 21 de junho de 1941.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 27 de julho de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1433, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610912

DECRETO Nº 1433, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto 1432, de 14 de agosto de 2020 que Adotou medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 1386, de 16 de março de 2020, que adotou medidas para combate à pandemia do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 1388, de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º O artigo 3º do Decreto nº 1432 de 14 de agosto de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Missas e cultos poderão com capacidade máxima de 30%, sendo obrigatório uso de máscaras e álcool gel;”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em na data de sua publicação.

Barra Velha, 18 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2020 FMS

Publicação Nº 2610144

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Administrativo nº 029/2020 FMS

Dispensa de Licitação nº 012/2020 FMS

Extrato de Homologação

Contratada: CLÍNICA DE PSICOTERAPIA E DESINTOXICAÇÃO VERDE VAÇE LTDA,
inscrita no CNPJ sob o nº 08.345.108/0001-28

Objeto: Aquisição de tratamento em comunidade terapêutica especializada no tratamento para menores, com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas, para paciente menor U.T., em cumprimento à decisão judicial, conforme processo- autos nº 0900122-93.2018.8.24.0072 em anexo. Recurso Próprio, conforme Portaria 1.725-GAB e memorando.

Valor do Contrato: R\$ 24.743,66 (vinte e quatro mil setecentos e quarenta e três reais e sessenta e seis centavos)

Data da assinatura: 14/08/2020

Data de vencimento: 14/09/2020

Barra Velha, 14 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN -
Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO 013/2020 FMS

Publicação Nº 2610318

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Administrativo nº 030/2020 FMS
Dispensa de Licitação nº 013/2020 FMS
Extrato de Homologação

Contratada: DEL SERVIÇOS ELETROMECANICOS LTDA,
inscrita no CNPJ sob o nº 18.816.867/0001-85

Objeto: Aquisição de equipamento hospitalar (Monitor multiparamétrico), para atender a demanda de atendimento, devido o novo corona vírus/COVID-19. Conforme decreto Nº1390/2020, art. 2 § II, que declara situação de emergência no município de Barra Velha/SC, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 515/2020. RECURSO PORTARIA Nº 1.666, DE 1º DE JULHO DE 2020 - CORONAVÍRUS/COVID 19.

Valor do Contrato: R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

Data da assinatura: 17/08/2020

Data de vencimento: 17/09/2020

LEONARDO DA SILVA PEREIRA

Pela Empresa Contratada

Barra Velha, 17 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2020 FMS

Publicação Nº 2610588

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Administrativo nº 031/2020 FMS
Dispensa de Licitação nº 014/2020 FMS
Extrato de Homologação

Contratada: TECSUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME,
inscrita no CNPJ sob o nº 21.831.246/0001-85

Objeto: Aquisição de camas e colchões hospitalares para atender a demanda, devido ao novo corona vírus/COVID-19. Conforme decreto Nº1390/2020, art. 2 § II, que declara situação de emergência no município de Barra Velha/SC, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 515/2020. RECURSO PORTARIA Nº 1.666, DE 1º DE JULHO DE 2020 - CORONAVÍRUS/COVID 19.

Valor do Contrato: R\$ 23.930,00 (vinte e três mil, novecentos e trinta reais).

Data da assinatura: 17/08/2020

Data de vencimento: 17/09/2020

Barra Velha, 17 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2020 FMS

Publicação Nº 2610683

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Administrativo nº 032/2020 FMS
Dispensa de Licitação nº 015/2020 FMS
Extrato de Homologação

Contratada: DEL SERVIÇOS ELETROMECANBICOS LTDA,
inscrita no CNPJ sob o nº 18.816.867/0001-85

Objeto: Aquisição de equipamento hospitalar (ventilador pulmonar de transporte S21), para atender a demanda do Pronto Atendimento, considerando a situação de emergência no âmbito da saúde pública do Município, em função da pandemia do novo Coronavírus/COVID-19. RECURSO PORTARIA Nº 1.666, DE 1º DE JULHO DE 2020 - CORONAVÍRUS/COVID 19.

Valor do Contrato: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Data da assinatura: 17/08/2020

Data de vencimento: 17/09/2020

Barra Velha, 17 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 829/2020

Publicação Nº 2610556

DECRETO Nº 829/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 821, DE 22 DE JULHO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por intermédio de Lei, em especial o artigo 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e ainda;

CONSIDERANDO, o pedido de exoneração da servidora LIZIANE JOZINO, conforme requerimento protocolado sob n.405/2020,

DECRETA

Art. 1º. Fica Revogado o Decreto Municipal nº 821, de 22 de julho de 2020, devido ao pedido de exoneração da servidora Liziane Josino.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 18 de agosto de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

NATANAEL PIRES
Secretário Municipal de Saúde

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Saúde, na data supra.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 003/2020 PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL 003/2020

Publicação Nº 2610462

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 003/2020
PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL 003/2020**

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, por intermédio da COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO, torna pública a prorrogação das inscrições, alteração do cronograma e acrescenta cargos ao Processo Seletivo instituído pelo Edital nº 003/2020, nos seguintes termos:

1. A retificação do Edital nº 003/2020, Edital de abertura do Processo Seletivo nº 003/2020, a retificação acontece nos seguintes itens:

2 – DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

2.1 - A seleção dos candidatos será realizada mediante Avaliação Curricular, de caráter classificatório, de acordo com o seguinte procedimento:

2.2 - No ato da inscrição, que ocorrerá nos períodos de 18 de agosto a 21 de agosto de 2020, os candidatos deverão entregar, pessoalmente, em um só ato, cópia dos documentos descritos no Anexo 1, bem como cópia dos Títulos, sob pena de não estar apto para concorrer às vagas. É responsabilidade do candidato a entrega correta da documentação relativa à inscrição;

3 – DOS CARGOS:

3.1 - Os cargos, carga horária semanal, número de vagas e remuneração para as quais se pretende selecionar pessoal por meio deste Processo Seletivo estão de acordo com a tabela abaixo:

ESF- ESTRATÉGIA SAUDE DA FAMILIA

Cargo	Num. De Vagas	Requisitos Mínimos	Carga horaria semanal	Vencimentos
Enfermeiro(a)	02	Graduação em Enfermagem e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	40	R\$ 2.228,41
Enfermeiro(a) Cadastro Reserva	01	Graduação em Enfermagem e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	40	R\$ 2.228,41
Medico Clinico	01	Graduação em medicina e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	40	R\$ 15.753,23
Medico Clinico Cadastro de Reserva	01	Graduação em medicina e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	40	R\$ 15.753,23

EQUIPE SAUDE BUCAL

Cargo	Num. De Vagas	Requisitos Mínimos	Carga horaria semanal	Vencimentos
Técnico em Saúde Bucal	02	Curso Técnico em Higiene Dental	40	R\$ 1.310,84

UNIDADE BÁSICA CENTRAL

Cargo	Num. De Vagas	Requisitos Mínimos	Carga horaria semanal	Vencimentos
Medico Clinico	01	Graduação em medicina e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	20	R\$ 9.894,99
Medico Clinico Cadastro de Reserva	01	Graduação em medicina e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	20	R\$ 9.894,99

Farmacêutico	01	Graduação em Farmácia e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	40	R\$ 3.604,14
--------------	----	--	----	--------------

5. DA FORMA DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

5.1 - Os candidatos, cujas inscrições tiverem sido homologadas, serão submetidos ao procedimento de seleção mediante análise de currículos, a ser realizado pela comissão responsável.

5.2 - Será considerado aprovado, com preferência em relação aos demais na respectiva vaga para a qual realizou a inscrição, o candidato que obtiver maior número de pontos de acordo com o quadro abaixo:

FUNÇÃO	EXPERIENCIA PROFISSIONAL	PONTOS
Enfermeiro	Tempo de experiência comprovada na função	Especialização - 5,0 Mestrado – 10,0 Doutorado – 15,0 1,0 ponto para cada curso/capacitação na área de saúde, com carga horaria acima de 08 (oito) horas, limitado a 10,0 pontos 1,0 ponto para cada ano de tempo de serviço, limitado a 10,0 pontos
Medico Clinico	Tempo de experiência comprovada na função	Especialização - 5,0 Mestrado – 10,0 Doutorado – 15,0 Residência em Medicina Geral – 20,0 1,0 ponto para cada curso/capacitação na área de saúde, com carga horaria acima de 08 (oito) horas, limitado a 10,0 pontos 1,0 ponto para cada ano de tempo de serviço, limitado a 10,0 pontos
Técnico em Saúde Bucal	Tempo de experiência comprovada na função	1,0 ponto para cada curso/capacitação na área de saúde, com carga horaria acima de 08 (oito) horas, limitado a 10,0 pontos 1,0 ponto para cada ano de tempo de serviço, limitado a 10,0 pontos
Farmacêutico	Tempo de experiência comprovada na função	Especialização - 5,0 Mestrado – 10,0 Doutorado – 15,0 1,0 ponto para cada curso/capacitação na área de Farmácia, com carga horaria acima de 08 (oito) horas, limitado a 10,0 pontos 1,0 ponto para cada ano de tempo de serviço, limitado a 10,0 pontos

11 - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Atividade	Período
Inscrições	18/08/2020 a 21/08/2020
Homologação das Inscrições	24/08/2020
Recurso quanto a homologação das inscrições	25/08/2020
Homologação Final das Inscrições	26/08/2020

Análise de Currículos	27/08/2020
Divulgação da Classificação	28/08/2020
Recursos quanto a classificação	31/08/2020
Resultado Final	01/09/2020

Ficam mantidas as demais cláusulas estabelecidas no Edital nº 003/2020.

Bela Vista do Toldo – SC, 18 de agosto de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

NATANAEL PIRES
Secretário Municipal de Saúde

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 73/2020**

Publicação Nº 2610419

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 18/08/2020 - HORÁRIO DE INÍCIO: 14:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/2020

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 73/2020

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE SEMEN BOVINO E MATERIAIS PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio JOICE APARECIDA COSTA e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI todos nomeados através da Portaria nº 133/2020. Aberta a sessão, verificou-se que protocolaram e entregaram os envelopes até o horário estipulado as empresas ANDRE TONIAL SCHROEDER SERVIÇOS VETERINÁRIOS, NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA e FÉRTIL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo as empresas apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte dos representantes, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando os representantes presentes credenciados e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
ANDRE TONIAL SCHROEDER SERVIÇOS VETERINÁRIOS	ANDRE TONIAL SCHROEDER
NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA	JOSE SERGIO FAGUNDES
FÉRTIL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	LUCAS PARRARINI DE OLIVEIRA

Todas as empresas apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preços, o Pregoeiro analisou e rubricou os seus conteúdos e em seguida disponibilizou as propostas para que os representantes das licitantes fizessem o mesmo. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Fica desclassificado o item 08 da empresa FÉRTIL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA por não atender as exigências mínimas do edital. Todas as demais propostas foram consideradas aceitas e classificadas. Na sequência foram inseridos os valores das propostas no sistema para classificação e impresso o relatório Anexo da ATA. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as licitantes efetuado lances. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e os respectivos vencedores. A seguir, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio procederam à abertura dos envelopes de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica dos representantes presentes. Após análise de todos o Pregoeiro abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pelas empresas vencedoras encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as empresas estão HABILITADAS e, portanto, DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou aos interessados se há a intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. O representante da empresa NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA apenas solicitou que contasse em ata que as empresas do sêmen devem apresentar Registro de importação no MAPA. Após os fatos, o Pregoeiro ADJUDICOU os itens do certame as empresas vencedoras. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Equipe de Apoio
------------------------------------	--	--

LICITANTES PRESENTES:

ANDRE TONIAL SCHROEDER SERVIÇOS VETERINÁRIOS

NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

FÉRTIL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA



ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 84/2020

Publicação Nº 2610402

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 18/08/2020 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/2020

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 84/2020

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRÁFICOS EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio JOICE APARECIDA COSTA e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI todos nomeados através da Portaria nº 133/2020. Aberta a sessão, verificou-se que protocolaram e entregaram os envelopes até o horário estipulado as empresas ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA e VINICIUS RONCAGLIO ME. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo as empresas apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte dos representantes, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando os representantes presentes credenciados e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA	BRAZ ALBANO
VINICIUS RONCAGLIO ME	VILSON PIOVEZAN

Todas as empresas apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preços, o Pregoeiro analisou e rubricou os seus conteúdos e em seguida disponibilizou as propostas para que os representantes das licitantes fizessem o mesmo. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve manifestações. Todas as propostas foram consideradas aceitas e classificadas. Na sequência foram inseridos os valores das propostas no sistema para classificação e impresso o relatório Anexo da ATA. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as licitantes efetuado lances. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e os respectivos vencedores. A seguir, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio procederam à abertura dos envelopes de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica dos representantes presentes. Após análise de todos o Pregoeiro abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pelas empresas vencedoras encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as empresas estão HABILITADAS e, portanto, DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro ADJUDICOU os lotes do certame as empresas vencedoras. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Equipe de Apoio
------------------------------------	--	--

LICITANTES PRESENTES:

ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA

VINICIUS RONCAGLIO ME

DECRETO Nº 112/2020 - RESTITUI CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Publicação Nº 2610417



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

Decreto nº 112/2020, de 18 de agosto de 2020.

RESTITUI CRÉDITO TRIBUTÁRIO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, “n”, e de conformidade com a Lei Complementar nº 25 de 04 de dezembro de 2002, nos artigos 65 a 68 – Código Tributário;

DECRETA:

Art. 1º - O crédito tributário do contribuinte abaixo relacionado fica restituído no total de seu valor, por ter sido efetuado o pagamento espontâneo erroneamente (em duplicidade), com amparo no Art. 65 a 68 da LC 25/2002.

CONTRIBUINTE	PARCELA	LANÇAMENTO	VALOR EM R\$
Renato Zumach	01	6840/2020	186,95
Renato Zumach	02	6840/2020	169,95

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 18 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 112/2020 foi publicado e registrado na forma da Lei.
Benedito Novo, aos 18 de agosto de 2020.

Joice Aparecida Costa
Chefe da Divisão de Compras

Biguaçu**PREFEITURA****EDITAL DE INTIMAÇÃO COMAT Nº 009/2020**

Publicação Nº 2609907

EDITAL DE INTIMAÇÃO COMAT Nº 009/2020

O Secretário-Geral da Comissão Municipal de Assuntos Tributários - COMAT, nos termos do art. 334, III da LC 03/2007, e nos termos do art. 26, III do Decreto nº 148/2014, FAZ SABER que por este meio INTIMA os REQUERENTES abaixo qualificados, das Decisões proferidas por esta Comissão, para que no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, no Diário Oficial dos Municípios, possam apresentar os respectivos pagamentos ou Recursos ao Conselho Municipal de Contribuintes:

Número do Processo	Requerente	CPF/CNPJ	Assunto	Situação
8183/2017	Sergio Paulsen	***.357.859-**	Isenção do IPTU	Indeferido
7598/2020	Tereza Martins Estefano	***.391.599-**	Isenção do IPTU	Indeferido
6434/2020	Lorena Antunes de Oliveira	***.357.079-**	Isenção do IPTU	Indeferido
7599/2020	Carlos Estefano	***.508.609-**	Isenção do IPTU	Indeferido

Biguaçu, 18 de agosto de 2020.

(assinado eletronicamente)

BRUNO DIOGO MARQUES

Secretário Geral da Comissão Municipal de Assuntos Tributários

Decreto Municipal nº 46/2017

ERRATA PE 77/2020

Publicação Nº 2610633

ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2020

Comunicamos às empresas interessadas no PE nº 77/2020, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA O CONJUNTO TOTAL DE PROCEDIMENTOS EM LABORATÓRIO CLÍNICO, PARA ATENDER A DEMANDA DE SERVIÇOS DE ANÁLISE EM PATOLOGIA CLÍNICA DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – 24h E CENTRAIS DE TRIAGEM COVID 19 NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, que após recebimento de questionamento, viu-se a necessidade da alteração do edital do referido processo, conforme segue:

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Onde se lê: DIA: 02/08/2020

Leia-se: DIA: 02/09/2020

As demais informações constantes no edital de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 18 de agosto de 2020.

Gerson da Silva

Pregoeiro Municipal

HOMOLOGAÇÃO TP95/2020-PMB

Publicação Nº 2609987

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 95/2020-PMB

O Prefeito Municipal Senhor Ramon Wollinger, torna público dos interessados que homologa o processo Licitatório TP95/2020-PMB, " contratação de empresa especializada com fornecimento de material e prestação de serviços para a pavimentação asfáltica, implantação de drenagem pluvial na estrada Sorocaba de Fora e Sorocaba de Dentro, Município de Biguaçu, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos, cronograma físico-financeiro, partes integrantes desse processo", bem como o julgamento efetuado pela Comissão de Licitação, adjudicando objeto licitado as empresas classificadas e seus respectivos valores: EMPRESAS: CONSTRUÇÕES SCHOROEDER EIRELI. LOTE 01. VALOR: R\$ 1.049.754,30; JV JUTTEL TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI. LOTE 02. VALOR: R\$

662.204,33.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 18/08/2020.
Biguaçu 18 de agosto de 2020.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1861/2020

Publicação Nº 2610369

PORTARIA nº 1861/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FERNANDA APARECIDA DA CUNHA, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7987/2020 em anexo, no período de 22/07/2020 a 31/07/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1862/2020

Publicação Nº 2610370

PORTARIA nº 1862/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ROBSON MACEDO DE CAMPOS, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO PLANTONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8370/2020 em anexo, no período de 29/07/2020 a 11/08/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1863/2020

Publicação Nº 2610371

PORTARIA nº 1863/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DANIELA SALES DE CARVALHO BRITO, ocupante do cargo efetivo de ODONTÓLOGO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8286/2020 em anexo, no período de 28/07/2020 a 10/08/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1864/2020

Publicação Nº 2610372

PORTARIA nº 1864/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), PRISCILA TZELIKIS DUARTE, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7955/2020 em anexo, no período de 21/07/2020 a 28/07/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1865/2020

Publicação Nº 2610374

PORTARIA nº 1865/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SUSANA SOUZA PIRES DO AMARAL, ocupante do cargo efetivo de TELEFONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7495/2020 em anexo, no período de 29/06/2020 a 12/07/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1866/2020

Publicação Nº 2610375

PORTARIA nº 1866/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JOÃO SILVA FILHO, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7674/2020 em anexo, no período de 14/07/2020 a 23/07/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1867/2020

Publicação Nº 2610377

PORTARIA nº 1867/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), IZADORA DE FARIA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7811/2020 em anexo, no período de 20/07/2020 a 26/07/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1868/2020

Publicação Nº 2610378

PORTARIA nº 1868/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CRISTIANE MARIA DOS SANTOS, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7757/2020 em anexo, no período de 02/07/2020 a 16/07/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1869/2020

Publicação Nº 2610379

PORTARIA nº 1869/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), NATHANA LEMOS, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8014/2020 em anexo, no período de 09/07/2020 a 15/07/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1870/2020

Publicação Nº 2610380

PORTARIA nº 1870/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), RICARDO ANDRE DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de GUARDA PATRIMONIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8024/2020 em anexo, no período de 09/07/2020 a 17/07/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1871/2020

Publicação Nº 2610381

PORTARIA nº 1871/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUCIANO ASSIS DO AMARAL, ocupante do cargo efetivo de GUARDA PATRIMONIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7707/2020 em anexo, no período de 16/07/2020 a 21/07/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1872/2020

Publicação Nº 2610382

PORTARIA nº 1872/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), BARBARA DE MIRANDA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENSINO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7851/2020 em anexo, no período de 14/07/2020 a 23/07/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1873/2020

Publicação Nº 2610384

PORTARIA nº 1873/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), TAMARA REGINA CARDOSO, ocupante do cargo temporário de SEGUNDO PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8065/2020 em anexo, no período de 21/07/2020 a 27/07/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1874/2020

Publicação Nº 2610385

PORTARIA nº 1874/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), GABRIELA SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7295/2020 em anexo, no período de 08/07/2020 a 04/09/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1875/2020

Publicação Nº 2610386

PORTARIA nº 1875/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), GILBERTO LUIZ DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA II (C – VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS) – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8708/2020 em anexo, no período de 30/07/2020 a 05/08/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1876/2020

Publicação Nº 2610387

PORTARIA nº 1876 de 14 de agosto de 2020

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) MARLI MABONI MOREIRA, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 13533-1, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades no Centro de Educação Infantil Municipal Lar Feliz, desenvolvendo as seguintes atividades:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação.

X – Atividades correlatas ao Técnico em Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 29/07/2020 a 19/01/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/07/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1877/2020

Publicação Nº 2610388

PORTARIA nº 1877/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FERNANDA APARECIDA DA CUNHA, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº

7235/2020 em anexo, no período de 06/07/2020 a 17/07/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1878/2020

Publicação Nº 2610574

PORTARIA nº 1878 de 14 de agosto 2020

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JEFFERSON LUIZ DA LUZ, aprovado no Processo Seletivo 002/2020, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Administração, no período de 17/08/2020 a 30/09/2020, face a Licença para Tratamento de Saúde do servidor Francisco Januário Machado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 17/08/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1879/2020

Publicação Nº 2610577

PORTARIA nº 1879 de 14 de agosto 2020

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CRISTIANO ANDRÉ TEIXEIRA, aprovado no Processo Seletivo 002/2020, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de ARQUITETO, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, no período de 17/08/2020 a 31/12/2020, em substituição a servidora Luana Schmitt Montero que se encontra a Disposição do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 17/08/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1880/2020

Publicação Nº 2610979

PORTARIA nº 1880 de 14 de agosto de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Permanente de Licitação - CPL, com a finalidade de processar e julgar as licitações da Prefeitura Municipal de Biguaçu, Secretaria Municipal de Saúde e Fundação Municipal do Meio Ambiente, nos termos do art. 51, caput da Lei nº 8666/1993.

§1º A Comissão será composta pelos seguintes servidores, ocupantes de cargo efetivo, do quadro da Prefeitura Municipal de Biguaçu: ANA CLÁUDIA SAGÁS, MARISTELA LIRA BITTENCOURT DE ÁVILA E SINCLER BILCK.

§2º Designar a servidora NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS para presidir a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Art. 2º Autorizar o pagamento da Gratificação pela Participação como Membro Titular da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 114, caput da LC 47/2011.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 782/2020, bem como, todas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são a partir de 14/08/2020.

Biguaçu, 14 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1881/2020

Publicação Nº 2610980

PORTARIA nº 1881/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MIRELLE AMARAL DE ANDRADE DUARTE, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7822/2020 em anexo, no período de 18/07/2020 a 29/07/2020.

Biguaçu, 17 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1882/2020

Publicação Nº 2610981

PORTARIA nº 1882 de 17 de agosto 2020

Revoga adicional de insalubridade, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 31/07/2020, o adicional de insalubridade concedido ao servidor HERTO LUNARDELLI JUNIOR, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), matrícula nº 7123-1, conforme sentença proferida nos autos nº 0303027-63.2014.8.24.0007, com fundamento no laudo pericial, constante dos mesmos autos, realizado in loco, por perito do juízo que concluiu que as funções desempenhadas no exercício do referido cargo não são de natureza insalubre.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2020.

Biguaçu, 17 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

ATA PROPOSTA DE PREÇOS TP99/2020-PMB

Publicação Nº 2610323

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS 99/2020-PMB

ÀS 14:00 HORAS DO DIA 18 DE AGOSTO DE 2020, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DESIGNADA PELA PORTARIA 782/2020, PARA A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS DAS EMPRESAS HABILITADAS NO CERTAME: FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI EPP, CONSTRUÇÕES SCHOROEDER EIRELI, BRITAGEM VOGELSANGER LTDA, JV JUTTEL TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, SETEP CONSTRUÇÕES S.A, AZIMUTE PAVIMENTAÇÃO EIRELI E QUALIDADE PAVIMENTAÇÕES LTDA.

SE FIZERAM PRESENTES NA SESSÃO OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI EPP, JV JUTTEL TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI E AZIMUTE PAVIMENTAÇÃO EIRELI.

OS DOCUMENTOS FORAM ANALISADOS E RUBRICADOS PELOS REPRESENTANTES PRESENTES E COMISSÃO DE LICITAÇÃO, ESTANDO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL.

OS VALORES APRESENTADOS PELAS EMPRESAS FORAM OS SEGUINTE:

FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI EPP: R\$ 540.040,62;
CONSTRUÇÕES SCHOROEDER EIRELI: R\$510.312,09;
BRITAGEM VOGELSANGER LTDA: R\$ 611.790,16;
JV JUTTEL TERRAPLANAGEM E LOC.DE EQUIP. EIRELI: R\$491.878,27;
SETEP CONSTRUÇÕES S.A: R\$ 608.714,54;
AZIMUTE PAV. EIRELI :R\$541.003,26.
QUALIDADE PAVIMENTAÇÕES LTDA:R\$608.719,52.

DIANTE DO EXPOSTO O MENOR VALOR APRESENTADO FOI DA EMPRESA JV JUTTEL TERRAPLANAGEM E LOC.DE EQUIP. EIRELI.

TENDO EM VISTA A INABILITAÇÃO DA EMPRESA JV JUTTEL TERRAPLANAGEM E LOC.DE EQUIP. EIRELI, NO QUE DIZ RESPEITO AO SEU ENQUADRAMENTO COMO MICRO EMPRESA, HOVE UM EMPATE FICTO COM A EMPRESA AZIMUTE PAV. EIRELI, SENDO QUE A MESMA MANIFESTOU INTERESSE EM USAR O BENEFÍCIO DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR 123/2006, SE COMPROMETENDO A APRESENTAR JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO NOVA PROPOSTA NUM PRAZO DE 02(DOIS) DIAS ÚTEIS.

OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS PRESENTES ABREM MÃO DE RECURSO.

NADA MAIS A CONSTAR, ENCERRA-SE A PRESENTE ATA QUE VAI ASSINADA PELA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E MEMBROS E PELOS REPRESENTANTES PRESENTES.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO:

NABEL ANA M. DE CAMPOS
PRESIDENTE MEMBRO

MARISTELA LIRA B. DE ÁVILA
MEMBRO

ANA CLÁUDIA SAGÁS
MEMBRO

REPRESENTANTES PRESENTES:

FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI EPP _____

JV JUTTEL TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI _____

AZIMUTE PAVIMENTAÇÃO EIRELI _____

IL135/2020-PMB

Publicação Nº 2610443

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 135/2020-PMB

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de suporte técnico mensal, manutenção e atualização tecnológica do software referente ao Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) voltado à gestão do cadastro imobiliário, utilizado pelas Secretarias Municipais da Receita, de Planejamento e Gestão Participativa e da Fundação Municipal de Meio Ambiente – FAMABI, dentre outros órgãos municipais, em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA e com o presente Termo de Referência. O valor restante da dotação será a do ano seguinte, conforme a LOA.

EMPRESA CONTRATADA: GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA

VALOR: R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

114 8/1 2011 3339040020000000000

486 8/1 2011 33339040020000000000

JUSTIFICATIVA: O sistema de georreferenciamento é uma importante ferramenta que tem por objetivo, a gestão do cadastro imobiliário, utilizado pelas Secretarias Municipais da Receita, de Planejamento e Gestão Participativa e da Fundação Municipal de Meio Ambiente – FAMABI e de outros órgãos da administração municipal, bem como ao público externo.

Deste modo, optou-se por processo de Inexigibilidade, com fundamento no art. 25, I:

I- “para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes”.

DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: O Município de Biguaçu, através do processo licitatório Tomada de Preço (T.P.) 123/2012, que entre outros serviços, contratou um software referente ao Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) voltado à gestão do cadastro imobiliário.

A empresa que venceu o certame e consequentemente instalou o sistema, o qual vem sendo utilizado pela Secretaria da Receita, de Planejamento e Gestão Participativa, entre outros órgãos da administração municipal, como Vigilância Sanitária, Defesa Civil, Fundação Municipal de Meio Ambiente, para gerenciar o cadastro imobiliário, é da empresa Geomais Geotecnologia Ltda.

A atualização de interface, layout e manutenção do sistema, depende de intervenção técnica de pessoal capacitado com domínio nas funções do sistema.

No que diz respeito da razão da escolha do fornecedor em atendimento ao que preconiza o art. 26, II, da Lei nº 8.666/1993, informamos que se trata de software referente ao Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG), o qual requer a atualização de interface, layout e manutenção especializada do sistema, dependendo de intervenção técnica de pessoal capacitado com domínio nas funções do sistema. O valor contratado está dentro do praticado no mercado, e a empresa contratada apresentou todos os documentos de regularidade fiscal dentro de seu prazo de validade.

Biguaçu, 18 de agosto de 2020.

**RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL**

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.782/2020

Publicação Nº 2610485

DECRETO Nº 12.782, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DELEGA COMPETÊNCIA AO GERENTE DE SUPORTE OPERACIONAL DA INTENDÊNCIA DISTRITAL DE VILA ITOUPAVA - IDIVI.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em atenção ao Memorando nº 228/2020, de 14/08/2020, emitido pelo Intendente Distrital da Vila Itoupava:

DECRETA

Art. 1º Fica delegada competência ao Gerente de Suporte Operacional da Intendência Distrital de Vila Itoupava, RODRIGO CAPISTRANO ALVES, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Intendência, no período de 17 a 24 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.358/2020

Publicação Nº 2610489

PORTARIA Nº 24.358, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELLE STEFANIE DE MELLO, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR, DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - SMTT.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, por meio do Memorando nº 537, de 13/08/2020, resolve:

DISPENSAR, no dia 14 de agosto de 2020, a servidora pública municipal DANIELLE STEFANIE DE MELLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor Pedagógico da Escola Pública de Trânsito - EPT - FGC de 30%, designada pela Portaria nº 23.260, de 09/07/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.359/2020

Publicação Nº 2610492

PORTARIA Nº 24.359, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELLE STEFANIE DE MELLO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - SMTT.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e em atenção ao Memorando nº 538/2020, de 13/08/2020, encaminhado pelo Secretário Municipal de Administração, resolve:

DESIGNAR, a contar de 15 de agosto de 2020, a servidora pública municipal DANIELLE STEFANIE DE MELLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para o exercício da função gratificada de confiança de Chefe Escola Pública de Trânsito - FGC de 80%, na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes - SMTT, concedida com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.360/2020

Publicação Nº 2610494

PORTARIA Nº 24.360, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GUILHERME MARÇAL FREITAG PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e em atenção ao Memorando nº 535/2020, de 11/08/2020, encaminhado pelo Secretário Municipal de Administração, resolve:

DESIGNAR, a contar de 04 de agosto de 2020, o servidor público municipal GUILHERME MARÇAL FREITAG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Auditoria de Gestão - FGC de 50%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, concedida com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.361/2020

Publicação Nº 2610496

PORTARIA Nº 24.361, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPENSA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRED HORST MANKE JUNIOR, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - SMTT.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no inciso II do artigo 11, combinado com o parágrafo 1º do artigo 17 da Lei Complementar nº 1.220, de 17 de dezembro de 2018, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Trânsito e Transportes, através do Memorando nº 145/2020, de 12/08/2020, resolve:

DISPENSAR, a contar de 14 de agosto de 2020, o servidor público municipal FRED HORST MANKE JUNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função de Auxiliar de Controle Interno, com a gratificação de 70%, da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes - SMTT, designado pela Portaria nº 23.637, de 27 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.362/2020

Publicação Nº 2610498

PORTARIA Nº 24.362, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GISLAINE MEIRA DA SILVA, PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - SMTT E CONCEDE-LHE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no inciso II, do art. 11 e §1º, do art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 1.220, de 17 de dezembro de 2018, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Trânsito e Transportes, através do Memorando nº 145/2020, de 12/08/2020, resolve:

DESIGNAR, a contar de 15 de agosto de 2020, a servidora pública municipal GISLAINE MEIRA DA SILVA, matrícula nº 229825, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Auxiliar de Controle Interno, concedendo-lhe a gratificação de 70%, na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes - SMTT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.363/2020

Publicação Nº 2610501

PORTARIA Nº 24.363, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA PATRÍCIA KRIEGER DA SILVA, PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com os arts. 33 e 121 das Leis Complementares nºs 661 e 662, ambas de 28 de novembro de 2007, respectivamente, combinados com o art. 97 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memo nº 519/2020, de 17/08/2020, da Secretaria Municipal de Administração, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de setembro de 2020, PATRÍCIA KRIEGER DA SILVA, servidora estável ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, representante do Poder Executivo para compor a Comissão Permanente de Avaliação Funcional, em substituição à MARI LÚCIA DE AMORIM, designada pela Portaria nº 12.339, de 30 de setembro de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

EXTRATO JUSTIFICATIVA AO PROCESSO DE DISPENSA AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 029/2020 - SEMUDES

Publicação Nº 2610520

EXTRATO – JUSTIFICATIVA AO PROCESSO DE DISPENSA AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 029/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) E A ASSOCIAÇÃO CASA SÃO SIMEÃO

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 13.019/2014 – art. 30, II, Decreto nº. 8.726/2016, Medidas Provisórias nºs. 953/2020 e nº. 956/2020, Portarias nºs. 63, nº. 337 e nº. 369/2020 do Ministério da Cidadania, Resolução CMAS nº. 24/2020, Decreto Estadual nº. 525/2020, Decreto Municipal nº. 12.589/2020, entre outras legislações aplicáveis.

VALOR: R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais)

VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses, a contar de 24 de agosto de 2020

OBJETO: Repasse emergencial de recursos federais para o cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19.

JUSTIFICATIVA: O Ministério da Cidadania, por meio da Portaria nº. 369 de 29 abril de 2020 dispôs sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de emergência de saúde pública de importância nacional – ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).

A Portaria estabelece os critérios e a operacionalização deste repasse de recurso financeiro emergencial, que será realizado por meio de transferência fundo a fundo, com a finalidade de aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da COVID-19.

A Portaria nº. 63 de 30 de abril de 2020 traz os aspectos da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais previsto na Portaria nº. 369/2020.

Os recursos previstos na Portaria nº. 369/2020 destinam-se em síntese a promover:

I - Estruturação da rede do SUAS por meio da:

a) aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI para os profissionais das unidades públicas e estatais de atendimento do SUAS;
b) aquisição de alimentos, prioritariamente ricos em proteína, para pessoas idosas e pessoas com deficiência acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias.

II – Cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento de situação de emergência em decorrência do COVID-19, por meio da proteção, orientação, apoio e atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social afetados pela situação, de forma a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas que atendam às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação de riscos quanto à infecção ou disseminação do Coronavírus.

O Município de Blumenau atendeu aos critérios de elegibilidade da Portaria nº. 369/2020 e foi contemplado através do Fundo Municipal de Assistência Social com o valor de R\$ 1.187.235,00 (um milhão, cento e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais) tendo como finalidade aumentar a capacidade de resposta ao atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente

do COVID-19.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições deliberou através da Resolução nº. 24/2020 acerca da utilização deste recurso.

De acordo com a Resolução nº. 24/2020 foi definido também pelo repasse de R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito reais) à Organização da Sociedade Civil Associação Casa São Simeão, que possui inscrição perante os Conselhos Municipais de Assistência Social e do Idoso como executora do serviço de acolhimento institucional para idosos – grau de dependência I (cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19 - inciso II do art. 2º. da Portaria nº. 369/2020).

O cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19 tem como finalidade promover orientação, apoio, atendimento e proteção às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social afetados, de forma a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas que atendam às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação dos riscos quanto à infecção ou disseminação do vírus. Destina-se, portanto a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas que atendam às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação dos riscos quanto à infecção ou disseminação do vírus.

A utilização desses recursos deve assegurar as provisões listadas no art. 8º da Portaria.

No caso em comento, considerando que o valor a ser repassado contemplará serviço de acolhimento já existente no município, a utilização dos recursos deve estar vinculada a medidas que visem mitigar riscos de transmissibilidade do novo Coronavírus (Covid-19) e/ou atender necessidades advindas da situação de emergência em saúde pública, incluindo medidas voltadas à diminuição da aglomeração, como a reestruturação da rede para atendimento em pequenos grupos, ampliação do percentual de acolhimento em famílias acolhedoras, dentre outras.

O repasse emergencial dos recursos federais ao município ocorrerá em duas parcelas, cada uma referente a 3 (três) meses da demanda aferida para cada item, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Desta feita, salvo melhor juízo a desnecessidade de autorização legislativa municipal quanto ao repasse, visto a iniciativa da Medida Provisória partir da Presidência da República e a excepcionalidade em função das medidas de enfrentamento de emergência de saúde pública decretadas pelo Congresso Nacional.

Por todo o exposto, justifica-se a formalização de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do objeto da parceria.

EXTRATO Nº 073/2020 - FURB

Publicação Nº 2610535

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 073/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

KÁTIA RAMIRES GOMES

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 031/2020 e Contrato nº 041/2020 firmado em 03 de março de 2020.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 2.562,72 (dois mil, quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 031/2020, especialmente quanto a Proposta de folhas 147, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
01	38037	01	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Disciplina: Cozinha Asiática Carga horária: 24h Aulas: Terças e quartas-feiras Período: 27-28/10	2.562,72
Preço Total (em R\$)				2.562,72	
Preço Total (em reais, por extenso)				dois mil, quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do CONTRATADO ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, ou seja 2020, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 11/08/2020

EXTRATO Nº 307/2020 - FURB

Publicação Nº 2610536

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 307/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

BRUNO ANDREASSI DE FARO

ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº. 037/2020 – TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 031/2020 e Contrato nº 037/2020, firmado em 03 de março de 2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO:

Fica o valor contratual suprimido em R\$ 14.522,80 (quatorze mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta centavos), equivalente a 66,67% (sessenta e seis vírgula seis sete por cento) a menor do valor contratual inicial total.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 037/2020 que não colidirem com o presente documento.

Blumenau/SC, 31 de julho de 2020.

EXTRATO Nº 308/2020 - FURB

Publicação Nº 2610537

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 308/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

ELIANE WAMSER

ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº. 038/2020 – TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 031/2020 e Contrato nº 038/2020, firmado em 03 de março de 2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO:

Fica o valor contratual suprimido em R\$ 1.708,57 (um mil, setecentos e oito reais e cinquenta e sete centavos), equivalente a 66,67% (sessenta e seis vírgula seis sete por cento) a menor do valor contratual inicial total.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 038/2020 que não colidirem com o presente documento.

Blumenau/SC, 31 de julho de 2020.

EXTRATO Nº 309/2020 - FURB

Publicação Nº 2610542

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 309/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

FÁBIO BERNARDO BORGES

ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº. 039/2020 – TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 031/2020 e Contrato nº 039/2020, firmado em 03 de março de 2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO:

Fica o valor contratual suprimido em R\$ 5.125,70 (cinco mil, cento e vinte e cinco reais e setenta centavos), equivalente a 66,67% (sessenta e seis vírgula seis sete por cento) a menor do valor contratual inicial total.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 039/2020 que não colidirem com o presente documento.

Blumenau/SC, 31 de julho de 2020.

EXTRATO Nº 310/2020 - FURB

Publicação Nº 2610543

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 310/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

JÚLIA DE SOUZA E SILVA

ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº. 040/2020 – TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 031/2020 e Contrato nº 040/2020, firmado em 03 de março de 2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO:

Fica o valor contratual suprimido em R\$ 2.562,85 (dois mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), equivalente a 66,67% (sessenta e seis vírgula seis sete por cento) a menor do valor contratual inicial total.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 040/2020 que não colidirem com o presente documento.

Blumenau/SC, 31 de julho de 2020.

EXTRATO Nº 311/2020 - FURB

Publicação Nº 2610545

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 311/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

KÁTIA RAMIRES GOMES

ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº. 041/2020 – TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 031/2020 e Contrato nº 041/2020, firmado em 03 de março de 2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO:

Fica o valor contratual suprimido em R\$ 1.708,57 (um mil, setecentos e oito reais e cinquenta e sete centavos), equivalente a 66,67% (sessenta e seis vírgula seis sete por cento) a menor do valor contratual inicial total.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 041/2020 que não colidirem com o presente documento.

Blumenau/SC, 31 de julho de 2020.

EXTRATO N° 312/2020 - FURB

Publicação N° 2610546

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato n°. 312/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e
MÁRCIO ANÍSIO MOSER

ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO N°. 042/2020 – TERMO ADITIVO N°. 001

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação n° 031/2020 e Contrato n° 042/2020, firmado em 03 de março de 2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO:

Fica o valor contratual suprimido em R\$ 4.271,42 (quatro mil, duzentos e setenta e um reais e quarenta e dois centavos), equivalente a 66,67% (sessenta e seis vírgula seis sete por cento) a menor do valor contratual inicial total.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato n°. 042/2020 que não colidirem com o presente documento.

Blumenau/SC, 31 de julho de 2020.

EXTRATO N° 313/2020 - FURB

Publicação N° 2610547

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato n°. 313/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e
RAQUEL HUEWES

ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO N°. 044/2020 – TERMO ADITIVO N°. 001

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação n° 031/2020 e Contrato n° 044/2020, firmado em 03 de março de 2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO:

Fica o valor contratual suprimido em R\$ 6.834,27 (seis mil, oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e sete centavos), equivalente a 66,67% (sessenta e seis vírgula seis sete por cento) a menor do valor contratual inicial total.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato n°. 044/2020 que não colidirem com o presente documento.

Blumenau/SC, 31 de julho de 2020.

EXTRATO N° 314/2020 - FURB

Publicação N° 2610549

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato n°. 314/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e
RODRIGO ALVES GONZAGA

ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO N°. 045/2020 – TERMO ADITIVO N°. 001

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 031/2020 e Contrato nº 045/2020, firmado em 03 de março de 2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO:

Fica o valor contratual suprimido em R\$ 20.715,42 (vinte mil, setecentos e quinze reais e quarenta e dois centavos), equivalente a 57,396% (cinquenta e sete vírgula três nove seis por cento) a menor do valor contratual inicial total.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 045/2020 que não colidirem com o presente documento.

Blumenau/SC, 31 de julho de 2020.

EXTRATO Nº 315/2020 - FURB

Publicação Nº 2610552

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 315/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
RODRIGO COLOGNESE

ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº. 046/2020 – TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 031/2020 e Contrato nº 046/2020, firmado em 03 de março de 2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO:

Fica o valor contratual suprimido em R\$ 1.708,57 (um mil, setecentos e oito reais e cinquenta e sete centavos), equivalente a 66,67% (sessenta e seis vírgula seis sete por cento) a menor do valor contratual inicial total.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 046/2020 que não colidirem com o presente documento.

Blumenau/SC, 31 de julho de 2020.

EXTRATO Nº 316/2020 - FURB

Publicação Nº 2610553

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 316/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
ROSANGELA BUHATEM LUZ

ADITIVO DE SUPRESSÃO

CONTRATO Nº. 047/2020 – TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 031/2020 e Contrato nº 047/2020, firmado em 03 de março de 2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO:

Fica o valor contratual suprimido em R\$ 2.562,85 (dois mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), equivalente a 66,67% (sessenta e seis vírgula seis sete por cento) a menor do valor contratual inicial total.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 047/2020 que não colidirem com o presente documento.

Blumenau/SC, 31 de julho de 2020.

EXTRATO N° 317/2020 - FURB

Publicação N° 2610554

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 317/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
INAIÁ DOROW HAAS

ADITIVO DE SUPRESSÃO
CONTRATO N°. 048/2020 – TERMO ADITIVO N°. 001

OBJETO: contratação de professores para o Curso de Curta Duração de Gastronomia promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 031/2020 e Contrato nº 048/2020, firmado em 03 de março de 2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO:

Fica o valor contratual suprimido em R\$ 4.271,42 (quatro mil, duzentos e setenta e um reais e quarenta e dois centavos), equivalente a 66,67% (sessenta e seis vírgula seis sete por cento) a menor do valor contratual inicial total.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 048/2020 que não colidirem com o presente documento.

Blumenau/SC, 31 de julho de 2020.

EXTRATO Nº 324/2020 - FURB

Publicação Nº 2610557

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**Extrato nº. 324/2020**

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
KAYAMA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-EPP

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de geradores de energia elétrica para o Campus I da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 071/2019 e Contrato nº 155/2020, firmado em 18 de agosto de 2020.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Equipamento	Marca / Modelo	Preço Unitário (em R\$)
1	40030	1	Conjunto	Grupo motor-gerador de com potência nominal mínima de 168 kVA em regime "Standby", 380/220 Vac, 60Hz, alternador "brushless", carenagem atenuada para 85dB(A) a 1,5m, com quadro de transferência (externo) automático em regime aberto, com tanque de combustível interno, sistema de monitoramento remoto e demais especificações e acessórios conforme termo de referência.	Kayama – K180000PSP3E Cabinado Automático 180 kVA	77.500,00
Preço Total (em reais, por extenso)				R\$ 77.500,00 (Setenta e sete mil e quinhentos reais)		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até **28 (vinte e oito) dias consecutivos** após a efetiva entrega do(s) equipamento(s), desde que o(s) mesmo(s) seja(m) aprovado(s) pelo Gestor designado pela **CONTRATANTE** e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 18/08/2020.

CÂMARA MUNICIPAL**LEI 8903**

Publicação Nº 2609991

LEI Nº 8.903, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DENOMINA DE QUINTO MUNSIO COMPAGNONI, PRAÇA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, e considerando o veto rejeitado e não promulgado pelo Prefeito Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Quinto Munsio Compagnoni, a Praça Pública localizada em área pública, na entrada da Rua Henrique Passold esquina com a Rua Cristian Wilhelm Staak, próximo ao nº 30, no Bairro Itoupava Central.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 18 DE AGOSTO DE 2020.

Marcelo Barasuol Lanzarin
Presidente da Câmara Municipal

MD 3428

Publicação Nº 2610004

RESOLUÇÃO MD Nº 3428

CONCEDE BOLSA DE ESTUDO À SERVIDORA PÚBLICA SAMARA REGINA COELHO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida bolsa de estudo à servidora pública Samara Regina Coelho, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Legislativo, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Blumenau, na quantia equivalente a 28% (vinte e oito por cento) do valor das mensalidades do segundo semestre letivo de 2020, a serem pagos diretamente à servidora pública, relativo às disciplinas do curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (2º módulo), no Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, com aulas periódicas no contraturno do horário de trabalho, nos termos do art. 82 da Lei Complementar nº 660/2007, do Decreto Municipal nº 8.701/2008 e do Processo Administrativo nº 31/2020.

Parágrafo único. O beneficiário se obriga a comprovar o pagamento junto à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal, mês a mês, sob pena de ter suspenso o benefício concedido nesta Resolução.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta do elemento 3.2.5.4 - Apoio Financeiro ao Estudante, constante no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos à data de 9 de julho de 2020.

Câmara Municipal de Blumenau, 13 de agosto de 2020.

MARCELO LANZARIN	BRUNO CUNHA
Presidente	Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA	GILSON DE SOUZA
1º Secretário	2º Secretário

MD 3429

Publicação Nº 2610006

RESOLUÇÃO MD Nº 3429

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 6 de agosto de 2020, a servidora pública Evanilde Lunelli, ocupante do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Jens Juergen Mantau - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 6 de agosto de 2020.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

MD 3430

Publicação Nº 2610007

RESOLUÇÃO MD Nº 3430
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 6 de agosto de 2020, a servidora pública Gabriela Campigotto, ocupante do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcelo Barasuol Lanzarin - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 6 de agosto de 2020.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

MD 3431

Publicação Nº 2610008

RESOLUÇÃO MD Nº 3431
NOMEIA EVANILDE LUNELLI EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 7 de agosto de 2020, Evanilde Lunelli, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcelo Barasuol Lanzarin - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 7 de agosto de 2020.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 26/2020

Publicação N° 2610362



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N° 56/2020**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2020**

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, por intermédio do Prefeito Municipal, de seu Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às **13 horas do dia 10 de Setembro de 2020**, licitação na modalidade pregão presencial, pelo menor preço por item, regida pela Lei nº 10.520/02, pelas Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014 e por este Edital e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, a Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro - Sala de Licitações, destinado à Registro de Preços, conforme segue:

1.DO OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE GEOTECNOLOGIA E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO CADASTRO TRIBUTÁRIO, SISTEMA DE CONSULTA WEB, ATUALIZAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA MUNICIPAL, FORNECIMENTO DE IMAGEM DE ALTA RESOLUÇÃO E PREPARAÇÃO PARA NOVA NUMERAÇÃO DOS LOTES E EDIFICAÇÕES URBANOS.

2. DA RETIRADA DO EDITAL

Far-se-á de 3ª a 5ª feira, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 13:00h às 17:00h à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro Bom Jardim da Serra- SC, ou no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br, sem ônus.

3. DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S)

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados ao Depto. de Compras e Licitações aos cuidados do Pregoeiro, em até 02 (dois) dias, antecedendo a data definida para a abertura da sessão;

3.2 Impugnações ao ato convocatório deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro(a), obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

3.3 Outras informações pelo telefone: (49) 3232-0196 ou por e-mail: licitacao01@bomjardimdaserra.sc.gov.br

4. DO(S) PRAZO(S)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

4.1 De entrega/execução: conforme necessidade, após assinatura do contrato;

4.2 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua validade até 31/12/2020 a contar da(s) data(s) da(s) assinatura(s) de(os) contrato(s). O(s) contrato(s) pode (rão) ser firmada(s) entre as partes, por prazo(s), quantidade(s) menor que as licitadas, podendo atingir a sua quantidade total licitada;

5. DO(S) PAGAMENTO(S)

5.1 Será (ão) efetuado(s) a preço fixo, conforme quantidade consumida mensal, pago(s) em até 30 (trinta) dias, à vista da(s) nota(s) fiscal(is).

5.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais documentos inerentes ao Processo.

6. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação, sendo considerado automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o término do processamento desta licitação.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

7.1 Os produtos e ou serviços, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados na(s) conta(s): PM (52) do exercício do ano de 2020.

8. DA PARTICIPAÇÃO

8.1 Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital de Pregão Presencial Nº 26/2020;

8.2 As empresas deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

8.3 Não poderá participar empresa que tenha sido declarada inidônea, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública;

8.4 A participação na presente Licitação, enseja na aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seus anexos.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1 Ficam a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

9.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

9.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

9.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;

9.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

9.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;

9.7 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente, tanto para licitante com representante ou não.

9.8 Declarar que, os sócio(s) e/ou proprietário(a) da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ainda, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

9.9 Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mão.

10. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

11.1 Os envelopes: nº 01 - Proposta e nº 02 - Documentação de Habilitação poderão ser entregues no setor de licitações da Prefeitura, à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom jardim da Serra - SC, CEP 88.640-000, até às 13 horas do dia 10/09/2020.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

11.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

11.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

12. DA SOBRESCRITAÇÃO DO ENVELOPE N° 01

Sr (a). Pregoeiro (a)

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão Presencial N° 26/2020

Abertura às 13 horas do dia 10 de Setembro de 2020

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, SC, CEP 88.640-000

Proposta

13. DA PROPOSTA

13.1 Ser formulada de preferência em papel timbrado da empresa, apresentada em uma via, constando o nome, endereço completo, e-mail, telefone(s) e carimbado com a Razão Social, ou com a proposta eletrônica formulada a partir do sistema Betha Auto cotação (disponível no site: www.bomjardimdaserra.sc.gov.br), por meio de pen drive.

13.2 Ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, sem emendas, sem ressalvas e sem entrelinhas;

13.3 Conter a(s) assinatura(s), a(s) qual(is) deverá(ão) ser identificada(s) fazendo-se constar a qualificação do(s) signatário(s) e o cargo que exerce (Diretor, Gerente, e ou Procurador);

13.4 Estar com todas as vias rubricadas e a última assinada em seu desfecho, pelo signatário da autora;

13.5 Ter validade de no mínimo 60 dias;

13.6 O(s) produto(s) / serviço(s) deverá(ão) ser realizado(s) por profissional especializado, com valores cotados individualmente, não podendo em nenhum item o valor ultrapassar o preço máximo estabelecido no edital, com a(s) especificação(ões) necessária(s) para facilitar sua identificação com os requisitos constantes do Edital;

13.7 Os preços deverão ser cotados, em moeda nacional, com duas casas decimais depois da vírgula e, já deverão estar incluídos toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a serem devidos em razão do objeto deste Edital;

13.8 Estar acompanhada:

13.8.1 Da Declaração de que correrão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação do(s) preço(s) do(s) serviço(s) licitado(s);

13.8.2 Da Declaração que aceitam as condições impostas por este edital e que submetem se ao disposto pela Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

14. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE N° 02

Sr (a). Pregoeiro (a)

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão Presencial N° 26/2020

Abertura às 13 horas do dia 10 de Setembro de 2020

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, CEP 88.640-000

Documentação de Habilitação

15. DA HABILITAÇÃO**15.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:**

15.1.1 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

15.1.2 Da Declaração que o(s) produto(s) a ser(em) entregue(s) ficará(ao) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva; que cumpre(m) plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02; de que se enquadra ou não na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento;

15.2 DA REGULARIDADE FISCAL:

15.2.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

15.2.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (CONJUNTA);

15.2.3 Prova de regularidade com a fazenda Estadual

15.2.4 Prova de Regularidade com FGTS;

15.2.5 Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

- 15.2.6 Alvará de funcionamento da sede da proponente do ano corrente;
- 15.2.7 Contrato Social e alterações se houver (caso tenha sido apresentado no credenciamento, não se faz necessário na regularidade fiscal);
- 15.2.8 Cópia do cartão CNPJ constando atividade pertinente ao objeto licitado
- 15.2.9 Certidão negativa de falência e concordata;
- 15.2.10 Declaração de fatos impeditivos
- 15.2.11 Declaração Concordância com as Condições Edital
- 15.2.12 Declaração Conforme Art. 27, Inc. V, Lei 8.666/93
- 15.2.13 Declaração de inexistência de parentesco com integrantes do poder municipal

15.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 15.3.1 Atestado(s) ou declaração (ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de serviços ou fornecimento similares ao objeto desta licitação.
- 15.3.2 Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos;
- 15.3.3 Demonstração de possuir a licitante em seu quadro permanente de pessoal, Engenheiro Civil, Engenheiro Cartógrafo ou Engenheiro Agrimensor devidamente reconhecido pela entidade competente (CREA), detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes e compatíveis às do objeto da licitação;
- 15.3.4 Para comprovação do vínculo empregatício do engenheiro civil com a empresa licitante deverá ser apresentado cópia autenticada da CTPS ou cópia autenticada do contrato de prestação de serviço, acompanhada dos últimos três recolhimento do FGTS. Para dirigente da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da Ata da Assembleia que investiu no cargo ou do Contrato Social;
- 15.3.5 Indicação da equipe e do pessoal técnico especializado, adequado e disponível para a realização do objeto ora licitado, bem como, qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. O profissional detentor do Atestado de responsabilidade técnica deverá integrar a equipe técnica que se responsabilizará pela execução dos trabalhos

NOTAS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

- A certidão que não contar com validade expressa serão considerados válido por 30 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet.
- Todas as cópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;
- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferencialmente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e rubricados pelo Licitante;

16. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

16.1 Será (ão) aberto(s) preliminarmente o(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço(s), que deverá (ão) estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10%, relativamente à de menor preço;

16.2 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

16.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores será convidado individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;

16.4 Casos duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

16.5 Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o menor preço por item, para tanto o preço de cada item não poderá ultrapassar o preço máximo estabelecido;

16.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços;

16.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

16.8 Dos lances ofertados não caberão retratação;

16.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo Licitante, para efeito de ordenação das propostas;

16.10 Encerrada a fase de lance(s) oral(is), verificar-se-á a natureza do Licitante com o menor preço ofertado, para efeito de aplicação do direito de preferência à ME e EPP;

16.11 Se, a proposta com menor preço cotado pertencer a ME ou EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto licitado;

16.12 Caso a proposta mais bem classificada ou a com menor preço cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de ME ou EPP, e havendo proposta(s)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

apresentada(s) por ME ou EPP com valor igual ou superior até 5% do menor preço cotado, caracterizada(s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

16.12.1 Preliminarmente, selecionar-se-á a(s) proposta(s) aceita(s) de ME ou EPP, dispondo-a(s) pela ordem crescente de classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do art. 45 da LC 123/2006;

16.12.2 Para efeito do desempate de valor (es) cotado(s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor preço cotado e a colocação da ME ou EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos dispostos no § 2º, IV do art. 45 da Lei 8.666/93 e no Inciso III do art. 45 da LC 123/2006, respectivamente;

16.12.3 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e esta deliberar pela apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado, ficando em consequência, encerrada a fase de competição;

16.12.4 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência, e esta deliberar pela não apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, convocar-se-á a 2ª ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até a que satisfaça os requisitos requeridos, observando-se o limite das classificadas;

16.12.5 Se nenhuma ME ou EPP convocada, exercer o direito de preferência e a que exercer não atender as exigências edilícias, a empresa que apresentou a melhor proposta, independente de se enquadrar ou não como ME ou EPP, será julgada a vencedora da licitação;

16.13 Não havendo oferta de lance(s), será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado, se compatível, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado;

16.14 Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, procedendo ao julgamento da habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e, caso não haja manifestação motivada de intenção de recurso, a ele será adjudicado o objeto da licitação definido neste Edital e seus anexos;

16.15 Sendo considerada aceitável a proposta do Licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

16.16 Em caso de o Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inhabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor;

16.17 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor;

16.18 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

16.19 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

16.20 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

16.21 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes;

16.22 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

16.23 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgarem conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

17. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

17.1 A adjudicação se dará observando-se as condições prescritas no presente Edital e os critérios abaixo relacionados:

17.1.1 Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o Menor Preço por item.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

17.1.2 Os Preços cotados, depois de negociados, serão IRREAJUSTÁVEIS e as Propostas, depois de abertas, IRRENUNCIÁVEIS;

17.1.3 Os erros de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado, e outros que, não desfigurem a validade jurídica, eventualmente configurados na(s) Proposta(s) de Preço(s) do(s) Licitante(s), poderão ser devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta;

17.1.4 Na hipótese de todas as propostas forem desclassificadas, fica facultada à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

18. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

18.1 Será (ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer (em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;

18.2 À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a(s) falha(s) apontada(s);

18.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;

18.4 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

18.5 Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

19. DO DIREITO AO RECURSO

19.1. Tendo o Licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, contará com o prazo de 03 dias consecutivos para apresentação das razões de recurso;

19.2. Os demais licitantes, inclusive os ausentes, consideram-se intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

19.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade do recurso;

19.4. O recurso será endereçado à Secretaria Municipal de Administração, via Setor de Protocolo, aos cuidados do Pregoeiro, que o encaminhará ao Secretário de Administração, devidamente informado para apreciação e decisão, no prazo de até 05 dias;

19.5. O recurso administrativo encaminhados via fax, somente será analisado e atendido posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes ao signatário e da fotocópia do documento de identidade do outorgado;

19.6. A Impugnação ao ato convocatório deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO(S) VENCEDOR (ES)

20.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, seu anexo e do Contrato decorrente;

20.2 Assinar o contrato no prazo de até 05 dias úteis após notificação;

20.3 A proposta vencedora, após a fase de lance(s), deverá ser reconstituída, com a recomposição do(s) valor(s) alterado(s), compatível (is) com o(s) negociado (os) e encaminhado ao Pregoeiro, em até 24 horas a contar da data da notificação, acompanhada de declaração formal, indicando o nome, o número do RG, CPF e o cargo do Titular que o representará para efeito de consignação no Contrato decorrente.

21. DA(S) AUTORIZAÇÃO (ÕES) DE FORNECIMENTO

21.1. Após a homologação do resultado, será emitida Autorização de Fornecimento e encaminhada ao(s) Licitante(s) vencedor (es);

21.2. Caso o Licitante vencedor recuse-se, injustificadamente, de recebê-la, o Licitante subsequente na ordem de classificação, será notificado para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

22. DO DIREITO DE RESERVA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

22.1 O Município de Bom Jardim da Serra, reserva-se do direito, conforme legislação vigente de adquirir parte ou todos os produtos licitados, bem como revogar a licitação pertinente, sem que caiba ao(s) Proponente(s) indenização de qualquer espécie;

22.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

22.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Anexo, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante.

23. DAS PENALIDADES E GARANTIAS

23.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

23.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

23.3 No caso de o convocado não assinar o Contrato ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

23.4 Os serviços de acesso à internet serão prestados ao decorrer do ano, pelo período de 12 (doze) meses, iniciando-se a contar da assinatura do instrumento próprio.

23.5 O prazo para entrega do objeto previsto na Cláusula Primeira desse Edital pela Contratada, será de conforme a necessidade, após a assinatura do contrato.

23.6 Quanto à garantia, os contratos administrativos regulam-se pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, com observância em todos os casos da Lei 10.520/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e suas alterações.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

24.1 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os Licitantes farão constar em sua documentação: endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos;

24.2 No interesse do Município de Bom Jardim da Serra, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

25. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

Bom Jardim da Serra, 12 de Agosto de 2020.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC****ANEXO I**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO N° ____/2020.

CONTRATO N° ____/2020

MINUTA CONTRATO PARTICULAR D QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, ESTADO DE SANTA CATARINA E EMPRESA VENCEDORA.

Pelo presente instrumento particular de contrato de _____, de um lado o Município de Bom Jardim da Serra- SC, ente jurídico de direito público, com sede a Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro, inscrito no CNPJ n° 82.844.754/0001-92, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Serginho Rodrigues de Oliveira, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, rua: _____, _____, cidade de _____, SC, inscrita no CNPJ sob o n° _____, representada pelo seu diretor o Sr. _____ brasileiro, _____, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade n° _____ E CPF n° _____, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si, como justo e contratado o que segue abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. - O presente contrato tem por objeto _____

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1. - Para a presente contratação foi realizada a Licitação da Modalidade - Pregão nº -- /2020 de registro de preços nos termos da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

3.1. - As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

4.1. - O presente contrato/registro de preço(s) vigorará a partir da data de sua assinatura até 12 (meses), contados da assinatura do contrato, podendo ser suprimido ou prorrogado se subsistir saldo quantitativo do objeto licitado, ou por interesse da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO DOS SERVIÇOS E DAS QUANTIDADES

5.1. - Os preços para os bens contratados são de: xxxxxx;

5.2. - Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º, da Lei n. 8.666/93;

b) para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do princípio previsto no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/93.

5.3 - A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

5.4. - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

6.1.1 Em até 30 (trinta) dias da data da entrega da nota fiscal, conforme efetivo cumprimento da obrigação.

6.2. - Junto ao corpo da Nota Fiscal/Fatura é recomendado fazer constar, para fins de pagamento, informações relativas ao nome e número do banco, da agência e da c/c da contratada, bem como, se a empresa é optante do "SIMPLES".

6.2.1. - Em sendo optante do "SIMPLES" o contratado deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição.

6.3. - Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra o efetivo Fornecimento do objeto contratado, podendo ocorrer, contudo, excepcionalmente, o pagamento correspondente à parte do objeto que, mediante prévia autorização da Administração, for efetivado parcialmente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

7.1. - As despesas com a execução deste contrato correrão no orçamento da Dotação Orçamentária:

(_____), saldo R\$ _____ (_____),

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. - Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, o CONTRATANTE se compromete a:

- a) Disponibilizar informações e endereços na sede da contratada para o efetivo serviço no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) úteis.
- b) solicitar previamente à CONTRATADA, através de documento próprio, o fornecimento dos laudos;
- c) efetuar o pagamento na forma prevista na cláusula sexta.
- d) averiguar a qualidade dos produtos e notificá-los devolução e/ou troca caso haja desconformidade com o objeto e/ou qualidade licitado.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. - Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, a CONTRATADA se compromete a:

- a) Executar de acordo com o Edital, devendo ser seguidas rigorosamente às especificações contidas nas legislações que regulamentam o objeto desta contratação.
- b) - A contratada se obriga a tomar conhecimento e consultar todas as obrigações antes e durante a execução de quaisquer serviços.
- c) – garantir a qualidade dos produtos e ou serviços;
- d) – assegurar a fiscalização pelo Sr. xxxx de todas as etapas do serviço/entrega e seus registros.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. - A recusa no fornecimento dos serviços, sem motivo justificado e aceito pela Administração, constitui-se em falta grave, sujeitando o contratado à sua inscrição no Registro de Ocorrências da Secretaria de Administração do município e não impede, em razão das circunstâncias e a critério da administração do ÓRGÃO/ENTIDADE CONTRATANTE, a aplicação das seguintes penalidades:

- a) multa de 5% sobre o valor total do contrato que, em caso de não pagamento, será encaminhada para a dívida ativa do município, visando a sua execução;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**

b) Suspensão de, no mínimo 1 (um) ano e, no máximo 2 (dois) anos, do direito de licitar/contratar com a Administração; e

c) Declaração de Inidoneidade.

10.2. - Expirado o prazo proposto para o fornecimento do maquinário, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor remanescente do contrato.

10.3. - A multa prevista neste item será aplicada até o limite de 20% (vinte por cento) e será cobrada por compensação financeira dos créditos que o contratado tiver a receber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1. - O presente contrato poderá ser renunciado, por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 10(dez) dias da data desejada para o encerramento, em conformidade com o art. 79, II da Lei 8 666/93.

11.2. - O presente contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

11.3. - Em caso de rescisão administrativa ou amigável deverá haver autorização prévia e fundamentada da autoridade competente do ÓRGÃO/ENTIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

12.1. - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente contrato:

a) Aumentar ou diminuir os quantitativos contratados nos limites previsto no art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93;

b) Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei 8666/93;

c) Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato; e

d) Fiscalizar a execução do ajuste.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1 Os valores registrados serão fixos e irredutíveis durante a vigência do contrato

13.2 considera-se incluso no preço dos serviços para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, hospedagem, alimentação, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. - A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as normas previstas na Lei 8666/93 e legislação complementar, durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. - As partes contratantes elegem o foro de São Joaquim, SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8666 de 21/06/93.

Bom Jardim da Serra, ____ de _____ de 2020.

Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal

Contratado (A).

TESTEMUNHAS:

1 _____ 2 _____

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC****ANEXO II****DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS****A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA****COMISSÃO DE LICITAÇÕES PREGÃO Nº _____/2020**

Nome da Empresa: _____

Declara, sob as penas da lei, que: Conhecemos e aceitamos as condições do presente Edital de Licitação; Não empregam menores, nas formas previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Brasileira; até a presente data inexistem fatos impeditivos originados da Administração Pública em qualquer das suas esferas, por descumprimento de contratos anteriores; Não está (ão) incluso(s) entre os impedidos de licitar com o poder público de Bom Jardim da Serra, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 em especial ao disposto no art. 9º. Desta forma requerem sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências afins, posteriores à data de entrega dos envelopes.

Local: _____ data: ____/____/____.

ASSINATURA AUTORIZADA

Nome: _____

CPF: _____

Importante: Carimbar (CNPJ) - ou utilizar papel timbrado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC****ANEXO III****Carta de Credenciamento****A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA****COMISSÃO DE LICITAÇÕES****PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2020**

O abaixo assinado, carteira de identidade RG n.º e CPF n.º....., na qualidade de responsável legal pela empresa vem, pela presente, informar que o Sr....., carteira de identidade RG n.º é pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura da documentação e proposta de preços, bem como assinar as atas e demais documentos a que se referir a licitação em epígrafe. Outorgamos ainda à pessoa mencionada, amplos poderes para acordar, transigir, receber em devolução documentos pertencentes à empresa, enfim, agir em nome e por conta da própria empresa que representar. Estamos cientes de que responderemos em juízo ou fora dele, se for o caso, por todos os atos que venham a ser praticados por nossos representantes.

Local, UF, ____ de ____ de 2020.

ASSINATURA

Obs. A presente deverá ser assinada pelo próprio Sócio-gerente ou Diretores da Empresa.

(carimbo do CNPJ)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC****ANEXO IV****MODELO DE DECLARAÇÃO****(art. 27, inc. V da Lei 8.666/93)**

....., inscrito no CNPJ nº....., no intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Brasileira, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz () .

Cidade - UF, de _____ de _____

(representante legal)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC****ANEXO V****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

À Comissão de licitação Referente:

Pregão ____/2020

O signatário da presente, em nome da proponente _____,
DECLARA, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos impeditivos da
habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do Artigo
32, parágrafo 2º, e Artigo 97 da Lei nº. 8.666, de 21 de julho de 1993, e suas alterações.

Cidade em ____ de _____ de _____.

ASSINATURA AUTORIZADA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC****ANEXO VI****MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL**

Referente: Pregão ____/2020

O signatário da presente, senhor(a) _____, representante legalmente constituído da proponente, DECLARA que a mesma recebeu do Licitador toda a documentação relativa ao edital em epígrafe, e que concorda e aceita todas as condições estabelecidas no mesmo e em seus anexos.

Cidade, UF, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA AUTORIZADA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC****ANEXO VII****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM INTEGRANTES DO PODER MUNICIPAL****Processo Ref.:**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, que, os sócio(s) e/ou proprietário(a) da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o terceiro grau. DECLARA ainda, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Bom Jardim da Serra, _____ de _____ de 2020.

ASSINATURA AUTORIZADA

PR 27/2020

Publicação Nº 2610668

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2020

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, por intermédio do Prefeito Municipal, de seu Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às 13 horas do dia 14 de Setembro de 2020, licitação na modalidade pregão presencial, pelo menor preço por item, regida pela Lei nº 10.520/02, pelas Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014 e por este Edital e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, a Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro - Sala de Licitações, destinado à Registro de Preços, conforme segue:

1. DO OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR, PARA O TRANSPORTE DOS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC.

1.1 DO MODELO

- VEÍCULO DO TIPO ÔNIBUS ESCOLAR DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO/MODELO 2020/2020,
- ÔNIBUS COMPLETO - CARROCERIA E CHASSI INTEGRADO,
- CAPACIDADE 29 PASSAGEIROS, MAIS 01 AUXILIAR, MAIS 01 MOTORISTA,
- POLTRONAS 3X2 SOFÁ,
- CINTO DE SEGURANÇA PARA TODAS AS POLTRONAS,
- CORTINAS E JANELAS COM VIDROS MÓVEIS,
- POLTRONA HIDRÁULICA PARA MOTORISTA COM REGULAGEM E DESLOCAMENTO LATERAL,
- PORTO DO TIPO DO BRAKE COM ACIONAMENTO A AR EXTERNO E INTERNO,
- MOTOR CUMMINS,
- POTÊNCIA DE 152 CV,
- INJEÇÃO ELETRÔNICA, COMPUTADOR DE BORDO,
- RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO,
- FREIOS COM ACIONAMENTO A AR,
- SISTEMA ELÉTRICO DE 24 VOLTS,
- TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE DE 150 LITROS,
- MOVIDO A COMBUSTÍVEL DIESEL S-10,
- TANQUE COM RESERVATÓRIO DE URÉIA LÍQUIDA,
- COMPRIMENTO TOTAL 6535MM,
- PINTURA E ADESIVOS ORIGINAIS PARA O TIPO DE VEÍCULO.

2. DA RETIRADA DO EDITAL

Far-se-á de 3ª a 5ª feira, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 13:00h às 17:00h à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro Bom Jardim da Serra- SC, ou no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br, sem ônus.

3. DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S)

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados ao Depto. de Compras e Licitações aos cuidados do Pregoeiro, em até 02 (dois) dias, antecedendo a data definida para a abertura da sessão;

3.2 Impugnações ao ato convocatório deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro(a), obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

3.3 Outras informações pelo telefone: (49) 3232-0196 ou por e-mail: licitacao01@bomjardimdaserra.sc.gov.br

4. DO(S) PRAZO(S)

4.1 De entrega/execução: conforme necessidade, após assinatura do contrato;

4.2 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua validade até 31/12/2020 a contar da(s) data(s) da(s) assinatura(s) de(os) contrato(s). O(s) contrato(s) pode (rão) ser firmada(s) entre as partes, por prazo(s), quantidade(s) menor que as licitadas, podendo atingir a sua quantidade total licitada;

5. DO(S) PAGAMENTO(S)

5.1 Será (ão) efetuado(s) a preço fixo, conforme quantidade consumida mensal, pago(s) em até 30 (trinta) dias, à vista da(s) nota(s) fiscal(is).

5.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais documentos inerentes ao Processo.

6. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação, sendo considerado automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o término do processamento desta licitação.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

7.1 Os produtos e ou serviços, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados na(s) conta(s): PM (74) do exercício do ano de 2020.

8. DA PARTICIPAÇÃO

8.1 Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital de Pregão Presencial Nº 27/2020;

8.2 As empresas deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

8.3 Não poderá participar empresa que tenha sido declarada inidônea, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública;

8.4 A participação na presente Licitação, enseja na aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seus anexos.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1 Ficam a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

9.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

9.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

9.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;

9.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

9.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;

9.7 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente, tanto para licitante com representante ou não.

9.8 Declarar que, os sócio(s) e/ou proprietário(a) da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ainda, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

9.9 Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mão.

10. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

11.1 Os envelopes: nº 01 - Proposta e nº 02 - Documentação de Habilitação poderão ser entregues no setor de licitações da Prefeitura, à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom jardim da Serra - SC, CEP 88.640-000, até às 13 horas do dia 14/09/2020.

11.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

11.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

12. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 01

Sr (a). Pregoeiro (a)

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão Presencial Nº 27/2020

Abertura às 13 horas do dia 14 de Setembro de 2020

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, SC, CEP 88.640-000

Proposta

13. DA PROPOSTA

13.1 Ser formulada de preferência em papel timbrado da empresa, apresentada em uma via, constando o nome, endereço completo, e-mail, telefone(s) e carimbado com a Razão Social, ou com a proposta eletrônica formulada a partir do sistema Betha Auto cotação (disponível no site: www.bomjardimdaserra.sc.gov.br), por meio de pen drive.

13.2 Ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, sem emendas, sem ressalvas e sem entrelinhas;

13.3 Conter a(s) assinatura(s), a(s) qual(is) deverá(ão) ser identificada(s) fazendo-se constar a qualificação do(s) signatário(s) e o cargo que exerce (Diretor, Gerente, e ou Procurador);

13.4 Estar com todas as vias rubricadas e a última assinada em seu desfecho, pelo signatário da autora;

13.5 Ter validade de no mínimo 60 dias;

13.6 O(s) produto(s) / serviço(s) deverá(ão) ser realizado(s) por profissional especializado, com valores cotados individualmente, não podendo em nenhum item o valor ultrapassar o preço máximo estabelecido no edital, com a(s) especificação(ões) necessária(s) para facilitar sua identificação com os requisitos constantes do Edital;

13.7 Os preços deverão ser cotados, em moeda nacional, com duas casas decimais depois da vírgula e, já deverão estar incluídos toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a serem devidos em razão do objeto deste Edital;

13.8 Estar acompanhada:

13.8.1 Da Declaração de que correrão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação do(s) preço(s) do(s) serviço(s) licitado(s);

13.8.2 Da Declaração que aceitam as condições impostas por este edital e que submetem se ao disposto pela Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

14. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 02

Sr (a). Pregoeiro (a)

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão Presencial Nº 27/2020

Abertura às 13 horas do dia 14 de Setembro de 2020

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, CEP 88.640-000

Documentação de Habilitação

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:

15.1.1 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão

Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

15.1.2 Da Declaração que o(s) produto(s) a ser(em) entregue(s) ficará(ao) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva; que cumpre(m) plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02; de que se enquadra ou não na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento;

15.2 DA REGULARIDADE FISCAL:

15.2.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

15.2.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (CONJUNTA);

15.2.3 Prova de regularidade com a fazenda Estadual

15.2.4 Prova de Regularidade com FGTS;

15.2.5 Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho.

15.2.6 Alvará de funcionamento da sede da proponente do ano corrente;

15.2.7 Contrato Social e alterações se houver (caso tenha sido apresentado no credenciamento, não se faz necessário na regularidade fiscal);

15.2.8 Cópia do cartão CNPJ constando atividade pertinente ao objeto licitado

15.2.9 Certidão negativa de falência e concordata;

15.2.10 Declaração de fatos impeditivos

15.2.11 Declaração Concordeância com as Condições Edital

15.2.12 Declaração Conforme Art. 27, Inc. V, Lei 8.666/93

15.2.13 Declaração de inexistência de parentesco com integrantes do poder municipal

15.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.3.1 Atestado(s) ou declaração (ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de serviços ou fornecimento similares ao objeto desta licitação.

NOTAS

- A certidão que não contar com validade expressa serão considerados válido por 30 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet.

- Todas as cópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;

- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferencialmente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e rubricados pelo Licitante;

16. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

16.1 Será (ão) aberto(s) preliminarmente o(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço(s), que deverá (ão) estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10%, relativamente à de menor preço;

16.2 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

16.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores será convidado individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;

16.4 Casos duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

16.5 Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o menor preço por item, para tanto o preço de cada item não poderá ultrapassar o preço máximo estabelecido;

16.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços;

16.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

16.8 Dos lances ofertados não caberão retratação;

16.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo Licitante, para efeito de ordenação das propostas;

16.10 Encerrada a fase de lance(s) oral(is), verificar-se-á a natureza do Licitante com o menor preço ofertado, para efeito de aplicação do direito de preferência à ME e EPP;

16.11 Se, a proposta com menor preço cotado pertencer a ME ou EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto licitado;

16.12 Caso a proposta mais bem classificada ou a com menor preço cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de ME ou EPP, e havendo proposta(s) apresentada(s) por ME ou EPP com valor igual ou superior até 5% do menor preço cotado, caracterizada(s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

16.12.1 Preliminarmente, selecionar-se-á a(s) proposta(s) aceita(s) de ME ou EPP, dispondo-a(s) pela ordem crescente de classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do art. 45 da LC 123/2006;

16.12.2 Para efeito do desempate de valor (es) cotado(s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor preço cotado e a colocação da ME ou EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos dispostos no § 2º, IV do art. 45 da Lei 8.666/93 e no Inciso III do art. 45 da LC 123/2006, respectivamente;

16.12.3 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e esta deliberar pela apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado, ficando em consequência, encerrada a fase de competição;

16.12.4 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência, e esta deliberar pela não apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, convocar-se-á a 2ª ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até a que satisfaça os requisitos requeridos, observando-se o limite das classificadas;

16.12.5 Se nenhuma ME ou EPP convocada, exercer o direito de preferência e a que exercer não atender as exigências edilícias, a empresa que apresentou a melhor proposta, independente de se enquadrar ou não como ME ou EPP, será julgada a vencedora da licitação;

16.13 Não havendo oferta de lance(s), será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado, se compatível, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado;

16.14 Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, procedendo ao julgamento da habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e, caso não haja manifestação motivada de intenção de recurso, a ele será adjudicado o objeto da licitação definido neste Edital e seus anexos;

16.15 Sendo considerada aceitável a proposta do Licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação;

16.16 Em caso de o Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor;

16.17 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor;

16.18 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

16.19 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

16.20 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

16.21 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes;

16.22 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

16.23 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgarem conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

17. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

17.1 A adjudicação se dará observando-se as condições prescritas no presente Edital e os critérios abaixo relacionados:

17.1.1 Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o Menor Preço por item.

17.1.2 Os Preços cotados, depois de negociados, serão IRREAJUSTÁVEIS e as Propostas, depois de abertas, IRRENUNCIÁVEIS;

17.1.3 Os erros de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado, e outros que, não desfigurem a validade jurídica, eventualmente configurados na(s) Proposta(s) de Preço(s) do(s) Licitante(s), poderão ser devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta;

17.1.4 Na hipótese de todas as propostas forem desclassificadas, fica facultada à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

18. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

18.1 Será (ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer (em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;

18.2 À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a(s) falha(s) apontada(s);

18.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;

18.4 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

18.5 Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

19. DO DIREITO AO RECURSO

19.1. Tendo o Licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, contará com o prazo de 03 dias consecutivos para apresentação das razões de recurso;

19.2. Os demais licitantes, inclusive os ausentes, consideram-se intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;

19.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade do recurso;

19.4. O recurso será endereçado à Secretaria Municipal de Administração, via Setor de Protocolo, aos cuidados do Pregoeiro, que o encaminhará ao Secretário de Administração, devidamente informado para apreciação e decisão, no prazo de até 05 dias;

19.5. O recurso administrativo encaminhados via fax, somente será analisado e atendido posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes ao signatário e da fotocópia do documento de identidade do outorgado;

19.6. A Impugnação ao ato convocatório deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO(S) VENCEDOR (ES)

20.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, seu anexo e do Contrato decorrente;

20.2 Assinar o contrato no prazo de até 05 dias úteis após notificação;

20.3 A proposta vencedora, após a fase de lance(s), deverá ser reconstituída, com a recomposição do(s) valor(s) alterado(s), compatível(is) com o(s) negociado(s) e encaminhado ao Pregoeiro, em até 24 horas a contar da data da notificação, acompanhada de declaração formal, indicando o nome, o número do RG, CPF e o cargo do Titular que o representará para efeito de consignação no Contrato decorrente.

21. DA(S) AUTORIZAÇÃO (ÕES) DE FORNECIMENTO

21.1. Após a homologação do resultado, será emitida Autorização de Fornecimento e encaminhada ao(s) Licitante(s) vencedor(es);

21.2. Caso o Licitante vencedor recuse-se, injustificadamente, de recebê-la, o Licitante subsequente na ordem de classificação, será notificado para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

22. DO DIREITO DE RESERVA

22.1 O Município de Bom Jardim da Serra, reserva-se do direito, conforme legislação vigente de adquirir parte ou todos os produtos licitados, bem como revogar a licitação pertinente, sem que caiba ao(s) Proponente(s) indenização de qualquer espécie;

22.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

22.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Anexo, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante.

23. DAS PENALIDADES E GARANTIAS

23.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

23.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

23.3 No caso de o convocado não assinar o Contrato ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

23.4 O prazo para entrega do objeto previsto na Cláusula Primeira desse Edital pela Contratada, será de conforme a necessidade, após a assinatura do contrato.

23.5 Quanto à garantia, os contratos administrativos regulam-se pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, com observância em todos os casos da Lei 10.520/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e suas alterações.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os Licitantes farão constar em sua documentação: endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos;

24.2 No interesse do Município de Bom Jardim da Serra, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

25. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

Bom Jardim da Serra, 18 de Agosto de 2020.

Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2020.

CONTRATO Nº ____/2020

MINUTA CONTRATO PARTICULAR D QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, ESTADO DE SANTA CATARINA E EMPRESA VENCEDORA.

Pelo presente instrumento particular de contrato de _____, de um lado o Município de Bom Jardim da Serra- SC, ente jurídico de direito público, com sede a Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro, inscrito no CNPJ nº 82.844.754/0001-92, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Serginho Rodrigues de Oliveira, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, rua: _____, _____, cidade de _____, SC, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada pelo seu diretor o Sr. _____ brasileiro, _____, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº _____ E CPF nº _____, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si, como justo e contratado o que segue abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. - O presente contrato tem por objeto _____

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1. - Para a presente contratação foi realizada a Licitação da Modalidade - Pregão nº -- /2020 de registro de preços nos termos da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

3.1. - As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste

Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. - O presente contrato/registro de preço(s) vigorará a partir da data de sua assinatura até 12 (meses), contados da assinatura do contrato, podendo ser suprimido ou prorrogado se subsistir saldo quantitativo do objeto licitado, ou por interesse da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO DOS SERVIÇOS E DAS QUANTIDADES

5.1. - Os preços para os bens contratados são de: xxxxxx;

5.2. - Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º, da Lei n. 8.666/93;

b) para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do princípio previsto no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/93.

5.3 - A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

5.4. - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

6.1.1 Em até 30 (trinta) dias da data da entrega da nota fiscal, conforme efetivo cumprimento da obrigação.

6.2. - Junto ao corpo da Nota Fiscal/Fatura é recomendado fazer constar, para fins de pagamento, informações relativas ao nome e número do banco, da agência e da c/c da contratada, bem como, se a empresa é optante do "SIMPLES".

6.2.1. - Em sendo optante do "SIMPLES" o contratado deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição.

6.3. - Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra o efetivo Fornecimento do objeto contratado, podendo ocorrer, contudo, excepcionalmente, o pagamento correspondente à parte do objeto que, mediante prévia autorização da Administração, for efetivado parcialmente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. - As despesas com a execução deste contrato correrão no orçamento da Dotação Orçamentária:

(_____), saldo R\$ _____ (_____),

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. - Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, o CONTRATANTE se compromete a:

a) Disponibilizar informações e endereços na sede da contratada para o efetivo serviço no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) úteis.

b) solicitar previamente à CONTRATADA, através de documento próprio, o fornecimento dos laudos;

c) efetuar o pagamento na forma prevista na cláusula sexta.

d) averiguar a qualidade dos produtos e notificá-los devolução e/ou troca caso haja desconformidade com o objeto e/ou qualidade licitado.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. - Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato, a CONTRATADA se compromete a:

a) Executar de acordo com o Edital, devendo ser seguidas rigorosamente às especificações contidas nas legislações que regulamentam o objeto desta contratação.

b) - A contratada se obriga a tomar conhecimento e consultar todas as obrigações antes e durante a execução de quaisquer serviços.

c) - garantir a qualidade dos produtos e ou serviços;

d) - assegurar a fiscalização pelo Sr. xxxx de todas as etapas do serviço/entrega e seus registros.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. - A recusa no fornecimento dos serviços, sem motivo justificado e aceito pela Administração, constitui-se em falta grave, sujeitando o contratado à sua inscrição no Registro de Ocorrências da Secretaria de Administração do município e não impede, em razão das circunstâncias e a critério da administração do ÓRGÃO/ENTIDADE CONTRATANTE, a aplicação das seguintes penalidades:

a) multa de 5% sobre o valor total do contrato que, em caso de não pagamento, será encaminhada para a dívida ativa do município, visando a sua execução;

b) Suspensão de, no mínimo 1 (um) ano e, no máximo 2 (dois) anos, do direito de licitar/ contratar com a Administração; e

c) Declaração de Inidoneidade.

10.2. - Expirado o prazo proposto para o fornecimento do maquinário, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor remanescente do contrato.

10.3. - A multa prevista neste item será aplicada até o limite de 20% (vinte por cento) e será cobrada por compensação financeira dos créditos que o contratado tiver a receber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1. - O presente contrato poderá ser renunciado, por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 10(dez) dias da data desejada para o encerramento, em conformidade com o art. 79, II da Lei 8 666/93.

11.2. - O presente contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

11.3. - Em caso de rescisão administrativa ou amigável deverá haver autorização prévia e fundamentada da autoridade competente do ÓRGÃO/ENTIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

12.1. - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente contrato:

a) Aumentar ou diminuir os quantitativos contratados nos limites previsto no art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93;

b) Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei 8666/93;

c) Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato; e

d) Fiscalizar a execução do ajuste.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1 Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato

13.2 considera-se incluso no preço dos serviços para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas,

emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, hospedagem, alimentação, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. - A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as normas previstas na Lei 8666/93 e legislação complementar, durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. - As partes contratantes elegem o foro de São Joaquim, SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Bom Jardim da Serra, ____ de _____ de 2020.

Serginho Rodrigues de Oliveira Contratado (A). Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1 _____ 2 _____

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES PREGÃO Nº _____ /2020

Nome da Empresa: _____

Declara, sob as penas da lei, que: Conhecemos e aceitamos as condições do presente Edital de Licitação; Não empregam menores, nas formas previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Brasileira; até a presente data inexistem fatos impeditivos originados da Administração Pública em qualquer das suas esferas, por descumprimento de contratos anteriores; Não está (ão) incluso(s) entre os impedidos de licitar com o poder público de Bom Jardim da Serra, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 em especial ao disposto no art. 9º. Desta forma requerem sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências afins, posteriores à data de entrega dos envelopes.

Local: _____ data: ____/____/____.

ASSINATURA AUTORIZADA

Nome: _____

CPF: _____

Importante: Carimbar (CNPJ) - ou utilizar papel timbrado

ANEXO III

Carta de Credenciamento

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº _____/2020

O abaixo assinado, carteira de identidade RG n.º e CPF n.º ..
....., na qualidade de responsável legal pela empresa vem, pela presente, informar que o Sr , carteira de identidade RG n.º, é pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura da documentação e proposta de preços, bem como assinar as atas e demais documentos a que se referir a licitação em epígrafe. Outorgamos ainda à pessoa mencionada, amplos poderes para acordar, transigir, receber em devolução documentos pertencentes à empresa, enfim, agir em nome e por conta da própria empresa que representar. Estamos cientes de que responderemos em juízo ou fora dele, se for o caso, por todos os atos que venham a ser praticados por nossos representantes.

Local, UF, ____ de _____ de 2020.

ASSINATURA

Obs. A presente deverá ser assinada pelo próprio Sócio-gerente ou Diretores da Empresa.

(carimbo do CNPJ)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(art. 27, inc. V da Lei 8.666/93)

....., inscrito no CNPJ nº, no intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Brasileira, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz () .

Cidade - UF, de _____ de _____

(representante legal)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

À Comissão de licitação Referente:

Pregão ____/2020

O signatário da presente, em nome da proponente _____, DECLARA, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e Artigo 97 da Lei nº. 8.666, de 21 de julho de 1993, e suas alterações.

Cidade em ____ de _____ de _____.

ASSINATURA AUTORIZADA

ANEXO VI

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL

Referente: Pregão ____/2020

O signatário da presente, senhor(a) _____, representante legalmente constituído da proponente, DECLARA que a mesma recebeu do Licitador toda a documentação relativa ao edital em epígrafe, e que concorda e aceita todas as condições estabelecidas no mesmo e em seus anexos.

Cidade, UF, ____ de _____ de _____.

ASSINATURA AUTORIZADA

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM INTEGRANTES DO PODER MUNICIPAL

Processo Ref.:

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, que, os sócio(s) e/ou proprietário(a) da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o terceiro grau. DECLARA ainda, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Bom Jardim da Serra, ____ de _____ de 2020.

ASSINATURA AUTORIZADA

TP 12/2020

Publicação Nº 2610120

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2020
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 12/2020

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, por intermédio do Prefeito Municipal, de seu Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às 13 horas do dia 04 de Setembro de 2020, horário de Brasília, licitação modalidade TOMADA DE PREÇO, cujo regime de

execução é empreitada por preço unitário, na forma de julgamento Menor Preço Por Lote da proposta, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de propostas visando atingir o objetivo descrito no item n.1 do presente edital, e será realizada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, e alterações posteriores, e ainda pelas condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO:

TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAL.

2. DA RETIRADA DO EDITAL:

Far-se-á de 2ª a 5ª feira, no Departamento de Licitações, no horário das 13:00h às 17:00h à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro Bom Jardim da Serra- SC, ou no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br, sem ônus.

3. DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S):

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados ao Departamento de Compras e Licitações aos cuidados do Pregoeiro, em até 02 (dois) dias, antecedendo a data definida para a abertura da sessão;

3.2 Impugnações ao ato convocatório deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro (a), obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

3.3 Outras informações pelo telefone: (49) 3232-0196 ou por e-mail: licitacao01@bomjardimdaserra.sc.gov.br

4. DO(S) PRAZO(S):

4.1 De entrega/execução: 120 dias, após assinatura do contrato;

4.2 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua validade até 31/12/2020 a contar da(s) data(s) da(s) assinatura(s) de(os) contrato(s). O(s) contrato(s) pode (rão) ser firmada(s) entre as partes, por prazo(s), quantidade(s) menor que as licitadas, podendo atingir a sua quantidade total licitada;

5. DO(S) PAGAMENTO(S):

5.1 Será (ão) efetuado(s) a preço fixo, conforme quantidade produzida mensalmente, pago(s) em até 30 (trinta) dias, à vista da(s) nota(s) fiscal(is).

5.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais documentos inerentes ao Processo.

6. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação, sendo considerado automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o término do processamento desta licitação.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

7.1 Os produtos e ou serviços, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados na(s) conta(s): do exercício do ano de 2020.

8. DA PARTICIPAÇÃO:

8.1 Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital de Tomada de Preços n. 12/2020;

8.2 As empresas deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

8.3 Não poderão participar empresa que tenha sido declarada inidônea, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública;

8.4 A participação na presente Licitação, enseja na aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seus anexos.

9. DO CREDENCIAMENTO:

9.1 Ficam a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

9.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

9.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

9.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;

9.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

9.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;

9.7 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente, tanto para licitante com representante ou não.

9.8 Declarar que, os sócio(s) e/ou proprietário (a) da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ainda, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

9.9 Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mão.

10. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

11. DA ENTREGA DOS ENVELOPES

11.1 Os envelopes: nº 01 – Documentação de Habilitação e nº 02 – Proposta, poderão ser entregues no setor de licitações da Prefeitura, à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra - SC, CEP 88.640-000, até às 13 horas do dia 04/09/2020.

11.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

11.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

12. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE N° 01

Sr (a). Pregoeiro (a)

Empresa:

Referente ao Edital de Tomada de Preços N° 12/2020

Entrega até às 13 horas do dia 04 de Setembro de 2020

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, SC, CEP 88.640-000

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:

12.1.1 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

12.1.2 Da Declaração que o(s) produto(s) a ser(em) entregue(s) ficará(ao) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva; que cumpre(m) plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02; de que se enquadra ou não na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento;

12.2 DA REGULARIDADE FISCAL:

12.2.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

12.2.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (CONJUNTA);

12.2.3 Prova de regularidade com a fazenda Estadual

12.2.4 Prova de Regularidade com FGTS;

12.2.5 Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho.

12.2.6 Alvará de funcionamento da sede da proponente do ano corrente;

12.2.7 Contrato Social e alterações se houver.

12.2.8 Cópia do cartão CNPJ constando atividade pertinente ao objeto licitado

12.2.9 Declaração de fatos impeditivos

11.1.10 Declaração Concordância com as Condições Edital

11.1.11 Termo de Renúncia de Recurso – opcional

11.1.12 Declaração Conforme Art. 27, Inc. V, Lei 8.666/93

11.1.13 Declaração de inexistência de parentesco com integrantes do poder municipal

11.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

12.3.1 Certidão Negativa de Falência ou concordata, expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, conforme Inciso II, do Artigo 31 da Lei Federal 8.666/93;

12.3.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir;

12.3.3 Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

12.3.4 As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

12.3.5 Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) publicados em Diário Oficial; ou

b) publicados em Jornal; ou

c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

12.3.6 Os documentos relativos ao sub-item 12.3.3 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

12.3.7 Comprovar Grau de Endividamento Corrente (GEC) igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco) obtido a partir de dados do balanço através da seguinte fórmula:

I) Índice de Liquidez Geral, igual ou superior a 1,0:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

LG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

II) Índice de Solvência Geral, igual ou superior a 1,0:

ATIVO TOTAL

ISG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

III) Índice de Liquidez Corrente, igual ou superior a 1,0:

ATIVO CIRCULANTE

ILC = -----

PASSIVO CIRCULANTE

IV) Índice de Endividamento Geral, menor ou igual a 0,3:

PASSIVO CIRCULANTE + EXÍGIVEL A LONGO PRAZO

IEG = -----

ATIVO TOTAL

12.3.8 Todos os quocientes referidos nos itens supracitados (I, II, III e IV) deverão ser atendidos pelos licitantes, caso contrário a licitante será considerada inabilitada.

12.3.9 Comprovação de Capital Social Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo exigido será igual ou superior a 10 % (dez por cento) do valor da proposta do proponente, conforme o parágrafo 3º do Artigo nº 31 da Lei Federal 8.666/93.

12.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1 Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos;

12.4.2 Atestado de capacidade técnica-operacional devidamente registrado no CREA ou no CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados da respectiva certidão de Acervo Técnico – CAT, que comprove que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, obras/serviços de características técnicas similares ou superiores;

12.4.3 Demonstração de possuir a licitante em seu quadro permanente de pessoal, Engenheiro Civil e/ou Arquiteto, devidamente reconhecido pela entidade competente (CREA ou CAU), detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes e compatíveis às do objeto da licitação;

12.4.3.1 Para comprovação do vínculo empregatício do engenheiro civil ou arquiteto com a empresa licitante deverá ser apresentado cópia autenticada da CTPS, acompanhada dos últimos três recolhimento do FGTS ou contrato de Trabalho. Para dirigente da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da Ata da Assembleia que investiu no cargo ou do Contrato Social;

12.4.3.2 Estar acompanhada de no mínimo 01(um) atestado, fornecido por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, por empresas privadas, comprovando que o responsável técnico executou obras/serviços de características similares ou superiores, em nome do profissional;

13. DA PROPOSTA:

13.1 DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 02

Sr (a). Pregoeiro (a)

Empresa:

Referente ao Edital de Tomada de Preços Nº 12/2020

Abertura às 13 horas do dia 04 de Setembro de 2020

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, CEP 88.640-000

PROPOSTA

13.2 Envelope 02 - PROPOSTA deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual ou Municipal da proponente;

b) Número desta Tomada de Preços;

c) Preço total da mão-de-obra empregada na execução do objeto cotado, grafado em algarismos numéricos e por extenso;

d) Preço total dos materiais utilizados na obra;

e) Preço por lote total para a execução completa do objeto cotado, grafado em algarismos numéricos e por extenso;

f) Local, data, identificação e assinatura do representante legal da licitante.

13.3 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

13.4 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente licitação.

13.5 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 02. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

13.6 - As propostas que tenham sido classificadas serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitações para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

a) Nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;

b) Nos casos em que houver uma discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;

c) Nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas parcelas (inclusive quanto à soma dos preços totais de materiais e mão-de-obra), prevalecerá o valor somado pela Comissão.

13.6.1 - O preço por lote apresentado no texto da proposta da licitante será corrigido pela Comissão de acordo com o procedimento acima e será considerado para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

13.7. Prazo para conclusão dos serviços: conforme especificado no contrato, 180 dias consecutivos, podendo este ser prorrogado por igual período, sem reajustes financeiros.

13.7.1. O prazo contratual estabelecido poderá ser prorrogado dentro da vigência do contrato, na forma prevista no artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

13.8. O valor proposto será fixo e irrevogável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93. Não haverá correção monetária.

13.9 O preço máximo de aceitabilidade será determinado conforme o Inciso X do Artigo 40 da Lei Federal 8.666/93, que não poderá ser superior a R\$ 46.245,16 (Quarenta e Seis Mil Duzentos Quarenta e Cinco Reais e Dezesseis centavos).

NOTAS

- A certidão que não contar com validade expressa serão considerados válidos por 30 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet.

- Todas as cópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;

- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferencialmente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e rubricados pelo Licitante;

- Toda a documentação de regularidade fiscal e contrato social com suas alterações e consolidação, poderá ser substituído pelo CRC atualizado desta instituição pública.

14. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

14.1 – Envelopes nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

14.1.1. No dia, local e hora designados neste edital, na presença dos licitantes ou seus representantes legais que comparecerem e demais pessoas que quiserem assistir ao ato, a Comissão Permanente de Licitação iniciará os trabalhos, examinando os envelopes de nº 01 "Documentação de Habilitação" e de nº 02 "Proposta de Preços", os quais serão rubricados pelos seus membros e licitantes ou seus representantes credenciados, para comprovarem que estão devidamente lacrados, procedendo a seguir a abertura do envelope nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

14.1.2. O exame da Documentação será realizado na sessão de abertura, pela Comissão de Julgamento. Estando todos os prepostos das licitantes presentes, o resultado do julgamento da habilitação será por comunicação direta, caso contrário será publicado no Mural da Prefeitura, Protocolado na Câmara Municipal na data da expedição deste Edital para afixar em mural daquela Casa de Leis, Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Oficial dos Municípios (DOM), e Diário Oficial Eletrônico Tribunal de Contas de Santa Catarina. Abrindo-se o prazo recursal.

14.1.3. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma, ficando sem direito de fazê-lo posteriormente, tanto as proponentes que não tiverem comparecido como os que, mesmo tendo comparecido não consignarem em ata os seus protestos.

14.1.4. Os envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS – das proponentes inabilitadas ficarão à disposição dos licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a publicação do resultado, junto à Comissão Permanente de Licitação, os quais serão devolvidos intactos mediante recibo.

14.2 – Envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

14.2.1. Os envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS – das proponentes habilitadas serão abertos em momento subsequente à habilitação no mesmo local de abertura dos envelopes nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – pela Comissão Permanente de Licitação, desde que haja renúncia expressa de todos os proponentes de interposição de recursos de que trata o artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93.

14.2.1.1. Havendo interposição de recurso, a nova data de abertura dos envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS – será comunicada às proponentes por meio de publicação nos mesmos meios de comunicação que se deu na chamada descrita no item.

14.2.1.2 após julgados os recursos e contra recursos interpostos ou decorrido o prazo sem interposição.

14.2.2. As propostas contidas nos envelopes nº 02 "PROPOSTA DE PREÇOS" serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação, bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes, procedendo-se a seguir a leitura dos preços.

14.2.3. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma, ficando sem direito de fazê-lo posteriormente tanto as proponentes que não tiverem comparecido como os que, mesmo tendo comparecido não consignarem em ata os seus protestos.

14.3. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, ou de outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação.

14.4 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

14.5 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

14.6 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

14.7 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes;

14.8 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

14.9 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgarem conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

15. DA ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇOS

15.1. No julgamento das propostas classificadas por atender aos aspectos documentais explicitados no item "Envelope nº 01 – Documentação de Habilitação", atendidas as condições prescritas neste edital, será adotado o critério de menor preço por lote, entendendo-se como tal o valor total das propostas, sendo a adjudicação efetuada a empresa.

15.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio, na reunião de abertura das propostas ou em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, salvo os casos previstos na Lei Complementar 123/2006.

15.3. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

15.4. Serão desclassificadas as propostas que se adequarem a um dos seguintes requisitos:

a) não atenderem às exigências do Edital;

b) apresentarem valor por lote superior ao limite estabelecido na planilha orçamentária anexa a este Edital;

c) utilizarem preços manifestamente inexequíveis.

c1) Serão considerados inexequíveis os preços que não venham a ter demonstrado sua viabilidade por documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, bem como aqueles que não atenderem ao disposto no Art. 48, inciso II, da Lei 8.666/93.

15.5. As propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital mas possuírem erro de forma ou inconsistências serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pela Comissão, na forma indicada:

a) discrepâncias entre os preços unitários e totais: prevalecerão os preços unitários e, havendo discordância entre os preços em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

b) erros de transcrição das quantidades do projeto para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se como referência o preço unitário, corrigindo-se a quantidade e o preço total;

c) erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se como referência o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;

d) erro adição: será retificado conservando-se as parcelas e corrigindo-se o resultado;

e) verificado em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários dos serviços, será adotada a correção que resultar no menor valor.

15.6. O valor total da proposta será ajustado em conformidade com os procedimentos mencionados no item anterior. O valor resultante constituirá no valor contratual. Se a licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada.

15.7. Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela Comissão, necessárias para corrigir erros cometidos pelos licitantes, não serão aceitas propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.

15.8. As licitantes que apresentarem propostas que não atendem às condições desta Licitação que oferecem vantagens nela não previstas ou contenham preços excessivos (acima do limite do mercado) ou manifestamente inexequíveis, serão desclassificadas, conforme o Artigo 48 da Lei Federal 8.666/93.

16. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

16.1 Será (ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer (em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;

16.2 À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a(s) falha(s) apontada(s);

16.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;

16.4 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

16.5 Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Todos os serviços objeto desta licitação serão fiscalizados pelo Engenheiro Civil desta Prefeitura, com autoridade para exercer em nome da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

17.2. A Fiscalização poderá determinar, a ônus da empresa licitante vencedora, a substituição dos equipamentos, serviços e materiais julgados deficientes ou não-conforme com as especificações definidas em projeto, cabendo à licitante vencedora providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de execução dos serviços.

17.3. Compete à fiscalização da obra pelo Engenheiro Civil Responsável, entre outras atribuições:

17.3.1. Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas em caderno de especificações técnicas, memoriais descritivos, plantas e planilhas orçamentárias e adequação dos procedimentos e materiais empregados à qualidade desejada para os serviços.

17.3.2. Ordenar à licitante vencedora corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

17.3.3. Manter organizado e atualizado o Livro Diário, assinado por técnico da licitante vencedora, onde a referida licitante vencedora registre, em cada visita:

a) As atividades desenvolvidas;

b) As ocorrências ou observações descritas de forma analítica.

17.3.4. Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.

17.4. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

17.5. Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes no Projeto Básico/Executivo será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à empresa licitante vencedora obrigatoriamente de forma escrita e oficial.

17.6. Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas na minuta do contrato.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação das medições acompanhadas das Notas Fiscais devidamente atestados pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC.

a) O pagamento será de forma UNITÁRIA POR ITENS conforme execução do projeto e respectivas medições, como está detalhada nas planilhas orçamentárias do projeto.

18.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

18.3. A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta às seguintes certidões:

- a) regularidade com a Fazenda Municipal, sede da contratada;
- b) regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- c) regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

18.4. O CONTRATANTE pagará as Notas Fiscais somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

18.5. A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

18.6. A Fiscalização da Prefeitura através do Engenheiro Civil somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

18.6.1. Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado neste processo licitatório, não admitindo-se em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues na obra.

18.6.2. Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

18.7. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

18.8. O não-pagamento nos prazos previstos acarretará à Prefeitura multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da parcela devida, a ser aplicado por dia de atraso até o do efetivo pagamento.

18.9 - Para pagamento da primeira fatura, a contratada deverá apresentar A.R.T. -(Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA ou. R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica) junto ao CAU, referente à obra bem como cópia autenticada da matrícula de inscrição da obra na Previdência Social.

18.10 – A contratada deverá apresentar mensalmente os comprovantes de recolhimento do INSS na inscrição específica junto a Previdência Social (CEI) referente a execução do presente contrato.

18.11 - Após a assinatura do Termo de Recebimento da Obra, a Contratada deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar a Certidão Negativa de Débito (C.N.D.) junto à Previdência Social.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

19.1. Executar fielmente a obra, compreendendo, inclusive, o fornecimento de mão-de-obra necessária à execução do objeto, de acordo com as especificações técnicas constantes do Projeto Básico e Executivo desenvolvido pela Contratante, o qual será entregue no início das obras, e demais termos prescritos neste edital e no futuro CONTRATO.

19.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

19.3. Providenciar o livro "DIÁRIO DE OBRAS", para as anotações da fiscalização da Contratante e do Responsável Técnico da Contratada, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção.

19.4. Promover diligências junto aos órgãos competentes e/ou Concessionárias de Serviços Públicos, para as respectivas aprovações de projetos, quando for o caso. Ressalta-se, ainda, que caberá à CONTRATADA, todo o ônus e/ou providências cabíveis para remanejamento de instalações junto à locação da obra.

19.5. Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte da obra contratada e Anotações de Responsabilidade Técnica apresentadas no processo licitatório.

19.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.

19.7. Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Edital, como também de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita à multa estabelecida neste CONTRATO.

19.8. Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação por meio de crachá.

19.9. Propiciar o acesso da fiscalização da CONTRATANTE aos locais onde se realizarão os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

19.9.1. A atuação da comissão fiscalizadora da CONTRATANTE não exime a Contratada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade dos serviços.

19.10. Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Edital e no Projeto Básico/Executivo.

19.11. Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

19.12. Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais, às suas expensas, não aprovados pela fiscalização da Contratante, caso os mesmos não atendam às especificações técnicas constantes do Projeto Básico/Executivo.

19.13. Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.

19.14. Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e em conformidade com as normas de segurança vigentes.

19.15. Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da Contratante, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.

19.16. Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.

19.17. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, cabendo à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.

19.18. Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela fiscalização da Contratante como inadequados para a execução dos serviços.

19.19. Entregar o local objeto do contrato sem instalações provisórias e livres de entulhos ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. A Contratada deve comunicar, por escrito, à fiscalização da Contratante, a conclusão dos serviços,

para que a mesma proceda à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.

19.20. Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a danificá-los.

19.21. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

19.22. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

19.23. Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade e que obedecem às especificações técnicas, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da CONTRATANTE.

19.24. Prestar manutenção da obra, durante a garantia da seguinte forma:

19.24.1. Iniciar o atendimento em no máximo 3 (três) dias úteis, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela CONTRATANTE.

19.24.2. Concluir os serviços de manutenção no prazo determinado pela CONTRATANTE.

19.24.3. Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita às multas estabelecidas neste CONTRATO.

19.25. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

19.26. Que a qualquer momento e por necessidade da obra fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados, por solicitação da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC, sem ônus de mobilização para esta, ainda que não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação e que se compromete a estar instalado e pronto para o início das obras no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir do ciente na Ordem de Serviço.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. Permitir que os funcionários da CONTRATADA possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.

20.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através do Engenheiro Civil, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

20.3. Notificar por escrito CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

20.4. Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.

20.5. Promover os pagamentos a CONTRATADA dentro do prazo estipulado.

20.6. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

20.7. Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, mediante vistoria detalhada, nos termos da lei 8.666/93 em seus artigos 73 e 74.

20.8. Outras obrigações definidas neste Edital e na minuta do contrato.

21. DAS SANÇÕES PARA O INADIMPLEMENTO

21.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, a Contratante, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à Contratada, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência, por escrito;

b) Multa;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

21.1.1. Será aplicada multa de 0,1 % (zero vírgula um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a PREFEITURA poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

21.1.2. Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias.

21.2. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa licitante vencedora, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

21.2.1. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

21.3. No caso de a licitante vencedora ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

21.4. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

21.5. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, decorrentes das infrações cometidas.

21.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

21.7. Perda da garantia contratual, quando for o caso;

21.8. De qualquer sanção imposta, a contratada poderá, no prazo Máximo de 5 (cinco) dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso a Prefeitura de Bom Jardim da Serra/SC, devidamente fundamentado.

22. DOS RECURSOS

22.1 Das decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitação caberão recursos previstos no artigo 109, da Lei nº 8.666/93, interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, mediante petição devidamente arazoada, subscrita pelo representante da recorrente, constituído na forma prevista no item deste Edital.

22.1.1. Interposto o recurso os demais licitantes poderão impugná-lo ou apresentar contra razões no prazo de 03 (três) dias úteis.

22.2. Os recursos serão dirigidos à autoridade competente da Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que poderá após os prazos legais, reconsiderar sua decisão em até 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir devidamente informados.

22.3. Os recursos deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC no endereço indicado no preâmbulo deste Edital no horário comercial e nos dias úteis, não sendo aceitos recursos interpostos intempestivamente.

22.4. O recurso administrativo encaminhados via fax, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes ao signatário e da fotocópia do documento de identidade do outorgado;

22.5 A Impugnação ao ato convocatório deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

23. DA ASSINATURA DO CONTRATO

23.1. Após a homologação da licitação, o vencedor será convocado para assinar o Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados do recebimento da notificação, na forma da minuta apresentada no Anexo deste Edital de acordo com o estabelecido no art. 64 da Lei 8.666/93.

23.2. Do Contrato regulado pelas disposições deste Edital, decorrem as obrigações, direitos e responsabilidades das partes relativas aos serviços ou obra objeto desta licitação.

23.3. Estar regular com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

23.4. A licitante não poderá sub-contratar total ou parcialmente o objeto contratado, sem anuência da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC.

23.5. A Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC se reserva o direito de paralisar ou suspender em qualquer tempo a execução dos serviços mediante pagamento único e exclusivo dos serviços já realizados.

24. DO RECEBIMENTO DA OBRA

24.1. Executado o Contrato, os serviços serão recebidos através de Termo Provisório e após, Definitivo;

a) PROVISORIAMENTE pelo Responsável por seu acompanhamento e Fiscalização, mediante termo circunstanciado em até 15 dias do comunicado escrito da Contratada;

b) DEFINITIVAMENTE pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após terem os serviços sido examinados e julgados em perfeitas condições técnicas, não excedendo o prazo de até 90 (noventa) dias contados do Recebimento Provisório;

c) O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço ou obra, podendo ocorrer solicitações para correções de defeitos de execução que surgirem dentro dos limites de prazo de garantia estabelecidos pela Lei.

d) Os Serviços serão recebidos e aceitos após sumária inspeção realizada definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme Inciso I, da Alínea B, do Art. 73 da Lei Federal 8.666/93. Observado o disposto no art. 69 desta lei.

25. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO:

25.1. Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/93.

25.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26. DA RESCISÃO

26.1. A rescisão do presente instrumento ocorrerá de acordo com o previsto no Artigo 79 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

26.2. A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais previstas na Lei 8.666/93.

26.2.1. Constituem motivos para a rescisão do contrato aqueles relacionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

26.2.2. Nos casos de rescisão, a Contratada receberá o pagamento pelos materiais utilizados e devidamente medidos pela Contratante até a data da rescisão.

26.2.3. Ocorrendo a rescisão, a Contratante poderá promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou ação judicial.

27. DA GARANTIA DA OBRA

27.1 - A licitante contratada responderá pela solidez e segurança da obra, objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão da mesma, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital, seus anexos e legislações citadas.

28.2. Fica assegurado à autoridade superior, no interesse da Administração, o direito de adiar a data da abertura dos envelopes.

28.3. É facultada à Comissão Permanente de Licitação, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

28.4. O resultado desta licitação será publicado no Mural da Prefeitura, Diário Oficial da União e Diário Oficial dos Municípios (DOM).

28.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. A Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

28.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.7. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

28.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se

iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC. Considerar-se-ão dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

28.9. O desatendimento às exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública da licitação.

28.10. A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. No caso de esclarecimentos e dúvidas referente ao Edital e seus anexos, os licitantes poderão encaminhados por escrito diretamente ao Presidente da CPL na Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, pessoalmente.

29.2. Havendo divergência entre o disposto no edital e seus anexos, prevalecerá o disposto no edital.

29.3 Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes na Lei 8.666/93 e na legislação vigente que rege a matéria.

30. DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

Bom Jardim da Serra, 10 de Julho de 2020.

Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal

ANEXO I DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2020

A empresa, CNPJ nº, sediada à
....., nº, bairro, CEP:, Município de
....., neste ato, através do seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado no edital de Tomada de Preços nº ____/2020

DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, inciso V, art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e que atende os preceitos constantes no inciso III, do artigo 9º, todos da Lei nº 8.666/93;

(local e data)(.....), de de 2020.

Assinatura nome do representante legal

CPF:

RG

ANEXO II

MINUTA DA DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

A empresa, CNPJ nº, sediada à
....., nº, bairro, CEP:, Município de
....., neste ato, através do seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado no edital de Tomada de Preços nº ____/2020. DECLARA, sob as penas da lei, que:

Inexiste fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e está ciente das condições do processo licitatório, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão de Licitação ou pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

(local e data)(.....), de de 2020.

Assinatura nome do representante legal

CPF:

RG

ANEXO III

MINUTA DA CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente, a empresa , CNPJ nº , sediada à
....., nº, bairro , CEP: , Município de
....., em atendimento ao solicitado no edital de Tomada de Preços nº 01/2015, por seu (diretor ou sócio com poderes de gerência), Sr. RG nº , CPF nº , outorga ao Sr.
....., RG nº , CPF nº , amplos poderes para representar a empresa junto à Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC, na TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2020 , inclusive poderes para interpor ou desistir de recursos, receber intimações, enfim, praticar todos os atos que julgar necessário ao citado processo, podendo o credenciado receber intimações no seguinte endereço: (Rua, número, complementos, bairro, cidade, estado, CEP e telefone para contato).

(local e data) (.....), de de 2020.

Nome e assinatura do responsável legal com firma reconhecida em Cartório

CPF:

RG:

ANEXO IV

MINUTA DECLARAÇÕES PARA ME OU EPP

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2020

Pelo presente a empresa, CNPJ nº, sediada à
....., nº, bairro, CEP:, Município de, por seu
representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado no edital de tomada de preços nº ____/2020, DECLARA que não existe
qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Local e data, (.....) - de de 2020.

Nome e assinatura do responsável legal pela empresa

CPF:

RG:

ANEXO V

MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL

Referente: Tomada de Preço ____/2020

O signatário da presente, senhor(a), representante legalmente constituído da proponente,
DECLARA que a mesma recebeu do Licitador toda a documentação relativa ao edital em epígrafe, e que concorda e aceita todas as condi-
ções estabelecidas no mesmo e em seus anexos.

Cidade, UF, ____ de ____ de ____.

ASSINATURA AUTORIZADA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM INTEGRANTES DO PODER MUNICIPAL

Processo Ref.:

A Empresa, inscrita no CNPJ nº por intermédio de seu repre-
sentante legal o(a) Sr(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº e
do CPF nº, DECLARA, que, os sócio(s) e/ou proprietário(a) da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do
poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo
até o terceiro grau. DECLARA ainda, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante
ou responsável pela licitação.

Bom Jardim da Serra, ____ de ____ de 2020.

ASSINATURA AUTORIZADA

Anexo VII

TERMO DE RENUNCIA

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Tomada de Preço Nº ____/2020

Nome da Empresa:

Declaro, sob as penas da lei, que nas formas da Lei Federal 8666/93, que não pretende recorrer da decisão da Comissão Permanente de
Licitações, que julgou os documentos de Habilitações preliminares do Processo Licitatório supra, RENUNCIANDO assim, expressamente o
direito de interpor recurso administrativo para tal. Mais, que por este documento autoriza a abertura de envelopes de propostas de preços
dos Licitantes Habilitados, bem como para tal, dispensa os prazos de Lei.

Local, UF, ____ de ____ de ____

ASSINATURA AUTORIZADA

Nome: _____

CPF: _____

Importante: Carimbar (CNPJ) - ou utilizar papel timbrado.

Anexo VIII**MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº ____/2020**

Contrato que se regulam pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direitos privados.

Aos dias do mês de , no Gabinete do Prefeito Municipal, foi celebrado o presente Termo de Contrato, tendo como partes: de um lado a Prefeitura Bom Jardim da Serra/SC, inscrita no C.N.P.J. Sob o nº 82.844.754/0001-92, sito à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro Cep: 88.640-000 neste ato representada pelo Sr. Serginho Rodrigues de Oliveira, Prefeito municipal. Doravante denominada de "CONTRATANTE", e de outro lado a Empresa: , inscrita sob o n.º C.N.P.J. _____, estabelecido na Rua ,n.º , , na cidade de , doravante denominado "CONTRATADO", representada neste ato pelo Sr. Portador da Cédula de Identidade RG sob o nº _____ e do CPF: sob o nº _____ que resolve firmar o contrato, oriundo do processo Homologatório decorrente da Licitação Modalidade Tomada de Preço nº ____/2020, Processo Licitatório . Conforme as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 – O presente instrumento tem por TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAL.

0.2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO E DA VINCULAÇÃO

2.1 - Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços n. ____/2020, com fundamento no art. 23, inciso I, alínea "b", da lei 8.666/93, conforme autorização pelo Senhor Serginho Rodrigues de Oliveira, Prefeito Municipal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente contrato encontra-se vinculado ao edital de Tomada de Preços nº ____/2020 e proposta de preços da contratada, independentemente de transição.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto contratado será realizado na forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço por lote, do tipo menor preço, conforme condições e especificações constantes do Edital e respectivos anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência do presente contrato é de XXXXXXXX () dias, com início em/ /2020 e término em/ /2020, podendo ser prorrogado no interesse da Administração nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES

4.1 - O prazo para a execução dos serviços é de XXXXXXXX () dias, contados do ciente na ordem de serviço pela contratada;

PARÁGRAFO ÚNICO - A prorrogação de prazos de início, de etapas de execução, de conclusão e de entrega dos serviços contratados, poderá ser deferida pelo CONTRATANTE, mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que a CONTRATADA, demonstre e comprove a ocorrência de motivos elencados nos incisos do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente CONTRATO no exercício de 2020 correrão à conta do orçamento da Contratante, consignados através dos seguintes elementos:

O objeto do Processo Licitatório é TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAL."

Sendo assim, certifico que:

A) Há dotação orçamentária para transcorrer fixação/empenho das despesas oriundas de processo licitatório discriminado acima.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1 - Pela execução dos serviços, objeto deste Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor contratado será fixo e irrevogável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No preço acima estipulado, estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto licitado (tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, seguros, materiais, equipamentos e ferramentas, mão-de-obra, taxas devidas a órgãos públicos, outros emolumentos, etc...).

CLÁUSULA SETIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - Pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a apresentação das medições acompanhadas das Notas Fiscais devidamente atestadas pelo engenheiro civil da Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

PARAGRAFO PRIMEIRO – Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

PARAGRAFO SEGUNDO – A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta às seguintes certidões:

a) regularidade com a Fazenda Municipal, sede da contratada;

b) regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

c) regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

PARAGRAFO TERCEIRO – O contratante pagará as Notas Fiscais somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

PARAGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

PARAGRAFO QUINTO – A Fiscalização da Prefeitura através do engenheiro civil somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela COTNRATADA, todas as condições pactuadas.

PARAGRAFO SEXTO – Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro

apresentado neste processo licitatório, não admitindo-se em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues na obra.

PARAGRAFO SÉTIMO – Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

PARAGRAFO OITAVO – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

PARAGRAFO NONO – O não-pagamento nos prazos previstos acarretará à Prefeitura multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da parcela devida, a ser aplicado por dia de atraso até o do efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E DA OBRA

8.1 - Executado o Contrato, os serviços serão recebidos através de Termo Provisório e após, Definitivo;

PARAGRAFO PRIMEIRO - PROVISORIAMENTE pelo Responsável por seu acompanhamento e Fiscalização, mediante termo circunstanciado em até 15 dias do comunicado escrito da Contratada;

PARAGRAFO SEGUNDO - DEFINITIVAMENTE pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após terem os serviços sido examinados e julgados em perfeitas condições técnicas, não excedendo o prazo de até 90 (noventa) dias contados do Recebimento Provisório;

PARAGRAFO TERCEIRO - O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço ou obra, podendo ocorrer solicitações para correções de defeitos de execução que surgirem dentro dos limites de prazo de garantia estabelecidos pela Lei.

PARAGRAFO QUARTO - Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela(o) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, SERVIDOR COMPETENTE.

PARAGRAFO TERCEIRO - O Gestor deste contrato terá, entre outras, as seguintes atribuições: proceder o acompanhamento técnico da execução das (compras/serviços); fiscalizar a execução do contrato quando à qualidade desejada, comunicar a

CONTRATADA o descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento; solicitar a aplicação de sanções pelo descumprimento de cláusula contratual; atestar as notas fiscais para efeito de pagamento; solicitar à CONTRATADA e ao seu preposto todas as providências necessárias à boa execução do objeto contratados.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

9.1 - Para garantir o fiel cumprimento do objeto contratado são obrigações das partes:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DA CONTRATANTE

a) Permitir que os funcionários da CONTRATADA possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através do engenheiro civil, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

c) Notificar por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

d) Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.

e) Promover os pagamentos a CONTRATADA dentro do prazo estipulado.

f) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

g) Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, mediante vistoria detalhada realizada pela Comissão de Fiscalização designada pela Prefeitura, nos termos da lei 8.666/93 em seus artigos 73 e 74.

h) Outras obrigações definidas no Edital e nesta minuta do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DA CONTRATADA

a) Executar fielmente os serviços, compreendendo, inclusive, o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução do objeto, de acordo com as especificações técnicas constantes do Projeto Básico e Executivo desenvolvido pela Contratante, o qual será entregue no início das obras, e demais termos prescritos no edital de licitação e no presente CONTRATO.

b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

c) Providenciar o livro "DIÁRIO DE OBRAS", para as anotações da fiscalização da Contratante e do Responsável Técnico da Contratada, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção.

d) Promover diligências junto aos órgãos competentes e/ou Concessionárias de Serviços Públicos, para as respectivas aprovações de projetos, quando for o caso. Ressalta-se, ainda, que caberá à CONTRATADA, todo o ônus e/ou providências cabíveis para remanejamento de instalações junto à locação da obra.

e) Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte da obra contratada e Anotações de Responsabilidade Técnica apresentadas em processo licitatório a que este CONTRATO se vincula.

f) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.

g) Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Edital, como também de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita à multa estabelecida neste CONTRATO.

h) Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação por meio de crachá.

i) Propiciar o acesso da fiscalização da CONTRATANTE aos locais onde se realizarão os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

j) A atuação da comissão fiscalizadora da CONTRATANTE não exime a Contratada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade dos serviços.

l) Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Edital e no Projeto Básico/Executivo.

m) Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

n) Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais, às suas expensas, não aprovados pela fiscalização da Contratante, caso os mesmos não atendam às especificações técnicas constantes do Projeto Básico/Executivo.

o) Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.

p) Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e

em conformidade com as normas de segurança vigentes.

q) Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da Contratante, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.

r) Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.

s) Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, cabendo à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.

t) Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela fiscalização da Contratante como inadequados para a execução dos serviços.

u) Entregar o local objeto do contrato sem instalações provisórias e livres de entulhos ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. A Contratada deve comunicar, por escrito, à fiscalização da Contratante, a conclusão dos serviços, para que a mesma proceda à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.

v) Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a danificá-los.

w) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

x) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

y) Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade e que obedeçam às especificações técnicas, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da CONTRATANTE.

z) Prestar manutenção da reforma, durante a garantia, da seguinte forma:

z.1) Iniciar o atendimento em no máximo 3 (três) dias úteis, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela CONTRATANTE, considerando o horário de expediente da Escola Infantil.

z.2) Concluir os serviços de manutenção no prazo determinado pela CONTRATANTE.

z.3) Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita às multas estabelecidas neste CONTRATO.

a.a) A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

b.b) Que a qualquer momento e por necessidade da obra fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados, por solicitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, sem ônus de mobilização para esta, ainda que não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação e que se compromete a estar instalado e pronto para o início das obras no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir do ciente na Ordem de Serviço;

CLAUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, a Contratante, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à Contratada, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência, por escrito;

b) Multa;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será aplicada multa de 0,1 % (zero vírgula um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a PREFEITURA poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa licitante vencedora, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

PARÁGRAFO QUARTO - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de a licitante vencedora ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

11.2 - Amigável - por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Prefeitura.

11.3 - Administrativa - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 e 79 da Lei Nº. 8.666/93.

11.4 - Judicial - nos termos da legislação processual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS MOTIVOS PARA A RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais previstas na Lei

8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem motivos para a rescisão do contrato aqueles relacionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos de rescisão, a Contratada receberá o pagamento pelos materiais utilizados e devidamente medidos pela Contratante até a data da rescisão.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo a rescisão, a Contratante poderá promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

13.1 - A Contratada é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Contratada, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante ou a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - À Contratada caberá as despesas peculiares às empreitadas globais, notadamente serviços gerais, transporte horizontal e vertical, mão-de-obra e materiais, inclusive para instalações provisórias, e todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, bem como as relativas aos registros junto ao CREA ou CAU. Cabe ainda à Contratada, por todo o período de execução das obras, manter os seguros que por Lei se tornarem exigíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Por se tratar de empreitada por preço por lote, os preços contratados constituirão a única e completa remuneração pelos serviços contratados no período estabelecido, estando incluído nos mesmos os custos com os encargos relacionados no parágrafo anterior ou quaisquer outras despesas adicionais. A inadimplência da Contratada com referência aos mesmos não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Toda e qualquer ação trabalhista é de exclusiva responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA

14.1 - A Contratada deverá oferecer uma garantia de no mínimo 02 (dois) anos para a defeitos nas pinturas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 - A CONTRATANTE, para fins de eficácia do presente Contrato, providenciará sua publicação no Diário Oficial da União, Diário Oficial dos Municípios (DOM) na forma de extrato, nos termos do art. 61, Parágrafo Único, da lei n. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES

16.1 - Mediante Termo Aditivo aprovado pelo Prefeito Municipal, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Alínea "b" do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 - Este Contrato regula-se pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado. Aos casos omissos aplicam-se os dispostos na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ANÁLISE JURÍDICA

18.1 - A minuta do presente instrumento de CONTRATO foi devidamente examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica do Município, conforme Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de SÃO JOAQUIM/SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas:

BOM JARDIM DA SERRA de de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC	Contratada
Serginho Rodrigues de Oliveira Prefeito Municipal	diretor

TESTEMUNHA:

1 _____ 2 _____

TP 13/2020

Publicação Nº 2610118

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2020

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 13/2020

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, por intermédio do Prefeito Municipal, de seu Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às 13 horas do dia 08 de Setembro de 2020, horário de Brasília, licitação modalidade TOMADA DE PREÇO, cujo regime de execução é empreitada por preço unitário, na forma de julgamento Menor Preço Global da proposta, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de propostas visando atingir o objetivo descrito no item n.1 do presente edital, e será realizada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, e alterações posteriores, e ainda pelas condições estabelecidas neste Edital.

1.DO OBJETO:

TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE FAIXA ELEVADA E LOMBADA COM REVESTIMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO

USINADO QUENTE (CBUQ) E PAVER DE CONCRETO PARA VIAS URBANAS DESTE MUNICÍPIO; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL) PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMDA DE ROLAMENTO E EXEC. DE PINTURA DE LIG. COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2c.

2. DA RETIRADA DO EDITAL:

Far-se-á de 2ª a 5ª feira, no Departamento de Licitações, no horário das 13:00h às 17:00h à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro Bom Jardim da Serra- SC, ou no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br, sem ônus.

3. DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S):

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados ao Departamento de Compras e Licitações aos cuidados do Pregoeiro, em até 02 (dois) dias, antecedendo a data definida para a abertura da sessão;

3.2 Impugnações ao ato convocatório deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro (a), obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

3.3 Outras informações pelo telefone: (49) 3232-0196 ou por e-mail: licitacao01@bomjardimdaserra.sc.gov.br

4. DO(S) PRAZO(S):

4.1 De entrega/execução: 120 dias, após assinatura do contrato;

4.2 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua validade até 31/12/2020 a contar da(s) data(s) da(s) assinatura(s) de(os) contrato(s). O(s) contrato(s) pode(rão) ser firmada(s) entre as partes, por prazo(s), quantidade(s) menor que as licitadas, podendo atingir a sua quantidade total licitada;

5. DO(S) PAGAMENTO(S):

5.1 Será (ão) efetuado(s) a preço fixo, conforme quantidade produzida mensalmente, pago(s) em até 30 (trinta) dias, à vista da(s) nota(s) fiscal(is).

5.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais documentos inerentes ao Processo.

6. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação, sendo considerado automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o término do processamento desta licitação.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

7.1 Os produtos e ou serviços, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados na(s) conta(s): do exercício do ano de 2020.

8. DA PARTICIPAÇÃO:

8.1 Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital de Tomada de Preços n. 13/2020;

8.2 As empresas deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

8.3 Não poderão participar empresa que tenha sido declarada inidônea, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública;

8.4 A participação na presente Licitação, enseja na aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seus anexos.

9. DO CREDENCIAMENTO:

9.1 Ficam a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

9.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

9.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

9.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;

9.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

9.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;

9.7 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente, tanto para licitante com representante ou não.

9.8 Declarar que, os sócio(s) e/ou proprietário (a) da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ainda, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

9.9 Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mão.

10. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

11. DA ENTREGA DOS ENVELOPES

11.1 Os envelopes: nº 01 – Documentação de Habilitação e nº 02 – Proposta, poderão ser entregues no setor de licitações da Prefeitura, à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra - SC, CEP 88.640-000, até às 13 horas do dia 08/09/2020.

11.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

11.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para

abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

12. DA SOBRESCRITAÇÃO DO ENVELOPE Nº 01

Sr (a). Pregoeiro (a)

Empresa:

Referente ao Edital de Tomada de Preços Nº 13/2020

Entrega até às 13 horas do dia 08 de Setembro de 2020

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, SC, CEP 88.640-000

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:

12.1.1 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

12.1.2 Da Declaração que o(s) produto(s) a ser(em) entregue(s) ficará(ao) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva; que cumpra(m) plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02; de que se enquadra ou não na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento;

12.2 DA REGULARIDADE FISCAL:

12.2.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

12.2.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (CONJUNTA);

12.2.3 Prova de regularidade com a fazenda Estadual

12.2.4 Prova de Regularidade com FGTS;

12.2.5 Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho.

12.2.6 Alvará de funcionamento da sede da proponente do ano corrente;

12.2.7 Contrato Social e alterações se houver.

12.2.8 Cópia do cartão CNPJ constando atividade pertinente ao objeto licitado

12.2.9 Declaração de fatos impeditivos

11.1.10 Declaração Concordeância com as Condições Edital

11.1.11 Termo de Renúncia de Recurso – opcional

11.1.12 Declaração Conforme Art. 27, Inc. V, Lei 8.666/93

11.1.13 Declaração de inexistência de parentesco com integrantes do poder municipal

11.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

12.3.1 Certidão Negativa de Falência ou concordata, expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, conforme Inciso II, do Artigo 31 da Lei Federal 8.666/93;

12.3.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir;

12.3.3 Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

12.3.4 As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

12.3.5 Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) publicados em Diário Oficial; ou

b) publicados em Jornal; ou

c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

12.3.6 Os documentos relativos ao sub-item 12.3.3 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

12.3.7 Comprovar Grau de Endividamento Corrente (GEC) igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco) obtido a partir de dados do balanço através da seguinte fórmula:

I) Índice de Liquidez Geral, igual ou superior a 1,0:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

LG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

II) Índice de Solvência Geral, igual ou superior a 1,0:

ATIVO TOTAL

ISG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

III) Índice de Liquidez Corrente, igual ou superior a 1,0:

ATIVO CIRCULANTE

ILC = -----

PASSIVO CIRCULANTE

IV) Índice de Endividamento Geral, menor ou igual a 0,3:

PASSIVO CIRCULANTE + EXÍGIVEL A LONGO PRAZO

IEG = -----

ATIVO TOTAL

12.3.8 Todos os quocientes referidos nos itens supracitados (I, II, III e IV) deverão ser atendidos pelos licitantes, caso contrário a licitante será considerada inabilitada.

12.3.9 Comprovação de Capital Social Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo exigido será igual ou superior a 10 % (dez por cento) do valor da proposta do proponente, conforme o parágrafo 3º do Artigo nº 31 da Lei Federal 8.666/93.

12.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1 Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos;

12.4.2 Atestado de capacidade técnica-operacional devidamente registrado no CREA ou no CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados da respectiva certidão de Acervo Técnico – CAT, que comprove que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, obras/serviços de características técnicas similares ou superiores;

12.4.3 Demonstração de possuir a licitante em seu quadro permanente de pessoal, Engenheiro Civil e/ou Arquiteto, devidamente reconhecido pela entidade competente (CREA ou CAU), detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes e compatíveis às do objeto da licitação;

12.4.3.1 Para comprovação do vínculo empregatício do engenheiro civil ou arquiteto com a empresa licitante deverá ser apresentado cópia autenticada da CTPS, acompanhada dos últimos três recolhimento do FGTS ou contrato de Trabalho. Para dirigente da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da Ata da Assembleia que investiu no cargo ou do Contrato Social;

12.4.3.2 Estar acompanhada de no mínimo 01(um) atestado, fornecido por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, por empresas privadas, comprovando que o responsável técnico executou obras/serviços de características similares ou superiores, em nome do profissional;

13. DA PROPOSTA:

13.1 DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 02

Sr (a). Pregoeiro (a)

Empresa:

Referente ao Edital de Tomada de Preços Nº 13/2020

Abertura às 13 horas do dia 08 de Setembro de 2020

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, CEP 88.640-000

PROPOSTA

13.2 Envelope 02 - PROPOSTA deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual ou Municipal da proponente;

b) Número desta Tomada de Preços;

c) Preço total da mão-de-obra empregada na execução do objeto cotado, grafado em algarismos numéricos e por extenso;

d) Preço total dos materiais utilizados na obra;

e) Preço global total para a execução completa do objeto cotado, grafado em algarismos numéricos e por extenso;

f) Local, data, identificação e assinatura do representante legal da licitante.

13.3 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

13.4 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente licitação.

13.5 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 02. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

13.6 - As propostas que tenham sido classificadas serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitações para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

a) Nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;

b) Nos casos em que houver uma discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;

c) Nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas parcelas (inclusive quanto à soma dos preços totais de materiais e mão-de-obra), prevalecerá o valor somado pela Comissão.

13.6.1 - O preço global apresentado no texto da proposta da licitante será corrigido pela Comissão de acordo com o procedimento acima e será considerado para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

13.7. Prazo para conclusão dos serviços: conforme especificado no contrato, 180 dias consecutivos, podendo este ser prorrogado por igual período, sem reajustes financeiros.

13.7.1. O prazo contratual estabelecido poderá ser prorrogado dentro da vigência do contrato, na forma prevista no artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

13.8. O valor proposto será fixo e irrevogável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93. Não haverá

correção monetária.

13.9 O preço máximo de aceitabilidade será determinado conforme o Inciso X do Artigo 40 da Lei Federal 8.666/93, que não poderá ser superior a R\$ 62.107,66 (sessenta e dois mil cento e sete reais e sessenta e seis centavos).

NOTAS

- A certidão que não contar com validade expressa serão considerados válidos por 30 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet.
- Todas as cópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;
- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferencialmente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e rubricados pelo Licitante;
- Toda a documentação de regularidade fiscal e contrato social com suas alterações e consolidação, poderá ser substituído pelo CRC atualizado desta instituição pública.

14. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

14.1 – Envelopes nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

14.1.1. No dia, local e hora designados neste edital, na presença dos licitantes ou seus representantes legais que comparecerem e demais pessoas que quiserem assistir ao ato, a Comissão Permanente de Licitação iniciará os trabalhos, examinando os envelopes de nº 01 “Documentação de Habilitação” e de nº 02 “Proposta de Preços”, os quais serão rubricados pelos seus membros e licitantes ou seus representantes credenciados, para comprovarem que estão devidamente lacrados, procedendo a seguir a abertura do envelope nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

14.1.2. O exame da Documentação será realizado na sessão de abertura, pela Comissão de Julgamento. Estando todos os prepostos das licitantes presentes, o resultado do julgamento da habilitação será por comunicação direta, caso contrário será publicado no Mural da Prefeitura, Protocolado na Câmara Municipal na data da expedição deste Edital para afixar em mural daquela Casa de Leis, Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Oficial dos Municípios (DOM), e Diário Oficial Eletrônico Tribunal de Contas de Santa Catarina. Abrindo-se o prazo recursal.

14.1.3. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma, ficando sem direito de fazê-lo posteriormente, tanto as proponentes que não tiverem comparecido como os que, mesmo tendo comparecido não consignarem em ata os seus protestos.

14.1.4. Os envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS – das proponentes inabilitadas ficarão à disposição dos licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a publicação do resultado, junto à Comissão Permanente de Licitação, os quais serão devolvidos intactos mediante recibo.

14.2 – Envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

14.2.1. Os envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS – das proponentes habilitadas serão abertos em momento subsequente à habilitação no mesmo local de abertura dos envelopes nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – pela Comissão Permanente de Licitação, desde que haja renúncia expressa de todos os proponentes de interposição de recursos de que trata o artigo 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93.

14.2.1.1. Havendo interposição de recurso, a nova data de abertura dos envelopes nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS – será comunicada às proponentes por meio de publicação nos mesmos meios de comunicação que se deu na chamada descrita no item.

14.2.1.2 após julgados os recursos e contra recursos interpostos ou decorrido o prazo sem interposição.

14.2.2. As propostas contidas nos envelopes nº 02 “PROPOSTA DE PREÇOS” serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação, bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes, procedendo-se a seguir a leitura dos preços.

14.2.3. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma, ficando sem direito de fazê-lo posteriormente tanto as proponentes que não tiverem comparecido como os que, mesmo tendo comparecido não consignarem em ata os seus protestos.

14.3. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, ou de outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação.

14.4 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

14.5 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

14.6 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

14.7 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes;

14.8 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

14.9 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgarem conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

15. DA ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇOS

15.1. No julgamento das propostas classificadas por atender aos aspectos documentais explicitados no item “Envelope nº 01 – Documentação de Habilitação”, atendidas as condições prescritas neste edital, será adotado o critério de menor preço global, entendendo-se como tal o valor total das propostas, sendo a adjudicação efetuada a empresa.

15.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio, na reunião de abertura das propostas ou em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, salvo os casos previstos na Lei Complementar 123/2006.

15.3. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

15.4. Serão desclassificadas as propostas que se adequem a um dos seguintes requisitos:

- a) não atenderem às exigências do Edital;
- b) apresentarem valor global superior ao limite estabelecido na planilha orçamentária anexa a este Edital;
- c) utilizarem preços manifestamente inexequíveis.
- c1) Serão considerados inexequíveis os preços que não venham a ter demonstrado sua viabilidade por documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, bem como aqueles que não atenderem ao disposto no Art. 48, inciso II, da Lei 8.666/93.
- 15.5. As propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital mas possuírem erro de forma ou inconsistências serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pela Comissão, na forma indicada:
- a) discrepâncias entre os preços unitários e totais: prevalecerão os preços unitários e, havendo discordância entre os preços em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- b) erros de transcrição das quantidades do projeto para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se como referência o preço unitário, corrigindo-se a quantidade e o preço total;
- c) erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se como referência o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;
- d) erro adição: será retificado conservando-se as parcelas e corrigindo-se o resultado;
- e) verificado em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários dos serviços, será adotada a correção que resultar no menor valor.
- 15.6. O valor total da proposta será ajustado em conformidade com os procedimentos mencionados no item anterior. O valor resultante constituirá no valor contratual. Se a licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada.
- 15.7. Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela Comissão, necessárias para corrigir erros cometidos pelos licitantes, não serão aceitas propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.
- 15.8. As licitantes que apresentarem propostas que não atendem às condições desta Licitação que oferecem vantagens nela não previstas ou contenham preços excessivos (acima do limite do mercado) ou manifestamente inexequíveis, serão desclassificadas, conforme o Artigo 48 da Lei Federal 8.666/93.
- 16. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:**
- 16.1 Será (ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer (em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;
- 16.2 À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a(s) falha(s) apontada(s);
- 16.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;
- 16.4 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;
- 16.5 Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.
- 17. DA FISCALIZAÇÃO**
- 17.1. Todos os serviços objeto desta licitação serão fiscalizados pelo Engenheiro Civil desta Prefeitura, com autoridade para exercer em nome da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.
- 17.2. A Fiscalização poderá determinar, a ônus da empresa licitante vencedora, a substituição dos equipamentos, serviços e materiais julgados deficientes ou não-conforme com as especificações definidas em projeto, cabendo à licitante vencedora providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de execução dos serviços.
- 17.3. Compete à fiscalização da obra pelo Engenheiro Civil Responsável, entre outras atribuições:
- 17.3.1. Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas em caderno de especificações técnicas, memoriais descritivos, plantas e planilhas orçamentárias e adequação dos procedimentos e materiais empregados à qualidade desejada para os serviços.
- 17.3.2. Ordenar à licitante vencedora corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.
- 17.3.3. Manter organizado e atualizado o Livro Diário, assinado por técnico da licitante vencedora, onde a referida licitante vencedora registre, em cada visita:
- a) As atividades desenvolvidas;
- b) As ocorrências ou observações descritas de forma analítica.
- 17.3.4. Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.
- 17.4. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.
- 17.5. Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes no Projeto Básico/Executivo será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à empresa licitante vencedora obrigatoriamente de forma escrita e oficial.
- 17.6. Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas na minuta do contrato.
- 18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
- 18.1. O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação das medições acompanhadas das Notas Fiscais devidamente atestados pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC.
- a) O pagamento será de forma UNITÁRIA POR ITENS conforme execução do projeto e respectivas medições, como está detalhada nas planilhas orçamentárias do projeto.
- 18.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.
- 18.3. A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta às seguintes certidões:

a) regularidade com a Fazenda Municipal, sede da contratada;

b) regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

c) regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

18.4. O CONTRATANTE pagará as Notas Fiscais somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

18.5. A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

18.6. A Fiscalização da Prefeitura através do Engenheiro Civil somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

18.6.1. Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado neste processo licitatório, não admitindo-se em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues na obra.

18.6.2. Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

18.7. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

18.8. O não-pagamento nos prazos previstos acarretará à Prefeitura multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da parcela devida, a ser aplicado por dia de atraso até o do efetivo pagamento.

18.9 - Para pagamento da primeira fatura, a contratada deverá apresentar A.R.T. -(Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA ou R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica) junto ao CAU, referente à obra bem como cópia autenticada da matrícula de inscrição da obra na Previdência Social.

18.10 – A contratada deverá apresentar mensalmente os comprovantes de recolhimento do INSS na inscrição específica junto a Previdência Social (CEI) referente a execução do presente contrato.

18.11 - Após a assinatura do Termo de Recebimento da Obra, a Contratada deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar a Certidão Negativa de Débito (C.N.D.) junto à Previdência Social.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

19.1. Executar fielmente a obra, compreendendo, inclusive, o fornecimento de mão-de-obra necessária à execução do objeto, de acordo com as especificações técnicas constantes do Projeto Básico e Executivo desenvolvido pela Contratante, o qual será entregue no início das obras, e demais termos prescritos neste edital e no futuro CONTRATO.

19.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

19.3. Providenciar o livro "DIÁRIO DE OBRAS", para as anotações da fiscalização da Contratante e do Responsável Técnico da Contratada, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção.

19.4. Promover diligências junto aos órgãos competentes e/ou Concessionárias de Serviços Públicos, para as respectivas aprovações de projetos, quando for o caso. Ressalta-se, ainda, que caberá à CONTRATADA, todo o ônus e/ou providências cabíveis para remanejamento de instalações junto à locação da obra.

19.5. Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte da obra contratada e Anotações de Responsabilidade Técnica apresentadas no processo licitatório.

19.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.

19.7. Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Edital, como também de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita à multa estabelecida neste CONTRATO.

19.8. Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação por meio de crachá.

19.9. Propiciar o acesso da fiscalização da CONTRATANTE aos locais onde se realizarão os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

19.9.1. A atuação da comissão fiscalizadora da CONTRATANTE não exime a Contratada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade dos serviços.

19.10. Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Edital e no Projeto Básico/Executivo.

19.11. Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

19.12. Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais, às suas expensas, não aprovados pela fiscalização da Contratante, caso os mesmos não atendam às especificações técnicas constantes do Projeto Básico/Executivo.

19.13. Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.

19.14. Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e em conformidade com as normas de segurança vigentes.

19.15. Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da Contratante, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.

19.16. Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.

19.17. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, cabendo à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.

19.18. Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela fiscalização da Contratante como inadequados para a execução dos serviços.

19.19. Entregar o local objeto do contrato sem instalações provisórias e livres de entulhos ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. A Contratada deve comunicar, por escrito, à fiscalização da Contratante, a conclusão dos serviços, para que a mesma proceda à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.

19.20. Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas

operações, a danificá-los.

19.21. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

19.22. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

19.23. Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade e que obedecem às especificações técnicas, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da CONTRATANTE.

19.24. Prestar manutenção da obra, durante a garantia da seguinte forma:

19.24.1. Iniciar o atendimento em no máximo 3 (três) dias úteis, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela CONTRATANTE.

19.24.2. Concluir os serviços de manutenção no prazo determinado pela CONTRATANTE.

19.24.3. Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita às multas estabelecidas neste CONTRATO.

19.25. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

19.26. Que a qualquer momento e por necessidade da obra fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados, por solicitação da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC, sem ônus de mobilização para esta, ainda que não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação e que se compromete a estar instalado e pronto para o início das obras no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir do ciente na Ordem de Serviço.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. Permitir que os funcionários da CONTRATADA possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.

20.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através do Engenheiro Civil, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

20.3. Notificar por escrito CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

20.4. Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.

20.5. Promover os pagamentos a CONTRATADA dentro do prazo estipulado.

20.6. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

20.7. Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, mediante vistoria detalhada, nos termos da lei 8.666/93 em seus artigos 73 e 74.

20.8. Outras obrigações definidas neste Edital e na minuta do contrato.

21. DAS SANÇÕES PARA O INADIMPLEMENTO

21.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, a Contratante, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à Contratada, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência, por escrito;

b) Multa;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

21.1.1. Será aplicada multa de 0,1 % (zero vírgula um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a PREFEITURA poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

21.1.2. Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias.

21.2. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa licitante vencedora, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

21.2.1. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

21.3. No caso de a licitante vencedora ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

21.4. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

21.5. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, decorrentes das infrações cometidas.

21.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

21.7. Perda da garantia contratual, quando for o caso;

21.8. De qualquer sanção imposta, a contratada poderá, no prazo Máximo de 5 (cinco) dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso a Prefeitura de Bom Jardim da Serra/SC, devidamente fundamentado.

22. DOS RECURSOS

22.1 Das decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitação caberão recursos previstos no artigo 109, da Lei nº 8.666/93, interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, mediante petição devidamente arrazoada, subscrita pelo representante da recorrente, constituído na forma prevista no item deste Edital.

22.1.1. Interposto o recurso os demais licitantes poderão impugná-lo ou apresentar contra razões no prazo de 03 (três) dias úteis.

22.2. Os recursos serão dirigidos à autoridade competente da Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que poderá após os prazos legais, reconsiderar sua decisão em até 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-los subir devidamente informados.

22.3. Os recursos deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC no endereço indicado no preâmbulo deste Edital no horário comercial e nos dias úteis, não sendo aceitos recursos interpostos intempestivamente.

22.4. O recurso administrativo encaminhados via fax, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes ao signatário e da fotocópia do documento de identidade do outorgado;

22.5 A Impugnação ao ato convocatório deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

23. DA ASSINATURA DO CONTRATO

23.1. Após a homologação da licitação, o vencedor será convocado para assinar o Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados do recebimento da notificação, na forma da minuta apresentada no Anexo deste Edital de acordo com o estabelecido no art. 64 da Lei 8.666/93.

23.2. Do Contrato regulado pelas disposições deste Edital, decorrem as obrigações, direitos e responsabilidades das partes relativas aos serviços ou obra objeto desta licitação.

23.3. Estar regular com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

23.4. A licitante não poderá sub-contratar total ou parcialmente o objeto contratado, sem anuência da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC.

23.5. A Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC se reserva o direito de paralisar ou suspender em qualquer tempo a execução dos serviços mediante pagamento único e exclusivo dos serviços já realizados.

24. DO RECEBIMENTO DA OBRA

24.1. Executado o Contrato, os serviços serão recebidos através de Termo Provisório e após, Definitivo;

a) PROVISORIAMENTE pelo Responsável por seu acompanhamento e Fiscalização, mediante termo circunstanciado em até 15 dias do comunicado escrito da Contratada;

b) DEFINITIVAMENTE pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após terem os serviços sido examinados e julgados em perfeitas condições técnicas, não excedendo o prazo de até 90 (noventa) dias contados do Recebimento Provisório;

c) O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço ou obra, podendo ocorrer solicitações para correções de defeitos de execução que surgirem dentro dos limites de prazo de garantia estabelecidos pela Lei.

d) Os Serviços serão recebidos e aceitos após sumária inspeção realizada definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme Inciso I, da Alínea B, do Art. 73 da Lei Federal 8.666/93. Observado o disposto no art. 69 desta lei.

25. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO:

25.1. Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº. 8.666/93.

25.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26. DA RESCISÃO

26.1. A rescisão do presente instrumento ocorrerá de acordo com o previsto no Artigo 79 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

26.2. A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais previstas na Lei 8.666/93.

26.2.1. Constituem motivos para a rescisão do contrato aqueles relacionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

26.2.2. Nos casos de rescisão, a Contratada receberá o pagamento pelos materiais utilizados e devidamente medidos pela Contratante até a data da rescisão.

26.2.3. Ocorrendo a rescisão, a Contratante poderá promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou ação judicial.

27. DA GARANTIA DA OBRA

27.1 - A licitante contratada responderá pela solidez e segurança da obra, objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão da mesma, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital, seus anexos e legislações citadas.

28.2. Fica assegurado à autoridade superior, no interesse da Administração, o direito de adiar a data da abertura dos envelopes.

28.3. É facultada à Comissão Permanente de Licitação, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

28.4. O resultado desta licitação será publicado no Mural da Prefeitura, Diário Oficial da União e Diário Oficial dos Municípios (DOM).

28.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. A Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

28.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.7. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

28.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC. Considerar-se-ão dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

28.9. O desatendimento às exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição

de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública da licitação.

28.10. A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. No caso de esclarecimentos e dúvidas referente ao Edital e seus anexos, os licitantes poderão encaminhados por escrito diretamente ao Presidente da CPL na Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, pessoalmente.

29.2. Havendo divergência entre o disposto no edital e seus anexos, prevalecerá o disposto no edital.

29.3 A os casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes na Lei 8.666/93 e na legislação vigente que rege a matéria.

30. DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

Bom Jardim da Serra, 18 de Agosto de 2020.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2020

A empresa, CNPJ nº, sediada à
, nº, bairro, CEP:, Município de
, neste ato, através do seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado no edital de Tomada de Preços nº ____/2020

DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, inciso V, art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e que atende os preceitos constantes no inciso III, do artigo 9º, todos da Lei nº 8.666/93;

(local e data)(.....), de de 2020.

Assinatura nome do representante legal

CPF:

RG

ANEXO II

MINUTA DA DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

A empresa, CNPJ nº, sediada à
, nº, bairro, CEP:, Município de
, neste ato, através do seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado no edital de Tomada de Preços nº ____/2020. DECLARA, sob as penas da lei, que:

Inexiste fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e está ciente das condições do processo licitatório, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão de Licitação ou pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

(local e data)(.....), de de 2020.

Assinatura nome do representante legal

CPF:

RG

ANEXO III

MINUTA DA CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente, a empresa, CNPJ nº, sediada à
, nº, bairro, CEP:, Município de
, em atendimento ao solicitado no edital de Tomada de Preços nº 01/2015, por seu (diretor ou sócio com poderes de gerência), Sr., RG nº, CPF nº, outorga ao Sr.
, RG nº, CPF nº, amplos poderes para representar a empresa junto à Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC, na TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2020, inclusive poderes para interpor ou desistir de recursos, receber intimações, enfim, praticar todos os atos que julgar necessário ao citado processo, podendo o credenciado receber intimações no seguinte endereço: (Rua, número, complementos, bairro, cidade, estado, CEP e telefone para contato).
 (local e data)(.....), de de 2020.

Nome e assinatura do responsável legal com firma reconhecida em Cartório

CPF:
RG:

ANEXO IV**MINUTA DECLARAÇÕES PARA ME OU EPP****EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2020**

Pelo presente a empresa, CNPJ nº, sediada à
....., nº, bairro, CEP:, Município de, por seu
representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado no edital de tomada de preços nº ____/2020, DECLARA que não existe
qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Local e data, (.....) - de de 2020.

Nome e assinatura do responsável legal pela empresa

CPF:
RG:

ANEXO V**MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL**

Referente: Tomada de Preço ____/2020

O signatário da presente, senhor(a), representante legalmente constituído da proponente,
DECLARA que a mesma recebeu do Licitador toda a documentação relativa ao edital em epígrafe, e que concorda e aceita todas as condi-
ções estabelecidas no mesmo e em seus anexos.

Cidade, UF, ____ de ____ de ____.

ASSINATURA AUTORIZADA

ANEXO VI**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM INTEGRANTES DO PODER MUNICIPAL**

Processo Ref.:

A Empresa, inscrita no CNPJ nº por intermédio de seu repre-
sentante legal o(a) Sr(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº e
do CPF nº, DECLARA, que, os sócio(s) e/ou proprietário(a) da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do
poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo
até o terceiro grau. DECLARA ainda, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante
ou responsável pela licitação.

Bom Jardim da Serra, ____ de ____ de 2020.

ASSINATURA AUTORIZADA

Anexo VII**TERMO DE RENUNCIA****A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA
COMISSÃO DE LICITAÇÕES**

Tomada de Preço Nº ____/2020

Nome da Empresa:

Declara, sob as penas da lei, que nas formas da Lei Federal 8666/93, que não pretende recorrer da decisão da Comissão Permanente de
Licitações, que julgou os documentos de Habilitações preliminares do Processo Licitatório supra, RENUNCIANDO assim, expressamente o
direito de interpor recurso administrativo para tal. Mais, que por este documento autoriza a abertura de envelopes de propostas de preços
dos Licitantes Habilitados, bem como para tal, dispensa os prazos de Lei.

Local, UF, ____ de ____ de ____

ASSINATURA AUTORIZADA

Nome:
CPF:

Importante: Carimbar (CNPJ) - ou utilizar papel timbrado.

Anexo VIII

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº ____/2020

Contrato que se regulam pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direitos privados.

Aos dias do mês de , no Gabinete do Prefeito Municipal, foi celebrado o presente Termo de Contrato, tendo como partes: de um lado a Prefeitura Bom Jardim da Serra/SC, inscrita no C.N.P.J. Sob o nº 82.844.754/0001-92, sito à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro Cep: 88.640-000 neste ato representada pelo Sr. Serginho Rodrigues de Oliveira, Prefeito municipal. Doravante denominada de "CONTRATANTE", e de outro lado a Empresa: , inscrita sob o n.º C.N.P.J. _____, estabelecido na Rua ,n.º , , na cidade de , doravante denominado "CONTRATADO", representada neste ato pelo Sr. Portador da Cédula de Identidade RG sob o nº _____ e do CPF: sob o nº _____ que resolve firmar o contrato, oriundo do processo Homologatório decorrente da Licitação Modalidade Tomada de Preço nº ____/2020, Processo Licitatório . Conforme as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 - O presente instrumento tem por "TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE FAIXA ELEVADA E LOMBADA COM REVESTIMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE (CBUQ) E PAVER DE CONCRETO PARA VIAS URBANAS DESTE MUNICÍPIO; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL) PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMDA DE ROLAMENTO E EXEC. DE PINTURA DE LIG. COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2c."

0.2 CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO E DA VINCULAÇÃO

2.1 - Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços n. ____/2020, com fundamento no art. 23, inciso I, alínea "b", da lei 8.666/93, conforme autorização pelo Senhor Serginho Rodrigues de Oliveira, Prefeito Municipal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato encontra-se vinculado ao edital de Tomada de Preços nº ____/2020 e proposta de preços da contratada, independentemente de transição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O objeto contratado será realizado na forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço, conforme condições e especificações constantes do Edital e respectivos anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência do presente contrato é de XXXXXXXX () dias, com início em/ /2020 e término em/ /2020, podendo ser prorrogado no interesse da Administração nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES

4.1 - O prazo para a execução dos serviços é de XXXXXXXX () dias, contados do ciente na ordem de serviço pela contratada;

PARÁGRAFO ÚNICO - A prorrogação de prazos de início, de etapas de execução, de conclusão e de entrega dos serviços contratados, poderá ser deferida pelo CONTRATANTE, mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que a CONTRATADA, demonstre e comprove a ocorrência de motivos elencados nos incisos do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente CONTRATO no exercício de 2020 correrão à conta do orçamento da Contratante, consignados através dos seguintes elementos:

O objeto do Processo Licitatório é "TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE FAIXA ELEVADA E LOMBADA COM REVESTIMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE (CBUQ) E PAVER DE CONCRETO PARA VIAS URBANAS DESTE MUNICÍPIO; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAL) PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMDA DE ROLAMENTO E EXEC. DE PINTURA DE LIG. COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2c."

Sendo assim, certifico que:

A) Há dotação orçamentária para transcorrer fixação/empenho das despesas oriundas de processo licitatório discriminado acima.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1 - Pela execução dos serviços, objeto deste Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor contratado será fixo e irrevogável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No preço acima estipulado, estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto licitado (tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, seguros, materiais, equipamentos e ferramentas, mão-de-obra, taxas devidas a órgãos públicos, outros emolumentos, etc...).

CLÁUSULA SETIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - Pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a apresentação das medições acompanhadas das Notas Fiscais devidamente atestadas pelo engenheiro civil da Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

PARAGRAFO SEGUNDO - A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta às seguintes certidões:

- a) regularidade com a Fazenda Municipal, sede da contratada;
- b) regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- c) regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

PARAGRAFO TERCEIRO - O contratante pagará as Notas Fiscais somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

PARAGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

PARAGRAFO QUINTO – A Fiscalização da Prefeitura através do engenheiro civil somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela COTNRATADA, todas as condições pactuadas.

PARAGRAFO SEXTO – Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado neste processo licitatório, não admitindo-se em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues na obra.

PARAGRAFO SÉTIMO – Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

PARAGRAFO OITAVO – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

PARAGRAFO NONO – O não-pagamento nos prazos previstos acarretará à Prefeitura multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da parcela devida, a ser aplicado por dia de atraso até o do efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E DA OBRA

8.1 - Executado o Contrato, os serviços serão recebidos através de Termo Provisório e após, Definitivo;

PARAGRAFO PRIMEIRO - PROVISORIAMENTE pelo Responsável por seu acompanhamento e Fiscalização, mediante termo circunstanciado em até 15 dias do comunicado escrito da Contratada;

PARAGRAFO SEGUNDO - DEFINITIVAMENTE pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA/SC, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após terem os serviços sido examinados e julgados em perfeitas condições técnicas, não excedendo o prazo de até 90 (noventa) dias contados do Recebimento Provisório;

PARAGRAFO TERCEIRO - O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço ou obra, podendo ocorrer solicitações para correções de defeitos de execução que surgirem dentro dos limites de prazo de garantia estabelecidos pela Lei.

PARAGRAFO QUARTO - Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela(o) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, SERVIDOR COMPETENTE.

PARAGRAFO TERCEIRO - O Gestor deste contrato terá, entre outras, as seguintes atribuições: proceder o acompanhamento técnico da execução das (compras/serviços); fiscalizar a execução do contrato quando à qualidade desejada, comunicar a

CONTRATADA o descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento; solicitar a aplicação de sanções pelo descumprimento de cláusula contratual; atestar as notas fiscais para efeito de pagamento; solicitar à CONTRATADA e ao seu preposto todas as providências necessárias à boa execução do objeto contratados.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

9.1 - Para garantir o fiel cumprimento do objeto contratado são obrigações das partes:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DA CONTRATANTE

a) Permitir que os funcionários da CONTRATADA possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através do engenheiro civil, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

c) Notificar por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

d) Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.

e) Promover os pagamentos a CONTRATADA dentro do prazo estipulado.

f) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

g) Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, mediante vistoria detalhada realizada pela Comissão de Fiscalização designada pela Prefeitura, nos termos da lei 8.666/93 em seus artigos 73 e 74.

h) Outras obrigações definidas no Edital e nesta minuta do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DA CONTRATADA

a) Executar fielmente os serviços, compreendendo, inclusive, o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução do objeto, de acordo com as especificações técnicas constantes do Projeto Básico e Executivo desenvolvido pela Contratante, o qual será entregue no início das obras, e demais termos prescritos no edital de licitação e no presente CONTRATO.

b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

c) Providenciar o livro "DIÁRIO DE OBRAS", para as anotações da fiscalização da Contratante e do Responsável Técnico da Contratada, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção.

d) Promover diligências junto aos órgãos competentes e/ou Concessionárias de Serviços Públicos, para as respectivas aprovações de projetos, quando for o caso. Ressalta-se, ainda, que caberá à CONTRATADA, todo o ônus e/ou providências cabíveis para remanejamento de instalações junto à locação da obra.

e) Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte da obra contratada e Anotações de Responsabilidade Técnica apresentadas em processo licitatório a que este CONTRATO se vincula.

f) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.

g) Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Edital, como também de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita à multa estabelecida neste CONTRATO.

h) Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação por meio de crachá.

i) Propiciar o acesso da fiscalização da CONTRATANTE aos locais onde se realizarão os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

j) A atuação da comissão fiscalizadora da CONTRATANTE não exime a Contratada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade dos serviços.

l) Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Edital e no Projeto Básico/Executivo.

m) Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

n) Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais, às suas expensas, não aprovados pela fiscalização da Contratante, caso os mesmos não atendam às especificações técnicas constantes do Projeto Básico/Executivo.

- o) Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.
- p) Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e em conformidade com as normas de segurança vigentes.
- q) Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da Contratante, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.
- r) Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.
- s) Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, cabendo à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.
- t) Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela fiscalização da Contratante como inadequados para a execução dos serviços.
- u) Entregar o local objeto do contrato sem instalações provisórias e livres de entulhos ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. A Contratada deve comunicar, por escrito, à fiscalização da Contratante, a conclusão dos serviços, para que a mesma proceda à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.
- v) Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a danificá-los.
- w) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante.
- x) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- y) Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade e que obedecem às especificações técnicas, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da CONTRATANTE.

z) Prestar manutenção da reforma, durante a garantia, da seguinte forma:

z.1) Iniciar o atendimento em no máximo 3 (três) dias úteis, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela CONTRATANTE, considerando o horário de expediente da Escola Infantil.

z.2) Concluir os serviços de manutenção no prazo determinado pela CONTRATANTE.

z.3) Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita às multas estabelecidas neste CONTRATO.

a.a) A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

b.b) Que a qualquer momento e por necessidade da obra fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados, por solicitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, sem ônus de mobilização para esta, ainda que não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação e que se compromete a estar instalado e pronto para o início das obras no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir do ciente na Ordem de Serviço;

CLAUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, a Contratante, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à Contratada, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência, por escrito;

b) Multa;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será aplicada multa de 0,1 % (zero vírgula um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a PREFEITURA poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa licitante vencedora, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

PARÁGRAFO QUARTO - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de a licitante vencedora ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

11.2 - Amigável - por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Prefeitura.

11.3 - Administrativa - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 e 79 da Lei Nº. 8.666/93.

11.4 - Judicial - nos termos da legislação processual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS MOTIVOS PARA A RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais previstas na Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem motivos para a rescisão do contrato aqueles relacionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos de rescisão, a Contratada receberá o pagamento pelos materiais utilizados e devidamente medidos pela Contratante até a data da rescisão.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo a rescisão, a Contratante poderá promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

13.1 - A Contratada é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Contratada, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante ou a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - À Contratada caberá as despesas peculiares às empreitadas globais, notadamente serviços gerais, transporte horizontal e vertical, mão-de-obra e materiais, inclusive para instalações provisórias, e todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, bem como as relativas aos registros junto ao CREA ou CAU. Cabe ainda à Contratada, por todo o período de execução das obras, manter os seguros que por Lei se tornarem exigíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Por se tratar de empreitada por preço global, os preços contratados constituirão a única e completa remuneração pelos serviços contratados no período estabelecido, estando incluído nos mesmos os custos com os encargos relacionados no parágrafo anterior ou quaisquer outras despesas adicionais. A inadimplência da Contratada com referência aos mesmos não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Toda e qualquer ação trabalhista é de exclusiva responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA

14.1 - A Contratada deverá oferecer uma garantia de no mínimo 02 (dois) anos para a defeitos nas pinturas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 - A CONTRATANTE, para fins de eficácia do presente Contrato, providenciará sua publicação no Diário Oficial da União, Diário Oficial dos Municípios (DOM) na forma de extrato, nos termos do art. 61, Parágrafo Único, da lei n. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES

16.1 - Mediante Termo Aditivo aprovado pelo Prefeito Municipal, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Alínea "b" do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 - Este Contrato regula-se pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado. Aos casos omissos aplicam-se os dispostos na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ANÁLISE JURÍDICA

18.1 - A minuta do presente instrumento de CONTRATO foi devidamente examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica do Município, conforme Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de SÃO JOAQUIM/SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas:

BOM JARDIM DA SERRA de de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA - SC	Contratada
Serginho Rodrigues de Oliveira Prefeito Municipal	diretor

TESTEMUNHA:

1 _____ 2 _____

Bom Jesus

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇO N° 9/2020

Publicação N° 2609925

MUNICIPIO DE BOM JESUS - SC

Extrato de Edital

Edital de Tomada de Preços n° 9/2020

Processo Licitatório n° 51/2020

Município de Bom Jesus – SC, torna público, para que, querendo, apresentem propostas para o item desta licitação, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo Menor Preço Global, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por Preço Global, em conformidade com a Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, bem como nas condições deste Edital, com a entrega dos envelopes, contendo os documentos para habilitação e proposta, no Setor de Licitações, até o dia 04 de setembro de 2020 às 8h00min, e a abertura dos mesmos a realizar-se no dia 04 de setembro de 2020 às 8h15min, cujo objeto consiste na contratação de empresa de engenharia para a execução de pavimentação com pedras irregulares na Rua A, com área total de 795,000 m², localizada no centro do Município de Bom Jesus/SC. Maiores informações ou a cópia da íntegra do presente, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Bom Jesus, na Rua Pedro Bortoluzzi, 435, centro, Bom Jesus, em horário de expediente, pelo telefone (0xx49)3424-0181 ou no site www.bomjesus.sc.gov.br.

Bom Jesus/SC, 18 de agosto de 2020.

Rafael Calza

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5480/2020

Publicação Nº 2610061

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

**Decreto Municipal nº. 5480/2020 de
17 de agosto de 2020.**

Homologa e adjudica julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, do Processo Licitatório nº. 1379/2020, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS

DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nomeada pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de Janeiro de 2.019, sob o Processo de Licitação nº. 1379/2020, que tem por objeto Aquisição de peças originais de primeira linha para retifica de motor de retro escavadeira caterpillar 416 E serie CAT *0416ETMFG06883*.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto		Valor unitário (R\$)	Valor total R\$
1	Chapecó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Placa transmissão 2744553	18	11,65	209,70
2	Chapecó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Disco 6Y7957	18	18,41	331,38
3	Chapecó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Anel 1221878	1	13,30	13,30
4	Chapecó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Anel imp 9U8886	4	14,78	59,12
5	Chapecó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Anel 1221886	1	18,86	18,86
6	Chapecó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Pistão 3053431	3	1.425,90	4.277,70
7	Chapecó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Retentor transmissão dianteiro/traseiro 2162267	2	16,88	33,76
8	Chapecó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Bronzina biela (STD) 3532205	1	190,02	190,02
9	Chapecó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Bronzina mancal (STD) 2257772	1	117,60	117,60

10	Chapécó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Bucha Biela 2255438	4	48,36	193,44
11	Chapécó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Bomba óleo 2307578	1	1.239,00	1.239,00
12	Chapécó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Camisa do motor 61104050	4	118,21	472,84
13	Chapécó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Junta de jogo inferior 2722232	1	585,34	585,34
14	Chapécó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Junta de jogo superior 2775156	1	519,68	519,68
15	Chapécó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Pistão com anéis 2255437	4	377,79	1.511,16
16	Chapécó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Retentor dianteiro (virabrequim) 2880422	1	86,35	86,35
17	Chapécó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Bomba d'agua 2258016	1	710,02	710,02
18	Chapécó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Semi anéis (encosto do virabrequim) 329090	1	73,08	73,08
19	Chapécó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Virabrequim ponta lisa 3590724	1	3.302,70	3.302,70
20	Chapécó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Biela motor 3590724	1	1.140,00	1.140,00
21	Chapécó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Cola alta temperatura 2052	2	29,00	58,00
22	Chapécó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Filtro de óleo 7873	1	54,00	54,00
23	Chapécó Comercio de Peças e Máquinas LTDA EPP	Óleo motor 15W40 6624	9	14,00	126,00
Quinze mil trezentos e vinte e três reais e cinco centavos				15.323,05	

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 17/08/2020.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2020

Publicação Nº 2610024

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE 17 DE AGOSTO DE 2020 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-01, com sua sede na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Ronaldo Luiz Senger, residente e domiciliado na Av. Planalto nº 271, centro, neste Município de Bom Jesus do Oeste - SC, portador do RG, sob nº. 3.437.386-1 e do CPF nº. 027.150.949-06, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado;

A empresa COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CGCMF sob nº. 83.220.723/0039-04, com sede na Av. Planalto, 450, centro, Município de Bom Jesus Do Oeste/SC, neste ato representado pelo Srº. Fabricio Thomas, brasileiro, residente e domiciliado em Saudades, portador do CPF nº. 030.555.759-97 e RG nº. 3.640.457, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Tem de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 10.520/2002, 8.666/93 e suas alterações, que entre si, certos e ajustados resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem, de acordo com Processo Licitatório nº. 2560/2019 – Edital de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 043/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fica aditado o preço do objeto do contrato, referente a aquisição de combustíveis, conforme requerimento, comprovação e parecer jurídico, ficando os novos valores praticados a partir desta data, conforme segue:

Item 02 – Óleo Diesel S 10. Reajuste de 5,8 %, ficando o novo valor por litro em R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos).

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº. 02/2020 ora aditado.

E por assim acordos estarem, assinam o presente termo aos representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, aos 17 de agosto de 2.020.

RONALDO LUIZ SENGER
PREFEITO MUNICIPAL

FABRICIO THOMAS
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

JEFERSON PERSCH
CPF Nº 034.734.559-03

VALDENOR NASCIMENTO
CPF Nº 664.756.439-04

CESAR LUIS MAJOLO
ASSESSOR JURIDICO
OAB 32.022

Bom Retiro

PREFEITURA

AVISO CANCELAMENTO DE ITENS PE 03/2020

Publicação Nº 2609622

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM DE LICITAÇÃO

O setor de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Bom Retiro/SC, neste ato representada pela Pregoeira, Sra. Ana Paula Chini, nomeada pela portaria 1413/2019 de 16 de dezembro de 2019, vem apresentar o CANCELAMENTO dos itens do Pregão Eletrônico nº 15/2020:

1. Graxa de complexo de lítio ngl2, graxa lubrificante de sabão de complexo de lítio com aditivos de extrema pressão e dissulfeto de molibdênio que suporta temperaturas elevadas até 250° c. Balde de 20 litros.
2. Graxa de complexo de lítio ngl2, graxa lubrificante de sabão de complexo de lítio com aditivos de extrema pressão e dissulfeto de molibdênio que suporta temperaturas elevadas até 250° c. Tambor 170kg
3. Lubrificante 15w40, top turbo motor gasolina

O presente cancelamento justifica-se pelo fato de que a Empresa Lubcrl Comercio de Lubrificantes Ltda, não efetuou a entrega dentro do prazo estimado e não ofereceu resposta às notificações encaminhadas e ao Processo Administrativo 03/2020.

Bom Retiro, 19 de agosto de 2020.

Ana Paula Chini

Setor de compras e licitações

Pregoeira

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 3 2020

Publicação Nº 2610294

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BOM RETIRO

Resolução nº 03/2020

Dispõe sobre o processo suplementar de escolha dos membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar de Bom Retiro/SC e da outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bom Retiro/SC, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal nº 2401/2019 alterada pela Lei 2457/20, no seu Regimento Interno e

CONSIDERANDO, que o Conselho Tutelar de Bom Retiro/SC encontra-se exercendo suas funções com quantidade insuficiente de conselheiros titulares, não dispondo de conselheiros suplentes para assumirem como titular;

CONSIDERANDO, a necessidade do Conselho Tutelar dispor de 5 conselheiros suplentes eleitos;

CONSIDERANDO, a necessidade de eleger com brevidade conselheiro titular e conselheiros suplentes devido a urgência de uma composição plena do quadro de conselheiros tutelares;

CONSIDERANDO, o momento atual da pandemia mundial e o Decreto nº 63/2020 de 17/07/2020, que Dispõe sobre uso obrigatório de máscaras em todo território municipal, proibição de aglomeração em praças públicas, ruas e parques, com aplicação de sanção pelo descumprimento, em face da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º Proclamar de forma antecipada os candidatos aptos para a eleição do Edital 02/2020 CMDCA, por não ter recebido pedidos de impugnação dentro do prazo estabelecido, podendo desprezar o prazo de recurso para os candidatos do cronograma.

Art. 2º Ficam proclamados os seguintes candidatos aptos para eleição:

01 Cristiane Aparecida Custódio;

02 Fernanda Nataline Xavier;

03 João Valdir de Abreu;

04 José Luiz Barreto Neto;

05 Maria Celeste Peron;

06 Sandra Maria Rossini;

07 Thiago Vilela da Silva;

08 Verci de Fatima Varela Lamin.

Art. 3º Proibir o acesso ou permanência, no local de votação, dos candidatos e demais pessoas que não tenham direito a voto, que não façam parte da mesa receptora de votos ou que não tenham autorização do CMDCA para se fazerem presentes, durante a eleição no dia 24/08/2020 às 10 horas, para evitar-se aglomeração de pessoas como medida preventiva de transmissão da COVID-19;

Art. 4º Realizar reunião de orientação aos candidatos aptos para eleição, de forma online, conforme estabelecido na Ata nº 04 – 2020;

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro/SC, 18 de agosto de 2020.

Cristiane Cabral Ghizoni Gomes

Vice-presidente do CMDCA

Botuvera

PREFEITURA

PORTARIA Nº 123/2020

Publicação Nº 2609629

PORTARIA Nº 123/2020

“Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências.”

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei Complementar n. 47/2019:

Considerando:

- 1- A necessidade excepcional e de interesse público de um Técnico de Enfermagem, na área da saúde;
- 2- A demanda exigida decorrente da situação ocasionada pela pandemia do Novo Coronavírus (Covid 19).

Resolve:

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). TENARA REGINA BREIS VANOLLI, brasileiro(A), para o cargo temporário de TECNICO DE ENFERMAGEM, 30h, pelo regime Celetista.

Art. 2º - A duração do contrato temporário terá prazo máximo de 2 anos a contar da data de admissão.

Art. 3º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Botuverá.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 18 de Agosto de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 100/2020

Publicação Nº 2610712

DECRETO Nº. 0100/2020.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 101.943,72 (Cento e um mil, novecentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 – Encargos Especiais/Obrig. Trib (PASEP)/Contr/Após.Pensões

(160) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0253 – Aplicações Diretas R\$ 1.018,08

(161) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0252 – Aplicações Diretas R\$ 135,52

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

(159) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0253 – Aplicações Diretas R\$ 100.790,12

TOTAL R\$ 101.943,72

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2020 do recurso 1.0253 –COVID-19 Rec. Transf. da União sem destinação específica.

Art. 3º - Utilizar-se-á como fonte de recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2020 do recurso 1.0252 –COVID-19 Rec. Transf. da União destinados a ações da Saúde e Ass. Social.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 12 de Agosto de 2020.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

DECRETO Nº098/2020

Publicação Nº 2610709

DECRETO Nº. 098/2020.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.944,46 (Oito mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(46) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0252 – Aplicações Diretas R\$ 8.944,96

TOTAL R\$ 8.944,46

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2020 do recurso 1.0252 –COVID-19 Rec. Transf. da União destinados a ações da Saúde e Ass. Social

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 12 de Agosto de 2020.

NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

DECRETO Nº099/2020

Publicação Nº 2610710

DECRETO Nº. 099/2020.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.472,48 (Quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.100 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

(26) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0252 – Aplicações Diretas R\$ 4.472,48

TOTAL R\$ 4.472,48

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2020 do recurso 1.0252 –COVID-19 Rec. Transf. da União destinados a ações da Saúde e Ass. Social

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 12 de Agosto de 2020.

NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 35/2020

Publicação Nº 2610705

PROCESSO ADMINISTRATIVO 45/2020
EDITAL DE LIC. PREGÃO ELETRÔNICO 35/2020 SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min do dia 31/08/2020, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preço para aquisição de serviços de mini escavadeira hidráulica com peso até 4 toneladas para servir a Estação de Tratamento de Água e demais secretarias do Município de Braço do Trombudo/SC, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 18 de agosto de 2020.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8699-2020

Publicação Nº 2611025

DECRETO Nº 8699, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 22º da Lei nº 4.275 de 17/12/2019, a Lei nº 4.242 de 09/09/2019, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 10.150,00(dez mil cento e cinquenta reais), para atender as programações abaixo especificadas:

18.00 Controladoria-Geral do Município
18.001 Controladoria-Geral do Município
0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria-Geral do Município
3.3.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 7.223,00
4.4.90.00 Investimentos – Despesas de Capital
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.927,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

18.00 Controladoria-Geral do Município
18.001 Controladoria-Geral do Município
0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria-Geral do Município
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.150,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO Nº 077-2019 - SAMAE

Publicação Nº 2610903

EXTRATO TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 077/2019

ESPÉCIE: Prorrogação de contrato. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 057/2019; VIGÊNCIA: 18/10/2020. FISCAL CONTRATO: Fausto Murilo Diegoli. DATA DA ASSINATURA: 18/08/2020; CONTRATADA: Bio G Sistemas de Saneamento Ltda.; CNPJ: 79.841.904/0001-08. Diretor do SAMAE.

Brusque, 18 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado

Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 13.474 -2020

Publicação Nº 2611020

PORTARIA N. 13.474, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Altera o artigo 1º da Portaria n. 13.422, de 31 de julho de 2020.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 1º da Portaria n. 13.422, de 31 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Em razão da vacância do cargo ocupado pelo servidor Marcos Bueno da Fonseca Junior, de Coordenador, Padrão CC-V, fica nomeada Salete Luisa Olinger para exercer a função do respectivo cargo de provimento em comissão, lotada na Secretaria de Saúde”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de julho de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 13.475 -2020

Publicação Nº 2611022

PORTARIA N. 13.475, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera servidora, a pedido.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o inciso II do art. 43 da Lei Complementar n. 147/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Salete Luisa Olinger do cargo de provimento em comissão de Coordenadora, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 06 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 1847-2020

Publicação Nº 2610914

Portaria nº 1847/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as Férias do servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
72826	2	CARLOS ALBERTO BATISTI	Secretaria de Saúde	17/08/2020	26/08/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 17/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1848-2020

Publicação Nº 2610915

Portaria nº 1848/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as Férias do servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
698792	0	FLAVIO CESAR DE SOUZA	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	17/08/2020	15/09/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 17/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1849-2020

Publicação Nº 2610916

Portaria nº 1849/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio ao(a) servidor(a) THAMY FERNANDES SCHMITT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fono-audiólogo, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 17/08/2020 a 14/11/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 24/07/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 17/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1850-2020

Publicação Nº 2610918

Portaria nº 1850/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio ao(a) servidor(a) GLADSON MATOS CANUTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 17/08/2020 a 15/10/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 09/04/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 17/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1851-2020

Publicação Nº 2610919

Portaria nº 1851/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) BARTOLOMEU DA SILVA FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente

de Obras, lotado(a) na Secretaria de orçamento e Gestão, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 24/08/2020 a 22/09/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1852-2020

Publicação Nº 2610920

PORTARIA Nº 1852/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor BEZALEEL ANTONIO DOS SANTOS , matrícula nº 4159250-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 15/08/2020.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo é em decorrência da alta médica concedida com fulcro no art. 5º, da LC 313/2020 por meio da Instrução Normativa 001/2020, Art. 11º.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de agosto de 2020
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1853-2020

Publicação Nº 2610921

Portaria nº 1853/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4294807	1	SAMUEL FERNANDO MIRANDA DOS SANTOS	Secretaria de Orçamento e Gestão	20/08/2020	03/09/2020	15

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1855-2020

Publicação N° 2610923

Portaria n° 1855/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1° – Convalidar a Licença Prêmio do servidor ROQUE IRIVAN TORMENA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Veic. Pesados, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 22/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 10/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1856-2020

Publicação N° 2610924

Portaria n° 1856/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1° – Convalidar a Licença Prêmio da servidora SALETE DA APARECIDA DE QUADROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 23/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 10/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1857-2020

Publicação Nº 2610925

Portaria nº 1857/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio do servidor SIDNEI GUISELIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 29/06/2020 a 27/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 29/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1858-2020

Publicação Nº 2610927

Portaria nº 1858/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora SILVIA HELENA HOCHSPRUNG BERTOLDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 22/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/02/2003.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1859-2020

Publicação Nº 2610928

Portaria nº 1859/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora SOLANDIA FATIMA LEDRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 29/06/2020 a 28/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 29/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1860-2020

Publicação Nº 2610929

Portaria nº 1860/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio do servidor THIAGO ANDRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Veic. Pesados, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 23/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 12/02/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1861-2020

Publicação Nº 2610930

Portaria nº 1861/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora VALMIRA GRIPA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 15/06/2020 a 13/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 11/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 15/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1862-2020

Publicação Nº 2610931

Portaria nº 1862/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora VILMA DOS SANTOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 23/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 10/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1863-2020

Publicação Nº 2610933

Portaria nº 1863/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora ZENAIDE NOLDIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 23/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1864-2020

Publicação Nº 2610934

Portaria nº 1864/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora ZENI PEREIRA DA SILVA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 15/06/2020 a 13/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/02/2011.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 15/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1865-2020

Publicação Nº 2610935

Portaria nº 1865/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora LUCIENE RAMOS SANTOS DE JESUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 22/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 07/01/2013.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1866-2020

Publicação Nº 2610936

Portaria nº 1866/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora MARIA HELENA PEREIRA DE MORAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 24/06/2020 a 23/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 08/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1867-2020

Publicação Nº 2610937

Portaria nº 1867/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio da servidora ALAIDE GONÇALVES DA SILVA GALM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 24/07/2020 a 22/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/02/2011.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1868-2020

Publicação Nº 2610938

Portaria nº 1868/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio do servidor ALVARO QUINTINO PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Veic. Pesados, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 27/07/2020 a 25/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 10/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 27/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1869-2020

Publicação Nº 2610940

Portaria nº 1869/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio do servidor ALVINO CORREIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 11/08/2020 a 08/11/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 11/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1870-2020

Publicação Nº 2610942

Portaria nº 1870/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio do servidor CELSO HOEFELMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 01/07/2020 a 29/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 12/01/2013.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 01/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1871-2020

Publicação Nº 2610943

Portaria nº 1871/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio ao(a) servidor(a) CLARICE FARIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 20/07/2020 a 18/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 21/05/2008.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 20/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1872-2020

Publicação N° 2610944

PORTARIA N° 1872/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto n° 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora JUDITE PAULO CARDOSO, matrícula n° 4159250-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 14/08/2020.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo é em decorrência da alta médica concedida com fulcro no art. 5º, da LC 313/2020 por meio da Instrução Normativa 001/2020, Art. 11º.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de agosto de 2020
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA N° 1873-2020

Publicação N° 2610945

Portaria n° 1873/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio à servidora CLAUDIA PACHECO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 13/07/2020 a 11/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 07/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 13/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO N° 067-2020- PREGAO ELETRONICO 050- 2020

Publicação N° 2610909

EXTRATO TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 077/2019

ESPÉCIE: Prorrogação de contrato. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 057/2019; VIGÊNCIA: 18/10/2020. FISCAL CONTRATO: Fausto Murilo Diegoli. DATA DA ASSINATURA: 18/08/2020; CONTRATADA: Bio G Sistemas de Saneamento Ltda.; CNPJ: 79.841.904/0001-08. Diretor do SAMAE.

Brusque, 18 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMA E - Brusque

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 7- 2020-LEGISLATIVO

Publicação Nº 2610952

Resolução Administrativa Nº 7, de 17 de agosto de 2020.

Instaura e nomeia Membros para compor Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar infrações relacionadas à utilização indevida de verba da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, nos anos de 2017 e 2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Instaura Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do Requerimento nº 38/2020, para examinar fatos determinados que se incluem na competência municipal e apurar infrações político-administrativas do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, relacionadas à utilização indevida de verba da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, nos anos de 2017 e 2018.

Art. 2º Ficam nomeados os Vereadores Ana Helena Boos, Cleiton Luiz Bittelbrunn, Deivis da Silva, Gerson Luis Morelli e Sebastião Alexandre Isfer de Lima para compor a referida CPI.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias para a Comissão apresentar Relatório Circunstanciado, nos termos do art. 82 da Resolução nº 6/2004.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução Administrativa correrão à conta de dotações do Poder Legislativo.

Art. 5º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 17 de agosto de 2020.

Ver. Ivan Roberto Martins

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira

Diretor-Geral

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.867

Publicação Nº 2610790

DECRETO Nº 8.867, de 14 de agosto de 2020.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, Lei Estadual nº 17.492, de 22 de janeiro de 2018 e Lei Complementar Municipal nº 128, de 12 de maio de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de duas áreas de terrenos urbanos de propriedade de Basquera Menzel & Cia. Ltda - ME, devidamente matriculadas no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 11984 e 11986, com as seguintes medidas e confrontações firmadas em mapa e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – área com 344,31m² (trezentos e quarenta e quatro metros e trinta e um decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: iniciando a descrição deste perímetro no vértice 1, confrontando por muro; deste, segue confrontando com a rua Atílio Basquera, com os seguintes azimutes e distâncias: 34°16'29" e 16,00m até o vértice 2, confrontando por muro; deste, segue confrontando com matrícula nº 11983, com os seguintes azimutes e distâncias: 123°14'26" e 27,20m até o vértice 3, confrontando por muro; deste, segue confrontando com matrícula nº 11986, com os seguintes azimutes e distâncias: 248°22'45" e 19,10m até o vértice 4, confrontando por muro; deste, segue confrontando com matrícula nº 11985, com os seguintes azimutes e distâncias: 301°55'39" e 16,50m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM;

II – área com 375,20m² (trezentos e setenta e cinco metros e vinte decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: iniciando a descrição deste perímetro no vértice 1, confrontando por muro; deste, segue confrontando com matrícula nº 11984, com os seguintes azimutes e distâncias: 68°22'45" e 19,10m até o vértice 2, confrontando por muro; deste, segue confrontando com matrícula nº 8861, com os seguintes azimutes e distâncias: 190°47'31" e 28,50m até o vértice 3, confrontando por muro; deste, segue confrontando com a rua Amadeu Lizott, com os seguintes azimutes e distâncias: 280°52'52" e 15,95m até o vértice 4, confrontando por muro; deste, segue confrontando com matrícula nº 11985, com os seguintes azimutes e distâncias: 10°14'16" e 18,24m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 719,51m² (setecentos e dezenove metros e cinquenta e um decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: iniciando a descrição deste perímetro no vértice 1, confrontando por muro; deste, segue confrontando com a matrícula nº 11983, com os seguintes azimutes e distâncias: 123°14'26" e 27,20m até o vértice 2, confrontando por muro; deste, segue confrontando com a matrícula nº 8861, com os seguintes azimutes e distâncias: 190°47'31" e 28,50m até o vértice 3, confrontando por muro; deste, segue confrontando com a rua Amadeu Lizott, com os seguintes azimutes e distâncias: 280°52'52" e 15,95m até o vértice 4, confrontando por muro; deste, segue confrontando com a matrícula nº 11985, com os seguintes azimutes e distâncias: 10°14'16" e 18,24m até o vértice 5, confrontando por muro; deste, segue confrontando com a matrícula nº 11985, com os seguintes azimutes e distâncias: 301°55'39" e 16,50m até o vértice 6, confrontando por muro; deste, segue confrontando com a rua Atílio Basquera, com os seguintes azimutes e distâncias: 34°16'29" e 16,00m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O registro da unificação no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 128/08.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.870

Publicação Nº 2610314

DECRETO Nº 8.870, de 18 de agosto de 2020.

Designa servidor para exercer fiscalização de ata de registro de preços.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Dayana Holz para exercer a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 08/2020 do Fundo Municipal de Saúde, vinculada ao Processo Licitatório nº 18/2020 - Pregão Eletrônico nº 08/2020, que tem por objeto a contratação de laboratório para realização de exames para detecção de SARS-CoV-2, por RT-PCR eletroquimioluminescência, na população que se enquadra no protocolo da Vigilância Epidemiológica de Caçador/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 18 de agosto de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO Nº 8.871

Publicação Nº 2610315

DECRETO Nº 8.871, de 18 de agosto de 2020.

Designa servidor para exercer fiscalização de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Karla Vanessa Velasquez para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 53/2020, vinculado ao Processo Licitatório nº 103/2020 – Dispensa nº 19/2020, que tem por objeto a contratação do serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC para a execução de ações elencadas no plano de desenvolvimento do turismo integrado e sustentável - PDTIS no Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 18 de agosto de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO Nº 8.872

Publicação Nº 2610316

DECRETO Nº 8.872, de 18 de agosto de 2020.

Designa servidor para exercer fiscalização de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Amanda de Almeida Kirschner para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 55/2020, vinculado ao Processo Licitatório nº 44/2020 – Inexigibilidade nº 05/2020 – Credenciamento nº 02/2020, que tem por objeto o credenciamento de clínicas especializadas em castração cirúrgica definitiva de caninos e felinos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 18 de agosto de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

INFORMATIVO - ADITIVO DE CONTRATOS 39

Publicação Nº 2610975

INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURA Nº 39/2020

Informamos o envio por e-mail do aditivo de ADITIVO DE CONTRATO: 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 80-2019, da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

O (s) aditivo (s) da (s) ATA (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) do (s) CONTRATOS(S), as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) e CONTRATOS apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 18 de agosto de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**ADITIVO Nº: 19/2020 - CONTRATO Nº: 17/2018**

Publicação Nº 2610976

ESTADO DE SANTA CATARINACÂMARA MUNICIPAL DE CACADOR EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 19/2020 - Contrato Nº: 17/2018

Contratante...: CÂMARA MUNICIPAL DE CACADOR Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 18.858,08 (dezoito mil oitocentos e cinq-enta e oito reais e oito centavos)

Vigência : Início: 03/08/2020 Término: 01/04/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2018

Recursos : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 (5) Objeto : Processo licitatório para contratação de locação de softwares de sistemas de informática que atendam às necessidades do serviço público da Câmara Municipal, compreendendo, além da locação mensal, a instalação, manutenção e treinamento quando solicitado dos servidores, conforme condições constantes na Termo de Referência.

Caçador, 18 de Agosto de 2020

Itacir Joao Fiorese - Presidente

Caibi

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO N° 001/2020

Publicação N° 2610541

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAIBI –SC- CREDENCIAMENTO 001/2020

O Fundo Municipal Saúde de Caibi/SC torna público que se encontra aberto o Edital de Credenciamento nº 001/2020, Processo licitatório nº 061/2020, Inexigibilidade nº 005/2020, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS/HOSPITALARES PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE CARÁTER ELETIVO, PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CAIBI/SC. Os interessados devem entregar os documentos, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 na Sala de Licitações da Prefeitura de Caibi, onde será feito o recebimento da documentação relativa à habilitação das empresas candidatas ao Credenciamento. As inscrições para o credenciamento terão início no dia 27 de Agosto de 2020 e o credenciamento será válido por 12(doze) meses, podendo ser renovado a cada 12(doze) meses até o limite de 60(sessenta) meses, sendo que a data limite de 60(sessenta) meses será contado da publicação do extrato do edital. Maiores Informações poderão ser obtidas em horário de expediente no setor de Licitações desta Municipalidade sito a Rua dos Imigrantes nº 499. A integral do edital está disponível no endereço eletrônico www.caibi.sc.gov.br, fone (049) 3648 0211. **Caibi –SC 18 de Agosto de 2020. DIRLEI LEMES DE ALMEIDA. Secretário de Saúde.**

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 035/2020 - FMS

Publicação N° 2609983

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 035/2020 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 109/2020 – SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM CONSULTAS PEDIÁTRICAS DESTINADAS A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 06 (seis) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 18/08/2020
1ª Publicação.

CHAMAMENTO 004/2020 - FMS

Publicação N° 2610022

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 125/2020 - FMS
INEXIGENCIA LICITATORIA 010/2020 - FMS
CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 004/2020 - FMS

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS OU PESSOA FÍSICA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PARA A REDE PÚBLICA DE SAÚDE NO PERÍODO DE DOZE MESES CONSTANTES NOS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993 e as respectivas alterações.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:00 horas do dia 19 (dezenove) de Agosto de 2020 até as 18:00 horas do dia 09 (nove) de Setembro de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, N°. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

DL 60/2020 - FMS

Publicação N° 2609997

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA N°. 60/2020 – FMS
Data: 18/08/2020

Objeto: CONSIDERANDO A DECLARAÇÃO DE PANDEMIA MUNDIAL DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID 19; CONSIDERANDO O AVANÇO DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID 19 NO BRASIL E ESTADO DE SANTA CATARINA; CONSIDERANDO O INÍCIO DAS AÇÕES DE CONTENÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ (DECRETO 3645/2020) E DECRETO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DECRETO 515 DE 17 DE MARÇO DE 2020 , DECRETO 525 DE 23 DE MARÇO DE 2020 E 535) DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE NOS TERMOS DO COBRADE N°1.5.1.1.0 DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIAS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID -19 E DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS O MUNICÍPIO REALIZA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO CONTROLE DA PANDEMIA DO COVID19.

Valor total: R\$ 3.900 (três mil e novecentos reais).

Secretaria: SECRETARIA DE SAÚDE

Contratado: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 18 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 41/2020 - PMC

Publicação Nº 2610698

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2020 - PMC – LICITAÇÃO DIFERENCIADA - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA O LOTE 02

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS MECÂNICOS DE VEÍCULOS PESADOS A DIESEL, POR DEMANDA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS (ORIGINAIS E GENUÍNOS), BEM COMO SERVIÇO DE GUINCHO EM REGIME DE PLANTÃO 24 (VINTE QUATRO) HORAS, 7 (SETE) DIAS DA SEMANA, NAS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS, PARA A FROTA MUNICIPAL, AO LONGO DE 12 (DOZE) MESES PARA O USO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 03 (Três) de Setembro de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 42/2020 - FMS

Publicação Nº 2610072

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2020 – FMS - LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS ITENS 01, 03 E 04 COM COTA PRINCIPAL NO ITEM 02

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE OPME'S COM TORRE DE VÍDEO EM COMODATO DESTINADOS AO HOSPITAL CIRÚRGICO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 01 (Um) de Setembro de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

CAMBORIÚ PREV**PORTARIA N 029/2020 - PENSÃO POR MORTE - CECÍLIA LUNGEN**

Publicação Nº 2610164

ATO CONCESSÓRIO DE PENSÃO

PORTARIA Nº 029/2020

Elcio Rogério Kuhn, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta do Processo nº 027/2020, resolve Conceder Pensão Por Morte na forma a seguir discriminada:

Dados do Instituidor: Nome do servidor: Rainoldo Leopoldino Lungen, matrícula nº 11.741-03, ocupava o cargo de vigia na Secretaria da Educação e Cultura, inscrito no CPF sob nº 350.892.029-15, falecido em 30/06/2020, encontrando-se em atividade na referida data.

Parcelas (s) da pensão, vigente a partir de 30/06/2020:

BENEFICIÁRIO	PARENTESCO	NATUREZA DA PENSÃO	COTA PARTE	VALOR DA PENSÃO
CECÍLIA LUNGEN	ESPOSA	VITALÍCIA	100%	R\$ 1.314,58



TOTAL:				R\$ 1.314,58
--------	--	--	--	--------------

Concedo a Pensão Por Morte, neste ato discriminado, com fundamento no art. 40, § 7º, II e § 8º da CF de 1988, com a redação dada pela EC nº 41/2003, bem como, no art. 2º, II da Lei nº 10.887/2004; no art. 8º, I, art. 40, II e art. 41, I, todos da Lei Complementar Municipal nº 007/2006.

Camboriú (SC), 13 de agosto de 2020.

Publicado no Mural Público Municipal
na data supra

Luana Rodrigues Luciano
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnen Luana Rodrigues Luciano
Prefeito Municipal Presidente

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL N° 05/2020 FMAS

Publicação N° 2609490

ADITIVO CONTRATUAL N° 05/2020 FMAS

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S/A.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato n° 05/2017 até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato n° 05/2017, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 19 de junho de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

Marcia Regina Schadeck Friedrich

CONTRATANTE

TELEFÔNICA BRASIL S/A.

RONES ALVES MACHADO PORTELA

CONTRATADA

TELEFÔNICA BRASIL S/A.

FÁBIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN

CONTRATADA

ADITIVO CONTRATUAL N° 07/2020 - IPRECAL

Publicação N° 2609501

ADITIVO CONTRATUAL N°. 07/2020

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL E DE OUTRO LADO A EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S/A.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL, e de outro lado a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato n° 08/2017 até 31 dezembro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato n° 08/2017, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 19 de junho de 2020.

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE

Jefferson Jean Duvoisin
CONTRATANTE

TELEFÔNICA BRASIL S/A.
RONES ALVES MACHADO PORTELA
CONTRATADA

TELEFÔNICA BRASIL S/A.
FÁBIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN
CONTRATADA

ADITIVO CONTRATUAL Nº 47/2020 - FMS

Publicação Nº 2610082

ADITIVO CONTRATUAL Nº 47/2020 FMS

Considerando a situação de Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Campo Alegre, conforme Art. 2º, Inciso III do Decreto 12.741 de 23 de março de 2020, prorroga-se o Contrato 24/2015.

OITAVO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO TELEFÔNICA BRASIL S/A.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Considerando a situação de situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Campo Alegre, conforme Art. 2º, Inciso III do Decreto 12.741 de 23 de março de 2020, com fulcro no §4º, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações fica prorrogado o prazo do Contrato nº 24/2015 até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 24/2015, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 19 de junho de 2020.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE TELEFÔNICA BRASIL S/A.
RONES ALVES MACHADO PORTELA
CONTRATADA

TELEFÔNICA BRASIL S/A.
FÁBIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN
CONTRATADA

DECRETO Nº 13.015 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610729

DECRETO Nº 13.015 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 14.691,50 (quatorze mil, seiscentos e noventa e um reais e cinquenta centavos), nas Dotações do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0061.2.511-	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS		
300000.00.0922 -	Despesas Correntes		

330000.00.0922 -	Pessoal e Encargos Sociais		
339000.00.0922 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0922 -	Material de Consumo	R\$ 13.604,00	
08.244.0102.6.017 -	Manutenção dos Serviços Prestados a Idosos e Deficientes com Direitos Violados		
300000.00.0156 -	Despesas Correntes		
330000.00.0156 -	Pessoal e Encargos Sociais		
339000.00.0156 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0156 -	Material de Consumo	R\$ 1.087,50	
	Total	R\$ 14.691,50	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 18 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 13.016 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610880

DECRETO Nº 13.016 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DAS DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso II do art. 11 Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), a fim de suplementar os seguintes Elementos Despesa das Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, do Município de Campo Alegre/SC.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção de Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.0497 -	Despesas Correntes	
330000.00.0497 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0497 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0497 -	Material de Consumo	R\$ 1.400,00
08.244.0102.2.032 -	Fornecimento de Benefícios Sociais	
300000.00.0102 -	Despesas Correntes	
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0102 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
	Total	R\$ 4.400,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, do Município de Campo Alegre/SC.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
---------	---------------------------------------	--

92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção de Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.0497 -	Despesas Correntes	
330000.00.0497 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0497 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0497 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.400,00
08.244.0102.2.032 -	Fornecimento de Benefícios Sociais	
300000.00.0102 -	Despesas Correntes	
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas	
339032.00.0102 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 3.000,00
	Total	R\$ 4.400,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 13.017 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610902

DECRETO Nº 13.017 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o inciso III do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
08.244.0076.2.811 -	Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família	
400000.00.0440 -	Despesas de Capital	
440000.00.0440 -	Investimentos	
449000.00.0440 -	Aplicações Diretas	
449052.00.0440 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício anterior do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 18 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito**EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2020**

Publicação Nº 2610610

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2020

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e serviço de mão de obra especializada para colocação de alambrado em torno da pista de caminhada, situada na Rua Alcides Medeiros Correia nº 100, Distrito de Bateias de Baixo Município de Campo Alegre/SC, conforme projeto e planilha orçamentária.

Dotação orçamentária: As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2020, na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	05.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	05.02	Serviço de Ensino Fundamental
Função	12	Educação
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	0010	Ensino Fundamental
Projeto	1.004	Construção Reforma e Adequação de Unid. Escolares
Elemento de Despesa	4.4.90.51	Obras e Instalações (Dot 77)

Vigência: 17/08/2020 a 15/12/2020.

Do valor total: R\$ 50.741,12 (cinquenta mil setecentos e quarenta e um reais e doze centavos).

Contratado: LN CONSTRUÇÕES LTDA.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração**EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2020**

Publicação Nº 2610605

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para fornecimento de material e serviço de mão de obra para construção de Deck de madeira na Cascata Paraíso, Centro do Município de Campo Alegre/SC, incluso iluminação e mobiliário conforme projeto e planilha de quantitativo.

Dotação orçamentária: As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2020, na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
Unidade	11.02	Coordenadoria de Turismo
Função	15	Urbanismo
Subfunção	451	Infraestrutura Urbana
Programa	0083	Manut. De Vias Públicas e Conservação de Logradouros
Projeto	1.050	Destino: Campo Alegre
Elemento de Despesa	4.4.90.51	Obras e Instalações (Dot 431)

Vigência: 18/08/2020 a 16/11/2020.

Do valor total: R\$ 42.131,69 (quarenta e dois mil cento e trinta e um reais e sessenta e nove centavos).

Contratado: PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/2020 - FMS

Publicação Nº 2610341

CONTRATO Nº 51/2020 FMS

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA MARLUCE DA COSTA MELLO CLÍNICA MÉDICA - EIRELI.

Pelo presente instrumento particular de contrato que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 01.941.360/0001-50, com sede à Irmã Amália Gueller, 22, em Campo Alegre - SC, neste ato representado pela Gestora, Sra. Carolina da Costa Telma, CPF nº 061.299.189, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, de outro lado a empresa MARLUCE DA COSTA MELLO CLÍNICA MÉDICA - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 25.540.649/0001-26, com sede no Município de São Bento do Sul - SC, a Rua Henrique Schwarz, nº. 61, Centro, neste ato representada pela Sra. Marluce da Costa Mello, CPF 136.008.772-91, de agora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviço de Saúde para o Sistema de Saúde do Município de Campo Alegre-SC, nos termos que seguem abaixo (em decorrência do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 04/2019/Credenciamento):

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

I - O presente contrato tem por objeto a execução de serviços especializados nos seguintes procedimentos: CONSULTA EM GINECOLOGIA.
II - Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA serão oferecidos aos usuários do Sistema de Saúde do Município de Campo Alegre-SC, dentro dos limites quantitativos fixados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS)/Fundo Municipal de Saúde (FMS) e deliberados pelo Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

I - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional e serão ofertados aos usuários com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades de demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.
II - Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados no seguinte endereço: Rua Henrique Schwarz, nº. 61, Centro, cidade de São Bento do Sul - SC.
III - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos desse contrato.
IV - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto em razão da execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

I - O presente contrato inicia-se na data de sua assinatura e expira em 31 de dezembro de 2020 (exercício financeiro), podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses (respeitando o exercício financeiro vigente), até o limite de 60 (sessenta) meses.
II - Cabe a contratada manter todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Credenciamento nº 04/2019.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico;
II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação.
III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços.
IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização e qualquer ato previsto no contrato.
V - Ficar responsável por todos os gastos relativos aos insumos, que forem necessários para a perfeita execução do presente contrato, exceto no caso de tomografia e ressonância nuclear magnética que será fornecido os contrastes.
VI - Notificar a SMS/Fundo de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
VII - Cumprir com todas as obrigações de naturezas fiscais a parafiscais, que incidam ou venham incidir direta ou indiretamente sobre os produtos contratados.
VIII - Manter atualizadas (dentro do prazo de validade) todos os documentos de habilitação as Certidão Negativa emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social e Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e aos órgãos da SMS/Fundo e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso.

II – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da SMS/Fundo não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

III – a responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO

I - A SMS/Fundo pagará mensalmente a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de procedimentos mensais realizados, desde que autorizados e aprovados pela SMS/Fundo, nos termos do contrato e de acordo com os valores constantes na Tabela (em vigor), conforme transcreve-se:

EXAME	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Consulta em Ginecologia	200	R\$ 90,00	R\$ 18.000,00
VALOR TOTAL			R\$ 18.000,00

II - Fica estabelecido, de forma criteriosa, que os serviços objeto deste contrato serão remunerados segundo os valores acima informados, vedado qualquer taxa ou complemento, sendo que o valor abaixo estimado não caracteriza nenhum tipo de previsão de crédito, conforme descrito no item acima.

III – Estima-se em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para a execução deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão no presente exercício (2020) à conta de dotação consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.04	
Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica		
Função	10	Saúde
Subfunção	303	Suporte Profilático e Terapêutico
Programa	56	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia
Projeto	2.117	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia
Elemento de Despesa	3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Dot.36)

Autorização de Fornecimento nº 298/2020.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - A fiscalização do contrato fica a conta da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, através do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

Fica a CONTRATADA sujeita a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição pactuada neste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas, em especial as contidas no artigo 86 e 87 da Lei nº. 8.666/1993 Lei das Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações, e demais disposições aplicáveis à espécie, assegurado o direito ao contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

I – Constituem motivos para rescisão unilateral do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na cláusula décima.

II – A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da SMS/Fundo em caso de rescisão administrativo prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

III – Em caso de rescisão contratual, se a interrupções das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias para ocorrer à rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - A contratualização de um prestador de serviço poderá ser, a qualquer tempo, alterada, suspensa ou cancelada, se o contrato deixar de satisfazer os interesses da Administração Pública Municipal ou as normas do Sistema Único de Saúde.

II - O presente contrato está vinculado aos termos do Edital nº 04/2019 - SMS/Fundo.

III - Aplica-se ao presente Contrato, nas partes omissas, a legislação pertinente em vigor.

IV - As partes elegem o Foro Comarca de São Bento do Sul - SC para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma para que surtam seus efeitos, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre, 28 de julho de 2020.

CAROLINA DA COSTA TELMA Gestora do Fundo Municipal de Saúde CONTRATANTE	MARLUCE DA COSTA MELLO Marluce Da Costa Mello Clínica Médica - Eireli CONTRATADA
---	--

Testemunhas:

Maria Cristina M. Munhoz CPF: 004.572.629-90	Daniela Saldanha CPF: 067.764.489-22
---	---

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2020 - FMS

Publicação Nº 2610344

CONTRATO Nº 52/2020 FMS

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA CLÍNICA NEUROLÓGICA E NEUROCIRÚRGICA DE JOINVILLE SC.

Pelo presente instrumento particular de contrato que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 01.941.360/0001-50, com sede à Irmã Amália Gueller, 22, em Campo Alegre - SC, neste ato representado pela Gestora, Sra. Carolina da Costa Telma, CPF nº 061.299.189-09, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, de outro lado a empresa CLÍNICA NEUROLÓGICA E NEUROCIRÚRGICA DE JOINVILLE SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 83.948.018/0001-47, com sede a Rua Dr. Plácido O. de Oliveira, 1244, Centro, na cidade de Joinville-SC, de agora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviço de Saúde para o Sistema de Saúde do Município de Campo Alegre-SC, nos termos que seguem abaixo (em decorrência do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 11/2019/ Credenciamento nº 04/2019):

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

I - O presente contrato tem por objeto a execução de serviços especializados nos seguintes procedimentos: CONSULTA EM NEUROLOGIA.
II - Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA serão oferecidos aos usuários do Sistema de Saúde do Município de Campo Alegre-SC, dentro dos limites quantitativos fixados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS)/Fundo Municipal de Saúde (FMS) e deliberados pelo Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

I – Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional e serão ofertados aos usuários com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades de demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.
II – Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados no seguinte endereço: Rua Dr. Plácido O. de Oliveira, 1244, Centro, na cidade de Joinville-SC.
III - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos desse contrato.
IV - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto em razão da execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

I - O presente contrato inicia-se na data de sua assinatura e expira em 31 de dezembro de 2020 podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses (respeitando o exercício financeiro vigente), até o limite de 60 (sessenta) meses.
II- Cabe a contratada manter todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Credenciamento nº 04/2019.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico;
II – Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação.
III – Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços.
IV – Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização e qualquer ato previsto no contrato.
V – Ficará responsável por todos os gastos relativos aos insumos, que forem necessários para a perfeita execução do presente contrato, exceto no caso de tomografia e ressonância nuclear magnética que será fornecido os contrastes.
VI – Notificar a SMS/Fundo de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
VII – Cumprir com todas as obrigações de naturezas fiscais a parafiscais, que incidam ou venham incidir direta ou indiretamente sobre os produtos contratados.
VIII – Manter atualizadas (dentro do prazo de validade) todos os documentos de habilitação as Certidão Negativa emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social e Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

I – A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e aos órgãos da SMS/Fundo e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso.

II – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da SMS/Fundo não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

III – a responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO

I - A SMS/Fundo pagará mensalmente a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de procedimentos mensais realizados, desde que autorizados e aprovados pela SMS/Fundo, nos termos do contrato e de acordo com os valores constantes na Tabela (em vigor), conforme transcreve-se:

EXAME/CONSULTA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Consulta em neurologia	200	R\$ 90,00	R\$ 18.000,00
VALOR TOTAL			R\$ 18.000,00

II - Fica estabelecido, de forma criteriosa, que os serviços objeto deste contrato serão remunerados segundo os valores acima informados, vedado qualquer taxa ou complemento, sendo que o valor abaixo estimado não caracteriza nenhum tipo de previsão de crédito, conforme descrito no item acima.

III – Estima-se em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para o exercício com a execução deste contrato.

IV - A tabela de preços terá validade de 01 (um) ano, contados da publicação deste Edital, podendo ser prorrogada, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo Primeiro. No preço contratado estão incluídas todas as despesas para a execução do objeto.

Parágrafo Segundo. Os pagamentos dos exames autorizados e realizados, do 1º dia do mês até o último dia do mês, serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a apresentação da respectiva nota fiscal, desde que conferida e aceita.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão no presente exercício (2020) à conta de dotação consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade		
91.04		
Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica		
Função	10	Saúde
Subfunção	303	Suporte Profilático e Terapêutico
Programa	56	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia
Projeto	2.117	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia
Elemento de Despesa	3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Dot.42)

Autorização de Fornecimento nº 299/2020 .

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - A fiscalização do contrato fica a conta da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, através do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação.

Parágrafo Primeiro – O funcionário designado da Secretária Municipal de Saúde deverá controlar e autorizar as guias, através de carimbo de autorização na guia.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

Fica a CONTRATADA sujeita a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição pactuada neste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas, em especial as contidas no artigo 86 e 87 da Lei nº. 8.666/1993 Lei das Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações, e demais disposições aplicáveis à espécie, assegurado o direito ao contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

I – Constituem motivos para rescisão unilateral do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na cláusula décima.

II – A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da SMS/Fundo em caso de rescisão administrativo prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

III – Em caso de rescisão contratual, se a interrupções das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias para ocorrer à rescisão.

IV – Se neste prazo a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - A contratualização de um prestador de serviço poderá ser, a qualquer tempo, alterada, suspensa ou cancelada, se o contrato deixar de satisfazer os interesses da Administração Pública Municipal ou as normas do Sistema Único de Saúde.

II - O presente contrato está vinculado aos termos do Edital nº 04/2019 - SMS/Fundo.

III - Aplica-se ao presente Contrato, nas partes omissas, a legislação pertinente em vigor.

IV - As partes elegem o Foro Comarca de São Bento do Sul - SC para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma para que surtam seus efeitos, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre, 28 de julho de 2020 .

CAROLINA DA COSTA TELMA Gestora do Fundo Municipal de Saúde CONTRATANTE	CLÍNICA NEUROLÓGICA E NEUROCIRÚRGICA DE JOINVILLE SC CONTRATADA
---	--

Testemunhas:

Maria Cristina M. Munhoz CPF: 004.572.629-90	Daniela Saldanha CPF: 067.764.489-22
---	---

LEI COMPLEMENTAR Nº 151 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610297

LEI COMPLEMENTAR Nº 151 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/ 2002, ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO TOCANTE AO SOBREAVISO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 82 da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82 A jornada de trabalho em sobreaviso, no período noturno dos dias de semana e, em período integral, nos finais de semana e feriados, aplicar-se-á aos cargos efetivos indicados em regulamento”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.218 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609733

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.218 DE 18 DE AGOSTO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, TEREZINHA SIMÕES DE FARIAS FUCKNER, matrícula funcional nº 358, registro no sistema sob nº 334720, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Férias referente ao período aquisitivo: 07 de julho de 2019 a 06 de julho de 2020. Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 07 de julho de 2019 a 06 de julho de 2020.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal, gozará as férias no período de 03 de agosto de 2020 á 14 de agosto de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente assinada, protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 28 de julho de 2020 sob nº 003225.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de agosto de 2020.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 18.186 de 30 de julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.219 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609773

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.219 DE 18 DE AGOSTO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, TEREZINHA SIMÕES DE FARIAS FUCKNER, matrícula funcional nº 358, registro no sistema sob nº 334720, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Férias referente ao período aquisitivo: 07 de julho de 2019 a 06 de julho de 2020.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal, gozará as férias no período de 19 de agosto de 2020 á 28 de agosto de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente assinada, protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 17 de agosto de 2020 sob nº 003762.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 30/2020

Publicação Nº 2609548

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 607/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Odilson Vicente de Lima, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 08 de setembro de 2020, o Presidente da comissão de licitação, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 607/2020, do tipo pregão presencial nº 30/2020, menor preço por item, para a AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS, Conforme especificado neste Edital. Fundamentado na Lei 8.666/93, suas alterações, LC 123/2016, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30h às 11:30h e as 13h:15min a 17h:15 min. no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 11 de agosto de 2020. Odenir Maffissoni, Presidente da CPL// ODILSON VICENTE DE LIMA – Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL 31/2020

Publicação Nº 2609552

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 610/2020/FMS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020/FMS
EXTRATO DE EDITAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado pela sua Gestora, Sra. ELIZANDA DA SILVA, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 15 de setembro de 2020, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 610/2020/FMS na modalidade de Pregão Presencial Nº 31/2020/FMS, tipo Menor Preço – Unitário para a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA SECRETARIA DA SAÚDE conforme especificações deste edital e seus anexos, conforme especificado neste Edital. Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15, e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 12 de agosto de 2020. Odenir Maffissoni – Pregoeiro Oficial // ELIZANDA DA SILVA gestora do FMS.

PREGÃO PRESENCIAL 32/2020

Publicação Nº 2609559

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 617/2020/FMS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2020/FMS
EXTRATO DE EDITAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado pela sua Gestora, Sra. ELIZANDA DA SILVA, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 22 de setembro de 2020, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 617/2020/FMS na modalidade de Pregão Presencial Nº 32/2020/FMS, tipo Menor Preço – Por Lote para a aquisição de EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA EM SAÚDE AO AR LIVRE, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme especificações deste edital e seus anexos, conforme especificado neste Edital. Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15, e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 14 de agosto de 2020. Odenir Maffissoni – Pregoeiro Oficial // ELIZANDA DA SILVA gestora do FMS.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE 46/2020

Publicação Nº 2610184

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 89/2020

PREGÃO Nº 46/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO

O Município de Campos Novos - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, comunica aos interessados que fará realizar a licitação, na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item, no dia 01 de setembro de 2020 às 14h00min, através da plataforma www.licitacoes-e.com.br, tendo como objeto o AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS PARA REFEIÇÕES PARA UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS – SC

O Edital que está amparado na Lei nº 10.520/2002 aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, encontra-se à disposição dos interessados no site www.licitacoes-e.com.br, no endereço eletrônico do Município de Campos Novos www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 18 de agosto de 2020.

RETIFICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO PP 12/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2610215

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 22/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020 - SAÚDE

Retifica-se publicação ocorrida no DOM/SC, página 631, edição nº 3051, publicação nº 2347462, no dia 10 de fevereiro de 2020.

ONDE SE LÊ:

[...]

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE PACIENTES, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE LUZERNA, ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS.

[...]

LEIA-SE:

[...]

REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE PACIENTES, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE LUZERNA, ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS.

[...]

Campos Novos, 18 de agosto de 2020.

EXTRATO CONTRATO 07/2020 FUNREBOM

Publicação Nº 2609943

Folha: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS**

CNPJ: 20.202.916/0001-31

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2020.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: B&P - CONSTRUTORA EIRELI
CNPJ: 07.052.006/0001-51
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 1/2019
Número do Processo: 1/2019
Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 02/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Mediante solicitação do 3º Pelotão de Bombeiros Militar e Parecer Técnico em anexo, o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros resolve aditar o valor do contrato original 03/2019, em R\$ 66.526,97 (sessenta e seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e noventa e sete centavos), ficando o valor do contrato reprogramado em R\$ 964.546,31 (novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos), cujo objeto é a Execução de obra de construção de quar

Data da Assinatura: 01/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 01/07/2020
Vigência: 01/07/2020 a 13/11/2020
Programa de Trabalho: 36.01 06.182.0016 1.029.4.4.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora / Número: FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 66.526,97
Forma de Pagamento: conforme andamento da obra

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 07/2020 - AGROPECUÁRIO

Publicação Nº 2609956

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS
 CNPJ: 82.939.232/0001-74
 RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 1/1

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Julho/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	BLOCO FOLHA A4 140 G CAIXA COM 20 UNIDADES	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA	23.518.341/0001-59	5,00	CX	9,50	47,50
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	PLACA PVC 2 MM MEDIDA 0,450 X 0,350	J2 COMUNICAÇÃO VISIAUL LTDA	07.018.483/0001-09	80,00	UNI	26,00	2.080,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	ADESIVO IMPR. DIGITAL MEDIDAS: 1,75 X 0,180	J2 COMUNICAÇÃO VISIAUL LTDA	07.018.483/0001-09	1,00	UNI	85,00	85,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	LONAS IMPRESSAS INSTALADAS MEDIDAS: 16,000 X 1,000	J2 COMUNICAÇÃO VISIAUL LTDA	07.018.483/0001-09	1,00	UNI	1.916,00	1.916,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	PLACA PVC 2MM MEDIDAS: 0,300 X 0,420	J2 COMUNICAÇÃO VISIAUL LTDA	07.018.483/0001-09	1,00	UNI	45,00	45,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	ADESIVOS COM VERNIZ UV MEDIDAAS 0,300X0,200	J2 COMUNICAÇÃO VISIAUL LTDA	07.018.483/0001-09	300,00	UNI	4,00	1.200,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	PLACA ESTRUTURA METALICA COM ILHOS- MEDIDAS 3,0X3	J2 COMUNICAÇÃO VISIAUL LTDA	07.018.483/0001-09	1,00	UNI	1.960,00	1.960,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	ADESIVO PARA PORTA DO CAMINHAO. MEDIDAS: 0,600 X 0,400	J2 COMUNICAÇÃO VISIAUL LTDA	07.018.483/0001-09	2,00	UNI	40,00	80,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	PLACA PVC 2 MM MEDIDA 0,29 X 0,42	J2 COMUNICAÇÃO VISIAUL LTDA	07.018.483/0001-09	1,00	UNI	20,60	20,60
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	ADESIVO PARA QUEBRA-SOL MEDIDAS: 1,800X0,250	J2 COMUNICAÇÃO VISIAUL LTDA	07.018.483/0001-09	1,00	UNI	120,00	120,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	PLACA PVC 2MM MEDIDA 1,200X0,200	J2 COMUNICAÇÃO VISIAUL LTDA	07.018.483/0001-09	80,00	UNI	40,00	3.200,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	LICENCIAMENTO VEICULOS	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	5,00	UNI	123,53	617,65
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	LICENCIAMENTO VEICULOS	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UNI	123,53	123,53
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	DPVAT ANUAL	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UNI	5,76	5,76
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	DPVAT ANUAL DE VEICULOS	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UNI	5,21	5,21
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	DPVAT ANUAL	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	4,00	UNI	5,76	23,04
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	REGISTRO DE VEICULO	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UNI	151,44	151,44
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	REGISTRO DE VEICULO	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UNI	151,44	151,44
						Total Geral -->	11.832,17

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 07/2020 - CULTURAL

Publicação Nº 2609958

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 74.097.114/0001-38
 PC. LAURO MULLER, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 1/2

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Julho/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	TELEFONE SEM FIO COM IDENTIFICADOR	R.S. VAREJO EIRELI	31.322.368/0001-08	1,00	UN	141,00	141,00
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA A INSTALAÇÃO DE 8 CAMERAS DE MONITORAMENTO E AFINIS PARA SER INSTALADAS NO PRÉDIO DA FUNDAÇÃO CULTURAL E NO PRÉDIO DO MUSEU MUNICIPAL.	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA 18217337896	33.193.324/0001-42	1,00	UN	1.800,00	1.800,00
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	DVR 8 CANAIS 2 MP GIGA FULL-HD	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA 18217337896	33.193.324/0001-42	1,00	UN	990,00	990,00
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	CONECTORES BNC MOLA BORNE	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA 18217337896	33.193.324/0001-42	24,00	UN	8,00	192,00
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	CAMERAS 2 MP GIGA C/INFR FULL-HD	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA 18217337896	33.193.324/0001-42	8,00	UN	269,00	2.152,00
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	FIÇÃO CABO COAXIAL 100% COBRE 250M	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA 18217337896	33.193.324/0001-42	1,00	UNI	400,00	400,00
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	HD 1 TB SEAGATE	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA 18217337896	33.193.324/0001-42	1,00	UN	480,00	480,00
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	FONTE CHAVEADA 12V 20 AMP.	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA 18217337896	33.193.324/0001-42	1,00	UN	180,00	180,00
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	RÉGUA (5 TOMADAS)	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA 18217337896	33.193.324/0001-42	1,00	UN	52,00	52,00
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	CANAL ETAS 5X20X2 PVC	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA 18217337896	33.193.324/0001-42	15,00	UN	19,90	298,50
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	CAIXAS PVC 5X8 ISOLADORA	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA 18217337896	33.193.324/0001-42	16,00	UN	8,00	128,00
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	BASE PARA RODO EM ESPUMA COM FIBRA COM NO MÍNIMO 27 CM DE LARGURA E CEPA FABRICADA EM PLÁSTICO OU MADEIRA.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	10,00	UNI	14,50	145,00
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 30L, FABRICADO EM POLIETILENO, COM...	I A LAZZAROTTO - ATACADISTA	27.950.607/0001-99	10,00	PCT	10,25	102,50
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	ESPONJA DUPLA FACE, PACOTE COM 3 UNIDADES.	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	15,00	PCT	2,12	31,80
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	AGENTE ANTIBACTÉRIAS, ESPUMA E POLIURETANO E FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO. 110MM/75MMX20MM						

ESTADO DE SANTA CATARINA							Folha: 2/2
FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS							
CNPJ: 74.097.114/0001-38							
PC: LAURO MULLER, 323							
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC							
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE	VASSOURA DE PALHA, FABRICADA COM PALHA GUINÉ, FIBRAS LONGAS E RESISTENTES, ...	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	4,00	UN	20.69	82,76
Total Geral -->							7.175,56

Folha: 2/2

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 07/2020 - FUNREBOM

Publicação Nº 2609959

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 20.202.916/0001-31
 RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 1/2

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Julho/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	CONSTRUÇÃO DE QUARTEL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	B&P - CONSTRUTORA EIRELI	07.052.006/0001-51	0,078	UN	847.579,04	66.526,97
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	LULA ALTA TENSÃO PARA COBERTURA PAR	JV COMERCIO DE MAT. ELETRICOS E DECOR. LTDA	01.276.119/0001-54	1,00	UN	690,00	690,00
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	ESTABILIZADOR DE ENERGIA	JV COMERCIO DE MAT. ELETRICOS E DECOR. LTDA	01.276.119/0001-54	1,00	UN	2.200,00	2.200,00
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	LULA DE VAQUETA P7 RGS	JV COMERCIO DE MAT. ELETRICOS E DECOR. LTDA	01.276.119/0001-54	2,00	UN	12,00	24,00
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	LULA DE CORRER	JV COMERCIO DE MAT. ELETRICOS E DECOR. LTDA	01.276.119/0001-54	1,00	UN	299,00	299,00
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	CONECTOR MINI UHF MACHO PARA RG58	BOAVENTURA COMERCIO DE ANTENAS LTDA	06.178.736/0001-30	1,00	UN	2,00	2,00
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	CONECTOR N MACHO PARA RG213	BOAVENTURA COMERCIO DE ANTENAS LTDA	06.178.736/0001-30	1,00	UN	10,00	10,00
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	CONECTOR N MACHO RG58	BOAVENTURA COMERCIO DE ANTENAS LTDA	06.178.736/0001-30	1,00	UN	9,00	9,00
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	BATERIA ESTACIONARIA DF4001 240AH	BOAVENTURA COMERCIO DE ANTENAS LTDA	06.178.736/0001-30	1,00	UN	1.555,00	1.555,00
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	CABO COAXIAL RG213	BOAVENTURA COMERCIO DE ANTENAS LTDA	06.178.736/0001-30	30,00	UN	8,00	240,00
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	CONECTOR N FEMEA PARA RG 213	BOAVENTURA COMERCIO DE ANTENAS LTDA	06.178.736/0001-30	1,00	UN	10,00	10,00
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	CABO COAXIAL RG58	BOAVENTURA COMERCIO DE ANTENAS LTDA	06.178.736/0001-30	2,00	UN	2,00	4,00
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	LICENCIAMENTO DE VEICULOS	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	2,00	UN	123,53	247,06
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	SEGURO OBRIGATORIO DE VEICULOS	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UN	5,21	5,21
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	SEGURO DE AUTOMOVEL	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	2,00	UN	5,76	11,52
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	MÃO DE OBRA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO ANEL	BOAVENTURA COMERCIO DE ANTENAS LTDA	06.178.736/0001-30	1,00	UN	2.170,00	2.170,00
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	FILTRO ACD	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	8,00	8,00
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	OLEO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	46,00	46,00
FUNREBOM - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS		DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	3,00	UN	34,00	102,00

ESTADO DE SANTA CATARINA								Folha: 2/2	
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS									
CNPJ: 20.202.916/0001-31									
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323									
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC									
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total		
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	FILTRO AR	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	55,00	55,00		
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	FILTRO DE OLEO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	PÇ	41,00	41,00		
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	FILTRO DE COMBUSTIVEL	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	49,00	49,00		
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	MÃO DE OBRA	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	171,00	171,00		
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	FICHA PAUTADA 3X5 COM 100 UND	WILKSON DOS SANTOS WEBER 03809375900	14.722.172/0001-83	50,00	UN	20,00	1.000,00		
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	MANGUEIRA 2/5 30 METROS	S.O.S SUL RESGATE - COMERCIO E SERVICOS DE SEGURAN	03.928.511/0001-66	1,00	UN	1.865,18	1.865,18		
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	MANGUEIRA 1/5 20 METROS	S.O.S SUL RESGATE - COMERCIO E SERVICOS DE SEGURAN	03.928.511/0001-66	3,00	UN	841,30	2.523,90		
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	MANGUEIRA 2/5 20 METROS	S.O.S SUL RESGATE - COMERCIO E SERVICOS DE SEGURAN	03.928.511/0001-66	2,00	UN	1.081,16	2.162,32		
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS	MANGUEIRA 1/5 30 METROS	S.O.S SUL RESGATE - COMERCIO E SERVICOS DE SEGURAN	03.928.511/0001-66	2,00	UN	1.295,95	2.591,90		
						Total Geral -->	84.619,06		

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 07/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2609954

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 82.939.232/0001-74
 RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 1/12

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Julho/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NÃO ARMADA PARA EVENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL	SOFECS SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME	06.955.642/0001-20	36,00	HRS	35,00	1.260,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Locação, montagem e desmontagem de coberturas tipo pirâmides nas medidas de 5x5m, estruturadas em ferro, cobertura em lona vinílica branca, nova e ou lavadas reforçada e em bom estado de conservação e equipada com calhas e tesouras de ferro.	ZILIO EVENTOS LTDA	14.265.304/0001-95	12,00	D	610,00	7.320,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	TAXA AMBIENTAL	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA	13.366.366/0001-20	1,00	UN	3.435,81	3.435,81
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	PAGAMENTO DE CURSO: CURSO EAD - MROSC NA PRÁTICA, LEI 13.019/2014 PROCEDIMENTOS E FLUXOS PARA EXECUÇÃO DAS PARCERIAS ENTRE AS OSC'S E O MUNICÍPIO.	IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA	28.474.582/0001-67	1,00	UN	290,00	290,00
GABINETE DO PREFEITO	MULTA DE RECIBO (DUTI) VENCIDO	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UN	195,23	195,23
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	DISJUNTOR MONOFÁSICO 50 A	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORAÇÕES LT	01.276.119/0001-54	2,00	UNI	5,90	11,80
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	RELE SOBRECARGA COMPATIVEL A CONTACTORA 32A	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORAÇÕES LT	01.276.119/0001-54	3,00	UN	26,90	80,70
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CONTACTORA 32A	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORAÇÕES LT	01.276.119/0001-54	3,00	UN	69,90	209,70
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCERTO DE SEMÁFÓROS	SSAT - SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA	05.111.060/0001-03	1,00	SERV	2.100,00	2.100,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	LOCAÇÃO DE SOFTWARE CONTROLE AUDIÊNCIA PÚBLICA E CONTROLE INTERNO.	FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA	07.753.029/0001-93	6,00	UN	500,00	3.000,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	PAPEL A4 75GM², BRANCO, DIMENSÕES DE 210 MM DE LARGURA E 297 MM DE ALTURA, EMBALADA EM PACOTE COM 500 FOLHAS, CAIXA COM 10 RESMAS.	DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	83.413.591/0003-18	15,00	CX	131,70	1.975,50
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO	CENTRAL DE PUBLICACOES LTDA	02.343.306/0001-76	1,00	UN	247,00	247,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	FRANQUIA DE PARA-BRISA	SO VIDROS LTDA	04.698.784/0002-05	1,00	UN	500,00	500,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	POSTE TELEFÔNICO CURVO DUPLO - MODELO 89 - GRAFITE, 5 M	CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATÁ	12.075.748/0001-32	54,00	UN	495,00	26.730,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 82.939.232/0001-74

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 2/12

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	POSTE ASA DE BORBOLETA - MODELO 09 - BRAÇOS DUPLS. GALVANIZADO, 8M	CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATÁ	12.075.748/0001-32	32,00	UN	1.550,00	49.600,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	POSTE ASA DE BORBOLETA - MODELO 07 - BRAÇO SIMPLES, GALVANIZADO, 8M	CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATÁ	12.075.748/0001-32	1,00	UN	1.190,00	1.190,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	SALADA, peso mínimo de 300g.	AURORA DA SILVA RIBEIRO 99925354900	36.923.956/0001-10	300,00	UN	1.6419	492,57
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	SUCO NATURAL, acondicionados em frascos de 500ml	AURORA DA SILVA RIBEIRO 99925354900	36.923.956/0001-10	300,00	L	1.2315	369,45
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	MARMITA - 01Kg (um quilograma)	AURORA DA SILVA RIBEIRO 99925354900	36.923.956/0001-10	300,00	UN	9.8516	2.955,48
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Lanche tipo Xis com pão tipo hambúrguer, apressuntado fatiado, queijo mussarela fatiado, milho em conserva, ervilha em conserva, tomate, alface, hambúrguer bovino e bacon.	PANIFICADORA THAIS LTDA	07.577.555/0001-40	100,00	UN	12,90	1.290,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	MARMITA - 01Kg (um quilograma)	SAMIR RECALCATTI 03561443990	20.820.545/0001-51	100,00	UN	12,00	1.200,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	SALADA, peso mínimo de 300g.	SAMIR RECALCATTI 03561443990	20.820.545/0001-51	100,00	UN	2,33	233,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	SUCO NATURAL, acondicionados em frascos de 500ml	SAMIR RECALCATTI 03561443990	20.820.545/0001-51	100,00	L	2,33	233,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	LICENCIAMENTO ANUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UN	123,53	123,53
GABINETE DO PREFEITO	LICENCIAMENTO ANUAL VEICULO	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UN	123,53	123,53
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	PAGAMENTO DE SEGURO DPVAT	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UN	5,76	5,76
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	FIO P/INSTALAÇÃO 2.50MM PRETO	AUTO ELETRICA CAVERIN LTDA	29.143.887/0001-59	2,00	UN	3,00	6,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	FAROL AUXILIAR H3	AUTO ELETRICA CAVERIN LTDA	29.143.887/0001-59	4,00	UN	49,00	196,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	ESPAGUETE CORRUGADO DIVERSOS	AUTO ELETRICA CAVERIN LTDA	29.143.887/0001-59	2,00	M	3,00	6,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	BUZINA INDIVIDUAL SOM AGUDO 24V	AUTO ELETRICA CAVERIN LTDA	29.143.887/0001-59	1,00	UN	70,00	70,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	LANTERNA LATERAL UNIV AMARELO	AUTO ELETRICA CAVERIN LTDA	29.143.887/0001-59	4,00	UN	12,00	48,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	LAMPADA H3 24V 70W	AUTO ELETRICA CAVERIN LTDA	29.143.887/0001-59	2,00	UN	34,00	68,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	LAMPADA 67 24V 5W 1 POLO PEQUENA.	AUTO ELETRICA CAVERIN LTDA	29.143.887/0001-59	4,00	UN	3,00	12,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	LUVA CAPA PARA TERMINAL ENCAIXE FEMEA C/TRAÇA	AUTO ELETRICA CAVERIN LTDA	29.143.887/0001-59	10,00	UN	0,72	7,20
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	ABRACADEIRA CINTA PLASTICA MEDIA	AUTO ELETRICA CAVERIN LTDA	29.143.887/0001-59	10,00	UN	0,80	8,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	SERVICO DE MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO DA PARTE ELETRICA	AUTO ELETRICA CAVERIN LTDA	29.143.887/0001-59	2,00	HRS	60,00	120,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	TERMINAL ENCAIXE S/TRAÇA FIO FEMEA	AUTO ELETRICA CAVERIN LTDA	29.143.887/0001-59	10,00	UN	0,75	7,50
GABINETE DO PREFEITO	PAGAMENTO DE SEGURO DPVAT	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UN	5,76	5,76

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

CNPJ: 82.939.232/0001-74

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 3/12

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	MASCARA AB PFF-2, DESCARTÁVEL, SEMIFACIAL FILTRANTE PARA VAPORES E GASES ÁCIDOS, COM NOSECLIP E VALVULA DE EXATÃO EMBUTIDOS.	SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI	05.129.835/0001-60	50,00	UN	12,50	625,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	LUA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO SEM PO. AMBIDESTRA, COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE, CAIXA COM 100 UNIDADES, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS PP, P, M, E G. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO.	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	1,00	CX	42,00	42,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	LUA DE PROCEDIMENTO NITRILICA, SEM TALCO, AMBIDESTRA, NÃO ESTÉRIL, CAIXA COM 100 UNIDADES, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M E G. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	2,00	CX	45,00	90,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	LUA DE PROCEDIMENTO EM VINIL, DESCARTÁVEL, ISENTA DE PO, ATÓXICA, APIROGENICA, AMBIDESTRA, APROVADA PELO MINISTERIO DO TRABALHO. CAIXA COM 100 UNIDADES, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M E G. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1,00	CX	45,00	45,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	LUA PLÁSTICA DESCARTÁVEL 5 DEDOS EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL TAMANHO UNICO C/ 100 UNIDADES	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	1,00	PCT	7,98	7,98
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	VASSOURA MULTUSO, PARA PISOS INTERNOS E EXTERNOS, COM CERDAS DE NYLON E CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO MEDINDO APROX.: 120 CM.	VOA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E	29.303.183/0001-04	5,00	UNI	8,54	42,70
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	SACO DE LIXO, 50 LITROS, PACOTE COM 10 UNIDADES	I A LAZZAROTTO - ATACADISTA	27.950.607/0001-99	20,00	PCT	17,40	348,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	SACO DE LIXO (PRETO), 30 LITROS NO MÍNIMO 6 MICRAS, ROLO C/ 50 UNIDADES	I A LAZZAROTTO - ATACADISTA	27.950.607/0001-99	20,00	RL	10,25	205,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	LUA DE SEGURANÇA PARA LIMPEZA, FABRICADA EM BORRACHA, COM PALMA E DEDOS ANTIDERRAPANTES, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS COMO DETERGENTES, ÁLCOOL E ÁCIDOS, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 7, 8, 9 E ENTRE OUTROS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	6,00	UN	7,78	46,68
GABINETE DO PREFEITO	PAPEL HIGIÊNICO 100M X 30M, FOLHA DUPLA, PICOTADO, FABRICADO COM CELULOSE 100% VIRGEM, NÃO RECICLADO, SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA, GRAMATURA MÍNIMA DE 20G/M2, PACOTE COM 64 ROLOS	RACA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA	09.449.195/0001-26	10,00	PCT	56,20	562,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 82.939.232/0001-74

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 4/12

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	ESPONJA DUPLA FACE EM FORMATO RETANGULAR PARA LAVAGEM DE LOUÇAS, COM UMA FACE VERDE E FIBRA SINTÉTICA E OUTRA AMARELA EM POLIURETANO. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 11 X 8 X 2CM. PACOTE COM NO MÍNIMO 3 UNIDADES.	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	20,00	PCT	2,12	42,40
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	DESINFETANTE LÍQUIDO, AÇÃO GERMICIDA E BACTERICIDA, COMPOSIÇÃO BÁSICA CLORETO DE BENZALCONÍO, TENSIOATIVOS, CORANTES, FRAGRÂNCIAS, VEÍCULO E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. FRASCO COM 500ML OU 1L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATALOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO.	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	50,00	FCO	2,44	122,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	ÁGUA SANITÁRIA, SOLUÇÃO AQUOSA COMPOSTA DE CLORO ATIVO NA CONCENTRAÇÃO DE 2,0% A 2,5% NA FORMA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA, PRODUTO SEM AROMATIZANTE. FRASCO OPACO COM 2L. CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE DE 6 MESES APÓS ABERT.	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	50,00	FCO	5,31	265,50
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	ESTABILIZADOR 220/110 VOLTS	SCOLARO BRASIL INFORMATICA LTDA - ME	07.553.16/00001-07	1,00	UN	80,00	80,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	FITA PARA IMPRESSORA EPSON FX 2190	L.A. CN INFORMATICA LTDA EPP	11.924.851/0001-47	5,00	UNI	20,00	100,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	PAGAMENTO DE SEGURO DPVAT	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UN	5,21	5,21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 82.939.232/0001-74
 RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 5/12

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Capota de fibra, com fabricação em fiberglass (fibra de vidro) tendo espessura média de 5 a 6 mm; Pintura na cor original do veículo, seguindo padrão automotivo; Acabamento interno com pintura preto fosco; Vedação com borrachas esponjosas para evitar a entrada de água e poeira evitando ao mesmo tempo contato da lataria com a fibra de vidro; Área superior da capota: teto com reforço ondulado em fibra de vidro para capacidade de até 30 Kg; Área lateral da capota: fechada em fibra, com três vidros de cada lado; Área traseira da capota: Tampa traseira basculante (com vidro fixo temperado); dois amortecedores a gás (fabricado exclusivamente para capota); duas dobradiças para auxiliar o funcionamento da tampa traseira; A capota deverá possuir terceira luz de freio e luz de interna; Sistema duplo de fechadura, ou seja, ao fechar a tampa da capota, trava-se ao mesmo tempo a tampa da caçamba; Garantia de 6 (seis) meses.	BONATO REBOQUES E ACESSÓRIOS LTDA	00.236.706/0001-57	1,00	UN	4.280,00	4.280,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	MULTA DE RECIBO (DUTY) VENCIDO	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	85.280.147/0001-35	1,00	UN	197,18	197,18
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	PARAFUSADEIRA GSR 1000 SMART CARTON BOX - MARCA BOSCH	PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCA	21.563.856/0001-45	1,00	UN	406,90	406,90
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	FURADEIRA DE IMPACTO GSB 13 RE CAIXA - MARCA BOSCH	PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCA	21.563.856/0001-45	1,00	UN	412,00	412,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	MOTOSERRA MS 170 SABRE 30CM MARCA STIHL	DRESCH E CIA LTDA	86.547.94/000006-25	1,00	UN	790,00	790,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	MISTURADOR ELETRICO DE ARGAMASSA -MAV1600 MARCA VONDER	TORK COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	11.293.712/0002-43	1,00	UN	950,00	950,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	MANGOTE AZUL KM-100 4"-604807	DRESCH E CIA LTDA	86.547.94/000006-25	6,00	M	65,5216	393,13
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	TUBO DE CONCRETO 60 CM DE DIAMETRO	DELCOIR BOESING - ME	07.515.006/0001-40	60,00	UN	69,68	4.180,80
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	TUBO DE CONCRETO 60 CM DE DIAMETRO	DELCOIR BOESING - ME	07.515.006/0001-40	60,00	UN	69,68	4.180,80
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	TUBO DE CONCRETO 40 CM DE DIAMETRO	CIEMCOM PRE MOLDADOS LTDA - ME	81.364.713/0001-36	34,00	UN	44,67	1.518,78
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	TUBO DE CONCRETO 60 CM DE DIAMETRO	DELCOIR BOESING - ME	07.515.006/0001-40	60,00	UN	69,68	4.180,80
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	TUBO DE CONCRETO 60 CM DE DIAMETRO	DELCOIR BOESING - ME	07.515.006/0001-40	103,00	UN	69,68	7.177,04
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	TUBO DE CONCRETO 40 CM DE DIAMETRO	CIEMCOM PRE MOLDADOS LTDA - ME	81.364.713/0001-36	50,00	UN	44,67	2.233,50
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	TUBO DE CONCRETO 40 CM DE DIAMETRO	CIEMCOM PRE MOLDADOS LTDA - ME	81.364.713/0001-36	50,00	UN	44,67	2.233,50
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PRANCHA DE EUCALIPTO ROSA (E-GRANDIS) SERRADO BRUTO. MEDIDAS: 4,20 M COMPRIMENTO, 6 CM DE ESPESURA, 30 CM DE LARGURA	INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS COLORADO LTDA	02.254.896/0001-60	15,00	M3	720,00	10.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS								Folha: 6/12
CNPJ: 82.939.232/0001-74 RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC								
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	MÁSCARA CIRURGICA TRIPLA COM ELASTICO, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIENCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. CAIXA COM 50 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE, APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA	DIONE AGNALDO RIBEIRO	37.095.309/0001-12	100,00	CX	22.32	2.232,00	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	AVENTAL PARA PROCEDIMENTO PARA USO CLINICO E AMBULATORIAL, DESCARTAVEL, MANGA LONGA, PUNHO COM ELASTICO, GRAMATURA ESPECIAL, TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, ATÓXICO, HIPOALERGENICO E NÃO ESTERIL gramatura 40	DIONE AGNALDO RIBEIRO	37.095.309/0001-12	100,00	UN	5,91	591,00	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	AVENTAL PARA PROCEDIMENTO PARA USO CLINICO E AMBULATORIAL, DESCARTAVEL, MANGA LONGA, PUNHO COM ELASTICO, GRAMATURA ESPECIAL, TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, ATÓXICO, HIPOALERGENICO E NÃO ESTERIL gramatura 50	BMI PROSPER EIRELI	14.012.375/0001-86	300,00	UN	7,67	2.301,00	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	LUVA DE PROCEDIMENTO DESCARTAVEL, CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÓMICO, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIOABSORVIVEL, ATÓXICO, NÃO ESTERIL, RESISTENTE A TRAÇÃO, DESCARTAVEL, USO UNICO, LEVEMENTE ENTALCADA, SELO DE CONFORMIDADE, EMBALADA EM CAIXAS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. CAIXA COM 100 UNIDADES, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS PP, P, M E G.	MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	25.463.374/0001-74	30,00	CX	42.84	1.285,20	

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

NPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 7/12

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	MASCARA CIRURGICA TRIPLA COM ELASTICO. CONFECCIONADA EM NAO TECIDO. COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIENCIA DE FILTRACAO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. CAIXA COM 50 UNIDADES. COM DADOS DE IDENTIFICACAO, VALIDADE E NUMERO DO LOTE. APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA	PETBONE COMERCIO E INDUSTRIA DE ARTIGOS PARA ANIMA	35.687.209/0001-05	50,00	CX	32,85	1.642,50
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 100ML. FABRICADO EM POLITILENO, COM ESPESURA MINIMA DE 10 MICRAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 75 X 108CM. PACOTE COM 100 UNIDADES.	I A LAZZAROTTO - ATACADISTA	27.950.607/0001-99	5,00	PCT	42,50	212,50
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	VASSOURA COM CERDAS FIRMES E MAGAS, FABRICADAS EM NYLON E CABO FABRICADO EM MADEIRA PLASTIFICADA COM COMPRIMENTO MINIMO DE 120CM. BASE RETANGULAR COM LARGURA MINIMA DE 22CM E ALTURA MINIMA DE 18CM.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	5,00	UN	10,65	53,25
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	VASSOURA COM CERDAS FIRMES, TIPO GARI, FABRICADAS EM NYLON E CABO FABRICADO EM MADEIRA COM COMPRIMENTO MINIMO DE 120CM. BASE RETANGULAR COM LARGURA MINIMA DE 50CM E ALTURA MINIMA DE 10CM	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	10,00	UN	19,20	192,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	PANO DE PRATO	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	10,00	UNI	3,55	35,50
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	PANO DE CHÃO	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	10,00	UNI	3,99	39,90
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	LUVA DE SEGURANCA PARA LIMPEZA, FABRICADA EM BORRACHA, COM PALMA E DEDOS ANTIDERRAPANTES, RESISTENTE A PRODUTOS QUIMICOS COMO DETERGENTES, ALCOOL E ÁCIDOS. DISPONIVEL NOS TAMANHOS 7, 8, 9 E ENTRE OUTROS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	30,00	UN	7,78	233,40
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	LUVA DE LATEX MULTILITO, FABRICADA EM LATEX NATURAL, NA COR AMARELA, FORMATO ANATOMICO, TEXTURIZADA NA PALMA E NOS DEDOS PARA EVITAR DESLIZAMENTOS. DISPONIVEL NOS TAMANHOS P, M E G. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	30,00	PAR	4,70	141,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	BACIA PLASTICA REDONDA COM CAPACIDADE DE 20 L, FABRICADA EM PLASTICO RESISTENTE COM ALÇA	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	2,00	UN	14,19	28,38

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 8/12

CNPJ: 82.939.232/0001-74
 RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	SPRAY DESODORIZADOR DE AMBIENTES EM AEROSOL, FRASCO COM 360ML. DEVERÁ SER FORNECIDO CATALOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO.	VOA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E	29.303.183/0001-04	10,00	FCO	10,64	106,40
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	ALCOOL 92,8° EMBALAGEM DE 01 LITRO	MEDPOA COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA	10.807.173/0001-70	36,00	UNI	5,70	205,20
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	DETERGENTE LIQUIDO: NEUTRO. EMBALAGEM 500 ML. EM POLIETILENO VIRGEM COM TAMPA PUSH POOL. DEVERÁ CONSTAR A DATA DA FABRICAÇÃO E DA VALIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ SER BIODEGRADÁVEL, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE.	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	60,00	UN	1,56	93,60
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	VASSOURA DE PALHA, FABRICADA COM PALHA GUINÉ, FIBRAS LONGAS E RESISTENTES. ISENTA DE ACABAMENTOS EM METAL. COM NO MÍNIMO 4 AMARRAÇÕES, CABO FABRICADO EM MADEIRA SEM REVESTIMENTO COM NO MÍNIMO 120CM DE COMPRIMENTO, LISO E SEM FARFAS.	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	10,00	UN	20,69	206,90
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	SAPONACEO MULTUSO CREMOSO COM DETERGENTE, COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVO ANIÔNICO, AGENTE DE BRANQUEAMENTO, FRAGRÂNCIA, VEÍCULO E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. DEVE APRESENTAR ÓTIMA VISCOSIDADE (NO MÍNIMO 800 CP) E NÃO POSSUIR GRUMOS. FRASCO COM NO MÍNIMO 250ML CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATALOGO DE FRAGRÂNCIAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A FRAGRÂNCIA QUE DEVERÁ SER FORNECIDA.	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	10,00	FCO	4,56	45,60
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	ÁGUA SANITÁRIA 1 LITRO, COM CLORO ATIVO, ELIMINA BACTERIAS, ALVEJA, DESINFETA E LIMPA.	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	50,00	UN	5,31	265,50
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	ADUBO 08-20-20 50 KG	BRASIL INSUMOS EIRELI	09.333.789/0001-77	10,00	UN	93,00	930,00
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	UREIA - SACA 50KG	BRASIL INSUMOS EIRELI	09.333.789/0001-77	6,00	SC	92,00	552,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	LICENCIAMENTO ANUAL VEICULO	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	3,00	UN	123,53	370,59
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	3,00	UNI	8,08	24,24
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	LUMINARIA PUBLICA E-27 marca Olivo	TEC CN COMERCIO E SERVICOS ELETRICOS EIRELI - ME	01.838.286/0001-41	15,00	UN	24,70	370,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 82.939.232/0001-74
 RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 9/12

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	REATOR A VAPOR DE SODIO AFPE 250W marca Demape	TEC CN COMERCIO E SERVICOS ELETRICOS EIRELI - ME	01.838.286/0001-41	40,00	UN	79,96	3.198,40
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	ARO 5,50X16 6FUROS PARA RODADO DUPLA MARCA TRITON	CELEIRO COMERCIO E REPRESENTACAO DE MAQUINAS E IMP	29.209.192/0001-22	4,00	UN	280,00	1.120,00
GABINETE DO PREFEITO	IMPLANTACAO E TREINAMENTO PARA UTILIZACAO DOS SISTEMAS	FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA	07.753.029/0001-93	1,00	UN	3.000,00	3.000,00
GABINETE DO PREFEITO	MÃO DE OBRA DE CONserto	IMPREGCOMP MANU.COM.MAQ.S.E EQUIP. P/ESCRITORIO LTDA	83.004.002/0001-86	1,00	HS	140,00	140,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	MULTA DE TRANSITO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS	82.939.232/0001-74	1,00	UN	132,05	132,05
GABINETE DO PREFEITO	PELIQUILA G5	J2 COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	07.018.483/0001-09	1,00	UN	524,00	524,00
GABINETE DO PREFEITO	ADESIVO JATEADO	J2 COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	07.018.483/0001-09	1,00	UN	260,00	260,00
GABINETE DO PREFEITO	ADESIVO PERFURADO	J2 COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	07.018.483/0001-09	1,00	UN	640,00	640,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CAMARA DE AR 1000X20	PAULO VICTOR SCHWAB EIRELI	27.606.745/0001-55	12,00	UNI	76,98	923,76
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PARA PNEU 1000R20 TIPO RADIAL, DESENHO TRACAO, PARA UTILIZACAO EM SERVICIO MISTO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 146, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 20MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO.	MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	36.097.231/0001-02	6,00	UN	1.634,00	9.804,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PNEU 1000R20 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZACAO EM SERVICIO MISTO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: INDICE DE CARGA 146, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 18MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO.	MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	36.097.231/0001-02	6,00	UN	1.597,00	9.582,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL	LICENÇA ANUAL AUTOCAD	VIRTUAL AUTOMACAO LTDA	00.250.388/0001-89	5,00	UN	1.723,68	8.618,40
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	SPRAY DESODORIZADOR DE AMBIENTES EM AEROSSOL - FRASCO COM 360ML. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO.	VOA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E	29.303.183/0001-04	20,00	FCO	10,64	212,80
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	CANALETE 50X20X2000 BRANCA - C/ DUPLA FACE	JOAO ALDINO DE CAMPOS	20.438.435/0001-20	1,00	UN	38,90	38,90
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	SERVIÇO	JOAO ALDINO DE CAMPOS	20.438.435/0001-20	1,00	UN	160,00	160,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	CONEXÃO DE CANALETA FINA	JOAO ALDINO DE CAMPOS	20.438.435/0001-20	2,00	UN	1,60	3,20
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	CONECTOR GRAMPO P/ HASTE PADRÃO 5/8	JOAO ALDINO DE CAMPOS	20.438.435/0001-20	1,00	UN	5,50	5,50
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	HASTE TERRA 2,4 METROS 5/8 14,89mm ALTA CAMADA	JOAO ALDINO DE CAMPOS	20.438.435/0001-20	1,00	UN	64,90	64,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 10/12

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	CORFIO CABO FLEXIVEL 750V 2,5mm	JOAO ALDINO DE CAMPOS	20.438.435/0001-20	23,00	M	1,65	37,95
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	PLACA RETANGULAR 2X4 CEGA PEZZI	JOAO ALDINO DE CAMPOS	20.438.435/0001-20	1,00	UN	3,50	3,50
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	TOMADA EMBUTIR 2p+1 20º c/ placa pezz	JOAO ALDINO DE CAMPOS	20.438.435/0001-20	1,00	UN	10,90	10,90
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	CANALETE 20X10 BRANCA C/ FITA DUPLA FASE S/ DIVISORIA	JOAO ALDINO DE CAMPOS	20.438.435/0001-20	5,00	UN	9,90	49,50
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	MINI DIJUNTOR MDW-B16-1WEG	JOAO ALDINO DE CAMPOS	20.438.435/0001-20	2,00	UN	12,90	25,80
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	CAIXA AR BOX-115X115 + TOMADA C/ PLACA 20º PEZZI AR CONDICIONADO	JOAO ALDINO DE CAMPOS	20.438.435/0001-20	2,00	UN	26,90	53,80
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	MASSA CORRIDA 1LT	JOAO ALDINO DE CAMPOS	20.438.435/0001-20	1,00	UN	18,00	18,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	Plugue macho 2P+T 4,8MM 20º PRETO P/ CABO PEZZI.	JOAO ALDINO DE CAMPOS	20.438.435/0001-20	1,00	UN	8,50	8,50
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	BANHO CACHORRO K9 PORTE GRANDE.	LETICIA WAZNY SILVEIRA ALVARES	16.854.941/0001-22	15,00	UN	56,00	840,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERV. DE SEMAFÓROS	SSAT - SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA	05.111.060/0001-03	1,00	SERV	2.100,00	2.100,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	MÃO DE OBRA	AUTO ELETRICA CAVERIN LTDA	29.143.887/0001-59	1,00	UN	120,00	120,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	LOCAÇÃO DE TERRENO PARA TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CONSTRUÇÃO.	ALEXANDRE ALVADI DI DOMENICO	974.357.409-34	6,00	MES	8.000,00	48.000,00
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO	CENTRAL DE PUBLICACOES LTDA	02.343.306/0001-76	1,00	UN	249,00	249,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE RUAS DO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA.	CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	06.099.082/0001-50	1,00	UN	921.582,53	921.582,53
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	CAFÉ TORRADO E MOÍDO PCT 500 GR	TOIGO & FERRARI LTDA - ME	85.316.404/0001-41	55,00	PCT	6,89	378,95
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	SABONETE LÍQUIDO PARA AS MÃOS. COMPOSIÇÃO BÁSICA LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO. COCOAMIDOPROPIL BETAÍNA, CONSERVANTES, ANTIOXIDANTES, ÁGUA, FRAGRÂNCIA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, COM ÓTIMA VISCOSIDADE; PRODUTO ACONDICIONADO EM GALÃO COM 5L, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	10,00	GLAÓ	21,95	219,50
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇO DE GEOMETRIA E BALANCEAMENTO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	HPS	120,00	120,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇO - HORA TRABALHADA	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	HPS	179,00	179,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	DESCARBONIZANTE VIA TANQUE	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	90,00	90,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 11/12

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	HIGIENIZADOR DE AR CONDICIONADO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	70,00	70,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	KIT REVISÃO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	60,00	60,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	JOGO PALHETA	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	PÇ	98,00	98,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	OLEO MOTOR 10W40	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	6,00	UN	34,00	204,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FILTRO DE OLEO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UNI	60,00	60,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FILTRO DE AR	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UNI	55,00	55,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FILTRO DE HABITAÇUO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	46,00	46,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FILTRO DE COMBUSTIVEL	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UNI	49,00	49,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ANEL DO CARTER	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	8,00	8,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FILTRO DE HABITAÇUO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	46,00	46,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FILTRO DE COMBUSTIVEL	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UNI	49,00	49,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ANEL DO CARTER	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	8,00	8,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVICO DE GEOMETRIA E BALANCEAMENTO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	HFS	120,00	120,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVICO - HORA TRABALHADA	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	HFS	179,00	179,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	DESCARBONIZANTE VIA TANQUE	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	90,00	90,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	HIGIENIZADOR DE AR CONDICIONADO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	70,00	70,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	KIT REVISÃO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UN	60,00	60,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	JOGO PALHETA	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	PÇ	98,00	98,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	OLEO MOTOR 10W40	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	6,00	UN	34,00	204,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FILTRO DE OLEO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UNI	60,00	60,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	FILTRO DE AR	DE MARCO LTDA	84.584.556/0001-62	1,00	UNI	55,00	55,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	Re carga mensal de cartão eletrônico de vale alimentação	PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMACAO LTDA	09.687.900/0002-04	9,84	UN	350,00	3.444,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	FITA PARA IMPRESSORA EPSON FX 2190	L.A. CN INFORMATICA LTDA EPP	11.924.851/0001-47	5,00	UNI	14,90	74,50
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	CARTÃO DE VISITA - DPCO	ENRICO MARACCI DOS SANTOS	22.129.099/0001-69	250,00	UN	0,228	57,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	CARTÃO DE VISITA - DRP	ENRICO MARACCI DOS SANTOS	22.129.099/0001-69	250,00	UN	0,228	57,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	CARTÃO DE VISITA - DIC	ENRICO MARACCI DOS SANTOS	22.129.099/0001-69	500,00	UN	0,15	75,00

EXTRATO DE COMPRAS MENSAIS 07/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2609961

Folha: 1/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Julho/2020**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO UBS - BAIRRO NOSSA SENHORA DE LOURDES	B&P - CONSTRUTORA EIRELI	07.052.006/0001-51	0,243	UN	559.468,81	136.130,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FIXADOR CITOLOGICO EM SPAY OU AEROSOL, COM 100ML, SOLUÇÃO INDICADA PARA FIXAÇÃO E SUSTENTACÃO DA INTEGRIDADE CELULAR E DO ESFREGAÇO NA LÂMINA DE VIDRO, FABRICADO EM FRASCO QUE MANTENHA SUA INTEGRIDADE, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA LOTE E VALIDADE, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	30,00	FRS	5,499	164,97
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº10 LONGA, DESCARTÁVEL CONFECCIONADO EM TUBO DE PVC, ATÓXICO APIROGÊNICO E TRANSLÚCIDO COM PONTA ARREDONDADA, DEVE DISPOR DE NO MÍNIMO DOIS FUROS LATERAIS E CONCTOR PADRÃO COM TAMPA EM UMA DAS EXTREMIDADES, PRODUTOS ESTÉRIL, EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	50,00	UN	0,609	30,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	EQUIPO MICROGOTAS ESTÉRIL, FABRICADO EM PVC FLEXÍVEL E INCOLOR, DEVE POSSUIR CONTROLADOR DE FLUXO TIPO PINÇA ROLETE, PONTA PERFORANTE COM TAMPA PROTETORA, CÂMARA TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DE GOTEJAMENTO E CONEXÃO LUER SLIP, TUBO COM 1,5M DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA E LOTE, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	500,00	UN	1,139	569,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.585.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 2/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE FITA MICROPOROSA HIPOALERGÊNICA, COR BRANCA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO COM FIBRAS DE VISCOSE, DEVE PERMITIR A RESPIRAÇÃO DA PELE, A FITA DEVE POSSUIR ÓTIMA ADESÃO, NÃO DESCOLANDO DA PELE FACILMENTE EMBALAGEM UNITÁRIA COM CAPA PROTETORA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E TAMANHO, COM 10CM X 4,5M, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	100,00	RL	4,827	482,71
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16, COM UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS COMPATIVELIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, TRANSPARENTES FABRICADA EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALLEÁVEL, SILICONIZADA COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL E DESCARTÁVEL EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM ABERTURA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	200,00	UN	0,469	93,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL COM CAPACIDADE DE 300ML, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO ATÓXICO E TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO VISÍVEL, EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	1.000,00	UN	0,612	612,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	100,00	UN	0,379	37,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 3/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº14, COM UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, TRANSPARENTES, FABRICADA EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONIZADA COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM ABERTURA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	200,00	UN	0,484	96,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº18, LONGA, DESCARTÁVEL, CONFECIONADO EM TUBO DE PVC, ATÓXICO, APIROGÊNICO E TRANSLUCIDO, COM PONTA ARREDONDADA, DEVE DISPOR DE NO MÍNIMO DOIS FUROS LATERAIS E CONECTOR PADRÃO COM TAMPA RM UMA DAS EXTREMIDADES, PRODUTO ESTÉRIL, EMBALAGEM UNITÁRIA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	50,00	UN	0,809	40,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA URETRAL Nº10, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL E TRANSLUCIDO, COM 1 FURO LATERAL E CONECTOR PADRÃO COM TAMPA, TUBO LISO SEM REBARBAS, COMPRIMENTO DE 40 A 45CM, ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO IONIZANTE, EMBALAGEM UNITÁRIA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	60,00	UN	0,393	23,58
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº12, LONGA, DESCARTÁVEL, CONFECIONADO EM TUBO DE PVC, ATÓXICO, APIROGÊNICO E TRANSLUCIDO, COM PONTA ARREDONDADA, DEVE DISPOR DE NO MÍNIMO DOIS FUROS LATERAIS E CONECTOR PADRÃO COM TAMPA EM UMA DAS EXTREMIDADES, PRODUTO ESTÉRIL, EMBALAGEM UNITÁRIA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	100,00	UN	0,505	50,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Folha: 4/38

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12, COM UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATIVEL COM A NUMERAÇÃO DE ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, TRANSPARENTES FABRICADA EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONIZADA COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM ABERTURA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	200,00	UN	0,409	81,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALMOTOFIA PLÁSTICA GRADUADA COM TAMPA, CAPACIDADE DE 250ML, BICO RETO, COM TAMPA ROSQUEÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE NA COR BRANCA, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	48,00	UN	2,19	105,12
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	EQUIPO MACROGOTAS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, ESTÉRIL, ATÓXICO E APIROGÊNICO, FABRICADO EM PVC FLEXÍVEL DE COR AZUL, COM NO MÍNIMO 1,2M DE COMPRIMENTO, DEVE POSSUIR PINÇA ROLETE, CÂMARA DE GOTEJAMENTO E PONTA PERFURANTE COM TAMPA PROTETORA, CONECTOR DO TIPO ESCALONADO, COM NO MÍNIMO SEIS DIFERENTES DIÂMETROS DE SONDA, COM TAMPA PROTETORA EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	250,00	UN	0,969	242,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPEÇULOS LUBRIFICADO ESTERILIZADO PEQUENO PRODUTIVO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARENCIA E TRANSMISSÃO VALVAS ANATOMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS, DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	216,00	UN	0,779	168,26

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 5/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº04, LONGA, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM TUBO DE PVC, ATÓXICO, APIROGÊNICO E TRANSLÚCIDO, COM PONTA ARREDONDA, DEVE DISPOR DE NO MÍNIMO DOIS FUROS LATERAIS E CONECTOR PADRÃO COM TAMPA EM UMA DAS EXTREMIDADES. PRODUTO ESTÉRIL. EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	50,00	UN	0.493	24,65
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA COM 0,9% DE CLORETO DE SÓDIO. USO EXTERNO, COM BICO GOTEJADOR, FRASCO COM 250ML. APRESENTAR REGISTRO BO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	500,00	FRS	1.687	843,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPECULOS LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÉDIO PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL. PERMITE EXCELENTE TRANSPARENCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (parafuso borboleta) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI). PIGMENTAÇÃO E INDEFORMÁVEL.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	360,00	UN	0.799	287,64
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº16 LONGA, DESCARTÁVEL CONFECCIONADO EM TUBO DE PVC, ATÓXICO APIROGÊNICO E TRANSLÚCIDO COM PONTA ARREDONDA. DEVE DISPOR DE NO MÍNIMO DOIS FUROS LATERAIS E CONECTOR PADRÃO COM TAMPA EM UMA DAS EXTREMIDADES, PRODUTOS ESTÉRIL. EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	50,00	UN	0.749	37,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 14, LONGA, DESCARTÁVEL CONFECCIONADO EM TUBO DE PVC, ATÓXICO APIROGÊNICO E TRANSLÚCIDO COM PONTA ARREDONDA. DEVE DISPOR DE NO MÍNIMO DOIS FUROS LATERAIS E CONECTOR PADRÃO COM TAMPA EM UMA DAS EXTREMIDADES, PRODUTOS ESTÉRIL. EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	50,00	UN	0.649	32,45

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 6/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº20. LONGA, DESCARTÁVEL CONFECCIONADO EM TUBO DE PVC, ATÓXICO, APIROGÊNICO E TRANSLÚCIDO, COM PONTA ARREDONDADA, DEVE DISPOR DE NO MÍNIMO DOIS FUROS LATERAIS E CONECTOR PADRÃO COM TAMPA EM UMA DAS EXTREMIDADES. PRODUTO ESTÉRIL. EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	50,00	UN	1,019	50,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPARADRAPO EM ROLO, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO COM ACRÍLICO IMPERMEABILIZANTE, BORRACHA NATURAL E ÓXIDO DE ZINCO. COR BRANCA, TAMANHO DE 5CM X 4,5M. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	350,00	RL	3,032	1.061,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUÇÃO ANTISSEPTICA DEGERMANTE A BASE DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA A 2%, EMBALAGEM DE 1000ML, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	50,00	FRS	13,899	694,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA COM 0,9% DE CLORETO DE SÓDIO, USO EXTERNO, COM BICO GOTEJADOR, FRASCO COM 500ML, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	500,00	FRS	2,142	1.071,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESCOVA CERVICAL GINECOLÓGICA, DESCARTÁVEL, ESTERILIZADA E EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CERDAS EM NYLON ADEQUADAMENTE MACIAS DE FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FIXADAS EM HASTE PLÁSTICA CILÍNDRICA, ATÓXICA E RESISTENTE, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 18CM. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	1.000,00	UN	0,227	227,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Folha: 7/38

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº18. COM UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL. DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS COMPATIVEL COM A NUMERAÇÃO. ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS. TRANSPARENTE. FABRICADA EM MATERIAL ATÓXICO. ISENTA DE IMPUREZAS. MALEÁVEL. SILICONIZADA COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL. ESTÉRIL E DESCARTÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. COM ABERTURA ASSEPTICA. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	200,00	UN	0,494	98,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº10 COM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL. DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS COMPATIVEL COM A NUMERAÇÃO. ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS. TRANSPARENTE. FABRICADA EM MATERIAL ATÓXICO. ISENTA DE IMPUREZAS. MALEÁVEL. SILICONIZADA. COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL. ESTÉRIL E DESCARTÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. COM ABERTURA ASSEPTICA. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	200,00	UN	0,398	79,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA URETRAL Nº16. DESCARTÁVEL. TUBO DE PVC. ATÓXICO. FLEXÍVEL E TRANSLÚCIDO. COM 1 FURO LATERAL E CONECTOR PADRÃO COM TAMPA. TUBO LISO SEM REBARBAS. COMPRIMENTO DE 40 A 45CM. ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO IONIZANTE. EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. PROCEDÊNCIA E LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	60,00	UN	0,484	29,04

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Folha: 838

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPÉCULOS LUBRIFICADO ESTERILIZADO GRANDE PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL. PERMITE EXCELENTE TRANSPARENCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FORNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA), FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI) PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	240,00	UN	0,929	222,96
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA URETRAL Nº 14, DESCARTAVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL E TRANSLUCIDO, COM 1 FURO LATERAL E CONECTOR PADRÃO COM TAMPA, TUBO USO SEM REBARBAS, COMPRIMENTO DE 40 A 45CM. ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO IONIZANTE, EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA E LOTE, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	60,00	UN	0,457	27,42
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA COM 0,9% DE CLORETO DE SÓDIO, USO EXTERNO, COM BICO GOTEJADOR, FRASCO COM 100ML, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8635);	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	500,00	FRS	1,363	681,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº 08 COM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	100,00	UN	0,389	38,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALMOTOFIA PLÁSTICA GRADUADA COM TAMPA, CAPACIDADE DE 125ML, BICO RETO, COM TAMPA ROSQUEÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE NA COR BRANCA, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA E LOTE;	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	48,00	UN	1,489	71,47
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESPARADRAPO EM ROLO, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO COM ACRÍLICO IMPERMEABILIZANTE, BORRACHA NATURAL E ÓXIDO DE ZINCO. COR BRANCA, TAMANHO DE 10CM X 4,5M, EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	300,00	RL	5,199	1.559,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 9/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº06. LONGA, DESCARTÁVEL CONFECCIONADO EM TUBO DE PVC. ATOXICO APIROGÊNICO E TRANSLUCIDO COM PONTA ARREDONDADA, DEVE DISPOR DE NO MÍNIMO DOIS FUROS LATERAIS E CONECTOR PADRÃO COM TAMPA EM UMA DAS EXTREMIDADES. PRODUTOS ESTÉRIL. EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	50,00	UN	0,492	24,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASOGÁSTRICA Nº22 LONGA, DESCARTÁVEL CONFECCIONADO EM TUBO DE PVC. ATOXICO, APIROGÊNICO E TRANSLUCIDO, COM PONTA ARREDONDADA, DEVE DISPOR DE NO MÍNIMO DOIS FUROS LATERAIS E CONECTOR PADRÃO COM TAMPA EM UMA DAS EXTREMIDADES. PRODUTO ESTÉRIL. EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	50,00	UN	0,979	48,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAMINA DE BISTURI Nº 15 CAIXA COM 100	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	1,00	CX	27,079	27,08
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL 500 ML	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	1.000,00	UN	1,00	1.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CABO PARA LAMINA DE BISTURI Nº 4. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL ESTERILIZAVEL EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA DO LOTE APRESENTAR REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	20,00	UN	9,50	190,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERINGA DESCARTÁVEL 1CC COM AGULHA DE 13 X 4,5MM. CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA. ESTÉRIL. ATOXICA, APIROGÊNICA E LIVRE DE LÁTEX. COM CORPO TRANSPARENTE. ESCALA NITIDA E LEGÍVEL. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ANVISA.	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	10.000,00	UN	0,185	1.850,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ELETRODO DESCARTÁVEL ADULTO COMPOSTO DE DORSO DE ESPUMA, COM ADESIVO ACRÍLICO HIPOALERGÊNICO. GEL SÓLIDO. PINO DE AÇO INOXIDÁVEL, CONTRA-PINO DE PRATA/CLORETO DE PRATA (AG/AGCL), CAPA-CÁPSULA TRANSPARENTE SELANTE.	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	5.000,00	UN	0,26	1.300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Folha: 10/38

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SCALP DISPOSITIVO ASEPTICO COM AGULHA SILICONADA COM BISEL BIANGLADO, TRIFACETADO, TUBO VINILICO TRANSPARENTE, ATÓXICO E APROGÊNICO. ASAS E EMPUNHADURA/FIXAÇÃO FLEXÍVEIS, QUE NÃO QUEBREM DURANTE A PUNÇÃO DISPONÍVEIS NOS NÚMEROS 19,21,23,25 E 27. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O NÚMERO	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	100,00	UN	0,175	17,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	OTOSCOPIO, COM 5 ESPÉCULOS DE DIFERENTES MEDIDAS, CABO EM METAL CROMADO, PARA USO COM DUAS PILHAS MÉDIAS E REGULAGEM DE INTENSIDADE DE LUZ, COM CABEÇOTE EM METAL CROMADO, CAPA ANTIDERRAPANTE PARA MELHOR EMPUNHADURA. ACOMPANHA BOLSA PARA TRANSPORTE	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	2,00	UN	340,00	680,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAMINA DE BISTURI Nº 12 CAIXA COM 100 UNIDADES	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	1,00	CX	27,079	27,08
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GORROS PARA ODONTÓLOGOS	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	50,00	UN	31,90	1.595,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LAMINA DE BISTURI Nº 11	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	1,00	UN	28,45	28,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CABO PARA LAMINA DE BISTURI Nº 3, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL ESTERILIZAVEL EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA DO LOTE APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	20,00	UN	9,50	190,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA FOLEY, COM DUAS VIAS, EM LATEX, COM SUPERFÍCIE SOLIDOR SILICONIZADA, BALÃO VOLUMÉTRICO DE 30CC. INFORMAÇÕES TÉCNICAS GRAVADAS NO FUNIL DE DRENAGEM DE FORMA NÍTIDA E PERMANENTE. VÁLVULA DE FÁCIL MANIPULAÇÃO, PERFEITA VEDAÇÃO, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM ABERTURA ASÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, TIPO E DATA DA ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. DISPONÍVEIS NOS TAMANHOS 12, 14, 16, 18, 20, 22 E 24. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDA.	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	210,00	UN	3,50	735,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	APARELHO PARA TRICOTOMIA, DESCARTÁVEL, 2 LÂMINAS PARALELAS FABRICADAS EM AÇO INOXIDÁVEL E PROTEGIDAS POR CAPA, COM FITA LUBRIFICANTE E CABO ANTIDESLIZANTE	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	500,00	UN	0,64	320,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Folha: 11/38

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 20X5,5, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 100 UNIDADES	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.505.263/0001-40	20,00	CX	6,94	138,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PAPEL PARA ELETROCARDIOGRAMA 216MMX30METROS, COMPATÍVEL COM O APARELHO CARDIOCAR 2000 E 3000.	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.505.263/0001-40	100,00	UN	25,50	2.550,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TERMÔMETRO COM AFERIÇÃO DIGITAL, DE TEMPERATURA CORPORAL, CONFECCIONADO EM TERMOPLÁSTICO, COM AVISO SONORO, VISOR DIGITAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, RESISTENTE À ÁGUA, DEVERÁ POSSUIR SELO DE QUALIDADE DO INMETRO.	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	30,00	UN	13,80	414,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO, TAMANHO EXTRA GRANDE (EG OU XG) ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	3.600,00	UN	1,34	4.824,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM GG, COMPOSTA DE UMA CAPA DE TELA POLIMÉRICA, UM NÚCLEO ABSORVENTE COMPOSTO POR POLPA DE CELULOSE, COM FLOCO DE GEL - FORMATO ANATÔMICO, UNISSEX, ELÁSTICO NAS PERNAS, CONTENDO ALOE VERA, ATÓXICAS, COM BARREIRAS PROTETORAS, PARA PESO DE 13 - 16 KG, PACOTE COM 07 UNIDADES.	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	1.080,00	PC	0,78	842,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO M	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	880,00	UN	0,65	572,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FRALDAS DESCARTÁVEIS USO INFANTIL TAM G PACOTE COM 40 UNIDADES	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	800,00	PC	0,70	560,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO, TAMANHO GRANDE (G), ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM9158).	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	3.500,00	UN	1,33	4.655,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO, TAMANHO MÉDIO (M) ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	3.000,00	UN	1,18	3.540,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 12/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM XXG, COMPOSTA DE UMA CAPA DE TELA POLIMÉRICA, UM NÚCLEO ABSORVENTE COMPOSTO POR POLPA DE CELULOSE, COM FLOCO DE GEL, FORMATO ANATÔMICO, UNISSEX, ELÁSTICO NAS PERNAS, CONTENDO ALOE VERA, ATOXICAS, COM BARREIRAS PROTETORAS, PARA PESO DE 13 - 16 KG, PACOTE COM 07 UNIDADES.	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	3.200,00	PC	0,89	2.848,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, FRASCO COM 1 LITRO, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, COM LACRE DE SEGURANÇA, EMBALAGEM DEVE CONTER DADOS DA PROCEDÊNCIA DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS); APRESENTAR LAUDO MICROBIOLÓGICO DO PRODUTO POR LABORATÓRIO CREDENCIADO NO MS	SANEVITTA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS ME	21.995.406/0001-21	18,00	FRS	14,30	257,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR	SANEVITTA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS ME	21.995.406/0001-21	200,00	UN	24,20	4.840,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE ROLO DE PAPEL GRAU CIRURGICO, COM TAMANHO DE 20CM X 100M, COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO COM INDICADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO A ÓXIDO DE ETILENO E VAPOR, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M2 E DEMAIS REQUISITOS CONFORME NBR 14990-2:2010, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	POSSATTO & POSSATTO LTDA	72.150.550/0001-06	20,00	UN	68,49	1.369,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BOLSA COLETORA PARA URINA SISTEMA FECHADO	POSSATTO & POSSATTO LTDA	72.150.550/0001-06	500,00	UN	3,57	1.785,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VASELINA LIQUIDA	POSSATTO & POSSATTO LTDA	72.150.550/0001-06	20,00	UN	20,977	419,54
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE ROLO DE PAPEL GRAU CIRURGICO, COM TAMANHO DE 30CM X 100M, COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO COM INDICADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO A ÓXIDO DE ETILENO E VAPOR, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M2 E DEMAIS REQUISITOS CONFORME NBR 14990-2:2010, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	POSSATTO & POSSATTO LTDA	72.150.550/0001-06	20,00	UN	103,69	2.073,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE ROLO DE PAPEL GRAU CIRURGICO, COM TAMANHO DE 10CM X 100M, COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO COM INDICADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO A ÓXIDO DE ETILENO E VAPOR, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M2 E DEMAIS REQUISITOS CONFORME NBR 14990-2:2010, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	POSSATTO & POSSATTO LTDA	72.150.550/0001-06	20,00	UN	34,77	695,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAIMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 13/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LUIVA PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICOS Nº8 ESTERILIZADA A RAI0 GAMA, COR NATURAL, FABRICADA EM LÁTEX NATURAL, COM TEXTURA E P0 ABSORVÍVEL, CADA PARA DEVE SER EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM QUE CONTENHA DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E DATA DE ESTERIZAÇÃO.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.692.030/0001-70	100,00	PAR	1,85	185,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 16G, COM AGULHA EM BISEL TRIFACETADO, CÂNULA EM BIOMATERIAL TEFLON OU POLIURETANO, ESTÉRIL, ATÓXICO E APIROGÊNICO. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8498);	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	100,00	UN	1,78	178,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERINGA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL, COM AGULHA 25 X 7MM, ESTÉRIL, CAPACIDADE DE 3CC, COM BICO LISO LUER SLIP, FABRICADA EM POLIPROPILENO, SILICONIZADA, COM GRADUAÇÃO EXATA, NÍTIDA E PERMANENTE. ÊMBOLO DESLIZÁVEL COM PERFEITA VEDAÇÃO E CORPO TRANSLÚCIDO. EMBALAGEM UNITÁRIA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO QUE PERMITA ABERTURA ASSEPTICA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8619)	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	2.000,00	UN	0,204	408,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LÂMINA SIMPLES PARA MICROSCOPIA COM EXTREMIDADE FOSCA, TAMANHO DA LÂMINA 26MM X 76MM X 1MM, CAIXA COM 50 UNIDADES	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	50,00	CX	3,95	197,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TESOURA SPENCERRETA, COM 09CM, FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	10,00	UN	23,79	237,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER INTRAVENOSO DESCARTÁVEL Nº 22	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	100,00	UN	1,79	179,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS**

CNPJ: 08.595.042/0001-24
RUA NEREU RAMOS, 333
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 14/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 14G, COM AGULHA EM BISEL TRIFACETADO, CÂNULA EM BIOMATERIAL TEFLON OU POLIURETANO, ESTÉRIL, ATÓXICO E APIROGÊNICO. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, CONTEÚDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8497); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA. CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .AT19CIN16677	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	100,00	UN	2,06	206,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TESOURA SPENCER CURVA, COM 12CM, FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTEÚDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	10,00	UN	24,75	247,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO CURTO DO TIPO "POR FORA AGULHA", COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA AUTOACIONÁVEL - AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI ANGULADO E TRIFACETADO. CATETER EM BIOMATERIAL TEFLON TAM:24G	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	100,00	UN	2,05	205,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TESOURA IRIS RETIRADA DE PONTO CURVA 11,5 CM	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	10,00	UN	15,83	158,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO CURTO DO TIPO "POR FORA AGULHA", COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA AUTOACIONÁVEL - AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI ANGULADO E TRIFACETADO. CATETER EM BIOMATERIAL TEFLON TAM:18G	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	100,00	UN	1,79	179,00

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS</p> <p>CNPJ: 08.595.042/0001-24 RUA NEREU RAMOS, 333 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC</p>							Folha: 15/38
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO INFECTANTE; COR BRANCO-LEITOSO; CAPACIDADE NOMINAL PARA 100 LITROS (30 KG); DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS DE 75 CM DE LARGURA X 105 CM DE ALTURA; CONFECIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; APRESENTAR SOLDA CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME PROPORCIONANDO UMA PERFEITA VEDAÇÃO E NÃO PERMITINDO A PERDA DO CONTEÚDO DURANTE O MANUSEIO; CONSTAR, EM CADA SACO INDIVIDUALMENTE, A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE NOMINAL EM LITROS E QUILOGRAMAS EQUIVALENTE E O "SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE", COM A INSCRIÇÃO "INFECTANTE"; EMBALADOS EM PACOTES COM 100 UNIDADES; DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	50,00	PC	24,99	1.249,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONDA NASO-ENTERAL Nº10, COM 109 A 120CM, DE POLIURETANO, FLEXÍVEL, BIOCOMPATÍVEL, RADIOPAÇA, COM MARCAÇÃO DE REFERÊNCIA, PESO SÓLIDO EM TUNGSTÊNIO OU METAL ATÓXICO NA EXTREMIDADE DISTAL, COMPATÍVEL COM A NUMERAÇÃO, ORIFÍCIOS NA PONTA DISTAL DA Sonda PERMITINDO A INFUSÃO DE SOLUÇÕES, CONEXÃO UNIVERSAL PRECISA QUE NÃO CAUSE VAZAMENTO, COM TAMPA ACOPLADA VEDANTE, LUBRIFICADA, MANDRIL FLEXÍVEL EM AÇO INOX, DE FÁCIL RETIRADA, PROJETADO PARA SER REMOVIDO SEM ADIÇÃO DE LUBRIFICANTE OU ÁGUA, QUE NÃO TRACIONE A Sonda E NÃO SAIA PELOS ORIFÍCIOS DA PONTA DISTAL DA MESMA. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ABERTURA ASSEPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	100,00	UN	0,49	49,00

Folha: 16/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERINGA 60CC BICO CATETER, DESCARTAVEL, COM ESCALA GRAVADA, PRECISA E VISIVEL, USO UNICO, TRANSPARENTE, ATÓXICA E APIROGÊNICA, COM ÊMBOLO DESLIZÁVEL AJUSTADO AO CORPO DA SERINGA, IMPEDINDO ENTRADA DE AR, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA, (CIM8432); LICITAÇÃO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATORINENSE - CINCATARINA; CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	250,00	UN	2,18	545,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TESOURA IRIS RETA, COM 12CM, FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCILAVÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	10,00	UN	15,37	153,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	APARELHO PARA AFERÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO GRANDE (OBESO), COM ESFIGMOMANOMETRO DO TIPO ANEROIDE DE ALTA SENSIBILIDADE, COM GRADUAÇÃO DE 0 A 300 MMHG, COM CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOSTRADOR PLANO, BRACADEIRA EM NYLON, ANTI-ALERGICO, COM TRATAMENTO IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL, COM FECHAMENTO EM VELCRO RESISTENTE, QUE PERMITA O TRAVAMENTO TOTAL E QUE NÃO SOLTE AO INFLAR, VÁLVULA DE METAL COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSIVEL, MANGUITO E PERA INSUFLADA EM PVC ANTI-ALERGICO, MANGUITO COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, PERA INSUFLADORA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX, ACOMPANHA BOLSA PARA TRANSPORTE, DEVE APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE NO MÍNIMO 1 ANO.	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	15,00	UN	134,26	2.013,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Folha: 17/38

CNPJ: 08.595.042/0001-24

RUA NEREU RAMOS, 333

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAMPO OPERATÓRIO SEM FENESTRA, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO OU MISTO DERIVADO DE CELULOSE EM ATÉ 50%, COM QUATRO CAMADAS DE GAZE FIXADAS ENTRE SI, EVITANDO DESLIZAMENTOS. TAMANHO DE 23 X 25CM, COM PESO MÍNIMO DE 20G POR UNIDADE. ALTAMENTE ABSORVENTE, ISENTO DE IMPUREZAS, COR BRANCA, COM ALÇA DE FIXAÇÃO, FIO RADIOPAÇO E BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS PARA EVITAR DESFIAMENTO. PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, NÚMERO DE CAMADAS E DEMAIS INFORMAÇÕES CONFORME NBR 14767:2009	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	200,00	PC	6,453	1.290,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO INFECTANTE; COR BRANCO-LEITOSO; CAPACIDADE NOMINAL PARA 50 LITROS (15 KG); DIMENSÕES PLANAS MÍNIMAS DE 63 CM DE LARGURA X 80 CM DE ALTURA; CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; APRESENTAR SOLDA CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME PROPORCIONANDO UMA PERFEITA VEDAÇÃO E NÃO PERMITINDO A PERDA DO CONTEÚDO DURANTE O MANUSEIO; CONSTAR, EM CADA SACO INDIVIDUALMENTE, A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE NOMINAL EM LITROS E QUILOGRAMAS EQUIVALENTE E O "SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE", COM A INSCRIÇÃO "INFECTANTE", EMBALADOS EM PACOTES COM 100 UNIDADES. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	50,00	UN	16,24	812,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PORTA ALGODÃO EM INOX, SERVIÇO AÇO AL INOXIDAVEL CAPACIDADE 400ML, 08X08CM	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	5,00	UN	52,74	263,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PIÇA TENTACANULA, COM 15CM, FABRICADA EM AÇO INOXIDAVEL, AUTOCLAVÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	10,00	UN	8,58	85,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAIMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 18/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MINI INCUBADORA PARA TESTES BIOLÓGICOS; PARA INCUBAÇÃO DOS INDICADORES BIOLÓGICOS AUTO-CONTIDOS DESTINADOS A MONITORIZAÇÃO DOS CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE A VAPOR. GABINETE (CORPO PRINCIPAL), TAMPA (FUNÇÃO DE FECHAR A ÁREA DE INCUBAÇÃO), CABO DE ENERGIA (USADO PARA CONECTAR O EQUIPAMENTO A REDE ELÉTRICA), ÁREA DE INCUBAÇÃO (ONDE OS INDICADORES SÃO INSERIDOS), LED (INDICA QUANDO O EQUIPAMENTO ESTÁ LIGADO E ILUMINA A ÁREA DE INCUBAÇÃO) - ROTULO DE IDENTIFICAÇÃO (FIXADA NA PARTE INFERIOR DO APARELHO SUA FUNÇÃO É IDENTIFICAR OS DADOS TÉCNICOS DA MINI-INCUBADORA); CAPACIDADE: 4 INDICADORES BIOLÓGICOS; PESO: 240G, CICLO: 24 OU 48 HORAS (VAPOR) - GARANTIA: 1 ANO	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	10,00	UN	123,55	1.235,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LÂMPADA PARA OTOSCÓPIO COMPATÍVEL COM TK MIKATOS	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	5,00	UN	51,12	255,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LÂMINA DE BISTURI NÚMERO 10, EM AÇO INOX QUE PERMITA A REALIZAÇÃO DE CORTES SUAVES, CAIXA COM 100 UNIDADES	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1,00	CX	32,35	32,35
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO CURTO DO TIPO "POR FORA AGULHA", COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA AUTOACIONÁVEL - AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO, CATETER EM BIOMATERIAL TEFLON TAMI 20G	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	100,00	UN	1,79	179,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERINGA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL, COM AGULHA 25 X 7MM, ESTÉRIL, CAPACIDADE DE 5CC, COM BICO LISO LUER-SLIP, FABRICADA EM POLIPROPILENO, SILICONIZADA, COM GRADUAÇÃO EXATA, NÍTIDA E PERMANENTE, EMBOLO DESLIZÁVEL COM PERFEITA VEDAÇÃO E CORPO TRANSLÚCIDO, EMBALAGEM UNITÁRIA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO QUE PERMITA ABERTURAS ASEPTICAS, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO.	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	2.000,00	UN	0,31	620,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 19/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FITA ADESIVA INDICADORA PARA AUTOCLAVE COR BRANCA TAM: 19MMX30 DORSO DE PAPEL CREPADO A BASE DE BORRACHA NATURAL NA OUTRA FACE FINA CAMADA IMPERMEALIZADA DE RESINA ACRILICA COM INDICADOR DE ESTEARIZAÇÃO APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	250,00	RL	3,03	757,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LIXEIRA/BALDE EM AÇO INÓX COM TAMPA E PEDAL, CAPACIDADE PARA 20 LITROS.	AL TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	20,00	UN	112,74	2.254,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SEGURO DPVAT	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.	09.248.608/0001-04	1,00	UN	6,44	6,44
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TAXA DETRAN SC DARE	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UN	151,44	151,44
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TERMOMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO, DEVE PERMITIR MEDIÇÃO DA TEMPERATURA CORPORAL SEM CONTATO COM A PELE; GARANTINDO FÁCIL MANUSEIO E MAIOR HIGIENE, COM TRÊS MODOS DE OPERAÇÃO, PARA MEDIR TEMPERATURA DO AMBIENTE DE SUPERFÍCIE E CORPÓREA, COM VISOR DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO E ALARME; ACONDICIONADO EM CAIXA COM MANUAL DE INSTRUÇÕES E PILHAS COMPATIVÉIS COM O APARELHO.	BMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES - EIRELI	27.300.682/0001-04	10,00	UN	368,00	3.680,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HBE AG	G. PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATO	78.491.172/0001-00	1,00	UN	34,00	34,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HBE ANTI	G. PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATO	78.491.172/0001-00	1,00	UN	25,50	25,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IMUNOGLOBULINA IGM	G. PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATO	78.491.172/0001-00	1,00	UN	21,25	21,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	IMUNOGLOBULINA IGG	G. PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATO	78.491.172/0001-00	1,00	UN	21,25	21,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	INIBINA B	LABORATORIO GAVAZZONI LTDA	05.333.750/0001-07	1,00	UN	700,00	700,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA PERMANÊNCIA DE PACIENTE QUE ENCONTRA-SE NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PÓS TRANSPLANTE HEPÁTICO	SHIGAEKI MURAYAMA	479.242.178-00	60,00	UN	51,3333	3.080,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AValiação pré-anestésica	BERWIG E KO FREITAS SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGIC	10.951.849/0001-02	50,00	UN	150,00	7.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM TAMANHO DE 8CM X 100CM. COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO COM INDICADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO A ÓXIDO DE ETILENO E VAPOR, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M2 E DEMAIS REQUISITOS CONFORME NBR 14990-2:2010. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	20,00	RL	29,80	596,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 20/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM TAMANHO DE 25CM X 100M. COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO COM INDICADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO A ÓXIDO DE ETILENO E VAPOR. COM GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M2 E DEMAIS REQUISITOS CONFORME NBR 14990-2:2010. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	20,00	RL	85,65	1.713,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM TAMANHO DE 15CM X 100M. COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO COM INDICADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO A ÓXIDO DE ETILENO E VAPOR. COM GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M2 E DEMAIS REQUISITOS CONFORME NBR 14990-2:2010. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	20,00	RL	51,55	1.031,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAMPO OPERATÓRIO SEM FENESTRA, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO OU MISTO DERIVADO DE CELULOSE EM ATÉ 50%. COM QUATRO CAMADAS DE GAZE FIXADAS ENTRE SI, EVITANDO DESLIZAMENTOS. TAMANHO DE 23 X 25CM, COM PESO MÍNIMO DE 8G POR UNIDADE. ALTAMENTE ABSORVENTE, ISENTO DE IMPUREZAS, COR BRANCA, COM ALÇA DE FIXAÇÃO, FIO RADIOPACO E BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS PARA EVITAR DESFIAMENTO. PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, NÚMERO DE CAMADAS E DEMAIS INFORMAÇÕES CONFORME NBR 14767:2009	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	15,00	PC	26,90	403,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Folha: 21/38

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASO-ENTERAL Nº12CM, DE POLIURETANO, FLEXÍVEL, BIOCOMPATÍVEL, RADIOPAÇA, COM MARCAÇÃO DE REFERÊNCIA, PESO SÓLIDO EM TUNGSTÊNIO OU METAL, ATÓXICO NA EXTREMIDADE DISTAL, COMPATÍVEL COM A NUMERAÇÃO ORIFÍCIOS NA PONTA DISTAL DA Sonda, PERMITINDO A INFUSÃO DE SOLUÇÕES, CONEXÃO UNIVERSAL, PRECISA QUE NÃO CAUSE VAZAMENTO COM TAMPÃO ACOPLADA VEDANTE, LUBRIFICADA, MANDRIL, FLEXÍVEL EM AÇO INOX, DE FÁCIL RETIRADA PROJETADA PARA SER REMOVIDO SEM ADIÇÃO DE LUBRIFICANTE OU ÁGUA, QUE NÃO TRAGIONE A Sonda E NÃO SAIA PELOS ORIFÍCIOS DA PONTA DISTAL DA MESMA, ESTÉRIL DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ABERTURA ASSEPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	90,00	UN	8,00	720,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALGODÃO HIDROFILO CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, MAGO E ABSORVENTE COM MANTAS UNIFORMES E ISENTO DE IMPUREZAS, ROLO COM 500G.COR BRANCA, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	100,00	RL	8,985	898,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAIXA COLETORA PARA MATERIAS INFECTANTES E PERFURACORTANTES, COM CAPACIDADE DE 7L, CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, O BOCAL DEVE PERMITIR A COLOCAÇÃO DO RESÍDUO SEM CONTATO DA MÃO COM A CAIXA, O COLETOR DEVE SER DOTADO DE TAMPÃO PARA FECHAMENTO E ALÇAS QUE PERMITAM SEU MANUSEIO SEGURO, COLORAÇÃO EXTERNA AMARELA COM LIMITE DE ENCHIMENTO, SÍMBOLO DE MATERIAL INFECTANTE E DE MAIS INSCRIÇÕES E REQUISITOS CONFORME NBR 13853-1997. APRESENTAR REGISTRO NO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	400,00	UN	3,50	1.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24

RUA NEREU RAMOS, 333

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 22/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA NASO-ENTERAL Nº10 COM 109 A 120CM, DE POLIURETANO, FLEXÍVEL, BIOCOMPATÍVEL, RADIOPAÇA, COM MARCAÇÃO DE REFERÊNCIA, PESO SÓLIDO EM TUNGSTÊNIO OU METAL, ATÓXICO NA EXTREMIDADE DISTAL, COMPATÍVEL COM A NUMERAÇÃO ORIFÍCIOS NA PONTA DISTAL DA Sonda, PERMITINDO A INFUSÃO DE SOLUÇÕES, CONEXÃO UNIVERSAL PRECISA QUE NÃO CAUSE VAZAMENTO COM TAMPÃO ACOPLADA VEDANTE, LUBRIFICADA, MANDRIL, FLEXÍVEL EM AÇO INOX, DE FÁCIL RETIRADA PROJETADA PARA SER REMOVIDO SEM ADIÇÃO DE LUBRIFICANTE OU ÁGUA, QUE NÃO TRACIONE A Sonda E NÃO SAIA PELOS ORIFÍCIOS DA PONTA DISTAL DA MESMA, ESTÉRIL DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ABERTURA ASSEPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	100,00	UN	8,00	800,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, Nº04 COM UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, TRANSPARENTE, FABRICADA EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONIZADA COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM ABERTURA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	100,00	UN	0,39	39,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Folha: 23/38

CNPJ: 08.595.042/0001-24

RUA NEREU RAMOS, 333

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM2, MEDINDO 20CM DE LARGURA COM 1,8M DE COMPRIMENTO EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 42,8G. CONFECCIONADA EM FIOS 100% ALGODÃO CRU OU MISTO, COM ACABAMENTO SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORMES, COM ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADAS À SUA FINALIDADE. APARENCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FALHAS, LANUGEM E OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR A SUA FINALIDADE. ACONDICIONADA EM PACOTES QUE MANTENHAM SUA INTEGRIDADE, CONTENDO NO MÍNIMO 12 UNIDADES, COM NÚMERO DE LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE E DEMAIS INFORMAÇÕES CONFORME NBR 14056:2002. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CMB397);	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	08.531.725/0001-20	50,00	PC	12,75	637,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM TAMANHO DE 50CM X 100M. COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO COM INDICADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO A ÓXIDO DE ETILENO E VAPORES, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M2 E DEMAIS REQUISITOS CONFORME NBR 14990-2:2010. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	08.531.725/0001-20	20,00	RL	180,00	3.600,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA CALIBRE 25X8,0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS CURATIVO REDONDO ADESIVO COM ALMOFADA CENTRAL ABSORVENTE. HIPOALERGÊNICO, SEM LÁTEX E SOLVENTES. INDICADO PARA UTILIZAÇÕES POS-PUNÇÃO VENOSA OU INJEÇÕES. ROLO COM 500 UNIDADES, ACONDICIONADO EM CAIXA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. SEM MOTIVOS INFANTIS.	MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	25.463.374/0001-74	200,00	CX	6,90	1.380,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALMOFADA CENTRAL ABSORVENTE. HIPOALERGÊNICO, SEM LÁTEX E SOLVENTES. INDICADO PARA UTILIZAÇÕES POS-PUNÇÃO VENOSA OU INJEÇÕES. ROLO COM 500 UNIDADES, ACONDICIONADO EM CAIXA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. SEM MOTIVOS INFANTIS.	MEDEFE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	25.463.374/0001-74	20,00	RL	11,00	220,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAIMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 24/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA CALIBRE 25X7,0. HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO. SILICONIZADA. CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL. CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS. PROTETOR PLÁSTICO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSEPTICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO. DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	MEDEFEE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	25.463.374/0001-74	200,00	CX	6,90	1.380,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA CALIBRE 25X6,0. HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO. SILICONIZADA. CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL. CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS	MEDEFEE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	25.463.374/0001-74	20,00	CX	6,90	138,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA CALIBRE 13X4,5. HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO. SILICONIZADA. CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL. CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS. PROTETOR PLÁSTICO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSEPTICA. PAPEL GRAU CIRÚRGICO. DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDEFEE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	25.463.374/0001-74	20,00	CX	6,90	138,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% 500ML SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	BASCEL SOLUCOES LTDA	21.515.353/0001-02	200,00	UN	2,50	500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% 250ML SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	BASCEL SOLUCOES LTDA	21.515.353/0001-02	300,00	UN	2,04	612,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 25/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% 1000ML SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	BASCEL SOLUCOES LTDA	21.515.353/0001-02	200,00	UN	1,69	338,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FRASCO DE SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% 1000ML SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	BASCEL SOLUCOES LTDA	21.515.353/0001-02	500,00	UN	4,26	2.130,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAMPOS OPERATÓRIO COM FENESTRA, TAMANHO DE 50 X 50 CM, CONFECIONADA EM NÃO TECIDO (TNT), ESTÉRIL GRAMATURA MÍNIMA DE 30G, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO E VALIDADE.	SAÚDE IMPERIAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES L	00.301.460/0001-50	200,00	UN	2,72	544,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAMPO OPERATÓRIO SEM FENESTRA, CONFECIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO OU MISTO DERIVADO DE CELULOSE EM ATÉ 50%, COM QUATRO CAMADAS DE GAZE FIXADAS ENTRE SI, EVITANDO DESLIZAMENTOS, TAMANHO DE 45 X 50CM, COM PESO MÍNIMO DE 25G POR UNIDADE, ALTAMENTE ABSORVENTE, ISENTO DE IMPUREZAS, COR BRANCA, COM ALÇA DE FIXAÇÃO, FIO RADIOPACO E BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS PARA EVITAR DESFIAMENTO, PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, NÚMERO DE CAMADAS E DEMAIS INFORMAÇÕES CONFORME NBR 14767:2009	SAÚDE IMPERIAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES L	00.301.460/0001-50	20,00	PC	54,999	1.099,98

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 26/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	APARELHO PARA AFERÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO.COM ESFIGMOMANOMETRO DO TIPO ANEROIDE DE ALTA SENSIBILIDADE, COM GRADUAÇÃO DE 0 A 300 MMHG. COM CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTENCIA, MOSTRATOR PLANOM BRAÇADEIRA EM NYLON ANTI-ALÉRGICO. COM TRATAMENTO IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL, COM FECHAMENTO EM VELCRO DUPLO (2 CAMADAS DE GANCHO) RESISTENTE QUE PERMITA O TRAVAMENTO TOTAL E QUE NÃO SOLTE AO INFLAR. BRAÇADEIRA SEM MANGUITO E SEM COSTURA COM SISTEMA DE VEDAÇÃO COM TPU. VÁLVULA DE METAL COM REGULAGEM DA SAÍDA DE AR SENSÍVEL, PARA INSUFLADORA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX. ACOMPANHA BOLSA PARA TRANSPORTE. DEVE APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO.	SAÚDE IMPERIAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES L	00.301.46/00001-50	15,00	UN	202,898	3.043,47
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERINGA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CAPACIDADE DE 3CC, COM BICO LISO LUER SLIP. FABRICADA EM POLIPROPILENO, SEM AGULHA, SILICONIZADA, COM GRADUAÇÃO EXATA, NÍTIDA E PERMANENTE. ÊMBOLO DESLIZÁVEL COM PERFEITA VEDAÇÃO E CORPO TRANSLUCIDO. EMBALAGEM UNITÁRIA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO QUE PERMITA ABERTURA ASÉPTICA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.505.263/0001-40	5.000,00	UN	0,128	640,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÁGUA SANITÁRIA, SOLUÇÃO AQUOSA COMPOSTA DE CLORO ATIVO NA CONCENTRAÇÃO DE 2,0% A 2,5% NA FORMA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. PRODUTO SEM AROMATIZANTE. FRASCO OPACO COM 2L. CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE DE 6 MESES APÓS ABERTO	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	250,00	FRS	5,31	1.327,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LUVAS DE LÁTEX MULTILÍNGUA, FABRICADA EM LÁTEX NATURAL, NA COR AMARELA, FORMATO ANATÔMICO, TEXTURIZADA NA PALMA E NOS DEDOS PARA EVITAR DESLIZAMENTOS, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M E G. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	60,00	PAR	4,70	282,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Folha: 27/38

CNPJ: 08.595.042/0001-24

RUA NEREU RAMOS, 333

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 92,8º INPM; INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1000ML, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	MEDPOA COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA	10.807.173/0001-70	120,00	UN	5,70	684,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÁLCOOL EM GEL 70% INPM, UTILIZADO PARA ASSEPSIA TÓPICA DE MÃOS E PELE. EMBALAGEM COM 500ML OU 500G.	MEDPOA COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA	10.807.173/0001-70	240,00	FRS	11,29	2.709,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MÁSCARA CIRÚRGICA, TRIPLA COM ELÁSTICO, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. CAIXA COM 30 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA.	SC MED DISTR MEDICO HOSPITALAR LTDA	27.311.107/0001-07	30,00	CX	122,95	3.688,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE FITA MICROPOROSA HIPOALERGÊNICA, COR BRANCA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO COM FIBRAS DE VISCOSE, DEVE PERMITIR A RESPIRAÇÃO DA PELE, A FITA DEVE POSSUIR ÓTIMA ADESÃO, NÃO DESCOLANDO DA PELE FACILMENTE EMBALAGEM UNITÁRIA COM CAPA PROTETORA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E TAMANHO, COM 10CM X 4,5M. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	SC MED DISTR MEDICO HOSPITALAR LTDA	27.311.107/0001-07	250,00	RL	3,45	862,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROLO DE FITA MICROPOROSA HIPOALERGÊNICA, COR BRANCA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO COM FIBRAS DE VISCOSE, DEVE PERMITIR A RESPIRAÇÃO DA PELE, A FITA DEVE POSSUIR ÓTIMA ADESÃO, NÃO DESCOLANDO DA PELE FACILMENTE. EMBALAGEM UNITÁRIA COM CAPA PROTETORA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E TAMANHO, COM 2,5CM X 10M. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (GIM8422)	SC MED DISTR MEDICO HOSPITALAR LTDA	27.311.107/0001-07	250,00	RL	6,82	1.705,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 28/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PROPE DESCARTÁVEL PARA CENTRO CIRÚRGICO CONFECCIONADO EM TNT : TECIDO NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO; MATERIAL DESCARTÁVEL, ATÓXICO, COMPRIMENTO DE APROX. 33 CM E ALTURA 9 CM (LIMITE - PARA NUMERAÇÕES 43/44) CADA PACOTES CONTEM 100 UNIDADES.	SC MED DISTR MEDICO HOSPITALAR LTDA	27.311.107/0001-07	20,00	PC	42,90	858,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATADURA DE CREPOM 0,4 CM X 1,80 EM REPOUSO 13 FIOS / CM2 100 % ALGODÃO PACOTE COM 12 ROLOS.	SC MED DISTR MEDICO HOSPITALAR LTDA	27.311.107/0001-07	100,00	PC	8,148	814,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATADURA CREPE 13 FIOS TIPO I, 15CM DE LARGURA X 1,80 MT DE COMPRIMENTO E ELASTICIDADE DE 50% CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS EVITANDO DESFIAMENTO, ENROLADA UNIFORMEMENTE EM FORMA CILÍNDRICA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE. PRODUTO DEVE STAR DE ACORDO COM A NBR 14066	SC MED DISTR MEDICO HOSPITALAR LTDA	27.311.107/0001-07	100,00	UN	10,188	1.018,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DETERGENTE ENZIMÁTICO PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: LÍQUIDOS, COMPOSTO NO MÍNIMO DE 3 ENZIMAS (PROTEASE, LIPASE E AMILASE) PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA DE AÇÃO RÁPIDA, QUANTO A FORMA DE DE AQUECIDA DE AÇÃO RÁPIDA, QUANTO A FORMA DE APRESENTAÇÃO, O PRODUTO COTADO DEVE CONTER SUAS CARACTERÍSTICAS COMPOSIÇÃO, DILUIÇÃO E TEMPO DE EXPOSIÇÃO APÓS A DILUIÇÃO. O DETERGENTE DEVE SER BNAO IÔNICO NÃO FORMAR ESPUMA, TER PH ENTRE 6 A 8, SER BIODEGRADÁVEL ENTRE 88% A 100%, COM DILUIÇÃO DE NO MÁXIMO 2ML POR LITRO. FRASCO COM 5 LITROS. CONTEUDO MANUAL DE APRESENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	MEDPOA COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA	10.807.173/0001-70	25,00	FRS	80,99	2.024,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FLANELA LARANJA FABRICADA EM 100% ALGODÃO COM COSTURA NAS BORDAS PARA NÃO DESFIAR, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 40 X 60CM	VOA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E	29.303.183/0001-04	50,00	UN	2,12	106,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LENÇOL DESCARTÁVEL COM ELASTICO EM TNT GRAMATURA DE 30.220CMX90CM, COR BRANCA	POSSATTO & POSSATTO LTDA	72.150.550/0001-06	3.000,00	UN	1,33	3.990,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DEXAMETASONA 4 MG	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	12.000,00	COMP	0,183	2.196,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO	RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90	22.980,00	UN	0,08	1.838,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Folha: 29/38

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LUA DE PROCEDIMENTO NITRILICA, SEM TALCO, AMBIDESTRA, NÃO ESTÉRIL, CAIXA COM 100 UNIDADES, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M E G	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	300,00	CX	45,00	13.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MASCARA RESPIRADOR N05, INDICADA PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATORIAS E REDUÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE AERODISPERSÓIDES, NÃO ESTÉRIL, FABRICADA DE NÃO TECIDO, COM FILTRO PARA PARTICULADOS CLASSE PFF-2 E TIRAS AJUSTÁVEIS APROVADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E COM REGISTRO NA ANVISA.	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	350,00	UN	8,00	2.800,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENOXAPARINA SODICA - PUBLICAÇÕES LEGAIS	FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA	83.002.360/0001-50	30,00	UN	46,86	1.405,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TRILHO PARA PORTA DE VIDRO	CENTRAL DE PUBLICACOES LTDA	02.343.306/0001-76	1,00	UN	247,00	247,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FECHADURA COM CILINDRO	FABIANO ANTONIO PETINI DE LIMA 02335265954	35.127.664/0001-09	1,00	UN	30,00	30,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VIDRO LISO INCOLOR TEMPERADO 10 MM PARA PAINEL 235x825.	FABIANO ANTONIO PETINI DE LIMA 02335265954	35.127.664/0001-09	1,00	UN	100,00	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VELA DE IGNIÇÃO	FABIANO ANTONIO PETINI DE LIMA 02335265954	35.127.664/0001-09	1,00	UN	620,00	620,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PASTILHA DE FREIO	FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA	83.002.360/0004-00	30,00	UN	46,86	1.405,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CORREIA DENTADA	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	4,00	UN	19,14	76,56
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEDADOR DE BORRACHA	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	0,50	UN	139,00	69,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE OLEO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,20	UN	139,00	166,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ELEMENTO DO FILTRO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,00	UN	10,73	10,73
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SORTIDO COMPOSTO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,00	UN	21,52	21,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE COMBUSTIVEL	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,00	UN	58,67	58,67
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SORTIDO COMPOSTO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,00	UN	60,49	60,49
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CORREIA BORRACHA	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,00	UN	76,52	76,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TENSIONADOR	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,00	UN	493,64	493,64
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARAFUSOS	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,00	UN	78,12	78,12
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE COMBUSTIVEL	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,00	UN	133,07	133,07
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇO MÃO DE OBRA	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,00	UN	13,73	13,73
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DESCARBONIZANTE	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,00	UN	37,34	37,34
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FLUIDO DE FREIO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	2,60	UN	139,00	361,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LUBRIFICANTE SINTÉTICO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,00	UN	55,00	55,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CORREIA DENTADA	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	4,00	UN	17,96	71,84
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PASTILHA DE FREIO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	7,00	UN	25,00	175,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEDADOR DE BORRACHA	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,20	UN	139,00	166,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE OLEO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	0,50	UN	69,50	34,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE COMBUSTIVEL	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,00	UN	10,73	10,73
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE OLEO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,00	UN	21,52	21,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE COMBUSTIVEL	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,00	UN	37,34	37,34

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 30/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ELEMENTO DO FILTRO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	88.548.054/0001-01	1,00	UN	58,67	58,67
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SORTIDO COMPOSTO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	88.548.054/0001-01	1,00	UN	60,49	60,49
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FILTRO DE AR INTERNO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	88.548.054/0001-01	1,00	UN	76,52	76,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VELA DE IGNIÇÃO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	88.548.054/0001-01	4,00	UN	19,14	76,56
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CORREIA BORRACHA	AUTO MECANICA GERAL LTDA	88.548.054/0001-01	1,00	UN	78,12	78,12
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TENSIONADOR	AUTO MECANICA GERAL LTDA	88.548.054/0001-01	1,00	UN	133,07	133,07
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PARAFUSOS	AUTO MECANICA GERAL LTDA	88.548.054/0001-01	1,00	UN	13,73	13,73
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	JOGO DE PASTILHAS	AUTO MECANICA GERAL LTDA	88.548.054/0001-01	1,00	UN	466,74	466,74
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SORTIDO COMPOSTO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	88.548.054/0001-01	1,00	UN	493,64	493,64
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DESCARBONIZANTE	AUTO MECANICA GERAL LTDA	88.548.054/0001-01	1,00	UN	55,00	55,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FLUIDO DE FREIO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	88.548.054/0001-01	4,00	UN	17,96	71,84
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LUBRIFICANTE SINTÉTICO	AUTO MECANICA GERAL LTDA	88.548.054/0001-01	7,00	UN	25,00	175,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇO MÃO DE OBRA	AUTO MECANICA GERAL LTDA	88.548.054/0001-01	2,60	UN	139,00	361,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, INCOLOR, COM CHEIRO CARACTERÍSTICO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1000ML, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	BASCEL SOLUCOES LTDA	21.515.353/0001-02	500,00	LT	3,97	1.985,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Curativo de hidrocolóide e alginato de cálcio e sódio, constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbomero 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sorbato de potássio, ácido bórico, hidantona, - conservantes estes de grande importância para manutenção da estabilidade do produto por até 28 dias após aberto num ambiente aquoso, hidratante e absorvente, transparente na forma de gel, que apresenta a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, interagindo com diversos níveis de umidade da ferida, para cavidades profundas, úlceras de perna - venosa e arterial - pé diabético, cortes, abrasões e lacerações, queimaduras de 1º e 2º graus e úlceras de pressão, ação hemostática, debridante, com pH neutro, tubo com Tampa flip-top, tubo com 85 gramas. Apresentar bula junto a proposta de preços.	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	07.164.711/0001-40	100,00	UN	46,80	4.680,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 31/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA URETRAL Nº 12, DESCARTAVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL E TRANSLUCIDO, COM 1 FURO LATERAL E CONECTOR PADRÃO COM TAMPA, TUBO LISO SEM REBARBAS, COMPRIMENTO DE 40 A 45 CM, ESTERILIZADA POR RADIÇÃO IONIZANTE, EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	500,00	UN	0.408	204,00
	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO SEM P.O. AMBIDESTRA, COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE, CAIXA COM 100 UNIDADES, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS PP, P, ME E G. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	650,00	CX	42,00	27.300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SONDA URETRAL, DESCARTAVEL, ESTERIL, TAMANHO 12	V&V COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	22.771.751/0001-44	1.000,00	UN	0.408	408,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO SEM P.O. AMBIDESTRA, COM SUPERFÍCIE MICROTEXTURIZADA ANTIDERRAPANTE, CAIXA COM 100 UNIDADES, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS PP, P, ME E G. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO	ISAMED - MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES EIRELI	05.948.061/0001-07	650,00	CX	42,00	27.300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CONSULTAS NA ÁREA DE PSIQUIATRIA	MINHA ESSENCIA EMPREENDIMENTOS DE SAÚDE LTDA - ME	26.864.221/0001-00	1,00	UN	280,00	280,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES, COM DHA, ARA E PREBIÓTICOS. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G. (CIM4438)	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	09.944.371/0001-04	70,00	UN	9,33	653,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COLAGENASE COM CLORANFENICOL POMADA COM 30 GR	GIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	200,00	UN	6,00	1.200,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DICLOFENACO SAL POTÁSSICO 50 MG ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMENTO DELIMITADA POR PICO TE A SEGUINTE INFORMAÇÃO: NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	ADISUL COMERCIAL EIRELI	11.018.062/0001-47	2.000,00	COMP	0,08	160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALPRAZOLAM 0,5 mg	MEDITON FARMACEUTICA LTDA -	29.614.830/0001-90	6.000,00	UN	0,0749	449,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TAXA DETRAN SC DARE	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	UN	123,53	123,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GIMETIDINA 200 MG COMPRIMIDO	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	1.800,00	UN	0,139	250,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BETAISTINA 16 MG COMPRIMIDOS	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	20.040,00	UN	0,179	3.587,16
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Clopidogrel 75 mg	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	12.418.191/0001-95	5.000,00	UN	0,227	1.135,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 32/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SEGURO DPVAT	SEGURODORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S. LTDA - ME	09.248.608/0001-04	1,00	UN	8,08	8,08
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CILOSTAZOL 100 MG COMP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	20.590.555/0001-48	7.980,00	UN	0,308	2.457,84
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FENOTEROL BROMIDRATO, ASSOCIADO COM IPRAATROPIO BROMETO, 0,05 MG + 0,02 MG/DOSE, AEROSOL ORAL, FRASCO COM 200 DOSES COM BOCAL.	ILG COMERCIAL EIRELI	20.657.155/0001-02	75,00	FRS	12,99	974,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SOLUÇÃO P PH P M411 20 ML	WMETROLOGICA SOLUÇÕES NA AREA METROLOGICA EIRELI	30.769.955/0001-79	1,00	UN	93,00	93,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	KIT REAGENTE CLORO LIVRE 300 TESTES	WMETROLOGICA SOLUÇÕES NA AREA METROLOGICA EIRELI	30.769.955/0001-79	1,00	UN	286,00	286,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Levonpromazina, 40 mg/ ml, solução oral, frasco 20 mL	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	90,00	FRS	8,60	774,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVOMEPRIMAZINA 100 MG. COMP. FRASCO COM 20 ML.	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	3.600,00	UN	0,65	2.340,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIFIRONA SODICA, 6,67 MG + 333 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 20 ML.	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	200,00	UN	4,75	950,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	RISPERIDONA 2 MG COMPRIMIDOS	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	37.980,00	UN	0,1089	4.136,02
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Nifedipino, 20 mg comprimidos	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDI	07.752.236/0001-23	2.250,00	UN	0,046	103,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLONAZEPAM 2 MG COMP	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDI	07.752.236/0001-23	12.960,00	UN	0,052	673,92
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CALIBRAÇÃO DE TERMOMETRO LASER RASTREAVEL	WMETROLOGICA SOLUÇÕES NA AREA METROLOGICA EIRELI	30.769.955/0001-79	1,00	UN	100,00	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CALIBRAÇÃO DE CLORIMETRO E PEAGAMETRO RASTREAVEL	WMETROLOGICA SOLUÇÕES NA AREA METROLOGICA EIRELI	30.769.955/0001-79	1,00	UN	250,00	250,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMANTADINA 100MG COMPRIMIDO	LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS	04.071.245/0001-60	3.000,00	UN	0,444	1.332,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	POLIVITAMINICO DO COMPLEXO B ACONDICIONADO EM CARTELAS - CONTENDO VITAMINA B1, B2, B3, B5 e B6	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	7.000,00	UN	0,032	224,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METRONIDAZOL 400 MG	RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	31.905.076/0001-90	1.900,00	COMP	0,225	427,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FUROSEMIDA 40 MG COMPRIMIDOS	NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	11.034.934/0001-60	13.000,00	UN	0,053	689,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG.	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	12.418.191/0001-95	2.000,00	UN	0,2289	457,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Glicazida, 30 mg, comprimido liberação controlada	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	12.418.191/0001-95	29.000,00	UN	0,1199	3.477,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PROPAFENONA CLORIDRATO, 150 MG	ILG COMERCIAL EIRELI	20.657.155/0001-02	2.250,00	UN	0,8898	2.002,05
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARVEDILOL 6,25 MG COMP	ILG COMERCIAL EIRELI	20.657.155/0001-02	6.000,00	UN	0,079	474,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARVEDILOL 12,5 MG COMP	ILG COMERCIAL EIRELI	20.657.155/0001-02	3.000,00	UN	0,112	336,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BROWAZEPAM 6 mg	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1.500,00	UN	0,099	148,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	9.000,00	COMP	0,1255	1.129,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CODEINA 30 MG + PARACETAMOL 500 MG/AL	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	8.736,00	UN	0,274	2.393,66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Folha: 33/38

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Haloperidol, sal de canato 50mg/ml, solução injetável, 1 ml	CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	125,00	UN	4,40	550,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	HALOPERIDOL 1 MG COMPRIMIDOS	CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	2.600,00	UN	0,12	312,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLORPROMAZINA 25 MG COMP	CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	1.400,00	UN	0,18	252,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BIPERIDENO 2 MG COMPR.	CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	6.000,00	UN	0,17	1.020,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG + 25 MG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	3.000,00	COMP	1,557	4.671,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CLOMIPRAMINA 25 MG COMPRIMIDOS	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	2.000,00	UN	0,5699	1.139,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VARFARINA SODICA, 5MG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	4.950,00	UN	0,1034	511,83
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PROPRATILNITRATO 10 MG COMP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	6.000,00	UN	0,168	1.008,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DOXAZOSINA MESILATO, 4MG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	12.000,00	COMP	0,177	2.124,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	10.000,00	COMP	0,1189	1.189,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GLIBENCLAMIDA 5 MG - COMPRIMIDOS	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	12.000,00	UN	0,0189	226,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SIN/ASTATINA 40 MG	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	19.980,00	COMP	0,123	2.457,54
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SIN/ASTATINA 20 MG COMP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	40.050,00	UN	0,0489	1.958,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	NITROFURANTOINA 100 MG COMPRIMIDOS	ADISUL COMERCIAL EIRELI	11.018.062/0001-47	1.484,00	UN	0,23	341,32
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FENITOINA SODICA 100 MG, COMPR.	ADISUL COMERCIAL EIRELI	11.018.062/0001-47	3.300,00	UN	0,11	363,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25MG COMP LIBERAÇÃO CONTROLADA	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.355.394/0001-51	7.500,00	UN	0,25	1.875,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METOPROLOL, SAL SUCCINATO 50MG COMP LIBERAÇÃO CONTROLADA	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	04.355.394/0001-51	6.900,00	UN	0,48	3.312,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANLODIPINO 5 MG COMP	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDI	07.752.236/0001-23	15.000,00	UN	0,0255	382,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 50 MCG/DOSE, FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA, 200 DOSES	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	09.944.371/0001-04	100,00	FRS	11,50	1.150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG + 25 MG	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	09.944.371/0001-04	4.800,00	COMP	0,832	3.993,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LEVOTIROXINA SODICA 50 MG COMPRIMIDOS	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	09.944.371/0001-04	15.000,00	UN	0,08	1.200,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ACIDO VALPROICO 500 MG COMPRIMIDO	CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	05.782.733/0001-49	4.000,00	UN	0,31	1.240,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VALPROATO DE SÓDIO, 50MG/ML, XAROPE, RASCO COM 100 ML	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0001-40	100,00	FRS	2,95	295,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SULFATO DE SALBUTAMOL 100 MCG SPRAY ORAL	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0001-40	110,00	UN	6,43	707,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENALAPRIL MALEATO 20 MG	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.632.030/0001-70	8.000,00	COMP	0,0398	318,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML XAROPE 100 ML	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	25,00	FRS	8,50	212,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 34/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Levodopa, associado a carbidopa, 250 mg + 25 mg comprimido	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	1.000,00	UN	0,54	540,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ACIDO VALPROICO 250 MG COMPRIMIDOS	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	6.800,00	UN	0,125	850,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ANLIDIPINO 10 MG COMPRIMIDO	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	5.010,00	UN	0,052	260,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAPTAPRIL 25 MG COMPRIMIDOS	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	11.250,00	UN	0,0235	264,38
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	EXAME FISH PARA HER 2 BLOCO 2004012AP	NADIA APARECIDA LORENCEITE ANATOMIA PATOLOGICA	01.880.521/0001-43	1,00	UN	1.040,00	1.040,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GELO RIGIDO RECICLAVEL EMBALAGEM DE 550 ML	ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA ME	09.381.337/0001-60	500,00	UN	6,00	3.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ACIDO TRICLOROACETICO 80%	FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA	83.002.360/0004-00	1,00	UN	75,00	75,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AVENTAL DE PROCEDIMENTO, DESCARTAVEL, COM MANGA LONGA E ELÁSTICO NOS PUNHOS, FABRICADO EM NÃO TECIDO COM, NO MÍNIMO, 1M DE COMPRIMENTO E 1,30M DE LARGURA, USO ÚNICO E INDIVIDUAL, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 30G. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. TAMANHO ÚNICO	TRANSMUTE REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	29.919.770/0001-14	1.000,00	UN	8,40	8.400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PANO DE CHÃO DO TIPO SACO, ALVEJADO, FABRICADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, COR BRANCA, DIMENSÕES APROXIMADAS 65 X 50CM FECHADO.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	50,00	UN	3,99	199,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	LUA DE LATEX MULTIUZO, FABRICADA EM LATEX NATURAL, NA COR AMARELA, FORMATO ANATÔMICO, TEXTURIZADA NA PALMA E NOS DEDOS PARA EVITAR DESLIZAMENTOS, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M E G. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	60,00	PAR	4,70	282,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DISPENSER PARA: PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO 20X22CM, 100 % CELULOSE VIRGEM, 02 DOBRAS.	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI	29.222.667/0001-10	5,00	UN	32,90	164,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DISPENSER DE PAREDE PARA PAPEL HIGIÊNICO DO TIPO ROLÃO, FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE A IMPACTOS, COR BRANCA, DEVE ACONDICIONAR ROLOS DE 300 A 600M DE COMPRIMENTO	LPK LTDA	00.535.560/0001-40	5,00	UN	28,49	142,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PAPEL HIGIÊNICO 10CM X 300M, FOLHA SIMPLES, PIOTADO, FABRICADO COM CELULOSE 100% VIRGEM, NÃO RECICLADO, SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA, GRAMATURA MÍNIMA DE 20G/M2, PACOTE COM NO MÍNIMO 8 ROLOS	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	10,00	PC	53,19	531,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BALDE PLÁSTICO PARA LIMPEZA COM NO MÍNIMO 30L, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, COM ALÇA E AÇO OU PLÁSTICO REFORÇADO PARA TRANSPORTE, REDONDO	NOJUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	15,00	UN	18,74	281,10

Folha: 35/38

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÁGUA SANITÁRIA, SOLUÇÃO AQUOSA COMPOSTA DE CLORO ATIVO NA CONCENTRAÇÃO DE 2,0% A 2,5% NA FORMA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. PRODUTO SEM AROMATIZANTE. FRASCO OPACO COM 2L. CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE DE 6 MESES APÓS ABERTO	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	100,00	FRS	5,31	531,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FLANELA LARANJA FABRICADA EM 100% ALGODÃO COM COSTURA NAS BORDAS PARA NÃO DESFIAR. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 40 X 60CM	VOA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E	29.303.183/0001-04	50,00	UN	2,12	106,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PACOTE DE SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 100L. FABRICADO EM POLIETILENO, COM ESPESURA MINIMA DE 10 MICRAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 75 X 105CM. PACOTE COM 100 UNIDADES	I A LAZZAROTTO - ATACADISTA	27.950.607/0001-99	50,00	UN	42,50	2.125,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 50L. FABRICADO EM POLIETILENO, COM ESPESURA MINIMA DE 5 MICRAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 63 X 80CM. PACOTE COM 100 UNIDADES	I A LAZZAROTTO - ATACADISTA	27.950.607/0001-99	100,00	UN	17,40	1.740,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PACOTE DE SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 30L. FABRICADO EM POLIETILENO, COM ESPESURA MINIMA DE 4 MICRAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 59 X 62CM. PACOTE COM 100 UNIDADES	I A LAZZAROTTO - ATACADISTA	27.950.607/0001-99	100,00	UN	10,25	1.025,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PAPEL HIGIÊNICO 10CM X 300M. FOLHA SIMPLES, PICOOTADO, FABRICADO COM CELULOSE 100% VIRGEM, NÃO RECICLADO, SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA, GRAMATURA MINIMA DE 20G/M2. PACOTE COM NO MINIMO 8 ROLOS	RACA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA	09.449.195/0001-26	40,00	PC	56,20	2.248,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENOXAPARINA SODICA -	FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA	83.002.360/0004-00	30,00	UN	46,86	1.405,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SULFATO DE ZINCO C 100MG	FARMACIA DE MANIPULACAO FORMULARIUM LTDA	73.871.253/0001-04	3.000,00	UN	0,40	1.200,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVICO MANUTENÇÃO PASTILHA DE FREIO DIANTEIRA	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	0,50	H	139,00	69,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVICO MANUTENÇÃO CORREIA DENTADA	AUTO MECANICA GERAL LTDA	86.548.054/0001-01	1,20	H	139,00	166,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MARMITA COMPLETA	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS	83.156.824/0075-58	100,00	UN	16,50	1.650,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SEGUROS	ESSOR SEGUROS S.A.	14.525.684/0001-50	1,00	UN	1.676,98	1.676,98
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SEGUROS	ESSOR SEGUROS S.A.	14.525.684/0001-50	1,00	UN	1.112,80	1.112,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SEGUROS	ESSOR SEGUROS S.A.	14.525.684/0001-50	1,00	UN	1.136,99	1.136,99

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS</p> <p>CNPJ: 08.595.042/0001-24 RUA NEREU RAMOS, 333 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC</p>							Folha: 36/38
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PAPEL HIGIÊNICO 10CM X 30CM. FOLHA SIMPLES, PICOADO, FABRICADO COM CELULOSE 100% VIRGEM, NÃO RECIKLADO, SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA, GRAMATURA MÍNIMA DE 20G/M2. PACOTE COM NO MÍNIMO 8 ROLOS	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	10,00	PC	53,19	531,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	BALDE PLÁSTICO PARA LIMPEZA COM NO MÍNIMO 30L, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, COM ALÇA E AÇO OU PLÁSTICO REFORÇADO PARA TRANSPORTE, REDONDO	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	15,00	UN	18,74	281,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ÁGUA OXIGENADA, SOLUÇÃO ANTISÉPTICA CONTENDO PEROXÍDEO DE HÍDROGÊNIO A 3%, 10 VOLUMES, USO EXTERNO, FRASCO ESCURO OU OPACO COM 100ML CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIM8443).	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	100,00	FRS	5,31	531,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENCADERNAÇÃO ATÉ 20 PÁGINAS	COPIA SERVIÇOS DIGITAIS LTDA	11.503.288/0001-33	100,00	UN	3,00	300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENCADERNAÇÃO DE 400 ATÉ 499 PÁGINAS	ENRICO MARACCI DOS SANTOS	22.129.099/0001-69	50,00	UN	5,00	250,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENCADERNAÇÃO DE 300 ATÉ 399 PÁGINAS	ENRICO MARACCI DOS SANTOS	22.129.099/0001-69	50,00	UN	4,50	225,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENCADERNAÇÃO MAIS DE 200 ATÉ 299 PÁGINAS	ENRICO MARACCI DOS SANTOS	22.129.099/0001-69	50,00	UN	4,00	200,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENCADERNAÇÃO DE 100 A 199	ENRICO MARACCI DOS SANTOS	22.129.099/0001-69	100,00	UN	3,75	375,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENCADERNAÇÃO DE 51 ATÉ 99 PÁGINAS	ENRICO MARACCI DOS SANTOS	22.129.099/0001-69	150,00	UN	3,75	562,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ENCADERNAÇÃO DE 21 ATÉ 50 PÁGINAS	ENRICO MARACCI DOS SANTOS	22.129.099/0001-69	150,00	UN	3,75	562,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROCURÔNIO BROMETO 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA COM 5 ML.	GENESIO A. MENDES & CIA LTDA	82.873.068/0001-40	10,00	UN	16,29	162,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SUXAMETÔNIO CLORETO, 500 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	50,00	AMP	11,50	575,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SUXAMETÔNIO CLORETO, 100 MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	50,00	AMP	9,00	450,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PANCURÔNIO BROMETO, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2 ML	CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	100,00	AMP	6,10	610,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO COM 10 ML.	CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	50,00	AMP	5,50	275,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SUFENTANILA CITRATO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA DE 2 ML ACONDICIONADA EM ESTOJO ESTERILIZADO	CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA	44.734.671/0001-51	90,00	AMP	8,6593	779,34
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FINASTERIDA 5 MG	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	12.000,00	UN	0,52	6.240,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	OMEPRAZOL 20 MG - COMPR.	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	20.590.555/0001-48	231.000,00	UN	0,074	17.094,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CETOCONAZOL CREME 20 MG/BISNAGA COM 30 GRAMAS	FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA	83.002.360/0004-00	1,00	UN	22,00	22,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 08.595.042/0001-24
 RUA NEREU RAMOS, 333
 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 37/38

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	INVERMECTINA 6 MG	SUBSTANCIA - FARMACIA DE MANIPULACAO E HOMEOPATIA	06.039.829/0001-84	3.000,00	COMP	0,79	2.370,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CORONAVIRUS 2019, DETECÇÃO POR PCR (COVID-19)	G. PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATO	78.491.172/0001-00	50,00	UN	199,00	9.950,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VALPROATO DE SÓDIO, 50MG/ML, XAROPE, RASCO COM 100 ML	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	02.520.829/0001-40	100,00	FRS	2,95	295,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO, TAMANHO GRANDE (G), ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS: (CIN9158);	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	3.500,00	UN	1,33	4.655,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO MASTER FURGÃO PLACA QIV 6919 ANO/MODELO 2017/2018 RENAVAN 1138080150.	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	402,19	402,19
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO LIVINA 1.8 PLACA MII 2697 ANO/MODELO 2010/2010 RENAVAN 232831718, BONUS 05	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	366,81	366,81
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO PEUGEOT BOXER PLACA QJI 3996 ANO/MODELO 2016/2017 RENAVAN 1097058857, BONUS 1	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	380,92	380,92
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO FIAT DUCATO PLACA MHK 9779 ANO/MODELO 2009/2010 RENAVAN 190937866, BONUS 8	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	432,20	432,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO SPIN 1.8 PLACA QHZ 6186 ANO/MODELO 2016/2016 RENAVAN 1070619768, BONUS 04	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	366,81	366,81
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO TRANSIT 2.2 PLACA MLH 3820 ANO/MODELO 2013/2013 RENAVAN 600401685, BONUS 3	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	329,18	329,18
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO SPRINTER 2.2 PLACA MKL 7813 ANO/MODELO 2011/2012 RENAVAN 475245490, BONUS 5	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	402,19	402,19
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO SPIN 1.8 PLACA MLT 4402 ANO/MODELO 2014/2014 RENAVAN 994566395, BONUS 3	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	366,81	366,81
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO SPIN 1.8 PLACA QHJ 2639 ANO/MODELO 2015/2016 RENAVAN 1070619768, BONUS 1	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	366,81	366,81
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO PRISMA 1.4 PLACA MIT 0436 ANO/MODELO 2011/2012 RENAVAN 344114724, BONUS 10	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	357,90	357,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO SAVEIRO 1.6 PLACA MGP 9410 ANO/MODELO 2003/2004, RENAVAN 819102261, BONUS 7	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	357,90	357,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO VOYAGE 1.6 PLACA MLB 3783 ANO/MODELO 2013/2013 RENAVAN 534076718	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	357,90	357,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO VOYAGE 1.6 PLACA MLN 6326 ANO/MODELO 2013/2014 RENAVAN 587313730, BONUS 10	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	357,90	357,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO RENAULT MASTER PLACA MJB 2821 ANO/MODELO 2010/2011, RENAVAN 368552802, BONUS 3	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	402,19	402,19

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPOS NOVOS CNPJ: 08.595.042/0001-24 RUA NEREU RAIMOS, 333 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC							Folha: 38/38
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO ONIBUS PLACA QHA 8097 ANO/MODELO 2014/2014, CHASSI 9532M62P2E443808	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	394,30	394,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO PRISMA 1.4 PLACA MIT 0336 ANO/MODELO 2011/2012, RENAVAN 344111377, BONUS 7	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	357,90	357,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	VEICULO PRISMA 1.4 PLACA MIX 2843 ANO/MODELO 2011/2012 RENAVAN 332828743 BONUS 4	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	61.074.175/0001-38	1,00	UN	357,90	357,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METILDOPA 250 MG COMPRIMIDO	ADAGIL CLIMATIZACAO EIRELI	95.811.790/0001-00	980,00	UN	0,435	426,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMIODARONA 200 MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	9.500,00	UN	0,59	5.605,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	FENOBARBITAL 100 MG COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	4.000,00	UN	0,0855	342,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Propрандол dordrato, 40 mg comprimidos	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	5.500,00	UN	0,025	137,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	METFORMINA CLORIDRATO, 500 MG	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	25.000,00	COMP	0,0615	1.537,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CARBAMAZEPINA 200 MG COMPR.	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	13.000,00	UN	0,123	1.598,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	MACAÇÃO DE SEGURANÇA, CONFECIONADO EM NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO MICROPOROSO RESPIRÁVEL, DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO ANTIESTÉTICO, COM ZIPER E TOUCA, IMPERMEÁVEL, NA COR BRANCA, NOS TAMANHOS P, M, G, GG, EGG.	CINDARA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	10.803.816/0001-07	100,00	UN	39,00	3.900,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CAPSULA DE ZINCO (QUELATO)COM 40MG	SUBSTANCIA - FARMACIA DE MANIPULACAO E HOMEOPATIA	06.039.829/0001-84	7.500,00	UN	0,40	3.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	AMIODARONA 200 MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	9.500,00	UN	0,59	5.605,00
Total Geral ---->							525.253,07

EXTRATO DE CONTRATOS 07/2020 - FIA

Publicação Nº 2609941

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS

CNPJ: 10.269.609/0001-14

Rua J.B. Batista

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 1/1

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2020.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** AMA - ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE CAMP**CNPJ:** 11.408.672/0001-57**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 1/2019**Número do Processo:** 1/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 03/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** O prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Termo de Fomento nº 18/2019, contrato original 02/2019 - FIA, fica prorrogado para término em 21/05/2021 objetivando atender a plena execução do objeto proposto da presente parceria.**Data da Assinatura:** 24/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/07/2020**Vigência:** 24/07/2020 a 21/05/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

EXTRATO DE CONTRATOS 07/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2609939

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/3

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Julho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** B&P - CONSTRUTORA EIRELI**CNPJ:** 07.052.006/0001-51**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 4/2019**Número do Processo:** 63/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 125/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve suprimir o valor do contrato original 120/2019, em R\$ 2.353,92 (dois mil trezentos e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos), ficando o valor do contrato reprogramado em R\$ 259.910,40 (duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e dez reais e quarenta centavos), cujo objeto é a Execução de obra de construção do centro de compostagem de resíduos sólidos urbanos

Data da Assinatura: 13/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/07/2020**Vigência:** 13/07/2020 a 30/07/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.353,92**Forma de Pagamento:****Contratado:** CONSTRUTORA CIVILE LTDA**CNPJ:** 23.492.368/0001-10**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 7/2019**Número do Processo:** 138/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 126/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e justificativa do Departamento de Engenharia em anexo, o Município resolve prorrogar o prazo do contrato original nº 196/2019, por mais 30 (trinta) dias, ficando vigente até 31 de agosto de 2020, cujo objeto é a obra de ampliação do parque ambiental ecológico Ernesto Zortéa. Programa: Apoio a Projeto de Infraestrutura Turística do Ministério do Turismo - Convênio nº 862.786/2017.

Data da Assinatura: 23/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/07/2020**Vigência:** 23/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 2/3

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:

Julho/2020.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA**CNPJ:** 06.099.082/0001-50**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 5/2020**Número do Processo:** 63/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 127/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE RUAS DO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA.**Data da Assinatura:** 24/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/07/2020**Vigência:** 24/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 921.582,53**Forma de Pagamento:** CONFORME ANDAMENTO DA OBRA**Contratado:** GENTE SEGURADORA SA**CNPJ:** 90.180.605/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 37/2015**Número do Processo:** 72/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 128/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** MEDIANTE SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O MUNICÍPIO RESOLVE ADITAR O CONTRATO ORIGINAL Nº 159/2015, INCLUINDO NO SEGURO O VEÍCULO DESCRITO ABAIXO COM O RESPECTIVO VALOR: MARCA/MODELO: CHEVROLET/ SPIN LTZ 1.8 ECO FLEX 4PANO/MODELO: 2018/2018 PLACA: QIY 9913 CHASSI: 9BGJC7520JB237579 CATEGORIA: PASSEIO - NACIONAIS COMBUSTÍVEL: GASOLINA Nº DE OCUPANTES: 7**Data da Assinatura:** 24/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/07/2020**Vigência:** 24/07/2020 a 07/08/2020**Programa de Trabalho:** 05.16 16.482.0007 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 282,94**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

CNPJ: 82.939.232/0001-74

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 3/3

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2020.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ROBERTO MIGUEL ME**CNPJ:** 15.862.954/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 8/2019**Número do Processo:** 150/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 129/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante necessidade e justificativa do Departamento de Engenharia em anexo, o Município resolve prorrogar o prazo de vigência do contrato original 204/2019 até 31 de dezembro de 2020, cujo objeto é a obra de REFORMA E AMPLIAÇÃO NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO PADRE QUINTILIO COSTINI**Data da Assinatura:** 28/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/07/2020**Vigência:** 01/08/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

EXTRATO DE CONTRATOS MES 07/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2609942

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 08.595.042/0001-24
RUA NEREU RAMOS, 333
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Julho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** B&P - CONSTRUTORA EIRELI**CNPJ:** 07.052.006/0001-51**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2018**Número do Processo:** 48/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 29/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante solicitação da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, em anexo, o Município resolve aditar o valor do contrato original 37/2019, em 25% do valor inicial, representando R\$ 136.130,00 (cento e trinta e seis mil cento e trinta reais), ficando o valor da obra reprogramado em R\$ 680.691,06 (seiscentos e oitenta mil seiscentos e noventa e um reais e seis centavos), cujo objeto é a obra de Contratação De Empresa Para Construção UBS - Bairro Nossa Senhora De Lourdes. Recursos do Fundo

Data da Assinatura: 01/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/07/2020**Vigência:** 01/07/2020 a 31/08/2020**Programa de Trabalho:** 19.01 10.301.0020 1.052.4.4.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 136.130,00**Forma de Pagamento:** CONFORME ANDAMENTO DA OBRA**Contratado:** MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**CNPJ:** 61.074.175/0001-38**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 15/2018**Número do Processo:** 26/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 30/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o Fundo resolve aditar o prazo da apólice referente ao contrato original nº 30/2018, pelo período de 90 (noventa) dias, ficando vigente até 01 de novembro de 2020, com previsão de prorrogação, a apólice vigorará até 01 de novembro de 2020, referente contratação de seguros destinados aos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 31/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/07/2020**Vigência:** 31/07/2020 a 01/11/2020**Programa de Trabalho:** 19.02 10.301.0020 2.064.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.992,06**Forma de Pagamento:** 03 PARCELAS

EXTRATO DE CONTRATOS MES 07/2020 - SOCIAL

Publicação Nº 2609940

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/2

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Julho/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MAI COMERCIO E PREST.DE SERV.ELETRÔNICO LT-ME**CNPJ:** 07.936.711/0001-11**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 39/2017**Número do Processo:** 70/2017**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 16/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve aditar o contrato original nº 18/2017, para acrescentar 05 (cinco) sensores no centro de convivência dos idosos, devido a ampliação do local, ficando acrescido o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais, passando a mensalidade para R\$ 204,00 (duzentos e quatro reais).

Data da Assinatura: 01/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/07/2020**Vigência:** 01/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 35.01 08.244.0006 2.048.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 300,00**Forma de Pagamento:** mensal**Contratado:** ASSOCIACAO CENTRO BENEFICENTE PE. ARMANDO**CNPJ:** 04.503.921/0001-28**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 2/2019**Número do Processo:** 10/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 17/2020**Fundamento Legal:**

Objeto: Para a execução das atividades previstas, para o exercício dos meses de julho a dezembro de 2020, adita-se novamente o valor constante da Cláusula Quinta do Termo de Fomento nº 24/2019, alterado pela Cláusula Segunda do Primeiro Termo de Prorrogação, Aditamento e Alteração do Termo de Fomento nº 24/2019, perfazendo um total de R\$ 17.499,96 (dezessete mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), em acordo com o cronograma de desembolso e plano de trabalho.

Data da Assinatura: 14/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/07/2020**Vigência:** 14/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 35.01 08.244.0006 2.048.3.3.50.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 17.499,96**Forma de Pagamento:** MENSAL

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

CNPJ: 01.850.671/0001-04

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Folha: 2/2

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2020.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONSTRUÇOES E COMERCIO BASE FORTE EIRELI**CNPJ:** 18.370.317/0001-85**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2020**Número do Processo:** 13/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 18/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE TELHAS E CUMEEIRAS PARA ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATINGIDAS POR EVENTOS CLIMÁTICOS OCORRIDOS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC.**Data da Assinatura:** 17/07/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/07/2020**Vigência:** 17/07/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.393,28**Forma de Pagamento:** 30 dias

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT CT422020**

Publicação Nº 2608723

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 42/2020

TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO CNO 46/2019

DATA DE ASSINATURA: 18 de Agosto de 2020

OBJETO: Execução de proteção e impermeabilização de 872,69 m2 de superfície do Reservatório de Água Tratada em Concreto Armado de 1.500m3, componente do sistema público de abastecimento de água da cidade de Campos Novos.

CONTRATADA: BUNKER REVESTIMENTOS LTDA (CNPJ 11.999.446/0001-98).

VALOR: Total do Contrato R\$ 482.279,75 (Quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

PRAZO VIGÊNCIA: O Presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, a partir da data de sua assinatura e prazo de execução do presente Contrato será de 90 (noventa) dias a partir da data de emissão da ordem de serviço.

LUCIANO CHIAMOLERA ANDONINI

DIRETOR DO SAMAE

EXT CT432020

Publicação Nº 2609850

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO 43/2020

DATA DE ASSINATURA: 19/08/2020

OBJETO: Prestação de serviços de implantação e locação de softwares integrados de gestão comercial de saneamento, que atenda as unidades do comercial, atendimento, faturamento, arrecadação, obras e operações.

CONTRATADA: J-Tech Soluções em Informática Ltda.

VALOR: R\$ 93.800,00 (Noventa e três mil e oitocentos reais).

PRAZO: 19/08/2020 à 18/08/2021

LUCIANO CHIAMOLERA ANDONINI

DIRETOR DO SAMAE

PORTARIA 116/2020

Publicação Nº 2610219

PORTARIA SAMAE CNO 116/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

DESIGNAR a servidora PRISCILLA DE OLIVEIRA SOUZA DA SILVA, Auxiliar Administrativa, Padrão 4.1.C para exercer a Função gratificada de Chefe de Serviço no posto de atendimento do AGILIZA, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini

Diretor do SAMAE

PORTARIA 117/2020

Publicação Nº 2610288

PORTARIA SAMAE CNO 117/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições, e conforme o Decreto nº 8.589/2020 de 16 de abril de 2020,

RESOLVE

Conceder afastamento por grupo de risco à servidora NEUSA APARECIDA DE LIMA, Assistente Administrativa, Padrão 6.3.L, pelo período que perdurar a situação de emergência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) ou por determinação do Poder Executivo Municipal. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020

Publicação Nº 2610060

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 1/9
 Processo Nº.: 17/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2020

No dia 15 do mês de Julho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) SAMAE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, com sede administrativa localizada na RUA CAETANO CARLOS, 466, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) DIRETOR, o Sr(a). LUCIANO CHIAMOLERA ANDONINI, inscrito no CPF sob o nº. 664.965.009-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 10/2020, Processo Licitatório nº. 17/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE, COM ENTREGA ESTIMADA PARA O PERÍODO DE 12 MESES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7801	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME	5, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19, 28, 33, 35, 43, 46, 60
8052	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS POUSO NOVO EIRELI	2, 3, 4, 11, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 31, 32, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 62, 63, 64
8053	GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	
7852	LENOIR POMPEO 02840845903	56
7515	OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	29, 38, 49, 53
7516	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	
8019	TATIELLE BUENO ALVES	1, 6, 7, 8, 24, 25, 26, 27, 30, 34, 36, 45, 48, 59, 61

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME	05.758.684/0001-09	ROBERTO ANTONIO TESSARO	518.086.929-34
DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS POUSO NOVO EIRELI	19.167.682/0001-50	MATEUS DELAZERI	058.543.219-80
GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	35.233.831/0001-98	GELCIOMAR FILIPPI	760.941.119-15
LENOIR POMPEO 02840845903	28.086.462/0001-92	LENOIR POMPEO	028.408.459-03
OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	11.499.653/0001-83		
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	85.248.680/0001-10		
TATIELLE BUENO ALVES	35.193.845/0001-25	RAFAEL DE OLIVEIRA COSTA	115.399.529-83

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE, COM ENTREGA ESTIMADA PARA O PERÍODO DE 12 MESES.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 2/9

Processo Nº.: 17/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

Fornecedor: 7515 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
29	PANO MULTIUSO MICROFIBRA 70% POLIÉSTER 30% POLIAMIDA 40X40CM	PÇ		30,000	3,3500	100,50
38		RL		60,000	2,9900	179,40
49	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 1LITRO 92% INPH	UN		80,000	4,1000	328,00
53	DESODORIZADOR DE AMBIENTES- LIQUIDO	UN		50,000	5,5000	275,00

Fornecedor: 7801 - COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	COLHER DE CHA EM INOX	UN	SIMONAGIO	24,000	1,2000	28,80
9	PRATO DE VIDRO, RASO, 26 CM	UN	NADIR	24,000	3,7700	90,48
10	ESCORREDOR DE LOUÇA, INOX, COM SUPORTE PARA TALHERES	UN	MOR	4,000	59,0000	236,00
12	GARRAFA TERMICA EM INOX CAP. 1,8 LT AMPOLA DE VIDRO	PÇ	INVICTA	8,000	50,0000	400,00
13	GARRAFA TERMICA DE 5 LITROS	UN	MOR	8,000	34,9000	279,20
14	CHALEIRA EM AÇO INOX 3 LITROS	UN	RAVINOX	6,000	50,5000	303,00
15	CHALEIRA ELÉTRICA 2 LITROS JARRA INOX 220V	UN	UNITERM	6,000	75,0000	450,00
19	COPO DE SCARTÁVEL 200ML TRANSLÚCIDO	UN	COPOSUL	300,000	2,1000	630,00
28	PANO DE CHAO TIPO TOALHA LISTRADA	UN	CATARINENS	60,000	2,5500	153,00
33	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA NEUTRO COM 04 UNIDADES 30 METROS	PCT	FOFINHO	200,000	3,2800	656,00
35	PAPEL HIGIENICO NEUTRO FOLHA DUPLA, 30 MTS X 10 CM, COM 08 ROLOS	PCT	NEVE	60,000	11,9500	717,00
43	VASSOURA COM PELO NATURAL, CERDAS MACIAS, OCM CABO LEVEMENTE INCLINADO, 31CMX11CMX7CM	PÇ	SUPERPRO	20,000	7,8000	156,00
46	LIXEIRA PLÁSTICA PARA BANHEIRO COM TAMP A E PEDAL, 24 LITROS	UN	PLASUTIL	6,000	36,0000	216,00
60	SABONETE LIQUIDO 5 LITROS, PH FISIOLOGICO.	GL	NOBRE	40,000	12,5000	500,00

Fornecedor: 7852 - LENOIR POMPEO 02840845903

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
56	CERA LIQUIDA 750 ML	UN	GIOCA	80,000	4,9000	392,00

Fornecedor: 8019 - TATIELLE BUENO ALVES

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AÇUCAR REFINADO 5 KG.	PC	ALTO ALEGRI	65,000	10,4000	676,00
6	COLHER DE SOPA INOX	UN	MARTINOX	24,000	0,9900	23,76
7	FAC INOX SERRILHADA, 21,5CM	UN	MARTINOX	24,000	1,5000	36,00
8	GARFO INOX, 19CM, COM 4 DENTES	UN	MARTINOX	24,000	1,2900	30,96
24	SACO PARA LIXO 100 LITROS EMBALAGEM COM 50 SACOS PICOTADOS, MEDIDAS 75CM X 1,05CM	RL	PRÓ LIMPE	80,000	6,9700	557,60
25	SACO PARA LIXO 50 LITROS, EMBALAGEM COM 50 SACOS PICOTADOS, MEDIDAS 63CM X 80CM	RL	PRÓ LIMPE	40,000	3,4900	139,60
26	SACO PARA LIXO 15 LITROS, EMBALAGEM COM 100 SACOS PICOTADOS, MEDIDAS 39CM X 58CM	RL	PRÓ LIMPE	10,000	3,4900	34,90
27	SACO PARA LIXO 30 LITROS, EMBALAGEM COM 50 SACOS PICOTADOS, MEDIDAS 59CM X 62CM	RL	PRÓ LIMPE	40,000	3,4900	139,60
30	PANO DE PRATO COM BARRAS COLORIDAS 100% ALGODÃO DE 45 X 70CM	UN	TEXTIL	20,000	1,2900	25,80
34	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO 300 METROS 100% CELULOSE	UN	ALTO VALE	150,000	3,7000	555,00
36	PAPEL TOALHA 23X20CM C/5000UN	CX	BELA VISTA	80,000	37,9900	3.039,20
45	BALDE 12 LITROS COM MARCAÇÃO LATERAL DE MEDIDA COM BICO	UN	FORTA	15,000	15,9500	239,25
48	ÁLCOOL ETÍLICO 70° 1 LITRO	UN	SUPER VALE	80,000	6,9900	559,20
59	SABÃO LIQUIDO COM 5 LITROS	GL	MAIS BRILHC	40,000	11,9900	479,60
61	ÁGUA SANITÁRIA 5 LITROS	GL	MAIS BRILHC	50,000	5,4700	273,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/9

SAMAE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 17/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

Fornecedor: 8052 - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS POUSO NOVO EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	CAFÉ EM PÓ NÃO SOLUVEL EXTRA FORTE COM TORRA MUITO ESCURA EMBALADO A VACUO EM CAIXA DE PAPELÃO DE 500GRS E POSSUA O SELO DA ABIC	CX		340,000	6,4900	2.206,60
3	FILTRO PARA CAFÉ Nº103	CX		100,000	2,3200	232,00
4	PORTA FILTRO PARA FILTRO Nº103	PÇ		8,000	3,8800	31,04
11	GARRAFA TERMICA COM VIDRO E PRESSAO NA TAMPA EM INOX CAPACIDADE 1 LITRO	PÇ		8,000	50,0000	400,00
16	SUPORTE PARA COPOS DESCARTAVEIS PORTA COPOS 200ML, DE FACIL INSTALAÇÃO COM PARAFUSOS E BUCHAS INCLUSAS	UN		14,000	14,4900	202,86
17	SUPORTE PARA COPOS DESCARTAVEIS PORTA COPOS 80ML, DE FACIL INSTALAÇÃO COM PARAFUSOS E BUCHAS INCLUSAS	UN		14,000	12,4900	174,86
18	COPO, EM VIDRO LISO TRANSPARENTE, 200ML	UN		36,000	1,9900	71,64
20	COPO DESCARTÁVEL 80ML TRANSLÚCIDO	UN		300,000	2,2900	687,00
21	TAPETE, COM BASE EMBORRACHADA ANTIDERRAPANTE 150CM X 50CM	UN		30,000	80,0000	2.400,00
22	TAPETE, COM BASE EMBORRACHADA ANTIDERRAPANTE, USO INTERNO, 60CM X 40CM	UN		40,000	12,0000	480,00
23	SACO PARA LIXO 100 LITROS, RESISTENTE, 18 MICRA DE EXPESSURA, A SER UTILIZADO PARA TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS	UN		400,000	0,6000	240,00
31	TOALHA DE ROSTO 41X70 100% ALGODÃO	UN		20,000	3,3000	66,00
32	FLANELA PARA LIMPEZA MEDINDO 28 CM X 48 CM	UN		50,000	0,9800	49,00
37	PAPEL TOALHA PACOTE COM DOIS ROLOS DE 50 FOLHAS PICOTADAS MEDINDO 22CMX18,5 CADA TOALHA, COMPOSIÇÃO 100% DE FIBRAS VIRGENS	UN		40,000	2,4000	96,00
39	GUARDANAPO DE PAPEL, PACOTE COM 50 UNIDADES, 30CMX30CM	PCT		20,000	0,8900	17,80
40	RODO DE BORRACHA APROXIMADAMENTE 40CM COM CABO	PÇ		15,000	3,3400	50,10
41	RODO DE ESPUMA, MULTIUSO LIMPEZA PESADA, COM MANTA	PÇ		40,000	4,7000	188,00
42	RODO PARA CERA DE ESPUMA 22 X 7 X 5,5CM, CABO DE 1,20M	PÇ		20,000	3,7900	75,80
44	VASSOURA EM NYLON, BASE EM PVC, COM NO MINIMO 72 TUFO E 45 CERDAS CADA TUFO, COM 12 CM DE COMPRIMENTO CADA CERDA	PÇ		30,000	4,0000	120,00
47	ESCOVA MULTIUSO PARA LIMPEZA COM BASE CERDAS EM PLASTICO	UN		30,000	1,6900	50,70
50	NAFTALINA EM BOLAS, EMBALAGEM 50G	PCT		50,000	1,2500	62,50
51	DESODORIZADOR SANITARIO, PASTILHA ADESIVA, EMBALAGEM COM 3 UNIDADES	CX		60,000	2,1500	129,00
52	DESODORIZADOR DE AMBIENTES, COM 360ML, AEROSOL	UN		60,000	4,9000	294,00
54	DESINFETANTE PARA BANHEIRO COM 05 LITROS	GL		80,000	5,6000	448,00
55	LIMPA VIDROS COM 500ML	FR		30,000	1,9900	59,70
57	SABAO EM PÓ CAIXA COM 1KG	CX		20,000	5,1900	103,80
58	SAPONÁCEO CREMOSO 300ML	FR		80,000	2,8000	224,00
62	DETERGENTE LIMPA PISO ANTIDERRAPANTE, EMBALAGEM COM 5 LITROS, COM ACIDO CLORIDRICO E TENSOATIVO ANIONICO BIODEGRADAVEL	GL		40,000	13,0900	523,60
63	DETERGENTE MULTI USO LIMPEZA PESADA 500ML	FR		100,000	2,9900	299,00
64	DETERGENTE NEUTRO 500ML	VD		100,000	1,0900	109,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/9

SAMAE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 17/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/9

SAMAE CAMPOS NOVOS**Processo N°.: 17/2020****PREGÃO PRESENCIAL N°. 10/2020****CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/9

SAMAE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 17/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/9
Processo Nº.: 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 8/9
Processo Nº.: 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 9/9

Processo Nº.: 17/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 15 de Julho de 2020.

LUCIANO CHIAMOLERA ANDONINI
DIRETOR

Empresas Participantes:

COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME	CNPJ: 05.758.684/0001-09	_____
DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS POUSO NOVO EIRELI	CNPJ: 19.167.682/0001-50	_____
GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	CNPJ: 35.233.831/0001-98	_____
LENOIR POMPEO 02840845903	CNPJ: 28.086.462/0001-92	_____
OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 11.499.653/0001-83	_____
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	CNPJ: 85.248.680/0001-10	_____
TATIELLE BUENO ALVES	CNPJ: 35.193.845/0001-25	_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020

Publicação Nº 2610074

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 1/9
 Processo Nº.: 21/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2020

No dia 17 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) SAMAE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, com sede administrativa localizada na RUA CAETANO CARLOS, 466, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) DIRETOR, o Sr(a). LUCIANO CHIAMOLERA ANDONINI, inscrito no CPF sob o nº. 664.965.009-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 12/2020, Processo Licitatório nº. 21/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) DESPESA QUE SE EMPENHA REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO A SEREM UTILIZADOS CONFORME NECESSIDADE DO SAMAE, COM ENTREGA ESTIMADA PARA O PERÍODO DE 12 MESES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7429	BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME	5
7273	CIMECOM PRÉ-MOLDADOS LTDA	41, 42, 43, 44, 45, 46, 47
7550	CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO BASE FORTE EIRELI	9, 12, 13, 22, 25, 34, 35, 36, 37, 40
7803	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	19, 20, 27
6235	JV COM. DE MAT. ELETRICOS E DEC.LTDA.	18, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 33, 38
8061	PLANALTO SUL ATACADO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO	8, 10, 11, 14, 15, 17, 26, 32
7682	PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCA	1, 2, 3, 4, 6, 7, 16, 39
7959	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	
8063	SSM COMERCIO DE TINTAS LTDA	21
8062	VIA RN TINTAS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME	07.156.840/0001-97	SERGIO CAMARA ALVES	234.363.520-04
CIMECOM PRÉ-MOLDADOS LTDA	81.364.713/0001-36	LUIZ ANTONIO REGENSBURGER	007.019.419-01
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO BASE FORTE EIRELI	18.370.317/0001-85	ANGELITA COSER	040.300.269-90
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	12.532.054/0001-87	JOSE THIAGO DE SOUZA	049.352.919-58
JV COM. DE MAT. ELETRICOS E DEC.LTDA.	01.276.119/0001-54	LUCAS VICTOR KRUTZMANN	097.903.899-57
PLANALTO SUL ATACADO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO	36.183.581/0001-91	ILVA APARECIDA CAMPOS	009.128.629-80
PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONST	21.563.856/0001-45	LUIZ CARLOS PAGGI	569.098.459-00
RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	33.159.725/0001-86	RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA	082.131.159-02
SSM COMERCIO DE TINTAS LTDA	28.040.796/0001-25	MARCELO VITORASSI	753.427.829-53
VIA RN TINTAS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	05.197.303/0001-60		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 DESPESA QUE SE EMPENHA REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO A SEREM UTILIZADOS CONFORME NECESSIDADE DO SAMAE, COM ENTREGA ESTIMADA PARA O PERÍODO DE 12 MESES.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 2/9

Processo Nº.: 21/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020

Fornecedor: 6235 - JV COM. DE MAT. ELETRICOS E DEC.LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	TELA ALAMBRADO SOLDADA, FIO 2,30MM/ MALHA5X15CM / 25MT	MT	BELGO	500,000	14,0000	7.000,00
23	BANDEJA PARA TINTA CAPACIDADE 300ML	UN	MAX	15,000	4,0000	60,00
24	ROLO DE LÂ COM CABO 15 CM	PÇ	NOVE54	25,000	8,0000	200,00
28	PARAFUSO S6 COM BUCHA PHILIPS	UN	ESAF	300,000	0,2000	60,00
29	PARAFUSO S8 COM BUCHA PHILIPS	UN	ESAF	300,000	0,4500	135,00
30	PARAFUSO S10 COM BUCHA CABEÇA SEXTAVADA	UN	ESAF	300,000	0,8000	240,00
31	PARAFUSO S12 COM BUCHA CABEÇA SEXTAVADA	UN	ESAF	300,000	0,9000	270,00
33	PREGO COM CABEÇA CORPO LISO 13X15	KG	ARCELOR MI	20,000	9,9000	198,00
38	PREGO 19 X 39 COM CABEÇA	KG	ARCELOR MI	20,000	8,8000	176,00

Fornecedor: 7273 - CIMECOM PRÉ-MOLDADOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
41	BLOCO DE CONCRETO INTERTRAVADO 20 X 10 X 6CM	UN		2.000,000	0,8200	1.640,00
42	TUBO DE CONCRETO C/ ARMADURA DUPLA, DIAMETRO INTERNO 80CM, ALTURA 1,00MT, ESPESSURA MÍNIMA 7CM C/ ENCAIXE TIPO MACHO/FÊMEA, ACABAMENTO LISO	UN		200,000	297,0000	59.400,00
43	TUBO DE CONCRETO C/ ARMADURA DUPLA, DIAMETRO INTERNO 80CM, ALTURA 0,50MT, ESPESSURA MÍNIMA 7CM C/ ENCAIXE TIPO MACHO/FÊMEA, ACABAMENTO LISO	UN		200,000	197,0000	39.400,00
44	TUBO DE CONCRETO C/ ARMADURA DUPLA, DIAMETRO 80CM, ALTURA 0,30MTS ESPESSURA 7CM, COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA, ACABAMENTO LISO	UN		150,000	157,0000	23.550,00
45	TUBO DE CONCRETO C/ ARMADURA DUPLA, DIAMETRO INTERNO 80CM, ALTURA 0,20MT, ESPESSURA MÍNIMA 7CM C/ ENCAIXE TIPO MACHO/FÊMEA, ACABAMENTO LISO	UN		150,000	142,0000	21.300,00
46	TUBO DE CONCRETO DIÂMETRO INTERNO 40 CM, ALTURA 1,00 M, ESPESSURA MÍNIMA 7CM COM ENCAIXE TIPO MACHO E FÊMEA, ACABAMENTO LISO	UN		150,000	38,0000	5.700,00
47	TUBO DE CONCRETO DIÂMETRO INTERNO 30 CM, ALTURA 1,00 M, ESPESSURA MÍNIMA 7CM COM ENCAIXE TIPO MACHO E FÊMEA, ACABAMENTO LISO	UN		200,000	31,0000	6.200,00

Fornecedor: 7429 - BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	BRITA GRADUADA	M3		800,000	64,5000	51.600,00

Fornecedor: 7550 - CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO BASE FORTE EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	ARGAMASSA AC1	SC	INKOR	100,000	8,4000	840,00
12	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE LIQUIDO, PARA ARGAMASSA E REBOCO, 1 LITRO	UN	MAXTON	80,000	8,6000	688,00
13	ACELERADOR DE PEGA E ENDURECIMENTO DE CONCRETO 5KG	UN	QUEVEKS	20,000	62,0000	1.240,00
22	SOLVENTE 900 ML	UN	INKOR	20,000	8,8500	177,00
25	ROLO DE LÂ COM CABO 23 CM	PÇ	ROMA	25,000	7,7900	194,75
34	PREGO COM CABEÇA CORPO LISO 16 X 24	KG	ARCELOR MI	20,000	9,9500	199,00
35	PREGO COM CABEÇA CORPO LISO 17 X 27	KG	ARCELOR MI	20,000	8,9500	179,00
36	PREGO COM CABEÇA CORPO LISO 18 X 24	KG	ARCELOR MI	20,000	8,9000	178,00
37	PREGO COM CABEÇA CORPO LISO 18 X 30	KG	ARCELOR MI	20,000	8,7900	175,80
40	TIJOLO MACIÇO 5,5 X 9 X 19 CM.	UN	CANELA	1.500,000	0,5700	855,00

Fornecedor: 7682 - PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AREIA MEDIA.	M3	Vargeão	300,000	106,0000	31.800,00
2	BRITA Nº0 - PEDRISCO	M3	Britasul	800,000	65,0000	52.000,00
3	BRITA Nº 01	M3	Britasul	500,000	58,0000	29.000,00
4	BRITA Nº 02	M3	Britasul	300,000	58,0000	17.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/9

SAMAE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 21/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020

Fornecedor: 7682 - PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	PO DE BRITA	M3	Britasul	600,000	59,0000	35.400,00
7	CIMENTO - CP V ARI	SC	Supremo	600,000	25,9000	15.540,00
16	AÇO CA- 50 8,0MM BARRA 12MT	BR	Arcilor	350,000	25,0000	8.750,00
39	TIJOLO CERAMICO 6 FUROS 14 X 9 X 27 CM.	UN	Canelinha	1.500,000	0,6200	930,00

Fornecedor: 7803 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
19	ARAME RECOZIDO	KG		100,000	8,9000	890,00
20	TINTA ACRÍLICA COR AZUL FRANÇA	GL		20,000	115,0000	2.300,00
27	PINCEL 3"	UN		20,000	7,7000	154,00

Fornecedor: 8061 - PLANALTO SUL ATACADO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	CAL HIDRATADA COM 20 KG.	SC		100,000	8,0000	800,00
10	ARGAMASSA AC2	SC		100,000	16,1000	1.610,00
11	ARGAMASSA AC III CONFORME NBR 14.081	SC		100,000	20,5000	2.050,00
14	AÇO CA - 60 4,20 MM BARRA 12 MT	BR		500,000	7,5000	3.750,00
15	AÇO CA - 60 5,00MM BARRA 12MT	BR		350,000	10,0000	3.500,00
17	AÇO CA-50 10,0MM BARRA DE 12MT	BR		350,000	35,9900	12.596,50
26	PINCEL 2"	UN		20,000	4,5000	90,00
32	PREGO COM CABEÇA DUPLA CORPO LISO 18X30	KG		20,000	10,0000	200,00

Fornecedor: 8063 - SSM COMERCIO DE TINTAS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
21	TINTA ACRÍLICA COR BRANCA	GL	FUTURA	20,000	90,0000	1.800,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/9

SAMAE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 21/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOSPágina: 5/9
Processo Nº.: 21/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/9

SAMAE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 21/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/9

SAMAE CAMPOS NOVOS**Processo N°.: 21/2020****PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2020**

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOSPágina: 8/9
Processo Nº.: 21/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 9/9

Processo Nº.: 21/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 17 de Agosto de 2020.

LUCIANO CHIAMOLERA ANDONINI
DIRETOR

Empresas Participantes:

BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME	CNPJ: 07.156.840/0001-97	_____
CIMECOM PRÉ-MOLDADOS LTDA	CNPJ: 81.364.713/0001-36	_____
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO BASE FORTE EIRELI	CNPJ: 18.370.317/0001-85	_____
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	CNPJ: 12.532.054/0001-87	_____
JV COM. DE MAT. ELETRICOS E DEC.LTDA.	CNPJ: 01.276.119/0001-54	_____
PLANALTO SUL ATACADO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAC	CNPJ: 36.183.581/0001-91	_____
PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRI	CNPJ: 21.563.856/0001-45	_____
RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA 08213115902	CNPJ: 33.159.725/0001-86	_____
SSM COMERCIO DE TINTAS LTDA	CNPJ: 28.040.796/0001-25	_____
VIA RN TINTAS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	CNPJ: 05.197.303/0001-60	_____

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 191/2020

Publicação Nº 2609564

DECRETO Nº. 191/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO as inúmeras atribuições incumbidas à Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de delegação para o desempenho de atividades incumbidas ao gestor público, resolve:

DELEGAR PODERES

Art. 1º - Fica delegado ao servidor ANDERSON ALVES CAVALHEIRO, ocupante do cargo de Chefe de Setor, a partir de 17/08/2020, a responsabilidade pela retirada de documentos de veículos pertencentes a este Município junto aos departamentos de trânsito competentes, conferindo-lhe os poderes necessários e legais para tanto, nos termos do Memorando nº 10.995/SMAFO/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 023/2019.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1089/2020

Publicação Nº 2609554

PORTARIA Nº. 1089/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 80 da LC nº 070/2019, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora DIRAZELI DO PRADO, efetiva no cargo de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 26/07/2020 a 14/08/2020, conforme Memorando nº 14.078/SMAFO/2020 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1090/2020

Publicação Nº 2609551

PORTARIA Nº. 1090/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei Complementar nº 070/2019:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 151 da Lei Complementar nº 070/2019, resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 151 e seguintes da Lei Complementar 070/2019, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais, designados pela Portaria nº 1088/2020, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. FRANCIELI JOANA BIALESKI;
2. RAFAELI MAIZE ZIERUTH;
3. MARCIANO FERNANDES CORRÊA.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descritos no Memorando nº 12.748.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1091/2020

Publicação Nº 2609556

PORTARIA Nº. 1091/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 83 da Lei Complementar 070/2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a ROSELI SCHMITBERGER DOS SANTOS, que exerce o cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas, no GEM Frei Fabiano Gadzinski, junto a Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 11/08/2020 a 06/02/2021, conforme Memorando nº 14.089/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1092/2020

Publicação Nº 2609557

PORTARIA Nº. 1092/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de ROSELI SCHMITBERGER DOS SANTOS, contratada no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas, no GEM Frei Fabiano Gadzinski, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 12/12/2020 a 06/02/2021, conforme Memorando nº 14.090/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1093/2020

Publicação Nº 2609561

PORTARIA Nº. 1093/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 96 da LC 070 de 2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora RITA DE CASSIA STOLARSKI PORTES, efetiva no cargo de Servente, 40 horas, no CEI Rodolfo Linzmeier, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2013/2018, a desfrutar no período de 17/08/2020 a 15/09/2020, conforme Memorando nº 13.980/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. FMAS 04/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2609846

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMAS 04/2020 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº. 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/09/2020, às 14h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE ITENS DE BENS DE CONSUMO E

EQUIPAMENTO A SEREM UTILIZADOS NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIALDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADEDA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS). Recebimento de propostas até às 13h00min, no endereço eletrônico www.bll.org.br do dia 01/09/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 88/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2610157

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 88/2020 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/09/2020, às 15h30min, licitação para REGISTRO DE PREÇO DE 5.409 KITS DE ALIMENTOS PARA ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS, PARA AQUISIÇÃO NO MÊS DE SETEMBRO. Recebimento de propostas até às 14h30min, no endereço eletrônico www.bll.org.br do dia 01/09/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 91/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2610161

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 91/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/09/2020, às 08h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇO DE HORAS DE MÃO DE OBRA E MAQUINÁRIO, DESTINADOS A PREPARAÇÃO E APLICAÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA NAS VIAS DO MUNICÍPIO. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 01/09/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

PMC TA 001/2020 C001

Publicação N° 2610244

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Aditivo N° : TA 001/2020 C001 - Contrato N°: 0001/2020 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: CONSTRUTORA SOLO LTDA Valor : 167.200,50 (cento e sessenta e sete mil e duzentos reais e cinq-enta centavos) Vigência : Início: 18/08/2020 Término: 31/12/2020 Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 3/2019 Processo_Licitatório.....: 000181 / 2019 Objeto : O objeto do presente TERMO ADITIVO é a ADIÇÃO DO VALOR de R\$ 167.200,50 (cento e sessenta e sete mil, duzentos reais e cinq-enta centavos) referente a serviços necessários em razão da deterioração ou depredação da obra, pelo fato de sua paralisação. Conforme Parecer Jurídico n° 216/2020 e demais documentos que passam a integrar o referido processo.</p>	
Capinzal, 18 de Agosto de 2020	

PMC TA 002/2020 C001

Publicação N° 2610246

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Aditivo N° : TA 002/2020 C001 - Contrato N°: 0001/2020 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: CONSTRUTORA SOLO LTDA Valor : 13.555,48 (treze mil quinhentos e cinq-enta e cinco reais e quarenta e oito centavos) Vigência : Início: 18/08/2020 Término: 31/12/2020 Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 3/2019 Processo_Licitatório.....: 000181 / 2019 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente TERMO ADITIVO é a SUPRESSÃO DO VALOR de R\$ 13.555,48 (treze mil, quinhentos e cinq-enta e cinco reais e quarenta e oito centavos) considerando quantidades e custos do orçamento inicial, de determinados itens - materiais, que não serão executados em razão da quantidade superior ao necessário para a finalização dos serviços. Conforme Parecer Jurídico n° 216/2020 e demais documentos que passam a integrar o referido processo.</p>	
Capinzal, 18 de Agosto de 2020	

PORTARIA 0104/2020

Publicação Nº 2609692

PORTARIA Nº 0104, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no inciso II do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e conforme requerimento protocolado sob o nº 173900/2019, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter definitivo, a contar de 01 de fevereiro de 2020, a servidora Thiara Jackeline Scheuermann, matrícula nº 333930/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos para o Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido.

Art. 2º A servidora fica removida, por permuta, com a titular Andressa Mangolt da Rosa, que se removeu para outra escola.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0166/2020

Publicação Nº 2609727

PORTARIA Nº 0166, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no inciso II do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e conforme requerimento protocolado sob o nº 173899/2019, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter definitivo, a contar de 01 de fevereiro de 2020, a servidora Andressa Mangolt da Rosa, matrícula nº 326712/04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido para o Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos.

Art. 2º A servidora fica removida, por permuta, com a titular Thiara Jackeline Scheuermann, que se removeu para outra escola.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0168/2020

Publicação Nº 2609683

PORTARIA Nº 0168, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no inciso II do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter temporário, conforme requerimento protocolado sob o nº 324/2020, a servidora Francieli Aparecida Vidi, matrícula nº 185027/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de

04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha para a Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora fica removida, pelo período de 05 de fevereiro a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 05 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0354/2020

Publicação N° 2609686

PORTARIA N° 0354, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Keli Polo Correa, matrícula nº 330396/05, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido, em substituição a titular Sirley Moschen, que está readaptada no EJA.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 03 de fevereiro a 15 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0480/2020

Publicação N° 2609732

PORTARIA N° 0480, DE 02 DE MARÇO DE 2020
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79 da Lei Complementar nº 006/1991, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 01 de março a 28 de junho de 2020, conforme atestado médico, à servidora Deisi Francieli Mascarelo, matrícula nº 410030/04, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0745/2020

Publicação N° 2609728

PORTARIA N° 0745, DE 31 DE MAIO DE 2020

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença Maternidade Especial, pelo período de 15 de maio a 13 de julho de 2020, conforme requerimento protocolado sob o nº 602/2020, da servidora Carla Simone Vigolo, matrícula nº 410079/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0834/2020

Publicação N° 2609734

PORTARIA N° 0834, DE 01 DE JULHO DE 2020

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença Maternidade Especial, pelo período de 29 de junho a 27 de agosto de 2020, conforme requerimento protocolado sob o nº 692/2020, da servidora Deisi Francieli Mascarelo, matrícula nº 332879/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0837/2020

Publicação N° 2609691

PORTARIA N° 0837, DE 01 DE JULHO DE 2020

Concede licença para tratar de interesses particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e em resposta ao requerimento protocolado sob o nº 1241/2020, resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora Ivanice Wirth Zastrow, matrícula nº 329479/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência B, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, pelo período de 01 de junho de 2020 a 30 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0855/2020

Publicação N° 2609832

PORTARIA N° 0855, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Caroline Golin Fagundes, matrícula nº 398713/06, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0856/2020

Publicação N° 2609830

PORTARIA N° 0856, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Deniz Maria Madruga Cantele, matrícula nº 407444/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0857/2020

Publicação N° 2609829

PORTARIA N° 0857, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Andreia Aparecida da Rosa Dalamaria, matrícula nº 321605/14, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0858/2020

Publicação N° 2609826

PORTARIA N° 0858, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Eliane Fatima da Silva de Jesus, matrícula nº 322520/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0859/2020

Publicação N° 2609824

PORTARIA N° 0859, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Flavia Antunes Pires, matrícula nº 410442/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0860/2020

Publicação N° 2609823

PORTARIA N° 0860, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Adaiana Fabiana Pinto, matrícula nº 410092/06, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0861/2020

Publicação N° 2609822

PORTARIA N° 0861, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Maria Mariline de Mattos, matrícula nº 331600/10, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0862/2020

Publicação N° 2609819

PORTARIA N° 0862, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Simone Antunes Gonçalves Viganó, matrícula nº 325244/14, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0863/2020

Publicação N° 2609817

PORTARIA N° 0863, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Edineia Maria Crivelatti Coelli, matrícula nº 308650/12, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0864/2020

Publicação N° 2609815

PORTARIA N° 0864, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Paloma Barbueno dos Santos Jose, matrícula nº 410052/06, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0865/2020

Publicação N° 2609814

PORTARIA N° 0865, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Wanessa Ribeiro dos Santos, matrícula nº 410050/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0866/2020

Publicação N° 2609811

PORTARIA N° 0866, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Silvana Liesch, matrícula nº 410542/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0867/2020

Publicação Nº 2609808

PORTARIA Nº 0867, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Andrea Fatima de Campos, matrícula nº 410543/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0868/2020

Publicação Nº 2609807

PORTARIA Nº 0868, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Tariane Dalapria, matrícula nº 398896/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0869/2020

Publicação Nº 2609806

PORTARIA Nº 0869, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Jesiele Pilonetto Lopes Duarte, matrícula nº 334715/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0870/2020

Publicação N° 2609805

PORTARIA N° 0870, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Rosangela Aparecida da Silva, matrícula nº 410429/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0871/2020

Publicação N° 2609804

PORTARIA N° 0871, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Angela Tainar de Camargo Zanoni, matrícula nº 410320/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0872/2020

Publicação N° 2609803

PORTARIA N° 0872, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Marilei Aparecida Machado Klein, matrícula nº 331660/09, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0873/2020

Publicação N° 2609802

PORTARIA N° 0873, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Raquel Pelissari Katschor, matrícula nº 410549/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0874/2020

Publicação N° 2609798

PORTARIA N° 0874, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, da servidora Merielli Alves, matrícula nº 183792/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0875/2020

Publicação Nº 2609796

PORTARIA Nº 0875, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Marlei Juçara Hachmann, matrícula nº 410371/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0876/2020

Publicação Nº 2609795

PORTARIA Nº 0876, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Anelise Sordi Mendes Moreira, matrícula nº 410238/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0877/2020

Publicação N° 2609787

PORTARIA N° 0877, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Renata Alves dos Santos, matrícula nº 410383/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0878/2020

Publicação N° 2609785

PORTARIA N° 0878, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Silvana Maristela Moreira Vetorazi, matrícula nº 325236/09, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0879/2020

Publicação N° 2609783

PORTARIA N° 0879, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Mariza Lucia Sonogo, matrícula nº 331830/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0880/2020

Publicação N° 2609782

PORTARIA N° 0880, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Keli Polo Correa, matrícula nº 330396/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de dez (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0881/2020

Publicação N° 2609781

PORTARIA N° 0881, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Lourdes Vidi Dambros, matrícula nº 330809/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0882/2020

Publicação N° 2609780

PORTARIA N° 0882, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Karla Luciana Vicari Menegas, matrícula nº 323560/11, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0883/2020

Publicação N° 2609777

PORTARIA N° 0883, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Lidiane Koch, matrícula nº 330680/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0884/2020

Publicação N° 2609774

PORTARIA N° 0884, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Marcia Maria Benetti Marques, matrícula nº 314510/19, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0885/2020

Publicação N° 2609770

PORTARIA N° 0885, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Jocilei Dorigon Helt, matrícula nº 323365/07, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0886/2020

Publicação N° 2609767

PORTARIA N° 0886, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Mavis Capeletti, matrícula nº 138207/10, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0887/2020

Publicação N° 2609764

PORTARIA N° 0887, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Karen Alberti Helt, matrícula nº 312835/14, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0888/2020

Publicação N° 2609762

PORTARIA N° 0888, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Charly Marcon, matrícula nº 327212/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0889/2020

Publicação N° 2609593

PORTARIA N° 0899, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição do Transporte Coltivo, pelo período de 01 a 26 de julho de 2020, a servidora Leonir Aparecida Machado, matrícula nº 410087/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência E, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0889/2020

Publicação Nº 2609757

PORTARIA Nº 0889, DE 16 DE JULHO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Janice Salete da Silva, matrícula nº 311790/11, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, pelo período de 16 de julho a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0890/2020

Publicação Nº 2609755

PORTARIA Nº 0890, DE 17 DE JULHO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, a contar de 17 de julho de 2020, Andreia Maria Danielli, matrícula nº 410395/02, ocupante do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0891/2020

Publicação Nº 2609752

PORTARIA Nº 0891, DE 17 DE JULHO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV, artigo 7º - A da Lei nº 3.149/2014, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 17 de julho de 2020, Alex Tomas Bortoli, matrícula nº 410464/02, ocupante do cargo Motorista, nível 184, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0892/2020

Publicação Nº 2609751

PORTARIA Nº 0892, DE 17 DE JULHO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV, artigo 7º - A da Lei nº 3.149/2014, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 17 de julho de 2020, Vanderlei Lazarotto, matrícula nº 399817/06, ocupante do cargo Motorista, nível 184, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0893/2020

Publicação Nº 2609688

PORTARIA Nº 0893, DE 18 DE JULHO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, após o encerramento da Licença Maternidade, a contar de 18 de julho de 2020, Bruna Aparecida de Paula, matrícula nº 410394/01, ocupante do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 18 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0894/2020

Publicação Nº 2609689

PORTARIA Nº 0894, DE 18 DE JULHO DE 2020

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença Maternidade Especial, pelo período de 19 de julho a 16 de setembro de 2020, conforme requerimento protocolado sob o nº 1545/2020, da servidora Karimone Paula Galio Ferrari, matrícula nº 330310/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência B, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 18 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0895/2020

Publicação Nº 2609690

PORTARIA Nº 0895, DE 20 DE JULHO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Bruna Aparecida de Paula, matrícula nº 410394/02, para exercer as funções do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de trinta (30) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em vaga excedente.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 18 de julho até 15 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 18 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0896/2020

Publicação Nº 2609608

PORTARIA Nº 0896, DE 21 DE JULHO DE 2020

Concede licença a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 106401 01 55 2020 4 00008 005 0000831 01, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de óbito do pai, pelo período de 21 a 28 de julho de 2020, à servidora Janete Bazzo Spadini, matrícula nº 329703/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência J, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0900/2020

Publicação N° 2609602

PORTARIA N° 0900, DE 24 DE JULHO DE 2020

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição do PROCON e da Secretaria da Assistência Social, a contar de 20 de julho de 2020, a servidora Talia Moreira Karatuchuk, matrícula nº 410253/04, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0901/2020

Publicação N° 2609605

PORTARIA N° 0901, DE 24 DE JULHO DE 2020

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição da Secretaria da Saúde, a contar de 21 de julho de 2020, a servidora Monaise Aparecida de Fatima Amalcaburio, matrícula nº 410453/02, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0902/2020

Publicação N° 2609607

PORTARIA N° 0902, DE 24 DE JULHO DE 2020

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição da Secretaria da Saúde, a contar de 21 de julho de 2020, a servidora Veronica Caroline Xavier Bender, matrícula

nº 410365/02, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0903/2020

Publicação Nº 2609609

PORTARIA Nº 0903, DE 24 DE JULHO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Tania Masson Poier, matrícula nº 333808/05, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em vaga substituição a titular Sandra Maria Demin, que está em licença para tratamento de saúde.

Parágrafo único: A servidora fica contratada a contar de 20 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0904/2020

Publicação Nº 2609610

PORTARIA Nº 0904, DE 24 DE JULHO DE 2020

Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0228/2019 da servidora Gecy Terezinha Debastiani Dambros

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0228/2019, que designou a servidora Gecy Terezinha Debastiani Dambros, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Designar Gecy Terezinha Debastiani Dambros, matrícula nº 322849/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência B, conforme o anexo IV da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos.

Art. 2º Conceder FC – 1 à servidora.”

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0905/2020

Publicação Nº 2609643

PORTARIA Nº 0905, DE 24 DE JULHO DE 2020

Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0148/2017 da servidora Cleciane da Silva

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0148/2017, que designou a servidora Cleciane da Silva, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Designar Cleciane da Silva, matrícula nº 307610/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência B, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica de Educação Infantil da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º Conceder FC – 1 à servidora.”

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0906/2020

Publicação Nº 2609645

PORTARIA Nº 0906, DE 24 DE JULHO DE 2020

Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0425/2020 da servidora Fatima Spielmann da Silva

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0425/2020, que designou a servidora Fatima Spielmann da Silva, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Designar Fatima Spielmann da Silva, matrícula nº 328588/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência B, conforme o anexo IV da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica da Educação Infantil da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º Conceder FC – 1 à servidora.”

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0907/2020

Publicação N° 2609647

PORTARIA N° 0907, DE 24 DE JULHO DE 2020

Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0360/2019 da servidora Silvia Maria da Rosa

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0360/2019, que designou a servidora Silvia Maria da Rosa, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Designar Silvia Maria da Rosa, matrícula nº 333409/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência B, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica da Educação Infantil da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Conceder FC – 1 à servidora.”

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0908/2020

Publicação N° 2609653

PORTARIA N° 0908, DE 24 DE JULHO DE 2020

Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0149/2017 da servidora Lucelia Alves Dalposso

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0149/2017, que designou a servidora Lucelia Alves Dalposso, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Designar Lucelia Alves Dalposso, matrícula nº 323829/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência B, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica de Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º Conceder FC – 1 à servidora.”

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0909/2020

Publicação N° 2609654

PORTARIA N° 0909, DE 24 DE JULHO DE 2020

Altera o disposto no artigo 1º e acrescenta o artigo 2º da portaria nº 0339/2018 da servidora Eliane Rosa Garcia

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 1º e acrescenta o artigo 2º da portaria nº 0339/2018, que designou a servidora Eliane Rosa Garcia,

passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Designar Eliane Rosa Garcia, matrícula nº 309117/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência D, conforme o anexo IV da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, a contar de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Conceder FC – 1 à servidora.”

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0910/2020

Publicação N° 2609679

PORTARIA N° 0910, DE 24 DE JULHO DE 2020

Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0432/2020 da servidora Suzana Andrade Alves

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0432/2020, que designou a servidora Suzana Andrade Alves, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Designar Suzana Andrade Alves, matrícula nº 319627/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência B, conforme o anexo IV da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º Conceder FC – 1 à servidora.”

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0911/2020

Publicação N° 2609680

PORTARIA N° 0911, DE 24 DE JULHO DE 2020

Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0431/2020 da servidora Roseli Zanon Cordeiro

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0431/2020, que designou a servidora Roseli Zanon Cordeiro, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Designar Roseli Zanon Cordeiro, matrícula nº 318213/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência B, conforme o anexo IV da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação da Creche Municipal Primeiros Passos.

Art. 2º Conceder FC – 1 à servidora.”

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0912/2020

Publicação N° 2609601

PORTARIA N° 0912, DE 24 DE JULHO DE 2020

Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0161/2017 da servidora Lilian Aparecida Dorini

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0161/2017, que designou a servidora Lilian Aparecida Dorini Stiirmer, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Designar Lilian Aparecida Dorini Stiirmer, matrícula nº 313343/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Direção da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º Conceder gratificação de 60% à servidora.”

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0913/2020

Publicação N° 2609600

PORTARIA N° 0913, DE 24 DE JULHO DE 2020

Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0156/2017 da servidora Maria de Fatima de Oliveira Ribeiro

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0156/2017, que designou a servidora Maria de Fatima de Oliveira Ribeiro, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Designar Maria de Fatima de Oliveira Ribeiro, matrícula nº 314862/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Direção da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º Conceder gratificação de 60% à servidora.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0914/2020

Publicação Nº 2609598

PORTARIA Nº 0914, DE 24 DE JULHO DE 2020

Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0157/2019 da servidora Miriam Azeredo e Silva

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0157/2019, que designou a servidora Miriam Azeredo e Silva, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Designar Miriam de Azeredo e Silva, matrícula nº 324540/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência B, conforme o anexo IV da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Direção da Escola Municipal Belisário Pena, a contar de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Conceder gratificação de 40% à servidora."

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes**PORTARIA 0915/2020**

Publicação Nº 2609596

PORTARIA Nº 0915, DE 24 DE JULHO DE 2020

Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0159/2017 da servidora Valquiria Maria da Silva Moresco

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0159/2017, que designou a servidora Valquiria Maria da Silva Moresco, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Designar Valquíria Maria da Silva Moresco, matrícula nº 320340/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Direção do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º Conceder gratificação de 40% à servidora."

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes**PORTARIA 0916/2020**

Publicação Nº 2609594

PORTARIA Nº 0916, DE 24 DE JULHO DE 2020

Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0160/2017 da servidora Monica Salete Gotardo Rossetti

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 0160/2017, que designou a servidora Monica Salete Gotardo Rossetti, passando a vigorar

com a seguinte redação:

“Art. 1º Designar Monica Salete Gotardo Rossetti, matrícula nº 316229/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Direção do Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º Conceder gratificação de 20% à servidora.”

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0917/2020

Publicação Nº 2609595

PORTARIA Nº 0917, DE 24 DE JULHO DE 2020

Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 1090/2019 da servidora Dalva Maria Helt Marques

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 3.369, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto no artigo 2º da portaria nº 1090/2019, que designou a servidora Dalva Maria Helt Marques, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Designar Dalva Maria Helt Marques, matrícula nº 307785/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Direção da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Conceder gratificação de 40% à servidora.”

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0925/2020

Publicação Nº 2609749

PORTARIA Nº 0925, DE 31 DE JULHO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 1681/2020, a contar de 31 de julho de 2020, Vanderléia Lurdes Danielli, matrícula nº 410377/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de julho de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0926/2020

Publicação N° 2609748

PORTARIA N° 0926, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 1719/2020, a contar de 03 de agosto de 2020, Rosmeri Hoffmã Jaensch, matrícula nº 410396/02, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0927/2020

Publicação N° 2609747

PORTARIA N° 0927, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 1738/2020, a contar de 03 de agosto de 2020, Ivonir Machado, matrícula nº 222798/03, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de agosto de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0928/2020

Publicação N° 2609744

PORTARIA N° 0928, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 1720/2020, a contar de 03 de agosto de 2020, Franciele Vagner dos Santos, matrícula nº 328740/03, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0929/2020

Publicação Nº 2609739

PORTARIA Nº 0929, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 1716/2020, a contar de 03 de agosto de 2020, Leila Aparecida da Silva, matrícula nº 410539/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0930/2020

Publicação Nº 2609543

PORTARIA Nº 0930, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição da Secretaria da Infraestrutura, a contar de 03 de agosto de 2020, o servidor Celio Santos da Silva, matrícula nº 321982/01, ocupante do cargo de Motorista de Ônibus do Transporte Coletivo, nível 185, referência I, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

NADIR DURLI
Secretário da Infraestrutura

PORTARIA 0931/2020

Publicação Nº 2609532

PORTARIA Nº 0931, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição da Secretaria da Infraestrutura, a contar de 03 de agosto de 2020, o servidor Vilson Jose Marostica, matrícula nº 320790/01, ocupante do cargo de Motorista de Ônibus do Transporte Coletivo, nível 185, referência J, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

NADIR DURLI
Secretário da Infraestrutura

PORTARIA 0933/2020

Publicação N° 2609590

PORTARIA N° 0933, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo - INCOTUR

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.359, de 15 de maio de 2002, que cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo, resolve:

Art. 1º Dispor sobre os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo:

Membros Titulares

I – Oswaldo Federle
Representante do Gabinete do Prefeito
II – Rosane de Lurdes Coronetti
Representante da Secretaria de Infraestrutura
III – Juliano do Prado
Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
IV – Leimar Bernardi
Representante da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
V – Leandro Jaco Paza
Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
VI – Tiago Dorini
Representante do CDL
VII – Roberta Pieri
Representante da UNOESC
VIII – César Becegatto Ramos
Representante da AMPECO
IX – Valêncio Jose de Souza
Representante da ACIRP
X – Nadilce Dambrós
Representante do Lions Clube Capinzal e Ouro

Membros Suplentes

I – Edilson Luiz Scarton
Representante do Gabinete do Prefeito
II – Liamara Kleemann Popp
Representante da Secretaria de Infraestrutura
III – Vera Alice Santos Gonçalves
Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
IV – Lidiane Cristina da Silva
Representante da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
V – Luiz Maurício Gramazio Jr.
Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
VI – Marcio Pedro de Oliveira
Representante do CDL
VII – Maria Eliza Dametto
Representante da UNOESC
VIII – Sergio Luiz Scarton
Representante da AMPECO
IX – Camilo Cremonini
Representante da ACIRP
X – Wilson Luiz Farias
Representante do Lions Clube Capinzal e Ouro

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

LEANDRO JACO PAZA
Secretário do Desenvolvimento Econômico

PREGÃO ELETRÔNICO 0046/2020

Publicação Nº 2609430

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0105/2020
Pregão Eletrônico Nº 0046/2020
REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de lavagem dos veículos da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

As propostas iniciais e documentos de habilitação deverão ser encaminhadas, exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme data e horário:

PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Até dia 09/09/2020 às 07h40min.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 09/09/2020 às 07h45min

MODO DE DISPUTA: ABERTO

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: www.capinzal.sc.gov.br ou no www.portaldecompraspublicas.com.br.

O presente Edital de Licitação é assegurado pela regularidade, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica deste Município Nº 215/2020 emitido no dia 17/08/2020.

Capinzal/SC, 18 de agosto de 2020.

IVAIR LOPES RODRIGUES
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
MUNICÍPIO DE CAPINZAL

RESOLUÇÃO CIALAR 20/2020

Publicação Nº 2610201

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Exonera Servidor

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 22 do Estatuto Social, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 03 de agosto de 2020, por término de contrato, Taise da Silva, matrícula nº 402486/01.

Art. 2º A servidora exerceu as funções de Monitor Social, em regime de trabalho conforme o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 03 de agosto de 2020.

EMERSON ARI REICHERT
Prefeito de Ipira
Presidente do CIALAR

RESOLUÇÃO CIALAR 21/2020

Publicação Nº 2610199

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Exonera Servidor

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 22 do Estatuto Social, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 03 de agosto de 2020, por término de contrato, Celia Rosangela Soares, matrícula nº 402481/01.

Art. 2º A servidora exerceu as funções de Servente, em regime de trabalho conforme o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 03 de agosto de 2020.

EMERSON ARI REICHERT
Prefeito de Ipira
Presidente do CIALAR

RESOLUÇÃO CIALAR 22/2020

Publicação Nº 2610192

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Exonera Servidor

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 22 do Estatuto Social, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 03 de agosto de 2020, por término de contrato, Silvana de Quadra, matrícula nº 402482/01.

Art. 2º A servidora exerceu as funções de Servente, em regime de trabalho conforme o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 03 de agosto de 2020.

EMERSON ARI REICHERT
Prefeito de Ipira
Presidente do CIALAR

RESOLUÇÃO CIALAR 23/2020

Publicação Nº 2610188

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Exonera Servidor

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 22 do Estatuto Social, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 04 de agosto de 2020, por término de contrato, Luciane Regina Pawlak, matrícula nº 402496/01.

Art. 2º A servidora exerceu as funções de Servente, em regime de trabalho conforme o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 04 de agosto de 2020.

EMERSON ARI REICHERT
Prefeito de Ipira
Presidente do CIALAR

RESOLUÇÃO CIALAR 24/2020

Publicação Nº 2610186

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Exonera Servidor

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 22 do Estatuto Social, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 03 de agosto de 2020, por término de contrato, Diana Klein, matrícula nº 402477/01.

Art. 2º A servidora exerceu as funções de Monitor Social, em regime de trabalho conforme o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 03 de agosto de 2020.

EMERSON ARI REICHERT
Prefeito de Ipira
Presidente do CIALAR

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO CAO/01/2019

Publicação N° 2610002

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO CAO/01/2019

CONVENIENTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVENIADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC.
CNPJ DO CONVENIADO: 04.310.564/0001-81
OBJETO: TERMO DE RESCISÃO DE CONVÊNIO CAO/01/2019, PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES.
DATA DA RESCISÃO: 12 DE AGOSTO DE 2020.
PENZO - DIRETOR DO SIMAE
MARCELO FIRMINO VAZ - SUPERINTENDENTE EXECUTIVO - CIEE/SC

PORTARIA N ° 71/2020/SIMAE-CAO

Publicação N° 2609992

PORTARIA N° 071/2020/SIMAE-CAO, de 17 de agosto de 2020.

Designa servidor responsável pelo almoxarifado do SIMAE, na forma que especifica. O Diretor Geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor ALDECIR JOSÉ DE SOUZA, nascido em 21/01/1987, inscrito no CPF sob o nº 065.177.539-66, ocupante do cargo de Agente Administrativo II, como responsável pelos bens do almoxarifado do SIMAE, com as seguintes atribuições gerais:

- a) receber e conferir os materiais adquiridos ou cedidos de acordo com o documento de compra (Nota de Empenho e Nota Fiscal) ou equivalentes;
- b) realizar o controle de entradas e saídas de estoque;
- c) estabelecer as necessidades de aquisição dos materiais de consumo, para fins de reposição de estoque, bem como solicitar tal aquisição, visando suprir as necessidades operacionais;
- d) receber, conferir, armazenar e registrar os materiais em estoque, utilizando o sistema de Controle de Almoxarifado - SIGECOM;
- e) atestar o recebimento dos materiais, encaminhando as notas fiscais para pagamento;
- f) zelar pela guarda e conservação dos materiais e/ou equipamentos do almoxarifado;
- g) elaborar estatísticas de consumo por materiais para previsão de compras;
- h) elaborar relatórios de conferência do almoxarifado;
- i) realizar conferências periódicas dos materiais/produtos em estoque;
- j) viabilizar o inventário anual dos materiais em estoque;
- k) observar e cumprir as normas e procedimentos estabelecidos pela Autarquia, em especial as instruções de serviço em vigor.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

PORTARIA N ° 72/2020/SIMAE-CAO

Publicação N° 2609993

PORTARIA N° 072/2020/SIMAE-CAO, de 17 de agosto de 2020.

Designa servidora responsável pela realização de compras diretas do SIMAE, com dispensa de licitação, em razão do valor, na forma que especifica. O Diretor Geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora ANDRESSA JULY MANTOVANI, nascida em 04/04/1993, inscrita no CPF sob nº 085.653.579-61, ocupante do cargo de Agente Administrativo II, como responsável pela realização de compras diretas do SIMAE, com dispensa de licitação, em razão do valor, tendo a responsabilidade de fazer com que todos os procedimentos, normas e instruções de serviços sejam devidamente observados e

cumpridos.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

PORTARIA N º 73/2020/SIMAE-CAO

Publicação Nº 2609994

PORTARIA N º 073/2020/SIMAE-CAO, de 18 de agosto de 2020.

Designa Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, de servidor que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 51, da Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, os quais constituem a Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, para avaliação do servidor ALDECIR JOSÉ DE SOUZA, Agente Administrativo II, durante seu estágio probatório:

Titulares:

FRANCIELI APARECIDA DA ROSA;
EDILSON DOS SANTOS VILARINO e
VALDIR MOROSINI.

Suplentes:

DIONÍSIO ALZIR ROSSET e
JOSÉ LUIZ DE GIACOMETI.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor

Catanduvas

PREFEITURA

PORTARIA 9092/2020

Publicação N° 2609944

PORTARIA P/ 9092/2020, de 14.08.2020,

“Admite temporariamente,
MARCOS WYLLIAN ELEUTÉRIO PEREIRA”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Edital de Chamada Publica 002/2020 de 24 de junho de 2020.

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal MARCOS WYLLIAN ELEUTÉRIO PEREIRA, para o Cargo de Operador de Maquinas Agrícolas e Rodoviárias (Trator), Nível CE-56A, com 40:00 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de agosto de 2020 a 14 de setembro de 2020.

Catanduvas, 14 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA 9093/2020

Publicação N° 2609945

PORTARIA P/9093/2020 de 17.08.2020.

“Nomeia por concurso,
MARILETE CHILANTTI”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da lei Complementar Municipal nº 19/02, Edital 001/2019 e Homologação de resultado final do Concurso Público, de 09 de setembro de 2019.

RESOLVE

NOMEAR, por concurso MARILETE CHILANTTI, para o Cargo Assistente Social, Nível CE-81A, 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital 001/2019 e Homologação de resultado final, de 09 de setembro de 2019, com efeitos a partir da presente data de 17 de agosto de 2020, quando o (a) nominado (a) funcionário (a) passou a exercer essas funções.

Catanduvas, 17 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/5345/11

PORTARIA 9094/2020

Publicação N° 2609946

PORTARIA P/9094/2020, de 17.08.2020

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) GIZOMAR LUIZ GAZZONI, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 100 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Gizomar Luiz Gazzoni, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, Nível CE-80-E, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-80-F, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do (a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Fisioterapeuta, NÍVEL CE-80 Ref."F", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos dele constante

Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01 de junho de 2018.

Catanduvas, 17 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/4424/08.

PORTARIA 9095/2020

Publicação N° 2609947

Portaria P/9095/2020, de 17.08.2020

"Enquadra os Servidores que especifica"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, de conformidade com a Lei Complementar nº 168/2019, de 24 de outubro de 2019,

RESOLVE,

ENQUADRAR, em razão de alteração ocorrida no cargo de origem, no cargo de Fisioterapeuta, nível de 76 e referência de A, conforme Anexos I e III, da Lei Complementar 66/2010, de junho de 2010, de acordo com os respectivos níveis e referências ocupadas no cargo anterior, os servidores abaixo:

Nome Servidor	Nível de Referência Anterior	Situação Atual	Nível e Referência Atual	Ato Anterior
Gabriel Spader	CE-78D	Fisioterapeuta 30 horas	CE-781-D	P/7031/16
Gizomar Luiz Gazzoni	CE- 80F	Fisioterapeuta 30 horas	CE-801-F	P/9094/2020

A presente Portaria tem seus efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Catanduvas - SC, 17 de agosto de 2020

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA 9096/2020

Publicação Nº 2611055

PORTARIA P/9096/2020 de 19.08.2020

"Admite temporariamente,
ROBERTO PENTEADO FILHO"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE :

ADMITIR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ROBERTO PENTEADO FILHO, para as funções de Farmacêutico Nível CE-76A, com (20:00 horas semanais) em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 19 de agosto de 2020 até a termino da licença para tratamento de saúde da servidora Alexandra Adriana Pissoli.

Catanduvas, 19 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7540/18

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 131/2020

Publicação Nº 2610490

Decreto Nº 131/2020

“Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências.”

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo de SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos Sr(a). SADI POMPEU DA SILVA, inscrito(a) no CPF nº 503.XXX.XXX-20, a partir do dia 19 de agosto de 2020.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 18 de agosto de 2020.

Glauber Burtet

Prefeito

DECRETO 132/2020

Publicação Nº 2610538

Decreto Nº 132/2020

“Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências.”

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente Sr(a). JOCELI DE OLIVEIRA GARCIA, inscrito(a) no CPF nº 010.XXX.XXX-86, a partir do dia 19 de agosto de 2020.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 18 de agosto de 2020.

Glauber Burtet

Prefeito

DECRETO 133/2020

Publicação Nº 2610604

Decreto Nº 133/2020

“Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências.”

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo de GERENTE DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos Sr(a). CÉRJO JOSÉ PEDROSO, inscrito(a) no CPF nº 548.XXX.XXX-20, a partir do dia 19 de agosto de 2020.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se e publique-se.
Caxambu do Sul/SC, 18 de agosto de 2020.

Glauber Burtet
Prefeito

DECRETO 134/2020

Publicação Nº 2610640

Decreto Nº 134/2020

“Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências.”

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo de GERENTE DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente Sr(a). TAIS MARTINELLI, inscrito(a) no CPF nº 084.XXX.XXX-78, a partir do dia 19 de agosto de 2020.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 18 de agosto de 2020.

Glauber Burtet
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO 46/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP 007/2020PCS

Publicação Nº 2610352

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2020 PCS

Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática para o município de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no Anexo “A” deste Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 31/08/2020, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Abertura: dia 31/08/2020, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 18 de Agosto de 2020.

GLAUBER BURTET
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 18.2020

Publicação Nº 2609697

PORTARIA N.º 18/2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE EXERCE O CARGO DE ASSESSOR PARLAMENTAR DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

A Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e

de acordo com a Lei Complementar n.º 01/2013 – que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo Municipal de Caxambu do Sul SC.

RESOLVE,

Art. 1.º - Fica exonerado o Sr.º. ADRIANO LUIZ MARCANTE, RG. 3.927.376, CPF. 032.149.889-56 no cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul SC.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 18 de agosto de 2020.

SÔNIA DEVILLA TOMASI

Presidente da Câmara

Registra-se e publica-se.

PORTARIA 19.2020

Publicação Nº 2609716

PORTARIA N.º 19/2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR GERAL NA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

A Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar n.º 01/2013 – que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo Municipal de Caxambu do Sul SC.

RESOLVE,

Art. 1.º - Fica nomeado o Sr.º. ADRIANO LUIZ MARCANTE, RG. 3.927.376, CPF. 032.149.889-56, no cargo de provimento em comissão de Diretor Geral na Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul SC, a partir do dia 19 de agosto de 2020.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 18 de agosto de 2020.

SONIA DEVILLA TOMASI

Presidente da Câmara

Registra-se e Publica-se

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 – FMAS

Publicação Nº 2610340

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2020 – FMAS

Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI para os trabalhadores do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, com recurso federal fundo a fundo referente a Portaria 369/2020 de 29 de abril de 2020 e próprios, e aquisição de desinfetante para desinfecção das unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, com recursos próprios, conforme descrições constantes nos anexos A e B do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 04/09/2020.

Início da Sessão: dia 04/09/2020 as 08 h e 30 min.

, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 18 de agosto de 2020.

ANA MARIA SELLA DA SILVA

Gestora do FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2020 – PMC

Publicação Nº 2610330

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2020 – PMC

Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição de equipamentos eletrônicos, itens de informática, mobiliário em geral, climatizador, calculadora de mesa, ferramentas para uso em oficina mecânica, rádios comunicadores VHF/FM, televisor tipo "Smart TV" LED, balança antropométrica digital, motosserras e roçadeiras, para atender as necessidades das Secretarias do município de Concórdia, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até às 08 h e 15 min do dia 02/09/2020.

Início da Sessão: dia 02/09/2020 às 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 18 de agosto de 2020.

ENORI ANTÔNIO BOLSI

Secretário Municipal da Fazenda

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2020 – PMC

Publicação Nº 2610338

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2020 – PMC

Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição de figuras com temática natalina, visando a ambientação de vários locais do município ao período natalino, no evento Sonho de Natal 2020, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 01/09/2020.

Início da Sessão: dia 01/09/2020 as 08 h e 30 min.

, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 18 de agosto de 2020.

ELTON POLINA

Secretário Municipal de Gestão Urbana

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - CONTRATO Nº 103/2020 – PMC

Publicação Nº 2610550

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2020 – PMC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2020 – PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE

CONTRATO - CONTRATO Nº 103/2020 – PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, vem por meio desta, CONVOCAR o representante legal da empresa MKCCR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita CNPJ sob nº 27.228.531/0001-92, com sede na Rua Delhi, 864, Parque Agari, Paranaguá, Paraná, 83.215-230, representada neste ato, pelo seu sócio administrador, Senhor Marcelo Cordeiro, portador(a) da Cédula de Identidade nº 8.110.556-1 SESPPR e inscrito(a) no CPF sob nº 033. 274.099-43, para encaminhar OU comparecer à Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, Centro, CEP 89.700-176, para assinatura do Contrato 103/2020, originado através do Pregão Eletrônico nº 7/2020 – PMC. O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no artigo 64 da Lei Federal nº 8.666/1993 acarretará na aplicação das penas prevista no edital e termo contratual.

Concórdia, SC, 18 de agosto de 2020.

VALDOMIRO TAFAREL

Secretário Municipal de Infraestrutura Rural

DECRETO Nº 679/2020, DE 4 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610058

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 679/2020, DE 4 DE AGOSTO DE 2020.

Concede Promoção por Desempenho.

O Prefeito do Município de concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 33 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada e informadas pela CI DRH 273/2020, protocolizada em 31 de julho de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Desempenho, correspondente a 7% (sete por cento) do respectivo vencimento-base:

I – MARLI APARECIDA PEDROSO, ocupante do cargo de Professor, matrícula 92053-00, relativa aos seguintes períodos aquisitivos:

a) de 1º de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2014, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2015;

b) de 1º de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2017, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2017;

II – a partir de 1º de agosto de 2020:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
1	90050-02	Adriana Alberti Pagliochi	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2020
2	91359-01	Adriana Pretto Pavan	Professor	18.2.2017 a 17.02.2020
3	104868-02	Adriana Ruppenthal	Professor	2.5.2017 a 1º.5.2020
4	95478-01	Adriane Rita Vitto Chaves	Especialista em Educação	18.2.2017 a 17.2.2020
5	942928-00	Adriano Favero Bedin	Professor	3.2.2017 a 2.2.2020
6	91316-03	Ageni Terezinha Turmena	Professor	15.4.2017 a 14.4.2020
7	102822-00	Alexandra Godin	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
8	91308-01	Aliandro Fontana dos Santos	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
9	1040006-01	Aline Carin da Silva Pansera	Professor	6.3.2017 a 5.3.2020
10	98523-00	Andreia Fatima Hermann Mascarello	Professor	2.1.2017 a 3.1.2020
11	17337-03	Andreia Rech Gonçalves	Professor	7.2.2017 a 6.2.2020
12	101435-00	Artemio Artifon	Professor	7.3.2017 a 6.3.2020
13	52965-01	Cassia Bortoli Roncaglio	Especialista em Educação	19.6.2017 a 18.6.2020
14	91480-01	Catia Teresinha Favero Biazzi	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
15	98949-00	Clarice Fabonato	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
16	327115-03	Claudete Debiazi Kalsing	Professor	3.4.2017 a 2.4.2020
17	68020-02	Claudiane Deola	Professor	3.2.2017 a 2.2.2020
18	89249-00	Cleide Regina Baron	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
19	91391-02	Cleusa Regina Albino	Professor	18.2.2017 a 23.2.2020
20	97608-04	Cleuza Beatriz Spanhol	Professor	16.2.2017 a 15.2.2020
21	102148-01	Daiane Frigo	Professor	7.2.2017 a 7.2.2020
22	98965-00	Daline Cordazzo	Especialista em Educação	18.2.2017 a 17.2.2020
23	49964-00	Darci Frozza	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
24	74802-06	Delci Schmitt Schwingel	Professor	6.3.2017 a 5.3.2020
25	10855-03	Denilson Jose Chiapetti	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
26	92282-02	Derceli Maria Bisolo Allievi	Professor	1º.2.2017 a 5.2.2020
27	453684-00	Diana Maria Bovi	Professor	2.5.2017 a 1º.5.2020
28	46531-01	Diomar José Perin	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
29	96024-01	Diones Carmen Robini Del Posso	Especialista em Educação	18.2.2017 a 17.2.2020
30	44261-06	Dirce Luzia Nilson da Rosa	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
31	943240-00	Dirce Maria Basseggio Nesi	Professor	3.2.2017 a 2.2.2020
32	103616-00	Eberton Belluzzo	Professor	12.3.2017 a 11.3.2020
33	1142402-00	Ederli Carla Rauschkolb Weber	Professor	12.6.2017 a 11.6.2020
34	58432-05	Edi Trindade	Professor	2.1.2017 a 1º.1.2020
35	102490-08	Edimar Gugel	Professor	3.2.2017 a 2.2.2020
36	523-00	Edmilson Cesar Daroz	Professor	9.2.2017 a 10.2.2020
37	73180-00	Elaine Arcelita Machado Braum	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
38	94722-00	Elaine Kopsell Dal Pra	Professor	15.2.2017 a 14.2.2020
39	104248-00	Elaine Soares Lazarin	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
40	93718-00	Elena Ana Camini Signorin	Professor	16.2.2017 a 15.2.2020
41	101540-00	Eliane Kuhn Levandovski	Professor	1º.4.2017 a 31.3.2020
42	50016-03	Eliane Sette	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
43	79634-00	Elis Regina Fracasso Allebrand	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
44	70181-12	Elisabete Paludo Sandi	Professor	3.4.2017 a 2.4.2020
45	52620-03	Elisandra Gozzi	Professor	7.2.2017 a 6.2.2020
46	92185-02	Elisandra Zagonel Machado	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
47	104566-00	Elisangela Gabriela Gerhard	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
48	88951-00	Elisete Fantin	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
49	102750-05	Elizangela Salete Carissimi	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
50	94870-01	Elizia Salete Azeredo	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
51	49220-05	Emerson Bortolotto	Professor	2.3.2017 a 1º.3.2020
52	99546-00	Emerson Rodrigo Koch	Professor	11.6.2017 a 10.6.2020
53	415790-00	Fabiana Lanfredi Herpich	Professor	2.5.2017 a 3.5.2020
54	99201-00	Fabiana Roman Bison	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
55	33480-04	Fabiano Santa Helena	Professor	5.4.2017 a 4.4.2020
56	49891-03	Fabio Jose Peliser	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
57	66176-03	Fatima Teresinha de Oliveira Janke	Professor	15.2.2017 a 14.2.2020

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
58	66176-01	Fatima Teresinha de Oliveira Janke	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
59	101400-03	Fernanda Aparecida Pellizzaro	Professor	7.2.2017 a 6.2.2020
60	97195-01	Fernanda Fuhr	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
61	56979-04	Franciele Elisabeth Gernhardt	Professor	4.3.2017 a 3.3.2020
62	61808-06	Franciele Fátima Stedille	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
63	17469-09	Franciele Justi Lopes Gross	Professor	3.2.2017 a 2.2.2020
64	17469-04	Franciele Justi Lopes Gross	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
65	57584-10	Francieli Gugel Varela	Professor	3.2.2017 a 2.2.2020
66	95230-01	Geni de Vargas Zottis	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
67	102130-05	Gerusa Claudia Rodio	Professor	3.2.2017 a 2.2.2020
68	93688-00	Gessi Gladis Wunder Pissaia	Professor	3.3.2017 a 2.3.2020
69	83070-05	Glaucia Maria Feraso	Professor	2.5.2017 a 1º.5.2020
70	100277-00	Graciele Gross de Freitas	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
71	96555-01	Ileane Jucelene Essing	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
72	98710-00	Iloine Sanders Herbach	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
73	68063-03	Ines Angelina Savaris	Professor	7.4.2017 a 7.4.2020
74	99023-00	Ivanir Maria Fazzioni	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
75	99333-00	Ivete Baldasso	Especialista em Educação	1º.3.2017 a 29.2.2020
76	94978-01	Ivete Cechin	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
77	43800-07	Ivete Valcarenghi Ferreira	Professor	15.2.2017 a 14.2.2020
78	104132-00	Jaira Zampieron	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
79	41173-12	Jandira Paviani Lorensetti	Professor	2.5.2017 a 1º.5.2020
80	95800-01	Jane Lucia Zanella	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
81	99538-02	Jaqueline Andreia Port Von Dentz	Especialista em Educação	7.2.2017 a 6.2.2020
82	72656-04	Jaqueline Zanella	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
83	47864-05	Joelci Ribeiro	Especialista em Educação	3.2.2017 a 2.2.2020
84	103470-01	Joice Alice Dias Schneeberger De Marco	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
85	103470-00	Joice Alice Dias Schneeberger de Marco	Professor	4.3.2017 a 3.3.2020
86	40517-00	Joise Carla Finger	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
87	88404-00	Jorge Takeo Tokusumi	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
88	104264-01	Julyana Aparecida Petry	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
89	73709-02	Jussara Detoni	Professor	6.3.2017 a 5.3.2020
90	104221-00	Karen Sandra Magedans Wilske	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
91	97730-02	Karina Stein Calixto de Araujo	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
92	93246-03	Keili Stein Bordin	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
93	5436-00	Laurilei Salete Ghidorsi	Professor	15.2.2017 a 3.6.2020
94	11410-02	Leandra Dargas Slongo	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
95	86142-06	Leila Rizolli	Professor	3.2.2017 a 5.2.2020
96	57576-04	Lenara Secco Siepmann	Professor	5.5.2017 a 4.5.2020
97	98990-00	Leonice Terezinha Spricigo	Especialista em Educação	18.2.2017 a 17.2.2020
98	1142470-01	Leticia Fabiula Beltrame Haas de Bortoli	Professor	2.5.2017 a 5.5.2020
99	80357-03	Lisandra Zuanazzi	Professor	3.2.2017 a 2.2.2020
100	96105-04	Luciana da Silva Hilger	Professor	7.2.2017 a 6.2.2020
101	942421-01	Lucimara Tochetto Paviani	Professor	2.1.2017 a 4.1.2020
102	95605-01	Lucio Flavio Kessler	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
103	99040-00	Lucio Vogt	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
104	3557-00	Luis Abel Oliveira dos Santos	Professor	8.2.2017 a 9.2.2020
105	17388-01	Madalena Modolon Ferri	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
106	17388-08	Madalena Modolon Ferri	Professor	2.5.2017 a 1º.5.2020
107	103420-04	Magali Aparecida de Souza	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
108	58602-00	Maisa Bianchini Renosto	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
109	93815-00	Marcelo Soares de Campos	Professor	5.2.2017 a 4.2.2020
110	103624-03	Marcia Beatriz Santana Gomes	Professor	3.2.2017 a 2.2.2020
111	68640-01	Marcia Casagrande	Professor	2.3.2017 a 1º.3.2020
112	4146-00	Marcia De Bona Lazzari	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
113	93823-00	Marcia Regina Rover Cas- tanho	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
114	100552-00	Marcia Rosa Heydt Rogowski	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
115	92843-01	Marcia Simone Dal Bosco Bet	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
116	96210-02	Margarete D'Aghetti	Professor	3.2.2017 a 2.2.2020
117	104728-03	Margarida Moresco da Silva	Professor	2.5.2017 a 1º.5.2020
118	27367-00	Marge Sensolo Dalmolin	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
119	92347-00	Maria Eva Climaco Varela Freitag	Professor	19.4.2017 a 19.4.2020
120	40690-04	Maria Luiza Alves Favaretto	Professor	14.3.2017 a 13.3.2020
121	76813-00	Marilaine Martins	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
122	7714-00	Marilei Lurdes Bison Magen- tanz	Professor	30.6.2017 a 29.6.2020
123	41092-01	Marines Fatima Colombo	Professor	7.2.2017 a 6.2.2020
124	93866-00	Mario Alberto Soares De Campos	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
125	94994-01	Marioni Bortolini Ramos	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
126	104175-00	Marisa Aline Magedans Pedrotti	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
127	104175-03	Marisa Aline Magedans Pedrotti	Professor	6.3.2017 a 5.3.2020
128	53457-07	Marisa Aparecida Cavalli Pozzo	Professor	2.5.2017 a 1º.5.2020
129	93874-00	Marisete Salvadego	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
130	59528-03	Maristela Isganzela Schwingel	Professor	3.2.2017 a 2.2.2020
131	77593-02	Maristela Oldoni	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
132	99007-00	Mariza Andreoni	Especialista em Educação	18.2.2017 a 17.2.2020
133	96369-01	Marize Aparecida Machado da Silveira da Rosa	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
134	27022-01	Marlene Luisa Lanzarin	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
135	92053-00	Marli Aparecida Pedroso	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
136	87955-02	Marli Klumb	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
137	95044-01	Maura Pierina Baccin	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
138	98841-00	Miriam Dornelles	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
139	32913-07	Monica Cristina Tondello Moretti	Professor	4.3.2017 a 6.3.2020
140	98957-00	Monica Regina Knoblauch	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
141	92231-02	Nadia Loini Kaster Scheifler	Professor	18.2.2017 a 18.2.2020
142	92550-03	Nadia Maria Cesco Erzen	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
143	89826-01	Naira Marcante Dalla Costa	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
144	89826-00	Naira Marcante Dalla Costa	Professor	30.6.2017 a 29.6.2020
145	59072-00	Nauri Martini Merlini	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
146	91600-01	Nilvete Dalmaso Segala	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
147	94676-01	Patricia Enck Poloni	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
148	60569-00	Rosangela Lunge	Professor	30.6.2017 a 29.6.2020
149	98787-00	Rose Mari Siega Balbinott	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
150	103802-00	Roselei Datsch	Professor	5.5.2017 a 4.5.2020
151	81671-11	Rosemilda Peruzzo	Professor	2.5.2017 a 1º.5.2020
152	104817-04	Rosineia Fonseca da Silva	Professor	2.12.2016 a 1º.12.2019
153	97020-01	Sandra Maria Barroni Gia- comin	Professor	2.1.2017 a 1º.1.2020
154	73830-00	Sandra Pizzatto	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
155	103390-00	Sergio Roberto Comassetto	Professor	7.2.2017 a 6.2.2020
156	101907-00	Silvana Cristina Fazzioni Hoechler Cecchin	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
157	91014-03	Silvane Teresinha Riva	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
158	76465-03	Silvanea Forner	Professor	7.2.2017 a 6.2.2020
159	99635-00	Simone Lazarotto	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
160	91863-12	Siria Nair Savoldi de Mattos	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
161	102580-00	Soeli Fatima Oliveira dos Santos	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
162	90808-05	Sonia Pizzatto Rodio	Professor	7.2.2017 a 6.2.2020
163	91375-04	Sonia Salete de Oliveira Mattana	Professor	18.2.2017 a 24.2.2020

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
164	95885-01	Sonimara Cazarotto	Professor	1º.2.2017 a 31.1.2020
165	110906-01	Tainara Hoeckler	Professor	1º.6.2017 a 31.5.2020
166	33294-02	Tatiane Cristina Argenton	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
167	101249-03	Tayson Sander Baseggio	Professor	7.2.2017 a 6.2.2020
168	93556-00	Teresinha Garbossa	Professor	16.2.2017 a 15.2.2020
169	70807-00	Terezinha Tavares	Professor	1º.1.2017 a 31.12.2019
170	102342-01	Valquiria Weingartner Pereira	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
171	114227-00	Vanessa Cristina Tureck de Avila	Professor	15.2.2017 a 14.2.2020
172	92177-05	Vanessa Frizon	Professor	3.6.2017 a 2.6.2020
173	67423-00	Vania Pozzebon	Professor	18.2.2017 a 17.2.2020
174	88412-11	Vanusa Donati	Professor	3.2.2017 a 2.2.2020
175	88412-13	Vanusa Donati	Professor	16.12.2017 a 15.12.2019
176	104183-00	Vanusa Maschio Dal Bello	Professor	1º.1.2017 a 2.1.2020
177	7706-00	Vilmar Antonio Bentz	Professor	30.6.2017 a 29.6.2020
178	86312-00	Vilse Lair Dal Puppo	Professor	10.2.2017 a 9.2.2020
179	70386-05	Zilma Rodrigues do Nascimento Poyer	Professor	1º.3.2017 a 29.2.2020
180	99082-01	Zoleide Ema Heemann Dier-smann	Professor	18.2.2017 a 21.2.2020

Art. 2º Ficam revogados os itens abaixo relacionados, que concedem Promoção por Desempenho à servidora MARLI APARECIDA PEDROSO, ocupante do cargo de Professor, matrícula 92053-00:

I – nº de ordem 28, do art. 1º do Decreto nº 1.015/2012, de 27 de dezembro de 2012, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2013;

II – nº de ordem 30, do art. 1º do Decreto nº 1.063/2015, de 29 de dezembro de 2015, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2016;

III – nº de ordem 30, do art. 1º do Decreto nº 7/2019, de 2 de janeiro de 2019, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 683/2020, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610062

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 683/2020, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora CATIA PEDROTE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir do mês de setembro de 2020, à servidora CATIA PEDROTE, ocupante do cargo de Professor, matrícula 33880-05, o gozo de três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2012 a 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 687/2020, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610065

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 687/2020, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.

Constitui e designa comissão especial, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando a CI SEMED PEDAGÓGICO 103, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, em 3 de agosto de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de coordenar e desenvolver todas as fases dos Processos de Remoção e Cessão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as seguintes servidoras:

I – presidente: DORIS MARCON;

II – membros:

- a) ADRIANA MEINE ANTUNES DA SILVA;
- b) DANIELI INES PEDROTTI COLDEBELLA;
- c) DIONES CARMEN ROBINI DEL POSSO;
- d) MARISTELA MACIEL;
- e) SIMONE LAZAROTTO.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 509/2019, de 25 de junho de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 693/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610068

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 693/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Designa a servidora ANDREIA DE PINHO para responder pelo cargo de Chefe Administrativa.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora ANDREIA DE PINHO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Chefe Administrativa – Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural, percebendo remuneração própria do cargo, nível FG4, no período de 11 a 31 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

VALDOMIRO TAFAREL
Secretário Municipal de Infraestrutura Rural

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 703/2020, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610071

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 703/2020, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia IAN TAIRA SIMÕES no cargo de Nutricionista.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, IAN TAIRA SIMÕES, no cargo de Nutricionista, Grupo Ocupacional Especialista – GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 12 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de agosto de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 45/2020

Publicação Nº 2610111

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 45/2020.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio 892946-2019 do Governo Federal – Aquisição de Equipamentos Agrícolas no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Concórdia SC, 18 de agosto de 2020.

ENORI ANTONIO BOLSI.
Secretário Municipal da Fazenda

EXTRATO DO CONTRATO Nº 208/2020 - PMC

Publicação Nº 2610304

Contrato Nº : 208/2020

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Consórcio : CONSÓRCIO FREEDOM FGEO constituído pelas empresas FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA e FGEO ENGENHARIA LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2020

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), para execução de aterro e estabilização de corte e pavimentação visando à implantação do segundo trecho da duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, localizada neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 14/08/2020 Término: 13/08/2022

Assinatura : 14/08/2020

Valor R\$: 11.949.590,52 (Onze Milhões, Novecentos e Quarenta e Nove Mil, Quinhentos e Noventa Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Dotação : 113 - 08.001.1009.3449051980000000000.01000001

Dotação : 116 - 08.001.1009.3449051980000000000.01340000

Dotação : 391 - 34.001.1009.3449051980000000000.01340000

Fiscal Técnico: MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON

Fiscal Técnico: REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

PORTARIA Nº 135/2020, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610052

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 135/2020, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, acrescidos pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006.

RESOLVE :

Art. 1º Conceder à servidora HERTA INGRID KARLING, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, licença para acompanhamento de excepcional, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de um ano, a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 136/2020, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610053

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 136/2020, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão especial, com a incumbência de avaliar as propostas técnicas para habilitação e qualificação técnica relativas ao Processo Licitatório que objetiva contratar empresa, para elaboração de projeto executivo de barragem de contenção de cheias.

Parágrafo único. Designar, para integrar referida comissão, os seguintes servidores:

I – CRISTINA VALCARENGHI;

II – MARILU MATIELLO;

III – REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

LEI N. 1.313/2020

Publicação Nº 2610202

LEI Nº 1.313/2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 232.900,00 (duzentos e trinta e dois mil e novecentos reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública e Promoção Social do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 78

Fonte de Recursos: 10077 – Vinculados – R\$ 232.900,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (10077) – Incremento ao PAB – Emenda de Bancada - Proposta nº 36000.314707/2020-00.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 200.000,00 (sete mil, seiscentos e cinquenta reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública e Promoção Social do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 79

Fonte de Recursos: 1481 – Vinculados – R\$ 130.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.078 – Participação em Consórcios.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 81

Fonte de Recursos: 1481 – Vinculados – R\$ 70.000,00

Art. 4º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (1481) – Ações CORONAVÍRUS (COVID-19) – Portaria 1.666/2020.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 63.569,75 (sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos), o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública e Promoção Social do Município.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 80

Fonte de Recursos: 2052 – Vinculados – R\$ 57.169,75

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 – Manutenção e Gestão do Fundo de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 319000 – 199

Fonte de Recursos: 20.52 – Vinculados – R\$ 6.400,00

Art. 6º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (20.52) – previsto na Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 36.754,17 (trinta e seis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 – Manutenção e Gestão do Fundo de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 319000 – 200

Fonte de Recursos: 16.52 – Vinculados – R\$ 36.754,17

Art. 8º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (16.52) – Incremento Temporário da Proteção Social Básica para Ações de Combate ao COVID-19

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020

no valor de R\$ 484.479,74 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e quatro centavos) o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 – Gestão e Manutenção das Ações e Projetos da Secr.de Adm., Fazenda e Planejamento
Modalidade de Aplicação: 319000 – 201
Fonte de Recursos: 20.53 – Vinculados – R\$ 350.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.077 – Manutenção e Gestão do Conselho Tutelar
Modalidade de Aplicação: 319000 – 202
Fonte de Recursos: 2053– Vinculados – R\$ 10.900,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 – Manutenção e Gerenciamento das Ações da Secretaria de Infraestrutura
Modalidade de Aplicação: 319000 – 203
Fonte de Recursos: 20.53 – Vinculados – R\$ 123.579,74

Art. 10. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (20.53) – previsto na Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

Art. 11. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.077 – Manutenção e Gestão do Conselho Tutelar
Modalidade de Aplicação: 339000 – 160
Fonte de Recursos: 1000– Ordinários – R\$ 10.000,00

Art. 12. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, será anulado da seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 – Manutenção e Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 319000 – 140
Fonte de Recursos: 1000– Ordinários – R\$ 10.000,00

Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 17.512.2516.2.084 – Manutenção da Secretaria Municipal de Água e Saneamento e Básico
Modalidade de Aplicação: 449000 – 170
Fonte de Recursos: 1000– Ordinários – R\$ 100.000,00

Art. 14. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, será anulado da seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 – Manutenção e Gerenciamento das Ações da Secretaria de Infraestrutura.
Modalidade de Aplicação: 319000 – 117
Fonte de Recursos: 1000– Ordinários – R\$ 100.000,00

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 18 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 325/2020

Publicação Nº 2609672

PORTARIA Nº 325/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente

as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 04 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal TÂNIA MÁRCIA REES, matrícula nº 1371201, ocupante do cargo de Professor, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 17/08/2020.

Cordilheira Alta/SC, 18 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 326/2020

Publicação Nº 2609710

PORTARIA Nº 326/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor municipal EMERSON EDUARDO KALLES, matrícula nº 1355001, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 18 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 327/2020

Publicação Nº 2611037

PORTARIA Nº 327/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal Sra. Sonia Fátima Cenci, matrícula nº 593601, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico - 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 18 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 328/2020

Publicação Nº 2611038

PORTARIA Nº 328/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal Sra. Emanuelle Cella Tozzo, matrícula nº 626103, ocupante do cargo de Contador - 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 18 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 329/2020

Publicação Nº 2611039

PORTARIA Nº 329/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal Sra. Sandra Figueiró Pedroso Cenci, matrícula nº 633501 ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 18 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

Correia Pinto

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 FMAS

Publicação Nº 2610514

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 – FMAS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE ATRAVÉS DE ACOlhIMENTO EM RESIDÊNCIA INCLUSIVA, PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS ENTRE 18 E 59 ANOS. Menor Preço. Edital e Envio das Propostas: a partir de 18/08/2020 Abertura dos envelopes: 31/08/2020 às 10:00 horas. Horário de Brasília, no site www.comprasbr.com.br Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08h00minh às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 18 de agosto de 2020.

CELSONO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 5767/2020

Publicação Nº 2609974

PORTARIA Nº 5767/2020

SUSPENDE O CURSO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR RH n. 009/2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

SUSPENDER temporariamente o curso do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR RH n. 009/2020 ante a vigência da Portaria nº 5750/2020 que concede o pedido de licença para participar do Pleito Eleitoral do ano corrente, retomando os trabalhos na data de 16 de novembro de 2020

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de agosto de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2609729

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2020.
PROCESSO LICITATÓRIO 090/2020

Registro preços para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços, com fornecimento do material e da mão de obra, para aplicação de bactericida para sanitização (saneante bactericida com princípio ativo Quaternário de Amônio), a ser aplicado em diversos locais, tanto externos quanto internos, dentro do município de Corupá, conforme especificações e quantidades elencadas no Termo de Referência e Anexo I - Quantitativos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h do dia 20/08/2020 às 10:00 horas do dia 26/08/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10:00h do dia 26/08/2020.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.

HORÁRIO: das 07h às 13h.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 18 de agosto de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610441

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020**

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E EMPRESA J.R.M. ELÉTRICA LTDA. – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.600.788/0001-44 E ARMANDO LUCCA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.428.739/0001-52.

PROCESSO LICITATÓRIO: 678/2020**PREGÃO PRESENCIAL:** 44/2020 – SRP

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS – BRAÇOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PADRÃO CELESC E REATORES GALVANIZADOS PADRÃO CELESC, PARA USO NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC

ITEM	QUANT.	UN.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	PROP. VENCEDOR
4	250	UN	REATOR EXTERNO VAPOR DE SÓDIO, PADRÃO CELESC, GALVANIZADO A FOGO, 70W.	R\$ 42,95	R\$ 10.737,50	J.R.M ELÉTRICA LTDA. – ME
5	250	UN	REATOR EXTERNO VAPOR DE SÓDIO, PADRÃO CELESC, GALVANIZADO A FOGO, 150W.	R\$ 55,00	R\$ 13.750,00	J.R.M ELÉTRICA LTDA. – ME
6	250	UN	REATOR EXTERNO VAPOR DE SÓDIO, PADRÃO CELESC, GALVANIZADO A FOGO, 250W.	R\$ 62,00	R\$ 15.500,00	J.R.M ELÉTRICA LTDA. – ME
1	100	UN	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PADRÃO CELESC, GALVANIZADO A FOGO, 1 MT, REF. 38/25MM.	R\$ 19,00	R\$ 1.900,00	ARMANDO LUCCA – EPP
2	400	UN	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PADRÃO CELESC, CHAPA DE AÇO 3MM, GALVANIZADO A FOGO, 3 METROS, SEM SAPATA, INCLINAÇÃO FINAL 5 ?.	R\$ 86,30	R\$ 34.520,00	ARMANDO LUCCA – EPP
3	100	UN	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PADRÃO CELESC, CHAPA DE AÇO 3MM, GALVANIZADO A FOGO, 3 METROS, COM SAPATA, INCLINAÇÃO FINAL 5 ?.	R\$ 95,20	R\$ 9.520,00	ARMANDO LUCCA – EPP

DATA DA ATA: 10 DE AGOSTO DE 2020**DA VALIDADE:** 10/08/2020 À 09/08/2021**JAIRO RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL.**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2020, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610444

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2020****DAS PARTES:** MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E EMPRESA KNAPP & CIA LTDA. pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 76.376.375/0001-12**PROCESSO LICITATÓRIO:** 679/2020**PREGÃO PRESENCIAL:** 45/2020 – SRP**DO OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, A SEREM EXECUTADOS NA ÁREA RURAL E NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

ITEM	QUANT.	UN.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	PROP. VENCEDOR
1	3.000	M/L	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. FUROS DE 2,5" (DUAS E MEIA) POLEGADAS DE DIÂMETRO. NO PREÇO DEVERÃO ESTAR INCLUSAS TODAS AS DESPESAS DE PESSOAL, TRANSPORTES E LOCOMOÇÃO, EQUIPAMENTOS, IMPOSTOS, LICENÇAS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	R\$ 71,90	R\$ 215.700,00	KNAPP E CIA LTDA.

DATA DA ATA: 10 DE AGOSTO DE 2020**DA VALIDADE:** 10/08/2020 À 09/08/2021**JAIR RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL.****EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2020**

Publicação Nº 2610276

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2020 – SRP

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar o Processo Licitatório nº 777/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 48/2020 – SRP, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, FUTURA E PARCELADA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA E CONFEITARIA – DOCES, SALGADOS E PÃES, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC", cujo interessado é o MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC". Os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação das empresas proponentes deverão ser entregues e protocolados impreterivelmente no horário entre 08h00min. até às 08h30min do dia 02 de setembro de 2020 na sala do Departamento de Compras e Licitações, junto ao Paço Municipal situado à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, município de Cunha Porã/SC. A sessão pública de abertura e julgamento das propostas comerciais e habilitações dos proponentes será realizada a partir das 08h:45min. do dia 02 de setembro de 2020, no mesmo local da entrega e protocolo dos envelopes. Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: licitacao@cunhapora.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3646-3505. A íntegra do edital se encontra disponível no site: www.cunhapora.sc.gov.br. Cunha Porã/SC, 18 de setembro de 2020. Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO Nº 89/2020

Publicação Nº 2610594

DECRETO Nº 089/2020, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso III da Lei Municipal n.º 951 de 10 de dezembro de 2019;

DECRETA: Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 38.473,93 (Trinta e Oito Mil, Quatrocentos e Setenta e Três Reais com Noventa e Três Centavos), e da Entidade n.º 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 11.780,00(Onze Mil, Setecentos e Oitenta Reais), perfazendo o valor total de R\$ 50.253,93 (Cinquenta Mil, Duzentos e Cinquenta e Três Reais com Noventa e Três Centavos) nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		2
Unidade	COORDENADORIA DE GESTÃO EM ADM E PLANEJAMENTO		2
Função	Administração		4
Subfunção	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1
Atividade	Manutenção das Ações da Administração Geral		2.001
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	10.00.000000 - (9)	5.000,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	10.53.000000 - (171)	23.462,68

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		7
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		11
Atividade	Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais - APAE E Outros		2.030
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	01.00.000000 - (117)	2.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		2
Unidade	COORDENADORIA DE GABINETE		1
Função	Assistência Social		8
Subfunção	Assistência à Criança e ao Adolescente		243
Programa	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		2
Atividade	Manutenção das Ações do Conselho Tutelar		2.031
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (6)	2.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		7
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		11

Atividade	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS		2.059
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	11.65.000000 - (128)	6.011,25
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		3
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	SAÚDE COM A ATENÇÃO QUE VOCÊ MERECE		17
Atividade	Manutenção do Programa de Saúde Bucal		2.067
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	33.64.000000- (65)	11.780,00

Art. 2º. Para a cobertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, será através da redução parcial ou total nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		2
Unidade	COORDENADORIA DE GESTÃO EM ADM E PLANEJAMENTO		2
Função	Administração		4
Subfunção	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1
Atividade	Manutenção das Ações da Administração Geral		2.001
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	10.53.000000 - (170)	23.462,68
3.3.90.00	Aplicação Direta	10.00.000000 - (10)	5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		7
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		11
Atividade	Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais - APAE E Outros		2.030
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	10.00.000000 - (118)	2.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		2
Unidade	COORDENADORIA DE GABINETE		1
Função	Assistência Social		8
Subfunção	Assistência à Criança e ao Adolescente		243
Programa	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		2
Atividade	Manutenção das Ações do Conselho Tutelar		2.031
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	10.00.000000 - (7)	2.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		7
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		11

Atividade	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS		2.059
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	11.65.000000 - (133)	6.011,25

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		3
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	SAÚDE COM A ATENÇÃO QUE VOCÊ MERECE		17
Atividade	Manutenção do Programa de Saúde Bucal		2.067
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	33.64.000000- (66)	11.780,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 19 de agosto de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Publique-se e Registre-se

Curitibanos

PREFEITURA

COINCO - ATA DE ABERTURA TOMADA DE PREÇO 01-2020

Publicação Nº 2609988

ATA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS DE HABILITACAO E PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇO 01-2020 – TIPO: MENOR PREÇO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO - COINCO

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às 09h00m, na sede administrativa do COINCO, localizada na Rua Cornélio de Haro Varela, n. 1.835, Bairro Água Santa, Curitibanos/SC, reuniram-se membros da Comissão de Licitação nomeada através da Portaria 03/2016, nesse ato declarados como membros da equipe de apoio para análise da documentação de habilitação referentes ao edital tipo "Tomada de Preço nº 01-2020" cujo objeto é selecionar proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) e PLANOS MUNICIPAIS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (PMGIRS) DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES PERTENCENTES AO COINCO (BRUNÓPOLIS, CURITIBANOS, FREI ROGÉRIO, LEBON REGIS, MONTE CARLO, PONTE ALTA, PONTE ALTA DO NORTE, SANTA CECÍLIA E SÃO CRISTÓVÃO DO SUL), conforme descrito no edital –DO OBJETO – ITEM 1. PRESENTES: Toniel da Silva, inscrito no CPF sob n. CPF 018.403.999-10; Diego Sebem Wordell, CPF n. 045.755.966-41, Volnei Luiz dos Santos, CPF n. 777.067.499-91 e Natalia Heusser, CPF n. 072.991.809-28. Após constatar a presença dos membros da comissão de licitação, o Presidente da Comissão de Licitação Sr. Toniel da Silva declarou aberto os trabalhos no horário do edital.

O Presidente Sr. Toniel da Silva, juntamente com os membros da Comissão de Licitação, realizou a análise da certidão municipal encaminhada pela empresa AMPLAR ENGENHARIA E GESTAO AMBIENTAL, o qual verificou-se que apresentou o documento conforme a exigência do Edital, sendo POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA emitida na data de 14/08/2020 com validade de 120 (cento e vinte) dias, em conformidade com a LC 123 e 147, deste modo, sendo considerada habilitada.

Na sequência, verificou-se em conformidade com o item "8.1 – As empresas que apresentarem a documentação acima, estarão habilitadas para a abertura do envelope nº 2 – Proposta de Preço" do Edital, verificou-se o que segue: A empresa PARADIGMA GESTAO EMPRESARIAL LTDA apresentou o contrato social de forma autenticada, cumprindo o exigido no item 8.1.4 alínea A do Edital; A empresa PRONATUR ASSESSORIA AMBIENTAL E FLORESTAL LTDA apresentou a CERTIDÃO DE FALENCIA E CONCORDATA emitida pelo sistema SAJ e EPROC emitido pelo Cartório Distribuidor da Sede ou domicílio da licitante, cumprindo a exigência do item 8.1.4 alínea E;

Deste modo, segue:

Ficam declaradas habilitadas: SINERGIA ENGENHARIA DE MEIO AMBIENTE LTDA ME, AQUABONA ASSESSORIA AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA, GEO CONSULTORES ENGENHARIA E COMERCIO LTDA, PRONATUR ASSESSORIA AMBIENTAL E FLORESTAL LTDA, AMPLAR ENGENHARIA E GESTAO AMBIENTAL.

Foram declaradas inabilitadas:

- PARADIGMA GESTAO EMPRESARIAL LTDA por não apresentar o Termo de Abertura, Termo de Encerramento e também sem registro do balanço junto a JUCESC, descumprindo o exigido no item 8.1.4 alínea B, e por não apresentar a CERTIDAO DE FALENCIA E CONCORDATA emitida pelo sistema SAJ e EPROC emitido pelo Cartório Distribuidor da Sede ou domicílio da licitante, descumprindo o exigido no item 8.1.4 alínea E.

- H2SA ENGENHARIA LTDA por apresentar Balanço Patrimonial sem registro junto a Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante conforme exigido no item 8.1.4 alínea B,

Deste modo, fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso quanto à decisão da Comissão de Licitação, a contar do recebimento ou publicação desta Ata.

Nada mais havendo a registrar, designado para a presente licitação, após leitura da ata pelo secretário e aprovação da mesma, encerrou a presente reunião. Esta ata é conferida por mim, Secretário e contém 03 laudas que é aprovada e firmada pelos presentes.

Toniel da Silva CPF 018.403.999-10; Diego Sebem Wordell CPF n. 045.755.966-41; Volnei Luiz dos Santos CPF n. 777.067.499-91 Natalia Heusser CPF n. 072.991.809-28.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2020

Publicação Nº 2610962

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2020

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL COM TRANSPORTE - SUB BASE E BRITA GRADUADA NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL NOVA ALVORADA, NO BAIRRO SÃO LUIZ, NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO

Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 01/09/2020, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 16:00 horas do dia 01/09/2020, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 18 de Agosto de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2020

Publicação Nº 2610302

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2020

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE PEÇA PARA MANUTENÇÃO DA MOTONIVELADORA VOLVO G930-1, EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 01/09/2020, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 01/09/2020, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitiba.gov.br.

Curitiba, 18 de Agosto de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO NR.15/2020

Publicação Nº 2610290

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/12
 Processo Nº.: 15/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2020

No dia 17 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na RUA MAXIMINO DE MORAES, 386, bairro CENTRO, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PRESIDENTE DO FUNDO, o Sr(a). YARA APARECIDA VILANI PADILHA, inscrito no CPF sob o nº. 474.109.069-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 15/2020, Processo Licitatório nº. 15/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DIVERSOS PARA USO DOS FUNCIONARIOS QUE ATUAM NA AREA DA SAUDE DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12702	ADAILSON GONCALVES DE DEUS	
12579	CLAUDIA MARIA PAGANINI 02863125907	
8282	FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA	13
11681	FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LT	1, 2, 3
10418	FRAI VEST IND E COMÉRCIO DE VESTUÁRIO LTDA - ME	
8078	FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP	
12701	SAMOURA CONFECÇÕES LTDA	
11749	TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI	4, 5, 6, 7, 9, 10, 11

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ADAILSON GONCALVES DE DEUS	27.967.507/0001-75	YURI GONÇALVES NASCIMENTO	118.271.869-84
CLAUDIA MARIA PAGANINI 02863125907	26.554.677/0001-65	CLODOMIR BAHR JUNIOR	478.348.979-34
FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA	04.584.756/0001-86	NORBERTO RISTOW	286.245.489-34
FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LT	01.194.890/0001-82	GEAN DA SILVA MENA	019.511.620-80
FRAI VEST IND E COMÉRCIO DE VESTUÁRIO LTDA - ME	09.250.167/0001-85	FIORELLO ADILSON MAZUTTI	560.703.149-72
FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP	07.434.746/0001-52	EDSON FRANCISCO RITTER	776.580.869-91
SAMOURA CONFECÇÕES LTDA	14.920.994/0001-79	EDUARDO COSTA	079.037.619-94
TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI	13.304.528/0001-04	ANDRE ANTONIO TONON	030.819.089-06

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DIVERSOS PARA USO DOS FUNCIONARIOS QUE ATUAM NA AREA DA SAUDE DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/12
 Processo Nº.: 15/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

Fornecedor: 8282 - FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	Bolsa estilo carteiro confeccionada em lona de algodão fio 10 impermeabilizada na cor azul marinho, costuras com reforço, toda debruada, alça de algodão largura 50 mm da mesma cor do tecido com acessórios de regulagem em metal, com ombreira; 1 divisão interna; 01 bolso com zíper na mesma cor do tecido na parte posterior da bolsa; 02 bolsos laterais sem lapela. Aba de fechamento formada por prolongamento medindo 64 cm de altura X 37 cm de largura, na parte superior da bolsa, com acabamento arredondado nos cantos, onde será aplicada a arte em serigrafia conforme imagem em anexo. Dimensões do produto: 32 cm de altura X 37 cm de largura X 20 cm de profundidade.	UN	FD UNIFORM	60,000	64,0000	3.840,00

Fornecedor: 11681 - FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LT

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CAMISETA GOLA REDONDA - manga curta, 100% algodão, de diferentes cores, fio 30/1.165 gr/m², com aplicação de estampa e ou logomarca na região frontal, traseira e lateral das mangas. Tamanho PP, P, M, G, GG e EGG. OBS: o acabamento do tecido e o tecido deverá ser isento de furos nas costuras, deformações, marcas de dobra e manchas, fios puxados, cortes ou rasgos. As peças deverão estar isentas de costuras tortas, fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto, deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente.	UN	FIBRA TOP	3.000,000	9,5000	28.500,00
2	CAMISSETAS GOLA POLO - gola pólo, malha Piquet P.A, com cortes especiais, manga curta. Com recorte no ombro, manga e costas, vista da mesma cor da gola. Bordada na frente em 3 cores. Tamanho PP, P, M, G, GG e EGG. OBS: o acabamento do tecido e o tecido deverá ser isento de furos nas costuras, deformações, marcas de dobra e manchas, fios puxados, cortes ou rasgos. As peças deverão estar isentas de costuras tortas, fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto, deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente	UN	FIBRA TOP	300,000	27,9000	8.370,00
3	Blusa Moleton peluciado, com bolsos laterais. Composição do tecido 20% poliéster e 80% algodão. Punho e barra de ribana com composição (98% algodão e 2% elastano). Com bordado aplicado ao lado esquerdo do peito, medidas de 8,5cm X 5,0 cm, com a escrita em preto " Sec. Municipal de Saúde CURITIBANOS, Brasão em preto, branco, vermelho, verde e cinza. Com capuz tendo forro e cordas, abertura frontal com zíper, modelo raglã pespontado, assim como punho e barras pespontada com agulha dupla. Cor a combinar.	UN	FIBRA TOP	350,000	29,5000	10.325,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 3/12
 Processo Nº.: 15/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

Fornecedor: 11749 - TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	------	-------	------------	----------------	-------------

4	COLETE ACS Colete sem gola, em tecido grafil, cor azul Royal, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; com 02 bolsos cargo com lapela e velcro na parte inferior medindo 23x16cm (AxL) e 02 bolsos chapados com lapela no peito medindo 11x09cm (AxL); com zíper frontal sintético e alta resistência e abertura total, na mesma cor do colete. Todas as peças devem ter a mesma cor do tecido. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Quanto à visibilidade, deverá ter faixas refletivas com durabilidade à lavagem, nas cores combinadas amarelo limão - prata - amarelo limão, com 50mm de largura. Deve apresentar performance de acordo com a ABNT NBR15292/2013, com refletividade inicial de 500cd.lux.m² e durabilidade de 50 lavagens. Modelo no anexo III. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas do anexo III.	UN	TOP BRAZIL/	4,000	39,9000	159,60
---	---	----	-------------	-------	---------	--------

APLICAÇÃO DOS LOGOTIPOS:

Costas:

o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm.

o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS. Dimensões: 23x12cm.

Bolso esquerdo do tórax:

o Aplicação em silkscreen, sete cores (verde, verde escuro, preto, cinza claro, cinza escuro e branco), do logo e escrita: Prefeitura de Curitiba - Saúde. Dimensões: 10x8cm.

Bolso direito do tórax:

o Aplicação em silkscreen, oito cores (azul escuro, azul claro, branco, cinza claro, amarelo, laranja, vermelho e preto), do logo da Estratégia de Saúde da Família E.S.F.. Dimensões: 10x8cm.

o Aplicação de lapela com aplicação em silkscreen do NOME DO ACS, em cor única (branco), medindo 03 cm de altura X 08cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 06 cm de comprimento (devidamente centralizado).

TAMANHOS ESPECIAIS/ SOB MEDIDA

As peças deverão estar isentas de costuras tortas, fator que possam prejudicar sua utilização ou aspecto deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 4/12
 Processo Nº.: 15/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

Fornecedor: 11749 - TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	<p>COLETE ACS Colete sem gola, em tecido grafil, cor azul Royal, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; com 02 bolsos cargo com lapela e velcro na parte inferior medindo 23x16cm (AxL) e 02 bolsos chapados com lapela no peito medindo 11x09cm (AxL); com zíper frontal sintético e alta resistência e abertura total, na mesma cor do colete. Todas as peças devem ter a mesma cor do tecido. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Quanto à visibilidade, deverá ter faixas refletivas com durabilidade à lavagem, nas cores combinadas amarelo limão - prata - amarelo limão, com 50mm de largura. Deve apresentar performance de acordo com a ABNT NBR15292/2013, com refletividade inicial de 500cd.lux.m² e durabilidade de 50 lavagens. Modelo no anexo III. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas do anexo III.</p> <p>APLICAÇÃO DOS LOGOTIPOS: Costas: o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm. o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS. Dimensões: 23x12cm. Bolso esquerdo do tórax: o Aplicação em silkscreen, sete cores (verde, verde escuro, preto, cinza claro, cinza escuro e branco), do logo e escrita: Prefeitura de Curitiba - Saúde. Dimensões: 10x8cm. Bolso direito do tórax: o Aplicação em silkscreen, oito cores (azul escuro, azul claro, branco, cinza claro, amarelo, laranja, vermelho e preto), do logo da Estratégia de Saúde da Família E.S.F.. Dimensões: 10x8cm. o Aplicação de lapela com aplicação em silkscreen do NOME DO ACS, em cor única (branco), medindo 03 cm de altura X 08cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 06 cm de comprimento</p>	UN	TOP BRAZIL/	50,000	39,9000	1.995,00
6	<p>COLETE CAPS sem gola, em tecido GRAFIL, cor grafite, composição: 67% poliéster, 33% algodão penteado; com 01 bolso chapado no peito do lado esquerdo, medindo 11 X 09cm (AxL); com dois bolsos canguru (um de cada lado) deverão ser aplicados em máquina pespontadeira para garantir sua resistência; com zíper frontal sintético e alta resistência, na mesma cor do colete. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas do anexo III.</p> <p>APLICAÇÃO DE LOGOTIPOS: Costas: bordado na cor branco, o texto arqueado: CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS I, maiúscula (conforme anexo IV). Dimensão: 28 X 12 cm. Bolso lado esquerdo do tórax: bordado em quatro cores o brasão da prefeitura de Curitiba, com o seguinte texto abaixo do logo: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CAPS I</p>	UN	TOP BRAZIL/	4,000	52,0000	208,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 5/12
 Processo Nº.: 15/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

Fornecedor: 11749 - TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	<p>COLETE - SMS sem gola, em tecido GRAFIL, cor verde militar, composição: 67% poliéster, 33% algodão penteado; com 2 (dois) bolsos canguru (um de cada lado) deverão ser aplicados em máquina pespontadeira para garantir sua resistência; com zíper frontal sintético e alta resistência, abertura frontal, na mesma cor do colete.</p> <p>O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens.</p> <p>As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente.</p> <p>Tamanhos: P, M, G, GG.</p> <p>APLICAÇÃO DE LOGOTIPOS:</p> <p>Costas:</p> <p>- Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS.</p> <p>Dimensões: 23x12cm. com o seguinte texto abaixo do logo: Secretaria Municipal de Saúde.</p> <p>- Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: POSSO AJUDAR? fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm.</p> <p>Frente:</p> <p>LADO ESQUERDO DO TÓRAX: Aplicação em silkscreen do brasão da Prefeitura de Curitiba nas cores do brasão, com o seguinte texto abaixo do logo:</p> <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - SAÚDE.</p>	UN	TOP BRAZIL/	15,000	54,7700	821,55
9	<p>COLETE ACE Colete sem gola, em tecido grafil, cor caqui, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; com 02 bolsos com zíper na parte inferior medindo 23x16cm (AxL) e 02 bolsos chapados com lapela no peito medindo 11x09cm (AxL); com zíper frontal sintético e alta resistência e abertura total, na mesma cor do colete. Todas as peças devem ter a mesma cor do tecido. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Quanto à visibilidade, deverá ter faixas refletivas com durabilidade à lavagem, nas cores combinadas amarelo limão - prata - amarelo limão, com 50mm de largura. Deve apresentar performance de acordo com a ABNT NBR15292/2013, com refletividade inicial de 500cd.lux.m² e durabilidade de 50 lavagens. Modelo - anexo. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas abaixo.</p> <p>APLICAÇÃO DOS LOGOTIPOS:</p> <p>Costas:</p> <p>o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm.</p> <p>o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS.</p> <p>Dimensões: 23x12cm.</p> <p>Bolso esquerdo do tórax:</p> <p>o Aplicação em silkscreen do brasão da prefeitura e abaixo do brasão escrita em branco: Prefeitura de Curitiba - Saúde.</p> <p>Dimensões: 10x8cm.</p> <p>Bolso direito do tórax:</p> <p>o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco) do texto: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - ACE, fonte arial maiúscula. Dimensões: 10x8cm.</p> <p>As peças deverão estar isentas de costuras tortas, fatores que possam prejudicar sua utilização ou aspecto, deverá apresentar etiqueta de "Garantia total": etiqueta com composição do produto, instruções de lavagem, tamanho e identificação da confecção. Embaladas separadamente em saco plástico transparente.</p>	UN	TOP BRAZIL/	4,000	54,7700	219,08

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/12

FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Processo Nº.: 15/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

Fornecedor: 11749 - TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	<p>JALECO TIPO GUARDA -PÓ</p> <p>Jaleco em tecido grafil, cor chumbo, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; manga curta; com gola social entretelada, com acabamento interno que permita o perfeito ajuste e posicionamento da gola, impedindo o aparecimento do acabamento no lado externo do jaleco; com 2 bolsos inferiores frontais, chapados e com cantos chanfrados e 1 bolso no lado superior esquerdo; costura pespontada, abertura frontal para vestir e desvestir em toda extensão, fechada por 5 botões cristal transparente, na tonalidade do tecido, de no máximo 2,5cm de diâmetro, cinto traseiro preso. As cores das linhas deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido. Padrão de aviamento de primeira qualidade. O fabricante deverá fixar etiqueta identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem.</p> <p>APLICAÇÃO: Costas: o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: ALMOXARIFADO, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm.</p> <p>Bolso esquerdo do tórax: o Aplicação em silkscreen, nas cores do brasão do município e escrita: Secretaria Municipal de Saúde. Dimensões: 10x8cm.</p>	UN	TOP BRAZIL/	10,000	44,7700	447,70
11	<p>COLETE ACS Colete sem gola, em tecido grafil, cor azul Royal, composição 67% poliéster e 33% algodão penteado; com 02 bolsos cargo com lapela e velcro na parte inferior medindo 23x16cm (AxL) e 02 bolsos chapados com lapela no peito medindo 11x09cm (AxL); com zíper frontal sintético e alta resistência e abertura total, na mesma cor do colete. Todas as peças devem ter a mesma cor do tecido. O acabamento deverá ser com costuras duplas reforçadas em linha de nylon da mesma cor do tecido, não deverá encolher, ficar retorcido ou desbotar após sucessivas lavagens. As costuras devem ser planas para evitar enrugamento no decorrer do uso e lavagens, devem ser contínuas e sem desvios. Quanto à visibilidade, deverá ter faixas refletivas com durabilidade à lavagem, nas cores combinadas amarelo limão - prata - amarelo limão, com 50mm de largura. Deve apresentar performance de acordo com a ABNT NBR15292/2013, com refletividade inicial de 500cd.lux.m² e durabilidade de 50 lavagens. Modelo no anexo III. Tamanhos: P, M, G, GG, conforme tabela de medidas do anexo III.</p> <p>APLICAÇÃO DOS LOGOTIPOS: Costas: o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do texto: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, fonte arial, maiúscula. Dimensões: 28x12cm. o Aplicação em silkscreen, uma cor (branco), do logo SUS. Dimensões: 23x12cm.</p> <p>Bolso esquerdo do tórax: o Aplicação em silkscreen, sete cores (verde, verde escuro, preto, cinza claro, cinza escuro e branco), do logo e escrita: Prefeitura de Curitiba - Saúde. Dimensões: 10x8cm.</p> <p>Bolso direito do tórax: o Aplicação em silkscreen, oito cores (azul escuro, azul claro, branco, cinza claro, amarelo, laranja, vermelho e preto), do logo da Estratégia de Saúde da Família E.S.F.. Dimensões: 10x8cm. o Aplicação de lapela com aplicação em silkscreen do NOME DO ACS, em cor única (branco), medindo 03 cm de altura X 08cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 06 cm de comprimento</p>	UN	TOP BRAZIL/	50,000	39,9000	1.995,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 7/12

Processo Nº.: 15/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 8/12

Processo N°.: 15/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 15/2020

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 9/12

Processo Nº.: 15/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 10/12
Processo Nº.: 15/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 11/12
Processo N°. 15/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 15/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 12/12

Processo Nº.: 15/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 17 de Agosto de 2020.

YARA APARECIDA VILANI PADILHA
PRESIDENTE DO FUNDO

Empresas Participantes:

ADAILSON GONCALVES DE DEUS	CNPJ: 27.967.507/0001-75	_____
CLAUDIA MARIA PAGANINI 02863125907	CNPJ: 26.554.677/0001-65	_____
FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA	CNPJ: 04.584.756/0001-86	_____
FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LT	CNPJ: 01.194.890/0001-82	_____
FRAI VEST IND E COMÉRCIO DE VESTUARIO LTDA - ME	CNPJ: 09.250.167/0001-85	_____
FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP	CNPJ: 07.434.746/0001-52	_____
SAMOURA CONFECCOES LTDA	CNPJ: 14.920.994/0001-79	_____
TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI	CNPJ: 13.304.528/0001-04	_____

Descanso

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 01/2020 - PMD

Publicação N° 2610642

MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N° 83/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2020

O Município de Descanso torna público para conhecimento dos interessados que realizará Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço por Item, no dia 26 de agosto, com fundamento na Lei 10.520/02, Decreto 10.024/2019 e Lei 13.979/2020.

Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção e segurança para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede SUAS, devido à situação de emergência em saúde pública decorrente do Novo Coronavírus, conforme as especificações do edital e seus anexos.

Cadastro das Propostas: das 07h30min do dia 20 de agosto de 2020 até as 07h30min do dia 26 de agosto de 2020.

Abertura da Sessão Pública: às 07h45min do dia 26 de agosto de 2020.

A íntegra do edital encontra-se no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 18 de agosto de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N° 32/2020

Publicação N° 2610627

PORTARIA N° 32/2020, de 18 de agosto de 2020.

MÁRCIO MAXIMINO BORTOLOTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à NEUSA MACHADO DA SILVA, ocupante do cargo comissionado de SECRETÁRIA EXECUTIVA, Classificação CPC – 02, da Lei Municipal 588/2005, de 16/06/2005 – sob Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastada de suas atividades laborativas por um período de 08 (oito) dias, sendo de 17 a 24 de agosto de 2020, e seus efeitos retroativos a 17 de agosto de 2020.

Salão Nobre Prefeito Ângelo Bedin,
Descanso – SC, 18 de agosto de 2020.

MÁRCIO MAXIMINO BORTOLOTO
Presidente da Câmara de Vereadores de Descanso

Certifico que a presente Portaria foi registrada e publicada na forma da lei, nesta data.

Jussara Gabiatti
Assessora de Imprensa

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATO 58-2020 - TOMADA DE PREÇOS 94-2020 - PMDC

Publicação Nº 2611112

Contrato Nº.: 58/2020 - PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada.: ENERGIA MAIS LTDA.
Valor : 75.930,31 (setenta e cinco mil novecentos e trinta reais e trinta e um centavos)
Vigência : Início: 14/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 94/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NAS RUAS: NILSO VERONA, SALDANHA DA GAMA, ODILA MANTOVANI, ALMIRANTE BARROSO, ADOLFO KONDER E HENRIQUE DAMBROS, NA CIDADE DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, TODOS APROVADOS PELA CELESC, CONFORME ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 19 de Agosto de 2020

DECRETO Nº 6090/2020

Publicação Nº 2609417

DECRETO Nº 6090/2020

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 50.443,00 (CINQUENTA MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 84, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, os incisos I e III do Art. 13 da Lei Municipal nº 4758/2019, de 16 de dezembro de 2019.

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Altera a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2020, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.443,00 (Cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e três reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de cobertura na aquisição de equipamentos necessários e contrapartida na aquisição de veículo de transporte de paciente dentro da Secretaria Municipal de Saúde conforme deliberado em reunião ordinária do conselho de saúde aos cinco dias do mês de agosto do presente ano.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º. Altera a Lei nº. 4.757, de 16 de dezembro de 2019 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 50.443,00 (Cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e três reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de cobertura na aquisição de equipamentos necessários e contrapartida na aquisição de veículo de transporte de paciente dentro da Secretaria Municipal de Saúde conforme deliberado em reunião ordinária do conselho de saúde aos cinco dias do mês de agosto do presente ano.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º. Altera a Lei nº. 4.758, de 16 de dezembro de 2019 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 50.443,00 (Cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e três reais), objetivando instituir dotação orçamentária para fins de cobertura na aquisição de equipamentos necessários e contrapartida na aquisição de veículo de transporte de paciente dentro da Secretaria Municipal de

Saúde conforme deliberado em reunião ordinária do conselho de saúde aos cinco dias do mês de agosto do presente ano.

CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância R\$ 50.443,00 (Cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e três reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01. ADMINISTRAÇÃO

10.305.0428.1.026 – Aquisição de Veículo, Equip. e Mat. Permanente para as Unidades de Saúde

4.4.90.00.00.00.0.3.3398 – Aplicações Diretas R\$ 50.443,00

Art. 5º - Para o atendimento parcial do crédito aberto no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o produto do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2019, no valor de R\$ 50.443,00 (Cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e três reais), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §1º, inciso I e §2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificado:

Nº.CONTA BANCO	BANCO	Nº DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR (R\$)
624035-3	C.E.F	3398	Transf. de Recursos FNS/ EQUIPAMENTOS ATENÇÃO ESPECIALIZADA	50.443,00
TOTAL				50.443,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE AGOSTO DE 2020.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

NORMÉLIO PÉRCIO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO CONCORRÊNCIA 104/2020 - PMDC

Publicação Nº 2609437

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE CONCORRENCIA Nº 104/2020.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 104/2020, Edital de Concorrência Nº 104/2020, Objeto: CONCESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL URBANO, SENDO PARTE IDEAL DE 2.500 M2, DO IMÓVEL DO MUNICÍPIO, SOB MATRÍCULA Nº 7.931. O recebimento dos envelopes de habilitação e propostas fica até às 09:00 horas do dia 18/09/2020. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do mesmo dia, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sito à Rua Santos Dumont, nº 413, Dionísio Cerqueira – SC, maiores informações, www.dionisiocerqueira.sc.gov.br, pelo e-mail– comprasdionisiocerqueira@hotmail.com, pelo telefone: 0xx49-36436738, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h. Dionísio Cerqueira - SC. Thyago W. G. Gonçalves – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 105/2020 - PMDC

Publicação Nº 2609922

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2020

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 105/2020, Edital de Pregão Nº 105/2020, objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, E GAS, PARA USO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 01/09/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da

Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 98-2020 - PMDC

Publicação Nº 2609715

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/20
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/20
HOMOLOGAÇÃO: 18/08/20
CONTRATADO: CB-COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS
BOFF LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE ARTIGOS (BOLAS, BRINQUEDOS, PECINHAS DE MONTAR, ABACO, ...), A SEREM UTILIZADOS NAS CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 29.353,50 (vinte e nove mil trezentos e cinq-enta e três reais e cinq-enta centavos)
DATA: 18/08/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 94-2020 - PMDC

Publicação Nº 2611086

TOMADA DE PREÇO Nº 94/20
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/20
HOMOLOGAÇÃO: 14/08/20
CONTRATADO: ENERGIA MAIS LTDA.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NAS RUAS: NILSO VERONA, SALDANHA DA GAMA, ODILA MANTOVANI, ALMIRANTE BARROSO, ADOLFO KONDER E HENRIQUE DAMBROS, NA CIDADE DE DIONISIO CERQUEIRA -SC, TODOS APROVADOS PELA CELESC, CONFORME ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO
VALOR DA DESPESA: R\$ 75.930,31 (setenta e cinco mil novecentos e trinta reais e trinta e um centavos)
DATA: 19/08/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PORTARIA 545/2020

Publicação Nº 2609514

PORTARIA 545/2020

DESIGNA MEMEBROS, SERVIDORES E DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal (art. 84, inciso VII),

Art. 1º. Nos termos da Lei nº 3.741, de 09 de março de 2007 (arts. 2º, e 4º §§ 1º e 2º) ficam designados os servidores da esfera GOVERNAMENTAL: SOLANGE MARIA RIGHI, CPF 820.839.169-72, Portaria nº 075/2017, Matrícula nº 3184/2017; GILMARA VALQUÍRIA MORO VALDUGA, CPF nº 108.488.029-69, Portaria nº 429/2019, Matrícula nº 3609/2019; NORMÉLIO PÉRCIO, CPF nº 006.303.659-20, Portaria nº 160/2020, Matrícula nº 3646/2020; JEFERSON RENAN CAMARGO DRESCH, CPF nº 067.407.479-38, Portaria 024/2017, Matrícula nº 3169/2017; DANIEL DETKE, CPF nº 042.417.809-54, Portaria nº 864/2018, Matrícula nº 3567; GUILHERME HENRIQUE MARAN LIBARDONI, CPF nº 043.987.729-60, Portaria nº 199/2017, Matrícula nº 3293/2017; THOMAS JEFERSON ALENCAR DALLANORA, CPF nº 016.579.079-29, Portaria nº 159/95, Matrícula nº 170/1995, e, ELTON MIGUEL SANTIN, CPF nº 575.038.349-00, Portaria nº 245/2020, Matrícula nº 3668/2020, e, da esfera NÃO GOVERNAMENTAL: ARNOLDO LIMA DOS SANTOS, nº 285.620.119-91; VILSON ANTONIO ROSA, nº 469.301.409-53; ELISA ROSA DOS SANTOS, CPF nº 010.556.799-71; DIVINA FARINA, nº 196.206.750-53 ROGER AGOSTINI, CPF nº 690.756.389-49 e EDERSON PAULO DRESCH, CPF nº 044.498.539-54 para comporem, o CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º. À Comissão a que alude o artigo anterior, competirá, primordialmente, viabilizar o que está disposto no art. 3º, e seus incisos, da Lei retro mencionada, visando a consecução de todos os seus objetivos, seguindo no restante, os demais dispositivos legais.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação do Orçamento em execução.

Art. 4º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, aos 17 dias do mês de agosto de 2020.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Cerifico que a presente Portaria foi registrada e publicada no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da Lei.
DC. 17/08/2020.

Normélio Pércio
Secretário Municipal de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 39/2020 - PREGÃO 98-2020 - PMDC

Publicação Nº 2609714

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 1/9
Processo Nº.: 98/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 98/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 39/2020

No dia 18 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.026.773/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA SANTOS DUMONT 413, bairro CENTRO, CEP nº. 89950-000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 98/2020, Processo Licitatório nº. 98/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE ARTIGOS (BOLAS, BRINQUEDOS, PECINHAS DE MONTAR, ABACO, ...), A SEREM UTILIZADOS NAS CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS DE DIONISIO CERQUEIRA - SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8439	CB-COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA - ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CB-COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA - ME	01.669.984/0001-60	CLÓVIS BOFF	681.928.789-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE ARTIGOS (BOLAS, BRINQUEDOS, PECINHAS DE MONTAR, ABACO, ...), A SEREM UTILIZADOS NAS CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8439 - CB-COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Bolas de Borracha: Para a utilização em jogos pré desportivos. Bola de borracha nº 08 - iniciação - circunferência: 57 - 59 cm, peso 110 - 120 g	UN	Silme	40,000	13,0000	520,00
2	Bambolês colorido: 60cm e 80cm de diâmetro.	UN	Golden	60,000	7,5000	450,00
3	Jogos de mesa 4x1: Xadrez, dama, trilha etc.	UN	J.Play	30,000	90,0000	2.700,00
4	Colchonetes revestido em napa:1,20 X 60 X 5.	UN	Goldem	50,000	51,0000	2.550,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 2/9
 Processo N°: 98/2020
 PREGÃO PRESENCIAL N°: 98/2020

Fornecedor: 8439 - CB-COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Gangorra dupla Infantil Multicolorida. -Gangorra dupla Infantil em Formato de animais com Várias Opções de Cores. -Assento Anatômico e Macio Que Facilita a Montaria da Criança. -Pegadores Confortáveis e Apoio Para Os Pés. -Totalmente Montado. -Peso Máximo: 50kg Dimensões: comprimento: 115cm largura: 45cm altura: 50cm	UN	Xalingo	10,000	119,5000	1.195,00
6	Gangorra Individual em formato de animais, em cores variadas. fabricada em Plástico Rígido, Funciona Como Gangorra. gangorra Temática, com Assento Individual, Estimula a Criança a Desenvolver a Coordenação Motora e Equilíbrio, com Segurança e Conforto. Dimensões: 80,7 X 31,5 X 45,5CM Recomendado para criança a partir de 01 ano de idade	UN	Xalingo	10,000	93,5000	935,00
7	BRINQUEDOS MUSICAIS VIOLÃO E GUITARRA Dimensões: AxLxP-54cm x 16cm x 06 cm Recomendado para crianças a partir de 4 anos	UN	Art Brink	10,000	55,0000	550,00
8	PECINHAS DE MONTAR PLUGANDO IDÉIAS, em sacolão de PVC contendo 1.000 peças. Material: polipropileno.	UN	B. Mobil	6,000	235,0000	1.410,00
9	PECINHAS DE MONTAR CONECTANDO IDÉIAS, em sacolão de PVC contendo 1.000 peças. Material: polipropileno.	UN	B. Mobil	6,000	235,0000	1.410,00
10	JOGO DE PANELINHA, FOGAO, MOVEIS PARA BRINCAR DE CASINHA. DIMENSOES DA EMBALAGEM: (CLA) 39X07X31 CM. - 1 PANELA COM TAMPA - 1 FRIGIDEIRA - 1 TRAVESSA - 1 SALEIRO - 1 TOALHA DE PAPEL - 2 GARFOS - 2 FACAS - 2 COLHERES - 3 PRATOS - 3 COPOS - 7 CAIXINHAS	UN	Big Star	10,000	65,0000	650,00
11	ÁBACO BRINQUEDO MATEMÁTICO Ábaco com 100 Contas. Dimensões: 13x18x0,5cm	UN	Elka	8,000	56,0000	448,00
12	BRINQUEDOS DE BLOCOS DE FORMA GEOMÉTRICA Material: madeira Tamanho: 14,5*14,5*13 cm Terno idade: acima de 3anos	UN	J. Play	8,000	95,0000	760,00
13	BLOCOS DE ENCAIXE E MONTAR COM FIGURAS DE ANIMAIS E FRUTAS Conjunto confeccionado em plástico em polipropileno. Alto brilho. Contendo 100 peças.	UN	Simque	6,000	58,0000	348,00
14	BRINQUEDOS COM VARIEDADES DE SONS Brinquedo do bebê Brinquedos Educativos de Piano Criança, sons.	UN	Art. Brink	8,000	57,0000	456,00
15	BRINQUEDOS DE MADEIRAS COM DIFERENTES FORMAS DE MONTAR Composto por 60 peças em madeira com tamanhos, formas e cores diferentes. Idade a partir de 3 anos	UN	Pais & Filhos	6,000	94,0000	564,00
16	Bloco lógico madeira - colorido - 48 peças não recomendável para crianças menores de 03 anos	UN	B. Mobil	10,000	63,0000	630,00
17	Kit de forminhas De Areia, 01 Baldinho de areia 12cm x 12cm 25 Forminha de areia Ideal para lembrancinhas e Atividade escolar.	UN	Calesita	20,000	24,0000	480,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Processo Nº.: 98/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 98/2020

Fornecedor: 8439 - CB-COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	Carrinhos monta e desmonta: modelos Guincho, Bombeiro e Basculante, etc. Especificações Técnicas: Idade recomendada: A partir de 18 meses Gênero: Masculino Material: Plástico Atóxico Altura min: 19 cm Largura min: 15 cm Comprimento min: 22 cm	UN	Big Star	20,000	40,0000	800,00
19	Linha movimento 2 sensorial e corporais. Descrição: conjunto de atividades compostas por 65 peças (9 provas), confeccionado em E.V.A., madeira e MDF, coloridos, medindo 13,5 cm x 19,5 cm cada uma; 8 formas geométricas em E.V.A. coloridos (2 triângulos - 21 cm x 28 cm; 2 círculos de 28 cm de diâmetro; 2 retângulos - 32 cm x 22 cm; 2 quadrados - 28 cm x 28 cm); 4 formas geométricas em E.V.A. coloridas com suporte para sustentação (quadrado, retângulo e círculo); 2 tacos de madeira coloridos, medindo 58 cm; 3 bolinhas de borracha; 2 arcos / alvos; 1 palhaço Bocão 1 prancha com semicírculo, medindo 34 cm x 15,5 cm x 9 cm; 1 prancha de MDF, medindo 50 cm x 16 cm com 1 cilindro; 2 sapatos coloridos com corda de nylon, medindo 18 cm x 59 cm e 1 pula corda de 2 metros.	UN	Sonho de Cria	5,000	510,0000	2.550,00
20	Brinquedo túnel de centopeia, em lona de vinil, 4 m, medidas: 4 m x 50 cm de diâmetro.	UN	Sonho de Cria	4,000	420,0000	1.680,00
21	Conjunto alfanumérico infantil com 1000 peças, composto por letras e números. Confeccionado em plástico polietileno atóxico de alto brilho, de cores vivas. Contem 1000 peças sendo: 26 conjuntos de números de 0 a 9; 26 conjuntos de do alfabeto de A a Z e 13 conjuntos de vogais. Cada peça mede aproximadamente 30 mm. Conjunto acondicionado em sacola de PVC transparente, com zíper e alça.	UN	Sonho de Cria	8,000	125,0000	1.000,00
22	Alinhavos sortidos e caixa de madeira, composto por 10 bases de madeira e 10 cadarços de poliéster.	UN	Carlu	4,000	95,0000	380,00
23	Brinquedo numeral e quantidade com pinos. Conjunto confeccionado em madeira, contendo 18 peças de 60 x 60 x 20 mm; 45 pinos coloridos acondicionados em caixa de madeira.	UN	B. Mobil	8,000	93,0000	744,00
24	Cozinha infantil completa, com fogão, batedeira e liquidificador. Dimensões do fogão: 54 X 21 X 72 cm. Dimensões da batedeira: 11 X 12 X 6 cm. Dimensão do liquidificador: 14 X 9,5 X 7 cm. Fabricado em plástico resistente (propileno).	UN	Poliplac	4,000	253,0000	1.012,00
25	Brinquedo: kit médico - maleta com acessórios, contendo: 1 estetoscópio, 1 alicate, 1 bisturi, 1 pinça, 1 caixa de remédios, 1 curativo, 1 espelho, 1 microscópio, 1 seringa, 1 óculos, 1 colírio e 1 prontuário.	UN	Mundi Toys	12,000	73,0000	876,00
26	Conjunto de chá infantil - cozinha de brinquedo, chaleira e xícaras, kit contendo: 1 chaleira, 2 xícaras, 2 pires, 1 açucareiro, 1 bule e 4 biscoitos.	UN	Big Star	12,000	93,0000	1.116,00
27	Bola de vôlei iniciação, em EVA, colorida, sem costura, peso 175 gramas.	UN	Alpha	25,000	23,0000	575,00
28	Jogo Bingo, em madeira, contém: 36 cartelas, 90 pedras de madeira, 01 folhas de controle e 01 sacos para sorteio.	UN	Pais & Filhos	15,000	51,5000	772,50
29	Brinquedo Pedagógico "TORRE DE MADEIRA", com 54 peças.	UN	J. Play	20,000	56,0000	1.120,00
30	Brinquedo: formas para massinha de modelar. Kit com 100 forminhas para massa de modelar (cortadores). Modelos sortidos.	UN	P.a P. Brinque	12,000	56,0000	672,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 4/9
Processo N°. 98/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 98/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 5/9
Processo N°: 98/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 98/2020

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 6/9
Processo Nº.: 98/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 98/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 7/9
Processo N°. 98/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 98/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 8/9

Processo N°: 98/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°: 98/2020

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Página: 9/9
Processo N°.: 98/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 98/2020

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira, 18 de Agosto de 2020.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

CB-COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA - ME CNPJ: 01.669.984/0001-60 _____

Dona Emma

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2020

Publicação Nº 2609973

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 35/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2020
MULTIENTIDADES

O Município de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 10:00 horas do dia 31 de agosto de 2020, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório conforme Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, para contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso ilimitado de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no edital e em seu Anexo I. O edital completo encontra-se disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br. Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente das 7 às 13 horas, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma, em 19 de agosto de 2020.
Nerci Barp
Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO 106/2019

Publicação Nº 2610646

DECIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 106/2019

Considerando-se o resultado do Processo de Pregão Presencial nº 080/2019, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 106/2019;

Considerando-se o requerimento formulado pela empresa Auto Posto Doutor Pedrinho Ltda, pleiteando, com base no item 10.3 do Edital de Pregão nº 080/2019, as revisões nos preços propostos no pregão;

Considerando-se a comprovação do aumento de custos dos combustíveis depois da contratação com a municipalidade, com o conseq-ente desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pela Prefeita SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.775.636/0001-70, com endereço à Rua Brasília, 403, Centro – Doutor Pedrinho - CEP: 89.126-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 106/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

O valor do item 001 (ÓLEO DIESEL S500 COMUM) de que trata a Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 106/2019, firmado em 19/12/2019, fica alterado por este Termo, passando de R\$ 3,249 (três reais vinte e quatro centavos e nove décimos de centavo) para R\$ 3,368 (três reais trinta e seis centavos e oito décimos de centavo), o item 002 (ÓLEO DIESEL S10 ADITIVADO) passa de R\$ 3,310 (três reais e trinta e um centavos) para R\$ 3,378 (três reais trinta e sete centavos e oito décimos de centavo) e o item 003 (GASOLINA COMUM) passa de R\$ 4,002 (quatro reais e dois décimos de centavo) para R\$ 4,069 (quatro reais seis centavos e nove décimos de centavo), a contar desta data.

Parágrafo Único – O valor global estabelecido na Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 106/2019, fica corrigido com a aplicação dos novos valores estabelecidos neste Termo Aditivo para a quantidade remanescente do combustível.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 106/2019, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 18 de agosto de 2020.

SIMONI M. M. NONES	KATIA C. P. NONES
PREFEITA MUNICIPAL	SÓCIA ADMINISTRADORA
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA
CONTRATANTE	CONTRATADA

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
ASSESSOR JURÍDICO

Testemunhas:

TARCÍSIO LENZI ELAINE R. ESPÍNDOLA WOLLERT

ERRATA - DECRETO 62/2020

Publicação Nº 2610247

ERRATA:

DECRETO Nº 062, DE 17 DE AGOSTO DE 2020, PUBLICADO NA EDIÇÃO Nº 3235

...

Art. 10. Fica determinado aos Serviços de Alimentação (bares, lanchonetes, restaurantes, panificadoras, lojas de conveniências e afins) as seguintes restrições pelo prazo de 14 (catorze) dias:

Onde se lê:

II – lanchonetes, lojas de conveniência, food parks, cafeterias, padarias, confeitarias, bares, tabacarias, adegas e similares, permitido funcionamento até as 19:00 horas, sendo que após às 19:00 horas o atendimento fica restrito para tele entrega e retirada no balcão, vedado o consumo de qualquer gênero alimentício, inclusive bebidas, no local, e aos finais de semana deverão funcionar somente pelo sistema de tele entrega ou entrega no balcão, proibido consumo no local;

Leia-se:

II – lanchonetes, lojas de conveniência, food parks, cafeterias, padarias, confeitarias, bares, tabacarias, adegas e similares, permitido funcionamento de segundas às sextas-feiras até as 19:00 horas e sábados até às 17:00 horas, e após, o atendimento fica restrito para tele entrega e retirada no balcão, vedado o consumo de qualquer gênero alimentício, inclusive bebidas, no local, e aos domingos deverão funcionar somente pelo sistema de tele entrega ou entrega no balcão, proibido consumo no local;

TARCÍSIO LENZI
CHEFE DE GABINETE

PORTARIA 163/2020

Publicação Nº 2610688

PORTARIA No 163, de 18 de agosto de 2020.

Nomeia servidor para assinar comprovação de residência dos afetados pelo "ciclone bomba".

A Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e em conformidade com os artigos 3º e 7º da Lei no 561, de 22 de junho de 2004, resolve:

1. NOMEAR o servidor PAULO ANDREY VICENTE, a contar de 18 de agosto de 2020 até 31 de dezembro de 2020, para assinar a comprovação de residência dos afetados pelo "ciclone bomba" ocorrido no dia 30 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 29 de abril de 2020; 32º ano de Fundação; 30º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

Entre Rios

PREFEITURA

PORTARIA N° 265/2020

Publicação N° 2610105

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº265 de 14 de agosto de 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANDERLEI LUIZ CARBONARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Vanderlei Luiz Carbonari, pelo prazo de 05 (cinco dias) dias, a iniciar em 10 de agosto de 2020 e terminar em 14 de agosto de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de outubro de 2019, sendo que o mesmo retornou ao trabalho cinco dias antes do término pela necessidade de Administração Municipal.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 18 de dezembro de 2017 a 17 de dezembro de 2018.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 14 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 266/2020

Publicação N° 2610117

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº266 de 17 de agosto de 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALESSANDRA SARTORI HAMMERICH, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Alessandra Sartori Hammerich, pelo prazo de 15 (quinze dias) dias, a iniciar em 17 de agosto de 2020 e terminar em 31 de agosto de 2020.

Parágrafo Primeiro. As férias foram interrompidas por motivo da pandemia do Covid-19 a mesma retornou as suas atividades em 16 de março, ficando 15 dias das mesmas.

Parágrafo Segundo. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de janeiro de 2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 04 de fevereiro de 2019 a 03 de fevereiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 267/2020

Publicação Nº 2610121

Portaria nº. 267 de 17 de agosto de 2020

CONCEDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILSO BORGES, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007, art. 99, § 1º; e

CONSIDERANDO a disposição dos artigos 82, VI, e 99, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 86, da Lei Federal nº. 8.112/90;

CONSIDERANDO a disposição da Emenda Constitucional nº. 107/20;

CONSIDERANDO a disposição da Lei Federal nº. 9.504/97;

CONSIDERANDO o pedido de licença apresentado pelo servidor em 12/08/2020, para concorrer uma vaga do cargo eletivo nas eleições de 2020, a partir de 15/08/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder ao servidor GILSO BORGES, ocupante do cargo de Motorista de Veículos e Utilitários, licença com remuneração, de seu cargo público no município de Entre Rios/SC, com fins de desincompatibilização para pleito eleitoral, a partir de 15 de agosto de 2020 a 16 de novembro de 2020.

Artigo 2º. No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, comprovante de registro de candidatura, acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo primeiro: Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções.

Parágrafo segundo: Caso o registro da candidatura for indeferido pela Justiça Eleitoral, o período de afastamento compreendido entre a data do registro e da publicação do indeferimento, não será remunerado, sendo descontado da folha de pagamento do mês de sua ocorrência em conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido.

Artigo 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL

(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

PORTARIA Nº 268/2020

Publicação Nº 2610126

Portaria nº. 268 de 17 de agosto de 2020

CONCEDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LINDOMAR CARDOSO DOS SANTOS, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007, art. 99, § 1º; e

CONSIDERANDO a disposição dos artigos 82, VI, e 99, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 86, da Lei Federal nº. 8.112/90;

CONSIDERANDO a disposição da Emenda Constitucional nº. 107/20;

CONSIDERANDO a disposição da Lei Federal nº. 9.504/97;

CONSIDERANDO o pedido de licença apresentado pelo servidor em 14/08/2020, para concorrer uma vaga do cargo eletivo nas eleições de 2020, a partir de 15/08/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder ao servidor LINDOMAR CARDOSO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Vigia, licença com remuneração, de seu cargo público no município de Entre Rios/SC, com fins de desincompatibilização para pleito eleitoral, a partir de 15 de agosto de 2020 a 16 de novembro de 2020.

Artigo 2º. No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, comprovante de registro de candidatura, acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo primeiro: Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções.

Parágrafo segundo: Caso o registro da candidatura for indeferido pela Justiça Eleitoral, o período de afastamento compreendido entre a data do registro e da publicação do indeferimento, não será remunerado, sendo descontado da folha de pagamento do mês de sua ocorrência em conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido.

Artigo 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

PORTARIA N° 269/2020

Publicação N° 2610131

Portaria nº. 269 de 17 de agosto de 2020

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSELI GEREMIA, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007, art. 99, § 1º; e

CONSIDERANDO a disposição dos artigos 82, VI, e 99, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 86, da Lei Federal nº. 8.112/90;
CONSIDERANDO a disposição da Emenda Constitucional nº. 107/20;

CONSIDERANDO a disposição da Lei Federal nº. 9.504/97;

CONSIDERANDO o pedido de licença apresentado pelo servidor em 14/08/2020, para concorrer uma vaga do cargo eletivo nas eleições de 2020, a partir de 15/08/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder ao servidor ROSELI GEREMIA, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, licença com remuneração, de seu cargo público no município de Entre Rios/SC, com fins de desincompatibilização para pleito eleitoral, a partir de 15 de agosto de 2020 a 16 de novembro de 2020.

Artigo 2º. No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, comprovante de registro de candidatura, acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo primeiro: Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções.

Parágrafo segundo: Caso o registro da candidatura for indeferido pela Justiça Eleitoral, o período de afastamento compreendido entre a data do registro e da publicação do indeferimento, não será remunerado, sendo descontado da folha de pagamento do mês de sua ocorrência em conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido.

Artigo 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

PORTARIA N° 270/2020

Publicação N° 2610141

Portaria nº. 270 de 17 de agosto de 2020

CONCEDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCELO ZANDELLI, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007, art. 99, § 1º; e

CONSIDERANDO a disposição dos artigos 82, VI, e 99, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2017;
CONSIDERANDO a disposição do artigo 86, da Lei Federal nº. 8.112/90;
CONSIDERANDO a disposição da Emenda Constitucional nº. 107/20;

CONSIDERANDO a disposição da Lei Federal nº. 9.504/97;

CONSIDERANDO o pedido de licença apresentado pelo servidor em 14/08/2020, para concorrer uma vaga do cargo eletivo nas eleições de 2020, a partir de 15/08/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder ao servidor MARCELO ZANDAVALLI, ocupante do cargo de Vigia, licença com remuneração, de seu cargo público no município de Entre Rios/SC, com fins de desincompatibilização para pleito eleitoral, a partir de 15 de agosto de 2020 a 16 de novembro de 2020.

Artigo 2º. No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, comprovante de registro de candidatura, acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo primeiro: Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções.

Parágrafo segundo: Caso o registro da candidatura for indeferido pela Justiça Eleitoral, o período de afastamento compreendido entre a data do registro e da publicação do indeferimento, não será remunerado, sendo descontado da folha de pagamento do mês de sua ocorrência em conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido.

Artigo 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

PORTARIA Nº 271/2020

Publicação Nº 2610155

Portaria nº. 271 de 17 de agosto de 2020

CONCEDE AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CELIO DAMARATT, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007, art. 99, § 1º; e

CONSIDERANDO a disposição dos artigos 82, VI, e 99, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2017;
CONSIDERANDO a disposição do artigo 86, da Lei Federal nº. 8.112/90;
CONSIDERANDO a disposição da Emenda Constitucional nº. 107/20;

CONSIDERANDO a disposição da Lei Federal nº. 9.504/97;

CONSIDERANDO o pedido de licença apresentado pelo servidor em 14/08/2020, para concorrer uma vaga do cargo eletivo nas eleições de 2020, a partir de 15/08/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder ao servidor CELIO DAMARATT, ocupante do cargo de Vigia, licença com remuneração, de seu cargo público no município de Entre Rios/SC, com fins de desincompatibilização para pleito eleitoral, a partir de 15 de agosto de 2020 a 16 de novembro de 2020.

Artigo 2º. No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, comprovante de registro de candidatura, acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo primeiro: Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções.

Parágrafo segundo: Caso o registro da candidatura for indeferido pela Justiça Eleitoral, o período de afastamento compreendido entre a data do registro e da publicação do indeferimento, não será remunerado, sendo descontado da folha de pagamento do mês de sua ocorrência em conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido.

Artigo 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

PORTARIA Nº 272/2020

Publicação Nº 2610165

Portaria nº. 272 de 17 de agosto de 2020

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CATARINA PEREIRA FERRAZ, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007, art. 99, § 1º; e

CONSIDERANDO a disposição dos artigos 82, VI, e 99, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 86, da Lei Federal nº. 8.112/90;
CONSIDERANDO a disposição da Emenda Constitucional nº. 107/20;

CONSIDERANDO a disposição da Lei Federal nº. 9.504/97;

CONSIDERANDO o pedido de licença apresentado pelo servidor em 13/08/2020, para concorrer uma vaga do cargo eletivo nas eleições de 2020, a partir de 15/08/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder ao servidor CATARINA PEREIRA FERRAZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, licença com remuneração, de seu cargo público no município de Entre Rios/SC, com fins de desincompatibilização para pleito eleitoral, a partir de 15 de agosto de 2020 a 16 de novembro de 2020.

Artigo 2º. No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, comprovante de registro de candidatura, acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo primeiro: Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções.

Parágrafo segundo: Caso o registro da candidatura for indeferido pela Justiça Eleitoral, o período de afastamento compreendido entre a data do registro e da publicação do indeferimento, não será remunerado, sendo descontado da folha de pagamento do mês de sua ocorrência em conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido.

Artigo 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

PORTARIA Nº 273/2020

Publicação Nº 2610245

Portaria nº. 273 de 17 de agosto de 2020

CONCEDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JACIR PEREIRA DA SILVA, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007, art. 99, § 1º; e

CONSIDERANDO a disposição dos artigos 82, VI, e 99, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2017;
CONSIDERANDO a disposição do artigo 86, da Lei Federal nº. 8.112/90;
CONSIDERANDO a disposição da Emenda Constitucional nº. 107/20;

CONSIDERANDO a disposição da Lei Federal nº. 9.504/97;

CONSIDERANDO o pedido de licença apresentado pelo servidor em 13/08/2020, para concorrer uma vaga do cargo eletivo nas eleições de 2020, a partir de 15/08/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder ao servidor JACIR PEREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista de Ônibus, licença com remuneração, de seu cargo público no município de Entre Rios/SC, com fins de desincompatibilização para pleito eleitoral, a partir de 15 de agosto de 2020 a 16 de novembro de 2020.

Artigo 2º. No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, comprovante de registro de candidatura, acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo primeiro: Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções.

Parágrafo segundo: Caso o registro da candidatura for indeferido pela Justiça Eleitoral, o período de afastamento compreendido entre a data do registro e da publicação do indeferimento, não será remunerado, sendo descontado da folha de pagamento do mês de sua ocorrência em conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido.

Artigo 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

PORTARIA Nº 274/2020

Publicação Nº 2610254

Portaria nº. 274 de 17 de agosto de 2020

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RUBIA PAULA DE MOURA DELL OSBELL, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007, art. 99, § 1º; e

CONSIDERANDO a disposição dos artigos 82, VI, e 99, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 86, da Lei Federal nº. 8.112/90;
CONSIDERANDO a disposição da Emenda Constitucional nº. 107/20;

CONSIDERANDO a disposição da Lei Federal nº. 9.504/97;

CONSIDERANDO o pedido de licença apresentado pelo servidor em 13/08/2020, para concorrer uma vaga do cargo eletivo nas eleições de 2020, a partir de 15/08/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder ao servidor RUBIA PAULA DE MOURA DELL OSBELL, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, licença com remuneração, de seu cargo público no município de Entre Rios/SC, com fins de desincompatibilização para pleito eleitoral, a partir de 15 de agosto de 2020 a 16 de novembro de 2020.

Artigo 2º. No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, comprovante de registro de candidatura, acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo primeiro: Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções.

Parágrafo segundo: Caso o registro da candidatura for indeferido pela Justiça Eleitoral, o período de afastamento compreendido entre a data do registro e da publicação do indeferimento, não será remunerado, sendo descontado da folha de pagamento do mês de sua ocorrência em conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido.

Artigo 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

PORTARIA Nº 275/2020

Publicação Nº 2610259

Portaria nº. 275 de 17 de agosto de 2020

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JESSICA APARECIDA RODRIGUES, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007, art. 99, § 1º; e

CONSIDERANDO a disposição dos artigos 82, VI, e 99, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 86, da Lei Federal nº. 8.112/90;

CONSIDERANDO a disposição da Emenda Constitucional nº. 107/20;

CONSIDERANDO a disposição da Lei Federal nº. 9.504/97;

CONSIDERANDO o pedido de licença apresentado pelo servidor em 06/08/2020, para concorrer uma vaga do cargo eletivo nas eleições de 2020, a partir de 15/08/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder ao servidor JESSICA APARECIDA RODRIGUES, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, licença com remuneração, de seu cargo público no município de Entre Rios/SC, com fins de desincompatibilização para pleito eleitoral, a partir de 15 de agosto de 2020 a 16 de novembro de 2020.

Artigo 2º. No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, comprovante de registro de candidatura, acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo primeiro: Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções.

Parágrafo segundo: Caso o registro da candidatura for indeferido pela Justiça Eleitoral, o período de afastamento compreendido entre a data do registro e da publicação do indeferimento, não será remunerado, sendo descontado da folha de pagamento do mês de sua ocorrência em conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido.

Artigo 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL

(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

PORTARIA Nº 276/2020

Publicação Nº 2610262

Portaria nº. 276 de 17 de agosto de 2020

CONCEDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PAULO CEZAR RIBAS FIGUEIRA, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007, art. 99, § 1º; e

CONSIDERANDO a disposição dos artigos 82, VI, e 99, da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 05 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 86, da Lei Federal nº. 8.112/90;

CONSIDERANDO a disposição da Emenda Constitucional nº. 107/20;

CONSIDERANDO a disposição da Lei Federal nº. 9.504/97;

CONSIDERANDO o pedido de licença apresentado pelo servidor em 15/07/2020, para concorrer uma vaga do cargo eletivo nas eleições de 2020, a partir de 15/08/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder ao servidor PAULO CEZAR RIBAS FIGUEIRA, ocupante do cargo de Motorista de Ambulância, licença com remuneração, de seu cargo público no município de Entre Rios/SC, com fins de desincompatibilização para pleito eleitoral, a partir de 15 de agosto de 2020 a 16 de novembro de 2020.

Artigo 2º. No primeiro dia útil após o registro da candidatura junto ao Cartório Eleitoral a que pertence o Município, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, comprovante de registro de candidatura, acompanhado de cópia da ata da convenção partidária.

Parágrafo primeiro: Acaso o servidor não seja escolhido na convenção partidária e/ou desista da candidatura, deverá retornar imediatamente as funções.

Parágrafo segundo: Caso o registro da candidatura for indeferido pela Justiça Eleitoral, o período de afastamento compreendido entre a data do registro e da publicação do indeferimento, não será remunerado, sendo descontado da folha de pagamento do mês de sua ocorrência em conformidade com as disposições do Estatuto dos Servidores sobre o recebimento indevido.

Artigo 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

PORTARIA N° 277/2020

Publicação N° 2610271

Portaria nº. 277, de 17 de agosto de 2020.

"FICA REVOGADA A FUNÇÃO DE COORDENADOR DA SALA DE SITUAÇÃO E COVID-19, DO SERVIDOR JONES BOLDI, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente faz saber:

CONSIDERANDO a disposição da Portaria Executiva nº. 217 de 20 de maio de 2020, que designou o servidor Jones Boldi, para além de suas atribuições do seu cargo, a ser coordenador da sala de situação e COVID-19;

CONSIDERANDO a diminuição de casos de infecção do COVID-19;

CONSIDERANDO a disposição Decreto Municipal nº. 022 de 24 de março de 2020, que além de instituir o Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento do Coronavírus – COVID-19, também nomeou o Comitê de prevenção;

CONSIDERANDO o pedido de exoneração de cargo de coordenador da sala de situação e COVID-19, apresentado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado a pedido do servidor Jones Boldi, da função de coordenador da sala de situação e COVID-19, estabelecida pela Portaria Executiva nº. 217 de 20 de maio de 2020.

Parágrafo único. As demais funções designadas pela Portaria Executiva nº. 217 de 20 de maio de 2020 ficam mantidas, continuando o servidor a exercer a função de coordenador dos Programas da Dengue.

Art. 2º. As despesas originadas com a presente Portaria correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando na íntegra as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
(Prefeito Municipal de Entre Rios/SC)

PORTARIA N° 278/2020

Publicação N° 2610275

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº278 de 17 de agosto de 2020

EXONERA VALDERTI JULIO RIBEIRO DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTANTE NA LEI COMPLEMENTAR Nº 016/2006, DE 05 DE OUTUBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 016/2006.

CONSIDERANDO, aposentadoria por tempo de contribuição;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada a Sra. Valderti Julio Ribeiro do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 279/2020

Publicação N° 2610280

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 279 de 17 de agosto de 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANDERLEI LUIZ CARBONARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Vanderlei Luiz Carbonari, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar de 17 de agosto de 2020 e terminar em 15 de setembro de 2020. Retorno em 16 de setembro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º será acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de agosto de 2020.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 18 de dezembro de 2019 a 17 de dezembro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 17 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 004/2020 FMS

Publicação N° 2610349

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório n° 010/2020
Edital de Pregão n° 004/2020
Forma: Eletrônico

O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICO a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal n° 2645/2020, Decreto Municipal 2646/2020, a Lei Federal n° 10.520/2002, da Lei Complementar n° 123/06, com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

Objeto: Aquisição de Testes Rápidos para Diagnóstico de COVID - 19 para o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Recebimento das propostas e Documentação de Habilitação: até o dia 26/08/2020 às 08h50min.

Abertura da Sessão: dia 26/08/2020 às 09h00min - De acordo com a Artigo 4º G da Lei Federal 14.035/2020.

Referência de tempo: Horário de Brasília (DF)

Do envio das Propostas e Documentação de Habilitação: As Propostas iniciais e documentação de Habilitação deverão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br, e no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br.

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.0005/2020 FMS

Publicação Nº 2609766

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0005/2020-FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que PUBLICA o Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0005/2020 - FMS – Menor Preço – Preço por Item, visando registro de preços para AQUISIÇÃO DE KITS DE BIOLOGIA MOLECULAR – PCR -, PARA DIAGNOSTICO LABORATORIAL DO COVID-19. De acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 13h00m às 13h30m horas do dia 02 de setembro de 2020, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 13h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4340.

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

AVISO DE PUBLICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.0027/2020

Publicação Nº 2609771

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0027/2020
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que PUBLICA o Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0027/2020 – Menor Preço por Item, visando registro de preços para AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE, EMULSÃO ASFÁLTICA. De acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 02 de setembro de 2020, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4340.

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

AVISO DE PUBLICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.0028/2020

Publicação Nº 2609847

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0028/2020
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que PUBLICA o Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0028/2020 – Menor Preço por Item, visando registro de preços para AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CAÇAMBA BASCULANTE, TIPO MEIA CANA USADA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22M³, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante do presente processo licitatório. De acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m

horas do dia 03 de setembro de 2020, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4340.

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 234/2020

Publicação Nº 2609453

DECRETO Nº. 234/2020
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e especialmente pela Lei 2539/2020.

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do exercício de 2020 do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte programação de despesa:

06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO
20.608.2001.2.021 – Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor
44900000000000 -1100 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, serão anulada a dotação e programação de despesa abaixo especificada, do orçamento vigente, do Município de Faxinal dos Guedes totalizando R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.364.1201.2.008 – Apoio ao Ensino Superior
33900000000000 -1100 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 05 de Agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes -SC

DECRETO Nº 235/2020

Publicação Nº 2609456

DECRETO Nº. 0235/2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PRÓVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2520 de 05 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no orçamento de 2020 do Município de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 801 – Assistência Social Geral
Projeto/Atividade: 1071 – Obras de Infraestrutura Social

Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1179 – Emendas Parlamentares Impositivas – Transf. do Estado

Valor: R\$ 150.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que se trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação referente ao Processo SCC 00003957/2020 da emenda impositiva nº. 25, Lei nº. 17.875/2019-LOA, autor Deputado Neodi Saretta para a construção da casa da solidariedade do Município de Faxinal dos Guedes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 10 de Agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes - SC

DECRETO Nº 248/2020

Publicação Nº 2609669

DECRETO Nº 248/2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS MAIS RESTRITIVAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO COVID-19 NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes – SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 66, inciso III, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que o Município de Faxinal dos Guedes- SC foi classificado como risco gravíssimo, na matriz epidemiológico-sanitário, por conta da epidemia do vírus Covid-19;

CONSIDERANDO que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas mais restritivas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do vírus Covid-19, no Município de Faxinal dos Guedes- SC;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade de orientação e afastamento social, a fim de evitar o contágio com o vírus COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam determinadas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19) em todo o território do município de Faxinal dos Guedes – SC.

Art. 2º. Diante da necessidade da continuidade do distanciamento social, a fim de evitar o contágio decorrente do Covid-19, fica determinado, o atendimento pelos munícipes, das seguintes medidas:

I – Fica determinada a obrigatoriedade do uso de máscara facial de proteção em todo o território do município de Faxinal dos Guedes - SC, por todos os indivíduos que transitarem em via pública ou que adentrarem a quaisquer estabelecimentos públicos ou privados.

II – O uso de máscara facial, será, obrigatório em toda a extensão do município, inclusive quando duas ou mais pessoas transitarem simultaneamente em um mesmo veículo, exceto quando do mesmo núcleo familiar.

III – É obrigatório o afastamento dos colaboradores ou funcionários que estejam com suspeitas de COVID-19 por 7 dias e se for confirmação com o vírus Covid-19, pelo prazo mínimo de 14 dias.

IV – Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a reduzir a sua capacidade de ocupação interna para 50% do limite total, inclusive, devendo estabelecer um espaçamento entre as pessoas de 1,50m (um metro e meio).

V – Deve-se optar pelo atendimento não presencial ao público quando necessário o atendimento presencial, é obrigatório o uso de máscara e álcool gel 70%, pelos clientes, colaboradores ou funcionários.

VI – Os estabelecimentos comerciais ficam responsáveis pela organização das filas que, eventualmente, se formarem observando sempre uma distância mínima de 1,50m (um metro e meio) entre as pessoas, além disso, deverão higienizar com frequência equipamentos e utensílios com álcool 70% ou preparação antissépticas adequada.

VII – Comércio em geral, o horário de funcionamento será em horário comercial, de segunda a sexta das 08:00hrs às 11:30hrs e das 13:30 às 18:00hrs, e aos sábados das 08:00hrs às 12:00hrs, com a seguinte restrição:

a) Os clientes não poderão provar: roupas, calçados ou acessórios dentro do estabelecimento comercial;

VIII – Supermercados e Lojas de Departamentos, o horário de funcionamento, será em horário comercial, das 08:00hrs às 20:00hrs e nos domingos das 08:00hrs às 12:00hrs e das 15:00hrs às 19:00hrs com as seguintes restrições:

a) Fica proibida a divulgação ou a degustação de produtos alimentícios na parte interna;

b) Fica restringido o acesso simultâneo aos supermercados de apenas uma pessoa por família;

IX – Nos Postos de Combustíveis, o horário de funcionamento será de 24 horas de forma diária, inclusive em domingos e feriados;

X – Nas lojas de conveniência, o horário de funcionamento será das 08h às 22h, diariamente, inclusive aos domingos e feriados, com a seguinte orientação:

a) Não será permitido a ingestão de alimentos ou bebidas na parte interna do estabelecimento;

XI – Nas academias de ginásticas, musculação, de dança, funcionais, escolas de natação será permitida as atividades individuais, sendo que as aulas coletivas terão as seguintes restrições:

a) Limitação de ocupação de 30% (trinta por cento) da capacidade autorizada pelo Corpo de Bombeiros, além do distanciamento de 1,50m (um metro e meio) por pessoa;

b) Realizar a desinfecção total dos aparelhos antes e após o uso dos aparelhos, com álcool 70% e intensificar a higienização de todo o ambiente uma vez por período, com desinfetantes indicados do tipo água sanitária e álcool tipo 70% equivalente com registro no Ministério

da Saúde;

c) Adotar o uso de máscara por todos os colaboradores.

d) Utilizar pedilúvio com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde nos locais de acesso a academia;

e) Utilizar apenas 50% dos aparelhos de treinamento cardiorrespiratório, priorizando o uso intercalado.

f) Fica proibido o contato físico no caso de academias de lutas.

XII – As Escolas de Natação, Hidroginástica, Hidroterapia, deve ser observado e atendido o Art.4º Portaria SES 258 de 21/04/20, com as seguintes orientações:

a) Disponibilizar, na entrada da piscina, recipiente de álcool 70% para que as pessoas usem antes de tocar na escada ou nas bordas da piscina;

b) Exigir o uso de chinelos no ambiente de práticas aquáticas;

c) Disponibilizar, na área da piscina, suportes para que cada cliente possa pendurar sua toalha de forma individual;

d) Após o término de cada aula, higienizar as escadas, balizas e bordas da piscina;

e) Excepcionalmente, poder-se-á utilizar os vestiários, respeitando as orientações ao distanciamento entre as pessoas;

f) Utilizar hipoclorito de cálcio a 65% nas piscinas entre 1,0 e 1,5 ppm (partes por milhão), desde que o pH seja mantido na faixa de 7,2 a 7,8.

XIII – Nos centros de formação de condutores as atividades, aulas presenciais e teóricas ficam autorizadas com as seguintes restrições:

a) Nas aulas teóricas fica determinado o distanciamento de 1,50 (um metro e meio), utilização de máscara e álcool gel 70% para todos os funcionários e alunos;

b) Nas aulas práticas, deve ser observado as restrições de uso de máscara facial e utilização de álcool gel 70%, além daquelas determinadas pelo orientador;

XIV – Nos Restaurantes, Lanchonetes, Pizzarias, Food Truck e Atividades Similares, o horário de funcionamento, será de segunda a sexta das 08hrs às 21:00hrs, e aos sábados e domingos até as 08:00hrs as 22:00hrs o sistema de Delivery poderá trabalhar em horário integral, com as seguintes restrições:

a) Atendimento integral da Portaria SES n. 256 de 21 de abril de 2020;

b) Manutenção do afastamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) de raio entre cada cliente que estiver consumindo no local;

c) Máximo de 02 pessoas por mesa, no caso de pessoas que coabitam na mesma unidade residencial, fica permitido o uso de até 04 pessoas por mesa;

d) O consumo de alimentos ou bebidas, será permitido apenas para as pessoas que estiverem sentadas;

e) Fica proibida a utilização de som ao vivo e o uso de narguiles;

f) Proibição de utilização de atrativos como espaços para crianças, jogos de sinuca e similares;

XV – Sorveterias e Bares, o horário de funcionamento será de segunda a sábado das 08:00hrs às 18:00hrs e aos domingos das 08:00hrs às 12:00hrs.

XVI – Nas padarias e confeitarias o horário de funcionamento, será das 07hrs às 20hrs, de segunda a domingo, com a seguinte restrição:

a) Nos estabelecimentos que as padarias e confeitarias, estejam anexos a outros estabelecimentos a capacidade de pessoas fica limitada a 30% da capacitada máxima estabelecida pelo Corpo de Bombeiros;

XVII – Os salões da beleza e barbearias somente poderão atender com horário marcado evitando aglomerações de clientes;

XVIII – Os serviços autônomos e de profissionais liberais, permanecem autorizados, observado o atendimento individual com distanciamento de 1,50(um metro e meio), além das medidas de segurança gerais.

XIX – Fica autorizado a liberdade religiosa e de cultos no Município, desde que observado a Portaria SES nº 254 de 20/04/2020, em especial pela disposição dos incisos do art. 2º.

a) A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento) da capacidade do templo ou igreja;

b) Os lugares de assento deverão ser de 1,50 (um metro e meio) entre os fiéis e disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

c) Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70%ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;

XX – Fica autorizada a abertura de hotéis, pousadas e similares, desde que observado as seguintes restrições:

a) Seguir as regras previstas no artigo 2º, da Portaria SES nº 244/2020;

b) No momento da realização do check-in deverá ser aplicado formulário de detecção de pacientes sintomáticos respiratórios;

c) Os hotéis com capacidade igual ou maior a 20 (vinte) quartos deverão realizar a aferição de temperatura corporal dos clientes e funcionários, antes de adentrar ao estabelecimento, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato.

d) Disponibilizar álcool gel 70% para uso dos clientes na recepção, nas portas dos elevadores e nos corredores de acesso aos quartos;

e) Não permitir a permanência e circulação em espaços comuns, como saunas, salas de reunião;

f) Fica recomendada a não utilização de sistemas de ar condicionado central;

g) O estabelecimento deverá definir e executar protocolos de desinfecção de ambientes, superfícies e equipamentos diário para todos os ambientes e após cada check-out de hóspedes;

XXI – Fica autoriza atividades físicas na pista e na academia de ginástica junto ao campo municipal, com as seguintes restrições:

a) É obrigatório o uso de máscara,

b) Manter o distanciamento de 1,5 (um metro e meio).

XXII– AS SEGUINTE ATIVIDADES FICAM PROIBIDAS:

a) Qualquer modalidade de espetáculos ou festas que acarretem aglomeração de pessoas, dentre elas, teatro, casa noturna, parque temático, baile, show espetáculos, festas de comunidades.

b) Festas particulares em residências, sendo que em caso de flagrante a autoridade estará autorizada a adentrar na residência, por força do art. 268 do Código Penal e do art. 5º, XI, da Constituição Federal de 1988;

c) Aulas referente aos alunos que estão cursando o ensino fundamental e ensino médio, conforme determinação da Secretaria do Estado de Educação.

d) Nas instituições de longa permanência de idosos, exceto nos casos em que exista risco de morte do idoso;

e) Eventos esportivos e atividades esportivas coletivas de contato, a exemplo das atividades futebol, futsal, voleibol, basquete entre outras;

f) Jogos de campeonatos profissionais ou amadores, até a data do dia 31/12/2020.

g) Nos condomínios, áreas comuns, como piscinas, salões de festas e saunas;

h) A Reunião de pessoas em velórios acima de 30% da capacidade.

i) Transporte escolar de alunos da rede de ensino municipal;

j) O ingresso no município de vendedores ambulantes;

XXIII – Os cursos livres, ficam proibidos, excepcionalmente poderão ser permitidos aqueles relacionados à segurança e saúde pública, devendo ser autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde;

XXIV – Fica autorizada as aulas de estágios obrigatórios presenciais curriculares e aulas de laboratórios, com as devidas restrições gerais e de distanciamento desse Decreto;

XXV – As atividades de creches ficam suspensas até a data do dia 31/12/2020, devendo a Secretaria Municipal de Educação deliberar junto com o Conselho Municipal de Educação sobre o disposto no item 2.7 do Parecer n. 05/2020, do Conselho Nacional de Educação;

XXVI – As instituições bancárias e financeiras ficam autorizadas ao funcionamento, observadas as diretrizes ilustradas na Portaria n. 192, da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Art. 3º. Em qualquer hipótese, o funcionamento da atividade deverá observar os seguintes cuidados mínimos com a higiene de fornecedores, colaboradores, produtos, equipamentos e consumidores:

I - Disponibilizar na entrada do estabelecimento e em outros lugares estratégicos de fácil acesso, álcool gel 70% para utilização de colaboradores e clientes;

II - Higienizar, antes do início das atividades e após cada uso, durante o período de funcionamento, as superfícies de toque (carrinhos, cestos, cadeiras, maçanetas, corrimão, mesas e bancadas), preferencialmente com álcool gel 70%.

III - higienizar antes do início das atividades e durante o período de funcionamento, com intervalo máximo de 03 (três) horas, os pisos e banheiros, preferencialmente com água sanitária;

IV - Manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

V - Manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e colaboradores, com sabonete líquido, álcool gel 70% e toalhas de papel não reciclado;

VI - Observar o Manual para a Limpeza e Desinfecção de Superfícies, da Anvisa, destacando-se:

a) Medidas de precaução, bem como o uso do EPI, devem ser apropriadas para a atividade a ser exercida e necessária ao procedimento.

b) Não varrer superfícies a seco, por conta do favorecimento da dispersão de microrganismos que são veiculados pelas partículas de pó, devendo utilizar varredura úmida, que pode ser realizada com mops ou rodo e panos de limpeza de pisos.

c) Para a limpeza dos pisos devem ser seguidas técnicas de varredura úmida, ensaboar, enxaguar e secar, utilizando desinfetantes com potencial para limpeza de superfícies incluem aqueles à base de cloro, álcoois, alguns fenóis e iodóforos e o quaternário de amônio.

d) Todos os equipamentos deverão ser limpos a cada término da jornada de trabalho, ainda com os profissionais usando EPI.

e) A frequência de limpeza das superfícies pode ser estabelecida para cada serviço, de acordo com o protocolo da instituição;

VII - Estabelecer o tele trabalho para as atividades administrativas e para aqueles que se inserem no grupo de risco;

VIII - Os funcionários que se enquadram no grupo de risco e que exercem atividades não compatíveis com o teletrabalho devem ser liberados para permanecerem em suas residências, à disposição da empresa;

IX - Todos os colaboradores que apresentaram sintomas característicos da doença devem ser afastados e todos aqueles que tiveram contato com quem apresentou esses sintomas serem colocados em quarentena e encaminhada essa informação a Secretaria Municipal da Saúde;

X - Insumos como máscaras, álcool 70% devem ser disponibilizados para os colaboradores, além de luvas de borracha para contribuir com os cuidados que a linha de frente necessita no atendimento ao público;

XI - Os estabelecimentos poderão adotar medidas mais severas e restritivas, a critério de sua Administração e desde que embasadas em informações técnicas.

Art. 4º. O controle do comércio em geral, inclusive a higienização das mãos e conferência do uso de máscaras deve ocorrer por meio de um funcionário, o qual seguirá as normas impostas neste Decreto, orientando os usuários dos métodos de prevenção e segurança epidemiológica;

Art. 5º. Havendo descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes ou seus agentes devem apurar eventual prática de infração administrativa, aplicando-se as seguintes sanções:

I – Pessoa física que não estiver utilizando máscara ou descumprir quaisquer das normas previstas neste decreto consistirá em infração sanitária com multa no valor R\$ 50,00 (cinquenta reais);

II – O estabelecimento comercial que descumprir quaisquer das normas previstas neste decreto, ou que autorizar o acesso de pessoas sem a utilização de máscaras, salvo no momento das refeições, consistirá em infração sanitária com multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

Art. 6º. Ficam investidos como autoridades e saúde, com poder de polícia administrativa, cabendo-lhes a fiscalização das medidas específicas de enfrentamento do COVID-19, na forma deste Decreto e dos que lhe antecederam, sem prejuízo da atuação dos órgãos com competência fiscalizatória específica, os seguintes cargos:

I – Os servidores da Defesa Civil do Município

II – Os fiscais de obras e posturas;

III – Fiscais de tributos;

IV – Polícia Militar;

V – Corpo de Bombeiros;

VI – CONSEG;

VII – Vigilância Sanitária;

VIII – Secretária Municipal de Saúde.

Art. 7º. O Descumprimento das normas de saúde pública, em especial, descrita nesse Decreto, permite ao órgão fiscalizador, lavrar termo de abertura de processo administrativo, com a imediata suspensão das atividades do estabelecimento comercial, no caso de novo descumprimento, poderá ser suspenso por 7 dias o alvará de funcionamento.

Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor a partir de 17/08/2020.

Art. 9º. Ficam revogados as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, em 17 de Agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes - SC

TERMO ADITIVO N. 05 AO CONTRATO 0068/2019

Publicação N° 2609462

TERMO ADITIVO N. 05 AO,
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0068/2019.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Fica aditivado em R\$ 6.297,00 (seis mil duzentos e noventa e sete reais) o Valor constante no item 2.1 da CLÁUSULA SEGUNDA do contrato de rateio firmado, passando a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente termo aditivo.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma.

Faxinal dos Guedes/SC, 12 de agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1202/2020

Publicação Nº 2610317

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preço
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1202/2020
MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 02/2020
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor Preço - Global

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO USINADO Á QUENTE SOBRE CALÇAMENTO EXISTENTE NA RUA SÃO JOSÉ - TRECHO II, RUA SÃO RICARDO E RUA VITÓRIA COM AREA TOTAL DE 2.803,65m².

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 18 de agosto de 2020, no site www.flordosertao.sc.gov.br, e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 03 de setembro de 2020. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subseq-ente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de agosto de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PRESIDENTE DA COMISSÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1205/2020

Publicação Nº 2610446

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão – Registro de Preços
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1205/2020
MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 17/2020
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE MEDICO CLINICO GERAL TEMPORARIO PARA ATENDER DO DIA 08 ATE O DIA 22 DE SETEMBRO DE 2020.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 19 de agosto de 2020, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC ou no site do Município – www.flordosertao.sc.gov.br.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 31 de agosto de 2020. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subseq-ente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de agosto de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1206/2020

Publicação Nº 2610459

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão – Registro de Preços
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1206/2020
MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 18/2020
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE METROS LINEAR DE ROCHA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EXPLOSIVOS E OUTROS ACESSÓRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 19 de agosto de 2020, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC ou no site do Município – www.flordosertao.sc.gov.br.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 01 de setembro de 2020. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de agosto de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2020

Publicação Nº 2609853

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 32/2020
PROCESSO Nº. 2150/2019
INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 07/2019

Termo de credenciamento que entre si celebram o Município de Flor do Sertão e GILMAR ALOISIO BIRCK, para prestar serviços de fornecimento de Cascalho.

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, 696, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Ricardo, S/N, no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118, doravante denominado CREDENCIANTE, e a pessoa Física GILMAR ALOISIO BIRCK, residido na Linha Cabeceira do Poço Rico, interior do Município de Flor do Sertão - SC, inscrita no CPF sob nº 614.272.419-53, portador da Cédula de Identidade nº 2.035.267, doravante denominada CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - O presente Termo de Credenciamento tem por objetivo credenciar empresas/pessoa física para Fornecimento de cargas de cascalho para manutenção das estradas do município durante o ano de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

I - O valor a ser pago pelo Município por carga de cascalho será de R\$ 21,00 (vinte e um reais) pela carga de caçamba grande (Truck) e R\$ 16,00 (dezesseis reais) pela carga de caçamba pequena (Toco).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

I - A CREDENCIADA deverá fornecer o material na sede da mesma conforme necessidade do município, mediante apresentação de autorização emitida pela prefeitura.

II - O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser renovado ou prorrogado por iguais períodos até o prazo Máximo de 60 meses, nos termos no artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, havendo interesse das partes.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO

I - Os materiais contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de cargas de cascalho retirada, acompanhada da autorização emitida pela Prefeitura Municipal.

II - Os valores serão pagos a CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município ou em conta corrente em nome da Credenciada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de aquisição de material;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

- a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE;
- b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

I - O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Termo de Credenciamento o Funcionário Paulo Roberto Beghini.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

267820025.2.029 Manutenção das Atividades da Secretaria de Infra - estrutura e Transportes;
3.3.90.30.99 outros materiais de consumo

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

I - Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Processo nº. 2150/2019 e Inexigibilidade – Credenciamento nº. 07/2019, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

I - A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

II - E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em cinco vias de igual teor e forma.

Flor do Sertão (SC), aos 18 dias do mês de agosto de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		GILMAR ALOISIO BIRCK
CPF: 503.319.819-04		CPF: 614.272.419-53
CREDENCIANTE		CREDENCIADO
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Formosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO N°16/2020

Publicação N° 2610631

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°16/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS

CONTRATADO: CRUZEIRO TERRAPLANAGEM LTDA - ME

VALOR: R\$ 208.800,00 (duzentos e oito mil oitocentos reais)

Vigência: Início: 18/08/2020 Término: 17/08/2021

Licitação: Processo Administrativo N°.: 47/2020

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 13/2020

Formosa Do Sul, 18 de Agosto de 2020

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 19/FMS/2020

Publicação Nº 2609633

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº. 19/FMS/2020.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa na prestação de serviços especializados em profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem) para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (Covid-19), no Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 01 de setembro de 2020 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.

Forquilha, 18 de agosto de 2020.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 105/PMF/2020

Publicação Nº 2609951

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE FORQUILHA/SC

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 105/PMF/2020.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para execução de reforma em 412,30 m² no CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENOS PENSADORES, localizada na Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, nº 2763, Bairro Santa Cruz, Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 04 de setembro de 2020 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.

Forquilha, 18 de agosto de 2020.

VALDECIR TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 19/2020

Publicação Nº 2611008

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 19/2020

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 15/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRATADA – DMPA COMUNICAÇÕES LTDA

DO OBJETO – Contratação de Agência para a prestação de serviços de publicidade, compreendendo: planejamento, criação, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º da Lei 12.232/10, conforme proposta contratada, Edital de Concorrência nº. 150/FMS/2018 e seus anexos, que independente de sua transcrição, fazem parte integrante deste termo contratual.

DO VALOR - Fica acrescido o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao Contrato nº. 15/FMS/2019.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 13 de julho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 23/2020

Publicação N° 2611011



ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS N° 23/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N°. 28/FMS/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA**CONTRADADO** – AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**DO OBJETO** – Contratação de empresa especializada para cobertura de seguro de veículo da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
1	1	SERVIÇO	SEGURO DETER RENAULT MASTER CLASSYVAN. ANO/MODELO: 2018/2019 CHASSI: 93YMAF4XEKJ798802 BONUS: SEM BÔNUS PLACA: QJV 2825 DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 APP MORTE: R\$ 28.000,00 APP INVALIDEZ: R\$ 28.000,00 DESP. MÉD. HOSPIT: R\$ 7.000,00 MORTE ACID.-COND. MORTE COB/COND: R\$ 28.000,00 INV. PER. ACID. COND-INV COND/COBR: R\$ 28.000,00 DESP. MED.HOSP. COND – DMH COND/COBR: R\$ 7.000,00 DANOS CORPORAIS E MATERIAIS CAUSADOS A PASSAGEIRO: 1.600.000,00 RESOLUÇÃO DO DETER N° 08/2015 QTD PASSAGEIROS: 16	R\$ 2.192,67	R\$ 2.192,67

DO VALOR - R\$ 2.192,67 (dois mil e cento e noventa e dois reais e sessenta e sete centavos), conforme cobertura contratadas para o do veículo.**DO PRAZO** – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato FMS n°. 29/FMS/2019 de 13/08/2020 para 13/08/2021.**DO FUNDAMENTO LEGAL** – Art. 57 da Lei n° 8.666/93, Compra Direta n° 135/2019.**DATA DA ASSINATURA** – 04 de agosto de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 24/2020

Publicação Nº 2611010



**ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 24/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 29/FMS/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA**CONTRADADO – MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.**

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para cobertura de seguro de veículo da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
1	1	SERVIÇO	SEGURO TOTAL RENAULT MASTER CLASSYVAN. ANO/MODELO: 2018/2019 CHASSI: 93YMAF4XEKJ798802 BONUS: SEM BÔNUS PLACA: QJV 2825 DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 APP MORTE: R\$ 28.000,00 APP INVALIDEZ: R\$ 28.000,00 DESP. MÉD. HOSPIT: R\$ 7.000,00 MORTE ACID.-COND. MORTE COB/COND: R\$ 28.000,00 INV. PER. ACID. COND-INV COND/COBR: R\$ 28.000,00 DESP. MED.HOSP. COND – DMH COND/COBR: R\$ 7.000,00 DANOS CORPORAIS E MATERIAIS CAUSADOS A PASSAGEIRO: 1.539,804,00 ASSISTENCIA 24 HS QTD PASSAGEIROS: 16	R\$ 2.744,57	R\$ 2.744,57

DO VALOR - R\$ 2.744,57 (dois mil e setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), conforme cobertura contratadas para o do veículo.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato FMS nº. 29/FMS/2019 de 14/08/2020 para 14/08/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93, Compra Direta nº 136/2019.

DATA DA ASSINATURA – 04 de agosto de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 87/2020

Publicação Nº 2611009

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 87/2020

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 116/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – KAMILLA CONST. E TRANSP. LTDA ME

DO OBJETO – O presente contrato tem por objetivo, a contratação de empresa especializada para finalização da construção da Escola de Educação Básica - Jardim Eldorado, localizada na Avenida dos Papagaios, Bairro Santa Líbera, Município de Forquilha/SC, conforme Projeto Espaço Educativo II do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação - FNDE.

DO PRAZO – Fica acrescido 60 (sessenta) dias no prazo de execução de serviços, objeto do Contrato nº. 116/PMF/2019 passando de 07/08/2020 para 06/10/2020 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 05/10/2025.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 06 de agosto de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF 76/2020

Publicação Nº 2609898

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 76/2020

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 24/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA.

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para ampliação e reforma do Espaço Educacional, localizado no Paço Municipal, situado na Avenida 25 de Julho, Bairro Centro, com área total de 629,66 m², afim atender as necessidades do Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Fica acrescido 10 (dez) dias no prazo de prestação de serviços, objeto do Contrato nº. 24/PMF/2019 a partir de 13/07/2020 para 23/07/2020 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 22/07/2025.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 15 de julho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

22 - PAL 0048 - 2020 - CONSTRUPEJC CONSTRUÇÕES EIRELI ME

Publicação Nº 2609971

DECISÃO

Referente ao

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 0048/2020 – PMF
TOMADA DE PREÇOS N.º 0003A/2020 - PMF
CONTRATO N.º 0052/2020 (CT20PMF52)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA REFORMA DA COBERTURA DO AUDITÓRIO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL SÃO MIGUEL, LOCALIZADO NA RUA GUIDO BRANDT, S/N, BAIRRO SÃO MIGUEL, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVOS (ANEXOS AO PAL) E PARTE DELE INTEGRANTE.

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa CONSTRUPEJC CONSTRUÇÕES EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Alzira Franck Helt, nº 215, na cidade de Capinzal-SC (89.665-000), inscrita no CNPJ sob o nº 21.547.432/0001-97, a tomar ciência acerca do dispositivo da Decisão... “DECIDE-SE. a) Pela aplicação da sanção advertência para a empresa CONSTRUPEJC CONSTRUÇÕES EIRELI ME, em razão do descumprimento dos termos do instrumento convocatório e do contrato.;

Intime-se a empresa nos termos do art. 109, inciso I, alínea “f” da Lei nº 8.666/93.”. O inteiro teor da Decisão será encaminhado para a Empresa Notificada, sendo franqueada vista dos autos no Setor de Compras da Prefeitura de Fraiburgo – Santa Catarina.

Fraiburgo(SC), 18 de agosto de 2020.

Felipe Krieguer
Fiscal de Contratos

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP 2020

Publicação Nº 2609965

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0104/2020 – PMF

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE FERROS E DISCOS DE CORTE E DE DESBASTE, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI) PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0042/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0044/2020

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Nereu Ramos, nº 1001, centro, Fraiburgo – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 12.518.388/0001-04, a tomar ciência acerca da Notificação constante dos autos do Processo Administrativo Licitatório em epígrafe. O inteiro teor da Notificação foi encaminhado via correspondência eletrônica. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

Eventual manifestação deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: licita@fraiburgo.sc.gov.br

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 18 de agosto de 2020.

Roalves Polese
Pregoeiro

PORTARIA 10072020

Publicação Nº 2609962

PORTARIA Nº 1007, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 0117/2020, da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de ELIZANDRO COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 034.367.209-09, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINAS – ROLO COMPACTADOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de agosto de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 10082020

Publicação Nº 2609963

PORTARIA Nº 1008, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA INTEGRANTES DA EQUIPE TÉCNICA DE RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE QUE TRATA A LEI Nº 2387, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear a equipe técnica de responsáveis pelo serviço de proteção a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade com a seguinte composição:

Ana Paula Marques - Psicóloga
Dayane Aparecida Rumpel Dalagnol – Assistente Social
Jaqueline Gisele Farina – Assistente Administrativa;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 18 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério**PREFEITURA****EXTRATO PORTARIAS MÊS DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2609915

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO****EXTRATO PORTARIAS MÊS DE JULHO DE 2020**

Número	Assunto	Resumo	Data
125/2020		Nomeia a Senhora THAIS GIAZZONI RIBEIRO em substituição de TATIANE DE JESUS ALMEIDA, que está em férias, com vencimentos correspondentes ao cargo de acordo com a legislação vigente.	06/07/2020
126/2020		Concede Licença Prêmio no período de 21/07/2020 a 30/07/2020, 10 (dez) dias, a servidora LEONILDA APARECIDA POSANSKI DOS SANTOS, servidora efetiva no cargo de Servente/Merendeira, referente ao período aquisitivo de 2014 a 2019.	21/07/2020
127/2020		Incorpora ao vencimento dos servidores Fabiano Finger Santos e Sandra Aparecida Santiago de Souza à expressão monetária da Progressão Funcional, consistindo na movimentação do Nível onde está situado para o nível imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo.	22/07/2020
128/2020		Concede Licença Prêmio no período de 28/07/2020 a 06/08/2020, 10 (dez) dias, ao servidor JAIME FAQUIM, servidor efetivo no cargo de Operador de Máquinas Pesadas, referente ao período aquisitivo de 2013 a 2018.	27/07/2020
129/2020		Concede férias a servidora LORINETE DE FATIMA BANDEIRA DE LIMA, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, lotada no Fundo Municipal da Criança e do Adolescente no período de 05/08/2020 a 03/09/2020 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	28/07/2020
130/2020		Concede férias ao servidor ANDERSON XAVIER DE LIS, ocupante do cargo de Fiscal de Postura/Tributos/Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos no período de 03/08/2020 a 01/09/2020 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	28/07/2020
131/2020		Concede férias ao servidor PAULO CORDEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos no	28/07/2020

Rua Adolfo Soletti, 750 – Centro – CEP 89530-000 – Frei Rogério – Santa Catarina.
E-mail: adminfin@freirogerio.sc.gov.br – Fone (49) 32570000 – CNPJ 01.616.039/0001-09



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO

		período de 03/08/2020 a 10/08/2020 - 08 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	
	132/2020	Prorroga a portaria 125/2020, em substituição de LORINETE DE FATIMA BANDEIRA DE LIMA em férias no período de 05/08/2020 a 03/09/2020, com vencimentos correspondentes ao cargo de acordo com a legislação vigente.	28/07/2020
	133/2020	Concede Licença com vencimentos à servidora IRACELIA APARECIDA DO PRADO PALHANO servidora efetiva no cargo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, no período de 29/07/2020 a 27/08/2020 - 30 (trinta) dias para cuidar de seu esposo conforme requerimento e declaração médica apresentada, protocolo nº 035/2020.	29/07/2020

Frei Rogério, 18 de agosto de 2020.

MAGNA ADRIANE RIBEIRO
Analista de Recursos Humanos

JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Rua Adolfo Soletti, 750 – Centro – CEP 89530-000 – Frei Rogério – Santa Catarina.
E-mail: adminfin@freirogerio.sc.gov.br – Fone (49) 32570000 – CNPJ 01.616.039/0001-09

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 064/2020

Publicação Nº 2609507

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 064/2020, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 033/2020, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 02 de setembro de 2020, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA O MUNICIPIO DE GALVÃO - SC, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto à sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 18 de agosto de 2020.

ADMIR EDI DALLA CORT

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 065/2020

Publicação Nº 2609664

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 065/2020, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 034/2020, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 09 de setembro de 2020, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GALVÃO - SC, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto à sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 18 de agosto de 2020.

ADMIR EDI DALLA CORT

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2020 BETHA SISTEMAS LTDA

Publicação N° 2609995

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 024/2020. PROCESSO N° 014/2020; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA; CNPJ SOB O N° 00.456.865/0001-67; OBJETO: O LICENCIAMENTO DO APLICATIVO ACESSÓRIO E INTEGRADO DE GEORREFERENCIAMENTO, HOSPEDADO EM AMBIENTE CLOUD SOB RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA. VALOR MENSAL R\$2.500,00 DATA DA ASSINATURA: 18/08/2020.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 014/2020 NCL PAVIMENTAÇÃO LTDA ME

Publicação N° 2609989

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 014/2020 PROCESSO N° 003/2020; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: NCL PAVIMENTAÇÃO LTDA ME ; CNPJ N° 09.346.667/0001-15 OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONTRATO POR 03 (TRÊS) MESES, QUE VIGERÁ A PARTIR DE 28/08/2020 ATÉ 26/11/2020 E O ACRÉSCIMO R\$18.420,79 DATA DA ASSINATURA: 27/08/2020.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 107/2019 - CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS EIRELE EPP

Publicação N° 2609990

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 107/2019 PROCESSO N° 117/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS EIRELE EPP; CNPJ N° 13.565.760/0001-98 OBJETO: ACRÉSCIMO DE R\$ 159.970,17(CENTO E CINQUENTA E NOVE MIL NOVECENTOS E SETENTA REAIS E DEZESSETE CENTAVOS) E A SUPRESSÃO DE R\$6.414,70 (SEIS MIL QUATROCENTOS E QUATORZE REAIS E SETENTA CENTAVOS) AO CONTRATO ORIGINAL DATA DA ASSINATURA: 18/08/2020.

PORTARIA N°. 1040/2020

Publicação N° 2610109

PORTARIA N.º 1040 DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. LOTAR, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005, a servidora DAIANA DA SILVA SILVEIRA, matrícula funcional n.º 6813, Auxiliar Administrativo, ocupante de cargo de provimento efetivo, desde 23/01/2017, na Secretaria Municipal da Administração.

Art. 2º. Nos termos do art. 28, da Lei n.º 1.000/2005, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 1041/2020

Publicação Nº 2610112

PORTARIA N.º 1041, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Ofício da Secretaria de Administração nº. 409/2020 e o Ofício Secretaria de Saúde nº. 264/2020 solicitam a abertura de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "A sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator.

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício da Secretaria de Administração nº. 409/2020 e o Ofício Secretaria de Saúde nº. 264/2020.

Art. 2º. DESIGNAR para compor a Comissão os servidores ALICE VERECHUKI RIBEIRO DA SILVA. GABRIELA RODRIGUES PEREIRA E CELIANE GONÇALVES CARLSEN para, sob a presidência do primeiro, conduzirem a Sindicância Administrativa de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 18 de Agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 1042/2020

Publicação Nº 2610114

PORTARIA N.º 1042, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Ofício da Secretaria de Administração nº. 410/2020 e o Ofício Secretaria de Saúde nº. 077/2020 solicitam a abertura de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "A sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator.

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício da Secretaria de Administração n.º. 410/2020 e o Ofício Secretaria de Saúde n.º. 077/2020.

Art. 2º. DESIGNAR para compor a Comissão os servidores BRUNA DA SILVA BATTISTELLA, CELIANE GONÇALVES CARLSEN E CLEBER KORTZ para, sob a presidência do primeiro, conduzirem a Sindicância Administrativa de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 18 de Agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/08/2020, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 1043/2020

Publicação Nº 2610115

PORTARIA N.º 1043, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO o Ofício da Secretaria de Administração n.º. 412/2020 e Ofício Secretaria de Saúde n.º. 455/2018 solicitam a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício da Secretaria de Administração n.º. 412/2020 e Ofício Secretaria de Saúde n.º. 455/2018

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores, MARCOS MANCINI BROWN, CELIANE GONÇALVES CARLSEN, CENIR GRUNTHAL RAMOS para, sob a presidência do (a) primeiro (a) conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 18 de Agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/08/2020, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 1044/2020

Publicação Nº 2610116

PORTARIA N.º 1044, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO o Ofício da Secretaria de Administração nº. 413/2020 e Ofício Secretaria de Saúde nº. 304/2019 solicitam a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício da Secretaria de Administração nº. 413/2020 e Ofício Secretaria de Saúde nº. 304/2019.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores, MARCOS MANCINI BROWN, CELIANE GONÇALVES CARLSEN E GABRIELA RODRIGUES PEREIRA para, sob a presidência do (a) primeiro (a) conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 18 de Agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 1045/2020

Publicação Nº 2610580

PORTARIA N.º 1045, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA Nº. 1032/2020 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. TORNAR SEM EFEITO, por motivo de desistência do pleito eleitoral, a Portaria n.º 1032, de 14 de agosto de 2020, referente à licença para atividade política de SÉLIO DEFREYN.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 17/08/2020.

Garopaba, 18 de Agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº. 1046/2020

Publicação Nº 2610583

PORTARIA N.º 1046, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal n.º 1000/2005 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao (a) servidor (a) SÉLIO DEFREYN, matrícula n.º 0027, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com gratificação de 50% (cinq-enta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 17/08/2020.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus retroativos a 17/08/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 146/2020

Publicação Nº 2610128

DECRETO Nº. 146 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

“Dispõe medidas para concessão de férias e gratificação natalina do Poder Executivo do Município de Garuva, e dá outras providências.”

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GARUVA, E AINDA,

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 078, de 17 de abril de 2020 qual prevê medidas de contenção de despesas em decorrência da pandemia do novo coronavírus;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 116, de 2 de julho de 2020, qual declarou situação de emergência em todo o território do Município de Garuva em razão do vendaval acometido no dia 30 de junho de 2020;

CONSIDERANDO que muitos servidores públicos municipais tiveram sérios danos em suas residências, e assim necessitando promover a recuperação com a fonte de renda decorrente de sua remuneração;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam revogados o Inciso II e o §4º do Art. 2º do Decreto nº 078, de 17 de abril de 2020.

Art. 2º – Ficam revogados a partir de 01 de setembro de 2020, os Incisos I e a Alínea ‘c’ do Inciso V, do Art. 2º do Decreto nº 078, de 17 de abril de 2020.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 147/2020

Publicação Nº 2610129

DECRETO Nº. 147 de 18 de agosto de 2020

“Dispõe sobre a exoneração da servidora JAQUELINE PABST, da função de Diretor de Escola.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009;

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerada a pedido, a servidora JAQUELINE PABST, da função de Diretor do Pré Escolar Dente de Leite, nomeada através do Decreto Nº 183/2019, de 07 de outubro de 2019.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 18 de agosto de 2020, retroagindo seus efeitos a 14 de agosto de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 148/2020

Publicação Nº 2610133

DECRETO Nº. 148, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A GRATIFICAÇÃO NATALINA E FIXA CRONOGRAMA PARA SOLICITAÇÃO DE ADIANTAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GARUVA, E AINDA,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº. 700, de 02 de julho de 2020, que declarou situação anormal, caracterizada como estado de calamidade pública nas áreas dos municípios do Estado de Santa Catarina, afetados por evento adverso natural ocorrido no dia 30/06/2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº. 116, de 02 de julho de 2020, que declarou situação de emergência no município de Garuva, em razão do evento natural supracitado;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 65 e 66 da Lei Municipal Complementar 001/1998, que trata da gratificação natalina devida aos

servidores do município, bem como da possibilidade de adiantamento do pagamento de parcela da referida gratificação;

CONSIDERANDO que o adiantamento de parcela da gratificação natalina auxiliará na eficaz recuperação/reforma de imóveis atingidos pelo evento natural, possibilitando ao servidor que realize imediatamente os reparos necessários à sua residência;

DECRETA:

Art. 1º. – A gratificação natalina (13º salário), de que trata o artigo 65, da LC 001/98, será paga até o dia 20 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Poderá ser pago adiantamento da gratificação natalina, correspondente à metade da remuneração mensal, individualmente ao servidor ativo que requerer, desde que o requerimento seja apresentado conforme cronograma:

Período para solicitação	Data de pagamento
De 24/08 a 04/09	15 de setembro 2020

§ 1º - Fará jus ao adiantamento do décimo terceiro salário os servidores e empregados públicos efetivos, efetivos comissionados e comissionados, que tenham no mínimo seis meses de exercício no ano de 2020.

§ 2º - A solicitação de adiantamento do décimo terceiro dar-se-á mediante preenchimento de protocolo eletrônico disponível no site (<https://garuva.atende.net>), aba servidor público – outros serviços – protocolo eletrônico RH: (<https://garuva.atende.net/?pg=autoatendimento#!tipo/servico/valor/267/padrao/2>)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 149/2020

Publicação Nº 2610135

DECRETO Nº. 149 de 18 de AGOSTO de 2020

“DISPÕE SOBRE NOVAS REGRAS DE RESTRIÇÃO PARA VELÓRIOS, ACESSOS A PARQUES E PRAÇAS E PRÁTICAS DE ATIVIDADES ESPORTIVAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GARUVA, E AINDA, CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de amenizar a crescente disseminação da doença no Município de Garuva e a preocupante lotação dos hospitais de referência regional;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Ficam proibidos o acesso aos parques, praças, incluindo as esportivas e pontos turísticos.

Art. 2º Ficam proibidas a prática amadora das atividades esportivas coletivas, tais como:

Futebol, Vôlei, bocha e jogos de mesa.

Art. 3º Ficam proibidos a realização de velórios para óbitos confirmados de COVID-19.

Parágrafo Único. O velório de não suspeitos de COVID-19, terá duração máxima de 04 (quatro) horas e deverão ser realizados entre 07 e 18 horas, limitando a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez. Corpos liberados após as 18 horas, este deverá permanecer na funerária até o horário que é permitido para o início do velório.

Art. 4º As proibições e recomendações deste Decreto são válidas por prazo indeterminável, passível de alteração em caso de nova recomendação técnica.

Art. 5º A fiscalização do disposto neste decreto, ficará a cargo da equipe de Vigilância Sanitária Municipal, com apoio das Polícias Militar e Civil, podendo aplicar penalidades sanitárias previstas em Lei Estadual sem prejuízo de sanções cíveis e penais cabíveis.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 150/2020

Publicação Nº 2610625

DECRETO Nº. 150, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DO MUNICÍPIO DE GARUVA, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 93, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS

PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GARUVA, E AINDA,

DECRETA:

Art. 1º Ficam desvinculados nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Garuva, o montante de até 30% (trinta por cento) dos valores arrecadados no exercício de 2020, das Receitas relativas a Impostos, Taxas, Multas e Outras Receitas Correntes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DECISÃO ADMINISTRATIVA

Publicação Nº 2609923

Edital de Notificação VISAGARUVA0001/2020

Garuva, 17 de agosto de 2020.

A Secretaria Municipal de Saúde de Garuva/SC, através da Chefia de Vigilância em Sanitária, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA IROTEXTIL DO BRASIL BENEFICIAMENTOS TEXTEIS EIRELI 03757867912, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 58.331.208/0001-73, na pessoa de seu representante legal, Sr. CARLOS ALBERTO OHARA, CPF 066.460.138-37, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 0001/2020, sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 32309510684/20, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente a 100 UFM (Cem UFM).

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Cátia Regina Leandro

Chefe do Setor de Vigilância Sanitária

Matrícula: 95656

NOTIFICAÇÃO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

Publicação Nº 2609920

Edital de Notificação VISAGARUVA0001/2020

Garuva, 17 de agosto de 2020.

A Secretaria Municipal de Saúde de Garuva/SC, através da Chefia de Vigilância em Sanitária, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA IROTEXTIL DO BRASIL BENEFICIAMENTOS TEXTEIS EIRELI 03757867912, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 58.331.208/0001-73, na pessoa de seu representante legal, Sr. CARLOS ALBERTO OHARA, CPF 066.460.138-37, atualmente em lugar incerto e não sabido, acerca da realização inspeção no local sede da empresa, situada na Rua Alfredo Schultz, nº.2500, Bairro Urubuquara, nesta cidade de Garuva, em observância ao disposto no artigo 1º, IV da Lei Federal nº. 13.301 de 27 de Junho de 2016.

A ação sanitária restou descrita no relatório de inspeção nº. 323095172056/20, nos termos do que preceitua o artigo 3º da Lei Federal 13.301/2016, destacando-se:

"Constatações, Irregularidades e condutas a serem adotadas: Ausência de medidas de controle para evitar a existência de criadores para o Aedes aegypti e Aedes albopictus. Imóvel em situação de abandono, demonstrando ausência prolongada e inexistência de conservação, apresentando reservatórios de água sendo possíveis focos de criadores para o Aedes aegypti e Aedes albopictus.

PENDENTE: Retirada e tombamento das caixas de água suspensas e da área térreo ou aquisição de tampas para as caixas de água evitando a proliferação de mosquito aedes. O volume maior de água foi esvaziado somente das caixas suspensas sendo necessário a abertura do registro da caixa térrea pois o mesmo encontra-se com água pútrida não sendo possível no momento realização de extravasamento da água reservada. Realização do escoamento de água do poço de água térreo através de bomba de água.

Medidas realizadas no final da ação fechado o portão de entrada e colocado lacre com número 0039689"

O relatório circunstanciado 323095172056/20 e auto de infração Nº 32309511263/20 é parte do Processo Administrativo VISAGARUVA0001/2020, e poderá ser solicitado na íntegra através do endereço eletrônico: visa.fiscal@garuva.sc.gov.br

Diante do contido no relatório de inspeção, fica NOTIFICADA a empresa IROTEXTIL DO BRASIL BENEFICIAMENTOS TEXTEIS EIRELI 03757867912, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 58.331.208/0001-73, na pessoa de seu representante legal, Sr. CARLOS ALBERTO OHARA, CPF 066.460.138-37, a PROVIDENCIAR as medidas de controle para evitar a existência de criadores para o Aedes aegypti e Aedes albopictus descritas no relatório de inspeção, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da efetivação da presente notificação por edital.

Cátia Regina Leandro

Chefe do Setor de Vigilância Sanitária

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2020

Publicação Nº 2610359

PREFEITURA DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2020

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2020

A Prefeitura de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados que o Processo Administrativo nº 134/2020, Pregão Eletrônico nº 024/2020, o qual tem por objeto o Registro de preços para futuras aquisições de equipamentos de informática – chromebook, em razão de questionamento ao edital de licitação, fica SUSPENSO o presente edital para análise dos questionamentos levantados.

Gaspar (SC), 18 de agosto de 2020.

ALAN VIEIRA

Pregoeiro | Decreto 9.182/2020

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2020

Publicação Nº 2610390

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2020

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2020

OBJETO: Registro de Preços para seleção e contratação de Drogaria ou Farmácia, através do Maior Desconto Percentual, visando o fornecimento de medicamentos relacionados na Tabela do Sistema de Acompanhamento de Mercado de Medicamentos (SAMMED), da CMED/AN-VISA, à população usuária da Secretaria Municipal de Saúde - Repetição. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 31/08/2020, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Integra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 18/08/2020.

ARNALDO GONÇALVES MUNHOZ JUNIOR

Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 9.525, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610286

DECRETO Nº 9.525, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 4.025, de 27 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Unidade: 17 PC - Polícia Civil - Trânsito	
Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 181 Policiamento	
Programa: 0017 Gestão da Polícia Civil	
Projeto: 1077 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 358 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações diretas	R\$ 50.000,00
Órgão: 09 Secretaria de Planejamento Territorial	
Unidade: 19 Secretaria de Planejamento Territorial	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0019 Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Territorial	
Projeto: 1095 Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores	
Dotação: 373 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações diretas	R\$ 56.074,18

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02/2020 DA SECRETARIA DE SAÚDE

Publicação N° 2609480

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 160/2020
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 02/2020

A Secretaria Municipal de Saúde de Gaspar, na forma da lei, faz saber a todos os interessados, a abertura do Credenciamento n° 02/2020. Os interessados deverão apresentar a documentação exigida a qualquer tempo, enquanto vigorar o credenciamento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, no Departamento de Compras, no Edifício Edson Elias Wieser, 2º andar, Rua São Pedro, nº 128, Centro, Gaspar/SC.

OBJETO: Credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas prestadoras de serviços de saúde para realização de consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica ou cirúrgica, hospitalar, ambulatorial, de média e alta complexidade. BASE LEGAL: Art. 25, caput, da Lei 8.666/1993. A íntegra do edital encontra-se disponível no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar, 17 de agosto de 2020

ARNALDO GONÇALVES MUNHOZ JUNIOR

Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 66/2020**

Publicação Nº 2611003

RESOLUÇÃO Nº 66/2020.

Prorroga cessão de servidor disposta pela Resolução 55/2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 41, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que Justiça Eleitoral desta Comarca externou a intenção de prorrogar, pelo prazo de 1 (um) ano, a requisição do servidor Marcelo Peterson Pereira para desempenhar funções naquele órgão jurisdicional;

Considerando que a Justiça Eleitoral tem legitimidade e legalidade para requisitar servidores públicos sempre que necessário, conforme Lei nº 6.999/1982, regulamentada pela Resolução TSE nº 23.523/2017 e pela Portaria P nº 297/2010 do TRE-SC;

Considerando que a cessão regulamentada pela Resolução nº 55/2019 expirou no dia 31 de julho do corrente ano;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a cessão do servidor Marcelo Peterson Pereira à Justiça Eleitoral desta Comarca, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 1º de agosto de 2020, dia imediatamente subsequente ao período disposto na Resolução 55/2019.

Art. 2º O servidor afastado conservará os direitos e vantagens inerentes ao exercício de seu cargo nesta Casa Legislativa.

Art. 3º Fica a cargo da Câmara de Vereadores de Gaspar o ônus pela remuneração do servidor durante todo o período de afastamento.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º deste mês de agosto de 2020.

Câmara Municipal de Gaspar, 4 de agosto de 2020.

CIRO ANDRÉ QUINTINO	
Presidente	

RESOLUÇÃO Nº 67/2020

Publicação Nº 2611004

RESOLUÇÃO Nº 67/2020.

Disciplina medidas de enfrentamento à pandemia de COVID-19 e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores, com fundamento do art. 38, inciso VI, do Regimento Interno da Edilidade, faz saber, Considerando a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção à infecção e à propagação no novo coronavírus [SarsCov2], causador da doença respiratória Covid-19;

Considerando a decisão proferida no âmbito da Ação Civil Pública nº 5057977-49.2020.8.24.0023/SC;

Considerando o teor e as determinações contidas na Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020;

Considerando que na atual classificação estadual de risco a região do Médio Vale do Itajaí, na qual se insere o Município de Gaspar, encontra-se no nível grave/laranja;

Considerando que por estar nessa classificação, nos termos do artigo 4º, inciso V, os serviços públicos municipais não essenciais estão autorizados a funcionar presencialmente com no máximo 30% [trinta por cento] da totalidade de seus agentes;

Considerando que a atualização dos níveis de risco no mapa estadual vem ocorrendo semanalmente, às sextas-feiras;

Resolve:

Art. 1º Ficam prorrogados a partir de 19 de agosto de 2020 [inclusive] até o dia 28 de agosto [inclusive], o rodízio entre os servidores efetivos, bem como as regras relativas ao trabalho das assessorias dos vereadores, regras essas que foram instituídas pela Resolução nº 59/2020 e prorrogadas pela Resolução nº 64/2020.

§1º As regras relativas à disponibilidade e à comunicabilidade dos servidores no intervalo de suas jornadas permanecem inalteradas, da mesma forma que em caso de necessidade estes podem ser convocados para comparecerem pessoalmente ao local de trabalho, conforme já previsto na Resolução nº 59/2020.

§2º A prorrogação do rodízio disposta no caput deste artigo não poderá implicar no descumprimento de qualquer atribuição ou na não realização de qualquer tarefa atribuída aos servidores, de modo que os trabalhos legislativos e administrativos da Casa de Leis sejam efetivados normalmente.

Art. 2º No que tange às sessões ordinárias, os vereadores poderão participar de forma remota através da ferramenta de tecnologia de informação atualmente utilizada, podendo, ainda, caso julguem necessário, se fazer presentes no Plenário da Edilidade.

Art. 3º Tanto na elaboração da escala de trabalho dos servidores quanto por ocasião da realização das sessões ordinárias e, ainda, em qualquer outra hipótese, deverá ser respeitado o limite máximo de 30% [trinta por cento] do total de agentes públicos do Poder, sejam

eles vereadores, sejam eles servidores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, operando efeitos a partir do dia 19 de agosto de 2020, com vigência até o dia 28 de agosto de 2020, prorrogável em caso de necessidade.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 18 de agosto de 2020.

Ciro André Quintino	
Presidente	

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1005/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2610229

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2020

===== Número do contrato:
1005/2020

Data vigência: 13/08/2020

Data vencimento: 31/12/2020

Número da Licitação: 07/2020- Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: ROGÉRIO VENTURI (153.856.559-53) E TERESINHA CONCEIÇÃO VENTURI (015.155.529-00).

Objeto: Locação de terreno contendo 1.000 m2 para alocação e depósito dos materiais do SAMAE, localizado na Rua: João Vieira - Bairro: Santa Teresinha.

Valor de R\$ 3.984,67 (três mil novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

=====

Gaspar (SC), em 13 de agosto de 2020.

VANDERLEI FISTAROL

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 82/2020

Publicação Nº 2610366

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 82/2020

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LOUSA DIGITAL E MANUTENÇÃO PARA LOUSA DIGITAL PARA O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/09/2020 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 01/09/2020 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 18 de Agosto de 2020.

Paulo Henrique Silveira de Souza
Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 83/2020

Publicação Nº 2610016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 83/2020

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS ELETRICOS PARA O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/09/2020 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 04/09/2020 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 17 de agosto de 2020.

Paulo Henrique Silveira de Souza
Secretário de Administração

DECISÃO DE HABILITAÇÃO AO PROCESSO 23-2020 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 023/2020

Publicação Nº 2610073

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS 23/2020 - PROCESSO 23/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

1. PROENG ENGENHARIA E PROJETOS LTDA ME – LOTE 01 - HABILITADA
2. DINAMIKA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA – LOTE 02 - HABILITADA
3. CALTER DO BRASIL – LOTES 01 E 02 - HABILITADA
4. J KLOSTER – LOTES 1 E 2 INABILITADA

NÃO INDICOU O ENGENHEIRO ELETRICISTA 7.1.3.3, NÃO APRESENTOU DECLARAÇÃO DO ANEXO V PARA O ENGENHEIRO ELETRICISTA 7.1.3.7

NÃO ATENDE CAPITAL SOCIAL PARA PARTICIPAR DOS DOIS LOTES

NÃO APRESENTOU ATESTADOS DE CAPACIDADE COMPROVANDO ATIVIDADES RELACIONADAS COM O LOTE 02 CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 7.1.3.1, APRESENTOU APENAS DOS SEUS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, O EDITAL FALA ATESTADOS DA PROPONENTE, OU SEJA DA PESSOA JURÍDICA.

5. PROVIAS LOTE 02 – HABILITADA

6. ENGEPLANTI LOTE 01 - HABILITADA

7. DEIVID HEIDEMANN – EMPRESARIO INDIVIDUAL - INABILITADO

CERTIDÃO DO CREA DESATUALIZADA ENSEJANDO A PERDA DA VALIDADE DO DOCUMENTO EM RAZÃO DA ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS, NO CASO EM TELA TANTO O ENDEREÇO QUANTO O CAPITAL SOCIAL DA EM PRESA FORAM ALTERADOS E NÃO ATUALIZADOS NA ENTIDADE DE CLASSE, COMO O PRÓPRIO DOCUMENTO MENCIONA A MESMA PERDERÁ SUA VALIDADE CASO OCORRA QUALQUER MODIFICAÇÃO POSTERIOR DOS ELEMENTOS CADASTRAIS NELA CONTIDOS.

8. ESTEL ENGENHARIA LTDA – LOTES 01 e 03 – HABILITADA

APRESENTOU CERTIDÃO FEDERAL VENCIDA, PORÉM É EMPRESA DE PEQUENO PORTE PODENDO APRESENTAR DOCUMENTO VENCIDO CONFORME O ITEM 8.3.1

9. SC ENGENHARIA - LOTES 01, 02, 03 – HABILITADA

10. BLUPONT – LOTE 02 – HABILITADA

11. FERNANDO STROISCH - LOTE 01 - INABILITADA

NÃO APRESENTOU DECLARAÇÃO NOMINANDO A EQUIPE TÉCNICA CONFORME ITEM 7.1.3.3.

12. EL ARQUITETURA – LOTES 01,02, 03 – HABILITADA

13. EICOMNOR – LOTES 01,02, 03 – HABILITADA

14. PREMIERI- LOTE 01 – INABILITADA

CAPITAL SOCIAL INFERIOR ITEM 7.1.4.7 DO EDITAL.

15. ECHOA – LOTE 03 – HABILITADA

16. SETE SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LOTE 01 - INABILITADA, LOTE 02 - HABILITADA.

CAPITAL SOCIAL INFERIOR AO ITEM 7.1.4.7 PARA O LOTE 01.

17. NORTON ARQUITETURA - LOTE 01 - INABILITADA

CAPITAL SOCIAL INFERIOR CONFORME ITEM 7.1.4.7.

18. CERTA – LOTE 01 – INABILITADA

NÃO APRESENTOU O CONTRATO SOCIAL, NÃO ATENDENDO O ITEM 7.1.1.1 DO EDITAL E NÃO APRESENTOU A DECLARAÇÃO DO ITEM 7.1.3.3.

19. AUTOBANH – LOTE 02 - HABILITADA

20. ADA ENGENHARIA – LOTE 02 - HABILITADA

21. PROJECALC – LOTE 01, 02, 03 – INABILITADA PARA O LOTE 01, E HABILITADA PARA O LOTE 02 E 03.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO ENGENHEIRO ELETRICISTA NÃO ESTÁ DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO ITEM 7.1.3.5, III E O PROFISSIONAL NÃO FAZ PARTE DO QUADRO DA EMPRESA COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO.

22. GEOMAPA – LOTE 02 - HABILITADA

23. GEOCONSULTORES – LOTE 02 E 03 – HABILITADA

24. RHUMO ENGENHARIA – LOTES 02 E 03 - HABILITADA

Com relação aos questionamentos relacionados ao engenheiro mecânico, ressaltamos que não foi levado em consideração uma vez que não houve previsão legal, e de acordo com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, não podemos nos desvincular do edital, e exigir item não previsto, sendo este a lei interna entre as partes. Cabe ainda asseverar que esta questão não foi questionada nem tampouco objeto de impugnação do edital.

Com relação ao questionamento que algumas empresas apresentaram sobre o Balanço Patrimonial do exercício de 2018, um dos reflexos da Pandemia foi o advento da MP 931 criada em 30 de março de 2020 pela Presidência da República e edição da Instrução Normativa nº 1.950, de 12 de maio de 2020 da Receita Federal publicada em 13/05/2020, no qual estendeu o prazo para deliberação dos sócios sobre o balanço, prorrogando para sete meses subsequentes ao término do exercício social. Portanto, o prazo para deliberação sobre o balanço patrimonial não será mais o quarto mês (abril) e sim o sétimo mês (Julho).

EM CONFORMIDADE COM O RESULTADO DE JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES, ABRE-SE PRAZO RECURSAL CONFORME EDITAL, NÃO HAVENDO RECURSO, FICAM CONVOCADAS OS LICITANTES PARTICIPANTES PARA A SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS NA DATA DE 26/08/2020 ÀS 14:00 HS.

SEM MAIS,

GOVERNADOR CELSO RAMOS 18 DE AGOSTO DE 2020.

CARLOS CESAR DA COSTA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

KELLY CRISTINA PEIXOTO DOS SANTOS
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MANOEL MARCELO DA CUNHA
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

NADIA DALMIRA ZIEGLER
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

VANESSA LOPES DOS SANTOS BENTO
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2018 REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2017 ATINENTE AO PREGÃO PRESENCIAL 19/2017, OBJETO DO PROCESSO N.º 30/2017 - EMPRESA OUTSOURCING CENTER COMÉRCIO DE COPIADORAS EIRELI**

Publicação Nº 2609975

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 03/2018

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 03/2018 REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2017 ATINENTE AO PREGÃO PRESENCIAL 19/2017, OBJETO DO PROCESSO N.º 30/2017 QUE CELEBRAM ENTRE SI O SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA OUTSOURCING CENTER COMÉRCIO DE COPIADORAS EIRELI.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto Governador Celso RAMOS – SAMAE GCR, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia Francisco Wollinger, Nº 7095, Km 05, Bairro Jordão, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.047.341/0001-59, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Governador Celso Ramos, neste ato, representada pelo Diretor Geral, Srº. Ricardo Amilton da Silva, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa OUTSOURCING CENTER COMÉRCIO DE COPIADORAS EIRELI estabelecida a Rua São Jorge, 28, Prado de Baixo, Biguaçu - SC, CEP 88.160-004 inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 11.416.991/0001-04, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Osmael Antônio Coutinho, brasileiro, casado, Sócio/Diretor, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 014.368.019-66, portador do RG n.º 3091723, daqui por diante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, PRORROGAR O CONTRATO ORIGINAL que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE MÁQUINAS MULTIFUNCIONAIS, INCLUINDO MATERIAL DE CONSUMO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL PARA ATENDER AO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS SC, respeitando o estabelecido nos art. 57, II da Lei nº. 8666/93, bem como as cláusulas do referido contrato:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 03/2018 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, sem a atualização do valor contratual tendo em vista os Decretos Municipais Nº 28/2020 (Enfrentamento da COVID-19) e alterações posteriores, bem como o Decreto Municipal Nº 77/2020 (Estado de Calamidade Pública) com os quais estamos amparados. A prorrogação do referido contrato se dará a partir da data de 08/07/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA**2.1. DO PRAZO**

Tendo em vista o Art. 57 da Lei 8666/93, a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

“II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;”

Segundo disposição legal, salientamos que o serviço a ser prorrogado trata-se de serviço que se caracteriza como contínuo para esta municipalidade já que sua interrupção causará prejuízos a Administração, neste sentido a doutrina do Marçal Justen Filho:

“A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004).”

Assim, é importante asseverar que os serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração, no desempenho de suas atribuições, neste sentido denota-se que o objeto a ser prorrogado é essencial para a manutenção e exercício da máquina pública, que utiliza diariamente os serviços de inerentes ao presente objeto, tendo em vista que sua interrupção pode acarretar graves prejuízos à administração e também por ser vantajosa a continuidade dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total atual do contrato que é de R\$ 18.546,62 (dezoito mil quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos) e deve permanecer o mesmo tendo em vista a situação pandêmica e de calamidade pública enfrentada atualmente pelo Município de Governador Celso Ramos/SC.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 07 de julho de 2020.

Ricardo Amilton da Silva - Diretor Geral do
SAMAE GCR – CONTRATANTE

Osmael Antônio Coutinho – Sócio/Diretor
OUTSOURCINGCENTER COMÉRCIO DE COPIADORAS EIRELI - CONTRATADA

PRORROGAÇÃO DE SESSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 18/2020 - PROCESSO 18/2020

Publicação Nº 2609778

PRORROGAÇÃO DE SESSÃO DE LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:
PREGÃO PRESENCIAL RP 18/2020
PROCESSO 18/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 24/08/2020 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 24/08/2020 às 14h30min.

OBSERVAÇÕES: NOVO ENDEREÇO DA SEDE DO SAMAE, LOCAL ONDE OCORRERÁ A REFERIDA SESSÃO: RODOVIA FRANCISCO WOLLINGER, Nº 4095, KM 05, BAIRRO JORDÃO - GOVERNADOR CELSO RAMOS - FONE: (48) 3047 8647

Os interessados deverão retirar o edital no site do SAMAE de Governador Celso Ramos – www.samaegcr.com.br, ou excepcionalmente presencialmente na sede do SAMAE de segunda a sexta feira, das 13:30 às 17:00hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelos e-mails: compraslicitacoes@samaegcr.com.br/samaegcr@samaegcr.com.br.

Governador Celso Ramos, 18 de agosto de 2020.

RICARDO AMILTON DA SILVA
Diretor Geral

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIA PAD N. 07-2020 CIACA

Publicação Nº 2610055

Consórcio Intermunicipal de Abrigo para Criança e Adolescente – CIACA
CNPJ 06.081.945/0001-6PORTARIA Nº 07/2020, de 18 de agosto de 2020.

SALÉSIO WIEMES, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Abrigo para Criança e Adolescente – CIACA, e MARLISE DA SILVA NAZARIO ELIZEU, Coordenadora do CIACA,

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação do Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 01/2019, conforme solicitado pela Comissão Processante;

RESOLVEM:

Art. 1º. Prorrogar por 60 (sessenta) dias o Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 01/2019.

Art. 2º. Determinar a entrada em vigor desta Portaria na data de sua publicação no Mural, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Norte/SC, 18 de agosto de 2020.

SALÉSIO WIEMES
Presidente do CIACA

Esta Portaria foi registrada nesta Coordenação e publicada no Mural do CIACA na data de 18 de agosto de 2020.

MARLISE DA SILVA NAZARIO ELIZEU
Coordenadora do CIACA

Gravatal

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO - PROCESSO 28/2020 - ARTEFATOS DE CIMENTO

Publicação Nº 2611097

MUNICIPIO DE GRAVATAL. AVISO DE ANULAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2020. PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2020. O Prefeito Municipal de Gravatal, o Sr. WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, torna público a anulação do presente processo licitatório conforme art. 49 e parecer exarado pela assessoria jurídica do município, objeto "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO, CONCRETO USINADO E CONCRETO BETUMINOSO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA." Mais informações e retirada de Edital disponíveis na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121, Centro, (048) 3648-8022, E-mail licitacao@gravatal.sc.gov.br ou site do Portal Transparência https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01035-001/con_licitacoes.faces. Gravatal, 18 de agosto de 2020. WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 95-PRORROGA DECRETO 77-ATE 24-08

Publicação Nº 2609976

DECRETO Nº 95, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do COVID-19, diante da nova classificação da matriz de risco como gravíssima para a Região de Laguna e, por estar o Estado obrigado judicialmente a organizar e indicar as medidas específicas para esse momento e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAL - SC, no exercício de suas atribuições de acordo com os dispositivos legais previstos na Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando, a informação contida na matriz do risco potencial para Covid19, publicada pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 11 de agosto próximo passado, para nossa Região de Saúde, pela qual foi reclassificada como GRAVÍSSIMA;

Considerando, a decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública movida Pelo Ministério Público de Santa Catarina contra o Estado de Santa Catarina, processo nº 5057977-49.2020.8.24.0023, em trâmite no Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Florianópolis;

Considerando, que referida decisão determina ao "Estado de Santa Catarina as obrigações de: (i) alterar os instrumentos que compõem o programa de descentralização e regionalização das ações de combate à Covid-19, definindo expressamente quais são as ações de saúde que devem ser adotadas pelos entes políticos em cada um dos graus de risco que integram a Matriz de Avaliação do Risco Potencial Regional prevista no art. 1º, § 1º, II, da Portaria SES n. 464/2020; (ii) implementar diretamente as medidas sanitárias previstas na Lei n. 13.979/2020 no âmbito regional, de acordo com a Matriz de Avaliação de Risco Potencial Regional, e em conformidade com as recomendações dos órgãos técnicos estaduais e do COES, quando a região de saúde atingir o grau de risco potencial gravíssimo, independente da atuação dos Municípios.";

Considerando, despacho no processo judicial acima identificado, publicada no dia 13/08/2020 às 18:35:27 horas, através da qual o Juiz de Direito competente, em despacho fundamentado, assinala que o prazo para o Estado de Santa Catarina cumprir as decisões determinadas e retro mencionadas ainda não se esgotou;

Considerando, informações e orientações técnicas recebidas do CER da Região de Laguna face reunião havida nesta data;

Considerando, a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal contida na STP nº 486/SC, de onde se extrai "Outrossim, no atual cenário, decorrente da pandemia do novo coronavírus, entendo que sobressai a importância de uma atuação colaborativa e coordenada dos entes políticos, uma vez que a má gestão de recursos, que são escassos frente à infinidade de demandas do setor, podem induzir à desassistência, implicando risco à saúde pública. No ponto, destaco que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a obrigação de garantir a saúde como competência comum a todos entes da Federação (CF/88, art. 23, II), com um sistema correspondente único, integrado por ações e serviços organizados em uma rede regionalizada e hierarquizada (CF/88, art. 198, caput).";

Considerando que, medidas propostas por decreto municipal neste momento, quando está judicialmente incumbido o Estado de Santa Catarina a indicar, especificamente, aos Municípios quais as ações de saúde devem ser implementadas diante da matriz de risco potencial gravíssima do dia 11.08.2020, poderiam gerar ações não coordenadas, com falha de planejamento e baseadas em informações e dados científicos inseguros, pois que o próprio ente estatal, autor da matriz, indica a espera de 14 dias como prazo necessário para a consolidação das ações de enfrentamento implementadas;

Considerando os dizeres do Ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal, ao decidir a STP nº 503 em 14.08.2020, "... decisões isoladas que atendem apenas a uma parcela da população, e de uma localidade, têm o potencial de ocasionar desorganização na administração pública, com efeitos contrários aos pretendidos.", é prudente manter o regramento vigente e aguardar orientação técnica do COESC/SC, como já é de sua incumbência face última classificação na matriz de risco potencial por ele apresentada;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogadas as determinações contidas no Decreto Municipal nº 77/2020 e suas alterações, até às 23:59 horas do dia 24.08.2020.

Art. 2º. As medidas para enfrentamento do Covid19 neste território poderão ser reavaliadas a qualquer tempo, caso seja necessário e orientações do Estado se fizerem presente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 18 de agosto de 2020, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, SC em,
17 de agosto de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 31-2020 - TOMADA DE PREÇOS - 04 ACADEMIAS AO AR LIVRE - ESTADO

Publicação Nº 2609591

MUNICIPIO DE GRAVATAL. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020. TOMADA DE PREÇO Nº 09/2020. O Prefeito Municipal de Gravatal, o Sr. WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, Lei Federal Nº 8666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações, abertura dia 03 de setembro de 2020, às 09:00hs, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ACADEMIAS "AO AR LIVRE", NAS COMUNIDADES DE SERTÃO DOS MEDEIROS, ILHOTA GRANDE, RIACHO E INDAIAL MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA VISANDO ATENDER REPASSE DE EMENDA ESPECIAL Nº 0044 DO GOVERNO DE ESTADO, CONFORME PROJETO BÁSICO EM ANEXO." Mais informações e retirada de Edital disponíveis na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121, Centro, (048) 3648-8022, E-mail licitacao@gravatal.sc.gov.br ou site da Transparência https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01035-001/con_licitacoes.faces Gravatal, 18 de agosto de 2020. WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA Prefeito Municipal.

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 13.20 DESMONTAGEM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA E EXECUÇÃO PASSEIO PÚBLICO

Publicação N° 2610107

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC, EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº13/2020.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 97/20, Edital de Tomada de Preço Nº 13/20, Tipo Menor preço global. Objeto: Contratação de empresa para executar a Desmontagem e Montagem de Estrutura Pré-moldada e Execução Passeio Público; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 04/09/20; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 04/09/20, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 17 de agosto de 2020.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO PROCESSO 87.2020 PMGBA.DOC

Publicação Nº 2610110

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARACIABACNPJ: 82.821.216/0001-82
RUA ADEMAR DE BARROS, 85
C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC**CONCORRÊNCIA**
Nr.: 3/2020 - CCProcesso Administrativo: 87/2020
Processo de Licitação: 87/2020
Data do Processo: 14/07/2020

Objeto: ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, SENDO LOTES URBANOS AUTORIZADOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 3275/2020, CONFORME COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, SOB A PORTARIA Nº 370/2020.

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 3 / 2020

Motivo: O prefeito Municipal Sr Roque Luiz Meneghini, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com amparo no Art. 49 da Lei 8.666/93, e tendo em vista que o Processo não acudiu interessados, cujo objeto era ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, SENDO LOTES URBANOS AUTORIZADOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 3275/2020, CONFORME COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, SOB A PORTARIA Nº 370/2020. resolve: "Revogar" totalmente o Processo Licitatório instaurado pelo município de Guaraciaba-SC, sob o nº 87/2020 concorrência nº 03/2020.

Guaraciaba, 18 de Agosto de 2020

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPAL

Guaramirim

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO TP 092/2020 - PMG

Publicação Nº 2609890

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 092/2020 - PMG

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 092/2020 - PMG

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUA 16 - JOÃO BUTSCHARDT E RUA 159 - CECILIA BUTSCHARDT COM RECURSOS DO FINISA: PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - CONTRATO Nº 0529.855-43

Às treze horas e trinta minutos, do décimo quarto dia do mês de agosto de dois mil e vinte, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria Nº 381/2019, sob a presidência do Sr. Marcelo Vieira Garcia, tendo comparecido os seguintes membros Carlos Felipe Fischer e Fernanda de Resende Rien Machado para o ato de abertura da habilitação, referente a licitação acima referida.

Compareceu também para o presente ato o Sr. Alexandro Gomes Martins (Gerente de Engenharia e Sinalização), para análise dos requisitos técnicos de habilitação.

Cabe ressaltar que a sessão foi transmitida via videoconferência.

Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes da documentação e proposta, conforme previsto em Edital foram entregues envelopes de 02 (duas) licitantes, a saber:

LICITANTE
INFRA SUL – INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÕES LTDA

Inicialmente, o Presidente procedeu à separação dos envelopes de habilitação e proposta e solicitou aos senhores membros da comissão que examinassem, ainda lacrados, quanto à regularidade da apresentação dos Envelopes, os quais foram vistos/rubricados pelos presentes (Comissão de Licitação e responsável técnico presente).

Da mesma forma, procedeu-se quanto aos envelopes de "Propostas", que ficarão sob guarda da Administração até o momento oportuno para abertura.

Procedeu-se, então, com a abertura dos Envelopes n.º 1 – "Documentos de Habilitação", para exame e rubrica de todos os documentos pelos Membros da Comissão e representantes legais presentes.

Durante a análise da documentação de habilitação não se vislumbrou nenhuma irregularidade, assim a Comissão de Licitações decidiu por HABILITAR as duas licitantes.

Diante do julgamento da Habilitação das empresas, abre-se prazo de recurso de 5 (cinco) dias úteis acerca do julgamento de habilitação das empresas, conforme determina a alínea "a", do inciso II, do artigo 109, da Lei nº. 8.666/93, os quais, querendo, devem ser protocolados até o dia 26.08.2020 (tendo em vista que a presente decisão será publicada na edição do DOM /SC do dia 19.08.2020), no horário de expediente da prefeitura. Em eventual apresentação de recurso, serão comunicadas as demais participantes para que no mesmo prazo possam contrarrazoá-lo.

Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata de Abertura, que vai assinada pelos membros da Comissão e pelo representante presente.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Marcelo Vieira Garcia	Fernanda de R. R. Machado	Carlos Felipe Fischer
Presidente	Membro	Membro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Alexandro Gomes Martins
Gerente de Engenharia e Sinalização

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO TP 103/2020 - PMG

Publicação Nº 2610394

ATA DE ABERTURA JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 103/2020 - PMG

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 103/2020 - PMG

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO, PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DAS RUAS 225 - JOÃO BENJAMIM BARBI, RUA 299 - TARCÍSIO ROSA E RUA 300 - ANTONIO JOSÉ DA LUZ COM RECURSOS DO FINISA: PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - CONTRATO Nº 0529.855-43

Às nove horas(s), do décimo oitavo dia do mês de agosto de dois mil e vinte, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria Nº 381/2019, sob a presidência do Sr. Marcelo Vieira Garcia, tendo comparecido os seguintes membros Claudio Eduardo Maba e Lia Boder para o ato de abertura da habilitação, referente a licitação acima referida.

Compareceu também para o presente ato o Sr. Alexandro Gomes Martins (Gerente de Engenharia e Sinalização), para análise dos requisitos técnicos de habilitação.

Cabe ressaltar que a sessão foi transmitida via videoconferência.

Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes da documentação e proposta, conforme previsto em Edital foram entregues envelopes de 02 (duas) licitantes, a saber:

LICITANTE
EVERTON LUIZ FRIZZO – ME
Enquadrada como Microempresa
GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-ME
Enquadrada como Microempresa

Inicialmente, o Presidente procedeu à separação dos envelopes de habilitação e proposta e solicitou aos senhores membros da comissão que examinassem, ainda lacrados, quanto à regularidade da apresentação dos Envelopes, os quais foram vistos/rubricados pelos presentes (Comissão de Licitação e responsável técnico presente).

Da mesma forma, procedeu-se quanto aos envelopes de "Propostas", que ficarão sob guarda da Administração até o momento oportuno para abertura.

Procedeu-se, então, com a abertura dos Envelopes n.º 1 – "Documentos de Habilitação", para exame e rubrica de todos os documentos pelos Membros da Comissão e representantes legais presentes.

Durante a análise da documentação de habilitação, a Comissão de Licitações decidiu por INABILITAR a licitante EVERTON LUIZ FRIZZO – ME, devido a não apresentação da Certidão de Acervo Técnico – CAT, acompanhado do Atestado de Capacidade Responsabilidade registro no órgão competente, conforme item 11.1.2, alínea "c" do Edital e ainda, apresentou Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física junto ao CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, vencida (validade até 31/07/2020).

Diante do julgamento da Habilitação das empresas, abre-se prazo de recurso de 5 (cinco) dias úteis acerca do julgamento de habilitação das empresas, conforme determina a alínea "a", do inciso II, do artigo 109, da Lei nº. 8.666/93, os quais, querendo, devem ser protocolados até o dia 26.08.2020 (tendo em vista que a presente decisão será publicada na edição do DOM /SC do dia 19.08.2020), no horário de expediente da prefeitura. Em eventual apresentação de recurso, serão comunicadas as demais participantes para que no mesmo prazo possam contrarrazoá-lo.

Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata de Julgamento, que vai assinada pelos membros da Comissão e pelo responsável técnico.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Marcelo Vieira Garcia	Lia Boder	Claudio Eduardo Maba
Presidente	Membro	Membro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Alexandro Gomes Martins	Frank Ricardo de Oliveira
Gerente de Engenharia e Sinalização	Engenheiro Civil

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO TP 104/2020 - PMG

Publicação Nº 2610396

ATA DE ABERTURA JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 104/2020 - PMG

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 104/2020 - PMG

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO, PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DAS RUAS 695 - GRACILIANO ERNESTO DE AQUINO, RUA 696 - JOSÉ DE SOUZA QUEIROZ E RUA 697 - IZABEL CONCEIÇÃO DE ANDRADE SCHRÄGLE COM RECURSOS DO FINISA: PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - CONTRATO Nº 0529.855-43

Às treze horas e trinta minutos, do décimo oitavo dia do mês de agosto de dois mil e vinte, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria Nº 381/2019, sob a presidência do Sr. Marcelo Vieira Garcia, tendo comparecido os seguintes membros Claudio Eduardo Maba e Lia Boder para o ato de abertura da habilitação, referente a licitação acima referida.

Compareceu também para o presente ato o Sr. Alexandre Gomes Martins (Gerente de Engenharia e Sinalização), para análise dos requisitos técnicos de habilitação.

Cabe ressaltar que a sessão foi transmitida via videoconferência.

Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes da documentação e proposta, conforme previsto em Edital foram entregues envelopes de 02 (duas) licitantes, a saber:

LICITANTE
EVERTON LUIZ FRIZZO – ME Enquadrada como Microempresa
GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-ME Enquadrada como Microempresa

Inicialmente, o Presidente procedeu à separação dos envelopes de habilitação e proposta e solicitou aos senhores membros da comissão que examinassem, ainda lacrados, quanto à regularidade da apresentação dos Envelopes, os quais foram vistados/rubricados pelos presentes (Comissão de Licitação e responsável técnico presente).

Da mesma forma, procedeu-se quanto aos envelopes de "Propostas", que ficarão sob guarda da Administração até o momento oportuno para abertura.

Procedeu-se, então, com a abertura dos Envelopes n.º 1 – "Documentos de Habilitação", para exame e rubrica de todos os documentos pelos Membros da Comissão e representantes legais presentes.

Durante a análise da documentação de habilitação, a Comissão de Licitações decidiu por INABILITAR a licitante EVERTON LUIZ FRIZZO – ME, devido a não apresentação da Certidão de Acervo Técnico – CAT, acompanhado do Atestado de Capacidade Responsabilidade registro no órgão competente, conforme item 11.1.2, alínea "c" do Edital e ainda, apresentou Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física junto ao CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, vencida (validade até 31/07/2020).

Diante do julgamento da Habilitação das empresas, abre-se prazo de recurso de 5 (cinco) dias úteis acerca do julgamento de habilitação das empresas, conforme determina a alínea "a", do inciso II, do artigo 109, da Lei nº. 8.666/93, os quais, querendo, devem ser protocolados até o dia 26.08.2020 (tendo em vista que a presente decisão será publicada na edição do DOM /SC do dia 19.08.2020), no horário de expediente da prefeitura. Em eventual apresentação de recurso, serão comunicadas as demais participantes para que no mesmo prazo possam contrarrazoá-lo.

Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata de Julgamento, que vai assinada pelos membros da Comissão e pelo responsável técnico.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Marcelo Vieira Garcia	Lia Boder	Claudio Eduardo Maba
Presidente	Membro	Membro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Alexandro Gomes Martins	Frank Ricardo de Oliveira
Gerente de Engenharia e Sinalização	Engenheiro Civil

DECRETO Nº. 1291/2020

Publicação Nº 2610189

DECRETO Nº. 1291/2020

Altera o Decreto nº. 772/2017, que nomeia Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 772/2017 passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º.

X – Ana Paula Broll Munari." (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de agosto de 2020.

Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 81/2020 PMG

Publicação Nº 2610261

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 81/2020 – PMG

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 88/2020- PMG

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TERMÔMETRO DIGITAL E INFRAVERMELHO NECESSÁRIO AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 33.068.320/0001-32, com sede na Rod dos Minerios, nº 403, Barracão 06, bairro Lamenha Grande, CEP 83.507-000 município de Almirante Tamandare, estado do Paraná.

Vigência: Início: 12/08/2020

Término: 11/08/2021

Fornecedor: 30554934 - ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	80	UN	Termômetro digital e infravermelho para medição de temperatura corpórea a distância, sem contato com a pele. Para uso adulto e infantil. Distância de aferição entre 5 a 15 cm. Tempo máximo para medição: 5 segundos. Desligamento automático da bateria, no máximo em 10 segundos. Alimentação: 2 pilhas AAA. Escala de medição em °C. Deve ter garantia de no mínimo um ano a contar da data de entrega. Deve incluir: manual de instruções, 2 pilhas AAA e estojo e/ou capa para guardar o termômetro. Deve conter registro na ANVISA.	NOAN / ZHANGYE CITY NOAN	129,5000	10.360,00
Total						R\$10.360,00

Guaramirim (SC), 12 de agosto de 2020

LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 66/2020 – FMS

Publicação Nº 2609635

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 66/2020 – FMS

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS EM TNT.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e artigo 4, caput, da Lei nº 13.979/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através do seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: E&FD COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA, sob o CNPJ nº 33.287.638/0001-04, estabelecida na Rua José Brunner, nº 283, Galpão 02, Bairro Czerniewicz, Jaraguá do Sul - SC, CEP: 89.255-380.

Valor Total: R\$ 5.120,00 (cinco mil cento e vinte reais).

Guaramirim (SC), 18 de agosto de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 23/2019 – PMG

Publicação Nº 2609800

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 23/2019 – PMG
Processo Licitatório nº: 218/2018 – PMG

Modalidade: Concurso de Projetos.

Objeto da Licitação: CONCURSO DE PROJETOS QUE VISA SELECIONAR UMA ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS OU ECONÔMICOS, DEVIDAMENTE QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 4.360, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016 E ALTERAÇÕES PARA FIRMAR CONTRATO DE GESTÃO COM O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

Órgão Supervisor: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através da sua autarquia HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO inscrita no CNPJ/MF nº 84.092.709/0001-54.

Executora: INSTITUTO SANTÉ, inscrito no CNPJ nº 08.776.971/0001-30, com endereço na Av. Almirante Tamandaré, nº 94, Edifício Coral Center, 8º andar, bairro Coqueiros, no Município Florianópolis/SC, CEP 88.080-160.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) aditar o contrato a fim de conceder reajuste antecipado visando à implementação de medidas de prevenção e enfrentamento da pandemia relacionada ao Covid-19 com efeitos a partir de março de 2020.
- b) O percentual de aumento é de 3,92% (correspondente ao INPC acumulado nos últimos 12 meses).

Data da Assinatura: 13/04/2020

Guaramirim (SC), 13 de abril de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 23/2019 – PMG

Publicação Nº 2609809

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 23/2019 – PMG
Processo Licitatório nº: 218/2018 – PMG

Modalidade: Concurso de Projetos.

Objeto da Licitação: CONCURSO DE PROJETOS QUE VISA SELECIONAR UMA ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS OU ECONÔMICOS, DEVIDAMENTE QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 4.360, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016 E ALTERAÇÕES PARA FIRMAR CONTRATO DE GESTÃO COM O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

Órgão Supervisor: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº

2.042, através da sua autarquia HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO inscrita no CNPJ/MF nº 84.092.709/0001-54.

Executora: INSTITUTO SANTÊ, inscrito no CNPJ nº 08.776.971/0001-30, com endereço na Av. Almirante Tamandaré, nº 94, Edifício Coral Center, 8º andar, bairro Coqueiros, no Município Florianópolis/SC, CEP 88.080-160.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) aditar o contrato para recebimento de auxílio financeiro emergencial às santas casas e hospitais filantrópicos para utilização no controle do avanço a pandemia do Covid-19 com base nas portarias 1.393/2020 e 1.448/2020.

Data da Assinatura: 17/06/2020

Guaramirim (SC), 17 de junho de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 247/2020

Publicação Nº 2610190

PORTARIA Nº. 247/2020

Altera as Portarias nº. 146/2019 e 408/2019.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 146/2019, que nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Educação de Guaramirim, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.
.....

IV -

a) Marcia Sadzinski Maida;
..... ” (NR)

Art. 2º. A Portaria nº. 408/2019, que nomeia a Comissão de Educação Infantil e Comissão de Ensino Fundamental, vinculadas ao Conselho Municipal de Educação, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.
.....

II -

b) Marcia Sadzinski Maida;
..... ” (NR)

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 248/2020

Publicação Nº 2610193

PORTARIA Nº. 248/2020

Concede licença maternidade para Vanessa Regina Barbosa.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Vanessa Regina Barbosa, Professora III (20 horas semanais), vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 05 de agosto de 2020, por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N°. 249/2020

Publicação N° 2610195

PORTARIA N°. 249/2020

Retorna de licença sem vencimento, o servidor Emerson Flores da Silva.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença sem vencimento, o servidor Emerson Flores da Silva, Motorista de Automóvel/Furgão, vinculado à Secretaria de Saúde, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N°. 250/2020

Publicação N° 2610196

PORTARIA N°. 250/2020

Exonera Janira da Silva.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Janira da Silva, da função de Supervisora de Inclusão, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N°. 251/2020

Publicação N° 2610197

PORTARIA N°. 251/2020

Exonera Marcelo Amadeu Deretti.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Marcelo Amadeu Deretti, da função de Supervisor de Assuntos Gerais, vinculado à Secretaria de Saúde, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 252/2020

Publicação Nº 2610198

PORTARIA Nº. 252/2020

Concede licença para atividade política à servidora Clea dos Santos.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 42 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para atividade política à servidora Clea dos Santos, Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 253/2020

Publicação Nº 2610200

PORTARIA Nº. 253/2020

Concede licença para atividade política ao servidor Emerson Flores da Silva.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 42 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para atividade política ao servidor Emerson Flores da Silva, Motorista de Automóvel/Furgão, vinculado à Secretaria de Saúde, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 254/2020

Publicação Nº 2610203

PORTARIA Nº. 254/2020

Concede licença para atividade política ao servidor Jonecir Vieira.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 42 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para atividade política ao servidor Jonecir Vieira, Agente de Manutenção, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 255/2020

Publicação Nº 2610204

PORTARIA Nº. 255/2020

Concede licença para atividade política ao servidor Marcelo Amadeu Deretti.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 42 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para atividade política ao servidor Marcelo Amadeu Deretti, Auditor, vinculado à Controladoria-Geral do Município, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 256/2020

Publicação Nº 2610205

PORTARIA Nº. 256/2020

Concede licença para atividade política ao servidor Nivaldo Cordeiro de Lima.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 42 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para atividade política ao servidor Nivaldo Cordeiro de Lima, Agente de Vigilância da Saúde, vinculado à Secretaria de Saúde, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 257/2020

Publicação Nº 2610207

PORTARIA Nº. 257/2020

Concede licença para atividade política ao servidor José Joel da Silva.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 42 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para atividade política ao servidor José Joel da Silva, Agente Comunitário de Saúde, vinculado à Secretaria de Saúde, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 258/2020

Publicação Nº 2610208

PORTARIA Nº. 258/2020

Concede licença para atividade política à servidora Francinne Maira Espezim.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 42 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para atividade política à servidora Francinne Maira Espezim, Assistente Social, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 259/2020

Publicação Nº 2610209

PORTARIA Nº. 259/2020

Concede licença para atividade política à servidora Janira da Silva.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 42 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para atividade política à servidora Janira da Silva, Psicopedagoga Clínica, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 260/2020

Publicação Nº 2610210

PORTARIA Nº. 260/2020

Concede licença para atividade política à servidora Josiane de Fátima Brusque.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 42 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para atividade política à servidora Josiane de Fátima Brusque, Psicopedagoga Clínica, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 261/2020

Publicação Nº 2610212

PORTARIA Nº. 261/2020

Concede licença para atividade política à servidora Maria Rosana Zermiani Franz.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 42 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para atividade política à servidora Maria Rosana Zermiani Franz, Professora de Esporte II, vinculada à Secretaria de Esporte, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 262/2020

Publicação Nº 2610213

PORTARIA Nº. 262/2020

Concede licença para atividade política à servidora Neuci Conceição Feldmann Delai.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 42 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para atividade política à servidora Neuci Conceição Feldmann Delai, Professora I-C, vinculada à Secretaria de Esporte, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 263/2020

Publicação Nº 2610214

PORTARIA Nº. 263/2020

Concede licença para atividade política à servidora Marta Regina Ovídio.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 42 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para atividade política à servidora Marta Regina Ovídio, Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 264/2020

Publicação Nº 2610217

PORTARIA Nº. 264/2020

Nomeia Monica Darci Gieseler.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Monica Darci Gieseler, na função de Diretora de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 265/2020

Publicação Nº 2610218

PORTARIA Nº. 265/2020

Nomeia Heloise Karina Marinho.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Heloise Karina Marinho, na função de Supervisora de Inclusão, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - FMS 08/2020

Publicação Nº 2610487

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 08/2020 – Pregão Presencial Nº. 07/2020

Objeto: Aquisição de veículo para ser utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde no transporte de pacientes do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 01/09/2020

(Documentos as 08:15 horas / Abertura as 08:30 horas).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal informações pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 18 de agosto de 2020.

Franciane Baseggio

Secretaria Municipal de Saúde.

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 39/2020

Publicação Nº 2610395

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.39/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº. 39/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: TECNOSAFRA SISTEMAS MECANIZADOS LTDA

OBJETO: Aquisição de Trator Agrícola de pneu, para ser utilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura do município de Guarujá do Sul, através da Emenda Impositiva nº. 763 – Processo SGPE Nº SCC 00003424/2020 / Estado de Santa Catarina.

VALOR R\$ 221.000,00

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: 30 dias

VIGENCIA DO CONTRATO: 31/12/2020

Guarujá do Sul, SC, 18 de agosto de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

Guatambú

PREFEITURA

ADITIVO 33-2020 - 1º TERMO ADITIVO AO CT 09-2020

Publicação Nº 2609743

CONTRATO ADITIVO N.º 33/2020 (PRAZO E VALORES)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 09/2020

Contrato Aditivo n.º 33 de 2020 — Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 09 de janeiro de 2020 (PRAZO E VALORES), celebrado entre a Prefeitura Municipal de GUATAMBU (SC), e a empresa EBC CONSTRUTORA LTDA – EPP, que detém como objeto a contratação de empresa especializada para revitalização dos passeios e canteiro central da Av. João Batista Dal Piva, conforme projeto básico, memorial descritivo, planilha de quantitativos, cronograma financeiro e contrato de financiamento, e demais regras do edital.

As partes devidamente qualificadas no contrato originário, em comum acordo, e em consonância aos Pareceres Técnicos n.º (s) 36 de 21 de julho de 2020 (valores), Parecer Técnico n.º 43 de 22 de julho de 2020 (valores), Parecer Técnico n.º 44 de 22 de julho de 2020 (valores) e Parecer Técnico n.º 45 de 30 de julho de 2020 (prazo), aditam os valores e prazos do presente contrato, pelos motivos de ordem técnica que fazem parte deste contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS VALORES

Ficam alterados (aditados) os valores totais inicialmente pactuados, conforme planilha de orçamento de aditivos em anexo, assim representada: ADIÇÃO R\$ 46.028,86 (quarenta e seis mil e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos). O valor total da obra passa para R\$ 823.397,60 (oitocentos e vinte e três mil trezentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), conforme as justificativas dos Pareceres Técnicos n. (s) 36, 43 e 44 de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Ficam alterados os prazos de execução da obra em sessenta (60) dias, a contar do prazo previsto para o vencimento legal, conforme as justificativas técnicas do Parecer Técnico n. 45, parte anexa deste contrato.

Restam ratificados os demais termos, cláusulas e condições aqui não expressamente alteradas, formando com o presente, um todo, único e indivisível para todos os fins e efeitos.

Guatambu, 18 de agosto de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal
Representante Legal

SERGIO CONRADO CASASOLA
EBC CONSTRUTORA LTDA - EPP

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 59/2020

Publicação Nº 2609851

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 113/2020

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 59/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO. MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS AS FAMILIAS/CRIANÇAS E ADOLESCENTES, POSSIBILITANDO PERMITIR AS FAMILIAS ATIVIDADES NO PERÍODO DA PANDEMIA E SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAS DOS PROGRAMAS E PROJETOS. O ACOMPANHAMENTO SOCIO FAMILIAR TORNOU-SE INDISPENSÁVEL NESTE PERÍODO, DEVIDO AUMENTO E AGRAVAMENTO DAS QUESTÕES SOCIAIS.

Contratada: Geração Papelaria e Brinquedos Eireli

CNPJ: 95.842.621/0001-29

Valor: R\$ 3.376,80 (três mil trezentos e setenta e seis reais e oitenta centavos).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 14 de agosto de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 60/2020

Publicação N° 2609849

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. N°. 114/2020

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 60/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO HOSPITALAR. A AQUISIÇÃO DE DUAS CAMAS HOSPITALARES E DOIS COLCHÕES PARA EQUIPAR AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, OFERECENDO MELHORES ACOMODAÇÕES A PACIENTES QUE NECESSITAM RECEBER MEDICAÇÕES E AGUARDAR EM OBSERVAÇÃO MÉDICA.

Contratada: Pró Cirúrgica Chapecó Produtos para Saúde LTDA

CNPJ: 17.184.520/0001-02

Valor: R\$ 3.920,00 (três mil novecentos e vinte reais).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 18 de agosto de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DISTRATO 03/2020 AO CT 24/2020

Publicação N° 2609468

TERMO DE DISTRATO N°. 03/2020

INSTRUMENTO DE DISTRATO DO CONTRATO N° 24/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GUATAMBU, ESTADO DE SANTA CATARINA E O MÉDICO ALEXANDRE GUARNIERI SCHNEIDER.

Pelo presente instrumento particular, de DISTRATO do contrato n° 27/2020, o Município de Guatambu/SC com sede na Rua Manoel Rolim de Moura, 825, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 95.990.206/0001-12, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Luiz Clóvis Dal Piva, portador do CPF – sob n.º 543.458.399-04, doravante denominado DISTRATANTE e, de outro lado Alexandre GUARNIERI SCHNEIDER, Médico, estabelecido na Rua Pinheiros, 130, Bairro Palmital na cidade de Chapecó/SC, inscrito no CPF sob n.º 088.377.389-94, RG – 4.960.844 e CRM – SC n.º 26715, doravante DISTRATADO, têm entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO DISTRATO

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO, constituído por contratação na forma de Processo Administrativo n° 41/2020, Dispensa de Licitação n° 15/2020, a partir do dia 15 de agosto de 2020

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente distrato tem como objeto à prestação de serviço Médico, Clínico Geral 20 horas semanais, para o Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública decorrente do CORONAVIRUS responsável pelo Surto Internacional, objetivando suprir a demanda existente em Caráter Excepcional na Unidade de Saúde Básica da Sede do Município, conforme as Diretrizes de Enfrentamento instituídas nos Decretos Municipais N. (s) 85,86,87 e 100 de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

O presente distrato se justifica, de acordo com o disposto no ofício n° 019/2020, encaminhado pela Secretária de Saúde, Elizangela Taffarel de Castro, a qual relata decisão da Comissão Especial de Monitoramento do CORONAVIRUS (CIVD-19), com o fim dos atendimentos no período noturno na Unidade de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

As partes elegem, para solução judicial o Foro da Comarca de Chapecó-SC, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justos e acordados assinam o presente distrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e reportam. O presente distrato entra em vigor nesta data.

Guatambu SC, 11 de agosto de 2020

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
PREFEITO MUNICIPAL

ALEXANDRE GUARNIERI SCHNEIDER
MÉDICO

TESTEMUNHAS

1- _____ 2- _____

DISTRATO 04/2020 AO CT 27/2020

Publicação Nº 2609471

TERMO DE DISTRATO Nº. 04/2020

INSTRUMENTO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 27/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GUATAMBU, ESTADO DE SANTA CATARINA E A ENFERMEIRA ANA PAULA RECH.

Pelo presente instrumento particular, de DISTRATO do contrato nº 27/2020, o Município de Guatambu/SC com sede na Rua Manoel Rolim de Moura, 825, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 95.990.206/0001-12, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Luiz Clóvis Dal Piva, portador do CPF – sob nº. 543.458.399-04, doravante denominado DISTRATANTE e, de outro lado ANA PAULA RECH, pessoa física de direito privado, inscrita no CPF sob nº080.221.079-13, RG – 4.235.729, COREN SC 000.386.765, Enfermeira, estabelecida na Rua Nelson Catalan, 50, Bairro Efapi, na cidade de Chapecó/SC, doravante DISTRATADA, têm entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO DISTRATO

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIRA, constituído por contratação na forma de Processo Administrativo nº 43/2020, Dispensa de Licitação nº 17/2020, a partir do dia 14 de agosto de 2020

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente distrato tem como objeto à prestação de serviços de Enfermeira, 20 horas semanais, para compor Equipe de Saúde Básica de atendimento no período Noturno, de segunda a sexta-feira das 18:00 às 22:00 horas em decorrência do CORONAVIRUS responsável pelo Surto Internacional, objetivando suprir a demanda existente em Caráter Excepcional na Unidade de Saúde Básica da Sede do Município, conforme as Diretrizes de Enfrentamento instituídas nos Decretos Municipais N. (s) 85,86,87 e 100 de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

O presente distrato se justifica, de acordo com o disposto no ofício nº 020/2020, encaminhado pela Secretária de Saúde, Elizangela Taffarel de Castro, o qual relata decisão da Comissão Especial de Monitoramento do CORONAVIRUS (CIVD-19), com o fim dos atendimentos no período noturno na Unidade de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

As partes elegem, para solução judicial o Foro da Comarca de Chapecó-SC, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justos e acordados assinam o presente distrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e reportam. O presente distrato entra em vigor nesta data.

Guatambu SC, 11 de agosto de 2020

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
PREFEITO MUNICIPAL

ANA PAULA RECH
ENFERMEIRA

TESTEMUNHAS

1- _____ 2- _____

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2020

Publicação Nº 2611044



Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2020

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 12 de agosto de 2021, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Ao décimo terceiro dia do mês de agosto de dois mil e vinte, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual e/ou futura Aquisição de Serviços de Perfuração e Detonação de rochas com perfuratriz mecânica, com diâmetro dos furos de 2,5" (duas polegadas e meia). Com utilização de material explosivo, incluindo transporte, carregamento de explosivos e detonação para o município, pelo período de 12(doze) meses., conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38; neste ato representada pelo Senhor Mauro Sérgio Martini Prefeito Municipal inscrito no CPF sob o nº 713.164.509-53 e a empresa **KNAPP & CIA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 76.376.375/0001-12 neste ato representada pelo Senhor Celso Knapp, sócio administrador, inscrito no CPF sob o nº 245.581.250-20 nem decorrência do processo licitatório nº074/2020, modalidade Pregão Presencial nº 027/2020, para sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do Secretário de Obras senhor Euclides Filipini, nomeado para este fim através da presente ata, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviços de Perfuração e Detonação de rochas com perfuratriz mecânica, com diâmetro dos furos de 2,5" (duas polegadas e meia). Com utilização de material explosivo, incluindo transporte, carregamento de explosivos e detonação para o município, pelo período de 12(doze) meses.	KNAPP	MTS. LINEARES	2000	R\$ 70,00	R\$ 140.000,00

Herval d'Oeste, 13 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito
CPF Nº 713.164.509-53
Pelo município

CELSON KNAPP

Sócio Administrador
CPF Nº 245.581.250-20
Pela empresa

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste - SC - 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 - CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2020

Publicação Nº 2611046



Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2020

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de 2020, presentes de um lado, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 17.799.033/0001-46, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro – Herval d'Oeste – Santa Catarina, por intermédio de sua Gestora, Senhora **EUGÊNIA BUCCO**, inscrita no CPF sob o nº 933.431.599-72, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

TECMEDFIC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA. pessoa jurídica de direito privado, situada Rua Basílio Cuman nº 566 – Bairro Butiatuvinha - Curitiba – Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 05.638.301/001-69, neste ato representada por seu Administrador **FRAÇOIS TORRES NIGRO**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade nº 09.868.656-1 SSP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 047.501.267-48 doravante denominado **FORNECEDOR**;

Classificada para fornecimento do objeto constante do Edital de **Processo Licitatório nº 092/2020, Pregão Eletrônico nº 037/2020**, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preço destinado à aquisição de Testes Rápidos para Diagnóstico de COVID - 19, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência, constituindo-se em:

1.2.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
01	5.000	Unidade	KIT DE DIAGNÓSTICO IGG/IGM PARA COVID-19 - Teste rápido imunocromatográfico para a detecção qualitativa de anticorpos IgG e IgM anti-COVID-19 presente em amostras humanas de sangue total, soro ou plasma. Nº DE REGISTRO NA ANVISA:80202910106 Marca: SHENZHEN WATMIND MEDICAL	14,00	70.000,00

1.3. O **FORNECEDOR**, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de **R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais)**

CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. O **FORNECEDOR** deverá atender às especificações deste Termo de Referência, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, **de forma parcelada**, de acordo com as necessidades do Município de Herval d'Oeste, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega em até **10 (dez) dias** contados da data da solicitação, **sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo**.

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste – SC – 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 – CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



**Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste**

na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

2.3. As embalagens e rótulos dos produtos devem estar redigidos preferencialmente em língua portuguesa ou em caso de produto importado com a devida etiqueta com a tradução das informações e instruções de uso, recomendações de segurança e informações para atendimento ao consumidor.

2.4. Os Testes devem apresentar adequação às normas e terem sido fabricados dentro dos padrões, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

2.5. Os produtos somente serão aceitos acondicionados em embalagem original com lacre inviolável, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificados nas condições exigidas no rótulo e com o número do registro emitido pelos órgãos reguladores.

2.5.1. Não serão aceitos produtos usados ou partes do equipamento que apresentarem indícios de utilização/desgaste.

2.6. Os produtos fornecidos deverão oferecer a garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, adotando-se, para tanto, como termo inicial a data de recebimento do produto pelo Município.

2.7. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA DO RECEBIMENTO

3.1. O recebimento do objeto seguirá o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, e será realizado da seguinte forma:

3.1.1. **Provisoriamente:** Assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

3.1.2. **Definitivamente:** até **10 (dez) dias úteis** da entrega, após verificação de qualidade e do atendimento às especificações do Edital, bem como a consequente aceitação.

3.1.3. No caso de considerada insatisfatória as condições dos produtos recebidos provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo os produtos serem recolhidos e substituídos.

3.2. Por ocasião do recebimento dos produtos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste - SC - 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 - CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



**Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste**

responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de materiais de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.2.1. Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de notificação apresentada à licitante vencedora, sem qualquer ônus para o Município.

3.2.2. Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a licitante vencedora estará sujeita às sanções previstas neste edital e na Lei.

3.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela substituição e/ou retirada dos produtos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

3.4. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

3.5. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

3.6. As quantidades a serem fornecidas constantes deste Termo de Referência e do Anexo II que acompanharam o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA QUARTA - DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A fiscalização do presente Pregão Eletrônico ficará a cargo dos servidores abaixo mencionados:

Eugênia Bucco e Willian Cesar Gavasso
Fone: (49)3554 8250
E-mail: saude@hervaldoeste.sc.gov.br

4.2. Caberá ao fiscais da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

4.3. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste – SC – 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 – CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



**Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste**

4.4. O FORNECEDOR deverá atender às especificações deste Termo de Referência, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido de acordo com as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste.

4.5. Os Testes deverão estar acompanhados de todos os acessórios manuais de instalação, configuração e operação, quando assim se fizer necessário para perfeito funcionamento do item.

4.6. Todos os testes deverão ser novos e possuir garantia conforme dispor o item, e quando for o caso após o recebimento final destes.

4.6.1. A garantia deverá cobrir os defeitos provenientes tanto da fabricação e quanto da instalação.

4.6.2. A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso dos mesmos.

4.6.3. Para efeito da garantia, será suficiente a apresentação da cópia da Nota Fiscal de compra.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

6.1. Os preços não serão reajustados, salvo se:

6.1.1. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer somente se de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

6.1.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

6.2. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

6.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

6.4. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

6.5. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA SÉTIMA DOS PAGAMENTOS

7.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste - SC - 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 - CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

7.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pelo fornecedor por ocasião da habilitação.

7.2.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste - Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro Herval d'Oeste Santa Catarina CNPJ nº 17.799.033/0001-46

7.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal (ARQUIVO XML), imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor Empenhos e Notas Fiscais (Fone: (049) 3554 0922 e-mail: notafiscal@hervaldoeste.sc.gov.br)

7.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

7.4.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

8.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

8.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

8.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

8.1.4. Efetuar o pagamento do FORNECEDOR de acordo com o estipulado neste Edital;

8.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pelo FORNECEDOR, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

8.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

8.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

8.2. Cabe ao FORNECEDOR:

8.2.1. Executar o objeto da presente Ata; do edital e de acordo com o estipulado no Termo de Referência.

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste – SC – 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 – CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



**Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste**

8.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

8.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

8.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

8.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLAÚSULA NONA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa;

9.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

9.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

9.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

9.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

9.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste - SC - 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 - CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

9.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

9.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

9.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

9.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

9.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

9.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

9.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

9.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

9.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

9.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS ALTERAÇÕES

10.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste - SC - 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 - CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

11.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

11.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

11.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

11.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

11.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

11.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

11.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

11.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

11.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

11.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

11.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste - SC - 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 - CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



**Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste**

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, do orçamento do exercício financeiro de 2020, LOA N° 3.383/2019 nas seguintes rubricas:

Órgão: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Atividade: *Manutenção, encargos e atividades do Fundo de Saúde*

Elemento: *3.3.90.30.36.00.00.00 – Material Hospitalar*

Conta: *10.01.2.0.73.3.3.90.30.36.00.00 - Reduzido: 22*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

13.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **6 (seis) meses**, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO

Face à natureza Jurídica da Administração Municipal de Herval d'Oeste, para as questões decorrentes desta Licitação, fica eleita a da Comarca de Herval d'Oeste, SC, como o foro competente para dirimir eventuais dúvidas ou litígios oriundos do presente Edital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em na forma digital

EUGENIA BUCCO
GESTORA DO FUNDO
CPF 933.431.599-72

FRANÇOIS TORRES NIGRO
FORNECEDOR
CPF 047.501.267-68

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste – SC – 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 – CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>

CONTRATO Nº 039/2020

Publicação Nº 2611050

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020
EXTRATO CONTRATO Nº 039/2020
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL DE JABORÁ - COOPERJABORÁ

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 7.407,75 (sete mil quatrocentos e sete reais e setenta e cinco centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.
Mauro Sergio Martini
Prefeito
Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial de Jaborá - Cooperjaborá
Contratado

CONTRATO Nº 040/2020

Publicação Nº 2611056

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020
EXTRATO CONTRATO Nº 040/2020
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
ACÁCIO HORÁCIO MARTINI 10570950953

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 3.113,76 (três mil cento e treze reais e setenta e seis centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.
Mauro Sergio Martini
Prefeito
Acácio Horácio Martini
Contratado

CONTRATO Nº 041/2020

Publicação Nº 2611060

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020
EXTRATO CONTRATO Nº 041/2020
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
ALCEU HERICKS

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 2.495,30 (dois mil quatrocentos e noventa e cinco reais e trinta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.
Mauro Sergio Martini
Prefeito
Alceu Hericks
Contratado

CONTRATO Nº 042/2020

Publicação Nº 2611061

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020
EXTRATO CONTRATO Nº 042/2020
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
ALEXSON BORDIN POLATTI

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 8.330,00 (oito mil trezentos e trinta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.
Mauro Sergio Martini
Prefeito
Alexson Bordin Polatti
Contratado

CONTRATO Nº 043/2020

Publicação Nº 2611064

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020
EXTRATO CONTRATO Nº 043/2020
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
ALISON DA SILVA

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 11.419,40 (onze mil quatrocentos e dezenove reais e quarenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de

2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.

Mauro Sergio Martini

Prefeito

Alison da Silva

Contratado

CONTRATO Nº 044/2020

Publicação Nº 2611066

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020

EXTRATO CONTRATO Nº 044/2020

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:

ANTONIO LUIZ ZANELLA 42342600968

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 2.763,00 (dois mil setecentos e sessenta e três reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.

Mauro Sergio Martini

Prefeito

Antonio Luiz Zanella 42342600968

Contratado

CONTRATO Nº 045/2020

Publicação Nº 2611067

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020

EXTRATO CONTRATO Nº 045/2020

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:

BALDICERA E VACCARI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 10.716,00 (dez mil setecentos e dezesseis reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.

Mauro Sergio Martini

Prefeito

Baldicera e Vaccari Industria e Comercio de Alimentos LTDA

Contratado

CONTRATO Nº 046/2020

Publicação Nº 2611073

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020
EXTRATO CONTRATO Nº 046/2020
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
DARCI CRISTOVÃO FELTRIN

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 4.501,80 (quatro mil e quinhentos e um reais e oitenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.
Mauro Sergio Martini
Prefeito
Darci Cristovão Feltrin
Contratado

CONTRATO Nº 047/2020

Publicação Nº 2611076

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020
EXTRATO CONTRATO Nº 047/2020
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
DAVI MOTTA

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 8.849,60 (oito mil oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.
Mauro Sergio Martini
Prefeito
Davi Motta
Contratado

CONTRATO Nº 048/2020

Publicação Nº 2611080

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020
EXTRATO CONTRATO Nº 048/2020
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
EVANDRO CARLOS MORES

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 12.638,90 (doze mil seiscentos e trinta e oito reais e noventa centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.
Mauro Sergio Martini
Prefeito
Evandro Carlos Mores
Contratado

CONTRATO Nº 049/2020

Publicação Nº 2611085

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020
EXTRATO CONTRATO Nº 049/2020
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
RAFAEL JOSE MATANA 08252849962

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 10.821,95 (dez mil oitocentos e vinte e um reais e noventa e cinco centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.
Mauro Sergio Martini
Prefeito
Rafael Jose Matana
Contratado

CONTRATO Nº 050/2020

Publicação Nº 2611089

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020
EXTRATO CONTRATO Nº 050/2020
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
ROBERSON COMIN 05885246971

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 9.830,00 (nove mil oitocentos e trinta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de

2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.

Mauro Sergio Martini

Prefeito

Roberson Comin

Contratado

CONTRATO Nº 051/2020

Publicação Nº 2611091

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020

EXTRATO CONTRATO Nº 051/2020

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:

SERGIO LUIZ CAMPAGNOLLO

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.

Mauro Sergio Martini

Prefeito

Sergio Luiz Campagnollo

Contratado

CONTRATO Nº 052/2020

Publicação Nº 2611096

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020

EXTRATO CONTRATO Nº 052/2020

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:

SERGIO PASINATO

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.

Mauro Sergio Martini

Prefeito

Sergio Pasinato

Contratado

CONTRATO Nº 054/2020

Publicação Nº 2611100

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020
EXTRATO CONTRATO Nº 054/2020
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
SILVIA GARVIN GEMELLI

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar aos alunos da rede pública de educação básica, verba FNDE/PNAE, para o segundo semestre letivo de 2020.

VALOR: R\$ 7.440,00 (sete mil quatrocentos e quarenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.383/2019 de 05/12/2019.

Herval d'Oeste (SC), 18 de agosto de 2020.
Mauro Sergio Martini
Prefeito
Silvia Garvin Gemelli
Contratado

EDITAL Nº 019/2020 SMECE

Publicação Nº 2611033



**Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste**

EDITAL Nº 019/2020/SMECE

Estabelece normas para Chamada Pública de professor destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Complementar nº 291/2011 de 22 de dezembro de 2011, baixa este Edital e torna público as normas para contratação de Professores na Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme a necessidade e conveniências do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desse serviço essencial à população;

Considerando o **esgotamento das listas de aprovados e/ou a inexistência de aprovados** no processo seletivo originado pelo Edital nº 003/2019/HO, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias na rede municipal de ensino.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A comissão, nomeada por Decreto Municipal n. 4.150/2020 de 27 de janeiro de 2020, deverá realizar a Chamada Pública das vagas remanescentes do Processo Seletivo referente ao Edital nº 003/2019/HO, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram.

1.2. Os candidatos interessados deverão dirigir-se a **Câmara de Vereadores, Rua Nereu Ramos, 389, Centro, Herval d'Oeste-SC**, para escolha da vaga, no dia **20 de agosto de 2020, com horário e cargo previsto na tabela do Item II.**

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste – SC – 89.610-000
Fone : (49) 3554 0922 – Fax (49) 3554 0132
CNPJ : 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



**Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste**

1.2.1. O horário de início da Chamada Pública será seguido rigorosamente.

II – DOS CARGOS, HORÁRIO, VAGAS, DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E UNIDADES ESCOLARES

Horário: 14horas

Vagas	Unidade Escolar	Cargo/ Disciplina	Turno	Carga Horária	Vínculo/ Período
01	GEM professor Adolfo Becker	Professor de Educação Física	Vespertino	20h	Vaga vinculada a servidora Analiê Pasquali, limitada ao término do ano letivo.

III – DA HABILITAÇÃO

3.1. A Comissão da Chamada Pública, a Secretaria de Educação e o Setor de Recursos Humanos, no mesmo ato, procederá a Chamada Pública, convocando os professores que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis.

Cargo/ Disciplina:	HABILITADOS
Professor de Educação Física	a) curso de pós-graduação em área específica, com registro no órgão competente condicionado a comprovação da Graduação na mesma área*; b) habilitação específica de grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena na área específica, com registro no órgão competente*; *Acrescido de Registro no Conselho Regional de Educação Física.

IV – DA DOCUMENTAÇÃO

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste – SC – 89.610-000
Fone : (49) 3554 0922 – Fax (49) 3554 0132
CNPJ : 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



**Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste**

4.1. No ato da Chamada Pública para o cargo pleiteado o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Original e fotocópia do diploma de Pós-Graduação;
- b) Original e fotocópia do diploma de Graduação;
- c) Original e fotocópia dos cursos de capacitação (quando for o caso);
- d) Original e fotocópia de documento de identificação com foto;
- e) Original e fotocópia do atestado de tempo de serviço no magistério de acordo com os artigos 4.2, 4.2.1 e 4.2.2.

4.2. O tempo de serviço no magistério deverá ser expresso em **anos, meses e dias**, constando os períodos trabalhados com data de início e fim. **Será desconsiderado o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida neste edital.**

4.2.1. O tempo de serviço já computado para fins de aposentadoria não será computado neste certame.

4.2.2. O atestado de tempo de serviço que apresentar datas/períodos concomitantes em redes de ensino distintas será computado apenas uma vez.

4.3. Os candidatos deverão apresentar os documentos previstos no item 4.1, originais com cópias, as quais serão conferidas e entregues no local. **A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NÃO FARÁ CÓPIA DE DOCUMENTOS (HABILITAÇÃO, DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E TEMPO DE SERVIÇO)**, bem como não efetuará a devolução de fotocópia de documentos.

V - DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será dada preferência ao que possuir maior habilitação.

5.2. Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, e persistindo a igualdade, precederá o candidato com maior idade.

5.3. Ficará impedido de participar de Chamada Pública no decorrer do ano o candidato que, tendo sido contratado por meio de Processo Seletivo ou de Chamada Pública anterior, venha a desistir da vaga, solicitando distrato no decorrer do prazo de vigência do contrato.

5.4. O professor poderá escolher vaga(s) até o limite de 40 horas semanais desde que haja compatibilidade de horário, respeitada a classificação.

5.5. O professor ACT não poderá reduzir a carga horária da respectiva vaga enquanto perdurar o contrato.

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste – SC – 89.610-000
Fone : (49) 3554 0922 – Fax (49) 3554 0132
CNPJ : 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

VI – DA REMUNERAÇÃO

CH	Habilitado com Graduação
40h	R\$ 2.433,15 + benefícios <i>Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.</i>

VII – DA CONDUÇÃO DA CHAMADA

7.1 – Os interessados em concorrer à vaga oferecida deverão comparecer ao local previsto no item 1.2, munidos de máscaras de proteção, manter a distância mínima de 1,5m do atendente, bem como do outro candidato, assegurando-se de todos os métodos propostos de higienização, especialmente álcool gel que será disponibilizado no local, observando-se a vida e saúde de todos.

VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

8.1. O servidor admitido em caráter temporário que não entregar toda a documentação exigida para as suas funções no prazo de 3 (três) dias, a contar da data da chamada pública, será automaticamente excluído da chamada, perdendo o direito à vaga.

8.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 18 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste – SC – 89.610-000
Fone : (49) 3554 0922 – Fax (49) 3554 0132
CNPJ : 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>

PORTARIA Nº 986/2020

Publicação Nº 2610879

PORTARIA Nº 986/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor MAURO ANTONIO DADALT (MATRÍCULA 5313), ocupante do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE DISTRIBUIÇÃO E MANUTENÇÃO, Nível – DAS-4, Anexo I da LC Nº 374/2018, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a conduzir veículo público do município de Herval d'Oeste, responsabilizando-se o mesmo pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a contar de 18 de agosto de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 987/2020

Publicação Nº 2610881

PORTARIA Nº 987/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor MANOEL ANTUNES DA SILVA (MATRÍCULA 5312), ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS, Nível – DAS-3, Anexo I da LC Nº 374/2018, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a conduzir veículo público do município de Herval d'Oeste, responsabilizando-se o mesmo pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a contar de 18 de agosto de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2020

Publicação Nº 2611034

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2020

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO

Registro de Preços para a eventual e/ou futura Aquisição de Contentores destinados ao acondicionamento e coleta de resíduos sólidos com capacidade para volumes entre 900 a 1050 litros, padrão Europeu, conforme norma ABNT 15911, fabricado com polietileno de alta densidade (PEAD), por processo de injeção e resistente a ação de raios ultravioleta para a Secretaria de Obras e Urbanismo do Município de Herval d'Oeste

ENTREGA DOS ENVELOPES**DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:**

Recebimento das propostas: Do dia 19/08/2020 a partir das 08h00min até o dia 31/08/2020 às 13h30min

Abertura das propostas: Dia 31/08/2020 às 13h30min;

Início da sessão de disputa de lances: dia 31/08/2020 às 14h00min;

Referência de tempo: Horário de Brasília (DF).

LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O Edital está disponível na íntegra nos sítios da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL www.bll.org.br e do Município de Herval d'Oeste www.hervaldoeste.sc.gov.br, ou poderá ser solicitado através do e-mail: rubens@hervaldoeste.sc.gov.br

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

Herval d'Oeste, 13 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO N° 052/2020

Publicação N° 2611107

**Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste**

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38.
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro.
CONTRATANTE



Estado de Santa Catarina
Município de Luzerna
STRAHL ENGENHARIA EIRELI - ME
CNPJ/MF nº 20.554.701/0001-80.
Rua Frei Vigário João, 22 sala 02 – Centro.
CONTRATADA

TERMO ADITIVO N° 052/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Herval d'Oeste, através de sua UNIDADE GESTORA: **PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE**, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 389, Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MAURO SERGIO MARTINI**, brasileiro, inscrito no CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **STRAHL ENGENHARIA EIRELI – ME** estabelecida na Rua Frei Vigário João, 22 sala 02 – Centro, no município de Luzerna, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 20.554.701/0001-80, neste ato representado por seu Administrador, Sr. **VAGNER KAEFER**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF nº 006.874.719-58, doravante denominada, **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO para execução de reformas em escolas municipais contemplando a substituição de revestimentos cerâmicos, realocação de divisórias, substituição de luminárias e pintura com o fornecimento de material e mão de obra, em decorrência do Processo Licitatório N° 016/2020, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2020, do tipo menor preço global, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este TERMO ADITIVO tem por objeto a prorrogação do prazo de execução em conformidade com o parecer técnico pelo prazo de 15 dias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no *artigo 57, parágrafo 1º incisos II e IV*¹ da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

¹ Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste – SC – 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



**Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste**

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em plena vigência, sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma.

2

Herval d'Oeste, 14 de agosto de 2020.

MAURO SERGIO MARTINI

Prefeito Municipal
CPF: 713.164.509-53

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia
CPF: 687.857.399-87

Heloise Borsoi Favretto
CPF: 051.249.579-30

§ 1. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste – SC – 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 3493/2020

Publicação Nº 2610899

DECRETO N.º 3493, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 88, inciso VII da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal n.º 346, de 15 de maio de 2007 e Lei Municipal nº 356/2007 de 05 de outubro de 2007, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para integrarem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – Conselho do FUNDEB:

I – Representante do Poder Executivo Municipal:

Titular: Nilza Teresinha Ceron Trevisol

Suplente: Vanessa de Castro Walter

Titular: Cleide Teresinha Perosa

Suplente: Cefas Luciano Fontana Cardoso

II – Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: Mônica Tragancin Holleweger

Suplente: Eliane Maria Piovesan Recalcatti

III – Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Rodrigo Felicetti Perosa

Suplente: Cácia Aparecida Gonzatto Araldi

IV – Representante dos Servidores Técnicos – Administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Fátima Fontana Gonzatto

Suplente: Marcelo Luiz Rinaldi

V – Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: Jucilene Favero Pereira Duarte

Suplente: Débora Kokowisk

Titular: Lucimar Aparecida Trevisol Bairos

Suplente: Edemilson Piovesan

VI – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular: Leonardo Piovesan Ramos

Suplente: Tatiana Aparecida Silveira

Titular: Luana Magnaguagno

Suplente: Jonas Fereira dos Santos

VII – Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Sandra Trevisol

Suplente: Odete Gonçalves Walter Wille

VII – Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Simara Aparecida Trevisol Slongo

Suplente: Valéria Batista Posanske

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB será de 02 (dois) anos.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 3490, de 13 de agosto de 2020.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 18 DE AGOSTO DE 2020.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

DECRETO Nº 062-2020

Publicação Nº 2610339

DECRETO Nº 062, de 14 de agosto de 2020.

ALTERA MEMBRO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com a Lei Orgânica em seu Art. 96, Inciso IX e Lei nº 1.465 de 08 de março de 2005 alterada pela Lei nº 1.842 de 20 de agosto de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Altera membro da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do município de Ibicaré.

Conselho Comunitário:

- Gilmar Chiavini - representante da CDL

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando parte integrante e complementar do DECRETO Nº 007, de 01 de fevereiro de 2019, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Art. 3º. Revoga-se o as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 14 de agosto de 2020.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

EXTRATO PREGÃO 33 - 2020 AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE

Publicação Nº 2609840

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2020 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2020 PMI

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ, como órgão gerenciador, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, tornam público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 08/2006, Instrução Normativa nº 08/2014 e alteração, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS de lubrificantes, visando eventuais requisições futuras.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Ibicaré, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 09 horas do dia 31 de agosto de 2020, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. Objeto: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 18 de agosto de 2020.

Gianfranco Volpato

Prefeito

LEI 1975 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611105

LEI Nº 1975, de 19 de agosto de 2020.

“CONCEDE AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA FAMÍLIAS ATINGIDAS POR FENÔMENO CLIMÁTICO VERIFICADO NO MUNICÍPIO DE IBICARÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBICARÉ,

Faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas no limite de até R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), a fim de colaborar com as famílias que tiveram suas moradias total ou parcialmente atingidas pelas ocorrências climáticas adversas verificadas no dia 14 de agosto de 2020 no município de Ibicaré.

Parágrafo único. O auxílio tem por objetivo garantir condições de moradia às famílias atingidas pelo desastre classificado e codificado como vendaval e granizo, o qual exigiu a decretação de situação anormal provocada por desastre, caracterizada como situação de emergência, melhor descrita pelo Decreto nº 61, de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro, através de materiais de construção, no limite de até:

I. R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por unidade habitacional parcialmente atingida (até 50%).

II. 10.000,00 (dez mil reais) por unidade habitacional que possua mais de 50% de comprometimento, devidamente reconhecido por laudo emitido por Engenheiro Civil.

§ 1º Para o recebimento de referido auxílio, o atingido deverá no prazo improrrogável de 30 dias, efetuar solicitação junto à Secretária de Assistência Social.

§ 2º De posse do formulário, a Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil Municipal farão a visita no local do sinistro, elaborando relatório específico e emitindo parecer favorável ou não à solicitação.

Art. 3º Poderão receber os benefícios objeto desta Lei as famílias atingidas, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I. não possuir outro imóvel residencial;

II. a habitação atingida não caracterizar-se como de destinação exclusiva para lazer;

III. Não possuir seguro da residência.

Art. 4º Os transportes dos materiais de construção poderão ser realizados pelos veículos do Município.

Art. 5º Fica o município autorizado a fornecer horas/máquina, sem cobrança de preço público, utilizando maquinário terceirizado ou próprio, nas propriedades atingidas, para fins de recuperação de moradias e meios de produção, na quantidade julgada necessária por comissão a ser nomeada, por decreto, pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º Ficam autorizadas as suplementações necessárias para fazer frente às despesas decorrentes dessa Lei, para fins de dotar de recursos da Assistência Social do município.

Art. 7º O pagamento do auxílio de que trata a presente Lei será feito diretamente a empresa que fornece os Materiais de Construção.

Art. 8º Os critérios de avaliação, e concessão serão regulamentados através de Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ibicaré, 19 de agosto de 2020.

Gianfranco Volpato
PREFEITO MUNICIPAL

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 30/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIRAMA - FMS

Publicação Nº 2609883

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.
FMS

Contrato Nº: 30/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Contratada: PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI, número inscrição CNPJ 03.597.752/0001-70. Licitação: Dispensa de Licitação 35/2020

Objeto: Aquisição de 01 Coleção B-Spg, 01 Coleção Bpa, 01 Kit Figuras Complexas De Rey, 30 Wisc Iv - Protocolos de Registro, 30 Wisc Iv Protocolos de Resposta I, 30 Wisc Iv Protocolos de Resposta II, 01 Baralho do Tdad e Kit 01 Pay Attention, Destinados para Atendimentos Psicológicos de Pacientes do SUS nas Unidades De Saúde. Vigência: Início: 18/08/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 18/08/2020

Valor R\$: 3.868,80 (Três mil oitocentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos).

Dotação: 09.001.2057.33390000000000000000.295.03380200 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde (PMAQ).

FISCAL: IZABEL PETERSEN

DL - PROCESSO LICITATÓRIO 35/2020 - FMS

Publicação Nº 2609877

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.
FMS

DL - Processo Licitatório 35/2020.

Base legal: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II.

Objeto: Aquisição de 01 Coleção B-Spg, 01 Coleção Bpa, 01 Kit Figuras Complexas De Rey, 30 Wisc Iv - Protocolos de Registro, 30 Wisc Iv Protocolos de Resposta I, 30 Wisc Iv Protocolos de Resposta II, 01 Baralho do Tdad e Kit 01 Pay Attention, Destinados para Atendimentos Psicológicos de Pacientes do SUS nas Unidades De Saúde. Contratada: PSICOSHOP COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS EIRELI, número inscrição CNPJ 03.597.752/0001-70. Ibirama, 18 de agosto de 2020. Izabel Petersen – Secretária.

PREGAO PRESENCIAL - Nº 106/2020 - AVISO ERRATA AO EDITAL

Publicação Nº 2609889

MUNICIPIO DE IBIRAMA
AVISO ERRATA AO EDITAL.

PREGAO PRESENCIAL - Nº 106/2020.

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva de veículos englobando o fornecimento de peças e mão de obra para veículos leves (carros e camionetas) e veículos pesados (caminhões, ônibus e máquinas), pertencentes a frota da prefeitura municipal de Ibirama. A Secretaria de Administração, no uso da atribuição que lhe confere, resolve: Alterar a data da realização e recebimento dos envelopes proposta comercial e habilitação do Edital. Onde se lê: Entrega dos envelopes até o dia 31 de agosto de 2020 as 09h00min. Sessão de abertura às 09h15min da mesma data. Leia-se: Entrega dos envelopes até o dia 03 de setembro de 2020 as 09h00min. Sessão de abertura às 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 18 de agosto de 2020. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

EDITAL Nº 05/2020 – CHAMADA PÚBLICA CONTRATAÇÃO DE MEDICO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 2611263

EDITAL Nº 05/2020 – CHAMADA PÚBLICA CONTRATAÇÃO DE MEDICO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso IX do art. 37 da CF/88, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar 64, de 11 de dezembro de 2007 e alterações.

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede básica de saúde para provimento de vaga no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, para o enfrentamento ao combate do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19);

Considerando a impossibilidade de paralisação prestação de serviços na Unidade Sentinela por falta de profissionais médicos e Técnicos em Enfermagem;

Considerando a necessidade de manutenção de equipe mínima nas equipes de Controle do enfrentamento ao combate do Coronavírus; TORNA PÚBLICO, os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA destinada ao provimento de vagas temporárias para o cargo de Médico e Técnicos em Enfermagem.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Os procedimentos do presente Edital de Chamamento Público serão coordenados pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.2. As publicações relativas ao presente procedimento estarão disponíveis no endereço eletrônico www.ibirama.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios e nos murais públicos municipais.
- 1.3. O presente Processo terá validade por 02 (dois) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

2. DOS CARGOS, HABILITAÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E VAGAS

- 2.1. Quadro de Cargos: (de acordo com a Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007 e alterações posteriores.)

Cargo	Habilitação/Escolaridade	Remuneração Mensal	Carga Horária	Vagas
Médico	Portador de Certificado de conclusão de curso de ensino superior em Medicina, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	R\$ 14.765,43	40 horas semanais	CR
Técnico em Enfermagem	Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Médio em Curso de Técnico em Enfermagem e Registro no Órgão Fiscalizador do exercício profissional.	R\$ 1.512,76	40 horas semanais	01 + CR

- 2.2. As vagas disponíveis terá lotação na Unidade Sentinela, situada no centro da cidade.

3. DA DATA DO CHAMAMENTO PÚBLICO

- 3.1. Os candidatos interessados deverão encaminhar a documentação por mensagem eletrônica para o e-mail: saude@ibirama.sc.gov.br, entre os dias 19/08/2020 até 28/08/2020.

4. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- 4.1. Os(as) candidatos(as) interessados(as) deverão encaminhar ao email indicado no item 3 deste Edital os seguintes documentos escaneados em PDF::

- 4.1.1. Documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);
- 4.1.2. Comprovação de habilitação no curso de Medicina com inscrição válida no Órgão Fiscalizador;
- 4.1.3. Comprovação do tempo de serviço exercido na profissão de Médico ou Técnico em Enfermagem;
- 4.1.4. Atestado de capacidade técnica assinado por autoridade pública;
- 4.1.5. Endereço, Email e contato telefônico.

OBS.: os documentos encaminhados por e-mail deverão também ser entregues fisicamente no momento da contratação, devendo ser os originais ou fotocópia autenticada em cartório ou por servidor público.

5. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

- 5.1. Será recebida a documentação dos(as) candidatos(as) interessados(as) e os seguintes critérios de escolha serão obedecidos:
 - 5.1.1. Maior tempo de serviço na função de Médico;
- 5.2. Havendo dois ou mais candidatos(as) empatados(as) no tempo de serviço como médico ou Técnico em Enfermagem ficará com a vaga o(a) mais idoso(a).

6. CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

- 6.1. São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- a) a nacionalidade brasileira;
- b) o gozo dos direitos políticos;
- c) a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- f) aptidão física e mental adequada ao exercício do cargo;
- g) habilitação específica para as funções atribuídas ao cargo.

- 6.2. Para a contratação o(a) candidato(a) deverá apresentar antecipadamente toda a documentação solicitada pelo setor de recursos humanos do município.

- 6.3. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a contratação do(a) candidato(a) e o(a) mesmo(a) será eliminado(a) da lista de classificação.

- 6.4. Os(as) candidatos(as) que forem considerados(as) inaptos(as) quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se

sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados(as).

7. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

7.1. Ao contratado, através do presente Processo, aplicar-se-á o regime administrativo especial previsto na Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e serão segurados do Regime Geral da Previdência Social – INSS.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. O quadro de vagas será divulgado no sítio www.ibirama.sc.gov.br e mural da Prefeitura e da Secretaria da Saúde, antes da chamada dos(as) candidatos(as).

8.2. O Resultado final será divulgado no sítio www.ibirama.sc.gov.br e nos murais públicos do Município.

8.3. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde que, julgando necessário, poderá submetê-los ao Prefeito Municipal.

8.4. Demais informações ou dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria Municipal de Saúde, do município de IBIRAMA/SC, ou pelo fone (47) 3357-8640, em horário comercial.

IBIRAMA, 19 de agosto de 2020.

ADRIANO POFFO
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 078 PRG 031 - 2020 MUL E AUTARQUIA ÁGUAS DE ILHOTA-COMBUSTÍVEL - WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Publicação Nº 2610149

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 078/2020
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 297/2020 - MUL
Pregão Presencial – Registro de Preço nº 031/2020 - MUL

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEL E ADITIVO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E SUAS SECRETARIAS, ALÉM DOS BOMBEIROS MILITARES E O SAMAE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
2	ÓLEO DIESEL S10, CONFORME LEGISLAÇÃO DA ANP	3,29	800.000,00	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	WDCOM

Valor total: R\$ 2.632.000,00 (dois milhões, seiscentos e trinta e dois mil reais)

Assinatura: 18/08/2020

Vigência: 12 meses.
Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 079 PRG 031 - 2020 MUL E AUTARQUIA ÁGUAS DE ILHOTA-COMBUSTÍVEL - PÉRSIO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA

Publicação Nº 2610151

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 079/2020
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 297/2020 - MUL
Pregão Presencial – Registro de Preço nº 031/2020 - MUL

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEL E ADITIVO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E SUAS SECRETARIAS, ALÉM DOS BOMBEIROS MILITARES E O SAMAE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: PERSIO COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
3	ADITIVO ARLA 32, GALÃO DE 20 LITROS	45,50	500,00	PERSIO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	ECO CEDRO

Valor total: R\$ 22.750,00 (vinte e dois mil setecentos e cinquenta reais)

Assinatura: 18/08/2020

Vigência: 12 meses.
Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

DECRETO 627

Publicação Nº 2609650

DECRETO Nº 627 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 6º, inciso III, da Lei Municipal 1.997 de 12/12/2019 (LOA) e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 90.490,00 (noventa mil, quatrocentos e noventa reais) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 04 – Secretaria de Administração

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Administração

Funcional-programática: 04.122.0006

Atividade: 2.006 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/33

Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 17.000,00

Órgão: 13–Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento Municipal de Assistência Social

Funcional-programática: 08.244.0016

Atividade: 2.029 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.1.90.00.00/19473

Fonte de Recurso: 103511 – SUAS União COVID 19

Valor: R\$ 51.890,00

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.1.91.00.00/19474

Fonte de Recurso: 103511 – SUAS União COVID 19

Valor: R\$ 21.600,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior, será coberto com recurso proveniente das anulações total e parcial das dotações abaixo descritas, na mesma importância:

Órgão: 13–Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento Municipal de Assistência Social

Funcional-programática: 08.244.0016

Atividade: 2.029 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/18711

Fonte de Recurso: 103511 – SUAS União COVID 19

Valor: R\$ 73.490,00

Órgão: 04 – Secretaria de Administração

Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Administração

Funcional-programática: 04.122.0006

Atividade: 2.006 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.1.91.00.00/31

Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 17.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 17 de agosto de 2020.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 077 - 2020 MUL - CONTRATAÇÃO DE HORAS DE CAMINHÃO TRAÇADO - JOAO PEDRO DA ROCHA - ME

Publicação Nº 2609721

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 077/2020

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 301/2020 - MUL

Pregão Presencial – Registro de Preço nº 032/2020 - MUL

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE HORAS DE CAMINHÃO TRAÇADO 6X4, BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12M³, MOTOR A DIESEL DE 6 CILINDROS, COM NO MÍNIMO 220 HP DE POTENCIA, COM NO MÍNIMO 4 ANOS DE USO OU DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 2014, INCLUINDO TODAS AS DESPESAS POR CONTA DA CONTRATADA SENDO OPERADOR, ALIMENTAÇÃO, COMBUSTÍVEL, TRANSPORTE E TRIBUTOS, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: JOÃO PEDRO DA ROCHA-ME

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	CONTRATAÇÃO DE HORA DE CAMINHÃO TRAÇADO 6X4, BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 M ³ , MOTOR A DIESEL DE 6 CILINDROS, COM NO MÍNIMO 220 HP DE POTENCIA, COM NO MÍNIMO 4 ANOS DE USO OU DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 2014, INCLUINDO TODAS AS DESPESAS POR CONTA DA CONTRATADA, SENDO OPERADOR, ALIMENTAÇÃO, COMBUSTÍVEL, TRANSPORTE, TRIBUTOS.	54,00	200,00	JOAO PEDRO DA ROCHA – ME	MERCEDES ATEGO 2730 ANO 2019

Valor total: R\$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais)

Assinatura: 18/08/2020

Vigência: 12 meses.

Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 034 IX -014 - 2020 - FME - AGRICULTURA FAMILIAR - CORNÉLIO KONRAD

Publicação Nº 2610415

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020 – FME

CONTRATO Nº 034/2020

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, PARA O MUNICÍPIO DE ILHOTA – SC.

Aos 13 (Treze) dias do mês de Agosto de 2020, O MUNICÍPIO DE ILHOTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.301/0001-53, com sede na Rua Dr. Leoberto Leal, 160, Centro, Ilhota, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Erico de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado CORNÉLIO KONRAD, situado na Estrada Geral Alto Baú, em Ilhota, inscrita no CPF sob n. 033.899.419-08, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 02/2020 - FME, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício de 2020 e 2021, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 2, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 19.892,80 (dezenove mil oitocentos e noventa dois reais e oitenta centavos).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Item	Produto	Unid	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
3	Acelga: In natura, talos longos e firmes, folhas brilhantes sem defeitos, sem traços de deterioração ou inchaço, coloração verde clara, altura de 35 cm e largura de 18 cm, peso médio de 1,2 kg. isenta material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de Fertilizantes sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte de acordo com a resolução 12/78 da cnpa	UND	516	R\$3,00	R\$1.548,00
14	Cebolinha verde: cebolinha verde in natura, pseudocaules e folhas cilíndricas ocas com coloração verde uniforme, sem pontos amarelados na ponta e no decorrer da folha, maço mínimo de 150g. Livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. acondicionadas em sacos de polietileno de baixa densidade.	Maço	1644	R\$2,05	R\$3.370,20
16	Couve flor: couve flor de primeira qualidade, fresca, classe de 4 a 7, pesando entre 600g e 1,5kg a unidade. Coloração branca ou creme, sem manchas, sem pontos pretos característicos de podridão. Deve ser firme e intacta, isenta de enfermidades, parasitas, larvas, material terroso e sujidade. Deve ser isenta de danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. acondicionados em caixa plástica retornável e embaladas em polietileno de baixa densidade.	UND	836	R\$4,14	R\$3.461,04
17	Couve Manteiga: In natura, de primeira qualidade, firme e intacta, sem sinas de murcho, sem imperfeições nas folhas, pesando entre 200g a 250g o maço. Apresentar as características do cultivar bem formadas,	Maço	386	R\$3,15	R\$1.215,90
20	Espinafre: Fresco, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser desenvolvida firme e intacto, isento de materiais terrosos e unidade externa anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e	MAÇO	300	R\$1,95	R\$585,00
28	Pepino comum: Pepino comum de salada, de primeira qualidade, in natura, em perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor, próprios da variedade e espécie. com superfície praticamente lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, de pragas e doenças, isento de substâncias nocivas a saúde. acondicionados em caixas plásticas retornáveis, limpas e intactas e embalados em polietileno de baixa densidade.	KG	1000	R\$3,54	R\$3.540,00

29	Repolho verde: In natura, de primeira qualidade, tamanho médio, liso, limpo, firme, cabeça fechada, sem ferimentos ou defeitos isento de enfermidades, material terroso, resíduos de fertilizante, sujidades, parasitas e larvas. Peso médio por cabeça 1,5kg a 2kg a unidade. Acondicionados em caixas plásticas retornáveis, limpas e íntegras.	UND	734	R\$3,59	R\$2.635,06
30	Salsinha: salsinha in natura, com folhas podendo ser lisas ou crespas. Maço de no mínimo 150g. Livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Os maços devem ser embalados separadamente em plástico apropriado para alimentos.	MAÇO	1340	R\$2,64	R\$3.537,60
Cornélio Konrad			R\$19.892,80		

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Despesa	Órgão/Unid.	Função	Sub função	Proj/Ativ.	Categoria Econômica	Fonte de Recurso	Descrição do Proj/Ativ.
1433	11	12	361	45	339030070000	104301	manutenção da merenda escolar -fundamental
1447	11	12	365	43	339030070000	104302	manutenção da merenda escolar - creche
1449	11	12	365	44	339030070000	104303	manutenção da merenda escolar - pré-escola

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 02/2020, pela Resolução CD/FNDE, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições; c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente instrumento contratual terá vigência de 12 meses à conta de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Gaspar para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Ilhota (SC), 13 de Agosto de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito

CONTRATANTE

CORNELIO KONRAD

CPF nº 033.899.419-08

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____	Assinatura: _____
Nome: Andréa Cordeiro Quintino	Nome: Ana Carolina Trevrweiler
CPF: 914.312.479-87	CPF: 061.395.119-09

EXTRATO DE CONTRATO 035 IX -015 - 2020 - FME - AGRICULTURA FAMILIAR - VALFRID KUPAS

Publicação Nº 2610420

Extrato de Contrato nº 035/2020
 Estado de Santa Catarina
 Município de Ilhota
 Prefeitura Municipal de Ilhota
 Setor de Compras e Licitações

Processo nº 310/2020 – FME
 Inexigibilidade nº 015/2020 – FME

Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE,

Fornecedor: VALFRID KUPAS

Item	Produto	Unid	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
2	Abobrinha italiana: Abobrinha verde in natura, com no mínimo 200 g a unidade, tamanho entre 10 cm à 20 cm, livre de imperfeições, tamanho e coloração uniformes, isenta de materiais terrosos e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	374	R\$3,26	R\$1.219,24
5	Alface Crespa: in natura, fresca, em pés, limpa, pesando aproximadamente 0,4 kg, coloração verde clara uniforme, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas sem danos físicos e mecânicos. Suas folhas devem apresentar-se sem sinal de partes murchas, ou presença de folhas com sinal de perda de água, porém completamente verdes.	UND	1407	R\$2,06	R\$2.898,42
8	Batata doce: Raiz amilácea In Natura de 1ª qualidade, com casca sã, sem ferimentos, com grau de maturação médio, livres de rachaduras, cortes e esmagamento. Livres de material terroso na superfície externa isentas de umidades e superfície, pegajosa, aspecto, cor e odor característico.	KG	423	R\$4,22	R\$1.785,06
9	Beterraba: in natura de cor avermelhada, lisa sem falhas, de tamanho médio, pesando de 200g a 300g. Estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes à superfície	KG	617	R\$4,29	R\$2.646,93
12	Brócolis chinês: Brócolis fresco, tipo bouquet, in natura, sem folhas, sem falhas, sem manchas, sem sinais de apodrecimento, de primeira qualidade. Apresentar bom desenvolvimento e coloração própria sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. peso médio por unidade de 250g.	UND	1552	R\$3,98	R\$6.176,96
15	Cenoura: Em perfeito estado de desenvolvimento, de 1ª qualidade, pesando entre 70g a 140g a unidade. Apresentar grau de maturação próprio para utilização imediata, cor e sabor próprio da espécie. Isento de matérias terrosos, não estar danificada por qualquer lesão de origem física ou mecânica. Acondicionada em caixas plásticas retornáveis, limpas e em bom estado de conservação.	KG	722	R\$5,01	R\$3.617,22

25	Limão: Limão in natura, de primeira, coloração uniforme referente a espécie (galego ou thaiti). Deve apresentar mínimo de 40% de suco. Deve ser fresco, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo estar maduro, com polpa firme e intacta, Livre de danos físicos ou mecânicos referentes ao transporte. Acondicionados em caixas de plásticos retornáveis, limpas e íntegras.	KG	294	R\$5,58	R\$1.640,52
----	--	----	-----	---------	-------------

Assinatura do Contrato: 13 de agosto de 2020.

Valor Global: R\$ 19.984,35 (dezenove mil novecentos e oitenta quatro reais e trinta cinco centavos)

Vigência do Contrato: 12 meses

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 036 IX -016 - 2020 - FME - AGRICULTURA FAMILIAR - JOÃO PAULO RAMPELOTTI

Publicação Nº 2610423

Extrato de Contrato nº 036/2020
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações

Processo nº 311/2020 – FME
Inexigibilidade nº 016/2020 – FME

Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE,

Fornecedor: JOÃO PAULO RAMPELOTTI

Item	Produto	Unid	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
32	Tomate salada: Tomate tipo salada, apresentando 80% de maturação com polpa firme e intacta, isento de enfermidades, resíduos de fertilizantes e parasitas, classe média ou grande, de 50 a 90 mm de diâmetro transversal do fruto, tipo especial, pesando de 100 a 200 g a unidade. livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Acondicionados em caixa plástica retornável, limpa e íntegra.	KG	1750	R\$6,15	R\$10.762,50

Assinatura do Contrato: 13 de agosto de 2020.

Valor Global: R\$ 10.762,50 (dez mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência do Contrato: 12 meses

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 038 IX -019 - 2020 - FME - AGRICULTURA FAMILIAR - COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITAJAÍ - COOPERFAVI

Publicação Nº 2610430

Extrato de Contrato nº 038/2020
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações

Processo nº 314/2020 – FME
Inexigibilidade nº 019/2020 – FME

Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE,

Fornecedor: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITAJAÍ

Item	Produto	Unid	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
21	Feijão Preto: Feijão preto de primeira qualidade, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Deve ter registro no Ministério da Agricultura. Validade: no mínimo 06 meses a contar da data da entrega. Embalagem: contendo 01 kg de peso líquido, pacotes de polietileno transparentes. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. O nome do produtor ou cooperativa da Agricultura Familiar deve constar no rótulo do produto.	Kg	580	R\$6,05	R\$3.509,00
22	Feijão Vermelho: Feijão vermelho de primeira qualidade, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Deve ter registro no Ministério da Agricultura. Validade: no mínimo 06 meses a contar da data da entrega. Embalagem: contendo 01 kg de peso líquido, pacotes de polietileno transparentes. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. O nome do produtor ou cooperativa da Agricultura Familiar deve constar no rótulo do produto.	Kg	580	R\$7,75	R\$4.495,00

Assinatura do Contrato: 13 de agosto de 2020.
Valor Global: R\$ 8.004,00 (oito mil e quatro reais)

Vigência do Contrato: 12 meses

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 040 IX -018 - 2020 - FME - AGRICULTURA FAMILIAR - COOPERATIVA DE PRODUTOS DE ITAJAÍ - COOPERAR

Publicação Nº 2610436

Extrato de Contrato nº 040/2020
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações

Processo nº 313/2020 – FME
Inexigibilidade nº 018/2020 – FME

Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica

pública, verba FNDE/PNAE,

Fornecedor: COOPERATIVA DE PRODUTOS DE ITAJAÍ - COOPERAR

Item	Produto	Unid	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
1	Abóbora Menina/ Paulista: Tamanho médio, pesando entre 900g a 1200g a unidade. A abóbora deve estar in natura com casca, de 1º qualidade, madura, uniforme, sem defeitos, bem desenvolvida. A polpa deve apresentar coloração alaranjada. livre de terra ou corpos estranhos aderentes à superfície.	KG	285	R\$2,75	R\$783,75
4	Aipim: também denominado de mandioca, tipo branco ou amarelo, descascado, congelado em pacote de 1kg, diâmetro mínimo de 5cm e comprimento mínimo de 15 cm. Deve estar no grau normal de evolução no tamanho, sabor e cor própria da espécie, uniforme.	KG	380	R\$4,50	R\$1.710,00
6	Banana branca/ Prata: In natura, em pencas, de primeira qualidade, tipo 1, comprimento de 13 a 16 cm e com grau médio de amadurecimento, sem presença de resíduos de fertilizantes, diâmetro mínimo de 3cm e comprimento mínimo de 12 cm, coloração amarela, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	4400	R\$3,67	R\$16.148,00
7	Banana caturra: In natura, em pencas, de primeira qualidade, tipo 1, comprimento de 13 a 16 cm e com grau médio de amadurecimento, sem presença de resíduos de fertilizantes, diâmetro mínimo de 3cm e comprimento mínimo de 12 cm, coloração amarela, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte de acordo	KG	3462	R\$3,32	R\$11.493,84
10	Biscoitos Diversos: biscoitos caseiros, com baixo teor de gordura e açúcares. Diversos sabores: amendoim, araruta, polvilho, coco, goiaba, amanteigado outros. Embalagem deve apresentar rótulo conforme legislação vigente. Validade mínima 3 meses a contar da data da entrega.	Kg	520	R\$18,76	R\$9.755,20
11	Biscoitos Integrais: biscoitos integrais caseiros, com baixo teor de gordura e açúcares, ricos em fibras. Diversos sabores: linhaça, chia, outros. Embalagem deve apresentar rótulo conforme legislação vigente. Validade mínima 6 meses a contar da data da entrega.	Kg	520	R\$20,76	R\$10.795,20
13	Cebola: cebola de cabeça graúda, de tamanho médio, pesando entre 100g a 200g a unidade, apresentar maturação adequada, tenra e com brilho, turgescientes, intactas, firmes e bem desenvolvidas; livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Acondicionada em caixas plásticas retornáveis, limpas e em bom estado de conservação.	Kg	300	R\$5,98	R\$1.794,00

23	Filé de Tilápia. Filé de peixe tipo tilápia, sem espinhas, sem pele, de primeira qualidade, limpo, congelado individualmente, isentos de aditivos ou substâncias estranhas ou impróprias para consumo humano ou que altere suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas) e manipulado em perfeitas condições higiênicas. O produto deve estar em boas condições sensoriais (cor, odor, textura, aspecto, sabor e viscosidade) e apresentar as características do corte. Ausência de matérias prejudiciais à saúde humana, conforme determina a Resolução RDC nº 175/2003. O produto deverá ser transportado em veículo refrigerado, com temperatura igual ou inferior a -18°C. O produto deve ter sido fabricado no máximo 30 dias antes da data de entrega. O Prazo de Validade deve ser de no mínimo de 10 meses a partir da data da entrega. Embalagem de polietileno de 01 Kg atóxico, transparente e resistente, lacrado mecanicamente, com rotulo impresso e em conformidade com a legislação vigente, o número de registro no Ministério da Agricultura e carimbo do SIE ou SIF. O nome da Cooperativa (ou produtor) da Agricultura Familiar deve estar presente no rótulo do produto.	KG	570	R\$32,94	R\$18.775,80
26	Melado: Subproduto da moagem de cana-de-açúcar. A resolução 12/35 de 1978 da Comissão nacional de Normas e para Alimentos (CNNPA) do Ministério da Saúde define o melado como "líquido xaroposo obtido pela	KG	79	R\$11,34	R\$895,86
27	Ovo: tamanho médio, tipo vermelho, pesando entre 55g a 59g a unidade, isento de sujidades, fungos, acondicionado em caixa apropriada contendo 12 unidades. embalados no máximo de 10 dias anteriores a sua entrega, deve ter selo do SIF ou SISP. Não serão aceitos ovos quebrados.	UND	185	R\$6,90	R\$1.276,50
31	Suco Integral: suco integral, 100% natural, sem adição de açúcar, sem adição de água, sem conservantes e sem corantes. Sabores variados (maçã, uva e Laranja). Rendimento de no mínimo 1:3 (1 parte do produto para 3 partes de água). Embalagem de 1 Litro, pode ser acondicionado em embalagem tetrapack ou vidro. rotulagem impressa com informações nutricionais, peso, dados empresariais, lote e validade. Prazo de validade mínimo 6 meses a contar a partir da data de entrega.	LT	820	R\$13,47	R\$11.045,40

Assinatura do Contrato: 13 de agosto de 2020.

Valor Global: R\$ 84.473,55 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta cinco centavos)

Vigência do Contrato: 12 meses

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS PARA O MUNICÍPIO DE ILHOTA 01 - CONVENIO 869937/2018

Publicação N° 2609425

Notificação de Recurso 04
Ilhota, 18 de agosto de 2020.

NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS PARA O MUNICÍPIO DE ILHOTA

Notificamos a V.Exa. o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, em 17/08/2020, no valor de R\$ 44.571,43 (quarenta e quatro mil e quinhentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos), na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 869937/2018 - Operação 1058441-99, firmado com Município de Ilhota, assinado em 26/07/2018, no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Promoção do Turismo, sob a gestão do Ministério do Turismo, que tem por objeto "Construção de 2 portais e sinalização turísticas no município de Ilhota/SC". Diante o exposto, tornamos público o conhecimento do Convênio em questão, estando disponíveis para consulta os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais.

ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 106/2020

Publicação N° 2609685

PORTARIA N° 106/2020

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Reconhecer a aprovação em estágio probatório com a consequente estabilidade no serviço público à servidora ROSILENE FRONZA ZIMMERMANN, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, a partir de 18 de agosto de 2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 18 de agosto de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 107/2020

Publicação N° 2609687

PORTARIA N° 107/2020

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

EXONERAR A PEDIDO DO MESMO, o Sr. Valdecir Moraes de Azevedo, do cargo de AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 18 de agosto de 2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 18 de agosto de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO DE MESA 33/2020**

Publicação Nº 2610964

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 33/2020

DISPÕE SOBRE REGRAS E PROCEDIMENTOS TEMPORÁRIOS PARA FINS DE PREVENÇÃO À INFECÇÃO E À PROPAGAÇÃO DO VÍRUS COVID-19 NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA, com fundamento no artigo 39, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Ilhota, bem como no artigo 27, inciso I do Regimento Interno,

CONSIDERANDO, a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção pelo vírus COVID-19;

CONSIDERANDO, a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que "Declara emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO que, no dia 11 de março deste ano, a Organização Mundial da Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo vírus COVID-19;

CONSIDERANDO que, no dia 17 de agosto deste ano, o Governo Estadual promulgou a Portaria nº 592/2020, por meio do qual suspendeu o "funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais que não puderem ser prestados de forma remota, excetuados os serviços essenciais";

CONSIDERANDO, a imperiosa necessidade de estabelecer regras e procedimentos temporários para fins de prevenção à infecção e à propagação do vírus COVID-19, no âmbito da Câmara Municipal de Ilhota,

RESOLVE:

Art. 1º. Este ato da Mesa Diretora dispõe sobre regras e procedimentos temporários para fins de prevenção à infecção e à propagação do vírus COVID-19 no âmbito da Câmara Municipal de Ilhota.

Art. 2º. O atendimento presencial ao público externo na Câmara Municipal e nos gabinetes está suspenso.

Art. 3º. O trabalho interno da Casa será realizado na forma de Home Office.

Parágrafo único. Fica dispensado o registro de ponto biométrico no período do Home Office e será descaracterizada qualquer incidência de registro do mesmo.

Art. 4º. Estão suspensas as sessões solenes, audiências públicas e cessões do Plenário a terceiros.

Art. 5º. as Sessões Ordinárias e Extraordinárias e reuniões das Comissões Permanentes estão mantidas, contudo, de forma on-line.

Art. 6º. Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ilhota, 18 de agosto de 2020.

Arnoldo Adriano
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Sidnei Reinert
Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó
1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel
2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Imarui**PREFEITURA****DECRETO Nº. 087, DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2609934

DECRETO Nº. 087, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Poder Executivo, do corrente Exercício, na importância de R\$ 275.668,21 (duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e um centavos).

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	219	1.099	Aplicações Diretas	101.336,40
3.3.90.00.00.00.00.00	218	1.099	Aplicações Diretas	174.331,81
Total				275.668,21

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da 3ª parcela referente aos valores da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), no valor de R\$ 275.668,21 (duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e um centavos).

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 18 de agosto de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 088, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609935

DECRETO Nº. 088, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, do corrente Exercício, na importância de R\$ 31.697,64 (trinta e um mil, seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos).

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	91	1.098	Aplicações Diretas	31.697,64
Total				31.697,64

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da 3ª parcela referente aos valores da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), no valor de R\$ 31.697,64 (trinta e um mil, seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 18 de agosto de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 089, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609937

DECRETO Nº. 089, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, do corrente Exercício, na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	33	1.098	Aplicações Diretas	5.000,00
Total				5.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da 3ª parcela referente aos valores da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 18 de agosto de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 090, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609938

DECRETO Nº. 090, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE REMANEJAMENTO, EXERCÍCIO 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar de Remanejamento no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, do corrente Exercício, na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód. resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.71.00.00.00.00.00		2.079	Aplicações Diretas	120.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00	2.079	Aplicações Diretas	30.000,00
Total			150.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da Emenda Constitucional nº 78, de 1º de julho de 2020, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e Emenda Impositiva nº 669/2020, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para Apoio Financeiro ao Município de Imaruí para custeio na área da Saúde.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 18 de agosto de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 186, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611005

DECRETO PMI Nº 186, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do artigo 18 da Lei nº 5.096, de 28 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento 2020 (LOA - Lei nº 5.096, de 28/11/2019), em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de até R\$ 355.232,10 (trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e dez centavos), destinados a suplementar as dotações descritas abaixo pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
MANUTENÇÃO DA SEASTH			
08.244.0017-2.055 3.3.90.00.00.00.00.01.3079 (0036)		Aplicações Diretas	57.750,00
Total			57.750,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE			
08.244.0017-2.061 3.3.90.00.00.00.00.01.3080 (0037)		Aplicações Diretas	84.000,00
Total			84.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROTEÇÃO SOCIAL MÉDIA COMPLEXIDADE			
08.244.0017-2.057 3.3.90.00.00.00.00.01.3081 (0038)		Aplicações Diretas	93.632,10
Total			93.632,10

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
08.244.0017-2.062 3.3.90.00.00.00.00.01.3082 (0039)		Aplicações Diretas	119.850,00
Total			119.850,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos advindos do "excesso de arrecadação" decorrente das Portarias 369/2020 e 378/2020, relativas a repasses financeiros emergenciais de recursos federais para ações do SUAS no combate a COVID-19, conforme especificações abaixo:

Demonstrativo de Fonte de Recursos		
Fonte de Recurso	Descrição da Fonte de Recurso	Valor R\$
01.3079	Ações COVID-SUAS EPI-Portaria 369	57.750,00
01.3080	Ações COVID-SUAS Acolhimento-Portaria 369	84.000,00
01.3081	FNS-COVID-PSB	93.632,10
01.3082	FNS-COVID-PSE	119.850,00
	Total	355.232,10

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

PORTARIA PMI/SEAD Nº 767/2020

Publicação Nº 2610103

PORTARIA PMI/SEAD Nº 767, de 18 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 207, de 19 de março de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo nº 10.984/2020 e ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 207, de 19 de março de 2019, do servidor, Sr. JESIEL OLIVEIRA ANTULINO, Motorista, inscrito no CPF sob o n.º 888.499.709-78, admitido em 16 de julho de 2002, contrato nº 1710, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017	03.11.2020 a 01.01.2021

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de março de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD Nº 207, de 19 de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 768/2020

Publicação Nº 2610140

PORTARIA PMI/SEAD Nº 768, de 18 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Exoneração de Assistente de Diretor(a) - SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 13.647/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 18 de agosto de 2020, a Sra. LÉIA PIRES LAURENTINO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 036.805.469-12, do cargo de Assistente de Diretor(a) da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 355, de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 769/2020

Publicação Nº 2610159

PORTARIA PMI/SEAD Nº 769, de 18 de agosto de 2020.
Dispõe sobre a Nomeação de Assessora de Secretário(a) - SEDETUR, e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 13.647/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 18 de agosto de 2020, a Sra. IARA MARTINS MENESES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 042.339.659-59, para exercer o cargo de Assessora de Secretário(a) junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico - SEDETUR, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada para o referido cargo possui o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, a nomeada terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º A servidora empossada que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerada, de ofício, do cargo ao qual fora nomeada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 770/2020

Publicação Nº 2610177

PORTARIA PMI/SEAD Nº 770, de 18 de agosto de 2020.
Dispõe sobre a Nomeação de Assistente de Diretor(a) - SEMUSA, e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 13.647/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 18 de agosto de 2020, a Sra. CAROLINA ÁVILA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 071.511.729-74, para exercer o cargo de Assistente de Diretor(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada para o referido cargo possui o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, a nomeada terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º A servidora empossada que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerada, de ofício, do cargo ao qual fora nomeada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 771/2020

Publicação Nº 2610187

PORTARIA PMI/SEAD Nº 771, de 18 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Assistente de Chefe de Departamento - SEMUSA, e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 13.647/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 18 de agosto de 2020, o Sr. MARCONI RODRIGUES DE MATTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 818.942.870-53, para exercer o cargo de Assistente de Chefe de Departamento junto a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O nomeado para o referido cargo possui o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o nomeado terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O servidor empossado que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado, de ofício, do cargo ao qual fora nomeado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 772/2020

Publicação Nº 2610273

PORTARIA PMI/SEAD Nº 772, de 18 de agosto de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento por Término de Contrato de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o Memorando nº 13.680/2020;

RESOLVE:

Art.1º Desligar por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, admitida em 02 de maio de 2019 no contrato nº 10543 e em 03 de maio de 2019 no contrato nº 10544, através das Portarias PMI/SEAD Nº 360/2019 e

PMI/SEAD Nº 361/2019, para exercer os cargos/funções conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Niara da Rosa Cardoso Matr.: 10543	Professora II Ed Infantil - 20h	097.265.249-38	17/08/2020
Niara da Rosa Cardoso Matr.: 10544	Professora II Ed Infantil - 20h	097.265.249-38	17/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 18 de agosto de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 773/2020

Publicação Nº 2610291

PORTARIA PMI/SEAD Nº 773, de 18 de agosto de 2020.
Dispõe sobre o Desligamento por Término de Contrato de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o Memorando nº 13.680/2020;

RESOLVE:

Art.1º Desligar por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, admitida em 20 de março de 2019 através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 209/2019, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Jenifer Martins Matr.: 10467	Professora I Anos Iniciais - 20h	070.223.469-92	18/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 18 de agosto de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 774/2020

Publicação Nº 2610311

PORTARIA PMI/SEAD Nº 774, de 18 de agosto de 2020.
Dispõe sobre o Desligamento por Término de Contrato de Cuidadora/Educadora Residente, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o Memorando nº 13.680/2020;

RESOLVE:

Art.1º Desligar por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, admitida em 17 de agosto de 2018, do cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Tatiane de Fátima da Silva Soares	Cuidadora/Educadora Residente 40h	070.638.099-11	16/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 18 de agosto de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 775/2020

Publicação Nº 2610890

PORTARIA PMI/SEAD Nº 775, de 18 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Retificação da data de nomeação de servidor(a) de carreira em função gratificada (FG) junto ao órgão superior correspondente, dada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 758, de 14 de agosto de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM; com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017; considerando o Memorando nº 13.545/2020 e ainda todo o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar, a data da nomeação de servidor(a) de carreira em função gratificada (FG) junto ao órgão superior correspondente, dada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 758, de 14 de agosto de 2020, de acordo com o abaixo descrito:

Onde se lê:

Art. 1º Nomear, em 14 de agosto de 2020, o(a) servidor(a) de carreira abaixo descrito(a), na função gratificada junto ao órgão superior correspondente.

Matr.	NOME	ÓRGÃO	Função
6024	ROZANI DA SILVA TOMÉ DA COSTA	SEDUCE	Coordenadora de Educação e Cultura

Leia-se:

Art. 1º Nomear, em 16 de setembro de 2020, o(a) servidor(a) de carreira abaixo descrito(a), na função gratificada junto ao órgão superior correspondente.

Matr.	NOME	ÓRGÃO	Função
6024	ROZANI DA SILVA TOMÉ DA COSTA	SEDUCE	Coordenadora de Educação e Cultura

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 127/2020

Publicação Nº 2610354

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PPE - PMI/SEAD Nº 127/2020

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 751, de 14 de agosto de 2020, para exercer o cargo de DIRETORA DE DIVIDA ATIVA junto Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
DENÍSIA PACHECO AMÉRICO TOMAZ	DIRETORA DE DIVIDA ATIVA	004.574.099-24

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entra em exercício em 19/08/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de agosto de 2020.

Rosenvaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Imbuia

CÂMARA MUNICIPAL

21ª SESSÃO ORDINÁRIA (03.08.2020)

Publicação Nº 2609828

Ata da 21ª SESSÃO ORDINÁRIA realizada na modalidade virtual, do 2º Período Legislativo Ordinário, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, da Câmara Municipal de Imbuia, realizada no dia dez de agosto de dois mil e vinte, às dezenove horas. Sob a Presidência do Vereador Aldori Rengel, e secretariado pelos vereadores Ana Maria de Andrade Kreusch, Santelmo Zimmermann e Elimar Schlickmann. À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Vereadores: Aldori Rengel, Alsone Brito, Ana Maria de Andrade Kreusch, Elimar Schlickmann, Elio Esser, Henrique Leopoldo Erhardt, Lorival Arnold, Santelmo Zimmermann e Zulmar Machado, verificado o número regimental com a presença de nove Vereadores, o Senhor Presidente declarou aberta à sessão. Segue foi realizada a leitura, discussão e aprovação da ordem do dia e da ata da sessão anterior. E realizada a leitura das correspondências. Segue foi realizada a Leitura da Seguinte Matéria Legislativa: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2020 – “Altera a Lei Complementar nº 1, de 24 de novembro de 1999, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Imbuia”. Segue não havendo inscritos para a Palavra Livre de Pequeno Expediente, e não havendo inscritos para a Palavra Livre de Grande Expediente o Senhor Presidente então declarou intervalo de cinco minutos. Na reabertura seguindo a Ordem do Dia e não havendo Matéria Legislativa a ser discutida ou votada o Senhor Presidente concedeu espaço para Explicações Pessoais: VEREADORA ANA MARIA DE ANDRADE KREUSCH: Cumprimentou o Presidente e demais Vereadores. Apresentou condolências a família de Laercio Marquez pelo falecimento de seu filho neste último final de semana de uma forma que chamou de inexplicável. Coloca que oferece a ele apoio e carinho neste momento de tristeza. Solicitando assim a Mesa Diretora o envio de ofício de condolências. VEREADOR ELIO ESSER: Cumprimentou o Presidente e demais Vereadores. Agradeceu ao Deputado Laércio Schuster que destinou o valor de setenta mil para aquisição de um carro para saúde a qual já se encontra em fase de licitação. Aonde foi um pedido realizado desde o início do mandato e que agora foi conseguido. Ressaltando ainda que um carro novo sempre ajuda tanto o motorista que viaja todo dia como o paciente e sua família que podem contar com um pouco mais de conforto em um momento difícil. Não havendo mais inscritos e nada havendo a tratar o Senhor Presidente Vereador Aldori Rengel agradeceu a presença de todos e marcou a próxima Sessão Ordinária para o dia dezessete de agosto de dois mil e vinte, às dezenove horas, e em nome de Deus e da Lei, declarou encerrada a Sessão da qual, eu Daniel Augusto Schmoller, lavrei a presente Ata que será lida e se considerada a rigor, será datada e assinada por todos os membros presentes da mesa diretora.

Imbuia, 17 de agosto de 2020.

Presidente da Mesa Aldori Rengel	Vice-Presidente Elimar Schlickmann
1º Secretário Ana Maria de Andrade Kreusch	2º Secretário Santelmo Zimmermann

RESOLUÇÃO 06-2020

Publicação Nº 2609887

RESOLUÇÃO Nº 06, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

Autoriza, excepcionalmente, a realização de Reuniões Ordinárias e/ou Extraordinárias presenciais, com a finalidade de efetuar a votação secreta do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2020, que trata da aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Imbuia, referente ao Exercício Financeiro de 2018, bem como para apreciação do Veto nº 01 ao Projeto de Lei nº 04/2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Imbuia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 31, inciso V e art. 32, VI do Regimento Interno.

CONSIDERANDO, a vigência da Resolução nº 03, de 22 de abril de 2020, a qual dispõe, em síntese, sobre a realização de reuniões ordinárias/extraordinárias na modalidade remota (virtual) enquanto perdurar a impossibilidade de reuniões presenciais, em decorrência da pandemia do COVID-19;

CONSIDERANDO, que o art. 237, incisos IV e VI, do Regimento Interno desta Casa, prevê votação pelo processo secreto para matérias que tratem de aprovação de contas do Prefeito e Veto do Executivo, total ou parcial;

CONSIDERANDO, a necessidade de encaminhar o resultado da deliberação do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2020, ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC;

CONSIDERANDO, o prazo de 30 (trinta) dias para apreciação de Veto do Executivo e que este tem com termo final o dia 03 de setembro de 2020;

CONSIDERANDO, que a esta Câmara de Vereadores, por meio do Ofício nº 036/2020, solicitou a Secretária Municipal da Saúde de Imbuia, autorização para realização de reuniões presenciais para as finalidades acima elencadas; e, por fim,

CONSIDERANDO, a manifestação favorável da Secretária Municipal de Saúde, através do Ofício nº 038/2020, autorizando a realização das reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, bem como, recomendando a utilização de documento específico do Governo do Estado de Santa Catarina, que trata das Recomendações Sanitárias – Diretrizes para Reuniões.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica autorizada, excepcionalmente, a realização de Reuniões Ordinárias e/ou Extraordinárias na forma presencial, com a finalidade exclusiva de efetivar a votação pelo processo secreto do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2020, que trata da aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Imbuia, referente ao Exercício Financeiro de 2018, bem como, apreciação do Veto nº 01 ao Projeto de Lei nº 04/2020.

§ 1º. O processo de votação secreta deverá seguir as disposições previstas no art. 237 e seguintes do Regimento Interno desta Casa.

§ 2º Os vereadores e servidores presentes as Reuniões deverão observar todas as medidas de prevenção ao contágio do COVID-19, em especial as contidas no documento: "Recomendações Sanitárias – Diretrizes para Reuniões" de autoria do Governo do Estado de Santa Catarina, anexo a esta Resolução.

Art. 2º As Reuniões Ordinárias e/ou Extraordinárias serão marcadas pelo Presidente desta Casa, respeitando-se as disposições contidas no Regimento Interno.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Imbuia, 18 de agosto de 2020.

Vereador ALDORI RENGEL

Presidente

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 067/2020

Publicação Nº 2609871

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 067/2020

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr(a). MARCELLE RODRIGUES COVIELLO com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIL/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). MARCELLE RODRIGUES COVIELLO, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 091.135.497-23, residente e domiciliado(a) na Rua LAURO MUELLER, 201 APTO 103, Bairro JARDIM BLUMENAU, BLUMENAU/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) CONTRATADO(A) trabalhará para o CONTRATANTE na função de MÉDICO CLÍNICO GERAL, estando ciente de que a relação jurídica entre as partes é regida pelo regime jurídico administrativo nos termos da Lei 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, o(a) CONTRATADO(A) receberá a quantia de R\$ 3.153,98 (três mil cento e cinquenta e três reais e noventa e oito centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Único – O valor da remuneração prevista na Cláusula Segunda será reajustado conforme índices da categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA - A jornada de trabalho do(a) CONTRATADO(A) será de 10 (dez) horas semanais.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 30 de julho de 2020, podendo ser prorrogado por até igual período, em cujo término será o mesmo extinto, independente de quaisquer interrupções ou suspensões.

CLÁUSULA QUINTA – Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá observar o constante do artigo 9º da Lei nº 4.724/2012.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao(a) CONTRATADO(A) caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o(a) CONTRATADO(A) incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 105/2010) como puníveis com a pena de demissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - O(A) CONTRATADO(A) poderá rescindir o presente contrato, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término normal estipulado, quando:

- a) Não cumprir o CONTRATANTE as obrigações do contrato;
- b) Praticar o CONTRATANTE, ou seus prepostos, contra ele, ato lesivo da honra e boa fama;
- c) O CONTRATANTE ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

CLÁUSULA OITAVA - É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao(a) CONTRATADO(A), nos casos e termos previstos na Lei Complementar nº 105/2010, que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

CLÁUSULA NONA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Ordinária Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014, que dispõe sobre a contratação de serviços temporários.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Indaial para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 24 de julho de 2020.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

MARCELLE RODRIGUES COVIELLO
Contratado

Testemunhas:

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 082/2020

Publicação Nº 2609843

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 082/2020

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr(a). NECIMARA MARIA DA SILVA com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). NECIMARA MARIA DA SILVA, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 779.433.849-20, residente e domiciliado(a) na Rua Sta. Amelia, 76, Bairro João Paulo II, Indaial/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) CONTRATADO(A) trabalhará para o CONTRATANTE na função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, estando ciente de que a relação jurídica entre as partes é regida pelo regime jurídico administrativo nos termos da Lei 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, o(a) CONTRATADO(A) receberá a quantia de R\$ 2.868,47 (dois mil oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta e sete centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Único – O valor da remuneração prevista na Cláusula Segunda será reajustado conforme índices da categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA - A jornada de trabalho do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar de 12 de agosto de 2020, podendo ser prorrogado por até igual período, em cujo término será o mesmo extinto, independente de quaisquer interrupções ou suspensões.

CLÁUSULA QUINTA – Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá observar o constante do artigo 9º da Lei nº 4.724/2012.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao(à) CONTRATADO(A) caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o(a) CONTRATADO(A) incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 105/2010) como puníveis com a pena de demissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - O(A) CONTRATADO(A) poderá rescindir o presente contrato, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término normal estipulado, quando:

- a) Não cumprir o CONTRATANTE as obrigações do contrato;
- b) Praticar o CONTRATANTE, ou seus prepostos, contra ele, ato lesivo da honra e boa fama;
- c) O CONTRATANTE ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

CLÁUSULA OITAVA - É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao(à) CONTRATADO(A), nos casos e termos previstos na Lei Complementar nº 105/2010, que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

CLÁUSULA NONA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Ordinária Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014, que dispõe sobre a contratação de serviços temporários.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Indaial para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 11 de Agosto de 2020.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

NECIMARA MARIA DA SILVA
Contratado

Testemunhas:

DECRETO Nº 2418/2020

Publicação Nº 2609656

. DECRETO Nº 2418/20
. De 18 de agosto de 2020

REVOGA DECRETOS Nº 2370 E 2371 DE 2020 / CONCEDE BOLSA PRECEPTORIA AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 5.753/2019 artigo 12, demais dispositivos legais em vigor e,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam revogados os Decretos nº 2370/2020 e nº 2371/2020, que concedia "Bolsa Preceptoria" no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) as servidoras Nayara Bedeti Dias e Andressa Buppa Chappo, ocupantes do cargo de Médica Clínica Geral do quadro de pessoal desta Prefeitura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Indaial, em 18 de agosto de 2020.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2419/2020

Publicação Nº 2609657

. DECRETO Nº 2419/20
. De 18 de agosto de 2020

CONCEDE BOLSA PRECEPTORIA AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 5.753/2019 artigo 12, demais dispositivos legais em vigor e,

Considerando, formação com Especialização em Preceptoria para o Sistema Único de Saúde com certificação pelo hospital Sírio Libanês;

Considerando, sua experiência de 6 anos em Estratégia de Saúde da Família;

Considerando, que a mesma é médica de uma unidade de saúde que contempla as necessidades de infraestrutura exigidas para receber os residentes.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida "Bolsa Preceptoria" no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) a servidora NAYARA BEDETI DIAS, ocupante do cargo de Médica Clínica Geral do quadro de pessoal desta Prefeitura, além de suas atribuições fica designada como preceptora do Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade do Município de Indaial, ficando responsável por 01 (um) Residente Médico aprovado no referido programa

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2020.

Município de Indaial, em 18 de agosto de 2020.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2420/2020

Publicação Nº 2609659

. DECRETO Nº 2420/20
. De 18 de agosto de 2020

CONCEDE BOLSA PRECEPTORIA AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 5.753/2019 artigo 12, demais dispositivos legais em vigor e,

Considerando, formação em curso de Pós Graduação em nível de Especialização em Residência em Medicina de Família e Comunidade com certificação pela Universidade do Vale do Itajaí.

Considerando, sua experiência de 4 anos em Estratégia de Saúde da Família;

Considerando, que a mesma é médica de uma unidade de saúde que contempla as necessidades de infraestrutura exigidas para receber os residentes.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida "Bolsa Preceptoria" no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) a servidora ANDRESSA BUBA SCHAPPO, ocupante do cargo de Médica Clínica Geral do quadro de pessoal desta Prefeitura, além de suas atribuições fica designada como preceptora do Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade do Município de Indaial, ficando responsável por 01 (um) Residente Médico aprovado no referido programa

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2020.

Município de Indaial, em 18 de agosto de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2421/2020

Publicação Nº 2609706

. DECRETO Nº 2421/20

. De 18 de agosto de 2020

Declara de Utilidade Pública para Fins de Desapropriação Amigável.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e considerando uma via pública anterior ao ano de 2003,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a seguinte área do imóvel urbano Transcrição nº 17.224, Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, de propriedade de Angelito Liermann (Espólio de Artur Liermann), inscrito no CPF sob o nº 400.228.979-68.

Pelo presente termo, e diante do falecimento de ARTUR LEIERMANN E MARTA LIERMANN, assina o presente termo o Sr. ANGELITO LIERMANN, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 400.228.979-68, casado pelo regime de comunhão universal de bens, vigência da Lei nº 6.515/77, com CARMELITA LOURENÇO PONCIO LIERMANN, crecheira, inscrita no CPF sob nº 437.821.169-68, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade, à Rua Artur Zarling, s/n, bairro Warnow, proprietários do terreno registrado no Livro 3-G, às fls. 191, sob Transcrição nº 17.224, situado nesta cidade, no bairro Warnow, na Rua Artur Zarling, sem benfeitorias ---- DOA AO MUNICÍPIO DE INDAIAL, sem ônus para a municipalidade, uma faixa de terras, sem benfeitorias, situada no Warnow, no Município e Comarca de Indaial- SC, parte de um todo, registrado sob o nº TRANSCRIÇÃO – 17.224 Lv. 3-G, no Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, destinada a regularização da Rua ARTUR ZARLING, contendo a área total de 4.737,96m² conforme planta e memorial descritivo anexos. Em contrapartida o Município não irá indenizar os proprietários, Espólio de Artur Liermann, pelas despesas com Registro de Imóveis para retificação de área.

Área com 4.737,96m² (Quatro mil, setecentos e trinta e sete metros quadrados e noventa e seis decímetros quadrados), SEM BENFEITORIAS, localizado no lado ímpar da Rua Artur Zarling, distando pelo lado direito do imóvel (ponto PP), em 10.210,00 metros da esquina formada entre o lado ímpar da Rua Artur Zarling com o lado par da Rua Estanislao Januário, Bairro Warnow, município de Indaial, com as seguintes confrontações e especificações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto PP, com coordenadas E: 675.009,240 m e N: 7.010.164,290 m seguindo em direção aos fundos com 14 linhas retas num total de 399,02 metros, iniciando com azimuth 108°22'12" e distância de 38,14 m até o ponto P1, com coordenadas E: 675.045,430 m e N: 7.010.152,270 m, com azimuth 103°45'34" e distância de 21,89 m até o ponto P2, com coordenadas E: 675.066,690 m e N: 7.010.147,070 m, com azimuth 89°50'19" e distância de 27,66 m até o ponto P3, com coordenadas E: 675.094,350 m e N: 7.010.147,140 m, com azimuth 116°17'51" e distância de 25,16 m até o ponto P4, com coordenadas E: 675.116,900 m e N: 7.010.136,000 m, com azimuth 100°30'48" e distância de 18,81 m até o ponto P5, com coordenadas E: 675.135,400 m e N: 7.010.132,560 m, com azimuth 103°53'35" e distância de 22,48 m até o ponto P6, com coordenadas E: 675.157,230 m e N: 7.010.127,170 m, com azimuth 117°16'13" e distância de 36,01 m até o ponto P7, com coordenadas E: 675.189,230 m e N: 7.010.110,670 m, com azimuth 125°20'20" e distância de 28,91 m até o ponto P8, com coordenadas E: 675.212,820 m e N: 7.010.093,940 m, com azimuth 119°0'28" e distância de 29,11 m até o ponto P9, com coordenadas E: 675.238,280 m e N: 7.010.079,830 m, com azimuth 113°44'10" e distância de 40,46 m até o ponto P10, com coordenadas E: 675.275,310 m e N: 7.010.063,540 m, com azimuth 102°51'21" e distância de 21,75 m até o ponto P11, com coordenadas E: 675.296,510 m e N: 7.010.058,700 m, com azimuth 99°22'45" e distância de 30,11 m até o ponto P12, com coordenadas E: 675.326,220 m e N: 7.010.053,800 m, com azimuth 100°49'9" e distância de 13,89 m até o ponto P13, com coordenadas E: 675.339,870 m e N: 7.010.051,190 m, com azimuth 86°50'43" e distância de 44,64 m até o ponto P14, com coordenadas E: 675.384,440

m e N: 7.010.053,650 m; confrontando com terras de ESPÓLIO DE ARTUR LIERMANN (TRANSC. Nº 17224 - 1º OF. REG. DE IMÓVEIS DE INDIAIAL), sendo este o LADO DIREITO; deste ponto segue em direção ao lado esquerdo com azimute 240°35'44" e distância de 27,13 m até o ponto P15, com coordenadas E: 675.360,800 m e N: 7.010.040,330 m; confrontando com a RUA ARTUR ZARLING, sendo este os FUNDOS; deste ponto segue em direção a frente, em 14 linhas retas com total de 392,20 metros, iniciando com azimute 266°50'43" e distância de 21,78 m até o ponto P16, com coordenadas E: 675.339,060 m e N: 7.010.039,130 m, com azimute 280°49'9" e distância de 15,21 m até o ponto P17, com coordenadas E: 675.324,120 m e N: 7.010.041,980 m, com azimute 279°22'45" e distância de 31,88 m até o ponto P18, com coordenadas E: 675.294,200 m e N: 7.010.046,920 m, com azimute 282°51'21" e distância de 23,26 m até o ponto P19, com coordenadas E: 675.271,530 m e N: 7.010.052,100 m, com azimute 293°44'10" e distância de 42,15 m até o ponto P20, com coordenadas E: 675.232,940 m e N: 7.010.069,070 m, com azimute 299°0'28" e distância de 30,32 m até o ponto P21, com coordenadas E: 675.206,420 m e N: 7.010.083,770 m, com azimute 305°20'20" e distância de 28,73 m até o ponto P22, com coordenadas E: 675.182,980 m e N: 7.010.100,390 m, com azimute 297°16'13" e distância de 33,76 m até o ponto P23, com coordenadas E: 675.152,980 m e N: 7.010.115,860 m, com azimute 283°53'35" e distância de 20,70 m até o ponto P24, com coordenadas E: 675.132,890 m e N: 7.010.120,830 m, com azimute 280°33'50" e distância de 20,20 m até o ponto P25, com coordenadas E: 675.113,020 m e N: 7.010.124,530 m, estes confrontando com terras de ESPÓLIO DE ARTUR LIERMANN (TRANSC. Nº 17224 - 1º OF. REG. DE IMÓVEIS DE INDIAIAL), deste ponto segue com azimute 296°17'51" e distância de 23,90 m, até o ponto P26, com coordenadas E: 675.091,600 m e N: 7.010.135,120 m, este confrontando com a MARGEM DIREITA DO RIBEIRÃO DO WARNOW, deste ponto segue com azimute 269°54'44" e distância de 26,40 m, confrontando em 15,05 com a MARGEM DIREITA DO RIBEIRÃO DO WARNOW e em 11,35 metros confrontando com terras de ESPÓLIO DE ARTUR LIERMANN (TRANSC. Nº 17224 - 1º OF. REG. DE IMÓVEIS DE INDIAIAL), até o ponto P27, com coordenadas E: 675.065,190 m e N: 7.010.135,080 m, com azimute 283°45'34" e distância de 23,77 m, até o ponto P28, com coordenadas E: 675.042,110 m e N: 7.010.140,730 m, com azimute 288°22'12" e distância de 50,14 m até o ponto P29, com coordenadas E: 674.994,520 m e N: 7.010.156,530 m; confrontando com terras de ESPÓLIO DE ARTUR LIERMANN (TRANSC. Nº 17224 - 1º OF. REG. DE IMÓVEIS DE INDIAIAL), sendo este o LADO ESQUERDO; deste ponto segue em direção ao lado direito com azimute 62°11'56" e distância de 16,63 m até o ponto PP; confrontando com a RUA ARTUR ZARLING, sendo esta a FRENTE, encerrando este perímetro.

Art. 2º - A área de terras ora desapropriadas com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização de parte de via pública, via esta já consolidada e denominada Rua Arthur Zarling, Bairro WARNOW, através da Lei nº 1025/1978 e dimensionada pela Lei nº 5271/2016.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de agosto de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS POR PRAZO DETERMINADO 81/2020

Publicação Nº 2609848

DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS POR PRAZO DETERMINADO 081/2020

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). EDUARDO MOIOLI, brasileiro, inscrito no CPF nº 954.334.578-34, residente e domiciliado(a) na Rua José Rosa, nº 360, Bairro Barra do Rio Cerro, em Jaraguá do Sul/SC, a seguir denominado(a) CONTRATADO(A), acordam:

1. O CONTRATANTE e o(a) CONTRATADO(A), em 05 de junho de 2020, firmaram "Contrato Administrativo de Serviço Temporário", pelo qual o(a) primeiro(a) confiou ao(à) segundo(a) serviços de Médico Cardiologista, como previsto na cláusula primeira do pacto sob distrato.
2. O(A) CONTRATADO(A), por força do instrumento ora distratado, vem executando seus serviços até 10/08/2020.
3. O(A) CONTRATADO(A), por documento confeccionado a próprio punho, solicita ao CONTRATANTE sua demissão a partir de 10 de agosto de 2020, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, o CONTRATANTE pagará ao(à) CONTRATADO(A) a quantia prometida no contrato original, proporcional aos dias efetivamente trabalhados.
4. As partes mutuamente outorgam plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.
5. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.
6. As partes elegem o Foro da Comarca em Indaial/SC para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, com as duas testemunhas abaixo.

Indaial/SC, 11 de agosto de 2020.

ANDRÉ LUIZ MOSER
CONTRATANTE

EDUARDO MOIOLI
CONTRATADO

Testemunhas: _____

LEI Nº 5815/2020

Publicação Nº 2609502

. LEI Nº 5815
. de 13 de agosto de 2020

Denomina Quadra Poliesportiva.
(Autor: vereador Fábio Fritz).

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "Quadra Poliesportiva Salvio Martins" a quadra localizada junto a Escola Básica Municipal Juvenal Carvalho, no bairro do Sol.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 13 de agosto de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

PORTARIA Nº 945/20

Publicação Nº 2609784

PORTARIA Nº 945/20

De 04 de agosto de 2020

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente – Cemitério Municipal

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 1.906/19 de 19 de dezembro de 2019, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Urbanização e Meio Ambiente – Cemitério Municipal e considerando a Comunicação Interna nº 226/20 confeccionada pela Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente em 31 de julho de 2020, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanização e Meio Ambiente – cemitério Municipal, com efeitos ao período de 01 de agosto de 2020 até 31 de agosto de 2020 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
João Maria Custódio dos Santos	Aux. de Serviços Gerais	01,02,08,09,22,23,29 e 30 (24 horas/cada)
Irlan Alberto Xavier	Aux. de Serviços Gerais	08,09,15,16,22,23,29 e 30 (24 horas/cada)
Ana Hilda Bispo	Aux. de Serviços Gerais	01,02,08,09,22,23,29 e 30 (24 horas/cada)

Prefeitura Municipal de Indaial em 04 de agosto de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PAULO ROBERTO LEDRA
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente
Secretário Interino de Agricultura

(Decreto nº 2135 de 30/03/20).

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 946/20

Publicação Nº 2609776

PORTARIA Nº 946/20

De 04 de agosto de 2020

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Saúde – Vigilância Epidemiológica

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 1.406/15 de 20 de maio de 2015, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde e considerando documento confeccionado pela Secretaria de Saúde/Vigilância Epidemiológica, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Epidemiológica com efeitos ao período de 01 de agosto de 2020 até 31 de agosto de 2020 conforme tabela abaixo

Nome	Cargo	Períodos
João Ronaldo Duarte dos Santos	Técnico em Enfermagem	01,02,08,09,15,16,22,23,29 e 30 (24horas/cada); 03,04,05,06,07,10,11,12,13,14,17,18,19,20,21,24,25,26,27 e 28 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Nicole Morgana Vogel	Técnica em Enfermagem	08,09,15,16,22,23,29 e 30 (24horas/cada); 04,05,06,07,10,11,12,13,14,17,18,19,20,21,24,25,26,27 e 28 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Marina Emília Moser dos Santos	Técnica em Enfermagem	01 e 02 (24horas/cada); 03 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).

Prefeitura Municipal de Indaial em 04 de agosto de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA
Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 947/20

Publicação Nº 2609769

PORTARIA Nº 947/20

De 04 de agosto de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Mara Denise Kriek Jacques

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário Municipal de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 30 de julho de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2015/2020 à servidora Mara Denise Kriek Jacques, ocupante do cargo de Telefonista do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 90 (noventa) dias a serem usufruídos a partir de 14 de agosto de 2020 à 11 de novembro de 2020.

Prefeitura de Indaial, em 04 de agosto de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA
Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 948/20

Publicação Nº 2609759

PORTARIA Nº 948/20

De 04 de agosto de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Carlos Roberto Wolmann

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pelo servidor, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2013/2018 ao servidor Carlos Roberto Wolmann, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias a serem usufruídos a partir de 11 de agosto de 2020 a 09 de setembro de 2020;
- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 04 de agosto de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

FABIANO DOS SANTOS
Secretário de Planejamento
Secretário Interino de Obras
(Decreto nº 2133 de 30/03/20).

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 950/20

Publicação Nº 2609753

PORTARIA Nº 950/20

De 06 de agosto de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Fabiana Bartzen

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 30 de julho de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2015/2020 à servidora Fabiana Bartzen, ocupante do cargo de Pedagoga do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos a partir de 07 de agosto de 2020 à 05 de outubro de 2020.
- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 08 de julho de 2020 a 06 de agosto de 2020.

Prefeitura de Indaial, em 06 de agosto de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN
Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA N° 951/20

Publicação N° 2609738

PORTARIA N° 951/20

De 06 de agosto de 2020

Declara vacância do cargo de Professor C 40 h/s

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso IV e demais dispositivos legais em vigor e conforme portaria INDAPEV nº 33/20 de 03 de agosto de 2020, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 01 de agosto de 2020, o cargo de Professor C 40 h/s, em virtude da Aposentadoria Voluntária por Idade e tempo de Contribuição da servidora Susana Rodrigues Bozan.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de agosto de 2020.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

JAIRO GEBIEN
Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA N° 952/20

Publicação N° 2609726

PORTARIA N° 952/20

De 06 de agosto de 2020

Declara vacância do cargo de Professor C 40 h/s

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso IV e demais dispositivos legais em vigor e conforme portaria INDAPREV nº 32/20 de 03 de agosto de 2020, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 01 de agosto de 2020, o cargo de Professor C 40 h/s, em virtude da Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição da servidora Yeda Cristina Schmit.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de agosto de 2020.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

JAIRO GEBIEN
Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA N° 953/20

Publicação N° 2609725

PORTARIA N° 953/20

De 06 de agosto de 2020

Promoção por acesso e passagem automática /

Patrícia Adriane Luzzi

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008, Lei Complementar n° 113 de 23 de agosto de 2011, alterações e demais dispositivos legais em vigor, inciso IV do artigo 67 da Lei 9394/96 – LDB e considerando resposta ao requerimento da servidora, confeccionada pela Secretaria de educação em 01 de junho de 2020, RESOLVE:

Promover, por acesso e passagem automática da categoria funcional da servidora, Patrícia Adriane Luzzi, ocupante do cargo de Professora Nível C para a Categoria de Professora Nível D, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 01 de junho de 2020, tendo em vista comprovação para habilitação do cargo.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de agosto de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN
Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA N° 954/20

Publicação N° 2609724

PORTARIA N° 954/20

De 06 de agosto de 2020

Promoção por acesso e passagem automática /

Márcia de Amorin Draeger

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008, Lei Complementar n° 113 de 23 de agosto de 2011, alterações e demais dispositivos legais em vigor, inciso IV do artigo 67 da Lei 9394/96 – LDB e considerando resposta ao requerimento da servidora, confeccionada pela Secretaria de educação em 01 de junho de 2020, RESOLVE:

Promover, por acesso e passagem automática da categoria funcional da servidora, Márcia de Amorin Draeger, ocupante do cargo de Professora Nível B para a Categoria de Professora Nível C, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 01 de junho de 2020, tendo em vista comprovação para habilitação do cargo.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de agosto de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN
Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 957/20

Publicação Nº 2609722

PORTARIA Nº 957/20

De 10 de agosto de 2020

Altera Insalubridade

Max José Jending

FABIANO DOS SANTOS, Secretário Interino de Obras do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 55, e demais dispositivos legais em vigor RESOLVE:

Alterar adicional de insalubridade, de 20% para 40%, ao servidor Max José Jending, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitido em 01 de março de 2018, conforme comunicação Interna nº 099 de 05 de agosto de 2020 e laudo ambiental do Técnico de Segurança do Trabalho, pois o mesmo está exercendo suas atividades em tubulações; retroagindo efeitos a março de 2020.

Prefeitura Municipal de Indaial em 10 de agosto de 2020.

FABIANO DOS SANTOS
Secretário de Planejamento
Secretário Interino de Obras
(Decreto nº 2133 de 30/03/20).

PORTARIA Nº 961/20

Publicação Nº 2609720

PORTARIA Nº 961/20

De 10 de agosto de 2020

Retifica Portaria 732/20
Concede Insalubridade

Carlos José Koehler

FABIANO DOS SANTOS, Secretário de Planejamento do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, artigo 93, e demais dispositivos legais em vigor, e considerando recomendação feita pelo setor de Controladoria, RESOLVE:

Retificar a portaria nº 732/20, que concede Insalubridade ao servidor, Carlos José Koehler, que passa a ter a seguinte redação:

Homologar 20% de insalubridade, ao servidor Carlos José Koehler, ocupante do cargo de Pintor de Obras, admitido em 24 de outubro de 1994, conforme laudo ambiental do Técnico de Segurança do Trabalho, a partir de junho de 2020.

Prefeitura de Indaial, em 10 de agosto de 2020.

FABIANO DOS SANTOS
Secretário de Planejamento
Secretário Interino de Obras
(Decreto nº 2133 de 30/03/20).

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 075/2020

Publicação Nº 2609858

075/2020 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

Termo Aditivo ao Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o Sr.(a) AMANDA CAROLINA CAETANO, com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012.

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE e a Sra. AMANDA CAROLINA CAETANO, brasileira, PROFESSOR DE HIDROGINÁSTICA, inscrita no CPF nº 057.756.369-61, residente e domiciliada na rua 15 de novembro, nº 1033, bairro Carijós, em INDIAIAL/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADA, têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA–Fica prorrogado o prazo do presente contrato de 03 de agosto de 2020 até 03 de fevereiro de 2021, nos termos do art. 4º da Lei 4.724/2012.

CLÁUSULA QUINTA– As demais cláusulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente aditivo, permanecem em vigor até o término contratual.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 05 de agosto de 2020

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

AMANDA CAROLINA CAETANO
Contratada

Testemunhas:

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 017/2020

Publicação Nº 2610361

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 017/2020

CONTRATADA: CONSTRUTORA E.M.C. LTDA.

CNPJ: 05.971.604/0001-07

OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 04 (quatro) meses.

PRAZO: 04 de junho de 2020 até 02 de outubro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2020.

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 169/2019

Publicação Nº 2610531

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 169/2019

CONTRATADO: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses.

PRAZO: 08 de agosto de 2020 até 08 de agosto de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 06/08/2020.

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 119/2020

Publicação Nº 2609652

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 119/2019

CONTRATADA: MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 79.391.157/0001-45

OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses.

PRAZO: 18 de junho de 2020 até 18 de junho de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2020.

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 127/2019

Publicação Nº 2610437

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 127/2019

CONTRATADO: VALMOR GIELOW SOBRINHO.

OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses.

PRAZO: 26 de junho de 2020 até 26 de junho 2021.

DATA DA ASSINATURA: 19/06/2020.

TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 151/2017

Publicação Nº 2610278

TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 151/2017

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE GOVERNO – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE AGRICULTURA – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – SECRETARIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE – FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado na Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL – FASSPI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 25.241.466/0001-00, estabelecido na Rua Castelo Branco, nº 109, sala 01, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Salvador Bastos, brasileiro, casado, Diretor Presidente, inscrito no CPF sob nº 146.753.159-68 e Cédula de Identidade nº 335.110-SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 6.459, bairro Estrada das Areias, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, estabelecido na Rua Leoberto Leal, nº 155, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Alexandre Manoel Dalabrida, brasileiro, Secretário de Saúde, inscrito no CPF sob nº 895.266.869-34 e Cédula de Identidade nº 3366405, residente e domiciliado na Rua Fritz Muller, nº 20, apto 207, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, estabelecido na Rua Leoberto Leal, nº 191, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina e o FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 15.808.965/0001-82, estabelecido na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, ambos representados neste ato por sua representante legal Sra. Katiuscia Simone Harbs, brasileira, Secretária de Desenvolvimento Social, inscrita no CPF sob nº 796.531.979-91 e Cédula de Identidade nº 2.967.699, residente e domiciliada na Rua Vitória, nº 99, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SINCROSLOG PROCESSOS DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.522.970/0001-12, com sede na Rua Frederico Rieme, nº 143, apto. 501, sala 01, bairro Garcia, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Marcos Alexandre Greuel, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF sob nº 538.633.139-68 e Cédula de Identidade nº 1.483.004-3, residente e domiciliado na Rua Frederico Rieme, nº 143, apto. 501, bairro Garcia, CEP 89022-140, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação anexa, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 151/2017, que tem como objeto a contratação de serviços de logística de armazenamento e gestão de almoxarifado, incluindo os serviços de transporte de materiais do almoxarifado à unidade requisitante, e armazenamento e gestão de arquivo morto, visa a prorrogação do prazo de validade por mais 12 (doze) meses.

Diante disso, a Cláusula Oitava, item 8.1., do contrato original, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA – VALIDADE DO CONTRATO

8.1. O prazo de validade do presente contrato será de 05 de agosto de 2020 até 05 de agosto de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 04 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	SINCROSLOG PROCESSOS DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM LTDA ME Marcos Alexandre Greuel Contratada
SECRETARIA DE GOVERNO Manoel Felipe Boaventura Secretário Municipal	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Sívio César da Silva Secretário Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Jairo Gebien Secretário Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal Interino
SECRETARIA DE OBRAS Fabiano dos Santos Secretário Municipal Interino	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO Fabiano dos Santos Secretário Municipal
SECRETARIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	SECRETARIA DE SAÚDE Alexandre Manoel Dalabrida Secretário Municipal
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL Matusalém Barcelos Machado Secretário Municipal	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Arlete Teresinha Baldussi Polidoro Diretora Executiva
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL - FASSPI Salvador Bastos Diretor de Benefícios
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Alexandre Manoel Dalabrida Secretário Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Matusalém Barcelos Machado Secretário Municipal
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE INDAIAL Matusalém Barcelos Machado Secretário Municipal	PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 014 AO CONTRATO Nº 047/2018

Publicação Nº 2610391

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 014 AO CONTRATO Nº 047/2018
 CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.
 OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo pelo período de 60 (sessenta) dias.
 PRAZO: 27 de maio de 2020 até 26 de julho de 2020.
 DATA DA ASSINATURA: 25/05/2020.

TERMO ADITIVO Nº 015 AO CONTRATO Nº 046/2018

Publicação Nº 2610172

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 015 AO CONTRATO Nº 046/2018
 CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.
 CNPJ: 03.620.927/0001-17
 OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo de execução pelo período de 60 (sessenta) dias.

PRAZO: 26 de maio de 2020 até 25 de julho de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 21/05/2020.

TERMO ADITIVO Nº 015 AO CONTRATO Nº 047/2018

Publicação Nº 2610392

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 015 AO CONTRATO Nº 047/2018

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo pelo período de 60 (sessenta) dias.

PRAZO: 27 de julho de 2020 até 25 de setembro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 23/07/2020.

TERMO ADITIVO Nº 016 AO CONTRATO Nº 046/2018

Publicação Nº 2610176

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 016 AO CONTRATO Nº 046/2018

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

CNPJ: 03.620.927/0001-17

OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo de execução pelo período de 60 (sessenta) dias.

PRAZO: 27 de julho de 2020 até 24 de setembro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 23/07/2020.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 13/2020

Publicação Nº 2610885

Resolução Nº 13/20

Prorroga o prazo estabelecido na Resolução nº 12/2020 - Institui procedimentos para a cessão do plenário do Poder Legislativo Indaialense para a Secretaria de Saúde do município de Indaial e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Flávio Augusto Ferri Molinari, Presidente da Câmara Diretora, promulgo a seguinte Resolução,

Art. 1º Fica autorizada a prorrogação por mais 30 (trinta) dias, a partir de 20 de agosto de 2020, a cessão do plenário do Poder Legislativo para a Secretaria de Saúde do município de Indaial, para instalação da central de monitoramento – COVID-19, nos termos da Resolução 12/2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 2020.

Flávio Augusto Ferri Molinari	
Presidente da Mesa	
Valentim Blasius	
1º Secretário	

INDAPREV - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDIAIAL/SC**PORTARIA/INDAPREV N.º 35/20**

Publicação Nº 2609918

PORTARIA/INDAPREV Nº 35/20

De 17 de agosto de 2020

Concede Aposentadoria Especial do Magistério à Servidora FÁBIA ROSANA MÜLLER

SALVADOR BASTOS, Diretor-Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no art. 66, inciso VI, da Lei Complementar n.º 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria especial do magistério à servidora Fábiana Rosana Müller, matrícula 28010-00, ocupante do cargo de professora, do quadro de servidores do município de Indaial/SC.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta portaria encontra amparo no art. 6º da Emenda Constitucional n.º 41/03 — Professor (a) Educação Infantil, Fundamental e Médio —, e no § 9º do art. 4º da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de agosto de 2020.

SALVADOR BASTOS

Diretor-Presidente

PORTARIA/INDAPREV N.º 36/20

Publicação Nº 2609919

PORTARIA/INDAPREV Nº 36/20

De 18 de agosto de 2020

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade ao Servidor MARCO ANTONIO VENTURI MARTINS

SALVADOR BASTOS, Diretor-Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no art. 66, inciso VI, da Lei Complementar n.º 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por idade ao servidor Marco Antonio Venturi Martins, matrícula 676462-00, ocupante do cargo de eletricista de manutenção, do quadro de servidores do município de Indaial/SC.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta portaria encontra amparo no art. 40, § 1º, III, "b" da Constituição Federal, e no § 9º do art. 4º da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de agosto de 2020.

SALVADOR BASTOS

Diretor-Presidente

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO Nº 06/2020 - FMS

Publicação Nº 2609750

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA.

CT20FMS/006

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa CS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 04.726.830/0001-51, com endereço rua XV de Novembro, nº 866 Bairro Laranjeiras na cidade de Modelo-SC, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, e pelas Leis nº 8.666-93 e nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviços médicos para atendimento à COVID-19 e demais doenças do sistema respiratório.

CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0006/2020, na modalidade Dispensa de Licitação nº 0001/2020, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O presente contrato terá sua vigência a partir da assinatura do mesmo, com término previsto para 10.09.2020, podendo ser prorrogado se houver interesse de ambas as partes, dentro do limite legal.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL DO CONTRATO E DO REAJUSTE

4.1 Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais), sendo em parcelas mensais.

4.2 – Caso seja renovado o presente contrato, será reajustado anualmente pelo INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção do Fundo Municipal da Saúde
Complem. Elemento	3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	036

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

7.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

7.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

8.2 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exeq-entes do serviço.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - As despesas decorrentes da prestação do serviço, tais como, impostos, taxas, combustíveis, manutenção do veículo, material de segurança e demais despesas correrão por total e exclusiva conta do CONTRATADO, podendo ser descontados valores na fonte, conforme legislação.

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Videira – SC. para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para o mesmo fim, o presente Contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 10 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

CS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35.259

CONTRATO Nº 07/2020 - FMS

Publicação Nº 2609754

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LAORATORIAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA G. PASTEUR LABOR. DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIAS LTDA.

CT20FMS/007

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 100 Centro, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa G. PASTEUR LABOR. DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Pedro Penso nº 395 Centro, na cidade de Iomerê-SC, inscrita no CNPJ sob nº 78.491.172/0030-37, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e a homologação do Processo Licitatório nº 07/2020, Credenciamento nº 01/2020, tendo entre si junto e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

Constitui objeto deste contrato à prestação do serviço de exames laboratoriais prestados à munícipes do Município de Iomerê.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Pelo objeto do presente instrumento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de cada exame conforme tabela do decreto nº 1937/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante depósito em conta corrente da contratada, em até 10(dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal e aprovada pelo secretário de Saúde que recebeu o objeto/serviço e apresentada a comprovação de manutenção das exigências da habilitação, quando solicitado.

Parágrafo Primeiro – Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.

Parágrafo Segundo – Em caso de irregularidade, o pagamento será suspenso até que sejam sanadas as pendências, sem ônus para o CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro – Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

Parágrafo Quarto – O Município de Iomerê, por ocasião de cada pagamento, fará as retenções e recolhimentos fiscais determinados pela legislação tributária, se assim houver.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas em decorrência do objeto deste Contrato correrão por conta dos seguintes recursos de dotação orçamentária própria do CONTRATANTE:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção das Atividades de Saúde

Complem. Elemento	3.3.90.39.50 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	36

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, tendo como termo final o dia 31.12.2020. O credenciamento poderá ser suspenso por interesse de ambas as partes, quando devidamente justificado e também poderá ser prorrogado.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

Prestar os serviços rigorosamente de acordo com as especificações constantes no Edital e na sua proposta, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade predeterminados;
Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato;
Fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pelo CONTRATANTE;
Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos conforme especificados neste Contrato, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações daquelas previstas no Art. 81 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula terceira;
Acompanhar e fiscalizar a execução do presente instrumento, comunicando à CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

O objeto desta licitação será acompanhado pela Secretaria de Saúde e Ação Social.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

O cometimento de irregularidades na execução do contrato administrativo, bem como a não observância das condições impostas no contrato, implicará na aplicação de sanções administrativas, em desfavor do contratado, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Pelos motivos que seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos incisos III e IV do subitem 5.1:

I. Pelo descumprimento do prazo de prestação de serviços;

II. Pela recusa em atender alguma solicitação para correção na prestação de serviços, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da rejeição, devidamente notificada;

III. Pela não execução na prestação de serviços de acordo com as especificações e prazos estipulados neste Edital.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, inclusive durante todo o prazo de prestação dos serviços.

Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas à multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

A competência para aplicar todas as sanções será do Chefe do Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

Constitui motivo para rescisão do presente contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no Art. 78, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, desde que cabível a presente contratação, resguardadas as prerrogativas conferidas por esta lei, consoante o que estabelece o seu Art. 58.

Parágrafo Primeiro – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo ainda assegurado os direitos elencados nos incisos do parágrafo segundo, do art. 79, no que couber.

Parágrafo Segundo – As formas de rescisão contratual são as prescritas no artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integra o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o edital de credenciamento nº 001/2015, com seus anexos e a proposta da CONTRATADA adjudicada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93, com suas posteriores modificações, aos casos omissos do presente Contrato.

Parágrafo Primeiro – É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Segundo – E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina à CONTRATADA, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Iomerê, 10 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

G. PASTEUR LABOR. DE ANÁLISES
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35.259**CONTRATO Nº 08/2020 - FMS**

Publicação Nº 2609756

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LAORATORIAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA LABORATÓRIO CIENTÍFICO LTDA.

CT20FMS/008

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 100 Centro, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa LABORATÓRIO CIENTÍFICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Pedro Penso nº 655 Centro, na cidade de Iomerê-SC, inscrita no CNPJ sob nº 95.860.193/0002-48, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e a homologação do Processo Licitatório nº 08/2020, Credenciamento nº 01/2020, tendo entre si junto e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

Constitui objeto deste contrato à prestação do serviço de exames laboratoriais prestados à munícipes do Município de Iomerê.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Pelo objeto do presente instrumento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de cada exame conforme tabela do decreto nº 1937/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante depósito em conta corrente da contratada, em até 10(dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal e aprovada pelo secretário de Saúde que recebeu o objeto/serviço e apresentada a comprovação de manutenção das exigências da habilitação, quando solicitado.

Parágrafo Primeiro – Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.

Parágrafo Segundo – Em caso de irregularidade, o pagamento será suspenso até que sejam sanadas as pendências, sem ônus para o CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro – Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

Parágrafo Quarto – O Município de Iomerê, por ocasião de cada pagamento, fará as retenções e recolhimentos fiscais determinados pela legislação tributária, se assim houver.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas em decorrência do objeto deste Contrato correrão por conta dos seguintes recursos de dotação orçamentária própria do CONTRATANTE:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção das Atividades de Saúde
Complem. Elemento	3.3.90.39.50 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	36

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, tendo como termo final o dia 31.12.2020. O credenciamento poderá ser suspenso por interesse de ambas as partes, quando devidamente justificado e também poderá ser prorrogado.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

Prestar os serviços rigorosamente de acordo com as especificações constantes no Edital e na sua proposta, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade predeterminados;

Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato;

Fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pelo CONTRATANTE;

Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos conforme especificados neste Contrato, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações daquelas previstas no Art. 81 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula terceira;

Acompanhar e fiscalizar a execução do presente instrumento, comunicando à CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

O objeto desta licitação será acompanhado pela Secretaria de Saúde e Ação Social.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

O cometimento de irregularidades na execução do contrato administrativo, bem como a não observância das condições impostas no contrato, implicará na aplicação de sanções administrativas, em desfavor do contratado, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Pelos motivos que seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos incisos III e IV do subitem 5.1:

I. Pelo descumprimento do prazo de prestação de serviços;

II. Pela recusa em atender alguma solicitação para correção na prestação de serviços, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da rejeição, devidamente notificada;

III. Pela não execução na prestação de serviços de acordo com as especificações e prazos estipulados neste Edital.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, inclusive durante todo o prazo de prestação dos serviços.

Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas à multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

A competência para aplicar todas as sanções será do Chefe do Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

Constitui motivo para rescisão do presente contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no Art. 78, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, desde que cabível a presente contratação, resguardadas as prerrogativas conferidas por esta lei, consoante o que estabelece o seu Art. 58.

Parágrafo Primeiro – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo ainda assegurado os direitos elencados nos incisos do parágrafo segundo, do art. 79, no que couber.

Parágrafo Segundo – As formas de rescisão contratual são as prescritas no artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integra o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o edital de credenciamento nº 001/2015, com seus anexos e a proposta da CONTRATADA adjudicada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93, com suas posteriores modificações, aos casos omissos do presente Contrato.

Parágrafo Primeiro – É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Segundo – E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina à CONTRATADA, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Iomerê, 10 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

LABORATÓRIO CIENTÍFICO LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35.259

CONTRATO Nº 56/2020 - PMI

Publicação Nº 2609761

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS SOLAR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA TECNOSOLAR ENERGIA LTDA.

CT20/056

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Pedro Penso, nº 530, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa TECNOSOLAR ENERGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Orestes Filippi

nº 231, Bairro Centro na cidade de Ibiã-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 21.630.464/0001-51, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do serviço abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1 - O presente contrato tem como objeto a aquisição de luminárias solar, para montagem em monumento histórico do Município.

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL R\$
01	Unid.	Luminária solar 20 w All-in-One para postes de 3 a 4 m, 2.000 Lúmens. Poste galvanizado 50mm com altura mínima de 4m incluso 4 chumbadores de inox.	5.780,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - A empresa vencedora do certame, deverá fazer as entregas/montagem conforme necessidades solicitadas pelo município, em até 20 (vinte) dias após os pedidos formalizados pelo Município de Iomerê, conforme especificações técnicas abaixo:

- 2.1.1 – Autonomia mínima de 05 (cinco) noites;
- 2.1.2 – Processador inteligente com sistema adaptativo de iluminação;
- 2.1.3 – Bateria de lítio com vida útil mínima de 05 (cinco) anos;
- 2.1.4 – Três modos de programações;
- 2.1.5 – Estrutura em alumínio;
- 2.1.6 – Potência mínima de 20 W;
- 2.1.7 – Pannel solar mínimo de 18 W;
- 2.1.8 – Fluxo luminoso mínimo de 2.000 Lúmens.

2.2 - As despesas de deslocamento e transporte dos móveis desta licitação até o município de Iomerê ficarão a cargo da empresa vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos materiais objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2020:

Órgão	SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
Fonte de Recursos	1100 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	57

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0043/2020 – Pregão Presencial nº 0024/2020.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Será de responsabilidade do CONTRATADO:

- a) fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto deste Contrato, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter-se, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e em condições de habilitação.

9.2 – Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal solicitante, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 29 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ	TECNOSOLAR ENERGIA LTDA
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 57/2020 - PMI

Publicação Nº 2609765

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MG COMERCIAL EIRELI.

CT20/057

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Pedro Penso, nº 530, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MG COMERCIAL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Feliciano Bortolini nº 1640, Bairro Barra do Rio Cerro na cidade de Jaraguá do Sul-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 18.108.624/0001-92, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do serviço abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1 - O presente contrato tem como objeto a aquisição de brinquedos, para montagem no Município.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL R\$
02	<p>Área de ocupação: 5,15x 2,60 Altura: 0,95cm (chão/plataforma) Parque infantil colorido em madeira plástica, contendo: Estrutura principal confeccionada em colunas de madeira plástica com reforço interno tipo cruzeta medindo 9x9cm, com cantos arredondados e acabamento em polipropileno e polietileno pigmentado na cor itaúba, ferragens galvanizadas à fogo e pintura eletrostática, com Certificado de conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), comprovando que o produto entregue atende as normas técnicas da ABNT e NBR 16.071. Certificado emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro.</p> <p>01 Plataforma medindo 1,06 x1,06m, com estrutura metálica cantoneira galvanizada à fogo medindo 30x40mm espessura 1,5mm, com assoalho em tábua de madeira plástica 136x30mm cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,22mx1,22m; Altura do chão até o assoalho: 95 cm</p> <p>01 Plataforma medindo 1,06 x1,06m, com estrutura metálica cantoneira galvanizada à fogo medindo 30x40mm espessura 1,5mm, com assoalho em tábua de madeira plástica-cor itaúba, sem cobertura com coqueiro decorativo; Altura do chão até o assoalho: 95 cm</p> <p>01 Escada de 6 degraus, com estrutura em tubo 30x50mm #16, e corrimão em tubo 1" #14, medindo 1,80x0,76m</p> <p>01 Rampa de cordas com estrutura em tubo de 1 ½" #18, com cordas de nylon 14mm e junção em plástico injetado colorido, medindo 0,80x1,60m. Altura: 95cm</p> <p>01 Escorregador reto em fibra de vidro, medindo 1,80m de comprimento e 0,44m de largura externa, com largura interna no mínimo 33cm abas de no mínimo 13cm interna, e desaceleração de no mínimo 35cm, com acabamento arredondado no final da pista com Portal de segurança, confeccionado em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 92x88cm, com espaço de passagem medindo 64x80cm.</p> <p>01 Guarda corpo, confeccionado em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 0,75x0,88m, com aberturas de 7cm de largura no sentido vertical. Altura após montagem:0,80m</p> <p>01 Jogo da velha colorido, com 9 cilindros em polietileno rotomoldado, com as letras X e O na cor preta.</p> <p>01 Rampa de escalada curvada, confeccionada em polietileno rotomoldado parede dupla medindo 1,23x0,60m com 6 degraus.</p> <p>01 Tubo de ligação reto, com diâmetro de 0,75m e 1,00m de comprimento, confeccionado em polietileno rotomoldado, com flanges em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 1,06x0,98m, com todos os parafusos de fixação escondidos por tampas em plástico injetado. Orifícios laterais com 100mm de diâmetro servindo como visores.</p>	12.650,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - Apresentar certificado de conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), comprovando que o produto a ser entregue atende as normas técnicas da ABNT e NBR 16.071. Certificado emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, nos itens de playground e balanço.

2.2 - Apresentar prova de registro da proponente na entidade profissional competente CREA.

2.3 - A empresa vencedora do certame, deverá fazer as entregas/montagem conforme necessidades solicitadas pelo município, em até 30 (trinta) dias após os pedidos formalizados pelo Município de Iomerê.

2.4 - As despesas de deslocamento e transporte dos móveis desta licitação até o município de Iomerê ficarão a cargo da empresa vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO E VALOR

3.1 - O pagamento pela aquisição dos materiais objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2020:

Órgão	SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS DO ENSINO FUNDAMENTAL
Fonte de Recursos	RECURSOS DE CONVÊNIO

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0045/2020 – Pregão Presencial nº 0025/2020.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Será de responsabilidade do CONTRATADO:

- a) fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto deste Contrato, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter-se, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e em condições de habilitação.

9.2 – Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal solicitante, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 10 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

MG COMERCIAL EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 58/2020 - PMI

Publicação Nº 2609768

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA B E B PLAYGROUNDS INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI.

CT20/058

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Pedro Penso, nº 530, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa B E B PLAYGROUNDS INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Das Andorinhas nº 50, Bairro Centro na cidade de Antonio Carlos-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 32.163.902/0001-35, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do serviço abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1 - O presente contrato tem como objeto a aquisição de brinquedos, para montagem no Município.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL R\$
01	<p>Área de ocupação: 9,60 X 5,90m Altura: 1,35m (chão/plataforma) Parque infantil colorido em madeira plástica, contendo: Estrutura principal confeccionada em colunas de madeira plástica com reforço interno tipo cruzeta medindo 9x9cm, com cantos arredondados e acabamento em polipropileno e polietileno pigmentado na cor itaúba, ferragens galvanizadas à fogo e pintura eletrostática, com Certificado de conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), comprovando que o produto entregue atende as normas técnicas da ABNT e NBR 16.071. Certificado emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro. 03 Plataforma medindo 1,06 x1,06m, com estrutura metálica cantoneira galvanizada à fogo medindo 30x40mm espessura 1,5mm, com assoalho em tábua de madeira plástica 136x30mm cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,22mx1,22m; Altura do chão até o assoalho: 1,35m 01 Escada de 7 degraus, com estrutura em tubo 30x50mm #16, e corrimão em tubo 1" #14, medindo 2,00x0,76m, com degraus em madeira plástica 60x13,6x3cm com reforço na parte inferior. 01 Rampa de cordas com estrutura em tubo de 1 1/2" #18, com cordas de nylon 14mm e junção em plástico injetado colorido, medindo 0,80x1,80m. 01 Rampa de escalada curvada, confeccionada em polietileno rotomoldado parede dupla medindo 1,60x0,60m com 6 degraus. 01 Tubo de ligação reto, com diâmetro de 0,75m e 2,00m de comprimento, confeccionado em polietileno rotomoldado, com flanges em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 1,06x0,98m, com todos os parafusos de fixação escondidos por tampas em plástico injetado. Orifícios laterais com 100mm de diâmetro servindo como visores. 01 Passarela reta medindo 1,95m x 0,88m com assoalho em madeira plástica 136x30mm, guarda corpo com 80cm de altura sendo estrutura em tubo de 1 1/4" #16 e fechamento lateral em ferro mecânico 3/8" 01 Escorregador reto em polietileno rotomoldado, medindo 2,70m de comprimento e 0,50m de largura externa, sendo a largura interna no mínimo 40cm, com abas de no mínimo 15cm interna, e desaceleração de no mínimo 50cm, com acabamento arredondado no final da pista com Portal de segurança, confeccionado em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 92x88cm, com espaço de passagem medindo 64x80cm. 01 Escorregador ondulado em fibra de vidro, medindo 2,50m de comprimento, 55cm de largura externa, 39cm de largura interna e abas de no mínimo 15cm interna, seção de desaceleração de 50cm, com acabamento arredondado no final da pista, com Portal de segurança, confeccionado em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 92x88cm, com espaço de passagem medindo 64x80cm. 01 Tobogã em polietileno rotomoldado, composto por duas curvas de 90 graus, medindo 3,00m de comprimento e 0,75m de diâmetro, fixado a torre com flanges em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 1,06x0,98m, com todos os parafusos de fixação escondidos por tampas em plástico injetado e seção de saída em polietileno rotomoldado parede dupla fixada ao solo. 02 Guarda corpo, confeccionado em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 0,75x0,88m, com aberturas de 7cm de largura no sentido vertical. Altura após montagem:0,80</p>	25.400,00

03	<p>Área de ocupação: 3,40 x 4,60m Altura: 1 plataforma 1,35m (chão/plataforma) 1 plataforma 0,95m (chão/plataforma) Parque infantil colorido em madeira plástica, contendo: Estrutura principal confeccionada em colunas de madeira plástica com reforço interno tipo cruzeta medindo 9x9cm, com cantos arredondados e acabamento em polipropileno e polietileno pigmentado na cor itaúba, ferragens galvanizadas à fogo e pintura eletrostática, com Certificado de conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), comprovando que o produto entregue atende as normas técnicas da ABNT e NBR 16.071. Certificado emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro. 01 Plataforma medindo 1,06 x1,06m, com estrutura metálica cantoneira galvanizada à fogo medindo 30x40mm espessura 1,5mm, com assoalho em tábua de madeira plástica 136x30mm cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, em formato de pirâmide quadrada, medindo 1,22mx1,22m; Altura do chão até o assoalho: 1,35m 01 Plataforma medindo 1,06 x1,06m, com estrutura metálica cantoneira galvanizada à fogo medindo 30x40mm espessura 1,5mm, com assoalho em tábua de madeira plástica 136x30mm cor itaúba, sem cobertura ; Altura do chão até o assoalho: 95cm 01 Escorregador ondulado simples 2,00m, com Portal de segurança, confeccionado em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 92x88cm, com espaço de passagem medindo 64x80cm. 01 Jogo da velha colorido, com 9 cilindros em polietileno rotomoldado, com as letras X e O na cor preta. 01 Guarda corpo, confeccionado em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 0,75x0,88m, com aberturas de 7cm de largura no sentido vertical. Altura após montagem:0,80m 01 Rampa de cordas com estrutura em tubo de 1 ½" #18, com cordas de nylon 14mm e junção em plástico injetado colorido, medindo 0,80x1,80m. Altura: 1,35cm 01 Escada de 6 degraus, com estrutura em tubo 30x50mm #16, e corrimão em tubo 1" #14, medindo 1,80x0,76m 01 Escorregador reto em polietileno rotomoldado, medindo 2,70m de comprimento e 0,50m de largura externa, sendo a largura interna no mínimo 40cm, com abas de no mínimo 15cm interna, e desaceleração de no mínimo 50cm, com acabamento arredondado no final da pista com Portal de segurança, confeccionado em polietileno rotomoldado parede dupla, medindo 92x88cm, com espaço de passagem medindo 64x80cm.</p>	12.100,00
04	<p>Descrição: feita totalmente em plástico rotomoldado, altamente resistente. A textura das suas paredes simula madeira e todos os lados possuem aberturas e a sua parte interior conta com acessórios como mesinha e banquinhos fixos. Dimensões: Comprimento: 122 cm Largura: 128 cm Altura: 123 cm Matéria prima: Polietileno de baixa densidade linear (material não tóxico e reciclável) pigmentado (colorido) com aditivos em sua composição que prolongam a manutenção de sua coloração original.</p>	3.350,00

TOTAL 40.850,00 (QUARENTA MIL OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - Apresentar certificado de conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), comprovando que o produto a ser entregue atende as normas técnicas da ABNT e NBR 16.071. Certificado emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, nos itens de playground e balanço.

2.2 - Apresentar prova de registro da proponente na entidade profissional competente CREA.

2.3 - A empresa vencedora do certame, deverá fazer as entregas/montagem conforme necessidades solicitadas pelo município, em até 30 (trinta) dias após os pedidos formalizados pelo Município de Iomerê.

2.4 - As despesas de deslocamento e transporte dos móveis desta licitação até o município de Iomerê ficarão a cargo da empresa vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO E VALOR

3.1 - O pagamento pela aquisição dos materiais objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2020:

Órgão	SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS DO ENSINO FUNDAMENTAL
Fonte de Recursos	RECURSOS DE CONVÊNIO

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0045/2020 – Pregão Presencial nº 0025/2020.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Será de responsabilidade do CONTRATADO:

- a) fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto deste Contrato, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter-se, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e em condições de habilitação.

9.2 – Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal solicitante, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 10 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ CONTRATANTE	BEB PLAYGROUNDS IND. COM. BRINQUEDOS CONTRATADA
------------------------------------	--

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 59/2020 - PMI

Publicação Nº 2609772

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PAVER QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CIDIMAR DA ROSA.

CT20/059

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Pedro Penso, nº 530, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CIDIMAR DA ROSA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Da Paz nº 43, Bairro São Cristóvão na cidade de Fraiburgo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.312.247/0001-60, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do serviço abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1 - O presente contrato tem como objeto aquisição de tinta para utilizar em piso da Escola e serviços de limpeza na praça central do município, conforme abaixo:

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO E VALOR R\$
03	Litros	144	Tinta acrílica premium para piso. Valor R\$ 2.016,00
06	Serv.	1.400	Limpeza de superfícies com jato de alta pressão, SINAPI 99814. Valor R\$ 1.250,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0046/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 0026/2020, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 3.266,00 (três mil duzentos e sessenta e seis reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 60 dias.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçamentária	SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA
Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Será de obrigatoriedade da empresa vencedora:

7.1 – Prestar os serviços do objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas, sendo na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

7.2 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;

7.3 – Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes de trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, funcionários, terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto;

- 7.4 - Executar o objeto de acordo com o estipulado no item 2 do edital, os serviços objeto deste edital serão requisitados integralmente, de acordo com as necessidades do Município, e deverão ser iniciados conforme exigido em cada item do objeto, por conta e risco da licitante, dentro das normas técnicas exigidas, na forma da Lei vigente, e executadas com acompanhamento e anuência da Administração;
- 7.5 - Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;
- 7.6 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 7.7 - Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;
- 7.8 - Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;
- 7.9 - Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

Será de obrigatoriedade da contratante:

- 7.10 - Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;
- 7.11 - Acompanhar a execução do contrato oriundo do presente processo;
- 7.12 - Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão;
- 7.13 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 10 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

CIDIMAR DA ROSA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Rafael Deon

OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 60/2020 - PMI

Publicação Nº 2609775

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PAVER QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA LV SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA.

CT20/060

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Pedro Penso, nº 530, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa LV SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Luiz Vieceli nº 127, Bairro São José na cidade de Pinheiro Preto-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 32.456.480/0001-96, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do serviço abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1 - O presente contrato tem como objeto serviços de assentar piso e meio fio no pátio da Escola e praça central da cidade, conforme abaixo:

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO E VALOR R\$
04	Serv.	850	Mão de obra para assentamento de piso intertravado retangular de concreto 20x10cm espessura 8cm, cor natural, resistência 35 mpa (NBR 9781). Valor R\$ 8.245,00
05	Serv.	90	Mão de obra para assentamento de guia (meio fio) de concreto em trecho reto, em concreto pré-fabricado 100x15x13x30 (comprimento x base sup x base inf x altura) para vias urbanas. Valor R\$ 1.305,00
07	Serv.	1.400	Pintura acrílica em piso cimentado, 2 demãos, com tinta, SINAPI 74245/1. Valor R\$ 10.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0046/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 0026/2020, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 19.550,00 (dezenove mil quinhentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 60 dias.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçamentária	SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA
Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Será de obrigatoriedade da empresa vencedora:

7.1 – Prestar os serviços do objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas, sendo na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

- 7.2 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;
- 7.3 – Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes de trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, funcionários, terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto;
- 7.4 - Executar o objeto de acordo com o estipulado no item 2 do edital, os serviços objeto deste edital serão requisitados integralmente, de acordo com as necessidades do Município, e deverão ser iniciados conforme exigido em cada item do objeto, por conta e risco da licitante, dentro das normas técnicas exigidas, na forma da Lei vigente, e executadas com acompanhamento e anuência da Administração;
- 7.5 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;
- 7.6 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 7.7 - Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;
- 7.8 - Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;
- 7.9 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

Será de obrigatoriedade da contratante:

- 7.10 - Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;
- 7.11 – Acompanhar a execução do contrato oriundo do presente processo;
- 7.12 - Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão;
- 7.13 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 10 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

LV SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Rafael Deon

OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 61/2020 - PMI

Publicação Nº 2609779

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PAVER QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ULTRA FORTE ARTEFATOS DE CONCRETO EIRELI.

CT20/061

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Pedro Penso, nº 530, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ULTRA FORTE ARTEFATOS DE CONCRETO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Octavio Mattana nº 216, Bairro Centro na cidade de Pinheiro Preto-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 37.222.613/0001-83, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do serviço abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1 - O presente contrato tem como objeto a aquisição de piso intertravado e meio fio, para montagem na Escola.

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO E VALOR R\$
01	Metros ²	850	Piso intertravado retangular de concreto 20x10cm espessura 8cm, cor natural, resistência 35mpa (NBR 9781). Valor R\$ 31.790,00
02	Metros	90	Guia (meio fio) de concreto em trecho reto, em concreto pré-fabricado 100x15x13x30 (comprimento x base sup x base inf x altura) para vias urbanas. Valor R\$ 1.575,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0046/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 0026/2020, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 33.365,00 (trinta e três mil trezentos e sessenta e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 60 dias.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçamentária	SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA
Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Será de obrigação da empresa vencedora:

7.1 – Prestar os serviços do objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas, sendo na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

- 7.2 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;
- 7.3 – Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes de trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, funcionários, terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto;
- 7.4 - Executar o objeto de acordo com o estipulado no item 2 do edital, os serviços objeto deste edital serão requisitados integralmente, de acordo com as necessidades do Município, e deverão ser iniciados conforme exigido em cada item do objeto, por conta e risco da licitante, dentro das normas técnicas exigidas, na forma da Lei vigente, e executadas com acompanhamento e anuência da Administração;
- 7.5 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;
- 7.6 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 7.7 - Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;
- 7.8 - Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;
- 7.9 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

Será de obrigatoriedade da contratante:

- 7.10 - Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;
- 7.11 – Acompanhar a execução do contrato oriundo do presente processo;
- 7.12 - Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão;
- 7.13 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 10 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

ULTRA FORTE ARTEFATOS DE CONCRETO
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:
Rafael Deon
OAB.SC 35259

TERMO ADITIVO Nº 20/35

Publicação Nº 2609736

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA – CT17/081.

TA20/035

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Pedro Penso, 530, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Condá E nº 1154 E 1º Andar, Bairro Presidente Médice CEP 89.801-131 na cidade de Chapecó-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0009-14, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT17/081 e aditivos que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, no Processo Licitatório Pregão nº 0045/2017.

Art. 2º - O valor a ser pago mensalmente, a partir de 01 de julho de 2020, passa a ser de R\$ 594,34(quinhetos e noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos) mensais sendo:

QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$
12	Mês	Prefeitura eSocial	594,34

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT17/081.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 21 de julho de 2020.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Rafael Deon

OAB/SC 35259

TERMO ADITIVO Nº 20/36

Publicação Nº 2609737

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CANADA LTDA – CT20/009, TA20/007, TA20/015, TA20/017 e TA20/023.

TA20/036

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Pedro Penso, nº 530, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CANADA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 10.958.796/0001-43, com endereço Rua LI Alberto Szigalski, nº 21 Bairro Panazzolo na cidade de Videira-SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT20/009 e aditivos, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem reajustar o preço da gasolina e alterar a cláusula primeira do contrato em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT.R\$ R\$
1	Litro	Gasolina comum	RDP	4,18

Art. 2º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 29 de julho de 2020.

Luciano Paganini
CONTRATANTE

Auto Posto Canada Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

TERMO ADITIVO Nº 20/37

Publicação Nº 2609742

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PAVIMENTAÇÃO OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS EIRELI.

TA20/037

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Pedro Penso, nº 530, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS EIRELI, pessoa jurídica, situada na Av. Lebon Regis nº 421, Bairro São José na cidade de Fraiburgo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 27.841.750/0001-42, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT20/049, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do contrato CT20/049, resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 10 de setembro de 2020.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 07 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

TERMO ADITIVO Nº 20/38

Publicação Nº 2609745

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PAVIMENTAÇÃO OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA DALAMARIA CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA – CT 20/038.

TA20/038

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Pedro Penso, nº 530, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa DALAMARIA CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Angelo Albiero s/n, Bairro Oficina na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 20.405.443/0001-70, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT20/038, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do contrato CT20/038, resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 30 de setembro de 2020.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 13 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

DALAMARIA CONSTRUTORA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

HOMOLOGAÇÃO BRINQUEDOS

Publicação N° 2609694

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 25/2020 - PR Processo Administrativo: 45/2020 Processo de Licitação: 45/2020 Data do Processo: 17/07/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 45/2020
b) Licitação Nr.: 25/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 07/08/2020
e) Data da Adjudicação: 07/08/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**MG COMERCIAL EIRELI (5723)**

2	BRINQUEDO ITEM 02 - CONFORME EDITAL	UN	1,00	0,0000	12.650,00	12.650,00
					Total do Fornecedor:	12.650,00

B E B PLAYGROUNDS INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUED (5725)

1	BRINQUEDO ITEM 01 - COFORME EDITAL	UN	1,00	0,0000	25.400,00	25.400,00
3	BRINQUEDO ITEM 03 - CONFORME EDITAL	UN	1,00	0,0000	12.100,00	12.100,00
4	BRINQUEDO ITEM 04 - CONFORME EDITAL	UN	1,00	0,0000	3.350,00	3.350,00
					Total do Fornecedor:	40.850,00
					Total Geral:	53.500,00

Iomerê, 7 de Agosto de 2020.

LUCIANO PAGANINI

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 25/2020 - PR**

Processo Administrativo: 45/2020
Processo de Licitação: 45/2020
Data do Processo: 17/07/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (42) Saldo: 2.205,00

Iomerê, 7 de Agosto de 2020.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO CONCERTO RETRO

Publicação N° 2609696

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2020 - PR Processo Administrativo: 48/2020 Processo de Licitação: 48/2020 Data do Processo: 03/08/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 48/2020
b) Licitação Nr.: 27/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/08/2020
e) Data da Adjudicação: 18/08/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONCERTO DE RETROESCAVADEIRA 416 E.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**TIEPPO AUTO MECÂNICA JJD LTDA - ME (4791)**

1	PEÇAS PARA CONCERTO RETROESCAVADEIRA	UN	1,00	0,0000	33.254,08	33.254,08
2	SERVIÇOS PARA CONCERTO RETROESCAVADEIRA	SRV	1,00	0,0000	23.100,00	23.100,00
					Total do Fornecedor:	56.354,08
					Total Geral:	56.354,08

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (118) Saldo: 338.552,90

Iomerê, 18 de Agosto de 2020.

LUCIANO PAGANINI

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE**

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 27/2020 - PR**

Processo Administrativo: 48/2020
Processo de Licitação: 48/2020
Data do Processo: 03/08/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Iomerê, 18 de Agosto de 2020.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO EXAMES CIENTIFICO

Publicação N° 2609700

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAUDE IOMERE	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2020 - IL
CNPJ: 10.423.190/0001-03 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 8/2020 Data do Processo: 10/08/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2020
b) Licitação Nr.: 3/2020-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 10/08/2020
e) Data da Adjudicação: 10/08/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação EXAMES LABORATORIAIS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtdade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	--------	------------	----------------	---------------

LABORATÓRIO CIENTÍFICO LTDA (4830)

1 Covid - COV /PCR	SRV	100,00	0,0000	229,00	22.900,00
2 Covid - COVS (Ig G/IgM)	SRV	100,00	0,0000	160,00	16.000,00
3 Covid - COV2 (Ig G/Ig A)	SRV	100,00	0,0000	208,00	20.800,00
4 Covid - COVA (Ig A)	SRV	100,00	0,0000	100,00	10.000,00
5 Covid - COVG (IgG)	SRV	100,00	0,0000	100,00	10.000,00
6 Covid - COVM (IgM)	SRV	100,00	0,0000	100,00	10.000,00
7 Covid - COVT Imunoglobulinas totais	SRV	100,00	0,0000	139,00	13.900,00
8 Covid - anticorpos totais (IgG/IgM/Ig A)	SRV	100,00	0,0000	95,00	9.500,00
9 Covid - teste rápido (IgG/IgM)	SRV	100,00	0,0000	130,00	13.000,00
10 Teste Rápido Antígeno	SRV	100,00	0,0000	180,00	18.000,00

Total do Fornecedor: 144.100,00

Total Geral: 144.100,00

Iomerê, 10 de Agosto de 2020.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE IOMERE

CNPJ: 10.423.190/0001-03
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nr.: 3/2020 - IL

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 8/2020
Data do Processo: 10/08/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.027.3.3.90.00.00.00.00 (37)

Iomerê, 10 de Agosto de 2020.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO

HOMOLOGAÇÃO EXAMES PASTEUR

Publicação N° 2609699

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAUDE IOMERE	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2020 - IL
CNPJ: 10.423.190/0001-03 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 7/2020 Processo de Licitação: 7/2020 Data do Processo: 10/08/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 7/2020
b) Licitação Nr.: 2/2020-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 10/08/2020
e) Data da Adjudicação: 10/08/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação EXAMES LABORATORIAIS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtdade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	--------	------------	----------------	---------------

G. PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATO (5599)

1 Covid - COV /PCR	SRV	100,00	0,0000	229,00	22.900,00
2 Covid - COVS (Ig G/IgM)	SRV	100,00	0,0000	160,00	16.000,00
3 Covid - COV2 (Ig G/Ig A)	SRV	100,00	0,0000	208,00	20.800,00
4 Covid - COVA (Ig A)	SRV	100,00	0,0000	100,00	10.000,00
5 Covid - COVG (IgG)	SRV	100,00	0,0000	100,00	10.000,00
6 Covid - COVM (IgM)	SRV	100,00	0,0000	100,00	10.000,00
7 Covid - COVT Imunoglobulinas totais	SRV	100,00	0,0000	139,00	13.900,00
8 Covid - anticorpos totais (IgG/IgM/Ig A)	SRV	100,00	0,0000	95,00	9.500,00
9 Covid - teste rápido (IgG/IgM)	SRV	100,00	0,0000	130,00	13.000,00
10 Teste Rápido Antígeno	SRV	100,00	0,0000	180,00	18.000,00
				Total do Fornecedor:	144.100,00
				Total Geral:	144.100,00

Iomerê, 10 de Agosto de 2020.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE IOMERE

CNPJ: 10.423.190/0001-03
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nr.: 2/2020 - IL

Processo Administrativo: 7/2020
Processo de Licitação: 7/2020
Data do Processo: 10/08/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (37) Saldo: 2.241,63

Iomerê, 10 de Agosto de 2020.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO

HOMOLOGAÇÃO LUMINARIAS

Publicação N° 2609693

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 24/2020 - PR Processo Administrativo: 43/2020 Processo de Licitação: 43/2020 Data do Processo: 10/07/2020
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 43/2020
- b) Licitação Nr.: 24/2020-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 28/07/2020
- e) Data da Adjudicação: 28/07/2020 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS SOLAR

(em Reais R\$)					
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>TECNOSOLAR ENERGIA LTDA (5720)</u>					
1 LUMINÁRIA SOLAR	UN	2,00	0,0000	2.890,00	5.780,00
Total do Fornecedor:					5.780,00
Total Geral:					5.780,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (57) Saldo: 9.478,18

Iomerê, 28 de Julho de 2020.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO MÉDICO COVID

Publicação Nº 2609698

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAUDE IOMERE CNPJ: 10.423.190/0001-03 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 1/2020 - DL Processo Administrativo: 6/2020 Processo de Licitação: 6/2020 Data do Processo: 05/08/2020
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 6/2020
- b) Licitação Nr.: 1/2020-DL
- c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
- d) Data Homologação: 07/08/2020
- e) Data da Adjudicação: 07/08/2020 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação SERVIÇOS MÉDICOS.

(em Reais R\$)					
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>CS SERVICOS EM SAUDE LTDA (5736)</u>					
1 SERVIÇOS MÉDICOS	SRV	4,00	0,0000	24.800,00	99.200,00
Total do Fornecedor:					99.200,00
Total Geral:					99.200,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (36)

Iomerê, 7 de Agosto de 2020.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO

HOMOLOGAÇÃO PAVER E SERVIÇOS

Publicação N° 2609695

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2020 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 46/2020 Processo de Licitação: 46/2020 Data do Processo: 22/07/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 46/2020
b) Licitação Nr.: 26/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 10/08/2020
e) Data da Adjudicação: 10/08/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE PAVER E SERVIÇOS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtdade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	--------	------------	----------------	---------------

CIDIMAR DA ROSA (5735)

3 TINTA ACRÍLICA PARA PISO - Marca: Futura	LT	144,00	0,0000	14,00	2.016,00
6 LIMPEZA DE SUPERFÍCIES COM JATO DE ALTA RPRESSÃO	SRV	1,00	0,0000	1.250,00	1.250,00
Total do Fornecedor:					3.266,00

LV SERVICOS DE CONSTRUÇOES LTDA (5733)

4 MÃO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE PISO	SRV	1,00	0,0000	8.245,00	8.245,00
5 MÃO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO FIO)	SRV	1,00	0,0000	1.305,00	1.305,00
7 PINTURA ACRÍLICA EM PISO COM TINTA	SRV	1,00	0,0000	10.000,00	10.000,00
Total do Fornecedor:					19.550,00

ULTRA FORTE ARTEFATOS DE CONCRETO EIRELI (5734)

1 PISO INTERTRAVADO	M2	850,00	0,0000	37,40	31.790,00
2 GUIA (MEIO FIO)	MT	90,00	0,0000	17,50	1.575,00
Total do Fornecedor:					33.365,00
Total Geral:					56.181,00

Iomerê, 10 de Agosto de 2020.

LUCIANO PAGANINI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 26/2020 - PR

Processo Administrativo: 46/2020
Processo de Licitação: 46/2020
Data do Processo: 22/07/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (118) Saldo: 341.259,26

Iomerê, 10 de Agosto de 2020.

LUCIANO PAGANINI

Ipira

PREFEITURA

11TAC56/2019

Publicação N° 2610682

18/08/2020 11/10/2020 18/08/2020 2019 9 2769 11TAC56/2019 56/2019 2 Execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial das Ruas Padre Nicolau Schuster, Rua Arnildo Ko Freitag, Rua Caetano Mattana, Rua Hedi Klein Matzenbacher, Rua Floriano Schaeffer, Acostamento da Avenida Brasil, Rua Edmundo Wolfart, Rua das Hortências e recapeamento asfáltico das Ruas Guilhermina Ko Freitag, Rua Antunes de Sá, Rua Joaquim Matheus Pinto, Rua da Cascata, Rua Sigfried Gauer. 24802,85 102741 VIAPAVI OBRAS E SERVICOS LTDA J 1 0 0 0 39 C 0 0 4 TP 1 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

74/2020

Publicação N° 2610309

18/08/2020 18/08/2021 18/08/2020 2020 33 2766 74/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de tintas para pintura de vias públicas do município, conforme especificações constantes no ANEXO "D" deste Edital. 10980,00 103091 JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 20 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

75/2020

Publicação N° 2610310

18/08/2020 18/08/2021 18/08/2020 2020 34 2767 75/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de recapagem de pneus conforme a necessidade, para a Frota da Prefeitura Municipal de Ipira, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 3112,00 103050 F.M. PNEUS LTDA J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 21 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

76/2020

Publicação N° 2610312

18/08/2020 18/08/2021 18/08/2020 2020 34 2768 76/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de recapagem de pneus conforme a necessidade, para a Frota da Prefeitura Municipal de Ipira, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 4180,00 8365 Giaretta Pneus Ltda. J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 21 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

1º ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO 001/2020

Publicação Nº 2609741

TERMO ADITIVO DO TERMO DE FOMENTO N.º 01-001/2020

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E O INSTITUTO DESPORTIVO ASSISTENCIAL E CULTURAL DE IPORÃ DO OESTE – INDACI, COM BASE LEGAL NA LEI N.º 13.019/2014.

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede à Rua Santo Antônio, 100, Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, CNPJ n.º 78.485.554/0001-13, representada neste ato pelo Prefeito Sr. LÚCIO MALLMANN, portador do CPF sob n.º 831.980.599-68, adiante nomeado MUNICÍPIO, e o INSTITUTO DESPORTIVO ASSISTENCIAL E CULTURAL DE IPORÃ DO OESTE – INDACI, com sede na Rua Santo Antônio, 100, Centro, Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ n.º 05.758.675/0001-18, representado neste ato por seu Presidente, Sr. MARINO MUELLER, portador do CPF sob n.º 249.750.289-72, adiante nomeada ASSOCIAÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2.014, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é dar nova redação ao item 7.3 da Cláusula Sétima do Contrato Original, com o objetivo de designar novo gestor, que será responsável pelo monitoramento, acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

Por força do objeto do presente Termo Aditivo, o item 7.3 da Cláusula Sétima do Contrato originário passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

.....

7.3 - Em cumprimento ao disposto na alínea “g” do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.14, fica designado o servidor JONAS KAISER Matricula nº 159654, Gestor da presente parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Fomento n.º 001/2020.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO providenciará a publicação resumida do presente Instrumento, no Diário Oficial do Município, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da respectiva assinatura.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os participantes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos participantes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Iporã do Oeste, 17 de agosto de 2020.

ASSESSORIA JURÍDICA:

Após análise do conteúdo do presente aditivo acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos legais, opinando assim, pela assinatura do presente termo.

Advogado/Assessor Geral

CONTRATO 089-2020

Publicação Nº 2609874

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC
EXTRATO CONTRATO Nº 089/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2020

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para disponibilização de plataforma para realização de pregão eletrônico a ser utilizado pela Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, através do “Programa Compras Compartilhadas”.

DO VALOR TOTAL: gratuito

DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC – CNPJ:78.485.554/0001-13 .

DO CONTRATADO: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.397.355/0001-30

DA VIGÊNCIA: Da data da assinatura, pelo período de 60 (sessenta) meses.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 da Lei 8.666/93
DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC.
Iporã do Oeste/SC, 13 de agosto de 2020.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal.

CONTRATO 090-2020

Publicação Nº 2610491

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC
CONTRATO Nº 090/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte adjudicação e homologação da contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONCLUSÃO DO CENTRO PARA JUVENTUDE, NO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 194.466,12 (Cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e doze centavos).

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste - SC

DO CONTRATADO: JK IMÓVEIS LTDA - CNPJ nº 10.878.259/0001-93

DA VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 31 de Dezembro de 2020.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC

Iporã do Oeste/SC, 18 de Junho de 2020.

Lucio Mallmann - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 136/2020

Publicação Nº 2610510

DECRETO Nº 136 DE 12 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.885/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de 10.545,20 (dez mil quinhentos e quarenta e cinco reais com vinte centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	08.00	FUNDO ROTATIVO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FRMH
Unidade:	08.001	Fundo Rotativo Municipal de Habitação – FRMH
Proj./Ativ.	016.0482.0020.2020	Manutenção das Ações de Habitação
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
03.80.14.02		Habitação - FRHAB 5.000,00
Órgão:	09.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Unidade:	09.001	Encargos Gerais do Município
Proj./Ativ	28.845.0000.0002	Contribuição ao Pasep
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.53.14.96		LC 173/2020 4.893,74
Conta Receita		41718991103000000000
01.52.14.93		LC 173/2020-Saúde 586,32
Conta Receita		41718991105000000000
01.52.14.95		LC 173/2020-Assistência Social 65,14
Conta Receita		41718991106000000000
Total		10.545,20

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, o superávit financeiro verificado no exercício de 2019, no valor de R\$ 5.000,00 (dois mil reais), oriundos da Fonte de Recursos 03.80.14.02 - Habitação – FRHAB – Caixa Econômica Federal conta nº 10.301-8, com fulcro no inciso 1º do § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 3º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, o excesso de arrecadação verificado no exercício de 2020 no valor de R\$ 4.893,74 (quatro mil, oitocentos e noventa e três reais com setenta e quatro centavos), oriundos da Fonte de Recursos 01.53.14.96 – LC

173/2020, o valor de R\$ 586,32 (quinhentos e oitenta e seis reais com trinta e dois centavos) oriundos da Fonte de Recursos 01.52.14.93 – LC 173/2020-Saúde, e o valor de R\$ 65,14 (sessenta e cinco reais com catorze centavos) oriundos da Fonte de Recursos 01.52.14.95 – LC 173/2020-Assistência Social, com fulcro no inciso 1º do § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 4º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1.878/2019 e da LOA 2020 – Lei Municipal nº 1.885/2019, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 10.545,20 (dez mil quinhentos e quarenta e cinco reais com vinte centavos).

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 12 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N° 148/20

Publicação N° 2609489

DECRETO N° 148 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL PARA FINS DE AQUISIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal art.109, inciso V e XXXI e Decreto Municipal nº 133/2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Ata de Avaliação de Imóvel, parte integrante deste decreto, elaborado pela Comissão Especial nomeada pelo Decreto Municipal nº 133 de 11 de agosto de 2020.

Art. 2º Nos termos da Avaliação fica definido como imóvel viável para fins de desapropriação para a finalidade de Ampliação do Centro Integrado de Ensino Fundamental – CIEF, parte do Lote Urbano nº 358, da Quadra nº 75, situado na Rua Lourenço Muller, no Município de Iporã do Oeste, Comarca de Mondaí, SC, com área de 721,48 metros quadrados, sem benfeitorias, de propriedade de Claudio José Friedrich, Dirceu Luiz Friedrich, Estelamaris Friedrich e Joana Maria Friedrich, confrontando:

LESTE: com 39,27 metros com Chácara Urbana nº 108 de propriedade do Município de Iporã do Oeste;

SUL: com 36,57 metros com o Lote Urbano nº 358 de propriedade Claudio José Friedrich, Dirceu Luiz Friedrich, Estelamaris Friedrich e Joana Maria Friedrich;

NOROESTE: 54,60 metros Chácara Urbana nº 106 de propriedade do Município de Iporã do Oeste.

Art. 3º Fica fixado em R\$ 90.185,00 (noventa mil, cento e oitenta e cinco reais) o valor da área descrita no Art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 17 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 149/20

Publicação Nº 2609492

DECRETO Nº 149 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa, conferida no art. 109, inciso V e XV, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o contido nos art. 5º, alínea "m", e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA para fins de desapropriação parte do Lote Urbano nº 358, da Quadra nº 75, situado na Rua Lourenço Muller, no Município de Iporã do Oeste, registrado sob a matrícula nº 10043, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Mondaiá, SC, com área de 721,48 metros quadrados, sem benfeitorias, de propriedade de Claudio José Friedrich, Dirceu Luiz Friedrich, Estelamaris Friedrich e Joana Maria Friedrich, confrontando:

LESTE: com 39,27 metros com Chácara Urbana nº 108 de propriedade do Município de Iporã do Oeste;

SUL: com 36,57 metros com o Lote Urbano nº 358 de propriedade Claudio José Friedrich, Dirceu Luiz Friedrich, Estelamaris Friedrich e Joana Maria Friedrich;

NOROESTE: 54,60 metros Chácara Urbana nº 106 de propriedade do Município de Iporã do Oeste.

Art. 2º A área descrita no Art. 1º destinar-se-á ampliação do Centro Integrado de Ensino Fundamental – CIEF e integrará o Complexo Educacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 17 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER
Secretário de Administração e Finanças

LICITAÇÃO PC 064/2020 - TOMADA DE PREÇOS 006/2020

Publicação Nº 2610439

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 14:00 horas do dia 10 de Setembro de 2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, situado à Rua Santo Antônio, nº. 100, Centro, Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO DA QUADRA COBERTA POLIESPORTIVA DA COMUNIDADE DE LINHA ALTO TIGRE, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 899367/2020/MCIDADANIA/CAIXA.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos, no Setor de Licitações, sito a Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, Iporã do Oeste/SC, pelo telefone (49) 3634-1210, de segunda a sexta feira, no horário de expediente. Os editais estarão disponíveis no site do município de Iporã do Oeste/SC: <www.ipora.sc.gov.br>.

Iporã do Oeste/SC, 18 de Agosto de 2020.

LÚCIO MALLMANN
PREFEITO MUNICIPAL.

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55/2020/PM

Publicação Nº 2610076

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55/2020

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 02/09/2020, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 02/09/2020. Objeto da licitação: aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinado para o programa de alimentação escolar, dos Núcleos Educacionais da Rede Municipal de Ensino. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 18/08/2020

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº.438/2020 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610305

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A VALCIR BONISSONI, matrícula 1715, Licença Prêmio de 10 (dez) dias, relativos ao período aquisitivo de 2015 a 2020 e gozo a partir de 18 de Agosto de 2020 a 27 de Agosto de 2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeito retroativo a partir de 18 de Agosto de 2020.

Ipumirim - SC, 18 de Agosto de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 437/2020 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610301

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GILBERTO ANTONIO ACCADROLI, matrícula 2887, férias de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2019 a 2020 e gozo a partir de 20 de Agosto de 2020 a 18 de Setembro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 20 de Agosto de 2020.

Ipumirim - SC, 18 de Agosto de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

Iraceminha

PREFEITURA

TERMO HOMOLOGAÇÃO PP 15/2020

Publicação Nº 2609604

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2020 - PR Processo Administrativo: 46/2020 Processo de Licitação: 46/2020 Data do Processo: 04/08/2020
Folha: 1/2	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JEAN CARLOS NYLAND, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 46/2020
b) Licitação Nr.: 15/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/08/2020
e) Objeto da Licitação: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de TUBOS para a manutenção das atividades do Departamento de Infraestrutura, Obras e Transportes de Iraceminha, conforme itens e especificações constantes neste Edital Convocatório.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

EUROPA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. (1814)

Unid.	Quantidade	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
UN	100,00	0,0000	26,00	2.600,00
UN	150,00	0,0000	33,55	5.032,50
UN	700,00	0,0000	42,50	29.750,00
UN	30,00	0,0000	1.049,00	31.470,00

Total do Fornecedor: 68.852,50PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA. (818)

UN	500,00	0,0000	79,00	39.500,00
UN	150,00	0,0000	220,00	33.000,00

Iraceminha, 18 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2020 - PR
	Processo Administrativo: 46/2020 Processo de Licitação: 46/2020 Data do Processo: 04/08/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA. (818)**

6 TUBO DE CONCRETO CA1 1 MT DIÂMETRO C/ 1 MT COMPRIMENTO - Marca: Pré Moldados MH	UN	200,00	0.0000	289,50	57.900,00
7 TUBO DE CONCRETO CA2 1,5 MTS DE DIÂMETRO E 1 MT DE COMPRIMENTO - Marca: Pré Moldados MH	UN	60,00	0.0000	625,00	37.500,00
Total do Fornecedor:					167.900,00
Total Geral:					236.752,50

Iraceminha, 18 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

Irani

PREFEITURA

DECRETO Nº 160.2020

Publicação Nº 2610575

DECRETO Nº 160, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 1535, de 19/05/2020.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, assim constituído:

I – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Ivani Ricci

Suplente: Leandra Camila Zenaro

II - REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Marlene de Campos

Suplente: Amanda Shaiane de Carvalho

III – REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Sílvia Prior

Suplente: MArise de Meira Basso

IV - REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Leandro Ribeiro dos Santos

Suplente: Julio Correia Luiz

V – REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA INDICADO PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDÁRIOS:

Titular: Adriano Souza de Campos

Suplente: Felipe Duarte Fagundes

VI – REPRESENTANTE DOS PAIS DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Juliana das Neves Sarturi

Suplente: Andréia Dalla Costa

VII - REPRESENTANTE DOS PAIS DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Graziela Letícia Pitucco Salvador

Suplente: Gesiele Peruzzo

VIII – REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titular: Edinéia Cristiane Zenaro

Suplente: Izamara Zanella Farinella

IX – REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO OU ÓRGÃO EDUCACIONAL EQUIVALENTE:

Titular: Giovana Aparecida Dias

Suplente: Neusa Salete Prior

X – REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Titular: Daiana Paula de Avila

Suplente: Silvana Sganzerla Pagnoncelli

XI – REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Jucemar Antonio Souza da Luz

Suplente: Evanes Fidel

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, será presidido pelos Conselheiros eleitos: Presidente Juliana das Neves Sarturi, Vice-presidente Sílvia Prior, Secretária Neusa Salete Prior.

Art. 2º Os Serviços prestados serão gratuitos e considerados relevantes para o serviço público municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 031, de 17 de março de 2020.

Sívio Antonio Lemos das Neves
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração e Gestão em 18 de agosto de 2020.

REGULAMENTO FIMUSI 2020

Publicação Nº 2610000

O Governo Municipal de Irani, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Diretoria de Cultura estará realizando o XXX FIMUSI, com objetivo de estimular o desenvolvimento musical e cultural de Irani e Região.

O XXX FIMUSI será realizado nos dias 09, 10, 11 e 12 de setembro de 2020, de forma online com transmissão ao vivo, para o qual fica estabelecido o regulamento abaixo:

I – Da participação:

Poderão participar intérpretes amadores de todo o território Nacional, sendo:

- Com idade entre 6 a 12 anos na Categoria Infantil;
- Com idade entre 13 a 17 anos na Categoria Juvenil;
- Com idade acima de 18 anos nas categorias Gospel, Popular, Nativista e Sertanejo.
- Na categoria GOSPEL Poderão participar somente intérpretes amadores residentes em Irani com o comprovante de residência.

As respectivas idades deverão ser comprovadas com documentos enviado no link da inscrição.

Na categoria infantil: considerando a não realização da etapa municipal, FIMUSINHO, os inscritos de Irani passarão por uma pré avaliação para posterior efetivação de sua inscrição.

Nas categorias, infantil e Juvenil o candidato poderá interpretar música gospel, popular, nativista e sertaneja.

Os candidatos poderão se inscrever somente em uma categoria exceto os moradores de Irani que poderão participar da categoria gospel e também se inscrever em mais uma das demais.

É vetada a inscrição das músicas que estão na listagem em anexo no final deste regulamento.

Os interpretes não poderão inscrever a mesma música que cantaram no ano anterior, sob pena de terem a inscrição vetada.

Na quarta-feira dia 09 de setembro de 2020, acontecerá a eliminatória e premiação das categorias Infantil e Gospel:

Na quinta-feira dia 10 de setembro de 2020, acontecerá a eliminatória e premiação das categorias Juvenil; e eliminatória da categoria Popular onde são classificados 10 para a final de sábado.

Na sexta feira dia 11 de setembro de 2020, acontecerá a eliminatória das categorias Nativista e Sertaneja onde serão classificados 10 intérpretes na categoria Nativista e 10 na categoria Sertaneja para a final no sábado.

No sábado dia 12 de setembro de 2020, acontecerá a final das categorias Popular, Nativista e Sertaneja, nesta ordem. Lembrando que na final o candidato interpretará a mesma música da eliminatória.

II – Das inscrições:

As inscrições serão realizadas somente no link localizado na página do Facebook Fimusi Irani

O link para a inscrição estará disponível no Facebook Fimusi Irani no período de 18 de agosto de 2020 a partir das 09h00min até dia 31 de agosto de 2020, às 23h59min.

Em todos os casos o comprovante de inscrição será encaminhado pela CCO (Comissão Central Organizadora), via e-mail fimusi20@gmail.com no prazo de 2 (dois) dias úteis.

Poderão se inscrever para o XXX FIMUSI – edição online, somente intérpretes que tenham participado do mesmo ao menos em 01 (uma) edição nos últimos 5 anos. Se necessário solicitaremos comprovação da participação.

ATENÇÃO INSCRIÇÕES LIMITADAS:

- Categoria Infantil 20 inscrições

- Categoria Juvenil 20 inscrições
- Categoria Popular 25 inscrições,
- Categoria Nativista 20 inscrições e
- Categoria Sertaneja 40 inscrições

Sendo que serão consideradas as inscrições pela ordem de data e horário e que tenham enviado a documentação solicitada.

Em caso de desistência da inscrição o candidato deverá comunicar à comissão o imediatamente para que esta vaga seja preenchida.

Não serão aceitas inscrições fora do prazo previsto. Cada música poderá ter somente uma inscrição, respeitando à ordem cronológica para a efetivação da mesma.

O intérprete deverá informar o nome completo (individual, dupla, trio ou grupo), bem como o nome artístico.

No caso de intérprete menor de idade, deverá ser enviada no ato da inscrição uma autorização devidamente assinada pelos pais ou responsáveis, no email: fimusi20@gmail.com .

As inscrições recebidas serão confirmadas pela CCO em até 48 horas e após a confirmação o intérprete inscrito terá 3 dias para enviar um vídeo de sua apresentação para o mesmo email que receberam a confirmação (fimusi20@gmail.com).

III - Da seleção e classificação para a final:

· Após a eliminatória passarão para a final 10 (dez) intérpretes na categoria Popular, 10 intérpretes na categoria Sertaneja e 10 (dez) na categoria Nativista.

Serão premiados até a 5ª colocação de cada categoria.

Serão atribuídas pelos jurados, notas de 05 (cinco) a 10 (dez), podendo ser fracionadas em até duas casas decimais. Exemplo: 8,23.

A nota final será a somatória das notas dos jurados em cada quesito, determinando a classificação.

Nas eliminatórias serão divulgados os classificados em ordem alfabética, não sendo divulgado o número de pontos nem a ordem de classificação.

Para a classificação, serão observados os seguintes quesitos:

Interpretação, Afinação, Dicção e Ritmo.

As decisões do júri, em qualquer fase, serão irrevogáveis e irrecorríveis, não cabendo recursos.

Ordem de apresentação para final do Festival, sábado dia 12 de setembro de 2020:

1ª Final: Categoria POPULAR.

2ª Final: Categoria NATIVISTA .

3ª Final: Categoria SERTANEJA.

OS CANDIDATOS QUE SE CLASSIFICAREM PARA A FINAL DEVERÃO ENVIAR NOVO VÍDEO DE SUA INTERPRETAÇÃO ATÉ AS 13 HORAS DO DIA 12 DE SETEMBRO.

A ordem de apresentação das Eliminatórias e da Final será definida por sorteio.

IV - Dos horários:

Na quarta-feira, 09 de setembro de 2019, às 19h30min eliminatória e final das Categorias Infantil e Gospel.

Na quinta-feira, 10 de setembro de 2020, às 20h eliminatória e final da Categoria Juvenil e eliminatória da categoria Popular.

Na sexta-feira, 11 de setembro de 2020, às 20h eliminatória das categorias Nativista e Sertaneja.

No sábado, 12 de setembro de 2020, às 21h a grande final das categorias Popular, Nativista e Sertaneja

V - Da premiação:

Fica estabelecida para o XXX FIMUSI a seguinte premiação:

	GOSPEL	INFANTIL	JUVENIL	POPULAR	NATIVISTA	SERTANEJO
1º	R\$ 700,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 900,00	R\$ 800,00	R\$ 1.000,00
2º	R\$ 600,00	R\$ 400,00	R\$ 400,00	R\$ 700,00	R\$ 600,00	R\$ 800,00

3º	R\$ 500,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 600,00	R\$ 500,00	R\$ 700,00
4º	R\$ 400,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 500,00	R\$ 400,00	R\$ 600,00
5º	R\$ 300,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 400,00	R\$ 300,00	R\$ 500,00
	R\$ 2.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 3.100,00	R\$ 2.600,00	R\$ 3.600,00
TOTAL DA PREMIAÇÃO: R\$: 14.800,00						

O pagamento da premiação será efetuado através de depósito em conta corrente em nome do vencedor conforme ficha de inscrição ou outra mediante autorização por escrito do mesmo.

Os intérpretes vencedores deverão entrar em contato com a Comissão Central Organizadora através do email fimusi20@gmail.com, até o 2º dia útil após o Festival, informado o nome completo, CPF, banco, número da agência, número da conta bancária para recebimento da premiação.

VI – Da cota patrocínio

As pessoas físicas e jurídicas que tiverem interesse em patrocinar o evento poderão optar por duas opções de cotas, sendo:

1 – Cota prata: valor de R\$ 100,00, que corresponderá a divulgação da logomarca do patrocinador por 3 segundos no canto da tela de exibição do evento, pelas quatro noites do festival;

2 – Cota ouro: valor de R\$ 1.000,00 à R\$ 5.000,00 que poderá ser através de divulgação da logomarca do patrocinador de forma fixa na tela do evento, a divulgação verbal durante os intervalos e/ou a exposição de produtos/serviços/objeto no cenário da apresentação dos participantes do evento, de acordo com a quantia optada.

Os valores serão recolhidos através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, emitido pelo Município e entregue ao Patrocinador que terá o dia 02/09/2020 para comprovar o recolhimento.

Os valores recolhidos serão investidos no pagamento das despesas do evento

VII - Disposições gerais:

Cada candidato é responsável pelo seu acompanhamento.

As interpretações poderão ser com acompanhamento próprio ou playback.

Não será permitido acompanhamento com banda, buscando maior equidade entre todos os participantes.

A comissão julgadora será composta por pessoas convidadas pela CCO.

O candidato que em qualquer hipótese perturbar a ordem do festival será desclassificado.

O candidato que participar do XXX FIMUSI ao realizar sua inscrição, automaticamente autoriza a utilização do uso da imagem pessoal, por qualquer meio durante o FIMUSI ou em ocasião posterior, para fins de divulgação, realizada pelo município, ainda que não relacionadas a esse evento.

A inscrição do candidato aplica na integral aceitação do presente regulamento, bem como, das decisões que venham a ser tomadas pela CCO, com relação aos casos omissos.

Os casos omissos neste regulamento serão decididos pela Comissão Central Organizadora (CCO)

O regulamento do XXIX FIMUSI encontra-se na internet, no site: www.irani.sc.gov.br no link:

XXX FIMUSI

Comissão Central Organizadora.

fimusi20@gmail.com

(49) 34323208 OU 34323200

MÚSICAS VETADAS:

Lembrando que não serão aceitas músicas da categoria Gospel, mesmo que tenha sido regravação por cantores popular, sertanejo ou Nativista.

Músicas Gospel somente na noite destinada para esta categoria.

Música	Compositor
América	Jessé

As Baleias	Roberto Carlos / Erasmo Carlos
Caminheiro	Jack
Cidade Grande	Petrúcio Amorim
Circo Da Vida	Rony e Robson
Como Nossos Pais	Belchior
Dia de Formatura	Moacyr Franco
Disparada	Geraldo Vandré / Theo De Barros
Deus Salve a América	Fauze / Jamil
Festival de Cores	CARRERITO / Zé Venâncio
Filho Adotivo	Sérgio Reis
Flor do Cafezal	Luiz Carlos Paraná
Força estranha	Roberto Carlos
Gaivota Dourada	Piska
Garoto de Rua	
Granada	Augustin Lara / José Mojica
Manhãs de Setembro	Mário Campanha / Vanusa
Menina	Chrystian
Mia Gioconda	Vicente Celestino
Mira Ira	Lula Barbosa
Não Chores Por mim Argentina	Andrew Lloyd / Tim Rice/Victor Berbara
Nuvem	Oscar Nelson Safuan
O Amor e o Poder	C.de Rouge-G.Mende-J.Rush-M.Applegate/Cláudio R.
O Bêbado e o Equilibrista	João Bosco / Aldir Blanc
Pais e Filhos	Dado Villa Lobos/Renato Russo/ Marcelo Bonfá
Porto Solidão	Zeca Bahia/ginko
Pra que?	Samuel Moyses
Pra Sempre vou te Amar	M Blatte/I. Gottlieb/vs. Guto/angelicci
Quando eu Chorar	Emerson Pinheiro
Quem é Ele	Zezé di Camargo
Sabor de mel	
Se Deus me ouvisse	Almir Rogério
Sertanejo	Teodoro / Sampaio
Sonho de Ícaro	Byafra
Tocando em Frente	Renato Teixeira / Almir Sater
Último Julgamento	Léo Canhoto
Um Degrau na Escada	Zé Henrique, Sérgio Knust, Marcelão e Carlos Colla
Vaquejada	Todas as versões
Voa Liberdade	Mario Maranhão / Eunice Barbosa / Mário Marcos

RESOLUÇÃO 08-2020 PLANO CONTINGÊNCIA

Publicação Nº 2610303

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DECORRÊNCIA DA COVID-19.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 1.857, de 05 de Dezembro de 2017, e em reunião extraordinária do CMAS realizada no dia 14 de Agosto de 2020, lavrado em Ata nº 05/2020;

Considerando a situação de emergência e calamidade em saúde pública no Estado de Santa Catarina, conforme os Decretos nº 515/2020 e nº 562/2020, as determinações da Secretaria de Estado da Saúde (SES), bem como o Plano de Contingência para Resposta às Emergências em Saúde Pública;

Considerando a Orientação DIAS/SDS nº 01/2020 acerca dos atendimentos prestados pelos serviços socioassistenciais do Estado de Santa Catarina e a prevenção ao vírus Covid-19;

Considerando a Orientação DIAS/SDS nº 10/2020 que revoga as Orientações DIAS/SDS nº 01/2020, em decorrência do Decreto Estadual nº 587, de 30 de abril de 2020, bem como das orientações previstas em Portarias de âmbito federal.

Considerando a Portaria da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania nº 54, de 1º abril de 2020, que aprova as recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dos Estados, Municípios e do Distrito Federal com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS;

Considerando o Decreto Estadual nº 587, de 30 de abril de 2020, que altera o Decreto nº 525/2020, e que dispõe sobre novas medidas para

enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências;

Considerando a Portaria nº 252, de 13 de Abril de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde, que dispõe a respeito da necessidade das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) em adotarem medidas de prevenção e mitigação do risco de disseminação do vírus;

Considerando a Portaria nº 59, de 22 de abril de 2020, das Secretarias Nacionais de Assistência Social e Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania, que aprova a Nota Técnica nº 11/2020 com orientações acerca do acolhimento de crianças e adolescentes no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e recomendações quanto a medidas e procedimentos relacionados;

Considerando a Portaria nº 69, de 22 de abril de 2020, das Secretarias Nacionais de Assistência Social e Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania, que aprova a Nota Técnica nº 13/2020 com recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes no contexto da pandemia do novo coronavírus;

Considerando a Portaria da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania nº 63, de 30 de abril de 2020 que dispõe acerca da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1.857, de 5 de Dezembro de 2017 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Irani – CMAS e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Contingência Municipal da Política de Assistência Social em decorrência da COVID-19, no âmbito do município de Irani, que norteará as ações para o período de crise.

Art. 2º A vigência do Plano compreenderá todo o período de emergência, que vai além da quarentena e abrange o tempo necessário para as ações que venham a minimizar os impactos da crise gerados pela COVID-19, até o retorno da normalidade.

Art. 3º Torna-se o Plano de Contingência Municipal da Política de Assistência Social, parte integrante desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irani - SC, 18 de Agosto de 2020.

Jaine Zenatti Krindges
Presidente do CMAS

Aprovado pelo CMAS em: 14/08/2020 - ATA nº 05/2020.

Irati**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2020-FMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE INFILTRAÇÕES COM ÁCIDO HIALURÔNICO, EM CARÁTER URGENTE, NÃO ATENDIDO PELOS CONSÓRCIOS CONIMS E CIS-AMOSC, AO MUNÍCIPE LEANDRO JOSÉ MAY, EM CENTRO ESPECIALIZADO, NA CIDADE DE CHAPECÓ-SC**

Publicação Nº 2609799

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Irati
Rua João Beux Sobrinho, 412 – Centro – CEP 89.856-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2020-FMS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Senhor MARCOS HENRIQUE KEHL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE INFILTRAÇÕES COM ÁCIDO HIALURÔNICO, EM CARÁTER URGENTE, NÃO ATENDIDO PELOS CONSÓRCIOS CONIMS E CIS-AMOSC, AO MUNÍCIPE LEANDRO JOSÉ MAY, EM CENTRO ESPECIALIZADO, NA CIDADE DE CHAPECÓ-SC.

Contratado : CLÍNICA DE ORTOPEDIA E FRATURAS CHAPECÓ S/S LTDA, CNPJ 01.674.297/0001-33, com endereço na Rua Uruguai, Nº 226-e, térreo, centro, CEP 89804-460, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Fundamento Legal...: art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020.

Valor : R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. MARCOS HENRIQUE KEHL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati/SC.

Irati/SC, 19 de agosto de 2020

SÉRGIO PACHECO
Comissão de Licitação
Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020-FMS - AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO COVID-19 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI/SC

Publicação Nº 2609888

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O
Processo Administrativo Nº 034/2020
Processo Licitatório Nº 034/2020
Edital: Pregão Eletrônico Nº 009/2020
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO COVID-19 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI/SC.

Data e hora da sessão pública: 04 de setembro de 2020, às 09:00 horas.

Local da Sessão Pública: www.comprasgovernamentais.gov.br.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou ainda por meio do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 18 de agosto de 2020.

MARCOS HENRIQUE KEHL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati

PREGÃO RP Nº 064/2020-MULTIENTIDADE - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE GRAXA AUTOMOTIVA E ÓLEO LUBRIFICANTE, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, UTILITÁRIOS, MOTOR E VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE IRATI/SC

Publicação Nº 2609868

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 108/2020

Processo Licitatório Nº 108/2020

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 064/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ÍTEM

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE GRAXA AUTOMOTIVA E ÓLEO LUBRIFICANTE, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, UTILITÁRIOS, MOTOR E VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE IRATI/SC.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 03/09/2020

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 03/09/2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 19 de agosto de 2020.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 30/2020**

Publicação Nº 2610973

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PARÁGRAFO 2º, DO ARTIGO 6º, DA RESOLUÇÃO Nº 11/2017 (REGULAMENTA O SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE IRATI).

A PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores de Irati, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz Saber que, o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º. O § 2º do artigo 6º da Resolução nº 11, de 20 de março de 2017 (Regulamenta o Sistema de Controle Interno da Câmara de Vereadores), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º.

§ 2º. O Controlador, em razão de eventual responsabilidade solidária adicional e da complexidade do exercício da função receberá uma gratificação de função, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da referência do cargo de "Classificação: 01 – Nomenclatura: Técnico em Atividade Legislativa" (Lei Municipal 367/2001, anexo II – Quadro de Pessoal do Legislativo de Irati-SC).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati – SC, 18 de agosto de 2020.

CLEUSA BORTOLUZ FORTUNA

Presidente

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.835/2020

Publicação Nº 2609703

DECRETO Nº 3.835/2020.

SUPRIME A PARTICIPAÇÃO DE MEMBRO NOS CONSELHOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal; no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar nº007/2001, de 15/10/2001. RESOLVE :

Art. 1º Fica suprimida a participação da Sra. Maria Elizabete Benda, à seu pedido, nos seguintes conselhos:

- Conselho Municipal De Alimentação Escolar;
- Conselho Municipal do Idoso.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Irineópolis (SC), 14 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 3.836/2020

Publicação Nº 2609705

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.836/2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO PARA O BIÊNIO 2020/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o disposto na Lei nº 1.778/2014 de 27/02/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para fazer parte da composição do Conselho Municipal do Idoso, para o biênio de 2020/2022, como titulares e suplentes representando os Órgãos Governamentais, os cidadãos, a saber:

- 1 – Rosana Marcia Perciak Pereira titular e Tânia Regina Ruckl Pereira suplente, representando a Secretaria do Desenvolvimento Comunitário;
- 2 – Cristiana Figura Fuck titular e Jaci Baggestoss Binder suplente, representando a Secretaria da Saúde;
- 3 – Michele de Fátima Drabik titular e Francieli Maria Knoll suplente, representando a Secretaria da Educação;
- 4 – Gilson Brand titular e Osmário Nigrin suplente, representando a Secretaria da Infraestrutura.

Art. 2º. Ficam nomeados para a composição do Conselho Municipal do Idoso, para o biênio de 2020/2022, como titulares e suplentes, representando a Sociedade Civil Organizada, os cidadãos, a saber:

- 1 – Clara Sampaio titular e Iris Opalzak suplente, representantes dos Grupos de Terceira Idade;
- 2 – Rolando Arno Dams titular e Nelson Jusak suplente, representando a Associação dos Aposentados e Pensionistas;
- 3 – Maiara E. Zientara titular e Ir. Lourdes Zak suplente, representando o Lar de Idosos Colônia Sant'Ana;
- 4 – Irene de Almeida Karoleski e Maria Elisete C. da Rocha suplente, Representando a Associação Comunitária de Irineópolis.

Art. 3º. Os membros nomeados nos artigos 1º e 2º ficam investidos das prerrogativas de direitos e deveres, de conformidade com as leis que regem a matéria com finalidade para a formulação e implementação das diretrizes da política Municipal, Estadual e Nacional dos direitos do idoso, observadas as linhas de ação que dispõe a Lei Federal 10.741/03 - Estatuto do Idoso.

Art. 4º. A função de membro do Conselho não será remunerada, mas seu exercício é considerado relevante serviço prestado ao Município, com caráter, prioritário e, podendo em consequência, serem justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que motivadas pelas atividades deste Conselho.

Art. 5º. Ficam desde já empossados em suas funções de Conselheiros, os cidadãos nominados conforme artigos 1º e 2º deste decreto.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 17 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 3.838/2020

Publicação Nº 2610331

DECRETO Nº 3.838/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

PRORROGA VIGÊNCIA DO DECRETO Nº 3.828, DE 05 DE AGOSTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais, conferidas no artigo 65 Lei Orgânica do Município e;

Considerando a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, expedida pelo Ministério da Saúde, declarando em todo território nacional o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de Covid-19;

Considerando a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na região do Planalto Norte, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;

Considerando a Matriz Multiescalar Territorial Covid-19 e as recomendações pelo Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

Considerando a nota técnica orientativa número 003 de 21 de julho de 2020 da Comissão Regional para Combate e Enfrentamento a Pandemia do Novo Corona Virus da Macro Região Planalto Norte e Nordeste.

Considerando as discussões entre a Comissão Intergestores Regional da região em reunião no dia 17 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO a Resolução da CIR - Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense Nº 06/2020 de 17 de agosto de 2020, que dispõe sobre a prorrogação das medidas sanitárias preventivas a serem adotadas em âmbito regional, pelos Municípios do Planalto Norte,

DECRETA:

Art.1º Fica prorrogado até o dia 20 de Agosto de 2020, o Decreto Municipal nº 3.828/2020 de 05 de agosto de 2020 que estabelece vigência automática das restrições estabelecidas pela Comissão Intergestores Regional – CIR, através da Resolução nº 03/2020, de 04/08/2020.

Irineópolis (SC), 18 de agosto de 2020.

JULIAN O POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 232/2020 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2610100

PORTARIA N.º 232/2020.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo instaurado através da Portaria nº 188/2018 de 05/06/2018, com trabalhos reiniciados em 03/03/2020, conforme Portaria nº 102/2020, tendo como indiciada a servidora ROSANI APARECIDA NOGATH.

Art 2nd - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03/07/2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 01 de Julho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 314/2020

Publicação Nº 2610025

PORTARIA Nº. 314/2020.

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica e amparado no que dispõe o artigo 2º, inciso V, parágrafo único do artigo 3º, e artigo 4º da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR ALINE FERNANDA BONALDO WOSS, nascida em 20/01/1983, portadora do CPF nº. 039.974.659-59 RG nº 8.995.553-0 SESP/PR, para no período de 14/08/2020 à 16/11/2020, exercer as atividades de Professora De Português (40h/sem), na forma de contratação direta, em função da inexistência de classificados em Teste Seletivo vigente, conforme Contrato de Trabalho Temporário nº 018/2020, visando o atendimento temporário e excepcional na área da educação, para atuar em substituição a servidora efetiva Wiviane Henning, em licença para concorrer a cargo político.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 14 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 316/2020

Publicação Nº 2609701

PORTARIA Nº 316/2020.

SUPRIME A PARTICIPAÇÃO DE MEMBRO NOS CONSELHOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal; no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar nº007/2001, de 15/10/2001. RESOLVE :

Art. 1º Fica suprimida a participação da Sra. Maria Elizabete Benda, á seu pedido, nos seguintes conselhos:

- Conselho Municipal da Saúde;
- Conselho Municipal de Trânsito.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Irineópolis (SC), 14 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N° 317/2020

Publicação N° 2610029

PORTARIA N.º 317/2020.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo instaurado através da Portaria nº 126/2020 de 17/03/2020, tendo como indiciada a servidora ELIANE APARECIDA PRETO SKUDLAREK.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17/08/2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 18 de Agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2020

Publicação Nº 2609801

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2020 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 063 de 10 de junho de 2020, senhor Pregoeiro Delso Minski, Jocias André Kurmann e Silviene Carla Mertins, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº. 054/2020, Pregão Presencial nº. 027/2020, objetivando aquisição de suprimentos e equipamentos de informática para manutenção das atividades das secretarias municipais. Apresentaram envelopes de Proposta de Preço e Documentação as empresas PC FORT INFORMATICA LTDA, MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA, FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA, BR IMPORTAÇÃO EIRELLI, TECHNO SOLUÇÕES EIRELLI e TENDÊNCIA MATERIAS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA. Em observação ao protocolo verificou-se que as empresas TECHNO SOLUÇÕES EIRELLI e TENDÊNCIA MATERIAS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA protocolaram intempestivamente conforme consta nos protocolos: 215.3L38TS-68 08hs32min e 4I2.545.03A-G4 08hs34min respectivamente, Diante do fato os envelopes de documentação e propostas foram devolvidos aos representantes das empresas. As demais empresas estão representadas pelos senhores: Jonatan Deparis, Luciano Pilatti, Robson Luis Garbin, André Luiz Pasinato Ravanelli. As empresas cumpriram com os requisitos do edital para a fase de credenciamento. Todas as empresas habilitadas comprovaram a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que as empresas atenderam à disposição da Lei. Aberto os envelopes de proposta de preços, conferidos, rubricados os documentos neles existentes, e registrados no sistema COMPRAS. Em análise as propostas verificou-se que a empresa MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA, apresentou proposta em nome de outra empresa e cnpj, Diante do fato a proposta foi DESCLASSIFICADA, sendo assim o representante retirou-se da sessão. Abertos os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue, a empresa FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA ME, se sagrou vencedora nos itens 09, 10, 12, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 23, 28 do edital com o valor total de R\$ 16.851,00 (dezesesseis mil oitocentos e cinquenta e um reais); a empresa BR IMPORTAÇÃO EIRELLI se sagrou vencedor nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 24 e 27 do edital com o valor total de R\$ 45.935,00 (quarenta e cinco mil novecentos e trinta e cinco reais); a empresa PC FORT INFORMATICA LTDA se sagrou vencedor nos itens 25 e 26 do edital com o valor total de R\$ 15.180,00 (quinze mil cento e oitenta reais) O critério de classificação foi o de menor preço por lance por item. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura do envelope de documentação das licitantes vencedoras do certame; Os envelopes foram abertos, os documentos neles contidos foram rubricados pelos licitantes presentes, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; Da análise da documentação restou em HABILITAR as empresas vencedoras por cumprir com os requisitos do edital. O senhor Pregoeiro intima o Participante do certame a colocar na nota fiscal o número do processo e o número da ata e manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso não houve manifestação. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, www.ita.sc.gov.br e entregue pessoalmente aos licitantes.

Delso Minski Jocias
Pregoeiro

André Kurmann
Equipe de Apoio

Silviene Carla Mertins
Equipe de Apoio

PC FORT INFORMATICA LTDA
Licitante

FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA
Licitante

BR IMPORTAÇÃO EIRELLI
Licitante

ATA ESCLARECIMENTO DUVIDAS PL 055/2020

Publicação Nº 2609797

ATA DE RECEBIMENTO DE NOTA DE ESCLARECIMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2020 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte às 09h00min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 063 de 10 de junho de 2020, senhor Pregoeiro Delso Minski, Silviene Carla Mertins e Jocias André Kurmann, Equipe de Apoio, para recebimento de pedido de esclarecimento da empresa SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME, enviada via e-mail no dia dezessete de agosto de dois mil e vinte, tal pedido trata-se do descritivo do objeto licitado. Lido e analisado o pregoeiro e equipe de apoio esclarecem: a) em relação a) "Deve possuir jogos e aplicativos instalados em conformidades com os critérios pedagógicos segundo a BNCC e MEC, com no mínimo 15 (quinze) aplicativos instalados, bem como permitir instalação de novos aplicativos", o equipamento deve permitir de instalação de novos aplicativos, além dos que já possui, de maneira gratuita ou paga; b) "Deve permitir a instalação e funcionamento na vertical (parede) e dispor de acessório/suporte específico para isto, quanto funcionamento na horizontal em seu próprio suporte (pés)", como o próprio descrito diz o equipamento deve ser entregue com o suporte para funcionamento na vertical como na horizontal entregues junto com o equipamento. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski
Pregoeiro

Silviene Carla Mertins
Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann
Equipe de apoio

DECRETO Nº. 083/2020

Publicação Nº 2610435

DECRETO Nº 083, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

“Designa Comissão Especial para análise de viabilidade, aceitação e avaliação de imóvel proposto em Dação em Pagamento de débitos para com o Município e dá outras providências”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições de seu cargo, especialmente as que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicadas ao assunto;

Considerando o requerimento protocolado pela empresa Precisa Empreendimentos Imobiliários Ltda, inscrita no CNPJ sob número 05.698.614/0001-02;

Considerando o previsto na alínea “d” do inciso II, do parágrafo 5º, do Art. 1º, do Decreto Municipal nº 067, de 01 de julho de 2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada Comissão Especial, para análise do interesse e da viabilidade da aceitação e avaliação administrativa do imóvel, proposto como Dação em Pagamento de débitos junto à municipalidade, pela empresa Precisa Empreendimentos Imobiliários Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 05.698.614/0001-02.

Art. 2º – Ficam nomeados para compor a comissão especial os seguintes servidores:

Presidente: Marta Inês Bender Sartoretto

Secretário: Jair Francisco Moschetta

Membro: Ivan Kottwitz

Membro: João Carlos Dalle Laste

§ 1º. Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente decreto.

§ 2º. Concluída a avaliação, a comissão deverá dar ciência ao contribuinte do valor apurado, para manifestação, caso queira.

Art. 3º - Para a realização dos trabalhos a comissão poderá requerer assessoria técnica e jurídica.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - São revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá, SC em 18 de Agosto de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATOS 77

Publicação Nº 2610066

Contrato Nº.: 77/2020

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: VINHAS CONSULTORIA E ASSESSORIA CULTURAL LTDA

Valor : 1.490,00 (um mil quatrocentos e noventa reais)

Vigência : Início: 07/08/2020 Término: 06/10/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Realização de assessoria para desenvolvimento dos trabalhos da gestão pública municipal em cultura relativos a Lei Federal de Emergência Cultural - Lei Aldir Blanc para o Município de Itá

Contratada...: VINHAS CONSULTORIA E ASSESSORIA CULTURAL LTDA

Valor : 1.490,00 (um mil quatrocentos e noventa reais)

Vigência : Início: 07/08/2020 Término: 06/10/2020

Objeto : Realização de assessoria para desenvolvimento dos trabalhos da gestão pública municipal em cultura relativos a Lei Federal de Emergência Cultural - Lei Aldir Blanc para o Município de Itá

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Itaiópolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 38/2020

Publicação Nº 2609638

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019 - Objeto: contratação de empresa para prestar serviços de máquina vibro acabadora. CONTRATO nº 38/2020. Contratada: Maria Grazielle Alves Guedes Engefaz ME Valor: R\$ 96.379,44. Prazo: até 30/11/2020. Itaiópolis, 06 de agosto de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2020 – CONVITE Nº 01/2020

Publicação Nº 2610087

OBJETO: contratação de empresa do ramo de engenharia para elaboração de Projetos para construção de uma Unidade Escolar, no Bairro Vila Nova. CONTRATO nº 39/2020. Contratada: LITORAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP. Valor Total: R\$ 105.600,00. Prazo: 30 dias. Itaiópolis, 07 de agosto de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2020 – TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020

Publicação Nº 2610083

OBJETO: Contratação de empresa para construção do muro e banheiro e reforma do Pré Escolar Menino Jesus, com fornecimento de mão de obra e materiais, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro. CONTRATO nº 40/2020. Contratada: ANDERSON EIMAR DA SILVA EPP. Valor Total: R\$ 95.690,28. Prazo: 90 dias. Itaiópolis, 07 de agosto de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2020

Publicação Nº 2609649

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019 - Objeto: aquisição parcelada de brita graduada simples, para pavimentação de diversas ruas do perímetro urbano. CONTRATO nº 41/2020. Contratada: Comaso Construção Comércio e Indústria Ltda. ME. Valor: R\$ 65.680,18. Prazo: até 30/11/2020. Itaiópolis, 12 de agosto de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PR 14/2020

Publicação Nº 2609788

Pregão Presencial nº 14/2020; Objeto: Registro de preços de serviço de hospedagem (pernoite com café da manhã) para pacientes e acompanhantes do Município de Itaiópolis/SC em tratamento especializado no hospital São José de Jaraguá do Sul/SC, previamente autorizados, através da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis, sendo que a prestadora de serviços deverá estar localizada em um raio de até 1.500 metros do Hospital São José, dispor de acomodações para pacientes e acompanhantes no primeiro piso ou elevador de acesso para demais pavimentos. Entrega dos Envelopes: Até às 13:30 horas do dia 02 de setembro de 2020; Abertura dos Envelopes: às 13:50 horas do dia 02 de setembro de 2020. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas ou no site www.itaiopis.sc.gov.br - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 18 de agosto de 2020. Kelly Evelyn Ientz de Souza – Secretária Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

EDITAL ALVARÁ TEMPORÁRIO 2020

Publicação Nº 2610654

A Secretaria de Finanças, por meio do Departamento de ARRECADAÇÃO, INFORMA A TODOS OS INTERESSADOS NA RENOVAÇÃO DOS ALVARÁS TEMPORÁRIOS PARA A TEMPORADA 2020/2021, QUE O PRAZO DE RENOVAÇÃO INICIA-SE NO DIA 01 DE SETEMBRO E ENCERRA-SE NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2020, DEVENDO OS MESMOS TRAZEREM O CRACHÁ UTILIZADO NA ÚLTIMA TEMPORADA NO setor de alvará, sendo que as empresas de picolés e sorvetes, deverão solicitar a renovação por meio de protocolo, anexando os documentos previstos no artigo 5º da lei 2781/2009, as taxas para pagamento com o desconto serão emitidas a partir do dia 01 de SETEMBRO de 2020 com vencimento em 10 de OUTUBRO de 2020, O PAGAMENTO SEM DESCONTOS PODERÁ SER FEITO ATÉ O DIA 15 DE OUTUBRO, caso haja vagas remanescentes o período de inscrição será do dia 19 ao dia 23 de OUTUBRO de 2020 e o sorteio, tendo em vista, que o dia 31 de OUTUBRO cairá em um sábado será no dia 30 de OUTUBRO de 2020.

ITAPEMA/SC, 18 DE AGOSTO DE 2020.

UBIRAJARA FABRÍCIO DE LIMA.
DIRETOR DE ARRECADAÇÃO

ERRATA N. 2 - 02.004.2020

Publicação Nº 2610054

ERRATA N. 2
TOMADA DE PREÇOS 02.004.2020

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Ilhota e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I: Unidade Escolar EMEB Luiz Francisco Vieira

LOTE II: Unidade Escolar CMEI Antonio Russi Filho

Onde se lê:

ANEXO I

TOMADA DE PREÇOS Nº 02.004.2020

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

LOTE I (Unidade Escolar EMEB Luiz Francisco Vieira)

			PISOS					
	SINAPI - C	88414	Aplicação de fundo selador acrílico em superfícies internas - 1 demão	m²	160,00	R\$ 3,95	R\$ 4,79	R\$ 1.784,18
	SINAPI - C	88489	Aplicação de pintura com tinta látex acrílica - 2 demãos	m²	160,00	R\$ 12,91	R\$14,67	R\$ 5.462,90
	SINAPI - C	41595	Pintura acrílica de faixas de demarcação de quadra 5cm	m	32,00	R\$ 11,55	R\$ 13,82	R\$ 735,09
			COBERTURA					
	DEINFRA	96111	Forro de PVC	m²	5,60	R\$ 38,64	R\$ 47,72	R\$ 267,23
	DEINFRA	42748	Revisão da estrutura de madeira e telhas da cobertura	m²	985,19	R\$ 45,43	R\$ 56,11	R\$ 55.275,12
	DEINFRA	42741	Revisão, Substituição fornecimento e instalação das Calhas de alumínio	m	135,72	R\$ 64,56	R\$ 79,73	R\$ 10.821,17

	DEINFRA	43838	Revisão, Substituição fornecimento e instalação de Rufos de alumínio	m	263,75	R\$ 36,34	R\$ 44,88	R\$ 11.837,07
--	---------	-------	--	---	--------	-----------	-----------	---------------

Leia-se:

ANEXO I

TOMADA DE PREÇOS Nº 02.004.2020

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

LOTE I (Unidade Escolar EMEB Luiz Francisco Vieira)

			PISOS					
	SINAPI - C	88414	Aplicação de fundo selador acrílico em superfícies internas - 1 demão	m²	160,00	R\$3,95	R\$ 4,88	R\$ 780,52
	SINAPI - C	88489	Aplicação de pintura com tinta látex acrílica - 2 demãos	m²	160,00	R\$ 12,91	R\$ 15,94	R\$ 2.551,02
	SINAPI - C	41595	Pintura acrílica de faixas de demarcação de quadra 5cm	m	32,00	R\$ 11,55	R\$ 14,26	R\$ 456,46
			COBERTURA					
	DEINFRA	96111	Forro de PVC	m²	5,60	R\$ 38,64	R\$ 47,72	R\$ 267,23
	SINAPI - C	97647	Retirada de telhas de fibrocimento (com reaproveitamento)	m²	985,19	R\$ 2,94	R\$ 3,63	R\$ 3.577,13
	SINAPI - C	97650	Retirada de trama de madeira para estrutura de cobertura de fibrocimento	m²	985,19	R\$ 6,33	R\$ 7,82	R\$ 7.701,77
	SINAPI - C	92543	Trama de madeira para estrutura de cobertura de fibrocimento	m²	985,19	R\$ 21,06	R\$ 26,01	R\$ 25.623,91
	SINAPI - C	94210	Instalação de telhas de fibrocimento	m²	150,00	R\$ 34,95	R\$ 43,16	R\$ 6.474,49
	SINAPI - C	94210	Instalação de telhas de fibrocimento (Somente MO)	m²	835,19	R\$ 9,41	R\$ 11,62	R\$ 9.706,04
	DEINFRA	42741	Revisão, Substituição fornecimento e instalação das Calhas de alumínio	m	135,72	R\$ 64,56	R\$ 79,73	R\$ 10.821,17
	DEINFRA	43838	Revisão, Substituição fornecimento e instalação de Rufos de alumínio	m	263,75	R\$ 36,34	R\$ 44,88	R\$ 11.837,07

Onde se lê:



Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Ilhota e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I: Unidade Escolar EMEB Luiz Francisco Vieira

LOTE II: Unidade Escolar CMEI Antonio Russi Filho

Leia-se:

Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Ilhota e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I: Unidade Escolar EMEB Luiz Francisco Vieira

LOTE II: Unidade Escolar CMEI Antonio Russi Filho

LOTE III: Unidade Escolar ANTIGA EMEB Luiz Francisco Vieira

Onde se lê:

Prefácio (Pg. 1)

O valor máximo a ser pago para a contratação de cada LOTE é de:

LOTE I - Unidade Escolar EMEB Luiz Francisco Vieira – R\$ 143.527,14 (cento e quarenta e três mil quinhentos e vinte e sete reais e quatorze centavos);

LOTE II - Unidade Escolar CMEI Antonio Russi Filho – R\$ 67.446,08 (sessenta e sete mil quatrocentos e quarenta e seis reais e oito centavos).

Leia-se:

Prefácio (Pg. 1)

O valor máximo a ser pago para a contratação de cada LOTE é de:

LOTE I - Unidade Escolar EMEB Luiz Francisco Vieira – R\$ 137.141,17 (cento e trinta e sete mil cento e quarenta e um reais e dezessete centavos);

LOTE II - Unidade Escolar CMEI Antonio Russi Filho – R\$ 67.446,08 (sessenta e sete mil quatrocentos e quarenta e seis reais e oito centavos).

LOTE III - Unidade Escolar ANTIGA EMEB Luiz Francisco Vieira – R\$ 392.779,93 (trezentos e noventa e dois mil setecentos e setenta e nove reais e noventa e três centavos);

Onde se lê:

10.2 - Os valores máximos permitidos para a execução dos serviços do objeto desta licitação, conforme planilhas orçamentárias anexas, referente aos LOTES discriminados a seguir apresentam a quantia de:

LOTE I - Unidade Escolar EMEB Luiz Francisco Vieira – R\$ 143.527,14 (cento e quarenta e três mil quinhentos e vinte e sete reais e quatorze centavos);

LOTE II - Unidade Escolar CMEI Antonio Russi Filho – R\$ 67.446,08 (sessenta e sete mil quatrocentos e quarenta e seis reais e oito centavos).

Leia-se:

10.2 - Os valores máximos permitidos para a execução dos serviços do objeto desta licitação, conforme planilhas orçamentárias anexas, referente aos LOTES discriminados a seguir apresentam a quantia de:

LOTE I - Unidade Escolar EMEB Luiz Francisco Vieira – R\$ 137.141,17 (cento e trinta e sete mil cento e quarenta e um reais e dezessete centavos);

LOTE II - Unidade Escolar CMEI Antonio Russi Filho – R\$ 67.446,08 (sessenta e sete mil quatrocentos e quarenta e seis reais e oito centavos).

LOTE III - Unidade Escolar ANTIGA EMEB Luiz Francisco Vieira – R\$ 392.779,93 (trezentos e noventa e dois mil setecentos e setenta e nove reais e noventa e três centavos);

Inclui-se:

CLÁUSULA DÉCIMA – DA NATUREZA DOS RECURSOS E FORMA DE PAGAMENTO

10.1 - As despesas decorrentes do objeto desta Tomada de Preço correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento, conforme fonte de recurso abaixo especificado:

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 09.04 Diretoria de Ensino

Proj./Atividade: 2.056 Projeto – Manutenção dos Recursos do FUNDEB – Fundamental

Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 (204)

Onde se lê:

5.1.4 – PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução total das obras e/ou serviços não poderá ser superior a 03 (três) meses para cada LOTE, a contar do recebimento da Ordem de Serviço de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido, admitida prorrogação nos Termos da Lei.

Leia-se:

5.1.4 – PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução total das obras e/ou serviços para os LOTES I e II não poderá ser superior a 03 (três) meses e para o LOTE III não poderá ser superior a 04 (quatro) meses a contar do recebimento da Ordem de Serviço de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido, admitida prorrogação nos Termos da Lei.

Onde se lê:

ANEXO I
TOMADA DE PREÇOS Nº 02.004.2020
ORÇAMENTO ESTIMATIVO
LOTE I - LOTE II
FAZER DOWNLOAD PELO SITE

ANEXO II
TOMADA DE PREÇOS Nº 02.004.2020
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
LOTE I - LOTE II
FAZER DOWNLOAD PELO SITE

ANEXO III
TOMADA DE PREÇOS Nº 02.004.2020
MEMORIAL DESCRITIVO
LOTE I - LOTE II
FAZER DOWNLOAD PELO SITE

Leia-se:
ANEXO I
TOMADA DE PREÇOS Nº 02.004.2020
ORÇAMENTO ESTIMATIVO
LOTE I - LOTE II – LOTE III
FAZER DOWNLOAD PELO SITE

ANEXO II
TOMADA DE PREÇOS Nº 02.004.2020
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
LOTE I - LOTE II – LOTE III
FAZER DOWNLOAD PELO SITE

ANEXO III
TOMADA DE PREÇOS Nº 02.004.2020
MEMORIAL DESCRITIVO
LOTE I - LOTE II – LOTE III
FAZER DOWNLOAD PELO SITE

Inclui-se
ANEXO IV
PROPOSTA DE PREÇO
TOMADA DE PREÇOS Nº 02.004.2020

LOTE	Descrição do Objeto	Preço Total Máximo
3	Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Ilhota e Morretes do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo. LOTE III : Unidade Escolar ANTIGA EMEB Luiz Francisco Vieira	

Onde se lê:

O prazo de execução total das obras e/ou serviços não poderá ser superior a 03 (três) meses para cada LOTE, a contar do recebimento da Ordem de Serviço de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido, admitida prorrogação nos Termos da Lei.

Leia-se:
O prazo de execução total das obras e/ou serviços para os LOTES I e II não poderá ser superior a 03 (três) meses e para o LOTE III não poderá ser superior a 04 (quatro) meses a contar do recebimento da Ordem de Serviço de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido, admitida prorrogação nos Termos da Lei.

Inclui-se:
ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO
DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do objeto desta Tomada de Preços correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento, conforme fonte de recurso abaixo especificado:

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 09.04 Diretoria de Ensino

Proj./Atividade: 2.056 Projeto – Manutenção dos Recursos do FUNDEB – Fundamental
Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 (204)

Onde se lê:

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

PARAGRAFO SEGUNDO: O PRAZO DE EXECUÇÃO total das obras e/ou serviços não poderá ser superior a 03 (três) meses para cada LOTE, a contar do recebimento da Ordem de Serviço de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido, admitida prorrogação nos Termos da Lei.

Leia-se:

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

PARAGRAFO SEGUNDO: O PRAZO DE EXECUÇÃO total das obras e/ou serviços para os LOTES I e II não poderá ser superior a 03 (três) meses e para o LOTE III não poderá ser superior a 04 (quatro) meses a contar do recebimento da Ordem de Serviço de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido, admitida prorrogação nos Termos da Lei.

A data e hora de entrega dos envelopes e abertura da TOMADA DE PREÇOS 02.004.2020 ficam ALTERADAS, para:

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 04/09/2020

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 04/09/2020

Itapema, 18 de agosto de 2020.

Alessandra Simas Ghiotto

Secretária Municipal de Educação

ERRATA Nº1 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.055.2020 - REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS ANATÔMICAS PARA PROTEÇÃO E PREVENÇÃO DO “COVID 19” AOS ALUNOS E PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA

Publicação Nº 2610984

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

Processo Licitatório 126/2020

Pregão Presencial nº. 04.055.2020

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de máscaras anatômicas para proteção e prevenção do “Covid 19” aos alunos e profissionais da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.055.2020.

ERRATA Nº1

Em virtude de solicitação encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação de Itapema, cuja qual verificou a necessidade de serem feitas as seguintes alterações, conforme seguem:

Onde se lê:

Item	Especificações	Un	Qtde	Vlr Unit. Máximo	Total Máximo
01	Máscara facial anatômica, atóxica, sem costura com tecnologia em tecelagem 3D KNIT, poliéster 100%, lavável, tira com elastano, tamanho único.	Un	15.000	R\$ 7,00	R\$ 105.000,00
02	Máscara facial anatômica, atóxica, sem costura com tecnologia em tecelagem 3D KNIT, poliéster 100%, lavável, tira com elastano, tamanho infantil.	Un	10.000	R\$ 6,60	R\$ 66.000,00

Leia-se:

Item	Especificações	Un	Qtde	Vlr Unit. Máximo	Total Máximo
01	Máscara facial anatômica, atóxica, sem costura com tecnologia em tecelagem 3D KNIT, poliéster 100%, lavável, tira com elastano, tamanho único.	Un	15.000	R\$ 15,15	R\$ 227.250,00
02	Máscara facial anatômica, atóxica, sem costura com tecnologia em tecelagem 3D KNIT, poliéster 100%, lavável, tira com elastano, tamanho infantil.	Un	10.000	R\$ 14,90	R\$ 149.000,00

Itapema, 17 de agosto de 2020.

A data e hora de entrega dos envelopes e a abertura da Sessão do Pregão Presencial 04.055.2020 fica para o dia 02(dois) de setembro de 2020, às 13h00min (treze) horas.

ALESSANDRA SIMAS GHIOTTO
Secretária Municipal de Educação

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 102/2020

Publicação Nº 2610250

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRONICO Nº 102/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, TAMPOS DE GRANITO E PORTA DE VIDRO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das Propostas: até às 07h55min do dia 01/09/2020.

Início da Sessão: dia 01/09/2020, às 08h:00min, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 18 de agosto de 2020.

KARINE GRUTZMANN BERWANGER
Secretária Municipal de Assistência Social

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 96/2020

Publicação Nº 2609948

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 96/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O SETOR DE INFORMÁTICA E DEMAIS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

O Município de Itapiranga, TORNA PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, que em razão de adequação dos documentos de habilitação, dos itens do termo de referência, e de acordo com o disposto no item 24.5 do Edital Convocatório, fica PRORROGADA a abertura do edital para o dia 31 de agosto de 2020 às 08h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 18 de agosto de 2020.

JOSÉ GILVANE LAUER
Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 145, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610143

DECRETO Nº 145, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.310, de 10 de dezembro de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2020, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior nas seguintes fontes de recurso:

31000 – Rec. Tes. Exerc. Ant – Recu. Ordinários – Civil, no valor de R\$ 5.485,05

08.002 – Fundo Municipal do Idoso

0008.0241.0028.1030 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.31000 – Aplicações Diretas R\$ 5.485,05

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 17 de agosto de 2020.

Itapiranga, 17 de agosto de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Secretaria de Administração.

QUADRO DE VENCEDORES Nº 91/2020

Publicação Nº 2609661

Pág 1 / 1

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Compras e Contratos
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 91 / 2020
REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO GUINDASTE, MINI CARREGADEIRA E MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Fornecedor: 5657 - ARTEFATOS DE CIMENTO ITAPIRANGA LTDA ME EPP					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
4	HORAS DE SERVIÇO - CAMINHÃO GUINDASTE, COM ALCANCE MINIMO DE 22 METROS, COM CESTO E CINTO DE PROTEÇÃO	ARGOS	HRS	600	194,00
Total por Fornecedor:					116.400,00
Fornecedor: 56111 - LIDER TERRAPLANAGENS LTDA - EPP					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
1	HORAS DE SERVIÇO - MINI-ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 3415 KG, COM LANÇA DE PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO DE NO MÍNIMO 2,80M	YANMAR	HRS	100	154,00
Total por Fornecedor:					15.400,00
Total Geral:					131.800,00

Resumo dos Fornecedores

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
5657 - ARTEFATOS DE CIMENTO ITAPIRANGA LTDA ME EPP	4	116.400,00
56111 - LIDER TERRAPLANAGENS LTDA - EPP	1	15.400,00

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO Nº 15/2020

Publicação Nº 2609580

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SC
Comissão Permanente de Licitação

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTA

Data	18/08/2020	Horário início: 08h30min
Licitação / Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 15/2020 Nº 67/2020

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL FREI VALENTIM, COM METRAGEM DE ÁREA TOTAL DE 1.137,97M2, LOCALIZADO A AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº405, BALNEÁRIO PRINCESA DO MAR, NESTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme **Decreto Municipal nº 4522/2020**, a fim de julgar e analisar as propostas de preço das empresas habilitadas no certame em epígrafe, conforme Notificação publicada em 11/08/2020. Iniciada a sessão foram abertos os envelopes de proposta de preço os quais se encontravam devidamente lacrados. As propostas foram analisadas e achadas conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Class.	Empresa	Valor Total
1º	COMPACT CONSTRUTORA EIRELI ME	R\$ 486.127,68
2º	CONSTRUTORA NOVA ITAJAÍ EIRELI	R\$ 563.893,67

Portanto a empresa **COMPACT CONSTRUTORA EIRELI ME** foi vencedora dessa licitação com o valor total de **R\$ 486.127,68 (quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos)**. Observando que o valor total estimado para esta licitação foi de R\$ 603.223,29 (seiscentos e três mil duzentos e vinte e três reais e vinte e nove centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, até o dia **26/08/2020 em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30 às 13h30**. As empresas que quiserem postergar seu direito de recurso deverão fazer através de protocolo no site <https://itapoa.atende.net/> ou pelo e-mail protocolo@itapoa.sc.gov.br. Tendo em vista o Decreto Estadual nº 562/2020 alterado pelo 724/2020, as propostas serão escaneadas e disponibilizadas no Site Oficial do Município para acesso aos interessados. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CARLOS RAMOS JUNIOR
MEMBRO

LAYRA DE OLIVEIRA
MEMBRO

ELASIO FRISANCO
MEMBRO

DESPACHO REMESSA TP Nº16-20-REVESTIMENTOS HABILITAÇÃO

Publicação Nº 2609999

**Prefeitura Municipal de Itapoá/SC****DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO**

REF: **Tomada de Preço nº 16/2020 – Processo nº73/2020 - Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO DA EMEF FREI VALENTIM, EMEF JOÃO MONTEIRO CABRAL, PRÉ-ESCOLA LUA DE CRISTAL, CEI GENTE FELIZ E CENTRO DE PREPARAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, EM DIVERSOS LOCAIS NESTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, COM METRAGEM TOTAL DE 536,90M2, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL.

Ao Diretor de Administração
Sr. SAMUEL ALVES SILVA

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de V.Sas. no que se refere ao recurso apresentados pelas empresas:

- **CURY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS EIRELLI**, na data de 24/07/2020, protocolo sob nº 8007/2020, sob fls. 505/526. (Disponível no site da Prefeitura).
- **ARBO EMPREENDIMENTOS LTDA-ME**, na data de 30/07/2020, protocolo sob nº 8093/2020, sob fls. 527/543. (Disponível no site da Prefeitura).

Outrossim, esclarecimentos que a decisão hostilizada do pedido encontra-se detalhada na análise e resposta conforme, Parecer contábil nº238/2020 sob fls.549, Parecer técnico emitido pela Secretaria de Planejamento sob fls. 551/552, e Parecer jurídico vistos e etc, verso fls.552, bem assim considerado **improcedentes** as razões apresentadas, portanto nesta concepção ficam **prejudicados os recursos**.

Itapoá, 18 de agosto de 2020.

FERNANDA CRISTINA ROSA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Avenida Mariana Michels Borges, nº 201 - CNPJ 81.140.303/0001-01 - CEP: 89.249-000 – Itapoá/SC – Fone: (47) 3443-8800.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 40-20

Publicação Nº 2609986

**Prefeitura Municipal de Itapoá****ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2020****Contratante:** Município de Itapoá/SC.**Contratada:** **ELLEVA CLIMATIZAÇÃO EIRELI**, com sede à Rua João ângelo Cordeiro, nº 1693, Bairro: Bom Jesus, na cidade de São José dos Pinhais/PR, CEP: 83.025-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.500.162/0001-54, e Inscrição Estadual nº 90639227-54, representada neste ato pelo procurador, **Sr. RAFAEL NOGOSECKI**, portador do CNPF/MF nº 074.157.179-02, e do CI.RG nº 9.326.095-3-SESP/PR.**Licitação:** **CONCORRÊNCIA Nº 10/2019 - REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2019 - PROCESSO Nº 119/2019****Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos condicionadores de ar, incluindo materiais e equipamentos necessários à manutenção, remanejamento, higienização e instalação nos prédios públicos do município de Itapoá - SC, conforme termo de referência parte integrante do edital.**VALOR R\$:** 179.936,00 (cento e setenta e nove mil e novecentos e trinta e seis reais)**DATA DA ASSINATURA:** 23/07/2020**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 23/07/2021**BASE LEGAL:** Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 23 de julho de 2020.

**JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO**

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2020

Publicação Nº 2609746

**Prefeitura Municipal de Itapoá****ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2020****Contratante:** Município de Itapoá/SC.**Contratada:** **ASR CONSTRUTORA EIRELI ME**, com sede á Rua 1.260, nº 225, Bairro: Jardim Verdes Mares, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº e Inscrição Estadual nº 258.284.200, representada neste ato pelo sócio administrador, o Sr. **ANDERSON SALES RICARDO**, portador do CNPF/MF nº 141.745.918-22 e do CI.RG nº 242.743.171-SESP/SP.**Licitação:** **TOMADA DE PREÇO Nº 10/2020 - PROCESSO Nº 61/2020.****Objeto:** Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a construção de muro de contenção que será implantado junto à Escola Municipal Alberto Speck, localizada na Estrada Geral do Saí Mirim, Bairro Saí Mirim, com área total a ser construída de 328,65m², conforme Projeto Arquitetônico, Memorial Descritivo, orçamento estimativo e demais projetos complementares em anexo.**VALOR R\$: 92.856,59 (noventa e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)****DATA DA ASSINATURA:** 17/08/2020**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 17/10/2020**BASE LEGAL:** Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 17 de agosto de 2020.

**LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2020 PROCESSO SELETIVO Nº 030/2020 ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Publicação Nº 2609878



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Secretaria de Administração - Departamento de Recursos Humanos

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2020
PROCESSO SELETIVO Nº 030/2020
ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais **CONVOCA** os candidatos relacionados abaixo, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos seguintes documentos, originais e cópias:

- Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência;
- Declaração de matrícula ou frequência regular, na área pretendida;
- Inscrição no CIEE;
- Conta corrente no Banco do Brasil.

CANDIDATO	NÍVEL
João Ernesto Scheramp	Ensino médio

OBSERVAÇÃO: O HORÁRIO DE TRABALHO SERÁ CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA CORRESPONDENTE.

Itapoá, 18 de agosto de 2020.

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha

RUA 960 Nº 201; BAIRRO: ITAPEMA DO NORTE – FONE: (047) 443-8800 -CNPJ 81.140.303/0001-01 - CEP 89.249-000 - ITAPOÁ

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2020 - EDITAL 064/2019 - ENFERMEIRO

Publicação Nº 2610355

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**

Secretaria Municipal da Saúde

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 064/2019
ENFERMEIRO (A)**

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais **CONVOCA** a candidata **FRANCINE LAIZ DOS SANTOS LOPES LEAL** para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (cópia).

- Cédula de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente;
- Comprovante de residência;
- Diploma;
- Registro no COREN/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá (RH fornece declaração para abertura da conta)

Itapoá, 18 de Agosto de 2020.

Sandra Regina Medeiros da Silva

RUA 960 Nº 201; BAIRRO: ITAPEMA DO NORTE – FONE: (047) 443-8800 -CNPJ 81.140.303/0001-01 - CEP 89.249-000 - ITAPOÁ

TERMO DE CONVOCAÇÃO N° 016/2020 - EDITAL 035/2019 - MOTORISTA CATEGORIA D

Publicação N° 2609964

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**

Secretaria Municipal da Saúde

**TERMO DE CONVOCAÇÃO N° 016/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 035/2019
MOTORISTA CATEGORIA D**

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais **CONVOCA** o candidato **TOMAS NOGUEIRA PERES DO NASCIMENTO** para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Carteira de Habilitação profissional Categoria D;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Certificado do ensino fundamental;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá. (RH emite em declaração para abertura da conta corrente).

Itapoá, 18 de Agosto de 2020.

Sandra Regina Medeiros da Silva

RUA 960 N° 201; BAIRRO: ITAPEMA DO NORTE – FONE: (047) 443-8800 -CNPJ 81.140.303/0001-01 - CEP 89.249-000 - ITAPOÁ

Ituporanga

PREFEITURA

PORTARIA N. 1.825/2020

Publicação N° 2610445

PORTARIA N° 1.825, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e de acordo com a Lei Complementar nº 014, de 24 de junho de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ZILMAR ANTÔNIO LUCHTENBERG, para exercer o cargo em comissão de GERENTE DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES E PATRIMÔNIO, na Fundação FEXPONACE, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor a partir de 18 de agosto de 2020.

Ituporanga, 14 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 1.844/2020

Publicação N° 2610448

PORTARIA N° 1.844, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora NATALIA CRISTINA PETRY, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para desempenhar suas funções na Secretaria da Administração, no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de agosto de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 1.845/2020

Publicação N° 2610451

PORTARIA N° 1.845, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e de acordo com a Lei Complementar nº 020/2008 e Lei nº 2.189/2007,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor DIEGO BENJAMIN STUPP nomeado para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, na Secretaria de Urbanismo, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor nesta data.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 1.846/2020

Publicação Nº 2610452

PORTARIA Nº 1.846, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de acordo com a Lei Complementar 20/2008 e Lei 2.189/2007,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora SANDRA REGINA BERNS CLASEN do cargo de SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 1.847/2020

Publicação Nº 2610453

PORTARIA Nº 1.847, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município e conferida pelo art. 140, inciso II da Lei complementar nº 020/2008,

RESOLVE;

Art. 1º Conceder licença gestação à servidora JUCELI FRANCENER, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, na Secretaria da Educação, no período de 12/08/2020 a 09/12/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de agosto de 2020.

Ituporanga, SC, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 1.848/2020

Publicação Nº 2610467

PORTARIA Nº 1.848, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município e conforme o disposto na Lei Nº 2.189, de 27 de setembro de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o servidor LUIZ CARLOS SUZZENA, nomeado para exercer o cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE no grupo profissional: Direção e Assessoramento Intermediário – DAI, na Secretaria da Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

ELISÂNGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA N. 1.849/2020

Publicação N° 2610473

PORTARIA N° 1.849, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município e conforme o disposto na Lei N° 2.189, de 27 de setembro de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora ANTONIELA CRISTINA FERREIRA, nomeada para exercer o cargo de SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com jornada de trabalho de 40 horas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 1.851/2020

Publicação N° 2610478

PORTARIA N° 1.851, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei Complementar n° 020/2008 e o requerimento protocolado sob n° 2406/2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao servidor ALCINO FARIAS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, na Secretaria da Saúde, licença para atividade política no período de 15/08/2020 a 15/11/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2020.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA N. 1.852/2020

Publicação N° 2610481

PORTARIA N° 1.852, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei Complementar n° 020/2008 e o requerimento protocolado sob n° 2407/2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao servidor SÉRGIO RECH, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, na Secretaria da Saúde, licença para atividade política no período de 15/08/2020 a 15/11/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2020.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA N. 1.853/2020

Publicação N° 2610483

PORTARIA N° 1.853, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei Complementar n° 020/2008 e o requerimento protocolado sob n° 2432/2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao servidor JOSÉ EUDES DAMNN, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, na Secretaria da Saúde, licença para atividade política no período de 15/08/2020 a 16/11/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2020.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA N. 1.854/2020

Publicação N° 2610488

PORTARIA N° 1.854, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei Complementar n° 020/2008 e o requerimento protocolado sob n° 2414/2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao servidor MARIO CESAR HILLESHEIM, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, na Secretaria da Saúde, licença para atividade política no período de 15/08/2020 a 16/11/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2020.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA N. 1.855/2020

Publicação N° 2610495

PORTARIA N° 1.855, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei Complementar n° 020/2008 e o requerimento protocolado sob n° 2413/2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao servidor OLIVIR NOGUEIRA, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA SOCORRISTA-SAMU, na Secretaria da Saúde, licença para atividade política no período de 15/08/2020 a 15/11/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2020.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA N. 1.856/2020

Publicação N° 2610502

PORTARIA N° 1.856, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei Complementar n° 020/2008,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à servidora NEUZA APARECIDA CORREA, ocupante do cargo de SERVENTE, licença para tratamento de saúde no período de 17/08/2020 a 25/08/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de agosto de 2020.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA N. 1.857/2020

Publicação N° 2610508

PORTARIA N° 1.857, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei Complementar n° 020/2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora CLEIA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo temporário de SERVENTE, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para desempenhar suas funções na ESF Centro, na Secretaria de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de julho de 2020.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA N. 1.858/2020

Publicação N° 2610512

PORTARIA N° 1.858, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e de acordo com a Lei Complementar n° 020/2008, Lei n° 2.189/2007 e Parecer do Controle Interno n° 69/2020

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VILMAR MENEGAZ para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, na Secretaria de Urbanismo, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 1.859/2020

Publicação Nº 2610517

PORTARIA Nº 1.859, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e de acordo com a Lei Complementar nº 020/2008, Lei nº 2.189/2007,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JANETE MEES JUTTEL para exercer o cargo de SECRETÁRIA DA ASSISTENCIA SOCIAL, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor a partir de 19 de agosto de 2020.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 1.862/2020

Publicação Nº 2610527

PORTARIA Nº 1.862 DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o servidor MÁRCIO LIMA DA COSTA JUNIOR, ocupante do cargo de ADVOGADO, na Procuradoria-Geral do Município, a gozar férias pelo prazo de 10 (dez) dias a contar de 17/08/2020 a 26/08/2020, referente ao período aquisitivo de 03/10/2015 a 02/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de agosto de 2020.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 1860/2020

Publicação Nº 2610523

PORTARIA Nº 1.860, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e de acordo com a Lei Complementar nº 020/2008, Lei nº 2.189/2007,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUCIANIA FRANZ EIFLER para exercer o cargo de SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor a partir de 19 de agosto de 2020.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2019/CM-ITU**

Publicação Nº 2610268

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2019/CM-ITU

ADITIVO CONTRATUAL QUE CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC E A EMPRESA MASTER CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME, QUE TEM POR OBJETIVOS A PRORROGAÇÃO DO PRAZO ORIGINAL DA AVENÇA E A CORREÇÃO DOS VALORES PAGOS À CONTRATADA.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 79.369.633/0001-21, com sede administrativa na Rua Vereador Joaquim Boing, nº 40, bairro Centro, Ituporanga/SC, CEP 88400-000, representada neste ato por seu Presidente, Senhor ALMIR SCHAFFER, CPF nº 550.538.159-68, RG nº 1.428.103.

CONTRATADA: MASTER CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.693.893/0001-05, com sede na Rua José de Anchieta, nº 1367, Sala 1, Bairro Areias, Cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP 88.113-740, neste ato representada pelo Sr. ULRICH WAGNER, CPF nº 416.621.059-91, RG nº 838.035 SSP-SC.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados os termos do presente termo aditivo ao contrato em epígrafe resultante do Processo de Licitação nº 07/2019, Pregão Presencial nº 03/2019, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e ao seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETIVOS

1.1. Fica prorrogada a vigência da avença original em mais 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31 de agosto de 2020, conforme previsto no item 4.1 do Contrato nº 008/2019/CM-ITU.

1.2. Os valores pagos à CONTRATADA pela prestação dos serviços à CONTRATANTE ficam corrigidos conforme item 2.5 da avença original, utilizando-se o IGP-M acumulado entre agosto/2019 e julho/2020, o qual é divulgado mensalmente pela FGV e disponível para consulta em <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>.

method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÍNDICE DE REAJUSTE

2.1. O índice a ser aplicado na correção dos valores é de 9,269330%, conforme exposto no item 1.2 acima.

2.2. Dessa forma, o valor total a ser pago à contratada a partir de 31/08/2020 até 30/08/2021 é de R\$ 31.404,00 (trinta e um mil, quatrocentos e quatro reais), o qual será quitado em parcelas iguais, mensais e sucessivas no valor de R\$ 2.617,00 (dois mil, seiscentos e dezessete reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo entra em vigor em 31 de agosto de 2020 e permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da avença original.

E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando-se a cumpri-lo mutuamente.

Ituporanga/SC, 14 de agosto de 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

Contratante

Representada por Almir Schaffer

MASTER CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME

Contratada

Representada por Ulrich Wagner

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

RG:

Nome:

CPF:

RG:

Visto do órgão de assessoramento jurídico:

Célia Caroline Raitz de Lima

OAB/SC nº 47.512

Procuradora Legislativa

Câmara Municipal de Ituporanga/SC
Matrícula nº 198

Fiscais designados do contrato:
Tiago Louredo de Souza
Agente Legislativo
Matrícula nº 201
Câmara Municipal de Ituporanga/SC

Ariete Schutz Luckmann
Assessor Parlamentar
Matrícula nº 172
Câmara Municipal de Ituporanga/SC

Jacinto Machado

PREFEITURA

TERMO DE SUSPENSÃO SINE DIE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 36/2020

Publicação Nº 2609880

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

TERMO DE SUSPENSÃO SINE DIE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2020
PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, inscrito no CNPJ sob o nº 82.960.758/0001-36, com sede na Rua Pool Jorge Zacca, 75 – Centro, através do Prefeito Municipal, Sr. JOÃO BATISTA MEZZARI, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento de todos os interessados a SUSPENSÃO SINE DIE do Processo Licitação nº 36/2020 - Pregão Presencial, que tem como objeto a aquisição de aquisição parcelada de pneus novos para manutenção e reposição nos veículos e máquinas da frota do Município, até a deliberação definitiva do Processo n. @PCP 20/00132388 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Jacinto Machado/SC, 18 de agosto de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
Prefeito Municipal.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE PARECERISTAS Nº 135/2020/PMJS/SECEL

Publicação Nº 2610258

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE PARECERISTAS Nº 135/2020/PMJS/SECEL

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, inscrito no CNPJ 83.102.459/0001-23 com sede na Rua Walter Marquardt 1111, por intermédio da Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, pelo Decreto 12.302/2018 – Delega Poderes, de 6 de setembro de 2018 e, com fulcro no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, torna pública a convocação de pareceristas técnicos para avaliação de mérito artístico e cultural mediante emissão de parecer técnico de projetos culturais inscritos através do Edital de Concurso 134/2020/PMJS/SECEL, e outros que vierem a ser publicados.

JUSTIFICATIVA: No caso concreto, a licitação mostra-se desvantajosa para o interesse público a ser atendido, melhor coadunando-se com tal finalidade o Credenciamento, posto que permita a seleção de todos os interessados que atenderem os requisitos do regulamento. Quanto maior o número de credenciados, melhor será o atendimento ao interesse público, da publicidade e transparência dos atos e demais procedimentos de interesse da Administração.

DO OBJETO: Esta Chamada Pública tem por objeto a seleção de profissionais do setor cultural e artístico, residentes ou não em Santa Catarina, para compor o Banco de Pareceristas para prestação de serviços especializados de avaliação de mérito artístico e cultural, mediante emissão de parecer técnico descritivo dos projetos inscritos no edital nº 134/2020/PMJS/SECEL e em outros editais que vierem a ser publicados, dentro do prazo de 12 meses podendo ser prorrogável por igual período.

PRAZO E LOCAL PARA ENTREGA DO ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO: o período para o credenciamento será de 20 de agosto a 21 de setembro de 2020. A ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada deverá ser enviada acompanhada dos documentos informados no item 6 do edital, para a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL, Rua Gustavo Hagedorn, 636 (Arena Jaraguá) Bairro Nova Brasileira, Jaraguá do Sul/SC, CEP 89252-265, a documentação deverá ser encaminhada por via postal, preferencialmente por AR.

DAS INFORMAÇÕES: as informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidas na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL, pelo telefone (47) 3270 4300 / 3270 4309, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30min ou através do e-mail conselhos.cultura@jaraguadosul.sc.gov.br, com a servidora Vera de Tofol.

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtido gratuitamente no endereço supracitado, ou no site <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/>.

Jaraguá do Sul, 7 de agosto de 2020.

CLEIDE MOSCA

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer/PMJS

CONTRATO Nº 213/2020

Publicação Nº 2609549

EXTRATO DO CONTRATO 213/2020

Processo: Pregão nº 073/2020; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Suíça Transportes Ltda; Objeto: AQUISIÇÃO DE MACADAME; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal. Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2020, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.122.0300.4.402	Manutenção patrimonial - Samae	3.3.90 - Aplicações Diretas	22	Próprios
25.003.17.122.0300.4.402	Manutenção patrimonial - Samae	3.3.90 - Aplicações Diretas	42	Próprios

Data da assinatura: 05/08/2020; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ana Carolina B. S. Figur e Amanda Vogelsanger.

Ana Carolina B. S. Figur
Diretora Presidente - Samae

DECRETO Nº 14.121/2020

Publicação Nº 2610404

D E C R E T O Nº 14.121/2020
Designa Fiscal de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 35/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de serviços iniciais, terraplenagem, drenagem pluvial, obras complementares, projeto urbanístico e projeto paisagístico e iluminação para revitalização da área central do bairro Nereu Ramos, com área a ser executada de 3.157m² (três mil, cento e cinquenta e sete metros quadrados);

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 218/2020/Semop, de 11/08/2020, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 17/08/2020, o servidor público municipal RAFAEL WANZUITA SALUSTRIANO, matrícula 113724, Arquiteto e Urbanista, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 35/2020 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/08/2020.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.122/2020

Publicação Nº 2610405

D E C R E T O Nº 14.122/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais NIRTON HANEMANN, matrícula 2319; ANDRÉA MÁXIMO FERREIRA MALSCHITZKY, matrícula 7063; e GILBERTO GESSER, matrícula 82020, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 106/2020, tipo MAIOR OFERTA POR ITEM, para a outorga da permissão de uso remunerada do espaço físico descrito no Anexo I, do Edital, integrante do Patrimônio Público denominado Ginásio de Esportes Arthur M-Iler, situado na Rua Presidente Epitácio Pessoa, Nº 1033, Centro, Jaraguá do Sul/SC, de acordo com as especificações constantes nos demais Anexos do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.123/2020

Publicação Nº 2610406

D E C R E T O Nº 14.123/2020

Substitui Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 041/2020/CMDCA/JS, de 10/08/2020, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca);

DECRETA :

Art.1º Fica designada JAQUELINE ALVES, como conselheira suplente, em substituição à Diane Ilaine Gnewuch de Abreu, para representar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaraguá do Sul (APAE), na qualidade de Representante Não Governamental, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 13.135/2019, de 03/09/2019.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 1º de abril de 2021, conforme consubstanciado no Decreto Municipal Nº 13.861/2020, de 12/05/2020.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.124/2020

Publicação Nº 2610407

D E C R E T O Nº 14.124/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.002.6.183.410.2.258 - Manutenção das Atividades do Programa

Polícia Civil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.002.524 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.3.11.0072 - SF - Convênio SSP/PC 22.802-5 R\$ 150.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados ao Convênio SSP/PC 22.802-5, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.125/2020

Publicação Nº 2610408

D E C R E T O Nº 14.125/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra), a saber:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

12.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

12.001.20.122.500.1.400 - Aquisição de Caminhões, Máquinas,

Equipamentos Agrícolas e Veículos Auxiliares

4.4.00 - INVESTIMENTOS

12.001.389 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 65.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.126/2020

Publicação Nº 2610410

D E C R E T O Nº 14.126/2020

Revoga o Artigo 5º, do Decreto Municipal Nº 13.729/2020, de 23 de Março de 2020, Alterado pelo Decreto Municipal Nº 13.733/2020, de 26 de Março de 2020.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso XV, do artigo 4º, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art.1º Fica revogado o artigo 5º, do Decreto Municipal Nº 13.729/2020, de 23/03/2020, alterado pelo Decreto Municipal Nº 13.733/2020, de 26/03/2020.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.127/2020

Publicação Nº 2610412

D E C R E T O Nº 14.127/2020

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 8.181/2019, de 06/12/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação (Sedein), a saber:

41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E INOVAÇÃO

41.002 - TURISMO

41.002.23.122.0300.4.051 - Manutenção Patrimonial - Turismo

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

41.002.660 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios R\$ 3.500,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal Nº 14.118/2020, de 13/08/2020.

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.128/2020

Publicação Nº 2610414

D E C R E T O Nº 14.128/2020

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 8.181/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação (Sedein), a saber:

41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO E INOVAÇÃO

41.001 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

41.001.22.122.0301.4.214 - Pagamento dos Servidores do Desenvolvimento

Econômico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

41.001.647 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios R\$ 30.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 14.129/2020

Publicação Nº 2610416

D E C R E T O Nº 14.129/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 17, do Decreto Municipal Nº 11.528/2017, de 15/09/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 027/2020/CMDI/JS, de 12/08/2020, do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI);

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os membros para comporem a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI) gestor do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI), em razão dos Termos de Colaboração, dos Termos de Fomento e/ou Acordos de Cooperação e dos Termos Aditivos, a serem firmados entre o Município de Jaraguá do Sul, através do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI), e as Organizações da Sociedade Civil, conforme dispõe a Lei Federal Nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal Nº 13.204/2015, c/c o Decreto Municipal Nº 11.528/2017:

Titular: Adalberto Geraldo Moraes

Suplente: Pâmela Ribeiro

Titular: Elza Maria Siems Vieira

Suplente: Juliana Marangoni

Titular: Sônia Pillon

Suplente: Rosana Mara da Silva

Art.2º As atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 14.130/2020

Publicação Nº 2610418

D E C R E T O Nº 14.130/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 375.000,00 (Trezentos e setenta e cinco mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Semad); e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.001.04.131.0300.2.051 - Publicações Legais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.001.50 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios R\$ 50.000,00

05.001.04.122.0300.2.059 - Manutenção Patrimonial - Administração

4.4.00 - INVESTIMENTOS

05.001.59 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios R\$ 302.000,00

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.004 - ESPORTE E LAZER

39.004.27.813.1000.5.607 - Implantação do Parque Tecnológico

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.004.609 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.08.0099 - SF - Recursos Próprios R\$ 23.000,00

TOTAL R\$ 375.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 352.000,00 (Trezentos e cinquenta e dois mil reais); e proveniente de recursos vinculados à COSIP, no valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 14.131/2020

Publicação Nº 2610450

D E C R E T O Nº 14.131/2020

Aprova o Regulamento para Exercício Comercial e Respetivo Funcionamento de Feiras Livres de Produtos da Agroindústria Rural, Alimentos de Consumo Imediato, Flores e Mudanças, Realizadas Com Apoio do Poder Público no Município de Jaraguá do Sul, e dá outras Providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, IX, da Lei Orgânica do Município do Jaraguá do Sul; e

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação promover a organização do setor informal da economia do Município, interagindo com outros órgãos governamentais e não-governamentais congêneres, conforme artigo 40, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, e alterações, que dispõem sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Jaraguá do Sul e dá outras providências;

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento realizar pesquisas e estudos, organizar congressos, feiras, eventos, conferências, cursos e seminários sobre assuntos de interesse do Município, dar suporte ao agronegócio e aos produtores agropecuários, conforme artigo 30, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, e alterações;

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo a fiscalização de alvarás de funcionamento, bem como a expedição de atos de autorização, a permissão e concessão de uso, conforme artigo 38, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, e alterações;

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal da Fazenda expedir Licença para Exercício do Comércio Feirante, Ambulante ou Eventual, para feiras e eventos, conforme artigos 184 até 187, da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993, de 18/11/1993, e alterações, que

dispõem sobre o Código Tributário do Município de Jaraguá do Sul, competência esta também prevista no artigo 23, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, e alterações;

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Saúde o desenvolvimento de atividades relacionadas à vigilância sanitária e epidemiológica, conforme artigo 34, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, e alterações;

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer construir, instalar, manter e administrar espaços públicos no Município de Jaraguá do Sul destinados ao lazer e à recreação, conforme artigo 27, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, e alterações;

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal da Fazenda aplicar penalidades decorrentes da Licença para Exercício do Comércio Feirante, Ambulante ou Eventual, para feiras e eventos, conforme artigos 85 até 87, da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993, de 18/11/1993, e alterações;

CONSIDERANDO, ainda, o inteiro teor do Processo PMJS Nº 0001373/2020;

DECRETA :

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINALIDADE

Art.1º O presente Decreto tem como finalidade regulamentar o exercício comercial e respectivo funcionamento de feiras livres de produtos de origem rural, alimentos de consumo imediato, flores e mudas, doravante denominada simplesmente "Feira Livre", realizadas com apoio do Executivo Municipal de Jaraguá do Sul.

Art.2º Para efeitos de aplicação deste Decreto, são consideradas "Feiras Livres" aquelas que se destinam à comercialização de produtos artesanais, de produtos hortifrutigranjeiros, flores, plantas frutíferas e ornamentais, bem como produtos de industrialização rural, gêneros alimentícios e alimentos de preparo e consumo imediato, destinados ao comércio varejista.

Art.3º Para os efeitos deste Decreto, compreendem-se como produtos hortifrutigranjeiros aqueles oriundos do trato da terra, bem como aqueles de exploração de origem animal produzidos pelos produtores rurais, associações e cooperativas agropastoris e que sejam devidamente inspecionados pelos órgãos responsáveis.

Art.4º Para os efeitos deste Decreto, compreendem-se como produtos alimentícios artesanais aqueles produzidos com boas práticas agropecuárias e de fabricação, com características e métodos tradicionais ou regionais próprios, desde que submetidos à fiscalização de órgãos de saúde pública do Município, dos Estados ou do Distrito Federal.

Art.5º Não será permitida a entrada de vendedores ambulantes no recinto da Feira.

Art.6º A partir da vigência deste Decreto, as atividades descritas no artigo 1º passam a ser fiscalizadas nos termos aqui estabelecidos, bem como nas demais legislações vigentes.

Art.7º A preferência para o uso das áreas públicas para a realização das Feiras Livres será para os produtores rurais.

CAPÍTULO II

DOS PRODUTOS E DEMAIS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NAS FEIRAS

Art.8º Nas Feiras Livres de Jaraguá do Sul poderão ser comercializados os seguintes produtos:

I - Produtos hortifrutigranjeiros:

- a) frutas, legumes e tubérculos;
- b) temperos in natura, ervas medicinais;

II - produtos de agroindústria rural:

- a) carnes frescas, congeladas, defumadas e derivados;
- b) frios e derivados;
- c) compotas e doces de origem vegetal;
- d) conservas de produtos de origem vegetal e animal;
- e) panificados e massas;
- f) ovos caipira;

III - produtos de consumo imediato:

- a) bebidas de origem vegetal, com preparo e consumo imediato;

b) doces e salgados (frescos ou congelados);

IV - outros produtos:

a) flores naturais;

b) mudas de hortaliças, plantas frutíferas, ornamentais e nativas florestais.

§1º Os produtos de origem animal e vegetal só poderão ser comercializados nas Feiras Livres no Município de Jaraguá do Sul se estiverem licenciados pela autoridade sanitária competente, devendo estar embalados e rotulados de acordo com as normas vigentes.

§2º Os produtos industrializados deverão ser de origem da agroindústria familiar regional.

Art.9º Toda e qualquer atividade só poderá ser exercida nos recintos das Feiras Livres, compreendidos, como tais, os espaços públicos conforme artigos 10, 11 e 12, deste Decreto, mediante autorização expressa da Comissão Especial das Feiras Livres.

§1º A Comissão Especial das Feiras Livres poderá autorizar, mediante juízo de conveniência e oportunidade, que outras atividades sejam desenvolvidas nos respectivos espaços, desde que sejam de natureza diversa daquela exercida pelos feirantes.

§2º O requerimento deverá ser dirigido à Comissão Especial das Feiras Livres, devendo dele constar os dados pessoais do agente, bem como a atividade a ser desenvolvida.

§3º Deferido o pedido, o interessado deverá se inscrever junto ao Cadastro de Atividades Econômicas da Prefeitura, pagando os encargos devidos.

CAPÍTULO III DAS FEIRAS

Seção I DA LOCALIZAÇÃO E HORÁRIO

Art.10. As Feiras Livres acontecerão em locais pré determinados pelo Poder Executivo Municipal, conforme editais específicos.

Art.11. Os locais e horários para a realização das feiras regulamentadas por este Decreto serão definidos pela Comissão Especial das Feiras Livres e divulgados em edital de chamamento específico para cada evento.

Parágrafo único. Tanto os locais quanto os horários para realização das feiras, havendo interesse público, poderão ser alterados mediante comunicação prévia aos feirantes autorizados e em virtude da criação de novos locais.

Art.12. Os feirantes poderão comercializar seus produtos nos dias legalmente autorizados, devendo:

I - estarem instalados na área a eles reservada até 30 (trinta) minutos antes do início da Feira, onde permanecerão de forma silenciosa e organizada;

II - após o encerramento das vendas, de forma organizada e silenciosa, desmontarem suas barracas e limpar o ambiente, em até 30 (trinta) minutos.

Seção II DO FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Art.13. A coordenação geral das Feiras Livres ficará a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento que, além de exercer a função de supervisionar a aplicação deste regulamento, também deverá:

I - receber as inscrições das pessoas interessadas em explorar o espaço destinado às Feiras Livres através de protocolo;

II - deferir ou indeferir a inscrição;

III - avaliar o produto a ser comercializado dentro da categoria pretendida;

IV - definir o espaço e local para cada feirante;

V - fazer cumprir as exigências de habilitação para emissão da Licença de Feirante;

VI - emitir a autorização para a obtenção da Licença de Feirante ao que atender a todas as exigências de habilitação;

VII - os casos não previstos ou dúbios serão analisados pela Comissão Especial das Feiras Livres.

Art.14. Caberá ao Poder Executivo Municipal criar uma Comissão Especial para instruir a organização das Feiras Livres, com a seguinte representação:

I - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância Sanitária;

IV - 01 (um) representante do Serviço de Inspeção Municipal de Origem Animal (SIM);

V - 01 (um) representante da Fiscalização de Posturas da Prefeitura;
VI - 01 (um) representante da Fiscalização Tributária da Prefeitura.

Parágrafo único. Todos os representantes governamentais serão indicados pelos Secretários Municipais da respectiva pasta e nomeados por ato do Executivo Municipal.

Seção III DA DISTRIBUIÇÃO DOS BOXES

Art.15. A distribuição das vagas e/ou boxes dar-se-á de acordo com o respectivo sorteio, devendo ser registrada em croqui específico.

§1º O número de vagas para cada feira será estipulado nos editais de chamamento específicos, sendo que haverá reserva de 01 (uma) vaga para cada uma das classes de produtos, conforme consta no artigo 8º, seguindo a classificação geral.

§2º A divisão será feita por setores, de acordo com a natureza dos produtos comercializados.

Art.16. Apenas estará apto a comercializar nas Feiras Livres os produtores e/ou comerciantes que possuírem a Licença de Feirante e o Termo de Permissão devidamente assinado.

Art.17. Outros produtos, não descritos no artigo 8º, deste Decreto, só poderão ser comercializados com a autorização da Comissão Especial das Feiras Livres.

Art.18. A Comissão Especial das Feiras Livres autorizará o feirante a comercializar seus produtos, com preços moderados, ou seja, sem a cobrança de preços abusivos ao consumidor.

Art.19. Os espaços cedidos pelo Município destinam-se, exclusivamente, à montagem das barracas dos feirantes, não podendo ser utilizados para qualquer outra finalidade.

Parágrafo único. Não é permitida a instalação de mesas e cadeiras no espaço destinado aos feirantes e nos passeios públicos.

Seção IV DA INSCRIÇÃO

Art.20. A inscrição do interessado se dará na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, mediante apresentação de cópia dos seguintes documentos:

I - para produtor rural:

- a) documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF e comprovante de residência;
- b) Cadastro de Produtor Rural;
- c) Carteira de Saúde de Manipulador de Alimentos ou protocolo de requisição da mesma da(s) pessoa(s) que atuará(ão) como atendente(s)/vendedor(es);
- d) Licença da Vigilância Sanitária ou do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), quando aplicável;
- e) relação da(s) pessoa(s) que atuará(ão) como atendente(s)/vendedor(es);
- f) cópia da Inscrição Estadual (Bloco de Notas);
- g) relação dos produtos que serão comercializados;
- h) Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), quando aplicável;

II - para feirante não produtor rural:

- a) documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF ou CNPJ e comprovante de endereço;
- b) Alvará de Localização e de Funcionamento de Jaraguá do Sul ou do Município de origem;
- c) Carteira de Saúde de Manipulador de Alimentos da(s) pessoa(s) que atuará(ão) como atendente(s)/vendedor(es), ou protocolo de requisição da mesma;
- d) Licença da Vigilância Sanitária da cidade de origem ou do Serviço de Inspeção Municipal de Jaraguá do Sul (SIM), quando aplicável;
- e) relação da(s) pessoa(s) que atuará(ão) como atendente(s)/vendedor(es);
- f) relação dos produtos que serão comercializados.

§1º Entende-se como produtor rural aquele que comercializa, única e exclusivamente, produtos hortifrutigranjeiros de sua lavoura e/ou criação.

§2º O feirante que não se enquadrar como produtor rural não poderá comercializar produtos hortifrutigranjeiros iguais aos produzidos e comercializados pelos produtores rurais.

§3º Para os fins da alínea "b", do inciso I, do caput, o cadastro de produtor rural trata-se da declaração emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento dando ciência de sua condição de produtor rural através do Cadastro de Produtor inscrito no Município de Jaraguá do Sul ou da Secretaria competente da cidade de origem do produtor rural quando este for de outra cidade.

Art.21. Também deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - comprovante de produção orgânica, quando aplicável;

II - Cadastro de Produtor Rural do genitor, quando aplicável;

III - cópia do RG dos dependentes, quando aplicável.

Parágrafo único. Os documentos constantes nos incisos deste artigo serão utilizados como critérios objetivos para fins de escolha no caso de empate entre os interessados, conforme artigo 30.

Art.22. Serão abertas anualmente, se necessário, e divulgadas via edital elaborado pela Comissão Especial das Feiras Livres.

§1º As inscrições serão divulgadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, através de editais afixados nos órgãos municipais, onde deverá constar:

I - o período, o horário e o local das inscrições;

II - a documentação exigida;

III - os espaços existentes ou a informação de que a inscrição se destina apenas para o cadastro de reserva;

IV - a possibilidade de inscrição para mais de um ramo de atividade;

V - os critérios de classificação;

VI - a data da divulgação dos resultados e a possibilidade de apresentar recurso, bem como o seu prazo;

VII - o prazo de validade das inscrições.

§2º Os candidatos deverão comparecer no período de inscrições na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento da Prefeitura de Jaraguá do Sul, localizada à Rua Ângelo Rubini, Nº 600, bairro Barra do Rio Cerro, neste Município.

Art.23. As inscrições serão efetivadas mediante preenchimento da respectiva ficha numerada em ordem crescente, onde deverão constar:

I - dados pessoais do inscrito;

II - telefone para contato;

III - data da inscrição;

IV - assinatura do candidato.

Parágrafo único. Anexos à ficha de inscrição referida no caput deste artigo deverão ser acostados todos os documentos referidos nos artigos 20 e 21, deste Decreto.

Art.24. É permitida a inscrição de um mesmo candidato para mais de um ramo de atividade.

Art.25. Ao final da inscrição será entregue ao candidato o respectivo protocolo, onde constará apenas o número da ficha de inscrição, o nome do candidato, a data em que foi realizada.

Seção V

DA SELEÇÃO DOS INTERESSADOS

Subseção I

Dos Critérios de Classificação

Art.26. Encerrado o período de inscrições, a Comissão Especial das Feiras Livres efetuará a classificação dos candidatos, de acordo com os seguintes critérios:

I - ser domiciliado no Município de Jaraguá do Sul;

II - produtor rural com DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf;

III - produtor rural sem DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf;

IV - grupo formalizado de produtores rurais (associações, condomínios e cooperativas);

V - feirante que não se enquadre como produtor rural.

Art.27. Publicadas as listas de classificação, os interessados poderão apresentar à Comissão Especial das Feiras Livres o competente recurso, de forma fundamentada.

Art.28. Após o julgamento dos recursos, a Comissão Especial das Feiras Livres publicará novamente as listas de classificação com as correções que, porventura, forem promovidas.

Parágrafo único. Da decisão referida no caput deste artigo não caberá recurso.

Art.29. A Comissão Especial das Feiras Livres, a fim de verificar a autenticidade das informações prestadas, poderá determinar a realização das diligências que se fizerem necessárias.

Subseção II

Dos Critérios de Desempate

Art.30. A seleção do feirante obedecerá a ordem de classificação individual, aplicando-se os seguintes critérios de desempate:

I - feirantes rurais com produção orgânica certificada;

II - se o genitor do feirante estiver devidamente inscrito no cadastro de produtor rural do Município;

III - idade do inscrito;

IV - número de dependentes do inscrito;

V - naturalidade brasileira;

VI - o estrangeiro;

VII - o estrangeiro com maior número de filhos brasileiros;

VIII - ordem de inscrição no Edital de Chamamento.

Seção VI

DA INSCRIÇÃO PARA AS VAGAS REMANESCENTES

Art.31. As inscrições para o preenchimento das vagas remanescentes ou vacantes será através da classificação geral dos editais específicos.

Art.32. Por decorrência de renúncia do espaço público ou cassação desse direito, a vaga remanescente será preenchida pelo próximo classificado do chamamento da feira em questão, devidamente homologado.

§1º Para fins do disposto no caput deste artigo, visando a reocupação de espaços vagos, buscando sempre que a feira se realize com todos os produtos de origem rural, alimentos de consumo imediato, flores e mudas, deverá ser considerada a reserva mínima estipulada no artigo 15.

§2º Os classificados, de acordo com sua classificação e o tipo de produto a ser comercializado, terão preferência por eventuais espaços que surjam no decorrer do período de validade do edital.

CAPÍTULO IV

DO PREÇO

Art.33. Em decorrência da ocupação do solo, ficará o feirante sujeito ao pagamento de preço público correspondente a 01 (uma) UPM (Unidade Padrão do Município).

Parágrafo único. A data e a forma de pagamento de que trata o caput deste artigo serão estipuladas pela Comissão Especial das Feiras Livres antecipadamente ao início da comercialização.

Art.34. Os feirantes ficam obrigados ao recolhimento da "Taxa de Licença para Exercício do Comércio Feirante, Ambulante ou Eventual", conforme artigo 209, da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993, de 18/11/1993, e alterações.

Art.35. As licenças para as Feiras Livres serão válidas por 01 (um) ano, contado a partir da data de emissão da Licença de Feirante, podendo ser renovadas por mais 01 (um) ano.

CAPÍTULO V

DAS NORMAS DE CONDUTA E DO ESTABELECIMENTO DE PADRÕES

Seção I

DA CONDUTA

Art.36. Os feirantes, bem como seus auxiliares, devem manter conduta compatível com o decoro, tratando a todos com urbanidade e respeito.

Art.37. É vedado o exercício de atividades nocivas ao sossego e ao bem-estar das pessoas que frequentam as Feiras Livres.

Art.38. A utilização de som ambiente não é permitida, salvo autorização especial, emitida mediante solicitação e justificativa para a Comissão Especial das Feiras Livres.

Seção II DO PADRÃO DAS BARRACAS, UNIFORMES, VESTIMENTAS E ACESSÓRIOS

Art.39. É livre aos feirantes o uso de sua própria barraca ou estrutura similar, levando em consideração as características dos produtos por eles comercializados, desde que esteja dentro dos padrões da feira, a ser especificado em edital de chamamento de cada feira.

Art.40. Os feirantes devem manter suas barracas em bom estado de conservação, efetuando os reparos que se fizerem necessários, sendo vedadas quaisquer alterações quanto ao material utilizado e às cores empregadas, sem antes serem aprovadas pela Comissão Especial das Feiras Livres.

Art.41. Todos os feirantes deverão se vestir de forma condigna com a função exercida, zelando pela limpeza e asseio das indumentárias utilizadas, bem como de calçados, chapéus, bonés e demais acessórios.

Art.42. Os feirantes que comercializarem produtos alimentícios destinados ao consumo instantâneo, tais como salgados, doces, churrasquinhos e sucos, deverão trajar jaleco branco, máscara, luvas e touca de proteção, conforme legislação vigente.

Seção III DO PADRÃO DE HIGIENE

Art.43. Todos os feirantes deverão proceder, previamente, a limpeza do local destinado à instalação de sua barraca, bem como dos arredores, varrendo-os e livrando-os de quaisquer objetos estranhos ao ambiente e nocivos à higiene.

§1º Todos os feirantes deverão instalar lixeiras destinadas à utilização pela população e, especialmente, ao recolhimento do lixo produzido pela sua atividade.

§2º Após o encerramento das atividades, os feirantes deverão realizar a limpeza da área destinada à instalação de sua barraca, recolhendo o lixo e varrendo-a.

§3º Os resíduos produzidos durante a feira, bem como aqueles resultantes da limpeza realizada ao seu final, deverão ser recolhidos pelos feirantes e depositados nos recipientes coletores do local ou imediações.

§4º Os feirantes devem orientar a população quanto à manutenção da higiene das Feiras Livres, auxiliando a Comissão Especial constituída para efetiva fiscalização.

Art.44. Todos os produtos deverão ser mantidos em bom estado de conservação, obedecendo-se todas as normas e ordens expedidas pelos órgãos de fiscalização sanitária e pelos demais órgãos de fiscalização municipal.

Parágrafo único. O disposto no presente regulamento não dispensa os feirantes de seguirem as demais normas relativas à higiene e conservação dos alimentos.

CAPÍTULO VI DA DESISTÊNCIA

Art.45. Todo feirante que não desejar mais comercializar seus produtos deverá comunicar a Comissão Especial das Feiras Livres, assinando o respectivo Termo de Desistência.

Parágrafo único. Igual procedimento deverá ser adotado pelo interessado que, quando da concessão do direito de uso do espaço na feira, não puder ou não quiser participar.

CAPÍTULO VII DAS OBRIGAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art.46. As licenças concedidas para funcionamento nas feiras reguladas por este Decreto são de caráter puramente precário, podendo ser cassadas ou anuladas a qualquer tempo, sem que, todavia, assista ao feirante direito à indenização ou reclamação de qualquer espécie.

Parágrafo único. A cassação a que alude este artigo, para que tenha eficácia, deverá ser proposta em expediente fundamentado pela Comissão Especial das Feiras Livres.

Art.47. São obrigações comuns a todos os que exercem atividades nas Feiras Livres, além do previsto neste regulamento e legislação baixada pelas autoridades competentes:

I - usar de urbanidade e respeito para com o público em geral, seus colegas, bem como acatar rigorosamente as ordens emanadas das autoridades municipais;

II - exibir, sempre que exigido pela fiscalização, qualquer dos documentos que os habilitem para o exercício de suas atividades;

III - possuir, em suas barracas, balanças, pesos e medidas, sempre aferidas em condições de pesagem correta;

IV - pesar e medir as mercadorias com toda exatidão;

V - colocar suas barracas nos locais previamente determinados pela administração da feira;

VI - não desarmar as barracas sempre que terminarem as vendas antes da hora prevista para o encerramento da feira;

VII - não jogar lixo na via pública ou nas imediações da sua barraca;

VIII - trocar, sempre que solicitado, qualquer mercadoria vendida, ou, fazer a restituição da importância correspondente, uma vez que seja a solicitação apresentada no transcurso da mesma feira e fique apurada a procedência da reclamação;

IX - não exceder a metragem de sua licença;

X - manter sempre em rigorosa limpeza e sem resíduos as partes das balanças respectivas;

XI - não proceder de modo a dificultar o trânsito do público, assim como não colocar as suas mercadorias fora do perímetro de sua unidade;

XII - manter em rigoroso estado de limpeza, tanto as suas barracas e tabuleiros, como as mercadorias expostas à venda;

XIII - zelar pelos logradouros públicos, de forma a não danificar árvores, bancos, calçadas, muros, portões e jardins públicos e particulares, bem como veículos;

XIV - utilizar o alinhamento do meio-fio de apenas um lado da via, para montagem das barracas;

XV - não poderão participar da feira aqueles que comercializarem alimentos de preparo imediato sem a licença de autorização expedida pela Vigilância Sanitária.

Art.48. Além do preceituado neste regulamento, são motivos para cassação sumária da Licença de Feirante:

I - indisciplina ou embriaguez;

II - se o titular mantiver, em seus serviços e em contato direto com o público e com apetrechos e mercadorias colocadas à venda, os seus empregados, quando portadores de moléstias infectocontagiosas;

III - se deixar de comunicar ao órgão público competente os nomes dos seus empregados que se enquadrem nas disposições do inciso anterior;

IV - se mantiver, em seu estabelecimento, empregados sem a respectiva carteira de saúde devidamente atualizada;

V - se deixar de observar as condições básicas de higiene e asseio, não só de seus empregados como também do local de trabalho, mantendo as dependências pintadas, sempre que necessário, a juízo da Administração Municipal ou Autoridade Sanitária;

VI - falta de pagamento das taxas ou preços que lhe forem atribuídos;

VII - no caso de interesse público a juízo do Prefeito;

VIII - a venda de produtos não permitidos;

IX - o não pagamento de multas impostas pelo Município, no prazo regulamentar.

Art.49. Todo feirante que descumprir o estabelecido neste Capítulo será suspenso de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias, conforme decisão da Comissão Especial das Feiras Livres.

§1º Na hipótese do feirante reincidir na suspensão prevista neste artigo, terá esta sua licença cassada definitivamente.

§2º A pena de cassação só poderá ser aplicada após procedimento administrativo que assegure ampla defesa ao feirante.

§3º O feirante que tiver a licença cassada ficará impedido de participar de processo seletivo ou licitação para obtenção de espaço em Feiras Livres no Município de Jaraguá do Sul pelo período de 02 (dois) anos.

Art.50. A ninguém é lícito tomar atitudes que possam prejudicar o bom funcionamento da feira ou causar danos à tranquilidade pública.

§1º O feirante que incidir no preceituado deste artigo terá sua licença automaticamente cassada, sem que esse motivo possa haver reclamação de qualquer espécie.

§2º O consumidor que agir de forma preconizada no caput deste artigo será encaminhado à autoridade policial competente.

§3º No caso da aplicação do contido no §1º, deste artigo, responderá pelo dano o titular da licença.

§4º A aplicação da pena de suspensão de até 30 (trinta) dias até o limite de 90 (noventa) dias será efetuada pelo órgão de fiscalização competente do Município.

§5º Caberá a aplicação da pena de multa nos casos do artigo 86, da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993, de 18/11/1993, e alterações.

Art.51. Para aplicação das penalidades aos infratores, deverá, na autuação procedida, ser demonstrada, com clareza, a quem cabe a culpa da infração cometida, o número da unidade, o titular da licença, a disposição legal infringida, a hora e a data em que sucedeu a ocorrência, bem como, se existente, o rol de testemunhas que presenciaram o fato.

Art.52. Na hipótese de apreensão ou inutilização de mercadorias, balanças, pesos e medidas, será lavrado o competente auto, com duas testemunhas, fazendo-se a posteriori a remessa do material apreendido aos órgãos competentes.

Art.53. Em todos os casos de aplicação de penalidades é assegurada a interposição de recursos no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação ao órgão de fiscalização competente do Município.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.54. Os feirantes a quem for concedido o direito de uso dos espaços públicos das Feiras Livres deverão iniciar suas atividades no prazo estipulado na divulgação do resultado final, devendo, para tanto, promover a sua inscrição junto ao Cadastro de Atividades Econômicas da Prefeitura de Jaraguá do Sul.

Parágrafo único. O Alvará de Funcionamento e Alvará Sanitário ou do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) deverão ser requisitados junto aos setores competentes da Prefeitura de Jaraguá do Sul.

Art.55. Fica proibida, expressamente, a cessão ou transferência de licença a quem quer que seja, não importando, para esse fim, o motivo alegado, nenhum efeito produzindo tais estipulações perante a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

Art.56. Para o cumprimento das disposições contidas neste regulamento, ficam os órgãos competentes fiscalizadores autorizados a requisitar a força policial quando se fizer necessário.

Art.57. Os feirantes que não se adaptarem às exigências preconizadas neste diploma legal não poderão exercer suas atividades até que cumpram o aqui estabelecido.

Art.58. O alinhamento das barracas será demarcado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, de conformidade com a conveniência de seu funcionamento, devendo, assim, ser obedecido rigorosamente pelos feirantes em atividade.

Art.59. Será proibido fazer fogo de maneira diversa daquela preconizada no artigo 60, deste Decreto, em qualquer local da feira livre, não importando para esse fim o motivo alegado.

Art.60. Será permitida a utilização de gás GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) desde que com o Alvará do Corpo de Bombeiros, para equipamentos de preparo imediato de alimentos, previamente manipulados em local vistoriado e autorizado pela Vigilância Sanitária, e mantidos sob refrigeração através do uso obrigatório de balcão refrigerado.

Art.61. As ruas, logradouros públicos e veículos deverão ser resguardados de quaisquer danos pelos feirantes, respondendo estes, além do previsto neste regulamento, civil e penalmente, no caso dessa ocorrência.

Art.62. As placas correspondentes ao número de cada unidade serão de responsabilidade do feirante.

Art.63. Os feirantes respondem civilmente, penalmente e de maneira trabalhista por seus empregados quanto a inobservância de Leis, Decretos e regulamentos municipais.

Art.64. Ninguém poderá modificar as unidades aqui dispostas ou alterar suas disposições sem anuência dos órgãos públicos competentes.

Art.65. Os órgãos públicos competentes poderão apreender, para ser substituída, qualquer licença que se encontre em mau estado de conservação, emendas ou rasuras que impeçam a sua legibilidade, paga a indenização devida.

Art.66. Os feirantes e empregados estabelecidos na Feira Livre ficam obrigados ao porte de uma carteira indicativa de sua atividade, confeccionada pelo feirante.

Art.67. A critério do órgão fiscalizatório competente poderá ser cancelada a venda de toda e qualquer mercadoria quando tornada inconveniente ao interesse público, sem direito à qualquer indenização à favor do feirante.

Art.68. Os feirantes somente comparecerão às feiras nas quais estejam devidamente licenciados, sob pena de revogação de sua licença.

Art.69. De todas as decisões emanadas do Poder Executivo Municipal, deverão ser expressamente cientificados, notificados ou interpelados os interessados, visando o regular processo administrativo.

Art.70. Em caso de multa, suspensão ou cancelamento do exercício comercial em Feira Livre, deverá ser devidamente notificado o infrator pelo órgão competente.

Art.71. Quando ocorrer a hipótese de resistência à suspensão ou ao cancelamento do exercício comercial, o órgão competente determinará a imediata retirada do feirante punido e, inclusive, para que tenha eficácia a sua determinação, requisitar até força policial, se for necessário.

Art.72. Os casos omissos serão resolvidos pelas unidades responsáveis pelas respectivas áreas.

Art.73. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos Municipais Nº 12.017/2018, de 02/05/2018, e Nº 12.163/2018, de 21/06/2018.

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2020

Publicação Nº 2610573

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2020
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
TIPO: Menor Preço por Item

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal nº 6.291/2011 e Decreto 8.440/2012.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em atendimento a LC 147/2014, os itens deste edital se enquadram na participação exclusiva para ME/EPP, sendo permitido as G.E. formularem proposta para todos os itens, que somente serão consideradas em caso de inexistir o número mínimo de três licitantes na condição de ME/EPP.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 horas do dia 03 de setembro de 2020, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 13:45 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 325.188,41 (trezentos e vinte e cinco mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta e um centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 13 de julho de 2020.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2020

Publicação Nº 2610571

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC
CONTRATADA: G.J WINTER TERRAPLENAGEM E DISK CAÇAMBAS

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço a prestação de serviços de caminhão caçamba, trator de esteira, escavadeira hidráulica e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, ao longo de 12(doze) meses, para prestação de serviços, em atendimento a LM nº 7.844/2019 e Decreto nº 3.030/2019, destinados aos produtores rurais cadastrados na SEMDRA, conforme especificações no ANEXO I e Termo de Referência no ANEXO IX do Pregão presencial 107/2020, segundo as conveniências da administração direta.

DO VALOR: O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora estão previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro. Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a conclusão de cada serviço solicitado e mediante apresentação da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Serviços prestados, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

Prazo de execução: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Daniel Peach e Gilmar Júlio Winter

Daniel Peach

Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento e Gestor do Fundo Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

PORTARIA Nº 252/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2609855

PORTARIANº 252/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 082/2020/2ª CPPAD, de 14/08/2020, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 17/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 033/2019, instaurado pela Portaria Nº 831/2019 de 18/09/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA Nº 253/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2609856

PORTARIANº 253/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 081/2020/2ª CPPAD, de 14/08/2020, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 18/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 013/2020, instaurado pela Portaria Nº 296/2020 de 20/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA Nº 254/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2609857

PORTARIANº 254/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 080/2020/2ª CPPAD, de 14/08/2020, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 18/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 029/2019, instaurado pela Portaria Nº 736/2019, aditada pela Portaria Nº 994/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA Nº 255/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2609860

PORTARIANº 255/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o Ofício nº 092/2020/3ªCPPAD de 14/08/2020, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 10/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 010/2020, instaurado pela Portaria 282/2020 de 12/05/2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA Nº 256/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2609861

PORTARIANº 256/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 093/2020/3ª CPPAD, de 14/08/2020, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 18/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 030/2019, instaurado pela Portaria Nº 737/2019, de 20/08/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA Nº 257/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2609863

PORTARIANº 257/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o Ofício nº 091/2020/3ªCPPAD de 14/08/2020, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 08/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 042/2019, instaurado pela Portaria 929/2019 de 24/10/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/07/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA Nº 258/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2609864

PORTARIANº 258/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 090/2020/3ª CPPAD, de 14/08/2020, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 16/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 040/2019, instaurado pela Portaria Nº 920/2019, de 17/10/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA Nº 259/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2609865

PORTARIANº 259/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 089/2020/3ª CPPAD, de 14/08/2020, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 13/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 005/2019, instaurado pela Portaria Nº 306/2019, de 17/04/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

Vanessa Schwirkowsky
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA Nº 260/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2609866

PORTARIANº 260/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 088/2020/3ª CPPAD, de 14/08/2020, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 13/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 002/2019, instaurado pela Portaria Nº 187/2019, de 18/03/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA Nº 261/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2609867

PORTARIANº 261/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 087/2020/3ª CPPAD, de 14/08/2020, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal N° 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal N° 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 12/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar N° 016/2018, instaurado pela Portaria N° 0219/2018, de 04/04/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA N° 575/2020

Publicação N° 2610424

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL PORTARIAN° 575/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do §2º, do artigo 1º, da Lei Municipal N° 3.547/2004, de 15/04/2004, acrescido pela Lei Municipal N° 5.184/2009, de 03/04/2009,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 10/07/2020, ROSILÉA KRAWULSKI, matrícula 7041, Diretora do PROCON Municipal, como GESTORA do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (FMDD), delegando-lhe competência para a execução das atribuições previstas no artigo 1º, combinado com o artigo 2º, da Lei Municipal N° 3.547/2004, de 15/04/2004, alterada pelas Leis Municipais N°s 4.865/2007, de 20/12/2007, e 5.184/2009, de 03/04/2009.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/07/2020, revogada a Portaria N° 204/2017, de 21/02/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA N° 576/2020

Publicação N° 2610427

PORTARIAN° 576/2020
Substitui Conselheiros do Conselho Municipal de Turismo (Comtur).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 006/2020/Comtur/JS, de 12/08/2020, do Conselho Municipal de Turismo (Comtur);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 12/08/2020, FRANCINE RODRIGUES SEVIGNANI SCHWANZ, como conselheira titular, em substituição a Marco Antonio Murara; e ANDREI KROTH SCHWANZ, como conselheiro suplente, em substituição a Ricardo Dacol, para representarem a Associação das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual do Vale do Itapocu (APEVI), na qualidade de Representantes da Sociedade Civil Organizada, no Conselho Municipal de Turismo (Comtur).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria N° 072/2019, de 13/02/2019, no que se refere a designação de Marco Antonio Murara e Ricardo Dacol.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 1º de abril de 2021, conforme consubstanciado no Decreto Municipal N° 13.861/2020, de 12/05/2020.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 577/2020

Publicação Nº 2610428

PORTARIA Nº 577/2020 - DE 18/08/2020

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face da Servidora Pública Municipal CLEONICE DE OLIVEIRA SCHERNER.

Comissão Processante: SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores públicos municipais RAFAEL MADRUGA, matrícula 10781, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; DIRCEU HILLER, matrícula 10911, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e ANDRIELA FERREIRA SANTOS, matrícula 9615, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para, sob a presidência do primeiro, apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais da servidora pública municipal Cleonice de Oliveira Scherner.

A presente publicação está de acordo com o Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019.

A servidora investigada terá acesso aos autos completos a partir da citação, conforme artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019, e Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, não tendo prejuízo aos direitos constitucionais do contraditório e ampla defesa.

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

Joaçaba

PREFEITURA

ATA 005/2020/PMJ - TA 03

Publicação Nº 2610882

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2020/PMJ – TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como órgão gerenciador, representada neste ato pela Secretária, ANA BEATRIZ BRANCHER, e a empresa MERCADO MUNARI ME, estabelecida na Rua Paulo de Giacometti, 199 – B. São João – 89665-000, CAPINZAL/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.878.273/0001-97, representada neste ato por CAMILA MUNARI STEFANES, portador do documento de identidade RG nº 6.286.230, inscrito no CPF sob o nº 094.490.739-37, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 005/2020/PMJ, firmada em 17/07/2020, originada do Processo de Licitação nº 107/2019/PMJ - Pregão Presencial nº 68/2019/PMJ, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais e ao consumo dos órgãos participantes, observando-se o disposto no inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 52 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VA.LOR UNITÁRIO REVISADO R\$
52	Leite UHT integral longa vida – sem lactose	lto	TIROL	2,87	3,87

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 005/2020/PMJ.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 13 de agosto 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANA BEATRIZ BRANCHER - Secretária

MERCADO MUNARI LTDA
CAMILA MUNARI STEFANES

Testemunhas:

1. _____

2. _____

ATA 02/2020/FMAS - TA 01

Publicação Nº 2610679

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020/FMAS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, representada neste ato pela Secretária, SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, como órgão gerenciador, e a empresa ENIO DELAZERI EIRELI, estabelecida na Rua Sete de Abril, nº 3151, Parque Jardim Ouro, Ouro, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.383.088/0001-17, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato por ENIO DELAZERI, portador do documento de identidade RG nº 1.870.202, inscrito no CPF/MF sob o nº 453.533.100-63, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 02/2020/FMAS, firmada em 02/06/2020, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2020/FMAS - Pregão Eletrônico nº 01/2020/FMAS, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de cestas básicas, observando-se o disposto no inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 2 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro,

passando o mesmo a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
2	Cesta básica GRANDE contendo os seguintes itens: feijão preto – 02 kg / óleo de soja 900 ml – 02 latas / arroz parboilizado tipo 1 – 05 kg / açúcar refinado – 05 kg / farinha de fubá fina - 02 kg / farinha de trigo especial - 05 kg / farinha de trigo especial - 02 kg / chocolate em pó – 800 gr / café em pó – 01 kg / leite em pó – 02 pacotes 400 gr / biscoito doce sortido – 800 gr / massa c/ ovos - espaguete - 02 kg / sardinha em óleo 125 gr – 05 latas / extrato/molho de tomate 340 gr – 02 latas / doce de frutas 400 gr – 01 pote / leite UHT integral – 12 caixas de 01 litro / sabonete 90 gr / creme dental - 90 gr / sabão em barra – 500 gr / sabão em pó 500 gr	un	144,71	155,50

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 02/2020/FMAS.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 13 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO - Secretária

ENIO DE LAZERI EIRELI
ENIO DELAZERI

Testemunhas:

1. _____
2. _____

ATA 161/2019/PMJ - TA 04

Publicação Nº 2610692

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2020/PMJ – TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, como órgão gerenciador, representada neste ato pelo Secretário, Sr. MARCELO MANTOVANI, resolve celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 161/2020/PMJ, firmada em 03 de janeiro de 2020 com a empresa ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 3010, bairro Menino Deus, no Município de Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.123.912/0001-61, proveniente do Processo de Licitação nº 102/2019/PMJ – Edital de Pregão Presencial nº 65/2019/PMJ, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de combustíveis destinados a manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal e dos órgãos participantes, observando-se o disposto no inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 2 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro,

passando o mesmo a ter a seguinte redação, a contar do dia 19 de agosto de 2020:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
2	ÓLEO DIESEL S-10 (litro)	LTO	SHELL	3,36

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 161/2020/PMJ.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 18 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
MARCELO MANTOVANI - Secretário

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA
DOACIR BORDIGNON

Testemunhas:

1. _____

2. _____

ATA 30/2020/PMJ - TA 01

Publicação Nº 2610582

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2020/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, como órgão gerenciador, representada neste ato pelo Secretário, Sr. MARCELO MANTOVANI, e a empresa FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, estabelecida na RUA HUMBERTO DE CAMPOS, 836 – B. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, no Município de LAGES, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.584.756/0001-86, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato por LUCIANO CRUZ FACINA, portador do documento de identidade RG nº 2.827.889 e inscrito no CPF sob o nº 014.379.819-76, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 30/2020/PMJ, firmada em 18/02/2020, originada do Processo de Licitação nº 02/2020/PMJ – Edital de Pregão Presencial nº 02/2020/PMJ, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura, de equipamentos de proteção individual (EPI's) e outros materiais afins, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço dos itens 3, 28, 29 e 39 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
3	Avental descartável	un	PREVEMAX	2,80	6,40
28	Máscara respiratória PFF1	un	CAMPER CA 38946	0,74	3,96
29	Máscara respiratória PFF2	un	CAMPER CA 38945	2,00	4,60
39	Touca descartável	un	TALGE	0,05	0,17

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 30/2020/PMJ.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 18 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
MARCELO MANTOVANI - Secretário

FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
LUCIANO CRUZ FARINA

Testemunhas: 1. _____ 2. _____

DECRETO Nº 6.018 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610279

DECRETO Nº 6.018 DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO ART.2º DO DECRETO Nº 5.995/2020, QUE ESPECIFICA”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o art. 2º do Decreto nº 5.995/2020 e suas alterações.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 18 de agosto de 2020.

JOAÇABA(SC), em 18 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

DECRETO Nº 6.017 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610277

DECRETO Nº 6.017 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

“REGULAMENTA CRITÉRIOS PARA OS EMPRÉSTIMOS EM CONSIGNAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 25, III DO DECRETO Nº 2.715/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 58 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais;

DECRETA:

Art. 1º Ficam regulamentados critérios para os empréstimos em consignação por meio de instituição financeira em favor de servidores no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Joaçaba de que trata o art. 25, III do Decreto nº 2.715/2005.

Art. 2º Poderão contrair empréstimo, sob garantia de consignação em folha de pagamento, os servidores ativos de provimento efetivo do Município de Joaçaba que tenham, na data da operação, 01 (um) ano ininterrupto de efetivo exercício.

Art. 3º O empréstimo em consignação depende de autorização prévia e expressa do servidor público à instituição financeira concedente do empréstimo através de contrato próprio com a instituição conveniada ao município.

Art. 4º No momento da contratação da operação, a autorização para a efetivação dos descontos permitidos neste Decreto observará o limite de 30% (trinta por cento) do comprometimento do valor base de contribuição previdenciária dos vencimentos do servidor, menos as deduções obrigatórias.

Parágrafo único. As verbas variáveis não poderão compor o cálculo de que trata o caput deste artigo.

Art. 5º O limite máximo para empréstimo em consignação é de até 05 (cinco) contratos vigentes por servidor, independente da instituição financeira contratada.

Art. 6º Ficam inalterados os contratos dos servidores vigentes até a data de publicação deste Decreto.

Parágrafo único. Em caso de renegociação de valores com a instituição, deverão ser observados os parâmetros deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 17 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

ERRATA - CONTRATO 01/2017/FMS – TA 06

Publicação N° 2610713

SECRETARIA DE SAÚDE DE JOAÇABA/SC
CONTRATO 01/2017/FMS – TA 06

Errata ao Termo Aditivo 06 do Contrato 01/2017/FMS, que tem como objeto a “prestação, pela CONTRATADA, de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, como de meio, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança, para as unidades de Saúde da Família (ESF's), Postos de Saúde, Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), Centro de Especialidades Médicas (CEM) e Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Joaçaba”, publicado na edição 3187 de 01/07/2020.

Procede-se à presente alteração em razão de alteração no quadro societário e consequente apresentação de procuração outorgando poderes para assinatura de contratos e termo aditivos apresentada pela contratada na data de hoje, conforme e-mail anexo.

Onde se lê:

1	[...] neste ato representada pelo Sr. ADRIANO ALVES KLEIN, portador do documento de identidade nº 5.933.406-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 119.653.078-50 e pelo Sr. CLEVERSON DUTRA ZONTINI, portador do documento de identidade nº 6.739.927-7-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.466.729-59
---	---

Leia-se:

1	[...] neste ato representada por seus procuradores, Sr. BRIAN SILVA, portador do RG nº. 4R3059085, inscrito no CPF/MF sob o nº. 016.770.799-08, e pelo Sr. JULIANO COSTA DA SILVA, portador do documento de identidade nº 6084156774, inscrito no CPF/MF sob o nº 827.771.360-68
---	--

Joaçaba/SC, 17 de agosto de 2020

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
VALMOR JOÃO REISDORFER

PUBLICAÇÃO SEM EFEITO PP 13/2020/PMJ

Publicação N° 2610985

NOTA DE PUBLICAÇÃO SEM EFEITO
PREFEITURA DE JOAÇABA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 52/2020/PMJ
EDITAL PP N° 13/2020/PMJ

O município de Joaçaba torna sem efeito a publicação referente ao Processo Licitatório nº 52/2020/PMJ – Edital PP nº 13/2020/PMJ, publicado no DOM – EDIÇÃO 3235 página 643 em 18/08/2020.

Joaçaba, 18 de agosto de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 037 - 2020**

Publicação N° 2610974

PORTARIA N. 37 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar n. 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º PRORROGAR o prazo em 10 (dez) dias, conforme prevê o art. 140 da Lei Complementar n. 76/2003, para conclusão dos trabalhos do “Processo Administrativo” instaurado pela portaria n. 31 de 02 de junho de 2020, que apura possível descumprimento de cláusulas contratuais por parte da empresa RS Varejo Eireli, CNPJ 31.322.368/0001-08, conforme solicitação da Comissão de Processo Administrativo.

2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do art. 3º da Lei n. 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de agosto de 2020.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO
Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0043/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2608620

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0051/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043/2020
PROTOCOLO JHL 1366/2020

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0043/2020 – Licitação 0051/2020, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOBOMBA PARA SEREM INSTALADOS NA ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA 001 (EAT 001) DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 08h 50min do dia 02/09/2020 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 02/09/2020 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 19/08/2020 a 02/09/2020.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, 17 de agosto de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae.

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 16/2020 REFERENTE REGISTRO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE BASE BICA CORRIDA PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL

Publicação Nº 2610056

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC
PROCESSO LICITATÓRIO 16/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 01/09/2020, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655, REFERENTE REGISTRO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE BASE BICA CORRIDA PARAMANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 18 de Agosto de 2020.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 17/2020 REFERENTE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN 0(ZERO)KM PARA USO NO TRANSPORTE ESCOLAR MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL

Publicação Nº 2610063

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC
PROCESSO LICITATÓRIO 16/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

O Prefeito(a) Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 02/09/2020, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655, REFERENTE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN 0(ZERO)KM PARA USO NO TRANSPORTE ESCOLAR MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 18 de Agosto de 2020.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 18/2020 REFERENTE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLA PARA O USO NA SECRETARIA DA AGRICULTURA MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL

Publicação Nº 2610080

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC
PROCESSO LICITATÓRIO 18/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 03/09/2020, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655, REFERENTE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLA PARA O USO NA SECRETARIA DA AGRICULTURA MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 18 de Agosto de 2020.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Jupirá

PREFEITURA

PORTARIA N° 229/20 DE 17/08/2020

Publicação N° 2609494

PORTARIA N.º 229/20 de 17/08/2020.

CONCEDE AFASTAMENTO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art. 70, inciso VII da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

Considerando, atestado médico em anexo,

RESOLVE:

Art.1.º - CONCEDER, 11 (onze) dias de afastamento para tratamento de saúde, no período de 16/08/2020 a 26/08/2020 ao servidor municipal JONATA LUSSANI, ocupante do cargo de Operador de máquinas, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá SC, 17 de agosto de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 230/20 DE 17/08/2020

Publicação N° 2609495

PORTARIA N.º 230/20 de 17/08/2020.

CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art. 70, inciso VII da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

Considerando, atestado médico em anexo,

RESOLVE:

Art.1.º - CONCEDER, 9 (NOVE) dias de afastamento para tratamento de saúde, no período de 17/08/2020 a 25/08/2020 a servidora municipal ELISANGELA VOTTERI BATTISTELLA, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, lotado na Secretaria de Saúde.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá SC, 17 de agosto de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 231/20 DE 17/08/2020

Publicação N° 2609497

PORTARIA N.º 231/20 de 17/08/2020.

CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em

conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art. 70, inciso VII da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

Considerando, atestado médico em anexo,

RESOLVE:

Art.1.º - CONCEDER, 09 (nove) dias de afastamento para tratamento de saúde, no período de 17/08/2020 a 25/08/2020 ao servidor municipal CLEZIO GIOVANI DOS SANTOS, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Saúde.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá SC, 17 de agosto de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

DECRETO N º 18116/2020

Publicação Nº 2610194

DECRETO Nº 18.116, de 15 de agosto de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, Paulo Cesar Sell (CPF nº ***.495.729-**), do cargo de Assessor de Governo (AG-1), na Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Meio Ambiente, a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Lages, 15 de agosto de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

EXTRATO 2º ADITIVO CONTRATO 04/2019 - BALMAR - SMS

Publicação Nº 2609589

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 04/2019 – SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.154.352/0001-03, situada à Rua Vergílio Godinho, nº 106, sala 01, bairro Brusque, CEP 88503-010, Lages/SC. Contato: (49) 3222-8137.

resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao Contrato 04/2019, em decorrência do Processo Licitatório nº 87/2018, correlato a Tomada de Preço nº 05/2018, conforme parecer jurídico nº 650/2020, aberto em 14/01/2019 e homologado em 12/02/2019:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...];

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 05 (cinco) meses;

[...];

2.4 Do Contrato: fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses a contar de 18/12/2020, até 12/04/2021, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

em conformidade com o pedido de acréscimo contratual, interposto pela gestora do contrato,

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

• Lages, 31 de julho de 2020.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 31 de julho de 2020.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO 4º ADITIVO CONTRATO 228/2018 - AS CONSTRUTORA - PML

Publicação Nº 2609550

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 228/2018 – PML

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: A S CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.434.177/0001-04, situada à Rua Otacílio Couto, nº 801, bairro Centro, CEP 88502-060, Lages/SC.

resolvem celebrar este 4º termo aditivo ao Contrato 228/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 179/2018, correlato à Tomada de Preços nº 21/2018, conforme parecer jurídico nº 620/2020, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 05/11/2018 e homologada em 11/12/2018, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Execução de Passeios em Concreto e Assentamento de Meios-Fios, na Rua Padre Ludovico Kuck (área de 4.914,21 m²), com fornecimento de material.

Conforme pedido de revisão contratual proposto pelo gestor do contrato, ofício 512/2020/SPO; expediente submetido à apreciação contábil, SAF/COORD.CONT/OF. 121/2020; com parecer jurídico nº 620/2020, favorável, adita-se da seguinte forma:

• ACRÉSCIMO DE R\$ 61.536,37 (sessenta e um mil quinhentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos).

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 24 de julho de 2020.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO 5º ADITIVO CONTRATO 216/2018 - BETHA - ADM

Publicação Nº 2609599

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 216/2018 – PML

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 00.456.865/0001-67, com sede a Rua João Pessoa, 134 – 10º andar – Centro, CEP 88801-530 – Criciúma/SC

O Município de Lages / SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Fazenda o, Sr. Antonio Cesar Alves de Arruda, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, neste ato representada por sua Advogada, a Sr.ª. Helena Beatriz Pacheco Daros, portadora do CPF nº 071.421.329-22, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este 5º termo aditivo ao Contrato 216/2018, decorrente do Processo Licitatório nº 153/2018, correlato ao Pregão Presencial nº 63/2018, nos termos do parecer jurídico nº 0528/2020, aberto em 26/09/2018 e homologado em 16/10/2018, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Licença de Uso de Software, por prazo determinado (licenciamento mensal), com atualizações que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo conversão, migração, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico, conforme especificado no termo de referência, copiado em CD, Anexo.

Conforme solicitação de acréscimo contratual, interposto pela secretaria consulente, documento datado de 02/06/2020; qual teve origem e motivação, pela postulação de ofício AG/CI_DA Nº 1991/2019, Auditoria Geral do município e Controladoria Interna; submetido a apreciação técnica no setor de contabilidade, SAF/COORD.CONT/OF. 101/2020; e com parecer jurídico, nº 0528/2020, favorável, ADITA-SE da seguinte forma:

- Sistema Controle Interno FAEE – R\$ 2.830,00 (dois mil oitocentos e trinta reais) mês;
- Serviço de Implantação do Sistema FAEE R\$ 2.128,00 (dois mil cento e vinte e oito reais).

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 07 de julho de 2020.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ADESAO 01/2020 - ARP 6/2020 - AP OESTE - FMASH

Publicação Nº 2609540

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ADESAO 01/2020 A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2020

PROCESSO Nº 4/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Termo de Adesão pelo Fundo da Infância e Adolescência (FIA) ao Registro de Preços para Aquisição de Cestas Básicas destinadas aos Usuários de todos os Programas e Serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura do presente termo;

2.2 Da Execução: a contar da data da assinatura do presente termo, até 01/06/2021;

2.3 Da Entrega: em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela Secretaria Requisitante, no(s) almoxarifado SMASH, à Av. Brasil nº 777, Bairro São Cristóvão, nesta cidade de Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a contar da data da assinatura do presente termo, até 01/06/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 27/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 178.150,00 (cento e setenta e oito mil cento e cinquenta reais), sendo:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – CNPJ nº 05.919.156/0001-94 – Rua do Comércio, s/nº, bairro Centro, CEP 89882-000, Planalto Alegre/SC. Contato: (47) 3328-3744, 99155-1287, e-mail: comercial@apoeste.com.br.

Lages, 23 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 34/2020 - EVOLUÇÃO - SMS

Publicação Nº 2609579

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020
PROCESSO Nº 33/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais e Equipamentos para uso no Centro de Controle de Zoonoses - CCZ da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
- 2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado central da SMS, sito rua Cruz e Souza, 368 – bairro: Brusque, com o servidor José Osvaldo de Souza;
- 2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);
- 2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 31/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 62/2020.
O valor a ser registrado é de R\$ 22.566,68 (vinte e dois mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos), sendo:
EVOLUÇÃO PET – COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA BANHO/TOSA E VETERINARIA EIRELI – CNPJ nº 11.395.850/0001-52 – Rua Julio de Menezes, nº 133, bairro Jardim da Glória, CEP 01545-060, São Paulo/SP.

Lages, 31 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 35/2020 - MF DE ALMEIDA - SMS

Publicação Nº 2609581

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020
PROCESSO Nº 33/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais e Equipamentos para uso no Centro de Controle de Zoonoses - CCZ da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
- 2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado central da SMS, sito rua Cruz e Souza, 368 – bairro: Brusque, com o servidor José Osvaldo de Souza;
- 2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);
- 2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 31/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 62/2020.
O valor a ser registrado é de R\$ 9.457,64 (nove mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), sendo:
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA – ME – CNPJ nº 05.021.932/0001-34 – Rua Sebastião Furtado, nº 101, bairro Centro, CEP 88501-140, Lages/SC.

Lages, 31 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 36/2020 - OAL - SMS

Publicação Nº 2609583

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020
PROCESSO Nº 33/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais e Equipamentos para uso no Centro de Controle de Zoonoses - CCZ da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado central da SMS, sito rua Cruz e Souza, 368 – bairro: Brusque, com o servidor José Osvaldo de Souza;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 31/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 62/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais), sendo:

OAL SERRALHERA LTDA – CNPJ nº 04.009.090/0001-32 – Rua Farias de Brito, nº 37, fundos, bairro Várzea, CEP 88526-360, Lages/SC.

Lages, 31 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 7/2020 - EDEAL - SEMASA

Publicação Nº 2609558

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2020

PROCESSO Nº 06/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.Registro de Preços destinado à Aquisição de Elos de Esteira para manutenção das Correias da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto)..

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 65/2020.

3.2 Do valor: O valor Registrado pela empresa com a melhor oferta é de R\$ 343.040,00 (trezentos e quarenta e três mil e quarenta reais).

EDEAL USINAGEM LTDA – CNPJ 112.480.799/0001-40 – ESTABELECIDA À RUA DOUTOR BLUMENAU, Nº 2.630 – BAIRRO ENCANO – INDAIAL/SC – CEP. 89.086-180

Lages, 30 de julho de 2020

Jurandi Domingos Agostini

Secretário SEMASA

EXTRATO ARP 90/2020 - CONSBRITA - MULTI ENTIDADE

Publicação Nº 2609571

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2020

PROCESSO Nº 65/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para a aquisição de vigas, madeiras, areia e pedra brita para as entidades constantes no preâmbulo desta ata, para o ano de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 31/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 42/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 2.997,30 (dois mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta centavos), sendo:

CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA – EPP - CNPJ nº 06.099.082/0001-50 – Est. Pessegueirinho, s/nº, Km 2, Campo da Roca Baixo, bairro Curitibaanos Rural, CEP 89520-000, Curitibaanos/SC.

Lages, 31 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 91/2020 - ELOI - MULTI ENTIDADE

Publicação Nº 2609573

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2020

PROCESSO Nº 65/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para a aquisição de vigas, madeiras, areia e pedra brita para as entidades constantes no preâmbulo desta ata, para o ano de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 31/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 42/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 245.482,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois reais), sendo:

ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR – CNPJ nº 07.025-399/0001-04 – Rua Valdomiro Koeche, nº 50, bairro Gethal, CEP 88520-450, Lages/SC.

Lages, 31 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 92/2020 - MADEIREIRA FONTANA - MULTI ENTIDADE

Publicação Nº 2609574

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2020

PROCESSO Nº 65/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para a aquisição de vigas, madeiras, areia e pedra brita para as entidades constantes no preâmbulo desta ata, para o ano de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 31/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 42/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 100.478,00 (cem mil, quatrocentos e setenta e oito reais), sendo:

MADEIREIRA FONTANA LTDA – CNPJ nº 83.216.598/0001-88 – Rua Engenheiro Paulo Ribeiro, nº 505, bairro Bela Vista, CEP 88514-010, Lages/SC.

Lages, 31 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 93/2020 - MATHEUS ZAGO - MULTI ENTIDADE

Publicação N° 2609576

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 93/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 42/2020
PROCESSO N° 65/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para a aquisição de vigas, madeiras, areia e pedra brita para as entidades constantes no preâmbulo desta ata, para o ano de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
- 2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);
- 2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
- 2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 31/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 42/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 21.127,40 (vinte e um mil, cento e vinte e sete reais e quarenta centavos), sendo:

MATHEUS VIEIRA ZAGO – CNPJ nº 10.515.077/0001-58 – Rua Nilo Peçanha, nº 49, bairro Frei Rogerio, CEP 88508-500, Lages/SC.

Lages, 31 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 94/2020 - PR COM. MAT. - MULTI ENTIDADE

Publicação N° 2609577

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 94/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 42/2020
PROCESSO N° 65/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para a aquisição de vigas, madeiras, areia e pedra brita para as entidades constantes no preâmbulo desta ata, para o ano de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

- 2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
- 2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);
- 2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
- 2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 31/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 42/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 19.025,50 (dezenove mil, vinte e cinco reais e cinquenta centavos), sendo:

PR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI – CNPJ nº 24.878.609/0001-26 – Rua Martinho Nerbass, nº 30, bairro Centro, CEP 88502-180, Lages/SC.

Lages, 31 de julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 95/2020 - VICENTE - MULTI ENTIDADE

Publicação Nº 2609578

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2020
PROCESSO Nº 65/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para a aquisição de vigas, madeiras, areia e pedra brita para as entidades constantes no preâmbulo desta ata, para o ano de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;
2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s);
2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;
2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 31/07/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 42/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 1.800,00 (um mil, oitocentos reais), sendo:

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI – ME – CNPJ nº 27.286.283/0001-36 – Rua Águas Frias, nº 280, bairro Águas Frias, CEP 88450-000, Alfredo Wagner/SC.

Lages, 31 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 107/2020 - BRANGER - SPO

Publicação Nº 2609566

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 107/2020 – PMLSPPO

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONSTRUTORA BRANGER LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.146.893/0001-52, situada à Rua Jorge Neves Vieira, Nº 125, Bairro São Luiz, CEP 88512-310, Lages/SC. Telefone: (49) 3222-6553. E-mail: construtorabranger@construtotrabranger.coml

resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2020, correlato à Concorrência Pública nº 02/2020, aberta em 11/05/2020 e homologada em 28/07/2020, em conformidade com parecer jurídico nº 0202/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Execução de: Ciclofaixa Asfáltica na Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, Bairro Maria Luiza, Jardim das Camélias e Restinga Seca.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início: contar-se-á da data da assinatura do contrato, decorrente;
2.2 De Execução: - Lote 1, em até 04 (quatro) mês a contar da data da recepção da Ordem de Serviço;
2.3 De Recebimento:
2.3.1 Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, da data da comunicação, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;
2.3.2 Definitivamente, pela Comissão de Recebimento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data da comunicação;
2.4 Do Contrato: - Lotes 1: sua vigência será de 07 (sete) meses, a contar da data de sua assinatura, até 28/02/2021, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 888.542,72 (oitocentos e oitenta e oito mil quinhentos e quarenta e dois reais e setenta e dois centavos).

Lages, 29 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 108/2020 - IRIETE - 8º DPR

Publicação Nº 2609585

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 108/2020 – PMLSPO

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA 8ª DRP – LAGES/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

CONTRATADA: IRIETE ZANOTTO FRANKLIN - ME, inscrita no CNPJ sob nº 36.151.430/0001-51, com sede a Rua Mato Grosso, 168 – Sala 02. Bairro São Cristóvão – Lages/SC. CEP. 88.509-220. Fone (49) 99930-3493

resolvem celebrar este Contrato de Dispensa de Licitação, em conformidade com parecer jurídico n.º 638/2020, decorrente do Processo Administrativo nº 106/2020, correlato à Dispensa de Licitação nº 22/2020 homologada em 31/07/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para o fornecimento de uniformes para o uso dos servidores da 8ª Ciretran.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: de imediato, após a assinatura do presente contrato;

2.3 Da Entrega: em até 30 (trinta) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço.

2.3.1 Do Local de Entrega: na 8ª DRP

2.4 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua vigência será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura, até 29/09/2020

Lages, 31 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 61/2020 - UDESC - SEMASA

Publicação Nº 2609553

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 62/2020 – SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Av. 1º de Maio, nº 1700, Bairro Popular, CEP: 88526-070, Lages/SC.

CONTRATADA: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA – FUCRI/UNESC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.661.074/0001-04, sediada à AV. Universitária, 1105 Bairro Universitário - Criciúma/SC CEP. 88.806-000.

resolvem celebrar este Contrato, nos termos do Art. 24, XIII, da Lei 8.666/93, conforme parecer jurídico nº 604/2020, em decorrência do Processo Licitatório nº 13/2020, Dispensa de Licitação nº 02/2020 homologada em 17/07/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 Contratação de empresa especializada para a elaboração de estudo técnico de avaliação ambiental e proposição de medidas para de readequação ambiental da área do antigo lixão do município de Lages, conforme Cronograma Físico Financeiro, anexo 1, deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

1.1 Do Início: Contar-se-á da data da assinatura do presente contrato.

1.2 Da Execução: Contar-se-á, da data da emissão da ordem de serviço até 31/12/2020.

1.3 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua vigência será da data da assinatura do presente contrato, até 31/12/2020, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor total para elaboração do estudo técnico de avaliação ambiental e proposição de medidas para de readequação ambiental da área do antigo lixão do município de Lages corresponde a R\$ 121.999,98 (cento e vinte um mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Lages, 17 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 97/2020 - SERVIÇOS DIARTE - SMEL

Publicação Nº 2609563

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 97/2020 – PML/SMEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMEL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SERVIÇOS DUARTE & FERREIRA LTDA – CNPJ nº 23.599.784/0001-11 – Rua Marechal Candido Rondon, nº 124, Conta Dinheiro, CEP 88520-190, Lages/SC. Contato: (49) 99919-1145, E-mail luizduarte.dasilva@gmail.com

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 56/2020, correlato à Tomada de Preços nº 03/2020, aberta em 29/05/2020 e homologada em 14/07/2020, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Construção de Quadra Coberta na EMEB Prof. Osni de Medeiros Régis, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: em até 270 (duzentos e setenta) dias a contar da data da recepção da Ordem de Serviço;

2.3 Do Recebimento:

2.3.1 Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, da data da comunicação, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

2.3.2 Definitivamente, pela Comissão de Recebimento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data da comunicação;

2.4 Do Contrato: sua vigência será de 300 (trezentos) dias, a contar da data de sua assinatura, até 17/05/2021, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 294.960,31 (duzentos e noventa e quatro mil, novecentos e sessenta reais e trinta e um centavos).

Lages, 17 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 98/2020 - NEWTESC - DIRETRAN

Publicação Nº 2609597

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 98/2020 – PML/SMEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMEL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: NEWTESC TECNOLOGIA E COMÉRCIO EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 23.806.552/0001-97, com sede a Estrada rosa Scarpa, 41, Votuparim, cidade de Santana de Parnaíba/SP. CEP: 06.513-010. Fone: (11) 27743362 E-mail

resolvem celebrar este Contrato de Dispensa de Licitação, em conformidade com parecer jurídico n.º 589/2020, decorrente do Processo Administrativo nº 58/2020, correlato à Dispensa de Licitação nº 14/2020 homologada em 17/07/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para execução, em regime assistido de 8x5 (horário comercial semanal), de "serviços de manutenção preventiva e corretiva da central semaforica Otto da marca NEWTESC do Município de Lages", com fornecimento de materiais, nos termos do Projeto Básico, anexo, no processo administrativo, qual passa a fazer parte integrante desse contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: em até 30 (trinta) dias após a data da assinatura do contrato;

2.2 Da Execução: em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do contrato;

2.3 Da Entrega: a entrega deverá ser realizada de acordo com a emissão da Autorização de Fornecimento.

2.3.1 O prazo para entrega dos produtos será de 30 (trinta) dias úteis após a emissão da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço

2.4 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020/2021. A sua vigência será de até dia 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua assinatura, até 13/01/2021.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor total do contrato é de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), sendo dividido em seis parcelas de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

Lages, 17 de julho de 2020

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATOP 6º ADITIVO CONTRATO 185/2018 - J.N.MOMM - PML

Publicação Nº 2609547

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º185/2018 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: J. N. MOMM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 80.695.620/0001-21, situada à Rodovia BR 282, nº 49, bairro Conta Dinheiro, CEP 88523-320, Lages/SC.

O Município de Lages/ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, neste ato representado pelo Secretário Sr. João Alberto Duarte, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa J. N. MOMM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, neste ato representada pelo Sr. Joel Neto Momm, portador do CPF nº 499.626.129-34, de agora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este 6º termo aditivo ao Contrato 185/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 93/2018, correlato à Tomada de Preços nº 10/2018, conforme parecer jurídico nº 639/2020, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 26/07/2018 e homologada em 22/08/2018, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Drenagem, Pavimentação Asfáltica, Execução de Passeios em Concreto e Assentamentos de Meios-Fios, nas Ruas Graça Aranha e Juvelina Antunes (extensão 330,00 m), no Município de Lages, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 [...];

2.4 Do Contrato: fica prorrogado por mais, 90 (noventa) dias, até 21/10/2020, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 23 de julho de 2020.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO 97/2020 PML E PREGÃO ELETRÔNICO 93/2020 PML

Publicação Nº 2609960

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 97/2020 PML

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços Técnicos, Manutenção Preventiva e Configuração, Monitoramento de Pontos de Fibra Óptica Urbana na cidade de Lages/SC.

Abertura: 01/09/2020 às 09h.

Valor Estimado: R\$ 1.455.225,40

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 19 de agosto de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 93/2020 PML

Objeto: Registro de preços para a aquisição de materiais para conservação e manutenção da sinalização de trânsito horizontal e vertical para a Diretoria de Trânsito - DIRETRAN.

Abertura: 02/09/2020 às 09h.

Valor Estimado: R\$ 79.811,00

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 19 de agosto de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

TOMADA DE PREÇOS 09/2020 PML

Publicação Nº 2610413

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços 09/2020 PML

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Muro de Contenção em Concreto Armado no CEIM Vó Marieta Camargo e na EMEB Izidoro Marin, Muro de Contenção em Concreto Armado e Melhorias na Extensão do CEIM Assistência Nossa Senhora dos Prazeres, com fornecimento de material.

Abertura: 04/09/2020 às 09h.

Valor Estimado: R\$ 174.415,25

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 19 de agosto de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

DECRETO N.º 6.301/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2610993

DECRETO Nº 6.301/2020, de 18 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vice-Prefeito, no exercício do cargo de PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. *Júlio César Willemann*, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e, autorizado pela Lei Municipal nº. 2.161/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), na seguinte classificação:

Unidade: 07 – Secretaria de Transportes e Obras

Projeto/Atividade: 1.097 – Pavimentação Acesso Norte

Elemento da Despesa:

71 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas – R\$ 235.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica autorizada a anulação parcial em igual valor de recursos no orçamento vigente, das seguintes dotações:

Unidade: 07 – Secretaria de Transportes e Obras

Projeto/Atividade: 1.097 – Pavimentação Acesso Norte

Elemento da Despesa:

72 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0609 – Aplicações Diretas – R\$ 235.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Júlio César Willemann

Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.300/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2610992

**PREFEITURA DE
LAGUNA**

Procuradoria Geral

DECRETO Nº 6.300/2020, de 18 de agosto de 2020.**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR NO
ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO
MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Vice-Prefeito, no exercício do cargo de PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. *Júlio César Willemann*, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e, autorizado pelo artigo 6º, da Lei Municipal nº. 2.128/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 119.183,60 (cento e dezenove mil, cento e oitenta e três reais e sessenta centavos), na seguinte classificação:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Fonte de recursos - 61 (01.0061) Transferências de Convênios - Estado/Assistência SocialProj/ Atividade: 2.219 – Oferta de Benefícios Eventuais

Elem. da Despesa: 25 – 3.3.90.00.00.00.00.01.0061 - Aplicações Diretas..... R\$119.183,60

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos oriundos do excesso e/ou provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 61 (01.00061) Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social. Valores previstos para Cofinanciamento Estadual de acordo com a Resolução CEAS Nº 01/2020. Conta Bancária: B.B./Ag 345-x/C.C 111.919.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Júlio César Willemann

Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 787/2020

Publicação Nº 2610524

**P R E F E I T U R A D E
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 787/2020**

O SECRETÁRIO DE PESCA E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor **PATRICK PAULINO DE SOUZA** Assessor Técnico, do dia 06.08.2020 a 04.09.2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Agosto de 2020.

JOSÉ CARLOS MENDES NETTO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 812/2020

Publicação Nº 2610249

**P R E F E I T U R A D E**
LAGUNASecretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 812/2020**

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor **WILLIAM PEREIRA FLORES** Diretor do Departamento de Projetos, do dia 17.08.2020 a 15.09.2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2020.

CARLOS FELIPE SCHMIDT
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 813/2020

Publicação Nº 2610251

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 813/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, EM EXERCÍCIO, SR. JÚLIO CÉSAR WILLEMANN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

NOMEAR, em razão da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital nº 001/2019, **SCHAYANE SCHIMITT APOLINÁRIO** para o cargo de Técnico em Enfermagem, de provimento efetivo, 40 horas, nível ANTS 1, conforme anexo I da Lei Complementar nº 330 de 18 de dezembro de 2015, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2020.

JÚLIO CÉSAR WILLEMANN
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 814/2020

Publicação Nº 2610253

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 814/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, EM EXERCÍCIO, SR. JÚLIO CÉSAR WILLEMANN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

NOMEAR, em razão da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital nº 001/2019, **GILSON MARQUES BENTES** para o cargo de Técnico em Enfermagem, de provimento efetivo, 40 horas, nível ANTS 1, conforme anexo I da Lei Complementar nº 330 de 18 de dezembro de 2015, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2020.

JÚLIO CÉSAR WILLEMANN
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 815/2020

Publicação Nº 2610257

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 815/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, EM EXERCÍCIO, SR. JÚLIO CÉSAR WILLEMANN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DESLIGAR, por motivo de aposentadoria, em conformidade com o Artigo 28 da Lei Complementar nº 136/2006, benefício nº 203.15983.69-2, espécie 41, a Sra. **MARIA APARECIDA BORGES SOUZA**, Professora, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2020.

JÚLIO CÉSAR WILLEMANN
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 816/2020

Publicação Nº 2610434

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 816/2020**

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE MEIO AMBIENTE, SR. LUIZ FELIPE REMOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 142, de 14 de junho 2006;

R E S O L V E:

NOMEAR, em razão da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital nº 001/2018, **BIANCA COELHO** para o cargo de Engenheiro Agrônomo, de provimento efetivo, 40 horas, nível ANSF 1, conforme art. 1º da Lei Complementar nº 345/2017 de 05 de Junho de 2017, com lotação na Fundação Lagunense do Meio Ambiente, com exercício a partir de 19/08/2020.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2020.

LUIZ FELIPE REMOR
Presidente da Fundação

PORTARIA Nº 817/2020

Publicação Nº 2610795

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 817/2020**

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor **LEANDRO DE ARAÚJO**, Guarda Municipal, do dia 17.08.2020 a 15.09.2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2020.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 818/2020

Publicação Nº 2610883

**P R E F E I T U R A D E
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 818/2020**

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0003759/2020;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 15 de Agosto de 2020 a 12 de Novembro de 2020, ao Servidor **MAIK CUSTÓDIO AGOSTINHO** Guarda Municipal, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Julho de 2020.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 819/2020

Publicação Nº 2610884

**P R E F E I T U R A D E
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 819/2020**

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor **LUIZ EDUARDO CORTEGOSSO SILVA**, Guarda Municipal, do dia 16.08.2020 a 14.09.2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2020.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 822/2020

Publicação Nº 2610888

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 822/2020**

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 17 de Agosto de 2020 a 15 de Setembro de 2020, ao Servidor **ANSELMO DE SOUZA**, Motorista, referente ao período 2012/2017 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2020.

CARLOS FELIPE SCHMIDT
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 823/2020

Publicação Nº 2610891

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 823/2020**

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 17 de Agosto de 2020 a 15 de Setembro de 2020, ao Servidor **ÂNGELO LUIZ MATOS**, Professor, referente ao período 2008/2013 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2020.

CARLOS FELIPE SCHMIDT
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 824/2020

Publicação Nº 2610892

**P R E F E I T U R A D E**
LAGUNASecretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 824/2020**

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 17 de Agosto de 2020 a 15 de Setembro de 2020, a Servidora **ELIANE JOAQUIM ALVES**, Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período 2012/2017 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2020.

CARLOS FELIPE SCHMIDT
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 825/2020

Publicação Nº 2610893

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 825/2020**

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 17 de Agosto de 2020 a 15 de Setembro de 2020, ao Servidor **RODRIGO CEREJA HIGINO**, Professor, referente ao período 2012/2017 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2020.

CARLOS FELIPE SCHMIDT
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 826/2020

Publicação Nº 2610895

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 826/2020**

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 17 de Agosto de 2020 a 15 de Setembro de 2020, ao Servidor **ROSINEI SERAFIM**, Motorista, referente ao período 2008/2013 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2020.

CARLOS FELIPE SCHMIDT
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 827/2020

Publicação Nº 2610896

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 827/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, EM EXERCÍCIO, SR. JÚLIO CÉSAR WILLEMANN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

REMOVER ROSILEI LUIZ VALÉRIO ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria de Saúde para a Fundação Lagunense de Cultura, nos termos do Art. 31 da Lei Complementar nº 136/2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2020.

JÚLIO CÉSAR WILLEMANN
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 828/2020

Publicação Nº 2610897

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 828/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, EM EXERCÍCIO, SR. JÚLIO CÉSAR WILLEMANN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

EXONERAR A PEDIDO, GABRIELA BELMIRO HERMENEGILDO do cargo em comissão de Assessor Especial de Gabinete para Assuntos Estratégicos de Planejamento e Projetos, ASEP, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Agosto de 2020.

JÚLIO CÉSAR WILLEMANN
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 829/2020

Publicação Nº 2610898

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 829/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, EM EXERCÍCIO, SR. JÚLIO CÉSAR WILLEMANN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

EXONERAR A PEDIDO, MORGANA SOUZA RODRIGUES do Cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Agosto de 2020.

JÚLIO CÉSAR WILLEMANN
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 830/2020

Publicação Nº 2610900

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 830/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, EM EXERCÍCIO, SR. JÚLIO CÉSAR WILLEMANN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 0125.0003633/2020;

R E S O L V E:

Alterar a pedido, a carga horária da Servidora **ANDREZA DA SILVA OLIVEIRA**, Enfermeira, de provimento efetivo, de 20 horas semanais para 40 horas semanais, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Agosto de 2020.

JÚLIO CÉSAR WILLEMANN
Prefeito Municipal em Exercício

PREGÃO ELETRÔNICO 22 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2610889

PREGÃO ELETRÔNICO 22/2020-PML - PREFEITURA MUNICIPAL
DE LAGUNA

O município de laguna, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, aquisição de retroescavadeira resultante do Convênio MAPA nº 886950/2019, para uso nos programas de apoio da Secretaria de Pesca e Agricultura do Município, no dia 01 de setembro de 2020, às 13:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pregaolaguna@gmail.com, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 19 de agosto de 2020.

Lucas Veras Spillere - Pregoeiro

RESULTADO DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA CURRICULAR-CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DE LAGUNA

Publicação Nº 2610994

**RESULTADO DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA CURRICULAR****ASSISTENTE SOCIAL**

01	Lenita Vieira Ribeiro	7.6	
02	Micheli Montardo Acosta Peixoto	4.8	
03	Nizar Amin Shihadeh	4.2	
04	Madalena da Silva	3,0	03/1975
05	Daniel Carvalho de Oliveira	3,0	10/1977
06	Rosilane Rodrigues Leopoldo	3.0	07/1981
07	Joelsa Azevedo de Farias	3,0	11/1981
08	Ana Cláudia Broca	3.0	11/1986
09	Maria Eduarda Vaz Machado	2.0	04/1992
10	Geniéli da Silva Alves	2,0	12/1996
11	Roseni Maria de Souza	2.0	-----
12	Tatiane Souza Silva	1.0	01/1989
13	Júlio César Costa Barroso	1,0	
14	Marcio Soares Sisto	0.0	-----
15	Márcia dos Santos Silva	0,0	
16	Fabiana Martins de Oliveira Brun	0,0	



17	Elicácia Pereira	0,0	
18	Ana Paula Antunes da Silva	0,0	

Laguna, 17 de agosto de 2020.

Roberta Fernandes
Assistente Social
CRESS n.º 4983

Suzana Felisbino Cardoso
Psicóloga
CRP/SC n. 12/10239

Patrícia da Silva Paulino
Secretária de Assistência Social e Habitação

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA Nº 178/2020 DE 18/08/2020 HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOAREZ XAVIER DOS SANTOS RELATIVO AO PERÍODO DE 08/02/2020 A 07/08/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2610077

PORTARIA Nº 178/2020
DE 18/08/2020

“HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOAREZ XAVIER DOS SANTOS RELATIVO AO PERÍODO DE 08/02/2020 A 07/08/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSE DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal JOAREZ XAVIER DOS SANTOS relativo ao período 08/02/2020 A 07/08/2020, APROVADO no terceiro semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 18 de Agosto de 2020.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

PORTARIA Nº 179/2020 DE 18/08/2020 HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANIO DOS SANTOS RELATIVO AO PERÍODO DE 08/02/2020 A 07/08/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2610078

PORTARIA Nº 179/2020
DE 18/08/2020

“HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANIO DOS SANTOS RELATIVO AO PERÍODO DE 08/02/2020 A 07/08/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSE DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal VANIO DOS SANTOS relativo ao período 08/02/2020 A 07/08/2020, APROVADO no terceiro semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 18 de Agosto de 2020.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

PORTARIA Nº 180/2020 DE 18/08/2020 HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SORAIA NATANA BIFFI RELATIVO AO PERÍODO DE 04/02/2020 A 03/08/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2610095

PORTARIA Nº 180/2020
DE 18/08/2020

“HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SORAIA NATANA BIFFI RELATIVO AO PERÍODO DE 04/02/2020 A 03/08/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSE DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal SORAIA NATANA BIFFI relativo ao período 04/02/2020 A 03/08/2020, APROVADO no terceiro semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 18 de Agosto de 2020.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

PORTARIA Nº 181/2020 DE 18/08/2020 HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSIANE APARECIDA FERREIRA RELATIVO AO PERÍODO DE 06/02/2020 A 05/08/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2610096

PORTARIA Nº 181/2020
DE 18/08/2020

“HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSIANE APARECIDA FERREIRA RELATIVO AO PERÍODO DE 06/02/2020 A 05/08/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSE DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal JOSIANE APARECIDA FERREIRA relativo ao período 06/02/2020 A 05/08/2020, APROVADO no terceiro semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 18 de Agosto de 2020.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

PORTARIA N° 182/2020 DE 18/08/2020 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SONIA RODRIGUES DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 2610104

PORTARIA N° 182/2020
DE 18/08/2020

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SONIA RODRIGUES DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal SONIA RODRIGUES DOS SANTOS, sendo 20 dias de gozo, de 19 de agosto de 2020 a 07 de setembro de 2020, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 04 de novembro de 2019 a 03 de novembro de 2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 18 de Agosto de 2020.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora designada

PORTARIA N° 183/2020 DE 18/08/2020 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CRIESSIE MAYARA BACK DA ROCHA LIRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 2610108

PORTARIA N° 183/2020
DE 18/08/2020

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CRIESSIE MAYARA BACK DA ROCHA LIRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal CRIESSIE MAYARA BACK DA ROCHA LIRIO, sendo 15 dias de gozo, de 21 de agosto de 2020 a 04 de setembro de 2020, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 06 de março de 2020 a 05 de março de 2021.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 18 de Agosto de 2020.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora designada

PORTARIA N° 184/2020 DE 18/08/2020 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RENATA FOCHEZATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 2610113

PORTARIA N° 184/2020
DE 18/08/2020

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RENATA FOCHEZATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal RENATA FOCHEZATTO, sendo 15 dias de gozo, de 21 de agosto de 2020 a 04 de setembro de 2020, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 19 de fevereiro de 2020 a 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 18 de Agosto de 2020.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora designada

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA N. 009/2020 DE 17/08/2020 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ODETE PERCIO GEREMIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LEODI JOSE COLTRO – PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE LAJEADO GRANDE, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIB

Publicação N° 2611083

PORTARIA LEGISLATIVA n. 009/2020
De 17/08/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ODETE PERCIO GEREMIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEODI JOSE COLTRO – Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

CONCEDE:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal ODETE PERCIO GEREMIA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais até o dia 19 de setembro de 2020, conforme Benefício do INSS n. 627.117.012-2, Espécie 31, Número do Requerimento: 195188181, que constatou sua incapacidade laborativa.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara de Vereadores de
Lajeado Grande-SC, em 17 de agosto de 2020.

LEODI JOSE COLTRO
Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

JURACI XAVIER
1º Secretário

Lauro Muller**PREFEITURA****CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/PMLM/2020**

Publicação Nº 2609899

CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/PMLM/2020

Considerando que a dotação orçamentária para custeio desta licitação é advinda de recursos federais, bem como a obrigatoriedade no uso de pregão eletrônico para realização de licitações com estes recursos. O Pregoeiro e sua equipe de apoio se manifestam pelo cancelamento do pregão presencial, ficando REVOGADO o presente certame.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de conjunto professor e berço com colchão destinado a rede municipal de ensino do Município de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em termo de referência e demais condições deste edital.

Lauro Muller/SC, 18 de agosto de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

DECRETO Nº 136/2020

Publicação Nº 2609838

DECRETO Nº 136/2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07 - Secretaria Municipal de Saúde

07.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.033 - Manutenção do Centro de Atendimento Psicosocial - CAPS

3.3.90.00.00.00.5038 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item:

07 - Secretaria Municipal de Saúde

07.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.033 - Manutenção do Centro de Atendimento Psicosocial - CAPS

3.3.71.00.00.00.5038 Transf. a Consórcios Públicos R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

DISPENSA Nº 032/FMS/2020

Publicação Nº 2609758

DISPENSA Nº 032/FMS/2020

OBJETIVO: O Fundo Municipal de Saúde torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para fins de acolhimento de idoso face a determinação judicial contida nos autos do processo nº5000628-90.2020.8.24.0087/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADO: RESIDENCIAL GERIÁTRICO SOLARES DAS AMENDOEIRAS

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: 18/08/2020 por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto – Secretaria de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: 18/08/2020, por Carla Zabotti Dias, Secretária Municipal de Saúde.

Lauro Muller, 18 de Agosto de 2020.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 033/FMS/2020

Publicação Nº 2609763

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº033/FMS/2020

OBJETIVO: Fundo Municipal de Saúde torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93 e artigo 4º da Lei 13.979/20, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para aquisição emergencial de testes rápidos para atendimento aos munícipes de Lauro Muller/SC

CONTRATADAS: H7 IMPORT EIRELI ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Nº8.666/93 e Art.4º Lei 13.979/20.

RECONHECIDO: 18/08/2020, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto - Secretaria de Administração e Finanças.

RATIFICADO: 18/08/2020, por Carla Zabotti Dias, Secretária de Saúde.

Lauro Muller, 18 de Agosto de 2020.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

LEI Nº 2124/2020

Publicação Nº 2609839

LEI Nº 2.124 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO, ESTABELECE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Valdir Fontanella, Prefeito Municipal de Lauro M-ller - SC faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A presente lei tem por finalidade criar a Semana Municipal de Conscientização do Autismo e Instituir a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Art. 2º São diretrizes da política municipal de atendimento aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - Fazer a inclusão formal das pessoas diagnosticadas dentro do Transtorno de Espectro Autista no sistema de atendimento em saúde, realizada pelas Agentes Comunitárias de Saúde - ACS, para realizar levantamento epidemiológico tendente a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no município;

II - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

III - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

IV - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012;

VI - a responsabilidade do Poder Público Municipal quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissional especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis. Para tal, o Poder Executivo poderá realizar parcerias através da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria da Assistência Social com colaboração no que couber a legalidade com as entidades sociais envolvidas, visando a promoção de cursos e treinamentos para seus profissionais.

Parágrafo único. Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado, em concordância com a Lei Federal Nº 12.764/12.

Art. 3º. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular terá direito a acompanhante especializado, em conformidade com a Lei Federal 12.764/12, com suas diretrizes promulgadas pelo Decreto Nº 8.368/14. (Contratação e capacitação antes do início do ano letivo).

Art. 4º A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

Art. 5º A fiscalização da efetividade dos direitos instituídos por esta Lei, assim como da consecução e do cumprimento das medidas por elas instituídas, fica a cargo dos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Conselho Municipal de Assistência Social;

III - Conselho Municipal de Saúde;

IV - Conselho Municipal de Educação;

V - Conselho Municipal de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 6º A Semana Municipal de Conscientização do Autismo será comemorada, anualmente, na primeira semana do mês de abril.

Parágrafo Único - A Semana Municipal de Conscientização do Autismo tem como finalidade promover campanhas publicitárias, institucionais, seminários, palestras e cursos sobre o transtorno do espectro autista;

Art. 7º Cabe ao Poder Executivo, através de regulamentação, definir e editar normas complementares necessárias à execução da presente Lei.

Art. 8º Os estabelecimentos públicos e privados do Município ficam orientados a inserirem nas placas de atendimento prioritário a fita "quebra-cabeça", símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista - TEA, desde que apresente-se carteira ou laudo do diagnóstico, em respeito a Lei Federal Nº 12.764/12.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

LEI Nº 2125/2020

Publicação Nº 2609841

LEI Nº 2.125 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

“DENOMINA DE NESTOR DELFINO ANTUNES O GINÁSIO DE ESPORTES DA ESCOLA MUNICIPAL HILÁRIO PESCADOR, NO BAIRRO SUMARÉ, NESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Valdir Fontanella, Prefeito Municipal de Lauro M-ller - SC faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica denominada de NESTOR DELFINO ANTUNES o ginásio de esportes, que está localizado junto a Escola Municipal Hilário Pescador, na Rua Vilmar Fernandes Madeira, Bairro Sumaré, neste município.

Art. 2º. – A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, providenciará a confecção e colocação de placa indicadora na referida obra, indicando a denominação dada por esta Lei.

Art. 3º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 231/2020

Publicação N° 2610447

PORTARIAN° 231/2020.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, ANDREA DÓRIS TANCREDO BENEDET, da função de Professor II, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 232/2020

Publicação N° 2610454

PORTARIA N° 232/2020.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LEILA BURATTE JESUINO, para a função de Professor II – Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 03 de Agosto de 2020 a 15 de Dezembro de 2020, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Pré-escolar Tia Laura, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 233/2020

Publicação Nº 2610455

PORTARIA Nº 233/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar 005/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, por tempo indeterminado para atender necessidade excepcional do interesse público, o funcionário público JOEL IZIDORO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista que exerce atualmente na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes para exercer junto à Fundação de Saúde de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 234/2020

Publicação Nº 2610458

PORTARIA Nº 234/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar 005/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, por tempo indeterminado para atender necessidade excepcional do interesse público, o funcionário público ADAILTON JOSÉ DA LUZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista que exerce atualmente na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes para exercer junto à Fundação de Saúde de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 235/2020

Publicação Nº 2610463

PORTARIA Nº 235/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar 005/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, por tempo indeterminado para atender necessidade excepcional do interesse público, o funcionário público GILCEMAR DA SILVA BORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista que exerce

atualmente na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes para exercer junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 236/2020

Publicação N° 2610465

PORTARIA N° 236/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar 005/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, por tempo indeterminado para atender necessidade excepcional do interesse público, o funcionário público LUCAS DE OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista que exerce atualmente na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes para exercer junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 237/2020

Publicação N° 2610469

PORTARIA N° 237/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar 005/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, por tempo indeterminado para atender necessidade excepcional do interesse público, o funcionário público NELSON COLONHI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista que exerce atualmente na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes para exercer junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 238/2020

Publicação N° 2610475

PORTARIA N° 238/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar 005/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, por tempo indeterminado para atender necessidade excepcional do interesse público, o funcionário público JOÃO BATISTA GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista que exerce atualmente na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes para exercer junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 239/2020

Publicação N° 2610479

PORTARIA N° 239/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar 005/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, por tempo indeterminado para atender necessidade excepcional do interesse público, o funcionário público AGNALDO MACEDO VELHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista que exerce atualmente na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes para exercer junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 240/2020

Publicação N° 2610482

PORTARIA N° 240/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar 005/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, por tempo indeterminado para atender necessidade excepcional do interesse público, o funcionário público LUIS ROBERTO PEREIRA DE JESUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista que exerce atualmente na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes para exercer junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 241/2020

Publicação N° 2610486

PORTARIA N° 241/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 28/11/2001 e Lei Complementar Municipal nº 005/2017, artigo 83 e seguintes;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença para concorrer a cargo eletivo, sem vencimentos, na forma do artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lauro M-ller, Lei Complementar Municipal nº 005/2017, a partir de 14/08/2020, ao funcionário Público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, AGNALDO MACEDO VELHO, para concorrer a cargo eletivo.

Parágrafo Único – Comprovado o registro da candidatura mediante comunicação por escrito até o primeiro dia útil subsequente ao registro, gozará o funcionário de licença com vencimentos integrais, conforme disposto no parágrafo único, do artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lauro M-ller, Lei Complementar Municipal nº 005/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. Planej.

PORTARIA N° 242/2020

Publicação N° 2610497

PORTARIA N° 242/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 28/11/2001 e Lei Complementar Municipal nº 005/2017, artigo 83 e seguintes;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença para concorrer a cargo eletivo, sem vencimentos, na forma do artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lauro M-Iler, Lei Complementar Municipal nº 005/2017, a partir de 14/08/2020, ao funcionário Público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, ALEXSANDRO MARCHIOLI, para concorrer a cargo eletivo.

Parágrafo Único – Comprovado o registro da candidatura mediante comunicação por escrito até o primeiro dia útil subsequente ao registro, gozará o funcionário de licença com vencimentos integrais, conforme disposto no parágrafo único, do artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lauro M-Iler, Lei Complementar Municipal nº 005/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

PORTARIA Nº 243/2020

Publicação Nº 2610500

PORTARIA Nº 243/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 28/11/2001 e Lei Complementar Municipal nº 005/2017, artigo 83 e seguintes;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença para concorrer a cargo eletivo, sem vencimentos, na forma do artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lauro M-Iler, Lei Complementar Municipal nº 005/2017, a partir de 14/08/2020, à funcionária Pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, IVANIA REGINA MENDES, para concorrer a cargo eletivo.

Parágrafo Único – Comprovado o registro da candidatura mediante comunicação por escrito até o primeiro dia útil subsequente ao registro, gozará o funcionário de licença com vencimentos integrais, conforme disposto no parágrafo único, do artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lauro M-Iler, Lei Complementar Municipal nº 005/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

PORTARIA Nº 244/2020

Publicação Nº 2610503

PORTARIA Nº 244/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 28/11/2001 e Lei Complementar Municipal nº 005/2017, artigo 83 e seguintes;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença para concorrer a cargo eletivo, sem vencimentos, na forma do artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lauro M-Iler, Lei Complementar Municipal nº 005/2017, a partir de 14/08/2020, ao funcionário Público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, RUBENS DA SILVA JÚNIOR, para concorrer a cargo eletivo.

Parágrafo Único – Comprovado o registro da candidatura mediante comunicação por escrito até o primeiro dia útil subseq-ente ao registro, gozará o funcionário de licença com vencimentos integrais, conforme disposto no parágrafo único, do artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lauro M-Iler, Lei Complementar Municipal nº 005/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. Planej.

PORTARIA Nº 245/2020

Publicação Nº 2610507

PORTARIA Nº 245/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 28/11/2001 e Lei Complementar Municipal nº 005/2017, artigo 83 e seguintes;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença para concorrer a cargo eletivo, sem vencimentos, na forma do artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lauro M-Iler, Lei Complementar Municipal nº 005/2017, a partir de 14/08/2020, ao funcionário Público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, RIVELINO CANDIDO, para concorrer a cargo eletivo.

Parágrafo Único – Comprovado o registro da candidatura mediante comunicação por escrito até o primeiro dia útil subseq-ente ao registro, gozará o funcionário de licença com vencimentos integrais, conforme disposto no parágrafo único, do artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lauro M-Iler, Lei Complementar Municipal nº 005/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. Planej.

PORTARIA Nº 246/2020

Publicação Nº 2610515

PORTARIA Nº 246/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 28/11/2001 e Lei Complementar Municipal nº 005/2017, artigo 83 e seguintes;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença para concorrer a cargo eletivo, sem vencimentos, na forma do artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lauro M-Iler, Lei Complementar Municipal nº 005/2017, a partir de 14/08/2020, ao funcionário Público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, VALDECIR DE CARVALHO, para concorrer a cargo eletivo.

Parágrafo Único – Comprovado o registro da candidatura mediante comunicação por escrito até o primeiro dia útil subseq-ente ao registro, gozará o funcionário de licença com vencimentos integrais, conforme disposto no parágrafo único, do artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lauro M-Iler, Lei Complementar Municipal nº 005/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. Planej.

PORTARIA Nº 247/2020

Publicação Nº 2610519

PORTARIA Nº 247/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 28/11/2001 e Lei Complementar Municipal nº 005/2017, artigo 83 e seguintes;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença para concorrer a cargo eletivo, sem vencimentos, na forma do artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lauro M-ller, Lei Complementar Municipal nº 005/2017, a partir de 14/08/2020, à funcionária Pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, REGINA RAMOS ANTUNES, para concorrer a cargo eletivo.

Parágrafo Único – Comprovado o registro da candidatura mediante comunicação por escrito até o primeiro dia útil subseq-ente ao registro, gozará o funcionário de licença com vencimentos integrais, conforme disposto no parágrafo único, do artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lauro M-ller, Lei Complementar Municipal nº 005/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. Planej.

PORTARIA Nº 248/2020

Publicação Nº 2610521

PORTARIA Nº 248/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, ANA PAULA DE OLIVEIRA FRAGOSO, Médico do ESF, do Quadro Funcional junto a Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 249/2020

Publicação Nº 2610522

PORTARIA Nº 249/2020.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.862/2015 e Lei Complementar nº 05/2017;

Considerando que o Processo Seletivo nº 001/2020, destinado à contratação de Auxiliar de Serviços Gerais, teve sua lista de candidatos aprovados esgotada;

Considerando a impossibilidade de realização de novo processo seletivo, especialmente em razão da situação de calamidade em saúde pública declarada pelo Governo Federal e pelo Estado de Santa Catarina em razão da pandemia de COVID-19;

Considerando que a presente contratação se destina ao atendimento de serviço público essencial e inadiável,
RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JOÃO LUIZ DA SILVA SOUZA, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em caráter temporário e emergencial, a partir de 17 de agosto de 2020, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto à Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º - Fica o contratado ciente que poderá ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso e/ou processo seletivo para suprimimento da vaga, bem como na forma prevista no instrumento de contrato.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 250/2020

Publicação Nº 2610529

PORTARIA Nº 250/2020.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos incisos VI e VIII do artigo 63, alínea "a" do inciso II do artigo 89, todos da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 38, inciso V; artigo 39 e artigo 154, todos do Estatuto do Servidor Público Municipal instituído por meio da Lei Complementar nº 05/2017;

CONSIDERANDO que, em atendimento a Portaria nº 407/2017, o servidor abaixo indicado apresentou cópia de documento confirmando que foi aposentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, em razão da aposentadoria, o servidor NASARENO CORREA GOMES, ocupante do cargo de Auxiliar de Mecânico, matrícula nº 578, lotado junto a Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/FMS/2020

Publicação Nº 2610075

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/FMS/2020

Data e horário da sessão de abertura: 26/08/2020 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de testes rápidos para o CONVID-19 destinado ao uso dos pacientes de Lauro Muller vislumbrando proteção e prevenção do CONVID-19, conforme especificações constantes no Termo de Referência - deste edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 18 de agosto de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº003/2020

Publicação Nº 2610364

RESOLUÇÃO Nº003/2020

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Lebon Régis, com base em suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990 e Lei Municipal Nº 618 de 17 de dezembro de 1991, em reunião ordinária ocorrida no auditório Municipal Pedro Inhaia, às 14:00 horas do dia 12 de agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base na Lei Complementar 172/2020, aprovar por unanimidade, o remanejamento dos saldos das contas do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 64.896,53 (Sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e três centavos) para aquisição de uma ambulância de transporte (Tipo A), para transporte simples de paciente.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 18 de agosto de 2020.

Vilmarisa Comper da Silva
Presidente do Conselho
Municipal de Saúde

Assim, o Secretário Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo 2º do Artigo 1º da Lei Federal n.º 8.142 de 28 de dezembro de 1990, assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que no prazo, instituído na legislação vigente, esta seja devidamente Homologada e Publicada.

O Prefeito, dando Cumprimento ao que determina o Artigo 37 da Constituição Federal e o Inciso XII da Quarta Diretriz da Resolução n. 453 de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, HOMOLOGA A PRESENTE RESOLUÇÃO.

RESOLUÇÃO Nº004/2020

Publicação Nº 2610365

RESOLUÇÃO Nº004/2020

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Lebon Régis, com base em suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990 e Lei Municipal Nº 618 de 17 de dezembro de 1991, em reunião ordinária ocorrida no auditório Municipal Pedro Inhaia, às 14:00 horas do dia 12 de agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade, após análise de estudo socioeconômico realizado pela Assistente Social da Secretaria Municipal de Saúde, ajuda de custo para o procedimento cirúrgico do paciente VITOR XAVIER FURTADO, portador do Cartão Nacional de Saúde número 701807243469375, no valor máximo de R\$ 8.100,00 (Oito mil e cem reais) conforme necessidade do paciente.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 18 de agosto de 2020.

Vilmarisa Comper da Silva
Presidente do Conselho
Municipal de Saúde

Assim, o Secretário Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo 2º do Artigo 1º da Lei Federal n.º 8.142 de 28 de dezembro de 1990, assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que no prazo, instituído na legislação vigente, esta seja devidamente Homologada e Publicada.

O Prefeito, dando Cumprimento ao que determina o Artigo 37 da Constituição Federal e o Inciso XII da Quarta Diretriz da Resolução n. 453 de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, HOMOLOGA A PRESENTE RESOLUÇÃO.

RESOLUÇÃO Nº005/2020

Publicação Nº 2610367

RESOLUÇÃO Nº005/2020

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Lebon Régis, com base em suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990 e Lei Municipal Nº 618 de 17 de dezembro de 1991, em reunião ordinária ocorrida no auditório Municipal Pedro Inhaia, às 14:00 horas do dia 12 de agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Plano de Ação da Vigilância Sanitária 2020/2023, código PMA2023VISA4209706240720200001.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 18 de agosto de 2020.

Vilmarisa Comper da Silva
Presidente do Conselho
Municipal de Saúde

Assim, o Secretário Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo 2º do Artigo 1º da Lei Federal n.º 8.142 de 28 de dezembro de 1990, assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que no prazo, instituído na legislação vigente, esta seja devidamente Homologada e Publicada.

O Prefeito, dando Cumprimento ao que determina o Artigo 37 da Constituição Federal e o Inciso XII da Quarta Diretriz da Resolução n. 453 de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, HOMOLOGA A PRESENTE RESOLUÇÃO.

Lontras

PREFEITURA

DECRETO Nº 117/2020

Publicação Nº 2609504

DECRETO Nº 117/2020

DETERMINA A TRANSFERÊNCIA INTERNA DE BEM MÓVEL PERTENCENTE A MUNICIPALIDADE

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito em Exercício do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, legais que lhe são conferidas pelo artigo 97, inciso I, letra "o" da Lei Orgânica do Município, e

Considerando a recente renovação da frota de veículos destinados a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto de Lontras para o atendimento da demanda de transportes de alunos;

Considerando que a renovação implica na retirada daqueles veículos mais usados na utilização para o transporte escolar com o consequente aproveitamento em outros setores da Prefeitura Municipal de Lontras;

Considerando a recente aquisição de um ônibus tipo ORO1 por meio de emenda parlamentar destinado ao transporte de estudantes em substituição um veículo usados para a mesma finalidade;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado a transferência interna do patrimônio da Prefeitura Municipal de Lontras, CNPJ 83.102.665/0001-33, cadastrado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, do seguinte bem móvel: I – Microônibus Fiat Ducato Minibus, ano de fabricação 2010 e ano modelo 2011, cor branca, combustível diesel, capacidade para 16 pessoas e 127CV potência, placa MIK-9681, chassi 93W244M24B2066120, RENAVAL 283959681 e número de patrimônio 6522.

Art. 2º - Fica a Secretaria Municipal da Administração autorizada para que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Decreto, proceda aos atos necessários para a transferência patrimonial interna dos bens objeto desse decreto.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lontras/SC, 12 de agosto de 2020.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

RETIFICAÇÃO AO EDITAL 62.2020

Publicação Nº 2609539

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 62/2020
AVISO DE RETIFICAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ROUPAS DE COMBATE A INCÊNDIOS PARA AS GUARNIÇÕES DE SOCORRO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RIO DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL. Fica alterado o anexo I do edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 10:15 horas do dia 19/08/2020 às 08:00 horas do dia 02/09/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:01 às 08:59 horas do dia 02/09/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 02/09/2020.

LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL: www.bll.org.br. Lontras, 18 de agosto de 2020. RUBENS ROBERTO DOS SANTOS. Prefeito em exercício.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 7, DE 17 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2609412

RESOLUÇÃO N.º 7, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

“Autoriza o Poder Legislativo Municipal a proceder o recebimento de livros para compor o acervo da Biblioteca Antônio Carlos Luz Gottardi”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica autorizada a Câmara Municipal proceder o recebimento de doações de livros realizados pela doadora Nádia Mussi José, para compor o acervo literário da biblioteca interna da câmara denominada “Biblioteca Antônio Carlos Luz Gottardi”.

Art. 2º A doação será concretizada através da assinatura de termo de doação, que passa a fazer parte integrante desta resolução.

Art. 3º Os livros doados, serão de utilização exclusiva da biblioteca interna da câmara.

Art. 4º Em decorrência da doação de que trata esta resolução, o departamento responsável da Câmara municipal deverá promover a respectiva inclusão dos objetos doados ao presente patrimônio.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 17 de agosto de 2020.

ANIVALDO CARVALHO JUNIOR

Presidente

Luiz Alves**PREFEITURA****PORTARIA N.º 354/2020**

Publicação N° 2610300

PORTARIA N.º 354/2020

Exonera Assessora Parlamentar e Administrativa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sr.ª JULIA AKEMI SUGIUCHI, a pedido desta, do cargo de Assessora Parlamentar e Administrativa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 17 de agosto de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2972

Publicação Nº 2610999

DECRETO Nº 2972 de 18 de agosto de 2020.

“TRANSFERE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos art. 4º da Lei nº 1.683 de 05 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º - Ficam transferidas as dotações abaixo:

I - COSIP - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública (008)

Movimento	Ação	G.N.D.	Modalidade	Valor (R\$)
Anulação	2.403	3	90	421,25
Suplementação	2.403	3	93	421,25

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2020.

Luzerna(SC), 18 de agosto de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2973

Publicação Nº 2611006

DECRETO Nº 2973 de 18 de agosto de 2020.

“CEDE MAQUINÁRIO E SERVIDOR DA SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) PARA A RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ATINGIDAS POR TORNADO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º e 4º da Lei nº 1528 de 13 de junho de 2017, e,

CONSIDERANDO que o Município de Água Doce declarou a existência de situação anormal caracterizada como Situação de Emergência - Nível 2, em todo o território do Município de Água Doce, em razão de desastre natural classificado e codificado como METEOROLÓGICO, Tempestade Local/Convectiva - Tornado COBRADE 1.3.2.1.1. (Decreto nº 117 de 17 de agosto de 2020);

CONSIDERANDO que na data de 14 de agosto de 2020, ocorreu um evento adverso da força da natureza, do grupo meteorológico, causado por Tempestade Local/Convectiva - Tornado (COBRADE 1.3.2.1.1), de proporções severas, causando danos humanos, econômicos, materiais e ambientais, no Município de Água Doce(SC);

CONSIDERANDO os termos da Nota Meteorológica da Defesa Civil de Santa Catarina, em conjunto com o Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD), que enquadrou a tempestade como severa, classificada como Tornado;

CONSIDERANDO a grande proporção dos danos, com montantes ainda não estimáveis;

CONSIDERANDO a necessidade urgente de reparos e obras de recuperação dos locais atingidos;

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 1528 de 13 de junho de 2017 que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CEDER MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA QUE DECLARAREM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

DECRETA:

Art.1º - Fica cedida a máquina Carregadeira Caterpillar CP68 e o Operador de Máquinas VANDERLEI CRUBER do Município de Luzerna(SC) ao Município de Água Doce que declarou Situação de Emergência - Nível 2, em razão de desastre natural classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva - Tornado.

Parágrafo Único - A máquina e o servidor são cedidos para o restabelecimento dos serviços públicos essenciais e desobstrução e recuperação de vias limítrofes e pelo prazo necessário a conclusão desses serviços.

Art.2º- As despesas de manutenção e locomoção da máquina e do servidor até o Município de Água Doce, correrão por conta do Município de Luzerna através de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 2020.

Luzerna(SC), 18 de agosto de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA - PL 063/2020 - PE 039/2020 - APARELHO DE ULTRASSOM BOVINO - PML

Publicação Nº 2610319

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO – LICITAÇÃO DESERTA
Processo Licitatório 063/2020 – PML
Pregão Eletrônico nº 039/2020 – PML

O Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária, Sr. VALDECIR RICHARDI, no uso de suas atribuições, resolve: Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 063/2020 - PML, Pregão Eletrônico nº 039/2020, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição nº 3222 do dia 05 de agosto de 2020, no site do Município e no sistema BLL a partir do dia 05 de agosto de 2020, para dar amplo conhecimento aos interessados e divulgação do presente certame.

Luzerna (SC), 18 de agosto de 2020.

VALDECIR RICHARDI
Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária

PL 065/2020 - PE 040/2020 - SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL - PML

Publicação Nº 2610796

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 065/2020 - PML
Pregão Eletrônico nº 040/2020 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA, representada neste ato por seu Secretário, Sr. VALDECIR RICHARDI, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de sinalização viária horizontal em diversas ruas do Município de Luzerna/SC, em conformidade com este Edital e Anexos que o integram.

REGIMENTO: Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto Federal nº 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123/06, dos Decretos Municipais nº 918/2007, 2.631/2018 e 2920/2020, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

O Pregão Eletrônico será processado através do sistema BLL: www.bll.org.br

Recebimento das propostas: do dia 20/08/2020 a partir das 13h até o dia 02/09/2020 às 13h30min.

Abertura das propostas: dia 02/09/2020 às 13h30min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 02/09/2020 às 14h.

Referência de tempo: horário de Brasília (DF).

LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O Edital está disponível na íntegra nos sítios da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL (www.bll.org.br) e do Município de Luzerna (www.luzerna.sc.gov.br).

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2020 FMS

Publicação N° 2609981

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0003/2020

Pregão Eletrônico n° 0003/2020

Registro de Preços n° 0001/2020

Objeto: Registro de preços para a prestação dos serviços de preparação e pintura com concomitante entrega de materiais necessários, destinados as Unidades Básicas de Saúde Sede e KM30, Auditório e Academia de Saúde e demais localidades onde forem solicitados os serviços, conforme especificações abaixo.

Vigência: Até 06/08/2020

Pagamento: Até o 10º (décimo) dia útil do mês subseq-ente, após a entrega e emissão de Nota Fiscal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2020 DO FMS

FORNECEDOR: FRISSE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA DA TINTA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO
01	Serviço de preparação, reparos e pintura de partes internas e externas, incluindo portas, aberturas e afins, com concomitante entrega de todos os materiais necessários a fiel execução dos serviços.	PRÓPRIA	3.300 m2	R\$ 7,94

Macieira, 13 de agosto de 2020.

ALICE OLIVEIRA DE ANDRADE
AUXILIAR EM LICITAÇÕES

Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/2020

Publicação Nº 2609949

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 14

DE 18 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO.

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 32, inciso II da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que a saúde é direito social fundamental (CF, art. 6º), garantido mediante a implementação de políticas que, dentre outros objetivos, visem à redução do risco de doença e de outros agravos (CF, art. 196);

CONSIDERANDO a edição da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia; e

CONSIDERANDO a adoção de medidas que visam minimizar as possibilidades de contágio do coronavírus por diversos outros órgãos da Administração Pública em todos os níveis da Federação;

DECRETA

Art. 1º O presente Decreto Legislativo dispõe sobre as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Legislativo.

Parágrafo Único. As medidas temporárias de prevenção prevista neste decreto terão vigência até 31 de agosto de 2020.

Art. 2º Haverá sessão ordinária através do Sistema de Deliberação Remota toda terça-feira, às 19 horas.

Parágrafo Único. As sessões seguirão o rito disposto no art. 87 e seguintes do Regimento Interno, com exceção da utilização da Tribuna, que estará suspensa pelo período previsto no Parágrafo Único do art. 1º deste decreto.

Art. 3º O atendimento ao público na Câmara Municipal fica restrita apenas ao protocolo de documentos, sendo demais atendimentos mediante agendamento prévio no setor de protocolo.

Art. 4º O expediente interno no âmbito da Câmara Municipal será através de revezamento da jornada de trabalho dos servidores, evitando aglomerações.

§1º O expediente Interno será das 08h até às 12h e das 13h30min até às 17h.

§2º Será regulamentado através de Portaria o horário que cada servidor fará, sendo que no período que não estiver nas dependências da Câmara fará o trabalho na modalidade home office.

Art. 5º Ficam suspensos até 31 de agosto de 2020 os prazos processuais, tais como julgamentos de contas e Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art. 6º Ficam disponibilizados a todos os servidores no exercício de suas funções os equipamentos necessários para prevenção do COVID-19.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 18 de agosto de 2020.

Eder Gielgen
Presidente

PORTARIA Nº 27/2020

Publicação Nº 2609950

PORTARIA Nº 27/2020, de 18 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE REVEZAMENTO DA JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES EFETIVOS, COMISSIONADOS E ESTAGIÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Eder Gielgen, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 13 e 14 do Regimento Interno; e

CONSIDERANDO que a saúde é direito social fundamental (CF, art. 6º), garantido mediante a implementação de políticas que, dentre outros objetivos, visem à redução do risco de doença e de outros agravos (CF, art. 196);

CONSIDERANDO a edição da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a adoção de medidas que visam minimizar as possibilidades de contágio do coronavírus por diversos outros órgãos da Administração Pública em todos os níveis da Federação; e

CONSIDERANDO a edição da Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020, do Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina ;

RESOLVE:

Art. 1º Durante as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), compreendido até 31 de agosto de 2020, fica autorizado o revezamento da jornada de trabalho dos servidores efetivos, comissionados e estagiários da Câmara Municipal de Mafra.

Art. 2º O trabalho dos servidores nas dependências da Câmara Municipal corresponderá da seguinte forma:

I - No período matutino compreendido das 08h00 às 12h00 trabalharão os seguintes servidores: Jefferson Regi, Bruna Rafaela Westarb, Mateus Liebel Menine, Carlos Damião de Sena, Vânia Lazaro da Guarda, Célio César Fernandes e Daiany de Assis.

II - No período vespertino compreendido das 13h30min às 17h00 trabalharão os seguintes servidores: Priscila Colaço Teodorovitz Jantsch, Chayenne Elis Cardoso, Cleidimar de Cássia Chaicowski Kamienski, Edenilson Ferreira, Maria Neli Worell Schafascheck, Samantha da Silva, Fabiane Faszank, Gabriel da Silva Lis e Nelci de Souza.

Art. 3º O servidor responsável por tarefa que somente ele saiba e/ou possa realizar deverá retornar imediatamente as suas atividades para cumprimento, quando convocado pelo Presidente ou Diretor Administrativo e Financeiro.

Art. 4º O Departamento de Pessoal abonará somente os dias em que o servidor teve autorizado o revezamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Mafra, 18 de agosto de 2020.

VER. EDER GIELGEN
Presidente

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 047/2020

Publicação N° 2610389

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 047/2020.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a contratação de empresa para fornecimento da licença de uso de software por prazo determinado (licenciamento mensal), com atualizações que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo, conversão, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico, em atendimento ao município de Maracajá/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até 31 de agosto de 2020 às 09h15min.

DATA DE ABERTURA: Dia 31 de agosto de 2020 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 18 de agosto de 2020.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/FMS/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/FMS/2020

Publicação Nº 2609927

Página: 1/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ABAIXADOR DE LINGUA PCT C/100 UN - Espátula de madeira, descartável, formato convencional. Iso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 13,5 cm de comprimento; 1,5 cm de largura; 2 mm de espessura, embalado em pacote com 100 peças. Validade mínima 18 meses.	PCT	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	THEOTO	0	3,6000	1
2	ADESIVO DENTINÁRIO FOTOPOLIMERIZÁVEL - frasco único, contendo 6 g; Solvente à base de água e álcool; partícula de carga de 5 nm, com 10% em peso de carga. Frasco com tampa "flip top". Rendimento de até 280 gotas. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	SINGLE BOND	0	86,5000	1
3	AFASTADOR MINNESOTA - Uso Odontológico. Não cortante. Material: Aço Inox, Tamanho: 14 cm.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	GOLGRAN	0	9,0000	1
4	AGULHA GENGIVAL LONGA 27 G - Agulha com bisei trifacetado, cânula altamente flexível siliconizada. Espiço plástico e protetor, lacra de segurança que garante a esterilidade, rosca interna universal para seringas de carpule e bisei interno com ângulo curto. Produto de uso único. Esteril a oxido de etileno. Validade mínima 18 meses.	CX	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	DENCOJET	0	28,6000	1
5	ABRIGADOR DE LINGUA PCT C/100 UN - Espátula de madeira, descartável, formato convencional. Iso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 13,5 cm de comprimento; 1,5 cm de largura; 2 mm de espessura, embalado em pacote com 100 peças. Validade mínima 18 meses.	PCT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ESTILO	0	3,6500	2
6	ADESIVO DENTINÁRIO FOTOPOLIMERIZÁVEL - frasco único, contendo 6 g; Solvente à base de água e álcool; partícula de carga de 5 nm, com 10% em peso de carga. Frasco com tampa "flip top". Rendimento de até 280 gotas. Validade mínima 18 meses.	UN	DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	estilo	0	6,2000	3
7	ADESIVO DENTINÁRIO FOTOPOLIMERIZÁVEL - frasco único, contendo 6 g; Solvente à base de água e álcool; partícula de carga de 5 nm, com 10% em peso de carga. Frasco com tampa "flip top". Rendimento de até 280 gotas. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	SINGLE BOND	0	86,5000	1
8	ABRIGADOR DE LINGUA PCT C/100 UN - Espátula de madeira, descartável, formato convencional. Iso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 13,5 cm de comprimento; 1,5 cm de largura; 2 mm de espessura, embalado em pacote com 100 peças. Validade mínima 18 meses.	PCT	DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	ESTILO	0	3,6500	2
9	ADESIVO DENTINÁRIO FOTOPOLIMERIZÁVEL - frasco único, contendo 6 g; Solvente à base de água e álcool; partícula de carga de 5 nm, com 10% em peso de carga. Frasco com tampa "flip top". Rendimento de até 280 gotas. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	GOLGRAN	0	9,0000	1
10	ABRIGADOR DE LINGUA PCT C/100 UN - Espátula de madeira, descartável, formato convencional. Iso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 13,5 cm de comprimento; 1,5 cm de largura; 2 mm de espessura, embalado em pacote com 100 peças. Validade mínima 18 meses.	PCT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	GOLGRAN	0	10,4000	2
11	ADESIVO DENTINÁRIO FOTOPOLIMERIZÁVEL - frasco único, contendo 6 g; Solvente à base de água e álcool; partícula de carga de 5 nm, com 10% em peso de carga. Frasco com tampa "flip top". Rendimento de até 280 gotas. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	GOLGRAN	0	11,1100	3
12	ABRIGADOR DE LINGUA PCT C/100 UN - Espátula de madeira, descartável, formato convencional. Iso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 13,5 cm de comprimento; 1,5 cm de largura; 2 mm de espessura, embalado em pacote com 100 peças. Validade mínima 18 meses.	PCT	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	DENCOJET	0	28,6000	1
13	ABRIGADOR DE LINGUA PCT C/100 UN - Espátula de madeira, descartável, formato convencional. Iso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 13,5 cm de comprimento; 1,5 cm de largura; 2 mm de espessura, embalado em pacote com 100 peças. Validade mínima 18 meses.	PCT	ODONTOSUL LTDA (111777)	INJEX	0	34,0000	2
14	ADESIVO DENTINÁRIO FOTOPOLIMERIZÁVEL - frasco único, contendo 6 g; Solvente à base de água e álcool; partícula de carga de 5 nm, com 10% em peso de carga. Frasco com tampa "flip top". Rendimento de até 280 gotas. Validade mínima 18 meses.	UN	DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	injet	0	36,2000	3

Página: 2/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

5	AGULHA GENGIVAL 30 G EXTRA CURTA - Agulha com bisel trifacetado, cânula altamente flexível silicizada. Estojo plástico e protetor, lacre de segurança que garante a esterilidade, rosca interna universal para seringas de capule e bisel interno com ângulo curto. Produto de uso único. Estéril a óxido de etileno. Validade mínima 18 meses.	CX	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	INJEX	0	31,9000	1
			ODONTOSUL LTDA (111777)	INJEX	0	34,0000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	injex	0	36,2000	3
6	AGULHA GENGIVAL 30 G CX C/100 UN	CX	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	DENCOJET	0	28,6000	1
			ODONTOSUL LTDA (111777)	INJEX	0	34,0000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	injex	0	36,2000	3
7	ALAVANCA ODONTOLÓGICA APEXO - Em aço inox .Kit com 3 unidades.	KIT	ODONTOSUL LTDA (111777)	COOPERFLE	0	68,5000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	prata	0	79,8000	2
8	ALGODÃO EM ROLETES Nº 1 - Uso Odontológico. Pacote com 100 roletes. Confeccionadas com fibras 100% algodão. Validade mínima 18 meses.	CX	ODONTOSUL LTDA (111777)	CREMER	0	2,6000	1
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	CREMER	0	2,6600	2
9	ALVEOLÓTOMO LUER CURVO - Em aço inox.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	MARYAN TRIN	0	70,0000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	prata	0	87,5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	GOLGRAN	0	97,0000	3

Página: 3/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2020 Data do Registro: 18/08/2020 Válido até: 18/08/2021						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
10	ANESTÉSICO INJETÁVEL ARTICAINA - Anestésico Injetável local à base de Articainaa 4% com vasoconstritor: epinefrina 1:100.000. Caixa com 50 tubetes de vidro contendo 1,8 mL cada, acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes cada. Validade mínima de 18 meses.	CX	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	DFL	0	125,0000
			ODONTOSUL LTDA (111777)	ARTICAINE DI	0	145,0000
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	dfl	0	148,3000
11	ANESTÉSICO INJETÁVEL LIDOCAINA - com vasoconstritor: epinefrina 1:100.000. Caixa com 50 tubetes de vidro contendo 1,8 mL cada, acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes cada. Validade mínima de 18 meses.	CX	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	DFL	0	75,8000
			ODONTOSUL LTDA (111777)	ALPHACAINE	0	85,0000
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	DFL	0	92,2500
13	ANESTÉSICO INJETÁVEL MEPIVACAINA - com vasoconstritor: epinefrina 1:100.000. Caixa com 50 tubetes de vidro contendo 1,8 mL cada, acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes cada. Validade mínima de 18 meses.	CX	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	DFL	0	115,7000
			ODONTOSUL LTDA (111777)	MEPIADRE DF	0	130,0000
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	dfl	0	138,5000
14	ANESTÉSICO TÓPICO DE USO ODONTOLÓGICO BENZOCAINA 20% - Frasco de 200 mg/ml com 12 g. Sabor tui-frut. Validade mínima de 18 meses.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	DFL	0	5,4500
			ODONTOSUL LTDA (111777)	BENZOTOP D	0	5,8000
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	DFL	0	6,1000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ

Página: 4/24

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2020 Data do Registro: 18/08/2020 Válido até: 18/08/2021
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DUPLO ANGULADO - Em aço inox autoclavável. Tamanho 12 cm. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	PRATA	0	7.5000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	prata	0	8.2000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	GOLGRAN	0	10.5000	3
16	APLICADOR DESCARTÁVEL ODONTO. EXTRA FINO (1,5mm) - Com duas dobras. Embalagem com 100 aplicadores. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses.	PCT	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	FGM	0	7.5000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	FGM	0	7.9000	2
			ODONTOSUL LTDA (111777)	FGM	0	8.2000	3
17	BABADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL - papel absorvente, entre 33 e 48 cm, 2 camadas de papel e 1 plástico. Pacote com 100 unidades. Validade mínima 18 meses.	PCT	ODONTOSUL LTDA (111777)	BIODINAMICA	0	13.9000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	ss plus	0	14.2000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	BIODINAMICA	0	15.0000	3
18	BICARBONATO SÓDIO, PÓ EXTRAFINO - Bicarbonato de sódio, apresentação pó extrafino. Sabor menta. Para profilaxia odontológica com jato. Frasco com 100g. Validade mínima de 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	AAF DO BRAS	0	5.6500	1
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	MAQUIRA	0	6.1200	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	MAQUIRA	0	8.9000	3
19	BOBINA DE EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO P/ INDICADORES QUÍMICOS - 100mmx100mm com indicadores químicos, de papel grau cirúrgico e filme plástico de uso único, largura 100 mm, 100 m. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	ESTERILCAR	0	36.8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 5/24

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	BOBINA DE EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO - 50mmx100m com indicadores químicos, de papel grau cirúrgico e filme plástico de uso único, largura 50 mm, 100 m. Validade mínima 18 meses.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	MEDSTERIL	0	36,9000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	medsteril	0	47,5000	3
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	ESTERILCARE	0	20,0000	1
21	BROCA 1012 - ponta diamantada, uso odontológico em alta rotação, embalagem individual esterilizada. Em aço inox autoclavável.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	MEDSTERIL	0	21,0000	2
			ODONTOSUL LTDA (111777)	PACK ZERMA	0	25,0000	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	CHAMPION	0	1,6000	1
22	BROCA 1014 - ponta diamantada, uso odontológico em alta rotação. Em aço inoxautoclavável. Embalagem individual esterilizada.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	FAVA	0	2,2000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	champion não	0	3,4500	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	CHAMPION	0	1,6000	1
23	BROCA 1014 HL - haste longa, ponta diamantada, uso odontológico em alta rotação. Em aço inox. Embalagem individual esterilizada.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	FAVA	0	2,2000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	champion não	0	3,4500	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	CHAMPION	0	1,6000	1
24	BROCA 1014 - ponta diamantada, uso odontológico em alta rotação. Em aço inox autoclavável. Embalagem individual esterilizada.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	FAVA	0	2,2000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	champion não	0	3,4500	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	CHAMPION	0	1,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 6/24

Número do Registro de Preços: 3/2020 Data do Registro: 18/08/2020 Válido até: 18/08/2021
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	champion não	0	3,4500	3
24	BROCA 1016 - ponta diamantada, uso odontológico em alta rotação. Em aço inox. Embalagem individual esterilizada.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	CHAMPION	0	1,6000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	FAVA	0	2,2000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	champion não	0	3,4500	3
25	BROCA 1016 HL - haste longa, ponta diamantada, uso odontológico em alta rotação. Em aço inox autoclavável. Embalagem individual esterilizada.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	CHAMPION	0	1,6000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	FAVA	0	2,2000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	champion não	0	3,4500	3
26	BROCA CARBIDE Nº 2 - Alta rotação, esférica, haste regular, tipo corte médio. Em aço inox autoclavável. Embalagem individual esterilizada.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	KAVO KERR	0	4,1900	1
			ODONTOSUL LTDA (111777)	KAVO	0	4,2000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	kavo não ester	0	6,3000	3
27	BROCA CARBIDE Nº 4 - esférica, haste regular, tipo corte médio. Em aço inox autoclavável. Embalagem individual esterilizada. Alta rotação.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	KAVO KERR	0	4,1900	1
			ODONTOSUL LTDA (111777)	KAVO	0	4,2000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	kavo não ester	0	6,3000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 7/24

Número do Registro de Preços: 3/2020			Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	BROCA CARBIDE Nº 6 - Alta rotação, esférica, haste regular, tipo corte médio. Em aço inox autoclavável. Embalagem individual esterilizada.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	KAVO KERR	0	4,1900	1
			ODONTOSUL LTDA (111777)	KAVO	0	4,2000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	kavo não ester	0	6,3000	3
29	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 330 - formato péra, longa, haste regular, tipo corte médio. Em aço inox autoclavável. Embalagem individual esterilizada.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	KAVO	0	4,2000	1
			DENTÁRIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	kavo não ester	0	6,3000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	MICRODONT	0	10,9000	3
30	BROCA CARBIDE BAIXA ROTAÇÃO Nº 4 - esférica, haste regular, tipo contra ângulo, corte regular. Em aço inox autoclavável. Embalagem individual esterilizada.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	KAVO KERR	0	4,1900	1
			ODONTOSUL LTDA (111777)	KAVO	0	4,2000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	kavo não ester	0	7,3000	3
31	BROCA CARBIDE BAIXA ROTAÇÃO Nº 6 - esférica, haste regular, tipo contra ângulo, corte regular. Em aço inox autoclavável. Embalagem individual esterilizada.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	KAVO KERR	0	4,1900	1
			ODONTOSUL LTDA (111777)	KAVO	0	4,2000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	kavo não ester	0	7,3000	3
32	CABO PARA ESPELHO BUCAL - Feito de Aço Autoclavável. Com encaixe Universal. Uso Odontológico.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	PHARMANOX	0	2,4500	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	prata	0	5,5000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 8/24

Número do Registro de Preços: 3/2020 **Data do Registro:** 18/08/2020 **Válido até:** 18/08/2021
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	GOLGRAN	0	7,8000	3
33	CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (DYCAL) - Base: Ester Glicol Salicilato, Fosfato de Cálcio, Tungstato de Cálcio, Óxido de Zinco e Corantes Minerais. Catalisador: Etiltolueno Sulfonamida. Hidróxido de Cálcio, Óxido de Zinco, Estearato de Zinco e Corantes Minerais. Kit com 13 g Base + 11 g de Catalisador + Bloco de Mistura. Validade Mínima de 18 meses. Uso Odontológico.	KIT	ODONTOSUL LTDA (111777)	HYDRO C DEI	0	25,0000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	hydcad	0	25,2000	2
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	DENTSPLY	0	37,2400	3
34	CONDICIONADOR ÁCIDO GEL - Ácido Fosfórico a 37%, embalagem com 3 seringas de 2,5 mL cada. Uso Odontológico. Validade mínima de 18 meses.	PCT	ODONTOSUL LTDA (111777)	MICRODONT	0	3,5000	1
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	BIODINAMICA	0	3,7200	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	BIODINAMICA	0	4,1000	3
35	CUNHA DE MADEIRA COLORIDA - Cunha de madeira interdental anatômica coloridas e com tamanhos sortidos - Frasco com 100 unidades. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses	CX	ODONTOSUL LTDA (111777)	PHARMANOX	0	5,8000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	pharmainox	0	9,2000	2
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	IODONTOSUL	0	9,5100	3
36	DISCO DE LIXA ODONTOLÓGICO - Matéria Prima: óxido de Alumínio e costado de Poliuretano; disco de ½ polegada (Diâmetro); cor/apresentação caixa com 50 unidades; cores variadas para acabamento e polimento de compostos. Validade mínima 18 meses.	KIT	ODONTOSUL LTDA (111777)	1959 D - 3M	0	159,0000	1
37	ESCOVA DE AÇO PARA LIMPEZA DE BROCAS - em aço, uso manual, corpo plástico e capa protetora retrátil. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	IODONTOSUL	0	4,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 9/24

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

38	ESCOVA DE ROBSON - para contra-ângulo (basta rotação) com cerdas em formato reto. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	MICRODONT	0	1,0000	1
39	ESPÁTULA DE MANIPULAÇÃO Nº 24 - 17 cm, em aço inox autoclavável.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	PRATA	0	7,5000	1
40	ESPELHO BUCAL AÇO INOX - ante embaçante, primeiro plano, autoclavável. Encaixe universal, comprimento cabo padrão. Uso Odontológico. Caixa com 10 unidades.	CX	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	BARASCH	0	69,1500	1
41	ESPONJA HEMOSTÁTICA - Obtida de gelatina liofilizada de origem porcina, esterilizada por raios gama, pesando não mais de 10 mg, completamente reabsorvível pelo organismo e desenvolvida para uso diário. Feita de 100% gelatina porcina. Dimensões: 1 cm x 1 cm. Esterilizado por irradiação. Registro na Anvisa: 80015520006. Embalagem com 10 unidades. Uso Odontológico. Validade mínima de 18 meses.	CX	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	MAQUIRA	0	39,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA**

Página: 10/24

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	hemospon	0	44,8000	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	HEMOSPON A	0	47,0000	4
42	FILME DE PVC - (Película de Policloreto de Vinila Esticável). Cabo giratório. Translucido. Medidas 15,5cmx10,5m. Validade mínima 18 meses.	CX	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ROLO FACIL	0	10,5000	1
43	FILME RADIOGRÁFICO ADULTO E-SPEED - uso odontológico com 150 unidades. Validade mínima de 18 meses.	CX	ODONTOSUL LTDA (111777)	AGFA HERAEI	0	145,0000	1
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	CARESTREAN	0	162,2600	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	agfa	0	167,5000	3
44	FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL E-SPEED - uso odontológico com 150 unidades. Validade mínima de 18 meses.	CX	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	CARESTREAN	0	185,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	KODAK	0	186,0000	2
			ODONTOSUL LTDA (111777)	CARESTREAN	0	215,0000	3
45	FIO DENTAL 500 METROS - Material resina termoplástica/cera, tipo regular, sabor menta, com flúor. Rolo com 500 m. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	MEDFIO	0	9,2900	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	hilo	0	9,3000	2
			ODONTOSUL LTDA (111777)	MEDFIO	0	11,2000	3
46	FIO DE SUTURA SEDA 3-0 - Agulha em aço-inox silicônica, 1/2 círculo cortante 1,7 cm, embalagem com 24 unidades. Esterilizado em Raio Gama uso exclusivo em odontologia. Validade mínima de 18 meses.	CX	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	PROCARE	0	33,2900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 11/24

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA - Apresentada em bobina, poder ser cortada no tamanho desejado. Fabricada em aço inoxidável maleável. Disponível na largura 0,05 x 5x 500 mm.	UN	DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	procare	0	33,3000	2
			ODONTOSUL LTDA (111777)	TECHNOFIO	0	42,0000	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	shalon	0	42,0000	4
			ODONTOSUL LTDA (111777)	IODONTOSUL	0	1,1000	1
48	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA 0.05 X 7 X 500MM - Apresentada em bobina, poder ser cortada no tamanho desejado. Fabricada em aço inoxidável maleável. Disponível na largura 0,05 x 7 x 500 mm.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	PREVEN	0	1,2600	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	PREVEN	0	1,5000	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	IODONTOSUL	0	1,3000	1
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	PREVEN	0	1,4900	2
49	FIXADOR ODONTOLÓGICO - Composição: água, tiosulfato de amônio e tiocianato de amônio; líquido; incolor. Frasco de 500 mL. Validade mínima de 18 meses.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	PREVEN	0	1,6500	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	KULZER	0	11,0000	1
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	CARESTREAN	0	12,7700	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	KODACK	0	14,0000	3
50	FLUOR 0,2% LÍQUIDO - Com sabor, frasco com 1000 mL. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses.	LT	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	IODONTOSUL	0	11,1400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 12/24

Número do Registro de Preços: 3/2020 Data do Registro: 18/08/2020 Válido até: 18/08/2021
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	FLÚOR GEL NEUTRO 2% AROMATIZADO COM 200ML - aromatizado ; embalagem com 200 mL. Uso Odontológico. Validade mínima de 18 meses.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	IODONTOSUL	0	11.1500	2
			ODONTOSUL LTDA (111777)	IODONTOSUL	0	18.0000	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	ALLPLAM	0	4.0000	1
52	FORCEPS ADULTO Nº 01 - Em aço inox autoclavável. Uso odontológico.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	IODONTOSUL	0	4.1200	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	IODONTOSUL	0	4.1500	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	KOTA	0	60.0000	1
53	FORCEPS ADULTO Nº 17 - Em aço inox autoclavável. Uso odontológico.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ABC	0	62.5000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	wicos	0	70.5000	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	KOTA	0	60.0000	1
54	FORCEPS ADULTO Nº 18L - Em aço inox autoclavável. Uso odontológico.	UN	DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	wicos	0	70.5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ABC	0	72.8000	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	KOTA	0	60.0000	1
55	FORCEPS ADULTO Nº 19 - Em aço inox autoclavável. Uso odontológico.	UN	DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	wicos	0	70.5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ABC	0	72.8000	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	KOTA	0	60.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 13/24

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJA/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	FORCEPS ADULTO Nº 18R - Em aço inox autoclavável. Uso odontológico.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	KOTA	0	60.0000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	wicos	0	70.5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ABC	0	72.8000	3
56	FÓRCEPS ADULTO Nº 69 - Em aço inox autoclavável. Uso odontológico.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	KOTA	0	60.0000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	wicos	0	70.5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ABC	0	72.8000	3
57	FORCEPS INFANTIL Nº5 - Em aço inox autoclavável. Uso odontológico.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	GOLGRAN	0	61.9000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ABC	0	62.0000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	wicos	0	70.5000	3
58	GORRO DESCARTAVEL COM 100 UNIDADES - material: não tecido 100% polipropileno, modelo tiras, sem cor. Pacote com 100 unidades. Validade mínima 18 meses.	PCT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	BEST FABRIL	0	25.0000	1
59	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA - Em pó. Frasco com 10 g. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	MAQUIRA	0	3.8500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	BIODINAMICA	0	3.9000	2
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	BIODINAMICA	0	4.5500	3
60	KIT DE CIMENTO DE IONÓMERO DE VIDRO - Restaurador, quimicamente ativado, ácido base, radiopaco, pó contendo ácido poliacrílico desidratado e líquido contendo ácido poliacrílico e ácido tartárico. Validade mínima 18 meses.	KIT	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	FGM	0	13.5000	1



Página: 14/24

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	FGM	0	13.7000	2
			ODONTOSUL LTDA (111777)	FGM	0	16.9000	3
61	KIT DE CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO COR A3 - Restaurador, quimicamente ativado, ácido/base, radiopaco, pó contendo ácido poliacrílico desidratado e líquido contendo ácido poliacrílico e ácido tartárico. Validade mínima 18 meses.	KIT	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110856)	FGM	0	13.5000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	FGM	0	15.0000	2
			ODONTOSUL LTDA (111777)	FGM	0	16.9000	3
62	KIT DE EXTIRPA NERVO - instrumentos farpados. Pré-esterilizados. Extirpa Nervos Branco: Nº25. Extirpa Nervos Amarelo: Nº30. Extirpa Nervos Vermelho: Nº35. Extirpa Nervos Azul: Nº40. Extirpa Nervos Verde: Nº45. Extirpa Nervos Preto: Nº50. Validade mínima 18 meses.	KIT	ODONTOSUL LTDA (111777)	DENTSPLY	0	27.8900	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	QUIMIDROL	0	27.9000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	medin	0	32.3000	3
63	KIT HIGIENE BUCAL - contendo: 01 escova dental, com cerdas de nylon macias, com no mínimo 28 tuos de cerdas, 04 flieras, cabo anatômico com identificação do fabricante ou marca comercial. 01 creme dental, contendo aproximadamente 1000 ppm de fluoreto solúvel; na forma iônica (naí) ou ionizável (mip); em tubo de 50 gramas; 01 fio dental 25 m; constando marca e procedência de fabricação; acondicionados em estojo plástico de pvc maleável cristal; sendo a frente transparente e verso branco; medidas aproximadas: 21,5 cm x 07 cm de altura; com fechamento botão de pressão. Validade mínima 18 meses.	KIT	D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI (111961)	KIT ALG DENT	0	4.0000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	medsul	0	10.5000	2
			ODONTOSUL LTDA (111777)	MEDFIO FLOF	0	12.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 15/24

Número do Registro de Preços: 3/2020 Data do Registro: 18/08/2020 Válido até: 18/08/2021

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	LIXA POLIMENTO DE RESINA - Tamanho das tiras: 4 mm de largura e 170 mm de comprimento. Abrasivo à base de óxido de alumínio e costado de poliéster. Abrasivo de granulação grossa (cinza) e média (branca). Cada tira possui um centro neutro (sem abrasivo). Apresentação: caixa com 50 tiras. Validade mínima 18 meses.	CX	ODONTOSUL LTDA (111777)	3M	0	45.0000	1
65	LUVAS DE LATEX COM AMIDO TAM. PP - Caixa de Embarque com 100 unidades. Validade mínima 18 meses.	CX	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	UNIGLOVES	0	41.9000	1
66	MASCARA DESCARTAVEL C/ ELASTICO CX C/50 - Filtro BFE com 99,8% de retenção bacteriológica, atóxica, 100% polipropileno, não estéril, não inflamável. Embalagem com 50 unidades. Validade mínima 18 meses.	CX	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	FAVA	0	58.0000	1
			ODONTOSUL LTDA (111777)	PROTDESC	0	59.9900	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	fava	0	79.5000	3
67	OBTURADOR PROVISÓRIO 25GR - Composição: ÓXIDO DE ZINCO, SULFATO DE CÁLCIO; De endurecimento rápido, com coloração semelhante a do dente, radiopaco. Frasco com 25g. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	OBTUR MAQL	0	7.0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	CAITEH/MAQL	0	10.8000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	alplan	0	11.2000	3
68	ÓLEO LUBRIFICANTE SPRAY P/ PEÇA DE MÃO ODONTOLÓGICA - para peça de mão odontológica. Para alta e baixa rotação. Frasco com 200 mL. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	MAQUIRA	0	15.4000	1
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	MAQUIRA	0	15.4300	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	maquira	0	24.8000	3
69	PAPEL CARBONO - Bloco com 12 folhas. Azul e vermelho. Dupla face. Resistente à tração e à unidade. Recoberto por fina camada de parafina. Registro no Anvisa: 10349450058. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses.	UN	DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	angelus	0	5.5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA**

Página: 16/24

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	PASTA PROFILÁTICA - com flúor, sem óleo, sabor tutti-frutti, unidade com 90 g. Validade mínima de 18 meses. Uso odontológico.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	ANGELUS	0	6,7800	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ACCUFILME	0	8,8000	3
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	MAQUIRA	0	3,9900	1
71	PINÇA ADSON - Em aço inox autoclavável. Tamanho 12 cm.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	ALLPLAM	0	4,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	MAQUIRA	0	8,8000	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	PRATA	0	11,0000	1
72	PLACA DE VIDRO PARA MANIPULAÇÃO - Retangular. Lisa. Tamanho: 10 cm x 6 mm. Autoclavável.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ABC	0	13,6000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	prata	0	16,6000	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	DAUFENBACH	0	5,0000	1
73	PONTA PARA SERINGA DE INSERÇÃO DE MATERIAIS VISCOSOS CURVA - (tipo Centrix). Com borracha avulsa. Número 04 média. Uso odontológico, descartável, caixa com 20 unidades. Validade mínima 18 meses.	CX	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	DAUFENBACH	0	5,5900	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	PREVEM	0	5,7500	3
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	MAQUIRA	0	61,8500	1
74	PONTA PARA SERINGA DE INSERÇÃO DE MATERIAIS VISCOSOS CURVA - (tipo Centrix). Com borracha avulsa. Número 04 média. Uso odontológico, descartável, caixa com 20 unidades. Validade mínima 18 meses.		ODONTOSUL LTDA (111777)	MAQUIRA	0	66,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 17/24

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	PRECISION	0	68,0000	3
74	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14 cm - Cabo tipo tesoura com cremalheira. Em aço inox autoclavável. Embalagem individual	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	MARYAN TRIN	0	22,0000	1
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	GOLGRAN	0	35,6400	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	prata	0	37,5000	3
75	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRED E ADULTO - Em aço inox AISI-304. Tamanho 6 cm.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	MARYAN TRIN	0	22,0000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	prata	0	29,5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	GOLGRAN	0	31,7500	3
76	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO ADULTO AUTOCLAVÁVEL - Posicionador Radiográfico Adulto autoclavável. Kit contendo no mínimo 06 peças + pote para armazenamento.	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	INDUSBELO/6	0	72,0000	1
77	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO INFANTIL AUTOCLAVÁVEL - Posicionador Radiográfico infantil autoclavável. Kit Contendo no mínimo 06 peças + pote para armazenamento.	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	INDUSBELO	0	72,0000	1
78	PRENDEDOR DE GUARDANAPO - Tipo corrente jacaré, comprimento da corrente mínimo 40 cm. Em metal cromado. Uso odontológico. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	MAQUIRA	0	3,9900	1
			ODONTOSUL LTDA (111777)	PR	0	4,0000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	indusbello	0	9,1000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Página: 18/24

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	RESINA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL COR OA2 - Resina Universal Fotopolimerizável Micro-Híbrida na cor OA2 com Matriz Orgânica Bis-GMA UDMA, Bis-EMA, PEGDMA e TEGDMA. Na sua parte inorgânica conter combinação de Zircônia-Silica de superfície modificada e partículas de 20 nm de sílica. Tempo de polimerização de 20 segundos. Seringa com 4 gramas. Alta resistência ao desgaste. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	Z250 3M	0	59,5000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	z250	0	59,7000	2
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	3M Z250	0	81,1300	3
80	RESINA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL COR OA3 - Resina Universal Fotopolimerizável Micro-Híbrida na cor OA3 com Matriz Orgânica Bis-GMA UDMA, Bis-EMA, PEGDMA e TEGDMA. Na sua parte inorgânica conter combinação de Zircônia-Silica de superfície modificada e partículas de 20 nm de sílica. Tempo de polimerização de 20 segundos. Seringa com 4 gramas. Alta resistência ao desgaste. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	Z250 3M	0	59,5000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	z250	0	59,7000	2
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	3M Z250	0	81,1300	3
81	RESINA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A1 - Resina Universal Fotopolimerizável Micro-híbrida na cor A1 com Matriz Orgânica Bis-GMA UDMA, Bis-EMA, PEGDMA e TEGDMA. Na sua parte inorgânica conter combinação de Zircônia-Silica de superfície modificada e partículas de 20 nm de sílica. Tempo de polimerização de 20 segundos. Seringa com 4 gramas. Alta resistência ao desgaste. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	Z250 3M	0	59,5000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	z250	0	59,7000	2
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	3M Z250	0	81,1300	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA**

Página: 19/24

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2020 Data do Registro: 18/08/2020 Válido até: 18/08/2021 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJA/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
82	RESINA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A2 - Resina Universal Fotopolimerizável Micro-Híbrida na cor A2 com Matriz Orgânica Bis-GMA UDMA, Bis-EMA, PEGDMA e TEGDMA. Na sua parte inorgânica conter combinação de Zircônia-Silica de superfície modificada e partículas de 20 nm de sílica. Tempo de polimerização de 20 segundos. Seringa com 4 gramas. Alta resistência ao desgaste. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	Z250 3M	0	59,5000
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	z250	0	59,7000
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	3M Z250	0	81,1300
83	RESINA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3 - RESINA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO HÍBRIDA NA COR A3 - com Matriz Orgânica Bis-GMA UDMA, Bis-EMA, PEGDMA e TEGDMA. Na sua parte inorgânica conter combinação de Zircônia-Silica de superfície modificada e partículas de 20 nm de sílica. Tempo de polimerização de 20 segundos. Seringa com 4 gramas. Alta resistência ao desgaste. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	Z250 3	0	59,5000
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	z250	0	59,7000
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	3M Z250	0	81,1300
84	RESINA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL NA COR A3,5 - Resina Universal Fotopolimerizável Micro-híbrida na cor A3,5 com Matriz Orgânica Bis-GMA UDMA, Bis-EMA, PEGDMA e TEGDMA. Na sua parte inorgânica conter combinação de Zircônia-Silica de superfície modificada e partículas de 20 nm de sílica. Tempo de polimerização de 20 segundos. Seringa com 4 gramas. Alta resistência ao desgaste. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	Z250 3M	0	59,5000
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	z250	0	59,7000
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	3M Z250	0	81,1300
85	REVELADOR DE FILME RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO - Composição: água, sulfito de sódio, dióxido de hidrógeno. Forma líquida: líquido, contendo 475 mL. Validade mínima de 18 meses.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	KULZER	0	11,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 20/24

Número do Registro de Preços: 3/2020 Data do Registro: 18/08/2020 Válido até: 18/08/2021						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJA/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	CARESTREAN	0	12.7700
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	KODACK	0	15.5000
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	ORLEPLAST	0	3.8000
86	SACO PLÁSTICO - tipo (Sacolê/geladinho/sacolê/dímdim) . Embalagem com 100 unidades. Tamanho 5 cm x 23 cm. Transparente.	PCT	DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	facilar	0	10.5000
			ODONTOSUL LTDA (111777)	PRATA	0	8.0000
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	prata	0	10.5000
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	GOLGRAN	0	15.6000
87	SINDESMÓTOMO ODONTOLÓGICO - Aço inox. Autoclavável. Tamanho 17,5 cm.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	BIODINAMICA	0	13.7000
			ODONTOSUL LTDA (111777)	BIODINAMICA	0	14.8900
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	BIODINAMICA	0	15.5000
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	IODONTOSUL	0	22.0000
88	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA A BASE DE CLORETO DE ALUMÍNIO - Uso odontológico. Validade de no mínimo 18 meses.	UN	DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	iodontosul	0	27.8000
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	REYMER	0	29.3300

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 21/24

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

90	SUGADOR CIRÚRGICO ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL - Sugador embalado individualmente, estéril, descartável e atóxico. Diâmetro do tubo: 5 mm. Ponteiros e porta-filtro confeccionado em polietileno de alta densidade. Diâmetro das ponteiros: 2,5 mm e 3,0 mm. Registro Anvisa 021340002. Caixa com 20 unidades. Validade mínima 18 meses.	PCT	ODONTOSUL LTDA (111777)	MAQUIRA	0	18,7000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	2i	0	23,9000	2
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	INDUSBELLO	0	24,1400	3
91	SUGADOR ODONTOLÓGICO ENDODONTICO DESCARTÁVEL - Tubo confeccionado em PVC, transparente e atóxico. Arame em aço especial, ponteira confeccionada em PVC macio, ponta fina, atóxico, colorido. Pacote com 20 unidades. Validade mínima 18 meses.	PCT	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	SSPLUS	0	10,8400	1
			ODONTOSUL LTDA (111777)	SSPLUS BIOC	0	11,6000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	ss plus	0	16,3000	3
92	SUGADOR DESCARTÁVEL COM 40 UNIDADES - Produto em PVC transparente atóxico e fio metálico. Pacote com 40 unidades. Validade mínima 18 meses.	CX	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	SSPLUS	0	4,6600	1
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	W.A	0	5,1000	2
			ODONTOSUL LTDA (111777)	SSPLUS BIOC	0	5,2000	3
93	TESOURA IRIS RETA 11,5 CM - Em aço inox cirúrgico autoclavável.	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	KOTA	0	12,9000	1
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	wilcos	0	16,3000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	GOLGRAN	0	19,3000	3
94	TESTA DE VITALIDADE PUPAR - Indicado para teste de vitalidade nos dentes. Base de água. -50 °C; Frasco com 200 mL. Validade mínima 18 meses.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	MAQUIRA	0	23,9400	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ**

Página: 22/24

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
95	TIRA DE POLIÉSTER - Tira transparente; embalagem com 50 unidades; tamanho 10 X 120 x 0,5 mm; flexível. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses	UN	ODONTOSUL LTDA (111777)	MAQUIRA	0	26,0000	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	iodontosul	0	29,3000	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	K-DENT QUIM	0	1,0500	1
96	TRICRESOL FORMALINA 10ML - Frasco com 10 mL. Uso Odontológico. Validade mínima de 18 meses.	UN	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	K-DENT	0	1,1800	2
			DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA (111962)	preven	0	2,0500	3
			ODONTOSUL LTDA (111777)	BIODINAMICA	0	4,5900	1
97	VASELINA SOLIDA BISNAGA 30 gr - Tira transparente; embalagem com 50 unidades; tamanho 10 X 120 x 0,5 mm; flexível. Uso Odontológico. Validade mínima 18 meses.	UN	MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	BIODINAMICA	0	4,6000	2
			ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (110656)	BIODINAMICA	0	5,2100	3
			MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA (111618)	QUIMIDROL	0	4,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 23/24

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ODONTOSUL LTDA (111777)	QUIMIDROL	0	4.8000	2

Página: 24/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO AOS CONSULTÓRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020
PROCESSO Nº 5/2020

- (110656) - ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L
- (111618) - MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA
- (111777) - ODONTOSUL LTDA
- (111961) - D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI
- (111962) - DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA

Maracajá, 18 de Agosto de 2020.

Maravilha

PREFEITURA

EXTRATO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.019/2020

Publicação Nº 2609831

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Extrato de Apostilamento

Espécie: Ata de Registro de Preço n. 019/2020. Partes: Município de Maravilha – SC e Stang & Stang LTDA. Objeto: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota do Município de Maravilha – SC. Reajuste de preços praticados. Data de assinatura do Apostilamento: 17/08/2020. Signatários: ROSIMAR MALDANER pela Contratante.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2020

Publicação Nº 2610932

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2020.

Ratifica a composição das Comissões Permanentes e da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Vereadores para o ano legislativo de 2020 e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina e os Vereadores das Bancadas do MDB, PL, PP, DEM, com base nos artigos 61, 64 e 71 da Resolução nº 001/2012 – Regimento Interno – combinado ainda com o artigo 69 do mesmo Diploma definiram, o que agora se ratifica frente as alterações ocorridas e decididas em plenário:

Art. 1º Fica por esta Resolução Administrativa assim composta as Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Vereadores para o ano legislativo de 2020:

1ª - Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final. (RI – art. 71, inciso I)

Membros: Itamar Adler (MDB), Marclei Lizete Radin Grando (MDB) e Luiz Hermes Brescovici (DEM).

2ª - Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização e Contas do Município. (RI – art. 71, inciso II)

Membros: Jandir Primon (PL), Ademir Unser (PP) e Cleber Pertussatti (MDB).

3ª - Comissão de Educação, Ciência, Comunicação, Cultura, Desporto, Saúde Pública e Assistência Social (RI – art. 71, inciso III)

Membros: Cleber Pertussatti (MDB), Pedro Gilberto Ioris (MDB) e Jandir Primon (PL).

4ª - Comissão de Transportes, Comunicações, Tecnologia, Informática, Obras Públicas e Urbanismo. (RI – art. 71, inciso IV)

Membros: Eder Moraes (MDB), Itamar Adler (MDB) e Luiz Hermes Brescovici (DEM).

5ª - Comissão de Economia, Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Defesa do Consumidor. (RI – art. 71, inciso V)

Membros: Ademir Unser (PP), Jandir Primon (PL) e Gilmar Francisco Castanha (MDB).

6ª - Comissão de Ética e Decoro Parlamentar (RI – art. 71, inciso VI – 06 membros, 03 titulares e 03 suplentes).

Membros titulares: Luiz Hermes Brescovici (DEM), Lázaro Stieler (PP) e Eder Moraes (MDB).

Membros suplentes: Marclei Lizete Radin Grando (MDB), Pedro Gilberto Ioris (MDB) e Itamar Adler (MDB).

Art. 2º As Comissões Permanentes mencionadas no artigo 1º, reunir-se-ão, individualmente, cada uma, sob a Presidência do membro mais idoso, entre os presentes, para elegerem o Presidente e o Secretário, na forma do artigo nº 68 do Regimento Interno.

Art. 3º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução Administrativa nº 002/2020.

Maravilha/SC, 18 de agosto de 2020.

Natalino Prante
Presidente

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N. 22/2020 REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2610674

Aviso de licitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 036/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 22/2020 REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Marema – SC comunica que se encontra aberto processo Registro de preço para eventuais e futuras contratações horas máquinas caminhão caçamba basculante. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h30min do dia 31 de agosto de 2020, procedendo à abertura às 09h00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.marema.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua Vidal Ramos nº 357, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 18 de agosto de 2020.

Adilson Barella

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

ATA ADITIVA 101.2019 - MERENDA ESCOLAR 2020

Publicação Nº 2610681

**MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA****TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2019****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 248/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº 248/2019****PUBLICADO EM:**

____/____/____

LOCAL: _____**ASS:** _____

Ao décimo oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. ARMINDO SESAR TASSI**, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 248/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 248/2019**, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, homologado pela Autoridade supracitada, resolve aditar quantitativamente o seguinte item:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a **AQUISICÃO DE MERENDA ESCOLAR**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO QUANTITATIVO

2.1. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estimada não ser o suficiente para suprir a demanda da Administração Municipal.

FORNECEDOR: 289272 - VHR DISTRIBUIDORA EIRELI EPP							
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE LICITADA	ADITIVO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
34	BOLACHA DE LEITE, SEM RECHEIO. EMBALAGEM COM 400 GRAMAS. BISCOITO DE PRIMEIRA LINHA, ESPESSURA FINA, CONSISTÊNCIA CROCANTE. DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS, DEVENDO ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SÃO REJEITADOS OS BISCOITOS OU	PCT	ORQUIDEA	2100	525	R\$ 4,75	R\$: 2.493,75

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – 89108-000 – Massaranduba – SC
Fone (47) 3379-4624/ 3379-4628 – CNPJ: 83.102.483/0001-62





MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

	<p>BOLACHAS MAL COZIDAS, QUEIMADAS E DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS. NÃO PODERÁ APRESENTAR UMIDADE, EXCESSO DE DUREZA E/OU BISCOITOS QUEBRADOS (PERCENTUAL DE ATÉ 10% DE BISCOITOS QUEBRADOS). EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, LACRADO. PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.</p>						
76	<p>FEIJÃO PRETO. PACOTE DE 1 QUILO. CLASSE PRETO, TIPO 1, NÃO TORRADO. PRIMEIRA QUALIDADE. SEM PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS, CARUNCHADOS E ISENTOS DE MATÉRIAS TERROSAS E PEDRAS. EMBALAGEM: RESISTENTE, LIMP A E NÃO VIOLADA. PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS</p>	KILO	JARAGUA	2100	525	R\$: 5,95	R\$: 3.123,75

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – 89108-000 – Massaranduba – SC
 Fone (47) 3379-4624/ 3379-4628 – CNPJ: 83.102.483/0001-62



MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

	NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.						
99	MACARRÃO COM OVOS, TIPO PARAFUSO. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. COM FARINHA DE TRIGO ESPECIAL. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO CLARA E FICAR SOLTO APÓS O COZIMENTO. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. EMBALAGEM: PLÁSTICA, RESISTENTE, TRANSPARENTE, ÍNTEGRA, LIMPA E NÃO VIOLADA. PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 8 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	KG	DIANA	1000	250	R\$: 3,50	R\$: 875,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Integra esta ata aditiva, o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 248/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 248/2019**, e as propostas comerciais das licitantes classificadas no certame supra numerado.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que este termo originou.

Massaranduba – SC, 18 de agosto de 2020

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – 89108-000 – Massaranduba – SC
 Fone (47) 3379-4624/ 3379-4628 – CNPJ: 83.102.483/0001-62



MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA



MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – 89108-000 – Massaranduba – SC
Fone (47) 3379-4624/ 3379-4628 – CNPJ: 83.102.483/0001-62

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 42.2020 - MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO

Publicação Nº 2610123

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2020****VALIDADE: 12/08/2020 A 12/08/2021****PUBLICADO EM:**

____/____/____

LOCAL: _____**ASS:**

1

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. ARMINDO SESAR TASSI**, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2020**, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes ao Processo supramencionado, tendo sido os preços oferecidos pela(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) comercial(is) foi(ram) classificada(s):

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP, neste ato representado por PAULO ADEMIR FLORIANI	80.666.159/0001-89
SUPRIMOVEIS LTDA, neste ato representado por ANDERSON SANTOS FARIA	04.563.256/0001-68
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME, neste ato representado por SERGIO BAGATOLI	09.053.748/0001-27
MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, neste ato representado por EVANDRO DA SILVA	15.275.465/0001-22
COMERCIAL VITÓRIA LTDA –ME, neste ato representado por VERONICA SOLANGE RIGO SCHEER	18.138.763/0001-69
EKOMOB COMÉRCIO LTDA - EPP, neste ato representado por EDNELSON BOOZ	15.825.521/0001-55
COMERCIAL JR FILHOS LTDA - ME, neste ato representado por JUNIOR MIRANDA	24.747.469/0001-57
RICHESSÉ MÓVEIS EIRELI EPP, neste ato representado por JONAS TODT	20.265.303/0001-43
ANDRE FELIX MAES CORDEIRO 04132993922, neste ato representado por ANDRE FELIX MAES CORDEIRO	16.937.642/0001-51
GUGA KUPAS COMERCIO DE MAQUINAS EIRELI, neste ato representado por ENIZE MARIA LUBAWSKI KUPAS	27.263.129/0001-49
OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME, neste ato representado por EVERTON VARGAS DICK	22.417.394/0001-10
JS SIMOES EIRELI, neste ato representado por EDEVALDO FORTES SIMÕES JUNIOR	26.981.059/0001-00
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME, neste ato representado por RODRIGO ALVES DE CAMPOS	27.286.283/0001-36
MAC CARLESSO ELETRO ME, neste ato representado por CARLOS ALEXANDRE DE MORAES	26.074.486/0001-04
RUBENS VERAS JUNIOR- ME, neste ato representado por RUBENS VERAS JUNIOR	30.401.636/0001-06
FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME, neste ato representado por CLAUDEMIR MANNRICH	23.964.820/0001-07
MAW COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, neste ato representado por MARCIO ANDRE WOLLNER	26.655.819/0001-80

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

TIAGO DANIEL VEDAN - ME, neste ato representado por MATEUS AUGUSTO VEDAN	28.248.986/0001-32
J & N COMERCIO DE MOVEIS LTDA, neste ato representado por NILCELIA LOPES	31.247.039/0001-31
RIO FLEX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO, neste ato representado por JAMES EVERTON FRANKE	31.075.213/0001-06
SLA COMERCIAL LTDA, neste ato representado por ROSANGELA APOLINARIO	31.789.047/0001-00
L&S COMERCIAL, neste ato representado por ADEMIR LAURINDO	32.763.201/0001-37
ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, neste ato representado por LEANDRO ALBERTO KERBER	34.832.381/0001-97
SANTA RITA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, neste ato representado por CLAITON FERREIRA DE LIMA	36.260.828/0001-26
BLUINTER COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA, neste ato representado por HELIO ALMIR BAGATOLI	34.471.931/0001-90
ADVANCED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por IVAN ZANGHELINI KOLSCHESKI	08.331.877/0001-77
MARCIELE DE LIMA DA SILVA - ME, neste ato representado por VALMIR TAVARES	29.911.780/0001-03
VIANTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, neste ato representado por EMERSON MUJOL LEPREVOST	32.275.325/0001-73
JOSÉ EDSON BLASZCZYK - ME, neste ato representado por JACKSON ROVANY SIMON	33.113.700/0001-41
MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI, neste ato representado por ALDIVAR BAGATOLI	33.859.616/0001-71
DEVT DHONT DOS REIS FERNANDO, neste ato representado por DEVT DHONT DOS REIS FERNANDO	34.999.091/0001-32
VMLX ELETRONICOS EIRELI, neste ato representado por VALCIR MOTA	03.800.477/0001-40
REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA, neste ato representado por RONALDO CEZAR MARTINS	35.654.754/0001-40
ÍTACA EIRELI, neste ato representado por MAURICIO LISBOA KOCH	24.845.457/0001-65
ML DO BRASIL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS EIRELI, neste ato representado por GABRIEL BONEQUINI CARVALHO	34.075.109/0001-00

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a **MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 315206 - REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
3	AR CONDICIONADO SPLIT 30.000 BTUS, DIGITAL, FRIO, BIVOLT, AUTOMÁTICO, 220 V. ITENS INCLUSOS: 01 EVAPORADORA (UNIDADE INTERNA), 01 CONDENSADORA (UNIDADE EXTERNA), 01 CONTROLE REMOTO, 01 MANUAL DO USUÁRIO.	UNID	ELGIN - HWQ30000	7	R\$ 3.224,00	R\$ 22.568,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 22.568,00						
FORNECEDOR: 278823 - MAC CARLESSO ELETRO ME						

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
4	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS, DIGITAL, FRIO, BIVOLT, AUTOMÁTICO, 220 V. ITENS INCLUSOS: 01 EVAPORADORA (UNIDADE INTERNA), 01 CONDENSADORA (UNIDADE EXTERNA), 01 CONTROLE REMOTO, 01 MANUAL DO USUÁRIO.	UNID	ELGIN	12	R\$ 1.119,00	R\$ 13.428,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 13.428,00

FORNECEDOR: 315290 - ML DO BRASIL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS EIRELI

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
6	ARMÁRIO DE AÇO GUARDA-VOLUME, VESTIÁRIO 12 PORTAS PEQUENAS, PRODUZIDO EM AÇO CHAPA 26 0,45MM, POSSUI 12 PORTAS COM VENEZIANAS PARA VENTILAÇÃO, COMPARTIMENTOS DE TAMANHOS MEDIOS INDEPENDENTES SEM DIVISÓRIAS INTERNAS, FECHAMENTO DAS PORTAS ATRAVÉS DE PITÃO PARA CADEADO. COR: CINZA PADRÃO, MEDIDA DAS PORTAS/ VÃOS: 046ALT X 027LARG, PINTURA: EPÓXI PÓ.	UNID	SRGR12	5	R\$ 600,00	R\$ 3.000,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 3.000,00

FORNECEDOR: 313319 - BLUINTER COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
10	BEBEDOURO - BEBEDOURO MODELO INDUSTRIAL: 100 LITROS INOX, PARA ATENDER LOCAIS COM INTENSO FLUXO E CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS. GABINETE ESTRUTURAL CONFECCIONADO EM AÇO INOX BRILHANTE; SEGURANÇA E QUALIDADE CERTIFICADAS PELO INMETRO; SISTEMA DE	UNID	MAG GEL/MGE-100	7	R\$ 1.749,00	R\$ 12.243,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

REFRIGERAÇÃO
BALANCEADO; BAIXO
CONSUMO DE ENERGIA;
RESERVATÓRIO PARA 100
LITROS DE ÁGUA GELADA;
CAPACIDADE DE
REFRIGERAÇÃO DE
180L/HORA; COMPRESSOR
HERMÉTICO; ISOLAMENTO
TERMICO EPS; APARADOR
DE ÁGUA EM AÇO INOX;
DRENO E ESCOAMENTO
EMBUTIDO; TORNEIRA EM
METAL CROMADO; GÁS
REFRIGERANTE ECOLÓGICO
R134 A; TERMOSTATO
REGULADOR DE
TEMPERATURA;
DIMENSÕES:
1300X700X700MM; TENSÃO:
220V.

4

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 12.243,00

FORNECEDOR: 315133 - JOSÉ EDSON BLASZCZYK - ME

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
14	CADEIRA DIRETOR - CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA, POSSUI AJUSTE DE ALTURA E RECLINÁVEL PELA ESTRUTURA DO ASSENTO. ESTOFADO EM ESPUMA DE DENSIDADE CONTROLADA, GARANTINDO CONFORTO POR MAIS TEMPO. REVESTIMENTO EM PU DIMENSÕES: ASSENTO COMPRIMENTO: 51CM LARGURA ENTRE BRAÇOS: 50CM ALTURA ATÉ O CHÃO: 44CM - 52CM ENCOSTO COMPRIMENTO (ALTURA): 70CM LARGURA: 50CM ALTURA ATÉ O CHÃO: 107CM - 115CM BRAÇOS COMPRIMENTO: 46,5CM LARGURA: 6,5CM ESTRUTURA: AÇO CROMADO REVESTIMENTO: COURO SINTÉTICO PU BRAÇO: POLIPROPILENO E COURO SINTÉTICO PU ESPUMA: COM DENSIDADE	UNID	MOVEBRINK	12	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	CONTROLADA ASSENTO: COM MADEIRA MULTI LAMINADA PESO MÁXIMO RECOMENDADO:150 KG COR: PRETA AJUSTE DE ALTURA: SIM MARCA: TREVALLA CONTEÚDO DA EMBALAGEM:01 CADEIRA DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO:115 X50 X 55 CM DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM:73 X 28 X 59 CM PESO APROXIMADO DO PRODUTO:14,2 KG PESO APROXIMADO DA EMBALAGEM:15,5 KG.					
15	CADEIRA EXECUTIVA FIXA SEM BRAÇOS, ASSENTO E ENCOSTO EM MADEIRA COMPENSADA REVESTIDA COM ESPUMA INJETADA; TECIDO: POLIÉSTER; COR PRETA.	UNID	MOVEBRINK	52	R\$ 84,00	R\$ 4.368,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 8.568,00

FORNECEDOR: 285366 - MAW COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
18	CONJUNTO DE MESA COM BANCOS AVULSOS INFANTIL PARA REFEITÓRIO, MESA REFEITÓRIO COM TAMPO RETANGULAR EM FÓRMICA COM BORDA EM PVC E BANCOS COM ENCOSTO EM FÓRMICA. REVESTIDO EM FÓRMICA COM PERFIL EM PVC OU FÓRMICA. ESTRUTURA EM AÇO TUBO 40X30 TIPO MONOBLOCO COM TRATAMENTO INOXIDÁVEL E PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI PÓ. CORES NEUTRAS. MEDIDA MESA: 1,80 X 60 X 64 M. MEDIDAS BANCO: 1,80 X 30 X 35 M.	UNID	NILMAR	12	R\$ 485,00	R\$ 5.820,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 5.820,00

FORNECEDOR: 291072 - RIO FLEX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
------	---------	------	-------	------	--------------	--------------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

16	CADEIRA GIRATÓRIA COM RODAS SEM BRAÇO ASSENTO E ENCOSTO EM ESPUMA INJETADA, PODENDO SER REVESTIDOS EM TECIDO POLIÉSTER, POLIPROPILENO, VINIL, SPACE OU CORO ECOLÓGICO. SISTEMA RECLINADO DO ENCOSTO.	UNID	RIO FLEX	22	R\$ 190,40	R\$ 4.188,80
26	FOGÃO INDUSTRIAL 04 BOCAS - ESPALHADORES E BASES DOS QUEIMADORES EM FERRO FUNDIDO MESA DE AÇO CARBONO, PERFIL U DE 50MM PINTADA NA COR PRETO FOSCO TREMPER DE FERRO FUNDIDO 300X300MM, PINTADA NA COR PRETA REGISTROS DE GÁS COM MANÍPULOS EXPOSTOS DE FÁCIL MANUSEIO VOLUME DO FORNO 109 LITROS PORTA DO FORNO COM SERIGRAFIA NA COR BRANCA PUXADOR ERGONÔMICO NA PORTA DO FORNO TRAVAMENTO MECÂNICO NA PORTA DO FORNO PRATELEIRA REMOVÍVEL E REGULÁVEL NO FORNO PÉS FIXO MESA, BANDEJA E CORPO DO PRODUTO EM PINTURA EPOXI BAIXA PRESSÃO 6 MESES DE GARANTIA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TODO O BRASIL ESPECIFICAÇÃO GRELHA FUNDIDA 30/30 QUEIMADOR 2 DUPLO E 2 SIMPLES GAMBIARRA PINTADA OU ZINCADA REGISTRO CROMADO COR - GRAFITE PRODUTO ENTREGUE COM OS PÉS DESMONTADOS	UNID	PROGAS	5	R\$ 990,00	R\$ 4.950,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 9.138,80						
FORNECEDOR: 298328 - L&S COMERCIAL						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
30	LÂMPADA DE REPOSIÇÃO PARA PROJETO S41+.	UNID	EPSON / ELPLP96	15	R\$ 425,00	R\$ 6.375,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	MODELO: ELPLP96 / V13H010L96. BULBO					
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 6.375,00						
FORNECEDOR: 315184 - VMLX ELETRONICOS EIRELI						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUS, DIGITAL, FRIO, BIVOLT, AUTOMÁTICO, 220 V. ITENS INCLUSOS: 01 EVAPORADORA (UNIDADE INTERNA), 01 CONDENSADORA (UNIDADE EXTERNA), 01 CONTROLE REMOTO, 01 MANUAL DO USUÁRIO.	UNID	AGRATTO	12	R\$ 1.759,00	R\$ 21.108,00
11	BEBEDOURO ELETRÔNICO DE MESA, COR BRANCA, ÁGUA NATURAL E GELADA.	UNID	AGRATTO	7	R\$ 244,00	R\$ 1.708,00
21	CORTINA DE AR, 220V, 90 CM, CONTROLE REMOTO.	UNID	AGRATTO	5	R\$ 396,00	R\$ 1.980,00
34	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL DE INOX, COPO 2L, ALTA ROTAÇÃO 800W, 52 X 19 X 22 (AXLXP).	UNID	METAL FERREIRA/LQ02ALTA	5	R\$ 310,00	R\$ 1.550,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 26.346,00						
FORNECEDOR: 315150 - MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS, DIGITAL, FRIO, BIVOLT, AUTOMÁTICO, 220 V. ITENS INCLUSOS: 01 EVAPORADORA (UNIDADE INTERNA), 01 CONDENSADORA (UNIDADE EXTERNA), 01 CONTROLE REMOTO, 01 MANUAL DO USUÁRIO.	UNID	TCL	12	R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00
20	CORTINA DE AR, 220V, 150 CM, CONTROLE REMOTO.	UNID	KOMECO	5	R\$ 590,00	R\$ 2.950,00
25	FOGÃO INDUSTRIAL - 06 BOCAS COM QUEIMADORES DUPLOS FRONTEIS E SIMPLES TRASEIRO, COM FORNO COM VISOR DE VIDRO E EQUIPADA COM MOLA PARA FACILITAR A VEDAÇÃO E RETER O CALOR, ISOLAMENTO TÉRMICO EM LÃ DE ROCHA,	UNID	VENANCIO	5	R\$ 1.125,00	R\$ 5.625,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	ACABAMENTO INTERNO ESMALTADO A FOGO. ALTURA 780MM X LARGURA 1200MM X PROFUNDIDADE 800MM					
27	<p>FORNO ELÉTRICO 44 LITROS - ABERTURA DA PORTA FRONTAL EM VIDRO TEMPERADO, MAIOR RESISTÊNCIA AO CALOR E POSSIBILITA A VISUALIZAÇÃO DO ALIMENTO DURANTE O PREPARO. CAPACIDADE 46 LITROS, FUNÇÕES: AQUECE, DESCONGELA, ASSA, TOSTA, GRATINA, DOURA, GRELHA. TEMPERATURA: REGULÁVEL DE 90°C A 230°C; MATERIAL: METAL. PAINEL: BOTÃO. FUNÇÕES: AQUECIMENTO SUPERIOR, INFERIOR, SUPERIOR E INFERIOR. PRATELEIRAS: 01 DESGLIZANTE COM REGULAGEM DE ALTURA. RECURSOS: ALARME SONORO. DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO: SIM. TIMER: SIM: DE 90 MINUTOS COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO E SINAL SONORO. ILUMINAÇÃO: LUZ INDICADORA DE FUNCIONAMENTO: SIM. CONSUMO APROXIMADO: ENERGIA: 1,5KWH. RESISTÊNCIAS BLINDADAS: SIM: SUPERIOR E INFERIOR, COM CONTROLE INDIVIDUAL DE TEMPERATURA PARA DISTRIBUIR MELHOR O CALOR. ALIMENTAÇÃO :110 VOLTS. PESO APROXIMADO: PESO DO PRODUTO: 9,13 KG. DIMENSÃO DO PRODUTO: LARGURA - FECHADO: 55 CM; ABERTO: 55 CM. ALTURA: - FECHADO: 37 CM; ABERTO: 37 CM. PROFUNDIDADE - FECHADO: 44 CM; - ABERTO: 53 CM. DIMENSÕES DA EMBALAGEM: LARGURA: 61</p>	UNID	FISCHER	5	R\$ 435,00	R\$ 2.175,00

8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	CM. ALTURA: 40 CM. PROFUNDIDADE: 49,2 CM. GARANTIA, PRAZO: 01 ANO, ITENS INCLUSOS: 01 FORNO ELÉTRICO; MANUAL DE INSTRUÇÕES.					
28	GELADEIRA 462 LITROS, DUAS PORTAS, FREEZER, COR BRANCA, COM PORTA- OVOS, PRATELEIRAS PARA GARRAFAS, GAVETÃO PARA LEGUMES, PORTA- CONDIMENTOS, PRATELEIRAS, PÉS NIVELADORES, CLASSIFICAÇÃO A DE ENERGIA NO INMETRO, ILUMINAÇÃO INTERNA. 220V.	UNID	ELECTROLUX	6	R\$ 2.300,00	R\$ 13.800,00
38	MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS DE 16KG - ENXÁGUES: SIM, MATERIAL DO CESTO: INOX, NÍVEIS DE ÁGUA: 4, PROGRAMAS DE LAVAGEM: SIM, TEMPERATURA DA ÁGUA: FRIA, CAPACIDADE: 16 KG, CENTRIFUGAÇÃO: SIM, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: A, COR: BRANCA, GARANTIA DO FABRICANTE: 1 ANO, VOLTAGEM: 220V	UNID	ELECTROLUX	6	R\$ 1.700,00	R\$ 10.200,00
43	MICRO-ONDAS, 30 LITROS, 10 OPÇÕES DE POTÊNCIA, TRAVA DE SEGURANÇA, COR BRANCA.	UNID	MIDEA	3	R\$ 450,00	R\$ 1.350,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 51.100,00

FORNECEDOR: 263745 - JS SIMOES EIRELI

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
9	BATERIA DE 9V, TIPO ALCALINA, TRABALHA EM TEMPERATURAS EXTREMAS E INDICADA PARA ELETRÔNICOS.	UNID	ELGIN 9V	25	R\$ 9,20	R\$ 230,00
17	CAIXA DE SOM, ALTO FALANTE DE 15", DRIVER DE TITÂNIO 1 ¼, BI- AMPLIFICADA, 300W RMS, COMUNICAÇÃO BLUETOOTH, REPRODUTOR DE MP3 VIA USB E SD CARD,	UNID	STANER / SR-315A	11	R\$ 2.225,00	R\$ 24.475,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	CONTROLE REMOTO FRONTAL, 05 PRESETS DE EQUALIZAÇÃO, RECEPTOR FM, ENTRADAS BALANCEADAS XLR E TRS ¼", ENTRADAS P2 E RCA, AUTO VOLTAGE (100~240VAC), ANGULAÇÃO PARA USO COM MONITOR (L/R), 03 PONTOS PARA MONTAGEM "FLY", ENCAIXE PARA PEDESTAL COM TRAVA, PEÇO 19KG.					
32	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL, 2600 220V FW006752. COM MOTOR DE INDUÇÃO, POTÊNCIA DE 1700W E PRESSÃO MÁXIMA DE 2100 PSI. EQUIPADA COM ALÇA E RODAS, CABO ELÉTRICO DE 5 METROS, MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO DE 5 METROS, TRAVA DE SEGURANÇA DA PISTOLA, BICO REGULÁVEL (LEQUE OU CONCENTRADO) E APLICADOR DE DETERGENTE. CARACTERÍSTICAS - TENSÃO/VOLTAGEM: 220V - VAZÃO: 360 L/H - PRESSÃO MÁXIMA: 2100 PSI - POTÊNCIA: 1700W - MOTOR: INDUÇÃO - CLASSE DE ISOLAÇÃO: 1 - FREQUÊNCIA: 60HZ - ACESSÓRIOS INCLUSOS - 01 PISTOLA DE ALTA PRESSÃO COM CONEXÃO RÁPIDA - 01 LANÇA COM CONEXÃO RÁPIDA - 01 BICO REGULÁVEL (CONCENTRADO E LEQUE) - 01 BICO TURBO COM CONEXÃO RÁPIDA - 01 MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO COM 5 METROS DE NYLON - 01 APLICADOR DE DETERGENTE COM CONEXÃO RÁPIDA.	UNID	WAP COMBATE TURBO 2600	6	R\$ 995,00	R\$ 5.970,00
39	MESA DE SOM 4 CANAIS, 4 ENTRADAS DE MICROFONE BALANCEADAS COM CONECTORES XLR, 2	UNID	PHANTON-LMX0401 LYCO	2	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

11

	ENTRADAS DE MICROFONES BALANCEADAS COM CONECTORES TRS ¼ (P10), 4 ENTRADAS DE LINHA BALANCEADA COM CONECTORES TRS 1/4 (P10), 2 ENTRADAS DE LINHA COM CONECTORES RCA, 1 ENTRADA LINHA P2, 3 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO POR CANAL, PHANTOM POWER (+48V), MÓDULO MP3 PLAYER COM ENTRADA USB E SDCARD, CONEXÃO BLUETOOTH, RECEPTOR FM, DISPLAY GRÁFICO LCD COM INDICAÇÕES DE FAIXA E PASTA MUSICAL, CONTROLE MONITOR PRE- FADER PARA SONORIZAR SISTEMA DE RETORNO DE PALCO, SAÍDA FONES ESTÉREO COM CONTROLE DE VOLUME INDEPENDENTE, V.U TIPO BARGRAPH COM 10 LED'S, SLIDE -FADER 60MM EM TODOS OS CANAIS DE ENTRADA E SAÍDA MIX L-R, CONTROLES ROTATIVOS SELADOS, JACKS METÁLICOS PROPORCIONANDO COMPLETA PROTEÇÃO CONTRA EMI, CHASSI COMPACTO COM LATERAIS ROBUSTO COM DESENHO MODERNO E FUNCIONAL, DIMENSÕES LXAXP: 295X 50X 300MM, PESO: 2,0KG.					
46	PILHA AAA PALITO TIPO ALCALINA, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	UNID	ALFACEL AAA/R03P/4B	10	R\$ 6,50	R\$ 65,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 32.340,00						
FORNECEDOR: 310654 - SANTA RITA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
36	LIXEIRA CESTO COM TAMPA E RODAS 100L, ALÇA 12CM, Ø 54 CM X ALTURA 63 CM.	UNID	ARQ PLAST	15	R\$ 58,50	R\$ 877,50
37	LIXEIRAS DE PLÁSTICO	UNID	JAGUAR	32	R\$ 26,00	R\$

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	GRANDE COM TAMPA, CAPACIDADE DE 65 LITROS.					832,00
47	PILHA PEQUENA AA, TIPO ALCALINA. CONTEÚDO: 4 UNIDADES	UNID	ELGIN	20	R\$ 8,06	R\$ 161,20
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 1.870,70						
FORNECEDOR: 303267 - ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
5	ARMÁRIO - 02 PORTAS DE ABRIR E PRATELEIRAS INTERNAS, NAS MEDIDAS 90X42X160 MDP 15MM COR CREME, COM ACABAMENTO NA MESMA COR.	UNID	REIFLEX P-001	12	R\$ 275,00	R\$ 3.300,00
7	ARMÁRIO PARA PRÉ- ESCOLAR DE MDP 15MM COR CREME, COM AS MEDIDAS 4,10 COMPRIMENTO X 0,55 PROFUNDIDADE X 2,66 ALTURA, 02 PORTAS DE CORRER E TODO COM PRATELEIRAS.	UNID	REIFLEX-SB	10	R\$ 1.952,00	R\$ 19.520,00
8	BALCÃO DE PIA EM MDP 15MM COR CREME, COM 3 GAVETAS E 3 PORTAS, NAS MEDIDAS 1,20 COMPRIMENTO X 50 PROFUNDIDADE X 0,82 ALTURA COM TAMPÃO.	UNID	REIFLEX RB-120	5	R\$ 292,00	R\$ 1.460,00
40	MESA DO PROFESSOR - DIMENSÕES: LARGURA 160CM, ALTURA 75CM E PROFUNDIDADE DE 65CM - COM DUAS LATERAIS, TAMPO E PRATILHEIRA DE PROTEÇÃO(DIVISÃO POR BAIXO DO TAMPO) TUDO DE 45MM; DE MDF NA COR CINZA OU BEGE. A MONTAGEM É POR CONTA DA EMPRESA NO LOCAL DETERMINADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - APRESENTAR PROJETO DAS MESAS COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS ACIMA.	UNID	REIFLEX CJP 160	20	R\$ 180,00	R\$ 3.600,00
48	QUADROS ESCOLARES PARA AS ESCOLAS E CEIS - QUADROS ESCOLARES PARA AS ESCOLAS E CEIS -	UNID	REIFLEX RQ	10	R\$ 480,00	R\$ 4.800,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

QUADROS COM
QUADRICULADOS PARA
AUXILIO A ESCRITA -
MEDIDAS: LARGURA: 320CM
/ ALTURA: 120CM /
PROFUNDIDADE: 4,5CM -
BORDAS EM MDF BRANCO
TX - A MONTAGEM É POR
CONTA DA EMPRESA NO
LOCAL DETERMINADO
PELA SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO - APRESENTAR
PROJETO DOS QUADROS
COM AS ESPECIFICAÇÕES
DESCRITAS ACIMA.

13

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 32.680,00

FORNECEDOR: 263737 - OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
19	CONJUNTO DE MESA COM BANCOS AVULSOS PARA REFEITÓRIO. MESA PARA REFEITÓRIO ADULTO, ESTRUTURA EM TUBO 20X40X0.90, CHAPA 20 COM PINTURA EPOXI-PÓ, TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO ALTURA 0.74CM. TAMPO EM MDF DE 12MM COM REENGROSSO DE 12MM FINAL 24MM REVESTIDO EM FÓRMICA 0.8MM, ACABAMENTO TAMPO EM FITA DE IMBUÍ. MEDIDAS: 1.00 X 0.60 OU 1.50 X 0.60 OU 2.00 X 0.60. BANCO PARA REFEITÓRIO ADULTO, ESTRUTURA EM TUBO 20X40X0.90, CHAPA 20 COM PINTURA EPOXI-PÓ, TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO ALTURA 0.43CM. TAMPO EM MDF DE 15MM REVESTIMENTO EM FÓRMICA 0.8MM COM ACABAMENTO ASSENTO FITA DE IMBUÍ. MEDIDAS: 2.00 X 0.60.	UNID	MSI INDUSTRIA	12	R\$ 454,00	R\$ 5.448,00
41	MESA EM L PARA ESCRITÓRIO, COM DUAS GAVETAS, 170CMX150CM, PRODUZIDO COM MATERIAIS DE ALTA	UNID	MSI INDUSTRIA	10	R\$ 329,00	R\$ 3.290,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	QUALIDADE COMO MDP BP OU MDP EUCAPRINT, TAMPO 30MM, ACABAMENTO COM BORDAS ABS 1MM, GAVETEIRO COM DUAS GAVETAS COM CORREDIÇAS METÁLICAS, PUXADORES E FECHADURA COM CHAVES, PÉS EM AÇO COM PINTURA EPÓXI. A MESA AUXILIAR TEM 60CM DE PROFUNDIDADE E POSSUI DUAS OPÇÕES DE MONTAGEM, PODE SER MONTADA DO LADO DIREITO OU DO LADO ESQUERDO					
50	SUPORTE PARA CAIXA DE SOM DE PAREDE, BRAÇO DE 25CM, PINTURA ELETROSTÁTICA E TRATAMENTO, SUPORTA ATÉ 25KG, COR: PRETO. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 SUPORTE DE PAREDE PARA CAIXA ACÚSTICA, PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO, CHAPÉU PARA SUPORTE DA CAIXA DE SOM.	UNID	MSI INDUSTRIA	10	R\$ 74,00	R\$ 740,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 9.478,00						
FORNECEDOR: 171417 - BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
49	SECADORA DE ROUPAS DE CHÃO - SECADORA DE ROUPAS: - COMPACTA; - CAPACIDADE 10KG; - PROGRAMAS DE SECAGEM; - CESTO EM INOX; - 4 NÍVEIS DE CARGA; - PAINEL ELETRÔNICO; - TRAVA DE SEGURANÇA.	UNID	MIDEA/SMS112	5	R\$ 1.499,00	R\$ 7.495,00
51	TABLET MODELO TWIST TAB KIDS T770K 1GB 32GB LCD TOUCH 7", CHIPSET: RK3326/PROCESSADOR QUADCORE DE 1,5 GHZ, MEMÓRIAS: 1GB DE MEMÓRIA RAM 32GB* DE ARMAZENAMENTO, TELA: LCD DE 7" WSVGA	UNID	POSITIVO/T77DK	105	R\$ 458,90	R\$ 48.184,50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

(1024X600), CÂMERA: FRONTAL 2MP, SISTEMA: ANDROIDOREO (GOEDITION), APLICATIVOS: GOOGLEPLAY, SENSORES: ACELERÔMETRO, PORTA DE CONEXÕES: CONECTOR PARA MICROSD (ATÉ64GB), CONECTOR PARA FONE DE OUVIDO 3,5MM CONECTOR MICRO-USB 2.0 PARA TRANSFERÊNCIA DE ARQUIVOS E CARREGAMENTO DO APARELHO. CONECTIVIDADE: WIFI 802.11 B/G/N, BATERIA: 2.000 MAH, LI-PO, PESO E DIMENSÕES: 241 G | 189,2 X 103 X 9,3 MM (COM BATERIA). CONTEÚDO DA EMBALAGEM: TABLET, CARREGADOR USB, CABO USB, GUIA RÁPIDO, CAPA DE BORRACHA.

15

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 55.679,50

FORNECEDOR: 276499 - VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
23	EQUALIZADOR GRÁFICO 15 BANDAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE DOIS CANAIS (ESTÉREO), SISTEMAS DE DETECÇÃO DE FEEDBACK FBQ PARA IDENTIFICAR FREQUÊNCIA PROBLEMÁTICAS EM UM CONTEXTO AO VIVO, OU PARA USO COMO UM ANALISADOR DE ÁUDIO, ENTRADAS E SAÍDAS SERVO-BALANCEADAS COM CONECTORES XLR1/4"TRS E DOURADOS, FILTRO DE CORTE BAIXO ADICIONAIS EM AMBOS OS CANAIS, AMPLIFICADORES OPERACIONAIS DE BAIXO RUÍDO 4580, SAÍDA DE SUBWOOFER MONO DEDICADO COM FREQUÊNCIA DE CRUZAMENTO AJUSTÁVEL,	UNID	BEHRINGER FBQ1502HD	2	R\$ 1.659,00	R\$ 3.318,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	<p>CONTROLE DE MEDIÇÃO DE SAÍDA LED E CONTROLE DE ENTRADA DE 4 SEGMENTOS, TIPO DE FILTRO: GRÁFICO, NÚMERO DE CANAIS: 2, ENTRADAS: TELEFONE XLR 2X ¼" TRS, SAÍDAS: 2X XLR/ 1X XLR PARA SUBWOOFER/ 2X TELEFONE ¼"TRS, THD E RUÍDO 0,0008%, NÍVEL MÁXIMO DE ENTRADA: +21 DBU BALANCEADO E DESEQUILIBRADO, BANDAS DE FREQUÊNCIA: 15 POR CANAL, FREQUÊNCIA ISSO, LARGURA DE BANDA: 2/3 DE OITAVA, FAIXA (BOOST/CUT): +/- 6DB OU +/- 12 DB, COMUTÁVEL, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 25 HZ A 16 HZ, +/- 3DB, SAÍDA DE SUBWOOFER MONO DEDICADO COM FREQUÊNCIA DE CRUZAMENTO AJUSTÁVEL, DIMENSÕES (AXLXP): 4,4X48,3X21,5 CM.</p>							16
44	<p>MÓVEL PARA COMPUTADOR EM MDF BRANCO TX, CONTENDO 2 PORTAS COM CHAVE, 1 GAVETA COM CORREDIÇAS PARA TECLADO DO COMPUTADOR, PARTE INTERNA DIVIDIDA EM 2 PARTES 1 PARA O CPU E OUTRA COM UMA PRATELEIRA NO MEIO PARA COLOCAR O RECEPTOR. MDF USADO DURATEX COM EXCLUSIVA PROTEÇÃO ANTI-BACTERIANA. FERRAGENS HARDT E WURHT. MEDIDAS: ALTURA 78 CM, LARGURA 80 CM, PROFUNDIDADE 60 CM, COM DOBRADIÇAS DE AMORTECIMENTO, PUXADORES DE ALUMÍNIO, ALTURA DAS PORTAS DE 56 CM, RODAPÉ DE 10 CM E GAVETA DE CORREDIÇA ALTURA DE 12 CM,</p>	UNID	SANI MOVEIS SOB MEDIDA	10	R\$ 279,00	R\$ 2.790,00		

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	PARAFUSOS NÃO EXPOSTOS, FRENTES DE GAVETAS E PORTAS: 15MM - CAIXA DE ACABAMENTO COM ESPESSURA EXTERNA: 30MM - FUNDO DO MÓVEL: 6MM. A MONTAGEM É POR CONTA DA EMPRESA NO LOCAL DETERMINADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - APRESENTAR PROJETO DO MÓVEL COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS ACIMA.					
55	VENTILADOR DE COLUNA COM 3 VELOCIDADES, COR PRETA, COM 6 PÁS, INCLINAÇÃO REGULÁVEL, 220 V.	UNID	VENTISOL/VOC TURBO 6-40.220	10	R\$ 114,00	R\$ 1.140,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 7.248,00						
FORNECEDOR: 176389 - MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
13	CABO HDMI, VERSÃO: 1.4, COMPRIMENTO: 30 METROS, COMPATIBILIDADE DE RESOLUÇÕES: 480I, 480P, 720I, 720P, 1080I E 1080P. SUPORTE: FULL HD / 3D. MATERIAL: MALHA FLEXÍVEL COM FILTRO DE RUÍDO.	UNID	FORTREK/MDF107	32	R\$ 220,00	R\$ 7.040,00
29	GELADEIRA COM FREEZER, 2 PORTAS, DE 340 LITROS, CAPACIDADE DE FREEZER 72L, CAPACIDADE GELADEIRA 268L, FROST FREE, DIMENSÕES 66,1 X 173,7 X 73,8 (LXAXP), COR BRANCA.	UNID	CONSUL/CRM39	5	R\$ 1.728,00	R\$ 8.640,00
52	TELEVISOR 24" - CONEXÃO HDMI: 2; CONEXÃO USB: 1; CONTRASTE: 3.000.000:1; CONTROLE REMOTO; CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO; RESOLUÇÃO: 1366 X 768; SMART TV; WI-FI.	UNID	SEMP/2451300	5	R\$ 963,00	R\$ 4.815,00
56	VENTILADOR DE PAREDE - 60 CM PRETO - CARACTERÍSTICAS: Nº DE VELOCIDADES: 3. GRADE: REMOVÍVEL. INCLINAÇÃO	UNID	VENTISOL/543	30	R\$ 154,90	R\$ 4.647,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	VERTICAL AJUSTÁVEL: SIM. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: QUANTIDADE DE PÁS: 3. DIÂMETRO (CM): 60CM. COR: PRETO. POTÊNCIA (W): 170W. FREQUÊNCIA: 60 HZ. CONSUMO DE ENERGIA (KW/H): 0,17 KW/H. TENSÃO/VOLTAGEM: BIVOLT. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 VENTILADOR DE PAREDE. BIVOLT - PRETO. GARANTIA: 12 MESES.						18
57	MOUSE ÓPTICO USB MODELO M100, CABO DE 1,8M, AMBIDESTRO, GARANTIA DE 3 ANOS DO FABRICANTE, COR PRETA, CONEXÃO USB PLUG AND PLAY, RESOLUÇÃO 1000 DPI.	UNID	LOGITECH / M100	70	R\$ 39,00	R\$ 2.730,00	
58	TECLADO COM FIO USB MODELO K120, DESIGN RESISTENTE A DERRAMAMENTOS, PADRÃO ABNT2, BARRA DE ESPAÇO CURVA, 10 MILHÕES DE PRESSIONAMENTOS DA TECLAS, GARANTIA DE 3 ANOS DO FABRICANTE.	UNID	LOGITECH / K120	60	R\$ 65,00	R\$ 3.900,00	
59	FONTE DE ALIMENTAÇÃO 450W REAIS - POTÊNCIA: 400W REAIS - VERSÃO: ATX 12V 2.3 - CHAVE LIGA/DESLIGA - VOLTAGEM COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA (AUTO RANGE): 100~240V - FREQUÊNCIA: 50~60HZ - CORRENTE DE ENTRADA: 6~3ª - CORRENTE DE SAÍDA: 3.3V-15A, 5V-20A, +12V-24A, 12V-0.5A, +5VSB-2.5ª - BAIXO RÚIDO ACÚSTICO: <20DBA - REFRIGERAÇÃO: VENTOINHA 120 MM - MTBF: 100.000 HORAS (25° C) - EFICIÊNCIA: 85% - CABOS COM CAPA DE PROTEÇÃO - COMPRIMENTO DOS CABOS: 50CM - DIMENSÕES: 140 (L) 85 (A) 146 (P) MM - PROTEÇÃO INTERNA	UNID	BLUCASE/BLU500R-B	50	R\$ 315,00	R\$ 15.750,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

CONTRA CURTO CIRCUITO:
OVP/ SCP/ OPP/ UVP/ OCP -
FILTRO DE ENTRADA AC -
PFC ATIVO-
CERTIFICAÇÕES: IEC 61000
(CE/EMC), IEC 60950
(CE/LVD), 80 PLUS BRONZE

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 47.522,00

FORNECEDOR: 315168 - DEVT DHONT DOS REIS FERNANDO

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
31	MICROFONE SEM FIO MODELO UHF10BP, HEADSET E LAPELA FREQ. 514.6MHZ, RECEPTOR R-201, FREQUÊNCIA - 470-608MHZ, ESTABILIDADE DE FREQUÊNCIA - 0.005%, SAÍDA RF - 100DBM, IMAGEM DE REJEIÇÃO ESPELHADA - 45DB, SINAL/RUÍDO - 95 DB, DISTORÇÃO - 0,5%, NÍVEL DE SAÍDA DE ÁUDIO - 1V (10K), ALIMENTAÇÃO - DC12V 500MA. TRANSMISSOR: FREQUÊNCIA DE ESTABILIDADE - 10PPM, SAÍDA RF MENOR QUE 30MW, DESVIO MÁXIMO - 75KHZ, EMISSÃO SIMULADA - 40 DB, ALIMENTAÇÃO: 3V (2 PILHAS TAMANHO AA), CONSUMO DE CORRENTE - 100MA.	UNID	MULTILASER	5	R\$ 327,00	R\$ 1.635,00
35	LIQUIDIFICADOR, 4 VELOCIDADES + PULSAR, 900W, COPO DE 2,1L, COR PRETA OU BRANCA.	UNID	BRITANIA	5	R\$ 141,00	R\$ 705,00
42	MICROFONE SEM FIO MOD. UHF10BP HEADSET, RECEPTOR R-201, FREQUÊNCIA - 470-608MHZ, ESTABILIDADE DE FREQUÊNCIA - 0.005%, SAÍDA RF - 100DBM, IMAGEM DE REJEIÇÃO ESPELHADA - 45DB, SINAL/RUÍDO - 95 DB, DISTORÇÃO - 0,5%, NÍVEL DE SAÍDA DE ÁUDIO - 1V (10K), ALIMENTAÇÃO -	UNID	MULTILASER	5	R\$ 324,00	R\$ 1.620,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	DC12V 500MA. TRANSMISSOR: FREQUÊNCIA DE ESTABILIDADE - 10PPM, SAÍDA RF MENOR QUE 30MW, DESVIO MÁXIMO - 75KHZ, EMISSÃO SIMULADA - 40 DB ALIMENTAÇÃO: 3V (2 PILHAS TAMANHO AA), CONSUMO DE CORRENTE - 100MA						20
54	TERMÔMETRO INFRATERMOMÉTRICO. CARACTERÍSTICAS: FAIXA DE TEMPERATURA: -50 A 380 GRAUS. PRECISÃO: ± 1,5% OU ± 1.5 GRAUS. RESOLUÇÃO: 0.1 DEGREE OU 0.1F. REPETIBILIDADE: 1% DA LEITURA OU 1 GRAU. TEMPO DE RESPOSTA: 500MSEC, 95% DE RESPOSTA. RESPOSTA ESPECTRAL: 8-14 HUM. EMISSION: 0,95 PREDEFINIDO. DISTÂNCIA PARA O TAMANHO DO PUNTO: 12: 1. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0 ~ 40 GRAUS (32 ~ 104F). UMIDADE DE OPERAÇÃO: 10 ~ 95% RH. TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: -20 ~ 60 GRAUS (-4 ~ 140F). FONTE DE ALIMENTAÇÃO: 9V ALCALINA OU NICD.	UNID	MULTILASER	2	R\$ 280,00	R\$ 560,00	
60	FILTRO DE LINHA COM DISJUNTOR REARMÁVEL, MATERIAL PLÁSTICO PP, GARANTE UMA ENERGIA "LIMPA" PARA OS EQUIPAMENTOS, MINIMIZANDO OS HARMÔNICOS DA REDE ELÉTRICA, 5 TOMADAS ELÉTRICAS TRIPOLARES, NOVA NORMA NBR14136, CABO TRIPOLAR CERTIFICADO PELO INMETRO, COMPRIMENTO DO CABO DE FORÇA MÍNIMO DE 1,5M, TENSÃO DE ENTRADA E SAÍDA;	UNID	MULTILASER	100	R\$ 23,36	R\$ 2.336,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

127/220V - BIVOLT,
POTÊNCIA: 2200W PARA
220V, GARANTIA DO
FABRICANTE: 12 MESES,
COM FURO PARA FIXAÇÃO.
PODE SER FIXADO NA
HORIZONTAL OU
VERTICAL, CHAVE
LIGA/DESLIGA EMBUTIDA
PARA EVITAR O
DESLIGAMENTO
ACIDENTAL, INDICADOR
LUMINOSO DE
FUNCIONAMENTO, NORMAS
DE ACORDO COM O
INMETRO E ABNT,
PROTEÇÃO CONTRA
SOBRETENSÃO E ATENUA
SURTOS DE TENSÃO
PROVENIENTES DE RAIOS E
ANOMALIAS DA REDE
ELÉTRICA, PROTEÇÃO ATÉ
60 JOULES (10/1000S) DE
ENERGIA.

21

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 6.856,00

FORNECEDOR: 188530 - COMERCIAL VITÓRIA LTDA -ME

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
22	ENCADERNADORA EM ESPIRAL, AÇO TRATADO E PINTURA EPÓXI ELETROSTÁTICA, POSSUI 02 AJUSTES, 1 DE MARGEM E 1 DE PROFUNDIDADE, COR CINZA, MATERIAL AÇO E PLÁSTICO; POSIÇÃO DAS FURAÇÕES: 3 POSIÇÕES EM 49 FUROS DO MARGEADOR TRASEIRO DISTÂNCIA ENTRE O CENTRO DOS FUROS 6,0MM; ESPAÇO ENTRE AS PUNÇÕES: 2 MM; ALAVANCA MANUAL DE ACIONAMENTO EXCÊNTRICO	UNID	MARPAX / A4-X	2	R\$ 560,00	R\$ 1.120,00
61	ESTANHO PARA SOLDA, FIO DE SOLDA 1.0MM, ROLO DE 500G.	UNID	SOFT	2	R\$ 81,20	R\$ 162,40

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 1.282,40

FORNECEDOR: 255726 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI EPP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
24	ESTANTE AÇO MULTIUSO, NA COR PRETA, BRANCA OU CINZA, COMM 6 PRATELEIRAS REFORÇADAS, CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: ALTURA: 198 CM; LARGURA: 70 CM; PROFUNDIDADE: 31 CM; COLUNA CHAPA: 20; PRATELEIRA CHAPA: 26. CAPACIDADE DE CADA BANDEJA: 30KG.	UNID	GGL	11	R\$ 162,90	R\$ 1.791,90
45	MULTIPROCESSADOR, 1400W DE POTÊNCIA, CAPACIDADE DA JARRA DO PROCESSADOR 2,1L; CAPACIDADE DO COPO DO LIQUIDIFICADOR TOTAL DE 3,2L E ÚTIL DE 1,7L; 02 VELOCIDADES + PULSAR; PÉS ANTIDERRAPANTES; TRAVA DE SEGURANÇA; FUNÇÕES: PROCESSAR, RALAR, CORTAR, MISTURAR, FATIAR, ESPREMER, PICAR, LIQUIDIFICAR; POSSUI ACESSÓRIOS QUE EXECUTAM MÚLTIPLAS FUNÇÕES: 01 COPO DE LIQUIDIFICADOR, 01 JARRA DE MULTIPROCESSADOR, 01 ESPREMEDOR DE FRUTAS, 01 ADAPTADOR DE LAMINAS, 01 LAMINA DE FATIAR, 01 LAMINA DE RALAR, 02 LAMINAS DE PROCESSAR	UNID	PHILCO	5	R\$ 479,00	R\$ 2.395,00
62	PROJETOR PORTÁTIL DE 3300 LUMENS EM CORES E BRANCO. RESOLUÇÃO SVGA (800X600), 480.000 PIXELS, VIDA ÚTIL DA LÂMPADA DE ATÉ 10.000 HORAS, TECNOLOGIA 3LCD, MATRIZ ATIVA TFT DE POLISSILÍCIO, ASPECTO 4:3, CONTRASTE DE ATÉ 15.000:1, ENTRADA DE VÍDEO: VGA, HDMI E RCA TRIPLO. ENTRADA DE ÁUDIO: RCA DUPLO,	UNID	BENQ	20	R\$ 2.499,00	R\$ 49.980,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

23

CONECTIVIDADE USB TIPO A E B, ALTO-FALANTE: 2W, VOLTAGEM: AC 100 A 240V, ACOMPANHA: PROJETO, CABO DE ALIMENTAÇÃO, CABO VGA, BOLSA DE TRANSPORTE, CONTROLE REMOTO COM BATERIAS, MANUAL, GUIA RÁPIDO E GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 54.166,90

FORNECEDOR: 283908 - FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
12	CABO EXTENSOR USB COM CONECTORES A MACHO X A FÊMEA, COMPRIMENTO DO CABO: 2 METROS, PADRÃO USB 2.0	UNID	PCYES PUAMF2-2	52	R\$ 12,50	R\$ 650,00
33	LIMPA CONTATOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS; SECAGEM RÁPIDA; USO PROFISSIONAL; CONTEÚDO: 300 ML;	UNID	IMPLASTEC	10	R\$ 17,00	R\$ 170,00
63	SUPORE DE TETO PARA RETROPROJETOR (DATA SHOW) MODELO UNIVERSAL PARA FIXAÇÃO PROJETO NA COR BRANCA. POSSUI ACABAMENTO DE TETO, PERMITE FIXAÇÃO EM LAJE E TETO DE GESSO, PERMITE PASSAGEM DE CABS NO INTERIOR DO TUBO, SUPORTE DE TETO PARA PROJETO COM BANDEJA E AJUSTE TELESCÓPICO VERTICAL E HORIZONTAL, COM PINTURA ELETROSTÁTICA.	PECAS	BRASFORMA/SBRP756 BRANCO	50	R\$ 105,00	R\$ 5.250,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 6.070,00

FORNECEDOR: 315222 - ÍTACA EIRELI

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
53	TELEVISOR LCD 32 - CONEXÃO HDMI : 2; CONEXÃO USB: 1; CONTRASTE: 3.000.000:1 CONTROLE REMOTO;	UNID	AOC	6	R\$ 1.271,06	R\$ 7.626,36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO; RESOLUÇÃO: 1366 X 768, SMART TV; WI-FI.					
65	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, ÁGUA QUENTE COM VAZÃO DE 800 LITROS POR HORA, PRESSÃO DE ATÉ 170 BAR E TEMPERATURA DE AQUECIMENTO DE 98° C. CABEÇOTE E BIELAS EM LATÃO DE ALTA PERFORMANCE. TRABALHA COM PISTÕES DE CERÂMICA. TRABALHA COM ÁGUA FRIA. ITENS INCLUSOS: 01 LAVADORA DE ALTA PRESSÃO - HDS 8/17-4, 01 PISTOLA COM MANGUEIRA DE DUAS TRAMAS E ENCAPADA, ALTA PRESSÃO DE 15 METROS, 01 TUBEIRA GIRATÓRIA 1050 MM, 01 BICO LEQUE, 01 BICO SHAMPOO, 220V TRIFÁSICO.	UNID	LAVOR	1	R\$ 16.813,59	R\$ 16.813,59
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 24.439,95						
FORNECEDOR: 263184 - GUGA KUPAS COMERCIO DE MAQUINAS EIRELI						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
64	CARREGADOR DE BATERIA COM PROTEÇÃO TÉRMICA. TENSÃO DE ENTRADA 110/220V MONOFÁSICO. DISJUNTOR DE SEGURANÇA 63ª 220/440V. COM TENSÃO DE SAÍDA 12/24V. CORRENTE DE SAÍDA 60/30V. COM CONTROLE DE CARGA: 1 (CARGA LENTA), 2 (CARGA MÉDIA), 3 (CARGA RÁPIDA) E 4 (AUXILIAR DE PARTIDA).	UNID	VOGEL	1	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
66	ASPIRADOR DE PÓ E LÍQUIDO, COM 2 TURBINAS INDEPENDENTES. RESERVATÓRIO E TUBOS EM INOX PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADES LONGAS E DURADOURAS. CAPACIDADE DE 90 LITROS, COM RODAS TRASEIRA	UNID	KARCHER	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

GRANDES. ITENS INCLUSOS: 01 ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA - NT 90/2, 02 TUBOS INOX DE SUCÇÃO, 02 BOCAIS DE SOLO, 01 BOCAL DE CANTOS.					
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 3.400,00					
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 441.620,25					

25

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto é de: **R\$ 441.620,25 (QUATROCENTOS E QUARENTA E UM MIL, SEISCENTOS E VINTE REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante a validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir/contratar o objeto exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) licitante(s) vencedora(s), ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma hipótese legalmente prevista para tanto, garantindo à(s) vencedor(as), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

2.4. O fornecimento/execução do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), órgão gerenciador da mesma bem como responsável pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue/executado nos locais a serem determinados pela Administração Municipal quando da emissão da ordem de compra em, no máximo, 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da mesma.

3.1.1. As entregas/execuções serão parceladas, conforme necessidade.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

3.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

26

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;

b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da Lei e mediante efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da referida Prefeitura em seu acompanhamento.

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

27

5.7. Entregar/executar o objeto desta licitação nos

locais a serem determinados pela Administração Municipal quando da emissão da ordem de compra em, no máximo, 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da mesma.

5.8. Será recusado o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda às especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

5.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.11. Submeter-se à fiscalização por parte da Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas nesta ata de registro de preços.

6.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

6.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

6.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. A licitante vencedora estará sujeita por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos e demais condições/obrigações estipuladas, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

a) Advertência por escrito;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

b) Multa de mora no valor de 01% (um por cento) do valor da ata de registro de preços por dia de atraso na prestação do serviço e/ou por atraso na adequação do serviço fornecido, limitado a 20% (vinte por cento);

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de quaisquer cláusulas deste edital e seus anexos, quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta comercial;

28

d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:

d.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;

d.2) Desatender às determinações da fiscalização;

e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa;

f) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

7.1.1. Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pelo Município de Massaranduba (SC).

7.2. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:

a) A entrega/execução do objeto com atraso;

b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;

c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;

d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

7.3. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;

b) A não entrega/execução do objeto.

7.4. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias.

7.5. As sanções previstas neste edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

7.6. A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei Federal 8.666/93.

7.7. As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela licitante vencedora.

29

7.8. As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata (situação que a licitante vencedora tem plena ciência e aceita para todos os fins), podendo, entretanto, conforme o caso, se processar a cobrança judicialmente.

7.9. A falta de pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) mediante regular processo administrativo acarretará à licitante a suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a Administração Pública municipal direta e indireta, enquanto perdurar sua inadimplência, independente da instauração de novo processo, até o efetivo cumprimento da obrigação.

7.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas e/ou penais e/ou civis, previstas na Lei Federal 8.666/93 e demais atinentes à espécie.

7.11. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

30

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;

n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA****CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. Integram esta ata de registro de preços: o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2020** e a(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) classificada(s) no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

31

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelos servidores Alan Giovani Alexandre, Carlos Alexandre Baruffi, Greice Griboski, Marcela Moreira da Silva Prawutzki, que exercerão rigoroso controle em relação ao presente certame, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução desta ata, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba (SC), 12 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME
SERGIO BAGATOLI
CONTRATADA

MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
EVANDRO DA SILVA
CONTRATADA

COMERCIAL VITÓRIA LTDA –ME
VERONICA SOLANGE RIGO SCHEER
CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

RICHESSE MÓVEIS EIRELI EPP

JONAS TODT
CONTRATADA

32

GUGA KUPAS COMERCIO DE MAQUINAS EIRELI

ENIZE MARIA LUBAWSKI KUPAS
CONTRATADA

OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME

EVERTON VARGAS DICK
CONTRATADA

JS SIMOES EIRELI

EDEVALDO FORTES SIMÕES JUNIOR
CONTRATADA

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME

RODRIGO ALVES DE CAMPOS
CONTRATADA

MAC CARLESSO ELETRO ME

CARLOS ALEXANDRE DE MORAES
CONTRATADA

FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME

CLAUDEMIR MANNRICH
CONTRATADA

MAW COMERCIO DE MOVEIS E

EQUIPAMENTOS LTDA
MARCIO ANDRE WOLLNER
CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

RIO FLEX COMERCIO DE
EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO
JAMES EVERTON FRANKE
CONTRATADA

33

L&S COMERCIAL
ADEMIR LAURINDO
CONTRATADA

ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO
DE MOVEIS LTDA
LEANDRO ALBERTO KERBER
CONTRATADA

SANTA RITA COMERCIO DE
EMBALAGENS LTDA
CLAITON FERREIRA DE LIMA
CONTRATADA

BLUINTER COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E
ELETRODOMÉSTICOS LTDA
HELIO ALMIR BAGATOLI
CONTRATADA

JOSÉ EDSON BLASZCZYK - ME
JACKSON ROVANY SIMON
CONTRATADA

MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI
ALDIVAR BAGATOLI
CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

DEVT DHONT DOS REIS FERNANDO
DEVT DHONT DOS REIS FERNANDO
CONTRATADA

34

VMLX ELETRONICOS EIRELI
VALCIR MOTA
CONTRATADA

REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA
RONALDO CEZAR MARTINS
CONTRATADA

ÍTACA EIRELI
MAURICIO LISBOA KOCH
CONTRATADA

ML DO BRASIL EMPREENDIMENTOS
COMERCIAIS EIRELI
GABRIEL BONEQUINI CARVALHO
CONTRATADA

MASSARANDUBA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2020

Rua 11 de Novembro, 2.765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

LEI COMPLEMENTAR Nº 149 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609474

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete**LEI COMPLEMENTAR Nº 149 DE 18 DE AGOSTO DE 2020****Altera o anexo III do Art. 4º da Lei
Complementar nº 65/2014**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Anexo III da Lei Complementar nº 65/2014, passa a vigorar conforme o anexo desta lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 18 de agosto de 2020.

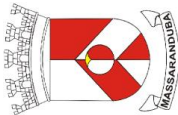
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



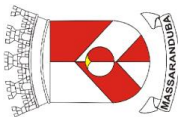
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

ANEXO III

Número SEPLAN	Tipo logradouro	Nome oficial	Coord. Inicial		Extensão (m)	Coord. Final		Gabarito			Bairro/Localidade
			E	S		E	S	Passeio esq.	Pista	Passeio dir.	
001	RUA	11 DE NOVENBRO	697721,4 697975,5	7052450,0 7053108,6	787,0 4610,0	697975,5 700218,5	7053108,6 7056614,6	1,50 2,00	7,50 12,00	1,50 2,00	CENTRO
002	RUA	7 DE SETEMBRO	697968,18	7053948,78	1705,0	698699,16	7055468,15	2,00	12,00	2,00	CENTRO
003	RUA	25 DE JULHO	697918,89	7054172,42	1919,5	698658,18	7055894,19	2,00	12,00	2,00	CENTRO
004	RUA	FRANCISCO BRAMORSKI	698951,22	7055422,70	623,4	698350,41	7055520,78	2,00	10,00	2,00	CENTRO
005	RUA	EUGÊNIO KLEINE	698843,08	7055452,68	1880,0	700212,15	7056734,47	2,00	12,00	2,00	CENTRO
006	RUA	DA INTEGRAÇÃO PE. IVO PETRY	700506,13	7055752,16	1018,0	699837,99	7056516,65	2,00	10,00	2,00	CENTRO, GUARANI-MIRIM
007	RUA	MADRE ROSA ANTONINA HUTNICK	700792,09	7055468,32	6795,0	704860,35	7056177,60	2,00	10,00	2,00	GUARANI-MIRIM, ALTO GUARANI-MIRIM, ALTO GUARANI-AÇU
008	RUA	ERICH LEU	697875,58	7054691,42	429,8	698250,70	7054483,19	2,00	10,00	2,00	CENTRO
009	RUA	HELMUTH SPRUNG	697927,88	7054814,03	462,9	698324,83	7054594,71	2,00	10,00	2,00	CENTRO
010	RUA	RODOLFO SCHMIDT	698057,60	7054948,37	587,1	698580,41	7054681,31	2,00	10,00	2,00	CENTRO
011	RUA	PAULO CARDOSO	698089,81	7055095,34	628,5	698621,20	7054759,97	2,00	10,00	2,00	CENTRO
012	RUA	LUIZ KREIS	698166,13	7055219,05	616,8	698696,62	7054904,51	2,00	10,00	2,00	CENTRO
013	RUA	PATRIMÔNIO	697722,82	7055104,40	4405,4	696980,21	7051071,96	2,00	10,00	2,00	PATRIMÔNIO
014	RUA	ADELE BRUCH	697840,38	7052847,05	440,0	697412,01	7052936,14	2,00	10,00	2,00	PATRIMÔNIO, CENTRO
015	RUA	BUTUCA	699576,97	7056997,01	2212,5	700430,28	7058842,20	2,00	10,00	2,00	BUTUCA
016	SERVIDÃO	S. 001	698110,37	7054476,47	71,0	698048,22	7054511,52		5,00		CENTRO
017	RUA	VICTOR BRAMORSKI	698150,59	7054185,29	1751,4	698787,26	7055759,36	2,00	12,00	2,00	CENTRO
018	RUA	WIGAND DONATH	698138,94	7054090,44	308,8	697851,15	7054201,48	2,00	10,00	2,00	CENTRO
019	RUA	1° DE MAIO	699596,38	7055787,37	1114,5	700399,62	7056557,12	2,00	12,00	2,00	CENTRO
020	RUA	CAMPINAS	697932,37	7055012,29	4778,7	694187,16	7057261,19	2,00	10,00	2,00	CAMPINHA, PATRIMÔNIO
021	RUA	PE. SILVIO MICHELLUZZI	700941,08	7054503,13	2252,6	699605,10	7053025,06	2,00	10,00	2,00	GUARANI-MIRIM

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



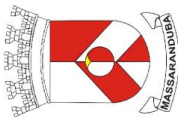
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

022	RUA	ALBERTO HOLTZ	699216,19	705572,90	740,0	698616,82	7055970,10	2,00	10,00	2,00	CENTRO
023	RUA	OTTO BAUER	699576,97	705699,01	1360,0	700546,57	7056049,93	2,00	10,00	2,00	BUTUCA, CENTRO, GUARANI-MIRIM
024	RUA	HARROLD LAFFIN	700224,82 700523,04	7056620,25 7056602,51	672,7 865,6	699927,82 700506,56	7057030,26 7055753,61	2,00 2,00	10,00 10,00	2,00 2,00	BUTUCA, CENTRO, GUARANI-MIRIM
025	RUA	THOMAZ RADWANSKI	700504,60 700815,00	7055758,42 7055468,00	552,0 863,0	700815,00 701658,64	7055468,00 7055434,20	2,00 2,00	10,00 9,00	2,00 2,00	GUARANI-MIRIM
026	RUA	SÃO JOÃO	697861,27	7054197,14	625,0	697921,11	7054812,26		8,00	2,00	CENTRO
027	RUA	ALBERTO RECK	697499,10	7053171,14	1299,0	696619,00	7052910,00	2,00	8,00	2,00	PATRIMÔNIO
028	RUA	WLADYSLAW KAZMIERSKI	698093,66	7055097,74	1000,0	698616,85	7055951,77		8,00	2,00	CENTRO
029	RODOVIA	SC-108	695789,04	7049337,50	12673,1	701414,20	7059493,08	DEINFRA			PATRIMÔNIO, CENTRO, BUTUCA, INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
030	RUA	OSMAR RODE	698308,46	7055133,80	151,9	698390,06	7055261,89	1,50	7,00	1,50	CENTRO
031	RUA	WIELHEM ZECH	697847,97	7054207,69	459,9	697490,47	7054461,68	2,00	10,00	2,00	PATRIMÔNIO
032	RUA	ALFREDO MULLER	700315,90	7056580,93	831,6	699662,75	7055941,86	2,00	12,00	2,00	CENTRO
033	RUA	PROGRESSO	697610,04	7054901,22	351,0	697295,49	7055030,45	2,00	8,00	2,00	PATRIMÔNIO
034	RUA	RODOLFO VOLLES	697871,14	7053119,13	427,2	698289,42	7053061,40	2,00	8,00	2,00	CENTRO
035	RUA	ADALBERTO BAUMGARTEN	698026,20	7053437,99	211,8	698198,10	7053521,51	2,00	8,00	2,00	CENTRO
036	RUA	BENNO RODE	697856,25	7053968,73	260,2	698108,43	7053905,44	1,50	7,00	1,50	CENTRO
037	RUA	BERTHOLD MÜLLER	697860,95	7054546,48	156,9	698016,17	7054524,14	2,00	8,00	2,00	CENTRO
038	RUA	ERVINO SEIFERT	698473,26	7055172,55	207,1	698318,52	7055293,94	2,00	10,00	2,00	CENTRO
039	RUA		699174,31	7055620,85	94,0	699114,70	7055693,81	1,50	7,50	1,50	CENTRO
040	RUA	FREDERICO HOLTZ	699352,40	7055682,79	128,6	699260,45	7055772,64	2,00	10,00	2,00	CENTRO
041	RUA	GUSTAVO JENSEN	699445,46	7055927,05	2273,6	699531,37	7054511,78	1,50	6,00	1,50	CENTRO
042	RUA	ANDRÉ KUBNIK	699729,48	7055738,48	188,2	699864,82	7055674,11	2,00	8,00	2,00	CENTRO
043	RUA	PAULO KLEINE	699787,96	7055974,50	303,0	699574,02	7056189,49	2,00	8,00	2,00	CENTRO
044	RUA	ARCESTE PACKER	699758,14	7056319,93	638,1	700212,47	7055872,17	2,00	8,00	2,00	CENTRO
045	RUA	HELGA GUESSE	700001,85	7056425,01	743,4	700522,87	7055911,02	2,00	8,00	2,00	CENTRO
046	RUA	SANTA CATARINA	700041,50	7056457,21	579,9	700447,52	7056057,08	2,00	8,00	2,00	CENTRO
047	RUA	AUGUSTO LAFFIN	700219,02	7056614,99	1887,8	701702,17	7057533,09	2,00	10,00	2,00	CENTRO, GUARANI-MIRIM, INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
048	RUA	PE. VICENTE STELMASZCZYK	700625,87	7055475,22	461,4	700722,14	7055028,11	2,00	8,00	2,00	GUARANI-MIRIM

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 – Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

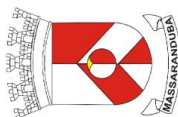
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete



049	RUA	EMIL TRIBESS	699896,20	7057032,00	1534,0	699114,17	7057937,60	2,00	8,00	2,00	BUTUCA
050	RUA	ALBINO SCABURI	699930,45	7056647,78	327,1	700142,14	7056895,87	2,00	12,00	2,00	CENTRO
051	RUA	HEINRICH BRUCH	699716,12	7056857,90	78,5	699775,74	7056908,92	2,00	8,00	2,00	CENTRO
052	RUA	ACASSIO ROBERTO ULLER	699775,74	7056908,92	294,9	700001,18	7056720,27	2,00	8,00	2,00	CENTRO
053	RUA		699986,54	7056592,50	104,0	700062,48	7056662,45	1,50	7,00	1,50	CENTRO
054	RUA		700101,52	7056623,68	54,8	700062,64	7056662,29	1,50	7,00	1,50	CENTRO
055	RUA		699771,04	7056331,45	124,7	699681,53	7056418,21	1,50	7,00	1,50	CENTRO
056	RUA	OSWALD MEYER	698636,73	7055135,97	428,8	699046,56	7055092,75	1,50	7,00	1,50	CENTRO
057	RUA	JOSÉ GALCZINSKI	700054,72	7056942,40	184,6	700170,63	7057085,82	1,50	7,00	1,50	BUTUCA
058	RUA		700170,63	7057085,82	63,6	700217,32	7057043,26	1,50	7,00	1,50	BUTUCA
059	RUA	8 DE MARÇO	700101,91	7056913,82	173,0	700217,08	7057042,99	1,50	7,00	1,50	BUTUCA
060	RUA	HIPÓLITO TARNOWSKI	700509,07	7055742,78	218,7	700589,91	7055892,49	1,50	7,00	2,50	GUARANI-MIRIM
			700589,91	7055892,49	112,7	700624,52	7055999,18	1,50	7,00	1,50	
061	SERVIDÃO	S. 102	694886,61	7053986,64	256,7	695134,61	7053927,90		5,00		CAMPINHA
			694981,11	7053960,17	46,8	694994,80	7054004,96				
062	RUA		700523,12	7055911,00	96,0	700614,91	7055884,73	1,50	7,00	1,50	GUARANI-MIRIM
063	RUA	HENRIQUE KUCHENBECKER	697440,43	7053435,19	534,9	697022,16	7053451,43	2,00	8,00	2,00	PATIMÔNIO
			697022,16	7053451,43	92,0	696999,86	7053357,46	1,50	5,00	1,20	
064	RUA	BATISTA MELCHIORETTO	699754,65	7055714,25	225,2	699916,55	7055557,91	2,00	10,00	2,00	CENTRO
065	RUA	ARNO BRUCH	697492,32	7053097,23	117,3	697607,19	7053073,28	1,50	7,00	1,50	PATIMÔNIO
066	RUA	FELIPE JENSEN	697507,30	7053704,67	583,7	696992,31	7053970,29	1,50	7,00	1,50	PATIMÔNIO
067	RUA	12 DE OUTUBRO	699953,61	7056492,69	367,0	699689,36	7056747,80	2,00	8,00	2,00	CENTRO
068	RUA	25 DE DEZEMBRO	699740,44	7056697,25	97,8	699807,78	7056768,14	1,50	7,00	1,50	CENTRO
069	RUA	DAS MISSÕES	699786,74	7056651,28	98,7	699855,04	7056722,50	1,50	7,00	1,50	CENTRO
070	RUA	ANTÔNIO ILDEMAR RANGHETTI	700097,10	7056838,97	157,6	700207,40	7056726,52	1,50	7,00	1,50	CENTRO
071	RUA	ARTUR VOELZ	697511,03	7054631,53	229,4	697307,09	7054734,01	1,50	7,00	1,50	PATIMÔNIO
072	RUA	ADOLFO CARDOSO	699450,48	7056152,62	651,0	699914,58	7055696,17	1,50	7,00	1,50	CENTRO
								2,00	10,00	2,00	
								1,50	7,00	1,50	
073	RUA	ALFREDO BORCHARDT	700319,38	7056759,76	314,1	700541,58	7056980,62	2,00	8,00	2,00	CENTRO, BUTUCA, INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
074	RUA	9 DE ABRIL	700444,89	7056878,61	284,0	700245,34	7057080,62	1,50	7,00	1,50	BUTUCA, INDUSTRIAL ZEFERINO

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



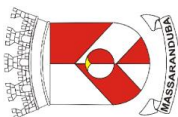
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

075	RUA	LEOPOLDO MANKE	700559,11	7056186,62	303,2	700342,13	7056398,38	1,50	7,00	1,50	KUKLINSKI
076	RUA	24 DE MAIO	699998,05	7056176,37	366,5	700256,96	7055917,74	1,50	7,00	1,50	GUARANI-MIRIM, CENTRO
077	RUA	13 DE OUTUBRO	700379,17	7056054,39	704,2	699940,57	7055520,40	1,50	7,00	1,50	CENTRO
078	RUA	ONOFRE GUESSER	700135,34	7056177,97	80,5	700192,51	7056234,60	1,50	7,00	1,50	CENTRO, GUARANI-MIRIM
079	RUA	ELMO VOLLES	700187,68	7056116,08	202,3	700321,14	7056266,96	1,50	7,00	1,50	CENTRO
080	RUA	DAS INDÚSTRIAS	700430,96	7057470,48	551,8	700696,65	7057947,45	2,00	8,00		INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
081	RUA		700486,13	7057600,74	233,0	700652,19	7057563,84		8,00	2,00	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
082	SERVIDÃO	S. 002 COSTA	698393,01	7054954,28	115,0	698477,16	7054977,48		5,00		CENTRO
083	RUA	JOSÉ JESUÍNO CORREIA	701258,43	7058658,65	875,3	700666,10	7058040,58		8,00	2,00	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
084	RUA	VICENTE ZANOTTI	700694,76	7058014,29	314,0	700465,64	7058229,93	2,00	10,00	2,00	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
085	RUA	JOSÉ LOUBAVSKY	701561,98	7059019,01	861,2	701263,21	7058646,83	1,50	7,00	1,50	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
086	RUA	ROGÉRIO ANTÔNIO TASSI	699901,74	7057498,58	518,0	699646,72	7057939,54	1,50	7,00	1,50	BUTUCA
087	RUA	GUARAMIRIM	701554,70	7058990,03	1447,9	701114,75	7057744,51	1,50	7,00	1,50	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
088	RUA	KASIMIRO WENK	701076,26	7058494,69	200,0	700931,06	7058632,23	2,00	12,00	2,00	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
089	RUA		691686,40	7056021,76	950,0	690820,41	7056240,86	1,50	7,00	1,50	BENJAMIN CONSTANT
090	RUA	IGNÁCIO KAZMIERSKI	692887,58	7056648,88	3290,2	693393,88	7053457,25	2,00	10,00	2,00	BENJAMIN CONSTANT, BRAÇO DO NORTE
091	RUA	THEOPHILO BRYCH	691717,89	7055678,53	203,0	691908,22	7055599,75	1,00	4,00	1,00	BENJAMIN CONSTANT
092	RUA		691809,90	7055639,80	65,0	691830,00	7055597,00	1,00	4,00	1,00	BENJAMIN CONSTANT
093	RUA		691853,70	7055619,20	102,0	691908,60	7055558,60	1,00	4,00	1,00	BENJAMIN CONSTANT
094	RUA	EXP. LADISLAU LEWANDOWSKI	691849,06	7054196,08	1843,1	693417,60	7053461,00	1,50	7,00	1,50	BENJAMIN CONSTANT
095	RUA	BENJAMIN CONSTANT	691632,25	7056678,83	3324,7	691619,22	7053418,38	2,00	10,00	2,00	BENJAMIN CONSTANT
096	RUA	ADÉRCIO GIRARDI	692885,75	7056642,42	1369,6	691632,25	7056678,83	2,00	10,00	2,00	BENJAMIN CONSTANT
097	RUA	EXP. BENJAMIN BERRI	694187,16	7057261,19	1565,8	692885,75	7056642,42	2,00	10,00	2,00	BENJAMIN CONSTANT
098	RUA	ÂNGELA STOLF	695072,07	7056170,75	946,6	695012,69	7055270,69	2,00	10,00	2,00	CAMPINHA
099	RUA	FELIPPE BERNDT	695575,49	7055991,66	1060,7	695013,28	7055271,36	2,00	8,00	2,00	CAMPINHA
100	RUA	PATRIMÔNIO II	697713,57	7055108,18	3493,0	695818,25	7055904,91	2,00	10,00	2,00	CAMPINHA, PATRIMÔNIO, PATRIMÔNIO II
101	RUA	CARLOS GUTKNECHT	696856,35	7055352,14	913,0	696280,92	7054829,96	1,50	7,00	1,50	CAMPINHA
102	SERVIDÃO	S. 004	700969,74	7054360,28	106,0	700865,12	7054372,26		5,00		GUARANI-MIRIM

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

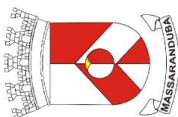


103	SERVIDÃO	S. 005 RUDOLFO RIETTER	700964,69	7054266,72	75,0	700909,65	7054316,28	5,00			GUARANI-MIRIM
104	RUA		699754,50	7053158,10	289,0	699718,00	7052896,80	1,50	7,00	1,50	GUARANI-MIRIM
105	RUA	RICARDO GRAEBNER	697546,30	7051398,37	975,0	698197,99	7051072,07	1,50	7,00	1,50	CENTRO
106	RUA		697518,50	7051481,70	213,0	697610,20	7051657,90	1,50	7,00	1,50	CENTRO
107	RUA	RIBEIRÃO HUMBERTO	691837,61	7054298,43	3086,0	688955,80	7054023,90	1,50	7,00	1,50	BENJAMIN CONSTANT, RIBEIRÃO HUMBERTO
108	RUA		697543,40	7051588,70	132,0	697667,90	7051547,30	1,50	6,00	1,50	CENTRO
109	RUA		697542,58	7054074,51	98,0	697638,42	7054059,40	1,50	7,00	1,50	PATRIMONIO
110	RUA	AMELIA BRUCHEIMER BRAMORSKI	698886,59	7055375,20	190,0	699042,72	7055353,07	1,50	7,00	1,50	CENTRO
111	RUA	WILLY BRUCH	699792,72	7057420,27	225,0	699716,81	7057275,25	1,25	5,00	1,25	BUTUCA
112	RUA	HILÁRIO GOLEMBIEWSKI	701062,01	7054410,15	432,0	701402,21	7054426,64	2,00	10,00	2,00	GUARANI-MIRIM
113	SERVIDÃO	S. 101	697644,00	7051868,00	162,5	697802,99	7051832,35	5,90			CENTRO
114	RUA		701194,26	7054422,44	97,0	701263,92	7054490,78	1,25	5,00	1,25	GUARANI-MIRIM
115	RUA		698970,95	7055313,66	243,0	699061,20	7055167,11	1,25	5,00	1,25	CENTRO
116	RUA	WALLY FISCHER SASSE	697684,78	7052171,22	260,0	697879,64	7052075,01	1,25	5,00	1,25	CENTRO
117	RUA		698602,13	7055319,36	240,0	698363,80	7055355,72	2,00	10,00	2,00	CENTRO
118	RUA	VEREADOR ALOIS KOSLOPP	700959,97	7054394,73	145,0	700822,20	7054437,83	1,50	7,00	1,50	GUARANI-MIRIM
119	RUA		695623,12	7055969,36	170,0	695695,97	7056120,46	1,50	7,00	1,50	CAMPINHA
120	RUA	PAULO KUCZKOWSKI	692395,69	7053970,27	210,0	692377,36	7053770,80	1,50	7,00	1,50	BENJAMIN CONSTANT
121	RUA	FRANZ MORSCH	697086,10	7056552,60	1596,0	697182,10	7058056,80	1,50	7,00	1,50	PATRIMONIO II
122	SERVIDÃO	S. 006	700943,95	7054242,04	120,0	700855,54	7054323,82	5,00			GUARANI-MIRIM
123	BECO	PALMEIRAS	699596,38	7055787,37	70,0	699651,10	7055744,19	3,50	1,50		CENTRO
124	SERVIDÃO	S. 008	698080,31	7053746,60	335,0	698262,32	7053524,54	5,00			CENTRO
125	SERVIDÃO	S. 009	698113,20	7053929,72	83,0	698157,39	7053861,09	5,00			CENTRO
126	SERVIDÃO	S. 010 RECIFE	698386,82	7054700,32	84,0	698304,60	7054708,09	5,00			CENTRO
127	SERVIDÃO	S. 011 ROWEDER	698502,70	7054894,92	111,0	698611,80	7054871,88	5,00			CENTRO
128	BECO	JÚLIO CÍSZ	700484,24	7055546,03	140,2	700435,99	7055584,47	3,50	1,50		GUARANI-MIRIM
129	SERVIDÃO	S. 014 CABO GIRLEI LOPES	700015,71	7056749,64	45,0	699981,78	7056777,53	5,00			CENTRO
130	SERVIDÃO	S. 015 CORRÊA	699729,48	7055738,48	81,0	699674,08	7055680,00	9,00			CENTRO
131	SERVIDÃO	S. 018	700652,03	7055277,55	147,0	700573,02	7055175,08	10,00			GUARANI-MIRIM

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

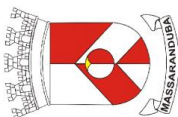


132	SERVIÇÃO S. 019	697058,06	7053331,86	93,0	697092,14	7053418,98	8,00	PATRIMÔNIO
133	SERVIÇÃO S. 020	699795,57	7056779,98	92,0	699862,26	7056842,74	5,00	CENTRO
134	SERVIÇÃO S. 023	699791,52	7055577,76	73,0	699842,26	7055630,96	10,00	CENTRO
135	RUA WILLY KRAMBECK	698070,07	7053692,92	116,0	698158,28	7053627,04	1,50	CENTRO
136	SERVIÇÃO S. 025	698117,65	7053679,65	198,0	698087,14	7053489,22	5,00	CENTRO
137	RUA EDMUNDO LUBAWSKI	700793,33	7057942,43	136,0	700710,78	7057834,47	1,50	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
138	SERVIÇÃO S. 027	698839,46	7056738,55	97,0	699906,14	7056808,42	5,00	CENTRO
139	SERVIÇÃO S. 028	698975,87	7055578,04	109,0	699079,58	7055544,25	5,00	CENTRO
140	SERVIÇÃO S. 029	700680,12	7055226,04	67,0	700716,41	7055263,02	5,00	GUARANI-MIRIM
141	SERVIÇÃO S. 030 BEIRA RIO	700686,14	7055120,47	210,0	700643,24	7055119,80	10,00	GUARANI-MIRIM
142	BECO	699790,78	7055577,76	103,0	699860,90	7055501,52	5,00	CENTRO
143	SERVIÇÃO S. 032	700782,43	7055183,62	185,0	700916,77	7055056,05	5,00	GUARANI-MIRIM
144	SERVIÇÃO S. 033 ERICH MORSCH	698472,29	7054737,47	62,0	698444,16	7054681,18	10,00	CENTRO
145	SERVIÇÃO S. 034 WILLY VOLLES	697995,61	7053311,90	131,0	697868,23	7053342,98	7,00	CENTRO
146	SERVIÇÃO S. 036	699865,21	7055673,62	40,0	699891,78	7055643,96	5,00	CENTRO
147	RUA	697453,82	7052993,79	126,0	697342,18	7053052,32	1,50	PATRIMÔNIO
		697342,18	7053052,32	251,5	697150,45	7053143,77	2,00	
148	SERVIÇÃO S. 042	692383,29	7056492,41	95,0	692364,15	7056399,65	5,00	BENJAMIN CONSTANT
149	SERVIÇÃO S. 052	698122,75	7053980,22	40,0	698082,29	7053984,75	6,00	CENTRO
150	SERVIÇÃO S. 053	697333,32	7053229,17	88,0	697299,60	7053147,29	8,00	PATRIMÔNIO
151	SERVIÇÃO S. 054	698975,87	7055578,04	50,0	698928,28	7055596,02	6,27	CENTRO
152	SERVIÇÃO S. 056	698167,88	7054311,18	75,0	698242,19	7054302,62	10,00	CENTRO
153	SERVIÇÃO S. 057	697750,72	7052749,77	145,0	697607,96	7052778,42	7,00	PATRIMÔNIO
154	SERVIÇÃO S. 058	700155,84	7055811,76	157,0	700043,66	7055922,05	10,00	CENTRO
155	RUA PEDRO SAFANELLI	701399,41	7055443,31	227,0	701422,51	7055245,37	1,50	GUARANI-MIRIM
156	SERVIÇÃO S. 060	698100,19	7055088,94	52,0	698072,91	7055044,34	5,00	CENTRO
157	SERVIÇÃO S. 061 ARNELINDA BERRI CONZATTI	692006,03	7056620,50	336,0	692129,27	7056917,14	5,00	BENJAMIN CONSTANT
158	SERVIÇÃO S. 062	691649,46	7056421,08	103,0	691554,19	7056462,43	5,00	BENJAMIN CONSTANT
159	SERVIÇÃO S. 063	697572,72	7053080,47	54,0	697563,15	7053027,04	5,00	PATRIMÔNIO
160	SERVIÇÃO S. 065 CABO DIONÍSIO MONDINI	700093,87	7056834,66	47,0	700052,34	7056868,91	7,00	CENTRO

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

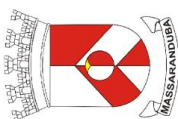


161	SERVIDÃO	S. 066	APÓSTOLO SÃO LUCAS	699689,36	7056747,80	33,0	699714,22	7056770,73	5,00	CENTRO
162	SERVIDÃO	S. 067		697500,79	7052915,14	28,0	697498,36	7052886,49	5,00	PATIMÔNIO
163	RUA			697045,80	7050947,40	141,0	696980,21	7051071,96	5,21	PATIMÔNIO
164	SERVIDÃO	S. 069		698665,63	7055221,75	52,0	698716,45	7055209,69	6,00	CENTRO
165	SERVIDÃO	S. 070		691695,58	7055920,59	369,0	692035,66	7055818,37	5,00	BENJAMIN CONSTANT
166	SERVIDÃO	S. 071	OSCAR HOCHSPRUNG	696639,21	7055472,13	63,0	696592,82	7055429,18	7,42	CAMPINHA
167	SERVIDÃO	S. 072	GEROLD HOCHSPRUNG	696688,04	7055423,30	86,0	696630,10	7055386,43	5,00	CAMPINHA
168	SERVIDÃO	S. 073		700917,62	7054195,98	86,0	700853,70	7054253,64	5,00	GUARANI-MIRIM
169	SERVIDÃO	S. 074		699714,39	7056953,31	66,0	699672,14	7057004,78	5,00	BUTUCA
170	SERVIDÃO	S. 098		699294,30	7055620,11	578,0	699605,30	7055593,21	10,00	CENTRO
171	SERVIDÃO	S. 076		700116,73	7056475,48	31,0	700139,90	7056497,47	5,00	CENTRO
172	SERVIDÃO	S. 077	VASCO DA GAMA	697427,43	7055233,76	91,0	697476,98	7055310,40	5,00	PATIMÔNIO
173	SERVIDÃO	S. 078		700422,08	7056324,42	102,0	700493,21	7056294,37	5,00	GUARANI-MIRIM
174	SERVIDÃO	S. 079		700362,21	7056381,32	41,0	700391,34	7056402,91	5,00	GUARANI-MIRIM
175	SERVIDÃO	S. 080	FRIEDA DELLING	696014,53	7055902,85	243,0	695970,27	7055663,79	5,00	CAMPINHA
176	SERVIDÃO	S. 081		700562,76	7056113,01	78,0	700638,01	7056091,85	8,00	GUARANI-MIRIM
177	SERVIDÃO	S. 082		697291,42	7052428,22	82,0	697213,76	7052450,25	5,00	PATIMÔNIO
178	SERVIDÃO	S. 083		696556,91	7055563,81	165,0	696655,57	7055587,78	5,00	CAMPINHA
179	SERVIDÃO	S. 084		697460,43	7053349,62	183,0	697632,57	7053285,61	6,00	PATIMÔNIO
180	SERVIDÃO	S. 085		698035,11	7053495,53	50,0	697985,66	7053503,22	5,01	CENTRO
181	SERVIDÃO	S. 086		697865,80	7053468,91	94,0	697956,12	7053441,55	5,00	CENTRO
182	SERVIDÃO	S. 087		696904,78	7053398,99	56,0	696893,93	7053343,25	5,00	PATIMÔNIO
183	SERVIDÃO	S. 099		696679,56	7055855,29	95,0	696746,87	7055788,03	5,00	CENTRO
184	SERVIDÃO	S. 089	CARL BONOW	695445,21	7056056,01	360,0	695696,70	7056123,13	6,00	CAMPINHA
185	SERVIDÃO	S. 090		699766,46	7056212,13	40,0	699737,85	7056240,10	5,00	CENTRO
186	SERVIDÃO	S. 091		698858,61	7055364,41	45,0	698835,02	7055402,75	9,65	CENTRO
187	SERVIDÃO	S. 092		697930,06	7054601,51	20,0	697948,49	7054592,84	4,60	CENTRO
188	SERVIDÃO	S. 093		698406,72	7054993,73	35,0	698372,69	7055002,19	5,00	CENTRO
189	SERVIDÃO	S. 094		698894,86	7057402,63	101,0	699971,00	7057363,00	5,00	BUTUCA
190	SERVIDÃO	S. 095		698897,57	7057432,29	27,0	699871,51	7057441,14	3,00	BUTUCA

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

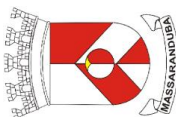


191	SERVIDÃO	S. 096	700726,49	7054702,10	61,0	700668,94	7054679,82	3,50	GUARANI-MIRIM
192	SERVIDÃO	S. 097 WALTER MÜLLER	698861,32	7056314,89	96,0	698931,20	7056247,94	5,00	CENTRO
193	ESTRADA	BEIRA RIO	701535,50	7059296,80	1459,0	702701,40	7060166,80	10,00	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI, MASSARANDUBA BAIXO
194	ESTRADA		694186,25	7057269,52	4994,0	691630,57	7056683,59	10,00	CAMPINHA, RIBEIRÃO WILDE, RIBEIRÃO GUSTAVO, RIBEIRÃO IRMA, BENJAMIN CONSTANT
195	ESTRADA	RIBEIRÃO WILDE	693947,24	7057707,94	7868,0	696896,32	7063630,49	10,00	RIBEIRÃO WILDE
196	ESTRADA		697083,66	7062935,61	138,0	697221,39	7062925,12	10,00	RIBEIRÃO WILDE
197	ESTRADA	FUNDOS WAGNER	697385,32	7063699,31	3108,0	694559,62	7063449,42	10,00	RIBEIRÃO WILDE
198	ESTRADA	RIBEIRÃO FRIEDA	693253,87	7058627,56	2170,0	693342,00	7061115,00	10,00	RIBEIRÃO GUSTAVO
199	ESTRADA	RIO MOLHA	692945,35	7058552,04	5284,0	692050,57	7062979,02	10,00	RIBEIRÃO GUSTAVO
200	ESTRADA	ARTUR VÖLZ	692591,00	7058980,00	2233,0	690903,00	7059026,00	10,00	RIBEIRÃO GUSTAVO
201	SERVIDÃO	S. 103	700234,27	7056050,11	28,0	700213,16	7056030,68	5,00	CENTRO
202	TIFA		691924,42	7061760,82	727,0	691291,77	7061565,49	5,00	RIBEIRÃO GUSTAVO
203	ESTRADA	RIBEIRÃO IRMA	691429,36	7057591,85	3658,0	688170,72	7057540,34	10,00	RIBEIRÃO IRMA
204	ESTRADA	VEREADOR ALBRECHT KRANCKE	691619,22	7053418,38	4731,0	689215,50	7050182,80	10,00	BENJAMIN CONSTANT, TREZE DE MAIO
205	ESTRADA	STOINSKI	691625,95	7053433,75	3465,0	691782,77	7050952,59	10,00	BENJAMIN CONSTANT, TREZE DE MAIO
206	ESTRADA	13 DE MAIO	695897,04	7049523,70	11300,0	688154,51	7049491,98	10,00	TREZE DE MAIO
207	ESTRADA	ADOLFO KRAUSE	695375,07	7049627,89	164,0	695263,53	7049510,06	10,00	TREZE DE MAIO
208	ESTRADA	EGON KARDAUKE	695043,91	7049928,72	3980,0	694422,56	7051719,39	10,00	TREZE DE MAIO, PATRIMÔNIO
209	ESTRADA	NARGOSKI	695381,34	7049650,56	1510,0	696008,64	7050873,17	10,00	TREZE DE MAIO, PATRIMÔNIO
210	ESTRADA	DOS CARROCEIROS	693876,55	7050498,57	2493,0	692624,19	7051851,04	10,00	TREZE DE MAIO, BRAÇO DO NORTE
211	TIFA	GOLINSKI	693375,35	7051444,11	753,0	693439,19	7052086,92	5,00	TREZE DE MAIO
212	ESTRADA	KEMPCZYNSKI	691957,40	7051062,30	992,0	691472,10	7051685,60	10,00	TREZE DE MAIO, BENJAMIN CONSTANT
213	TIFA	TOMBACK	695852,80	7049554,80	532,0	696131,20	7049985,20	5,00	TREZE DE MAIO, PATRIMÔNIO
214	ESTRADA	JOÃO OLOS	693417,60	7053461,00	3141,0	691957,87	7051029,58	10,00	BRAÇO DO NORTE, TREZE DE MAIO

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

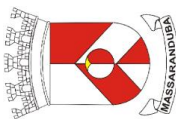


215	ESTRADA	JOSÉ KASIRSKI	693417,60	7053461,00	1302,0	694661,86	7053611,66	10,00	BRAÇO DO NORTE
216	ESTRADA	FRANCISCO KULLING	694661,86	7053611,66	3307,0	694279,68	7050760,38	10,00	BRAÇO DO NORTE, TREZE DE MAIO
217	ESTRADA		698165,00	7056939,30	948,0	698860,60	7057561,10	10,00	FUNDO SUECO
218	ESTRADA	FUNDO SUECO	698624,27	7055982,13	3680,0	698081,49	7059379,24	10,00	FUNDO SUECO, CENTRO
219	TIFA	MOHR	698448,87	7056663,79	626,0	697997,97	7056228,12	5,00	FUNDO SUECO
220	ESTRADA	HERMANN WACHHOLZ	698186,50	7056917,64	977,0	697519,19	7056256,72	10,00	FUNDO SUECO
221	ESTRADA	JOSÉ HILBERT	698447,70	7056664,92	811,0	698918,24	7057289,52	10,00	FUNDO SUECO
222	ESTRADA	SARDAGNA	698094,00	7059329,20	1546,0	699485,00	7059527,20	10,00	FUNDO SUECO
223	ESTRADA	1° BRAÇO DO NORTE	704860,35	7056177,60	14380,0	702183,38	7044508,18	10,00	ALTO GUARANI-AÇÚ, SÃO PAULINHO, PRIMEIRO BRAÇO, SÃO JOSÉ
224	TIFA		704853,43	7055274,95	540,0	705104,83	7054868,09	5,00	SÃO PAULINHO
225	TIFA	DERETTI	704604,20	7054442,00	471,0	704392,79	7054091,64	5,00	SÃO PAULINHO
226	TIFA		704610,27	7052001,33	84,0	704526,40	7052000,68	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
227	TIFA		704477,21	7051510,31	211,0	704273,37	7051554,38	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
228	TIFA	RANGHETTI	704624,50	7052175,10	369,0	704396,42	7052386,82	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
229	TIFA	VEGINI	704716,90	7052568,30	273,0	704468,63	7052529,89	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
230	TIFA	SÃO BRÁS	704607,91	7052060,36	188,0	704771,79	7052035,06	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
231	TIFA	ZINNER	703642,87	7045826,22	735,0	704256,86	7045877,14	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
232	TIFA	GUESSER	704090,55	7047811,28	864,0	704806,23	7047450,08	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
233	TIFA		704436,19	7051401,82	220,0	704219,99	7051419,85	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
234	TIFA		704431,50	7051364,60	228,0	704655,40	7051334,68	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
235	TIFA		704429,64	7051288,34	178,0	704264,83	7051257,62	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
236	TIFA		704433,78	7050932,83	273,0	704282,01	7050935,94	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
237	TIFA		704400,20	7050482,30	165,0	704251,22	7050535,90	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
238	TIFA		704238,01	7050063,85	271,0	704016,13	7049932,14	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
239	TIFA		703634,79	7047238,16	144,0	703503,41	7047285,29	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
240	TIFA		703474,32	7046869,33	195,0	703304,43	7046958,95	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
241	TIFA		703343,42	7046564,75	77,0	703267,18	7046566,68	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
242	ESTRADA		704346,90	7049773,50	282,0	704439,00	7049621,90	10,00	PRIMEIRO BRAÇO

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

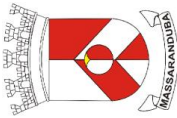


243	TIFA	704220,00	7048655,50	175,0	704047,00	7048628,40	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
244	TIFA	704094,00	7048350,60	260,0	703923,90	7048427,40	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
245	TIFA	703932,30	7047741,30	236,0	703787,20	7047788,00	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
246	TIFA	703634,00	7047258,20	798,0	704276,60	7046993,50	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
247	TIFA	704097,00	7048244,60	540,0	703611,84	7048076,02	5,00	PRIMEIRO BRAÇO
248	ESTRADA	704106,19	7048092,10	1322,0	705027,70	7048054,00	10,00	PRIMEIRO BRAÇO
249	ESTRADA	704355,17	7049450,33	2921,0	702107,20	7049693,24	10,00	PRIMEIRO BRAÇO
250	ESTRADA	704741,52	7052999,75	5292,0	708735,66	7053410,10	10,00	SÃO PAULINHO, MASSARANDUBINHA
251	TIFA	706097,79	7053817,27	693,0	705929,46	7053438,02	5,00	SÃO PAULINHO, MASSARANDUBINHA
252	TIFA	707952,10	7053079,79	317,0	707847,76	7052793,48	5,00	MASSARANDUBINHA
253	ESTRADA	708958,10	7054419,60	1017,0	707943,90	7054376,20	10,00	MASSARANDUBINHA
254	ESTRADA	708989,70	7054686,30	940,0	708104,80	7054845,80	10,00	MASSARANDUBINHA
255	ESTRADA	695956,10	7053013,10	9913,0	700529,80	7045006,50	10,00	ALTO GUARANI-MIRIM, SETE DE JANEIRO, SEGUNDO BRAÇO, BRAÇO DIREITO
256	TIFA	700713,99	7051119,10	421,0	700978,78	7051534,41	5,00	SEGUNDO BRAÇO
257	ESTRADA	700419,33	7050257,71	1428,0	700658,55	7051522,91	10,00	SEGUNDO BRAÇO
258	ESTRADA	701983,56	7044599,58	7149,0	699482,91	7039856,26	10,00	BRAÇO DIREITO, BRAÇO SECO
259	ESTRADA	700551,99	7044993,48	4866,0	697128,61	7042356,22	10,00	BRAÇO DIREITO, BRAÇO COSTA, SANTA LUZIA
260	ESTRADA	696840,25	7041476,42	5492,0	694101,57	7038741,89	10,00	RIO BONITO
261	ESTRADA	697457,91	7044968,16	3911,0	696840,24	7041476,51	10,00	TERCEIRO BRAÇO, SANTA LUZIA, RIO BONITO
262	RODOVIA	693970,42	7043473,03	11520,0	703840,16	7043687,06	DEINFRA	TERCEIRO BRAÇO, BRAÇO DIREITO, SÃO JOSÉ
263	ESTRADA	696882,16	7050838,43	7215,0	698805,35	7045305,25	10,00	CENTRO, SETE DE JANEIRO, BRAÇO DIREITO
264	ESTRADA	708090,32	7058801,19	2319,0	707168,90	7057212,37	10,00	LINHA TELEGRÁFICA, GUARANI-AÇU
265	ESTRADA	706605,66	7059157,60	3993,0	709109,74	7061042,20	10,00	GUARANI-AÇU

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

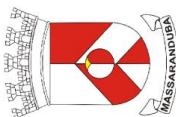


266	ESTRADA	BRUHNS	706715,00	7059568,00	2600,0	706732,39	7061928,25	10,00	GUARANI-AÇÚ
267	ESTRADA	ALTO GUARANI-AÇÚ	706203,52	7059257,82	3631,0	704860,29	7056177,71	10,00	GUARANI-AÇÚ, ALTO GUARANI-AÇÚ
268	ESTRADA	HACK	705373,32	7057405,13	1950,0	707099,65	7057317,90	10,00	ALTO GUARANI-AÇÚ, LINHA TELEGRÁFICA
269	ESTRADA	LINHA TELEGRÁFICA	706588,12	7059157,49	5400,0	709621,31	7056549,11	10,00	LINHA TELEGRÁFICA, MASSARANDUBINHA
270	ESTRADA	NOLLI	707274,47	7056859,07	1134,0	707063,19	7056036,49	10,00	LINHA TELEGRÁFICA
271	ESTRADA	BRAÇO DO LIMÃO	705019,00	7049241,61	2493,0	706821,94	7048133,52	10,00	BRAÇO ALBERTO
272	ESTRADA	MARKIEWICZ	706369,10	7050348,59	2691,0	705787,90	7048555,22	10,00	BRAÇO ALBERTO
273	ESTRADA	RENKAWIESKI	712179,96	7058500,69	1509,0	713288,12	7059321,85	10,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
274	ESTRADA	MORRO DO OURO	701658,64	7055434,20	1847,0	703083,50	7055162,60	10,00	GUARANI-MIRIM, ALTO GUARANI-MIRIM
275	ESTRADA	FERNANDO MARQUARDT	696677,14	7053191,01	1683,0	695748,03	7053085,99	10,00	PATRIMÔNIO
276	TIFA	LUCHETTA	701947,10	7044519,60	599,0	701457,66	7044725,25	5,00	BRAÇO DIREITO
277	TIFA	BETTONI	701947,83	7044522,89	636,0	702503,69	7044315,48	5,00	BRAÇO DIREITO, BRAÇO SECO, SÃO JOSÉ
278	ESTRADA	NOSSA SENHORA APARECIDA	700355,21	7044987,66	3037,0	697604,79	7044906,50	10,00	BRAÇO DIREITO
279	ESTRADA	RODOLFO FRANCISCO DE SOUZA FILHO "DUDA"	696840,24	7041476,50	3043,0	695114,22	7040101,49	10,00	RIO BONITO
280	ESTRADA	MARTINA	696836,87	7041316,79	1110,0	696955,93	7040360,96	10,00	RIO BONITO
281	ESTRADA	GENOIN	694758,64	7040067,89	2988,0	695727,49	7038601,55	10,00	RIO BONITO
282	ESTRADA	ALWIN MULLER	694863,79	7040972,74	1278,0	694443,70	7041689,00	10,00	RIO BONITO
283	ESTRADA	GOLDACKER	694843,78	7040634,62	1610,0	693505,70	7040119,63	10,00	RIO BONITO
284	ESTRADA	SCABURI	701590,33	7043380,33	1021,0	701875,53	7042659,67	10,00	BRAÇO SECO
285	ESTRADA	ERWIN JURK	694648,70	7043763,90	1581,0	694796,50	7045072,30	10,00	TERCEIRO BRAÇO
286	ESTRADA	RIO GRANDE	697166,87	7050075,50	2713,0	696179,71	7048073,20	10,00	SETE DE JANEIRO, TERCEIRO BRAÇO
287	ESTRADA	BRACINHO	697968,16	7047626,54	3886,0	697150,70	7044957,75	10,00	TERCEIRO BRAÇO, SETE DE JANEIRO
288	ESTRADA	GABIROBA	697127,72	7042043,85	2860,0	699217,61	7041082,35	10,00	BRAÇO SECO, RIO BONITO
289	ESTRADA	DIX	695446,90	7043951,18	1397,0	694869,44	7043027,20	10,00	TERCEIRO BRAÇO
290	ESTRADA	BRAÇO ALBERTO	704317,91	7049109,97	4229,0	707290,70	7051165,84	10,00	PRIMEIRO BRAÇO, BRAÇO

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

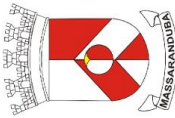


291	ESTRADA	MASSARANDUBINHA	709723,11	705799,15	6309,0	708839,71	705226,183				10,00	GUARANI-AÇU MASSARANDUBINHA
292	TIFA	ANTONIO DERETTI	710404,30	7056139,70	691,0	710557,40	7055499,40				5,00	MASSARANDUBINHA
293	ESTRADA	JOSÉ BESEN	709976,97	7054710,29	1856,0	711651,87	7054640,83				10,00	MASSARANDUBINHA
294	ESTRADA		711009,41	7054731,58	1152,0	711602,11	7053811,42				10,00	MASSARANDUBINHA
295	ESTRADA	ALTO FRAYMANN	711561,27	7052728,39	1435,0	711535,03	7051544,39				10,00	ALTO FRAYMANN
296	ESTRADA	SÃO MIGUEL	708839,71	7052261,83	1970,0	708280,02	7050575,33				10,00	SÃO MIGUEL
297	TIFA	IRENEU BESEN	709004,60	7054711,20	194,0	709185,60	7054674,50				5,00	MASSARANDUBINHA
298	TIFA		710944,10	7057670,70	372,0	710862,12	7057325,06				5,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
299	ESTRADA		710775,30	7057751,30	494,0	711163,90	7057806,00				10,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
300	TIFA	PETRY	708837,30	7052266,40	557,0	709090,10	7051875,50				5,00	MASSARANDUBINHA, SÃO MIGUEL
301	ESTRADA	KAMMER	708765,37	7051314,52	1884,0	709954,06	7051684,15				10,00	SÃO MIGUEL
302	ESTRADA	SCHERER	708547,35	7050890,42	2270,0	710111,37	7050179,33				10,00	SÃO MIGUEL
303	ESTRADA	FAUTH	708967,40	7058825,60	351,0	709239,10	7058775,20				10,00	GUARANI-AÇU
304	ESTRADA	PAULI	712709,75	7055950,59	1488,0	712702,87	7054542,03				10,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
305	ESTRADA	RIBEIRÃO DA LAGOA	712246,64	7057444,04	509,0	712028,78	7057746,93				10,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
306	ESTRADA	DOM BOSCO	712049,58	7057741,07	295,0	712124,71	7058024,70				10,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
307	ESTRADA	GUAMIRANGA	712297,53	7057616,98	2887,0	711931,15	7060171,15				10,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
308	ESTRADA	KREUTZFELD	712181,90	7057674,20	112,0	712259,38	7057750,02				10,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
309	ESTRADA	GONÇALVES	712113,81	7059743,36	1094,0	712937,17	7060247,57				10,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
310	TIFA	SOUZA	712179,80	7058499,67	404,0	711839,12	7058568,41				10,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
311	ESTRADA	SLOMECKI	711501,85	7057826,40	1828,0	710677,62	7059001,58				10,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
312	TIFA		711350,26	7058398,82	270,0	711585,83	7058480,40				10,00	RIBEIRÃO DA LAGOA, GUARANI- AÇU
313	ESTRADA	INDAIAL	712066,26	7059124,03	2935,0	709714,36	7060040,23				10,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
314	ESTRADA	SANTO ANTÔNIO	712311,98	7057594,64	889,0	713189,22	7057543,58				10,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
315	ESTRADA	KEMPSKI	713176,93	7057544,80	1988,0	713356,40	7055766,44				10,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
316	ESTRADA	JAGIELLO	702310,02	7057892,12	1012,0	703080,08	7057432,08				10,00	MASSARANDUBA BAIXO
317	TIFA	JOSÉ PLOCHARSKI	702671,32	7057510,05	662,0	702268,64	7057023,47				5,00	MASSARANDUBA BAIXO

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

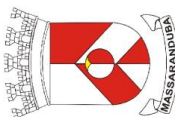


318	ESTRADA	706587,50	7059142,80	573,0	707096,40	7059179,70	10,00	GUARANI-AÇÚ
319	TIFA	706910,10	7059058,20	444,0	706855,80	7058694,90	5,00	GUARANI-AÇÚ
320	ESTRADA	705112,78	7059600,10	1912,0	704352,31	7061248,57	10,00	MASSARANDUBA BAIXO
321	TIFA	704626,10	7059710,30	393,0	704587,30	7060052,80	5,00	MASSARANDUBA BAIXO
322	TIFA	703970,23	7059541,62	389,0	703900,82	7059900,74	10,00	MASSARANDUBA BAIXO
323	ESTRADA	701655,86	7055433,25	424,0	701812,60	7055067,14	10,00	GUARANI-MIRIM
324	ESTRADA	701625,88	7055434,61	3723,0	702749,92	7057427,39	10,00	GUARANI-MIRIM
325	ESTRADA	699377,79	7051228,93	922,0	699148,63	7050570,46	10,00	ALTO GUARANI-MIRIM, SETE DE JANEIRO
326	RODOVIA SC-415	700725,30	7057974,56	16449,0	713561,57	7055788,24	DEINFRA	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI, MASSARANDUBA BAIXO, GUARANI-AÇÚ, RIBEIRÃO DA LAGOA
327	TIFA	705394,17	7059482,10	726,0	705084,83	7058832,73	5,00	GUARANI-AÇÚ
328	ESTRADA	703586,24	7059416,90	1000,0	704194,57	7059599,02	10,00	MASSARANDUBA BAIXO
329	ESTRADA	703812,07	7059152,79	928,0	703866,06	7058399,33	10,00	MASSARANDUBA BAIXO
330	ESTRADA	702238,77	7053741,79	5296,0	702107,50	7049693,80	10,00	ALTO GUARANI-MIRIM, PRIMEIRO BRAÇO
331	ESTRADA	698338,92	7055522,67	598,0	697749,40	7055620,20	10,00	FUNDO SUECO
332	TIFA	712927,00	7057567,00	534,0	712781,50	7057127,50	5,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
333	TIFA	711504,20	7057822,70	465,0	711493,90	7057406,70	5,00	RIBEIRÃO DA LAGOA
334	TIFA	689625,40	7057424,70	285,0	689696,80	7057608,30	5,00	RIBEIRÃO IRMA
335	TIFA	688643,30	7057469,30	296,0	688891,80	7057615,30	5,00	RIBEIRÃO IRMA
336	ESTRADA	688968,00	7054027,00	3544,0	687791,90	7052215,00	5,00	RIBEIRÃO HUMBERTO, TREZE DE MAIO
337	ESTRADA	697776,00	7049605,00	1225,0	698523,00	7049480,00	10,00	SETE DE JANEIRO
338	ESTRADA	709681,90	7055038,90	628,0	709083,40	7054902,90	10,00	MASSARANDUBINHA
339	TIFA	696454,00	7053535,10	443,0	696345,70	7053907,70	5,00	PATRIMÔNIO
340	ESTRADA	699596,60	7053018,40	4317,0	697576,70	7049723,30	10,00	ALTO GUARANI-MIRIM, SETE DE JANEIRO
341	TIFA	702415,43	7054078,77	667,0	702728,06	7053643,68	5,00	ALTO GUARANI-MIRIM
342	ESTRADA	702124,70	7053945,20	10,0	701744,80	7053092,70	10,00	ALTO GUARANI-MIRIM

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

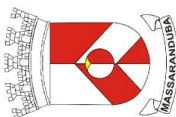


343	ESTRADA	PICCINI	703572,10	7049426,30	4162,0	700371,55	7047971,02	10,00	PRIMEIRO BRAÇO, SEGUNDO BRAÇO
344	ESTRADA	FRANCENER	710218,70	7054152,10	1589,0	709882,10	7052799,90	10,00	MASSARANDUBINHA
345	ESTRADA	VAL TER RIBACH	697293,66	7051972,88	1715,0	696401,40	7051579,20	10,00	PATIMÔNIO
346	ESTRADA		695470,06	7038897,57	2345,0	698009,0	7039662,0	10,00	RIO BONITO
347	PRAÇA	BERTHOLDO GUESSER	700085,30	7056375,60					CENTRO
348	PRAÇA	WIELHELM LEU	698054,90	7054417,60					CENTRO
349	PRAÇA	RODOLFO ALCALÁ OROPEZA	698514,30	7055181,40					CENTRO
350	PRAÇA	PREF. IRINEU MANKE	698264,80	7055014,90					CENTRO
351	PRAÇA	EXP. HILÁRIO MANOEL DE SOUZA	712204,80	7057653,30					RIBEIRÃO DA LAGOA
352	RUA		697199,28	7055306,31	96,0	697175,82	7055217,37	1,50	CAMPINHA
353	RUA		697130,13	7056545,57	258,0	697325,80	7056699,62	1,50	PATIMÔNIO II
354	RUA		697169,87	7056517,51	127,0	697096,01	7056415,00	1,50	PATIMÔNIO II
355	RUA		695875,70	7056421,98	252,0	695858,19	7056664,80	1,50	PATIMÔNIO II
356	ESTRADA	RUDOLF HAFEMANN	709621,29	7056549,06	3614,0	711009,43	7054731,53	10,00	MASSARANDUBINHA
357	TIFA		693667,55	7058191,48	704,0	694131,70	7058721,66	10,00	RIBEIRÃO WILDE
358	TIFA		710819,80	7056040,20	570,0	710865,43	7056590,03	5,00	MASSARANDUBINHA
359	ESTRADA	MARIA PARTEIRA	708615,55	7053883,13	801,0	707885,61	7053784,20	10,00	MASSARANDUBINHA
360	ESTRADA	29 DE SETEMBRO	708368,48	7050706,42	1393,0	707686,40	7051684,32	10,00	SÃO MIGUEL
361	PRAÇA	DOS IMIGRANTES	700694,00	7055021,70					GUARANI-MIRIM
362	RUA		695541,30	7056145,24	113,0	695558,16	7056255,75	1,50	CAMPINHA
363	RUA		695528,18	7056256,42	165,0	695691,96	7056264,01	1,50	CAMPINHA
364	RUA		695664,03	7056260,30	138,0	695676,63	7056123,34	1,50	CAMPINHA
365	SERVIDÃO S. 100		699790,87	7057453,35	45,5	699749,43	7057423,33	5,00	BUTUCA
366	RUA		700987,20	7054300,89	285,0	700941,25	7054238,25	4,50	GUARANI-MIRIM
367	BECO		701049,83	7054204,44	120,0	701082,91	7054122,22	3,00	GUARANI-MIRIM
368	BECO		701056,25	7054214,04	50,0	701065,06	7054174,80	3,00	GUARANI-MIRIM
369	RUA	IRENA LIESENBERGER ULLER	698057,67	7058020,64	165,0	698177,33	7058134,63	1,50	FUNDO SUECO
370	BECO		698157,44	7058115,01	55,0	698197,20	7058077,18	3,00	FUNDO SUECO
371	BECO		698100,02	7058058,21	33,0	698128,47	7058054,92	3,00	FUNDO SUECO

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

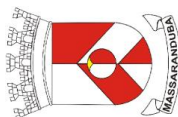
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete



372	RUA	ELÍDIO ULLER	698105,07	7057928,64	165,0	698222,75	7058045,87	2,00	7,00	2,00	FUNDO SUECO
373	TIFA		702320,49	7055563,04	120,0	702259,42	7055459,86		5,00		ALTO GUARANI-MIRIM
374	RUA		701449,13	7057294,12	227,0	701596,85	7057125,95	1,50	7,00	1,50	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI, MASSARANDUBA BAIXO
375	BECO		699758,44	7055539,17	70,0	699781,69	7055477,0		5,00	1,20	CENTRO
376	RUA	STEFANO GAZDA	700638,96	7054796,84	215,0	700481,61	7054828,64	1,50	6,00	1,50	GUARANI-MIRIM
377	PRAÇA	HARRY FROELICH	699512,13	7055851,17							CENTRO
378	TIFA	OTÍLIO VOLPI	704408,45	7050704,84	200,0	704217,21	7050726,83		5,00		PRIMEIRO BRAÇO
379	RUA		693025,01	7056766,09	700,0	693308,09	7057210,12	1,50	6,00	1,50	BENJAMIN CONSTANT
380	TIFA		703201,16	7044239,21	358,0	703000,10	7044012,20	2,00	6,00	2,00	SÃO JOSE
381	ESTRADA	OTTO FRANZ	695012,69	7055270,69	1763,0	694661,86	7053611,66		10,00		CAMPINHA
382	TIFA		708817,66	7054178,05	157,0	708910,49	7054070,04		5,00		MASSARANDUBINHA
383	TIFA	CLAUDIO VOLPI	704422,90	7050668,02	159,0	704558,72	7050678,20		5,00		PRIMEIRO BRAÇO
384	TIFA	EUGÊNIO VOLPI	704411,47	7050754,73	107,0	704506,34	7050744,27		5,00		PRIMEIRO BRAÇO
385	TIFA	BENJAMIN BESEN	709580,75	7055662,90	438,0	709335,55	7055909,82		5,00		MASSARANDUBINHA
386	TIFA		709588,99	7055448,20	334,0	709269,59	7055544,09		5,00		MASSARANDUBINHA
387	TIFA	JOÃO FEILER	708991,51	7054621,34	227,0	708714,93	7054631,91		5,00		MASSARANDUBINHA
388	RUA		697425,76	7054978,78	114,9	697380,49	7054874,86	1,50	7,00	1,50	PATRIMÔNIO
389	RUA		697453,68	7054841,07	189,0	697282,96	7054922,56	1,50	7,00	1,50	PATRIMÔNIO
390	RUA		697334,19	7054897,99	57,0	697307,98	7054846,55	1,50	7,00	1,50	PATRIMÔNIO
391	TIFA		708737,23	7053395,61	88,0	708823,43	7053400,68		5,00		MASSARANDUBINHA
392	TIFA		713071,57	7058897,09	683,0	713241,77	7058544,56		5,00		RIBEIRÃO DA LAGOA
393	ESTRADA	RIBEIRÃO FREYMAN	709508,51	7055227,46	3504,0	711561,27	7052728,39		10,00		MASSARANDUBINHA, ALTO FRAYMANN
394	TIFA		708189,50	7056292,77	229,0	708207,10	7056075,02		5,00		LINHA TELEGRÁFICA
395	SERVIDÃO S. 104		699907,97	7057526,85	70,0	699967,63	7057490,33		5,00		BUTUCA
396	SERVIDÃO S. 105		694944,65	7056295,65	1150,0	694065,06	7056149,41		7,50		CAMPINHA
397	RUA		691646,11	7056353,07	236,5	691423,65	7056444,79	2,00	8,00	2,00	BENJAMIN CONSTANT
398	RUA		691510,28	7056407,90	104,0	691470,33	7056421,77	2,00	8,00	2,00	BENJAMIN CONSTANT
399	RUA		697332,68	7053128,78	107,0	697291,03	7053030,64	2,00	8,00	2,00	PATRIMÔNIO

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

400	TIFA	697041.08	7043576.04	317,0	697274.74	7043460.36	5,00	SANTA LUZIA
401	RUA	700002.36	7053312.14	132,0	699907.60	7053403.62	1,50	GUARANI-MIRIM
402	RUA	699932.35	7053248.94	249,0	699758.00	7053389.00	1,50	GUARANI-MIRIM
				462554,2				

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.489/0001-62

LEI Nº 2131 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609479

LEI Nº 2131 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a alteração do Anexo de Metas do Plano Plurianual 2018-2021, Lei nº 1849 de 22 de dezembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluída a meta física e meta financeira no programa 31- Gestão e Manutenção da Assistência ao Produtor Rural, na ação 1074- Aquisição de Veículo para Secretaria da Agricultura, no órgão 12-Secretaria da Agricultura, na Unidade 001 - Gerência de Agricultura, função 0020-Agricultura, subfunção 0606-Extensão Rural, no ano de 2020, da Lei Municipal nº 1849 de 22 de dezembro de 2017 que trata do PPA- Plano Plurianual para o período 2018-2021, conforme segue:

Meta Física: 4,00

Modalidade de Aplicação: 3.4.4.90 – Aplicações Diretas

Fonte: 01340900 - Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 892089/19 - Min. Agric R\$ 286.500,00

Fonte: 01341000- Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 890107/19 - Min. Agric R\$286.500,00

Fonte: 01341100 - Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 889794/19 - Min. Agric R\$ 286.500,00

Fonte: 01341200 - Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 890015/19 - Min. Agric R\$ 238.750,00

Fonte: 01890000 – Alienação Bens Dest.Outros Prog R\$ 229.750,00

Art. 2º As metas físicas e financeiras incluídas no PPA 2018 e 2019, a que se refere o art. 1º, correrão por conta do provável excesso de Arrecadação referente os convênios firmados com o MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de nºs, 889794/2019, 890107/2019, 892089/2019, 890015/2019 e do provável excesso de arrecadação referente a receita de Alienação de bens destinados a outros programas, vínculo 01890000 – Alienação Bens Dest.Outros Programas, conforme art. 43 § 1º, e II da lei federal nº 4.320/64.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 18 de agosto de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº 2133 DE 18 AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609482

LEI Nº 2133 DE 18 AGOSTO DE 2020

Autoriza abertura de crédito adicional especial no orçamento corrente

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional Especial no orçamento de 2020 (Lei Municipal nº 2060/2019), no valor de R\$ 1.820.486,43 (Um milhão, oitocentos e vinte mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e três centavos) conforme classificação funcional programática abaixo:

07 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.003 – GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

07.003.0026.00782.0017.1031 – Aquisição de Veículos, máquinas e equipamentos para frota rodoviária

07.003 – 4.4.00 – Investimentos

07.003 – 4.4.90 – Aplicações diretas

07.003 – 01340800 -Transf. Conv. União - Rolo Compactador CV 890735/19 - Min. Agric R\$ 238.750,00

07.003 – 01341300 -Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 897299/19 - Min. Desenv. Regional R\$ 283.757,34

07.003 – 03890000 – Alienação Bens Dest. Outros Programas R\$ 76.050,00

12 – SECRETARIA DA AGRICULTURA

12.001 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

12.001.0020.0606.0031.1074 – Aquisição de veículo para Secretaria da Agricultura

12.001 – 4.4.00 – Investimentos

12.001 – 4.4.90 – Aplicações diretas

12.001 – 01340900 - Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 892089/19 - Min. Agric R\$286.500,00

12.001 – 01341000 - Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 890107/19 - Min. Agric R\$ 286.500,00

12.001 – 01341100 - Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 889794/19 - Min. Agric.R\$ 286.500,00

12.001 – 01341200 - Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 890015/19 - Min. Agric R\$ 238.750,00

12.001 – 03890000 - Alienação Bens Dest. Outros ProgramasR\$ 6.679,09

12.001 – 01890000 - Alienação Bens Dest.Outros ProgramasR\$ 117.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais especiais de que trata o artigo 1º, são oriundos do excesso de arrecadação referente a receita de Alienação de bens destinados a outros programas, vínculo 01890000 – Alienação Bens Dest.Outros Programas, do provável excesso de Arrecadação referente os convênios firmados com o MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de nºs 889794/2019, 890107/2019, 892089/2019, 890015/2019, 890735/2019 e com MDR-Ministério do Desenvolvimento Regional nº 897299/2019,e do Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, conforme art. 43 § 1º,I e II da lei federal nº 4.320/64.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 18 de agosto de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI Nº 2130 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609478

LEI Nº 2130 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a abertura de crédito adicional especial, revoga a Lei Municipal nº 2098 de 15 de maio de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional especial no Orçamento de 2020 (Lei Municipal nº 2060/2019), no valor de R\$11.954,64 (Onze mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) conforme classificação funcional programática abaixo:

07 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**07.001 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

07.001.0015.0451.0103.1021 – Revitalização Urbana

07.001 - 4.4.00 – Investimentos

07.001 - 4.4.90 - Aplicações Diretas

07.001 - 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 11.954,64

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º, são oriundos da anulação parcial ou total de dotação orçamentária conforme artigo 43, § 1º, III da lei federal nº 4.320/64, a saber:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO**08.003 – GERÊNCIA DE CULTURA E TURISMO**

08.003.0023.0695.0122.1011 – Construção da Casa do Imigrante

08.003 - 4.4.00 – Investimentos

08.003 - 4.4.90 - Aplicações Diretas

08.003 - 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 11.954,64

Art. 3º Fica revogada a Lei Municipal nº 2098 de 15 de maio de 2020.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 15 de maio de 2020.

Massaranduba, 18 de agosto de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI Nº 2132 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609481

LEI Nº 2132 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a inclusão de ações e alteração do Anexo de Metas da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluída na LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias-2020, Lei Municipal nº 2022 de 28 de junho de 2019, no programa 0017-Gestão e Manutenção de Estradas, órgão: 07- Secretaria de Estradas, obras e Serviços Urbanos, unidade 003 – Gerência de Estradas de Rodagem, função 26 –Transporte, Subfunção 0782 – Transporte Rodoviário, a seguinte ação:

Ação: 1031- Aquisição de Veículos, máquinas e equipamentos para frota rodoviária

Produto/Unidade de medida: Veículo/Unidade, maquinário/Unidade

Meta Física: 2,00

Fonte: - 01340800 - Transf. Conv. União - Rolo Compactador CV 890735/19 - Min. Agric. R\$ 238.750,00

Fonte: 01341300 Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 897299/19 - Min. Desenv. Regional R\$ 283.757,34

Fonte: 03890000 –Alienação Bens Dest. Outros Program R\$ 76.050,00

Fonte: 01890000 – Alienação Bens Dest.Outros Prog R\$ 66.242,66

Art. 2º Fica incluída na LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias-2020, Lei Municipal nº 2022 de 28 de junho de 2019, no programa 0031-Gestão e Manutenção da Assistência ao Produtor Rural, órgão: 12- Secretaria da Agricultura, Unidade 001 – Gerência de Agricultura, Função 0020, Subfunção 0606-Extensão Rural, a seguinte ação:

Ação: 1074- Aquisição de Veículos para a Secretaria de Agricultura

Produto/Unidade de medida: Veículo/Unidade

Meta Física: 4,00

Modalidade de Aplicação: 3.4.4.90 – Aplicações Diretas

Fonte: 01340900 - Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 892089/19 - Min. Agric R\$ 286.500,00

Fonte: 01341000- Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 890107/19 - Min. Agric R\$286.500,00

Fonte: 01341100 - Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 889794/19 - Min. Agric R\$ 286.500,00

Fonte: 01341200 - Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 890015/19 - Min. Agric R\$ 238.750,00

Fonte: 03890000 – Alienação Bens Dest. Outros Programas R\$ 6.679,09

Fonte: 01890000 – Alienação Bens Dest.Outros Prog R\$ 223.070,91

Art. 3º As ações a serem incluídas na LDO 2020, a que se referem os artigos 1º e 2º, correrão por conta do provável excesso de Arrecadação referente os convênios firmados com o MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de nº 890735/2019, 892089/2019, 890107/2019, 889794/2019, 890015/2019 e com MDR-Ministério do Desenvolvimento Regional nº 897299/2019, do excesso e provável excesso de arrecadação referente a receita de Alienação de bens destinados a outros programas, e do Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, conforme art. 43 § 1º, I e II da lei federal nº 4.320/64.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 18 de agosto de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 82.2019 AD 01 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Publicação Nº 2609882

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 82/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, situada na Rua Anélio Nicocelli, número 1720, bairro Figueirinha, Município de Guarany, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. MAURÍCIO VOGELSANGER, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 111/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA ESTRADA ALTO GUARANI-AÇÚ E TRECHO DA ESTRADA 1º BRAÇO DO NORTE, NAS LOCALIDADES DE GUARANI-AÇÚ, ALTO GUARANI-AÇÚ E SÃO PAULINHO, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 5.2 constante na cláusula quinta do CONTRATO Nº 82/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 139 (cento e trinta e nove) dias, tendo como início de vigência o dia 15 DE AGOSTO DE 2020, findando no dia 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarany, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	15	de	agosto	de	2020
PREFEITURA DE MASSARANDUBA					PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
ARMINDO SESAR TASSI					MAURÍCIO VOGELSANGER
CONTRATANTE					CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

FABIANO SPÉZIA		EDUARDO HENDGES DO NASCIMENTO
CPF: 950.720.129-72		CPF: 047.038.899-43

Matos Costa

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO LICITATÓRIO 35/2020

Publicação Nº 2610493

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

O Município de Matos Costa, através da Pregoeira Oficial nomeada pelo Decreto nº 104/2020, torna público para conhecimento, que a licitação na modalidade Pregão Presencial, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RELÓGIO DIGITAL DE RUA NO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC, realizada em 17 de agosto de 2020, às 09:15 horas foi considerada DESERTA. Matos Costa, 17 de agosto de 2020 – Eliane Aparecida Castilho – Pregoeira Oficial.

DECRETO 135/2020

Publicação Nº 2610791

DECRETO N.º 135/2020 – de 17 agosto de 2020.

Dispõe sobre alteração da nomeação de membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os representantes das organizações abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal dos Direitos a Criança e do Adolescente do Município de Matos Costa.

a) Representantes da Administração Pública Municipal

1) Representantes da Secretária Municipal de Assistência Social
Membro Titular - Vanessa Mara Zanella
Membro Suplente - Luziane Micheli Skibinski dos Santos

2) Representantes da Secretária Municipal de Saúde
Membro Titular - Eliane Aparecida Castilho
Membro Suplente - Alessandra dos Santos

3) Representantes da Secretária Municipal de Educação
Membro Titular - Claudinei Gelinski
Membro Suplente - Tania Aparecida Rosa

4) Representantes da Secretária Municipal de Administração
Membro Titular - Gabriele Aparecida Bendlin
Membro Suplente - Elaine Cristina Castilho

5) Representantes da Secretária Municipal de Agricultura e do Abastecimento
Membro Titular - Daiana do Nascimento Martins
Membro Suplente - Sebastião Edilson Marschalk

b) Representantes da Sociedade Civil - Entidades Participação Popular

1) Representantes da Cáritas Solidarieidade
Membro Titular - Vilson Nestor
Membro Suplente - Vanderleia Aparecida Farias França

2) Representantes da Associação Corpo de Bombeiros de Matos Costa
Membro Titular - Leandro Selzler
Membro Suplente - Samuel Everson Pasquali

3) Representantes da Associação de Pai e Professores da Escola de Educação "Básica Don Daniel Hostin".
Membro Titular - Mariana Budin
Membro Suplente - Maristela Woitowski

4) Representantes da Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Ana Maria de Paula
Membro Titular - Carlos Bendlin

Membro Suplente - Carlos Monteiro da Silva Filho

5) Representantes do Destacamento Policial Militar de Matos Costa

Membro Titular - Everton Rodrigo de Araujo

Membro Suplente - Tiago Collaço de Moura

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 30 de julho de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário contidas no Decreto 077/2020.

Matos Costa, 17 de agosto de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Dirceu Joanim de Freitas
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Oderlaine N S Moraes
Assistente Administrativo II

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 010/2020

Publicação N° 2609545

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n°. 010/2020

Processo Licitatório: Pregão Presencial n° 047/2020
Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Detentor da Ata: MELDIESEL PEÇAS LTDA

Objeto: A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE PEÇAS NOVAS PARA MANUTENÇÃO DOS ONIBUS E MICRO-ONIBUS DA FROTA MUNICIPAL, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.

Valor: R\$ 60.654,03 (sessenta mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e três centavos).

Vigência: Início: 18/08/2020 Término: 18/08/2021

Data da assinatura: 18 de Agosto de 2020.

PORTARIA N° 264-2020

Publicação N° 2609681

PORTARIA n° 264/2020

TRATA DA EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM DECORRÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n° 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar n° 034/2011 de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º Fica exonerado o servidor A.B.V., matrícula 957, em decorrência do processo administrativo n° 218/2020.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de agosto de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO 225/2020 - CMC (REPUBLICAÇÃO)

Publicação Nº 2609616

DECRETO Nº 225/2020 de 14 DE AGOSTO DE 2020

DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA – CMC – DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal 2316/2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal de Cultura – CMC de Modelo SC, constituído por 10 (dez) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I- 05 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

a) 02 membros titulares e 02 suplentes, indicados dentre os Profissionais do Departamento Municipal da Educação:

Eliane Fatima Hanauer Chaves – Titular
Gelci Maria Vogel– suplenteCintia Quevedo – Titular
Janete Toseito - Suplente

b) 01 membro titular indicado dentre os Profissionais da Cultura e 01 suplente indicado representante do Departamento Municipal da Cultura, ou do Esporte ou do Turismo:

Silvainha Maria Kreutz – Titular
Fabricio Eberardt – Suplente

c) 01 membro titular e 01 suplente, indicados dentre os Profissionais da Administração e Fazenda, Agricultura, Comercio e Industria, Obras e DMER:

Diogo Berghan – Titular
Leocadia Wentz – Suplente

d) 01 membro titular e 01 suplente, indicados dentre os Profissionais da Assistência Social e da Saude:

Marizete Maria Floss – Titular
Elizabete Borre –Suplente

II 05 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, do Municipio de Modelo SC, através dos seguintes setores e quantitativos:

a) 01 membro titular e 01 suplente, indicado da área da música:

Josimar Milan – Titular
Ivoni Greep - suplente

b) 01 membro titular e 01 suplente, indicado da área de artes visuais e artes cênicas:

Marlene Tomazzoni – Titular
Carina Stockero- Suplente

c) 02 membros titulares e 02 suplentes, indicados da área das entidades e associações socioculturais:

Elis Raquel Sehnem – Titular
Solange Cesco – suplenteEdimar Bolis - Titular
Asteria Heller - Suplente

d) 01 membro titular e 01 suplente, indicado da área cultural e artística (bandas, fanfarras, literatura, movimentos e grupos tradicionais e populares, folclóricos, e demais conforme regulamento.

Charles Kath– Titular
Reni Antonio Pandolfo - Suplente

§ 1º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 2º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§ 3º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica do Departamento Municipal da Cultura, da estrutura da Secretaria de Município da Educação, Cultura e Esporte, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

§ 1º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 2º. O Conselho Municipal de Política Cultural, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, orientador e fiscalizador objetiva institucionalizar a relação entre Administração Municipal e os setores da sociedade civil ligados à cultura, promovendo a participação destes na elaboração, execução e fiscalização da Política Cultural do município de Modelo SC.

§ 3º. O Conselho Municipal de Política Cultural terá sede no Departamento de Cultura.

§ 4º. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esporte através do Departamento de Cultura, possibilitará todas as condições administrativas, pessoal e equipamentos, para o pleno funcionamento do Conselho.

Art. 3º. O Conselho manifestar-se-á através de deliberações, decisões, recomendações, moções, resoluções, pareceres ou outros expedientes, e, seus atos serão publicados pelos meios legais.

Art. 4º. Compete ao Conselho Municipal de Política Cultural Modelo SC, sendo AS ATRIBUIÇÕES:

I – Formular políticas e diretrizes para o Plano Municipal de Cultura;

II – Apreçar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura;

III – Garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação de memórias histórica, social, política, artística, paisagística e ambiental, encorajando a distribuição das atividades de produção, construção e propagação culturais no município;

IV – Defender o patrimônio cultural e artístico do município e incentivar sua difusão e proteção;

V – Colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados da área da cultura;

VI – Criar mecanismos de comunicação permanente com a comunidade, cumprindo seu papel articulador e mediador entre a sociedade civil e o poder público no campo cultural;

VII – Formular diretrizes para financiamento de projetos culturais apoiados pelo Fundo Municipal de Cultura;

VIII – Supervisionar, acompanhar e fiscalizar as ações do Fundo Municipal de Cultura;

IX – Promover e incentivar a realização de estudos e pesquisas na área cultural;

X - Elaborar seu Regimento Interno, a ser aprovado pelo Prefeito Municipal;

XI - Exercer demais atividades de interesse da arte e da cultura; e

XII - Executar outras atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Política Cultural de Modelo SC, poderá atuar também supletivamente, observado sua área de competência, objetivando a edição de normas que não colidam com as diretrizes do Conselho Estadual de Cultura, através de convênios específicos de cooperação firmados com órgãos municipais, estaduais, federais e internacionais.

Art. 6º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I- Plenário;

II- Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC;

III- Colegiados Setoriais;

IV- Comissões Temáticas;

V- Grupos de Trabalho;

VI- Fóruns Setoriais e Territoriais

Art. 7º. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, compete:

I- propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura – PMC;

II- estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura – SMC;

III- colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;

IV- aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V- definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura-

FMC, no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI- estabelecer para a Comissão de Avaliação de Projetos do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas

políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PMC;

VII- acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

VIII- apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX- contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;

X- apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XI- apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrados pelo Município com Organizações Não-governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99.

XII- contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;

XIII- acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura – SNC.

XIV- promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XV- promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;

XVI- incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos

Públicos na área cultural;

XVII- delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

XVIII- aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura – CMC.

XIX- estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 8º. Compete ao Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Art. 9º. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 10. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 11. Compete aos Fóruns Setoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais.

Art. 12. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura – SMC – territoriais e setoriais – para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema.

Art. 13. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC têm mandato de dois anos, sendo este de 16 de julho de 2020 a 16 de julho de 2022, podendo ser renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.

Parágrafo Único – Na indicação de novo membro para este conselho, de que trata este Decreto, este complementarará o mandato de seu sucessor, conforme caput deste artigo.

Art. 14 – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, estão consignadas no orçamento vigente e subsequente.

Art. 15 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC aos 14 de agosto de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Janice Martini Muller
Secretaria da Administração

PORTARIA Nº 193/2020

Publicação Nº 2609424

PORTARIA Nº 193/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2460/2020 e demais normas legais que dispõe

sobre a matéria.

Considerando em especial a programação de férias do Departamento e o requerimento do Servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
RODRIGO FERRONATTO	02.05.2018 a 01.05.2019	17.08.2020 a 26.08.2020 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 14 de Agosto de 2020

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 194/2020

Publicação Nº 2609428

PORTARIA Nº 194/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2460/2020 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria.

Considerando em especial a programação de férias do Departamento e o requerimento do Servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
IVANILCE LANGE PIMEL	01.08.2020 a 31.07.2019	17.08.2020 a 26.08.2020 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 14 de Agosto de 2020

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº 019.2020 PMM

Publicação Nº 2609655

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 027/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC. EMPRESAS REGISTRADAS: PAVETEL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, valor total registrado R\$ 279.500,00 (duzentos e setenta e nove reais e quinhentos reais). OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresas especializadas em pavimentação de passeios e vias com paver intertravado, com fornecimento de mão de obra e materiais (base com pó de brita, paver, rejunte com areia e meio fio). As aquisições serão conforme a necessidade do Município de Mondaí – SC, para período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. ORIGEM: Processo Licitatório nº 057/2020, Pregão Presencial nº. 019/2020. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua homologação até 17 de agosto de 2021. Mondaí – SC, 18 de agosto de 2020. ELISEU BOHN - Secretário Municipal de Administração e Finanças - Ordenador de Despesas

PORTARIA Nº 0454/2020

Publicação Nº 2610266

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 454 DE 10 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS pelo período de 15 dias a IVETE BOFF, matrícula nº 2779, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Art. 2º. As férias serão gozadas no período 11/08/2020 a 25/08/2020, correspondentes ao período aquisitivo de 01/02/2020 a 31/01/2021, devendo o funcionário retornar aos trabalhos normais no dia 26/08/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 10 de agosto de 2020.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí.

UTE CRISTIANE GDANIETZ SCHUH
Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 0455/2020

Publicação Nº 2610270

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 455 DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO pelo período de 30 dias a NADIR CEZAR BERNARDI, matrícula nº 1927, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 2º. A licença prêmio será gozada no período 13/08/2020 a 11/09/2020, correspondente ao período aquisitivo de 01/04/1998 a 31/12/2001 e 03/01/2012 a 05/10/2013, devendo o funcionário retornar aos trabalhos normais no dia 12/09/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 12 de agosto de 2020.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí.

UTE CRISTIANE GDANIETZ SCHUH
Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA N° 0475/2020

Publicação N° 2610264

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA N°. 475 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS pelo período de 15 dias a GILMAR STUDT, matrícula nº 3503, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL

Art. 2º. As férias serão gozadas no período 24/08/2020 a 07/09/2020, correspondentes ao período aquisitivo de 02/01/2019 a 01/01/2020, devendo o funcionário retornar aos trabalhos normais no dia 08/09/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 17 de agosto de 2020.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí.

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 71/2020

Publicação Nº 2609872

DECRETO Nº 71/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

INSTITUI O COMITÊ MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA COVID-19 DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes,
DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído, no município de Monte Carlo/SC, o comitê municipal de gerenciamento da pandemia covid-19, com finalidade de Monitoramento e Controle da Disseminação do COVID-19 no âmbito da educação, tomando como base o Plano de Contingência Estadual;

Art. 2º. Compete ao comitê municipal de gerenciamento da pandemia covid-19:

I - Adotar e seguir em todas as escolas públicas e privadas localizadas no Município os parâmetros fixados no documento de Diretrizes para o Retorno das Aulas, em todos os seus cinco eixos, podendo, sem flexibilizá-los, adaptá-los à realidade local ou complementá-los para torná-los mais restritivos, aprovando e dando publicidade às modificações ao final;

II – Pautar ao "Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19", na primeira oportunidade, a elaboração de "Plano de Contingência Municipal de Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação do COVID-19" no âmbito da educação, tomando como base o Plano de Contingência Estadual;

III - Promover e supervisionar a instalação da "Comissão Escolar de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19" em cada unidade escolar do instalada em seu território, nos termos e competências do Item 1 das Diretrizes Sanitárias;

IV - Zelar pela autonomia e execução das deliberações do "Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19" e respeito às suas competências;

V - Zelar pelo cumprimento das diretrizes aprovadas pelo "Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19", comunicando imediatamente às autoridades competentes a omissão de agente, órgão ou instituição;

VI - Utilizar os recursos financeiros disponibilizados pela Portaria n. 1857, de 28 de julho de 2020, do Ministério da Saúde, na forma da lei e exclusivamente para o fim da compra de materiais necessários à garantia da segurança sanitária dos estudantes e dos profissionais de educação das escolas públicas da rede básica de ensino e para ações de promoção da saúde e prevenção à COVID-19 na educação, tais como a aquisição de materiais como produtos de higienização; material de limpeza; álcool em gel ou líquido 70%; máscaras, termômetros infravermelho, adesivos de marcação para distanciamento social, materiais educativos par a realização das ações de promoção de saúde e prevenção à COVID-19 no âmbito da educação, entre outros (artigo 2º).

VII - Encaminhar a 2ª Promotoria de Justiça DA Comarca De Fraiburgo o cronograma das reuniões do "Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19", comunicando previamente eventual alteração de data, bem como as atas dos encontros à medida que ocorrerem;

VIII - Autorizar o retorno às aulas presencias em seu território, caso venham a ser permitidas pelo Estado, sem prejuízo da análise da Matriz de Risco Potencial Regional no âmbito da saúde, apenas quando as escolas públicas e privadas instaladas no Município estiverem com seus protocolos próprios devidamente concluídos e validados pelo Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19.

Art. 3º. O comitê municipal de gerenciamento da pandemia covid-19, será composto pelos seguintes titulares e suplentes:

NOME COMPLETO	REPRESENTANTE
Marlei Vedovatto (Presidente)	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Rita de Cassia Vicente Flesch (Suplente)	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Patrícia Luciana Proencio (Suplente)	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Carolina Flesch (Titular)	Sec. Assistência Social
Cassiane de Oliveira (Suplente)	Sec. Assistência Social
Camila Guedes de Melo (Titular)	Sec. Municipal de Saúde
Maria Solange Rosa (Suplente)	Sec. Municipal de Saúde
Tatiane Zappelini (Titular)	Comissão Escolar
Márcio Ferreira Rodrigues (Suplente)	Comissão Escolar
Vinicius Gomes (Titular)	Estudante da Educação Básica
Julia Piroli Soares (Suplente)	Estudante da Educação Básica

Alessandra Gonçalves	Profissionais e trabalhadores da Educação
Vera Morais (Suplente)	Profissionais e trabalhadores da Educação
Ana Claudia Scarabotto (Titular)	Escola Estadual
Aldair Lauffer Crema (Suplente)	Escola Estadual
Alessandra Ap. Deon Pieri (Titular)	Conselho Municipal de Educação
Claudia Zancan (Suplente)	Conselho Municipal de Educação
Beatriz Rezende (Titular)	Administração Municipal
Romoaldo Carvalho (Suplente)	Administração Municipal
Ângela Luzia Alves de Goss de Godoy (Titular)	Conselho Municipal do Direito da Pessoa com Deficiência
Edir Salete de Souza (Suplente)	Conselho Municipal do Direito da Pessoa com Deficiência
Kelly Ângela Morais Pieri (Titular)	Conselho Municipal de Alimentação Escolar
Maria Alves Fernandes de Godoy (Titular)	Conselho Municipal de Alimentação Escolar
Emidia Benta de Andrade Zancan (Titular)	Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB
Maria Sinclair da Rosa (Suplente)	Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB

Art. 4º O comitê municipal de gerenciamento da pandemia covid-19, receberá o suporte técnico e administrativo da secretaria de educação para garantir o seu funcionamento.

Art. 5º. Os representantes de que trata o artigo 3º deste decreto não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerando de relevante interesse público.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo/SC, em 18 de agosto de 2020.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 72/2020

Publicação Nº 2609933

DECRETO Nº 72/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal de Monte Carlo, autorizada a promover a abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento do município no valor de R\$ 304.075,13 (trezentos e quatro mil setenta e cinco reais e treze centavos) para as seguintes dotações orçamentária:

Órgão 02– Gabinete do Prefeito Municipal
Unidade Orçamentária 01 – Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade 2.002 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior
Elemento Despesa 170 – 3.1.90.00.00.00.01.0053
Valor: R\$ 70.984,61 (setenta mil novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e um centavos)

Órgão 03 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária 05 – Secretaria Municipal de Administração
Projeto/Atividade 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento Despesa 172 – 3.1.90.00.00.00.01.0053
Valor: R\$ 78.683,38 (setenta e oito mil seiscentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos)

Órgão 04 – Secretaria da Fazenda Municipal
Unidade Orçamentária 04 – Secretaria da Fazenda Municipal
Projeto/Atividade 0.001 – PASEP
Elemento Despesa 169 – 3.3.90.00.00.00.01.0053
Valor: R\$ 2.683,52 (dois mil seiscentos e oitenta e três reais e cinq-enta e dois centavos)

Órgão 04 – Secretaria da Fazenda Municipal
Unidade Orçamentária 04 – Secretaria da Fazenda Municipal
Projeto/Atividade 0.001 – PASEP
Elemento Despesa 168– 3.3.90.00.00.00.00.01.0052
Valor: R\$ 357,24 (trezentos e cinq-enta e sete reais e vinte quatro centavos)

Órgão 04 – Secretaria da Fazenda Municipal
Unidade Orçamentária 04 – Secretaria da Fazenda Municipal
Projeto/Atividade 2.004 – Manutenção da Secretaria de Fazenda
Elemento Despesa 171 – 3.1.90.00.00.00.00.01.0053
Valor: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

Órgão 05 – Secretaria Municipal da Agricultura
Unidade Orçamentária 03 – Secretaria Municipal da Agricultura
Projeto/Atividade 2.026 – Manutenção da Secretaria de Agricultura
Elemento Despesa 173 – 3.1.90.00.00.00.00.01.0053
Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Órgão 09 – Secretaria de Infra-Estrutura
Unidade Orçamentária 03 – Secretaria municipal de Infra-Estrutura
Projeto/Atividade 2.023 – Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura
Elemento Despesa 174 – 3.1.90.00.00.00.00.01.0053
Valor: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 2.033 – Atenção Básica a Saúde
Elemento Despesa 48 – 3.1.90.00.00.00.00.01.0052
Valor: R\$ 35.366,38 (trinta e cinco mil trezentos e sessenta e seis reais e trinta e oito centavos)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, será utilizado recurso do provável excesso de arrecadação:

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 18 de agosto de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

DESPACHO N°01 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MONTE CARLO/SC

Publicação N° 2611002

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
MONTE CARLO/SC

DESPACHO

DEFIRO o requerimento de desincompatibilização, formulado por Anderson Rafael Sartor, membro titular do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Monte Carlo-SC, na data de 17 de agosto de 2020, protocolos n.º 189 e n.º 321 para concorrer a cargo eletivo nas eleições de 2020, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.
Publique-se. Intime-se.

Monte Carlo, 17 de agosto de 2020.

ANGELA LUZIA ALVES DE GOSS DE GODOY
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

PORTARIA 310/2020

Publicação N° 2611000

PORTARIA N° 310/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- SUSPENDER FUNÇÃO GRATIFICADA VI ao servidor MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, investido no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, do quadro de Pessoal com Provimento em EFETIVO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; criado e aprovado Lei Complementar nº 027/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, para exercer a função de DIRETOR DE COORDENADORIA EXECUTIVA, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 01 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 18 de agosto de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 311/2020

Publicação Nº 2611001

PORTARIA Nº 311/2020

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR A LOTAÇÃO PROVISORIAMENTE, do (a) servidor (a) a baixo relacionado do quadro de Pessoal efetivo, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

NOME	SECRETARIA	ALTERAR PARA:
ALTAIR PEREIRA PALHANO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	SECRETARIA MINICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive financeiros retroagindo na data de 12 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 18 de agosto de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

Monte Castelo

PREFEITURA

PORTARIAS DE 289/2020 A 292/2020

Publicação Nº 2610130

PORTARIA Nº 289/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Municipal Nº 1.929/2009 de 16 de Fevereiro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, LUIZ ANDRÉ MATIOSKI, para exercer o cargo de DIRETOR GERAL DE OBRAS, do Quadro de Pessoal de Provisão em Comissão e Confiança, previsto pela Lei Municipal Nº 1.929/2009 de 16 de Fevereiro de 2009, com remuneração correspondente ao Nível de Referência Salarial "CC-04", constante do Anexo XIII, Sub-Anexo A, da Referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando o mesmo lotado na Secretaria Obras e Serviços Públicos, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 14 de Agosto de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 14 de Agosto de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 14 de Agosto de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 290/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Municipal Nº 2.358/2015 DE 02 DE ABRIL DE 2015,

RESOLVE:

DESIGNAR FABIANE FERNANDES SANTOS SOARES RIBEIRO, para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, do Quadro de Pessoal de Provisão Eletivo, criado pela Lei Municipal Nº 1.517/2001 de 24 de Abril de 2001, com remuneração correspondente ao Nível de Referência Salarial "Único", constante da Lei Municipal Nº 2.358/2015 DE 02 DE ABRIL DE 2015, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação terão eficácia a partir da data de 14 de Agosto de 2020.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 14 de Agosto de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 14 de Agosto de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 291/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Municipal Nº 2.358/2015 DE 02 DE ABRIL DE 2015,

RESOLVE:

DESIGNAR JACIARA PAPE, para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, do Quadro de Pessoal de Provimento Eletivo, criado pela Lei Municipal Nº 1.517/2001 de 24 de Abril de 2001, com remuneração correspondente ao Nível de Referência Salarial "Único", constante da Lei Municipal Nº 2.358/2015 DE 02 DE ABRIL DE 2015, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação terão eficácia a partir da data de 14 de Agosto de 2020.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 14 de Agosto de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 14 de Agosto de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração
PORTARIA Nº 292/2020 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

"RETIFICA E ALTERA A REDAÇÃO DAS PORTARIAS 263/2020, 264/2020, 265/2020, 266/2020, 267/2020, 268/2020, 275/2020, 277/2020, 280/2020, 281/2020, 282/2020, 287/2020, 288/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Fica retificada e alterada a redação das Portarias 263, 264, 265, 266, 267, 268, 275, 277, 280, 281, 282, 288, 287/2020 de 14 de agosto 2020, através da qual foi concedido Afastamento para desincompatibilização dos servidores efetivos, retificação e alteração esta realizada na forma estabelecida no Artigo 2º desta Portaria;

Art.2º. Onde se lê "período compreendido entre 15 de Julho de 2020 à 20 de Novembro de 2020", leia-se período compreendido entre 15 de Agosto de 2020 à 20 de Novembro de 2020;

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 18 de Agosto de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 18 de Agosto de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇO N° 121/2020

Publicação N° 2609584

Morro da Fumaça. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N° 121/2020. AQUISIÇÃO DE TUBO DE CONCRETO CONFORME ANEXO. Data: 31/08/2020. Hora: 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO 90-2020

Publicação Nº 2609438

DECRETO Nº 90/2020

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 764, de 02 de abril de 2013.

DECRETA

Art. 1º- Ficam nomeados os Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

I – Entidades Governamentais:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: . Fabiana Spader Brovedan

Suplente:; Viviane Brovedan Castanha

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Titular: Sandy Rodrigues Dondossola

Suplente: Tâmilis Candéo Bosa

Secretaria Municipal da Educação

Titular: Flávia Marcomin Fenali;

Suplente: Ivonete Sônego Favarin;

II - Entidades Não Governamentais

Associação de Pais e Professores da rede pública de ensino

Titular: Ednéia Martins Olivo;

Suplente: Lilian Rezin Zuchinali.

Associação de Moradores do Município

Titular: Enio Menegon Frezza;

Suplente: Luiz Maffioletti Bordignon.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro Grande

Titular: Maria de Lourdes De Lucca Zuchinali;

Suplente: Andréia de Mello Belmont

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 18 de agosto de 2020

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 91-2020

Publicação Nº 2610440

DECRETO Nº 91/2020

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 9º, Inciso I da Lei Municipal nº 960/2019 de 22 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 229.011,30 (duzentos e vinte e nove mil e onze reais e trinta centavos) com a seguinte classificação:

3000 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

3002 – DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

1.006 – MANUTENÇÃO E OBRAS DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA.

4.4.90.00.00.00.00.0021 (105) Aplicações Diretas R\$ 229.011,30

TOTAL R\$ 229.011,30

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação na fonte 21 – Convênios com o Estado, sendo a sua origem o Convênio 2020TR001074, celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Morro Grande, que tem como objeto a aquisição de luminárias de LED – conjunto completo.

FONTE FINANCIADORA:

Excesso de arrecadação.

CÓDIGO DO RECURSO:

021 – Convênios com a Estado R\$ 229.011,30

TOTALR\$ 229.011,30

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 18 de agosto de 2020.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

2940/2020

Publicação N° 2610346

PORTARIA N ° 2940 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA, MARCIA ANDRÉA GERVÁSIO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, efeitos a partir de 13/08/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

2941/2020

Publicação N° 2610343

PORTARIA N ° 2941 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, da função de confiança de DIRETOR(A) ADJUNTO(A) DE ESCOLA, ELISA DALAGNELO MUELLER.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, efeitos a partir de 13/08/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

2948/2020

Publicação N° 2610376

PORTARIA N ° 2948 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.
NOMEIA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer função de confiança, de DIRETOR(A) ADJUNTO DESC 3, MÁRCIA ANDRÉA GERVÁSIO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ATA DA SESSÃO 88/2020 PMN

Publicação Nº 2611035

ATA 88/2020 PMN

ABERTO O CERTAME AS OITO HORAS DO DIA TREZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATTO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 88/2020 PMN. CUJO OBJETO PREGÃO ELETRÔNICO PARA PREGÃO ELETRÔNICO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE BASE ARMADA DE CONCRETO USINADO (COM 60 CM DE LARGURA NO NÍVEL NECESSÁRIO PARA ALINHAR LETRA, 02 ESPIGÕES ANTITOMBAMENTO POR LETRA COM TUBULAÇÃO PARA PARTE ELÉTRICA E SUPORTE PARA RECEPÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA) PARA ALINHAR TOTENS EM PONTOS ESTRATÉGICOS DA CIDADE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA LF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI ME E SE ENQUADRA COMO ME/EPP. INICIANDO O PREGÃO ELETRÔNICO FOI ABERTO ÀS PROPOSTAS, PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES ONDE NO LOTE 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA LF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI ME COM O VALOR DE R\$ 8.208,75. NO LOTE 02 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA LF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI ME COM O VALOR DE R\$ 2.113,30. NO LOTE 03 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA LF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI ME COM O VALOR DE R\$ 2.041,70. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO. ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, KEILA FERNANDES LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 09/2020 FUMSCI

Publicação Nº 2609985

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 09/2020 FUMSCI

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições prontas para as guarnições do Corpo de Bombeiros Militar de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 04/09/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 04/09/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- TOMADA DE PREÇO 24/2020 FMS -- REPUBLICADA

Publicação Nº 2609936

PREFEITURA DE NAVEGANTES – TOMADA DE PREÇO 24/2020 FMS
REPUBLICADA

Comunicamos na forma da lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Tomada de preço visando a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia (com fornecimento de material e mão de obra) para execução de obras para reforma e adequação da Unidade Básica de Saúde do bairro Porto das Balsas, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 09/09/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 09/09/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 94/2020 PMN

Publicação Nº 2609893

Setor de Compras e Licitações

AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO PRESENCIAL 67/2020 PMN

A Prefeitura Municipal de Navegantes torna público que está SUSPENSO para alterações o edital do Pregão Presencial nº 67/2020 PMN do objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MAQUINÁRIOS, PARA REMOÇÃO E COLOCAÇÃO DE LAJOTAS SEXTAVADAS, PARALELEPÍPEDOS, PAVERS E MEIOS-FIOS, NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Maiores informações poderão ser sanadas pelo telefone (47) 3342-9500

Navegantes, 17 de junho de 2020.

DECRETO Nº 171 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609931

DECRETO Nº 171 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO”.

O Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 15º da Lei Municipal nº 3450 de 27/11/2019 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotação orçamentária da fonte de recursos abaixo relacionada, até a importância de R\$ 133.700,70 (cento e trinta e três mil, setecentos reais e setenta centavos) da seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 5008 – Contribuição p/Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP
02 – PREFEITURA MUNICIPAL
16 – Secretaria Municipal de Obras
25.752.0024 – 1.019 – Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública
158 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 133.700,70

Art. 2º - Os recursos acima, suplementarão a seguinte dotação orçamentária, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos: 50008 – Contribuição p/Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP
02 – PREFEITURA MUNICIPAL
16 – Secretaria Municipal de Obras
25.752.0024 – 1.019 – Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública
157 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 133.700,70

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2020.

Emílio Vieira
Prefeito

EXTRATO DA DISPENSA 124/2020 PMN

Publicação Nº 2609568

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 124/2020 PMN.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 08.160.936/0001-91, com sede na Rua Henrique Vigarani nº 90, Bairro Barra do Rio, CEP: 88.305-555, Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelos Senhores: Jivago Goetten de Lima, pessoa física inscrito no CPF nº 008.889.119-47 – RG. 4691097 SSP-SC e Jorge Goetten de Lima, pessoa física inscrito no CPF nº 439.279.989-15 – RG. 867513 SSP-SC.

Vigência : 120 dias.

Licitação DL nº 124/2020 PMN

Valor Total: R\$ 683.161,46

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDE DE ÁGUA TRATADA, SERVIÇOS DE CORTE/RELIGAÇÃO, LIGAÇÃO DE ÁGUA, INSTALAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS, GEOFONAMENTO, RECUPERAÇÃO DE VIAS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HIDRANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, EM RAZÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 310004434629 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA DA CONCOR.

Fundamento: o Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade...

Órgão Responsável: Secretaria de Saneamento Básico do Município de Navegantes.

Navegantes, 17 de agosto de 2020.

PORTARIA 2953/2020

Publicação Nº 2609900

PORTARIA Nº 2953 DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A TARIFA BANCÁRIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE FATURAS DE ÁGUAS EMITIDAS PELA SESAN, REFERENTE AO CREDENCIAMENTO Nº 111/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecida a tarifa de R\$ 0,71 (setenta e um centavos) para o recebimento de documentos efetuado no Sistema de Débito em conta, padrão FEBRABAN e prestação de contas por intermédio de meio magnético.

Art. 2º - Fica estabelecida a tarifa de R\$ 0,87 (oitenta e sete centavos) para o recebimento de documento com código de barras, padrão FEBRABAN e prestação de contas por intermédio de meio magnético, através de Atendimento Virtual de Home/Office Banking, Internet/Mobile.

Art. 3º - Fica estabelecida a tarifa de R\$ 1,09 (um real e nove centavos) para o Recebimento de documentos através de autoatendimento, com código de barras padrão FEBRABAN, e prestação de contas por intermédio de meio magnético.

Art. 4º - Fica estabelecida a tarifa de R\$ 1,76 (um real e setenta e seis centavos) para o recebimento de documento com autenticação no caixa, com código de barras padrão FEBRABAN, e prestação de contas por intermédio de meio magnético.

Art. 5º - Fica estabelecida a tarifa de R\$ 1,42 (um real e quarenta e dois centavos) para o recebimento de documento nas casas lotéricas, com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas por intermédio de meio magnético.

Art. 6º - Fica estabelecida a tarifa de R\$ 1,42 (um real e quarenta e dois centavos) para o recebimento de documento no correspondente bancário, com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas por intermédio de meio magnético.

Art. 7º - As tarifas estabelecidas por esta Portaria entrarão em vigor a partir de 00h00 (zero hora) do dia 17/08/2020.

Art. 8º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2020.

Emílio Vieira
PREFEITO

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2954/2020

Publicação Nº 2610102

PORTARIA Nº 2954 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

DESIGNA COMISSÃO DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, por este ato, Comissão de habilitação do Credenciamento 38/2020 FMS, referente ao objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO VOLUNTÁRIA, INVOLUNTÁRIA E COMPULSÓRIA, PARA ADOLESCENTES E ADULTOS DE AMBOS OS SEXOS, COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA E/OU TRANSTORNO PSIQUIÁTRICO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle, atendendo as exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666/1993, cujos integrantes são os seguintes:

- a) ALESSANDRA REGINA LUCAS;
- b) LUCIANA BOZA DELGADO;
- c) CINTIA JANAINA DE SOUZA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2020.

Márcio da Rosa
Secretário de Administração e Logística

Nova Erechim

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO DE RATEIO Nº: 016/2020 CIS CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ERECHIM/SC CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DE SC

Publicação Nº 2610357

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato de Rateio Nº: 016/2020 CIS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ERECHIM/SC

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DE SC

Objeto: Despesas com aquisição de medicamento

Valor: R\$ 514.000,00 (Quinhentos e quatorze mil reais)

Vigência: 31.12.2020

Licitação: Dispensa nº 005/2020

Nova Erechim/SC, 18 de agosto de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ERECHIM – SC AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADM. Nº: 0015/2020

Publicação Nº 2610353

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ERECHIM – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº: 0015/2020

Edital: DISPENSA P/COMPRAS E SERV. - Nº 005/2020

Tipo: ESPECIALISTAS CREDENCIADOS

Objeto: CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PELO CONSÓRCIO – CIS AMOSC

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS AMOSC

Valor: R\$ 514.000,00 (Quinhentos e quatorze mil reais)

Justificativa: Fund. no art. 24 – inciso XXVI – da Lei de Lic. n.8666/93.

Vigência: até 31.12.2020

Nova Erechim, 18 de agosto de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 04/2020 ERRATA 01

Publicação N° 2609896

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 04/2020
ERRATA 01**

A comissão designada pela Decreto nº. 191, de 06 de agosto de 2020, torna pública a Errata 01, do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2020

ANEXO V - CRONOGRAMA

Publicação do Edital de Abertura	07/08/2020
Período de inscrições	10/08/2020 a 21/08/2020
Lista de homologação das inscrições	24/08/2020
Divulgação do resultado preliminar	25/08/2020
Homologação do Processo Seletivo	26/08/2020

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO PRESENTE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, EU, NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ERECHIM/SC, À VISTA O TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 05/2020 - FMS, NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE N°. 0015/2020 - FMS

Publicação N° 2610348

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação, Eu, NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, à vista o Termo de Dispensa de Licitação nº 05/2020 - FMS, no processo administrativo de nº. 0015/2020 - FMS, reconhecendo a hipótese Dispensa de licitação, amparado legalmente no artigo 24, inciso XXVI, da Lei n.º 8.666/93, ficando assim dispensado do procedimento licitatório, tendo em vista a adequação das funções e finalidade de Contratação, venho RATIFICAR a presente dispensa. Ficando assim adjudicado a favor da empresa CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA, CNPJ nº. 01.336.261/0001-40. Com o objetivo de CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PELO CONSÓRCIO – CIS AMOSC. Perfazendo um valor global de R\$ 514.000,00 (Quinhentos e quatorze mil reais), tudo em conformidade com a legislação vigente. Publique-se o presente.

Nova Erechim/SC, 18 de agosto de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

LEI Nº 1.285/2020

Publicação Nº 2611062

LEI Nº 1.285/2020 DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO, PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL E PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes do município, que a Câmara APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte;

LEI:

Art. 1º - Fica aprovado o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, todos elaborados pelo Médico do Trabalho Dr. Ary Santo Agnoletto, CRM 2884D/SC em julho de 2020, os quais ficam fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Os servidores que desempenham atividades em locais insalubres ou perigosos, identificados no Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, farão jus ao percentual de adicional de insalubridade ou periculosidade, de acordo com o laudo em anexo que passará a fazer parte integrante desta Lei.

§ 1º O percentual de adicional de insalubridade será aplicado sobre o Salário Mínimo vigente e o percentual de adicional de periculosidade sobre o vencimento do servidor.

§ 2º Caso a administração municipal forneça os equipamentos de proteção individual – EPI's - que neutralize o agente insalubre ou os riscos constantes no Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, ficará isenta do pagamento dos adicionais a que se refere o caput.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, EM 18 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

LEI Nº 1.286/2020

Publicação Nº 2611059

LEI Nº 1.286/2020 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA a seguinte:

LEI

Art 1º- Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Nova Itaberaba no exercício 2020, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), no Projeto Atividade 1.001 – Construção/Ampliação/Reforma da Unidade de Saúde, na modalidade de aplicação 4.4.90, Aplicação Direta – na Fonte 01.76 – Emendas Parlamentares Individuais, conforme programação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 Saúde
Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 1.001 CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.1.76 – Emendas Parlamentares Individuais

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) provenientes da anulação de dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.1.76 – Emendas Parlamentares Individuais

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 150.000,00

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 18 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

LEI Nº 1.287/2020 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611065

LEI Nº 1.287/2020 18 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS “PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba no exercício 2020, no valor de R\$ 718.000,00 (Setecentos e dezoito mil reais), no Projeto Atividade 2.031 – Ampliação, Reformas e Melhorias nas Escolas, na modalidade de aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta – na Fonte 0.1.01 – Receita de Impostos/Transf. Imp. Educação e fonte 01.36 – Salário Educação, no Projeto Atividade 1.005 – Edificação/Ampliação de Unidades Escolares, na modalidade de Aplicação 4.4.90 – na fonte 01.01 Receita de Impostos/Transf. Imp. Educação, no Projeto Atividade 1.003 – Pavimentação de Logradouros Públicos, na modalidade de aplicação 4.4.90, nas fontes 03.00 Superávit – Recursos Ordinários e fonte 01.00 – Recursos Ordinários, e no Projeto Atividade 2.023 – Manutenção das Atividades do Departamento de Urbanismo, na modalidade de aplicação 3.3.90 na fonte 01.00 – Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO.

Unidade Orçamentária 01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.031 – AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS NAS ESCOLAS

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.1.01 - Receita de Impostos/Transf. Imp. Educação R\$ 200.000,00

Fonte: 0.1.36 – Salário Educação R\$ 100.000,00

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Unidade Orçamentária 01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 365 Educação Infantil
Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
Projeto/Atividade: 1.005 – EDIFICAÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMAS DE UNIDADES ESCOLARES
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta
Fonte: 0.1.01 - Receita de Impostos/Transf. Imp. Educação
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 38.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES
Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Urbanismo
Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 451 Infraestrutura Urbana
Programa: 0011 URBANISMO
Projeto/Atividade: 1.003 PAVIMENTAÇÃO DE LOUGRADOUROS PUBLICOS
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta
Fonte: 03.00 – Superávit – Recursos ordinários R\$ 160.000,00
Fonte: 01.00 – Recursos ordinários R\$ 140.000,00
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES
Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Urbanismo
Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos
Programa: 0011 URBANISMO
Projeto/Atividade: 2.023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPTO DE URBANISMO
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta
Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 718.000,00 (Setecentos e dezoito mil reais) provenientes da anulação de dotação do Orçamento do Município de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, E ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária 01 Departamento de Educação
Função: 12 Educação
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental
Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
Projeto/Atividade: 2.013 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta
Fonte: 0.1.01 - Receita de Impostos/Transf. Imp. Educação
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 228.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
Unidade Orçamentária 01 Departamento de Educação
Função: 12 Educação
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental
Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
Projeto/Atividade: 2.008 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 50.000,00
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 50.000,00
Fonte: 0.1.36 - Salário Educação
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, E ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária 02 Departamento de Cultura
Função: 13 Cultura
Sub-Função: 392 Difusão Cultural
Programa: 0005 CULTURA
Projeto/Atividade: 2.015 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA CULTURA
Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta R\$ 5.000,00
Modalidade de Aplicação 3.3.50 – Aplicação Direta R\$ 1.000,00
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 75.000,00
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 5.000,00
Fonte: 0.1.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária: 03 Departamento de Esportes
Função: 27 Desporto e Lazer

Sub-Função: 812 Desporto Comunitário
Programa: 0006 DESPORTO MUNICIPAL
Projeto/Atividade: 2.016 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS
Modalidade de Aplicação 3.3.50 – Aplicação Direta R\$ 5.000,00
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 30.000,00
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 5.000,00
Fonte: 0.1.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos

Órgão: 03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Unidade Orçamentária: 01 Sec. Municipal de Administração e Fazenda
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa: 0003 ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Projeto/Atividade: 2.017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES COMEMORATIVAS DO MUNICIPIO
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta
Fonte: 0.1.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 20.000,00

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL.
Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal do Idoso
Função: 008 Assistência Social
Sub-Função: 241 Assistência ao Idoso
Programa: 0007 ASSISTÊNCIA INTEGRADA
Projeto/Atividade: 2.038 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta
Fonte: 0.1.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 18.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
Unidade Orçamentária 01 Departamento de Educação
Função: 12 Educação
Sub-Função: 306 Alimentação e Nutrição
Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
Sub-Função: 306 Alimentação e Nutrição
Projeto/Atividade: 2.014 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta
Fonte: 0.1.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 20.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES
Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Urbanismo
Função: 22 Indústria
Sub-Função: 661 Promoção Industrial
Programa: 0011 URBANISMO
Projeto/Atividade: 1.002 IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NA ÁREA INDUSTRIAL
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 1.000,00
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 5.000,00
Fonte: 0.1.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 008 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa: 07 ASSISTENCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 1.006 – CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REF. DE ASSISTENCIA SOCIAL
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta
Fonte: 03.00 - Superávit – Recursos Ordinários
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 160.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
Unidade Orçamentária 01 Departamento de Educação
Função: 12 Educação
Sub-Função: 362 Ensino Médio
Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
Projeto/Atividade: 2.010 – APOIO AO ENSINO MÉDIO
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta
Fonte: 0.1.00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 30.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Unidade Orçamentária: 01 Sec. Municipal de Administração e Fazenda
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa: 0003 ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Projeto/Atividade: 2.006 PARCERIAS COM ENTIDADES MUNICIPALISTAS
Modalidade de Aplicação 3.3.93 – Aplicação Direta
Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento de Fonte de Recursos R\$ 5.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
Unidade Orçamentária 01 Departamento de Educação
Função: 12 Educação
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental
Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
Projeto/Atividade: 2.012 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, ONIBUS, EQUIP.E MOBILIÁRIOS EM GERAL
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta
Fonte: 0.1.01 - Receita de Impostos/Transf. Imp. Educação
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 5.000,00

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 18 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretario Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 80-2020

Publicação Nº 2611068

	Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO de Nova Itaberaba Administrativo
--	---

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140, Modalidade Dispensa por Justificativa – FIRMA-DO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA ITABERABA, CNPJ N. 11.272.232/0001-15 E A EMPRESA ASSOCIAÇÃO CHAPE SAÚDE.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA ITABERABA, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 11.272.232/0001-15, NESTE ATO REPRESENTADO PELO GESTOR(A) SRA. CRISTIANE ALLEBRANTT BOTH, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 064.234.839-14 e ASSOCIAÇÃO CHAPE SAÚDE, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 37.335.471/0001-60, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ELIANE TURATO TALASKA, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 005.052.489-56, celebram a rescisão do contrato de nº 80/2020, com sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente resolvem:

CONSIDERANDO: A falta de prestação de serviços médicos e de enfermagem 40 horas semanais, conforme informação no relatório do sistema E-Sus, que em síntese, entre os dias 04/08/2020 até 11/08/2020, constatou-se 32 horas sem prestação de serviços médicos e 08 horas sem prestação de serviços de enfermagem (Of. FMS 314/2020);

CONSIDERANDO: A justificativa da Contratada, de que a falta da prestação dos serviços fora em decorrência de que vários profissionais da empresa estarem afastados em decorrência do COVID-19, motivo pelo qual requereu a rescisão amigável do contrato;

RESOLVEM:

Art. 1º - Fica rescindido o contrato nº 80/2020, existente entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA ITABERABA e ASSOCIAÇÃO CHAPE SAÚDE, a partir da data de assinatura desse termo;

Parágrafo Único – no ato de assinatura do presente termo o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA ITABERABA, anulará o contrato de nº 80/2020, tornando o nulo de pleno direito, não sendo devido a contratada nenhuma remuneração extra quer seja a que título for, exceto o valor correspondente as horas trabalhadas, as quais serão apuradas pela Secretaria de Saúde, no ato da rescisão.

Art. 2º - Este termo de rescisão tem por fundamentação legal o art. 77 e 78, inciso I, da Lei n.º 8.666/93.

Art. 3o - A presente rescisão é realizada em caráter irrevogável e irretratável, revogando-se as disposições em contrário.
Nova Itaberaba, SC, 18 de Agosto de 2020.

CRISTIANE ALLEBRANTT BOTH
Secretária Municipal da Saúde

ELIANE TURATO TALASKA
REPRESENTANTE LEGAL

Mauro Cesar Ribeiro dos Santos
Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 692/2020

Publicação Nº 2609731

PORTARIA Nº 692/2020

Concede Licença Tratamento de Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal, ANDREIA INEZ DALBOSCO ROVER, matrícula nº 82, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Básica de Saúde Madre Paulina, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 10(dez) dias, a contar de 18 de agosto de 2020 a 27 de agosto de 2020, conforme atestado médico, datado de 18 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de agosto de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 694/2020

Publicação Nº 2611040

PORTARIA Nº 694/2020

Aquisição de Estabilidade

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o artigo 31 da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto do Servidor Público do Município de Nova Trento), alterado pela Lei nº 2.584/2015,

RESOLVE:

Fica reconhecida a aquisição da estabilidade, na forma do Processo de Avaliação Executado, ao (a) servidor (a) em Estágio Probatório, ALESSANDRA MARCHIOLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, matrícula 7544, com efeitos a partir de 24 de Julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de agosto de 2020.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2020

Publicação Nº 2609952

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 1/7
 Processo Nº.: 54/2020
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 29/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2020

No dia 14 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na RUA SANTO INACIO 126, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 29/2020, Processo Licitatório nº. 54/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO, LIMPA FOSSA E CAMINHÃO PIPA DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDOS DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11577	DEDETIZADORA TROMBIM EIRELI	
8858	TRANSPORTES DELL'AGNOLO LTDA-ME(SÓ ENTULHOS).	1, 2, 3, 4, 5

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DEDETIZADORA TROMBIM EIRELI	08.595.644/0001-81		
TRANSPORTES DELL'AGNOLO LTDA-ME(SÓ ENTULHOS).	05.192.266/0001-05		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO, LIMPA FOSSA E CAMINHÃO PIPA DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDOS DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8858 - TRANSPORTES DELL'AGNOLO LTDA-ME(SÓ ENTULHOS).						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE LIMPA FOSSA	UND	PRÓPRIA	30,000	390,0000	11.700,00
2	SERVIÇO DE LIMPA FOSSA	UND	PRÓPRIA	30,000	160,0000	4.800,00
3	SERVIÇO COM CAMINHÃO PIPA - MOLHADA	HRS.	PRÓPRIA	300,000	115,0000	34.500,00
4	SERVIÇO COM CAMINHÃO HIDROJATO	HRS.	PRÓPRIA	750,000	115,0000	86.250,00
5	SERVIÇO COM CAMINHÃO HIDROJATO	HRS.	PRÓPRIA	250,000	115,0000	28.750,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 2/7

Processo Nº.: 54/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 29/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 3/7

Processo N°.: 54/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 29/2020

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 4/7

Processo Nº.: 54/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 29/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 5/7
Processo N°.: 54/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 29/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 6/7
Processo Nº.: 54/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 29/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 7/7

Processo N°.: 54/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 29/2020

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 14 de Agosto de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO

Empresas Participantes:

DEDETIZADORA TROMBIM EIRELI CNPJ: 08.595.644/0001-81 _____

TRANSPORTES DELL'AGNOLO LTDA-ME(SÓ ENTULHOS). CNPJ: 05.192.266/0001-05 _____

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO SAF N.º 004, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610613

DECRETO SAF N.º 004, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

“ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 599.733,31, POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso I, da Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 599.733,31 (quinhentos e noventa e nove mil, setecentos e trinta e três reais e trinta e um centavos), por conta de excesso de arrecadação, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Unidade: 01 Departamento de Estradas e Rodagem

Proj./Ativ.: 1.040 Pavimentação de Vias, Rodovias e Logradouros

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 0755 (114) Aplicações Diretas R\$ 599.733,31

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do excesso de arrecadação, decorrente do Convênio n.º 2020TR001194, oriundo do orçamento do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - As despesas por conta do crédito de que trata o caput do artigo 1º, correspondentes aos recursos do Convênio citado, ficam condicionadas e limitadas ao efetivo ingresso dos valores nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 12 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 12 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO SAF N.º 005, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610589

DECRETO SAF N.º 005, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

“ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 100.000,00, POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso I, da Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019), em favor da Secretaria Municipal de Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por conta de excesso de arrecadação, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 07: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 Departamento de Educação Infantil e Fundamental

Proj./Ativ.: 1.012 Ampliação da Rede Física de Educação Básica

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 0753 (170) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do excesso de arrecadação, decorrente de emenda impositiva n.º 533, oriunda do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - As despesas por conta do crédito de que trata o caput do artigo 1º, correspondentes aos recursos das Emendas citadas, ficam condicionadas e limitadas ao efetivo ingresso dos valores nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 12 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 12 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO SAF N.º 006, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609678

DECRETO SAF N.º 006, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

"ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 321.409,98, POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso I, da Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 321.409,98 (trezentos e vinte e um mil, quatrocentos e nove reais e noventa e oito centavos), por conta de excesso de arrecadação, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Unidade: 01 Departamento de Estradas e Rodagem

Proj./Ativ.: 2.044 Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0706 (169) Aplicações Diretas R\$ 321.409,98

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do excesso de arrecadação, creditado na Caixa Econômica Federal, agência 4878, conta corrente n.º 672005-0.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 12 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 12 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 006/2020

Publicação Nº 2610400

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 006/2020

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas pelo artigo 145, III, da Constituição Federal c/c artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional c/c 72 a 83 do Código Tributário do Município de Nova Veneza, por intermédio do presente edital, que será publicado no Diário Oficial do Município, nos termos do artigo 131 da Lei Orgânica do Município, bem como de forma complementar no sítio eletrônico oficial www.novaveneza.sc.gov.br, leva ao conhecimento dos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis situados ou lindeiros, da RUA ANGELA BONATTO SPILLERE, situada no Distrito de Nossa Senhora de Caravaggio, que serão executadas pelo Município as obras de melhoria de que trata este edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como avaliação dos imóveis antes da execução da obra, bem como projeção de valorização imobiliária dos imóveis beneficiados, para

fins de cobrança da Contribuição de Melhoria decorrentes da obra de infraestrutura e pavimentação, em via pública da cidade, conforme descrições que seguem.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO

A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, instituída para fazer face ao custo de obras públicas, tem como fato gerador a valorização imobiliária decorrente das obras públicas mencionadas no art. 1º da Lei Municipal n.º 2.790, de 19 de junho de 2020.

2. DO CONTRIBUINTE

O contribuinte da Contribuição de Melhoria é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título (art. 3º, Lei Municipal n.º 2.790/20).

3. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (ART. 4º, I, LEI MUNICIPAL N.º 2.790/20)

3.1. Do Local das Obras de Pavimentação

Pavimentação asfáltica com drenagem da Rua Ângela Bonatto Spillere, com início na Rua 26 de Maio e final na Rua Francisco Ronchi, no Distrito de Nossa Senhora de Caravaggio, Nova Veneza/SC.

3.2. Considerações Preliminares

O memorial descritivo se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação e drenagem na via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação, que, exemplificativamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento e nivelamento, drenagem com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros, pavimentação (asfáltica, pavimento intertravado, lajota sextavada ou retangular), meio fio, etc.

3.3. Da Descrição Individual da Obra:

3.3.1 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA:

3.3.2 - BASE - É uma camada de material pétreo, resultante da britagem da pedra passado na peneira de 19 mm. Após o espalhamento na pista será compactada com equipamento adequado, o grau de compactação a 100% do procto modificado. A tolerância do greide final da base será de - 1.0 cm a 1.0 cm e a declividade transversal será de 3% a partir do eixo para os bordos.

3.3.3 - IMPRIMAÇÃO - É a impermeabilização da base com asfalto diluído a CM-30 aplicado com taxa de 0,8 a 1,2l/m², dependendo da textura da base e deverá ser aplicada com um caminhão espargidor com barra de distribuição acionado a uma pressão constante no motor.

3.3.4 - PINTURA DE LIGAÇÃO - É a aplicação de um ligante, emulsão asfáltica RR-1C que tem por finalidade a perfeita ligação entre a base imprimada e o revestimento imprimada e o revestimento asfáltico.

3.3.5 - CAMADA ASFALTICA - É uma camada de 4 cm em Concreto Asfáltico Usinado a Quente que tem por finalidade dar conforto, segurança aos motoristas e proteger a base contra a ação das intempéries.

3.3.6 - MEIO FIO - Ao conjunto de guias retas ou curvas assentadas e alinhadas ao longo das bordas da pista chama-se meio-fio. Sendo de concreto deverá apresentar uma resistência a compressão simples de 150 kg/cm².

3.3.7 - SINALIZAÇÃO - A sinalização horizontal será com tinta de marcação viária, retro refletiva branca, nas faixas de pedestres, amarela, no eixo, a base de resina acrílica com microesferas de vidro com uma faixa central, na largura de 0,10 metros cada. A sinalização vertical será com placas metálicas semi refletivas nas dimensões, conforme projeto.

3.3.8 - DRENAGEM - Consiste apenas na canalização das águas superficiais, para uma rede subterrânea de tubos de concreto, com caixas coletoras com boca de lobo, conforme projeto.

5. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA (ART. 4º, II, LEI MUNICIPAL N.º 2.790/20)

O custo da obra do presente edital referente à execução da pavimentação asfáltica na Rua Ângela Bonato Spillere está distribuído:

	Descrição	Valor (R\$)
01	Pavimentação	60.293,59
02	Drenagem	8.885,13
	TOTAL	69.178,72

6. DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (ART. 4º, III, LEI MUNICIPAL N.º 2.790/20)

A parcela de 50% (cinquenta por cento) do custo da obra será financiada pela Contribuição de Melhoria, nos termos do art. 7º, caput, da Lei Municipal n.º 2.790/20. A municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 48.876,75 (quarenta e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos) do orçamento, e mais aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

7. DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (ART. 4º, IV, LEI MUNICIPAL N.º 2.790/20)

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis lindeiros, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados.

Consideram-se também lindeiros os bens imóveis que tenham acesso à via ou logradouro beneficiado pela pavimentação, por ruas ou

passagens particulares, entradas de vila, servidões de passagem e outros assemelhados.

8. VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DECORRENTE DA OBRA

É parte integrante deste Edital o Cálculo de Avaliação Imobiliária Decorrente da Obra (Anexo I), elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 177, de 20 de fevereiro de 2017:

Contribuinte	Valor do imóvel antes da obra	Valor do imóvel após a obra	Valorização imobiliária
ANDRE SPILLERE	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
ANDRE SPILLERE	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
MARILETE DONDOSSOLA WARMLING	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
MIRIAN LUZIA ZANIN LAURINDO	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
FELICIO PAULO ZANIN	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
INDÚSTRIA MET SUL CATARINENSE LTDA	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
INDÚSTRIA MET SUL CATARINENSE LTDA	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
ISRAEL MENDES ANTUNES	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
VALDEMAR TRAMONTIN	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
LUCAS CARDOSO DE ANDRADE	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00

9. CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A contribuição de melhoria será calculada levando-se em conta o custo total da obra pública, rateada entre os imóveis valorizados, proporcionalmente às testada dos mesmos, tomando-se por limite máximo o custo de obra, não podendo o tributo ser exigido do contribuinte em quantia superior à valorização imobiliária que a obra resultar para seu imóvel.

Contribuinte	Cadastro Municipal	Custo total da obra rateada entre os imóveis proporcional à testada	Valorização imobiliária	Contribuição de melhoria
ANDRE SPILLERE	2341	3.409,27	R\$ 9.000,00	3.409,27
ANDRE SPILLERE	2342	3.409,27	R\$ 9.000,00	3.409,27
MARILETE DONDOSSOLA WARMLING	2301	4.895,37	R\$ 9.000,00	4.895,37
MIRIAN LUZIA ZANIN LAURINDO	2281	4.720,53	R\$ 9.000,00	4.720,53
FELICIO PAULO ZANIN	2280	4.720,53	R\$ 9.000,00	4.720,53
INDÚSTRIA MET SUL CATARINENSE LTDA	2321	3.409,27	R\$ 9.000,00	3.409,27
INDÚSTRIA MET SUL CATARINENSE LTDA	2322	3.409,27	R\$ 9.000,00	3.409,27
ISRAEL MENDES ANTUNES	2294	4.895,37	R\$ 9.000,00	4.895,37
VALDEMAR TRAMONTIN	2279	4.720,53	R\$ 9.000,00	4.720,53
LUCAS CARDOSO DE ANDRADE	2278	4.720,53	R\$ 9.000,00	4.720,53

10. DO LANÇAMENTO

Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

11. DA IMPUGNAÇÃO

11.1 - Os interessados poderão impugnar qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

11.2 - A impugnação será julgada em primeira instância pelo Setor de Tributos do Município, cabendo, desta decisão, recurso administrativo à autoridade superior no prazo de 5 (cinco) dias.

11.3 - Havendo a necessidade, poderá o Fiscal de Tributos responsável pelo julgamento da impugnação solicitar parecer técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

11.4 - A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo e sua decisão somente terá efeito para o recorrente.

12. FORMA DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá liquidar o crédito tributário mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

PLANO A: pagamento à vista, em até trinta dias após o lançamento, da totalidade do crédito tributário, com desconto de 30% (trinta por cento);

PLANO B: pagamento em até 3 (três) parcelas, com desconto de 15% (quinze por cento);

PLANO C: pagamento em até 6 (seis) parcelas, com desconto de 10% (dez por cento);

PLANO D: pagamento em até 9 (nove) parcelas, com desconto de 5% (cinco por cento);

PLANO E: pagamento em até 12 (doze) parcelas, sem desconto;
PLANO F: pagamento em até 26 (vinte e seis) parcelas, sem desconto.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1 - O valor por metro linear de Rua é de R\$ 174,83 (cento e setenta e quatro reais e oitenta e três centavos).
11.2 - O rateio individual para cada contribuinte é de R\$ 174,83 (cento e setenta e quatro reais e oitenta e três centavos), por metro de testada, considerando o acréscimo do valor do imóvel e o orçamento estimado da obra.
11.3 - Os valores constantes neste edital estão apresentados em moeda corrente nacional (reais).
11.4 - As demais informações poderão ser obtidas no setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Nova Veneza.

Nova Veneza, SC, 06 de maio de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

FELIPE NIEHUES FURLAN
Secretário de Planejamento e Urbanismo

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretária de Administração e Finanças

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 007/2020

Publicação N° 2610397

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 007/2020

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas pelo artigo 145, III, da Constituição Federal c/c artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional c/c 72 a 83 do Código Tributário do Município de Nova Veneza, por intermédio do presente edital, que será publicado no Diário Oficial do Município, nos termos do artigo 131 da Lei Orgânica do Município, bem como de forma complementar no sítio eletrônico oficial www.novaveneza.sc.gov.br, leva ao conhecimento dos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis situados ou lindeiros, da RUA FRANCISCO RONCHI, situada no Distrito de Nossa Senhora de Caravaggio, que serão executadas pelo Município as obras de melhoria de que trata este edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como avaliação dos imóveis antes da execução da obra, bem como projeção de valorização imobiliária dos imóveis beneficiados, para fins de cobrança da Contribuição de Melhoria decorrentes da obra de infraestrutura e pavimentação, em via pública da cidade, conforme descrições que seguem.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO

A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, instituída para fazer face ao custo de obras públicas, tem como fato gerador a valorização imobiliária decorrente das obras públicas mencionadas no art. 1º da Lei Municipal n.º 2.790, de 19 de junho de 2020.

2. DO CONTRIBUINTE

O contribuinte da Contribuição de Melhoria é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título (art. 3º, Lei Municipal n.º 2.790/20).

3. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (ART. 4º, I, LEI MUNICIPAL N.º 2.790/20)

3.1. Do Local das Obras de Pavimentação

Pavimentação asfáltica com drenagem da Rua Francisco Ronchi, com início na Rua Irineu Bornhausen e final na Rua Irineu Bornhausen, no Distrito de Nossa Senhora de Caravaggio, Nova Veneza/SC.

3.2. Considerações Preliminares

O memorial descritivo se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação e drenagem na via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação, que, exemplificativamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento e nivelamento, drenagem com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros, pavimentação (asfáltica, pavimento intertravado, lajota sextavada ou retangular), meio fio, etc.

3.3. Da Descrição Individual da Obra:

3.3.1 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA:

3.3.2 - BASE - É uma camada de material pétreo, resultante da britagem da pedra passado na peneira de 19 mm. Após o espalhamento na pista será compactada com equipamento adequado, o grau de compactação a 100% do procto modificado. A tolerância do greide final da base será de - 1.0 cm a 1.0 cm e a declividade transversal será de 3% a partir do eixo para os bordos.

3.3.3 - IMPRIMAÇÃO - É a impermeabilização da base com asfalto diluído a CM-30 aplicado com taxa de 0,8 a 1,2l/m², dependendo da textura da base e deverá ser aplicada com um caminhão espargidor com barra de distribuição acionado a uma pressão constante no motor.

3.3.4 - PINTURA DE LIGAÇÃO - É a aplicação de um ligante, emulsão asfáltica RR-1C que tem por finalidade a perfeita ligação entre a base imprimada e o revestimento imprimada e o revestimento asfáltico.

3.3.5 - CAMADA ASFALTICA - É uma camada de 4 cm em Concreto Asfáltico Usinado a Quente que tem por finalidade dar conforto, segurança aos motoristas e proteger a base contra a ação das intempéries.

3.3.6 - MEIO FIO - Ao conjunto de guias retas ou curvas assentadas e alinhadas ao longo das bordas da pista chama-se meio-fio. Sendo de concreto deverá apresentar uma resistência a compressão simples de 150 kg/cm².

3.3.7 - SINALIZAÇÃO - A sinalização horizontal será com tinta de marcação viária, retro refletiva branca, nas faixas de pedestres, amarela, no eixo, a base de resina acrílica com microesferas de vidro com uma faixa central, na largura de 0,10 metros cada. A sinalização vertical será com placas metálicas semi refletivas nas dimensões, conforme projeto.

3.3.8 - DRENAGEM - Consiste apenas na canalização das águas superficiais, para uma rede subterrânea de tubos de concreto, com caixas coletoras com boca de lobo, conforme projeto.

5. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA (ART. 4º, II, LEI MUNICIPAL N.º 2.790/20)

O custo da obra do presente edital referente à execução da pavimentação asfáltica na RUA FRANCISCO RONCHI está distribuído:

	Descrição	Valor (R\$)
01	Pavimentação	60.293,59
02	Drenagem	8.885,13
	TOTAL	69.178,72

6. DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (ART. 4º, III, LEI MUNICIPAL N.º 2.790/20)

A parcela de 50% (cinquenta por cento) do custo da obra será financiada pela Contribuição de Melhoria, nos termos do art. 7º, caput, da Lei Municipal n.º 2.790/20. A municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 72.474,73 (setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e tres centavos) do orçamento, e mais aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

7. DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (ART. 4º, IV, LEI MUNICIPAL N.º 2.790/20)

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis lindeiros, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados.

Consideram-se também lindeiros os bens imóveis que tenham acesso à via ou logradouro beneficiado pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vila, servidões de passagem e outros assemelhados.

8. VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DECORRENTE DA OBRA

É parte integrante deste Edital o Cálculo de Avaliação Imobiliária Decorrente da Obra (Anexo I), elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 177, de 20 de fevereiro de 2017:

Contribuinte	Valor do imóvel antes da obra	Valor do imóvel após a obra	Valorização imobiliária
ANDRESSA ROMAGNA	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
WILSON JOSÉ ROMAGNA	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
WILSON JOSÉ ROMAGNA	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
WILSON JOSÉ ROMAGNA	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
WILSON JOSÉ ROMAGNA	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
ALEXSANDRO SCARPARI CARADOR	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
EDUARDO MARANGONI BARONI	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
ANTONIO CARLOS MINATTO BINATTI	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
LUCAS CARDOSO DE ANDRADE	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
FELICIO PAULO ZANIN	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
SERGIO STANGER	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
SELESIO STANGER	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
VALTAIR RONCHI	R\$ 600.000,00	R\$ 660.000,00	R\$ 60.000,00

9. CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A contribuição de melhoria será calculada levando-se em conta o custo total da obra pública, rateada entre os imóveis valorizados, proporcionalmente às testada dos mesmos, tomando-se por limite máximo o custo de obra, não podendo o tributo ser exigido do contribuinte em quantia superior à valorização imobiliária que a obra resultar para seu imóvel.

Contribuinte	Cadastro Municipal	Custo total da obra rateada entre os imóveis proporcional à testada	Valorização imobiliária	Contribuição de melhoria
ANDRESSA ROMAGNA	4074	2.805,21	R\$ 9.000,00	2.805,21

WILSON JOSÉ ROMAGNA	4073	2.805,21	R\$ 9.000,00	2.805,21
WILSON JOSÉ ROMAGNA	4075	2.805,21	R\$ 9.000,00	2.805,21
WILSON JOSÉ ROMAGNA	4819	2.705,03	R\$ 9.000,00	2.705,03
WILSON JOSÉ ROMAGNA	4076	2.705,03	R\$ 9.000,00	2.705,03
ALEXSANDRO SCARPARI CARRADOR	2272	2.705,03	R\$ 9.000,00	2.705,03
EDUARDO MARANGONI BARONI	2274	2.705,03	R\$ 9.000,00	2.705,03
ANTONIO CARLOS MINATTO BINATTI	2276	2.805,21	R\$ 9.000,00	2.805,21
LUCAS CARDOSO DE AN- DRADE	2278	2.805,21	R\$ 9.000,00	2.805,21
FELICIO PAULO ZANIN	2280	2.805,21	R\$ 9.000,00	2.805,21
SERGIO STANGER	2282	2.805,21	R\$ 9.000,00	2.805,21
SELESIO STANGER	2284	2.805,21	R\$ 9.000,00	2.805,21
VALTAIR RONCHI	6725	35.245,52	R\$ 60.000,00	35.245,52

10. DO LANÇAMENTO

Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

11. DA IMPUGNAÇÃO

11.1 - Os interessados poderão impugnar qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

11.2 - A impugnação será julgada em primeira instância pelo Setor de Tributos do Município, cabendo, desta decisão, recurso administrativo à autoridade superior no prazo de 5 (cinco) dias.

11.3 - Havendo a necessidade, poderá o Fiscal de Tributos responsável pelo julgamento da impugnação solicitar parecer técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

11.4 - A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo e sua decisão somente terá efeito para o recorrente.

12. FORMA DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá liquidar o crédito tributário mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

PLANO A: pagamento à vista, em até trinta dias após o lançamento, da totalidade do crédito tributário, com desconto de 30% (trinta por cento);

PLANO B: pagamento em até 3 (três) parcelas, com desconto de 15% (quinze por cento);

PLANO C: pagamento em até 6 (seis) parcelas, com desconto de 10% (dez por cento);

PLANO D: pagamento em até 9 (nove) parcelas, com desconto de 5% (cinco por cento);

PLANO E: pagamento em até 12 (doze) parcelas, sem desconto;

PLANO F: pagamento em até 26 (vinte e seis) parcelas, sem desconto.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - O valor por metro linear de Rua é de R\$ 195,51 (cento e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos).

11.2 - O rateio individual para cada contribuinte é de R\$ 195,51 (cento e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos), por metro de testada, considerando o acréscimo do valor do imóvel e o orçamento estimado da obra.

11.3 - Os valores constantes neste edital estão apresentados em moeda corrente nacional (reais).

11.4 - As demais informações poderão ser obtidas no setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Nova Veneza.

Nova Veneza, SC, 06 de maio de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

FELIPE NIEHUES FURLAN

Secretário de Planejamento e Urbanismo

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretária de Administração e Finanças

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 008/2020

Publicação N° 2610393

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 008/2020

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas pelo artigo 145, III, da Constituição Federal c/c artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional c/c 72 a 83 do Código Tributário do Município de Nova Veneza, por intermédio do presente edital, que será publicado no Diário Oficial do Município, nos termos do artigo 131 da Lei Orgânica do Município, bem como de forma complementar no sítio eletrônico oficial www.novaveneza.sc.gov.br, leva ao conhecimento dos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis situados ou lindeiros, da RUA CÔNEGO MIGUEL GIACCA, situada no Distrito de Nossa Senhora de Caravaggio, que serão executadas pelo Município as obras de melhoria de que trata este edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como avaliação dos imóveis antes da execução da obra, bem como projeção de valorização imobiliária dos imóveis beneficiados, para fins de cobrança da Contribuição de Melhoria decorrentes da obra de infraestrutura e pavimentação, em via pública da cidade, conforme descrições que seguem.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO

A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, instituída para fazer face ao custo de obras públicas, tem como fato gerador a valorização imobiliária decorrente das obras públicas mencionadas no art. 1º da Lei Municipal n.º 2.790, de 19 de junho de 2020.

2. DO CONTRIBUINTE

O contribuinte da Contribuição de Melhoria é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título (art. 3º, Lei Municipal n.º 2.790/20).

3. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (ART. 4º, I, LEI MUNICIPAL N.º 2.790/20)**3.1. Do Local das Obras de Pavimentação**

Pavimentação asfáltica com drenagem da Rua Cônego Miguel Giacca, com início na Rua Irineu Bornhausen e final na Rua Cônego Miguel Giacca (frente ao lote n.º 06 da quadra C e lote n.º 03 da quadra F), no Distrito de Nossa Senhora de Caravaggio, Nova Veneza/SC.

3.2. Considerações Preliminares

O memorial descritivo se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação e drenagem na via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação, que, exemplificativamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento e nivelamento, drenagem com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros, pavimentação (asfáltica, pavimento intertravado, lajota sextavada ou retangular), meio fio, etc.

3.3. Da Descrição Individual da Obra:**3.3.1 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA:**

3.3.2 - BASE - É uma camada de material pétreo, resultante da britagem da pedra passado na peneira de 19 mm. Após o espalhamento na pista será compactada com equipamento adequado, o grau de compactação a 100% do procto modificado. A tolerância do greide final da base será de - 1.0 cm a 1.0 cm e a declividade transversal será de 3% a partir do eixo para os bordos.

3.3.3 - IMPRIMAÇÃO - É a impermeabilização da base com asfalto diluído a CM-30 aplicado com taxa de 0,8 a 1,2l/m², dependendo da textura da base e deverá ser aplicada com um caminhão espargidor com barra de distribuição acionado a uma pressão constante no motor.

3.3.4 - PINTURA DE LIGAÇÃO - É a aplicação de um ligante, emulsão asfáltica RR-1C que tem por finalidade a perfeita ligação entre a base imprimada e o revestimento imprimada e o revestimento asfáltico.

3.3.5 - CAMADA ASFALTICA - É uma camada de 4 cm em Concreto Asfáltico Usinado a Quente que tem por finalidade dar conforto, segurança aos motoristas e proteger a base contra a ação das intempéries.

3.3.6 - MEIO FIO - Ao conjunto de guias retas ou curvas assentadas e alinhadas ao longo das bordas da pista chama-se meio-fio. Sendo de concreto deverá apresentar uma resistência a compressão simples de 150 kg/cm².

3.3.7 - SINALIZAÇÃO - A sinalização horizontal será com tinta de marcação viária, retro refletiva branca, nas faixas de pedestres, amarela, no eixo, a base de resina acrílica com microesferas de vidro com uma faixa central, na largura de 0,10 metros cada. A sinalização vertical será com placas metálicas semi refletivas nas dimensões, conforme projeto.

3.3.8 - DRENAGEM - Consiste apenas na canalização das águas superficiais, para uma rede subterrânea de tubos de concreto, com caixas coletoras com boca de lobo, conforme projeto.

5. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA (ART. 4º, II, LEI MUNICIPAL N.º 2.790/20)

O custo da obra do presente edital referente à execução da pavimentação asfáltica na Rua Cônego Miguel Giacca está distribuído:

	Descrição	Valor (R\$)
01	Pavimentação	98.154,09
02	Drenagem	29.927,83
	TOTAL	128.081,92

6. DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (ART. 4º, III, LEI MUNICIPAL N.º 2.790/20)

A parcela de 50% (cinquenta por cento) do custo da obra será financiada pela Contribuição de Melhoria, nos termos do art. 7º, caput, da Lei Municipal n.º 2.790/20. A municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 67.593,86 (sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos) do orçamento, e mais aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

7. DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (ART. 4º, IV, LEI MUNICIPAL N.º 2.790/20)

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis lindeiros, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados.

Consideram-se também lindeiros os bens imóveis que tenham acesso à via ou logradouro beneficiado pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vila, servidões de passagem e outros assemelhados.

8. VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DECORRENTE DA OBRA

É parte integrante deste Edital o Cálculo de Avaliação Imobiliária Decorrente da Obra (Anexo I), elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 177, de 20 de fevereiro de 2017:

Contribuinte	Valor do imóvel antes da obra	Valor do imóvel após a obra	Valorização imobiliária
VANICI COLONETTI BOAROLI	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
SUZANA MARILDA CORREA DA SILVA	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
SUZANA MARILDA CORREA DA SILVA	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
CLEDIANE OLIVO SAVIO MONDARDO	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
EDENOR DA SILVA	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
EDENOR DA SILVA	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
JUCELI JUNG	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
LUAN ROMAGNA BARONI	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
ISRAEL MENDES ANTUNES	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
MARILETE DONDOSSOLA WARMLING	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
MARILETE DONDOSSOLA WARMLING	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
MARILETE DONDOSSOLA WARMLING	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
WILSON JOSÉ ROMAGNA	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
WILSON JOSÉ ROMAGNA	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
CLEDIANE OLIVO SAVIO MONDARDO	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
DILNEI BARONI	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
DILNEI BARONI	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
VALDEMAR TRAMONTIN	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 9.000,00
MIRIAN LUZIA ZANIN LAURINDO	R\$ 80.000,00	R\$ 88.000,00	R\$ 8.000,00
WANDERLEI CUNHA	R\$ 70.000,00	R\$ 77.000,00	R\$ 7.000,00
LAUDEVINO CUNHA	R\$ 70.000,00	R\$ 77.000,00	R\$ 7.000,00

9. CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A contribuição de melhoria será calculada levando-se em conta o custo total da obra pública, rateada entre os imóveis valorizados, proporcionalmente às testadas dos mesmos, tomando-se por limite máximo o custo de obra, não podendo o tributo ser exigido do contribuinte em quantia superior à valorização imobiliária que a obra resultar para seu imóvel.

Contribuinte	Cadastro Municipal	Custo total da obra rateada entre os imóveis proporcional à testada	Valorização imobiliária	Contribuição de melhoria
VANICI COLONETTI BOAROLI	2286	2.587,96	R\$ 9.000,00	2.587,96
SUZANA MARILDA CORREA DA SILVA	2287	2.587,96	R\$ 9.000,00	2.587,96
SUZANA MARILDA CORREA DA SILVA	2288	2.587,96	R\$ 9.000,00	2.587,96
CLEDIANE OLIVO SAVIO MONDARDO	2289	2.495,53	R\$ 9.000,00	2.495,53
EDENOR DA SILVA	2290	2.495,53	R\$ 9.000,00	2.495,53
EDENOR DA SILVA	2291	2.495,53	R\$ 9.000,00	2.495,53
JUCELI JUNG	2292	2.495,53	R\$ 9.000,00	2.495,53

LUAN ROMAGNA BARONI	2293	2.587,96	R\$ 9.000,00	2.587,96
ISRAEL MENDES ANTUNES	2294	2.587,96	R\$ 9.000,00	2.587,96
MARILETE DONDOSSOLA WARMLING	2301	2.587,96	R\$ 9.000,00	2.587,96
MARILETE DONDOSSOLA WARMLING	2300	2.587,96	R\$ 9.000,00	2.587,96
MARILETE DONDOSSOLA WARMLING	2302	2.587,96	R\$ 9.000,00	2.587,96
WILSON JOSÉ ROMAGNA	2262	9.375,82	R\$ 9.000,00	9.375,82
WILSON JOSÉ ROMAGNA	4077	2.495,53	R\$ 9.000,00	2.495,53
CLEDIANE OLIVO SAVIO MONDARDO	2273	2.495,53	R\$ 9.000,00	2.495,53
DILNEI BARONI	2275	2.495,53	R\$ 9.000,00	2.495,53
DILNEI BARONI	2277	2.587,96	R\$ 9.000,00	2.587,96
VALDEMAR TRAMONTIN	2279	2.587,96	R\$ 9.000,00	2.587,96
MIRIAN LUZIA ZANIN LAURINDO	2281	2.587,96	R\$ 8.000,00	2.587,96
WANDERLEI CUNHA	2283	2.587,96	R\$ 7.000,00	2.587,96
LAUDEVINO CUNHA	2285	2.587,96	R\$ 7.000,00	2.587,96

10. DO LANÇAMENTO

Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

11. DA IMPUGNAÇÃO

11.1 - Os interessados poderão impugnar qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

11.2 - A impugnação será julgada em primeira instância pelo Setor de Tributos do Município, cabendo, desta decisão, recurso administrativo à autoridade superior no prazo de 5 (cinco) dias.

11.3 - Havendo a necessidade, poderá o Fiscal de Tributos responsável pelo julgamento da impugnação solicitar parecer técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

11.4 - A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo e sua decisão somente terá efeito para o recorrente.

12. FORMA DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá liquidar o crédito tributário mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

PLANO A: pagamento à vista, em até trinta dias após o lançamento, da totalidade do crédito tributário, com desconto de 30% (trinta por cento);

PLANO B: pagamento em até 3 (três) parcelas, com desconto de 15% (quinze por cento);

PLANO C: pagamento em até 6 (seis) parcelas, com desconto de 10% (dez por cento);

PLANO D: pagamento em até 9 (nove) parcelas, com desconto de 5% (cinco por cento);

PLANO E: pagamento em até 12 (doze) parcelas, sem desconto;

PLANO F: pagamento em até 26 (vinte e seis) parcelas, sem desconto.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - O valor por metro linear de Rua é de R\$ 184,85 (cento e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

11.2 - O rateio individual para cada contribuinte é de R\$ R\$ 184,85 (cento e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), por metro de testada, considerando o acréscimo do valor do imóvel e o orçamento estimado da obra.

11.3 - Os valores constantes neste edital estão apresentados em moeda corrente nacional (reais).

11.4 - As demais informações poderão ser obtidas no setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Nova Veneza.

Nova Veneza, SC, 06 de maio de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

FELIPE NIEHUES FURLAN
Secretário de Planejamento e Urbanismo

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretária de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL N.º 131/2020 - PMNV

Publicação N° 2610471

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 131/2020

OBJETO: Aquisição de pneus novos para uso na frota da Secretaria Municipal de Educação de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 08:30 horas do dia 28/08/2020

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 18 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL N.º 132/2020 - PMNV

Publicação N° 2610477

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 132/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestar serviços técnicos especializados para elaboração e execução plena de processo seletivo para contratação de profissionais destinados a Admissão em Caráter Temporário para a Secretaria de Educação de Nova Veneza, SC, para o ano de 2021.

Abertura: às 09:30 horas do dia 28/08/2020

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 18 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2020 - FMAS

Publicação Nº 2609870

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE NOVA VENEZA</p> <p>CNPJ: 15.423.721/0001-81 TRAVESSA OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2020 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 10/2020 Processo de Licitação: 10/2020 Data do Processo: 27/07/2020</p>
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), para enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus para uso da Secretaria de Assistência Social do Município de Nova Veneza/SC.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 17 de Agosto de 2020, às 08:35 horas, na sede da(o) FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 10/2020, Licitação nº 10/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 6607 - NICOLAU SATURNINO VIEIRA**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	TOUCA HOSPITALAR, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	10,00	PROSEG	0,0000	13,67	136,70
2	MASCARA CIRURGICA DESCARTÁVEL COM PROTEÇÃO TRIPLA	UND	800,00	NOBRE	0,0000	1,25	1.000,00
3	MASCARA DE ACETATO PROTETOR FACIAL REUTILIZÁVEL	UND	25,00	MASTER	0,0000	29,00	725,00
4	AVENTAL TNT DESCARTÁVEL	UND	300,00	JAD	0,0000	5,30	1.590,00
5	ALCOOL EM GEL 70% COM VALCULA PUMP 500 ML	UND	20,00	TRILHA	0,0000	10,62	212,40
6	ALCOOL LIQUIDO 70% ANTISSEPTICO 1 LITRO	UND	15,00	TRILHA	0,0000	9,90	148,50
Total do Participante ----->							3.812,60
Total Geral ----->							3.812,60

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 17 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

Angélica Eyng - - Pregoeiro(a)
 Joana Maccarini Torquato - - Membro
 Julia Rodrigues Gava - - Membro
 Carlos Luciano Savi - - Membro
 Ivone Zocche - - Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

NADINE ALBERTON VIEIRA - - Representante

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 123/2020 - PMNV

Publicação Nº 2609875

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 123/2020 - PR
Processo Administrativo: 123/2020 Processo de Licitação: 123/2020 Data do Processo: 28/07/2020		Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisição de materiais e equipamentos de EPI para o 4º Grupo de Bombeiros Militar de Forquilha.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 17 de Agosto de 2020, às 09:37 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 123/2020, Licitação nº 123/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 11123 - NICOLAU SATURNINO VIEIRA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	MASCARA TNT TRIPLA COM CLIPE NASAL, DESCARTÁVEL, PRA USO DURANTE PROCEDIMENTOS MÉDICOS FABRICADA EM NÃO TECIDO DE ESTRUTURA PLANA COM ELÁSTICO. CAIXA COM 50 UND.	CX	30,00	NOBRE	0,0000	88,00	2.640,00
2	RESPIRADOR COM FILTRO COM TRATAMENTO ELETROSTÁTICO FÁCIL PARA RESPIRAR COM ALTA CAPACIDADE DE RETENÇÃO DE PARTÍCULAS S/ VALVULA	UND	70,00	TAYCO	0,0000	6,50	455,00
3	MACACÃO BRANCO VESTIMENTA DE PROTEÇÃO QUÍMICA, TIPO 5 NA COR BRANCA, COSTURAS EXTERNAS SIMPLES PARA DIMINUIR A INTRUSÃO DE PARTÍCULAS PARA O INTERIOR DA VESTIMENTA, ZIPER COBERTO POR UMA PALA PARA UMA MAIOR PROTEÇÃO, ELÁSTICO NOS PUNHOS TORNOZELOS E CINTURA, CAPUZ EM 3 PEÇAS PARA MAIOR FACILIDADE DE MOVIMENTO DA CABEÇA	UND	50,00	JAD	0,0000	65,00	3.250,00
Total do Participante ----->							6.345,00
Total Geral ----->							6.345,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

CNPJ: 82.916.826/0001-60
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 123/2020 - PR**

Processo Administrativo: 123/2020
Processo de Licitação: 123/2020
Data do Processo: 28/07/2020

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 17 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

Angélica Eyng	-	- Pregoeiro(a)
Joana Maccarini Torquato	-	- Membro
Julia Rodrigues Gava	-	- Membro
Carlos Luciano Savi	-	- Membro
Ivone Zocche	-	- Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

NADINE ALBERTON VIEIRA

- - Representante

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 129/2020 - PMNV

Publicação Nº 2609876

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 129/2020 - PR Processo Administrativo: 129/2020 Processo de Licitação: 129/2020 Data do Processo: 05/08/2020
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa de engenharia para manutenção de serviços de engenharia de tráfego, compreendendo a melhoria e manutenção com o fornecimento e implantação de dispositivos para melhoria das condições de segurança do Sistema Viário do Município de Nova Veneza, SC.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 17 de Agosto de 2020, às 10:32 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 129/2020, Licitação nº 129/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**LOTE: 1****Participante: 10014 - FRANKS ALVES BERTO - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Pintura de faixa horizontal com tinta acrílica amarela NBR 11862, conforme especificação técnica constante no termo de referência.	M2	1.000,00	SUPERIOR	0,0000	21,776	21.775,98
2	Pintura de faixa horizontal com tinta acrílica branca NBR 11862, conforme especificação técnica constante no termo de referência.	M2	2.000,00	SUPERIOR	0,0000	21,7759	43.551,80
3	Redutor de velocidade (lombada) modulada emborrachada, conforme especificação técnica constante no termo de referência.	MT	70,00	SUPERIOR	0,0000	295,3174	20.672,22
Total do Participante ----->							86.000,00
Total Geral ----->							86.000,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 17 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

Angélica Eyng - - Pregoeiro(a)
Joana Maccarini Torquato - - Membro
Julia Rodrigues Gava - - Membro
Carlos Luciano Savi - - Membro
Ivone Zocche - - Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 129/2020 - PR Processo Administrativo: 129/2020 Processo de Licitação: 129/2020 Data do Processo: 05/08/2020
Folha: 2/2	

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

FRANKS ALVES BERTO

- - Representante

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 27/2020 - FMS

Publicação Nº 2609873

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA CNPJ: 10.485.444/0001-18 TRAVESSA OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2020 - PR Processo Administrativo: 27/2020 Processo de Licitação: 27/2020 Data do Processo: 30/07/2020
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisição de combustível por demanda para frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde, destinado ao transporte de pacientes da rede de atenção básica em saúde aos centros de referência do sistema único de saúde.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 13 de Agosto de 2020, às 08:42 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 27/2020, Licitação nº 27/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 6311 - AUTO POSTO MONDARDO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	OLEO DIESEL S10	LTS	3.000,00	IPIRANGA	0,0000	3,19	9.570,00
2	GASOLINA COMUM	LTS	9.000,00	IPIRANGA	0,0000	3,99	35.910,00
Total do Participante ----->							45.480,00
Total Geral ----->							45.480,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 13 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

Angélica Eyng - - Pregoeiro(a)
Joana Maccarini Torquato - - Membro
Julia Rodrigues Gava - - Membro
Carlos Luciano Savi - - Membro
Ivone Zocche - - Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JULIO CESAR MONSDARDO - - Representante



Orleans

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO EFETIVAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2017

Publicação Nº 2610505

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, mediante o qual fica CONVOCADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2017, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2017 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2017, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

NOME	CARGO	CH
TATIANA DE SOUZA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM DA SAÚDE DA FAMÍLIA	40 h

Orleans, 18 de Agosto de 2020.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

LEI 2.964/2020

Publicação Nº 2610599

LEI nº 2.964 DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REALIZAR O PAGAMENTO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA E MAMOGRAFIA ESTABELECIDO CONFORME DELIBERAÇÕES 051/CIB/2020 E 068/CIB/2020.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a pagar valores além dos estabelecidos na tabela do sistema único de saúde – SUS, conforme Programação Pactuada Integrada (PPI), onde foi transferida referência do Município de Criciúma para o Município de Orleans, conforme DELIBERAÇÕES 051/CIB/2020 e 068/CIB/2020. O pagamento será realizado às clínicas e aos hospitais credenciados junto ao município, para realização de exames de Tomografia e mamografia.

Parágrafo Único. Preferencialmente as clínicas e hospitais devem ser localizados no município de Orleans, de modo a facilitar o acesso da população aos serviços.

Art. 2º - O valor estabelecido consta nas deliberações supramencionadas.

Art. 3º - As despesas provenientes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentaria 0.1.38.0080 (gestão plena).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 18 de agosto 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal da Administração, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM -SC.

MAIRON EING ORBEN
Secretário Interino da Administração

LEI COMPLEMENTAR 2962/2020

Publicação Nº 2610567

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.962 DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, faço saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Município autorizado a criar vagas no Quadro Permanente de Pessoal da Administração Municipal, conforme quadro a seguir:

Código	Nome do Cargo	Vagas	Habilitação	Remuneração	C.H.
1.1.22	Enfermeiro da Saúde da Família	02	Superior em Enfermagem e COREN	R\$ 4.917,68	40 horas semanais
2.208	Técnico em Enfermagem da Saúde da Família	05	Curso Técnico em Enfermagem e registro no COREN	R\$ 2.152,50	40 horas semanais

Parágrafo Único. As vagas de que trata o artigo 1º desta Lei serão preenchidas de acordo com as necessidades administrativas, através de Concurso Público, estando o Município de Orleans autorizado a, no caso de existir Concurso Público vigente, nomear candidatos eventualmente aprovados no processo de seleção de pessoal, respeitada a ordem de classificação de demais disposições constitucionais e legais aplicáveis a espécie.

Art. 2 Aplicam-se os dispositivos das Leis nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005 – Estatuto do Servidor, Lei n. 2.155, de 18 de dezembro de 2007 e suas posteriores alterações, especialmente no que se refere às atribuições de cada cargo.

Art.3 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 18 de agosto 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal da Administração, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM -SC.

MAIRON EING ORBEN
Secretário Interino da Administração

LEI COMPLEMENTAR 2963/2020

Publicação Nº 2610563

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.963 DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

“PRORROGA A VALIDADE DO CONTRATO DA EQUIPE DO SAMU, CONTRATADA PELO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019”

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica prorrogada a contratação da atual equipe do SAMU até 31/12/2021, uma vez que os contratos da equipe aprovada no processo seletivo nº 001/2019, findam em 31/12/2020 e, devido a pandemia do COVID-19, não há condições de realizar novo processo seletivo para contratação de nova equipe.

Parágrafo Primeiro. A equipe é formada por 05 (cinco) técnicos de enfermagem e 05 (cinco) motoristas socorristas.

Parágrafo Segundo. As demais disposições contratuais permanecem as mesmas do momento da contratação.

Art. 2º As despesas com aplicação da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

Orleans/SC, em 18 de agosto 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal da Administração, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM -SC.

MAIRON EING ORBEN
Secretário Interino da Administração

Ouro

PREFEITURA

DECRETO Nº 690

Publicação Nº 2610987

DECRETO Nº 690, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

Regulamenta a prestação de serviços extraordinários pelo servidores municipais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto nos artigos 37, 57, 58 e 70, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores,

DECRETA:

Art. 1º O registro eletrônico da efetividade funcional dos servidores ocupantes de cargo efetivo e comissionado será realizado pessoalmente, através de sistema que armazenará, diariamente, de forma automatizada, seus horários de entradas e saídas.

§ 1º O registro eletrônico da efetividade funcional por sistema eletrônico será efetuado através de identificação biométrica por impressão digital e cartão magnético.

§ 2º Nos órgãos da administração direta e indireta em que não tenha sido implantado o Sistema de Registro Eletrônico, o controle da efetividade funcional continuará sendo realizado através do preenchimento manual de ficha ponto.

§ 3º Na hipótese de eventual falha no Sistema de Registro Eletrônico, ou na identificação biométrica por impressão digital, o servidor é responsável por entrar em contato, imediatamente, com o Setor de Recursos Humanos e solicitar a anotação atestando seus horários de entrada e saída, conforme o caso, sob pena de sofrer os descontos previstos neste Decreto, exceto se averiguado pane geral no sistema, caso em que será procedida a anotação, pelo Setor de Recursos Humanos, nos respectivos registros.

Art. 2º Fica vedado ao servidor municipal efetuar registro de efetividade aquém ou além dos limites de sua jornada, de acordo com os horários previstos e conforme sua carga horária diária e semanal de trabalho, exceto se previamente autorizada a prestação de serviço extraordinário ou a compensação de horários.

§ 1º Os afastamentos legais e autorizações prévias serão registrados no sistema de registro eletrônico da efetividade.

§ 2º Somente será autorizada a compensação de horários em casos excepcionais, mediante prévia autorização e justificativa expedida pelo superior hierárquico e protocolada junto ao Setor de Recursos Humanos.

Art. 3º De acordo com os dados constantes do Sistema de Registro da efetividade funcional, o servidor perde:

I - a remuneração do dia, quando faltar ao serviço sem motivo justificado legalmente e/ou deixar de registrar sua presença no sistema do ponto, inclusive nos casos de extensão da jornada caracterizando serviço extraordinário;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos não justificados e saídas antecipadas.

§ 1º Fica autorizado o Setor de Recursos Humanos a processar automaticamente os descontos de que trata o caput deste artigo, de acordo com os dados constantes do Sistema de Registro Eletrônico.

§ 2º Caso não seja possível o processamento dos descontos na folha de pagamento da mesma competência em que ocorrer a falta ou atraso, os descontos poderão ocorrer nos meses subsequentes e, não havendo o desconto, ou havendo pagamento diferente do horário registrado no sistema de registro da efetividade funcional, responderá, por omissão, o servidor responsável pela elaboração da folha de pagamento.

Art. 4º A jornada normal de trabalho dos servidores que compõem o Quadro de Pessoal do Poder Executivo, não será inferior a 20 (vinte) ou superior a 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º A jornada normal de trabalho será de 8 (oito) horas diárias de segunda a sexta-feira, com intervalo mínimo de uma hora para almoço.

§ 2º Em situações especiais ou extraordinárias, em que a resolutividade das atividades demonstrarem-se mais eficientes, quando realizadas em turno único, o mesmo limitar-se a 6 (seis) horas diárias ininterruptas, equivalendo ao cumprimento de uma jornada normal de 8 (oito) horas.

§ 3º As horas trabalhadas após o limite da jornada normal serão consideradas horas suplementares ou horas extraordinárias que necessitam, para sua execução, cumprimento dos requisitos estabelecidos neste Decreto.

Art. 5º As horas extraordinárias serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal de trabalho, respeitando os seguintes limites:

I - 2 (duas) horas diárias de segunda a sexta-feira;

II - 8 (oito) horas diárias em sábados, domingos e feriados.

§ 1º Somente será permitida a realização de serviço extraordinário para atender as situações de necessidades especiais, devendo ser avaliada e autorizada pelo superior imediato, o qual deverá adotar o formulário padrão que compõe o Anexo único deste Decreto para cada autorização.

§ 2º Somente será permitida jornada de trabalho superior a 10 (dez) horas diárias, em situações especiais e esporádicas, devidamente justificada e autorizada pelo superior imediato.

§ 3º Fica limitado em 60 (sessenta) horas mensais o quantitativo de horas extraordinárias que serão pagas mensalmente, não devendo haver prestação excedente.

§ 4º O pagamento do valor correspondente ao serviço extraordinário somente será efetuado mediante apresentação do formulário padrão mencionado no § 1º deste artigo, bem como do registro no Sistema de Registro Eletrônico, do horário efetivamente trabalhado.

Art. 6º Fica sob a responsabilidade das respectivas chefias imediatas acompanhar e controlar a frequência do servidor e adotar as medidas administrativas cabíveis para garantir a fiel execução deste Decreto e demais normas regulamentadoras.

Art. 7º Cabe aos servidores:

I - realizar o registro de seus horários de entradas e saídas;

II - acompanhar o registro eletrônico de sua jornada diária de trabalho, por meio de consulta às informações eletrônicas que serão colocadas a sua disposição;

III - conferir a folha eletrônica individual do ponto até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao registro da frequência, podendo, dentro do mesmo prazo, manifestar a sua discordância justificadamente.

§ 1º O servidor que não manifestar discordância quanto ao registro de sua efetividade no prazo previsto no inciso III deste artigo, terá seus dados confirmados.

§ 2º O servidor que não cumprir as normas previstas neste Decreto estará sujeito às medidas administrativas previstas no art. 3º, conforme o caso, e medidas disciplinares estabelecidas no Estatuto dos Servidores.

Art. 8º Para fins deste Decreto compete:

I - à chefia imediata do servidor abonar e validar o registro eletrônico de sua efetividade funcional até o 5º (quinto) dia do mês subsequente;

II - ao Setor de Recursos Humanos, conferir, efetuar os descontos, homologar e transpor o registro das ocorrências para o sistema, tempestivamente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente;

III - ao Setor de Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a gestão do sistema, a orientação e auditoria na utilização do registro.

Art. 9º A divulgação das normas estabelecidas neste Decreto caberá ao Setor de Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, competindo-lhes, ainda:

I - orientar os servidores quanto às diretrizes estabelecidas para o registro eletrônico da efetividade;

II - zelar pela conservação dos equipamentos e programas utilizados e pela segurança das informações do sistema;

III - dirimir dúvidas relativas ao previsto neste Decreto, com vistas à sua fiel aplicação.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 18 de agosto de 2020.

NERI LUIZ MIQUELOTO
Prefeito

ALEX SANDRO SILVA
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO		
SECRETARIA:		
SERVIDOR: MÊS:		
Data	Justificativa	Visto servidor

TOTAL DE HORAS EXTRAS AUTORIZADAS:

() 2 (duas) horas diárias de segunda a sexta-feira;

() 8 (oito) horas diárias em sábados, domingos e feriados.

Observações:

1. Somente será permitida jornada de trabalho superior a 10 (dez) horas diárias, em situações especiais e esporádicas, devendo constar na Justificativa acima a razão do labor extraordinário.

2. Fica limitado em 60 (sessenta) horas mensais o quantitativo de horas extraordinárias, não devendo haver prestação excedente.

ATESTO, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE AUTORIZEI PREVIAMENTE A REALIZAÇÃO DO TRABALHO ALÉM DO HORÁRIO NORMAL, NOS DIAS ACIMA MENCIONADOS.

Ouro, em ____ de _____ de 20 ____.

Secretário(a) de _____

Assinatura

DECRETO Nº 691

Publicação Nº 2610989

DECRETO Nº 691, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

Institui Comissão Intersetorial de Cultura, para definição de critérios de destinação e operacionalização de recursos financeiros oriundos da Lei Emergencial de Incentivo à Cultura - Lei Federal nº 14.017, de 20 de junho de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica, e

Considerando o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (COVID-19);
Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;
Considerando a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, expedida pelo Ministério da Saúde, a qual declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019 - COVID-19);
Considerando os Decretos Estaduais que proíbem as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, parques temáticos, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público;
Considerando a disposição de ações preventivas de enfrentamento ao coronavírus (COVID-19) pelo Município de Ouro, por meio do Decreto nº 646, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);
Considerando a urgência de apoio financeiro aos agentes e espaços culturais que permanecem impedidos de continuarem suas atividades;
Considerando a Lei Emergencial de Incentivo à Cultura - Lei Federal nº 14.017, de 20 de junho de 2020, que destinará um total de R\$ 63.362,28 ao Município de Ouro com fins a subsidiar ações culturais,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial de Cultura (CIC), composta pelos seguintes representantes:

I - MONICA ALBARA - representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

II - SIMAIQUI TEREZINHA DOS SANTOS - representante da Secretaria Municipal Assistência Social;

III - AMARILDO ANTÔNIO LAGO - representante da Secretaria de Administração e Fazenda;

IV - representantes da sociedade civil:

a) LUCIANA PRIGOL MATIELO;

b) FABIO CORONETTI;

c) SERONI MARCON.

§ 1º A Comissão Intersetorial de Cultura (CIC) tem a incumbência de definir critérios de destinação e operacionalização dos recursos oriundos da Lei Emergencial de Incentivo à Cultura - Lei Federal nº 14.017, de 20 de junho de 2020.

§ 2º A Comissão Intersetorial de Cultura (CIC) destitui-se, automaticamente e imediatamente, após ato legal das autoridades políticas e sanitárias, para o retorno das atividades culturais.

Art. 2º Os casos omissos na legislação pertinente serão levados a apreciação da Comissão, que fará as deliberações necessárias, dentro da legalidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 18 de agosto de 2020.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito

ALEX SANDRO SILVA

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Paial**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 040-2020 PP 015-2020**

Publicação Nº 2610399

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, TORNA PÚBLICO que realizará o certame licitatório acima mencionado, conforme o objeto e demais indicações a seguir, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

PROCESSO N.º		
040/2020		
MODALIDADE:		SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS -(LOTE)
PREGAO PRESENCIAL 015/2020		
OBJETO: – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE BICOS INJETORES PARA MOTORES, PARA MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA JCB JS 160 Série 9B9JS16DA02132889 ANO 2012.		
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES		
O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 08:30 horas do dia 31 DE AGOSTO DE 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Sala de Licitações da Prefeitura de Paial, sito a Rua Goiás, 400, centro – Paial – SC.		
JULGAMENTO DA PROPOSTAS DE PREÇOS HABILITAÇÃO		
A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS dar-se-á a partir das 09:00 horas no dia 31 DE AGOSTO DE 2020 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Paial e da PROPOSTA DE PREÇOS no mesmo local e horário, desde que atendido o disposto no inciso III, art. 43 de Lei 8.666/93 em caso contrário a abertura das Propostas se dará após o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei 8.666/93.		
LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES		
Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3451-0045, ou diretamente no Setor Administrativo (LICITACOES) da Prefeitura Municipal de PAIAL, Rua Goiás nº 400, Centro e ainda no site: www.paial.sc.gov.br		
Declaro que a presente Licitação foi disponibilizada no Site: www.paial.sc.gov.br Em 18/08/2020 AMAURI JOSÉ AUZILIERO EQUIPE DE APOIO	Declaro que a presente Licitação foi Publicada no Mural Público desta Prefeitura Municipal Em 18/08/2020 SIMONE LOMBARDI	

Paial – SC, 18 de agosto de 2020
NÉVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2610564

CONVOCAÇÃO

Por meio desta, estamos convocando a empresa CONSTRUTORA OESTE SUL EIRELI, CNPJ 26.0786.451/0001-04, representada pelo Sr Adair Soares, CPF 907.866.299-91, para comparecer dia 28 de agosto de 2020, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Paial SC, sito á Rua Goiás, 400, Centro, para assinatura de Contrato Administrativo referente ao Processo Licitatório 035/2020 Tomada de Preço 005/2020 e retirada de Ordem de Serviço para início da obra.
Contando com vossa presença, desde já agradecemos.

Adelmo Luis Braatz
Secretário de Administração e Finanças.

EXTRATO DE CONTRATO 028-2020

Publicação N° 2609702

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO N°: 028/2020

Contratante...: MUNICÍPIO DE PAIAL -SC

Contratada...: CONSTRUTORA OESTE SUL EIRELI

Valor : R\$ 279.179,56 (Duzentos e setenta e nove mil e cento e setenta e nove Reais e cinquenta e seis centavos)

Vigência : Início: 17/08/2020 Término: 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados a partir da data da expedição da ordem de serviço.

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 005/2020

Objeto : O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa, em regime de EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA DE ESPORTES DE 836M² NA LOCALIDADE DE LINHA PAVÃO MUNICÍPIO DE PAIAL - SC.

NEVIO ANTONIO MORTARI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI N° 754/2020 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2610619

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NEVIO ANTONIO MORTARI, Prefeito Municipal, Paial Estado de Santa Catarina, com fundamento na Legislação Vigente e em especial na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito suplementar para reforçar valores de dotações orçamentárias do orçamento vigente e atualização de seus anexos, conforme discriminação a seguir:

ORGAO	DESCRIÇÃO	VALOR
04.00	SEC. EDUCAÇÃO, ESPORTE S, CULTURA E TURISMO	
04.01	Diretoria de Ensino	
4000	Despesas de Capital	
1.009	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO, REFORMA UNIDADES ESCOLARES	
4490	Aplicação Direta 41(fonte 01)	50.000,00
3000	Despesas Correntes	
2.008	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	
3190	Aplicação Direta 43 (fonte 18)	100.000,00
07.00	SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
07.01	Diretoria de Agricultura	
4000	Despesas de Capital	
1.024	AQUISIÇÃO MAQUINAS AGRICOLAS, AGROP. E RODOVIARIAS	
4490	Aplicação Direta 100 (fonte 00)	55.000,00
3000	Despesas Correntes	
2.032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GERENCIA DOS TRANSPORTES E SERVIÇOS	
3390	Aplicação Direta 146 (fonte 00)	100.000,00
TOTAL		305.000,00

Art. 2.º - A abertura de Crédito Suplementar de que trata o Artigo 1.º correrá por conta da anulação de dotação por fonte de recurso:

ORGAO	DESCRIÇÃO	VALOR
02.00	GABINETE DO PREFEITO	
02.01	Gabinete do Prefeito	
3000	Despesas Correntes	
2.003	EVENTOS COMEMORATIVOS ANIVERSARIO DO MUNICIPIO	
3390	Aplicação Direta 4 (fonte 00)	20.000,00
03.00	SEC. ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.01	Sec. Adm Planejamento e Finanças	
3000	Despesas Correntes	

0.003	PRECATORIOS E AÇÕES E PEQUENO VALOR	
3390	Aplicação Direta 7 (fonte 00)	30.000,00
2.005	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
3393	Aplicação Direta 15 (fonte 00)	8.000,00
3390	Aplicação Direta 14 (fonte 00)	33.000,00
04.00	SEC. EDUCAÇÃO, ESPORTE S, CULTURA E TURISMO	
04.01	Diretoria de Ensino	
3000	Despesas Correntes	
2.007	MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. EDUCAÇÃO	
3390	Aplicação Direta 30 (fonte 01)	25.000,00
2.009	MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3190	Aplicação Direta 33(fonte 18)	100.000,00
2.010	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
3390	Aplicação Direta 23 (fonte 00)	10.000,00
2.011	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	
3390	Aplicação Direta 35 (fonte 01)	20.000,00
4000	Despesas de Capital	
1.005	AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS- SEC. EDUCAÇÃO	
4490	Aplicação Direta 25 (fonte 01)	10.000,00
1.006	AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS-INFANTIL	
4490	Aplicação Direta 40 (fonte 01)	10.000,00
04.02	Diretoria de Esportes	
2.014	MANUT. ATIVIDADES DESPORTIVAS	
3390	Aplicação Direta 53 (fonte 00)	10.000,00
4000	Despesas de Capital	
04.03	Gerencia de Cultura e Turismo	
1.049	IMPLANTAÇÃO DE INFRAEST. TURISTICA E INC AO TURISMO	
4490	Aplicação Direta 58 (fonte 00)	9.000,00
05.00	SEC. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMILIA	
05.01	Fundo Municipal de Assist. Social	
4000	Despesas de Capital	
1.010	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE IMOVEIS DO SOCIAL	
4490	Aplicação Direta 60 (fonte 00)	10.000,00
3000	Despesas Correntes	
3390	Aplicação Direta 59 (fonte 00)	10.000,00
TOTAL		305.000,00

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, aos 18 dias do mês de agosto do ano de 2020.

Nevio Antonio Mortari
Prefeito Municipal

LEI Nº 755/2020 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610622

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NEVIO ANTONIO MORTARI, Prefeito Municipal, Paial Estado de Santa Catarina, com fundamento na Legislação Vigente e em especial na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito suplementar para reforçar valores de dotações orçamentárias do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e atualização de seus anexos, conforme discriminação a seguir:

ORGAO	DESCRIÇÃO	VALOR
08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.01	Fundo Municipal de Saúde	
4000	Despesas De Capital	

1.021	AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS -FMS	
4490	Aplicação Direta 68 (fonte 3544)	18.000,00
4490	Aplicação Direta 69 (fonte 3076)	20.000,00
4490	Aplicação Direta 70 (fonte 1842)	12.900,00
4490	Aplicação Direta 71 (fonte 1866)	9.100,00
3000	Despesas Correntes	
2.024	MANUTENÇÃO BLOCO DE MEDIA E ALTA COM- PLEXIDADE	
3393	Aplicação Direta 66 (fonte 3076)	60.000,00
2.026	MANUTENÇÃO DO BLOCO DE ASSISTENICA FARMACEUTICA	
3390	Aplicação Direta 16 (fonte 02)	60.000,00
TOTAL		180.000,00

Art. 2.º - A abertura de Crédito Suplementar de que trata o Artigo 1.º correrá por conta da anulação de dotação por fonte de recurso:

ORGAO	DESCRIÇÃO	VALOR
08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.01	Fundo Municipal de Saúde	
4000	Despesas De Capital	
1.022	AQUISIÇÃO DE VEICULO - FMS	
4490	Aplicação Direta 60 (fonte 1866)	9.100,00
3000	Despesas Correntes	
2.023	MANUTENÇÃO DO BLOCO DE ATENÇÃO BASICA	
3390	Aplicação Direta 36 (fonte 3544)	18.000,00
3390	Aplicação Direta 56 (fonte 3076)	80.000,00
3390	Aplicação Direta 37 (fonte 1842)	12.900,00
2.025	MANUTENÇÃO DO BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE	
3190	Aplicação Direta 29 (fonte 02)	45.000,00
3390	Aplicação Direta 30 (fonte 02)	15.000,00
TOTAL		180.000,00

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, aos 18 dias do mês de agosto do ano de 2020.

Nevio Antonio Mortari
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

CONCORRENCIA 162/2020

Publicação Nº 2610978

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA PUBLICA Nº 162/2020

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº 162-2020, no dia 22 de setembro de 2020, às 13h30min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. Têm como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de Drenagem, Pavimentação e Sinalização Viária da Rua Glauber Rocha, Bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC (LOTE 01); fornecimento de material e mão de obra para execução de Drenagem, Pavimentação e Sinalização Viária das ruas Frida Melzer Silva, Rua Dona Filomena e Rua 799, Rio Grande, Palhoça/SC (LOTE 02), e fornecimento de material e mão de obra para execução de Pavimentação em Blocos Intertravados de Concretos e Sinalização Viária Vertical da Avenida 23 de março (trecho 02), Bairro Caminho Novo – Palhoça/SC (LOTE 03), de acordo com as especificações contidas nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 18 de agosto de 2020. COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

ERRATA 01 - AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO 156/2020

Publicação Nº 2609969

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
ERRATA Nº 001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2020

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Anexo I – Termo de Referência, do Edital Convocatório, ficando apazado para o dia 31/08/2020, às 09:00h, o recebimento dos envelopes do Pregão Presencial nº 156/2020, cujo objeto é aquisição de kit's de reagentes para testes de bioquímica, imunologia, hormônios, hemograma, gasometria e coagulação, com cessão gratuita dos equipamentos, para atender a demanda do Laboratório Municipal de Palhoça (LAMUPh), através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes do Edital. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 13:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 18 de agosto de 2020. A PREGOEIRA.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/SMS/2020

Publicação Nº 2610139

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
PROCESSO SELETIVO 002/SMS/2020		
HOMOLOGAÇÃO		
MÉDICO CARDIOLOGISTA		
NOME	CLASSIFICAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
LEANDRO GIACOMELLO	1º	15 ANOS, 7 MESES E 9 DIAS
RAFAEL PAES MEIRELLES	2º	7 ANOS E 6 MESES

MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF		
NOME	CLASSIFICAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
JORGE KLEBER NEIVA BRITO FILHO	1º	9 ANOS, 1 MÊS E 20 DIAS
SEBASTIAN GABRIEL PERAZOLO PERA	2º	8 ANOS, 4 MESES E 25 DIAS
RICARDO RODRIGUES	3º	7 ANOS E 12 DIAS
PAULO CESAR DE PAULA SOUZA	4º	7 ANOS, 6 MESES E 8 DIAS
LAURA DI NALLO	5º	6 ANOS, 9 MESES E 9 DIAS
RAFAEL HENRIQUE SULSBACH	6º	6 ANOS, 5 MESES E 9 DIAS
SILVIO GABRIEL BENITEZ	7º	6 ANOS E 4 MESES
DIOGO VIEIRA	8º	5 ANOS E 6 MESES
NEMER JOANDRE MARQUES FINOTELO	9º	5 ANOS E 22 DIAS (APÓS RECURSO)
ANDRE LUIS DE SOUZA FERNANDES	10º	4 ANOS, 10 MESES E 13 DIAS
MATHEUS ANDRADE DE OLIVEIRA	11º	3 ANOS
LUCAS ARAUJO GOTARDO	12º	2 ANOS, 5 MESES E 14 DIAS
THIAGO SEBOLD	13º	2 ANOS, 4 MESES E 8 DIAS
ANDREIA VICTORIA FRANKLIN QUEROZ	14º	2 ANOS, 1 MÊS E 29 DIAS
NARJARA NAOMI BONISSONI IZUMI	15º	1 ANO, 10 MESES E 11 DIAS
MARINA FRANÇA DE ABREU	16º	1 ANO, 9 MESES E 2 DIAS
CARINE LUTKEMEYER	17º	1 ANO, 8 MESES E 19 DIAS
TAMILES CAMPOS DA SILVA	18º	1 ANO, 5 MESES E 11 DIAS
JOÃO LUIZ SALOMÃO DA CUNHA PEIXOTO	19º	1 ANO, 4 MESES E 16 DIAS
PRISCILA ELLEN FONTANA DA COSTA	20º	1 ANO, 2 MESES E 8 DIAS
EMANUELLY MARTINS DA SILVA	21º	1 ANO, 1 MÊS E 25 DIAS
NICOLY BURATTO VENSON	22º	1 ANO, 1 MÊS E 4 DIAS
RAYANE LIMA DOMINGUES	23º	1 ANO E 11 DIAS
ISABEL ARAGÃO MACAN	24º	11 MESES E 16 DIAS
DEBORA APARECIDA DOS SANTOS	25º	9 MESES E 17 DIAS
ISAAC LENER LAGES SOARES	DESCCLASSIFICADO	FALTA DE DOCUMENTOS E SEM COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA
JONATAS JOSE FURTADO DOS SANTOS	DESCCLASSIFICADO	SEM COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA
NATALIA BEATRIZ PFLEGER	DESCCLASSIFICADO	SEM COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA
NUHRELDIN SAMPAIO ABDO SATER	DESCCLASSIFICADO	SEM COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA
PAULO ROBERTO DE BARROS	DESCCLASSIFICADO	SEM COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA
RAFAELA SILVA WALTRICK	DESCCLASSIFICADO	SEM COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA
RODRIGO GONÇALO CORREA	DESCCLASSIFICADO	FALTA DE DOCUMENTOS E SEM COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA
MÉDICO ORTOPEDISTA		
NOME	CLASSIFICAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
BORIS CASSIO DE SOUZA	1º	18 ANOS, 2 MESES E 29 DIAS
OSCAR FELIPE GORAYEB ARRIAZA	2º	4 ANOS, 6 MESES E 6 DIAS
EDUARDO BARBOSA COELHO NETO	3º	3 ANOS, 5 MESES E 1 DIA
OSVALDO CRISTIANO PREIS	4º	2 ANOS, 5 MESES E 5 DIAS
WILLIAM BRASIL DE SOUZA	5º	2 ANOS, 2 MESES E 29 DIAS (APÓS RECURSO)
MATHEUS MACIEL VILELA	6º	1 ANO, 2 MESES E 26 DIAS
ROQUE GONDOLFO JUNIOR	7º	1 ANO, 1 MÊS E 29 DIAS
BERNARDO FIGUEIRA ALTHOFF	8º	6 MESES E 29 DIAS
THIAGO RODRIGUES SERGIO	9º	6 MESES E 23 DIAS
CLEITON SENA DE MOURA	DESCCLASSIFICADO	NÃO ATENDEU O REQUISITO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA NO CARGO
MARCOS TAVARES DE OLIVEIRA	DESCCLASSIFICADO	SEM COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA

MARIA ELISA DA SILVA OLIVEIRA	DESCCLASSIFICADO	NÃO ATENDEU O REQUISITO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA NO CARGO
PAULO ROBERTO DE BARROS	DESCCLASSIFICADO	SEM COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA
MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA		
NOME	CLASSIFICAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
RICARDO MAURICIO FAVARETTO	1º	2 ANOS, 3 MESES E 17 DIAS
JANAINA JACQUES	2º	1 ANO, 1 MÊS E 3 DIAS
MÉDICO PEDIATRA EMERGÊNCIA		
NOME	CLASSIFICAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
LAURIANA CAMPOS DE BEM	1º	11 ANOS, 3 MESES E 17 DIAS
MARCELLA LOPES ABITBOL	2º	2 ANOS, 11 MESES E 2 DIAS
LUISA PEREIRA DE FIGUEIREDO	3º	2 ANOS, 8 MESES E 13 DIAS
MÉDICO PSIQUIATRA		
NOME	CLASSIFICAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
JOÃO PAULO DE OLIVEIRA BRANCO MARTINS	1º	5 ANOS, 5 MESES E 8 DIAS
CAROLINE GALLI MOREIRA	2º	2 ANOS, 10 MESES E 26 DIAS
DANIEL MERLIN PALHARES	3º	1 ANO E 5 MESES
JAIR VINICIUS MEREGE DE MELLO CRUZ PINTO	4º	1 ANO, 4 MESES E 17 DIAS
AUGUSTO CASA VIEIRA	5º	1 ANO, 2 MESES E 3 DIAS
LUIZ GUILHERME TEIXEIRA SILVA FILHO	DESCCLASSIFICADO	NÃO ATENDEU O REQUISITO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA NO CARGO
RENATA MEZZARI	DESCCLASSIFICADO	NÃO ATENDEU O REQUISITO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA NO CARGO
MÉDICO RADIOLOGISTA		
NOME	CLASSIFICAÇÃO	MOTIVO
PAULO MARCIO DA DAS SILVEIRA BRUNATO FILHO	1º	9 ANOS, 8 MESES E 11 DIAS
GRAZIELE GASSEN BECKER	2º	6 ANOS, 7 MESES E 11 DIAS
RUAN MATHEUS NASCIMENTO TOLEDANO	3º	1 ANO, 4 MESES E 9 DIAS
LUCAS VATANABE PAZINATO	DESCCLASSIFICADO	SEM COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA
Palhoça, 17 de agosto de 2020.		
Comissão permanente de Processo Seletivo e Concurso Público		

PORTARIA 86/2020

Publicação N° 2610005

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA N° 86, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n°. 149/2013 combinado com o artigo 227 §2º da Lei Complementar n°. 096/2010.

Considerando o Memorando n° 804/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Investigatória para apurar responsabilidade pelos fatos, nos termos do art. 229 § 2º, I e II da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Presidente da Sindicância que será integrada pelo membro a seguir:

A) MILENE THEODOROVICZ - mat. 210687 - Presidente

Art. 3º - Fixar, por força do Diploma Legal, art. 229, § 4º da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 30 dias.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 87/2020

Publicação Nº 2610010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 87, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 §2º da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o Memorando nº 45.038/2020 da Secretaria de Saúde.

RESOLVE

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Investigatória para apurar responsabilidade pelos fatos, nos termos do art. 229 § 2º, I e II da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Presidente da Sindicância que será integrada pelo membro a seguir:

A) MILENE THEODOROVICZ - mat. 210687 - Presidente

Art. 3º - Fixar, por força do Diploma Legal, art. 229, § 4º da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 30 dias.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 88/2020

Publicação Nº 2610011

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 88, de 17 de AGOSTO de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando o Memorando nº 40.846/2019 da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

RESOLVE

Art. 1º - Designar ROSI MARIA VARELLA, matrícula nº 800786; MILENE THEODOROVICZ, secretária, matrícula nº 210687; e MAIKON ABE-NI RAULINO, vogal, matrícula nº 400734; para, sob presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº 17040/2020.

Art. 2º - Estabelecer, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Art. 3º - A não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO CC 134/2020

Publicação Nº 2610685

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 134/2020

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Concorrência Pública 134-2020, que tem como objeto a Contratação de empresa para CONCESSÃO DO SERVIÇO DE USO A TÍTULO ONEROSO, PARA FIM COMERCIAL, DE "LANCHONETE/CANTINA" NA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA.

Classificação	Empresa	Proposta
1º	ALEX SANDRA DA ROSA 00440311900 CNPJ 22.334.944/0001-38	R\$ 3.000,00
2º	RESTAURANTE PANTANAL LTDA CNPJ 20.413.632/0001-94	R\$ 1.500,11

Palhoça 18 de agosto de 2020.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
PREFEITO MUNICIPAL

Palmeira

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR N. 168_2020_INSTITUI REMUNERAÇÃO DE HORA-PLANTÃO PARA OS MÉDICOS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA PELA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO E DÁ OUTRA

Publicação Nº 2610335

LEI COMPLEMENTAR N.º 168, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

INSTITUI REMUNERAÇÃO DE HORA-PLANTÃO PARA OS MÉDICOS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA PELA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aprovou e ela promulgou e sancionou a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituída a Hora-Plantão - HP para os médicos, pela realização de plantões nas Unidades de Saúde do Município.

Parágrafo Único - Considera-se plantão, os serviços médicos em Unidades de Saúde em períodos de 4 (quatro) ou de 8 (oito) horas.

Art. 2º Para fazer jus ao recebimento da HP, além de preencher os requisitos do art. 1º, o médico deverá cumprir as seguintes obrigações funcionais:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - assinatura Termo de Adesão;

IV – registro de frequência através de ponto.

§ 1º A HP não será devida se houver falta, mesmo que justificada.

§ 2º Em caso de atraso do médico, este perceberá HP relativa às horas trabalhadas, sem prejuízo da apuração de responsabilidades pelo atraso e pelas consequências dele advindas.

Art. 3º O valor da HP será de R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

§ 1º O valor máximo autorizado de hora plantão por médico será de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

§ 2º A remuneração da HP será única não podendo cumular com nenhuma outra verba remuneratória ou indenizatória, na escala de horário da hora plantão.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palmeira, 18 de agosto de 2020.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Lei Complementar foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 18 de agosto de 2020.

PL_38_PE_03_ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO

Publicação N° 2610235

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

PROCESSO LICITATÓRIO n° 38/2020
PREGÃO ELETRÔNICO n° 03/2020

AVISO DE ALTERAÇÃO DA DATA DA LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob n°. 01.610.566/0001-06, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, n°. 200, centro, em Palmeira/SC, representada pela Prefeita Municipal, Sra. Fernanda de Souza Córdova, por meio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, TORNAM PÚBLICA a ALTERAÇÃO DA DATA DA ABERTURA DA SESSÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO do dia 31 de agosto de 2020 para o dia 01 de setembro de 2020. As demais cláusulas e condições do edital se mantêm inalteradas. Meio de utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, no endereço eletrônico: www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO. A pasta técnica, com o inteiro teor do Edital, poderá ser examinada no endereço supramencionado a partir do dia 20 de agosto de 2020, no endereço eletrônico: <http://www.bll.org.br> ou através do e-mail: licitacoes@palmeira.sc.gov.br. Palmeira, 18 de agosto de 2020. VIVIANE LOPES GODOY – Pregoeira

PL_43_PP_18_RP_10_DETONAÇÃO DE CASCALHEIRAS

Publicação Nº 2610951

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020**
REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 01.610.566/0001-06, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro, em Palmeira/SC, representada por sua Prefeita Municipal, Sra. FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA e por meio da Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** que tem por **objeto o REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PERFURAÇÃO E DESMONTE DE ROCHA TIPO SAIBRE, COM MALHA DE PERFURAÇÃO 3m X 1,5m, COM 3 POLEGADAS, PARA DETONAÇÃO DE PEDREIRA, DESTINADO AO REVESTIMENTO PRIMÁRIO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA – SC”**. Os envelopes de "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro. **O Credenciamento será feito a partir das 16h00min do dia 01.09.2020. Abertura da sessão será às 16h30min do mesmo dia.** A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, bem como pela Lei Federal nº 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Palmeira, conta corrente nº 75-7, agência 3082, op. 006 do Banco CEF, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço licitacoes@palmeira.sc.gov.br, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação antes da participação nas sessões. Palmeira, 18 de agosto de 2020. **VIVIANE LOPES GODOY** – Pregoeira.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 91/2020

Publicação N° 2610409

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 91/2020. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO 08/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19. Data limite para cadastramento da proposta: 01/09/2020 até as 08:00 horas. Data para o início da disputa: 01/09/2020 às 08:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 18 de Agosto de 2020. Mario Alceu Peiter – Prefeito Municipal E. E..

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA N° 046-2020 - MACROMAQ - RETROESCAVADEIRA

Publicação N° 2609592

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ATA N° 046/2020

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO ELETRÔNICO n° 045/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: MACROMAQ EQ .LTDA. Valor de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 17 de Agosto de 2020 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

Paraíso

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 022/2020

Publicação Nº 2610559

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PARAÍSO/SC

PORTARIA Nº 022/2020

ESTABELECE ALTERAÇÕES NA PORTARIA 012/2020 E REVOGA A PORTARIA 015/2020, CONFORME PORTARIA ESTADUAL MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO À INFECÇÃO E A PROPAGAÇÃO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em consonância com o Regimento Interno:

CONSIDERANDO que as alterações na portaria inicial são necessárias em virtude da atualização dos trabalhos conforme o andamento da pandemia global, adaptando-os aos novos decretos estadual e municipal.

CONSIDERANDO que o horários de trabalho e funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores será ampliado, dispondo à população de maior forma de acesso aos trabalhos do legislativo.

CONSIDERANDO o reduzido espaço de trabalho existente para os quatro servidores que trabalham na Casa, em especial para a Secretária, Contador e Assessor Jurídico.

RESOLVE: Alterar os artigos 1º, 2º, 3º e 10º da Portaria 012/2020 a vigorar a partir desta data.

Nova redação:

Art. 1º Decretar a fim de evitar a aglomeração nos espaços públicos e como forma de adotar o distanciamento necessário à prevenção do contágio com a COVID-19, serão adotados mecanismos de flexibilização da jornada de trabalho, tais como: Adoção de turno único de trabalho, com horário entre as 06:00 e 20:00, conforme a necessidade e ocasião, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, por prazo indeterminado, ou até decisão em contrário do decreto de emergência do governo estadual e ou municipal.

Art. 2º O tele trabalho ou plantão os servidores do Poder Legislativo de Paraíso/SC, que não estiverem exercendo suas atividades de forma presenciais, fica relativizado a situações excepcionais, estando os mesmos dispensados após cumprirem as seis horas diárias de trabalho.

Art. 3º Fica suspenso o registro de frequência (Ponto Eletrônico) dos servidores no turno oposto ao que estiverem cumprindo sua escala de trabalho.

Art. 4º A Secretária Executiva fica autorizada a adotar outras medidas administrativas necessárias ao cumprimento da presente Portaria, inclusive mediante a redução temporária dos quantitativos de pessoas que podem permanecer simultaneamente em ambiente de uso coletivo do Poder Legislativo Municipal e a organização do exposto no artigo 1º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na presente data e revoga-se a portaria 015/2020.

Gabinete do Presidente da Câmara de Paraíso, SC.

Em 17 de agosto de 2020.

Fabício Garlet
Presidente da Câmara

Passo de Torres

PREFEITURA

COMUNICADO 004/2020

Publicação N° 2610181

COMUNICADO

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES COMUNICA O SENHOR ABAIXO RELACIONADO E QUE FOI APROVADO NO PROCESSO SELETIVO N° 002/2018, QUE DEVERÁ COMPARECER NO DEPARTAMENTO PESSOAL, ATÉ O DIA 20/08/2020, VISANDO ASSUMIR O CARGO PARA O QUAL FOI INSCRITO E APROVADO.

CARGO:

BRAÇAL:

PAULO GOMES ROXO

Passo de Torres, 18/08/2020

Marcio Luiz Abatti
Secretario municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 140/2020

Publicação N° 2610206

PORTARIA N° 140, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

“EXONERA À PEDIDO LEONARDO FERREIRA MONOTTO DO CARGO DE BRAÇAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar à pedido o servidor LEONARDO FERREIRA MONOTTO, do Cargo de BRAÇAL.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 17 de agosto de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 17 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 141/2020

Publicação N° 2610211

PORTARIA N°. 141 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

“NOMEIA FABRICIO SANTOS COUTO PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DA PESCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

Art. 1º. - Fica nomeado, FABRICIO SANTOS COUTO para exercer o cargo de CHEFE DE DIVISÃO DA PESCA –DAS 5, em caráter comissionado

com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 17 de agosto de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 17 de agosto de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário de Administração e Finanças.

Paulo Lopes

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA EMERGENCIAL – EDITAL Nº 01/2020

Publicação Nº 2609921

EXTRATO DA CHAMADA PÚBLICA EMERGENCIAL – EDITAL Nº 01/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no Decreto nº 65, de 07 de dezembro de 2017 e na Lei Municipal nº 1473, de 16 de novembro de 2011, TORNA PÚBLICO, os procedimentos para realização de CHAMADA PÚBLICA EMERGENCIAL aos candidatos interessados na VAGA TEMPORÁRIA para a função de MÉDICO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – 40 HORAS.

Os candidatos devem comparecer no dia 24 de agosto de 2020, às 09h00, no Centro Administrativo Maria Ferreira dos Santos, Rua José Pereira da Silva, 130, 1º Andar Prefeito Bertoldo Ernesto dos Santos, Sala do Departamento de Recursos Humanos - Centro - Paulo Lopes - Santa Catarina, munidos da Ficha de Inscrição, devidamente preenchida, assim como, fotocópia dos documentos comprobatórios de títulos, fotocópia dos documentos comprobatórios de experiência no cargo, fotocópia de documento oficial de identificação e Registro Profissional.

A íntegra do edital e demais informações estão disponíveis no site www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes, 19 de agosto de 2020.

Alfredo Rodolfo Schmidt Hebbel Busch
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO 63/2020

Publicação Nº 2609415

DECRETO Nº 63/2020

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.842 de 11 de dezembro de 2019, aprova o seguinte Decreto,

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 19.400,00
08.244.0007.2.039 – Manutenção do Benefício Eventual R\$ 19.400,00
3.3.90.00.00.00.00.0105.000213 – Aplicações Diretas R\$ 19.400,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0105.000213 – Transf. FEAS/Benefícios Eventuais – no valor de R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 19 de agosto de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

1ª ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020 - PMP

Publicação Nº 2610939

1ª ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2020 - PMP
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2020 - PMP
Sistema De Registro De Preços

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em fornecimento de madeiras para construção e manutenção de decks, calçadas, escadarias e lixeiras do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 631/2020, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

ONDE SE LÊ:

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 01/09/2020 às 14h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

LEIA-SE:

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 02/09/2020 às 14h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Publique-se.

Penha/SC, 18 de agosto de 2020.
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretario da Administração

1º ADITIVO 052/2020 - PMP

Publicação Nº 2610132

1º TERMO ADITIVO Nº. 052/2020-PMP
AO CONTRATO Nº. 115/2019-PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 62/2019 – PMP, modalidade Pregão Presencial nº 24/2019 – PMP

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa especializada em serviço continuado de locação de software destinado a atender as determinações legais vigentes quanto a prestação de contas junto à União, conforme solicitações anexas ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

O MUNICÍPIO DE PENHA/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa PONTGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA com sede em Presidente Getúlio, na Rua Mirador, nº 55, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.209.146/0001-16, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Nilcélio Marcelino, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica acrescido o valor mensal:
ITENS DO LOTE
LOTE 1

Item	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	LOCAÇÃO DE SOFTWARE, SISTEMA INFORMATIZADO PARA A SAÚDE, MÓDULO PRESTAÇÃO DE CONTAS, DESTINADO AO PREENCHIMENTO AUTOMÁTICO DAS INFORMAÇÕES REFERENTES AO SIOPS.	Mês	12	728,35	8.740,20
2	LOCAÇÃO DE SOFTWARE, SISTEMA INFORMATIZADO PARA O MUNICÍPIO DE PENHA - MÓDULO DE GESTÃO E CONTROLE DE CONSELHOS E COMISSÕES MUNICIPAIS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Mês	12	403,39	4.840,68
3	LOCAÇÃO DE SOFTWARE, SISTEMA INFORMATIZADO PARA O MUNICÍPIO DE PENHA - MÓDULO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO. CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Mês	12	403,39	4.840,68
4	LOCAÇÃO DE SOFTWARE, SISTEMA INFORMATIZADO PARA O MUNICÍPIO DE PENHA, DESTINADO AO PREENCHIMENTO AUTOMÁTICO DAS INFORMAÇÕES REFERENTES AO SICONFI.	Mês	12	728,35	8.740,20
6	LOCAÇÃO DE SOFTWARE, SISTEMA INFORMATIZADO PARA O CONTROLE INTERNO, MÓDULO PRESTAÇÃO DE CONTAS, DESTINADO A AUXILIAR O PREENCHIMENTO AUTOMÁTICO DAS INFORMAÇÕES, PERMITINDO REGISTRO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO E AUXILIANDO NA EMISSÃO DE PARECERES E DEMAIS ATOS LEGAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Mês	12	952,46	11.429,52
7	Locação de software, sistema informatizado para a Educação, módulo prestação de contas, destinado ao preenchimento automático das informações referentes ao SIOPE.	IMPRE	28	728,35	8.740,20
				TOTAL DO LOTE	R\$ 47.331,48

Valor atualizado conforme o INPC, referente à Locação de Sistemas de acordo com o objeto da cláusula primeira do contrato nº 155/2019 – PMP, através do Parecer Jurídico 124/2020/PGM.

CLAUSULA SEGUNDA

A vigência constante na cláusula sétima do Contrato Administrativo nº 155/2019-PMP fica prorrogada para mais 12 (doze) meses, a contar de 26/06/2020, de acordo com Parecer Jurídico 124/2020/PGM, documentos anexos a este Termo.

As demais cláusulas do contrato principal e Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Penha/SC, 26 de junho de 2020

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração
Contratante

PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA
Nilcélio Marcelino
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F. nº

O presente Termo Aditivo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

EDITAL DE LEILÃO N° 001/2020 - PMP

Publicação N° 2610956

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO N.º 001/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
MODALIDADE DE LEILÃO: PRESENCIAL
LEILOEIRO OFICIAL: ANDRÉ LUIS SANTOS VALADÃO
DATA DO LEILÃO: 1ª PRAÇA: 10.09.2020 às 14h00m
2ª PRAÇA: 17.09.2020 às 14h00m
CONDIÇÕES DE VENDA LEILÃO PÚBLICO N° 001/2020

Objeto: O objeto deste edital consiste na Venda de bens móveis, veículos, máquinas, equipamentos, materiais em geral pertencentes ao Município, conforme anexo I. Os bens serão vendidos no estado em que se encontrarem e é dever do arrematante vistoriar os mesmos com antecipação, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Coordenação do Processo: Leiloeiro André Luis Santos Valadão – Portaria 1268/2020.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 3, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h às 18h.

Penha/SC, 18 de agosto de 2020.

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 002/20 - FMAS

Publicação N° 2610906

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2020 - FMAS

Objeto: Aquisição de containers para utilização como abrigo temporário da população vulnerável do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 189/2020, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 01/09/2020 às 14 horas, na Sala do Empreendedor, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro André Luis Santos Valadão

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 3, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h às 18h.

Penha/SC, 18 de agosto de 2020.
JAYLON JANDER DA SILVA CORDEIRO
Secretário da Administração

RESOLUÇÃO Nº 010/2020 DE 04 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609953

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PENHA/SC

Resolução Nº 010/2020 de 04 de agosto de 2020.

Dispõe sobre o financiamento do Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, e Benefícios Eventuais entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Penha/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) em Reunião Ordinária online realizado dia 04 de agosto de 2020, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 8.742 de dezembro de 1993- Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº. 2.545, de 09 de abril de 2012, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Penha SC. –CMAS.

CONSIDERANDO o inciso X do Artigo 121 da NOB SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o financiamento dos Serviços da Proteção Social Básica, especial, média e alta complexidade e Benefício Eventuais, sendo contemplada com uma parcela extra no valor de R\$ 19.897,95, referente ao ano de 2020, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º. Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, exclusivamente para os Benefícios Eventuais, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109 2009).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 04 de agosto de 2020.

Olinda Rodrigues da Silva Santos
Presidente CMAS/Penha

TERMO DE CREDENCIAMENTO 025/2020 - FMS

Publicação Nº 2609966

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 025/2020-FMS de 12/08/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2020 - FMS
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2020 - FMS
HOMOLOGADO EM 23/06/2020

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, TGS SERVICOS MEDICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.425.197/0001-02, com sede à Rua AV Sete de Setembro, nº 658, doravante denominada CREDENCIADA, representada pelo Sr Thiago Guimarães, inscrito no CPF sob nº 007.552.699-93, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de profissionais médicos, que deverão prestar serviços de consulta médicas nas Unidades Básicas da Saúde e no NAM, destinados a pacientes e profissionais do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 347/2020, com inexistência de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta médica, que deverão prestar serviços nas Unidades Básicas da Saúde, destinados a pacientes e profissionais do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 347/2020.

Assinale com um "X" as consultas que serão realizadas	PROCEDIMENTO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
X	CONSULTA DE CLINICO GERAL	21.600	R\$ 36,33	R\$ 784.728,00

			PREÇO TOTAL	R\$ 784.728,00
--	--	--	-------------	----------------

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, nas dependências das Unidades Básicas de Saúde ou em outros locais, na qual será previamente informado pela Secretaria de Saúde.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes no Anexo II.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 464.987,67 (Quatrocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos).

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, através do SISREG – Sistema de Regulação, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese está caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 12 de Agosto de 2020.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

TGS SERVICOS MEDICOS EIRELI
Thiago Guimarães
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F. nº

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2020

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 145/2020

Publicação Nº 2609538

DECRETO Nº 145/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE PERITIBA NO ANO DE 2020”

JONAS SIMON, Prefeito em exercício do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e especialmente pela Lei Orgânica do Município de PERITIBA e autorização contida na Lei Municipal nº 2.193/2019 de 11 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO que, o dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a “compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública”;

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou “situação de emergência em todo o território catarinense”, para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias, o qual já foi prorrogado por duas vezes.

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO A necessidade de adequação do Orçamento do Município de Peritiba para atender as despesas de caráter emergencial para combate a Pandemia provocada pelo vírus Covid-19,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Especial no valor de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PERITIBA

10.001 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0413.2.200 – Proteção Social Básica (PSB/CRAS)

(271) 4.4.90.00.00.00.00.00 0089 – Aplicações Diretas R\$ 4.800,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura deste Crédito Adicional Especial serão provenientes do Excesso de Arrecadação apurado por fonte de recursos:

Excesso de Arrecadação apurado por Fonte de Recursos

Fonte 89 – Covid-19 – Ações Socioassistenciais

Especificação: 0.1.35

Valor: R\$ 4.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC., 11 de Agosto de 2020

JONAS SIMON

Prefeito em exercício

Registrado de publicado

Em 11 de agosto de 2020

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

DECRETO 146/2020

Publicação Nº 2609644

DECRETO N.º 146/2020

INSTITUI COMISSÃO INTERSETORIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESTINAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PERITIBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO a declaração de situação de emergência pelo Município de Peritiba, por meio do Decreto nº 54 de 16 de março de 20, inclusive com a suspensão das atividades escolares;

CONSIDERANDO o decreto estadual nº 724 de 17 de Julho de 2020, que declara a suspensão até 7 de setembro de 2020, das aulas presenciais nas unidades das redes públicas e privadas de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino técnico, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal nº 13.987 de 07 de abril de 20 que autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

DECRETA

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), composta por representantes dos seguintes órgãos:

I- 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação:

Luana Carolina Schardong

II- 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social:

Izabel Cristina Boursheidt

III- 1 (um) representante do Serviço de Nutrição Escolar:

Valeska Grzybowski

IV- 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação:

Jacinta Inês Boll Trentini

V- 1 (um) representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

Vinicius Luís Hack

VI- Direções das escolas municipais.

Luciana Nilson

§1º A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

§2º A CIAE se destitui imediatamente, após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades escolares regulares.

Art. 2º Os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existentes em conta poderão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios em quantidades definidas pela CIAE e aprovadas pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

§1º A aquisição de que trata o caput deverá ser realizada pelo Setor de Compras do Município.

§2º Deverá ser mantida a aquisição de produtos da agricultura familiar do Município.

Art. 3º Adquiridos todos os gêneros alimentícios, deverão ser montados "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar", seguindo as orientações do Serviço de Nutrição Escolar, visando o manejo e equilíbrio nutricional.

Parágrafo único. A manipulação e eventual fracionamento de gêneros alimentícios deverão garantir todas as condições sanitárias de segurança de acordo com as normas vigentes.

Art. 4º A distribuição dos "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" adquiridos com recursos do PNAE não se confundem com ações da Assistência Social, e devem, obrigatoriamente, serem destinados aos pais ou responsáveis dos alunos devidamente matriculados nas escolas públicas de educação básica mantidas pelo Município, conforme critérios definidos pela CIAE, e aprovados pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Art. 5º A CIAE deve sempre observar as orientações do CAE acerca das prestações de contas do programa.

Art. 6º A entrega do "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" se dará mediante recibo que contenha as seguintes informações:

I – nome do aluno, idade e unidade escolar que está matriculado;

II – nome, CPF e endereço dos pais ou responsável legal;

III – data de entrega;

IV – termo de responsabilidade com a vedação expressa de venda ou destinação diferenciada dos bens.

Art. 7º A CIAE poderá realizar a entrega diretamente nas escolas municipais, com horários previamente agendados, a fim de evitar aglomerações e prestar pleno atendimento da demanda, de acordo com os padrões e monitoramento da Vigilância Epidemiológica Local, ou ainda, requisitar um único veículo de transporte escolar, para que auxilie na entrega domiciliar da distribuição dos alimentos de que trata este decreto, a fim de impedir a aglomeração de pessoas.

Parágrafo único. Após a utilização, o veículo deverá ser higienizado, seguindo os protocolos sanitários vigentes.

Art. 8º O Comitê de Enfrentamento da Crise deverá ser constantemente informado das deliberações e encaminhamentos da CIAE.

Art. 9 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 14 de agosto de 2020

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado
Em., 14/agosto/2020.

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

DECRETO 147/2020

Publicação Nº 2609646

DECRETO Nº. 147/2020
EXONERA SERVIDORA TEMPORÁRIA NADIR DA ROSA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir do dia 14/08/2020 a Servidora NADIR DA ROSA, ocupante das funções do cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Face o disposto neste ato, fica revogado o Decreto n.º 122/2020 "A" de 30 de junho de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 14 de agosto de 2020

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 14/agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 261/2020

Publicação Nº 2609511

PORTARIA Nº 261/2020
CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora ALEXANDRA BRESAN BOLL ocupante do cargo em comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO, Nível CC-5, férias no dia 07/08/2020, sendo que o período de gozo de férias refere-se a Portaria nº 220/2020 CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 07 de agosto de 2020.

JONAS SIMON
Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 07/agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 262/2020

Publicação Nº 2609515

PORTARIA Nº 262/2020
CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DO CARGO
E LICENÇA REMUNERADA

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009, e em atendimento ao requerimento da parte interessada.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido ao Servidor ADEMAR GRAVE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Inseminador Artificial, Grupo 2, Nível 3, Classe "B", Desincompatibilização do Cargo e Licença Remunerada, por 03 (três) meses, a contar do dia 15 de Agosto de 2020, para concorrer a candidatura de Vereador, nas Eleições de Novembro de 2020, conforme Legislação em vigor.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 13 de agosto de 2020.

JONAS SIMON
Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 263/2020

Publicação Nº 2609517

PORTARIA Nº 263/2020
CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DO CARGO
E LICENÇA REMUNERADA

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009, e em atendimento ao requerimento da parte interessada.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido ao Servidor ADRIANO JOSÉ KRINDGES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, Grupo 2, Nível 6, Classe "E", Desincompatibilização do Cargo e Licença Remunerada, por 03 (três) meses, a contar do dia 15 de Agosto de 2020, para concorrer a candidatura de Vereador, nas Eleições de Novembro de 2020, conforme Legislação em vigor.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 13 de agosto de 2020.

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 264/2020

Publicação N° 2609521

PORTARIA N° 264/2020

CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DO CARGO
E LICENÇA REMUNERADA

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009, e em atendimento ao requerimento da parte interessada.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida a Servidora CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Diretor de Escola, Grupo 4, Nível 20, Classe "E", Desincompatibilização do Cargo e Licença Remunerada, por 03 (três) meses, a contar do dia 15 de Agosto de 2020, para concorrer a candidatura de Vereador, nas Eleições de Novembro de 2020, conforme Legislação em vigor.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 13 de agosto de 2020.

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 265/2020

Publicação N° 2609522

PORTARIA N° 265/2020

CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor ROVENI LAINIR PETTER ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 01/09/2020 a 30/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 01/08/2019 a 31/07/2020, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 14 de agosto de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 14/agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 266/2020

Publicação N° 2609523

PORTARIA N° 266/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao Servidor JONATAN PAULO ANTUNES MACIEL ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 01/09/2020 a 30/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 06/11/2019 a 05/11/2020, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 14 de agosto de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 14/agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 267/2020

Publicação N° 2609525

PORTARIA N° 267/2020
CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, revisada em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º CONVOCAR nos dias 17 e 18/08/2020, o servidor GLADISTONE COGHETTO JUNIOR, ocupante do cargo efetivo de MEDICO DA FAMÍLIA, Grupo 3, Nível 8, Classe "B", que se encontra em férias do período de 20/07 a 18/08/2020, sendo que o período de gozo para os referidos dias será definido posteriormente.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 14 de agosto de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 14/agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 268/2020

Publicação Nº 2609526

PORTARIA Nº 268/2020
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, Nível CC-4, Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 17 a 29 de agosto de 2020, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 17 de agosto de 2020.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 17/agosto/2020	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 269/2020

Publicação Nº 2609528

PORTARIA Nº 269/2020
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LIZIANE TROMBETTA, ocupante do cargo efetivo de FARMACEUTICO, Grupo 2, Nível 8, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 14 de agosto de 2020 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 17 de agosto de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 17/agosto/2020.	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA Nº 260/2020

Publicação Nº 2609423

PORTARIA Nº 260/2020
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora JULIANE ANDREIA GONÇALVES, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Grupo 3, Nível 1, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 07 de agosto de 2020, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 07 de agosto de 2020.

JONAS SIMON
Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 07/agosto/2020	
---	--

Franciéli Schoenell
Responsável pela publicação

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECRETO Nº 558, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609707

DECRETO Nº 558, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DO COVID-19, DIANTE DA NOVA CLASSIFICAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO COMO GRAVÍSSIMA PARA A REGIÃO DE LAGUNA E, POR ESTAR O ESTADO OBRIGADO JUDICIALMENTE A ORGANIZAR E INDICAR AS MEDIDAS ESPECÍFICAS PARA ESSE MOMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO, a informação contida na matriz do risco potencial para Covid-19, publicada pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 11 de agosto próximo passado, para nossa Região de Saúde, pela qual foi reclassificada como GRAVÍSSIMA;

CONSIDERANDO, a decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública movida Pelo Ministério Público de Santa Catarina contra o Estado de Santa Catarina, processo nº 5057977-49.2020.8.24.0023, em trâmite no Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Florianópolis;

CONSIDERANDO, que referida decisão determina ao "Estado de Santa Catarina as obrigações de: (i) alterar os instrumentos que compõem o programa de descentralização e regionalização das ações de combate à Covid-19, definindo expressamente quais são as ações de saúde que devem ser adotadas pelos entes políticos em cada um dos graus de risco que integram a Matriz de Avaliação do Risco Potencial Regional prevista no art. 1º, § 1º, II, da Portaria SES n. 464/2020; (ii) implementar diretamente as medidas sanitárias previstas na Lei n. 13.979/2020 no âmbito regional, de acordo com a Matriz de Avaliação de Risco Potencial Regional, e em conformidade com as recomendações dos órgãos técnicos estaduais e do COES, quando a região de saúde atingir o grau de risco potencial gravíssimo, independente da atuação dos Municípios.";

CONSIDERANDO, Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020, que dispõe sobre a aplicação de medidas restritivas para combate ao covid-19, de acordo com a Matriz de Avaliação de Risco Potencial Regional, sendo que o Estado implementará, pelo prazo de 14 (quatorze) dias, as medidas de enfrentamento de interesse regional, a partir da divulgação da Avaliação de Risco Potencial Regional para COVID-19, em 19 de agosto de 2020, com a implementação de tais medidas após 2 (dois) dias completos de divulgação, ou seja, a partir de 22 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO, informações e orientações técnicas recebidas do CER da Região de Laguna/SC;

CONSIDERANDO, a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal contida na STP nº 486/SC, de onde se extrai "Outrossim, no atual cenário, decorrente da pandemia do novo coronavírus, entendo que sobressai a importância de uma atuação colaborativa e coordenada dos entes políticos, uma vez que a má gestão de recursos, que são escassos frente à infinidade de demandas do setor, podem induzir à desassistência, implicando risco à saúde pública. No ponto, destaco que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a obrigação de garantir a saúde como competência comum a todos entes da Federação (CF/88, art. 23, II), com um sistema correspondente único, integrado por ações e serviços organizados em uma rede regionalizada e hierarquizada (CF/88, art. 198, caput).";

CONSIDERANDO os dizeres do Ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal, ao decidir a STP nº 503 em 14.08.2020, "... decisões isoladas que atendem apenas a uma parcela da população, e de uma localidade, têm o potencial de ocasionar desorganização na administração pública, com efeitos contrários aos pretendidos.", é prudente manter o regramento vigente e aguardar orientação técnica do COESC/SC, como já é de sua incumbência face última classificação na matriz de risco potencial por ele apresentada;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogadas as determinações contidas no Decreto Municipal nº 552, de 24 de Julho de 2020, até as 23:59 horas do dia 21.08.2020.

Art. 2º. As medidas para enfrentamento do Covid-19 neste território poderão ser reavaliadas a qualquer tempo, caso seja necessário e orientações do Estado se fizerem presente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Pescaria Brava/SC, 18 de Agosto de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

ATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039-2020

Publicação Nº 2609542

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2020 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2020 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES (MARMITEX), para servidores da Secretaria de Transportes e Obras, CIDIR, Corpo de Bombeiros e Polícias Militar e Civil, Secretaria de Assistência Social do município de Pinhalzinho, conforme descrição do anexo "A" do edital.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Ao decimo oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, reuniu-se o reuniu-se a Pregoeira Sra. Valquiria Astrigi e sua Equipe de apoio, constituída pelos servidores Sr. Samuel Eckert e Srta. Marli Widmer, todos designados pelo Decreto nº 182/2019, com a finalidade de efetuar o recebimento dos envelopes e julgamento da Licitação em epígrafe. Registramos a presença da Srta. Gabriela Cuchi, membro do Observatório Social.

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para protocolização dos envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, em conformidade com o item 4.1 do Edital. Protocolou os envelopes de Proposta de Preços e Habilitação a empresa: CARMEN NOSS - MEI. As empresas apresentaram por escrito, por fora do envelope, Declaração referente o disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (De acordo com item 8.1 do Edital).

DO CREDENCIAMENTO DE "ME" E "EPP": A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para o credenciamento "ME" e "EPP". Credenciaram-se a empresa: CARMEN NOSS – MEI.

DO CREDENCIAMENTO

Ato contínuo passou-se ao credenciamento dos licitantes ou seus representantes legais (item 5 do Edital), os quais apresentaram documentos que comprovam possuir poderes para formulação de lances verbais e para prática de todos os demais atos inerentes ao pregão: CARMEN NOSS - MEI, Srta. Marcia Noss.

DA CONSULTA AO PORTAL TRANSPARÊNCIA E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA:

Foram consultados no Portal Transparência (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>) e Conselho Nacional de justiça (www.cnj.jus.br/improbidade) as empresas participantes da presente licitação e sócios majoritários, não tendo sido constatada nenhuma irregularidade.

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Os envelopes de Habilitação e Propostas de Preços foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado no subitem 1.2 deste Pregão Presencial. Ato contínuo foram abertos os Envelopes nº 01 – Proposta de Preços das licitantes, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes. Após análise. A Pregoeira declarou as propostas formais compatíveis com os requisitos mínimos fixados no Edital, classificando-se para a fase de lances. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, iniciando pela licitante que ofertou maior valor na sua proposta inicial. Ressalte-se que os lances ofertados foram registrados e assinados pelos proponentes, cujos formulários integram a presente ata:

DA CLASSIFICAÇÃO: Assim, após a respectiva rodada de lances ofertados pelos representantes legais, foi apurada a classificação, conforme documento "Histórico do Pregão", Anexo, rubricado pelo Pregoeiro e pelas licitantes ofertantes dos lances para cada item.

Item	LICITANTE	Valor und
01	CARMEN NOSS - MEI	11,25
02	CARMEN NOSS - MEI	11,75

DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO: Ato contínuo, procedeu-se à abertura do Envelope nº 02 – Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, sua Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados. A empresa apresentou documentação de habilitação está em plena conformidade com os requisitos constantes no item 7 (e respectivos subitens) do Edital, desta forma, a Pregoeira declarou as mesmas habilitadas.

DOS RECURSOS: Encerrada a etapa de julgamento das propostas e de habilitação, a Pregoeira declarou o vencedor e oportunizou aos licitantes para, querendo, manifestassem motivadamente a intenção de recorrer. Os representantes presentes renunciaram expressamente o direito de recorrer.

DO ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, sobre o presente julgamento, a pregoeira encerra os trabalhos com a lavratura desta ata, que após lida e achada em conforme, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes presentes à sessão e, em seguida, submetida à apreciação da Autoridade Superior, para, se assim entender e concordar, promover sua homologação e adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.

Valquiria Astrigi Presidente da CPL	Samuel F. Eckert Membro CPL
CARMEN NOSS - MEI	Marli Widmer Membro CPL
	Gabriela Cuchi Observatório Social Municipal

ATA DE PREGÃO PRESENCIAL N° 044-2020

Publicação N° 2610403

PROCESSO LICITATÓRIO N° 074/2020 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL N° 044/2020 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (Homologados pela DVEN-Celesc) que serão empregados na Manutenção da Rede de Iluminação Pública (Rede Celesc) do Município, para atender o Departamento de Obras e Serviços Urbanos, conforme descrição do anexo "A" do edital.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Ao decimo oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, reuniu-se o reuniu-se a Pregoeira Sra. Valquiria Astrigi e sua Equipe de apoio, constituída pelos servidores Sr. Samuel Eckert e Srta. Marli Widmer, todos designados pelo Decreto n° 182/2019, com a finalidade de efetuar o recebimento dos envelopes e julgamento da Licitação em epígrafe. Registramos a presença da Srta. Gabriela Cuchi, membro do Observatório Social.

A empresa MULTILUZ COMERCIAL EIRELI entregou documentação no dia 12/08/2020

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para protocolização dos envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, em conformidade com o item 4.1 do Edital. Protocolou os envelopes de Proposta de Preços e Habilitação a empresa: ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA, DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP, As empresas apresentaram por escrito, por fora do envelope, Declaração referente o disposto no inciso VII do art. 4º da Lei n° 10.520/2002, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (De acordo com item 8.1 do Edital).

DO CREDENCIAMENTO DE "ME" E "EPP": A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para o credenciamento "ME" e "EPP". Credenciaram-se as empresas: ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA, DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP, MULTILUZ COMERCIAL EIRELI. DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP.

DO CREDENCIAMENTO

Ato contínuo passou-se ao credenciamento dos licitantes ou seus representantes legais (item 5 do Edital), os quais apresentaram documentos que comprovam possuir poderes para formulação de lances verbais e para prática de todos os demais atos inerentes ao pregão: ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA, Sr. Fabio Provence. DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP, Sr. Luiz Filipe Perondi.

DA CONSULTA AO PORTAL TRANSPARÊNCIA E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA:

Foram consultados no Portal Transparência (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>) e Conselho Nacional de justiça (www.cnj.jus.br/improbidade) as empresas participantes da presente licitação e sócios majoritários, não tendo sido constatada nenhuma irregularidade.

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Os envelopes de Habilitação e Propostas de Preços foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado no subitem 1.2 deste Pregão Presencial. Ato contínuo foram abertos os Envelopes n° 01 – Proposta de Preços das licitantes, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes. Após análise. A Pregoeira declarou as propostas formais compatíveis com os requisitos mínimos fixados no Edital, classificando-se para a fase de lances. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, iniciando pela licitante que ofertou maior valor na sua proposta inicial. Ressalte-se que os lances ofertados foram registrados e assinados pelos proponentes, cujos formulários integram a presente ata:

DA CLASSIFICAÇÃO: Assim, após a respectiva rodada de lances ofertados pelos representantes legais, foi apurada a classificação, conforme

documento "Histórico do Pregão", Anexo, rubricado pelo Pregoeiro e pelas licitantes ofertantes dos lances para cada item.

DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO: Ato contínuo, procedeu-se à abertura do Envelope nº 02 – Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, sua Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados. A empresa apresentou documentação de habilitação está em plena conformidade com os requisitos constantes no item 7 (e respectivos subitens) do Edital, desta forma, a Pregoeira declarou as mesmas habilitadas.

DOS RECURSOS: Encerrada a etapa de julgamento das propostas e de habilitação, a Pregoeira declarou o vencedor e oportunizou aos licitantes para, querendo, manifestassem motivadamente a intenção de recorrer. Os representantes presentes renunciaram expressamente o direito de recorrer.

DO ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, sobre o presente julgamento, a pregoeira encerra os trabalhos com a lavratura desta ata, que após lida e achada em conforme, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes presentes à sessão e, em seguida, submetida à apreciação da Autoridade Superior, para, se assim entender e concordar, promover sua homologação e adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.

Valquiria Astrigi Presidente da CPL	Samuel F. Eckert Membro CPL
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA	Marli Widmer Membro CPL
MULTILUZ COMERCIAL EIRELI (não credenciou representante)	Gabriela Cuchi Observatório Social Municipal
DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP	

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO 050-2020 - PMP - AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS LED, RELÉ FOTOELETRÔNICO E BRAÇOS DE ILUMINAÇÃO

Publicação Nº 2610533

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 050/2020 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS LED, RELÉ FOTOELETRÔNICO E BRAÇOS DE ILUMINAÇÃO, de acordo com as especificações constantes do Anexo "A" do Edital.

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 08:30h do dia 02/09/2020

Abertura: dia 02/09/2020, às 09:00h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho. atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras.00@pinhalzinho.sc.gov.br

Pinhalzinho, SC, 18 de agosto de 2020.

Algacir Dallagnol

Secretário Municipal de Transportes e Obras

Pinheiro Preto

PREFEITURA

ALTERAÇÃO EDITAL 01/2020

Publicação Nº 2609837

ALTERAÇÃO EDITAL 01/2020

AQUISIÇÃO ONEROSA DE ÁREA DE TERRA URBANA DESTINADO À CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL - BAIRRO SÃO JOSÉ III

CONSIDERANDO o art. 2º do Decreto Municipal nº 5.286, de 04 de agosto de 2020, na qual REGULAMENTA A EFETIVAÇÃO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO PARA FUTURA ESCOLHA DE CONTEMPLADOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRA URBANA;

Fica acrescido no edital de inscrição para aquisição de loteamento o seguinte item:

4 – DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

[...]

m. Certidão negativa de imóveis do cartório de registro de imóveis da Comarca de Tangará.

Os demais itens, permanecem inalterados.

Pinheiro Preto/SC, 18 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 44/2020

Publicação Nº 2611013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2020

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de 2020, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições resolve registrar o(s) preço(s) da empresa: VIA RN TINTAS INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.197.303/0001/60, com sede na Rua AUGUSTO GNEIDING, nº 810, BLOCO B, na cidade de RIO NEGRINHO, Estado de SANTA CATARINA, neste ato representada pelo Senhor ARILDO PASCOALINHO CARDOSO, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação Registro de Preços, na modalidade Pregão Presencial nº 042/2020, conforme Processo Administrativo nº 081/2020, homologado em data de 16 de julho de 2020, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1– A presente ata tem por objeto AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ESGOTO E MATERIAIS DIVERSOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E 2021 PARA DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – O material objeto da presente ata, será adquirido pelo preço de:

Item	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário
30	Unidade	Tinta para sinalização viária, premium; na cor amarela, em embalagens de 18 litros.	Madevia	R\$ 189,00
31	Unidade	Tinta para sinalização viária, premium; na cor branca, em embalagens de 18 litros.	Madevia	R\$ 180,00

34	Unidade	Tinta metálica (ferro metal) embalagens de 3,8 litros na cor azul	Madequímica	R\$ 49,00
35	Unidade	Tinta metálica (ferro metal) embalagens de 3,8 litros na cor amarelo	Madequímica	R\$ 49,00
36	Unidade	Tinta metálica (ferro metal) embalagens de 3,8 litros na cor vermelho	Madequímica	R\$ 49,00

CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega e recebimento definitivo do material, com o devido adimplemento contratual, de forma parcelada, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, inciso XIV, "a", da Lei 8.666/93.

3.1.1 – A FORNECEDORA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 06 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "recebimento definitivo" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

3.1.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o FORNECEDORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.5 - Constatando-se, a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.7 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA o contraditório e a ampla defesa.

3.1.8 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a FORNECEDORA não regularize sua situação.

3.2 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados na Cláusula 2ª da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 82.827.148/0001-69.

3.3.1 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto com indicação do CNPJ específico sob nº 10.642.703/0001-77.

3.4 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

4.1 – A FORNECEDORA ficará obrigada a entregar o material, objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 - A FORNECEDORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

CLÁUSULA 5ª – DA ENTREGA DO MATERIAL

5.1 – A entrega do material deverá ser de forma parcelada, durante o período de exercício de 2020/2021, conforme a necessidade e solicitação da área requisitante.

5.2 – Os prazos para entrega do material necessários devem ser estabelecidos pela secretaria solicitante.

CLÁUSULA 6ª – DA QUALIDADE DO MATERIAL

6.1 – O material deverá ser de boa qualidade.

CLÁUSULA 7ª – DA VIGÊNCIA

7.1 – A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município e a FORNECEDORA terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA 8ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente ata correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020/2021:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 98 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação: 2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Despesa 133 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 119 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 136 - Salário Educação

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 29 - Desenvolvimento Urbano

Ação: 2.69 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Despesa 203 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saude Com Qualidade
Ação: 2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO
Despesa 37 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 138 - Transferencia do SUS/União

CLÁUSULA 9ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,
- III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,
- II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 10ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando a FORNECEDORA:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3 - A FORNECEDORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA 11ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

11.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES

12.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

12.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar a FORNECEDORA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente

estabelecidas:

- a. por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) FORNECEDORA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b. em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c. transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

12.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a FORNECEDORA as seguintes sanções:

- a. advertência;
- b. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Pinheiro Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

12.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.9 - Nenhum pagamento será processado à FORNECEDORA penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA 13ª - DA RESCISÃO

13.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a. por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b. amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c. judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

13.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 14ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

14.1 - A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº 042/2020 modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, obrigando-se a FORNECEDORA de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.2 - A FORNECEDORA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

14.3 - A FORNECEDORA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 15ª – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) secretários municipais: Secretário de Saúde, Secretária de

Educação, Secretária de Administração, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Urbano e Secretário de Transportes e Obras.

15.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) José Aldair dos santos, Veronice Fritzen, Vanuza Perin, Carlos Marcelo Baroni e Dejair Rodrigues bem como a comissão de recebimento verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 16ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decretos Municipais nº de 8.208, de 21 de janeiro de 2005, e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal 2.266/09 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 17ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

17.3 - A FORNECEDORA signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 18ª - DO FORO

18.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

CLÁUSULA 19ª – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotações específicas do orçamento de 2020 e aquelas a ser consignados na dotação orçamentária do ano de 2020.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto 16 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	VIA RN TINTAS IND E COMÉRCIO EIRELI
PEDR RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	

Testemunhas:

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 23/2020

Publicação Nº 2611012

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2020 - Dispensa por Justificativa Nº DL23/2020

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através da Comissão de Licitações, considerando a necessidade de substituir a bomba de recalque submersa de esgoto, localizada próxima a antiga estação ferroviária. Considerando que trata-se de uma necessidade pública e de imediata instalação para que os dejetos sejam rejeitados de forma correta. Torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Dispensa por Justificativa, com base no Artigo 24, Inciso II e IV da Lei Federal 8.666/93.

OBJETO: Aquisição Bomba de recalque Submersa de esgoto, 220v, 1CV.

Fornecedor: VIDEQUIP COMERCIO VAREJISTA DE FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO EIRLI ME. CNPJ: 30.321.747/0001-02. VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.750,00. QUANTIDADE: 01 (uma) unidade, VALOR TOTAL: 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais). Maiores informações pelo e-mail: compras@pinheiropreto.sc.gov.br ou tel.: (49) 3562-2000. Pinheiro Preto, 18/08/2020.

Comissão Permanente de Licitações.

DECRETO Nº 5.289, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611081

DECRETO Nº 5.289, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ACRESCE DISPOSITIVOS REFERENTE A TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO REGULAMENTO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS DE PINHEIRO PRETO – RTM, APLICADO NA ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E INTEPRETAÇÃO DOS TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL.

PEDRO RABUSKE, PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso VIII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal e com base nas premissas do Código Tributário Municipal, Lei Complementar Municipal nº 271, de 27 de dezembro de 2019,

DECRETA

Art. 1º Ficam acrescidos os §5º, §6º e §7º no art. 57 do Regulamento dos Tributos Municipais de Pinheiro Preto, Decreto Municipal nº 5.221, de 28 de abril de 2020, com o seguinte texto:

§5º O serviço público de coleta e destinação de lixo considera-se posto a disposição do usuário quando o itinerário do veículo de coleta passa a quinhentos metros ou menos da unidade imobiliária com potencial de geração de lixo.

§6º Para fins de identificação do valor da taxa, deve-se considerar a quantidade de vezes que o veículo de coleta passa na via em que se localiza a unidade imobiliária e, caso o veículo não passe em via lindeira da unidade, deve-se considerar a quantidade de vezes em que é feita a coleta na rua mais próxima.

§7º A definição do itinerário do veículo de coleta seguirá as diretrizes estabelecidas pelo departamento responsável, com base nas condições de trafegabilidade e possibilidade de acesso, e somente pode abranger vias públicas, vedado o ingresso do veículo para a coleta em estradas privadas ou no interior de propriedades particulares.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO/SC, 17 DE AGOSTO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
PREFEITO

PORTARIA Nº 506, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611014

PORTARIA Nº 506, DE 18 de agosto DE 2020.

CONCEDE progressão funcional horizontal por desempenho e cursos de aperfeiçoamento ao servidor Evandro Rabuske, ocupante do cargo de Professor.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19,20,21,22,23,24 e 25 da Lei Complementar nº118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, em 22 de abril de 2019 ao servidor Evandro Rabuske, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "B", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que o considerou apto à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação, passando para Referência "C".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de abril de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 18 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 507, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611015

PORTARIA Nº 507, DE 18 de agosto DE 2020.

CONCEDE progressão funcional horizontal por desempenho e cursos de aperfeiçoamento a servidora Leonice Ana Cantu Pellicoli, ocupante do cargo de Professor.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19,20,21,22,23,24 e 25 da Lei Complementar nº118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, em 22 de abril de 2019 a servidora Leonice Ana Cantu Pellicoli, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "D", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes,

Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que o considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação, passando para Referencia "E".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de abril de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 18 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 508, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611016

PORTARIA Nº 508, DE 18 de agosto DE 2020.

CONCEDE progressão funcional horizontal por desempenho e cursos de aperfeiçoamento a servidorA Luciana Menegola, ocupante do cargo de Professor.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19,20,21,22,23,24 e 25 da Lei Complementar nº118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, em 22 de abril de 2019 a servidora Luciana Menegola, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "B", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que o considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação, passando para Referência "C".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de abril de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 18 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 509, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611017

PORTARIA Nº 509, DE 18 de agosto DE 2020.

CONCEDE progressão funcional horizontal por desempenho e cursos de aperfeiçoamento a servidorA Marinez Beal Partyka, ocupante do cargo de Professor.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19,20,21,22,23,24 e 25 da Lei Complementar nº118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, em 22 de abril de 2019 a servidora Marinez Beal Partyka, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "E", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que o considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação, passando para Referência "F".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de abril de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 18 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 510, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611018

PORTARIA Nº 510, DE 18 de agosto DE 2020.

CONCEDE progressão funcional horizontal por desempenho e cursos de aperfeiçoamento a servidorA Rosana dos Santos, ocupante do cargo de Professor.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19,20,21,22,23,24 e 25 da Lei Complementar nº118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto

nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, em 22 de abril de 2019 a servidora Rosana dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referencia "D", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que o considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação, passando para Referencia "E".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de abril de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 18 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 511, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611019

PORTARIA Nº 511, DE 18 de agosto DE 2020.

CONCEDE progressão funcional horizontal por desempenho e cursos de aperfeiçoamento a servidorA Rosana Misturini Bogoni, ocupante do cargo de Professor.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19,20,21,22,23,24 e 25 da Lei Complementar nº118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, em 22 de abril de 2019 a servidora Rosana Misturini Bogoni, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referencia "D", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que o considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação, passando para Referencia "E".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de abril de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 18 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 512, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611021

PORTARIA Nº 512, DE 18 de agosto DE 2020.

CONCEDE progressão funcional horizontal por desempenho e cursos de aperfeiçoamento a servidorA Rosangela Lidvina Gallas, ocupante do cargo de Professor.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19,20,21,22,23,24 e 25 da Lei Complementar nº118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, em 22 de abril de 2019 a servidora Rosangela Lidvina Gallas, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referencia "E", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que o considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação, passando para Referencia "F".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de abril de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 18 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 513, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611023

PORTARIA Nº 513, DE 18 de agosto DE 2020.

CONCEDE progressão funcional horizontal por desempenho e cursos de aperfeiçoamento a servidorA Solange Aparecida Batista Manica, ocupante do cargo de Professor.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19,20,21,22,23,24 e 25 da Lei Complementar nº118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, em 22 de abril de 2019 a servidora Solange Aparecida Batista Manica, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referencia "E", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que o considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação, passando para Referencia "F".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de abril de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 18 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 514, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611024

PORTARIA Nº 514, DE 18 de agosto DE 2020.

CONCEDE progressão funcional horizontal por desempenho e cursos de aperfeiçoamento a servidorA Veronice Fritzen, ocupante do cargo de Professor.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19,20,21,22,23,24 e 25 da Lei Complementar nº118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, em 22 de abril de 2019 a servidora Veronice Fritzen, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referencia "E", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que o considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação, passando para Referencia "F".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de abril de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 18 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 515, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611026

PORTARIA Nº 515, DE 18 de agosto DE 2020.

CONCEDE progressão funcional horizontal por desempenho e cursos de aperfeiçoamento a servidorA Jussara Fatima Trevisol Einsweiler, ocupante do cargo de Professor.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19,20,21,22,23,24 e 25 da Lei Complementar nº118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, em 22 de abril de 2019 a servidora Jussara Fatima Trevisol Einsweiler, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referencia "E", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que o considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação, passando para Referencia "F".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de abril de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 18 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 516, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611027

PORTARIA Nº 516, DE 18 de Agosto de 2020.

Concede Licença prêmio A Servidora Pública Silvana Mugnol Vuelma.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública Silvana Mugnol Vuelma, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de tesouraria, 02 (dois) meses de LICENÇA PRÊMIO, referente ao período aquisitivo de 17/08/2015 a 17/08/2020, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 20 de agosto de 2020 a 18 de outubro de 2020 devendo retornar a suas atividades em 19 de outubro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 18 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 517, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611028

PORTARIA Nº 517, DE 18 de agosto DE 2020.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Jurcelei Bertha.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Jurcelei Bertha, ocupante do emprego público de Assistente Social - cras, 05 (cinco) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 07/01/2019 a 07/01/2020, cujo gozo se dará de 24/08/2020 a 28/08/2020, devendo retornar a suas atividades em 31/08/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 18 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 518, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611029

PORTARIA Nº 518, DE 18 de agosto DE 2020.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Barbara Ventrin Zucco.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Barbara Ventrin Zucco, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar administrativo (desempenhando o cargo de provimento em comissão de Diretor Comissão Municipal de Esportes), 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 04/05/2019 a 03/05/2020, cujo gozo se dará de 19/08/2020 a 17/09/2020, devendo retornar a suas atividades em 18/09/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de agosto de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 18 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2020

Publicação Nº 2610232

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2020

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o 2º semestre do exercício 2020.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 31/08/2020.

Abertura: às 08h30 do dia 31/08/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 22 de julho de 2020.

Carlos Alberto Maltauro
Supervisor de Compras

DECRETO 1377/2020

Publicação Nº 2609895

DECRETO Nº 1.377/2020, de 17 de agosto de 2020.

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 599.598,10 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.518/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 16.00 – SECRETARIA DA CIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Unidade: 16.01 – Departamento de Urbanismo

Projeto/Atividade: 1.011 – Infraestrutura e Pavimentação de Rodovias Públicas

Modalidade: 188 – 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0142 – Investimentos R\$ 449.598,10

Órgão: 16.00 – SECRETARIA DA CIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Unidade: 16.01 – Departamento de Urbanismo

Projeto/Atividade: 1.011 – Infraestrutura e Pavimentação de Rodovias Públicas

Modalidade: 189 – 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1303 – Investimentos R\$ 150.000,00

TOTAL: R\$ 599.598,10

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação por fonte de recursos, conforme segue:

Fonte de Recursos – 0.1.0142 – Alienação de Bens (Exceto Saúde/Educação) R\$ 449.598,10

Fonte de Recursos – 0.1.1303 – AFM – Apoio Financeiro aos Municípios R\$ 150.000,00

TOTAL: R\$ 599.598,10

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 17 de agosto de 2020.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI
Prefeito MunicipalRegistra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 17 de agosto de 2020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 273/2020

Publicação Nº 2609881

PORTARIA Nº 273/2020

CESSA EFEITOS PORTARIA Nº 272/2020 QUE CONCEDE LICENÇA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CESSA

Ficam CESSADOS os efeitos da Portaria nº272/2020, de 14 de agosto de 2020, que concede LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA a ANNA PAULA MASSON, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Alto Gramado, s/nº, município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 4.434.001, e do CPF sob o nº 051.930.989-83, servidora desta municipalidade no cargo efetivo de Professora de Educação Física.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 17 de agosto de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 17 de agosto de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2020

Publicação Nº 2610228

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2020

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para preparação da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental para o 2º semestre do exercício de 2020.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 01/09/2020.

Abertura: às 08h30 do dia 01/09/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 22 de julho de 2020.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2020

Publicação Nº 2610243

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2020

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresas para possível fornecimento de materiais de consumo, higiene e limpeza destinados às unidades administrativas do Município de Piratuba.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 03/09/2020.

Abertura: às 08h30 do dia 03/09/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 13 de agosto de 2020.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

Planalto Alegre

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N° 019/2020

Publicação N° 2609984

PORTARIA N° 019/2020

“EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PAULO ROHRBEK, presidente da Câmara de Vereadores de Planalto Alegre, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a partir desta data, a servidora ocupante de cargo em comissão lotado na Câmara de Vereadores, sendo:

- RAQUELI CAMATTI, Assessora Parlamentar, nomeada em 04 de Fevereiro de 2019.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, 18 de Agosto de 2020.

PAULO ROHRBEK

Presidente da Câmara de Vereadores de Planalto Alegre Santa Catarina.

Pomerode

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 087 / 2019 - PRAZO

Publicação N° 2610085

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 087 / 2019 PRAZO

Processo Administrativo nº 118 / 2019. Tomada de Preços para Serviços de Engenharia nº 010 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL AMALIA ANDERS, LOCALIZADO NA RUA RIBEIRÃO HERDT, N.º 679 - BAIRRO RIBEIRÃO HERDT, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA, PROJETO BÁSICO E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Prazo de vigência: 90 dias até 02/11/2020. Justificativa: Em conformidade com a cláusula sexta do contrato nº 087 / 2019, PRORROGA-SE o prazo por mais 90 dias de 03/08/2020 até 02/11/2020, Justifica-se a presente prorrogação devido aos transtornos ocasionados por conta das medidas preventivas da Epidemia do novo Coronavírus COVID-19, e solicitações de serviços extras, impedindo assim, a finalização dos serviços dentro do prazo pré determinado. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Valdir Bento Falchetti, Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda - Contratada. Pomerode / SC, 23 de Julho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO MUNICIPAL N° 3.866, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2610334

DECRETO MUNICIPAL N° 3.866,
DE 14 DE AGOSTO DE 2020

ESTABELECE DIRETRIZES E CRITÉRIOS PARA EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÕES EM ÁREAS ALAGÁVEIS NO MUNICÍPIO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a existência no Município de áreas alagáveis, não caracterizadas como área de preservação permanente, nos termos do artigo 4º da Lei 12651/2012, portanto passíveis de ocupação;

CONSIDERANDO que as áreas alagáveis são estratégicas para a segurança da cidade, funcionando como grandes depósitos de água quando da ocorrência de chuvas torrenciais, minimizando os riscos e os prejuízos causados pelas inundações;

CONSIDERANDO que a ocupação destas áreas, sem observância de critérios técnicos, além de causar risco aos ocupantes da área, também causa risco à população de forma geral, por acarretar prejuízo ao escoamento das águas em eventos pluviométricos de grande intensidade;

CONSIDERANDO a existência no Município de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta visando a regulamentação da ocupação destas áreas alagáveis;

CONSIDERANDO o interesse do Município de Pomerode em planejar de forma ordenada o crescimento da cidade, sem prejuízo à atual e futuras gerações;

DECRETA:

Art. 1º O presente Decreto regulamenta, no Município de Pomerode, a execução de edificações em áreas de risco e alagáveis.

Art. 2º Fica proibido, no âmbito do território do Município de Pomerode, a execução de edificação quando a mesma estiver situada nas seguintes áreas:

I – área de risco assim definida pela Defesa Civil;

II – área comumente sujeita a alagamento, conforme laudo emitido pela Coordenadoria de Defesa Civil.

Parágrafo único. Para obter a permissão, o interessado deverá apresentar requerimento fundamentado e justificado, anexando estudo geológico conclusivo pela possibilidade de execução da edificação, apresentando as diretrizes geotécnicas a serem obedecidas, incluindo recomendações relacionadas a escavações, estabilidade de taludes de corte e aterro, comportamento do aterro quanto a deformação (recalques), estabilidade dos terrenos à erosão, bem como orientações para escolha de fundações e drenagens.

Art. 3º Fica proibido a execução de edificações em áreas comumente sujeitas a alagamento, salvo com permissão expressa da Defesa Civil e da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, devendo o interessado observar os seguintes critérios:

I - Apresentar requerimento fundamentado, justificando a necessidade de utilização da área;

II - Apresentar declaração técnica que a edificação não prejudicará o fluxo e a capacidade de alagamento do local; e

III - Apresentar comprovação que a edificação utilizará técnicas construtivas que não prejudiquem o fluxo e a capacidade de alagamento por ocasião do extravasamento do curso d'água.

§ 1º Sem prejuízo da permissão que trata o caput, consideram-se áreas comumente alagáveis aquelas caracterizadas como calha secundária de curso d'água, que recebem fluxo do extravasamento dos mesmos por ocasião de altos índices pluviométricos, considerando-se um tempo de recorrência de 20 anos.

§ 2º Eventual permissão somente se aplica em áreas alagáveis não localizadas em área de preservação permanente, assim definidas no artigo 4º da Lei Federal 12.651/2012, e nas áreas passíveis de ocupação, nos termos da Lei Complementar Municipal 368/2019.

Art. 4º Sem prejuízo das demais exigências, poderão ser permitidas:

I – edificações sobre pilotis, sem fechamento de paredes para que não interfiram no fluxo de passagem das águas;

II – áreas de recreação desde que não interfiram no fluxo de passagem das águas;

III – estacionamentos;

IV – obras de utilidade pública, interesse social e de baixo impacto, conforme art. 3º da Lei Federal 12.651/2012.

§ 1º No caso do inciso I, a primeira laje deve ser projetada 1,50 metros acima da cota de alagamento, considerando o tempo recorrência de alagamento de 20 anos.

§ 2º A área localizada abaixo da primeira laje deve ser mantida permeável e não poderá, em seu perímetro, receber alvenaria de elevação.

§ 3º Poderá ser admitido, nas edificações industriais, comerciais e residenciais, o uso da área abaixo da primeira laje como estacionamento, mediante a apresentação, junto ao projeto de construção, de plano de evacuação da área por ocasião de alagamento/inundação, indicando rotas de saída e local de estacionamento alternativo, em área livre de alagamento, não sendo admitido o uso de via pública para tal fim.

Art. 5º Os projetos das edificações de que dispõem este decreto municipal serão submetidas à análise pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN).

Art. 6º Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Pomerode, 14 de Agosto de 2020

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 099 / 2020

Publicação Nº 2610233

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 099 / 2020

Processo Administrativo n.º 061 / 2020. Pregão Eletrônico n.º 033 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: MODELO PNEUS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PRIMEIRA LINHA, NOVOS, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 13/08/2021. Valor Total Contratado: R\$66.880,00 (sessenta e seis mil e oitocentos e oitenta reais). Itens 11 e 49.

Pomerode / SC, 14 de Agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 100 / 2020

Publicação Nº 2610236

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 100 / 2020

Processo Administrativo n.º 061 / 2020. Pregão Eletrônico n.º 033 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI. Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PRIMEIRA LINHA, NOVOS, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 13/08/2021. Valor Total Contratado: R\$112.702,00 (cento e doze mil e setecentos e dois reais). Itens 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 23, 32, 33, 34, 38, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 61, 63, 64 e 65.

Pomerode / SC, 14 de Agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 101 / 2020

Publicação Nº 2610238

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 101 / 2020

Processo Administrativo n.º 061 / 2020. Pregão Eletrônico n.º 033 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PRIMEIRA LINHA, NOVOS, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 13/08/2021. Valor Total Contratado: R\$126.960,00 (cento e vinte e seis mil e novecentos e sessenta reais). Itens 35, 40 e 41.

Pomerode / SC, 14 de Agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 102 / 2020

Publicação Nº 2610239

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 102 / 2020

Processo Administrativo n.º 061 / 2020. Pregão Eletrônico n.º 033 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PRIMEIRA LINHA, NOVOS, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 13/08/2021. Valor Total Contratado: R\$137.695,68 (cento e trinta e sete mil, seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos). Itens 03, 04, 06, 07, 08, 09, 29, 36, 37, 39, 44, 48, 57, 59 e 62.

Pomerode / SC, 14 de Agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 103 / 2020

Publicação Nº 2610240

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 103 / 2020

Processo Administrativo n.º 061 / 2020. Pregão Eletrônico n.º 033 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI. Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PRIMEIRA LINHA, NOVOS, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 13/08/2021. Valor Total Contratado: R\$19.698,00 (dezenove mil e seiscentos e noventa e oito reais). Itens 01, 02, 20,

28, 31, 43 e 56.

Pomerode / SC, 14 de Agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 104 / 2020

Publicação Nº 2610241

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 104 / 2020

Processo Administrativo n.º 061 / 2020. Pregão Eletrônico n.º 033 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PRIMEIRA LINHA, NOVOS, CERTIFICADOS PELO INMETRO, PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 13/08/2021. Valor Total Contratado: R\$45.656,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos e cinquenta e seis reais). Itens 05, 18, 19, 22, 24, 25, 26, 27 e 30.

Pomerode / SC, 14 de Agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA 26.729

Publicação Nº 2610658

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.729

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO MICHELLE GERTRUDES VOLKMANN DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato MICHELLE GERTRUDES VOLKMANN, da função de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Profº Curt Brandes, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 10 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de julho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.730

Publicação N° 2611084

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 26.730
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA JENNY MARY NEITZKE RICARDO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora JENNY MARY NEITZKE RICARDO, ocupante do cargo de Professor Disciplina Específica - Língua Inglesa, atualmente readaptada em função administrativa, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 01.01.2015 a 05.01.2018, a partir de 13 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de julho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.737

Publicação N° 2610665

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA N° 26.737
EXONERA A PEDIDO MARLON CRISTIANO RAHN DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - EDUCAÇÃO FÍSICA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido MARLON CRISTIANO RAHN, da função de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na EBM Almirante Barroso, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 15 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de julho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.739

Publicação N° 2611088

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 26.739
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA LIARA RODRIGUES KOGLIN.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora LIARA RODRIGUES KOGLIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Nora Krueger Dallmann, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 22.02.16 a 01.03.2019, a partir de 13 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de julho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.740

Publicação N° 2611098

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 26.740
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA NARA BEATRIZ HALMENSCHLAGER THOME.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (Quinze) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora NARA BEATRIZ HALMENSCHLAGER THOME, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, atualmente readaptada como Secretária de Escola, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Olavo Bilac e no CEIM Profª Waltrut Siewerdt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 10.02.10 a 09.02.13, a partir de 15 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de julho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.744

Publicação N° 2610650

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA N° 26.744
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO PRISCILA DE OLIVEIRA DIAS DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato PRISCILA DE OLIVEIRA DIAS, da função de

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Noemi Vieira de Campos Schroeder, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 17 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de julho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.745

Publicação Nº 2610677

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.745

NOMEIA E GRATIFICA A SERVIDORA ANABELA SIZS PELO EXERCÍCIO DE DIREÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 28, da Lei Complementar 292/2016, NOMEIA E GRATIFICA pelo Exercício de Direção de Unidade de Ensino, a servidora ANABELA SIZS, ocupante do cargo de Pedagogo, junto ao Centro de Educação Infantil Municipal Profº Reimar Elhert, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 17 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 20 de julho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.746

Publicação Nº 2611077

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.746

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA CLAUDIA MARTINS KINZEL.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora CLAUDIA MARTINS KINZEL, ocupante do cargo de Psicóloga, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 02.02.2013 a 03.02.2016, a partir de 20 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 20 de julho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.751

Publicação Nº 2611090

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.751
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA LIARA RODRIGUES KOGLIN.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora LIARA RODRIGUES KOGLIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Nora Krueger Dallmann, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 22.02.16 a 01.03.2019, a partir de 18 de março de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 20 de julho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.752

Publicação Nº 2611103

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.752
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA SANDRA MARIZA DA SILVA FUHRMANN.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora SANDRA MARIZA DA SILVA FUHRMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Hermann Guenther, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 03.03.2017 a 02.03.2020, a partir de 20 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 20 de julho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.754

Publicação Nº 2611108

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 26.754

AFASTA A SERVIDORA SARA BEATRIZ SCHWAEMMLE, EM FACE DA CONCESSÃO DA LICENÇA MATERNIDADE.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 13, da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016, AFASTAR, por motivos da concessão da Licença Maternidade a servidora SARA BEATRIZ SCHWAEMMLE, ocupante da função de Auxiliar de Educação Infantil, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Ruth Koch, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 20 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 20 de julho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 26.788

Publicação Nº 2610560

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 26.788

EXONERA A PEDIDO LIARA RODRIGUES KOGLIN DO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de nº 269, de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido LIARA RODRIGUES KOGLIN, do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Nora Krueger Dallmann, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 27 de julho de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 27 de julho de 2020.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA Nº 26.881, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610342

--	--

PORTARIA Nº 26.881, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

ESTABELECE ORIENTAÇÕES A RESPEITO DAS NORMAS PARA PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS NO PERÍODO ELEITORAL, NOS TERMOS DA LEI 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 E EC 107/2020

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em atenção ao disposto no art. 73 da Lei nº 9.504/1997e da Emenda Constitucional nº 107/2020; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, § 1º da Constituição Federal, que estabelece que a publicidade dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

CONSIDERANDO o disposto nos art. 73 3 79 da Lei Federal nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor organização para a correta divulgação dos atos de gestão e publicidade institucional,

RESOLVE:

Art. 1º Todas as matérias de publicidade institucional e de utilidade pública do Município de Pomerode, deverão obedecer, rigorosamente o disposto no art. 37, § 1º da Constituição Federal, ou seja, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidor público.

Parágrafo único. Entende-se por Publicidade Institucional àquela que se destina a divulgar atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados das Diretorias e do Poder Público Municipal, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade, de valorizar e fortalecer as instituições públicas, de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formulação de políticas públicas, com exclusivo caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Art. 2º São PROIBIDAS aos agentes públicos, a partir de 15 de agosto de 2020 até dia 16 de novembro de 2020 as seguintes condutas:

I – realizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral, ou de propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado; (art. 73, VI, b, Lei nº 9.504/97);

II – fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo, assim como de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e das entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e a orientação à população quanto aos serviços públicos afetados pela pandemia. (art. 73, VI, c, Lei nº 9.504/97 e art. 1º, § 3º, VIII da EC 107/2020).

Parágrafo único. O material de publicidade institucional que, excepcionalmente, deva ser veiculado no período entre 15 de agosto de 2020 até a data das eleições, deverá ser encaminhado, previamente, por meio de ofício, à Procuradoria Geral do Município, acompanhado da justificativa sobre a grave e urgente necessidade pública a justificar a sua veiculação, para peticionamento ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Art. 3º Somente poderão ser veiculados, no período compreendido entre 15 de agosto a 16 de novembro de 2020:

I - as publicidades legais (atos administrativos, portarias, atas, editais, decretos e leis);

II - atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e das entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19;

III - orientação à população quanto aos serviços públicos afetados pela pandemia;

IV - publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, fundações e entidades da administração indireta em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral e por ela autorizada.

Art. 4º As vedações de que trata esta Portaria estendem-se ao Portal Oficial do município, páginas de redes sociais de órgãos da administração direta, fundação, autarquia, secretarias municipais e instituições municipais (escolas, centros de educação infantil, biblioteca, museus, unidades de saúde, entre outros).

Art. 5º Durante o período eleitoral deve ser suspensa a veiculação de publicidade institucional no portal oficial do Município de Pomerode, o qual deverá constar os seguintes dizeres: "Publicidade suspensa em virtude da Legislação Eleitoral".

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 14 de agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 26885, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610636

PORTARIA Nº 26885, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei e;

CONSIDERANDO os documentos constantes no processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 059/2018, especialmente quanto ao cumprimento do Contrato Administrativo nº 007/2019, onde se verifica que alguns produtos fornecidos pela empresa Alfrs Indústria de Móveis Ltda. vem apresentando diversos problemas estruturais;

CONSIDERANDO que a empresa Alfrs Indústria de Móveis Ltda. foi devidamente notificada pela Diretoria de Licitação para solucionar o problema, cujo prazo concedido se exauriu sem que o problema fosse solucionado;

CONSIDERANDO o art. 7º da Lei nº 10.520/2002 que disciplina a modalidade de licitação denominada pregão;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 87 e 88 da Lei nº. 8.666/93, usada subsidiariamente nos processos licitatórios na modalidade prego;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.846/2013, que "Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências";

CONSIDERANDO a necessidade de observar os princípios constitucionais do Devido Processo Legal e da Ampla Defesa.

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a instauração de processo administrativo para a apuração de possíveis irregularidades praticada pela empresa ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA, bem como averiguar a existência de prejuízos ao interesse público e, se for o caso, sugerir penalidades a serem aplicadas à referida empresa.

Art. 2º Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores municipais abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

MICHAELA REIMER DOPONA, CPF nº 974.380.309-20;

LILIANE NILZETE SILVEIRA, CPF nº 040.231.999-07;

SHEILA SIMONE ADAM LINK, CPF nº 003.691.059-74.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade, na forma da lei.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

Pomerode, 17 de agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

LEI-1184-2020 - PLANO PLURIANUAL 2018/2021

Publicação Nº 2609886

LEI MUNICIPAL nº 1184/2020

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2018/2021, instituído pela Lei nº 1097/2017 do Município de Ponte Alta do Norte e dá outras providências.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2021, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamento de recursos, conforme anexo II, e Programas especificados no anexo I.

Art. 2º Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º Foram atualizados os valores para o exercício de 2021, de maneira a adequar os programas e fontes de recursos, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Alta do Norte, 19 de Agosto de 2020.

Roberto Molin de Almeida
Prefeito Municipal

Fica publicado a presente lei aos dezenove dias do mês de Agosto de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

PORTARIA-190-2020-FERIAS

Publicação Nº 2609884

PORTARIA N. 181/2020

FICA CONCEDIDO FÉRIAS ANTECIPADAS A SERVIDORA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal e art. 76 da Lei Complementar nº 006/2001.

RESOLVE

Art.1º- Fica concedido férias antecipadas a servidora municipal, PATRICIA PAVAO ALVES, matrícula nº 639, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zeladora, referente aos períodos aquisitivos de 01 de Julho de 2020 a 01 de Julho de 2021, e gozada as férias, no período 04 de Maio de 2020 a 02 de Junho de 2020, equivalente a 30 (trinta) dias.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 24 de Julho de 2020.
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos vinte e quatro dias do mês de Julho do ano de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM-Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 473/2020

Publicação Nº 2610608

DECRETO Nº 473/2020, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

☐DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS☐.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.386, de 12 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2020 no valor de R\$ 292.550,00 (Duzentos e Noventa e Dois Mil e Quinhentos e Cinquenta Reais), destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade: 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.402.2004 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 01.1179 –9– R\$ 134.550,00

Modalidade de Aplicação: 44.90.00.00

Fonte de Recursos: 01.1179 –12– R\$ 158.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional de até R\$ 292.550,00 (Duzentos e Noventa e Dois Mil e Quinhentos e Cinquenta Reais), serão utilizados recursos do Provável Excesso de Arrecadação de emenda parlamentar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE AGOSTO DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 490/2020

Publicação Nº 2610706

DECRETO Nº 490/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

“CONTRATA CONSELHEIRA TUTELAR”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO que o conselheiro tutelar Denilson Nardi encontra se em licença para concorrer as eleições municipais pleito 2020, conforme Decreto n. 474/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada temporariamente a Sra. MARCIA HELENA NOVAKOSKI BOLSONI, portadora do CPF n. 559.968.339-72 para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, com 40:00 horas semanais, até o retorno do conselheiro titular.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE AGOSTO DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 001/2020 - FMEDUCA

Publicação N° 2609436

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão nº 007/2020 - FMEDUCA - Pregão Eletrônico - Nº 001/2020 - FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: Aquisição de mobiliário escolar, através do termo de compromisso PAR nº 20200545-6 FNDE, de acordo com a resolução nº 03 de 29 de Abril de 2020, atendendo as necessidades do Fundo Municipal de Educação, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Data e local da sessão eletrônica: Às 09h00min do dia 31/08/2020, no site www.portaldecompraspublicas.com.br

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 19 de Agosto de 2020

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 005/2020 - FMS - RETIFICADO

Publicação N° 2610047

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão nº 020/2020 - FMS - Pregão Eletrônico - Nº 005/2020 – FMS - Retificado

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de materiais e equipamentos médicos e odontológicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Às 09h00min do dia 03/09/2020, no site www.portaldecompraspublicas.com.br

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 19 de Agosto de 2020

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2506 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2609901

DECRETO Nº 2.506, 13 DE AGOSTO 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 16, inciso I da Lei Municipal nº 2.840/2019".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 565.721,59 (Quinhentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e um reais e cinquenta e nove centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 0012.0365.0011

Projeto – 1024 - Ampliação e Reforma de Unidades Escolares da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 02790001 – Emenda Impositiva Estado - Ampliação CEI Lauro Prado

Valor: R\$ 500.000,00

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional Programática: 0008.0244.0020
Atividade – 2067 - Manutenção das atividades da proteção básica na Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 02350033 – Transferência de Recursos do SUAS/União Proteção Básica - Coronavírus (COVID-19)
Valor: R\$ 37.050,00
Atividade – 2115 - Manutenção das atividades de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 02350032 – Transferência de Recursos do SUAS/União MAC - Coronavírus (COVID-19)
Valor: R\$ 28.671,59

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no Exercício de 2020 por conta do recurso Emenda Impositiva Estado - Ampliação CEI Lauro Prado na importância de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), Transferência de Recursos do SUAS/União Proteção Básica - Coronavírus (COVID-19) na importância de R\$ 37.050,00 (Trinta e sete mil e cinquenta reais) e Transferência de Recursos do SUAS/União MAC - Coronavírus (COVID-19) na importância de R\$ 28.671,59 (Vinte e oito mil, seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e nove centavos), totalizando a importância de R\$ 565.721,59 (Quinhentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e um reais e cinquenta e nove centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 13 de agosto de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 2508 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610001

DECRETO Nº 2.508, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 17 da Lei Municipal nº 2.840/2019".
O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 27 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana
Funcional Programática: 0015.0452.0005
Atividade: 2.015 – Ampliação e manutenção da Iluminação Pública
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 03080800 - SF: 01080800 - Contribuição Custeio Serviços de Iluminação Pública - COSIP
Valor: R\$ 22.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2019 por conta dos Recursos Contribuição Custeio Serviços de Iluminação Pública - COSIP na importância de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 17 de agosto de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 060/2020 - PMPB

Publicação Nº 2610222

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2020-PMPB

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR a Licitação no que segue:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Contratação de empresa especializada para fornecimento de material objetivando a melhoria, ampliação, efficientização, eventos em redes de iluminação pública do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Onde se lê:

LOTE 03						
01	Braço comum de IP, em aço galvanizado à fogo, diâmetro 25x1000mm, Padrão Celesc	PÇ	200	R\$ 26,56	R\$ 5.312,00	
02	Braço de IP, em aço galvanizado à fogo, diâmetro 48x3000mm, espessura mín 2,6mm, com base para fixação, com 2 furos com diâmetro 18mm, Padrão Celesc	PÇ	200	R\$ 155,98	R\$ 31.196,00	
03	Braço especial de IP, em aço galvanizado à fogo, diâmetro 48x3500mm, espessura mín 3,0mm, com base para fixação, com 2 furos com diâmetro 18mm, modelo Asa ou Cisne	PÇ	30	R\$ 536,67	R\$ 16.100,10	
04	Braço ornamental/decorativo de IP para luminária, comprimento 3 metros, confeccionado em aço galvanizado à fogo, pintado em poliéster na cor verde oliva RAL 6003, ou outra a ser definida pela prefeitura, para fixação em poste de aço, diâmetro interno 60mm. c/sapata.	PÇ	500	R\$ 362,18	R\$ 181.090,00	
05	Braço ornamental/decorativo de IP para luminária, comprimento 2 metros, confeccionado em aço galvanizado à fogo, pintado em poliéster na cor verde oliva RAL 6003, ou outra a ser definida pela prefeitura, para fixação em poste de aço, diâmetro interno 48mm. c/sapata.	PÇ	40	R\$ 351,34	R\$ 14.053,60	
06	Braço ornamental/decorativo de IP para luminária, comprimento 2 metros, confeccionado em aço galvanizado à fogo, pintado em poliéster na cor verde oliva RAL 6003, ou outra a ser definida pela prefeitura, para fixação em poste de aço, diâmetro interno 60mm.	PÇ	200	R\$ 372,33	R\$ 74.466,00	
TOTAL DO LOTE 03 R\$ 322.217,70						

Leia se:

LOTE 03						
01	Braço comum de IP, em aço galvanizado à fogo, diâmetro 25x1000mm, Padrão Celesc	PÇ	200	R\$ 26,56	R\$ 5.312,00	
02	Braço de IP, em aço galvanizado à fogo, diâmetro 48x3000mm, espessura mín 2,6mm, com base para fixação, com 2 furos com diâmetro 18mm, Padrão Celesc	PÇ	200	R\$ 155,98	R\$ 31.196,00	
03	Braço especial de IP, em aço galvanizado à fogo, diâmetro 48x3500mm, espessura mín 3,0mm, com base para fixação, com 2 furos com diâmetro 18mm, modelo Asa ou Cisne	PÇ	30	R\$ 536,67	R\$ 16.100,10	
TOTAL DO LOTE 03 R\$ 52.608,10						

Ficam mantidas as demais informações data e horário de abertura do Edital de licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2020 - PMPB. Maiores informações através do telefone (47) 3369-4111, ramal 248 ou e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br das 08h00min às 14h00min de segunda à sexta-feira.

Porto Belo, 18 de Agosto de 2020

Rodrigo Truffa da Costa
Pregoeiro

Porto União

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 034/2020

Publicação Nº 2610097

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 034/2020

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 19/08/2020 a 25/08/2020, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
 - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
 - Carteira de Identidade;
 - Carteira de Trabalho;
 - Comprovante do PIS/PASEP
 - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
 - Título de Eleitor;
 - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
 - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
 - Certidões Negativas Criminais do 1º Grau de Jurisdição expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
 - Certidão Negativa Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
 - Comprovante de residência atualizado;
 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
 - Certificado de Especialização, se for o caso;
 - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH*);
 - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH*);
 - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH*);
- * Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

CARGO: ENFERMEIRO

NOME	CLAS	ASSINATURA	DATA
EDUARDA JASKIU	3º		

Porto União (SC), 18 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL Nº 2038/2020

Publicação Nº 2610106

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL
LAO Nº 2038/2020

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que recebeu

do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, a Licença Ambiental de Operação – LAO nº 2038/2020, válida por 48 meses para a atividade principal: 00.10.00 - lavra a céu aberto com desmonte por explosivo, e atividade secundária: 10.20.00 - beneficiamento de minerais com cominuição, localizada na Colônia Rio Bonito, S/N, zona rural, município de Porto União - SC.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

LEI MUNICIPAL Nº 4.683/2020

Publicação Nº 2610638

LEI Nº 4.683, de 17 de agosto de 2020.

Denomina de “Praça da Mulher” o espaço público destinado a área de lazer e convivência localizado na esquina das Ruas Hilário André Dezordi e Demétrio Charan, Bairro São Pedro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de “Praça da Mulher” o espaço público destinado a área de lazer e convivência localizado na esquina das Ruas Hilário André Dezordi e Demétrio Charan, Bairro São Pedro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União, 17 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

ANEXO I

Há tantas homenagens a pessoas com nomes de ruas e outros logradouros, mas não a todas as mulheres, aquela mulher anônima, aquela mulher feita para brilhar, aquela mulher simples, que chora, que sorri e conquista seu lugar dia a dia. Aquela que cuida sem limite, que sempre tem um bom palpite e sabe como encantar. Aquela que às vezes faz drama, que grita, fala, chama e não desiste de lutar. Aquela que é sentimento, que leva alegria ao sofrimento e nunca se cansa de amar. Aquela mulher lutadora. Aquela que é mulher. Tantas mulheres, belezas únicas, vivas, cheias de mistérios e encanto. Mulheres que devem ser lembradas, amadas e admiradas todos os dias. Por tudo isso e mais, propõe-se homenagear a todas Elas, denominando de “Praça da Mulher” esse espaço público, destinado ao lazer e convivência, localizado na esquina das ruas Hilário André Dezordi e Demétrio Charan, no Bairro São Pedro, para que todos lembrem sempre das mulheres.

PORTARIA Nº 058/2020

Publicação Nº 2610662

PORTARIA Nº 058, de 17 de agosto de 2020.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, referente ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 039, de 24 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por mais 60 (sessenta) dias, sem ônus para o Município, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar referente ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 039, de 24 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 25 de agosto de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020 DE 18 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE NORMAS PARA A CHAMADA PÚBLICA DE MÉDICOS E ENFERMEIRO, DESTINADA A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA DA SAÚDE NO ANO DE 2020

Publicação Nº 2609836

EDITAL Nº 02 de 18 de agosto de 2020

Estabelece normas para a chamada pública de Médicos e Enfermeiro, destinada a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria da Saúde no ano de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, Oscar Gutz, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.392 de 20 de março de 2012;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, e;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados no Processo Seletivo originado pelo Edital 01/2020, torna público os procedimentos para a chamada pública para o cargo de Médico e Enfermeiro, destinada ao provimento de vaga temporária, nas Unidades Básica de Saúde até 21 de agosto de 2021.

1. DAS VAGAS

1.

Médico Clínico Geral	02 vagas	40 horas	R\$ 17.681,94
Enfermeiro	01 vaga	40 horas	R\$ 3.848,10

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Setor de Recursos Humanos, na Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, à Rua Carlos Theisen, 74, Centro, a partir do dia 21 de agosto no horário das 7h30 às 11h30 e 13h00 às 17h00, munido de cópia dos seguintes documentos:

- RG, CPF;
- diploma de conclusão de curso e registro e registro profissional no órgão de classe;
- Especialização na área de saúde pública, se possuir;
- tempo de serviço, se possuir.

1.2 Os candidatos que forem classificados serão convocados para preencher as vagas conforme lista de classificação que será publicada no dia 21 de agosto de 2020 às 07h30.

3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:


- Especialização na área de saúde pública;
- candidatos com maior tempo de serviço, devidamente comprovado por certidão de tempo de serviço emitida pelo órgão empregador;
- candidato de maior idade.

Pouso Redondo, 18 de agosto de 2020.

Oscar Gutz
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 009/2020 - PAVIMENTAÇÃO RUAS EUGÊNIO E JENNY SCHNEIDER - ANEXO II - ORÇAMENTO

Publicação Nº 2609665

PREFEITURA MUNICIPAL POUSO REDONDO										
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO										
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PASSEIO E SINALIZAÇÃO VIARIA										
EMPRESA		LZK CONSTRUTORA LTDA								
EMPREENDIMENT O		RUA JENNY SCHNEIDER E RUA EUGENIO SCHNEIDER - CENTRO - EXTENSÃO : 588,80 m								
PLANILHA DE PREÇOS										
										
ITEM	DESCRIPTIVO	UNID	QUANT	PREÇO UNIT. MDO	UNIT. Material	TOTAL MDO	TOTAL Material	BDI	Unit. Mat + MDO	VALOR TOTAL (COM BDI)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES									R\$ 8.227,70
1.1	Placa de identificação da obra (PADRÃO DO CONVENIO) em aço galvanizado e armação de madeira	m2	2,88	R\$ 144,39	R\$ 268,16	R\$ 415,85	R\$ 772,30	20,19%	R\$ 412,55	R\$ 1.188,15
1.2	Placa de sinalização de obra em aço galvanizado e armação de madeira (área de 2 unidades)	m2	1,2	R\$ 144,39	R\$ 268,16	R\$ 173,27	R\$ 321,79	20,19%	R\$ 412,55	R\$ 495,06
1.3	Locação da obra com uso de equipamentos topográficos, inclusive topógrafo	m2	8266,96	R\$ 0,14	R\$ 0,26	R\$ 1.156,80	R\$ 2.148,33	20,19%	R\$ 0,40	R\$ 3.305,13
1.4	Locação da drenagem pluvial e nivelamento com auxílio de eq. topográfico	m	694	R\$ 1,64	R\$ 3,03	R\$ 1.133,78	R\$ 2.105,58	20,19%	R\$ 4,67	R\$ 3.239,36
2	TERRAPLANAGEM									R\$ 15.924,01
2.1	Escavação e carga de material de 1º cat. para execução dos taludes e do subleito	m3	2511,83	R\$ 1,29	R\$ 2,40	R\$ 3.251,19	R\$ 6.037,93	20,19%	R\$ 3,70	R\$ 9.289,12
2.2	Transporte do volume proveniente da escavação e carga do material para execução dos taludes e subleito para boca fora, empolado em 25% (DMT 1,40km)	m3xkm	3959,62	R\$ 0,45	R\$ 0,83	R\$ 1.773,02	R\$ 3.292,76	20,19%	R\$ 1,28	R\$ 5.065,78
2.3	Execução e compactação de aterro com solo reutilizando o material proveniente das escavações no local da obra	m3	249,19	R\$ 2,20	R\$ 4,09	R\$ 549,19	R\$ 1.019,92	20,19%	R\$ 6,30	R\$ 1.569,11
3	DRENAGEM PLUVIAL									R\$ 131.385,12
3.1	DRENAGEM									R\$ 131.385,12
3.1.1	Escavação e carga mec. de vala não escorada material de 1º cat.	m3	675,66	R\$ 2,37	R\$ 4,40	R\$ 1.600,18	R\$ 2.971,75	20,19%	R\$ 6,77	R\$ 4.571,93
3.1.2	Transporte do volume proveniente da escavação de material de 1º cat. das valas empolado em 25% (DMT 1,4km)	m3xkm	1182,41	R\$ 0,45	R\$ 0,83	R\$ 529,46	R\$ 983,27	20,19%	R\$ 1,28	R\$ 1.512,73
3.1.3	Tubo de concreto simples - PS2 MF NBR-8890 DN 400mm	m	500	R\$ 13,41	R\$ 24,90	R\$ 6.702,65	R\$ 12.447,77	20,19%	R\$ 38,30	R\$ 19.150,42
3.1.4	Tubo de concreto armado - PA1 MF NBR-8890 DN 400mm	m	36	R\$ 22,38	R\$ 41,57	R\$ 805,75	R\$ 1.496,38	20,19%	R\$ 63,95	R\$ 2.302,13
3.1.5	Tubo de concreto simples - PS2 MF NBR-8890 DN 600mm	m	158	R\$ 25,13	R\$ 46,67	R\$ 3.970,21	R\$ 7.373,26	20,19%	R\$ 71,79	R\$ 11.343,47
3.1.6	Assentamento de tubos de concreto DN 400mm com junta em argamassa 1:3 cimento:areia, incluindo materiais e serviço.	m	536	R\$ 6,30	R\$ 11,69	R\$ 3.375,11	R\$ 6.268,07	20,19%	R\$ 17,99	R\$ 9.643,18
3.1.7	Assentamento de tubos de concreto DN 600mm com junta em argamassa 1:3 cimento:areia, incluindo materiais e serviço.	m	158	R\$ 9,34	R\$ 17,34	R\$ 1.475,22	R\$ 2.739,69	20,19%	R\$ 26,68	R\$ 4.214,91
3.1.8	Caixa de captação sem junção em alvenaria de tijolo maciço e concreto, incluindo materiais, serviço, escavação e reaterro	un	13	R\$ 253,17	R\$ 470,18	R\$ 3.291,24	R\$ 6.112,29	20,19%	R\$ 723,35	R\$ 9.403,53
3.1.9	Caixa de captação com junção em alvenaria de tijolo maciço e concreto p/ tubos de DN 400mm a, incluindo materiais, serviço, escavação e reaterro	un	19	R\$ 307,59	R\$ 571,25	R\$ 5.844,29	R\$ 10.853,68	20,19%	R\$ 878,84	R\$ 16.697,97
3.1.10	Caixa de captação com junção em alvenaria de tijolo maciço e concreto p/ tubos de DN 600mm a, incluindo materiais, serviço, escavação e reaterro	un	5	R\$ 354,75	R\$ 658,83	R\$ 1.773,77	R\$ 3.294,14	20,19%	R\$ 1.013,58	R\$ 5.067,91
3.1.11	Caixa de junção em blocos de concreto p/ tubos de DN 400mm, incluindo materiais, serviço, escavação e reaterro	un	3	R\$ 138,29	R\$ 256,82	R\$ 414,87	R\$ 770,47	20,19%	R\$ 395,11	R\$ 1.185,34
3.1.12	Caixa de inspeção em blocos de concreto p/ tubos de DN 400mm, incluindo materiais, serviço, escavação e reaterro	un	1	R\$ 489,61	R\$ 909,27	R\$ 489,61	R\$ 909,27	20,19%	R\$ 1.398,88	R\$ 1.398,88
3.1.13	Caixa de inspeção em bloco de concreto p/ tubos de DN 800mm, incluindo materiais, serviço, escavação e reaterro	un	1	R\$ 869,48	R\$ 1.614,76	R\$ 869,48	R\$ 1.614,76	20,19%	R\$ 2.484,24	R\$ 2.484,24
3.1.14	Camada com brita nº 2 e=10cm para assentamento dos tubos de concreto, incluindo materiais, transporte e serviço.	m3	64,71	R\$ 29,72	R\$ 55,20	R\$ 1.923,25	R\$ 3.571,76	20,19%	R\$ 84,92	R\$ 5.495,01
3.1.15	Reaterro das valas com brita nº 2, incluindo materiais, transporte e serviço.	m3	451,27	R\$ 28,63	R\$ 53,17	R\$ 12.919,71	R\$ 23.993,76	20,19%	R\$ 81,80	R\$ 36.913,47
4	PAVIMENTAÇÃO									R\$ 617.180,37
4.1	CAMADAS CONSTITUINTES DO PAVIMENTO									R\$ 283.968,73
4.1.1	Regularização e compactação de subleito até 20cm de altura com uso de motoniveladora, caminhão pipa, rolo compactador pé de carneiro e pneus incluindo operador	m2	5963,02	R\$ 0,52	R\$ 0,97	R\$ 3.108,16	R\$ 5.772,30	20,19%	R\$ 1,49	R\$ 8.880,46
4.1.2	Camada de macadame seco e=25cm, com uso de caminhão basculante, pá carregadeira ou distribuidor de agregados, rolo compactador tandem e pneus incluindo operador, transporte e materiais	m3	1571,72	R\$ 34,54	R\$ 64,15	R\$ 54.289,91	R\$ 100.824,13	20,19%	R\$ 98,69	R\$ 155.114,04
4.1.3	Camada de brita graduada compactada e=15cm, com uso de caminhão basculante, pá carregadeira ou distribuidor de agregados, rolo compactador tandem e pneus e caminhão pipa, incluindo operador, transporte e materiais	m3	907,7	R\$ 46,26	R\$ 85,91	R\$ 41.990,98	R\$ 77.983,25	20,19%	R\$ 132,17	R\$ 119.974,23
4.2	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									R\$ 295.710,52
4.2.1	Imprimação com CM 30 taxa de 1,0 l/m2, com uso de espargidor, trator de pneus, incluindo operador e materiais	m2	5963,02	R\$ 2,54	R\$ 4,72	R\$ 15.165,32	R\$ 28.164,16	20,19%	R\$ 7,27	R\$ 43.329,48
4.2.2	Pintura de ligação RR-2C taxa de 0,8 l/m2 com limpeza da superfície, com uso de espargidor, trator de pneus, incluindo operador e materiais	m2	5963,02	R\$ 0,72	R\$ 1,34	R\$ 4.318,05	R\$ 8.019,23	20,19%	R\$ 2,07	R\$ 12.337,28



4.2.3	Cimento Asfáltico de petróleo a granel (CAP) 50/70 (COLETADO CAIXA NA ANP ACRESCIDO DE ICMS)	t	40,5	R\$ 1.203,17	R\$ 2.234,46	R\$ 48.726,41	R\$ 90.495,62	16,00%	R\$ 3.437,63	R\$ 139.224,03
4.2.4	Aplicação e usinagem de Concreto Asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais (e=5cm), com uso de vibracabadora, rolo compactador tandem e de pneus, incluindo operador e materiais (excluindo o CAP (50/70) camada de rolamento)	t	715,56	R\$ 44,10	R\$ 81,90	R\$ 31.557,94	R\$ 58.607,60	20,19%	R\$ 126,01	R\$ 90.165,54
4.2.5	Transporte do (CAP) 50/70 Aracaria (PR) até na usina (DMT329km)	tkm	13324,5	R\$ 0,18	R\$ 0,33	R\$ 2.377,24	R\$ 4.414,87	20,19%	R\$ 0,51	R\$ 6.792,10
4.2.6	Transporte do Concreto Asfáltico considerando a usina mais próxima (DMT 10km)	tkm	7155,6	R\$ 0,19	R\$ 0,35	R\$ 1.351,73	R\$ 2.510,36	20,19%	R\$ 0,54	R\$ 3.862,09
4.3	FAIXA ELEVADA									R\$ 1.283,80
4.3.1	Camada de brita graduada compactada e=12cm para elevação da faixa, com uso de caminhão basculante, pil carregadeira ou distribuidor de agregados, rolo compactador tandem e pneu com mínimo 1pneu, incluindo operador, transporte e materiais	m3	5,76	R\$ 46,26	R\$ 85,91	R\$ 266,46	R\$ 494,88	20,19%	R\$ 132,17	R\$ 761,32
4.3.2	Pintura de ligação RR-2C taxa de 0,8 l/m2	m2	12	R\$ 0,72	R\$ 1,34	R\$ 8,69	R\$ 16,14	20,19%	R\$ 2,07	R\$ 24,83
4.3.3	Cimento Asfáltico de petróleo a granel (CAP) 50/70 (COLETADO CAIXA NA ANP ACRESCIDO DE ICMS)	t	0,08	R\$ 1.203,17	R\$ 2.234,46	R\$ 96,25	R\$ 178,76	16,00%	R\$ 3.437,63	R\$ 275,01
4.3.4	Aplicação e usinagem de Concreto Asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais (e=5cm), com uso de vibracabadora, rolo compactador tandem e de pneus, incluindo operador e materiais (excluindo o CAP (50/70) camada de rolamento)	t	1,44	R\$ 44,10	R\$ 81,90	R\$ 63,51	R\$ 117,94	20,19%	R\$ 126,01	R\$ 181,45
4.3.5	Transporte do (CAP) 50/70 Aracaria (PR) até na usina (DMT329km)	tkm	26,32	R\$ 0,18	R\$ 0,33	R\$ 4,70	R\$ 8,72	20,19%	R\$ 0,51	R\$ 13,42
4.3.6	Transporte do Concreto Asfáltico considerando a usina mais próxima (DMT 10km)	tkm	14,4	R\$ 0,19	R\$ 0,35	R\$ 2,72	R\$ 5,05	20,19%	R\$ 0,54	R\$ 7,77
4.4	MEIO FIO									R\$ 36.237,32
4.4.1	Meio fio Pré Moldado de concreto tipo 1 (arredondado) (6x10)x30x100, incluindo escavação, materiais e serviço	m	1155	R\$ 10,98	R\$ 20,39	R\$ 12.683,06	R\$ 23.554,26	20,19%	R\$ 31,37	R\$ 36.237,32
5	SINALIZAÇÃO VÁRIA									R\$ 22.812,94
5.1	Pintura de faixa de pedestre comum com tinta acrílica branca, incluindo materiais e serviço	m2	162,4	R\$ 8,07	R\$ 14,98	R\$ 1.310,07	R\$ 2.433,00	20,19%	R\$ 23,05	R\$ 3.743,07
5.2	Pintura de faixa elevada (faixa de pedestre da plataforma) com tinta acrílica branca, incluindo materiais e serviço	m2	18	R\$ 8,07	R\$ 14,98	R\$ 145,20	R\$ 269,67	20,19%	R\$ 23,05	R\$ 414,87

5.3	Pintura de faixa elevada (triângulos) com tinta acrílica amarela, incluindo materiais e serviço	m2	2,94	R\$ 8,07	R\$ 14,98	R\$ 23,72	R\$ 44,04	20,19%	R\$ 23,05	R\$ 67,76
5.4	Pintura de faixa contínua dupla e=10cm com espaçamento de 10cm entre as faixas com tinta acrílica amarela, incluindo materiais e serviço	m2	99,7	R\$ 8,07	R\$ 14,98	R\$ 804,28	R\$ 1.493,65	20,19%	R\$ 23,05	R\$ 2.297,93
5.5	Placa de indicação do nome da rua 25 x 50 cm, com chapa de aço e poste em aço galvanizado, chumbada em sapata de concreto	un	6	R\$ 128,20	R\$ 238,09	R\$ 769,22	R\$ 1.428,56	20,19%	R\$ 366,30	R\$ 2.197,78
5.6	Placa de Regulamentação e ou Advertência vertical: quadrada (45x45cm) com chapa de aço e poste em aço galvanizado, chumbada em sapata de concreto	un	16	R\$ 148,15	R\$ 275,14	R\$ 2.370,41	R\$ 4.402,20	20,19%	R\$ 423,29	R\$ 6.772,61
5.7	Placa de Regulamentação e ou Advertência vertical: redonda (Ø 50cm) com chapa de aço e poste em aço galvanizado, chumbada em sapata de concreto	un	8	R\$ 146,48	R\$ 272,03	R\$ 1.171,80	R\$ 2.176,21	20,19%	R\$ 418,50	R\$ 3.348,01
5.8	Placa de Regulamentação e ou Advertência vertical: DUPLA, quadrada (45x45cm) e octogonal (lados de 25cm) com chapa de aço e poste em aço galvanizado, chumbada em sapata de concreto	un	6	R\$ 231,64	R\$ 430,18	R\$ 1.389,82	R\$ 2.581,09	20,19%	R\$ 661,82	R\$ 3.970,91
6	OBRAS COMPLEMENTARES									R\$ 169.126,98
6.1	PASSEIOS EM PAVER									R\$ 168.139,40
6.1.1	Compactação mecânica da área de implantação dos passeios de uma camada média de 20cm com uso de placa vibratória 400kg, incluindo operador	m3	460,79	R\$ 1,96	R\$ 3,64	R\$ 904,31	R\$ 1.679,43	20,19%	R\$ 5,61	R\$ 2.583,74
6.1.2	Meio fio Pré Moldado de concreto Tipo 2 (reto) 6x6x30x100, incluindo escavação, materiais e serviço	m	607	R\$ 10,23	R\$ 19,00	R\$ 6.208,93	R\$ 11.530,88	20,19%	R\$ 29,23	R\$ 17.739,81
6.1.3	Pavimentação em blocos intertravados de concreto (PAVER CINZA), 20x10cm e=6cm, FCK 35mpa, assentados sobre pó de pedra e=6cm, rejuntamento com areia média e=0,65cm com fornecimento de materiais e colocação	m2	1740,28	R\$ 23,29	R\$ 43,26	R\$ 40.539,56	R\$ 75.287,75	20,19%	R\$ 66,56	R\$ 115.827,30
6.1.4	Pavimentação em blocos intertravados de concreto (PAVER VERMELHO PODOTATIL DIRECIONAL e/ou ALERTA), 20x20cm e=6cm, FCK 35mpa, assentados sobre pó de pedra e=6cm, rejuntamento com areia média e=0,65cm com fornecimento de materiais e colocação	m2	411,74	R\$ 27,19	R\$ 50,50	R\$ 11.195,99	R\$ 20.792,56	20,19%	R\$ 77,69	R\$ 31.988,55
6.2	CANTEIROS									R\$ 987,58
6.2.1	Reaterro compactado com solo de 1º cat. E=10cm	m3	3,68	R\$ 5,91	R\$ 10,97	R\$ 21,74	R\$ 40,38	20,19%	R\$ 16,88	R\$ 62,12
6.2.2	Grama em leiva tipo esmeralda para os canteiros incluindo fertilizantes, grama em placas e mão de obra para colocação e acerto do terreno	m2	52,52	R\$ 6,17	R\$ 11,45	R\$ 323,91	R\$ 601,55	20,19%	R\$ 17,62	R\$ 925,46
TOTAL GERAL						R\$ 337.629,99	R\$ 627.027,13			R\$ 964.657,12

Pouso Redondo, 06 de Dezembro de 2019.

Edegar Lazarek

LZK Construtora Ltda.
Sócio Administrador
RG 3.395.009/SSP/SC

CPF: 023.685.859-90

Nathan Merini

CREA/Nº SC- 134.161-8
CPF: 060.505.569-62
Responsável Técnico

Engenheiro Civil



PREFEITURA MUNICIPAL POUSO REDONDO	
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO	
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PASSEIO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA	
L&ZK CONSTRUTORA LTDA	
EMPRESA	
EMPREENDIMENTO	RUA JENNY SCHNEIDER E RUA EUGENIO SCHNEIDER - CENTRO - EXTENSÃO : 588,80 m

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR DO SERVIÇO	% TOTAL DO SERVIÇO	ETAPA 1		ETAPA 2		ETAPA 3		ETAPA 4		TOTAL	
				R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 8.227,70	1%	R\$ 8.227,70	100,00%	R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ 8.227,70	100,00%
2	TERRAPLANAGEM	R\$ 15.924,01	1,65%	R\$ 15.924,01	100,00%	R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ 15.924,01	100,00%
3	DRENAGEM PLUVIAL	R\$ 131.385,12	13,62%	R\$ -		R\$ 131.385,12	100,00%	R\$ -		R\$ -		R\$ 131.385,12	100,00%
4	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 617.180,37	63,98%	R\$ -		R\$ -		R\$ 617.180,37	100,00%	R\$ -		R\$ 617.180,37	100,00%
5	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	R\$ 22.812,94	2,36%	R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ 22.812,94	100,00%	R\$ 22.812,94	100,00%
	COMPLEMENTARES	R\$ 169.126,98	17,53%	R\$ -	0,00%	R\$ -		R\$ -		R\$ 169.126,98	100,00%	R\$ 169.126,98	100,00%
CRONOGRAMA GLOBAL		R\$ 964.657,12	100,00%	R\$ 24.151,71	2,50%	R\$ 131.385,12	13,62%	R\$ 617.180,37	63,98%	R\$ 191.939,92	19,90%	R\$ 964.657,12	100,00%
			100,00%	R\$ 24.151,71	2,50%	R\$ 131.385,12	16,12%	R\$ 617.180,37	80,10%	R\$ 191.939,92	100,00%	R\$ 964.657,12	100,00%

Pouso Redondo, 06 de Dezembro de 2019.

Eduarda Lazarek
L&ZK Construtora Ltda.
Socio Administrador
RG 3.395.009/SSP SC

Nathan Merini
CREA/Nº SC-134.161-8
CPF-060.505.569-62
Responsável Técnico
Engenheiro Civil

CPF: 023.685.859-90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 27/2020.
CONCORRENCIA PARA OBRAS DE ENGENHARIA ° CC 01/2020
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

COMPOSIÇÃO DO BDI

LZK CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 07.455.659/0001-81, estabelecida, **POUSO REDONDO** – SC, por intermédio de seu representante legal Sr. **Edegar Lazarek**, portador da carteira de identidade Nº3.395.009/SSP/SC e do CPF Nº 023.685.859-90 apresenta composição do BDI:

AC= taxa de administração central	3,43%
S=taxa de seguros	0,24%
G=taxa de garantias	0,24%
R=taxa de riscos	0,80%
DF=taxa de despesas financeiras	0,80%
L=taxa de lucro / remuneração	2,60%
I=taxa de incidência de impostos	6,65%
I1: PIS e COFINS	3,65%
I2: ISSQN (conforme legislação municipal)	3,00%
	Σ 6,65%

TEMOS ENTÃO ENTRANDO COM OS DADOS NA FÓRMULA

BDI = 16,00%

Pouso Redondo, 27 de Julho de 2020.

Edegar Lazarek
LZK Construtora Ltda.
Sócio Administrador
RG 3.395.009/SSP/SC
CPF: 023.685.859-90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE POUSO REDONDO/SC
PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 123/2019
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 06/2019
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

COMPOSIÇÃO DO BDI

LZK CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 07.455.659/0001-81, estabelecida, **POUSO REDONDO – SC**, por intermédio de seu representante legal Sr. **Edegar Lazarek**, portador da carteira de identidade Nº 3.395.009/SSP/SC e do CPF Nº 023.685.859-90 apresenta composição do BDI:

AC= taxa de administração central	3,70%
S=taxa de seguros	0,18%
G=taxa de garantias	0,16%
R=taxa de riscos	0,45%
DF=taxa de despesas financeiras	1,02%
L=taxa de lucro / remuneração	6,30%
I=taxa de incidência de impostos	6,65%
I1: PIS e COFINS	3,65%
I2: ISSQN (conforme legislação municipal)	3,00%
	Σ 6,65%

TEMOS ENTÃO ENTRANDO COM OS DADOS NA FÓRMULA

BDI = 20,19%

Pouso Redondo, 06 de dezembro de 2019.

Nathan Merini
LZK Construtora Ltda.
Engenheiro Civil
CREA: 134.161-8
CPF: 060.505.569-62

Edegar Lazarek
LZK Construtora Ltda.
Sócio Administrador
RG 3.395.009/SSP/SC
CPF: 023.685.859-90

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 017/2020**

Publicação Nº 2609631

PORTARIA Nº 017/2020 de 14.08.2020

Concede Licença ao Servidor da Câmara de Vereadores para Concorrer a Cargo Eletivo e dá outras providências.

Vereador GEOVANI MOTTA, Presidente da Câmara Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 64 de 18/05/1990...

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder licença, com fundamento na Lei Complementar Federal nº 64 de 18/05/1990 e legislação pertinente, ao Servidor Efetivo LUIZ GONZAGA STEIL, ocupante de Emprego Público nesta Casa de Leis na função de Motorista, para concorrer a cargo eletivo de vereador, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data 15 de agosto de 2020.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Pouso Redondo, em 14 de agosto de 2020.

GEOVANI MOTTA
Presidente da Câmara

Registre-se, Publique-se.

MOACIR SILVIO AGUSTINI
Diretor de Secretaria

Praia Grande

PREFEITURA

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO N° 004/2020

Publicação N° 2609518

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC	
EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO	
Convênio N°.:	004/2020
Participantes:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE
Objeto :	TRANSF. À INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS.
Valor :	2.756,85 (Dois mil e setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos)
Vigência :	18.08.2020 até 31.12.2020
Fundamento Legal	Lei Federal nº13.019/2014
Origem dos Recursos :	Fundo Mun. de Assistência Social
PRAIA GRANDE/SC, 18 de agosto de 2020.	
HENRIQUE MATOS MACIEL	
Prefeito Municipal	

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

APOSTILA 02 CONT 03 E 04 MAXSUL

Publicação Nº 2610099

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

APOSTILA Nº 02 AO CONTRATO Nº 03/2020 E 04/2020, DE 09 DE JANEIRO DE 2020.

Apostila de valores decorrentes a variação do valor contratual para fazer face à revisão de preços previstos no contrato original.

Com amparo na alínea "d", do inciso 2º, mais o § 8º, tudo combinado com o artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas atualizações; mais o que consta na CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE, do contrato nº 03/2020 e nº 04/2020, Pregão Presencial nº 21/2019; em respeito ao disposto no inciso XXIV, do artigo 111, da Lei Orgânica do Município de Presidente Castello Branco/SC; considerando os termos constantes no ofício da empresa MAXSUL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.326.969/0001-57 representado pelo Sr. Gilberto Clovis Merigo Junior, vencedor do certame, vem por meio deste requerer AUMENTO no preço do óleo diesel S500 e da Gasolina Comum, enviado para o Município em 14/08/2020, do endereço eletrônico vendas@safradiesel.com.br, e recebido no endereço licitacao@castellobranco.sc.gov.br que recebeu a análise da Administração Municipal, junto ao Setor de Licitações, culminando com a determinação superior de que o referido reajuste fosse APOSTILADO.

Assim sendo o reajuste:

Item nº 1 - "Óleo Diesel S500" é de 9,22% sobre o custo de aquisição da requerente, passando o valor do litro pago de R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos), para R\$ 3,08 (três reais e oito centavos).

Item nº 2 - "Gasolina Comum" é de 15,29% sobre o custo de aquisição da requerente passando o valor do litro pago de R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos), para R\$ 3,92 (três reais e noventa e dois centavos) conforme requisitado, estando o preço fixado dentro do percentual de direto apurado pelos documentos comprobatórios.

Era o que cabia apostilar, juntando-se esta apostila e os documentos que a entregam ao Processo Licitatório nº 80/2019, para efeitos de guarda e arquivamento.

Presidente Castello Branco/SC, em 18 de agosto de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

APOSTILA 02 CONT 05 E 06 - SAFRA

Publicação Nº 2610098

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

APOSTILA Nº 02 AO CONTRATO Nº 05/2020 E 06/2020, DE 09 DE JANEIRO DE 2020.

Apostila de valores decorrentes a variação do valor contratual para fazer face à revisão de preços previstos no contrato original.

Com amparo na alínea "d", do inciso 2º, mais o § 8º, tudo combinado com o artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas atualizações; mais o que consta na CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE, do contrato nº 05/2020 e nº 06/2020, Pregão Presencial nº 21/2019; em respeito ao disposto no inciso XXIV, do artigo 111, da Lei Orgânica do Município de Presidente Castello Branco/SC; considerando os termos constantes no ofício da empresa SAFRA DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 76.578.202/0001-87 representado pelo Sr. Reni Perizzolo, vencedor do certame, vem por meio deste requerer BAIXA no preço do óleo diesel S10, enviado para o Município em 22/04/2020, do endereço eletrônico vendas@safradiesel.com.br, e recebido no endereço licitacao@castellobranco.sc.gov.br que recebeu a análise da Administração Municipal, junto ao Setor de Licitações, culminando com a determinação superior de que o referido reajuste fosse APOSTILADO.

Assim sendo o reajuste do item nº 3 - "Óleo Diesel S-10" é de 3,13% sobre o custo de aquisição da requerente. Com base no índice apurado, defere-se o requerimento de revisão, passando o valor do litro pago de R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos), para de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos) conforme requisitado, estando o preço fixado dentro do percentual de direto apurado pelos documentos comprobatórios.

Era o que cabia apostilar, juntando-se esta apostila e os documentos que a entregam ao Processo Licitatório nº 80/2019, para efeitos de guarda e arquivamento.

Presidente Castello Branco/SC, em 18 de agosto de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

DECRETO N. D/4.566/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609879

Decreto nº D/4.566/2020, de 18 de agosto de 2020.

Altera o inciso VI do artigo 11 do Decreto nº 4.559/2020 de 03 de agosto de 2020, que "Dispõe sobre a intensificação das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional e dá outras providências".

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas nos incisos X e XII, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal;

Decreta:

Art. 1º. O inciso VI do artigo 11, do Decreto nº 4.559/2020 de 03 de agosto de 2020, passa a ter a seguinte redação:

(...)

VI – fechamento do estabelecimento até às 21:00h para bares e lanchonetes e até as 22:00h com entrada do último cliente até às 21:00h para restaurantes.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 18 de agosto de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 18/08/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Angélica Frigo
Diretora da Secretaria Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

Presidente Getúlio

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 853/2020

Publicação Nº 2610525

PORTARIA Nº 853/2020
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 2.277/2006, de 15 de agosto de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 2.304/2009, de 18 de agosto de 2009 e considerando o resultado do Chamamento Público nº 011/2020, publicado do Diário Oficial dos Municípios em 14 de agosto de 2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 19 de agosto de 2020, VITOR CORDEIRO DO ROSARIO, para o cargo de Técnico em Enfermagem do ESF, ocupando função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo em Caráter Contratual, da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria da Saúde - SESA, com designação para o Posto de Saúde do Centro, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, com prazo de até 12 meses.

Presidente Getúlio - SC em, 18 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 18 DE AGOSTO DE 2020.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº. 854/2020

Publicação Nº 2610526

PORTARIA Nº 854/2020
EXONERA SERVIDOR COMISSIONADO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso IX e artigo 98, inciso II, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 56, inciso I, da Lei Complementar nº 2.287/2008, de 28 de fevereiro de 2008, resolve,

EXONERAR:

LIRIO CENSI, CHEFE DE GABINETE, do Quadro de Pessoal de Cargos em Comissão da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, a partir do dia 17 de agosto de 2020.

Presidente Getúlio - SC em, 18 de agosto de 2020.

nelson virtuoso
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO, 18 DE AGOSTO DE 2020.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº. 855/2020

Publicação Nº 2610528

PORTARIA Nº 855/2020
NOMEIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso IX e artigo 98, inciso II, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 1º, inciso VII da Lei Complementar 2.362 de 01 de julho de 2015, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, resolve,

NOMEAR:

LIRIO CENSI, para o cargo de SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, do Quadro de Cargos Provimento em Comissão do Município, a partir de 18 de agosto de 2020.

Presidente Getúlio - SC em, 18 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 18 DE AGOSTO DE 2020.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2020 - FMS

Publicação Nº 2609612

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL P/NORMAL Nº. 13/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2020

AQUISIÇÃO DE UM APARELHO ULTRASSONOGRRAFIA, PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE GETÚLIO. Realização da sessão de abertura dos envelopes acontecerá no dia 20/08/2020 às 08h30min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 18 de agosto de 2020.

Iara Possamai – Secretária de Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2020 - FMS

Publicação Nº 2609903

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL P/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2020

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA POSTOS DE SAÚDE. Realização da sessão de abertura dos envelopes acontecerá no dia 02/09/2020 às 09h00min. A sessão de abertura será às 09h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 18 de agosto de 2020.

Iara Possamai – Secretária de Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 41/2020 - FMS

Publicação Nº 2609955

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL P/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 41/2020

AQUISIÇÃO DE CILINDROS E CARGAS DE OXIGÊNIO PARA AMBULÂNCIAS. Realização da sessão de abertura dos envelopes acontecerá no dia 03/09/2020 às 09h00min. A sessão de abertura será às 09h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 18 de agosto de 2020.

Iara Possamai – Secretária de Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 42/2020 - FMS

Publicação N° 2610283

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL P/REGISTRO DE PREÇOS N°. 27/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 42/2020

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE. Realização da sessão de abertura dos envelopes acontecerá no dia 04/09/2020 às 09h00min. A sessão de abertura será às 09h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 18 de agosto de 2020.
Iara Possamai – Secretária de Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 86/2020 - ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

Publicação N° 2609625

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
PREGÃO PRESENCIAL P/ NORMAL N°. 48/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 86/2020

AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL MEDIANTE RONDAS NOTURNAS E MONITORAMENTO 24 HORAS DE ALARMES EM PRÉDIOS PÚBLICOS LOCALIZADOS NOS BAIRROS CENTRO, NITERÓI, RIO FERRO E PINHEIRO. Realização da sessão de abertura dos envelopes de habilitação acontecerá no dia 20/08/2020 às 10h30min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, 18 de agosto de 2020
Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 16/2020

Publicação N° 2609567

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 16/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA SECRETARIA DE SAÚDE - CNPJ: 05.077.346/0001-01

Valor do repasse: R\$ 965,00 (Novecentos e sessenta e cinco reais).

Presidente Nereu, 18 de agosto de 2020. ISAMAR DE MELO. Prefeito.

Princesa

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 32.2020 - PM PL 87.2020 - PREGÃO 39.2020 - TUBOS DE CONCRETO

Publicação Nº 2609603

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2020

No dia 18 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.836/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA RIO GRANDE DO SUL, 545, bairro CENTRO, CEP nº. 89935-000, nesta cidade de Princesa/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Edilson Miguel Volkweis, inscrito no CPF sob o nº. 066.378.379-89, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2020, Processo Licitatório nº. 87/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de tubos de concreto 40cm x 1m (diam. X comp.) para uso da Secretaria de Infraestrutura de Obras, do Urbanismo e dos Transportes do Município de Princesa/SC.

Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens	
10496 JVC ARTEFATO DE CIMENTO LTDA 1			
As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:			o com o resultado da
Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF

JVC ARTEFATO DE CIMENTO LTDA 36.265.644/0001-59 CARLA MAUER 952.358.760-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de tubos de concreto 40cm x 1m (diam. X comp.) para uso da Secretaria de Infraestrutura de Obras, do Urbanismo e dos Transportes do Município de Princesa/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10496 - JVC ARTEFATO DE CIMENTO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

1 Tubo de Concreto de 40cm x 1m (diam. x comp.) Un JVC ARTEFAT 300,000 42,7000 12.810,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alienação "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar

conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela

Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520 , de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

5.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração,

por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº

8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de

suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo

assinadas.

Princesa, 18 de Agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

JVC ARTEFATO DE CIMENTO LTDA CNPJ: 36.265.644/0001-59 _____

DECRETO Nº 661 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610551

DECRETO Nº. 661, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com o Capítulo IV, seção III, seus artigos e subseções da Lei Complementar nº 024, de 30 de dezembro de 2014 tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade;

CONSIDERANDO, que a Emenda Constitucional nº 107 de 02 de julho de 2020 e a Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020 não impedem a nomeação de cargos comissionados;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. Alberto Heldo Becker, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Schuartz, interior, Município de Princesa, portador do CPF nº. 257.950.319-68, para ocupar o cargo de DIRETOR DE MANUTENÇÃO URBANA, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 19 agosto de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão à conta do orçamento municipal vigente, em dotação específica para tal fato.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,
em 18 de Agosto de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,

Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado na forma da Lei.

Publicação no Diário Oficial dos Municípios – Ato nº 2610551.

Data da Publicação: 19 de agosto de 2020

Edineia Inês Wille

DECRETO Nº. 660 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609902

DECRETO Nº. 660 DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

"ALTERA O DECRETO 596 DE 18.06.2020."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 69, VI, IX, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO, que a política de desenvolvimento urbano prevista no inciso VII do artigo 150 da Lei Orgânica constitui o impulsionamento de programas de habitação popular destinados a melhorar as condições de moradia da população Princesense;

CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 10 de 03 de maio de 2010 institui Diretrizes para a Política de desenvolvimento habitacional;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019.

CONSIDERANDO, a necessidade da Municipalidade em atender as pessoas hipossuficientes residentes no Município de Princesa, e que se inscreveram no programa habitacional em decorrência do Edital 01/2020;

CONSIDERANDO, que esgotadas as fases anteriores do edital, procedeu-se a escolha dos respectivos lotes urbanos pelos inscritos e melhor classificados.

CONSIDERANDO, o Decreto 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos classificados.

CONSIDERANDO, que por ocasião das etapas seguintes houve desistências e permuta de terrenos entre os classificados.

DECRETA:

Art. 1º. O artigo primeiro do decreto 596 de 18 de junho de 2020 passa a vigor com as seguintes alterações:

(...)

VI – Matrícula 12.708 de 10.10.2014: Lote Urbano número 08 (oito), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: SABRINA BONFANTE.

(...)

X – Matrícula 12.712 de 10.10.2014: Lote Urbano número 12 (doze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: EDIANE MORAES DA SILVA

(...)

XXXII – Matrícula 12.734 de 10.10.2014: Lote Urbano número 34 (trinta e quatro), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa: ANDRE LUIZ BACKES

Art. 2º. A partir da publicação deste decreto, os beneficiários possuem o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar a documentação solicitada para a celebração do contrato de promessa de compra e venda com a Municipalidade.

Parágrafo primeiro. Após a assinatura do contrato de promessa de compra e venda, o beneficiário terá o prazo de trinta dias para apresentar ou escolher o projeto de construção.

Parágrafo único. O beneficiário que no prazo acima assinalado não apresentar a documentação solicitada, será desclassificado e convocado o próximo inscrito.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigora na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,

Estado de Santa Catarina, 17 DE JUNHO 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 94.2020-PM - PREGÃO PRESENCIAL 42.2020 - SERV. ELETRICISTA

Publicação Nº 2610045

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 94/2020-PM

Pregão Presencial 42/2020-PM

O Município de PRINCESA/SC, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por lote, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura serviço contratação de ELETRICISTA ESPECIALIZADO para realizar conserto, manutenções, substituição de peças e demais serviços que envolvam a parte elétrica do sistema de abastecimento de água municipal de Princesa/SC". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC, no dia 02 de setembro de 2020, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 18 de agosto de 2020. Edilson M. Volkweis, Prefeito Municipal.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 95.2020-PM - PREGÃO PRESENCIAL 43.2020 - CASAMATAS MÓDULO

Publicação Nº 2610422

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 95/2020-PM

Pregão Presencial 43/2020-PM

O Município de PRINCESA/SC, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por lote, cujo objeto é "Contratação de pessoa jurídica para realizar a reforma e o reforço nas casamatas do Modulo Esportivo do Município de Princesa/SC". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC, no dia 03 de setembro de 2020, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 18 de agosto de 2020. Edilson M. Volkweis, Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 166 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609658

PORTARIA Nº. 166 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o Capítulo IV, Art. 110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora Janaina Rockenbach, inscrita no CPF nº 070.903.309-58 e com matrícula funcional nº 1554, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, do quadro de pessoal efetivo da Administração do Município, considerando o período aquisitivo de 14 de novembro de 2018 a 13 de novembro de 2019. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 24 de agosto de 2020 e data final em 28 de agosto de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigência na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 18 de agosto de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

PREFEITO MUNICIPAL

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Publicação no DOM/SC – Ato nº 2609658

Data da Publicação: 19 de agosto de 2020

Edineia Inês Wille

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO N° 233/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2610145

DECRETO N° 233/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA REGISTRAR E PUBLICAR OS ATOS DO PODER EXECUTIVO.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XVIII do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art.1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais, Adriano João Boaretto, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, Tairone Padilha dos Santos, ocupante do cargo de Procurador Municipal, Luciana Lima, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, Magali Salete Dalmaz, ocupante do cargo de Assessora de Secretaria, Suelen Bigolin Barbosa, ocupante do cargo de Técnica em Atividades Administrativas e Jean Wilian Dalla Riva Devisê, ocupante do cargo de Assistente Administrativo para registrar e publicar os atos do poder executivo individualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 224/2019, de 25 de setembro de 2019.

Gabinete do Executivo Municipal, 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em 19/08/2020
Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Servidor Designado

DECRETO N° 231/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2611111

DECRETO N° 231/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO PARA O ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Quilombo no ano de 2020, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		07
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO		01
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL		0016
Ação	SAÚDE DA FAMÍLIA/SF/FMS		2.077
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
()	Aplicação Direta–3.3.90	01.79-Emendas Parlamentares Impositivas-Transf.do Estado	400.000,00
Valor Total R\$:			400.000,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente do excesso e/ou provável excesso

de arrecadação de recurso vinculado.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicado
Em ___/08/2020 EDGAR D.BERLANDA
Lei Municipal nº 1087/1993 TC/CRC/SC 15.171/0/1

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

DECRETO Nº 232/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610383

DECRETO Nº 233/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA REGISTRAR E PUBLICAR OS ATOS DO PODER EXECUTIVO.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XVIII do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art.1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais, Adriano João Boaretto, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, Tairone Padilha dos Santos, ocupante do cargo de Procurador Municipal, Luciana Lima, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, Magali Salete Dalmaz, ocupante do cargo de Assessora de Secretaria, Suelen Bigolin Barbosa, ocupante do cargo de Técnica em Atividades Administrativas e Jean Wilian Dalla Riva Devisê, ocupante do cargo de Assistente Administrativo para registrar e publicar os atos do poder executivo individualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 224/2019, de 25 de setembro de 2019.

Gabinete do Executivo Municipal, 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em 19/08/2020
Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Servidor Designado

LEI COMPLEMENTAR N.º 157/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611109

LEI COMPLEMENTAR N.º 157/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A RECEBER DOAÇÃO DE ÀREA DE TERRAS ESPECÍFICA PARA A AMPLIAÇÃO DA SERVIDÃO ADMINISTRATIVA CONSTANTE NA MATRÍCULA Nº 04.510, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber a título de doação, cujo donatário é a empresa Artefatos Metálicos Frigo LTDA, representada por seu proprietário Ivanir Frigo, as seguintes áreas de terras, para fins de ampliação da Servidão constante na matrícula nº 04.510:

I. PARTE DA CHÁCARA Nº 99-A CORRESPONDENTE À 1.897,00 M², CONSTANTE NA MATRÍCULA Nº 8.936.

Descrição do Perímetro:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas E 327.375,1405m e N 7.042.912,2938m ; deste, segue com o azimuth de 97º00'40" e a distância de 10,80m, confrontando com Parte da Chácara nº 99, da Fazenda Chapecó, de Valdir Pasa e Aulta Meneghetti Pasa (Matrícula nº 2954 / CNS 10.773-0), até o vértice 10 (E 327.385,8636m e N 7.042.910,9751m); deste, segue com o azimuth de

160°45'53" e a distância de 143,34m, confrontando com Parte da Chácara nº 99-A, de Artefatos Metálicos Frigo Ltda-ME (Matrícula nº 8936 / CNS 10.773-0), até o vértice 8 (E 327.433,0851m e N 7.042.775,6417m); deste, segue com o azimute de 160°45'53" e a distância de 50,00m, confrontando com Chácara nº 99-B0, da Cooperativa Agropecuária SuiGrão (Matrícula nº 8937 / CNS 10.773-0), até o vértice 9 (E 327.449,5575m e N 7.042.728,4330m); deste, segue com o azimute de 250°45'53" e a distância de 9,69m, confrontando com uma Servidão (Matrícula nº 4510 / CNS 10.773-0), até o vértice 7 (E 327.440,4085m e N 7.042.725,2407m); deste, segue com o azimute de 340°45'53" e a distância de 198,11, confrontando com Parte da Chácara nº 98, da Fazenda Chapecó, de Valdir Pasa e Aulta Meneghetti Pasa (Matrícula nº 686 / CNS 10.773-0), até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

*Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Art. 2º A área acima descrita é recebida pelo donatário para fins de ampliação da Servidão descrita na matrícula nº 04.510, integrando sistema viário do Município com status de bem público de uso comum do povo, devendo permanecer aberta ao trânsito indiscriminado de qualquer pessoa ou veículo.

Art. 3º A área doada será incorporada pela Servidão constante na matrícula nº 04.510, que terá a seguinte descrição:

I. SERVIDÃO

Descrição do Perímetro:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas (E 327.375,1405m e N 7.042.912,2938m); deste, segue com o azimute de 97°00'40" e a distância de 10,80m, confrontando com Parte da Chácara nº 99, da Fazenda Chapecó, de Valdir Pasa e Aulta Meneghetti Pasa (Matrícula nº 2954 / CNS 10.773-0), até o vértice 10 (E 327.385,8636m e N 7.042.910,9751m); deste, segue com o azimute de 160°45'53" e a distância de 143,34m, confrontando com Parte da Chácara nº 99-A, de Artefatos Metálicos Frigo Ltda-ME (Matrícula nº 8936 / CNS 10.773-0), até o vértice 8 (E 327.433,0851m e N 7.042.775,6417m); deste, segue com o azimute de 160°45'53" e a distância de 50,00m, confrontando com Chácara nº 99-B0, da Cooperativa Agropecuária SuiGrão (Matrícula nº 8937 / CNS 10.773-0), até o vértice 9 (E 327.449,5575m e N 7.042.728,4330m); deste, segue com o azimute de 277°02'06" e a distância de 140,00m, confrontando com a Chácara nº 99-B, confrontando com Chácara nº 99-B, da Cooperativa Agropecuária SuiGrão (Matrícula nº 8937 / CNS 10.773-0), até o vértice 5 (E 327.495,6803m e N 7.02.596,2487); deste, segue com azimute de 340°45'53" e a distância de 10,81 m, confrontando com a Rua Ângelo Rossetto, até o vértice 6 (E 327.484,9555m e N 7.042.597,5722); deste, segue com o azimute de 340°45'53" e distância de 135,22 m, confrontando com confrontando com Parte da Chácara nº 98, da Fazenda Chapecó, de Valdir Pasa e Aulta Meneghetti Pasa (Matrícula nº 686 / CNS 10.773-0), até o vértice 7 (E 327.440,4085 e N 7.042.725,2407); deste, segue com o azimute de 340°45'53" e distância de 135,22 m, confrontando com confrontando com Parte da Chácara nº 98, da Fazenda Chapecó, de Valdir Pasa e Aulta Meneghetti Pasa (Matrícula nº 686 / CNS 10.773-0), até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 4º Fica instituída a Servidão com a descrição constante no inciso I, do artigo 3º desta Lei, que leva o nome de Valmiro Frigo.

Art. 5º O donatário, no exercício das prerrogativas que lhe são asseguradas por esta Lei, poderá, em caráter de urgência, para efeito de prévia imissão na posse da área doada, proceder na forma da Lei, utilizando e dispondo das mesmas desde já, na medida das necessidades públicas.

Art. 6º A Presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/08/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Servidor Designado

LEI Nº 2.846/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611092

LEI Nº 2.846/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos suplementares no orçamento do Município no ano de 2020, no valor de R\$ 243.098,06 (duzentos e quarenta e três mil, noventa e oito reais e seis centavos) no programa e verbas abaixo discriminadas e

constantes dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		08
Unidade	Fdo.Mun.de Assistência Social de Quilombo		02
Função	Assistência Social		8
Subfunção	Assistência Comunitária		244
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE		0018
Atividade	SERVIÇO BÁSICO/CRAS/PAIF-PISO FIXO/FMAS		2.041
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(138)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.35 – Recursos SUAS-União	53.098,06
Valor Total R\$:			53.098,06

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		08
Unidade	Fdo.Mun.de Assistência Social de Quilombo		02
Função	Assistência Social		8
Subfunção	Assistência Comunitária		244
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE		0018
Atividade	SERVIÇO BÁSICO/CRAS/SCFV-PISO VARIÁVEL/ FMAS		2.042
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(140)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.35 – Recursos SUAS-União	40.000,00
Valor Total R\$:			40.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		08
Unidade	Fdo.Mun.de Assistência Social de Quilombo		02
Função	Assistência Social		8
Subfunção	Assistência Comunitária		244
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE		0018
Atividade	SERVIÇO ESPECIAL/CREAS/PAEFI-PISO FIXO/ FMAS		2.043
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(142)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.35 – Recursos SUAS-União	100.000,00
Valor Total R\$:			100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		08
Unidade	Fdo.Mun.de Assistência Social de Quilombo		02
Função	Assistência Social		8
Subfunção	Assistência Comunitária		244
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE		0018
Atividade	SERVIÇO BÁSICO/CREAS/PSE-PISO TRANSIÇÃO/ FMAS		2.045
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(144)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.35 – Recursos SUAS-União	50.000,00
Valor Total R\$:			50.000,00

Art.2º O recurso para abertura dos créditos suplementares, de que trata o artigo anterior, será proveniente dos excesso e/ou provável excesso de arrecadações de recurso vinculado da Fonte de Recurso 01.35 – Recursos SUAS-União.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ____/08/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

LEI Nº 2.847/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611101

LEI Nº 2.847/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município no ano de 2020, no valor de R\$ 2.197.000,00 (dois milhões, cento e noventa e sete mil reais) nos programas e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	11
Unidade	DEPARTAMENTO DE OBRAS	01
Função	Urbanismo	15
Subfunção	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa	QUILOMBO MAIS OBRAS	0025
Ação	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS/SOSU	1.057
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(188)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		1.897.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	10
Unidade	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	01
Função	Agricultura	20
Subfunção	Extensão Rural	606
Programa	AGRICULTURA: CAMINHO FORTE	0024
Ação	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	2.054
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(178)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		300.000,00

Art.2º Os recursos para abertura dos créditos suplementares, de que trata o artigo anterior, decorrerão das anulações da importância de R\$ 2.197.000,00 (dois milhões, cento e noventa e sete mil reais), nos programas e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO	02
Unidade	GABINETE DO PREFEITO	01
Função	Administração	4
Subfunção	Planejamento e Orçamento	121
Programa	APOIO ADMINISTRATIVO	0002
Ação	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	2.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(1)	Aplicações Diretas – 3.1.90	01.00 – Recursos Ordinários
(2)	3.3.90	
Valor Total R\$:		150.000,00
		47.000,00
		197.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	01
Função	Encargos Especiais	28
Subfunção	Outros Encargos Especiais	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	0000
Ação	AMORTIZAÇÃO DÍVIDA FUNDADA/ENCARGOS	0.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(22)	Aplicações Diretas – 3.2.90	01.00 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		450.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	01
Função	Administração	4

Subfunção	Administração Geral	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO EFICIENTE	0004
Ação	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	2.004
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(11)	Aplicações Diretas – 3.1.90	100.000,00
(13)	3.3.90	
(12)	Transf.a Inst.Privadas sem fins	01.00 – Recursos Ordinários
	Lucrativos	300.000,00
	3.3.50	10.000,00
Valor Total R\$:		410.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	01
Função	Administração	4
Subfunção	Administração Geral	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO EFICIENTE	0004
Ação	FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO	2.007
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(17)	Aplicações Diretas – 3.3.90	165.000,00
(16)	Transf.a Inst.Privadas sem fins lucra- tivos - 3.3.50	01.00 – Recursos Ordinários
		10.000,00
Valor Total R\$:		175.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	01
Função	Administração	4
Subfunção	Planejamento e Orçamento	121
Programa	FORTEALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	0005
Ação	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES MUNICIPALISTAS	2.008
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(7)	Transf.a Inst.Privadas sem fins	50.000,00
	Lucrativos 3.3.50	01.00 – Recursos Ordinários
(8)	Transf.a Consórcios Públicos 3.3.71	60.000,00
Valor Total R\$:		110.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	CONTADORIA GERAL	04
Unidade	CONTADORIA GERAL	01
Função	Administração	4
Subfunção	Administração Financeira	123
Programa	CONTADORIA EFICIENTE	0006
Ação	MANUTENÇÃO CONTÁBIL	2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(28)	Aplicações Diretas – 3.3.90	01.00–Recursos Ordinários
		20.000,00
Valor Total R\$:		20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	01
Função	Educação	12
Subfunção	Ensino Médio	362
Programa	INCENTIVO AO ENSINO MÉDIO	0009
Ação	APOIO AO ENSINO MÉDIO	2.025
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(76)	Aplicações Diretas – 3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários
		25.000,00
Valor Total R\$:		25.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	01
Função	Educação	12
Subfunção	Ensino Médio	362
Programa	INCENTIVO AO ENSINO MÉDIO	0009
Ação	TRANSPORTE ESCOLAR/MÉDIO	2.026
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
		Valor (R\$)

(77)	Aplicações Diretas – 3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários	30.000,00
Valor Total R\$:			30.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES		06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		01
Função	Educação		12
Subfunção	Ensino Médio		362
Programa	ESCOLA NO CAMPO: CONHECIMENTO E PRÁTICA		0010
Ação	MANUTENÇÃO CASA FAMILIAR RURAL		2.027
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(72)	Aplicações Diretas – 3.1.90	01.00 – Recursos Ordinários	10.000,00
Valor Total R\$:			10.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES		06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		01
Função	Educação		12
Subfunção	Ensino Superior		364
Programa	INCENTIVO AO ENSINO SUPERIOR		0011
Ação	APOIO AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR		2.029
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(81)	Aplicações Diretas – 3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários	80.000,00
Valor Total R\$:			80.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES		06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		01
Função	Cultura		13
Subfunção	Difusão Cultural		392
Programa	GESTÃO CULTURAL		0014
Ação	EVENTOS CULTURAIS		2.034
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(108)	Aplicações Diretas – 3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários	130.000,00
Valor Total R\$:			130.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES		06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		01
Função	Cultura		13
Subfunção	Difusão Cultural		392
Programa	GESTÃO CULTURAL		0014
Ação	MANUTENÇÃO CULTURAL		2.035
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(109)	Aplicações Diretas – 3.1.90	01.00 – Recursos Ordinários	35.000,00
(110)	Transf.a Inst.Privadas sem fins lucrativos		10.000,00
Valor Total R\$:			45.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES		06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		01
Função	Cultura		13
Subfunção	Difusão Cultural		392
Programa	GESTÃO CULTURAL		0014
Ação	BIBLIOTECA NA ESCOLA		2.037
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(115)	Aplicações Diretas – 3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		09
Unidade	DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO		01
Função	Comércio e Serviços		23

Subfunção	Promoção Comercial		691
Programa	CIDADE DE OPORTUNIDADES		0022
Ação	NATAL ILUMINADO		2.067
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(163)	Aplicações Diretas – 3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários	60.000,00
Valor Total R\$:			60.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS		11
Unidade	DEPARTAMENTO DE OBRAS		01
Função	Urbanismo		15
Subfunção	Infra-Estrutura Urbana		451
Programa	QUILOMBO MAIS OBRAS		0025
Ação	PONTES/SOSU		1.060
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(192)	Aplicações Diretas – 4.4.90	01.00 – Recursos Ordinários	25.000,00
Valor Total R\$:			25.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS		11
Unidade	DEPARTAMENTO DE OBRAS		01
Função	Segurança Pública		6
Subfunção	Defesa Civil		182
Programa	QUILOMBO MAIS OBRAS		0025
Ação	BARRAGEM DE PREVENÇÃO A RISCOS DE DESASTRE		1.170
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(187)	Aplicações Diretas – 4.4.90	01.00 – Recursos Ordinários	30.000,00
Valor Total R\$:			30.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS		11
Unidade	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES		02
Função	Transporte		26
Subfunção	Transporte Rodoviário		782
Programa	ACESSO PLENO		0026
Ação	PONTES NO INTERIOR/TRANSPORTES		1.050
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(199)	Aplicações Diretas – 4.4.90	01.00 – Recursos Ordinários	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS		12
Unidade	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		01
Função	Urbanismo		15
Subfunção	Serviços Urbanos		452
Programa	PROGRESSO URBANO		0027
Ação	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA/SOSU		2.062
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(213)	Aplicações Diretas – 3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários	80.000,00
(254)	4.4.90		20.000,00
Valor Total R\$:			100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS		11
Unidade	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES		02
Função	Transporte		26
Subfunção	Transporte Rodoviário		782
Programa	ACESSO PLENO		0026
Ação	MANUTENÇÃO CONSERVAÇÃO ESTRADAS/TRANSPORTES		2.059
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(205)	Aplicações Diretas – 3.1.90	01.00 – Recursos Ordinários	150.000,00

Valor Total R\$:			150.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08	
Unidade	FDO MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE QUILOMBO	02	
Função	Assistência Social	8	
Subfunção	Assistência Comunitária	244	
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE	0018	
Ação	MANUTENÇÃO ASSIST/SOCIAL/FMAS	2.038	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(129)	Aplicações Diretas – 3.1.90	01.00 – Recursos Ordinários	110.000,00
Valor Total R\$:			110.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ____/08/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

LEI Nº 2.848/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611102

LEI Nº 2.848/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial no orçamento Fundo Municipal de Saúde de Quilombo no ano de 2020, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07.00	
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	07.01	
Função	Saúde	10	
Sub-função	Atenção Básica	301	
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL	0016	
Ação	FÁRMACIA BÁSICA/MEDICAMENTOS/FMS	2.078	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(81)	Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos –3.3.93	01.38 –Transf. SUS/União	80.000,00
Valor Total R\$:			80.000,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito especial, de que trata o artigo anterior, decorrerá do excesso e o/ou possível excesso de arrecadação na fonte de recurso vinculado 1.038 - Recursos do SUS/União.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ____/08/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

LEI Nº 2.849/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611104

LEI Nº 2.849/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento Fundo Municipal de Saúde de Quilombo no ano de 2020, no valor de R\$ 620.000,00 (Seiscentos e vinte mil reais) nos programas e verbas abaixo discriminadas e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		07.00
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO		07.01
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL		0016
Ação	PRÉDIO/FMS		1.167
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(80)	Aplicação Direta–4.4.90	01.38 –Transf. SUS/União	35.000,00
Valor Total R\$:			35.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		07.00
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO		07.01
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL		0016
Ação	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA/FMS		2.073
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(17)	Aplicação Direta–3.3.90	01.38 –Transf. SUS/União	50.000,00
Valor Total R\$:			50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		07.00
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO		07.01
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL		0016
Ação	TRANSPORTE DE PACIENTES/FMS		2.074
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(23)	Aplicação Direta–3.3.90	01.38 –Transf. SUS/União	35.000,00
Valor Total R\$:			35.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		07.00
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO		07.01
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL		0016
Ação	SAÚDE DA FAMÍLIA/SF/FMS		2.077
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(30)	Aplicação Direta–3.1.90	01.38 –Transf. SUS/União	200.000,00
Valor Total R\$:			200.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
---------------	---------------	--	--------

Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		07.00
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO		07.01
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL		0016
Ação	FÁRMACIA BÁSICA/MEDICAMENTOS/FMS		2.078
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(37)	Aplicação Direta-3.3.90	01.38 –Transf. SUS/União	50.000,00
Valor Total R\$:			50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		07.00
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO		07.01
Função	Saúde		10
Sub-função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		302
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL/REGIONAL		0017
Ação	MÉDIA ALTA COMPLEX/TETO/FMS		2.081
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(52)	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos -3.3.50	01.38 –Transf. SUS/União	200.000,00
Valor Total R\$:			200.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		07.00
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO		07.01
Função	Saúde		10
Sub-função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		302
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL/REGIONAL		0017
Ação	MÉDIA ALTA COMPLEX/CAPS/FMS		2.083
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(60)	Aplicação Direta-3.1.90	01.38 –Transf. SUS/União	50.000,00
Valor Total R\$:			50.000,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, decorrerá do excesso e o/ou possível excesso de arrecadação na fonte de recurso vinculado 1.038 - Recursos do SUS/União.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ____/08/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

PORTARIA Nº 0597/2020 - DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609421

PORTARIA Nº 0597/2020- DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CEDÊNCIA DE VEÍCULO ENTRE A SECRETARIAS MUNICIPAIS DE QUILOMBO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica cedido o veículo Fiat Uno Vivace 1.0, placas MLN8042, que pertence a Secretaria de Assistência Social, para a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, para atender aos interesses e necessidades da mesma no decorrer do presente ano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 17 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada
Em ____/08/2020.
Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado.

PORTARIA Nº 0598/2020 - DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609427

PORTARIA Nº 0598/2020- DE 17 DE AGOSTO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CEDÊNCIA DE VEÍCULO ENTRE A SECRETARIAS MUNICIPAIS DE QUILOMBO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica cedido o veículo Toyota Etios SD X VSC, com placas QJZ 0574, da Secretaria de Administração, para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para atender aos interesses e necessidades da mesma no decorrer do presente ano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 17 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada
Em ____/08/2020.
Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado.

PORTARIA Nº 0599/2020 - DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609433

PORTARIA Nº 0599/2020- DE 17 DE AGOSTO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CEDÊNCIA DE VEÍCULO ENTRE A SECRETARIAS MUNICIPAIS DE QUILOMBO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica cedido o veículo Fiat/Siena, com placas MGU 4156, da Secretaria de Administração, para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para atender aos interesses e necessidades da mesma no decorrer do presente ano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 17 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada
Em ____/08/2020.
Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado.

PORTARIA Nº 0600/2020 - DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609435

PORTARIA Nº 0600/2020- DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CEDÊNCIA DE VEÍCULO ENTRE A SECRETARIAS MUNICIPAIS DE QUILOMBO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica cedido o veículo Fiat/Pálio, com placas QHI 3694, da Secretaria de Administração, para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para atender aos interesses e necessidades da mesma no decorrer do presente ano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 17 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/08/2020.

Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado.

PORTARIA Nº. 0586/2020 - DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609496

PORTARIA Nº. 0586/2020 - DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JEAN WILIAN DALLA RIVA DEVISÊ PARA RESPONDER PELO SETOR DE RECURSOS HUMANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal Jean Wilian Dalla Riva Devisê, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nomeado através do Decreto nº 129/2020, de 20 de maio de 2020, para responder pelo Setor de Recursos Humanos.

Art. 2º Fica concedido FC-5 (Função de Confiança Cinco), equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do Nível 11 – Grupo I, em virtude da designação citada em supra, junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1132/2019, de 03 de outubro de 2019.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 0601/2020 - DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610057

PORTARIA Nº. 0601/2020 - DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KELLY CRISTINA BELTRAME GOTZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Kelly Cristina Beltrame Gotz (1299/19846), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 20 de agosto de 2020, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7714, de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 25 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica, o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 17 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 0602/2020 - DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610064

PORTARIA Nº. 0602/2020 - DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL REJANE DANIEL HILLESHEIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Rejane Daniel Hillesheim (1060/19838), ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º) ano, no dia 21 de agosto de 2020, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7715, de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 26 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica, o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 17 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

PORTARIA N°. 0603/2020 - DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2610069

PORTARIA N°. 0603/2020 - DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IRACILDE CATARINA BEE LOVERA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Iracilde Catarina Bee Lovera, (19907), ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, no dia 19 de agosto de 2020, para realizar exames médicos, conforme Requerimento sob Protocolo N° 7717, de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 24 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica, o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 17 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

Rancho Queimado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2020 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2020

Publicação Nº 2610252

EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2020 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2020. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: MANOGEO SERVIÇOS DE AGRIMENSURA LTDA -ME, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 18.364.468/0001-20. Objeto: eventual prestação de serviços de levantamentos topográficos, destinados a Administração Municipal, com fornecimento de anotação de responsabilidade técnica (ART/RRT/TRT), desenhos elaborados em plataforma CAD para cada levantamento, fornecimento de arquivo em DWG, arquivo em PDF e desenhos impressos em três vias, conforme especificados no item 3 do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 19/2020. O valor global para a eventual contratação é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Data de assinatura: 10 de agosto de 2020. Vigência: início na data de 10/08/2020 e encerramento 10/08/2021. Rancho Queimado, 19 de agosto de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2020 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2020

Publicação Nº 2610260

EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2020 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2020. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: ALTO VALE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 37.365.559/0001-25. Objeto: eventual prestação de serviços de pedreiro e servente de pedreiro para uso em reparos a serem realizados de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras do município de Rancho Queimado, conforme especificados no item 4 do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 20/2020. O valor global para a eventual contratação é de R\$ 133.680,00 (cento e trinta e três mil, seiscentos e oitenta reais). Data de assinatura: 10 de agosto de 2020. Vigência: início na data de 10/08/2020 e encerramento 10/08/2021. Rancho Queimado, 19 de agosto de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2020

Publicação Nº 2609569

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2020 - TIPO: MAIOR OFERTA - O Município de Rancho Queimado, torna público que até às 09:00 horas do dia 02 de setembro de 2020, estará recebendo propostas para realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo MAIOR OFERTA, para concessão de direito real de uso, a título oneroso, de bem público, concernente ao portal de entrada do município, para exploração de atividade comercial de produtos locais, coloniais, artesanais, souvenir com ênfase no marketing local, divulgando sempre o município de Rancho Queimado. O edital na sua íntegra, contendo todas as especificações encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site <http://www.rq.sc.gov.br/licitacoes>. Rancho Queimado/SC, em 19 de agosto de 2020 – Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

Rio do Campo

PREFEITURA

386 PORTARIA Nº 386 REVOGA PORTARIA 382-2020 TORNANDO-A SEM EFEITO

Publicação Nº 2609852

Portaria nº. 386, 18 de agosto de 2020.

"REVOGA PORTARIA 382/2020 TORNANDO-A SEM EFEITO."

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGA portaria 382/2020 que concede afastamento não remunerado à servidora MARLI FLORENCIO RAMOS, matrícula 34242, portadora do CPF: 003.805.419-12, para possibilitar a sua participação no pleito eletivo do ano de 2020, pelo período de 15 de agosto de 2020 à 15 de novembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 18 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

387 PORTARIA Nº 387 CONCEDE FERIAS EM GOZO A SERVIDORA MARIZETE AGOSTINI MORATELLI

Publicação Nº 2609885

Portaria nº. 387, de 18 de agosto de 2020.

"Concede Férias em gozo a Servidora MARIZETE AGOSTINI MORATELLI".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARIZETE AGOSTINI MORATELLI, matrícula 34218, 10 (dez) dias de férias em gozo, referente ao período aquisitivo de 26 de abril de 2019 a 25 de abril de 2020, tendo como período de gozo 19 de agosto de 2020 a 28 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 18 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

388 PORTARIA Nº 388 REVOGA PORTARIA 379-2020 TORNANDO-A SEM EFEITO

Publicação Nº 2609914

Portaria nº. 388, 18 de agosto de 2020.

"REVOGA PORTARIA 379/2020 TORNANDO-A SEM EFEITO."

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGA e torna sem efeito a portaria 379/2020, que altera portaria 327 de 20 de julho de 2020 nos termos a seguir: Carga Horária da servidora CAMILA DAS NEVES ZANLUCA JUNKES matrícula 34375, ocupante do cargo temporário de professor na secretaria de educação, de com carga 15(quinze) horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 18 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.197

Publicação Nº 2611069

**MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO**

Pág 1 / 1

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.707/0001-36

Endereço: Rua 29 de Dezembro - 70

Telefone: (47) 3564-8100

CEP: 89.198-000

Cidade: Rio do Campo

DECRETO Nº 4.197, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar por anulações de dotações do orçamento vigente, por excesso de arrecadação e dá providências"

Rodrigo Preis, prefeito do município de Rio do Campo, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município e autorização contida na lei orçamentária 2.295 de 20 de novembro de 2019:

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2025.333900000000000000.01010450	3.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2025.331910000000000000.01010450	3.000,00

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Suplementar	Assistência Farmacêutica Ampliada	11.001.0010.0303.0014.2082.333900000000000000.02790000	100.000,00
-------------	-----------------------------------	--	------------

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de excesso de arrecadação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		02790000	100.000,00

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção das Unidades de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2092.333900000000000000.01020488	3.000,00

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Manutenção das Unidades de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2092.331900000000000000.01020488	3.000,00

Art. 7 – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo - Santa Catarina, 18 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal de Rio do Campo

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO DO CAMPO**3º TERMO ADITIVO CONT. 06/2018**

Publicação Nº 2610905

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2018

Termo Aditivo ao Contrato que entre si celebram o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO DO CAMPO - SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 05.160.525/0001-08, com sede na Rua 29 de Dezembro nº 70, sala 01, Centro, Rio do Campo - SC, neste ato representado pelo Sr. CLAUDENIR IRINEU DA SILVA, doravante denominada CONTRATANTE, e IPM SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0003-03, com sede na Rua Duque de Caxias, 180, Jardim América, Rio do Sul/SC, doravante denominada de CONTRATADA, aditam o referenciado contrato em Epigrafe nas Cláusulas seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por 12 (doze) meses, de 09/08/2020 a 09/08/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Aplica-se aos serviços contratados o reajuste abaixo indicado:

Módulos	Valor Anterior	INPC 06/2020 (%)	Valor Atualizado
Folha de Pagamento	R\$ 300,56	2,34662	R\$ 307,61
Gestão Contábil, Financeira, P. Contas	R\$ 289,20	2,34662	R\$ 295,99
Planejamento e Orçamento	R\$ 46,47	2,34662	R\$ 47,56
Portal da Transparência	R\$ 41,31	2,34662	R\$ 42,28
Total Mensal	R\$ 677,54		R\$ 693,44
Serviços sob demanda			
Atendimento (hora)	R\$ 134,27	2,34662	R\$ 137,42
Customização (hora)	R\$ 227,22	2,34662	R\$ 232,55
Deslocamento (km)	R\$ 1,76	2,34662	R\$ 1,80

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato que a este se deu origem.

E por estarem assim justos e aditados, as partes assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas para um só efeito.

Rio do Campo, 31 de julho de 2020

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO DO CAMPO	IPM SISTEMAS LTDA
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

1a _____ 2a _____

ATA DE APROVAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2610911

ATA DA REUNIÃO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Aos quatorze dias do mês de agosto de dois mil e vinte (14/08/2020), as 09h00min, nas dependências da Prefeitura do Município de Rio do Campo, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais – RIOPrev, com o propósito de analisar e credenciar as Instituições financeiras: BANCO DO BRASIL e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Após a análise detalhada da documentação recebida da consultoria Referência fica credenciado por um período de 12 meses. O próximo vencimento dos credenciamentos será em 14/08/2021.

Reiteramos ainda, que os termos e atestados dos credenciamentos serão arquivados nos documentos do RPPS.

Nada mais a constar.

Rio do Campo, 14 de agosto de 2020.

Claudenir Irineu da Silva Enivelton Menegazzi
Presidente Gestor

Joel Schmidt Willian Anderzen
Membro do Comitê de Investimentos Membro do Comitê de Investimentos

Michéli Janaína Fernandes
Membro do Comitê de Investimentos

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO B. BRASIL

Publicação Nº 2610917

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO			
Ente Federativo	Rio do Campo	CNPJ	83.102.707/0001-36
Unidade Gestora do RPPS	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICI-PAIS	CNPJ	05.160.525/0001-08
Instituição Credenciada Administradora e Gestora			
Razão Social	BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	CNPJ	30.822.936/0001-69
Número do Termo de Análise de Credenciamento		01/2020	
Data do Termo de Análise de Credenciamento		14/08/2020	
<p>Parecer final quanto ao credenciamento da Instituição:</p> <p>O RPPS Rio do Campo declara, nos termos da Resolução do CMN nº 3.922/2010 e 4.695/2018 que o BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, apresentaram a documentação necessária, a qual foi analisada e aprovada, bem como está devidamente de acordo com os órgãos que regulam o mercado financeiro, assim estamos credenciados instituição junto ao RPPS Rio do Campo, para a possível alocação de recursos financeiros do regime próprio pelo prazo de 12 (doze) meses.</p> <p>Os documentos institucionais e técnicos estão em conformidade, nada consta que desabone a conduta desta instituição.</p>			
Classificação de Fundo(s) de Investimento para os quais a Instituição foi credenciada			
Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, I, "b"	
Art. 7º, I, "c"		Art. 8º, II, "a"	
Art. 7º, III, "a"		Art. 8º, II, "b"	
Art. 7º, III, "b"		Art. 8º, III	
Art. 7º, IV, "a"		Art. 8º, IV, "a"	
Art. 7º, IV, "b"		Art. 8º, IV, "b"	
Art. 7º, VII, "a"		Art. 8º, IV, "c"	
Art. 7º, VII, "b"		Art. 9º-A, I	
Art. 7º, VII, "c"		Art. 9º-A, II	
Art. 8º, I, "a"		Art. 9º-A, III	
Fundo(s) de Investimento Analisado(s)	CNPJ	Data da Análise	
BB AÇÕES BB FUNDO DE INVESTIMENTO	09.134.614/0001-30	14/08/2020	
BB AÇÕES BB SEGURIDADE FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÃO	17.593.934/0001-87	14/08/2020	
BB AÇÕES CIELO FUNDO DE INVESTIMENTO	10.869.628/0001-81	14/08/2020	
BB AÇÕES CONSTRUÇÃO CIVIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	09.648.050/0001-54	14/08/2020	
BB AÇÕES CONSUMO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	08.973.942/0001-68	14/08/2020	
BB CLÁSSICO SETOR PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	02.010.147/0001-98	14/08/2020	
BB AÇÕES DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	05.100.191/0001-87	14/08/2020	
BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	14.213.331/0001-14	14/08/2020	
BB AÇÕES ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO	02.020.528/0001-58	14/08/2020	
BB AÇÕES EXPORTAÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	05.100.213/0001-09	14/08/2020	
BB AÇÕES GLOBAIS FIC FIA - BDR NÍVEL I	22.632.237/0001-28	14/08/2020	

BB AÇÕES IBOVESPA ATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	00.822.059/0001-65	14/08/2020
BB AÇÕES IBOVESPA INDEXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	73.899.759/0001-21	14/08/2020
BB AÇÕES IBRX INDEXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	30.847.180/0001-02	14/08/2020
BB AÇÕES ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL JOVEM FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES	06.349.816/0001-01	14/08/2020
BB AÇÕES INFRAESTRUTURA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	11.328.904/0001-67	14/08/2020
BB AÇÕES MULTI SETORIAL QUANTITATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	07.882.792/0001-14	14/08/2020
BB AÇÕES PETROBRAS FUNDO DE INVESTIMENTO	03.920.413/0001-82	14/08/2020
BB AÇÕES PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	17.116.227/0001-08	14/08/2020
BB AÇÕES SETOR FINANCEIRO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	08.973.948/0001-35	14/08/2020
BB AÇÕES SIDERURGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	08.973.951/0001-59	14/08/2020
BB AÇÕES SMALL CAPS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	05.100.221/0001-55	14/08/2020
BB AÇÕES TECNOLOGIA FUNDO DE INVESTIMENTO	01.578.474/0001-88	14/08/2020
BB AÇÕES VALE FUNDO DE INVESTIMENTO	04.881.682/0001-40	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO AÇÕES ALOCAÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	18.270.783/0001-99	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO AÇÕES GOVERNANÇA FUNDO DE INVESTIMENTO	10.418.335/0001-88	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO AÇÕES VALOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	29.258.294/0001-38	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	10.418.362/0001-50	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA ALOCAÇÃO ATIVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	25.078.994/0001-90	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA FLUXO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	13.077.415/0001-05	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO	13.322.205/0001-35	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA 20 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO	15.775.748/0001-33	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA GERAL EX-C TÍTULO PÚBLICO FUNDO DE INVESTIMENTO	14.964.240/0001-10	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO	07.861.554/0001-22	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	03.543.447/0001-03	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO	07.442.078/0001-05	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO	13.327.340/0001-73	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO	07.111.384/0001-69	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	11.328.882/0001-35	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA PERFIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	13.077.418/0001-49	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FUNDO DE INVESTIMENTO	15.486.093/0001-83	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FUNDO DE INVESTIMENTO	19.303.793/0001-46	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA II FUNDO DE INVESTIMENTO	19.303.794/0001-90	14/08/2020
BB SUPREMO SETOR PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	04.288.966/0001-27	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA III FUNDO DE INVESTIMENTO	19.303.795/0001-35	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FUNDO DE INVESTIMENTO	19.515.015/0001-10	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA V FUNDO DE INVESTIMENTO	19.515.016/0001-65	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA VI FUNDO DE INVESTIMENTO	19.523.306/0001-50	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VII FUNDO DE INVESTIMENTO	19.523.305/0001-06	14/08/2020
BB DIFERENCIADO SETOR PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	07.214.377/0001-92	14/08/2020

BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IX FUNDO DE INVESTIMENTO	20.734.937/0001-06	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS X FUNDO DE INVESTIMENTO	20.734.931/0001-20	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS XI FUNDO DE INVESTIMENTO	24.117.278/0001-01	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS XII FUNDO DE INVESTIMENTO	25.069.955/0001-26	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO IPCA III FUNDO DE INVESTIMENTO	14.091.645/0001-91	14/08/2020
BB INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	02.296.928/0001-90	14/08/2020
BB INSTITUCIONAL FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	07.541.281/0001-39	14/08/2020

Data:	14/08/2020		
Responsáveis pelo Credenciamento:	Cargo	CPF	Assinatura
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87	
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26	
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08	
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26	
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57	

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Publicação Nº 2610922

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO			
Ente Federativo	Rio do Campo	CNPJ	83.102.707/0001-36
Unidade Gestora do RPPS	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICI-PAIS	CNPJ	05.160.525/0001-08
Instituição Credenciada Administradora e Gestora			
Razão Social	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CNPJ	00.360.305/0001-04
Número do Termo de Análise de Credenciamento		02/2020	
Data do Termo de Análise de Credenciamento		14/08/2020	
Parecer final quanto ao credenciamento da Instituição:	O RPPS Rio do Campo declara, nos termos da Resolução do CMN nº 3.922/2010 e 4.695/2018 que o Caixa Econômica Federal, apresentaram a documentação necessária, a qual foi analisada e aprovada, bem como está devidamente de acordo com os órgãos que regulam o mercado financeiro, assim estamos credenciados instituição junto ao RPPS Rio do Campo, para a possível alocação de recursos financeiros do regime próprio pelo prazo de 12 (doze) meses. Os documentos institucionais e técnicos estão em conformidade, nada consta que desabone a conduta desta instituição.		
Classificação de Fundo(s) de Investimento para os quais a Instituição foi credenciada			
Art. 7º, I, "b"	Art. 8º, I, "b"		
Art. 7º, I, "c"	Art. 8º, II, "a"		
Art. 7º, III, "a"	Art. 8º, II, "b"		
Art. 7º, III, "b"	Art. 8º, III		
Art. 7º, IV, "a"	Art. 8º, IV, "a"		
Art. 7º, IV, "b"	Art. 8º, IV, "b"		
Art. 7º, VII, "a"	Art. 8º, IV, "c"		
Art. 7º, VII, "b"	Art. 9º-A, I		
Art. 7º, VII, "c"	Art. 9º-A, II		
Art. 8º, I, "a"	Art. 9º-A, III		
Fundo(s) de Investimento Analisado(s)	CNPJ	Data da Análise	
CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	05.164.358/0001-73	14/08/2020	
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	08.070.841/0001-87	14/08/2020	
CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	30.036.235/0001-02	14/08/2020	
CAIXA BRASIL 2020 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	20.139.342/0001-02	14/08/2020	
CAIXA BRASIL 2020 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	19.769.171/0001-08	14/08/2020	
CAIXA BRASIL 2020 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	18.598.154/0001-92	14/08/2020	
CAIXA BRASIL 2020 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	21.919.953/0001-28	14/08/2020	
CAIXA BRASIL 2020 V TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	22.791.028/0001-27	14/08/2020	
CAIXA BRASIL 2022 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	18.598.117/0001-84	14/08/2020	
CAIXA BRASIL 2024 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	19.769.135/0001-44	14/08/2020	



CAIXA BRASIL 2024 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	18.598.088/0001-50	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	18.598.288/0001-03	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	20.139.595/0001-78	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2024 VI TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	22.791.074/0001-26	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2024 V TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	19.768.682/0001-05	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	20.139.534/0001-00	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	19.769.046/0001-06	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	18.598.042/0001-31	14/08/2020
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RENDA FIXA	14.508.643/0001-55	14/08/2020
CAIXA BRASIL ETF IBOVESPA FI AÇÕES	15.154.236/0001-50	14/08/2020
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	03.737.206/0001-97	14/08/2020
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	23.215.097/0001-55	14/08/2020
CAIXA BRASIL IBOVESPA FI AÇÕES	13.058.816/0001-18	14/08/2020
CAIXA BRASIL IBX 50 FI AÇÕES	03.737.217/0001-77	14/08/2020
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	14.386.926/0001-71	14/08/2020
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	10.577.503/0001-88	14/08/2020
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	11.060.913/0001-10	14/08/2020
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	10.740.658/0001-93	14/08/2020
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	11.061.217/0001-28	14/08/2020
CAIXA BRASIL IPCA XVI FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	21.918.896/0001-62	14/08/2020
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	10.577.519/0001-90	14/08/2020
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	10.740.670/0001-06	14/08/2020
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	14.508.605/0001-00	14/08/2020
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA	23.215.008/0001-70	14/08/2020
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	14/08/2020
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES FIC MULTIMERCADO	29.388.994/0001-47	14/08/2020
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BRASIL IBOVESPA II FIC MULTIMERCADO	14.386.860/0001-10	14/08/2020
CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL FI AÇÕES	10.551.375/0001-01	14/08/2020
CAIXA CONSUMO FI AÇÕES	10.577.512/0001-79	14/08/2020
CAIXA CYRELA MULTIESTRATÉGIA FIP	16.676.620/0001-85	14/08/2020
CAIXA DIVIDENDOS FI AÇÕES	05.900.798/0001-41	14/08/2020
CAIXA IBOVESPA FIC AÇÕES	01.525.057/0001-77	14/08/2020
CAIXA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA MULTIESTRATÉGIA FIP	13.767.159/0001-88	14/08/2020
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	10.551.382/0001-03	14/08/2020
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	17.502.937/0001-68	14/08/2020
CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP	14.120.520/0001-42	14/08/2020
CAIXA NOVO BRASIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP	10.646.895/0001-90	14/08/2020
CAIXA PETROBRAS FI AÇÕES	03.914.671/0001-56	14/08/2020
CAIXA PETROBRAS PRÉ-SAL FI AÇÕES	11.060.594/0001-42	14/08/2020
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	17.098.794/0001-70	14/08/2020
CAIXA RS TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	05.164.364/0001-20	14/08/2020
CAIXA RV 30 FI MULTIMERCADO LP	03.737.188/0001-43	14/08/2020
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	15.154.220/0001-47	14/08/2020
CAIXA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL ISE FI AÇÕES	08.070.838/0001-63	14/08/2020
CAIXA VALE DO RIO DOCE FI AÇÕES	04.885.820/0001-69	14/08/2020
CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	15.154.441/0001-15	14/08/2020
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	14.507.699/0001-95	14/08/2020

Data:	14/08/2020		
Responsáveis pelo Credenciamento:	Cargo	CPF	Assinatura
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87	
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26	
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08	
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26	
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57	

TERMO DE CREDENCIAMENTO BANCO DO BRASIL

Publicação Nº 2610926

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO¹

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

Nome Fundo	BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO			CNPJ: 25.078.994/0001-90
Administrador	BB Gestão de Recursos DTVM	Nº Termo Cred.	01/2020	CNPJ: 30.822.936/0001-69
Gestor	BB Gestão de Recursos DTVM	Nº Termo Cred.	01/2020	CNPJ: 30.822.936/0001-69
Custodiante	Banco do Brasil			CNPJ: 00.000.000/0001-91

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922/2010

	Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, I, "b"
	Art. 7º, I, "c"		Art. 8º, II, "a"
	Art. 7º, III, "a"		Art. 8º, II, "b"
	Art. 7º, III, "b"		Art. 8º, III
	Art. 7º, IV, "a"		Art. 8º, IV, "a"
	Art. 7º, IV, "b"		Art. 8º, IV, "b"
	Art. 7º, VII, "a"		Art. 8º, IV, "c"
	Art. 7º, VII, "b"		Art. 9º-A, I
	Art. 7º, VII, "c"		Art. 9º-A, II
	Art. 8º, I, "a"		Art. 9º-A, III

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do doc.	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA		www.bb.com.br
2. Regulamento		www.bb.com.br
3. Lâmina de Informações essenciais		www.bb.com.br
4. Formulário de informações complementares		www.bb.com.br
5. Perfil Mensal		www.bb.com.br
6. Demonstração de Desempenho		www.bb.com.br
7. Relatórios de Rating		www.bb.com.br
8. Demonstrações Contábeis		www.bb.com.br

II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social do distribuidor:	Banco do Brasil S.A.
CPF/CNPJ:	00.000.000/0001-92
Informações sobre a Política de Distribuição:	A distribuição dos Fundos de Investimento é realizada exclusivamente pelo Banco do Brasil, por meio de suas agências e canais digitais.

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	31/08/2016	Data de Início das Atividades:	31/08/2016
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade: IMA Geral ex-C Aplica seus recursos em cotas de fundo de investimentos que apresentem carteira composta por ativos financeiros de renda fixa, indexados a taxas prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços (IPCA).		
Público-alvo:	Exclusivo previdenciário		
Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo de Duração do Fundo		Indeterminado
	Prazo de Carência (dias)		NA
	Prazo para Conversão de Cotas (dias)		D+0
	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)		D+3 du

	Prazo Total (dias)		3 dias úteis			
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada (%)		NA			
	Taxa de saída (%)		NA			
	Taxa de administração (%)		0,30% a.a.			
	Taxa de Performance					
	Índice de referencia	Frequência	Linha-d'água			
	NA	NA	NA			
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira	Aderente					
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	Nada consta de relevante					
Análise de fatos relevantes divulgados:	Nada consta					
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	Adere, dentro dos limites do risco associado					
Principais riscos associados ao Fundo:	Risco de Taxa de Juros; Risco de Investimento em Títulos Indexados à Inflação; Risco Proveniente do uso de Derivativos; Risco de Liquidez; Risco de juros posfixados (CDI, TMS); Risco de Conjuntura; Risco Sistemico; Risco Regulatório					
Histórico de Rentabilidade do Fundo						
Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2019	580	9.800.245.404,11	1,45400000	0,96%	0,91%	105,42%
2018	351	4.013.954.528,37	1,28579279	9,90%	1,18%	64,18%
2017	147	1.974.291.197,65	1,16992092	12,26%	12,89%	95,11%
2016	55	596.521.582,94	1,04215586	-	21,08%	20,00%
2015	-	-	-	-	9,25%	NA
Análise da Carteira do Fundo de Investimento						
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos				% do PL	
	Op. Compromissada Over				32,01%	
	NTN-B				29,22%	
	LTN				26,75%	
	NTN-F				8,46%	
	LFT				3,37%	
	NTN-C				0,17%	
	Outros				0,02%	
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ Fundo(s)		Classificação Resolução CMN		% do PL	
	1. 05.949.051/0001-88		---		32,40%	
	2. 07.995.631/0001-37		---		21,50%	
	3. 31.964.929/0001-64		---		34,60%	
					

Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	Emissor (CPF/CNPJ)	Tipo de Emissor		% do PL
	NA	NA		NA
	NA	NA		NA
	NA	NA		NA
	NA	NA		NA
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		SIM		
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)		NA		
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS		Compatível		
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco		Nota	
	NA		NA	
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:	Fundo apto e em conformidade aos ativos disponível no mercado com o mesmo objetivo			
Comentários Adicionais	Proporcionar a rentabilidade de suas cotas, mediante aplicação de seus recursos em carteira composta por ativos financeiros de renda fixa, indexados a taxas prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços (IPCA).			

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

		Data:	14/08/2020	
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura	
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87		
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26		
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08		
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26		
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57		

Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO²

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

Nome Fundo	BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO			CNPJ: 13.077.415/0001-05
Administrador	BB Gestão de Recursos DTVM	Nº Termo Cred.	01/2020	CNPJ: 30.822.936/0001-69
Gestor	BB Gestão de Recursos DTVM	Nº Termo Cred.	01/2020	CNPJ: 30.822.936/0001-69
Custodiante	Banco do Brasil			CNPJ: 00.000.000/0001-91

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922/2010

	Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, I, "b"
	Art. 7º, I, "c"		Art. 8º, II, "a"
	Art. 7º, III, "a"		Art. 8º, II, "b"
	Art. 7º, III, "b"		Art. 8º, III
	Art. 7º, IV, "a"		Art. 8º, IV, "a"
	Art. 7º, IV, "b"		Art. 8º, IV, "b"
	Art. 7º, VII, "a"		Art. 8º, IV, "c"
	Art. 7º, VII, "b"		Art. 9º-A, I
	Art. 7º, VII, "c"		Art. 9º-A, II
	Art. 8º, I, "a"		Art. 9º-A, III

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do doc.	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA		www.bb.com.br
2. Regulamento		www.bb.com.br
3. Lâmina de Informações essenciais		www.bb.com.br
4. Formulário de informações complementares		www.bb.com.br
5. Perfil Mensal		www.bb.com.br
6. Demonstração de Desempenho		www.bb.com.br
7. Relatórios de Rating		www.bb.com.br
8. Demonstrações Contábeis		www.bb.com.br

II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social do distribuidor:	Banco do Brasil S.A.
CPF/CNPJ:	00.000.000/0001-92
Informações sobre a Política de Distribuição:	A distribuição dos Fundos de Investimento é realizada exclusivamente pelo Banco do Brasil, por meio de suas agências e canais digitais.

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	28/04/2011	Data de Início das Atividades:	28/04/2011
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade: CDI Aplica seus recursos, principalmente, em fundos de investimento os quais investem, no mínimo, 80% de sua carteira em ativos cuja rentabilidade esteja atrelada à variação da taxa de juros doméstica e/ou de índices de preços.		
Público-alvo:	Exclusivo previdenciário		
Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo de Duração do Fundo	Indeterminado	
	Prazo de Carência (dias)	NA	
	Prazo para Conversão de Cotas (dias)	D+0	

	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)		D+0			
	Prazo Total (dias)		NA			
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada (%)		NA			
	Taxa de saída (%)		NA			
	Taxa de administração (%)		1,00% a.a			
	Taxa de Performance					
	Índice de referencia	Frequência	Linha-d'água			
	NA	NA	NA			
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira	Aderente					
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	NA					
Análise de fatos relevantes divulgados:	08/05/2017 - Adequação à deliberação nº 77 da Anbima					
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	NA					
Principais riscos associados ao Fundo:	Risco de Taxa de Juros; Risco de Juros Pós-fixados (CDI, TMS); Risco Proveniente do uso de Derivativos; Risco de Liquidez; Risco de Conjuntura; Risco Sistemico; Risco Regulatório					
Histórico de Rentabilidade do Fundo						
Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2019	726	1.433610.134,03	2,08000000	0,28%	0,37%	76,00%
2018	663	1.157.483.382,72	1,98444214	5,29%	0,49%	82,55%
2017	632	1.263.019.749,86	1,88481158	8,87%	9,93%	89,33%
2016	588	1.345.651.611,08	1,73130735	13,11%	14,00%	93,66%
2015	579	1.020.727.607,67	1,53061048	12,36%	13,24%	93,39%
Análise da Carteira do Fundo de Investimento						
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos			% do PL		
	Op. Compromissada Over			49,09%		
	LFT			33,43%		
	Op. Compromissada Longa			17,47%		
	Outros			0,01%		
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ Fundo(s)		Classificação Resolução CMN		% do PL	
	1. 27.146.328/0001-77		---		100%	
	2.					
	3.					
.....						
Maiores emissores	Emissor (CPF/CNPJ)		Tipo de Emissor		% do PL	

de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		SIM	
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)			
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS			
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco		Nota
	NA		NA
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:	Fundo apto e em conformidade aos ativos disponível no mercado com o mesmo objetivo		
Comentários Adicionais	Aplicação em cotas de fundos de investimento que atendam aos limites e garantias exigidas pela Resolução 3.922/10 do CMN.		

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Data:		14/08/2020	
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87	
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26	
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08	
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26	
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57	

Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO³

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

Nome Fundo	BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO			CNPJ: 13.322.205/0001-35
Administrador	BB Gestão de Recursos DTVM	Nº Termo Cred.	01/2020	CNPJ: 30.822.936/0001-69
Gestor	BB Gestão de Recursos DTVM	Nº Termo Cred.	01/2020	CNPJ: 30.822.936/0001-69
Custodiante	Banco do Brasil			CNPJ: 00.000.000/0001-91

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922/2010

<input checked="" type="checkbox"/>	Art. 7º, I, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, I, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, I, "c"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, II, "a"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, III, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, II, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, III, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, III
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, IV, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "a"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, IV, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "c"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, I
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "c"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, II
<input type="checkbox"/>	Art. 8º, I, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, III

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do doc.	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA		www.bb.com.br
2. Regulamento		www.bb.com.br
3. Lâmina de Informações essenciais		www.bb.com.br
4. Formulário de informações complementares		www.bb.com.br
5. Perfil Mensal		www.bb.com.br
6. Demonstração de Desempenho		www.bb.com.br
7. Relatórios de Rating		www.bb.com.br
8. Demonstrações Contábeis		www.bb.com.br

II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social do distribuidor:	Banco do Brasil S.A.
CPF/CNPJ:	00.000.000/0001-91
Informações sobre a Política de Distribuição:	A distribuição dos Fundos de Investimento é realizada exclusivamente pelo Banco do Brasil, por meio de suas agências e canais digitais.

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	28/04/2011	Data de Início das Atividades:	28/04/2011
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade: IDKA IPCA 2 Anos		
	Investe, no mínimo, 80% de sua carteira em ativos cuja rentabilidade esteja atrelada à variação da taxa de juros doméstica e/ou de índices de preços.		
Público-alvo:	Exclusivo previdenciário		
Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo de Duração do Fundo	Indeterminado	
	Prazo de Carência (dias)	NA	
	Prazo para Conversão de Cotas (dias)	D+0	
	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)	D+1 du	
	Prazo Total (dias)	1 dia útil	

Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada (%)		NA			
	Taxa de saída (%)		NA			
	Taxa de administração (%)		0,20% a.a.			
	Taxa de Performance					
	Índice de referencia	Frequência	Linha-d`água			
	NA	NA	NA			
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira	Aderente					
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	NA					
Análise de fatos relevantes divulgados:	NA					
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	NA					
Principais riscos associados ao Fundo:	Risco de Taxa de Juros; Risco de Investimento em Títulos Indexados à Inflação; Risco de Descasamento em relação ao Benchmark; Risco de Liquidez; Risco de Vinculação a um Benchmark; Risco de Juros Pós-fixados (CDI, TMS); Risco Proveniente do uso de Derivativos; Risco de Conjuntura; Risco Sistemico; Risco Regulatório					
Histórico de Rentabilidade do Fundo						
Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2019	876	7.688.780.054,14	2,67900000	1,15%	1,20%	95,81%
2018	758	6.854.500.353,12	2,40929352	9,22%	1,25%	8,66%
2017	712	5.436.556.596,64	2,20586084	12,40%	13,61%	91,09%
2016	731	5.363.302.869,11	1,96252102	14,89%	15,21%	97,89%
2015	647	4.838.562.246,63	1,70812917	15,38%	16,38%	93,88%
Análise da Carteira do Fundo de Investimento						
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos			% do PL		
	NTN-B			90,88%		
	Op. Compromissada Over			9,11%		
	Outros			0,01%		
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ Fundo(s)		Classificação Resolução CMN		% do PL	
	1. NA		NA		NA	
	2. NA		NA		NA	
	3. NA		NA		NA	
					
Maiores emissores	Emissor (CPF/CNPJ)		Tipo de Emissor		% do PL	

de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		SIM	
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)			
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS		Compatível	
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco		Nota
	NA		NA
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:	Fundo apto e em conformidade aos ativos disponível no mercado com o mesmo objetivo		
Comentários Adicionais	Buscará o retorno dos investimentos através do subíndice IDKA 2A - Índice de Duração Constante ANBIMA segmento 2A .		

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Data:		14/08/2020	
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87	
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26	
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08	
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26	
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57	

Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO⁴

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

Nome Fundo	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO			CNPJ: 07.442.078/0001-05
Administrador	BB Gestão de Recursos DTVM	Nº Termo Cred.	01/2020	CNPJ: 30.822.936/0001-69
Gestor	BB Gestão de Recursos DTVM	Nº Termo Cred.	01/2020	CNPJ: 30.822.936/0001-69
Custodiante	Banco do Brasil			CNPJ: 00.000.000/0001-91

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922/2010

<input type="checkbox"/>	Art. 7º, I, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, I, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, I, "c"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, II, "a"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, III, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, II, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, III, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, III
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, IV, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "a"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, IV, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "c"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, I
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "c"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, II
<input type="checkbox"/>	Art. 8º, I, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, III

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do doc.	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA		www.bb.com.br
2. Regulamento		www.bb.com.br
3. Lâmina de Informações essenciais		www.bb.com.br
4. Formulário de informações complementares		www.bb.com.br
5. Perfil Mensal		www.bb.com.br
6. Demonstração de Desempenho		www.bb.com.br
7. Relatórios de Rating		www.bb.com.br
8. Demonstrações Contábeis		www.bb.com.br

II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social do distribuidor:	Banco do Brasil S.A.
CPF/CNPJ:	00.000.000/0001-91
Informações sobre a Política de Distribuição:	A distribuição dos Fundos de Investimento é realizada exclusivamente pelo Banco do Brasil, por meio de suas agências e canais digitais.

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	23/06/2005	Data de Início das Atividades:	24/07/2005
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade: IMA-B O fundo busca retorno dos investimentos através do sub-índice IMA-B. Para isso, aplica a totalidade de seus recursos, exclusivamente, em Títulos Públicos Federais, registrados no SELIC e/ou em suas operações compromissadas. Deve, ainda, manter, no mínimo, 80% de sua carteira em ativos cuja rentabilidade esteja atrelada à variação da taxa de juros doméstica e/ou índices de preços.		
Público-alvo:	O fundo destina-se a receber recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, sejam eles aplicados pelos Regimes Próprios ou pela União, pelos Governos Estaduais, pelo		

	Distrito Federal ou por Prefeituras e EFPCs - Entidades Fechadas de Previdência Complementar.					
Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo de Duração do Fundo			Indeterminado		
	Prazo de Carência (dias)			NA		
	Prazo para Conversão de Cotas (dias)			D+0		
	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)			D+1		
	Prazo Total (dias)			1 dia útil		
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada (%)			NA		
	Taxa de saída (%)			NA		
	Taxa de administração (%)			0,20% A.A		
	Taxa de Performance					
	Índice de referencia	Frequência		Linha-d'água		
NA	NA		NA			
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira	Aderente					
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	NA					
Análise de fatos relevantes divulgados:	28/01/2011 - Alteração dos horários limites de aplicação/resgate do fundo					
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	NA					
Principais riscos associados ao Fundo:	Risco de Taxa de Juros; Risco de Investimento em Títulos Indexados à Inflação; Risco de Descasamento em relação ao Benchmark; Risco de Liquidez; Risco de Vinculação a um Benchmark; Risco de Juros Pós-fixados (CDI, TMS); Risco Proveniente do uso de Derivativos; Risco de Conjuntura; Risco Sistêmico; Risco Regulatório					
Histórico de Rentabilidade do Fundo						
Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2019	681	6.490.168,573,84	6,163	1,97%	2,01%	98,45%
2018	504	3.733.451.663,62	4,945	0,91%	1,65%	55,07%
2017	588	4.560.051.410,85	4,456	12,52%	12,79%	97,86%
2016	603	5.032.983.260,77	3,961	24,52%	24,81%	98,81%
2015	549	4.146.386.511,11	3,181	8,53%	8,88%	96,00%
Análise da Carteira do Fundo de Investimento						
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos					% do PL
	NTN-B					86,66%
	Op. Compromissada Over					13,33%
	Outros					0,01%

Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ Fundo(s)	Classificação Resolução CMN	% do PL
	1. NA	NA	NA
	2. NA	NA	NA
	3. NA	NA	NA
		
Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	Emissor (CPF/CNPJ)	Tipo de Emissor	% do PL
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		SIM	
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)		NA	
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS		Compatível	
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco		Nota
	NA		NA
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:	Fundo apto e em conformidade aos ativos disponível no mercado com o mesmo objetivo		
Comentários Adicionais	Aplicação de seus recursos em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.		

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Data:		14/08/2020	
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87	
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26	
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08	
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26	
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57	

Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO⁵

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

Nome Fundo	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO			CNPJ: 07.861.554/0001-22
Administrador	BB Gestão de Recursos DTVM	Nº Termo Cred.	01/2020	CNPJ: 30.822.936/0001-69
Gestor	BB Gestão de Recursos DTVM	Nº Termo Cred.	01/2020	CNPJ: 30.822.936/0001-69
Custodiante	Banco do Brasil			CNPJ: 00.000.000/0001-91

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922/2010

	Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, I, "b"
	Art. 7º, I, "c"		Art. 8º, II, "a"
	Art. 7º, III, "a"		Art. 8º, II, "b"
	Art. 7º, III, "b"		Art. 8º, III
	Art. 7º, IV, "a"		Art. 8º, IV, "a"
	Art. 7º, IV, "b"		Art. 8º, IV, "b"
	Art. 7º, VII, "a"		Art. 8º, IV, "c"
	Art. 7º, VII, "b"		Art. 9º-A, I
	Art. 7º, VII, "c"		Art. 9º-A, II
	Art. 8º, I, "a"		Art. 9º-A, III

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do doc.	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA		www.bb.com.br
2. Regulamento		www.bb.com.br
3. Lâmina de Informações essenciais		www.bb.com.br
4. Formulário de informações complementares		www.bb.com.br
5. Perfil Mensal		www.bb.com.br
6. Demonstração de Desempenho		www.bb.com.br
7. Relatórios de Rating		www.bb.com.br
8. Demonstrações Contábeis		www.bb.com.br

II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social do distribuidor:	Banco do Brasil S.A.
CPF/CNPJ:	00.000.000/0001-91
Informações sobre a Política de Distribuição:	A distribuição dos Fundos de Investimento é realizada exclusivamente pelo Banco do Brasil, por meio de suas agências e canais digitais.

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	08/03/2006	Data de Início das Atividades:	09/03/2006
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade: IMA-B Aplica, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido representado por ativos financeiros de forma a acompanhar, direta ou indiretamente, a variação diária da taxa de juros doméstica e/ou índice de preços.		
Público-alvo:	Exclusivo previdenciário		
Condições de Investimento	Prazo de Duração do Fundo		Indeterminado
	Prazo de Carência (dias)		NA

(Prazos/ Condições para resgate)	Prazo para Conversão de Cotas (dias)		D+0			
	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)		D+1			
	Prazo Total (dias)		1 dia útil			
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada (%)		NA			
	Taxa de saída (%)		NA			
	Taxa de administração (%)		0,30% A.A			
	Taxa de Performance					
	Índice de referencia	Frequência	Linha-d`água			
	NA	NA	NA			
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira	Aderente					
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	NA					
Análise de fatos relevantes divulgados:	28/01/2011 - Alteração nos prazos de cotização do resgate e crédito do resgate					
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	NA					
Principais riscos associados ao Fundo:	Risco de Taxa de Juros; Risco de Investimento em Títulos Indexados à Inflação; Risco de Descasamento em relação ao Benchmark; Risco de Vinculação a um Benchmark; Risco de Liquidez; Risco de Juros Pós-fixados (CDI, TMS); Risco Proveniente do uso de Derivativos; Risco de Crédito; Risco de Conjuntura; Risco Sistemico; Risco Regulatório					
Histórico de Rentabilidade do Fundo						
Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2019	273	1.647.184.690,31	5,478	2,01%	2,01%	100,27%
2018	188	945.678.004,16	4,400	0,94%	1,65%	57,09%
2017	235	1.070.534.298,25	3,961	12,80%	12,79%	100,04%
2016	244	1.109.454.048,62	5,512	24,46%	24,81%	98,59%
2015	240	901.755.196,20	2,822	8,62%	8,88%	97,10%
Análise da Carteira do Fundo de Investimento						
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos			% do PL		
	NTN-B			89,76%		
	Debêntures			5,72%		
	Letra Financeira Não Ligada			2,71%		
	Op. Compromissada Over			1,80%		
	Outros			0,01%		
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ Fundo(s)		Classificação Resolução CMN		% do PL	
	1. NA		NA		NA	
	2. NA		NA		NA	
	3. NA		NA		NA	
					

Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	Emissor (CPF/CNPJ)	Tipo de Emissor	% do PL
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		SIM	
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)			
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS		Compatível	
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco		Nota
	NA		NA
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:	Fundo apto e em conformidade aos ativos disponível no mercado com o mesmo objetivo		
Comentários Adicionais	Buscará o retorno dos investimentos através do sub-índice IMA-B , conforme estabelecido na Resolução 3922/10 do CMN.		

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Data:		14/08/2020	
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87	
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26	
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08	
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26	
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57	

Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO⁶

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

Nome Fundo	BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA II FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	CNPJ: 19.303.794/0001-90
Administrador	BB Gestão de Recursos DTVM	Nº Termo Cred. 01/2020 CNPJ: 30.822.936/0001-69
Gestor	BB Gestão de Recursos DTVM	Nº Termo Cred. 01/2020 CNPJ: 30.822.936/0001-69
Custodiante	Banco do Brasil	CNPJ: 00.000.000/0001-91

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922/2010

<input checked="" type="checkbox"/>	Art. 7º, I, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, I, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, I, "c"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, II, "a"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, III, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, II, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, III, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, III
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, IV, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "a"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, IV, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "c"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, I
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "c"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, II
<input type="checkbox"/>	Art. 8º, I, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, III

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do doc.	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA		www.bb.com.br
2. Regulamento		www.bb.com.br
3. Lâmina de Informações essenciais		www.bb.com.br
4. Formulário de informações complementares		www.bb.com.br
5. Perfil Mensal		www.bb.com.br
6. Demonstração de Desempenho		www.bb.com.br
7. Relatórios de Rating		www.bb.com.br
8. Demonstrações Contábeis		www.bb.com.br

II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social do distribuidor:	Banco do Brasil S.A.
CPF/CNPJ:	00.000.000/0001-91
Informações sobre a Política de Distribuição:	A distribuição dos Fundos de Investimento é realizada exclusivamente pelo Banco do Brasil, por meio de suas agências e canais digitais.

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	04/02/2014	Data de Início das Atividades:	06/02/2014
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade: IDKA IPCA 3 Anos O fundo tem como objetivo proporcionar a rentabilidade de suas cotas, mediante aplicação de seus recursos em carteira diversificada de ativos financeiros de renda fixa, tendo como parâmetro de rentabilidade o Índice de Duração Constante ANBIMA - IDKA IPCA 3A. Para isso, aplica seus recursos, exclusivamente, em títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e/ou em suas operações compromissadas.		
Público-alvo:	O fundo destina-se a receber recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, sejam eles aplicados pelos Regimes Próprios ou pela União, pelos Governos Estaduais,		

	pelo Distrito Federal ou por Prefeituras e EFPCs - Entidades Fechadas de Previdência Complementar.					
Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo de Duração do Fundo				Indeterminado	
	Prazo de Carência (dias)				Até 15/08/2020	
	Prazo para Conversão de Cotas (dias)				D+0	
	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)				D+0	
	Prazo Total (dias)				NA	
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada (%)				NA	
	Taxa de saída (%)				NA	
	Taxa de administração (%)				0,15% a.a	
	Taxa de Performance					
	Índice de referencia		Frequência		Linha-d'água	
	NA		NA		NA	
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira	Aderente					
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	NA					
Análise de fatos relevantes divulgados:	07/02/2014 - Fechamento do fundo para novas aplicações a partir de 10/02/2014					
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	NA					
Principais riscos associados ao Fundo:	Risco de Taxa de Juros; Risco de Investimento em Títulos Indexados à Inflação; Risco de Descasamento em relação ao Benchmark; Risco de Vinculação a um Benchmark; Risco de Liquidez; Risco de juros pós-fixados (CDI, TMS); Risco de Conjuntura; Risco Sistemico; Risco Regulatório					
Histórico de Rentabilidade do Fundo						
Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2019	119	226.053.464,48	1,989	0,78%	1,46%	53,65%
2018	119	217.886.829,19	1,813	0,11%	1,69%	6,32%
2017	122	854.568.218,10	1,678	11,86%	14,26%	83,19%
2016	122	807.814.686,88	1,500	15,79%	16,90%	93,41%
2015	122	987.543.968,90	1,295	14,68%	15,17%	96,78%
Análise da Carteira do Fundo de Investimento						
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos					% do PL
	NTN-B					99,76%
	Op. Compromissada Over					0,24%

Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ Fundo(s)	Classificação Resolução CMN	% do PL
	1. NA	NA	NA
	2. NA	NA	NA
	3. NA	NA	NA
		
Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	Emissor (CPF/CNPJ)	Tipo de Emissor	% do PL
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		SIM	
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)			
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS		Compatível	
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco		Nota
	NA		NA
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:	Fundo apto quando da aplicação - fundo fechado		
Comentários Adicionais	Obter rentabilidade compatível com a variação do IPCA + 6% a.a.		

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Data:		14/08/2020	
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87	
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26	
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08	
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26	
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57	

Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO⁷

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

Nome Fundo	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO			CNPJ: 11.328.882/0001-35
Administrador	BB Gestão de Recursos DTVM	Nº Termo Cred.	01/2020	CNPJ: 30.822.936/0001-69
Gestor	BB Gestão de Recursos DTVM	Nº Termo Cred.	01/2020	CNPJ: 30.822.936/0001-69
Custodiante	Banco do Brasil			CNPJ: 00.000.000/0001-91

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922/2010

Art. 7º, I, "b"	Art. 8º, I, "b"
Art. 7º, I, "c"	Art. 8º, II, "a"
Art. 7º, III, "a"	Art. 8º, II, "b"
Art. 7º, III, "b"	Art. 8º, III
Art. 7º, IV, "a"	Art. 8º, IV, "a"
Art. 7º, IV, "b"	Art. 8º, IV, "b"
Art. 7º, VII, "a"	Art. 8º, IV, "c"
Art. 7º, VII, "b"	Art. 9º-A, I
Art. 7º, VII, "c"	Art. 9º-A, II
Art. 8º, I, "a"	Art. 9º-A, III

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do doc.	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA		www.bb.com.br
2. Regulamento		www.bb.com.br
3. Lâmina de Informações essenciais		www.bb.com.br
4. Formulário de informações complementares		www.bb.com.br
5. Perfil Mensal		www.bb.com.br
6. Demonstração de Desempenho		www.bb.com.br
7. Relatórios de Rating		www.bb.com.br
8. Demonstrações Contábeis		www.bb.com.br

II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social do distribuidor:	Banco do Brasil S.A.
CPF/CNPJ:	00.000.000/0001-91
Informações sobre a Política de Distribuição:	A distribuição dos Fundos de Investimento é realizada exclusivamente pelo Banco do Brasil, por meio de suas agências e canais digitais.

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	02/12/2009	Data de Início das Atividades:	08/12/2009
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade: IRF-M 1 O fundo busca retorno compatível com o do sub-índice IRFM-1. Para isso, aplica seus recursos em fundos que apliquem exclusivamente em títulos públicos federais, devendo, ainda, manter 80% de sua carteira em ativos cuja rentabilidade esteja atrelada à variação da taxa de juros doméstica e/ou índices de preços.		
Público-alvo:	O fundo destina-se a receber recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, sejam eles aplicados pelos Regimes Próprios ou pela União, pelos Governos Estaduais,		

	pelo Distrito Federal ou por Prefeituras, e EFPCs - Entidades Fechadas de Previdência Complementar, de Fundos de Investimento e de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento exclusivos das EFPC.					
Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo de Duração do Fundo				Indeterminado	
	Prazo de Carência (dias)				NA	
	Prazo para Conversão de Cotas (dias)				D+0	
	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)				D+0	
	Prazo Total (dias)				NA	
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada (%)				NA	
	Taxa de saída (%)				NA	
	Taxa de administração (%)				0,10% A.A	
	Taxa de Performance					
	Índice de referencia		Frequência		Linha-d' água	
	NA		NA		NA	
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira	Aderente					
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	NA					
Análise de fatos relevantes divulgados:	NA					
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	NA					
Principais riscos associados ao Fundo:	Risco de Taxa de Juros; Risco Proveniente do uso de Derivativos; Risco de Descasamento em relação ao Benchmark; Risco de vinculação a um Benchmark; Risco de juros pós-fixados (CDI, TMS); Risco de Liquidez; Risco de Conjuntura; Risco Sistemico; Risco Regulatório					
Histórico de Rentabilidade do Fundo						
Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2019	1.198	7.033.827.032,81	2,634	0,40%	0,42%	94,90%
2018	1.269	12.831.650.129,38	2,460	0,52%	0,56%	93,36%
2017	1.226	12.272.521.315,53	2,317	10,86%	11,12%	97,69%
2016	1.183	9.911.816.256,66	2,090	14,48%	14,72%	98,40%
2015	1.165	7.689.964.924,10	1,825	12,58%	13,01%	96,72%
Análise da Carteira do Fundo de Investimento						
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos					% do PL
	LTN					61,27%
	Op. Compromissada Over					24,55%
	LFT					14,17%
	Outros					1,00%

Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ Fundo(s)	Classificação Resolução CMN	% do PL
	1. 11.839.250/0001-36	-----	100%
	2.		
	3.		
		
Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	Emissor (CPF/CNPJ)	Tipo de Emissor	% do PL
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		SIM	
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)			
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS		Compatível	
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco		Nota
	NA		NA
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:	Fundo apto e em conformidade aos ativos disponível no mercado com o mesmo objetivo		
Comentários Adicionais	Aplicação em cotas de FIs que detenham 100% de Tít. Pub. Fed. em suas carteiras e tenham como parâmetro de rentabilidade o sub-índice IRFM-1.		

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Data:		14/08/2020	
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87	
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26	
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08	
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26	
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57	

Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

TERMO DE CREDENCIAMENTO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Publicação Nº 2610958

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO¹

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

Nome Fundo	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	CNPJ: 11.060.913/0001-10
Administrador	Caixa Econômica Federal	Nº Termo Cred. 02/2020 CNPJ: 00.360.305/0001-04
Gestor	Caixa Econômica Federal	Nº Termo Cred. 02/2020 CNPJ: 00.360.305/0001-04
Custodiante	Caixa Econômica Federal	CNPJ: 00.360.305/0001-04

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922/2010

<input type="checkbox"/>	Art. 7º, I, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, I, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, I, "c"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, II, "a"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, III, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, II, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, III, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, III
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, IV, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "a"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, IV, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "c"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, I
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "c"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, II
<input type="checkbox"/>	Art. 8º, I, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, III

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do doc.	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA		http://www.caixa.gov.br
2. Regulamento		http://www.caixa.gov.br
3. Lâmina de Informações essenciais		http://www.caixa.gov.br
4. Formulário de informações complementares		http://www.caixa.gov.br
5. Perfil Mensal		http://www.caixa.gov.br
6. Demonstração de Desempenho		http://www.caixa.gov.br
7. Relatórios de Rating		http://www.caixa.gov.br
8. Demonstrações Contábeis		http://www.caixa.gov.br

II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social do distribuidor:	Caixa Econômica Federal
CPF/CNPJ:	00.360.305/0001-04
Informações sobre a Política de Distribuição:	A distribuição dos Fundos de Investimento é realizada exclusivamente pelo Caixa Econômica Federal, por meio de suas agências e canais digitais.

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	09/07/2010	Data de Início das Atividades:	09/07/2010
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade: IMA-B 5 Aplica 100% dos recursos em títulos públicos federais, em operações finais e/ou compromissadas, tendo como parâmetro de rentabilidade o IMA-B 5.		
Público-alvo:	Exclusivo previdenciário		
Condições de Investimento (Prazos/Condições para resgate)	Prazo de Duração do Fundo	Indeterminado	
	Prazo de Carência (dias)	NA	
	Prazo para Conversão de Cotas (dias)	D+0	
	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)	D+0	
	Prazo Total (dias)	NA	

Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada (%)		NA			
	Taxa de saída (%)		NA			
	Taxa de administração (%)		0,20%			
	Taxa de Performance					
	Índice de referencia	Frequência	Linha-d'água			
	NA	NA	NA			
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira	Fundo enquadrado na Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações posteriores					
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	NA					
Análise de fatos relevantes divulgados:	NA					
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	NA					
Principais riscos associados ao Fundo:	RISCO DE MERCADO; RISCO DE LIQUIDEZ; RISCO DE CRÉDITO, RISCO DERIVATIVOS; RISCO DE CONCENTRAÇÃO (Vide Regulamento).					
Histórico de Rentabilidade do Fundo						
Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2019	923	9.819.854.122,58	2,996681	12,85%	-	-
2018	724	11.498.930.142,73	2,65534200	9,67%	9,87%	97,99%
2017	703	6.666.405.048,53	2,42126500	12,38%	12,58%	98,44%
2016	713	5.450.485.822,27	2,15450300	15,19%	15,48%	98,12%
2015	631	3.791.382.507,35	1,87037300	14,86%	15,46%	96,15%
Análise da Carteira do Fundo de Investimento						
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos			% do PL		
	Títulos Federais			96,2117%		
	Operação compromissada			3,7925%		
	Valores a pagar/receber			0,00%		
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ Fundo(s)		Classificação Resolução CMN		% do PL	
	1. NA		NA		NA	
	2. NA		NA		NA	
	3. NA		NA		NA	
					
Maiores emissores de títulos de	Emissor (CPF/CNPJ)		Tipo de Emissor		% do PL	
	NA		NA		NA	

crédito privado em estoque do Fundo	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		SIM	
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)		32	
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS		Compatível	
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco		Nota
	NA		NA
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:	Fundo apto e em conformidade aos ativos disponível no mercado com o mesmo objetivo		
Comentários Adicionais	Proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas.		

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Data:		14/08/2020	
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87	
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26	
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08	
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26	
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57	

Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO²

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

Nome Fundo	CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	CNPJ: 10.577.503/0001-88
Administrador	Caixa Econômica Federal	Nº Termo Cred. 02/2020 CNPJ: 00.360.305/0001-04
Gestor	Caixa Econômica Federal	Nº Termo Cred. 02/2020 CNPJ: 00.360.305/0001-04
Custodiante	Caixa Econômica Federal	CNPJ: 00.360.305/0001-04

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922/2010

<input type="checkbox"/>	Art. 7º, I, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, I, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, I, "c"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, II, "a"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, III, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, II, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, III, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, III
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, IV, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "a"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, IV, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "b"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, "c"
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "b"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, I
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, "c"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, II
<input type="checkbox"/>	Art. 8º, I, "a"	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, III

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do doc.	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA		http://www.caixa.gov.br
2. Regulamento		http://www.caixa.gov.br
3. Lâmina de Informações essenciais		http://www.caixa.gov.br
4. Formulário de informações complementares		http://www.caixa.gov.br
5. Perfil Mensal		http://www.caixa.gov.br
6. Demonstração de Desempenho		http://www.caixa.gov.br
7. Relatórios de Rating		http://www.caixa.gov.br
8. Demonstrações Contábeis		http://www.caixa.gov.br

II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social do distribuidor:	Caixa Econômica Federal
CPF/CNPJ:	00.360.305/0001-04
Informações sobre a Política de Distribuição:	A distribuição dos Fundos de Investimento é realizada exclusivamente pelo Caixa Econômica Federal, por meio de suas agências e canais digitais.

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	18/04/2012	Data de Início das Atividades:	18/04/2012
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade: Investe em carteira composta por títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços.		
Público-alvo:	Exclusivo previdenciário		
Condições de Investimento (Prazos/Condições para resgate)	Prazo de Duração do Fundo	Indeterminado	
	Prazo de Carência (dias)	NA	
	Prazo para Conversão de Cotas (dias)	D+0	
	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)	D+0	
	Prazo Total (dias)	NA	

Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada (%)		NA			
	Taxa de saída (%)		NA			
	Taxa de administração (%)		0,20%			
	Taxa de Performance					
	Índice de referencia	Frequência	Linha-d'água			
	NA	NA	NA			
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira	Fundo enquadrado na Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações posteriores					
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	NA					
Análise de fatos relevantes divulgados:	NA					
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	NA					
Principais riscos associados ao Fundo:	RISCO DE MERCADO; RISCO DE LIQUIDEZ; RISCO DE CRÉDITO, RISCO DERIVATIVOS; RISCO DE CONCENTRAÇÃO (Vide Regulamento).					
Histórico de Rentabilidade do Fundo						
Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2019	362	2.752.338.613,28	2,671975	29,73%	30,37%	97,91%
2018	197	1.231.561.219,42	2,05957000	14,98%	15,41%	97,22%
2017	198	915.100.426,22	1,79128600	12,44%	12,75%	97,55%
2016	200	743.094.017,55	1,59313700	30,56%	31,04%	98,45%
2015	132	327.722.344,67	1,22026900	5,05%	5,71%	88,49%
Análise da Carteira do Fundo de Investimento						
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos			% do PL		
	Títulos Federais			97,50%		
	Operação compromissada			2,50%		
	Valores a pagar/receber			-0,0033%		
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ Fundo(s)		Classificação Resolução CMN		% do PL	
	1. NA		NA		NA	
	2. NA		NA		NA	
	3. NA		NA		NA	
					
Maiores emissores de títulos de	Emissor (CPF/CNPJ)		Tipo de Emissor		% do PL	
	NA		NA		NA	

crédito privado em estoque do Fundo	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		SIM	
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)			168
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS		Compatível	
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco		Nota
	NA		NA
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:	Fundo apto e em conformidade aos ativos disponível no mercado com o mesmo objetivo		
Comentários Adicionais	Obter rentabilidade que acompanhe à variação do IMA-B 5+.		

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Data:		14/08/2020	
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87	
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26	
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08	
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26	
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57	

Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO³

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

Nome Fundo	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	CNPJ: 10.740.670/0001-06
Administrador	Caixa Econômica Federal	Nº Termo Cred. 02/2020 CNPJ: 00.360.305/0001-04
Gestor	Caixa Econômica Federal	Nº Termo Cred. 02/2020 CNPJ: 00.360.305/0001-04
Custodiante	Caixa Econômica Federal	CNPJ: 00.360.305/0001-04

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922/2010

Art. 7º, I, "b"	Art. 8º, I, "b"
Art. 7º, I, "c"	Art. 8º, II, "a"
Art. 7º, III, "a"	Art. 8º, II, "b"
Art. 7º, III, "b"	Art. 8º, III
Art. 7º, IV, "a"	Art. 8º, IV, "a"
Art. 7º, IV, "b"	Art. 8º, IV, "b"
Art. 7º, VII, "a"	Art. 8º, IV, "c"
Art. 7º, VII, "b"	Art. 9º-A, I
Art. 7º, VII, "c"	Art. 9º-A, II
Art. 8º, I, "a"	Art. 9º-A, III

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do doc.	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA		http://www.caixa.gov.br
2. Regulamento		http://www.caixa.gov.br
3. Lâmina de Informações essenciais		http://www.caixa.gov.br
4. Formulário de informações complementares		http://www.caixa.gov.br
5. Perfil Mensal		http://www.caixa.gov.br
6. Demonstração de Desempenho		http://www.caixa.gov.br
7. Relatórios de Rating		http://www.caixa.gov.br
8. Demonstrações Contábeis		http://www.caixa.gov.br

II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social do distribuidor:	Caixa Econômica Federal
CPF/CNPJ:	00.360.305/0001-04
Informações sobre a Política de Distribuição:	A distribuição dos Fundos de Investimento é realizada exclusivamente pelo Caixa Econômica Federal, por meio de suas agências e canais digitais.

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	28/05/2010	Data de Início das Atividades:	28/05/2010
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade: IRF-M 1 Investe seus recursos em títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas e/ou pós-fixadas SELIC/CDI.		
Público-alvo:	Exclusivo previdenciário		
Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo de Duração do Fundo	Indeterminado	
	Prazo de Carência (dias)	NA	
	Prazo para Conversão de Cotas (dias)	D+0	
	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)	D+0	

	Prazo Total (dias)			NA		
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada (%)			NA		
	Taxa de saída (%)			NA		
	Taxa de administração (%)			0,20%		
	Taxa de Performance					
	Índice de referencia		Frequência		Linha-d`água	
	NA		NA		NA	
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira	Fundo enquadrado na Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações posteriores					
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	NA					
Análise de fatos relevantes divulgados:	NA					
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	NA					
Principais riscos associados ao Fundo:	RISCO DE MERCADO; RISCO DE LIQUIDEZ; RISCO DE CRÉDITO, RISCO DERIVATIVOS; RISCO DE CONCENTRAÇÃO (Vide Regulamento).					
Histórico de Rentabilidade do Fundo						
Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2019	1361	10.910.469.036,62	2,521460	6,55%	6,76%	96,93%
2018	1.477	18.388.157.565,12	2,36641400	6,81%	6,97%	97,57%
2017	1.412	17.173.437.880,47	2,21563500	10,93%	11,12%	98,33%
2016	1.340	12.149.877.506,14	1,99726800	14,58%	14,72%	99,07%
2015	1.280	9.050.009.625,96	1,74310700	12,76%	13,01%	98,10%
Análise da Carteira do Fundo de Investimento						
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos					% do PL
	Operação compromissada					66,8282%
	Títulos Federais					33,1780%
	Valores a pagar/receber					0,0000%
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ Fundo(s)			Classificação Resolução CMN		% do PL
	1. NA			NA		NA
	2. NA			NA		NA
	3. NA			NA		NA
					
Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	Emissor (CPF/CNPJ)			Tipo de Emissor		% do PL
	NA			NA		NA
	NA			NA		NA
	NA			NA		NA

	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN	SIM		
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)	2		
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS	Compatível		
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco	Nota	
	NA	NA	
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:	Fundo apto e em conformidade aos ativos disponível no mercado com o mesmo objetivo		
Comentários Adicionais	Proporcionar aos seus cotistas ganhos de capital atrelados à variação do IRF-M 1.		

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Data:		14/08/2020	
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87	
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26	
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08	
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26	
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57	

Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO⁴

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

Nome Fundo	CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	CNPJ: 03.737.206/0001-97
Administrador	Caixa Econômica Federal	Nº Termo Cred. 02/2020 CNPJ: 00.360.305/0001-04
Gestor	Caixa Econômica Federal	Nº Termo Cred. 02/2020 CNPJ: 00.360.305/0001-04
Custodiante	Caixa Econômica Federal	CNPJ: 00.360.305/0001-04

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922/2010

	Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, I, "b"
	Art. 7º, I, "c"		Art. 8º, II, "a"
	Art. 7º, III, "a"		Art. 8º, II, "b"
	Art. 7º, III, "b"		Art. 8º, III
	Art. 7º, IV, "a"		Art. 8º, IV, "a"
	Art. 7º, IV, "b"		Art. 8º, IV, "b"
	Art. 7º, VII, "a"		Art. 8º, IV, "c"
	Art. 7º, VII, "b"		Art. 9º-A, I
	Art. 7º, VII, "c"		Art. 9º-A, II
	Art. 8º, I, "a"		Art. 9º-A, III

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do doc.	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA		http://www.caixa.gov.br
2. Regulamento		http://www.caixa.gov.br
3. Lâmina de Informações essenciais		http://www.caixa.gov.br
4. Formulário de informações complementares		http://www.caixa.gov.br
5. Perfil Mensal		http://www.caixa.gov.br
6. Demonstração de Desempenho		http://www.caixa.gov.br
7. Relatórios de Rating		http://www.caixa.gov.br
8. Demonstrações Contábeis		http://www.caixa.gov.br

II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social do distribuidor:	Caixa Econômica Federal
CPF/CNPJ:	00.360.305/0001-04
Informações sobre a Política de Distribuição:	A distribuição dos Fundos de Investimento é realizada exclusivamente pelo Caixa Econômica Federal, por meio de suas agências e canais digitais.

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	01/10/2003	Data de Início das Atividades:	01/10/2003
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade: CDI Aplica seus recursos em cotas de Fundos de Investimento que apliquem em carteira diversificada de ativos financeiros, com prazo médio superior a 365 dias.		
Público-alvo:	Investidores em geral		
Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo de Duração do Fundo		Indeterminado
	Prazo de Carência (dias)		NA
	Prazo para Conversão de Cotas (dias)		D+0
	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)		D+0

	Prazo Total (dias)		NA			
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada (%)		NA			
	Taxa de saída (%)		NA			
	Taxa de administração (%)		0,60%			
	Taxa de Performance					
	Índice de referencia	Frequência	Linha-d`água			
	NA	NA	NA			
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira	Fundo enquadrado na Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações posteriores					
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	NA					
Análise de fatos relevantes divulgados:	NA					
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	NA					
Principais riscos associados ao Fundo:	RISCO DE MERCADO; RISCO DE LIQUIDEZ; RISCO DE CRÉDITO, RISCO DERIVATIVOS; RISCO DE CONCENTRAÇÃO (Vide Regulamento).					
Histórico de Rentabilidade do Fundo						
Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2019	688	4.527.790.510,67	3,65000000	0,02%	-	-
2018	37.556	3.160.805.477,30	5,10796500	5,81%	6,42%	97,03%
2017	34.378	2.933.267.160,95	4,82742200	9,46%	9,93%	100,15%
2016	26,213	2.235.289.872,17	4,41012200	13,55%	14,00%	99,97%
2015	9.495	957.368.266,33	4,41012200	12,99%	13,24%	100,59%
Análise da Carteira do Fundo de Investimento						
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos				% do PL	
	Fundos de Investimento				100%	
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ Fundo(s)		Classificação Resolução CMN		% do PL	
	1. 09.468.618/0001-55		-		100%	
	2.					
	3.					
					
Maiores emissores de títulos de crédito	Emissor (CPF/CNPJ)		Tipo de Emissor		% do PL	
	NA		NA		NA	

privado em estoque do Fundo	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
	NA	NA	NA
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		SIM	
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)			
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS		Compatível	
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco		Nota
	NA		NA
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:	Fundo apto e em conformidade aos ativos disponível no mercado com o mesmo objetivo		
Comentários Adicionais	Obter rentabilidade compatível à variação do CDI.		

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Data:		14/08/2020	
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87	
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26	
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08	
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26	
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57	

Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

TERMO DE CREDENCIAMENTO DE ADM/GESTOR DE FUNDO

Publicação Nº 2610960

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO QUE ATENDA AO PREVISTO NO ART. 15, § 2º, I, DA RESOLUÇÃO CMN Nº 3922/2010

Nos termos do inciso VI do art. 1º da Resolução CMN nº 3.922/2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.695, de 25 de novembro de 2018, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento da instituição administradora dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos do regime. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos no art. 3º, §§ 1º e 2º, da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, sendo que o art. 6º-E, dispõe que “a análise das informações relativas à instituição credenciada e a verificação dos requisitos mínimos estabelecidos para o credenciamento deverão ser registradas em Termo de Análise de Credenciamento” e de “Atestado de Credenciamento”, conforme modelos disponibilizados no site da SPREV.

A principal alteração promovida pela Resolução CMN nº 4.695/2018 é permitir novas aplicações de recursos dos RPPS apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do CMN (art. 15, § 2º, I, da Resolução CMN nº 3.922/2010). O comitê de auditoria, de que trata a Resolução CMN nº 3.198, de 2004, é órgão estatutário fundamental ligado à alta administração das instituições, e tem como objetivo estabelecer as melhores práticas de governança corporativa relacionadas a todas as atividades desempenhadas em seu ambiente de negócio. As instituições financeiras obrigadas a constituir comitê de riscos, por sua vez, devem reforçar as práticas de governança no gerenciamento de riscos de suas operações, inclusive aqueles relacionados à prestação dos serviços de administração dos fundos de investimentos e de carteiras de valores mobiliários, nos termos da Resolução CMN nº 4.557, de 2017.

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração, com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV¹, a SPREV e a CVM orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, que previu, com base no art. 23-A da Resolução CMN nº 3.922/2010, que “a lista das instituições que atendem aos requisitos do inciso I do § 2º e do § 8º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010, com a redação dada pela Resolução nº 4.695/2018, será divulgada no sítio da SPREV (www.previdencia.gov.br/regimes-propios/investimentos-do-rpps/)”. A lista divulgada pela SPREV, foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Instrução CVM nº 558/2015. Foram divulgadas também orientações adicionais sobre lista² e a atualização da nota técnica relativa as perguntas e respostas sobre a Resolução CMN³.

Considerando que o objetivo do CMN ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS foi de conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I e II do § 2º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010 é taxativa e divulgada pela SPREV, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar a essas instituições um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, assim, deve também ser efetuada uma análise individualizada de cada fundo de investimento, conforme modelo “Formulário de

¹ Disponível em <http://www.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/sin/oc-sin-sprev-0218.html>

² http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/12/Esclarecimento-a-respeito-das-instituicoes-elegiveis_.pdf

³ <http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/12/Perguntas-e-Respostas-Resolucao-CMN-2018.12.10-Versao-04.pdf>

Análise de Fundo de Investimento”, a ser anexada ao presente termo (contudo, isso poderá ocorrer oportunamente, em data mais próxima à decisão de investimento).

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO			
ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO^{4,5}			
Número do Termo de Análise de Credenciamento	01/2020		
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)			
I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo	Rio do Campo	CNPJ	83.102.707/0001-36
Unidade Gestora do RPPS	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	CNPJ	05.160.525/0001-08
II - Instituição a ser credenciada:		Administrador:	<input checked="" type="checkbox"/> Gestor: <input checked="" type="checkbox"/>
Razão Social	BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	CNPJ	30.822.936/0001-69
Endereço	Praça XV de Novembro, 20. 2º e 3º Andares - Rio de Janeiro - RJ	Data Constituição	15/05/1986
E-mail (s)	bbdtvm@bb.com.br	Telefone (s)	(021) 3808 -7500
Data do registro na CVM	13/08/1990	Categoria (s)	Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários
Data do registro no BACEN	13/08/1990	Categoria (s)	Gestor de Carteiras de Valores Mobiliários
Principais contatos com o RPPS	Cargo	E-mail	Telefone
Marcelo Amorim Cerqueira	Assessor	amorimarcelo@bb.com.br	(021) 3808-7549
Denison Martins Fernandes	Assessor	denison@bb.com.br	(021) 3808-7546
Instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º ou § 8º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010?⁶			
SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>			
Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):			
Identificação do documento	Data de validade das certidões	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição	
1. Questionário Due Diligence	-	Site da Instituição	
2. Certidão de Débitos	-	Site da Instituição	
3. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União	-	Site da Instituição	
4. ATO Declaratório	-	Site da Instituição	
III - Parecer final quanto ao credenciamento da	Instituição devidamente autorizada a participar do mercado financeiro pelos órgãos reguladores (BACEN/CVM/ANBIMA), bem como seus instrumentos para investimentos de acordo com as normas reguladoras		

⁴ Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

⁵ Somente para instituição que atenda ao previsto nos incisos I e II do § 2º ou § 8º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010, conforme relação disponibilizada pela SPREV em <http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/investimentos-do-rpps/>.

⁶ Anexar relação disponibilizada pela SPREV.

Instituição:	do mercado destinados aos Regimes Próprios.		
IV - Classe(s) de Fundo(s) de Investimento para os quais a Instituição foi credenciada:			
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, I, “b”	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, I, “b”
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, I, “c”	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, II, “a”
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, III, “a”	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, II, “b”
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, III, “b”	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, III
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, IV, “a”	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, “a”
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, IV, “b”	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, “b”
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, “a”	<input type="checkbox"/>	Art. 8º, IV, “c”
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, “b”	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, I
<input type="checkbox"/>	Art. 7º, VII, “c”	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, II
<input type="checkbox"/>	Art. 8º, I, “a”	<input type="checkbox"/>	Art. 9º-A, III
V - Fundo(s) de Investimento administrado(s)/gerido(s) pela instituição para futura decisão de investimento:⁷		CNPJ	Data da Análise
BB AÇÕES BB FUNDO DE INVESTIMENTO		09.134.614/0001-30	14/08/2020
BB AÇÕES BB SEGURIDADE FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÃO		17.593.934/0001-87	14/08/2020
BB AÇÕES CIELO FUNDO DE INVESTIMENTO		10.869.628/0001-81	14/08/2020
BB AÇÕES CONSTRUÇÃO CIVIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		09.648.050/0001-54	14/08/2020
BB AÇÕES CONSUMO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		08.973.942/0001-68	14/08/2020
BB CLÁSSICO SETOR PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO		02.010.147/0001-98	14/08/2020
BB AÇÕES DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		05.100.191/0001-87	14/08/2020
BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		14.213.331/0001-14	14/08/2020
BB AÇÕES ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO		02.020.528/0001-58	14/08/2020
BB AÇÕES EXPORTAÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		05.100.213/0001-09	14/08/2020
BB AÇÕES GLOBAIS FIC FIA - BDR NÍVEL I		22.632.237/0001-28	14/08/2020
BB AÇÕES IBOVESPA ATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		00.822.059/0001-65	14/08/2020
BB AÇÕES IBOVESPA INDEXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		73.899.759/0001-21	14/08/2020
BB AÇÕES IBRX INDEXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		30.847.180/0001-02	14/08/2020
BB AÇÕES ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL JOVEM FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES		06.349.816/0001-01	14/08/2020
BB AÇÕES INFRAESTRUTURA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		11.328.904/0001-67	14/08/2020
BB AÇÕES MULTI SETORIAL QUANTITATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		07.882.792/0001-14	14/08/2020
BB AÇÕES PETROBRAS FUNDO DE INVESTIMENTO		03.920.413/0001-82	14/08/2020
BB AÇÕES PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		17.116.227/0001-08	14/08/2020
BB AÇÕES SETOR FINANCEIRO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		08.973.948/0001-35	14/08/2020
BB AÇÕES SIDERURGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		08.973.951/0001-59	14/08/2020
BB AÇÕES SMALL CAPS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE		05.100.221/0001-55	14/08/2020

⁷ Anexar o Formulário de Análise do Fundo de Investimento referente a cada fundo/produto que poderá ser objeto de alocação por parte do RPPS. (Esse formulário de análise do fundo poderá ser anexado/atualizado posteriormente, em data tempestiva à decisão de investimento).

INVESTIMENTO		
BB AÇÕES TECNOLOGIA FUNDO DE INVESTIMENTO	01.578.474/0001-88	14/08/2020
BB AÇÕES VALE FUNDO DE INVESTIMENTO	04.881.682/0001-40	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO AÇÕES ALOCAÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	18.270.783/0001-99	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO AÇÕES GOVERNANÇA FUNDO DE INVESTIMENTO	10.418.335/0001-88	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO AÇÕES VALOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	29.258.294/0001-38	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	10.418.362/0001-50	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA ALOCAÇÃO ATIVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	25.078.994/0001-90	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA FLUXO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	13.077.415/0001-05	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO	13.322.205/0001-35	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA 20 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO	15.775.748/0001-33	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA GERAL EX-C TÍTULO PÚBLICO FUNDO DE INVESTIMENTO	14.964.240/0001-10	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO	07.861.554/0001-22	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	03.543.447/0001-03	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO	07.442.078/0001-05	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO	13.327.340/0001-73	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO	07.111.384/0001-69	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	11.328.882/0001-35	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA PERFIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	13.077.418/0001-49	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FUNDO DE INVESTIMENTO	15.486.093/0001-83	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FUNDO DE INVESTIMENTO	19.303.793/0001-46	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA II FUNDO DE INVESTIMENTO	19.303.794/0001-90	14/08/2020
BB SUPREMO SETOR PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	04.288.966/0001-27	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA III FUNDO DE INVESTIMENTO	19.303.795/0001-35	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FUNDO DE INVESTIMENTO	19.515.015/0001-10	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA V FUNDO DE INVESTIMENTO	19.515.016/0001-65	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA VI FUNDO DE INVESTIMENTO	19.523.306/0001-50	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VII FUNDO DE INVESTIMENTO	19.523.305/0001-06	14/08/2020
BB DIFERENCIADO SETOR PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	07.214.377/0001-92	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IX FUNDO DE INVESTIMENTO	20.734.937/0001-06	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS X FUNDO DE INVESTIMENTO	20.734.931/0001-20	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS XI FUNDO DE INVESTIMENTO	24.117.278/0001-01	14/08/2020
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS XII FUNDO DE	25.069.955/0001-26	14/08/2020

INVESTIMENTO			
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO IPCA III FUNDO DE INVESTIMENTO		14.091.645/0001-91	14/08/2020
BB INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA		02.296.928/0001-90	14/08/2020
BB INSTITUCIONAL FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO		07.541.281/0001-39	14/08/2020
Data:		14/08/2020	
Responsáveis pelo Credenciamento:	Cargo	CPF	Assinatura
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87	
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26	
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08	
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26	
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57	

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO QUE ATENDA AO PREVISTO NO ART. 15, § 2º, I, DA RESOLUÇÃO CMN Nº 3922/2010

Nos termos do inciso VI do art. 1º da Resolução CMN nº 3.922/2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.695, de 25 de novembro de 2018, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento da instituição administradora dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos do regime. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos no art. 3º, §§ 1º e 2º, da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, sendo que o art. 6º-E, dispõe que *“a análise das informações relativas à instituição credenciada e a verificação dos requisitos mínimos estabelecidos para o credenciamento deverão ser registradas em Termo de Análise de Credenciamento”* e de *“Atestado de Credenciamento”*, conforme modelos disponibilizados no site da SPREV.

A principal alteração promovida pela Resolução CMN nº 4.695/2018 é permitir novas aplicações de recursos dos RPPS apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do CMN (art. 15, § 2º, I, da Resolução CMN nº 3.922/2010). O comitê de auditoria, de que trata a Resolução CMN nº 3.198, de 2004, é órgão estatutário fundamental ligado à alta administração das instituições, e tem como objetivo estabelecer as melhores práticas de governança corporativa relacionadas a todas as atividades desempenhadas em seu ambiente de negócio. As instituições financeiras obrigadas a constituir comitê de riscos, por sua vez, devem reforçar as práticas de governança no gerenciamento de riscos de suas operações, inclusive aqueles relacionados à prestação dos serviços de administração dos fundos de investimentos e de carteiras de valores mobiliários, nos termos da Resolução CMN nº 4.557, de 2017.

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração, com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV⁸, a SPREV e a CVM orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, que previu, com base no art. 23-A da Resolução CMN nº 3.922/2010, que *“a lista das instituições que atendem aos requisitos do inciso I do § 2º e do § 8º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010, com a redação dada pela Resolução nº 4.695/2018, será divulgada no sítio da SPREV (www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/investimentos-do-rpps/)”*. A lista divulgada pela SPREV, foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Instrução CVM nº 558/2015. Foram divulgadas também orientações adicionais sobre lista⁹ e a atualização da nota técnica relativa as perguntas e respostas sobre a Resolução CMN¹⁰.

Considerando que o objetivo do CMN ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS foi de conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I e II do § 2º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010 é taxativa e divulgada pela SPREV, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar a essas instituições um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, assim, deve também ser efetuada uma análise individualizada de cada fundo de investimento, conforme modelo “Formulário de

⁸ Disponível em <http://www.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/sin/oc-sin-sprev-0218.html>

⁹ http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/12/Esclarecimento-a-respeito-das-instituicoes-elegiveis_.pdf

¹⁰ <http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/12/Perguntas-e-Respostas-Resolucao-CMN-2018.12.10-Versao-04.pdf>

Análise de Fundo de Investimento”, a ser anexada ao presente termo (contudo, isso poderá ocorrer oportunamente, em data mais próxima à decisão de investimento).

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO^{11;12}			
Número do Termo de Análise de Credenciamento		02/2020	
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)			
I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo	Rio do Campo	CNPJ	83.102.707/0001-36
Unidade Gestora do RPPS	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	CNPJ	05.160.525/0001-08
II - Instituição a ser credenciada:		Administrador:	Gestor:
Razão Social	Caixa Econômica Federal	CNPJ	00.360.305/0001-04
Endereço	AV. PAULISTA 2300 – 11 ANDAR– São Paulo/SP	Data Constituição	12/01/1861
E-mail (s)	geico@caixa.gov.br	Telefone (s)	(11) 3572-4600
Data do registro na CVM	04/01/1995	Categoria (s)	Administrador / Gestor
Data do registro no BACEN	21/07/1964	Categoria (s)	Administrador / Gestor
Principais contatos com o RPPS	Cargo	E-mail	Telefone
Júlio Alves Bittencourt	Gerente Executivo	Julio.bittencourt@caixa.gov.br	(11) 3572-4600
Ciro Augusto Miguel	Gerente Executivo	Ciro.miguel@caixa.gov.br	(11) 3572-4600
Instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º ou § 8º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010? ¹³			
SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>			
Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):			
Identificação do documento	Data de validade das certidões	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição	
1. Questionário Due Diligence	-	http://www.caixa.gov.br/fundos-investimento/rpps/credenciamento-rpps/Paginas/default.aspx	
2. Rating	-	http://www.caixa.gov.br/fundos-investimento/rpps/credenciamento-rpps/Paginas/default.aspx	
3. Adesão ANBIMA	-	http://www.caixa.gov.br/fundos-investimento/rpps/credenciamento-rpps/Paginas/default.aspx	
4. BACEN	-	http://www.caixa.gov.br/fundos-investimento/rpps/credenciamento-rpps/Paginas/default.aspx	

¹¹ Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

¹² Somente para instituição que atenda ao previsto nos incisos I e II do § 2º ou § 8º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010, conforme relação disponibilizada pela SPREV em <http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/investimentos-do-rpps/>.

¹³ Anexar relação disponibilizada pela SPREV.

III - Parecer final quanto ao credenciamento da Instituição:		Instituição devidamente autorizada a participar do mercado financeiro pelos órgãos reguladores (BACEN/CVM/ANBIMA), bem como seus instrumentos para investimentos de acordo com as normas reguladoras do mercado destinados aos Regimes Próprios.	
IV - Classe(s) de Fundo(s) de Investimento para os quais a Instituição foi credenciada:			
	Art. 7º, I, “b”		Art. 8º, I, “b”
	Art. 7º, I, “c”		Art. 8º, II, “a”
	Art. 7º, III, “a”		Art. 8º, II, “b”
	Art. 7º, III, “b”		Art. 8º, III
	Art. 7º, IV, “a”		Art. 8º, IV, “a”
	Art. 7º, IV, “b”		Art. 8º, IV, “b”
	Art. 7º, VII, “a”		Art. 8º, IV, “c”
	Art. 7º, VII, “b”		Art. 9º-A, I
	Art. 7º, VII, “c”		Art. 9º-A, II
	Art. 8º, I, “a”		Art. 9º-A, III
V - Fundo(s) de Investimento administrado(s)/gerido(s) pela instituição para futura decisão de investimento: ¹⁴		CNPJ	Data da Análise
CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		05.164.358/0001-73	14/08/2020
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP		08.070.841/0001-87	14/08/2020
CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP		30.036.235/0001-02	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2020 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		20.139.342/0001-02	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2020 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		19.769.171/0001-08	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2020 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		18.598.154/0001-92	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2020 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		21.919.953/0001-28	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2020 V TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		22.791.028/0001-27	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2022 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		18.598.117/0001-84	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2024 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		19.769.135/0001-44	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2024 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		18.598.088/0001-50	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		18.598.288/0001-03	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		20.139.595/0001-78	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2024 VI TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		22.791.074/0001-26	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2024 V TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		19.768.682/0001-05	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		20.139.534/0001-00	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		19.769.046/0001-06	14/08/2020
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		18.598.042/0001-31	14/08/2020
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RENDA FIXA		14.508.643/0001-55	14/08/2020
CAIXA BRASIL ETF IBOVESPA FI AÇÕES		15.154.236/0001-50	14/08/2020
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP		03.737.206/0001-97	14/08/2020
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA		23.215.097/0001-55	14/08/2020
CAIXA BRASIL IBOVESPA FI AÇÕES		13.058.816/0001-18	14/08/2020
CAIXA BRASIL IBX 50 FI AÇÕES		03.737.217/0001-77	14/08/2020
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		14.386.926/0001-71	14/08/2020
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		10.577.503/0001-88	14/08/2020
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		11.060.913/0001-10	14/08/2020
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		10.740.658/0001-93	14/08/2020
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		11.061.217/0001-28	14/08/2020
CAIXA BRASIL IPCA XVI FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO		21.918.896/0001-62	14/08/2020
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP		10.577.519/0001-90	14/08/2020

¹⁴ Anexar o Formulário de Análise do Fundo de Investimento referente a cada fundo/produto que poderá ser objeto de alocação por parte do RPPS. (Esse formulário de análise do fundo poderá ser anexado/atualizado posteriormente, em data tempestiva à decisão de investimento).

CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	10.740.670/0001-06	14/08/2020
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	14.508.605/0001-00	14/08/2020
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA	23.215.008/0001-70	14/08/2020
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	14/08/2020
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES FIC MULTIMERCADO	29.388.994/0001-47	14/08/2020
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BRASIL IBOVESPA II FIC MULTIMERCADO	14.386.860/0001-10	14/08/2020
CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL FI AÇÕES	10.551.375/0001-01	14/08/2020
CAIXA CONSUMO FI AÇÕES	10.577.512/0001-79	14/08/2020
CAIXA CYRELA MULTIESTRATÉGIA FIP	16.676.620/0001-85	14/08/2020
CAIXA DIVIDENDOS FI AÇÕES	05.900.798/0001-41	14/08/2020
CAIXA IBOVESPA FIC AÇÕES	01.525.057/0001-77	14/08/2020
CAIXA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA MULTIESTRATÉGIA FIP	13.767.159/0001-88	14/08/2020
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	10.551.382/0001-03	14/08/2020
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	17.502.937/0001-68	14/08/2020
CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP	14.120.520/0001-42	14/08/2020
CAIXA NOVO BRASIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP	10.646.895/0001-90	14/08/2020
CAIXA PETROBRAS FI AÇÕES	03.914.671/0001-56	14/08/2020
CAIXA PETROBRAS PRÉ-SAL FI AÇÕES	11.060.594/0001-42	14/08/2020
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	17.098.794/0001-70	14/08/2020
CAIXA RS TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	05.164.364/0001-20	14/08/2020
CAIXA RV 30 FI MULTIMERCADO LP	03.737.188/0001-43	14/08/2020
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	15.154.220/0001-47	14/08/2020
CAIXA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL ISE FI AÇÕES	08.070.838/0001-63	14/08/2020
CAIXA VALE DO RIO DOCE FI AÇÕES	04.885.820/0001-69	14/08/2020
CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	15.154.441/0001-15	14/08/2020
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	14.507.699/0001-95	14/08/2020

Data:		14/08/2020	
Responsáveis pelo Credenciamento:	Cargo	CPF	Assinatura
Claudenir Irineu da Silva	Presidente	439.010.779-87	
Enivelton Menegazzi	Gestor	069.055.209-26	
Joel Schmidt	Membro do Comitê de Investimentos	004.364.189-08	
Willian Anderzen	Membro do Comitê de Investimentos	095.354.579-26	
Michéli Janaína Fernandes	Membro do Comitê de Investimentos	066.514.939-57	

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_2590_SUPLEMENTA_EXCESSO_PMRO

Publicação Nº 2610088



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

Rua Paulo Sardagna, 797 – Bairro Bela Vista

CEP 89180-000 – Fone/Fax 47-3543.0261

Home page: www.riodooeste.sc.gov.brE-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

DECRETO Nº 2590 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Suplementa dotações orçamentárias para PMRO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE,
no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere a Lei
Municipal nº 2298 de 16/07/2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária constante do Anexo I do presente Decreto, no valor total de R\$ 203.698,00 (duzentos e três mil, seiscentos e noventa e oito reais).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o excesso de arrecadação proveniente dos recursos transferidos da União em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 173/2020 demonstrado no Anexo II do presente Decreto, no valor total de R\$ 203.698,00 (duzentos e três mil, seiscentos e noventa e oito reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 18/08/2020.

Rio do Oeste – SC, 18 de agosto de 2020

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

Rua Paulo Sardagna, 797 – Bairro Bela Vista

CEP 89180-000 – Fone/Fax 47-3543.0261

Home page: www.riodooeste.sc.gov.br

E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2590/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	301
Função:	ADMINISTRAÇÃO	4
Sub-função:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa:	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	301
Atividade	Manutenção das Atividades Administrativas	2006
FONTE DOS RECURSOS		
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	51.698,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	51.698,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.698,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	51.698,00
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) (Ref 392)	51.698,00
TOTAL		51.698,00

ANEXO I – SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2590/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	4
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL	401
Função:	AGRICULTURA	20
Sub-função:	EXTENSÃO RURAL	606
Programa:	APOIO AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	401
Atividade	Manutenção do Departamento de Extensão Rural	2007
FONTE DOS RECURSOS		
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	33.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	33.000,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.000,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	33.000,00
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) (Ref 393)	33.000,00
TOTAL		33.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

Rua Paulo Sardagna, 797 – Bairro Bela Vista

CEP 89180-000 – Fone/Fax 47-3543.0261

Home page: www.riodooeste.sc.gov.br

E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2590/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	4
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL	401
Função:	AGRICULTURA	20
Sub-função:	EXTENSÃO RURAL	606
Programa:	APOIO AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	401
Atividade	Atividades de Apoio à Pecuária	2008
FONTE DOS RECURSOS		
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	17.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	17.000,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.000,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	17.000,00
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) (Ref 394)	17.000,00
TOTAL		17.000,00
ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2590/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	5
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE CULTURA	504
Função:	CULTURA	13
Sub-função:	DIFUSÃO CULTURAL	392
Programa:	DIFUSÃO CULTURAL	504
Atividade	Manutenção das Atividades de Apoio à Cultura	2016
FONTE DOS RECURSOS		
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	9.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	9.000,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.000,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	9.000,00
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) (Ref 398)	9.000,00
TOTAL		9.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

Rua Paulo Sardagna, 797 – Bairro Bela Vista

CEP 89180-000 – Fone/Fax 47-3543.0261

Home page: www.riodooeste.sc.gov.br

E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2590/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	7
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	701
Função:	DESPORTO E LAZER	27
Sub-função:	DESPORTO COMUNITÁRIO	812
Programa:	APOIO AO DESPORTO AMADOR	701
Atividade	Manutenção das Atividades do Desporto Amador	2025
FONTE DOS RECURSOS		
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	18.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	18.000,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.000,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	18.000,00
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) (Ref 399)	18.000,00
TOTAL		18.000,00

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2590/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	7
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	702
Função:	INDÚSTRIA	22
Sub-função:	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	661
Programa:	APOIO À INDÚSTRIA E COMÉRCIO	702
Atividade	Manutenção das Atividades de Apoio à Indústria e Comércio	2026
FONTE DOS RECURSOS		
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	11.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	11.000,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.000,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	11.000,00
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) (Ref 400)	11.000,00
TOTAL		11.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

Rua Paulo Sardagna, 797 – Bairro Bela Vista

CEP 89180-000 – Fone/Fax 47-3543.0261

Home page: www.riodooeste.sc.gov.br

E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2590/2020		
Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	9
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	901
Função:	URBANISMO	15
Sub-função:	SERVIÇOS URBANOS	452
Programa:	SERVIÇOS ESSENCIAIS	901
Atividade	Manutenção dos Serviços Urbanos	2029
FONTE DOS RECURSOS		
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	24.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	24.000,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.000,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	24.000,00
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) (Ref 402)	24.000,00
TOTAL		24.000,00

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2590/2020		
Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	9
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	902
Função:	URBANISMO	15
Sub-função:	INFRA-ESTRUTURA URBANA	451
Programa:	INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	902
Atividade	Infraestrutura Urbana	2031
FONTE DOS RECURSOS		
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	40.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	40.000,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.000,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	40.000,00
1530001	COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) (Ref 403)	40.000,00
TOTAL		40.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE**

Rua Paulo Sardagna, 797 – Bairro Bela Vista

CEP 89180-000 – Fone/Fax 47-3543.0261

Home page: www.riodooeste.sc.gov.brE-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br**ANEXO II Excesso de Arrecadação por Fonte
Decreto n° 2590/2020**

ESPECIFICAÇÃO	Acumulado em Agosto/2020			
	Meta	Receita	Suplementado	Saldo
4171899110000000000 - Outras transferências da união 1530001 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	0,00	611.094,00	407.396,00	203.698,00

DECRETO_2591_SUPLEMENTA_SUPERAVIT_PMRO

Publicação Nº 2610329

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE**

Rua Paulo Sardagna, 797 – Bairro Bela Vista

CEP 89180-000 – Fone/Fax 47-3543.0261

Home page: www.riodooeste.sc.gov.brE-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br**DECRETO Nº 2591 DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

Suplementa dotações orçamentárias para o Poder Executivo utilizando o superávit financeiro do exercício de 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere o inciso II, cc § 2º, art. 5º da Lei nº 2280 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias constantes no Anexo I do presente decreto no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2019 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 18/08/2020

Rio do Oeste – SC, 18 de agosto de 2020

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial em 19/08/2020

Decreto nº 2591/2020 – Pg. 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

Rua Paulo Sardagna, 797 – Bairro Bela Vista

CEP 89180-000 – Fone/Fax 47-3543.0261

Home page: www.riodooeste.sc.gov.br

E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2591/2020		
Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	2
Unidade Orçamentária:	GABINETE DO PREFEITO	201
Função:	SEGURANÇA PÚBLICA	6
Sub-função:	DEFESA CIVIL	182
Programa:	ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL	202
Atividade	Manutenção das atividades da COMPDEC-RO	2004
FONTE DOS RECURSOS		
3000006	Recursos Vinculados Legislativo	30.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
3000006	<i>Recursos Vinculados Legislativo (Ref. 17)</i>	<i>15.000,00</i>
4000	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00
4400	INVESTIMENTOS	15.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
3000006	<i>Recursos Vinculados Legislativo (Ref. 25)</i>	<i>15.000,00</i>
TOTAL		30.000,00

ANEXO II Superávit Financeiro de 2019 DECRETO Nº 2591/2020		
VÍNCULO	ESPECIFICAÇÃO	Saldo 2019
3000006	Recursos Vinculados Legislativo	30.000,00

EXTRATO DO CONTRATO 074/2020 - L&B SERVIÇOS MÉDICOS

Publicação Nº 2610255

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO 57/2020

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de agosto de 2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE/SC, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.715/0001-82. **CONTRATADO:** L&B SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 24.970.969/0001-53, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. LILLIAN GRASIELE XAVIER TOLFO, Administrador, portador do RG/CI nº 4056064 e no CPF/MF nº 053.864.749-36, com endereço à RUA OTTO NEUMANN, 163, CENTRO - 89.150-000, Presidente Getúlio – SC. **OBJETO:** CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA O ANO DE 2020. **VALOR:** Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), POR CONSULTA REALIZADA. **DA FONTE DE RECURSOS** da seguinte Dotação Orçamentária Municipal: 6.601.2017.333900000000000000.01380001. **EXECUÇÃO:** Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 4 (quatro) meses, a partir da sua assinatura.

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

PORTARIA 8508

Publicação Nº 2609439

**MUNICIPIO DE RIO DO OESTE**

CNPJ nº. 83.102.715/0001-82
Rua Paulo Sardagna, 797 - Bairro Bela Vista
CEP 89180-000 - Fone/Fax 47-3543.0261/0292
Home page: www.riodooeste.sc.gov.br
E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

PORTARIA Nº 8508 DE 14 DE AGOSTO DE 2020*“EXONERA SERVIDOR A PEDIDO”*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a pedido o servidor **FLAVIO MALIKOSKI**, matrícula 51721-01 da função de Chefe de Gabinete a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra vigor a partir da data de sua publicação.

Rio do Oeste, 14 de agosto de 2020

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA 8509

Publicação Nº 2609440

**MUNICIPIO DE RIO DO OESTE**

CNPJ nº. 83.102.715/0001-82
Rua Paulo Sardagna, 797 - Bairro Bela Vista
CEP 89180-000 - Fone/Fax 47-3543.0261/0292
Home page: www.riodooeste.sc.gov.br
E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

PORTARIA Nº 8509 DE 17 DE AGOSTO DE 2020*“EXONERA SERVIDOR A PEDIDO”*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a pedido a servidora **ADRIANA ANCINI**, matrícula 107093-01 da função de Comissão de Diretora de Departamento de Cultura, a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra vigor a partir da data de sua publicação.

Rio do Oeste, 17 de agosto de 2020

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

PROCESSO 071/2020 - MOVEIS PARA UBS

Publicação N° 2609930

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC - EDITAL DISPENSA N° 019/2020, PROCESSO LICITATÓRIO N° 071/2020. O Prefeito de Rio do Oeste/SC torna público a Dispensa de Licitação cujo Objeto é a Aquisição de móveis planejados, sob medida, destinados para a sala da nutricionista, visando a modernização da UBS Alice Pisetta Schmidt. Contratado: MARGARET MOSER HEIDEMANN 37937464968, inscrita no CNPJ nº 20.709.790/0001-96. Valor Total: R\$ 4.820,00 (quatro mil, oitocentos e vinte reais). O presente Processo de DISPENSA, rege-se à pelas normas da Lei nº 8.666/93, Artigo 24, Inciso II, com suas alterações. Vê-se pelo exposto, que é possível ocorrer a Dispensa de licitação, quando os preços encontram-se de acordo com os praticados no mercado, o que é o caso, pois, a licitante ofertou o menor preço para o objeto desta Dispensa. As despesas decorrentes do presente certame, correrão do Fundo Municipal da Assistência Social par ao ano de 2020. A íntegra do Edital está no site: riodooste.atende.net, no link “consulta de licitações”. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 18 de agosto de 2020.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 099/2020

Publicação Nº 2609970

AVISO DE SUSPENSÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/2020
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a SUSPENSÃO da licitação divulgada através do edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 099/2020, tendo por objeto a Contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para a execução da ponte e suas cabeceiras ligando os bairros Bela Aliança - Navegantes, em Rio do Sul/SC, com abertura da sessão pública ocorrida em 12 de agosto do corrente ano.

O presente ato administrativo, deve-se à ordem judicial de suspensão do presente processo, para análise do mérito do mandado de segurança registrado sob o nº 5008960-48.2020.8.24.0054.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2020

Publicação Nº 2609908

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2020

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTILANE TUON, portador(a) do CPF nº 987.451.829-49 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Jacó Finardi, 339, Bairro Santa Galo, na Cidade de Rio do Sul-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso II, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações, prestará serviços de Enfermeiro com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na tenda da UPA em virtude ao combate da pandemia do COVID-19.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.704,21 (Quatro Mil Setecentos e Quatro Reais e Vinte Um Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/08/2020 e encerrando-se em 12/09/2020, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 11 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CRISTILANE TUON
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

DECRETO Nº 9265, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611087

DECRETO Nº 9265, de 18 de agosto de 2020.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037.2020.FMS, DE 10.08.2020".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 8740, de 08 de janeiro de 2020, o resultado do Edital de Pregão Eletrônico nº 037.2020.FMS, de 10.08.2020, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

BMI PROSPER EIRELI EPP

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

18 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9265/2020

Pregão Presencial: Nº 037.2020.FMS, de 10.08.2020

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE TESTES RÁPIDOS, TENDO EM VISTA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC, CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS.

Decisão: Pelo critério de menor preço por lote, o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

BMI PROSPER EIRELI EPP

DECRETO Nº 9266, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611095

DECRETO Nº 9266, de 18 de agosto de 2020.

"HOMOLOGA PROCESSO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 108.2020, de 28.07.2020".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no artigo 21, inciso II e III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o processo de Edital de Dispensa de Licitação nº 108/2020, Razões de justificativa de dispensa: Art. 21, Inciso II e III, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, com a redação dada pela Lei nº 8.883/94, de 06/07/94.
	Parágrafo único – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE. CONTRATADA: COOPERAÇÃO COOPERATIVA AGRÍCOLA FAMILIAR SERRA TABOÃO.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS R\$316.475,10

Publicação Nº 2610013

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Federal n. 9.452/1997, de 20 de março de 1997, torna público e notifica a População em Geral, os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede nesse município, que o Ministério do Turismo efetuou no dia 14/08/2020 a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 316.475,10 (trezentos e dezesseis mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e dez centavos) a este município, referente ao Convênio Ministério do Turismo n.º 866805/2018 - Operação 1058709-92, assinado em 25/07/2018, no âmbito do Programa Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, que tem por objeto "Construção de um Centro de comercialização de produtos associados ao turismo no Município de Rio do Sul/SC no Parque do Farol" por intermédio da transferência voluntária 2020OB801274, crédito na conta-corrente 6647375-9, agência 0423-5 da Caixa Econômica Federal.

Rio do Sul/SC, em 18 de Agosto de 2020.

Publique-se:

No mural e,

No Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito de Rio do Sul/SC

PORTARIA N. 0772/DGP

Publicação Nº 2609812

PORTARIA N. 0772/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Convalidar a Remoção de Ofício, da servidora ELISANDRA DIAS PEIKER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Florestal, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para a Secretaria Municipal de Obras e Agricultura, a partir de 20/01/2020, em conformidade com o artigo 41, inciso II, paragrafo 2º, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. O pedido de remoção é decorrente do protocolo nº 183692/2019, de 22 de novembro de 2019, no qual a servidora solicita inclusão, no concurso de remoção interna de 2019, da vaga de Engenheiro Florestal da Secretaria Municipal de Obras e Agricultura, que passou a ter uma vaga disponível do respectivo cargo conforme Decreto n. 8632, de 19 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
phb

PORTARIA N. 0800/DGP DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608264

PORTARIA N. 0800/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 093 a 101, dos autos da Sindicância Administrativa n. 013/2019, instaurada pela Portaria n. 1206/DGP de 09 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 14 de agosto de 2019 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 104 e 105 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a Sindicância Administrativa n. 013/2019, seja arquivada em razão de não se comprovar a culpabilidade do ex contratado temporariamente Cristiano Stringari na denúncia que motivou o respectivo processo.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0825/DGP

Publicação N° 2609862

PORTARIA N° 0825/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA e, designar como membros: SEPHORA VIRGINIA DANIEL ABREU, matrícula 2809591-1, designada para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento de Urgência e Emergência, ALEX SANDRO OLIVEIRA DA SILVA, matrícula 107506-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, ANA CLARA WENDHAUSEN, matrícula 169501-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro e, designar como seus suplentes: TELMA ANGELITA MARCHI, matrícula 108669-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro e DEBORA LAILA SARTORI, matrícula 1365428-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitada, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 01/08/2020.

Parágrafo único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Fcb

PORTARIA N. 0826/DGP DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2608260

PORTARIA N. 0826/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando o Memorando n. 150/2020/SEDUC, emitido em 12 de março de 2020, pela Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2020, referente a ex contratada temporariamente SANTILIA DOS ANJOS, matrícula n. 225126, que ocupava a função de Professor, para apurar a sua responsabilidade sob o fato referente a uma criança que estava sob seus cuidados ter saído da escola, sozinha, sem que a contratada em questão tivesse notado sua falta, sendo encontrada e devolvida à escola por pessoa estranha ao quadro do CEI Dóres Janke Stupp e ainda, em relação à reclamação de que a mesma não possui bom trato para com as crianças.

Parágrafo único – A servidora em questão, em tese, teria infringido o artigo 170, incisos I, III, IV, VI, IX e XI e o artigo 171, incisos VXII e XX, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no artigo 186, ambos da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no artigo 197, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:
a) Rafael Pacher, matrícula n. 2200449, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
b) Fernanda Mabel Feltrin Odebrecht, matrícula n. 3504102, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
c) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde.
Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou

exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

PORTARIA N. 0827/DGP DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2608262

PORTARIA N. 0827/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando o Memorando n. 150/2020/SEDUC, emitido em 12 de março de 2020, pela Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n. 013/2020, referente a servidora JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ, matrícula n. 270083, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, para apurar a sua responsabilidade sob o fato referente a uma criança que estava sob seus cuidados ter saído da escola, sozinha, sem que a servidora em questão tivesse notado sua falta, sendo encontrada e devolvida à escola por pessoa estranha ao quadro do CEI Dóres Janke Stupp.

Parágrafo único – A servidora em questão, em tese, teria infringido o artigo 170, incisos I, III, IV, VI e IX e o artigo 171, incisos VXII e XX, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no artigo 186, ambos da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no artigo 197, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

a) Rafael Pacher, matrícula n. 2200449, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;

b) Fernanda Mabel Feltrin Odebrecht, matrícula n. 3504102, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;

c) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

PORTARIA N. 0830/DGP DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609537

PORTARIA N. 0830/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/07/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 020/2020, designada pela Portaria n. 0580/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 020/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a

solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/020/2020, de 27 de julho de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0831/DGP DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609546

PORTARIA N. 0831/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/07/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 019/2020, designada pela Portaria n. 0579/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 019/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/019/2020, de 27 de julho de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0832/DGP DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609582

PORTARIA N. 0832/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/07/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 017/2020, designada pela Portaria n. 0577/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 017/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/017/2020, de 27 de julho de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0833/DGP DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609613

PORTARIA N. 0833/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/07/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 016/2020, designada pela Portaria n. 0576/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 016/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/016/2020, de 27 de julho de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0834/DGP DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609624

PORTARIA N. 0834/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/07/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 014/2020, designada pela Portaria n. 0574/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 014/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/014/2020, de 27 de julho de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0835/DGP DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609617

PORTARIA N. 0835/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/07/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 015/2020, designada pela Portaria n. 0575/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 015/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/015/2020, de 27 de julho de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0836/DGP DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609639

PORTARIA N. 0836/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/07/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 013/2020, designada pela Portaria n. 0572/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 013/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/013/2020, de 27 de julho de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0837/DGP DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609642

PORTARIA N. 0837/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/07/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 010/2020, designada pela Portaria n. 0569/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 010/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/010/2020, de 27 de julho de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0838/DGP DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609651

PORTARIA N. 0838/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/07/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 008/2020, designada pela Portaria n. 0567/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 008/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/008/2020, de 27 de julho de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0839/DGP DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609667

PORTARIA N. 0839/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/07/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 005/2020, designada pela Portaria n. 0564/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 005/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/005/2020, de 27 de julho de 2020, devido a necessidade de prazo para os trabalhos de instrução dos autos em razão da complexidade do processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 1.101, DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2609968



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camamariodosul.sc.gov.br

**RESOLUÇÃO Nº 1.101, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.**

Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Câmara Municipal de Rio do Sul.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, conforme atribuição disposta no inciso XXIX do art. 37 da Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010 – Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. A presente Resolução dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Para fins do disposto na presente Resolução, considera-se:

I - preço estimado: valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, podendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados;

II - preço máximo: valor de limite que a Câmara se dispõe a pagar por determinado objeto, levando-se em consideração o preço estimado, os aspectos mercadológicos próprios à negociação com o setor público e os recursos orçamentários disponíveis.

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

- I - identificação do agente responsável pela cotação;
- II - caracterização das fontes consultadas;
- III - série de preços coletados;
- IV - método matemático aplicado para a definição do valor estimado;
- V - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexecutáveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável.

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de

Resolução nº 1.101/2020 – Folhas 1 de 3

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Parágrafo único. Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato;

d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Resolução nº 1.101/2020 – Folhas 2 de 3

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados, e aprovados pela Mesa Diretora da Câmara.

§ 2º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 3º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos e aprovado pela Mesa Diretora.

Art. 7º O preço máximo a ser praticado na contratação poderá assumir valor distinto do preço estimado na pesquisa de preços feita na forma desta Resolução.

§ 1º É vedado qualquer critério estatístico ou matemático que incida a maior sobre os preços máximos.

§ 2º O preço máximo poderá ser definido a partir do preço estimado na pesquisa de preço, acrescido ou subtraído de determinado percentual, de forma justificada.

§ 3º O percentual de que trata o § 2º deve ser definido de forma a aliar a atratividade do mercado e a mitigação de risco de sobrepreço.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2020.

CARISO SAVIO Assinado de forma digital
por CARISO SAVIO
GIACOMINI:52865762904
865762904 Dados: 2020.08.18
09:30:52 -03'00'

CARISO SÁVIO GIACOMINI
Presidente da Mesa
[Assinada digitalmente]

JAMES RIDES DA Assinado de forma digital
por JAMES RIDES DA
SILVA:67453848920
920 Dados: 2020.08.18
12:28:09 -03'00'

SARGENTO JAMES
1º Secretário
[Assinada digitalmente]

FERNANDO CESAR Assinado de forma digital
por FERNANDO CESAR
SOUZA:06069926935
35 Dados: 2020.08.18 12:08:49
-03'00'

FERNANDO CESAR SOUZA
Vice-Presidente da Mesa
[Assinada digitalmente]

MARCOS Assinado de forma digital por
NORBERTO MARCOS NORBERTO
ZANIS:00340358939
ZANIS:00340358939 Dados: 2020.08.18 09:46:55
-03'00'

MARCOS NORBERTO ZANIS
2º Secretário
[Assinada digitalmente]

Resolução nº 1.101/2020 – Folhas 3 de 3

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

Rio Negrinho

PREFEITURA

ATA TP 078/2020

Publicação Nº 2609924

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2020 – Tomada de Preços para receber propostas para EXECUÇÃO DE PAISAGISMO DA PRAÇA JARDIM CENTRO CÍVICO, NO CENTRO DE RIO NEGRINHO, INCLUINDO FORNECIMENTO DAS PLANTAS ORNAMENTAIS E PLANTIO DAS MESMAS, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 869956/2018 celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Rio Negrinho. Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às nove horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, sita na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro, nesta Cidade e Comarca, com a presença dos Srs. Cintia Ester Anacleto, Glaucio Liebl e Claudia Simone de Souza Campos, respectivamente, presidente, secretário e membro da Comissão Permanente de Licitações - CPL, nomeada através da Portaria nº 24.487, de 22 de janeiro de 2020, foi instalada a sessão de abertura do Processo Licitatório supracitado, autorizado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal e publicado no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e Jornal A Notícia, edições do dia 30/7/2020, bem como no mural localizado no átrio da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho. Iniciados os trabalhos, a CPL verificou junto ao setor de protocolos que nenhuma proposta foi protocolada, restando deserta e, conseq-entemente, fracassada a presente licitação. Importante registrar que a licitação foi repetida em razão da primeira, Tomada de Preços nº 065/2020 também ter restando deserta. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue por todos assinada. Rio Negrinho, 18 de agosto de 2020.

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
Cintia Ester Anacleto	Presidente CPL	
Glaucio Liebl	Secretário CPL	
Claudia Simone de Souza Campos	Membro CPL	

Rio Rufino

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº14/2020

Publicação Nº 2610093

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO RUFINO

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO/ PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020

A Prefeitura Municipal de Rio Rufino, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº.95.991.071/0001-00, com sede a Av. José Oselame, 206, Centro em Rio Rufino/SC, representada por seu prefeito Municipal, Sr. THIAGO COSTA, por meio da Pregoeira e Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL que tem por objeto "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS ". O recebimento das propostas será no dia 27/08/2020 as 13:30 horas, a abertura e julgamento das propostas será no dia 27/08/2020 as 13:45 horas, em seguida abertura para fase de lances. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR GLOBAL, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pelo Decreto Municipal Nº 061/2017, Lei Federal n.º 10.520/2002 e pela Lei Federal n.º 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.riorufino.sc.gov.br>. Questionamentos acerca do edital, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço licitacao@riorufino.sc.gov.br, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 03 (três) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.riorufino.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação antes da participação nas sessões e também pelo fone 49 3279 0000.

Rio Rufino, 17 DE AGOSTO de 2020
Thiago Costa – Prefeito Municipal
Juliane Pereira de Souza – Pregoeira

Rodeio

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 14/2020

Publicação N° 2609723

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 1º termo aditivo ao contrato N° 14/2020 ref. Tomada de preço 01/2020. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: Terrabase Terraplenagem Ltda. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato original. Vigência: 14/08/2020 a 14/11/2020. Rodeio 14 de agosto de 2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO DA DISPENSA 1496/2020

Publicação N° 2610696

Extrato da Dispensa 1496/2020

O Município de Romelândia (SC) realizou Dispensa de Licitação sob nº 1496/2020, Processo Licitatório nº. 1539/2020 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO DAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA - SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO COM TINTA DERMATÓRIA A BASE DE SOLVENTE E MICROESFERAS DE VIDRO - EIXOS E BORDO. Tudo em conformidade a Lei 8.666/93. Contratado: AGV SINALIZAÇÕES LTDA-ME, CNPJ nº. 09.303.928/0001-10. Valor: R\$ 9.288,00 (nove mil duzentos e oitenta e oito reais). Romelândia (SC), 18/08/2020. VALDIR BUGS – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 55/2020

Publicação N° 2610701

EXTRATO DO CONTRATO 55/2020

O Município de Romelândia (SC) comunica CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO DAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA - SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO COM TINTA DERMATÓRIA A BASE DE SOLVENTE E MICROESFERAS DE VIDRO - EIXOS E BORDO, através Processo de Licitação N° 1539/2020, na modalidade Dispensa nº 1496/2020. Contratado: AGV SINALIZAÇÕES LTDA-ME. Validade do Contrato 31/12/2020. Valor R\$ 9.288,00. Romelândia, 18/08/2020. VALDIR BUGS - Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 01/2020

Publicação N° 2609611

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE ROMELÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 01/2020

A Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia (SC), comunica a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE CONTADOR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES DE ROMELÂNDIA, Através do procedimento de contratação emergencial temporário por excepcional interesse público, Contratado: EDEMAR LUIZ GRIEBLER, inscrito no CPF nº 060.415.549-28, residente e domiciliado na Linha Sagrada Família, Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, 18 de agosto de 2020.

JOÃO ZANROSSO NETTO,

Presidente Câmara Municipal de Vereadores

Saltinho

PREFEITURA

PREGÃO 026/2020

Publicação Nº 2610676

ESTADO DE SANTA CATARNA

MUNICIPIO DE SALTINHO

Aviso de Licitação

Processo N.º 037/2020 - Pregão Presencial com Registro de Preços nº 026/2020

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 026/2020 – decorrente do PROCESSO 037/2020, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 08:H15MIN DO DIA 31 DE AGOSTO DE 2020, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08:H30MIN DO DIA 31 DE AGOSTO DE 2020, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Saltinho.. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 18 de agosto de 2020. Deonir Luiz Ferronato - Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 76/2020

Publicação Nº 2609978

PDECRETO N.º 076 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.684/2019 de 29.11.2019;

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 79.990,00 (setenta e nove Mil, Novecentos e Noventa Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 1074 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 79.990,00

Fonte: 1302.0000

RED: 4

Art. 2º. O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: SUPERÁVIT FINANCEIRO

Descrição da Fonte: 00.01.1100.00000 – RECURSOS ORDINARIOS

Superávit Financeiro: R\$ 79.990,00

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Agosto de 2020

Ana Rosa Zanela

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 77/2020

Publicação Nº 2609979

DECRETO 077/2020. – DE 14.08.2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.684/2019 de 29.11.2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 1074 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – SAÚDE

Modalidade de Aplicação: 4490 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 100.000,00

Fonte: 1163.000000

RED: 6

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 14 de Agosto de 2020.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 78/2020

Publicação Nº 2609980

DECRETO 078/2020. – DE 14.08.2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.684/2019 de 29.11.2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 91.321,43 (Noventa e Um Mil Trezentos e Vinte e um Reais e Quarenta e Três Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1069 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS

Modalidade de Aplicação: 4490 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 91.321,43

Fonte: 1134.000000

RED: 101

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 14 de Agosto de 2020.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

Publicação Nº 2609982

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 020/2020, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: AQUISIÇÃO DE TESTES DE DETECÇÃO DE COVID-19 PARA UNIDADE BASICA DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 26/08/2020 até as 10h00min.

Abertura: 26/08/2020, às 10h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 13 de agosto de 2020.

Ana Rosa Zanela

Prefeito Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

DÉCIMO TERMO ADITIVO À ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020

Publicação Nº 2610225

DÉCIMO TERMO ADITIVO À ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CESCA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.979.107/0003-24, com sede na Rodovia BR-116, KM-129, s/n, interior da cidade de Santa Cecília-SC, neste ato por seu representante legal, Sr. DIEGO AIRES, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 3.896.034 e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.672.289-01, residente e domiciliado na Rua Renato Goetem, nº 61, Bairro São Sebastião, na cidade de Ponte Alta do Norte-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2020, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – O presente Termo Aditivo tem por objeto o aumento do valor do litro de combustíveis correspondentes aos itens 2 e 4, em razão do aumento do valor do item no mercado, conforme notas fiscais comprobatórias apresentadas pela CONTRATADA, as quais fazem parte integrante do presente, passando a terem novos valores de fornecimento, conforme tabela abaixo:

Item	Marca	Preço Anterior/LT	Preço Reajustado/LT
2- Gasolina Comum	Ipiranga	3,97	4,01
4- Óleo diesel S-500 ou comum	Ipiranga	3,03	3,06

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO – Ficam retificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas na Ata Contrato de Registro de Preços nº 001/2020, não alteradas pelo presente Termo Aditivo, bem, como todos os demais termos constantes no Processo Licitatório nº 070/2019, Pregão Presencial nº 070/2019.

CLÁUSULA QUARTA DO TERMO ADITIVO – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data da sua assinatura.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 18 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA CESCA & CIA LTDA
Pelo Contratante Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

Santa Rosa de Lima

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 011/2020

Publicação Nº 2610983

Resolução nº 0011/2020

“PRORRÓGA MEDIDAS DE CARÁTER TEMPORÁRIO PARA A MITIGAÇÃO DOS RISCOS DECORRENTES DA DOENÇA CAUSADA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DE SANTA ROSA DE LIMA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa de Lima, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Artigo n. 137 do Regimento Interno, e, considerando o Decreto Municipal n. 31/2020 e o estabelecido na Portaria SES/SC 592, de 17 de agosto de 2020, em seus Artigos 3º, Inciso VI e 8º, Inciso III, bem como a necessidade de preservar integridade física e a saúde de vereadores, servidores públicos e a população em geral, CONSIDERANDO:

- O aumento dos casos de Covid19 na AMUREL que se encontra em risco potencial gravíssimo;
- Os vereadores e servidores que fazem parte do grupo de risco;
- A necessidade de preservar a saúde pública e o respeito as normas sanitárias,

RESOLVE:

Art. 1º Esta resolução tem por objetivo re-estabelecer as medidas para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID19) no âmbito do Poder Legislativo – Câmara de Vereadores de Santa Rosa de Lima/SC.

Parágrafo único. As medidas de que trata esta Resolução têm caráter temporário, com vigência até disposição em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo.

Art. 2º O acesso às dependências do Poder Legislativo – Câmara de Vereadores de Santa Rosa de Lima/SC fica restrito a:

I – Vereadores;

II – Servidores ativos do quadro de pessoal do Poder Legislativo – Câmara de Vereadores de Santa Rosa de Lima/SC;

Parágrafo único. Fica vedado o acesso das pessoas que apresentarem febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), considerados casos suspeitos de infecção pelo COVID-19.

Art. 3º Ficam temporariamente suspensos:

I – O atendimento presencial ao público externo, devendo os interessados entrarem em contato com o Poder Legislativo – Câmara de Vereadores de Santa Rosa de Lima/SC usando os meios telemáticos ou o canal da ouvidoria;

II – As sessões ordinárias até dia 08 de setembro de 2020;

III – Em caso de necessidade, será realizada sessão extraordinária, nos termos do Regimento Interno, sem a presença do público até a data de 08 de setembro de 2020;

Art. 4º Ficam mantidos:

I – O expediente interno e a realização dos atos legislativos em forma de revezamento e os atos administrativos;

Art. 5º. Os vereadores e servidores que se enquadrem em quaisquer das situações abaixo relacionadas ou se enquadrem no grupo de risco descrito no Decreto Municipal n. 31/2020, não devem comparecer ao ambiente de trabalho, devendo seguir o protocolo dos órgãos públicos de saúde para verificação de caso suspeito de COVID-19:

I – febre e pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais entre outros) aliado a histórico de viagem para área com transmissão local, de acordo com a OMS, nos últimos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; ou

II – febre e pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais entre outros) aliado a histórico de contato próximo de caso suspeito para o coronavírus (2019-nCoV), nos últimos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; ou

III – febre ou pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais entre outros) e contato próximo de caso confirmado de coronavírus (2019-nCoV) em laboratório, nos últimos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; ou

IV – portadores de doenças crônica, idosos ou gestantes.

Art. 6º Fica estabelecido o uso do home office aos servidores, nos termos do caput, não implicando em prejuízo funcional, remuneratório e previdenciário, bem como o regime de escalas para expediente interno.

Art. 7º. Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência da Mesa Diretora do Poder Legislativo – Câmara de Vereadores de Santa Rosa de Lima/SC.

Art. 8º. Esta resolução entra em vigor em 19 de agosto de 2020 até 08 de setembro de 2020, podendo a data da sua vigência ser prorrogada ou suprimida, conforme as orientações futuras das autoridades de saúde.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2020.

BERTILO VANDRESEN
PRESIDENTE

CLAUDIOMIR MENDES
SECRETARIO

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 075/2020 TP

Publicação Nº 2610612

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Edital de Licitação nº 075/2020 – Tomada de Preços nº 075/2020

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa especializada para execução e cobertura de quadra poliesportiva, medindo 34x48MT. Com recebimento da documentação e proposta até às 09h30min do dia 03 de Setembro de 2020, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 09h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.

Fone:(0xx48)3534-1113.

E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 18 de Agosto de 2020.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 076/2020 TP

Publicação Nº 2610614

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Edital de Licitação nº 076/2020 – Tomada de Preços nº 076/2020

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa especializada para execução de construção de sala de aula na Escola Pedro Ivo Campos. Com recebimento da documentação e proposta até às 14h00min do dia 03 de Setembro de 2020, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.

Fone:(0xx48)3534-1113.

E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 18 de Agosto de 2020.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 077/2020 PR

Publicação Nº 2610616

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Edital de Licitação nº 077/2020 – Pregão Presencial nº 077/2020

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento de pedra brita graduada para recuperação de estradas do município. Com recebimento da documentação e proposta até às 09h30min do dia 31 de Agosto de 2020, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 09h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.

Fone:(0xx48)3534-1113.

E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 18 de Agosto de 2020.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 078/2020 PR

Publicação Nº 2610639

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Edital de Licitação nº 078/2020 – Pregão Presencial nº 078/2020

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de polimento de piso em concreto armado em quadra do Parque Municipal de Eventos. Com recebimento da documentação e proposta até às 14h00min do dia 31 de Agosto de 2020, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14h15min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.

Fone:(0xx48)3534-1113.

E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 18 de Agosto de 2020.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO PL Nº 0267/2020

Publicação Nº 2610220

Decreto PL nº 0267, de 18 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a aprovação da Mensagem de Veto Integral nº 015/2020 ao Autógrafo de Lei nº 1189, de 13 de julho de 2020, e dá outras providências.

Vereador Adilio Pereira da Silva Presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do município que o Plenário da Câmara aprovou, e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovada a Mensagem de Veto Integral nº 015/2020 ao Autógrafo de Lei nº 1189, de 13 de julho de 2020.

Art. 2º Integra este Decreto Legislativo a Mensagem de Veto nº 015/2020 e o Parecer emitido pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, em 18 de agosto de 2020.

Adilio Pereira da Silva

Presidente

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta Secretaria e no diário oficial do município de Santa Catarina <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br> na data supra.

Tiago da Rosa Bitencourt

1º Secretário

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DE DATA PL 84/2020 PP 57/2020

Publicação Nº 2611075

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2020
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 44/2020
ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que fica alterado para a data de abertura do processo em epígrafe para as 08:00 horas do dia 22 de julho de 2020, na sede da Municipalidade, o Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, SRP, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE LÍQUIDO AURIFICADOR CTA, PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570046, e-mail:compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 09 de julho de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 171/2020

Publicação Nº 2611045

DECRETO Nº 171/2020
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 de 16 de Dezembro de 2009.
DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada a servidora CRISTIANE SPIER HEEP, matrícula 12246/03 do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor da data da publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 18 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 172/2020

Publicação Nº 2611048

DECRETO Nº172/2020
Dispõe sobre Homologação do Processo de Chamada Pública 003/2020 e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,
Considerando a conclusão das etapas do Processo de Chamada Pública 003/2020;
Considerando o disposto no Edital de Chamada Pública nº 003/2020 e outras publicações decorrentes das fases do Processo;

DECRETA:

Art. 1º - Fica HOMOLOGADO para que surta os devidos efeitos jurídicos, o Resultado Final do Processo de Chamada Pública Edital nº 003/2020, para contratação temporária, conforme segue:

Operador de Retroescavadeira

Posição	Candidato	Curso	Tempo de Experiência	Total
1	Fernanda Rodrigues França	3		3
2	Junior Paulino			

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 19 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

ARP PL 81-2020 PP 55-2020

Publicação Nº 2610360

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 1/8
Processo Nº.: 81/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/2020

No dia 12 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, bairro Centro, CEP nº. 89983-000, nesta cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). DERLI FURTADO, inscrito no CPF sob o nº. 219.982.219-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 55/2020, Processo Licitatório nº. 81/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA OS TRABALHOS, TAIS COMO: PARAFUSOS, PORCAS, MANGUEIRAS, ROLAMENTOS CONEXÃO, PINOS, ARRUELAS E DEMAIS PEÇAS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
784	GILIARD STORCH TORNEARIA E METALURGICA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GILIARD STORCH TORNEARIA E METALURGICA	26.695.390/0001-55	DALVAN LORENZETTI	020.407.980-21

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA OS TRABALHOS, TAIS COMO: PARAFUSOS, PORCAS, MANGUEIRAS, ROLAMENTOS CONEXÃO, PINOS, ARRUELAS E DEMAIS PEÇAS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 784 - GILIARD STORCH TORNEARIA E METALURGICA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE TORNO E MAO DE OBRA	HRS	PROGRESSO	150,000	95,0000	14.250,00
2	HORA DE SERVIÇO DE SOLDA MIG, COM MAQUINA AMPERAGEM MÍNIMA 350, ARAME MÍNIMO 1.2	HRS	PROGRESSO	150,000	106,0000	15.900,00
3	HORA MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	HRS	PROGRESSO	150,000	94,0000	14.100,00
4	CHAPA DE FERRO ESPESSURA DE 1/8 A 1/2	KG	GERDAU	350,000	15,7300	5.505,50
5	Material macio de ferro para usinagem aço 1020 e 1045	KG	GERDAU	250,000	17,0000	4.250,00
6	PARAFUSO FRANCÊS 1/2X2, 1/2	Und	METALBO	50,000	6,7500	337,50
7	PARAFUSO FRANCÊS 1/2X3, 1/2	Und	METALBO	50,000	7,5000	375,00
8	Mangueira 2TR 1/2	Und	TRANSPOWE	80,000	33,0000	2.640,00
9	Mangueira 2 TR 1/4	Und	TRANSPOWE	80,000	28,0000	2.240,00
10	Mangueira 2TR 3/8	Und	TRANSPOWE	80,000	35,0000	2.800,00
11	MANGUEIRA 2 TR 3/4	Und	TRANSPOWE	80,000	65,0000	5.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 2/8

Processo Nº.: 81/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2020

Fornecedor: 784 - GILIARD STORCH TORNEARIA E METALURGICA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	MANGUEIRA 4 TR 3/4	Und	TRANSPOWE	30,000	118,0000	3.540,00
13	CONEXÃO CAPA E PRENSAGEM 2 TR 3/4	Und	AM	50,000	57,0000	2.850,00
14	CONEXÃO CAPA E PRENSAGEM 4 TR 3/4	Und	AM	50,000	69,0000	3.450,00
15	Conexão capa e prensagem 1/4	Und	AM	60,000	37,0000	2.220,00
16	Conexão capa e prensagem 3/8	Und	AM	60,000	45,0000	2.700,00
18	Conexão capa e prensagem 1/2	Und	AM	60,000	56,0000	3.360,00
19	Conexão capa e prensagem 5/8	UND	AM	60,000	60,0000	3.600,00
20	parafuso sextavado 6x20	Und	METALBO	40,000	0,9500	38,00
21	Parafuso sextavado 6x50	UND	METALBO	40,000	0,9500	38,00
22	Parafuso sextavado 8X20	UND	METALBO	40,000	1,0500	42,00
23	Parafuso sextavado 8X30	UND	METALBO	40,000	2,0000	80,00
24	Parafuso sextavado 5/16X1.1/2	UND	METALBO	40,000	2,1500	86,00
25	Parafuso sextavado 3/8 X 3/4	UND	METALBO	40,000	1,8500	74,00
26	Parafuso sextavado 3/8 X 1	UND	METALBO	40,000	1,6000	64,00
27	Parafuso sextavado 3/8 X 1.1/2	UND	METALBO	40,000	2,2000	88,00
28	Parafuso sextavado 3/ 8X2	UND	METALBO	40,000	2,2000	88,00
29	Parafuso sextavado 3/8 X 2.1/2	UND	METALBO	40,000	2,4500	98,00
30	Parafuso sextavado 10 X 80	UND	METALBO	40,000	5,0000	200,00
31	Parafuso sextavado 7/16X1	UND	METALBO	40,000	1,8600	74,40
32	Parafuso sextavado 7/16 X 1.1/2	UND	METALBO	40,000	2,0000	80,00
33	Parafuso sextavado 12 X 80	UND	METALBO	40,000	4,9000	196,00
34	Parafuso sextavado 1/2 X1	UND	METALBO	50,000	2,4000	120,00
35	Parafuso sextavado 1/2X2	UND	METALBO	50,000	2,6000	130,00
36	Parafuso sextavado 14 X 80	UND	METALBO	50,000	5,5800	279,00
37	Parafuso sextavado 5/8X2	UND	METALBO	50,000	5,5000	275,00
38	Parafuso sextavado 3/4X5	UND	METALBO	50,000	11,6100	580,50
39	Porca sextavada 6	UND	METALBO	50,000	0,5500	27,50
40	CONJUNTO PARAFUSO RODA DO TRATOR	Und	METALBO	30,000	13,4500	403,50
41	PARAFUSO 3/4X3	Und	METALBO	50,000	10,5000	525,00
42	Porca sextavada trava 6	UND	METALBO	50,000	0,6600	33,00
43	Porca sextavada ¼	UND	METALBO	50,000	0,4300	21,50
44	Porca sextavada trava ¼	UND	METALBO	50,000	0,5000	25,00
45	Porca sextavada 8	UND	METALBO	50,000	0,4900	24,50
46	Porca sextavada trava 8	UND	METALBO	50,000	0,5600	28,00
47	Porca sextavada 5/16	UND	METALBO	50,000	0,4100	20,50
48	Porca sextavada trava 5/16	UND	METALBO	50,000	0,5200	26,00
49	Porca sextavada 3/8	UND	METALBO	50,000	0,5000	25,00
50	Porca sextavada trava 3/8	UND	METALBO	50,000	0,6500	32,50
51	Porca sextavada 10	UND	METALBO	50,000	0,7000	35,00
52	Porca sextavada trava 10	UND	METALBO	50,000	0,7900	39,50
53	Porca sextavada 7/16	UND	METALBO	50,000	0,6300	31,50
54	Porca sextavada trava 7/16	UND	METALBO	50,000	0,8400	42,00
55	Porca sextavada 12	UND	METALBO	50,000	0,9000	45,00
56	Porca sextavada trava 12	UND	METALBO	50,000	1,0500	52,50
57	Porca sextavada ½	UND	METALBO	50,000	0,9100	45,50
58	Porca sextavada trava ½	UND	METALBO	50,000	1,1600	58,00
59	Porca sextavada 14	UND	METALBO	50,000	1,2500	62,50
60	Porca sextavada trava 14	UND	METALBO	50,000	1,8000	90,00
61	Porca sextavada 16	UND	METALBO	50,000	2,9000	145,00
62	Porca sextavada trava 16	UND	METALBO	50,000	3,1600	158,00
63	Porca sextavada 5/8	UND	METALBO	50,000	2,4100	120,50
64	Porca sextavada trava 5/8	UND	METALBO	50,000	3,5500	177,50
65	Porca sextavada ¾	UND	METALBO	50,000	3,7900	189,50
66	Porca sextavada trava ¾	UND	METALBO	50,000	4,1300	206,50
67	Porca sextavada 7/8	UND	METALBO	50,000	4,7600	238,00
68	Porca sextavada trava 7/8	UND	METALBO	50,000	5,3100	265,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 3/8
 Processo Nº.: 81/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2020

Fornecedor: 784 - GILIARD STORCH TORNEARIA E METALURGICA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
69	Porca sextavada 1	UND	METALBO	50,000	3,5000	175,00
70	Arruela lisa 1/4	UND	METALBO	50,000	0,3000	15,00
71	Arruela lisa 5/16	UND	METALBO	50,000	0,3000	15,00
72	Arruela lisa 3/8	UND	METALBO	50,000	0,3000	15,00
73	Arruela lisa ½	UND	METALBO	50,000	0,4000	20,00
74	Arruela lisa 5/8	UND	METALBO	50,000	0,5000	25,00
75	Arruela lisa ¾	UND	METALBO	50,000	0,7500	37,50
76	Arruela lisa 1	UND	METALBO	50,000	1,1000	55,00
77	Quebra dedo ¼	Und	TOTAL FIX	50,000	2,8000	140,00
78	Quebra dedo 5/16	Und	TOTAL FIX	50,000	3,1300	156,50
79	Quebra dedo 3/8	Und	TOTAL FIX	50,000	3,8000	190,00
80	Disco corte 7"	Und	TYROLIT	50,000	10,5100	525,50
81	Quebra dedo com abas 3/8	Und	TOTAL FIX	50,000	8,1000	405,00
82	Quebra dedo com abas ½	Und	TOTAL FIX	50,000	9,3300	466,50
83	ENGATE RÁPIDO DE ALTA PRESSÃO MACHO DE 1/2	Und	SCHWEERS	50,000	34,0000	1.700,00
84	ENGATE RÁPIDO DE ALTA PRESSÃO FÊMEA DE 1/2	Und	SCHWEERS	50,000	47,0000	2.350,00
85	GARRAS PÉ DE PATO, COMPRIMENTO GARRA 14", LARGURA 3", DISTANCIA ENTRE O 1º E 2º FURO: 65 MM, DISTÂNCIA ENTRE O PRIMEIRO E O TERCEIRO FURO: 130MM	Und	METISA	40,000	65,2600	2.610,40

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 4/8
Processo Nº.: 81/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2020

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/8

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**Processo Nº.: 81/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2020****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 6/8
Processo Nº.: 81/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 7/8
Processo Nº.: 81/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 8/8
Processo Nº.: 81/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2020

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Terezinha do Progresso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 12 de Agosto de 2020.

DERLI FURTADO
PREFEITO

Empresas Participantes:

GILIARD STORCH TORNEARIA E METALURGICA

CNPJ: 26.695.390/0001-55 _____

ATA DE HOM PL 71/2020 PE 47/2020

Publicação Nº 2610326

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO-SC

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2020

Processo Administrativo Nº 71/2020

Tipo: AQUISIÇÃO

PREGOEIRO: ELENICE ELECIR PORSCHE

Data de Publicação: 21/07/2020 16:37:49

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 06/08/2020 16:58:36

Lote: 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: Und	Marca: XCMG	Modelo: XT870BR-I
Descrição: RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO 2020, CONTENDO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: POTÊNCIA MÍNIMA 85 HP, CONTENDO NO MÍNIMO QUATRO VELOCIDADES À FRENTE E QUATRO VELOCIDADES À RÉ, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7.000 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÍNIMA 4,00 M, EQUIPADA COM CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO DE FÁBRICA, FARÓIS DE TRABALHO DIANTEIRO E TRASEIRO, NO MÍNIMO 02 ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS, CABINE COM ASSENTO DO OPERADOR COM SUSPENSÃO DE VÁRIOS AJUSTES, CINTO DE SEGURANÇA, TODOS OS ITENS DEVERÃO SER PADRÃO DE FÁBRICA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. DEVERÁ TER ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, DISTANTE NO MÁXIMO 350 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO.			
Quantidade: 1	Valor Unit.: 224.000,00		Valor Total: 224.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 MACROMQ EQUIPAMENTOS LTDA	025	83.675.413/0001-01	225.000,00	224.000,00	Não

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
ELLEVEN COMERCIO E SERVICOS INTEGRADOS	070	30.081.833/0001-95	287.500,00	287.500,00	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	----

AUTORIDADE: DERLI FURTADO

Gerado em: 06/08/2020 16:58:36

1 de 1

TERMO DE HOM E ADJ PL 71-2020 PE 47-2020

Publicação Nº 2610321

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 47/2020 - PE
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 71/2020 Data do Processo: 17/07/2020
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 71/2020
b) Licitação Nr.: 47/2020-PE
c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
d) Data Homologação: 06/08/2020
e) Data da Adjudicação: 07/08/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de retroescavadeira nova, conforme Emenda PARLAMENTAR nº 202041850004, Plano de ação nº 0903-004487 Minuta nº 2020MNE00003807, e empenho nº 2020NE801675, concedente Ministério da Economia - Modalidade Transferência Especial, e recursos próprios do Município de Santa Terezinha do Progresso - SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 001676 - MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	1	0,0000	224.000,00
	1		224.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.013.4.4.90.00.00.00.00.00 (76), 1.013.4.4.90.00.00.00.00.00 (162)

Santa Terezinha do Progresso, 7 de Agosto de 2020.

DERLI FURTADO
PREFEITO

TERMO DE HOM E ADJ PL 81-2020 PP 55-2020

Publicação Nº 2610358

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2020 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 81/2020 Data do Processo: 28/07/2020
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 81/2020
b) Licitação Nr.: 55/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 14/08/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, SERVIÇOS DE TORNIO E SOLDA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA OS TRABALHOS, TAIS COMO: PARAFUSOS, PORCAS, MANGUEIRAS, ROLAMENTOS CONEXÃO, PINOS, ARRUELAS E DEMAIS PEÇAS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 000784 - GILIARD STORCH TORNEARIA E METALURGICA	84	0,0000	104.044,30
	84		104.044,30

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

DERLI FURTADO
PREFEITO

VENCEDOR PL 71/2020 PE 47/2020

Publicação Nº 2610328

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO-SC****VENCEDORES DO PROCESSO - ADJUDICAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2020
Processo Administrativo Nº 71/2020
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: ELENICE ELECIR PORSCHE
Data de Publicação: 21/07/2020 16:37:49

				TOTAL DO PROCESSO: 224.000,00
MACROMQ EQUIPAMENTOS LTDA		83.675.413/0001-01		224.000,00
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 025	224.000,00	Total: 224.000,00
Item: 1	Unidade: Und	Marca: XCMG	Modelo: XT870BR-I	
Descrição: RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO 2020, CONTENDO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: POTÊNCIA MÍNIMA 85 HP, CONTENDO NO MÍNIMO QUATRO VELOCIDADES Á FRENTE E QUATRO VELOCIDADES Á RÉ, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7.000 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÍNIMA 4,00 M, EQUIPADA COM CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO DE FÁBRICA, FARÓIS DE TRABALHO DIANTEIRO E TRASEIRO, NO MÍNIMO 02 ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS, CABINE COM ASSENTO DO OPERADOR COM SUSPENSÃO DE VÁRIOS AJUSTES, CINTO DE SEGURANÇA, TODOS OS ITENS DEVERÃO SER PADRÃO DE FÁBRICA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. DEVERÁ TER ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, DISTANTE NO MÁXIMO 350 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO.				
Inf. detal.: RETROESCAVADEIRA MARCA XCMG MODELO XT870BR-I SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO 2020, CONTENDO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: POTÊNCIA 100 HP, CONTENDO QUATRO VELOCIDADES Á FRENTE E QUATRO VELOCIDADES Á RÉ, PESO OPERACIONAL DE 7.600 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO DE 4,50 M, EQUIPADA COM CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO DE FÁBRICA, FARÓIS DE TRABALHO DIANTEIRO E TRASEIRO, 02 ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS, CABINE COM ASSENTO DO OPERADOR COM SUSPENSÃO DE VÁRIOS AJUSTES, CINTO DE SEGURANÇA, TODOS OS ITENS SÃO PADRÃO DE FÁBRICA. GARANTIA DE 12 MESES. POSSUI ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, DISTANTE A 97,7 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DE MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA FILIAL DA CIDADE DE CHAPECÓ/SC, LOCALIZADA NA RUA XAXNERÊ, Nº 360 E, CEP: 89805-270, BAIRRO LÍDER.VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais.				
Quantidade: 1		Valor Unit.: 224.000,00		Total Item: 224.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO-SC**

PREGOEIRO: ELENICE ELECIR PORSCHE

MEMBRO MARCIANE ELENI PINNO

MEMBRO SOLANGE BRAGA

MEMBRO ERONI ALLEBRANDT

VENCEDOR PROPOSTA PL 71-2020 PE 47-2020

Publicação Nº 2610324

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO-SC****VENCEDORES DO PROCESSO - DISPUTA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2020
Processo Administrativo Nº 71/2020
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: ELENICE ELECIR PORSCHE
Data de Publicação: 21/07/2020 16:37:49

				TOTAL DO PROCESSO: 225.000,00
MACROMQ EQUIPAMENTOS LTDA		83.675.413/0001-01		225.000,00
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 025	225.000,00	Total: 225.000,00
Item: 1	Unidade: Und	Marca: XCMG	Modelo: XT870BR-I	
Descrição: RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO 2020, CONTENDO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: POTÊNCIA MÍNIMA 85 HP, CONTENDO NO MÍNIMO QUATRO VELOCIDADES Á FRENTE E QUATRO VELOCIDADES Á RÉ, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7.000 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÍNIMA 4,00 M, EQUIPADA COM CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO DE FÁBRICA, FARÓIS DE TRABALHO DIANTEIRO E TRASEIRO, NO MÍNIMO 02 ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS, CABINE COM ASSENTO DO OPERADOR COM SUSPENSÃO DE VÁRIOS AJUSTES, CINTO DE SEGURANÇA, TODOS OS ITENS DEVERÃO SER PADRÃO DE FÁBRICA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. DEVERÁ TER ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, DISTANTE NO MÁXIMO 350 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO.				
Inf. detal.: RETROESCAVADEIRA MARCA XCMG MODELO XT870BR-I SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO 2020, CONTENDO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: POTÊNCIA 100 HP, CONTENDO QUATRO VELOCIDADES Á FRENTE E QUATRO VELOCIDADES Á RÉ, PESO OPERACIONAL DE 7.600 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO DE 4,50 M, EQUIPADA COM CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO DE FÁBRICA, FARÓIS DE TRABALHO DIANTEIRO E TRASEIRO, 02 ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS, CABINE COM ASSENTO DO OPERADOR COM SUSPENSÃO DE VÁRIOS AJUSTES, CINTO DE SEGURANÇA, TODOS OS ITENS SÃO PADRÃO DE FÁBRICA. GARANTIA DE 12 MESES. POSSUI ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, DISTANTE A 97,7 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DE MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA FILIAL DA CIDADE DE CHAPECÓ/SC, LOCALIZADA NA RUA XAXNERÊ, Nº 360 E, CEP: 89805-270, BAIRRO LÍDER.VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais.				
Quantidade: 1		Valor Unit.: 225.000,00		Total Item: 225.000,00

PREGOEIRO: ELENICE ELECIR PORSCHE

Santiago do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE LICITAÇÃO 34.2020

Publicação Nº 2609670

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
EXTRATO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº 67/2020
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2020.
Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas novos sendo: Semeadora Adubadora Arrasto, plantio direto de trigo e pastagens, e (01) uma Ensiladeira com acoplamento para trator de pneu, para utilização nos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do município de Santiago Do Sul.
VENCEDOR: ZANELLA COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS CNPJ 17.339.584/0001-27
VALOR TOTAL : R\$ 79.900,00
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 29 de julho de 2020.
JULCIMAR A. LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº995/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610686

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal nº.969/2019 de 21 de novembro de 2019, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Munic.de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa: 007 – Toda Criança na Escola
Ação: 2.010 – Manutenção Atividades Ensino Infantil
Atividade: 2.010 – Manutenção Atividades Ensino Infantil
Natureza da Despesa: 3.1.90.00-D.R.0.1.18- Aplicações Diretas (71).....R\$ 150.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), serão provenientes de anulação de dotação do Orçamento Municipal vigente, conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 007 – Toda Criança na Escola
Ação: 2.018 – Manutenção Atividades da Educação Básica/FUNDEB
Atividade: 2.018 – Manutenção Atividades da Educação Básica/FUNDEB
Natureza da Despesa: 3.1.90.00-D.R.0.1.18- Aplicações Diretas (61).....R\$ 150.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 18 de agosto de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

LEI MUNICIPAL Nº996/2020 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610693

Dispõe sobre alteração da Lei Municipal N.991/2020 e Lei Municipal N.985/2020 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado, no Art.2º da Lei Municipal n.991/2020, de 28 de julho de 2020, onde consta Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.3.00-Aplicações Diretas.(8) R\$ 4.125,00, que passa a vigorar como: Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.00-Aplicações Diretas.(8) R\$ 4.125,00.

Art. 2º Fica alterado, no Art.2º da Lei Municipal n.985/2020, de 24 de junho de 2020, onde consta Natureza da Despesa: 3.3.93.00-D.R.0.1.38-Aplicação Direta decorrente de Operações entre Órgãos.(31) R\$ 30.000,00), que passa a vigorar como: Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.1.38 – Aplicações Diretas.(31).... R\$ 30.000,00).

Art.3º Ficam ratificados, nos termos alterados pela presente Lei, o Decreto nº. 255/2020, de 24 de junho de 2020 e o Decreto N.287/2020, de 28 de julho de 2020.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à partir de 24 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 18 de agosto de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO URBANÍSTICA DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ (COMURB)

Publicação Nº 2610142

Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Urbanística de Santo Amaro da Imperatriz (ComUrb)

Às dezessete horas do dia dez do mês de agosto do ano dois mil e vinte, foi realizada a Segunda Reunião Extraordinária da Comissão Urbanística de Santo Amaro da Imperatriz (ComUrb), na sede da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, localizada na Praça Governador Ivo Silveira, 306, na presença da maioria dos membros registrando a ausência de Wilson Alexandre de Mello, membro representante da Assistência Social.

Aberta a Reunião, o Coordenador da ComUrb deu início aos trabalhos dando boas vindas e agradecendo a presença de todos que compareceram na reunião.

Na sequência, foi dada a palavra ao engenheiro Antônio Carlos Campos para a apresentação do seguinte Processo:

1. Processo 0113.002.0002464, de Alvará de Construção, do Requerente Lam Participações Ltda.

Resultado: Após análise e debate, a Comissão Urbanística, COMURB, pelos membros presentes na reunião realizada no dia 10 de agosto de 2020, decidiu por maioria de votos (4x1) acompanhar o voto do Relator no sentido de aplicar a Lei Vigente na data do Protocolo do presente processo. Voto Vencido de Daniela Machado. Conforme disposto no artigo 17 do Regimento Interno (Decreto n.º 6.825/2020), dê seguimento ao Processo no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis. Revoga-se o Parecer 004/2020 da ComUrb.

Nada mais havendo a tratar, o coordenador Teófilo H-ntemann Junior deu por encerrada a reunião. A presente ata, foi lavrada e assinada por mim, Daniela Machado, e demais membros participantes.

Santo Amaro da Imperatriz, 10 de agosto de 2020.

Teófilo H-ntemann Júnior
Coordenador

James Jones Silvestre
Meio Ambiente

Daniela Machado
Planejamento Urbano

Marta Della Rocca
Patrimônio Histórico-Cultural

Rita de Cássia M-Iler Rosa
Fazenda

Antônio Carlos Campos
Infraestrutura

Wilson Alexandre de Mello
Assistência Social

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO URBANÍSTICA DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ (COMURB)

Publicação Nº 2610146

Ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Urbanística de Santo Amaro da Imperatriz (ComUrb)

Às quatorze horas do dia três de agosto do ano dois mil e vinte, foi realizada a sexta Reunião Ordinária da Comissão Urbanística de Santo Amaro da Imperatriz (ComUrb), de forma virtual, via WhatsApp, com a participação de todos os membros da ComUrb.

Aberta a Reunião, o Coordenador da ComUrb deu início aos trabalhos cumprimentando a todos, deixando em aberto a palavra a todos que quisessem fazer apontamentos aos colegas por mensagem de texto via WhatsApp.

Na sequência, Rita de Cássia Muller Rosa perguntou como anda o processo do "Asilo" na Varginha. (Processo 0113.002.0002594, de Alvará

de Execução de Edificação para ILPI (Instituição de Longa Permanência de Idosos), do Requerente Arlindo Rohling.

Em resposta, Antônio Carlos Campos respondeu que referente ao processo de ILPI - idosos, aguarda a apresentação do projeto arquitetônico para darmos prosseguimento.
O profissional contratado pelo proprietário ainda não concluiu.

Nada mais havendo a tratar, o coordenador Teófilo H-ntemann Júnior deu por encerrada a reunião. A presente ata, foi lavrada e assinada por mim, Daniela Machado, e demais membros participantes.

Santo Amaro da Imperatriz, 03 de agosto de 2020.

Teófilo H-ntemann Júnior
Coordenador

James Jones Silvestre
Meio Ambiente

Daniela Machado
Planejamento Urbano

Marta Della Rocca
Patrimônio Histórico-Cultural

Rita de Cássia M-Iler Rosa
Fazenda

Antônio Carlos Campos
Infraestrutura

Wilson Alexandre de Mello
Assistência Social

DECRETO Nº 6.879, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609957

DECRETO Nº 6.879, de 14 de agosto de 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 6.760 e 6.826 QUE CRIA A COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - (REURB) E COMISSÃO URBANÍSTICA – (ComUrb) INSTITUÍDAS PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 219/2019 E LEI COMPLEMENTAR 224/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 59, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Santo Amaro da Imperatriz,
CONSIDERANDO a Portaria nº 16.009/2020 em que “Concede Licença Para Atividades Política”;
CONSIDERANDO que o Senhor Wilson Alexandre de Mello, concorrerá a cargo eletivo

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora Sabrina Duarte Fortunato para substituir o Senhor Wilson Alexandre de Mello nas Comissões de Regularização Fundiária Urbana (REURB) e Comissão Urbanística (ComUrb), enquanto da vigência da Portaria 16.009/2020

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz - SC, em 14 de agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA 16.013/2020

Publicação Nº 2610154

PORTARIA Nº 16.013, de 17 de agosto de 2020

AUTORIZA ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAR O RECEBIMENTO DE NOTA BAIXA EM AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Art. 1º - Fica a controladora interna, autorizada a abrir procedimento administrativo, referente avaliação no estágio probatório, da servidora

Gizelle Zetternann Machado.

Art.2º Após abertura do procedimento administrativo caberá a comissão de julgamento disciplinar, apurar os fatos, julgar e responsabilizar administrativamente, caso seja comprovado a concisão da nota apresentada na avaliação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de agosto de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS
Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

10-2020 - ATA JULGAMENTO PROPOSTAS

Publicação Nº 2609632

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ CNPJ: 02.307.876/0001-00 Praça Governador Ivo Silveira C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2020 - PR Processo Administrativo: 10/2020 Processo de Licitação: 10/2020 Data do Processo: 08/07/2020
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisição de câmaras portáteis para conservação de imunobiológicos e outros, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I e II, parte integrante deste Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 14 de Agosto de 2020, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 15624, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 10/2020, Licitação nº 10/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 8135 - ELBER INDUSTRIA DE REFRIGERACAO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	<p>Câmara portátil para conservação de imunobiológicos, vacinas, hemoderivados e termolábeis.</p> <p>Características técnicas; volume interno de no mínimo 15,5L com trabalho de temperatura +2°C a +8°C, com medidas externas no mínimo (AXLXP) 415mmx235mmx565mm, sua autonomia de funcionamento deverá ser no mínimo 4h com bateria de lítio. Peso básico vazio aproximado em 9kg</p> <p>Características funcionais: sistema de refrigeração com compressor hermético, que seja silencioso e tenha sistema de refrigeração com ventilação interna. Deverá obter a capacidade de ligação direto com bateria de veículo automotor na tomada de 12/24 VCC e ainda em energia 110/220 VCA; deverá conter um painel de comando e controle com display LCD com fundo iluminado e caracteres expandidos para rápida visualização, além de saída USB que deverá armazenar o histórico de temperaturas em intervalos de no mínimo 30 minutos e por 7 dias através de pen drive. O display LCD deverá exibir temperatura do momento, máxima e mínima acompanhada de data e hora. Deverá conter leitura digital no painel com acionamento de teclas ou touch screen. Sistema de alarme sonoro e visual sempre que houver temperatura fora do que é programado, devendo conter tecla ou touch screen para desativação deste alarme, o display deve possuir indicador de nível da bateria e software para configuração e monitoramento via dispositivo computador para organização de dados registrados. Características estruturais: o gabinete externo poderá ser em plástico em cor neutra (branco, cinza, preto), o gabinete interno deverá ser em aço inox/aço galvanizado, porta de acesso com alta resistência. O produto deve possuir alça e rodas acopladas com a estrutura para transporte, isolamento térmico em polieuretano injetado (livre de CFC). Deverá conter dois cabos de alimentação; 1 para ligar na tomada do automóvel de 12/24 VCC e 1 cabo para ligação em tensão 110/220 volts; bateria de lítio com autonomia mínima de 4h e garantia mínima de 12 meses.</p>	un	5,00		0,0000	5.000,00	25.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

CNPJ: 02.307.876/0001-00
Praça Governador Ivo Silveira
C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 10/2020 - PR

Processo Administrativo: 10/2020
Processo de Licitação: 10/2020
Data do Processo: 08/07/2020

Folha: 2/3

Participante: 8135 - ELBER INDUSTRIA DE REFRIGERACAO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Câmara portátil para conservação de imunobiológicos, vacinas, hemoderivados e termolábeis. Características técnicas: volume interno de no mínimo 30L com trabalho de temperatura +2°C a +8°C, com medidas externas no mínimo (AXLXP) 488mmx621mmx343mm, sua autonomia de funcionamento deverá ser no mínimo 4h com bateria de lítio. Peso básico vazio aproximado em 30kg Características funcionais: sistema de refrigeração com compressor hermético, que seja silencioso e tenha sistema de refrigeração com ventilação interna. Deverá obter a capacidade de ligação direto com bateria de veículo automotor na tomada de 12/24 VCC e ainda em energia 110/220 VCA; deverá conter um painel de comando e controle com display LCD com fundo iluminado e caracteres expandidos para rápida visualização, além de saída USB que deverá armazenar o histórico de temperaturas em intervalos de no mínimo 30 minutos e por 7 dias através de pen drive. O display LCD deverá exibir temperatura do momento, máxima e mínima acompanhada de data e hora. Deverá conter leitura digital no painel com acionamento de teclas ou touch screen. Sistema de alarme sonoro e visual sempre que houver temperatura fora do que é programado, devendo conter tecla ou touch screen para desativação deste alarme, o display deve possuir indicador de nível da bateria e software para configuração e monitoramento via dispositivo computador para organização de dados registrados. Características estruturais: o gabinete externo poderá ser em plástico em cor neutra (branco, cinza, preto), o gabinete interno deverá ser em aço inox/aço galvanizado porta de acesso com alta resistência. O produto deve possuir alça e rodas acopladas com a estrutura para transporte, isolamento térmico em polieuretano injetado (livre de CFC). Deverá conter dois cabos de alimentação; 1 para ligar na tomada do automóvel de 12/24 VCC e 1 cabo para ligação em tensão 110/220 volts; bateria de lítio com autonomia mínima de 4h e garantia mínima de 12 meses.	un	1,00		0,0000	4.930,00	4.930,00

Total do Participante -----> 29.930,00

Total Geral -----> 29.930,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santo Amaro da Imperatriz, 14 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

ANA PAULA KUHNEN MARTINS - - Pregoeiro(a)

Ana Paula Kuhnén Martins - - membro

Adolfo Júlio Derner - - membro

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ CNPJ: 02.307.876/0001-00 Praça Governador Ivo Silveira C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2020 - PR Processo Administrativo: 10/2020 Processo de Licitação: 10/2020 Data do Processo: 08/07/2020
Folha: 3/3	

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JEFERSON MENDES - - Representante

EDSON CESAR NAZARIO - - Representante

TATIANI GON;ALVES HILDEBRANDO - - Representante

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2020

Publicação Nº 2609562

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2020

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Prioridade de contratação para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, sediadas neste Município, estabelecendo o limite de 10% do melhor preço válido, de acordo com o contido na Lei Complementar 147/2014 – Capítulo V – Artigo 48 – III - §3º e Decreto Municipal 406/2017;

Licitação com critérios de Desenvolvimento Municipal Sustentável, conforme Decreto Municipal 406/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR E NOTEBOOK PARA O DEPARTAMENTO DE RECEITAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, POR MEIO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA COM RECURSOS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO BRDE/PMAT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 13h30min do dia 01/09/2020

Início da sessão: dia 01/09/2020, às 14h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (47) 3631-6163.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2020.

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA
Pregoeira Municipal

ROSILANE ZÉLIA DOS SANTOS
Secretária de Finanças

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 158/2020

Publicação Nº 2609916

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 158/2020
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretária de Educação, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/1994 e Lei 9.648 de 27/05/1998, que receberá até às 08:30 horas do dia 04 de setembro 2020, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA REFORMA DA EBM CARLOS DOETSCH, SITUADA À ESTRADA CARLOS SCHROEDER, Nº 2020, BAIRRO ALPINO, E REFORMA DA EBM ADÉLIA LUTZ, LOCALIZADA À RUA ALTO PARAGUAÇU Nº 344, BAIRRO CRUZEIRO EM SÃO BENTO DO SUL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.atende.net, e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00min. e das 13:00 às 16h:00min.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS
Secretária de Educação

DECRETO N° 1889/2020

Publicação N° 2610168

DECRETO N° 1889, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 4167/19, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 149.500,00 (cento e quarenta e nove mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 001 - Serviços Administrativos

Atividade: 2063 - Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos

3190940000 - Indenizações e restituições trabalhista (02060000) R\$ 25.000,00

Unidade: 002 - Abastecimento de Água

Atividade: 2064 - Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água

3390300000 - Material de consumo (02060000) R\$ 60.000,00

Unidade: 003 - Sistema de Esgoto Sanitário

Atividade: 2065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário.

3390300000 - Material de consumo (02060000) R\$ 63.000,00

Unidade: 004 - Saneamento Geral

Atividade: 2066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

3390350000 - Serviços de consultoria (02060000) R\$ 1.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 001 - Serviços Administrativos

Atividade: 2063 - Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos

3390350000 - Serviços de consultoria (02060000) R\$ 25.000,00

Unidade: 002 - Abastecimento de Água

Atividade: 2064 - Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água

3390930000 - Indenizações e restituições (02060000) R\$ 20.000,00

3190340000 - Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (02060000) R\$ 40.000,00

Unidade: 003 - Sistema de Esgoto Sanitário

Atividade: 2065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário.

3391470000 - Obrigações tributárias e contributivas (02060000) R\$ 13.000,00

4490300000 - Material de consumo (02060000) R\$ 50.000,00

Unidade: 004 - Saneamento Geral

Atividade: 2066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

3390400000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica (02060000) R\$ 1.500,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 18 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO N° 1890/2020

Publicação N° 2610285

DECRETO N° 1890, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 4293, de 18 de agosto de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 185.100,00 (Cento e oitenta e cinco mil e cem reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 - Administração Geral

Atividade: 2051 - Gestão dos Serviços Públicos

3390080000 - Outros benefícios assistenciais (01000100) R\$ 800,00

Unidade: 002 - Encargos Especiais

Atividade: 0086 - Pagamento Pensionistas

3190030000 - Pensões (01000100) R\$ 17.000,00

3190010000 - Aposentadorias e reformas (01000100) R\$ 7.300,00

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 001 - Assistência Social

Atividade: 2037 - Gestão Administrativa da SEMAS

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 160.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 - Administração Geral

Atividade: 2008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração

3191130000 - Obrigações patronais (01000100) R\$ 25.100,00

Atividade: 2051 - Gestão dos Serviços Públicos

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 160.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 18 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO N° 1891/2020

Publicação N° 2610287

DECRETO N° 1891, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 4294, de 18 de agosto de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de 110.000,00 (Cento e dez mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações:

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações:

Órgão: 18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Unidade: 001 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades

3391390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 1.000,00

3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas (01000100) R\$ 5.000,00

3390460000 - Auxílio-alimentação (01000100) R\$ 10.000,00

3390470000 - Obrigações tributárias e contributivas (01000100) R\$ 2.000,00

3191130000 - Obrigações patronais (01000100) R\$ 20.000,00

3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil (01000100) R\$ 3.000,00

3190130000 - Obrigações patronais (01000100) R\$ 20.000,00

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01000100) R\$ 40.000,00

3391970000 - Aporte p/ Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS (01000100) R\$ 4.000,00

3390400000 - Serviços de Tec. da Inf. e Comunic. (TIC) - PJ (01000100) R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Unidade: 002 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

Atividade: 2076 - Manutenção do Fundo Municipal da Cultura

3350410000 - Contribuições (01000100) R\$ 50.000,00

3390310000 - Premiações cult., art., cient., esportivas e outras (01000100) R\$ 50.000,00

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1892/2020

Publicação Nº 2610289

DECRETO Nº 1892, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 1.872, DE 6 DE AGOSTO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, além do disposto no Decreto Estadual nº 719, de 13 de julho de 2020, Portaria SES nº 592 de 017/08/2020 e;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo SARS-CoV-2/COVID-19;

CONSIDERANDO que em 20 de março de 2020 a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina editou o Decreto Legislativo nº 18.332, declarando estado de calamidade pública em Santa Catarina;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1723, de 30 de março de 2020, que declarou situação de emergência no município de São Bento do Sul e o Decreto nº 1771, de 8 de maio de 2020, que decretou situação de calamidade pública no município;

CONSIDERANDO o teor dos Decretos Municipais emitidos desde o mês de março do corrente ano, todos com novas medidas de combate à propagação do coronavírus;

CONSIDERANDO os alertas emitidos pelo Central de Operações de Emergência em Saúde - COES, que ora identificam a região do Planalto Norte em Risco Potencial Gravíssimo, ora Risco Potencial Grave;

DECRETA:

Art. 1º Os efeitos do Decreto nº 1.872, de 6 de agosto de 2020, ficam estendidos até o dia 02 de setembro de 2020.

Art. 2º O inciso VIII do art. 3º do Decreto nº 1.872, de 6 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.....

.....
.....

VIII - As toalhas e capas de corte deverão ser devidamente higienizadas após cada uso ou descartadas.”

Art. 3º O inciso VIII do art. 4º do Decreto nº 1.872, de 6 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

.....
.....

VIII – Os bebedouros que usam jato d’água devem ser lacrados, sendo permitido o uso daqueles abastecidos com bomba d’água e manejados com copos descartáveis.”

Art. 4º A alínea “a” do inciso I do art. 6º do Decreto nº 1.872, de 6 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....
.....

a) lavar as mãos com água e sabão líquido antes de sair e higienizar as mãos com álcool 70% entre cada entrega. Após cada entrega, higienizar as mãos, preferencialmente, com álcool 70%.”

Art. 5º Os incisos IX, X, XII, XIV e XV do art. 8º do Decreto nº 1.872, de 6 de agosto de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º.....

.....
.....

IX – Os trabalhadores que usam uniforme no local de trabalho não devem retornar com o mesmo para casa e, se o fizerem, deverão retirá-lo em área apropriada.

X – Intensificar a higienização dos utensílios e equipamentos com álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nos utensílios, equipamentos, maçanetas, mesas, corrimãos, interruptores, lavatórios, sanitários, elevadores, armários nos vestiários exclusivos, entre outros, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto.

.....
.....
.....

XII – Os bebedouros que usam jato d'água devem ser lacrados, sendo permitido o uso daqueles abastecidos com bomba d'água e manejados com copos descartáveis.

XIV – Quando o estabelecimento possuir exclusivamente ventilação por ar condicionado, os filtros devem ser higienizados frequentemente.

XV – Recomenda-se verificar a temperatura corporal utilizando termômetro infravermelho e, caso seja igual ou superior a 37,5°, encaminhar o colaborador para o serviço de saúde na unidade especializada para atendimento ao COVID 19.

Art. 6º O parágrafo único do art. 9º do Decreto nº 1.872, de 6 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....
.....
.....

Parágrafo Único. Deve ser priorizado o trabalho remoto para os setores administrativos, exceto os serviços considerados essenciais, adotando-se medidas internas necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus nas repartições públicas, especialmente àquelas relacionadas a saúde no trabalho.”

Art. 7º O art. 16 do Decreto nº 1.872, de 6 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 Fica proibida a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo como parques e praças quando a classificação de risco do município e região for grave ou gravíssima, conforme determinação do Estado.”

Art. 8º A alínea “a” do art. 21 do Decreto nº 1.872, de 6 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....
.....
.....

a) Para contenção da transmissibilidade do COVID-19 deverá ser adotada como medida não farmacológica o isolamento domiciliar, conforme atestado médico, da pessoa com sintomas respiratórios e das pessoas que residam no mesmo endereço, ainda que estejam assintomáticos, sob pena de incorrer nas disposições do artigo 268 do Código Penal.”

Art. 9º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 1.872 de 6 de agosto de 2020.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

ERRATA Nº 11242/2020

Publicação Nº 2610174

ERRATA:
Na publicação da Portaria nº 11242, de 7 de agosto de 2020, na Edição nº 3227, página 826, de 10 de agosto de 2020, do Diário Oficial dos Municípios, no local que se lê “Médico Oftalmologista”. Leia-se “Médico Pediatra”.

LEI Nº 4295/2020

Publicação Nº 2610163

LEI Nº 4295, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

RATIFICA DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DA UNIÃO, POR MEIO DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificada a doação da União, por meio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no estado de Santa Catarina, ao Município de São Bento do Sul dos veículos abaixo relacionados:

- I – Fiat/Palio Fire Economy, placa MHI 8923, Chassi 9BD17106LA5371026;
- II – Fiat/Siena Fire Flex, placa MHR 9891, Chassi 8AP17206LB2174228;
- III – GM/Blazer Advantage, placa MIB 5137, Chassi 9BG116HF0BC401782;
- IV – GM/Blazer Advantage, placa MIB 5257, Chassi 9BG116HF0BC401983;

V – GM/Astra Sedan Advantage, placa ARH 5026, Chassi 9BGTR69W09B215959;
VI – GM/Cobalt 1.8 LTZ, placa MKK 4628, Chassi 9BGJC69Z0DB219894.

Parágrafo único. Os termos de doação dos bens descritos no caput deste artigo são parte integrante da presente lei.

Art. 2º Os veículos serão utilizados pela Administração Direta e Indireta do Município de São Bento do Sul.

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 19 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11338/2020

Publicação Nº 2610178

PORTARIA Nº 11338, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo para a posse de MIRIAM STAL, no cargo de Auxiliar Administrativo, do Concurso Público nº 007/2016, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 14087/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11339/2020

Publicação Nº 2610293

PORTARIA Nº 11339, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001, nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 02/2020,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, a partir de 17 de agosto de 2020, DANIELA ALICE RANK WEIHERMANN, para exercer o cargo de Psicóloga, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 18 de agosto 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 11340/2020

Publicação N° 2610295

PORTARIA N° 11340, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

REVOGA PORTARIA N° 11304/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 17 de agosto de 2020, a Portaria nº 11304/2020 que nomeou MARCIO VANDERLEI WEILLER, Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 18 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 11341/2020

Publicação N° 2610296

PORTARIA N° 11341, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.
Exonera Diretor

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar, a partir de 17 de agosto de 2020, MARCIO VANDERLEI WEILLER, do cargo de Diretor Administrativo, na Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 18 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 11342/2020

Publicação N° 2610299

PORTARIA N° 11342, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.
NOMEIA DIRETOR PRESIDENTE

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4199/2019,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 17 de agosto de 2020, MARCIO VANDERLEI WEILLER, no cargo de Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desporto.

São Bento do Sul, 18 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

RESULTADO PRELIMINAR - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EDITAL Nº 03/2020

Publicação Nº 2609740

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL N.º 03/2020

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público o Resultado Preliminar do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 03/2020.

Informa ainda que conforme dispõe o Edital, o prazo para recursos será de 02 (dois) dias úteis a partir da data de publicação.

INSCRIÇÕES DEFERIDAS**CARGO: ENFERMEIRO**

Classificação	Nome do Candidato	Pontuação por tempo de serviço	Número de dependentes	Data de Nascimento
1º	SINIRA TEREZINHA LEANDRO GONÇALVES SABATKE	5	0	25/04/1972
2º	JOANE RODRIGUES PAZ	2	0	15/04/1986
3º	GERUSA KARINA FURMANN COMARELLA	1	1	14/09/1975
4º	ELIZABETH DO SOCORRO PEREIRA TAVARES PERSIKE	0	0	20/11/1983
5º	JAQUELINE GRUBER	0	0	29/03/1986

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

Classificação	Nome do Candidato	Pontuação por tempo de serviço	Número de dependentes	Data de Nascimento
1º	OSVALDO FERNANDES DE OLIVEIRA NETO	4	0	18/10/1982
2º	JAQUELINE KESSLER SLONGO	3	0	06/10/1987
3º	NORKA NISHIHARA TELLERIA	0	1	18/03/1980
4º	DAVID ESMANHOTTO	0	0	14/02/1983

CARGO: MÉDICO PERITO

Classificação	Nome do Candidato	Pontuação por tempo de serviço	Número de dependentes	Data de Nascimento
1º	FABIO MASASHI FUKUSHIMA	0	0	29/01/1987

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Classificação	Nome do Candidato	Pontuação por tempo de serviço	Número de dependentes	Data de Nascimento
1º	ANA CRISTINA DOS SANTOS	6	0	21/03/1979
2º	JULIANA CRISTINA ROSSI	5	2	25/03/1981
3º	GIÉZI MACHADO LOPES	5	0	20/10/1993
4º	EDNEIDE APOLINARIA PEREIRA	4	1	07/08/1979
5º	FLAVIA APARECIDA DE FREITAS SUBTIL	2	0	24/05/1975
6º	EDENILDA ALVES PEREIRA	0	2	09/05/1968
7º	BRUNA SOARES BUENO	0	1	26/07/1989
8º	MARIZETE DA SILVA BAUM	0	0	23/01/1971
9º	ADRIANE MARTINS	0	0	20/10/1975
10º	GISELE APARECIDA BATISTA DOS SANTOS	0	0	13/09/1985

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

NÃO CONTINHA ANEXO TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS CONFORME ITEM 3.11

Nome do Candidato	
ALESSANDRA CARDOSO HIPOLITO DE OLIVEIRA	
CINTIA RODRIGUES SKONIECZNY	
GABRIEL GRACZEK	

GISELE APARECIDA BATISTA DOS SANTOS	
HELOIZA DE CASTRO	
JHOSELIN PAULA ALVES	
MAURILEIA DO ROSSIU GORESKI	
SUSANA SZLACHTA	

NÃO CONTINHA ANEXO O DOCUMENTO EXIGIDO CONFORME ITEM 3.11 LETRA G

NOME DO CANDIDATO	VAGA
DAINA RAMOS DE AGUIAR	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
ELIOENAY DE OLIVEIRA BRAGANÇA	MÉDICO CLÍNICO GERAL
INGRYD GABRIELLA NASCIMENTO SANTOS	MÉDICO CLÍNICO GERAL
JONATAS JOSE FURTADO DOS SANTOS	MÉDICO CLÍNICO GERAL

FICHA DE INSCRIÇÃO NÃO ESTAVA ASSINADA PELO CANDIDATO CONFORME ITEM 3.11 LETRA C

NOME DO CANDIDATO	VAGA
CLEANES DALLA VALLE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
CRISTIANE PORTES DE OLIVEIRA DRANKA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
MARISE LOCH DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
MYLENA GABRIELE PLOSAI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
NILCÉIA MARLI HACK	TÉCNICO EM ENFERMAGEM

FICHA DE INSCRIÇÃO NÃO CONTEM A OPÇÃO PELO CARGO PREENCHIDA CORRETAMENTE. CONFORME ITEM 3.11 LETRA E

NOME DO CANDIDATO
ANDREIA VICTORIA FRANKLIN QUEROZ
JENIFER ALVES
PATRICIA DE FATIMA ALVES

NÃO CONTEM FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME DO CANDIDATO
ANGELA APARECIDA SIMOES
LUANA NASCIMENTO DE ARAUJO

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2020.

Magno Bollmann
Prefeito Municipal

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 49/2020

Publicação Nº 2609892

Pregão Presencial nº 49/2020
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 49/2020
MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 03 de setembro de 2020, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

0.1 DO OBJETO: a aquisição de mangueira para limpeza de galeria a ser instalado em caminhão hidro jato.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 18 de agosto de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 50/2020

Publicação Nº 2609897

Pregão Presencial nº 50/2020
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 50/2020
MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 08 de setembro de 2020, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: A aquisição de aeradores para o tanque de aeração da ETE (Estação de tratamento de Esgoto Sanitário, do bairro Cruzeiro.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 18 de agosto de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 107/2020

Publicação Nº 2610628

CONTRATO Nº 107/2020

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ Nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Sra. DAIANE ZAPAROLI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua São José s/n, na cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF nº 08847080983, CREFITO CRP Nº 12/15687, doravante denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regido pelas cláusulas e condições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Rescisão parcial do Contrato nº 86/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 28/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 86/2020.

VALOR – O valor do presente contrato é de R\$ 7.381,19 (sete mil trezentos e oitenta e um reais e dezenove centavos).

VIGÊNCIA – A vigência é do período de 09/07/2020 ate o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E DESCRIÇÃO

Com base no Processo Licitatório nº 28/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e o fornecimento parcial dos serviços contratados, não sendo mais necessário o fornecimento dos demais, conforme estabelecido no Contrato nº 86/2020, fica rescindido o valor de R\$ 7.381,19 (sete mil trezentos e oitenta e um reais e dezenove centavos), assim composto:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
3	6,25	MES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL DE PSICÓLOGA, 12 HORAS SEMANAIS DE ACORDO COM O CRONOGRAMA, DIAS E HORÁRIOS DEFINIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	1.180,99	7.381,19
				TOTAL	7.381,19

CLAUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

Face acordo entre as partes, fica rescindido o valor de R\$ 7.381,19 (sete mil trezentos e oitenta e um reais e dezenove centavos), parte do Processo Licitatório já referido, sendo que o fornecedor manifesta sua quitação dos serviços já fornecidos, valores estes vinculados a Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esportes.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

O presente Contrato é redigido em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 9 de Julho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL DAIANE ZAPAROLI
Prefeito Municipal Fornecedor Município

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

DECRETO Nº 190/2020

Publicação Nº 2610509

DECRETO Nº 190/2020 DE 03/08/2020

	DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2020 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a letra "b" Art. 5º da Lei nº 1.299/2019 de 18/12/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica remanejado o valor de R\$ 8.270,95 (oito mil duzentos e setenta reais e noventa e cinco centavos), do Orçamento Financeiro de 2020 do Município de São Bernardino-SC, conforme fica a seguir demonstrado:

DE:

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.02 – Departamento da Cultura e Esportes

27.000.0000.0.000.000 – Desporto e Laser

27.812.0000.0.000.000 – Desporto Comunitário

27.812.0007.0.000.000 – Cultura e Esportes

27.812.0007.2.010.000 – Manutenção de Praças/Quadras de Esportes

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1000 – Recursos próprios Ordinários R\$ 8.270,95

PARA:

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.02 – Departamento da Cultura e Esportes

27.000.0000.0.000.000 – Desporto e Laser

27.812.0000.0.000.000 – Desporto Comunitário

27.812.0007.0.000.000 – Cultura e Esportes

27.812.0007.2.010.000 – Manutenção de Praças/Quadras de Esportes

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1000 – Recursos próprios Ordinários R\$ 8.270,95

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 03 de Agosto de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Sec. da Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 196/2020

Publicação Nº 2610081

DECRETO Nº 196/2020 DE 13/08/2020

	DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2020 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a letra "b" Art. 5º da Lei nº 1.299/2019 de 18/12/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica remanejado o valor de R\$ 10.000,03 (Dez mil e três centavos), do Orçamento Financeiro de 2020 do Município de São Bernardino-SC, conforme fica a seguir demonstrado:



DE:
ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.02 – Departamento da Cultura e Esportes
27.000.0000.0.000.000 – Desporto e Laser
27.812.0000.0.000.000 – Desporto Comunitário
27.812.0007.0.000.000 – Cultura e Esportes
27.812.0007.2.010.000 – Manutenção de Praças/Quadras de Esportes
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1000 – Recursos próprios Ordinários R\$ 0,03

PARA:
ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.02 – Departamento da Cultura e Esportes
27.000.0000.0.000.000 – Desporto e Laser
27.812.0000.0.000.000 – Desporto Comunitário
27.812.0007.0.000.000 – Cultura e Esportes
27.812.0007.2.010.000 – Manutenção de Praças/Quadras de Esportes
4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital
4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1000 – Recursos próprios Ordinários R\$ 0,03

DE:
ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01 – Departamento de Estradas e Rodagens
26.000.0000.0.000.000 – Transporte
26.782.0000.0.000.000 – Transporte Rodoviário
26.782.0017.0.000.000 – Estradas Vicinais
26.782.0017.2.036.000 – Manutenção da Infraestrutura
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1000 – Recursos Próprios Ordinários R\$ 10.000,00

PARA:
ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infra-Estrutura
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01 – Departamento de Estradas e Rodagens
26.000.0000.0.000.000 – Transporte
26.782.0000.0.000.000 – Transporte Rodoviário
26.782.0017.0.000.000 – Estradas Vicinais
26.782.0017.2.036.000 – Manutenção da Infra-Estrutura
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1000 – Recursos próprios Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 13 de Agosto de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. da Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 198/2020

Publicação Nº 2610147

DECRETO Nº 198/2020 DE 14/08/2020

	DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a letra "b" Art. 5º da Lei nº 1.299/2019 de 18/12/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica remanejado o valor de R\$ 188,50 (cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), do Orçamento Financeiro de 2020 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, conforme fica a seguir demonstrado:

DE:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.302.0000.0.000.000 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10.302.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.302.0012.2.025.000 – Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.71.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1002 - Transferência a Consórcios Públicos - Recursos do Imposto de Transferência p/ Saúde

15% R\$ 188,50

PARA:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.302.0000.0.000.000 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10.302.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.302.0012.2.025.000 – Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.93.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1002 – Aplicação Decorrente de Operação entre Órgãos - Recursos do Imposto de Transferência

p/ Saúde 15% R\$ 188,50

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 14 de Agosto de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Sec. da Adm. e Fazenda

PORTARIA 345/2020

Publicação Nº 2610660

PORTARIA Nº 345/2020 DE 17/08/2020

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal, Sra. ROBERTA DE MACEDO ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA, matrícula nº 1479/01 - 20hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 17/08/2020 a 19/08/2020, conforme atestado médico do Dr. RHENAN JUNIOR TESONI (CRM/SC 28085), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina
em 17 de agosto de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

CONTRATO Nº 60/2020

Publicação Nº 2611106

**5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 95/2019****I – IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33D, Jardim Itália, Chapecó-SC, neste ato representado pela sua Presidente, Senhora **Janete Paravizi Bianchin**, doravante denominado **CIS-AMOSC** e,

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.812/0001-50, com sede na Rua José Scheid, S/N, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **ADELI JOSÉ RIFFEL**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 565.819.809-78, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas, condições abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Fica aditivado em R\$ 188,50 (cento e oitenta e oito reais com cinquenta centavos) o valor constante no item 2.1 da **CLÁUSULA SEGUNDA** do contrato de rateio firmado, passando a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O **MUNICÍPIO** repassará ao **CONSÓRCIO** o valor de R\$ 188.030,50 (cento e oitenta e oito mil e trinta reais com cinquenta centavos) definidos na Lei Orçamentária.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica retificado o item 5.1 da **CLÁUSULA QUINTA** do contrato de rateio firmado, passando a vigorar com a seguinte redação:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 01.336.261/0001-40 - Fone/Fax: (49) 3199-4900
Rua Adolfo Konder 33D, Bairro Jardim Itália
89802.260 - Chapecó - SC

diretoria@cisamosc.sc.gov.br
www.cisamosc.sc.gov.br

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2020, nas dotações:

3.3.93.39.50 – R\$ 176.400,00 – Serviços Médicos Pessoa Jurídica.

3.3.93.30.43 – R\$ 3.600,00 - Materiais para reabilitação.

3.3.93.30.28 - R\$ 8.030,50 - Material de Proteção e Segurança

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente termo aditivo.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC em 18 de agosto de 2020.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
SAÚDE DO OESTE DE SANTA
CATARINA (CIS-AMOSC)
JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PRESIDENTE**

**MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 01.336.261/0001-40 - Fone/Fax: (49) 3199-4900
Rua Adolfo Konder 33D, Bairro Jardim Itália
89802.260 - Chapecó - SC

diretoria@cisamosc.sc.gov.br
www.cisamosc.sc.gov.br

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO CTB Nº 60/2020

Publicação Nº 2610540

Decreto CTB Nº 60/2020

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 127,30 (cento e vinte e sete reais e trinta centavos)

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1493, de 20 de novembro de 2019

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta um Crédito Suplementar por conta dos rendimentos do convenio Elisabete Anderle de Incentivo a Cultura, no montante de R\$ 127,30 (cento e vinte e sete reais e trinta centavos) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO E CULTURA

09.01 - Secretaria Municipal do Turismo e Cultura

09.01.027.695.0003.2.020 – 3.3.90.00.00.00.00748.723 R\$ 127,30

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de agosto de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

DECRETO CTB Nº 61/2020

Publicação Nº 2610544

Decreto CTB Nº 061/2020

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 17.028,00 (dezessete mil, vinte e oito mil reais) para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente da Pandemia Coronavírus (Covid-19) e da outras providencias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com autorização que lhe confere o artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal c/c artigo 41, inciso III e 44 da Lei (Federal) 4.320/64, de 17 de março de 1964, e do artigo 8.º, da Lei n.º 1493/2019, de 20 de novembro de 2019.

Considerando a situação de emergência declarada no Município de São Bonifácio por meio do Decreto 92/2020 de 20 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia Coronavírus (Covid-19).

Considerando a necessidade de assistir de forma eficiente e eficaz a população.

Considerando que a situação demanda o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de São Bonifácio SC.

Considerando as medidas já tomadas decreta:

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto um Credito Suplementar no valor de R\$ 17.028,00 (dezessete mil, vinte e oito reais) por conta dos recursos do oriundos do Fundo Nacional de Saude, Portaria numero 1857/2020 que passará a fazer parte do orçamento vigente sob a seguinte classificação:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFACIO

Atividade: 15.01.10.301.0005.2.071 - Funcionamento e Manutenção das Atividades para Combater o COVID-19.

3 .3.90.00.00.00.3084 Aplicações Diretas R\$ 17.028,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de agosto de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 089/2020

Publicação Nº 2610530

DECRETO N.º 089, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso I da Lei Municipal n.º 1871/2019 de 11 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no orçamento CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), nas seguintes Referências de Dotações Orçamentárias;

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	10
Unidade	Fundo Municipal de Saúde – FMS	001
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	SAÚDE - HUMANIZADA, AGIL E RESOLUTA	0015
Atividade	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE –FMS	2.014
Referência	Modalidade de Aplicação	Vinculo
(270)	Aplicação Direta –3.1.90	1038 - Transferência do SUS – União
Valor Total R\$:		190.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	10
Unidade	Fundo Municipal de Saúde – FMS	001
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	SAÚDE - HUMANIZADA, AGIL E RESOLUTA	0015
Atividade	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESF - (PSF,PACS E SAÚDE BUCAL)	2.017
Referência	Modalidade de Aplicação	Vinculo
(205)	Aplicação Direta –3.1.90	1038 - Transferência do SUS – União
Valor Total R\$:		210.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	10
Unidade	Fundo Municipal de Saúde – FMS	001
Função	Saúde	10
Sub-função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa	SAÚDE - HUMANIZADA, AGIL E RESOLUTA	0015
Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SAMU-193	2.015
Referência	Modalidade de Aplicação	Vinculo
(214)	Aplicação Direta –3.1.90	1038 - Transferência do SUS – União
Valor Total R\$:		50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	10
Unidade	Fundo Municipal de Saúde – FMS	001
Função	Saúde	10

Sub-função	Vigilância Sanitária	304
Programa	SAÚDE - HUMANIZADA, AGIL E RESOLUTA	0015
Atividade	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2.019
Referência	Modalidade de Aplicação	Vinculo
(234)	Aplicação Direta -3.1.90	1038 - Transferência do SUS – União
Valor Total R\$:		50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	07
Unidade	Departamento de Educação	001
Função	Educação	12
Sub-função	Educação Infantil	365
Programa	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, MODERNIDADE E VALORIZAÇÃO	0012
Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	2.006
Referência	Modalidade de Aplicação	Vinculo
(149)	Aplicação Direta -3.1.90	1018 - Transferências do FUNDEB - 60%
Valor Total R\$:		500.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do provável excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2020, na destinação de Recursos DR nº 1038 - Transferência do SUS – União, no valor de R\$ 500.000,00, e DR nº 1018 - Transferências do FUNDEB - 60%, no valor de R\$ 5000.000,00. Perfazendo o valor total de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 18 de Agosto de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal.
Registre-se e Publique-se.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 24-2020 - ADM

Publicação Nº 2611099

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	024/2020 – ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO VISANDO O PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.
Licitação:	Processo Licitatório nº 030/2020 - ADM, modalidade Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 002/2020
Dotação:	2.017.3390.00 - 02 - 207/2020 - MANUTNEÇÃO DOS PROGRAMAS ESF.
Vigência:	30/12/2020
SÃO CARLOS/SC, 18 DE AGOSTO DE 2020.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 1177, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610456

DECRETO Nº 1177, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.
Dispõe sobre a revogação de ato oficial.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 059, de 16/08/2018 atualizada e:

- Considerando a portaria nº 1089 de 13 de agosto de 2020, que concedeu Licença para Atividade Política a servidora Silvia Rozani de Brito Baggio, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado, no que diz respeito a servidora, o Decreto nº 489, de 22 de agosto de 2018, que concedeu o Adicional de Incentivo à Regência de Classe, na ordem de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento base do cargo, de acordo com disposto no Artigo 89 da Lei Complementar Municipal nº 0059, de 16/08/18, a servidora Pública Municipal, Silvia Rozani de Brito Baggio, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV, a partir do dia 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 14 de agosto de 2020.

São Domingos (SC), 17 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1178, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610457

DECRETO Nº 1178, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.
Dispõe sobre a revogação de ato oficial.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 059, de 16/08/2018 atualizada e:

- Considerando a portaria nº 1090 de 13 de agosto de 2020, que concedeu Licença para Atividade Política a servidora Daniela De Marco Busato, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado, no que diz respeito a servidora, o Decreto nº 678, de 08 de fevereiro de 2019, que concedeu o Adicional de Incentivo à Regência de Classe, na ordem de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento base do cargo, de acordo com disposto no Artigo 89 da Lei Complementar Municipal nº 0059, de 16/08/18, a servidora Pública Municipal, Daniela De Marco Busato, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV, a partir do dia 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 14 de agosto de 2020.

São Domingos (SC), 17 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1179, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610708

DECRETO Nº 1179, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.
Dispõe sobre a revogação de ato oficial.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 059, de 16/08/2018 atualizada e:

- Considerando a portaria nº 1090 de 13 de agosto de 2020, que concedeu Licença para Atividade Política a servidora Daniela De Marco Busato, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV;
- Considerando que a servidora foi admitida em substituição caráter temporário, através de Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Professor PD/D-IV;
- Considerando o disposto no art. 74, da Lei Complementar Municipal nº 0045/2012;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado, o Decreto nº 941, de 27 de janeiro de 2020, que admitiu, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Daniela De Marco Busato, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais,

Art. 2º O período em vigor deste Decreto é do dia 14 de agosto ao dia 16 de novembro de 2020, quando estará encerrado o período eleitoral no município de São Domingos (SC).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 14 de agosto de 2020.

São Domingos (SC), 17 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1150, DE 22 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2610607

DECRETO Nº 1150, DE 22 DE JULHO DE 2020.
Dispõe sobre a extinção de vínculo de servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990; Lei nº PAN 1.132,1998; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; Lei Complementar nº 0043, de 26/07/12; e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando o retorno da Licença maternidade da servidora titular da vaga, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV, Andressa Tomazini Rosaneli;
- Considerando o término do contrato da servidora admitida em substituição, durante a licença maternidade da servidora titular Andressa Tomazini Rosaneli;

DECRETA:

Art.1º Fica extinto o vínculo da servidora Daiane Curtarelli Brunetto, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV, matrícula 24125, admitida em

caráter temporário no serviço público municipal, pelo encerramento do contrato, a partir desta data.

Art.2º Fica extinto o contrato nº 063/2020, firmado entre o Município de São Domingos e a servidora admitida em caráter temporário conforme redação constante do art.1º deste decreto.

Art.3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de julho de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N° 1159, DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2610611

DECRETO N° 1159, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre exoneração do Cargo Comissionado de Servidora Pública Municipal e da outras providências .

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada;

- Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 14511 de 06 de agosto de 2020, através do qual a servidora Judite Mocellin, solicitou exoneração do cargo de Coordenador de Programa, deste município;
- Considerando o princípio da legalidade dos atos da administração pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal Judite Mocellin, do cargo comissionado de Coordenador de Programa deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 653, de 21 de fevereiro de 2019, no que diz respeito a servidora.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 1097, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2610466

PORTARIA N° 1097, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a revogação de ato oficial.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

- Considerando a Portaria nº 1084 de 13 de agosto de 2020, que concedeu Licença para Atividade Política ao servidor Edson Luiz Rosalem, ocupante do cargo de Motorista;

· Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, a partir desta data, a portaria nº 715, de 06 de maio de 2020, que concedeu Gratificação de Função aos motoristas da saúde, conforme Lei Complementar 065, de 24 de abril de 2019, no que tange ao servidor Edson Luiz Rosalem, ocupante do cargo de Motorista.

Art. 2º Igualmente, fica revogada a portaria nº 1776, de 17 de abril de 2015, que concedeu insalubridade na ordem de 40% (quarenta por cento), incidente sobre o menor vencimento do município, ao servidor público municipal Edson Luiz Rosalem, ocupante do cargo de motorista lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 1098, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610468

PORTARIA Nº 1098, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.
Dispõe sobre a revogação de ato oficial.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

· Considerando a Portaria nº 1085 de 13 de agosto de 2020, que concedeu Licença para Atividade Política a servidora Marta Alves Pereira da Silva Maróstica;

· Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a portaria nº 1046, de 09 de junho de 2020, que concedeu insalubridade na ordem de 40% (quarenta por cento), incidente sobre o menor vencimento do município, a servidora pública municipal Marta Alves Pereira da Silva Maróstica, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 1099, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610470

PORTARIA Nº 1099, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.
Dispõe sobre a revogação de ato oficial.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

· Considerando a Portaria nº 1087 de 13 de agosto de 2020, que concedeu Licença para Atividade Política ao servidor Adelino Moraes Flores, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;

· Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, a partir desta data, a portaria nº 1042, de 22 de maio de 2020, que concedeu Vantagem Horizontal na ordem de 10% nos termos da Lei Complementar nº 0018, de 28/01/08, no que tange ao servidor Adelino Moraes Flores, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 1100, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2610474

PORTARIA N° 1100, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.
Dispõe sobre a revogação de ato oficial.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

- Considerando a Portaria nº 1088 de 13 de agosto de 2020, que concedeu Licença para Atividade Política ao servidor Sergio Roque Zappani, ocupante do cargo de Operador de Máquinas;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, a partir desta data, a portaria nº 675, de 15 de março de 2019, que concedeu Vantagem Horizontal na ordem de 30% (trinta por cento), nos termos da Lei Complementar nº 0018, de 28/01/08, no que tange ao servidor Sergio Roque Zappani, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 1101, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2610476

PORTARIA N° 1101, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.
Dispõe sobre a revogação de ato oficial.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

- Considerando a Portaria nº 1093 de 13 de agosto de 2020, que concedeu Licença para Atividade Política a servidora Elaine Terezinha de Mello Guadagnin, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 665, de 13 de março de 2019, que designou para atuar como Assistente Técnico Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, e concedeu a Função Gratificada do Magistério, FG-M2- 20%

(vinte por cento), nos termos dos artigos 14, 26 e 204 da Lei Municipal nº 059, de 16/08/18, a ser calculada sobre o vencimento básico da classe, à servidora Elaine Terezinha de Mello Guadagnin, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV, a partir do desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 1076 DE 01 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610585

PORTARIA Nº 1076 DE 01 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de progressão por grau de instrução a servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; de acordo com o artigo 185 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 26/11/2012 atualizada e pela Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada;

- Considerando a apresentação de Certificado de Pós – Graduação em MBA em Gestão de Pessoas;
- Considerando Parecer Jurídico.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Adicional pela Progressão por Grau de Instrução na ordem de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento base, a partir do desta data, a servidora Ivani Teresinha Scatolin, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento desta portaria, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 01 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 1077 DE 01 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610587

PORTARIA Nº 1077 DE 01 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de progressão por grau de instrução a servidora pública municipal, portadora de certificado de conclusão do curso de graduação.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; de acordo com o artigo 185 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 26/11/2012 atualizada e pela Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada;

- Considerando a apresentação de Certificado do Curso de Graduação o qual confere o título de Bacharela em Ciências Contábeis;
- Considerando Parecer Jurídico.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Adicional pela Progressão por Grau de Instrução em razão da conclusão do ensino superior, na ordem de 10% (dez por cento), sobre o vencimento base, a partir desta data a servidora Evanilse de Fátima Bellé Rissi, ocupante do cargo efetivo de Agente Tributário a partir do desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento desta portaria, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do

município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 01 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 1078 DE 01 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610590

PORTARIA Nº 1078 DE 01 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de progressão por grau de instrução ao servidor público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; de acordo com o artigo 185 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 26/11/2012 atualizada e pela Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada;

- Considerando a apresentação de Certificado de Pós graduação – MBA EM GESTÃO DE PESSOAS;
- Considerando Parecer Jurídico.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Adicional pela Progressão por Grau de Instrução na ordem de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento base, a partir do desta data, ao servidor PAULO JUNG, ocupante do cargo efetivo de Assistente Financeiro.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento desta portaria, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 01 de Agosto de 2020.
Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 1079 DE 28 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2610591

PORTARIA Nº 1079 DE 28 DE JULHO DE 2020.

Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDORA	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DÍAS	GOZO
Jussara Nunes	Assistente Social	xxxxxxxxxx	12	03/08/20 a 14/08/20

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 01 de Agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 1080 DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610595

PORTARIA Nº 1080 DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDORA	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Nelvi Terezinha Chimello	Auxiliar de Serviços Gerais	08/05/19 a 07/05/20	12	03/08/20 a 14/08/20

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de Agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 1081, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610596

PORTARIA Nº 1081, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Autoriza empregada a conduzir veículos públicos municipais.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990;

· Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social Angela Maria de Lima;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a conduzir veículos de propriedade deste município, a servidora pública municipal Thatiana Maciel ocupante do emprego de Assistente Social lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº 1415607216.

Art. 2º A empregada ora autorizada a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de Agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 1082, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610600

PORTARIA Nº 1082, DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

Autoriza empregada a conduzir veículos públicos municipais.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990;

· Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social Angela Maria de Lima;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a conduzir veículos de propriedade deste município, a servidora pública municipal Ana Claudia Gauer Arruda ocupante do cargo de Coordenador de Programas lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº2010851765.

Art. 2º A empregada ora autorizada a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de Agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 1083 DE 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610602

PORTARIA Nº 1083 DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

Concede férias ao servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Antonio Terras	Assessor de Secretaria	22/02/19 a 21/02/20	15	10/08/20 a 24/08/20
Cladir Rottava	Motorista	26/06/17 a 25/06/18 26/06/18 a 25/06/19	10 20	11/08/20 a 20/08/20 21/08/20 a 09/09/20
Marino Scariotto	Agente de Construção e Conservação	29/03/18 a 28/03/19	30	11/08/20 a 09/09/20

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 1096, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610464

PORTARIA Nº 1096, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Autoriza servidora a conduzir veículos públicos municipais.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a conduzir veículos de propriedade deste município, a servidora pública municipal Joseane Gitrone Bisol ocupante do cargo de Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº02722261272.

Art. 2º A servidora ora autorizada a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de Agosto de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PRIMEIRO TERMO ADITIVO: FMS N. 016 DE 18/08/2020

Publicação Nº 2609516

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: AGOSTO/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO: FMS N. 016 de 18/08/2020

VALOR: R\$ 4.450,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/08/2020

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES ULTRASSONOGRÁFICOS, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSOM, PROFISSIONAL MÉDICO CAPACITADO E HABILITADO, TODOS OS MATERIAIS E INSUMOS, E A EMISSÃO E IMPRESSÃO DE LAUDO E FILME.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Bornelli Serviços de Saúde LTDA

CPF/CNPJ: 27.754.757/0001-27

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 07/02/2021

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 123/2020

Publicação Nº 2609825

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 123/2020

TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 012/2020

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 03 de setembro de 2020, estará recebendo as propostas de interessados para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM CBUQ SOBRE PEDRA RACHÃO E PEDRAS POLIÉDRICAS, DA RUA DARCI FRANCISCO BALDISSERA. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 18 de agosto de 2020.

ELIEZE COMACHIO – Prefeita Municipal.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

P.E. 081-2020

Publicação Nº 2609913

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO LICITAÇÃO Nº 081/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria Nº 16.528 de 06 de julho de 2020, torna público para 2020, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em locação de impressoras multifuncionais em regime de comodato e pagamento por cópias/impressões, para a Secretaria Municipal de Educação e Unidades Escolares, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1 O critério de julgamento adotado será o menor preço total do lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG 988319

2.2. Referência de Tempo

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3. Data e horário para início da entrega das propostas:

Data e horário: 19 de Agosto de 2020 às 08h.

2.4 - Data e horário limite para entrega das propostas:

Dia 01 de Setembro de 2020 às 08h30.

2.5. Início da Sessão de Disputa de Preços

Data/Hora: 01 de Setembro de 2020 às 09h.

2.6. Modo de Disputa: "aberto e fechado" O intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de 1% (um por cento)

2.7. Término da Sessão Principal

15 minutos após o início da sessão de disputa.

2.8. Término do Período Adicional

Encerrado o prazo previsto no item 2.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

2.9. Da Execução da Licitação

A Unidade de Processos, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Secretaria requisitante

2.10 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço

Eletrônico, www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as constantes do Edital.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Eletrônico

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR POR LOTE nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste Edital correrão a expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1002 – Secretaria Municipal de Educação Ensino Fundamental
Projeto Atividade	2057 – Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no ensino fundamental
Elemento de Despesa	33903983 – Serviços cópias e reprodução de documentos
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário Educação

Unidade Orçamentária	1001 – Secretaria Municipal de Educação Educação Infantil
Projeto Atividade	2054 – Garantir educação de qualidade as crianças de 0 a 5 anos
Elemento de Despesa	33903983 – Serviços cópias e reprodução de documentos
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário Educação

4. DOS ANEXOS

Anexos I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;
Anexo II – Minuta de Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h às 14h, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> no link PREGÕES E LICITAÇÕES e www.comprasgovernamentais.gov.br

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 03 dias úteis antes;
Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.2. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e www.comprasgovernamentais.gov.br Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

6.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

7.2. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, observando a data e o horário limite estabelecido no item 01 deste Edital.

7.3. O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua

proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

7.5. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.8. O proponente deverá comunicar imediatamente ao www.comprasgovernamentais.gov.br qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.9. Não poderão participar desta licitação os interessados:

7.9.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.9.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.9.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.9.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

7.9.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

7.9.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

7.10 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

- Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

- Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- Que a proposta foi elaborada de forma independente;

- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

7.11 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Chaves Públicas – ICP - Brasil

8.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelos telefones 08009789001

8.2. O credenciamento da licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.2.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

8.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.6. Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

8.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

9 – DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e total do lote

10.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

11 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

12.2.1.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.2.1.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

11.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1.0% (um por cento).

11.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

11.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

11.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

11.26.1 No país;

11.26.2 Por empresas brasileiras;

11.26.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.26.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

12.1.1. Para fins do disposto no item 12.9, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

12.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

12.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

12.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13 DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consulta.

13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

13.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.2.3. O descumprimento do item acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sites eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

13.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7. Ressalvado o disposto no item 9.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.8. Habilitação jurídica:

13.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldompreendedor.gov.br;

13.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

13.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

13.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 13.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 13.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 13.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 13.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 13.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 13.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 13.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 13.9.8.
- 13.10. Qualificação Econômico-Financeira.
- 13.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 13.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- a. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituraram informações contábeis pela ECD.
- c. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- d. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:
- LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
- Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
- SG = Ativo Total
- Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
- LC = Ativo Circulante
- Passivo Circulante
- e. Apresentar notas explicativas, em consonância com o disposto nos art.31, I, da Lei nº 8.666/93 e 176, §4º, da Lei nº 6.404/76 e no item 3.17, "f", da NBC TG 1000, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (item 2.2.2 do Relatório DLC/CAJU/Div.6 n.139/2020).
- 13.11. Qualificação Técnica
- 13.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 13.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 13.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 13.1.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 13.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 13.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 13.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 13.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 13.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 13.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 13.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

14.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

14.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15 DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.1 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.1.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.1.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.1.3. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.2.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.3. O prazo de entrega dos equipamentos é 20 – vinte dias - prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

19.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

19.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO

23.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

24.1.3. Apresentar documentação falsa;

24.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.6. Não mantiver a proposta;

24.1.7. Cometer fraude fiscal;

24.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

24.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

24.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos itens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 24.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 24.4.2. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 24.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 24.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

24.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, poderá ser cobrado o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

24.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no setor de licitações e contratos sito à Praça Getúlio Vargas, 01 – bairro Centro, neste município nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 25.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 25.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato

São Francisco do Sul, 18 de agosto de 2020.

Jucélio de Carvalho
Secretário Municipal de Educação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Serviços de impressão e cópias, através da contratação de empresa especializada em locação de impressoras multifuncionais em regime de comodato e pagamento por cópias/impressões coletadas mensalmente, para as atividades da Secretaria Municipal de Educação e unidades escolares, por um período de 12 meses.

2. OBJETIVO

O presente tem por objetivo estabelecer as condições gerais para a contratação de empresa especializada em locação de impressoras e serviços de impressão, considerando as normas de prestação de serviços de tecnologia e a garantia das melhores condições, proporcionando a eficiência nas atividades de impressão e cópias da Secretaria Municipal de Educação, Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil.

3. JUSTIFICATIVA

A contratação deste serviço, possibilitará a execução das atividades administrativas e por vezes pedagógicas de toda a Secretaria Municipal de Educação, tendo como exemplo a impressão de documentos, relatórios, portfólio, apostilas e afins, além da cópia de documentos de identificação e outros documentos.

4. DO VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO

4.1. Os valores unitários estimados para a contratação pretendida, obedecerá a planilha de preços máximos aceitáveis, constante no Anexo I – Termo de Referência, tendo como base a média obtida em pesquisa de preços de mercado. Os valores unitários de cada item, poderão ser compostos por até três dígitos após a vírgula (centésimos de centavos), válido somente para o realinhamento da proposta da empresa VENCEDORA.

4.2. Para a composição do valor unitário por cópia, foi considerado a partir do cálculo da média de três propostas preço, o valor unitário em três casas decimais após a vírgula (centésimos de centavo). Desta maneira, em razão da quantidade total estimada para as cópias, o valor total do objeto está mais próximo do real e praticável dentro dos trâmites internos da Administração.

5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

LOTE ÚNICO

Item	DESCRIÇÃO	Estimativa Mensal	Vlr. p/ Cópia	Valor mensal	Valor Total
1	Locação de 24 impressoras multifuncionais monocromáticas, em regime de comodato destinadas as Escolas Municipais e Secretaria Municipal de Educação, conforme descrição técnica exposta no ITEM 6.	216.875			
2	Locação de 19 impressoras multifuncionais monocromáticas, em regime de comodato destinados aos Centros Municipais de Educação Infantil, conforme descrição técnica exposta no ITEM 6.	11.400			
3	Locação de 01 impressora multifuncional policromática, em regime de comodato, destinada à Secretaria Municipal de Educação, conforme descrição técnica exposta no ITEM 6.	8.000			

VALOR TOTAL DO LOTE: _____

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1 O tipo de impressora que será fornecido, deverá possuir ser do padrão multifuncional e as seguintes características mínimas:

a) Tecnologia de impressão:

a. Tecnologia eletrofotográfica a seco (laser, led ou equivalente);

b) Características de Hardware:

a. Impressora multifuncional monocromática:

i. Velocidade de impressão em A4/Simplex: Mínimo 40 ppm (ITEM 1)

ii. Velocidade de impressão em A4/Simplex: Mínimo 30 ppm (ITEM 2)

iii. Resolução mínima de impressão de 600 dpi;

b. Impressora multifuncional policromática:

i. Resolução mínima de impressão de 1200 dpi

c) Dimensões do papel:

a. Tamanho A4 e carta com gramatura entre 75 g/m² e 180 g/m².

d) Tecnologia de digitalização:

a. Digitalização de documentos no tamanho A4 e que tenham a opção do alimentador automático (ADF);

b. Geração dos formatos dos arquivos digitalizados em JPG, JPEG ou PDF;

c. Resolução ótica mínima de digitalização 600x600 dpi;

d. Digitalização que permita o arquivo digitalizado, possa ser encaminhado via correio eletrônico, caminho de rede (SMB) ou servidor via FTP. Os equipamentos devem possuir porta de conexão do tipo "USB", permitindo o salvamento dos arquivos digitalizados em um dispositivo do tipo "USB Flash drive" (pendrive);

e) Softwares de gerenciamento e impressão:

a. Software de impressão compatível com os sistemas operacionais Windows 7, 8 e 10, sistemas de Linux tais como Ubuntu, Debian e afins;

b. Software de coleta de contadores de impressão/cópia, de forma que possibilite a coleta automática dos contadores;

f) Equipamentos novos ou de 1º uso, respeitando o período de 02 anos da data de fabricação;

g) Conexão de energia compatível com a corrente elétrica de 220v, com dispositivo elétrico de segurança (No-break), sendo respeitada a possibilidade de transformação da corrente, ou seja, o aparelho pode possuir conexão de 110v, conectado a um No-break de 220v ligado à rede elétrica;

7. MATERIAIS E SUPRIMENTOS

7.1. Todos os materiais destinados as atividades do contrato, tais como toners, equipamentos elétricos, peças de manutenção e reposição, serão fornecidos pela empresa contratada.

7.2. Os toners deverão ser enviados a sede da Secretaria Municipal de Educação, após solicitação, em até 24 horas a partir da confirmação do pedido e deverá ser coletado os toners que estiverem vazios.

8. MANUTENÇÃO

8.1. Fornecer os serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e de todo o material de consumo necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos;

8.2. A Contratada deverá atender aos pedidos de manutenção preventiva e corretiva de forma ON-SITE (no local), quando solicitados pela Secretaria de Educação e/ou unidades escolares, nos locais em que os equipamentos estiverem instalados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da confirmação do pedido, caso o chamado tenha sido efetuado em horário comercial, de segunda a sexta-feira, dentro do horário de expediente de cada local, sendo de sua responsabilidade todo material necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos;

8.3. Os equipamentos devem ser mantidos em perfeito estado de funcionamento, sendo que para tanto as manutenções preventivas e corretivas não podem implicar em qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Educação;

8.4. As execuções das manutenções devem seguir as recomendações técnicas do fabricante, sem que isso ocasione qualquer prejuízo à execução dos serviços;

8.5. Caso a manutenção preventiva ou corretiva exija troca de peças que não tenham reposição imediata e/ou caso seja necessária a retirada do equipamento, inclusive por indisponibilidade de peças, a contratada deverá providenciar a instalação de outro equipamento com as mesmas especificações, facultado à empresa a reposição da impressora consertada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.6. A Contratada deverá providenciar a substituição do equipamento que apresentar quantidade excessiva de defeitos e manutenções, causando atrasos e prejuízo ao serviço, a critério da Secretaria Municipal de Educação, por outro em perfeito funcionamento e de mesma especificação do substituído, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação feita pela Secretaria Municipal de Educação;

8.7. A Contratada deverá proceder à substituição de equipamento pendente de assistência técnica por outro em perfeito funcionamento e de mesma especificação do substituído em até 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Educação;

8.8. Cabe à Contratada a instalação de todos os suprimentos, acessórios, componentes ou outros materiais que exijam conhecimento técnico;

8.9. Disponibilização de central de chamada telefônica de forma gratuita (0800, chamadas a cobrar e afins), ou a possibilidade de abertura de chamado por correio eletrônico (email).

8.10. Os contadores das impressões/cópias, deverão ser coletados de forma automática por parte da empresa licitante, utilizando-se de software, uma vez que as impressoras das unidades escolares e creches possuirão acesso disponível à internet.

9. GARANTIA

A contratada deverá oferecer garantia total, incluindo troca de equipamentos defeituosos e assistência técnica;

10. PRAZO, FORMA DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

10.1 Os equipamentos (novos e 1º uso de até 02 anos desde a data de fabricação) serão em regime de comodato e deverão ser entregues e instalados sem nenhum custo adicional, inclusive com estabilizadores fornecidos pela contratada;

10.2 A empresa vencedora deve se adaptar aos tipos de tomadas existentes nos prédios que receberão os equipamentos;

10.3 A empresa vencedora deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos oriundos da manutenção incluindo, transporte e peças, serviços de manutenção preventiva, corretiva e reposição de peças, bem como todo material de consumo necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos, exceto o fornecimento de papel que caberá ao contratante.

10.4 O prazo de entrega e instalação dos equipamentos é de no máximo 20 (vinte) dias após a solicitação da secretaria.

11. LOCAIS DE INSTALAÇÃO

A instalação das impressoras, irá contemplar todas as unidades escolares do ensino fundamental (EBM) e infantil (CMEI) e Secretaria Municipal de Educação, relacionadas em listagem abaixo:

ITEM 1	LOCAL DE INSTALAÇÃO
1	EBM Álvaro Tancredo Dippold – Rua Binot Palmier de Gonville, s/nº - Acaraí
2	EBM CAIC Irmã Joaquina Busarello – Rua Flordaldo Nóbrega, 635 – Acaraí
1	EBM Dr. Franklin de Oliveira – Rod. Duque de Caxias, s/nº - Reta
2	EBM Dr. Rogério Zattar – Rod. Duque de Caxias, s/nº - Sandra Regina
1	EBM Ida Beatriz B de Camargo – Rua Praia Grande, 434 – Majorca
1	EBM João Dias – Estrada Geral do Forte, s/nº - Forte

2	EBM Waldemar da Costa – Rua Willi Lenh, 01 – Água Branca
1	EM Antônio Canuto – Estrada Geral da Ribeira, s/nº - Ribeira
1	EM Estaleiro – Estrada Geral do Estaleiro, s/nº - Vila da Glória
1	EM Francisco Anselmo Corrêa – Estrada Geral da Laranjeiras, s/nº - Laranjeiras
1	EM Izidoro Curvello – Rua Binot Palmier de Gonneville, s/nº - Tapera
1	EM Lúcio Patrício de Mira – Estrada Geral da Gamboa, s/nº - Gamboa
1	EM Morro da Cruz – BR 280, s/nº - Morro da Cruz
1	EM Rudolph Fischer – Rua 25 de Dezembro, s/nº - Morro Grande
1	EM Ramiro Bueno da Rocha - Estreada Geral do Ervino, s/nº - Praia do Ervino
2	EBM João Germano Machado – Rod. Duque de Caxias, s/nº - Iperoba
4	Sec. Mun. de Educação - Av. Barão do Rio Branco, nº 217 - Centro - Prédio do Centro Integrado Multiuso
24	
ITEM 2	LOCAL DE INSTALAÇÃO
1	CMEI Bem Me Quer - Rodovia Duque de Caxias, s/nº - Reta
1	CMEI Cantinho Alegre - Rua Jardim Acaraí, n/nº - Ervino
1	CMEI Chapeuzinho Vermelho - AV. Dr. Nereu Ramos, s/nº - Rocio Grande
1	CMEI Estrelinha do Mar – Estrada Geral da Vila da Glória – Vila da Glória
1	CMEI Frei Martinho – Rua Otacílio da Costa Pereira, s/nº - Água Branca
1	CMEI Girassol – Estrada Geral do Forte, s/nº - Forte
1	CMEI Mickey Mouse – Rua Flordoaldo Nóbrega, 635 – Acaraí
1	CMEI Morro Grande - Rua 25 de Dezembro, s/nº - Morro Grande
1	CMEI Mundo Encantado – Rua dos Cedros, s/nº - Majorca
1	CMEI Pantera Cor de Rosa – Rod. Duque de Caxias, s/nº - Iperoba
1	CMEI Pedacinho do Céu – Rod. Duque de Caxias, s/nº - Sandra Regina
1	CMEI Pedacinho do Céu UNIDADE AMPLIADA – Rua Oscar Bernardo Beckhauser, nº 396 - Sandra Regina
1	CMEI Peixinho Dourado – Rua Salvador, 346 – Enseada
1	CMEI Pequeno Polegar – Rua Francisco Mascarenhas, s/nº - Paulas
1	CMEI Pequeno Príncipe – Rua Almirante Barroso, s/nº - Rocio Pequeno
1	CMEI Peter Pan – Rua Binot Palmier de Gonneville, s/nº - Tapera
1	CMEI Raio de Sol - Rua Quito, s/nº - Itaguaçu
1	CMEI Semente da Esperança – Estrada Geral do Miranda, s/nº - Miranda
1	CMEI Sonho Feliz – Rua Simião de Mira, s/nº - Reta (Lot. Coca)
19	
ITEM 3	LOCAL DE INSTALAÇÃO
1	Sec. Mun. de Educação - Av. Barão do Rio Branco, nº 217 - Centro - Prédio do Centro Integrado Multiuso

12. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme descrito na Requisição de Despesa nº 136/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

13. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução será acompanhada por servidores designados pela Secretária Municipal de Educação e respectiva unidade escolar, que realizarão o monitoramento e fiscalização da execução do contrato.

14. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei n. 8.666/1993.

15. DEVERES DO CONTRATANTE

Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos na condições e preços pactuados.

16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

16.1 O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

16.2 O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, considerando como execução os meses letivos, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, II, da Lei 8.666/1993, se houver interesse da Administração. O reajuste dos preços dos serviços prestados poderá ser efetuado após 12 (doze) meses de vigência do contrato e será medido pela variação anual do IPCA – Índice de Preço da Inflação Acumulada, apurado mediante os 12 meses de vigência, salvo adoção, por ato do poder público, de outro índice que vier a ser fixado para o reajuste do contrato dessa natureza.

18. SANÇÕES PELO INADIMPLEMENTO

De acordo com os artigos 87 e seguintes da Lei n. 8.666/1993.

19. PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado mensalmente em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal preenchida corretamente com o objeto contratado e período de execução do serviço, juntamente com o relatório contendo os contadores de cada aparelho.

19.2. O valor de faturamento, será de acordo com o quantitativo de cópias/impressões dentro da quantidade máxima mensal estabelecida.

19.3. As notas fiscais e relatórios deverão ser enviados a Secretaria Municipal de Educação, fisicamente e/ou por e-mail, direcionadas para o endereço eletrônico financeiroeducacao@sao franciscodosul.sc.gov.br.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

A administração e a Secretaria Municipal de Educação não se responsabilizarão por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação dos prepostos da contratada, e será de inteira responsabilidade da contratada, qualquer dano causado pela atuação a serviço da Administração, bem como prejuízos causados a terceiros;

Jucélio de Carvalho

Secretário Municipal de Educação

PREGÃO ELETRÔNICO N° /2020

ANEXO II**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx n.º /2020, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada em locação de impressoras multifuncionais em regime de comodato e pagamento por cópias/impressões, para a Secretaria Municipal de Educação e Unidades Escolares, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:**LOTE ÚNICO**

Item	DESCRIÇÃO	Estimativa Mensal	Vlr. p/ Cópia	Valor mensal	Valor Total
1	Locação de 24 impressoras multifuncionais monocromáticas, em regime de comodato destinadas as Escolas Municipais e Secretaria Municipal de Educação, conforme descrição técnica exposta no ITEM 6.	216.875			
2	Locação de 19 impressoras multifuncionais monocromáticas, em regime de comodato destinados aos Centros Municipais de Educação Infantil, conforme descrição técnica exposta no ITEM 6.	11.400			
3	Locação de 01 impressora multifuncional policromática, em regime de comodato, destinada à Secretaria Municipal de Educação, conforme descrição técnica exposta no ITEM 6.	8.000			

VALOR TOTAL DO LOTE: _____

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, considerando como execução os meses letivos, prorrogável na forma do art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos

e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária	1002 – Secretaria Municipal de Educação Ensino Fundamental
Projeto Atividade	2057 – Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no ensino fundamental
Elemento de Despesa	33903983 – Serviços cópias e reprodução de documentos
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário Educação

Unidade Orçamentária	1001 – Secretaria Municipal de Educação Educação Infantil
Projeto Atividade	2054 – Garantir educação de qualidade as crianças de 0 a 5 anos
Elemento de Despesa	33903983 – Serviços cópias e reprodução de documentos
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário Educação

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os serviços serão recebidos após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber os serviços de acordo com as especificações;
- b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- c) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os serviços realizados;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços que não atendem as especificações;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- h) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- j) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.
- k) Outras obrigações constantes no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- 2-

P.E. 082-2020

Publicação N° 2609917

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
LICITAÇÃO N° 082/2020**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria N° 16.528 de 06 de julho de 2020, torna público para 2020, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO LOTE conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93, Decreto 3.307 de 23 de março de 2020, Medida Provisória nº 926 de 20 de março de 2020, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1. DA LICITAÇÃO**1.1 – DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de peças e ferramentas para roçadeiras modelo FS220 e modelo 143R2, para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Diretoria dos Balneários e Gerências, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço do lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG 988319

2.2. Referência de Tempo

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3. Data e horário para início da entrega das propostas:

Data e horário: 19 de Agosto de 2020 às 08h.

2.4 - Data e horário limite para entrega das propostas:

Dia 01 de Setembro de 2020 às 10h30.

2.5. Início da Sessão de Disputa de Preços

Data/Hora: 01 de Setembro de 2020 às 11h.

2.6. Modo de Disputa: "aberto e fechado" O intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de 1% (um por cento)

2.7. Término da Sessão Principal

15 minutos após o início da sessão de disputa.

2.8. Término do Período Adicional

Encerrado o prazo previsto no item 2.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

2.9. Da Execução da Licitação

A Unidade de Processos, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Secretaria requisitante."

2.10 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço

eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as constantes do Edital.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Eletrônico

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR POR LOTE nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste Edital correrão a expensas das seguintes dotações orçamentárias:

279
11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
1- Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2065 –Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1000000 – Recursos Ordinários
333903028000000000 – Material de proteção e segurança

279
11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
1- Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2065 –Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1000000 – Recursos Ordinários
333903042000000000 – Ferramentas

427
11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
1- Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2065 –Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1390200 – Fundo especial de petróleo – lei 9.478/97
333903025000000000 – Material para manutenção de bens móveis

4. DOS ANEXOS

Anexos I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;
Anexo II – Minuta de Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h às 14h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> no link PREGÕES E LICITAÇÕES e www.comprasgovernamentais.gov.br

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.2. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e www.comprasgovernamentais.gov.br Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

6.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

7.2. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, observando a data e o horário limite estabelecido no item 01 deste Edital.

7.3. O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

7.5. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.8. O proponente deverá comunicar imediatamente ao www.comprasgovernamentais.gov.br qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.9. Não poderão participar desta licitação os interessados:

7.9.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.9.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.9.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.9.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

7.9.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

7.9.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

7.10 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

- Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

- Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- Que a proposta foi elaborada de forma independente;

- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

7.11 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Chaves Publicas – ICP - Brasil

8.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelos telefones 08009789001

8.2. O credenciamento da licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.2.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

8.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.6. Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

8.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

9 – DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e total do item:

10.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

11 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote.

11.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1.0% (um por cento).

11.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

11.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

11.22.1 No país;

11.22.2 Por empresas brasileiras;

11.22.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.22.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.23 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.24.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

12.1.2 . Para fins do disposto no item acima, o valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

12.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

12.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

12.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que

seja obtido preço melhor.

12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13 DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consulta.

13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

13.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.2.3. O descumprimento do item acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

13.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7. Ressalvado o disposto no item 9.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.8. Habilitação jurídica:

13.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

13.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

13.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

13.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.10. Qualificação Econômico-Financeira.

13.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

13.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

c. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

d. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

13.10.3 Cumprir com o disposto nos art.31, I, da Lei nº 8.666/93 e 176, §4º, da Lei nº 6.404/76 e no item 3.17, "f", da NBC TG 1000, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (conforme recomendações do TCE-SC nos autos do processo REP/n. 20/00067110).

13.10. Qualificação Técnica

13.10.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.11. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e

(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.1.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item/lote, que estiver concorrendo em outro item/lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item/lote em que venceu às do item/lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

14.2 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2.1 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.3.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

14.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15 DOS RECURSOS

15.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.1 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para

decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.1.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.1.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.1.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.2 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.3 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4. O prazo de entrega dos materiais é 02 (dois) dias após a emissão da ordem de compra prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência, sendo a forma de entrega gradativa.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

19.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO

23.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

24.1.3. Apresentar documentação falsa;

24.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.6. Não manter a proposta;

24.1.7. Cometer fraude fiscal;

24.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

24.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

24.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

24.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

24.4.2. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

24.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

24.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, poderá ser cobrado o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

24.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo

da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no setor de licitações e contratos sito à Praça Getúlio Vargas, 01 – bairro Centro, neste município nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

25.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato

São Francisco do Sul, 18 de agosto de 2020.

Henrique Celestino Bueno Junior
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de peças para reposição e ferramentas para roçadeiras do modelo FS 220 e modelo 143R2 que serão utilizadas na manutenção corretiva e preventiva das roçadeiras da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Diretoria dos Balneários e Gerências.

2. OBJETIVO/FINALIDADE

Aquisição de peças e ferramentas para utilização na manutenção preventiva e corretiva das máquinas roçadeiras no modelo FS 220 e modelo 143R2 da Secretaria Municipal de Obras, Diretoria dos Balneários e Gerências. As roçadeiras devem estar em perfeitas condições de uso para darmos continuidade nos serviços de roçadas realizados em praças, vias públicas, cemitérios, unidades escolares e prédios públicos municipais além de dar segurança aos usuários e movimento local.

3. JUSTIFICATIVA

Tendo em vista necessidade da realização dos trabalhos de roçadas, faz-se necessário a aquisição de peças e ferramentas para manutenção preventiva e corretiva das roçadeiras, com o intuito de atender as equipes de roçadas e assim dar continuidade as atividades fins como roçadas em praças, vias públicas, cemitérios, unidades escolares e prédios públicos municipais, além de proporcionar maior segurança aos usuários destes equipamentos nos atendimentos da Secretaria de Municipal de Obras e Serviços Públicos, Diretoria dos Balneários e Gerências.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto a ser adquirido deverá guardar perfeita compatibilização com as especificações, sendo modelo FS220 e modelo 143R2, quantidades e demais condições constantes no Edital do Pregão, sendo:

LOTE 01 - MODELO 143R2 PEÇAS E FERRAMENTAS PARA ROÇADEIRAS;

Item	Especificações	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Abraçadeira do cinto - Modelo 143R2	Unid.	15		
2	Agulha do carburador - Modelo 143R2	Unid.	05		
3	Anel de proteção da ponteira - Modelo 143R2	Unid.	05		
4	Arruela de pressão da faca - Modelo 143R2	Unid.	05		
5	Bobina de cordão de partida [100m] - Modelo 143R2	Unid.	01		
6	Cabeçote de corte trimcut - Modelo 143R2	Unid.	20		
7	Cabo Acelerador - Modelo 143R2	Unid.	15		
8	Cachimbo da vela - Modelo 143R2	Unid.	10		
9	Carburador - Modelo 143R2	Unid.	05		
10	Cilindro com pistão - Modelo 143R2	Unid.	04		
11	Conjunto Silencioso - Modelo 143R2	Conj.	03		
12	Eixo do acionamento - Modelo 143R2	Unid.	5		
13	Embreagem completa - Modelo 143R2	Unid.	10		
14	Engrenagem completa - Modelo 143R2	Unid.	05		
15	Filtro de ar - Modelo 143R2	Unid.	10		
16	Filtro interno do tanque - Modelo 143R2	Unid.	20		
17	Grampo para tampa de partida - Modelo 143R2	Unid.	05		
18	Jogo de anéis - Modelo 143R2	Jogo	10		
19	Jogo de juntas - Modelo 143R2	Jogo	10		
20	Kit reparo do carburador - Modelo 143R2	Jogo	25		
21	Lâmina 2 pontas 2,65x320 furo 20mm - Modelo 143R2	Unid.	20		
22	Manejo acelerador - Modelo 143R2	Unid.	10		
23	Manipulo - Modelo 143R2	Unid.	10		

24	Módulo de ignição - Modelo 143R2	Unid.	10		
25	Mola de embreagem - Modelo 143R2	Unid.	50		
26	Mola de recuo - Modelo 143R2	Unid.	30		
27	Mola do cachimbo - Modelo 143R2	Unid.	30		
28	Passador ilhós universal para carretel de nylon - Modelo 143R2	Unid.	25		
29	Peça engate - Modelo 143R2	Unid.	10		
30	Pistão com anéis - Modelo 143R2	Unid.	5		
31	Polia de partida - Modelo 143R2	Unid.	15		
32	Porca de segurança com colar - Modelo 143R2	Unid.	10		
33	Porca estrela rosca esquerda da lâmina - Modelo 143R2	Unid.	10		
34	Prato giratório - Modelo 143R2	Unid.	15		
35	Proteção da faca - Modelo 143R2	Unid.	20		
36	Tampa de cobertura - Modelo 143R2	Unid.	10		
37	Tampa do arranque - Modelo 143R2	Unid.	10		
38	Tanque de combustível - Modelo 143R2	Unid.	10		
39	Tela filtrante - Modelo 143R2	Unid.	10		
40	Transmissão da ponteira completa - Modelo 143R2	Unid.	05		
41	Tubo de eixo 28mm - Modelo 143R2	Unid.	05		
42	Vela de ignição - Modelo 143R2	Unid.	15		
Total Lote 01 R\$					

LOTE 02 – MODELO FS220 PEÇAS E FERRAMENTAS PARA ROÇADEIRAS;

Item	Especificações	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Abraçadeira do cinto - modelo FS220	Unid.	15		
2	Agulha do carburador - modelo FS220	Unid.	05		

3	Anel de proteção da ponteira - modelo FS220	Unid.	05		
4	Arruela de pressão da faca - modelo FS220	Unid.	05		
5	Bobina de cordão de partida [100m] - modelo FS220	Unid.	01		
6	Cabeçote de corte trimcut - modelo FS220	Unid.	15		
7	Cabo Acelerador - modelo FS220	Unid.	15		
8	Cachimbo da vela - modelo FS220	Unid.	10		
9	Carburador - modelo FS220	Unid.	05		
10	Cilindro com pistão - modelo FS220	Unid.	04		
11	Conjunto Silencioso - modelo FS220	Conj.	03		
12	Eixo do acionamento - modelo FS220	Unid.	04		
13	Embreagem completa - modelo FS220	Unid.	10		
14	Engrenagem completa - modelo FS220	Unid.	05		
15	Filtro de ar - modelo FS220	Unid.	10		
16	Filtro interno do tanque - modelo FS220	Unid.	25		
17	Grampo para tampa de partida - modelo FS220	Unid.	05		
18	Jogo de anéis - modelo FS220	Jogo	10		
19	Jogo de juntas - modelo FS220	Jogo	10		
20	Kit reparo do carburador - modelo FS220	Jogo	20		
21	Lâmina 2 pontas 2,65x320 furo 20mm - modelo FS220	Unid.	15		
22	Manejo acelerador - modelo FS220	Unid.	10		
23	Manipulo - modelo FS220	Unid.	10		
24	Módulo de ignição - modelo FS220	Unid.	10		
25	Mola de embreagem - modelo FS220	Unid.	30		
26	Mola de recuo - modelo FS220	Unid.	20		
27	Mola do cachimbo - modelo FS220	Unid.	20		

28	Passador ilhós universal para carretel de nylon - modelo FS220	Unid.	25		
29	Peça engate - modelo FS220	Unid.	5		
30	Pistão com anéis - modelo FS220	Unid.	5		
31	Polia de partida - modelo FS220	Unid.	15		
32	Porca de segurança com colar - modelo FS220	Unid.	10		
33	Porca estrela rosca esquerda da lâmina - modelo FS220	Unid.	10		
34	Prato giratório - modelo FS220	Unid.	18		
35	Proteção da faca - modelo FS220	Unid.	15		
36	Tampa de cobertura - modelo FS220	Unid.	5		
37	Tampa do arranque - modelo FS220	Unid.	5		
38	Tanque de combustível - modelo FS220	Unid.	5		
39	Tela filtrante - modelo FS220	Unid.	5		
40	Transmissão da ponteira completa - modelo FS220	Unid.	3		
41	Tubo de eixo 28mm - modelo FS220	Unid.	05		
42	Vela de ignição - modelo FS220	Unid.	15		
43	Cinto duplo de ombros para roçadeira - modelo FS220	Unid.	22		
44	Chave combinada 17x19 - modelo FS220	Unid.	03		
45	Chave combinada 13x19 - modelo FS220	Unid.	03		
46	Fio de corte nylon 3 mm ou superior quadrado com mínimo 200 metros para roçadeira - modelo FS220	Rolo	50		
47	Mangueira de gasolina - modelo FS220	Metro	30		

Total Lote 02

DEMONSTRATIVOS ROÇADEIRAS

Local	Quantitativo
Secretaria Municipal de Obras	10 unidades
Diretoria dos Balneários	04 unidades
Gerência do Ervino	02 unidades
Gerência do Distrito do Saí	05 unidades
Cemitério Municipal	04 unidades
Totalizando 25 Equipamentos de Roçadas	

Observações:

- Os preços unitários que compõem encontrarem-se dentro dos valores praticados no mercado.
- Todos os itens dos lotes deverão conter indicação individualizada dos modelos e das características dos materiais cotados, além de estar de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência.
- A empresa contratada deverá entregar as peças e ferramentas nos modelos FS 220 e 143R2 no prazo de 02 dias úteis para as devidas manutenções das roçadeiras, evitando assim que as mesmas caiam em desuso.

6. LOCAL PARA ENTREGA

Na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, localizada na Rua Don Fernando Trejo Y Sanabria, nº 635 Bairro Acaraí, São Francisco do Sul, conforme solicitação da administração da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

7. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme descrito na Requisição de Despesa nº 064/2020 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

8. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do fornecimento das peças e ferramentas será exercida por meio do servidor a ser designado.

A fiscalização se reserva ao direito de recusar as peças e ferramentas entregues, caso estes não atendam as especificações estabelecidas.

9. ACEITAÇÃO DO OBJETO

De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei n. 8.666/1993.

10. SANÇÕES

De acordo com o artigo 78 e seguintes da Lei n. 8.666/1993.

11. FORMA E PRAZO DE ENTREGA

A empresa contratada deverá entregar os materiais gradativamente no local conforme item 6 deste Termo de Referência, num prazo de 02 dias úteis, após emissão da ordem de compra global, conforme solicitação da assessoria administrativa da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, após a Assinatura do contrato.

12. PAGAMENTO

O pagamento dos materiais será realizado mensalmente, em até 30 (trinta) dias após entrega da Nota Fiscal, o qual deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, localizada na Rua Dom Fernando Y Sanaibra no Bairro Acaraí.

13. PERÍODO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

Prazo de execução de 04 (quatro) meses e vigência de 05 (cinco) meses a partir da assinatura do contrato e emissão da Ordem de Compra.

.....
Henrique C. Bueno Junior

Secretário Interino Municipal de Obras e Serviços Públicos

ANEXO II**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx n.º /2019, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de peças e ferramentas para roçadeiras modelo FS220 e modelo 143R2, para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Diretoria dos Balneários e Gerências, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto: XXX

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de é de 05 (cinco) meses, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 e a execução de 04 (quatro) meses ambos contados de sua assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

279
11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
1- Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2065 –Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1000000 – Recursos Ordinários
333903028000000000 – Material de proteção e segurança
279
11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
1- Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2065 –Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1000000 – Recursos Ordinários
333903042000000000 – Ferramentas
427
11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
1- Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2065 –Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1390200 – Fundo especial de petróleo – lei 9.478/97
333903025000000000 – Material para manutenção de bens móveis

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os materiais serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Receber provisoriamente os materiais, disponibilizando local, data e horário;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia do produto;

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros,

deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado

em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PORTARIA DE HONORÁRIOS - AGOSTO 2020

Publicação Nº 2610997

PORTARIA N. 05, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISTRIBUI OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, NA FORMA DA LEI.

A Procuradora Geral do Município, no uso de suas atribuições legais conferidas §1º e §2º, do art. 11, da Lei n. 1.862, de 31 de janeiro de 2017, alterado pela Lei nº 1.908/17:

Considerando o direito do recebimento de honorários advocatícios pelos advogados públicos, previsto no art. 85, §19º Código de Processo Civil;

Considerando a necessidade de regulamentar, por meio de ato administrativo próprio, os honorários advocatícios de sucumbência devido aos advogados efetivos, Procuradora-Geral do Município, Coordenador de Execução Fiscal e servidores efetivos que colaboram com a Procuradoria-Geral do Município de São Francisco do Sul, nos termos do §2º, do art. 11, da Lei n. 1.862, de 31 de janeiro de 2017, alterado pela Lei nº 1.908/17;

Considerando que conforme o §2º do art. 11 da Lei n. 1.862/2007, os colaboradores da Procuradoria-Geral do Município recebem 20% do rateio devem ser servidores efetivos;

Considerando o valor de R\$ 5.138,96 (cinco mil, cento e trinta e oito reais e noventa e seis centavos) depositados na conta pública 023369-2, Agência 0466, Banco do Brasil, no período de 17/06/2020 a 17/07/2020.

RESOLVE:

Art. 1º. DESTINAR 75% ao Procurador-Geral do Município, Coordenador de Execução Fiscal e Advogados Efetivos da Procuradoria-Geral do Município;

Art. 2º DESTINAR 5% à destinados à Pequenas Despesas de Reparelhamento e Manutenção da Procuradoria Geral do Município.

Art. 3º DESTINAR 20%, aos servidores efetivos colaboradores da Procuradoria Geral do Município, conforme abaixo indicado:

I – Jamile Pereira da Costa Rocha, que exerce função na Procuradoria Geral do Município;

II - Rosilene Pereira da Silva, cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

III – Simone Ramos Ferreira cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

IV – Surami Venilda Rosa Maciel, cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

V – Evanise de Oliveira, cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

VI – Sérgio Renato Machado, cedido ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

VII – Elizandra Helena Cabral de Souza, cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

VIII - Denise Santos Custodio cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 18 de Agosto de 2020.

GIULLIANA CAPALDO

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

PORTARIA DE HONORÁRIOS - JUNHO 2020

Publicação Nº 2610996

PORTARIA N. 04, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

DISTRIBUI OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, NA FORMA DA LEI.

A Procuradora Geral do Município, no uso de suas atribuições legais conferidas §1º e §2º, do art. 11, da Lei n. 1.862, de 31 de janeiro de 2017, alterado pela Lei nº 1.908/17:

Considerando o direito do recebimento de honorários advocatícios pelos advogados públicos, previsto no art. 85, §19º Código de Processo Civil;

Considerando a necessidade de regulamentar, por meio de ato administrativo próprio, os honorários advocatícios de sucumbência devido aos advogados efetivos, Procuradora-Geral do Município, Coordenador de Execução Fiscal e servidores efetivos que colaboram com a Procuradoria-Geral do Município de São Francisco do Sul, nos termos do §2º, do art. 11, da Lei n. 1.862, de 31 de janeiro de 2017, alterado pela Lei nº 1.908/17;

Considerando que conforme o §2º do art. 11 da Lei n. 1.862/2007, os colaboradores da Procuradoria-Geral do Município recebem 20% do rateio devem ser servidores efetivos;

Considerando o valor de R\$ 4.606,51 (quatro mil, seiscentos e seis reais e cinquenta e um centavos) depositados na conta pública 023369-2, Agência 0466, Banco do Brasil, no período de 18/03/2020 a 16/06/2020.

RESOLVE:

Art. 1º. DESTINAR 75% ao Procurador-Geral do Município, Coordenador de Execução Fiscal e Advogados Efetivos da Procuradoria-Geral do Município;

Art. 2º DESTINAR 5% à destinados à Pequenas Despesas de Reparelhamento e Manutenção da Procuradoria Geral do Município.

Art. 3º DESTINAR 20%, aos servidores efetivos colaboradores da Procuradoria Geral do Município, conforme abaixo indicado:

I – Jamile Pereira da Costa Rocha, que exerce função na Procuradoria Geral do Município;

II - Rosilene Pereira da Silva, cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

III – Simone Ramos Ferreira cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

IV – Surami Venilda Rosa Maciel, cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

V – Evanise de Oliveira, cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

VI – Sérgio Renato Machado, cedido ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

VII – Elizandra Helena Cabral de Souza, cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

VIII - Denise Santos Custodio cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 16 de Junho de 2020.

GIULLIANA CAPALDO

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

PORTARIA DE HONORÁRIOS - MARÇO 2020

Publicação Nº 2610995

PORTARIA N. 03, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

DISTRIBUI OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, NA FORMA DA LEI.

A Procuradora Geral do Município, no uso de suas atribuições legais conferidas §1º e §2º, do art. 11, da Lei n. 1.862, de 31 de janeiro de 2017, alterado pela Lei nº 1.908/17:

Considerando o direito do recebimento de honorários advocatícios pelos advogados públicos, previsto no art. 85, §19º Código de Processo Civil;

Considerando a necessidade de regulamentar, por meio de ato administrativo próprio, os honorários advocatícios de sucumbência devido aos advogados efetivos, Procuradora-Geral do Município, Coordenador de Execução Fiscal e servidores efetivos que colaboram com a Procuradoria-Geral do Município de São Francisco do Sul, nos termos do §2º, do art. 11, da Lei n. 1.862, de 31 de janeiro de 2017, alterado pela Lei nº 1.908/17;

Considerando que conforme o §2º do art. 11 da Lei n. 1.862/2007, os colaboradores da Procuradoria-Geral do Município recebem 20% do rateio devem ser servidores efetivos;

Considerando o valor de R\$ 2.572,57 (dois mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinq-enta e sete centavos) depositados na conta pública 023369-2, Agência 0466, Banco do Brasil, no período de 17/02/2020 a 17/03/2020.

RESOLVE:

Art. 1º. DESTINAR 75% ao Procurador-Geral do Município, Coordenador de Execução Fiscal e Advogados Efetivos da Procuradoria-Geral do Município;

Art. 2º DESTINAR 5% à destinados à Pequenas Despesas de Reparelhamento e Manutenção da Procuradoria Geral do Município.

Art. 3º DESTINAR 20%, aos servidores efetivos colaboradores da Procuradoria Geral do Município, conforme abaixo indicado:

I – Jamile Pereira da Costa Rocha, que exerce função na Procuradoria Geral do Município;

II - Rosilene Pereira da Silva, cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

III – Simone Ramos Ferreira cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

IV – Surami Venilda Rosa Maciel, cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;
V – Evanise de Oliveira, cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;
VI – Sérgio Renato Machado, cedido ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;
VII – Elizandra Helena Cabral de Souza, cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;
VIII - Denise Santos Custodio cedida ao Foro da Comarca de São Francisco do Sul e exerce função na Vara de Execução Fiscal;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 17 de Março de 2020.

GIULLIANA CAPALDO
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

TP 030-2020

Publicação Nº 2609977

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Saude, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei 8.666/93, e suas modificações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará o procedimento licitatório abaixo:

LICITAÇÃO Nº 030-2020 – TOMADA DE PREÇOS – Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para reforma da UBS das Tapera no município de São Francisco do Sul, conforme especificações descritas no Projeto Executivo e Memorial Descritivo, conforme Anexo VIII

DATA/HORÁRIO DE ENTREGA: 09/09/2020 às 08:30 hs.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 09/09/2020 às 09:00 hs .

O Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas diariamente, de segunda a sexta-feira, na Secretaria Municipal de Administração, Setor de Licitações, à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01, Centro, São Francisco do Sul, no horário das 08:00 às 14:00hs ou no site www.saofranciscodosul.sc.gov.br

São Francisco do Sul, 17 de agosto de 2020.

Jefferson Pacheco de Moraes
Secretário Municipal de Saude

São João Batista

PREFEITURA

INTIMAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 016/FMS/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 016/FMS/2019

Publicação N° 2609419

INTIMAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 016/FMS/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 016/FMS/2019

Ficam as empresas Prosaude Dist. Medicamentos Ltda, Metromed Mat. Médico Hospitalar Ltda e Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda, INTIMADAS para, querendo, no prazo de 03 (três) dias úteis, se manifestar da intenção em assumir os itens abaixo relacionados.

Item: 201 – Soro fisiológico 250ml sistema fechado.			
Classificação	Empresa	Marca	Valor Unitário
2	Prosaude Dist. Medicamentos Ltda	Equiplex	R\$ 2,20
3	Metromed Mat Médico Hospitalar	Equiplex	R\$ 2,26

Item: 202 – Soro fisiológico 500ml sistema fechado.			
Classificação	Empresa	Marca	Valor Unitário
2	Prosaude Dist. Medicamentos Ltda	Equiplex	R\$ 2,62
3	Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda	Fresenius	R\$ 2,83

A não manifestação por parte das empresas será entendida como renúncia tácita (desistência) dos itens mencionados, sem aplicação de qualquer penalidade. Caso mais de uma empresa manifeste interesse em fornecer o mesmo item, será respeitada a ordem de classificação das propostas de cada item, sendo chamada a empresa melhor classificada de acordo com o pregão realizado.

São João Batista, 18 de agosto de 2020.

Augusto Correia Junior
Pregoeiro Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/SISAM/2020

Publicação Nº 2611079

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**Processo Nº.: 8/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 7/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2020**

No dia 19 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) **SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.585.406/0001-22, com sede administrativa localizada na Rua José Antônio Soares, 2533, bairro Ribanceira do Sul, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 7/2020, Processo Licitatório nº. 8/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE CALCETEIRO PARA SERVIÇOS DIÁRIOS DE MANUTENÇÕES REALIZADOS PELO SISAM DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
17229	KAMOD ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI	2
11040	LL OBRAS LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
KAMOD ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI	29.648.214/0001-50		
LL OBRAS LTDA	12.674.640/0001-66		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE CALCETEIRO PARA SERVIÇOS DIÁRIOS DE MANUTENÇÕES REALIZADOS PELO SISAM DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11040 - LL OBRAS LTDA						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÃO OBRA DE CALCETEIRO PARA SERVIÇOS DIÁRIOS DE CONSERTO E MANUTENÇÕES DAS RUAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA. TODAS AS FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, QUE DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA LICITANTE VENCEDORA. TODOS OS FUNCIONÁRIOS DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS E REGISTRADOS EM CARTEIRA DE TRABALHO.	HS	LL OBRAS	3.000,000	16,0000	48.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB

Página: 2/7

Processo N°.: 8/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 7/2020

Fornecedor: 17229 - KAMOD ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÃO OBRA DE CALCETEIRO PARA SERVIÇOS DIÁRIOS DE CONserto E MANUTENÇÕES DAS RUAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA. TODAS AS FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, QUE DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA LICITANTE VENCEDORA, TODOS OS FUNCIONÁRIOS DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS E REGISTRADOS EM CARTEIRA DE TRABALHO.	HS	KAMOD	1.000,000	17,2900	17.290,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/7

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**Processo N°.: 8/2020****PREGÃO ELETRÔNICO N°. 7/2020****CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/7

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**Processo Nº.: 8/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 7/2020****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**

Página: 5/7

Processo Nº.: 8/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 7/2020**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**

Página: 6/7

Processo Nº.: 8/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 7/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/7

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**Processo N°.: 8/2020****PREGÃO ELETRÔNICO N°. 7/2020****CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 19 de Agosto de 2020.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

KAMOD ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ: 29.648.214/0001-50 _____

LL OBRAS LTDA

CNPJ: 12.674.640/0001-66 _____

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 085/2020

Publicação Nº 2609535

DECRETO Nº 085/2020, DE 17/08/2020.

DESIGNA COMISSÃO MUNICIPAL DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS EM TODAS AS SUAS FASES, DECLARAÇÕES DE ATIVIDADES NÃO CONSTANTES E CERTIDÕES DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, que fixa normas para cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 031 de 05 de setembro de 2019, que institui a Política Municipal do Meio Ambiente e o Sistema Municipal de Proteção, Controle, Fiscalização, Melhoria da Qualidade e Licenciamento Ambiental, e Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente; CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 122 de 07 de outubro de 2019, que disciplina o Procedimento Ambiental para Obtenção de Licença Ambiental em Todas as Suas Fases, Declaração de Atividade não Constante e Certidões de Conformidade Ambiental em âmbito municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Municipal de Análise e Avaliação de Pedidos de: Licenças Ambientais em Todas as Suas Faces, Declarações de Atividades Não Constantes e Certidões de Conformidade Ambiental;

I – Roberto Paulo Rambo;

II – Rose Staub;

III – Pedro Canisio Heberle

Art. 2º. As despesas decorrentes deste ato correrão pelo orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Oeste – SC,
em 17 de agosto de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 105/2020

Publicação Nº 2610657

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 105/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Metalúrgica Feilfer Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 68/2020

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de calhas para prédio do setor de transportes e obras do Município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 3.830,00

PRAZO: 18.08.2020 até 30.09.2020

São João do Oeste – 18 de agosto de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

PORTARIA 094/2020

Publicação Nº 2609530

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 094 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE AFASTAMENTO A TÍTULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder afastamento a título de desincompatibilização, ao servidor público municipal Sr. ELÓI AFONSO WEBER, matrícula funcional nº 206, título de eleitor nº 25325680906, para concorrer a cargo eletivo no pleito eleitoral de 15 de novembro do corrente ano, pelo período de 15 de agosto de 2020 até 16 de novembro de 2020, sem prejuízo ao vencimento do cargo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 14 de agosto de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA 095/2020

Publicação N° 2609533

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 095 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE AFASTAMENTO A TÍTULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder afastamento a título de desincompatibilização, a servidora pública municipal Sra. LISANE MUELLER GASEL, matrícula funcional nº 767, título de eleitor nº 32754580922, para concorrer a cargo eletivo no pleito eleitoral de 15 de novembro do corrente ano, pelo período de 15 de agosto de 2020 até 16 de novembro de 2020, sem prejuízo ao vencimento do cargo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 14 de agosto de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 04_2020_FMS

Publicação Nº 2611093

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 04/2020/FMS

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2016/FMS

OBJETO: Fica nos termos do pedido, de forma temporária até 31/12/2020 incluído no objeto do presente contrato as despesas com aquisição de: mascarar, toucas, luvas, capotes, roupas cirúrgicas, protetores para os pés, protetores faciais, totens com pedal para álcool em gel, bem como, materiais de expediente e escritório, material de higiene e limpeza, tais como: álcool em gel, álcool líquido, borrifadores, papel higiênico, papel toalha, desinfetantes, etc., além disso, produtos alimentícios, jalecos e uniformes, aumento de carga horária dos profissionais e contratação de auxiliar de ecoterapia.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOÃO DO SUL

São João do Sul/SC, 07 de agosto de 2020.

Rejane Elíbio Borba

Fundo Municipal de Saúde.

DECRETO Nº 085 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609894

DECRETO Nº 085 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1865 de 03 de dezembro 2019 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0017.2042 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL.

3.3.90.00.00.00.00.0011 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

15.452.0018.2044 – COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO

3.3.90.00.00.00.00.0011 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 230.000,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado excesso de arrecadação de recurso vinculado transferido da União sem destinação específica (LC 173/2020 - art. 5º, II-b) - COVID 19, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
18 de agosto de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 007/2020

Publicação Nº 2610711

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 007/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3002/2020
PROCESSO DE COMPRA Nº 205/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA RECUPERAÇÃO E EXECUÇÃO DE MUROS E DE GALERIAS NAS SITUAÇÕES EMERGÊNCIAIS, EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de INFRAESTRUTURA à Qualificação Técnica.

EMPRESAS PARTICIPANTES:

- CAP CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA;
- SCHOROEDER CONSTRUÇÕES EIRELI;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES LTDA;
- ED CONSTRUÇÃO LTDA;
- HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI;
- MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI;

1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de INFRAESTRUTURA exarou despacho manifestando que as empresas participantes do certame estão **TECNICAMENTE HABILITADAS**.

2 - ANÁLISE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente atendidas pelas empresas participantes do certame.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) **RESOLVE**:

HABILITAR AS EMPRESAS:

- CAP CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA;
- SCHOROEDER CONSTRUÇÕES EIRELI;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES LTDA;
- ED CONSTRUÇÃO LTDA;
- HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI;
- MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI;

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 27/08/2020, às 14h00H, no Centro Administrativo do Município de São José, conforme com a PORTARIA CONJUNTA DADM/PGM nº 008 de 15 de abril de 2020.

São José, 18 de agosto de 2020.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior
Membro da CPL	Membro da CPL

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº005/2020

Publicação Nº 2610623

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2125/2020
PROCESSO DE COMPRAS Nº 094/2020
CONCORRENCIA Nº 005/2020

OBJETO: CESSÃO ONEROSA DE ESPAÇO FÍSICO DESTINADO À EXPLORAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DOS SERVIÇOS DE BAR/LANCHONETE (ESPAÇOS PÚBLICOS) PARA COMERCIO DE ALIMENTAÇÃO DOS GINÁSIOS ADMINISTRADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER E PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pela empresa abaixo, participante do processo em epígrafe.

EMPRESA PARTICIPANTE

· VINICIUS ANTONIO HAMES

1 - MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não foram plenamente atendidas pela empresa, sendo constatada irregularidade na documentação apresentada pela empresa participante. No que se refere à documentação apresentada pela empresa VINICIUS ANTONIO HAMES, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) constatou que a mesma não apresentou juntamente com a Certidão de Falência e Concordata a certidão do EPROC, tornando assim inválida a Certidão Negativa de Falência e Concordata apresentada pela empresa licitante, ficando assim INABILITADA. Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

INABILITAR A EMPRESA

· VINICIUS ANTONIO HAMES

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data prazo para eventual recurso.

São José, 17 de julho de 2020.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior
Membro da CPL	Membro da CPL

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº014/2020

Publicação Nº 2610904

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3646/2020
PROCESSO DE COMPRA Nº 241/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE CONTENÇÕES DE TERRA NO CEM JOSÉ NITRO, EM SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de INFRAESTRUTURA à Qualificação Técnica.

EMPRESAS PARTICIPANTES:

· CONSTRUÇÕES SCHOROEDER EIRELI;
· DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
· KS CONSTRUÇÕES EIRELI;
· MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI ME;
· SMD EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E COMÉRCIO EIRELI.

1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:

Em colaboração com o presente certame, a SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA exarou despacho informando que a empresa SMD EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E COMÉRCIO EIRELI não apresentou atestado técnico de obra para o objeto em questão, ficando assim INABILITADA. As demais empresas estão TECNICAMENTE HABILITADAS.

2 - ANÁLISE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não foram plenamente atendidas pela empresa SMD EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E COMÉRCIO EIRELI.

As demais empresas participantes atenderam plenamente as condições editalícias.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

INABILITAR AS EMPRESAS:

- SMD EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E COMÉRCIO EIRELI.

HABILITAR AS EMPRESAS:

- CONSTRUÇÕES SCHOROEDER EIRELI;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELI;
- MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI ME;

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 27/08/2020, às 16h00H, no Centro Administrativo do Município de São José, conforme com a PORTARIA CONJUNTA DADM/PGM nº 008 de 15 de abril de 2020.

São José, 18 de agosto de 2020.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior
Membro da CPL	Membro da CPL

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº016/2020

Publicação Nº 2610847

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4029/2020

PROCESSO DE COMPRA Nº 262/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA PRAÇA E PARQUE POTECAS, LOCALIZADO NA RUA HAMILTON DE LIMA, NO BAIRRO POTECAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS à Qualificação Técnica.

EMPRESAS PARTICIPANTES:

- HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI;
- MIRIAN WAGNER CONSTRUÇÕES;
- HF CONSTRUTORA LTDA;
- SINAL CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- ANA CAROLINA CARDOSO;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES;

1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:

Em colaboração com o presente certame, a SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS exarou relatório técnico nº

002/2020 informando que as empresas HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI e MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI não estão aptas a concorrer por não apresentarem comprovação técnica através dos atestados de capacidade técnica disponibilizados no processo, ficando assim INABILITADAS. As demais empresas estão tecnicamente aptas a concorrer ficando assim TECNICAMENTE HABILITADAS.

2 - ANÁLISE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não foram plenamente atendidas pelas empresas HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI e MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI.

As demais empresas participantes atenderam plenamente as condições editalícias.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

INABILITAR AS EMPRESAS:

- HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI;
- MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES;

HABILITAR AS EMPRESAS:

- HF CONSTRUTORA LTDA;
- SINAL CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- ANA CAROLINA CARDOSO;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES;

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 27/08/2020, às 15h00H, no Centro Administrativo do Município de São José, conforme com a PORTARIA CONJUNTA DADM/PGM nº 008 de 15 de abril de 2020.

São José, 18 de agosto de 2020.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior
Membro da CPL	Membro da CPL

COMUNICADO - TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2020

Publicação Nº 2610637

COMUNICADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3260/2020
PROCESSO DE COMPRAS Nº 213/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA FERREIRA COM SISTEMA MODULAR, EM SÃO JOSÉ/SC.

A Secretaria de Administração, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações (CPL) leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que fica ANULADA a sessão de abertura dos envelopes de habilitação do processo supra citado.

A anulação é fundamentada no Memorando 1068/2020/SME de 11/08/2020 o qual solicita a suspensão do processo para adequação do orçamento da obra, com a inclusão de novos serviços e quantidades não previstas inicialmente.

Informamos ainda que os documentos de habilitação já abertos ficarão retidos no processo de compras 213/2020 sendo que os envelopes de proposta estarão disponíveis para retirada em até 5 (cinco) dias úteis após a publicação deste COMUNICADO.

As empresas que quiserem participar da nova abertura deverão apresentar novamente os envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA no prazo estabelecido no NOVO EDITAL.

Maiores informações, na Comissão Permanente de Licitações sito à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 3º andar, Praia Comprida, São José/SC, das 13 às 19 horas.

São José, 18 de agosto de 2020.

JÚNIOR PALHARINI GARCIA	PRESIDENTE	
HUMBERTO ALCINO DA SILVA	MEMBRO	
IRIBERTO ANTONIO M. JUNIOR	MEMBRO	
PAULO DUTRA	MEMBRO	

CONTRATO CT N° 063/2020

Publicação N° 2610565

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: n° 063/2020 – TP 013/2020 – Processo n.º 224/2020 – Proc. Adm. 3301/2020 – Contratado: RDG CONSTRUÇÕES EIRELI. Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTINUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL "POTECAS", PROJETO PADRÃO TIPO 1- PROGRAMA PRO – INFÂNCIA/FNDE, NO BAIRRO SERRARIA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA. Valor do Contrato: O valor do presente contrato é de R\$ 1.750.537,10 (um milhão, setecentos e cinquenta mil, quinhentos e trinta e sete reais e dez centavos). Data de vigência do Contrato: O prazo de vigência do contrato será de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 06 de agosto de 2020.

DECRETO N° 13559/2020

Publicação N° 2610967

DECRETO N° 13559/2020

ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o inciso III do artigo 41 e artigo 44 da Lei Federal n° 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Extraordinário, na importância de R\$ 3.201.431,67 (três milhões, duzentos e um mil, quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e sete centavos), criando, no Orçamento do Município de São José, novas Classificações Orçamentárias, a seguir especificadas:

02.00 – SECRETARIA DA CASA CIVIL

02.01 – SECRETARIA DA CASA CIVIL

02.01.04.122.105.2.002 – Manutenção da Secretaria da Casa Civil

3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 137.842,23
3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 1.850,70
3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 7.317,48
3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 57,00
Total desta Atividade R\$ 147.067,41
Total do Órgão R\$ 147.067,41

04.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 277.933,78
3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 17.149,26
3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 239,40
Total desta Atividade R\$ 295.322,44
Total do Órgão R\$ 295.322,44

05.00 – SECRETARIA DE FINANÇAS

05.01 – SECRETARIA DE FINANÇAS

05.01.04.123.0105.2.014 – Manutenção da Secretaria de Finanças

3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 133.408,24
3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,

Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 4.126,92
 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 45,60
 Total desta Atividade R\$ 137.580,76
 Total do Órgão R\$ 137.580,76

06.00 – SECRETARIA DA RECEITA

06.01 – SECRETARIA DA RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 – Manutenção da Secretaria da Receita

3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 314.599,35
 3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 21.310,99
 3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 14.392,20
 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 171,00
 Total desta Atividade R\$ 350.473,54
 Total do Órgão R\$ 350.473,54

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.110.2.131 – Manutenção da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito

3.1.90.04.00.00.1122 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 2.700,70
 3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 224.194,91
 3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 13.263,88
 3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 10.074,54
 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 136,86
 Total desta Atividade R\$ 250.370,89

09.01.06.181.110.2.261 – Manutenção da Guarda Municipal

3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 543.335,69
 3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 152.128,51 3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 14.166,78
 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 769,49
 Total desta Atividade R\$ 710.400,47
 Total do Órgão R\$ 960.771,36

10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

3.1.90.04.00.00.1122 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 3.182,23
 3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 584.774,99
 3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 932,04
 3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 47.511,60
 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 374,68
 Total desta Atividade R\$ 636.775,54
 Total do Órgão R\$ 636.775,54

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.122.105.2.015 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....	R\$ 167.176,51
3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil, Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....	R\$ 9.513,42
3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação, Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....	R\$ 7.040,04
3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais, Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....	R\$ 57,00
Total desta Atividade	R\$ 183.786,97
Total do Órgão	R\$ 183.786,97

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.09.272.0105.2.310 – Inativos, Pensionistas e Salário Família

3.1.90.01.00.00.1122 – Aposentadorias e Reforma, Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....	R\$ 388.606,31
3.1.90.03.00.00.1122 – Pensões, Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....	R\$ 101.001,15
3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais, Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....	R\$ 46,19
Total desta Atividade	R\$ 489.653,65
Total do Órgão	R\$ 489.653,65
Total do Crédito Adicional Extraordinário	R\$ 3.201.431,67

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Extraordinário, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação dos Recursos previstos no inciso II do Artigo 5º da Lei Complementar 173/2020 (de livre movimentação), consignados no Orçamento vigente com o código 1122.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de julho de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13616/2020

Publicação Nº 2610968

DECRETO Nº 13616/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o § 1º do artigo 31 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.854.141,58 (um milhão, oitocentos e cinq-enta e quatro mil, cento e quarenta e um reais e cinq-enta e oito centavos), criando, no Orçamento do Município de São José, novas Classificações Orçamentárias, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

3.3.90.39.00.00.1119 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Coronavírus (COVID-19)	R\$ 150.000,00
Total desta Atividade	R\$ 150.000,00

25.01.10.305.0102.2.543 – Ações da Vigilância Epidemiológica

3.3.90.30.00.00.1121 – Material de Consumo,

Recursos da Lei Complementar 173/2020 – Saúde e Assistência Social..R\$ 811.282,79
 3.3.90.39.00.00.1121 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 – Saúde e Assistência Social..R\$ 892.858,79
 Total desta Atividade R\$ 1.704.141,58
 Total do Órgão R\$ 1.854.141,58
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.854.141,58

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.854.141,58 (um milhão, oitocentos e cinq-enta e quatro mil, cento e quarenta e um reais e cinq-enta e oito centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

44595 – 3.3.90.30.00.00.1121 – Material de Consumo,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 – Saúde e Assistência Social..R\$ 892.858,79
 44483 – 3.3.90.39.00.00.1119 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Coronavírus (COVID-19) R\$ 150.000,00
 Total desta Atividade R\$ 1.042.858,79

25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

44596 – 3.3.90.30.00.00.1121 – Material de Consumo,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 – Saúde e Assistência Social..R\$ 811.282,79
 Total desta Atividade R\$ 811.282,79
 Total do Órgão R\$ 1.854.141,58
 Total da Anulação R\$ 1.854.141,58

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13617/2020

Publicação Nº 2610966

DECRETO Nº 13617/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
 12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.056 – Manutenção dos Cemitérios Municipais

568 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
 Recursos Próprios R\$ 100.000,00
 Total desta Atividade R\$ 100.000,00

12.01.15.451.106.2.057 – Manutenção da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos

579 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 85.000,00
 Total desta Atividade R\$ 85.000,00
 Total do Órgão R\$ 185.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 185.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.452.106.1.116 – Construção e Ampliação de Cemitérios

583 – 4.4.90.61.00.00.0080- Aquisição de Imóveis,

Recursos Próprios R\$ 110.000,00

582 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 30.000,00

Total desta Atividade R\$ 140.000,00

12.01.15.451.106.2.057 – Manutenção da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos

581 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 45.000,00

Total desta Atividade R\$ 45.000,00

Total do Órgão R\$ 185.000,00

Total da Anulação R\$ 185.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13627/2020

Publicação Nº 2610969

DECRETO Nº 13627/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.106.1.540 – Pavimentação de Ruas

655 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 3.000.000,00

Total desta Atividade R\$ 3.000.000,00

Total do Órgão R\$ 3.000.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 3.000.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

01.00– CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

01.01– CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

01.01.01.031.0101.1.556 – Construção da Nova Sede da Câmara Municipal de São José

1 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 18.000,00

Total desta Atividade	R\$ 18.000,00
01.01.01.031.0101.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal	
3 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, Recursos Próprios	R\$ 370.000,00
4 – 3.1.90.13.00.00.0080 – Obrigações Patronais, Recursos Próprios	R\$ 170.000,00
5 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil, Recursos Próprios	R\$ 25.000,00
6 – 3.1.90.92.00.00.0080 – Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos Próprios	R\$ 25.000,00
7 – 3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas, Recursos Próprios	R\$ 12.000,00
9 – 3.3.90.08.00.00.0080 – Outros Benefícios Assistenciais, Recursos Próprios	R\$ 84.000,00
10 – 3.3.90.14.00.00.0080 – Diárias – Civil, Recursos Próprios	R\$ 42.000,00
11 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo, Recursos Próprios	R\$ 321.000,00
12 – 3.3.90.32.00.00.0080 – Material de Distribuição Gratuita, Recursos Próprios	R\$ 35.000,00
13 – 3.3.90.33.00.00.0080- Passagens e Despesa com Locomoção, Recursos Próprios	R\$ 30.000,00
14 – 3.3.90.34.00.00.0080 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização, Recursos Próprios	R\$ 600.000,00
15 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, Recursos Próprios	R\$ 120.000,00
17 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação, Recursos Próprios	R\$ 150.000,00
18 – 3.3.90.47.00.00.0080 – Obrigações Tributárias e Contributivas, Recursos Próprios	R\$ 25.000,00
19 – 3.3.90.92.00.00.0080 – Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos Próprios	R\$ 3.000,00
20 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações, Recursos Próprios	R\$ 460.000,00
21 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente, Recursos Próprios	R\$ 510.000,00
Total desta Atividade	R\$ 2.982.000,00
Total do Órgão	R\$ 3.000.000,00
Total da Anulação	R\$ 3.000.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13632/2020

Publicação Nº 2610511

DECRETO Nº 13632/2020
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ANA GABRIELE ZANGHELINI DOS PASSOS para exercer o cargo Assessor Administrativo II – CCM-2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13643/2020

Publicação Nº 2610499

DECRETO Nº 13643/2020

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada LILIAN KLUMB para exercer o cargo de Assessor Administrativo II – CCM-2, com lotação na Procuradoria Geral do Município, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de agosto de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13645/2020

Publicação Nº 2610175

DECRETO Nº 13645/2020

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado JOSÉ FRANCISCO DA ROSA para exercer o cargo de Secretário Adjunto da Segurança Defesa Civil e Trânsito – SMA, com lotação na Secretaria de Segurança Defesa Civil e Trânsito, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13657/2020

Publicação Nº 2610224

DECRETO Nº 13657/2020

DESIGNA FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal e,

DECRETA:

Art 1º - Fica designada MIRÉIA HOFFMANN, para exercer a função gratificada de Diretora do Centro de Educação Infantil Flor de Nápolis, no valor de R\$ 1.982,43, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17 de agosto de 2020.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal da Educação

DECRETO Nº 13659/2020

Publicação Nº 2610231

DECRETO Nº 13659/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Concede ao servidor FILIPE BRANCO LARRE, matrícula 3526-3, a função gratificada de Diretor de Diretoria – nível FG-DI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 11253/2019.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13660/2020

Publicação Nº 2610183

DECRETO Nº 13660/2020

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada LARA APARECIDA DO REINO JEREMIAS para exercer o cargo de Supervisor administrativo – CCM-6, com lotação na Fundação Educacional de São José, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13661/2020

Publicação Nº 2610227

DECRETO Nº 13661/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Concede à servidora KATHERI MARIS ZAMPROGNA, matrícula 426476-2, a função gratificada de Diretor II SAÚDE – nível FG-D2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17 de agosto.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13662/2020

Publicação Nº 2610185

DECRETO Nº 13662/2020

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ODEMAR ALTINO DE SOUZA para exercer o cargo Assessor Administrativo VI – CCM-6, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 13666/2020

Publicação Nº 2610998

DECRETO Nº 13666/2020

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA A RETOMADA DAS ATIVIDADES ESCOLARES DE ENSINO PRESENCIAL, REALIZADAS POR ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS, PARA A MODALIDADE DE CURSOS LIVRES NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º – Autoriza a retomada das atividades escolares de ensino presencial, realizadas por estabelecimentos públicos e privados, para a modalidade “cursos livres” a partir de 19 de agosto de 2020.

§ 1º. Para efeito deste Decreto entende-se como cursos livres aqueles considerados como educação não formal de duração variável. Enquadram-se na categoria de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, proporcionando ao aluno conhecimentos que lhe permitam inserir-se no mercado de trabalho ou ainda aperfeiçoar seus conhecimentos em área específica, não compreendidos os cursos preparatórios para vestibulares, concursos e similares.

§ 2º. As atividades referidas no artigo 1º estão autorizadas a ser retomadas pelos estabelecimentos que dispuserem de estrutura para manter o distanciamento de 1,5 metros (um metro e meio) de raio entre todos os frequentadores do ambiente educacional, quer sejam alunos, trabalhadores ou outros. Em caso de impossibilidade deste distanciamento e o estabelecimento optar por retomar as atividades, deverá reduzir o número de alunos por turma, de forma a se adequar a esta regra;

§ 3º. Os estabelecimentos referidos no caput deste artigo devem priorizar as atividades que possam ser mantidas de forma remota através de ensino à distância, em especial as aulas teóricas, disponibilizando apenas as aulas práticas de forma presencial;

§ 4º. Estas atividades estão autorizadas a serem retomadas para alunos com idade igual ou superior a 14 (quatorze) anos completos;

§ 5º. Os estabelecimentos de ensino público que se enquadrarem nesta portaria e optarem pelo retorno das atividades, devem seguir o previsto no Decreto nº 587 de 30 de abril de 2020, no que couber.

Art. 2º. Permanece proibido o retorno das atividades escolares na forma presencial para as seguintes modalidades:

- a) Estabelecimentos de educação pré-escolar, incluindo creches, escolas maternas e jardins de infância;
- b) Ensino Fundamental;
- c) Ensino Médio;
- d) Educação profissional técnica de nível médio;
- e) Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação;
- f) Ensino Superior;
- g) Ensino em nível de Pós-graduação;
- h) Escolas para portadores de necessidades especiais, onde os alunos tenham comprometimentos cognitivos que impliquem na dificuldade para o cumprimento do distanciamento e de outras práticas de segurança para evitar a contaminação da COVID-19;

Art. 3º. A autorização para realização das atividades citadas no artigo 1º está condicionada ao cumprimento das seguintes obrigações:

- a) Todas as pessoas, quer sejam alunos, trabalhadores ou outros, que adentrarem ao estabelecimento devem usar máscaras descartáveis de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão, durante todo o período de funcionamento do estabelecimento;
- b) Disponibilizar álcool 70% em todos os pontos de acesso, de saída, nas áreas de uso comum (incluindo ambientes de estudo ou outras atividades), em pontos estratégicos de maior circulação de pessoas, em salas de aula, bem como garantir os suprimentos de sabão líquido e papel toalha nos banheiros e lavatórios;
- c) Estimular a etiqueta da tosse bem como da higienização de mãos em vários momentos ao longo do tempo de permanência dos alunos nas dependências no estabelecimento;
- d) Disponibilizar material informativo e orientações com relação ao uso adequado de máscaras de proteção, higienização das mãos e etiqueta da tosse;
- e) Todos os ambientes devem ser mantidos arejados;
- f) Professores que trabalharem em mais de uma escola no mesmo dia, devem usar jalecos exclusivos em cada um dos estabelecimentos.
- g) Estabelecimentos que disponham de estacionamentos controlados devem disponibilizar alternativas de acessos e saídas sem comandos com o contato das mãos, em especial se utilizarem sistemas de digitação numérica ou de biometria digital, tanto para alunos quanto para trabalhadores e visitantes;
- h) Fica proibida a utilização de catracas de acesso e os sistemas de registro de ponto (para trabalhadores) e de acesso e presença (para alunos), por cartão e por biometria (em especial os digitais);
- i) Os estabelecimentos educacionais que dispuserem de Cantinas, Lanchonetes, Restaurantes e espaços equivalentes a praças de alimentação, devem atender os requisitos definidos na Portaria SES nº 256 de 21/04/2020, ou outros regulamentos que venham substituí-la;
- j) Permanecem proibidas as atividades sociais, entre elas festas, festivais e apresentações de música ou de teatro, eventos desportivos, ou quaisquer outras que resultem no agrupamento de pessoas; tanto nas dependências do estabelecimento quanto fora dele;
- k) As áreas comuns para uso de professores e demais trabalhadores tais como sala de professores, refeitórios e ambientes de descanso, devem ser mantidas ventiladas, sendo observada a distância mínima de 1,5 metros (um metro e meio) de raio entre os usuários;
- l) Distanciamento mínimo de 1,5 metros (um metro e meio) de raio entre os alunos e entre os professores e alunos;
- m) As salas de aula, laboratórios e demais locais do estabelecimento devem ter seus pisos higienizados com desinfetantes próprios para a finalidade ao menos uma vez ao dia, e após cada aula realizar a desinfecção com álcool 70% de superfícies expostas, incluindo as mesas dos professores e dos alunos, balcões, maçanetas, corrimãos, interruptores, entre outros;
- n) Os instrumentos e equipamentos utilizados devem ser higienizados em conformidade com as orientações de seus fabricantes a cada troca de aluno;
- o) Caso estejam disponíveis em sala de aula equipamentos de informática como computadores, notebooks, ou similares, as partes onde há contato direto com os usuários, como teclados, mouses, touchscreens, touchpads, ou mouse pads, devem ser higienizados após a utilização de cada usuário com álcool 70% ou preparações antissépticas com utilização de produtos compatíveis com as recomendações dos seus fabricantes. Caso seja utilizado plástico filme nestes aparelhos ou equipamentos, o mesmo deve ser substituído a cada troca de aluno.

Art. 4º. O estabelecimento deve adotar as seguintes medidas com casos suspeitos e/ou confirmados para COVID-19:

- a) Sensação febril ou febre, mesmo que relatada, acompanhada de tosse ou dor de garganta ou coriza ou dificuldade respiratória: afastar a pessoa das suas atividades e encaminhá-lo para avaliação médica;
- b) Em caso de confirmação laboratorial para COVID-19: afastar por 10 (dez) dias a contar do início dos sintomas, podendo retornar às atividades após este período desde que estejam assintomáticos por no mínimo 72 (setenta e duas) horas;
- c) Casos negativos para COVID-19: mas com sintomas de síndrome gripal podem retornar às atividades educacionais e laborais após 72 (setenta e duas) horas da remissão dos sintomas da Síndrome Gripal;
- d) Todos os casos suspeitos ou confirmados para COVID-19 devem ser imediatamente informados para as autoridades sanitárias locais;
- e) Para os trabalhadores que estiverem enquadrados em grupos de risco (idosos com mais de 60 anos, portadores de doenças crônicas, doenças que afetem a imunidade, gestantes ou outros por recomendação e atestado médico), priorizar trabalho remoto ou mantê-los em atividades administrativas, com horários de entrada e saída e locais de trabalho reservados, de forma a não ter contato com os alunos. Caso o atestado médico determine o afastamento do trabalhador, prevalece o atestado médico;

Art. 5º. A fiscalização dos estabelecimentos ficará a cargo das equipes de Vigilância Sanitária e das equipes de Segurança Pública.

Art. 6º. Todos os estabelecimentos que descumprirem as medidas sanitárias previstas neste Decreto devem ser interditados por, no mínimo, 7 (sete) dias, sem prejuízo das sanções de natureza civil, penal e penalidades sanitárias cabíveis nos termos da Lei Estadual nº 6.320/83 e da Lei Municipal nº 2.446/92.

Art. 7º. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer tempo diante da evolução da pandemia e seu impacto na rede de atenção à saúde.

Art. 8º. Este Decreto não revoga outras normas sanitárias vigentes que se aplicam a atividade.

Art. 9º. Qualquer outra medida sanitária, não compreendida neste Decreto, deverá ser cumprida nos termos da legislação específica.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 19 de agosto de 2020.

Paço Municipal, em São José (SC), 18 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

SINARA REGINA LANDT SIMIONI Secretária de Saúde	ANDREA IRANI PACHECO RODRIGUES Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito.
RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Geral	

PORTARIA Nº 16, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610971

PORTARIA Nº 16, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ O COMITÊ DE CRISE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DEVIDO A PANDEMIA DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Crise da Assistência Social – COMITÊ SUAS/São José COVID-19 com o objetivo de discutir, de forma democrática e colegiada, as questões provocadas pela crise e seus agravamentos, bem como elaborar o Plano de Contingência da Política de Assistência Social.

Art. 2º O Comitê será composto dos seguintes representantes:

- I – Secretária da Assistência Social: Rosemeri Bartuchski;
- II – Secretária Adjunta de Assistência Social: Simone Cristina Vieira Machado;
- III - Um Técnico de Gestão: Cleidiamar Aparecida Furlanetto;
- IV – Um coordenador e/ou profissional da Proteção Social Básica: Juliana Rocha Pires;
- V – Um coordenador e/ou profissional da Proteção Social Especial: Tábata Gomes Panozzo;
- VI – Um gestor do programa social Bolsa Família e Cadastro Único: Maria Aparecida da Silva;
- VII - Um representante do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS: Maria de Fátima Bernadete de Souza.

Art. 3º São atribuições do Comitê:

- I - Elaborar o Plano de Contingência da Política de Assistência Social, monitorar e avaliar as ações, de modo que o referido plano deve ter conexão direta com o Plano Plurianual de Assistência Social, bem como ser aprovado pelo Conselho de Assistência Social e estar alinhado com as diretrizes do SUAS;
- II – Rever e atualizar continuamente as ações do Plano de Contingência da Política de Assistência Social, conforme situação que se apresenta no momento, observando os indicadores e avanço da pandemia;
- III- Conhecer os recursos previstos no orçamento municipal destinados a atuação em situação de calamidade e os recursos da Assistência Social, bem como, dialogar pela ampliação dos mesmos em virtude de necessidades locais;
- IV – Auxiliar no planejamento de cada equipamento, definindo o funcionamento dos serviços, quais as estratégias serão utilizadas, os canais de acesso e os cuidados essenciais. Para tanto, será imprescindível a leitura atenta e observações das orientações técnicas previstas no Informe n. 1 da Frente em Defesa do SUAS e da Seguridade Social, assim como seus informes posteriores;

- V – Articular junto a Secretaria Municipal de Saúde capacitações dos profissionais e disponibilização de EPIs, e em quais situações estes devem ser usados, bem como solicitar que os profissionais da assistência social também recebam a vacina da gripe; Em caso de não disponibilização, o Comitê pode definir pela compra de EPIs ou forma de providenciar os mesmos aos profissionais;
- VI – Implementar iniciativa de divulgação dos canais de comunicação dos setores e serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social, de modo que as famílias possam acessá-los, para dirimir suas dúvidas, serem atendidas em suas necessidades e ainda realizar agendamentos para atendimentos presenciais;
- VII – Realizar reuniões por videoconferência com a equipe da Assistência Social;
- VIII – Participar de reuniões intersetoriais para alinhamento da atuação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José, 18 de agosto de 2020.

ROSEMERI BARTUCHESKI
Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 831/2020

Publicação Nº 2610972

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 831/2020

SUSPENDE O ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE ENSINO – EDUCAÇÃO INFANTIL.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica do município de São José-sc,
RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER o estágio probatório da servidora MIRÉIA HOFFMANN, matrícula 428871-8, nomeada em 15.02.2018, no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Ensino, na Educação Infantil, tendo em vista a sua designação para exercer a função gratificada de Diretora do Centro de Educação Infantil Flor de Nápoles, a partir de 17.08.2020.

Art. 2º - O período de estágio probatório, para efeito de avaliação, voltará a ser contado, quando do retorno do servidor ao efetivo desempenho no cargo de provimento efetivo.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de agosto de 2020.

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação
São José - SC

PORTARIA SJPREV/PMSJ Nº08/2020

Publicação Nº 2610689

PORTARIA SJPREV/PMSJ nº 008, de 18 de agosto de 2020.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O Presidente da São José Previdência, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, da Lei Complementar 05/2002

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Augusto Bousfield - Matrícula 541-0, ocupante do cargo de Coordenador Financeiro, para efetuar a fiscalização do Processo Administrativo 2917/20 decorrente do Pregão Eletrônico nº 038/2020 e atas 184 e 185/20.

Nos termos do artigo 67 da Lei nº8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados

- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor Rodrigo Pinheiro Silva – matrícula 682-3, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luis Fabiano de Araujo Giannini

Presidente Interino da São José Previdência - SJPREV

PORTARIA SME/PMSJ Nº 0822/2020

Publicação Nº 2610603

PORTARIA SME/PMSJ nº 0822, de 12 de agosto de 2020.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. Fábio Decarli Savi, matrícula nº 39696-6, para efetuar a fiscalização do Contrato nº 063/2020 decorrentes do Tomada de Preços nº 013/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada a Servidora Sr. Diego Vicente- matrícula n.º 39697-4, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lilian Sandin Boeing

Secretária Municipal de Educação

Milton Bley Junior

Secretário Municipal de Infraestrutura

PORTARIA SME/PMSJ Nº 0823/2020

Publicação Nº 2610015

PORTARIA SME/PMSJ nº 0823, de 12 de agosto de 2020.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04

de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. Diego Vicente, matrícula nº 39697-4, para efetuar a fiscalização do Contrato nº 060/2020 decorrentes do Tomada de Preços nº 008/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
 - II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
 - III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
 - IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
 - V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
 - VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
 - VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
 - VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
 - IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
 - X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
 - XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
 - XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
 - XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
 - XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
 - XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias
- Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada a Servidora Sr. Pedro Schondermark - matrícula n.º 432279-7, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revoga os termos da portaria nº 812/2020, no que for contrário.

Lilian Sandin Boeing

Secretária Municipal de Educação

Milton Bley Junior

Secretário Municipal de Infraestrutura

RESOLUÇÃO CONDEMA Nº 002 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610970

RESOLUÇÃO CONDEMA Nº 002 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LAUDOS TÉCNICOS COMPROBATÓRIOS DE TRATAMENTO ACÚSTICO EM RELAÇÃO À NBR 10.151/2019 - IEC 61672 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE SÃO JOSÉ/SC - CONDEMA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 3336/1999 e Lei Municipal nº 66/2015, e conforme deliberado em reunião ordinária de 16 de junho de 2020, e CONSIDERANDO que o Conselho Municipal do Meio Ambiente de São José é órgão deliberativo sobre as questões ambientais propostas na lei municipal 3336/1999 e demais leis correlatas ao município;

CONSIDERANDO que dentre as atribuições do Conselho Municipal de Meio Ambiente de São José consta estudar, definir e propor normas técnicas e legais e procedimentos visando a proteção ambiental do Município (art. 4º do Regimento Interno);

CONSIDERANDO que a Lei 3731 de 22 de outubro de 2001 que dispõe sobre ruídos urbanos nocivos à saúde e proteção do bem estar e do sossego público e dá outras providências, estabelece no Parágrafo Único do seu artigo 2º que será utilizado, para medição de nível de ruído, o critério contido nas Normas Brasileiras Registradas- NBR 10.151 e 10.152, bem como nas que lhe sucederem.

CONSIDERANDO que em 31 de maio de 2019 a NBR 10.151/2000 passou por atualização e a vigorar com o título NBR 10.151/2019 – Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas, exigindo como instrumento de aferição de níveis de pressão sonora o equipamento “sonômetro” devendo observar a IEC 61672 em todas as partes;

CONSIDERANDO os questionamentos suscitados por consultores e consumidores e assunto que, inclusive, foi trazido na última reunião deste Conselho relativo à dificuldade de atendimento da IEC 61.672 – parte 2;

CONSIDERANDO que a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, informou que quanto o atendimento da IEC 61672 parte 2 “é de obrigação dos fabricantes, e não dos usuários. Compete aos usuários, nos termos da ABNT NBR 10151:2019, assim como também era previsto na edição ABNT NBR 10151:2000, demonstrar através de calibrações periódicas a condição dos sonômetros em uso (REF.: IEC 61672-3 ou IEC 60651/IEC 60804 para sonômetros fabricados antes da primeira edição da IEC 61672-1, em 29/05/2002)”;

CONSIDERANDO que o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO (Of. 542/2020/FMADS/SJ), responsável por acreditar os laboratórios para ensaios e calibrações e certificarem os fabricantes de sonômetros, informou que estão tratando a demanda a fim de estabelecer requisitos mínimos a serem exigidos na utilização destes instrumentos em atividades de fiscalização e que este processo está em fase de projeto de regulamentação na Diretoria de Metrologia Legal, na Divisão de Articulação e Regulamentação Técnica SEI 52600.005401/2019-17;

CONSIDERANDO ainda, que o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO noticia a formação de Comissão Técnica de Metrologia Legal com intuito de analisar o Impacto Regulatório sobre o tema para tomada de subsídios para elaboração de proposta de regulamento com participação de convidados e, ao final do processo, o texto será submetido à consulta via site do Inmetro;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade nos processos de Certidão de Tratamento Acústico – CTA que se encontram nesta Fundação, bem como atender a demanda e a Lei Municipal nº 3731/2001 que exige a Certidão de Tratamento Acústico para determinadas atividades sob pena, inclusive, de interdição de atividade;

RESOLVE:

Art. 1º - Os estabelecimentos ou instalações potencialmente causadoras de poluição sonora deverão apresentar junto com a documentação estabelecida em Instrução Normativa do órgão ambiental municipal laudo técnico comprobatório de tratamento acústico emitido com auxílio de medidor integrador de nível de pressão sonora (Sonômetro) que atenda à IEC 61672-1 e seja calibrado de acordo com a IEC 61672-3, assim como os Laudos emitidos por meio de sonômetro que, de acordo com a ERRATA 1 da NBR 10.151/2019 (de 31 de março de 2020), foram fabricados antes da publicação da IEC 61672 (todas as partes), desde que aprovado e calibrado conforme as IEC 60651 e IEC 60804 para Tipo 0 ou Tipo 1.

Art. 2º - Fica suspenso o atendimento dos sonômetros à IEC 61672-2, até que sobrevenha regulamentação dos órgãos nacionais responsáveis pela certificação e homologação dos modelos, ou outra que sanar a matéria.

Art. 3º - Esta Resolução pode ser revista pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente de São José a qualquer tempo e entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 18 de agosto de 2020.

Fernanda Vieira Diniz Farias
Presidente

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 320/2019-01

Publicação Nº 2610124

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 320/2019-01 – Proc. Adm. 4247/2020 – Contratado: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, nos termos previstos na Ata de Registro de Preços nº 320/2019 e nos demais documentos que instruem o processo administrativo em epígrafe. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO -FINANCEIRO: Conforme justificativa apresentada pelo órgão gestor do registro de preços, através do Memorando nº 245/2020/COMPRAS/SMS/SJ de 07/07/2020, será reequilibrado o valor unitário do item 11 – FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL M, que passará para R\$0,9962; do item 12 – FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL G, que passará para R\$0,9962 e do item 13 – FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL XG, que passará para R\$1,1029, que corresponde ao acréscimo de R\$18.882,85 (dezoito mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), alterando o valor total da Ata de Registro de Preços de R\$640.566,00 (seiscentos e quarenta mil, quinhentos e sessenta e seis reais) para R\$ 659.448,85 (seiscentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta e cinco centavos); O reequilíbrio em questão altera o valor da ata de registro de preços em 2,94% (dois inteiros e noventa e quatro décimos por cento); Data da assinatura: 04 de agosto de 2020.

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2020-02

Publicação Nº 2610237

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2020-02 – Proc. Adm. 3564/2020 – Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALARES LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO QUALITATIVA, nos termos previstos na Ata de Registro de Preços nº 086/2020 e nos demais documentos que instruem o processo administrativo em epígrafe. DA SUPRESSÃO QUALITATIVA: Fica suprimido da Ata de Registro de Preços nº 086/2020 o item 121 do processo, o que equivale ao montante total de R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais), referente a 15.000 (quinze mil) unidades de LENÇOL DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO, com valor unitário de R\$ 0,82 (oitenta e dois centavos) e o item 147 do processo, o que equivale ao montante total de R\$ 3.716,40 (três mil, setecentos e dezesseis reais e quarenta centavos), referente a 3.000 (três mil) unidades de RESPIRADOR CLASSE PRR2/N95, com valor unitário de R\$ 1,2388 (um real e dois mil trezentos e oitenta e oito décimos de milésimos), totalizando a supressão em R\$16.016,40 (dezesseis mil, dezesseis reais e quarenta centavos) conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, constante do Memorando n.º 183/2020/COMPRAS/SMS/SJ de 16/06/2020 e Memorando n.º 185/2020/COMPRAS/SMS/SJ de 30/06/2020; A supressão altera o valor global da Ata de Registro de Preços de R\$ 82.328,06 (oitenta e dois mil, trezentos e vinte e oito reais e seis centavos) para R\$ 66.311,66 (sessenta e seis mil, trezentos e onze reais e sessenta e seis centavos). Data da assinatura: 04 de agosto de 2020.

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2020-01

Publicação Nº 2610226

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2020-01 – Proc. Adm. 3564/2020 – Contratado: S.V. BRAGA IMPORTADORA EIRELI. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO QUALITATIVO, nos termos previstos na Ata de Registro de Preços nº 104/2020 e nos demais documentos que instruem o processo administrativo em epígrafe. DO ACRÉSCIMO QUALITATIVO: Será acrescido qualitativamente na Ata de Registro de Preços o item 121 do processo, o que equivale ao montante total de R\$ 29.850,00 (vinte e nove mil e oitocentos e cinquenta reais), referente a 15.000 (quinze mil) unidades de LENÇOL DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO, com valor unitário de R\$ 1,99 (um real e noventa e nove centavos), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, constante do Memorando n.º 185/2020/COMPRAS/SMS/SJ de 10/07/2020; O acréscimo altera o valor global da Ata de Registro de Preços de R\$ 39.930,00 (oitenta mil, sessenta reais e seis centavos) para R\$ 69.780,00 (sessenta e nove mil, setecentos e oitenta reais). Data da assinatura: 04 de agosto de 2020.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2019-01

Publicação Nº 2610070

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 110/2019-01 Proc. Adm. 3803/2020 – Contratado: CLÍNICA MÉDICA E IMAGEM SANTA PAULINA LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objetivo a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos no Contrato nº 110/2019. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 110/2019, por mais 12(doze), com efeitos a partir de 31/07/2020. Data da assinatura: 29 de julho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2018**

Publicação Nº 2609972

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 008/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 111/2020/DA
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC
CONTRATADA: DS MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO EIRELI
OBJETO: Repactuação do Contrato Nº 008/2018 através de Termo Aditivo.
VALOR ANUAL: R\$ 8.827,60 (oito mil oitocentos e vinte e sete reais e sessenta centavos) e R\$ 8.000,00 (oito mil reais) estimados para peças de reposição, conforme demanda.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: item orçamentário 3.3.90.39.00 e 3.3.90.30
PRAZO: 12 (doze) meses
FUNDAMENTO: Art. 57, II da Lei n.º 8.666/1993

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.17/2020

Publicação Nº 2610351

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº17/2020

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 17/2020, Edital de Pregão Nº 17/2020, Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 01/09/2020. Abertura dos envelopes na mesma hora, dia e local, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente. São José do Cedro. Idene Pauli – Responsável pelo FMS.

PORTARIA Nº 446/2020

Publicação Nº 2610647

PORTARIA Nº 446/2020.

“Designa por Processo de Escolha Unificado membro suplente do conselho tutelar de São José do Cedro/SC – Gestão 2020-2024.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010, do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente – CONANDA, alterada pela Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, Leis Municipais nº. 4.046, de 17 de dezembro de 2012, e 4.372 de 06 de maio de 2015, Edital CMDCA – Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São José do Cedro, nº 002/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 17 de agosto de 2020, para integrar o quadriênio 2020/2024 do Conselho Tutelar, MARGARETE LEMES DA SILVA ESCHER, exercendo a função de conselheiro tutelar, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 13 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 447/2020

Publicação Nº 2610648

PORTARIA Nº 447/2020

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor público municipal, Rafael Santin, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, matrícula nº 3394, referente ao período aquisitivo de 11/07/2018 a 10/07/2019, para serem gozadas no período de 17 a 26 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 14 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico/ Fazenda/Administração.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA N° 449/2020

Publicação N° 2610656

PORTARIA N° 449/2020.

ANTONIO PLINO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições contidas no Art. 30, I, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

RESOLVE:

Art.1º Suspender, a partir de 18 de agosto de 2020, os efeitos da Portaria nº 241/2020, de 22 de abril de 2020, que designou o servidor público municipal Claudir Santa Catharina, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 3836, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Secretaria DAC 12 retornando para seu cargo efetivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de agosto de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 18 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA N°29/2020/SEMAE

Publicação N° 2610664

PORTARIA N° 029/2020/SEMAE.

Júnior Kunz, Diretor Geral do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 88, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos, e Lei Complementar nº 073, de 05 de junho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Interromper as férias do servidor público municipal, Junior Kunz, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Serviços I, atualmente exercendo o cargo comissionado de Diretor Geral do SEMAE, matrícula nº 12, no período de 10 a 19 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de agosto de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Diretor Geral do SEMAE de São José do Cedro, em 10 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito.

JUNIOR KUNZ,
Diretor Geral do SEMAE.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº30/2020/SEMAE

Publicação Nº 2610669

PORTARIA Nº 030/2020/SEMAE.

Júnior Kunz, Diretor Geral do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos, e Lei Complementar nº 073, de 05 de junho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor público municipal, Diego Smanhotto, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Serviços I, matrícula nº 04, referente ao período aquisitivo de 01/04/2017 a 31/03/2018, para serem gozadas no período de 17 a 31 de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Diretor Geral do SEMAE de São José do Cedro, em 12 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito.

JUNIOR KUNZ,
Diretor Geral do SEMAE.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº31/2020/SEMAE

Publicação Nº 2610672

PORTARIA Nº 031/2020/SEMAE.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 96 da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos e Lei Complementar nº 073, de 05 de junho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Interromper o gozo de licença prêmio – assiduidade, do servidor público municipal, Cleiton Ronei Weppo, ocupante do cargo efetivo Agente Operacional de Serviços I, matrícula nº 7, no período de 14 de agosto a primeiro de setembro de 2020, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Diretor Geral do SEMAE de São José do Cedro, em 14 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito.

JUNIOR KUNZ,
Diretor Geral do SEMAE.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº448/2020

Publicação Nº 2610652

PORTARIA Nº 448/2020.

“DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR JUNTO AO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER.”

Considerando que o município de São José do Cedro é integrante do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, conforme lei municipal nº 4.698, de 20 de fevereiro de 2018;

Considerando a necessidade de otimizar e racionalizar os procedimentos de compras do Consórcio;

Considerando que o Consórcio não possui quadro funcional próprio,

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, Sr. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, usando da competência que lhe confere o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, e demais legislações em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidor público municipal Luiz Perondi, ocupante do cargo efetivo de Almoxarife, matrícula nº 396, para atuar, quando necessário, na comissão de pré-qualificação de lubrificantes.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao erário público municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 17 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2020 - SRP - PR Nº 065/2020

Publicação Nº 2610649

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 31/08/2020, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS E FORROS NAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 18 de Agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2020 - SRP - PR Nº 066/2020

Publicação Nº 2610653

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 31/08/2020, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BEM COMO MÃO DE OBRA PARA REPAROS ELÉTRICOS A SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS E/OU LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 18 de Agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.781, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610480

DECRETO Nº 6.781, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2020, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.301.4506.2.019 3.3.93.00.00.00.00.0.1.0002		09	Aplicação Direta	R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, serão utilizados recursos provenientes

da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.301.4506.2.019 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002	08	Aplicação Direta	R\$ 100.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 896, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609844

PORTARIA Nº 896, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO, o novo atestado emitido e apresentado em 18 de agosto de 2020 pelo servidor, no qual torna apta ao retorno às atividades laborais;

RESOLVE:

Art.1º Interromper a partir 18 de Agosto de 2020, a licença para tratamento de saúde, do servidor público municipal REGINALDO INÁCIO ECKER, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula nº 3665/01, licença concedida através da Portaria nº 869/2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 18 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 897, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610438

PORTARIA Nº 897, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, ao Servidor Público Municipal GILSON FERNANDES DE JESUS, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Combate às Endemias, matrícula nº 3296/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 09 a 18 de agosto de 2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 161/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2610263

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 161/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: ELETRO ZAGONEL LTDA
Valor : R\$ 91.800,00 (noventa e um mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 11/08/20 20 Término: 31/12/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2020
Objeto : AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS DE LED, REFLETORES E BRAÇOS, PARA OS MUNICÍPIOS CONVENIADOS AO CONDER, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 DO CONSÓRCIO.

São Miguel do Oeste, 11 de agosto de 2020.

CONTRATO 164/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2610265

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 164/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: WORLD VISION PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI
Valor : R\$ 3.640,00 (três mil e seiscentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 12/08/20 20 Término: 12/11/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2020
Objeto : AQUISIÇÃO DE 2 UNIDADES DE BALANÇO, A SEREM INSTALADOS NA PRAÇA WALNIR BOTTARO DANIEL E NA PRAÇA NO CONJUNTO HABITACIONAL VILA NOVA II - LOCALIZADO NA RUA "E", PARTE DAS CHÁCARAS Nº 45, 48 E 49 (MATRÍCULA Nº 38751) -, AMBAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

São Miguel do Oeste, 12 de agosto de 2020.

CONTRATO 165/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2610267

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 165/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ZANARDI LTDA - ME
Valor : R\$ 42.690,00 (quarenta e dois mil e seiscentos e noventa reais)
Vigência : Início: 12/08/20 20 Término: 11/11/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2019
Objeto : AQUISIÇÃO DE LAJOTA E PISO PARA IMPLANTAÇÃO DO CALÇADA PÚBLICA EM FRENTE A CRECHE SONHO INFANTIL E AO CAIC (ACESSO FRONTAL E LATERAL), LOCALIZADO NA RUA PROJETADA - AVENIDA SALGADO FILHO, BAIRRO SÃO LUIZ, PARTES DAS CHÁCARAS Nº 23 E Nº 24, MATRÍCULA Nº 34.949, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

São Miguel do Oeste, 12 de agosto de 2020.

CONTRATO 166/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2610269

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 166/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: CRONCRESOLUS CONTROLE TECNOLÓGICO LTDA

Valor : R\$ 7.799,92 (sete mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)

Vigência : Início: 13/08/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 232/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM ENSAIOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO (SPT), PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM DE SOLO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA, ENSAIOS, LAUDOS, RELATÓRIOS TÉCNICOS E ART PARA INVESTIMENTO EM PAVILHÃO PRÉ FABRICADO, LOCALIZADO NO PARQUE RINEU GRANSOTTO, LINHA CRUZINHAS, BAIRRO SANTA RITA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

São Miguel do Oeste, 13 de agosto de 2020.

CONTRATO 167/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2610907

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 167/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: OMAR BOMBONATO MENIN

Valor : R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Vigência : Início: 14/08/2020 Término: 14/10/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA E AQUISIÇÃO DE CADEIRA DESTINADOS AO USO DO SETOR DE ASSESSORIA JURÍDICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE /SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL..

São Miguel do Oeste, 14 de agosto de 2020.

CONTRATO 168/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2610179

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 168/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: JOHN RR SEGURANÇA LTDA - ME

Valor : R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 14/08/2020 Término: 13/02/2021

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº80/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PARA GARANTIR A SEGURANÇA DOS BENS EXISTENTES NAS INSTALAÇÕES ONDE FUNCIONAVA A COOPERATIVA MISTA DE PRODUÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DO SUL DO BRASIL - OESTEBIO, SITUADA NA LINHA BELA VISTA DAS FLORES, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

São Miguel do Oeste, 14 de agosto de 2020.

CONTRATO 169/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2610182

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 169/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada...: DISBRAPLAC LTDA - EPP

Valor : R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 14/08/20 20 Término: 15/12/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONFECCÃO DE LIXEIRAS METÁLICAS, PARA SUBSTITUIÇÃO DAS QUE ESTÃO EM MAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO E USO.

São Miguel do Oeste, 14 de agosto de 2020.**DECRETO Nº 9.368/2020**

Publicação Nº 2610598

DECRETO Nº 9.368/2020

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO DE TRÂNSITO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – COTRASMO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais no que lhe confere inciso VII, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e considerando a Lei Municipal n. 3.746/1995, a Lei Municipal n. 4.957/2002, e,

CONSIDERANDO o Ofício nº 090/2020 da Secretária Municipal de Educação, o qual solicita a substituição de membros.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho de Trânsito de São Miguel do Oeste - COTRASMO, acompanhados de seus respectivos suplentes, os membros a seguir discriminados:

I – Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo

Titular: Jeferson Rodrigo Pereira Dias

Suplente: Gisabel Lucia Hermes

II – Representante da Secretaria Municipal da Educação

Titular: Deyse Maria Potrich

Suplente: Raquele Cristiane Mendes

III – Representante do Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal

Titular: Celi Maziero

Suplente: Camilla Schiavini Moretto

IV – Representante do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN

Titular: Marla Daridsa Berger

Suplente: Osmar Goulart

V – Representante da Câmara Municipal de Vereadores

Titular: Luiz Alcebíades Pichetti

Suplente: Edson Moises Kojoroski

VI - Representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública – CIRETRAN

Titular: Wesley Almeida Andrade

Suplente: Jeisebel Medianeira da Silva H. Pahim

VII – Representante do 11º Batalhão de Polícia Militar

Titular: Evandro Vieira

Suplente: Lucas Brugnara Soccal

VIII – Representante da Gerência Regional de Educação – GERED

Titular: Dilce Rodrigues de Freitas Franzen

Suplente: Lidia Panis

IX – Representante da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste - ACISMO

Titular: Luiz de Rocco

Suplente: Roberto Vicente Mileski

X – Representante da Câmara de Dirigentes Logistas – CDL

Titular: Bruno Celuppi

Suplente: Solani Balbinot

XI – Representante do Sindicato dos Condutores de Veículos de Transporte e Cargas de São Miguel do Oeste

Titular: Iniro Grolli

Suplente: João Luiz Theis

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. Os membros substitutos atuarão até completar o período de seus antecessores.

Art. 3º Os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração, considerando-se a atividade como função de serviço público relevante.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 9.349 de 16 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 18 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral do Município

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

LEI Nº 7.744/2020

Publicação Nº 2609663

LEI Nº 7.744/2020

DENOMINA DE RUA LUIZ ANTONIO BRUSTOLIN, A RUA PROJETADA A, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO SÃO GERÔNIMO, BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA LUIZ ANTONIO BRUSTOLIN", a RUA PROJETADA A, localizada no Loteamento São Gerônimo, Bairro São Sebastião, Município de São Miguel do Oeste, SC.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 17 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1101/2020

Publicação Nº 2610721

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1101/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 001/2019;

Considerando o princípio da continuidade do serviço público, asseverando a proibição da interrupção total da prestação do serviço público.

Considerando o Parecer Jurídico 031/2020/PGM;

Considerando a necessidade de contratação de um Educador Social - Artes (nível superior), previsto na alínea "c" do §2º do art. 17 da lei 7031/2014, regulamentada pelo decreto n. 9222/2019, visto que tanto na lei como no decreto a previsão para as contratações são por meio de teste seletivo e com contrato por prazo determinado.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. CRIS ADRIANE BEDIN ROMAN, pelo regime Estatutário, ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Educador Social I, atuando junto ao SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no CRAS, na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 17 de agosto de 2020 até 16 de agosto de 2021.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social;

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 17 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1102/2020

Publicação Nº 2610737

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1102/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora pública municipal efetiva, MARILZE FORMAGINI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 19 de agosto de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 17 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1103/2020

Publicação Nº 2610753

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1103/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o protocolo 11970/2020 com a solicitação da servidora Camila Andreia Bernardi Lorencett, para redução de carga horária.

Considerando o disposto no parágrafo único do Art. 31 da Lei Complementar n. 009/2012 (Estatuto dos servidores) estabelecendo que a redução de carga horária fixada por lei poderá ser reduzida a pedido do servidor e somente será concedida se houver conveniência e restar preservado o interesse público.

Considerando que a redução da carga horária não prejudicará o serviço prestado pela servidora, bem como não haverá a necessidade de contratação de outro servidor para supri-las.

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR A CARGA HORÁRIA, da servidora pública municipal efetiva, CAMILA ANDREIA BERNARDI LORENCETT, ocupante do cargo de Farmacêutico, 40 horas semanais, passando para 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 21 de agosto de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 17 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1104/2020

Publicação Nº 2610794

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1104/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o protocolo 11855/2020 com a solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a portaria SGPT/0696/2020, da servidora pública municipal efetiva, RAQUELE CRISTIANE MENDES, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, quanto a readaptação, que passa a ser para atuar readaptada como Técnico Administrativo na Secretaria Municipal de Educação, no período de 17 de agosto de 2020 até 10 de novembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 17 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1105/2020

Publicação N° 2610797

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1105/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o protocolo 12027/2020 com a solicitação da servidora Eli Carmen Padilha, para gozo de licença prêmio.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 15(quinze) dias, da 2ª licença prêmio nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor), a ELI CARMEN PADILHA, efetiva ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, concedido o direito conforme Portaria nº 0410/2018 de 12 de março de 2018, referente ao período de 02 de março de 2013 a 01 de março de 2018, a serem gozados de 18 de agosto de 2020 a 01 de setembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 17 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1106/2020

Publicação N° 2610834

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1105/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do art. 24, da LCM 009/2012;

Considerando os termos do Art. 27 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria ou ato similar;

Considerando a portaria de nomeação SAFGP/DDP N. 1009/2020 de 27 de julho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º DAR POSSE E INICIO DE EXERCÍCIO a NATHALY BLACK, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Odontólogo, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao Órgão Central da Administração Municipal, designada para atuar junto ao ESF do Bairro Jardim Peperi, na Secretaria Municipal de Saúde, em razão de aprovação no Concurso Público, Edital nº 010/2019, homologado em 18 de março de 2020, a partir de 18 de agosto de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 18 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO N.º 106/2020

Publicação Nº 2609485

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

Decreto n.º 106/2020

DESIGNA RESPONSÁVEL PERANTE O FUNDO MUNICIPAL DE DIREITO DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1.º- Designar SIMONE MORETTI, matrícula 3415, ocupante do cargo de Secretária municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, representa ativa a passiva o Fundo Municipal de Direito do Idoso do Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

DECRETO N.º 107/2020

Publicação Nº 2609486

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 107/2020

DESIGNA RESPONSÁVEL PERANTE O FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Designar SIMONE MORETTI, matrícula 3415, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social, como responsável perante o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do município de São Pedro de Alcântara.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de agosto de 2020.

ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

DECRETO N.º 108/2020

Publicação Nº 2609487

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 108/2020

DESIGNA RESPONSÁVEL PERANTE O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Designar SIMONE MORETTI, matrícula 3415, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social, como responsável perante o Fundo Municipal de Assistência Social do município de São Pedro de Alcântara.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de agosto de 2020.

ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

DECRETO Nº109/2020

Publicação Nº 2610645

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br / gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº109/2020

FICAM CANCELADOS OS RESTOS A PAGAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADOS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal,

DECRETA:

Art.1º - Ficam cancelados os Restos a Pagar da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

07- SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.451-0010-1.085 – Obras de Revitalização da Praça Leopoldo Francisco Kretzer

Empenho nº4552/2019 – PERÍMETRO CONTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA EPP - no valor de R\$ 9.285,56 (nove mil duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Empenho nº4553/2019 – PERÍMETRO CONTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA EPP - no valor de R\$ 222.853,44 (duzentos e vinte dois mil oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

Motivo: Empenho no recurso indevido – Alteração/Inclusão de Especificação TCE

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de agosto de 2020.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 345/2020

Publicação N° 2610167

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 345/2020

Concede férias ao servidor LUCIANO FRANCISCO DA BOAVENTURA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor LUCIANO FRANCISCO DA BOAVENTURA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 01/09/2020 a 30/09/2020, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 346/2020

Publicação N° 2610170

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 346/2020

Concede férias a servidora VIRGINIA HELENA CEZARIO ELI.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora VIRGINIA HELENA CEZARIO ELI, ocupante do cargo de Agente Administrativa, férias por 30 dias que gozará a partir de 14/09/2020 a 13/10/2020, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 347/2020

Publicação N° 2610171

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 347/2020

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor CARLOS ROGERIO DA SILVA, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria de Tributação e Fiscalização.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor CARLOS ROGÉRIO DA SILVA, pelo período de 07 (sete) dias a contar da data de 17/08/2020, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17/08/2020.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

TERMO DE DESISTENCIA

Publicação N° 2610347

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.
TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2018

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de 2020, ADRIANA LOPES GOYA por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Processo Seletivo Edital nº. 001/2018, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Enfermeira - ESF, classificação 10 conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de agosto de 2020.

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.242/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611058

DECRETO No 5.242/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

ALTERA O DECRETO Nº 4.714/2019, DE 6 DE MARÇO DE 2019, QUE REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS REFERENTES AO PROTOCOLO DIGITAL.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º Fica alterado o Parágrafo Único do art. 10 do Decreto nº 4.714/2019, de 6 de março de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10.

[...]

Parágrafo único. Para conclusão da análise e aprovação do processo digital, será necessária a apresentação do atestado de aprovação do projeto preventivo contra incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina (exceto para os projetos nominados como R. 1.1 e R. 2.1 do Anexo II, da Lei Complementar Municipal nº 80/2009, de 24 de novembro de 2009).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 18 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.489/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611052

LEI Nº 2.489/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2020, no valor de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), como segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL				
01 – DIRETORIA DE SANEAMENTO				
17.512.0009.2.043 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO				
3.1.90.11.00.00	00.01.0224	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	250.000,00	
3.1.90.13.00.00	00.01.0224	Obrigações Patronais	100.000,00	
3.3.90.39.00.00	00.01.0224	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	150.000,00	

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes dos cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL				
01 – DIRETORIA DE SANEAMENTO				

17.512.0009.1.047 – PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DO TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO				
3.3.90.39.00.00	00.01.0224	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	300.000,00	
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL				
01 – DIRETORIA DE SANEAMENTO				
17.512.0009.1.027 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
4.4.90.52.00.00	00.01.0224	Equipamento e Material Permanente	100.000,00	
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL				
01 – DIRETORIA DE SANEAMENTO				
17.512.0009.1.026 – AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA				
4.4.90.51.00.00	00.01.0224	Obras e Instalações	100.000,00	

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº 2.448/2019 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 18 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 8.407/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2611057

PORTARIA Nº 8.407/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear as servidoras Fernanda Carolina Zen Zuquetto, Arquiteta Urbanista, inscrita no CPF sob o nº 099.848.059-21, CAU/SC A178798-5; Germana Heller Baeumle, Engenheira Civil, inscrita no CPF sob o nº 086.056.669-27, CREA/SC 14.1189-5 e Ivandra de Souza, Engenheira Civil, sob o nº 047.563.299-00, CREA/SC 14.8760-9, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária, da pavimentação asfáltica da Rua Independência – Est OPP à Est 06+18,6m, na localidade de Braço do Sul, no Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 138,60m e área total de 1.396,75m² de acordo com recursos próprios e Contrato de Repasse nº. 887905/2019/MDR/CAIXA, de acordo com as especificações no Contrato nº. 91/2020 – PMS, Processo de licitação nº. 111/2020 – PMS, Tomada de Preços nº. 14/2020 – PMS - Empresa: INFRASUL Infraestrutura e Empreendimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.094.645/0001-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 18 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA PREGÃO PRESENCIAL 14/2020-FMS (SEQUÊNCIA 02)

Publicação Nº 2610180

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2020 - PR
Processo Administrativo: 38/2020 Processo de Licitação: 07/07/2020 Data do Processo:		Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 25/2020 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se após recebimento do parecer técnico da Técnica de Enfermagem Roseane Finta da Secretaria de Saúde. De acordo com Parecer técnico foi constatado que as empresas CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., A. G. KIENEN & CIA. LTDA. - EPP, F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. e GENESIO A. MENDES & CIA LTDA., apresentaram as documentações das propostas totalmente corretas e apresentadas conforme o exigido no edital. Diante do exposto fica marcada a data de 21 de agosto de 2020, às 13h30min para continuação do processo com a etapa de lances, caso contrário será enviada nova ata determinado a nova data da etapa de lances. Encerra-se a sessão e pede-se para serem enviadas as empresas participantes a cópia da ata, bem como quadro comparativo de preços com classificação.

Schroeder, 18 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	-	- Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	-	- Equipe de Apoio
Natascha Luize Kopper Strelow	-	- Equipe de Apoio
Rafaela Susan Kienen	-	- Equipe de Apoio

ATA PREGÃO PRESENCIAL 56/2020-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2610137

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCPREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 56/2020 - PRProcesso Administrativo: 126/2020
Processo de Licitação: 13/07/2020
Data do Processo:

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de larvício biológico para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 135/2020 (Sequência: 4)

Ao(s) 18 de Agosto de 2020, às 14:00 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 8266/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 126/2020, Licitação nº 56/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio reuniram-se para abertura do envelope de habilitação da empresa AGRO LIDER LTDA., conforme determinado em ata anteriormente. A documentação será analisada com base na data de abertura do processo dia 04 de agosto de 2020, eventuais documentos vencidos após essa data serão atualizados. Sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa AGRO LIDER LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata às empresas participantes.

Participante: 10288 - AGRO LÍDER LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtd Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	LARVICIDA BIOLÓGICO - Bacillus Thuringiensis Israelensis (BTI), CEPA avaliada e recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e registro na ANVISA, Soro tipo H 14, com potencia mínima de 1.200 UTI/mg (Unidades Tóxicas Internacionais por miligrama), concentração mínima de 1,2% de princípio ativo. Com a finalidade de controlar e combater larvas do inseto Borrachudo(Simulium Pertinax).	LT	500,00	VECTOBAC	0,0000	139,90	69.950,00
Total do Participante ----->							69.950,00
Total Geral ----->							69.950,00

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 56/2020 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 126/2020 Processo de Licitação: Data do Processo: 13/07/2020</p>
Folha: 2/2	

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 18 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	-	- Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	-	- Equipe de Apoio
Natascha Luize Kopper Strelow	-	- Equipe de Apoio
Rafaela Susan Kienen	-	- Equipe de Apoio

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2020

Número do Registro de Preços: 50/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de larvícida biológico para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LARVICIDA BIOLÓGICO - Bacillus Thuringiensis israelensis (BTI), CEPA avaliada e recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e registro na ANVISA, Soro tipo H 14, com potência mínima de 1.200 UTT/mg (Unidades Tóxicas Internacionais por miligrama), concentração mínima de 1,2% de princípio ativo. Com a finalidade de controlar e combater larvas do inseto Borrachudo(Simulium Pernix). Para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder (SC). Embalagem de 10 litros hermeticamente fechada.	LT	AGRO LÍDER LTDA (10288)	VECTOBAC	0	139.9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 50/2020

Número do Registro de Preços: 50/2020					Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de larvícia biológico para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 50/2020
PROCESSO N° 126/2020
(10288) - AGRO LÍDER LTDA

Schroeder, 18 de Agosto de 2020.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 58/2020-PMS

Publicação Nº 2610138

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2020

Número do Registro de Preços: 49/2020			Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho sendo, elaboração de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), elaboração de Laudo Técnico das C							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif..
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho sendo, elaboração de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCA/T) e Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP), podendo estes serem elaborados em um único documento desde que contempladas todas as informações necessárias; incluindo as quantificações de ruído, químicos, vibração e calor, de acordo com as normas e instruções normativas vigentes do Ministério do Trabalho e Emprego e da Previdência Social.	UN	TOTAL LIFE ASSISTENCIA A VIDA LTDA (13760)		0	7.450.0000	1
2			PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA (14466)		0	8.850.0000	2
3			FLORESTAS, SEGURANCA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE L (14198)		0	9.200.0000	3
4			TJ ENGENHARIA LTDA (14467)	TJ Engenharia	0	12.950.0000	4
2	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho sendo, elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) de acordo com as normas e instruções normativas vigentes do Ministério do Trabalho e Emprego e da Previdência Social.	UN	TOTAL LIFE ASSISTENCIA A VIDA LTDA (13760)		0	627.0000	1
2			CLINIMED SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - ME (13761)		0	660.0000	2
3			PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA (14466)		0	1.850.0000	3

Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2020**

Número do Registro de Preços: 49/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho sendo, elaboração de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), elaboração de Laudo Técnico das C							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
					0	2.000,0000	4
FLORESTAS, SEGURANCA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE L (14198)							

Número do Registro de Preços: 49/2020		Data do Registro: 18/08/2020		Válido até: 18/08/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho sendo, elaboração de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), elaboração de Laudo Técnico das C							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2020
PROCESSO Nº 131/2020

- (13760) - TOTAL LIFE ASSISTENCIA A VIDA LTDA
- (13761) - CLINIMED SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - ME
- (14198) - FLORESTAS, SEGURANCA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE L
- (14466) - PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA
- (14467) - TJ ENGENHARIA LTDA

Schroeder, 18 de Agosto de 2020.

Seara

PREFEITURA

DECRETO N° 1984

Publicação N° 2610014

DECRETO N° 1984, de 18 de agosto de 2020.

Formaliza Termo de Credenciamento n° 012/2020 para fornecimento de cascalho.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "VIII" da cláusula décima quarta, do Termo de Credenciamento n° 012/2020, Processo de Licitação n° 141/2020, Modalidade de Inexigibilidade n° 016/2020, de 13 de agosto de 2020,

DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 13 de agosto de 2020, fica CREDENCIADO o Sr. Diamantino Benetti para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, que será utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório n° 141/2020, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n° 016/2020, datado em 13 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 18 de agosto de 2020

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 18 de agosto de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PORTARIA N° 343/2020

Publicação N° 2610518

Portaria n°. 343/2020. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 110, da Lei Complementar n°. 18/2003, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,
Conceder, À servidora Ionara Brigida Deitos, matrícula 202105, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Atividades Gerais, Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, conforme atestado médico, no período de 18 de agosto a 15 de dezembro de 2020.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 18 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 18 de agosto de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PORTARIAS N° 338/2020 A N° 342/2020

Publicação N° 2609484

Portaria n°. 338/2020. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VIII, alínea "a" do artigo 2º da Lei Complementar n° 98/2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo n°. 46/2019, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2020, resolve,

Contratar, Analice Malvina dos Santos Soares, em caráter temporário, para exercer a função de Professor Titulado, constante no anexo I, Grupo B – Secretaria Municipal de Educação, da Lei Complementar 98/2019, nos anos iniciais do ensino fundamental, na Escola Núcleo

Caraiíba, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professora titular, Simone Fatima Gehlen Jung, legalmente afastada, no período de 17 de agosto a 25 de novembro de 2020, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 98/2019, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 17 de agosto de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 339/2020. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 129 da Lei Complementar nº. 18/2003, c/c/ Decreto Municipal n.º 1862/2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento e em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências, resolve,

Conceder, À servidora Franciele Carla Wertmann - matrícula 260201, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor de Dança/40h, 05 (cinco) dias de férias no período de 17 a 21 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo de 14/03/2019 a 13/03/2020.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 17 de agosto de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 340/2020. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e dá outras providências, resolve,

Conceder, À servidora Eluana Fontana, matrícula 223104, contratada em caráter temporário para exercer a função de Professor Titulado, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 01 a 14 de julho de 2020 e dia 14 de agosto de 2020, mediante remuneração pelo município e a partir de 15 de agosto de 2020, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo a servidora se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 17 de agosto de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº 341/2020. O Prefeito Municipal de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 250 da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e dá outras providências,

RESOLVE: Art. 1º Estabelecer a jornada de trabalho da servidora Kalinka Schimitti da Silva, no exercício do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, constante do Anexo I – Grupo “B” – Serviços Técnicos Profissionais, da Lei Complementar nº 27/2008 e vencimento previsto na Classe Inicial, Nível 300, do Anexo IV da mesma Lei, com carga horária de 40 horas semanais, exercerá serviços de inspeção nos produtos de origem animal, sendo 20 horas semanais no Frigorífico Frigolaste, 06 horas semanais na COOPASE – Coop. de produção e consumo dos produtos e das agroindústrias familiares de Seara, distribuídas em 03 horas semanais na Dona Maria SIE 1120 e 03 horas semanais na Granja BNA SIE 1121, e as demais 14 horas semanais atuará nos serviços de inspeção municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 338/2019.

Seara/SC, em 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 17 de agosto de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária de Administração

Portaria nº 342/2020. O Prefeito Municipal de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 250 da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e dá outras providências,

RESOLVE: Art. 1º Estabelecer que o servidor Eduardo Peres Neto, no exercício do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, constante do Anexo I – Grupo “B” – Serviços Técnicos Profissionais, da Lei Complementar nº 27/2008 e vencimento previsto na Classe A, Nível 300, do Anexo IV da mesma Lei, com carga horária de 40 horas semanais, exercerá as atribuições do cargo junto a Secretaria Municipal

da Agricultura e do Meio Ambiente e eventualmente a substituição da médica veterinária titular, Kalinka Schimitti da Silva, nos serviços de inspeção nos produtos de origem animal na Dona Maria SIE 1120, na Granja BNA SIE 1121 e no Frigorífico Frigolaste.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 339/2019.

Seara/SC, em 17 de agosto de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 17 de agosto de 2020

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO 142/2020

Publicação Nº 2609842

Processo Licitatório nº. 142/2020 – Registro de Preço.

Edital de Pregão Presencial nº. 073/2020 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 31/08/2020, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de madeiras. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 18 de agosto de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

TERMO PRORROGAÇÃO PL 041/2020 – DALCHASSO

Publicação Nº 2609821

TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 041/2020

Pregão Presencial nº 016/2020 - Registro de Preços nº 018/2020

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 041/2020 - Pregão Presencial nº 016/2020 – Registro de Preços nº 018/2020, pelo período de mais 6 (seis) meses, a contar de 27/08/2020, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 12 de agosto de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

De acordo.

Em: ____/____/____

JN Dalchasso Ltda

TERMO PRORROGAÇÃO PL 041/2020 – DISBRAPLAC

Publicação N° 2609827

TERMO DE PRORROGAÇÃO – PL 041/2020

Pregão Presencial nº 016/2020 - Registro de Preços nº 018/2020

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº 041/2020 - Pregão Presencial nº 016/2020 – Registro de Preços nº 018/2020, pelo período de mais 6 (seis) meses, a contar de 27/08/2020, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 12 de agosto de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

De acordo.

Em: ____/____/____

Disbraplac Ltda

ITENS ADJ E SALDO PL 041/2020 - DALCHASSO

Publicação Nº 2609833

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

(Período de 26/02/2020 a 12/08/2020)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprímida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Venodores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
Processo / Ano: 41/2020 Licitação: 16/2020 - PR Data de Homologação: 26/02/2020 Registro de Preço: Sim									
Fornecedor.....: 10839-JN DALCHASSO LTDA									
2	433406167	SUPORTE GALVANIZADO A FOGO 3" 1,20 M DE COMPRIMENTO, CHAP	UN	250,000	110,000	0,000	140,000	75,0000	10.500,00
3	333399095	CHAPA DE FERRO PARA REFORÇO DE 2,65 MM, PARA SER AFIXADA NA	UN	100,000	40,000	0,000	60,000	49,8500	2.991,00
								Total Pendente:	13.491,00
								Total Geral:	13.491,00

ITENS ADJ E SALDO PL 041/2020 - DISBRAPLAC

Publicação N° 2609834

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

(Período de 26/02/2020 a 12/08/2020)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
------	----------	-----------------------	---------	----------------------------	---------------------------------	------------------------------------	----------------	----------------	----------------

Processo / Ano:	41/2020	Licitação:	16/2020 - PR	Data de Homologação:	26/02/2020	Registro de Preço:	Sim				
Fornecedor.....:	9579-DISBRAPLAC LTDA										
1	433409975	RECIPIENTE PARA RESÍDUOS SÓLIDOS E ORGÂNICOS, EM MATERIA			UN	500,000	310,000	0,000	190,000	144,0000	27.360,00
Total Pendente:											27.360,00
Total Geral:											27.360,00

TERMO HOMOL AJDUDIC PL Nº 044/2020 - FMS

Publicação Nº 2609527

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA CNPJ: 11.672.134/0001-75 RUASÉTIMO CAZZAROTO, 314 - 1º PAVIMENTO C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 22/2020 - DL Processo Administrativo: 22/2020 Processo de Licitação: 44/2020 Data do Processo: 06/08/2020 Folha: 1/1
--	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo, FLAVIO JOEL ZOLET, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 44/2020
b) Licitação Nr.: 22/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 06/08/2020
e) Data da Adjudicação: 06/08/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS E PORTAS PARA O CENTRO DE IDOSOS, ONDE SERÁ INSTALADO O POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO JOÃO.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Qtde
					Descto (%)	Preço Unitário
						Total do Item
<u>MOVEIS BECKER PROJETADOS LTDA - EPP (6106)</u>						
1	DIVISÓRIAS, PAINÉIS UV DE ESPESSURA 35MM, CONTRAPLADOS COM CHAPADE FIBRA DE MADEIRA, MILO MSO E MONTANTES (PERFIS) EM AÇO GALVANIZADO COM PINTURA EPOXI POLIESTER PO.	M2	86,40	0,0000	86,81	7.500,38
2	PORTA MEDINDO 2,10M X 90CM COM BATENTE, REQUADROS, DOBRADIÇAS, FECHADURA E MAÇANETA STAM.	UN	4,00	0,0000	350,00	1.400,00
3	PORTA MEDINDO 2,10M X 70CM COM BATENTE, REQUADROS, DOBRADIÇAS, FECHADURA E MAÇANETA STAM.	UN	1,00	0,0000	270,00	270,00
					Total do Fornecedor:	9.170,38
					Total Geral:	9.170,38

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.129.3.3.90.00.00.00.00.00 (64) Saldo: 75.000,00

Seara, 6 de Agosto de 2020.

FLAVIO JOEL ZOLET
GESTOR DO FUNDO

TERMO HOMOL AJDUDIC PL N° 140/2020

Publicação N° 2609627

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 37/2020 - DL
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 140/2020 Data do Processo: 13/08/2020

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, EDEMILSON CANALE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 140/2020
b) Licitação Nr.: 37/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 13/08/2020
e) Data da Adjudicação: 14/08/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: LOCAÇÃO SOCIAL DE IMÓVEL PARA REALOCAÇÃO DE FAMÍLIA QUE RESIDIA EM ÁREA DE RISCO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:			Unid.	Qtde	Descto (%)	(em Reais R\$)	
						Preço Unitário	Total do Item
<u>IMOBILIARIA SCHNEIDER EIRELI (13468)</u>							
1	LOCAÇÃO SOCIAL DE IMOVEL PARA FAMILIA DE MARIA MADALENA GOMES	MES	12,00	0,0000	420,00	5.040,00	
					Total do Fornecedor:	5.040,00	
					Total Geral:	5.040,00	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.273.3.3.90.00.00.00.00.00 (201) Saldo: 22.609,89

Seara, 14 de Agosto de 2020.

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOL AJDUDIC PL N° 141/2020

Publicação N° 2609534

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 16/2020 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 141/2020 Data do Processo: 13/08/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, EDEMILSON CANALE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 141/2020
- b) Licitação Nr.: 16/2020-IL
- c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
- d) Data Homologação: 13/08/2020
- e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação CREDENCIAMENTO PARA FORNECIMENTO DE CASCALHO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

DIAMANTINO BENETTI (12016)

1 FORNECIMENTO DE CASCALHO, DO TIPO MACADAME, A SER UTILIZADO NA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E EM OBRAS REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	M3	1,00	0,0000	2,00	2,00
2 FORNECIMENTO DE CASCALHO, DE MACADAME, A SER UTILIZADO NA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E EM OBRAS REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS DE METRAGEM CÚBICA, SEM PAGAMENTO MENSAL DA QUANTIDADE RETIRADA	M3	1,00	0,0000	2,00	2,00

Total do Fornecedor: 4,00

Total Geral: 4,00

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

CNPJ: 83.024.505/0001-13
AV ANITA GARIBALDI, 371
C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**Nr.: 16/2020 - IL**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 141/2020
Data do Processo: 13/08/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.251.3.3.90.00.00.00.00.00 (159) Saldo: 651.197,01

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 183/2020 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609675

DECRETO Nº 183/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO A SER ADOTADA PÓS-ÓBITO DURANTE O PERÍODO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DE COVID-19 NO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com as legislações que regulamentam e estabelecem as medidas de enfrentamento ao COVID-19 do Município de Serra Alta – SC, do Governo do Estado de Santa Catarina e do Ministério da Saúde,

CONSIDERANDO a situação de emergência em Saúde Pública decorrente da pandemia de Covid-19;

CONSIDERANDO a situação da pandemia causada pelo novo coronavírus, a necessidade de adotar as medidas de isolamento e distanciamento social, as recomendações para evitar aglomerações,

CONSIDERANDO as referências do MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus COVID-19. Brasília-DF. Publicado em 23/03/2020 e igualmente da SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA – Nota técnica conjunta nº 025/2020 – DIVE/SES/SC. Orientações para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) pós óbito para atividades de necrotérios, funerárias, cremação, serviço de verificação de óbito, transladação de cadáveres e velórios no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 29 de março de 2020.

CONSIDERANDO desta forma a necessidade de estabelecer normas, rotinas, recomendações e orientações a serem observadas para a realização de velórios e funerais.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas as normas e recomendações a serem adotadas pós-óbito durante o período de emergência em saúde pública pelo COVID-19, no Município de Serra Alta - SC, na forma estabelecida neste Decreto e demais orientações que poderão ser realizadas através da Vigilância Municipal, equipe médica, de enfermagem ou da Diretoria Geral da Secretaria Municipal da Saúde de Serra Alta SC.

Art. 2º - Dos óbitos não decorrentes do COVID-19, com o objetivo de diminuir a probabilidade de contágio e como medida para controlar os casos de COVID-19, determina-se as recomendações e orientações, sendo:

I – Os funerais deverão ocorrer com o menor número possível de pessoas, preferencialmente apenas os familiares mais próximos, evitando-se, assim, as aglomerações;

II – A duração do velório será de no máximo 04 (quatro) horas a contar do horário de chegada do corpo no local do velório, observando-se no que couber e necessário:

a) Os óbitos ocorridos durante o dia devem respeitar as 04 (quatro) horas de velório e realizar o sepultamento até as 18 (dezoito) horas;

b) Os óbitos ocorridos após as 15 (quinze) horas poderão realizar o velório por 04 (quatro) horas, após esse período o velório fica suspenso, o corpo retorna para o serviço funerário e será sepultado às 08h (oito horas) do dia seguinte;

c) Para os óbitos ocorridos durante o período noturno, a família poderá optar em realizar o velório apenas no dia seguinte, respeitando as 04 (quatro) horas. Nesse caso, o corpo permanecerá no serviço funerário durante a noite. Caso a família optar pelo velório durante a noite/madrugada, o sepultamento deverá ocorrer às 08 (oito) horas do dia seguinte;

III – Fica limitada a presença de pessoas nas salas de velório, ao máximo de 10 (dez) pessoas de cada vez;

IV – Fica proibida a aglomeração de visitantes pelas áreas internas e externas dos espaços destinados aos velórios;

V – Os participantes do funeral devem seguir as medidas de higiene das mãos, de etiqueta respiratória e uso obrigatório de máscaras em todas as circunstâncias, evitando-se apertos de mão, abraços e outros tipos de contato físico;

VI – Recomenda-se que as pessoas dos grupos mais vulneráveis (crianças, idosos, gestantes e pessoas com imunossupressão ou doença crônica) não participem dos funerais;

VII – As pessoas que se encontram em isolamento social, quarentena ou que apresentam sintomas respiratórios estão proibidas de participar de funeral, independentemente do grau de parentesco com o falecido;

VIII – Nos locais de realização do funeral devem ser disponibilizados água, sabonete líquido, papel toalha e álcool gel a 70% para higienização das mãos;

IX – Os velórios devem ser realizados preferencialmente em capelas mortuárias ou ginásios comunitários;

X – Orienta-se no sentido de manter sempre os ambientes ventilados, evitar o uso de ar condicionado ou ventiladores;

XI – Intensificar a frequência de higienização das salas, copas, banheiros, maçanetas, mesas, balcões, cadeiras, entre outros;

XII – As capelas mortuárias devem ser totalmente higienizadas a cada velório.

Art. 3º - Com referência aos óbitos suspeitos ou confirmados decorrentes de COVID-19 com transmissão ativa do vírus (que se encontram em isolamento ou quarentena), ficam estabelecidas as recomendações e orientações a serem observadas na forma que segue:

I – O corpo deverá ser desinfetado e colocado em saco impermeável, à prova de vazamento e selado por profissionais no local de ocorrência do óbito, não podendo ser aberto em hipótese alguma, conforme Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 04/2020. (Preferencialmente o saco deve ser resistente até cerca de 150kg, tamanho aproximadamente de 80/220cm, uma face impermeável plastificada no interior, com lençol protetor absorvente, com fecho éclair central, longitudinal, com abertura de cima para baixo e etiquetas de identificação);

- II – Deve-se realizar a limpeza externa da urna (caixão) lacrada com álcool líquido a 70% ou solução de hipoclorito de sódio a 0,5% antes de levá-lo para o velório;
- III – Os profissionais de saúde e equipe da funerária envolvidos no manuseio do corpo devem ser informados sobre a classificação de risco biológico (classe 3);
- IV – O hospital/instituição onde ocorreu o óbito deverá acionar o serviço funerário, que enviará veículo apropriado e pessoal treinado juntamente com caixão/urna, que deverá ser devidamente lacrado, no próprio local, antes de seguir para o velório;
- V – Os velórios e funerais de pacientes suspeitos da COVID-19 ou confirmados com transmissão ativa do vírus (que se encontram em isolamento ou quarentena) poderá ser realizado respeitando as seguintes determinações:
- a) Manter a urna funerária fechada durante todo o velório e funeral, evitando qualquer contato (toque/beijo) com o corpo do falecido;
 - b) A duração do velório dos pacientes suspeitos ou confirmados de COVID-19 será de no máximo 02 (duas) horas a contar do horário de chegada do corpo no local do velório;
 - c) Para os óbitos ocorridos após as 17:00 horas, o corpo deverá permanecer no serviço funerário até o dia seguinte, quando poderá ser encaminhado para o velório, respeitando o período máximo de 2 horas;
 - d) Disponibilizar água, sabão, papel toalha e álcool em gel a 70% para higienização das mãos durante todo o velório;
 - e) Disponibilizar urna em local amplo e ventilado;
 - f) Evitar a presença de pessoas que pertençam ao grupo de risco para agravamento da COVID-19: idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactantes, portadores de doenças crônicas e imunodeprimidos;
 - g) Não permitir a presença no velório e funeral de pessoas com sintomas respiratórios ou que se encontrem em isolamento ou quarentena;
 - h) A cerimônia de sepultamento não deve contar com aglomeração de pessoas, respeitando a distância mínima de, pelo menos, 1,5 metros entre elas, bem como outras medidas de distanciamento social e de etiqueta respiratória;
 - i) O sepultamento poderá ser acompanhado somente por pessoas da família, sendo obrigatório o uso de máscara, distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas, não sendo permitida a presença de pessoas de grupos de risco, exceto nos casos de parentes em linha reta até o 2º grau do falecido;
- VI – Os pacientes que estavam suspeitos ou confirmados de COVID-19 e que já receberam alta do isolamento ou quarentena podem seguir as regras de velório e sepultamento conforme o Artigo 2º e incisos;

Art. 4º - Para as situações de óbitos ocorridos em residências de suspeitos ou confirmados de COVID-19 com transmissão ativa do vírus (que se encontram em isolamento ou quarentena), ficam estabelecidas as seguintes recomendações e orientações a serem observadas:

- I – Para os óbitos de pacientes suspeitos ou confirmados de COVID-19, ocorridos no domicílio, os familiares ou responsáveis não devem manipular o corpo e/ou manter contato direto;
- II – Imediatamente após o óbito o médico assistente deverá atestar o óbito e notificar a equipe da vigilância epidemiológica do município para proceder a coleta de material para confirmar ou descartar o diagnóstico de COVID-19 e realizar investigação do caso;
- III – O médico assistente deverá, preferencialmente, atestar o óbito no próprio domicílio, a fim de evitar o deslocamento do corpo;
- IV – Após essa etapa, o serviço funerário deverá ser acionado para acondicionar o corpo em saco impermeável, seguindo as recomendações descritas anteriormente no Art. 3º e seus incisos;

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de agosto de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 184/2020 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609668

DECRETO Nº 184/2020 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.137/2019 de 13/12/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 435.000,00 (Quatrocentos e trinta e cinco mil reais), nos programas e verbas abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.137/2019 de 13/12/2019:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Educação

Proj/Ativ: 2.500 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0079 – Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado

Dotação: 128 R\$ 435.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 435.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior serão provenientes do provável excesso de arrecadação verificado no Exercício 2020 no valor de R\$ 435.000,00 (Quatrocentos e trinta e cinco mil reais), relativo a Emendas Parlamentares Impositivas do Estado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de agosto de 2020.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI

Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATUAL Nº 050/2020

Publicação Nº 2606615

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 027/2020	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	050/2020
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	M.M MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
Objeto	O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa do ramo de engenharia e ou/construção civil, em regime de execução de empreitada global (material e mão-de-obra), para a EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, OBRAS DE ARTE CORRENTE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RODOVIA MUNICIPAL DENOMINADA EMSA-013, TRAJETO QUE DÁ ACESSO A COMUNIDADE DE LINHA BAESSO, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO DE 1.021,10M. Os dados estão de acordo com as especificações e quantidades contidas no Projeto de Engenharia, memorial técnico descritivo, orçamento quantitativo e financeiro, composição do BDI, cronograma físico-financeiro, em Anexo ao Edital em comento. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS nº 027/2020, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.
Valor	Pela execução da obra prevista na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 130.054,56 (Cento e trinta mil, cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), sendo R\$ 84.535,47 (Oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta e sete centavos) o valor total correspondente aos materiais e R\$ 45.535,47 (Quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta e sete centavos) o valor total correspondente à mão-de-obra empregados na execução da obra.
Vigência....	19/08/2020 á 31/12/2020.
Dotação	Orçamento vigente: 08.02 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS Proj. Ativ. 1.005- Pavimentação de Ruas e Acessos 4.4.90.00 - Despesa 79 DR 0012 – Despesa 109- DR 0001
SERRA ALTA/SC, 19 de Agosto de 2020.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

PORTARIA Nº 075/2020 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2607991

PORTARIA Nº. 075/2020 DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato referente ao Processo Licitatório nº027/2020, na modalidade, TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 027/2020 para acompanhar e fiscalizar a execução dos referidos Contratos na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATOS Nº:		050/2020	
OBJETO:		EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, OBRAS DE ARTE CORRENTE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RODOVIA MUNICIPAL DENOMINADA EMSA-013, TRAJETO QUE DÁ ACESSO A COMUNIDADE DE LINHA BA-ESSO, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO DE 1.021,10M.	
EMPRESA:		M.M MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	
CNPJ Nº:		01.674.325/0001-12	
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	LOIVO BERTOLDI		
CARGO:	ENGENHEIRO CIVIL		
CPF:	868.872.389-34	MATRÍCULA:	628
LOTAÇÃO:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
EMAIL:	engenharia@serraalta.sc.gov.br FONE: 49 3364-0092		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	ROQUE CEREZOLLI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	488.137.459-15	MATRÍCULA:	1073
LOTAÇÃO:	Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos		
EMAIL:	administracao@serraalta.sc.gov.br FONE: 49 3364-0092		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato e ou Ata de Registro de Preços, titular e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 19 de agosto de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração**PORTARIA Nº 076/2020 DE 19 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2608828

PORTARIA Nº. 076/2020 DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TITULAR E SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Ata de Registro de Preços titular e substituto referente ao Processo Licitatório nº030/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS para acompanhar e fiscalizar a execução da referida Ata na forma e condições abaixo relacionada:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº:	035/2020
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para a possível CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, MEDIANTE O USO DE: MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, ATENDENDO A DEMANDA DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.
EMPRESA:	BC TERRAPLENAGENS E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ Nº:	36.699.477/0001-54
FISCAL TITULAR	
SERVIDOR:	JAIR DE ASSIS
CARGO:	Secretário Municipal

CPF:	692.724.419-00	MATRÍCULA:	1122
LOTAÇÃO:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		
EMAIL:	agricultura@serraalta.sc.gov.br	FONE:	(49) 3364-0092
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	ROQUE CEREZOLLI		
CARGO:	Secretário Municipal		
CPF:	488.137.459-15	MATRÍCULA:	1073
LOTAÇÃO:	Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos		
EMAIL:	administracao@serraalta.sc.gov.br	FONE:	(49) 3364-0092

Art. 2º O serviço de fiscal de Ata de Registro de Preços titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 19 de agosto de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030-2020-REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2608695

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SERRA ALTA CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 30/2020 - PR Processo Administrativo: 30/2020 Processo de Licitação: 30/2020 Data do Processo: 03/08/2020
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 30/2020
b) Licitação Nr.: 30/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 19/08/2020
e) Data da Adjudicação: 19/08/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Constitui objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS para a possível Contratação da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, mediante o uso de: MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA. O intuito é de incrementar as atividades e ações desenvolvidas pela municipalidade, objetivando a limpeza de passeios, manutenção e conservação de ruas, abertura de valas e recuperação de pontos críticos em estradas vicinais, atendendo a demanda das Secretarias de Transportes, Obras e Serv. Urbanos e Agricultura.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007391 - BC TERRAPLENAGENS E SERVIÇOS LTDA ME	1	0,0000	76.500,00
	1		76.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Serra Alta, 19 de Agosto de 2020.

EDERSON CERIZOLLI
Pregoeiro(a)

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 027/2020

Publicação Nº 2606609

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SERRA ALTA CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 27/2020 - TP Processo Administrativo: 27/2020 Processo de Licitação: 27/2020 Data do Processo: 01/07/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 27/2020
b) Licitação Nr.: 27/2020-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 19/08/2020
e) Data da Adjudicação: 19/08/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de Empresa para a EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, OBRAS DE ARTE CORRENTE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RODOVIA MUNICIPAL DENOMINADA EMSA-013, TRAJETO QUE DA ACESSO A COMUNIDADE DE LINHA BAESSO, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA EXTENSÃO DE 1.021,10M conforme os dados constantes no Projeto de Engenharia. Nessa nova etapa a Comunidade de Linha Nova Baesso será a beneficiada com a pavimentação, q/vai oferecer melhores condições de trafegabilidade aos munícipes.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 000648 - MM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	<u>1</u>	0,0000	<u>130.054,56</u>
	1		130.054,56

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.005.4.4.90.00.00.00.00.00 (79), 1.005.4.4.90.00.00.00.00.00 (109)

Serra Alta, 19 de Agosto de 2020.

MARINA RITA CHAGAS
Presidente da Comissão de Licitação

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Siderópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº172/2020

Publicação Nº 2609420

PORTARIA Nº 172, DE 14 DE AGOSTO 2020

CONTRATA ROSILENE DA SILVA BITENCOURTE BONASSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir ROSILENE DA SILVA BITENCOURTE BONASSA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 029.461.539-32, para ocupar o cargo de Professor MAG-LP, na Secretaria de Educação, pelo período de 14/08/2020 a 16/11/2020 .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 14 de Agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Agosto de 2020.

PORTARIA Nº173/2020

Publicação Nº 2609426

PORTARIA Nº 173, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

ALTERA A CARGA HORÁRIA DA FUNCIONÁRIA YARA INIS PACHECO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora YARA INIS PACHECO, CPF Nº 079.238.549-71, Professora MAG LP, de 10 horas semanais para 20 horas semanais, pelo período 14/08/2020 até 16/11/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 14 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº174/2020

Publicação Nº 2609429

PORTARIA Nº 174, DE 14 DE AGOSTO 2020

RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO FUNCIONARIO IDDRISU VAN UMAR SANDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporário do funcionário Iddrisu Van Umar Sanda, brasileiro, CPF/MF sob nº 013.174.559-08, Auxiliar de Serviços Gerais, vinculado à Secretaria de Obras, a contar desta data.

Art. 2º - Esta entra em vigor na sua data de publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 14 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº175/2020

Publicação Nº 2609432

PORTARIA Nº 175, DE 14 DE AGOSTO 2020
CONTRATA MUSTAPHA YAHAYA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir MUSTAPHA YAHAYA, Ganense CPF/MF sob nº 237.262.308-74, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, vinculado à Secretaria de Obras, a contar desta data

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 14 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº176/2020

Publicação Nº 2609434

PORTARIA Nº 176, DE 14 DE AGOSTO DE 2020
Determina a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO, nomeia comissão DE INQUÉRITO e dá outras providências.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Municipal;

Considerando a necessidade de lavratura de escritura pública do Contrato nº 059/2004, de Compra e Venda de Imóvel;

Considerando o encaminhamento do Ofício de registro civil das pessoas naturais e tabelionato de notas de Siderópolis, que solicita retificação do Contrato nº 059/2004,

Considerando que os documentos da época não estão disponíveis para consulta,

RESOLVE

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo para apurar os fatos narrados acima.

Art. 2º A comissão de inquérito será constituída pelos servidores:

- Célio Fritzen - Presidente
- Jorge Luiz Olivo - Secretário
- Juarez Luiz Thomasi - Membro
- Roberto Kesting - Suplente
- Osmar Martinelli - Suplente
- Manuela Rampinelli - Suplente

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º A comissão de inquérito terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 14 de agosto de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de agosto de 2020.

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 135/2020

Publicação Nº 2609906

DECRETO Nº 135 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2464, de 12 de dezembro 2019, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 270.476,19 (duzentos e setenta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e dezenove centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.02 – DIRETORIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

1.012 – Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.0529(290) Aplicações Diretas R\$ 270.476,19

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta da transferência de recursos de Convênio da União - Fonte 528.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 14 de agosto de 2020.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 024/2020**

Publicação N° 2610532

**RESOLUÇÃO N° 024/2020, de 17 de agosto de 2020.****EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA, OCUPANTE DE
CARGO COMISSONADO.**

VILMAR DAMINELLI, Presidente da Câmara Municipal de Sombrio/SC, no uso de suas atribuições regimentais,

Resolve:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 17 de agosto de 2020, a Servidora **JULIANA BORDA RODRIGUES DE FAVERI**, do cargo de Assessor Legislativo da Câmara Municipal de Sombrio, no grupo de Provimento em Comissão, do quadro de pessoal da Câmara de Vereadores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas às disposições em contrário, inclusive eventuais vantagens.

Câmara Municipal de Sombrio, 17 de agosto de 2020.

VILMAR DAMINELLI

Presidente

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

JAIRO ADRIANO FREITAS

1º Secretário

Tangará

PREFEITURA

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2020 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 2609626

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2020 REGISTRO DE PREÇO

Aos dezoito dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniram-se os membros da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 235/2019, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 052/2020, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DEFENSAS METÁLICAS MALEÁVEIS. Participa deste certame a seguinte empresa:

1) WILLIAN PABLO LAMPERTI, representada neste ato por Willian Pablo Lamperti.

Iniciado o certame, esteve presente a Sra. Larissa Vendruscolo, Engenheira Civil do Município de Tangará. Uma única empresa se credenciou, passando para vista e rubrica nos envelopes pelo representante presente, analisado o credenciamento da empresa que estava de acordo com o edital, sendo habilitada para o certame, após passou-se para a abertura do envelope da proposta, constatou-se que a empresa participante encontrava-se habilitada para os lances. Passou-se então para fase dos lances, feito a tentativa de negociação a empresa baixou o valor da sua proposta, após sagrou-se vencedor do item 01 a empresa WILLIAN PABLO LAMPERTI com o valor total de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais). Após aberto o envelope da documentação da empresa vencedora, constatou-se que estava de acordo com as exigências do edital. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 18/08/2020. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com a presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 18 de Agosto de 2020.

Cristiane Piccinin
Pregoeira

Larissa Vendruscolo
Engenheira Civil

Daiane N. A. dos Santos Paula A. Taffarel Motter
Equipe de Apoio Equipe de Apoio

WILLIAN PABLO LAMPERTI

CHAMADA PÚBLICA 02/2020

Publicação Nº 2609544

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 096/2020 Chamada Pública n. 002/2020

Objeto a AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2020, DESTINADOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 21/09/2020. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 18 de Agosto de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

CREDENCIAMENTO 003/2020

Publicação Nº 2609676

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2020
EDITAL DE CREDENCIAMENTO 003/2020

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que encontra se aberto o EDITAL DE CREDENCIAMENTO 003/2020, a qual tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE CORRETORES DE IMÓVEIS – PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS PARA CUMPRIR ATÉ 60 AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS DE TERRENOS/EDIFICAÇÕES DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ PARA FUTURAS ALIENAÇÕES, NO PERÍODO DE 01 (UM) ANO. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregue no Departamento de Licitações. O credenciamento inicia-se no dia 19 de Agosto de 2020 até dia 31 de Dezembro de 2020 conforme edital. O edital e seus anexos podem ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Tangará ou na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-7450. Tangará-SC, 18 de Agosto de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 460, DE 12 DE AGOSTO DE 2020. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 2610568

PORTARIA Nº 460, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para contratação de empresa para manutenção dos equipamentos do Hospital Municipal Frei Rogério no Município de Tangará/SC, no valor de R\$ 5.010,00 (cinco mil e dez reais), da empresa BIOTEC CNV EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 17.677.630/0001-06, conforme determina o inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 12 DE AGOSTO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 461, DE 13 DE AGOSTO DE 2020. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 2610572

PORTARIA Nº 461, DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93 c/c o inciso IV da Lei 13.179/2020.

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para aquisição de um pulverizador costal para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no Município de Tangará/SC, no valor de R\$ 2.260,00 (dois mil, duzentos e sessenta reais), da empresa HELAINE CRISTYNA DA SILVA KLEIMPAUL EIRELI, CNPJ nº 14.701.005/0001-56, conforme determina o inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93 c/c o inciso IV da Lei 13.179/2020.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 13 DE AGOSTO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

EDITAL DE AUDIENCIA PUBLICA 1

Publicação Nº 2609760

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR

Atendendo ao interesse público e a necessidade de atualização e aperfeiçoamento do Plano Diretor do Município de Tigrinhos – Lei complementar nº 24/2012, com fundamento nos direitos do cidadão e da comunidade e no disposto nos artigos 42 III, 143 I e 216 da Lei Orgânica Municipal, convoca para AUDIÊNCIA PÚBLICA nos seguintes termos:

1. MATÉRIA: Discutir, debater, esclarecer e receber sugestões para alteração no Plano Diretor Municipal de Tigrinhos.
2. DO LOCAL, DATA E HORA: A Audiência Pública será realizada no dia 03 de setembro de 2020, com início às 09:00 horas no Auditório do Centro Administrativo Municipal, sendo que a participação popular será assegurada na forma virtual através da plataforma digital zoom, cujo link de acesso será disponibilizado em aba destacada no site do Município na internet (www.tigrinhos.sc.org.br).

Outros esclarecimentos e orientações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 33658-0068.

Tigrinhos (SC), 17 de agosto de 2020.

Derli Antonio de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2020

Publicação Nº 2609413

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2020

Órgão Responsável: MUNICÍPIO DE TIGRINHOS
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA E FUTURA DE KIT EMERGENCIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19.
Número da Ata: 012/2020
Licitante Vencedor: NSC COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI – CNPJ: 33.842.718/0001-84
Valor da Ata: R\$ 44,99/kit – Total: R\$ 21.145,30.
Amparo Legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 025/2020, na Modalidade de Pregão Eletrônico nº. 015/2020, do Município de Tigrinhos, que foi realizado com base na Lei 10.520/2002, Decreto nº. 10.024/2019, Instrução Normativa nº. 206/2019, Decreto Municipal nº. 171/2020, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/1990, Lei nº. 8.666/1993 e suas atualizações, e por este Edital.

Tigrinhos/SC, em 18 de agosto de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 031-2020

Publicação Nº 2607962

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 031/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2020
Licitação Exclusiva ME/EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO GERAL (móveis sob medida conforme projetos), E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, PARA READEQUAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL E LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL PROFESSOR IVO LUIZ HONNEF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO

EDITAL. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 03/09/2020, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: (49)36580064, ou pelo site: www.tigrinhos.sc.gov.br

Tigrinhos (SC), 19 de agosto de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

LEI Nº 976 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610601

LEI Nº. 976, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2021, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município, e
- VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2021 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram à Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

- I - Demonstrativo I - Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
- IX - Anexo I a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
- X - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
- XI - Anexo II. a Metodologias Memória de Calculo das Principais Despesas;
- XII - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- XIII - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- XIV - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
- XV - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- XVI - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XVII - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
- XVIII - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;
- XIX- Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

Art. 3º As Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2021 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2021 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

VI - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - Conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - Descentralização de Créditos Orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - Execução Física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e,

XIII - Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2018/2021.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5; e,

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira;

- a) outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou,
b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições;
II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.
§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.
§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.
§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e,

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320, de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos. Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica. Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

XV - Demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à Saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I- exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II- justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedido de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Seção II

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Seção III

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 14. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2020, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento;

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Seção IV

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 16. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 17 Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou seus créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta e dos Fundos Especiais, se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e,

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 18º Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção VII

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 19 É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar seu Estatuto Social, sua regular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, além de declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2021 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e,

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20 A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art., 62 da Lei Complementar de nº 101, de 2000.

Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21º O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e,

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22 A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2021, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, constantes no Anexo VII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, previsto no artigo 2º desta Lei.

Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23 O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente a unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24º A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento de despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25 O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26 A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27 No exercício financeiro de 2021, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 28 Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 29 Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita às necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30 A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 31 A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;
- V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e,
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.
- § 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.
- § 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 33 Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Caso a Lei Orçamentária Anual for promulgada e sancionada antes do dia 15 de dezembro de 2020, fica automaticamente prorrogado o prazo a que se refere o caput para o dia 30 de janeiro de 2021, a fim de possibilitar a inclusão dos saldos patrimoniais apurados no balanço geral do exercício financeiro de 2020.

Art. 34 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43, da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 35 A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 36 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2021.

Tigrinhos SC, 19 de agosto de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

LEI Nº 977 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610609

LEI Nº. 977, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

AUTORIZA, INCLUSÃO, ALTERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO, E DAS DESPESAS CONSTANTES NO PPA – PLANO PLURIANUAL PARA O ANO DE 2021 – LEI MUNICIPAL Nº 879/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º Fica autorizada a readequação do valor total de R\$ 1.158.014,77 (Um milhão cento e cinquenta e oito mil, catorze reais e setenta e sete centavos) nas despesas previstas nas Ações de Governo elencadas para o ano de 2021 em conformidade com cada “fonte de recurso” demonstrados na Relação de Despesas – Planejadas, que integra a presente Lei em comparação com o PPA original, sendo que o total geral do PPA permanecem inalterados, somente havendo alterações dos seguintes projetos/atividades:

Alterações (+)

- 0.003 – Amortização da Dívida Fundada Empréstimos 4.6.00 R\$ 116.200,00
- 0.003 – Amortização da Dívida Fundada Empréstimos 3.2.90 R\$ 50.800,00
- 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito 3.1.90 R\$ 46.449,81
- 2.007 – Manutenção da Secretaria de Administração 3.1.71 R\$ 18.600,00
- 2.007 – Manutenção da Secretaria de Administração 3.1.90 R\$ 70.295,93
- 2.007 – Manutenção da Secretaria de Administração 3.3.71 R\$ 6.000,00
- 2.007 – Manutenção da Secretaria de Administração 4.4.71 R\$ 500,00
- 2.039 – Manutenção do Conselho Tutelar 3.1.90 R\$ 91.406,62

2.022 – Manutenção do Ensino Fundamental – 3.1.90 R\$ 200.180,88
2.041 – Atendimento de Alunos com Necessidades Especiais 3.3.90 R\$ 30.000,00
2.025 – Alimentação Escolar Ensino Fundamental 3.3.90 R\$ 50.000,00
2.026 – Alimentação Escolar Pré-escola 3.3.90 R\$ 40.000,00
2.027 – Alimentação Escolar creche 3.3.90 R\$ 40.000,00
1.002 – Aquisição Veiculo Transporte Escolar 4.4.90 R\$ 5.000,00
1.013 – Reforma e Ampliação do Centro Ed. Criança Sorriso 4.4.90 R\$ 5.000,00
2.028 – Transporte escolar ensino Fundamental 3.3.90 R\$ 47.581,53
2.033 – Auxílio a Estudantes do Ensino Tec. Profissional R\$ 5.000,00
1.018 – Ampliação melhorias Ginásio Municipal 4.4.90 R\$ 5.000,00
1.009 – Construção de Pórtico 4.4.90 R\$ 5.000,00
1.035 – Aquisição Desapropriação de área de Terra 4.4.90 R\$ 5.000,00
1.026 – Aquisição de Veiculo DMER 4.490 R\$ 30.000,00
2.043 – Proteção Social de Média Complexidade 3.1.90 R\$ 80.000,00
2.053 – Manutenção da Secretaria de Agricultura 3.1.90 R\$ 30.000,00
1.025 – Aquisição Veiculo Agricultura 4.4.90 R\$ 20.000,00
1.010 – Construção de Trevo de Acesso Área Ind. R\$ 10.000,00
2.062 – Programa Estratégia Saúde da Família 3.1.90 R\$ 130.000,00
2.066 – Manutenção do NASF 3.1.90 R\$ 20.000,00

TOTAL DE ALTERAÇÕES R\$ 1.158.014,77

Reduções (-)

1.014 – Aquisição de Veículos ADM 4.4.90 R\$ 80.000,00
2.007 – Manutenção da Secretaria de Administração 3.3.90 R\$ 4.379,81
2.005 – Assessoria de Imprensa 3.3.90 R\$ 5.000,00
1.011 – Construção de uma Escola Municipal 4.4.90 R\$ 210.180,88
2.031 – Transporte escolar Ensino Médio 3.3.90 R\$ 47.581,53
1.005 – Aquisição de Maquinas e Equipamentos Rodoviários 4.4.90 R\$ 85.587,46
1.019 – Edificação de um Palco Público coberto 4.4.90 R\$ 50.000,00
1.020 – Construção da casa da Cultura 4.4.90 R\$ 95.097,80
1.005 – Aquisição Maq. Equip Rodoviários 4.4.90 R\$ 30.000,00
1.027 – Ampliação e melhorias de Redes de Água 3.3.90 R\$ 17.117,49
1.027 – Ampliação e melhorias de Redes de Água 4.4.90 R\$ 17.117,49
1.029 – Canalização de Córregos e Galerias 3.3.90 R\$ 11.411,66
1.029 – Canalização de Córregos e Galerias 4.4.90 R\$ 11.411,66
2.044 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade 3.3.90 R\$ 45.646,64
2.044 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade 4.4.90 R\$ 5.705,83
1.023 – Construção de Unidades Habitacionais 4.4.90 R\$ 52.250,00
1.006 – Aquisição de Maquinas e Equipamentos Agrícolas 4.4.90 R\$ 50.000,00
2.054 – Melhoramento genético do rebanho leiteiro 3.3.90 R\$ 30.000,00
2.055 – Manutenção do Programa de Bônus Fiscal 3.3.90 R\$ 149.526,52
1.024 – Aquisição e implantação de Cisternas 3.3.90 R\$ 10.000,00
2.064 – Programa de Melhoria e Acesso a Qualidade 3.3.90 R\$ 100.000,00
2.066 – Manutenção NASF 4.4.90 R\$ 30.000,00
2.058 – Vigilância em Saúde 3.1.90 R\$ 20.000,00

TOTAL DE REDUÇÕES R\$ 1.158.014,77

Art. 2º Fica autorizada a exclusão da ação 2.031 – Transporte escolar Ensino Médio para o ano de 2021 sendo que o município não possui despesas com esses alunos de ensino médio.

Art. 3º Fica autorizada a inclusão da Ação de Governo 0.003 – Amortização da Dívida Fundada Empréstimos e Ação de Governo 1.035 – Aquisição de Desapropriação de Área de Terra.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor a partir de 01/01/2021.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Tigrinhos SC, 19 de agosto de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 264/2020

Publicação Nº 2609570

PORTARIA Nº. 264/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Sra. SIMONE LAMB NEU, portadora do CPF nº. 062.526.439-80, Temporária no cargo de Agente Comunitária de Saúde, cadastrada sob a matrícula nº 686/01, pelo período de 08 (oito) dias, a partir de 18 de Agosto de 2020 a 25 de Agosto de 2020, retornando as atividades normais em 26 de Agosto de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 18 DE AGOSTO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezoito de agosto de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 265/2020

Publicação Nº 2609572

PORTARIA Nº. 265/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Sr. GLEIDSON MARCOS NEU, portador do CPF nº. 054.971.389-18, efetivo no cargo de Operador, cadastrado sob a matrícula nº 488/01, pelo período de 06 (seis) dias, a partir de 18 de Agosto de 2020 a 23 de Agosto de 2020, retornando as atividades normais em 24 de Agosto de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 18 DE AGOSTO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezoito de agosto de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 266/2020

Publicação Nº 2609711

PORTARIA Nº. 266/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE PARA O EXERCÍCIO DO CARGO TEMPORÁRIO DE CONSELHEIRA TUTELAR NO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o Processo de Eleitoral do Conselho Tutelar de Tigrinhos, mandato 2020/2024, conforme Ata da Solenidade de Posse dos Conselheiros Tutelares, e conforme Edital CMDCA nº 001/2019 e Edital CMDCA nº 006/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. CARLA CRISTIANY DA ROSA, inscrita sob o CPF nº 037.168.449-85, para exercer o cargo Temporário de CONSELHEIRO TUTELAR no Município de Tigrinhos, a partir de 18 de Agosto de 2020 a 13 de Novembro de 2020, conforme Ata do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Justifica-se a nomeação em razão do afastamento excepcional da Conselheira Tutelar, Sra. LILIAN ROSANA ROHDEN, em virtude da Licença Renumorada para concorrer a cargo eletivo nas eleições Municipais de 2020, pelo período de 03 (três) meses, conforme a Portaria nº. 255/2020, sendo absolutamente necessária a substituição para dar continuidade aos trabalhos realizados no Conselho Tutelar do Município de Tigrinhos/SC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE AGOSTO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezoito de agosto de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 267/2020

Publicação Nº 2609835

PORTARIA Nº. 267/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Sr. VANDERLEI DA ROSA, portador do CPF nº. 079.436.559-07, comissionado no cargo de Diretor Departamento de Cultura, cadastrado sob a matrícula nº 656/01, pelo período de 10 (dez) dias, a partir de 18 de Agosto de 2020 a 27 de Agosto de 2020, retornando as atividades normais em 28 de Agosto de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 18 DE AGOSTO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezoito de agosto de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/PMT/2020 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 064/PMT/2020

Publicação Nº 2610398

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/PMT/2020
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 064/PMT/2020

Objeto: Aquisição de Areia, Aterro e Brita, para uso nas Estradas Rurais, Obras de Manutenção de Vias e Novas Obras de Pavimentação Realizadas pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Global;

Data de Abertura: 01 de setembro de 2020, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 040/FMS/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/FMS/2020

Publicação Nº 2611078

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 040/FMS/2020 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/FMS/2020

Objeto: Aquisição de Testes Rápidos para Diagnóstico da COVID-19, para Secretaria Municipal de Saúde, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: HERA MEDICAL REPRESENTAÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA foi vencedora dos itens: 01 no valor de R\$ 259.000,00 (Duzentos e cinq-enta e nove mil reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

PORTARIA 1025/2020

Publicação Nº 2609498

PORTARIA Nº 1025, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo, protocolo nº 3282 de 07 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Desincompatibilizar a pedido, o(a) Sr.(a) JAIME MARCILIO DA SILVA JUNIOR, matrícula nº 7696, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista III, nomeado(a) pela portaria nº 316 de 18 de janeiro de 2012.

Art. 2º. Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1026/2020

Publicação Nº 2609499

PORTARIA Nº 1026, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo, protocolo nº 3285 de 10 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Desincompatibilizar a pedido, o(a) Sr(a) LUCIANA ALVES SELLIACH DA SILVA, matrícula nº 1656, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fonoaudióloga, nomeado(a) pela portaria nº 199 de 17 de fevereiro de 2003.

Art. 2º. Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1027/2020

Publicação Nº 2609500

PORTARIA Nº 1027, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo, protocolo nº 3301 de 11 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Desincompatibilizar a pedido, o(a) Sr(a) CLAUDEMIR CORREIA, matrícula nº 2285, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo nomeado(a) pela portaria nº 094 de 03 de fevereiro de 2003.

Art. 2º. Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1028/2020

Publicação Nº 2609505

PORTARIA Nº 1028, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo, protocolo nº 3357 de 12 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Desincompatibilizar a pedido, o(a) Sr(a) PAULA REGINA DA SILVA, matrícula nº 2263, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível III (Ano Iniciais), nomeado(a) pela portaria nº 171 de 17 de fevereiro de 2003.

Art. 2º. Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1029/2020

Publicação Nº 2609506

PORTARIA Nº 1029, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo, protocolo nº 3367 de 13 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Desincompatibilizar a pedido, o(a) Sr.(a) CLAUDIO DE OLIVEIRA, matrícula nº 1568, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista I, nomeado(a) pela portaria nº 088 de 01 de fevereiro de 2003.

Art. 2º. Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1030/2020

Publicação Nº 2609508

PORTARIA Nº 1030, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo, protocolo nº 3380 dia 13 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Desincompatibilizar a pedido, o(a) Sr.(a) NEIDE MARIA REIS, matrícula nº 108, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II (Anos Iniciais), nomeado(a) pela portaria nº 231 de 05 de março de 1987.

Art. 2º. Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1031/2020

Publicação Nº 2609510

PORTARIA Nº 1031, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo, protocolo nº 3368 de 13 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Desincompatibilizar a pedido, o(a) Sr.(a) JANETE PEDRINI, matrícula nº 181, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor III (Pré-Escola), nomeado(a) pela portaria nº 112 de 01 de março de 1995.

Art. 2º. Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1032/2020

Publicação Nº 2609512

PORTARIA Nº 1032, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo, protocolo nº 3371 de 13 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Desincompatibilizar a pedido, o(a) Sr.(a) LEONARDO HOFFMANN, matrícula nº 12009, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II (Educação Física), nomeado(a) pela portaria nº 591 de 09 de março de 2020.

Art. 2º. Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1046/2020

Publicação Nº 2609519

PORTARIA Nº 1046, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo, protocolo nº 3388 de 14 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Desincompatibilizar a pedido, o(a) Sr.(a) MARIA DARCI ALVES, matrícula nº 170, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor III (Anos Iniciais), nomeado(a) pela portaria nº 117 de 01 de março de 1995.

Art. 2º. Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1048/2020

Publicação Nº 2609524

PORTARIA Nº 1048, 14 DE AGOSTO DE 2020.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO requerimento formulado pelo(a) servidor(a) público(a), solicitando desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo, protocolo nº 3408 de 14 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Desincompatibilizar a pedido, o(a) Sr.(a) MARIA GISLAINE OLIVEIRA DINIZ, matrícula nº 12029, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Sala, nomeado(a) pela portaria nº 415 de 02 de março de 2020.

Art. 2º. Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 082/2020**

Publicação N° 2609503

PORTARIA N° 082/2020/CMT, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data a servidora MARIA DELURDES DE OLIVEIRA, efetiva, matrícula nº 240, do cargo de Auxiliar de serviço de copa e limpeza, 15 (quinze) dias de férias, a serem gozadas em 17/08/2020 a 31/08/2020, referente ao período aquisitivo. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VILSON NATALIO SILVINO
Presidente

PORTARIA 083/2020

Publicação N° 2609928

PORTARIA N.º 83/2020/CMT, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre alteração da Portaria nº. 047/2020/CMT, de 05 de maio de 2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º Inclui §4º, no artigo 2º, da Portaria nº. 047/2020/CMT, de 05 de maio de 2020, com a seguinte redação:

“§ 4º - Nos termos do artigo 4º, da Lei Ordinária nº. 2639/2016, alterada pela Lei Ordinária nº. 2777/2020, fica designado como suplente o Servidor Gustavo Lemos Souza, matrícula nº. 168, que substituirá os membros titulares em seus afastamentos.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VILSON NATALIO SILVINO
Presidente

Timbó**PREFEITURA****ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE N.º 53.2020 PMT - VPA**

Publicação Nº 2610707

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE Nº 52/2020 – PMT

INTERESSADA: VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI

Às dez horas, do décimo oitavo dia do mês de agosto de dois mil e vinte (18/08/2020), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1782, de 18 de dezembro de 2019, alterada pelas Portarias de nº. 1880 – 10/02/20 e de nº. 2053 – 29/05/2020, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade nº. 52/2020 – PMT/OBRAS

Considerando a justificativa constante do processo licitatório, foram analisados os documentos regulares (abaixo relacionados), integrantes deste processo de Inexigibilidade apresentados pela empresa: VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI - CNPJ nº. 07.516.335/0001-06:

Justificativa formal do motivo característico da inexigibilidade / Requisição de compras e serviços contendo a descrição detalhada do objeto / Dotação orçamentária/ Valor/ Forma de pagamento/ Prazo de execução e outras informações necessárias.	Lei 8.666/93 art. 15 § 7º III e art. 8º, Art. 14 Acórdão TCU 254/2004
Cartão do CNPJ	Lei 8666/93 - Art. 29 I
Termo de Acordo	
Projeto e ART da Obra - Pavimentação - Rua Teresina/Timbó	
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó (SC)	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 II
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Certificado de regularidade do FGTS	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Declarações obrigatórias	CF art. 7º XXXIII Lei 8.666/93 art. 27 V.
Declaração que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública; que não é impedido de transacionar com a Administração Pública.	Lei 8.666/93
Ato Constitutivo – Contrato Social	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Cópia de Procuração Pública em nome de VIRGILIO ADRIANO FILHO	

Da análise destes documentos, e levando-se em consideração a apresentação de toda documentação, a Comissão de Licitações entende que a empresa VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER Presidente	TAINARA FISTAROL Membro	RAQUEL CRISTINA CUNHA TESKE Membro
---------------------------------------	----------------------------	---------------------------------------

ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº. 07.2019 - FUMTUR

Publicação Nº 2610793

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 07/2019 – FUMTUR

INTERESSADAS: AROMA DE COZINHA COMÉRCIO LTDA

Às nove horas, do décimo oitavo dia do mês de agosto de dois mil e vinte (18/08/2020), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1782, de 18 de dezembro de 2019, alterada

pelas Portarias de nº. 1880 – 10/02/20 e de nº. 2053 – 29/05/2020, para Julgamento da Habilitação do processo licitatório Concorrência nº 07/2019 FUMTUR.

Da análise dos documentos de regularidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, declarações obrigatórias em especial “que conhece e aceita todas as condições do edital e anexos”, apresentou declaração de vistoria e declaração de visita técnica sem ter apresentado questionamento ou impugnação em tempo hábil quanto a qualquer fato verificado na vistoria e ainda, considerando o parecer técnico emitido pelo Analista Contábil referente à qualificação econômica-financeira e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão de Licitações decide pela habilitação da empresa: AROMA DE COZINHA COMÉRCIO LTDA

Ficam os interessados cientes do inteiro teor desta ata de Julgamento da Habilitação, para, querendo, apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Os envelopes da proposta de preço deverão permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para a sua abertura.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER Presidente	TAINARA FISTAROL Membro	RAQUEL CRISTINA CUNHA TESKE Membro
---------------------------------------	----------------------------	---------------------------------------

AVISO DE TOMADA DE PREÇO N.º 14 2020 SAMAE - RESERVATÓRIO DE ÁGUA POTÁVEL

Publicação Nº 2610504

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2020 SAMAE

OBJETO: contratação de serviços técnicos-profissionais especializados para elaboração de projeto básico, projeto executivo, fornecimento, transporte e montagem de reservatório de aço inox ou vitrificado e parafusados, com volume mínimo de 1.000 m³, e respectiva base de concreto armado. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 04 de setembro de 2020. ABERTURA: dia 04 de setembro de 2020 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 18/08/2020
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 221 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610306

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 221
DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

A Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado “LONI SPIESS III”, situado no lado ímpar da Rua Tubarão, distando pelo lado direito, em 72,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Pomeranos, nesta Cidade de Timbó e Comarca, contendo a área de 7.178,48m² (Sete mil, cento e setenta e oito metros e quarenta e oito decímetros quadrados), processo D-002/2020 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente LONI SPIESS, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 2047, datado de 04 de fevereiro de 2020 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional, Klaus Roeder, Engenheiro Agrônomo, CREA/SC 047.481-2, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 29.041, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.06.016.0160.001, constituído de 14 (quatorze) áreas.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 17 de agosto de 2020.

BRUNA DE ANDRADE

Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.

Município de Timbó.

Vivian Luciane Maas Barbosa

Arquiteta e Urbanista

CAU A41829-3

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 47 2020 PMT

Publicação N° 2610516

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 47/2020 - PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das empresas, VALMOR BUZZI (MEI), CNPJ nº 78.661.873/0001-32; MECFAR MECÂNICA AUTOMOTIVA LTDA ME, CNPJ nº 86.830.171/0001-63; USINAGENS ELIMAK LTDA - ME, CNPJ nº 05.642.725/0001-05; HORN AUTO CENTER MECÂNICA AUTOMOTIVA LTDA ME, CNPJ nº 05.927.161/0001-49; COMERCIAL DE MOLAS MENESTRINA LTDA EPP, CNPJ nº 79.290.862/0002-37; MANFREDO SCHMIDT ME, CNPJ nº 12.435.036/0001-87; R.T TRATORES COMÉRCIO DE PECAS E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ nº 07.634.586/0001-95; MTM AUTO CENTER E COMERCIO DE BATERIAS LTDA ME, CNPJ nº 79.412.342/0001-79; RENATO SCHUMANN ME, CNPJ nº 81.304.313/0001-35; MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, CNPJ nº 27.720.223/0001-80; TATIANA GRACIELA MARCILIO AUTO ELÉTRICA, CNPJ nº 25.965.984/0001-76; DOUGLAS CLIMATIZAÇÕES EIRELI, CNPJ nº 32.141.589/0001-34; AUTO MECÂNICA LEITZKE LTDA, CNPJ nº 00.586.422/0001-90; MELLO AUTO DIESEL LTDA EPP, CNPJ nº 78.669.538/0001-80 e MILARA PACHER 04886892957, CNPJ nº 34.248.764/0001-12, a comparecerem para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 25/08/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 18 de agosto de 2020.

RAFAELA DOS SANTOS GUEDES

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 28.2015 PMT

Publicação N° 2610539

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO

TERMO ADITIVO PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2015 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ nº. 90.180.605/0001-02, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 26/08/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 18 de agosto de 2020.

RAFAELA DOS SANTOS GUEDES

Central de Licitações

DECISÃO IMPUGNAÇÃO AO EDITAL 09 2020 - FMS - EXIGÊNCIA DE MARCA - DEFERIMENTO

Publicação N° 2610961

DECISÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2020 FMS

I. Dos Fatos:

1. O Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde, lançou licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – N° 09/2020, com

a finalidade de AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS USUÁRIOS E CONSUMO INTERNO NA SECRETARIA DE SAÚDE.

2. A empresa METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. apresentou impugnação, alegando, em apertada síntese, que o instrumento convocatório é restritivo à competitividade, tendo em vista a especificação do item 76 contida no termo de referência, a qual exige "FITAS/TIRAS REAGENTES PARA TESTE DE DETERMINAÇÃO GLICEMIA, COM APARELHOS EM CONSIGNAÇÃO. MARCA APARELHO MEDIDOR HGT: ACCU-CHEK ACTIVE".

3. Alega a Impugnante que tal descrição fere o princípio da competitividade e isonomia, já que direciona o objeto para uma marca específica, qual seja, a "ACCU-CHEK ACTIVE". Pretende, assim, a alteração da supracitada exigência.

4. Em razão da necessidade de análise técnica face ao teor da impugnação apresentada, a sessão pública anteriormente designada para o dia 11/08/2020 foi suspensa.

5. É, em síntese, o relatório.

II. Da tempestividade:

6. O item 8.2 do Edital preconiza que "até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer interessado poderá impugnar e, em até 03 (três) dias úteis, solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório."

7. Assim, verifica-se a tempestividade da presente impugnação, uma vez que o prazo para recebimento das propostas era o dia 11/08/2020 e a impugnação foi protocolada em 05/08/2020.

III. Do Mérito:

8. Analisando os termos da impugnação interposta pela r. Impugnante, no que diz respeito à pretendida alteração no instrumento convocatório, tem-se por DEFERIR o requerimento apresentado. Vejamos.

9. Tendo em vista o conteúdo técnico da impugnação, os autos foram submetidos ao setor competente para análise, o qual solicitou a alteração do descrito no item 76 do Anexo I – Termo de Referência para a seguinte redação, conforme comunicação via e-mail:

Fitas/Tiras reagentes para teste de determinação de glicemia, para testar glicose no sangue capilar, venoso, arterial e neonatal, com tecnologia de glicose desidrogenase, método de leitura através de amperometria ou fotometria, com faixa de medição entre 20mg/dl a 500 mg/dl, aceitando-se valores inferiores a 20 mg/dl e superiores a 500 mg/dl. Deverão ser fornecidos a título de doação: - Aparelhos glicosímetros novos, sem uso, com bateria, de acordo com as solicitações, sendo aproximadamente 2.000 aparelhos, bem como assistência técnica e treinamento em todas as unidades de saúde que fizerem uso do produto, quando solicitado; - Baterias, conforme especificação do fabricante do aparelho, pelo prazo de vigência da Ata de Registro de Preços - Cabos USB, de acordo com as solicitações, sendo aproximadamente 300 cabos, para transferência de dados do aparelho para microcomputador e a instalação de software para leitura dos dados dos aparelhos e emissão de relatórios e estatísticas.

10. Portanto, após análise e concordância do setor técnico responsável pela alteração do descrito do item 76, tem-se pelo deferimento da impugnação apresentada.

11. Com efeito, esta é a medida que melhor se coaduna ao princípio da ampla concorrência, estabelecido no art. 3º, §1º, inciso I da Lei nº 8.666/93, a fim de que o maior número possível de licitantes tenha a possibilidade de atender ao objeto.

12. Portanto, conforme manifestação técnica, e em respeito ao estabelecido no art. 7º, §5º e art. 15, §7º, inciso I da Lei nº 8.666/93, deferiu-se a impugnação apresentada, para modificar o descrito do item 76 do Anexo I – Termo de Referência.

13. No mais, resta prejudicada a análise quanto ao "direcionamento da licitação para a marca FORBO", porquanto os dispositivos mencionados pela Impugnante não se relacionam com o Edital nº 09/2020 FMS.

IV. Da Conclusão:

14. Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da eficiência, legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade, e considerando os fundamentos acima apresentados, decide-se pelo DEFERIMENTO da presente Impugnação, consoante os fundamentos acima.

15. Dê ciência à Impugnante e publicidade a presente decisão, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei.

Timbó, 18 de agosto de 2019.

Alfredo João Berri

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

DECRETO NO 5688 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610569

DECRETO No 5688 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Decreto nº 5659 de 20/07/2020, prorroga o prazo das medidas de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) no município de Timbó e ratifica os termos da Portaria nº. 592 de 17/08/20.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V, VII e XVIII c/c art. 70, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica do Município, e

Considerando a análise técnica (em especial no âmbito da saúde) dos efeitos decorrentes das medidas aplicadas no território do município de Timbó pelo Decreto nº 5659 de 20/07/2020 e alterações promovidas pelos Decretos nº. 5665 de 24/07/2020, nº. 5671 de 03/08/2020 e nº. 5680 de 11/07/2020, bem como as ações adotadas pela região da AMMVI no sentido de coibir o avanço da epidemia e garantir o atendimento de quem necessite;

Considerando a nova decisão proferida na mencionada Ação Civil Pública Cível nº 5057977-49.2020.8.24.0023/SC, a qual definiu o que segue: "... A decisão que concedeu a tutela provisória (evento 23) determinou ao Estado de Santa Catarina que alterasse os instrumentos que compõem o programa de descentralização e regionalização das ações de combate à Covid-19, definindo expressamente quais são as ações de saúde que devem ser adotadas pelos entes políticos em cada um dos graus de risco que integram a Matriz de Avaliação do Risco Potencial Regional prevista no art. 1º, § 1º, II, da Portaria SES n. 464/2020 (item i). Ainda, a mesma decisão impôs ao Estado de Santa Catarina a implementação direta das medidas sanitárias previstas na Lei n. 13.979/2020 no âmbito regional, de acordo com a Matriz de Avaliação de Risco Potencial Regional, e em conformidade com as recomendações dos órgãos técnicos estaduais e do COES, quando a região de saúde atingir o grau de risco potencial gravíssimo, independente da atuação dos Municípios (item ii). Existe, como se observa, uma vinculação entre as obrigações judicialmente fixadas, porquanto a implementação das medidas (item ii) depende da prévia alteração da Matriz de Avaliação do Risco Potencial Regional (item i). Por conseguinte, o prazo de 48h para o cumprimento da obrigação constante no item ii somente passa a fluir depois do escoamento do interregno assinalado para o adimplemento da ordem antecedente fixada no item i, o que afasta, por ora, a alegação de descumprimento da decisão judicial."

Considerando a expedição, pelo Estado de Santa Catarina, do Decreto nº 792 de 14/08/2020, onde além de estabelecer sob que forma se dará a regulação dos prazos e requisitos de implementação das medidas de enfrentamento, mantém as restrições de transporte coletivo e de concentração e permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo;

Considerando que o Município de Timbó está inserido no Médio Vale do Itajaí, atualmente classificado como de risco potencial grave, conforme informações colhidas nesta data junto endereço eletrônico oficial do coronavírus do Estado de Santa Catarina - <http://www.coronavirus.sc.gov.br/>.

Considerando a expedição, pelo Estado de Santa Catarina, da Portaria nº. 592 de 17/08/20, onde faz constar, dentre outros aspectos, o que segue:

"...

Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde.

...

Art. 4º Nas regiões de saúde classificadas em risco potencial grave devem ser adotadas as seguintes medidas de enfrentamento:

I – suspensão do acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não;

II – suspensão de atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, assim como de eventos, shows e espetáculos que acarretem reunião de público;

III – suspensão das aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino técnico, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

IV – suspensão de concentração e de permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praias e praças, com exceção da prática de esportes individuais;

V – autorização de funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais de forma presencial, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos, excetuados os serviços essenciais;

VI – fiscalização e encerramento das atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo às normas sanitárias de prevenção à COVID-19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos.

..."

Considerando a necessidade de conciliar as medidas municipais às novas ressalvas impostas pelo Estado, bem como garantir o isolamento social e o funcionamento das atividades econômicas, observados todos os critérios de higiene e saúde ditados pelos órgãos sanitários/epidemiológicos municipais, estaduais e federais;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 5659 de 20/07/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"...

Art. 2º. ...

I – até o dia 24 de agosto de 2020:

...

III – até o dia 24 de agosto de 2020:

...

Art. 3º Ficam estabelecidas as seguintes medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), até o dia 24 de agosto de 2020:

...

Art. 9º. Ficam estabelecidas, em todo o território municipal, até o dia 24 de agosto de 2020, as seguintes medidas de restrição visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19:

...

Art. 2º Ficam mantidas e inalteradas todas as demais condições estabelecidas pelo Decreto nº. 5659 de 20/07/2020 e alterações.

Art. 3º Ratifica os termos da Portaria nº. 592 de 17/08/20 expedida pelo Secretário de Estado da Saúde.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de agosto de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER

Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 45-01.2020 PMT -VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI - ME

Publicação Nº 2610548

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 45-01/2020 PMT

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas.

CONTRATADO: VPA Pavimentações Eireli - Me.

OBJETO: Credenciamento de empresas para a execução de serviços de pavimentação em paralelepípedo das vias do município, em regime de colaboração público privada, sem critérios de exclusividade, compreendendo todas as atividades, quais sejam: serviços, obras (pavimentação em paralelepípedo) ao longo do período do credenciamento.

DATA DA ASSINATURA: 30/07/2020.

PRAZO: 30/07/2020 até 07/07/2021.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 168.2019 FUMTRAN

Publicação Nº 2610555

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 168/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Trânsito.

AUTORIZADO: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP.

OBJETO: Acréscimo de R\$ 46.463,29 (quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e nove centavos) inferior a 25% do valor original do contrato e que passa a vigor com na monta de R\$ 235.085,50 (duzentos e trinta e cinco mil, oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2020

BRUNA DE ANDRADE

Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

RREO - 6º BIMESTRE 2019 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2609845



MUNICÍPIO DE TIMBO - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Semestre Julho-Dezembro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RRFO – Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					Em Reais	
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PLANO PREVIDENCIÁRIO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				Até 2º Semestre/2019		Até 2º Semestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)		17.378.000,00	17.378.000,00	27.279.711,60	21.664.021,22	
Receta de Contribuições dos Segurados		2.595.000,00	2.595.000,00	3.543.037,70	3.106.064,58	
Civil		2.595.000,00	2.595.000,00	3.543.037,70	3.106.064,58	
Ativo		2.490.000,00	2.490.000,00	3.405.659,31	2.991.404,97	
Inativo		99.000,00	99.000,00	65.901,86	108.451,59	
Pensionista		6.000,00	6.000,00	71.476,53	6.208,02	
Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	
Receta de Contribuições Patronais		4.770.000,00	4.770.000,00	6.519.964,68	6.013.545,62	
Civil		4.770.000,00	4.770.000,00	6.519.964,68	6.013.545,62	
Ativo		4.770.000,00	4.770.000,00	6.519.964,68	6.013.545,62	
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	
Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	
Receta Patrimonial		3.763.000,00	3.763.000,00	12.986.053,81	8.724.124,87	
Recetas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00	
Recetas de Valores Mobiliários		3.763.000,00	3.763.000,00	12.986.053,81	8.724.124,87	
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	
Receta de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes		6.250.000,00	6.250.000,00	4.230.655,41	3.820.286,15	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		160.000,00	160.000,00	313.517,14	859.512,73	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Anual do RPPS (II) :		3.035.000,00	3.035.000,00	3.916.433,08	2.959.910,64	
Demais Receitas Correntes		3.055.000,00	3.055.000,00	705,19	862,78	
RECEITAS DE CAPITAL (III)		0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)		14.343.000,00	14.343.000,00	23.363.278,52	18.704.110,58	

Identificador: WPR3041101-29766-OZ-31928911 - Emitido por: RODRIGO DALL'ONDER SPANOL

Pág 1 / 3



MUNICÍPIO DE TIMBO - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Semestre Julho-Dezembro

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até 2º Semestre/ 2019	Até 2º Semestre/ 2018	Até 2º Semestre/ 2019	Até 2º Semestre/ 2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	14.157.000,00	16.283.000,00	460.148,92	369.621,97	458.601,34	368.563,30	1.547,58	1.058,67
Despesas Correntes	14.077.000,00	16.203.000,00	458.978,92	368.936,97	457.431,34	367.878,30	1.547,58	1.058,67
Despesas de Capital	80.000,00	80.000,00	1.170,00	685,00	1.170,00	685,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	15.483.825,02	13.247.673,52	15.483.825,02	13.247.673,52	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	15.483.825,02	13.247.673,52	15.483.825,02	13.247.673,52	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	13.151.996,09	11.414.409,46	13.151.996,09	11.414.409,46	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	1.298.751,67	1.115.436,35	1.298.751,67	1.115.436,35	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	1.033.077,26	717.827,71	1.033.077,26	717.827,71	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	14.157.000,00	16.283.000,00	15.943.973,94	13.617.295,49	15.942.426,36	13.616.236,82	1.547,58	1.058,67
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII) ²	186.000,00	(1.940.000,00)	7.419.304,58	5.086.815,09	7.420.852,16	5.087.873,76	0,00	0,00

Identificador: WPR3041101-29766-OJZ-31928911 - Emitido por: RODRIGO DALL ONDER SPANIOI



MUNICÍPIO DE TIMBO - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Semestre Julho-Dezembro

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	81.000,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	3.916.433,08
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	311.608,54	174,81
Investimentos e Aplicações	109.133.496,91	98.192.556,77
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO TIMBOPREV. Emissão: 13/02/2020, às 10:25:46.

* Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

* O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa empenhada e a despesa liquidada.

NOTA:

JORGE AUGUSTO KRUGER
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRETARIA FAZENDA E ADM.

RODRIGO DALL'ONDER SPANIOL
Analista Contábil

CHRISTIANE M. PELLIN FIAMONCINI
Controlador Interno

Identificador: WPR3041101-29766-OJZ-31928911 - Emitido por: RODRIGO DALL'ONDER SPANIOL

Pág 3 / 3

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 31/2020**

Publicação Nº 2610281

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Processo: 36/2020

Parecer: 31/2020

Matéria: PLO 31/2020

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Douglas Emanuel Marchetti

Conclusão: Favorável

Data: 13/08/2020

Ementa do Projeto: Autoriza a anulação e suplementação em dotações orçamentárias no Orçamento-Programa 2020, da Administração Indireta - SAMAE.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito que autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias no Orçamento-Programa 2020, da Administração Indireta SAMAE.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 4 de agosto corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 11 de agosto, em Sessão Ordinária, conforme preceitua o art. 126 do Regimento Interno. O Projeto em análise tem por objeto alterar a legislação orçamentária municipal (LOA), razão pela qual é colocado à apreciação desta Comissão, posto ser de sua competência manifestar-se sobre proposições que versem sobre o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária, bem como suas alterações.

No dia 13 de agosto esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO**a) Da Emenda pela Comissão**

Acompanha o presente parecer, emenda modificativa elaborada pela Comissão.

Durante a análise do texto, constatou-se que no art. 2º da proposição não consta o valor do crédito suplementar que será aberto pelo Prefeito Municipal, a conta da anulação estabelecida no art. 1º do projeto, porém, o valor consta na tabela que acompanha o art. 2º. Provavelmente, tal omissão se deu por um equívoco no momento de elaboração da proposição.

Sendo assim, se faz necessária a inclusão no texto do art. 2º do projeto do valor referente ao crédito suplementar que será aberto, qual seja, de R\$ 1.188.000,00.

Com a apresentação da emenda em comento os equívocos de ordem redacional estarão sanados, razão pela qual se faz necessária a sua apresentação.

b) Do mérito

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação de até R\$ 1.188.000,00 em dotações orçamentárias de órgão da administração indireta (SAMAE). A conta de tal anulação, será realizada abertura de crédito suplementar, no mesmo valor nas dotações orçamentárias da administração indireta (SAMAE).

As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000.

III – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº 31/2020, com a adoção da emenda modificativa que segue em anexo.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Carlos Adriano Kr-ger

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2020.

Carlos Adriano Kr-ger
Presidente

Douglas Emanuel Marchetti
Relator

John Adriano Schwartz
Membro

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA N. SAMAE- 341, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610150

PORTARIA N. SAMAE- 341, DE 13 DE AGOSTO DE 2020
Dispensa da Função Gratificada servidor lotado no SAMAE

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002 e pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR da Função Gratificada a Servidora abaixo relacionada, a contar de 14 de agosto do corrente:

NOME	PORTARIA QUE DESIGNOU
MAURILIA CARDOSO MAUKEWICH	083, de 13/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de Agosto de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.905 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609565

DECRETO Nº 4.905 DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

PRORROGA OS EFEITOS DO DECRETO 4.903 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito do Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Constituição Federal, no artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, além do disposto no Decreto Estadual nº 719, de 13 de julho de 2020 e Portaria SES n. 464 de 03.07.2020;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo SARS-CoV-2/COVID-19;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto nº 525, de 2020;

DECRETA

Art. 1º. Ficam prorrogados pelo prazo de 14(quatorze) dias, os efeitos do Decreto Municipal 4.903 de 05 de agosto de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, e será publicado no Diário Oficial dos Municípios e na Secretaria de Administração e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Três Barras, 17 de agosto de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
PREFEITO MUNICIPAL

ANDERSON STOCLOSKI
ADVOGADO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 54/2020 - FMS

Publicação Nº 2610562

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05/2020 – Plano Operativo
Termo Aditivo nº 54/2020

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 11.491.075/0001-39, através de seu representante legal, na pessoa do Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado de ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Contratado: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TRÊS BARRAS, entidade assistencial sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ nº 83.627.596/0001.81, com sede na João Manoel Sarda, nº 439, Km 02, neste ato representado por seu Presidente Sr. Anderson Stocloski, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 040.780.699-75, portador da CI. nº 4.242.714-SSP-SC, residente e domiciliado na cidade de Três Barras – SC, e que no final cancela o presente Convênio, doravante denominado de ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Base Legal: A assinatura do presente termo está amparada pelo §1º do artigo 65 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, bem como, pelas disposições do Termo de Convênio nº 05/2019.

Objeto: Altera-se a Cláusula Segunda, Item 2.1 do Termo de Colaboração nº 05/2020, incluindo no item 2.1.2 o subitem “Consultas em Dermatologia”, com meta física de 70 unidades / mês, passando a vigorar a seguinte tabela:

2.1.1 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA E ANÁLISES CLÍNICAS:
Serviços destinados a Atenção à Saúde

- Garantir estrutura de apoio diagnóstico e terapêutico a pacientes do SUS;
- Garantir a assistência 24 horas tanto a nível ambulatorial como hospitalar;

DESCRIÇÃO	META FISICA	TEBELA SUS MAIS COMPLEMENTO	META MÊS
Diagnóstico Radiologia	718	39,00	28.002,00
Exames de Análises Clínicas	150	35,00	5.500,00
TOTAL			R\$ 33.502,00

Indicadores: 2

- Percentual de alcance dos exames realizados;
- Percentual de Exames agendados pelo Gestor:

2.1.2 - PROCEDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE:

DESCRIÇÃO	META FISICA	TABELA SUS MAIS COMPLEMENTO	META MÊS
Consultas Gineco/Obstetra -	218 consultas + procedimentos	49,14	10.713,74
Consultas Gineco/Obstetrícia + procedimentos	20 horas semanais		6.696,87
Consultas Ortopedia	110 consultas	77,91	8.571,07
Consultas Ortopedia + procedimentos	54 consultas + procedimentos	77,11	4.164,00
Consultas Pneumologia	70 consultas	52,05	4.409,91
Consultas Vascular	70 consultas	52,05	4.409,91
Consultas Cardiológicas + Laudos ECG	68 consultas + 32 laudos ECG		4.631,85
Exames Cardiológicos (Ecocardiograma)	20	187,00	6.545,00
Exames Cardiológicos (Teste de esforço)	06	90,56	1.811,20
Consultas de clínica médica – demanda espontânea	88 horas trabalhadas	115,00	10.120,00
Consultas Oftalmologia + procedimentos			6.696,87
Consultas Urologia	54 consultas + procedimentos	77,11	4.164,00
Consultas em Dermatologia	70	62,99	4.409,30
TOTAL			R\$ 77.343,72

2.1.3 - PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE:

DESCRIÇÃO	META FISICA	TEBELA SUS MAIS COMPLEMENTO	META MÊS
Pré Transfusional I	03	17,04	51,12
Pré Transfusional II	03	19,00	57,00
Transfusão de conc.de Hemácias – Sangrias e Plasmas	03	8,39	25,17
Hemoterapia	5	100,00	500,00
TOTAL			R\$ 633,29

2.1.4 – LEITOS DE RETAGUARDA – CONSIDERANDO EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, CUSTEIO:

DESCRIÇÃO	META FISICA	TEBELA SUS MAIS COMPLEMENTO	META MÊS
Leitos Adultos Retaguarda	20 Leitos		129.270,83
TOTAL			R\$ 129.270,83

2.1.5 – DAS INTERNAÇÕES POR ESPECIALIDADES DE MÉDIA COMPLEXIDADE:

INTERNAÇÕES	META FISICA	VALOR MÉDIO AIH	VALOR MÊS
Clínicas Básicas (Clínica Médica, Pediatria, Eletiva, Clínica Cirúrgica, Obstetrícia e Cirurgia Geral)	164	433,40	71.078,18
Psiquiatria	08		44.880,00
TOTAL			R\$ 115.958,18

2.1.6 – DAS INTERNAÇÕES DE MÉDIA COMPLEXIDADE – EXTRA TETO CAMPANHA:

INTERNAÇÕES	META FISICA	VALOR MÉDIO AIH	VALOR MÊS
Cirurgias Eletivas	22	850,00	18.700,00
TOTAL			R\$ 18.700,00

2.1.7 – PACTUAÇÕES:

DESCRIÇÃO	META FISICA	TEBELA SUS MAIS COMPLEMENTO	META MÊS
Incentivo Hospitais Filantrópicos			1.834,95
Incentivo Política Hospitalar de Santa Catarina		47% R\$ 14.100,00 conforme matriz de desempenho	30.000,00
Leitos de Saúde Mental da Política Hospitalar	2 Leitos		15.000,00
Manutenção - Refeições			6.000,00
Manutenção Geral/mês			30.000,00
TOTAL			R\$ 82.834,95
TOTAL GERAL			R\$ 458.242,97

Valor: Altera-se a Cláusula Terceira do Termo de Colaboração nº 05/2020, acrescentando o valor total mensal de R\$ 4.409,30 (quatro mil e quatrocentos e nove reais e trinta centavos), alterando o valor mês de R\$ 453.833,67 para R\$ 458.242,97 (quatrocentos e cinquenta e oito mil e duzentos e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos) conforme solicitação encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde (Anexo Único), anexo inseparável deste Instrumento de Aditivo.

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 18 de agosto de 2020.

LEI Nº 3.476 DE 22 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2609560

LEI Nº 3476/2020

Autoriza o Poder Executivo a alienar bens imóveis do Patrimônio Público Municipal que indica, e dá outras Providências.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras -SC, Estado de Santa Catarina, faço a saber que a Câmara Municipal decretou eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, através de licitação na modalidade de concorrência, pelo valor mínimo igual ou superior ao estabelecido pela Comissão de Avaliação de Imóveis de propriedade do Município de Três Barras - SC, as áreas seguintes:

I - parte da Matrícula n. 42.258, registrada no Cartório de Imóveis da Comarca de Canoinhas/SC, totalizando 46.272,35 m2 (quarenta e seis mil, duzentos e setenta e dois metros e trinta e cinco centímetros quadrados), localizado na Rua Ovande de Oliveira, Barra Grande, Três Barras/SC;

II - parte da Matrícula n. 42.258, registrada no Cartório de Imóveis da Comarca de Canoinhas/SC, totalizando 2.001,78 m2 (dois mil e um metros e setenta e oito centímetros quadrados), localizado na Rua Ovande de Oliveira, Barra Grande, Três Barras/SC;

III - Parte da matrícula de nº 42.256, registrada no Cartório de Imóveis da Comarca de Canoinhas/SC, totalizando 1.470,00m² (mil quatrocentos e setenta metros quadrados), localizada às margens da rodovia Doutor Osvaldo de Oliveira, Barra Grande, Três Barras/SC;

IV - Matrícula 42.259, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Canoinhas/SC, com área de 1.409 m² (mil quatrocentos e nove metros quadrados), localizada na Rodovia Doutor Osvaldo de Oliveira, Barra Grande, Três Barras/SC.

V Parte da matrícula n. 9.296 registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Canoinhas/SC, com área total de 72.256,50 m² (setenta e dois mil duzentos e cinquenta e seis metros e cinquenta centímetros quadrados), situada na Barra Grande, Três Barras/SC.

Art. 2º. O valor arrecadado com a alienação só poderá ser utilizado pelo Poder Executivo em bens de capital.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras-SC, em 22 de janeiro de 2020.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 51/2020

Publicação Nº 2610460

ATA DE RATIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 51/2020. EDITAL CONCORRÊNCIA Nº. 01/2020.

Finalidade: "CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA".

Às nove horas do dia catorze de agosto de dois mil e vinte, na sala de reuniões da PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela portaria Nº. 30/2020, para proceder a RATIFICAÇÃO das propostas apresentadas relativas ao procedimento epigrafo.

Do resultado provisório obtido na reunião de abertura:

Nº	LOTE 01 – Bairro JOÃO PAULO II	PAVIPLAN PAVI-MENTAÇÃO	SOVRANA ENG. CONST.	ROCHA EMPREEN-DIMENTOS	ENGEMASS ENG. E CONSTRUÇÃO
01	RUA ANTONIO DA COSTA GOMES	265.482,63	287.526,49	276.742,96	286.074,73
02	RUA EURICO BUENO	169.663,11	183.750,74	177.371,01	182.778,46
03	RUA SALIN ZATTAR	441.5598,53	478.223,52	458.674,41	475.763,56
TOTAL DO LOTE 01:		876.705,27	949.500,75	912.788,38	944.616,75
LOTE 02 – Bairro SÃO CRISTOVÃO		PAVIPLAN PAVI-MENTAÇÃO	SOVRANA ENG. CONST.	ROCHA EMPREEN-DIMENTOS	ENGEMASS ENG. E CONSTRUÇÃO
04	RUA AUGUSTO PEREIRA	110.100,26	119.242,22	115.275,72	118.560,57
05	RUA SANTO ANTÔNIO	322.910,71	349.722,93	338.487,10	347.960,44
TOTAL DO LOTE 02:		433.010,97	468.965,15	453.762,82	466.521,01
LOTE 03 – Bairro SÃO CRISTOVÃO		PAVIPLAN PAVI-MENTAÇÃO	SOVRANA ENG. CONST.	ROCHA EMPREEN-DIMENTOS	ENGEMASS ENG. E CONSTRUÇÃO
06	RUA GUILHERME JOÃO BAUKAT	304.855,36	330.168,40	319.740,64	328.491,27
07	RUA DEOCLÉCIO DE OLIVEIRA	369.866,34	400.577,44	387.735,95	398.326,32
08	RUA ADOLFO THIEM	405.219,16	438.865,66	425.019,21	436.641,28
09	RUA FERMINA DOS SANTOS LIMA DE PAULA E SILVA	389.927,96	422.304,86	385.437,80	419.931,68
10	RUA PROFESSOR PEDRO REITZ	331.190,45	358.690,18	347.284,15	356.788,21
TOTAL DO LOTE 03:		1.801.059,27	1.950.606,54	1.865.217,75	1.940.178,76
LOTE 04 – Bairros JOÃO PAULO II / SÃO CRISTOVÃO		PAVIPLAN PAVI-MENTAÇÃO	SOVRANA ENG. CONST.	ROCHA EMPREEN-DIMENTOS	ENGEMASS ENG. E CONSTRUÇÃO
11	RUA BENEDITA DE PAULA E SILVA PAZDA / BAIRRO SÃO CRISTOVÃO	297.918,06	322.655,10	313.779,28	321.016,32
12	RUA FRANCISCO COSTA / BAIRRO SÃO CRISTOVÃO	171.636,67	185.888,19	180.788,07	184.945,21
13	RUA HERCULANO LOPES / BAIRRO SÃO CRISTOVÃO	218.160,02	235.237,10	227.101,11	234.054,33
14	RUA ENG.º MAURO LUIZ DE SOUZA / JOÃO PAULO II	156.869,20	169.894,54	164.396,62	168.950,55
TOTAL DO LOTE 04:		844.583,95	913.674,93	886.065,08	908.966,41
LOTE 05 – Bairros SÃO CRISTOVÃO		PAVIPLAN PAVI-MENTAÇÃO	SOVRANA ENG. CONST.	ROCHA EMPREEN-DIMENTOS	ENGEMASS ENG. E CONSTRUÇÃO
15	RUA CANOINHAS - TRECHO 01	292.162,29	316.421,37	303.767,24	314.886,81
16	RUA CANOINHAS - TRECHO 02	521.983,04	565.324,79	546.491,56	562.230,76
TOTAL DO LOTE 05:		814.145,33	881.746,16	850.258,80	877.117,57

Realizada a conferência individual das planilhas integrantes de cada lote, rua a rua, item a item, verificou-se que:

1) Todas as proponentes apresentaram as propostas, as planilhas orçamentarias, os cronogramas físicos e financeiros, seguindo as premissas contidas no edital;

2) Todas as proponentes traduziram de forma fidedigna as planilhas e cronogramas não restando omissões ou divergências dos serviços determinados no edital para os propostos;

3) A comissão apurou exíguas divergências de valores nas propostas, as quais desde logo percebeu-se tratarem-se das formulas de multiplicações e arrendamentos decorrente do "Microsoft excel".

Conste-se apenas de forma a esclarecer que, as formulas utilizadas nas planilhas, embora ocultem as casas decimais a partir da terceira casa, gerando o arredondamento na segunda casa, para efeito de cálculo, estas casas decimais ocultas, são consideradas, gerando assim,

essas divergências.

Importante salientar que pela insignificância das divergências apuradas, a comissão entende que não há necessidade de correção dos valores item a item das planilhas, prevalecendo neste caso o valor unitário para cada subitem, neste caso o valor unitário de cada rua integrante do lote, e ao final o valor do lote, não restando assim a necessidade de correção.

Desta forma, por considerar não haver nenhuma irregularidade nas propostas apresentadas, a comissão decide pela ratificação de todas as propostas apresentadas, declarando a ocorrência de empate ficto triplo, em todos os lotes em disputa na licitação, considerando que a melhor proposta em cada lote, tida como vencedora, foi apresentado por empresa não enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006, conforme segue:

LOTE	PRIMEIRA COLOCACA CLASSIFICAÇÃO GERAL	Primeira EPP na ordem classificação (empate ficto)	Segunda EPP na ordem Classificação (empate ficto)
LOTE 01 – Bairro JOÃO PAULO II	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO	ROCHA EMPREENDIMENTOS	SOVRANA ENG. CONST.
VALOR TOTAL DO LOTE 01:	876.705,27	912.788,38	949.500,75
LOTE 02 – Bairro SÃO CRISTOVÃO	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO	ROCHA EMPREENDIMENTOS	SOVRANA ENG. CONST.
VALOR TOTAL DO LOTE 02:	433.010,97	453.762,82	468.965,15
LOTE 03 – Bairro SÃO CRISTOVÃO	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO	ROCHA EMPREENDIMENTOS	SOVRANA ENG. CONST.
VALOR TOTAL DO LOTE 03:	1.801.059,27	1.865.217,75	1.950.606,54
LOTE 04 – Bairros JOÃO PAULO II / SÃO CRISTOVÃO	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO	ROCHA EMPREENDIMENTOS	SOVRANA ENG. CONST.
VALOR TOTAL DO LOTE 04:	844.583,95	886.065,08	913.674,93
LOTE 05 – Bairros SÃO CRISTOVÃO	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO	ROCHA EMPREENDIMENTOS	SOVRANA ENG. CONST.
VALOR TOTAL DO LOTE 05:	814.145,33	850.258,80	881.746,16

Desta forma, considerando as disposições do art. 45 da lei complementar 123/2006, fica desde já convocada a empresa Rocha Empreendimentos Ltda, para no prazo de 02 (dois) dias úteis contar desta notificação, apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar na classificação geral, ou manifestar seu desinteresse.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata que será encaminhada ao Executivo Municipal para análise e homologação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DENISE MAGALI MOSKVIN	LUCIANE TOMCZYK	NILTON AVANIR HURMUS
Presidente	Membro	Membro

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 51/2020 - CONVOCA

Publicação Nº 2610472

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 51/2020
EDITAL CONCORRÊNCIA Nº. 01/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS-SC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº. 30/2020, CONVOCA a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, para no prazo de 02 (dois) dias úteis, na forma da Lei Complementar 123/2006, para que se manifeste em relação aos lotes 01, 03 e 04, que restam empatadas mediante desistência do direito de oferta de proposta de desempate pela EPP classificada em 2º. Lugar.

Três Barras-SC, 18 de agosto de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 87/2020

Publicação Nº 2610322

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 87/2020 - Edital Pregão nº. 56/2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 1º de setembro de 2020, Propostas para “Registro de Preço para Cargas de Gás (P13 e P45), Casco para Gás (P13 e P45), Cargas e Casco de Água Mineral (20 litros) e Frasco de Água Mineral (500 ml), destinados a atender todos os estabelecimentos administrativos do Município de Três Barras. Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 1º de setembro de 2020.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone /

Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou pelo site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 18 de agosto de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 88/2020

Publicação Nº 2610325

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 88/2020.

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 22/2020.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, torna público que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 04 de setembro de 2020, a Documentação e Propostas para o Fornecimento de Materiais e Mão de Obra para execução de Reforma e Revitalização da Cozinha e Refeitório do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC, localizado na Avenida Abrahão Mussi, nº. 2933, Distrito São Cristóvão, no Município de Três Barras-SC, em conformidade com a Pasta Técnica e disposições contidas no edital.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 04 de setembro de 2020.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – telefone 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 18 de agosto de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 89/2020

Publicação Nº 2610327

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 89/2020.

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 23/2020.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, torna público que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 08 de setembro de 2020, a Documentação e Propostas para o Fornecimento de Materiais e Mão de Obra para Ampliação de Área das Instalações Físicas do Corpo de Bombeiros Militar de Três Barras, para Construção de Garagem para fins de Guarda de Veículos e Embarcações, localizado na Avenida Riges, nº. 1266, KM 2, no Município de Três Barras-SC, em conformidade com a Pasta Técnica e disposições contidas no edital.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 08 de setembro de 2020.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – telefone 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 18 de agosto de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

Treviso

PREFEITURA

EXTRATO 4-29/2018

Publicação Nº 2609475

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2018

DO ACRÉSCIMO: Fica ajustado entre as partes o acréscimo de 0,254% (duzentos e cinquenta e quatro milésimos) ao contrato 29/2018, para a inserção de 02 (dois) logins para o sistema de Recursos Humanos.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

VALOR DO ACRÉSCIMO: R\$ 1.980,00 (mil novecentos e oitenta reais).

CONTRATO: 29/2018

Treviso(SC), 14 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito Municipal

EXTRATO ADITIVO 1-09/2020

Publicação Nº 2609469

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 9/2020

DO ACRÉSCIMO: Fica ajustado entre as partes o acréscimo de 10 horas ao Contrato 09/2020, no valor global de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREVISÓ-SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: INES EULALIA DOS REIS MACHADO

CONTRATO: 9/2020

Treviso(SC), 17 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 442/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610017

PORTARIA Nº 442/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA BEATRIZ ARIATI COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2020, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Beatriz Ariati, Secretária Municipal de Educação, matrícula 3220, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 13/2020, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Comércio De Pneus Oenning Ltda., cujo objeto é Registro de preço para futuras aquisições de pneus, câmaras e protetores para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº 443/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610019

PORTARIA Nº 443/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA BEATRIZ ARIATI COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2020, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Beatriz Ariati, Secretária Municipal de Educação, matrícula 3220, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 14/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Trevisó e a empresa Do Sul Pneus Joinville EIRELI, cujo objeto é Registro de preço para futuras aquisições de pneus, câmaras e protetores para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº 444/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610020

PORTARIA Nº 444/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA BEATRIZ ARIATI COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2020, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA SSM COMÉRCIO DE TINTAS LTDA.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Beatriz Ariati, Secretária Municipal de Educação, matrícula 3220, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 15/2020, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Trevisó e a empresa SSM Comércio de Tintas Ltda., cujo objeto é Registro de preço para futuras aquisições de material de expediente para atender as necessidades das escolas e creche municipal, bem como a Secretaria de Educação de Trevisó nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 18 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº 445/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610021

PORTARIA Nº 445/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA BEATRIZ ARIATI COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2020, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA JUNKES DISTRIBUIDORA LTDA.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Beatriz Ariati, Secretária Municipal de Educação, matrícula 3220, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 16/2020, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Trevisó e a empresa Junkes Distribuidora Ltda., cujo objeto é Registro de preço para futuras aquisições de material de expediente para atender as necessidades das escolas e creche municipal, bem como a Secretaria de Educação de Trevisó nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº 446/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610023

PORTARIA Nº 446/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA BEATRIZ ARIATI COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2020, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA NICOLAU SATURNINO VIEIRA.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Beatriz Ariati, Secretária Municipal de Educação, matrícula 3220, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 17/2020, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Nicolau Saturnino Vieira, cujo objeto é Registro de preço para futuras aquisições de material de expediente para atender as necessidades das escolas e creche municipal, bem como a Secretaria de Educação de Treviso nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº 447/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610026

PORTARIA Nº 447/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA BEATRIZ ARIATI COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2020, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA RSUL EIRELI EPP.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Beatriz Ariati, Secretária Municipal de Educação, matrícula 3220, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 18/2020, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Rsul EIRELI EPP, cujo objeto é Registro de preço para futuras aquisições de material de expediente para atender as necessidades das escolas e creche municipal, bem como a Secretaria de Educação de Treviso nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº 448/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610028

PORTARIA Nº 448/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA ANDREIA MENDONÇA RAMOS ANSELMO COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2020, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA.

JAÍMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Andreia Mendonça Ramos Anselmo, nutricionista, matrícula 2289, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 19/2020, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Junckes Distribuidora Ltda., cujo objeto é Registro de preço para futuras aquisições de material de higiene, limpeza e utensílios para a Educação, durante os próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº 449/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610031

PORTARIA Nº 449/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA ANDREIA MENDONÇA RAMOS ANSELMO COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2020, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA NICOLAU SATURNINO VIEIRA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Andreia Mendonça Ramos Anselmo, nutricionista, matrícula 2289, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 20/2020, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Nicolau Saturnino Vieira, cujo objeto é Registro de preço para futuras aquisições de material de higiene, limpeza e utensílios para a Educação, durante os próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº 450/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610033

PORTARIA Nº 450/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA ANDREIA MENDONÇA RAMOS ANSELMO COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2020, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA ME.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Andreia Mendonça Ramos Anselmo, nutricionista, matrícula 2289, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 21/2020, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Raridade Indústria Química Ltda. ME, cujo objeto é Registro de preço para futuras aquisições de material de higiene, limpeza e utensílios para a Educação, durante os próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de agosto de 2020.

PORTARIA Nº 451/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610034

PORTARIA Nº 451/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA ANDREIA MENDONÇA RAMOS ANSELMO COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2020, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA ALBERTINA FERMIANO DA SILVA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Andreia Mendonça Ramos Anselmo, nutricionista, matrícula 2289, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 22/2020, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Albertina Fermiano da Silva, cujo objeto é Registro de preço para futuras aquisições de material de higiene, limpeza e utensílios para a Educação, durante os próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de agosto de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 19 de agosto de 2020.

TERMO DE CANCELAMENTO ATA 7/2020

Publicação Nº 2609422

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2020, FIRMADA ENTRE O O MUNICÍPIO DE TREVISO E A EMPRESA DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELLI. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREVISO, cadastrado no CNPJ sob nº 01.614.019/0001-90, com sede na Av. Prof. José F. Abatti, 258, Município de Treviso – SC, CEP 88862-000, neste ato representado pelo Prefeito Sr. JAIMIR COMIN, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua, Estrada Geral, s/nº, Bairro Santo Antônio, Treviso-SC, inscrito no C.P.F., sob nº 513.694.869-87. CONTRATADA: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELLI, CNPJ Nº 26.723.181/0001-78, com sede na Rua José Gall, nº 1.115, Galpão 09, Bairro Carvalho, Itajai/SC, CEP nº 88307-102, neste ato representado por Rafael Dias da Silva, portador do CPF nº 336.093.568-39. O CONTRATANTE estabelece o presente TERMO DE CANCELAMENTO, referente à Ata de Registro de Preço nº 07/2020, cujo objeto é FUTURAS AQUISIÇÕES DE PNEUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISO/SC NOS PRÓXIMOS 12 MESES, regulado pelos preceitos do direito público, especialmente pela Lei 8.666/93 e Decreto nº 7.892/2013, mediante as Cláusulas e condições seguintes: CLAUSULA PRIMEIRA- DO CANCELAMENTO: Pelo presente termo fica cancelada a Ata de Registro de Preço nº 07/2020, que tem por objeto FUTURAS AQUISIÇÕES DE PNEUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREVISO/SC NOS PRÓXIMOS 12 MESES, com efeitos a partir desta data. CLAUSULA SEGUNDA- DA MOTIVAÇÃO: a motivação para o cancelamento da Ata de Registro de Preço 07/2020 dá-se pela solicitação por parte da Detentora da Ata alegando motivos supervenientes ocasionados pela pandemia (COVID-19), conforme destacado pela Secretaria Municipal de Saúde de Treviso e fundamentado pela Assessoria Jurídica Municipal, nos termos da Lei 8.666/93. CLAUSULA TERCEIRA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O cancelamento da Ata ora efetivada encontra fundamento nos artigos 18, 19 e 20 do Decreto nº 7.892/2013. PARÁGRAFO ÚNICO: Em virtude da pandemia coronavírus e verificada a ausência de infrações que causem danos ou prejuízo a Administração, considerando as alegações feitas pela empresa DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELLI e conforme Parecer Jurídico emitido pela assessoria deste município, não serão aplicadas as penalidades previstas nos artigos Artigos 86, 87 da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preço nº 07/2020. CLAUSULA QUARTA- DA PUBLICAÇÃO: O presente termo de cancelamento da Ata será publicado no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios e Mural Público. Treviso, 17 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN

PREFEITO MUNICIPAL

DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELLI

DETENTORA DA ATA

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITACAO PE Nº 02/2020 FMS

Publicação Nº 2610320

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020 FMS

A presente licitação tem por objeto o fornecimento e instalação de um elevador hidráulico para a Unidade Básica de Saúde do Município de Treze Tílias - SC, conforme Anexo I. I. Recebimento das propostas: do dia 19/08/2020 a partir das 08h00min, até o dia 02/09/2020 às 08h00min. Abertura das propostas: dia 02/09/2020 às 08h30min. Início da sessão de disputa de lances: dia 02/09/2020 às 08h45min. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.trezetilias.sc.gov.br e www.bll.org.br INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 35370166

Treze Tílias, 18 de Agosto de 2020.

ALCIR DE RÓS

Gestor do Fundo

AVISO DE LICITACAO PP 23/2020

Publicação Nº 2609477

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 43/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento e instalação de forma parcelada de placas, e pinturas para sinalização de diversas ruas do município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 01/09/2020, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

DECRETO 2607

Publicação Nº 2609909

DECRETO Nº 2.607 DE 17 DE AGOSTO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e autorizado conforme Lei Orçamentária Anual n.º 2.027/2019 de 06/11/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Treze Tílias, um crédito suplementar no valor de R\$ 1.351.250,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e cinquenta reais), para as dotações abaixo especificadas:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

03 – SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

2.214 – Revitalização de Ruas, Avenidas, Parques, Praças e Calçados

(134) 4.4.90.00.00.00.00.0609 R\$ 1.000.000,00

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 – EXTENSÃO RURAL

2.017– Manutenção da Agricultura e Promoção Rural

(149) 4.4.90.00.00.00.00.0089 R\$ 71.250,00

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.100 – Bloco de Atenção Básica Federal

(2) 3.1.90.00.00.00.00.0138 R\$ 130.000,00

(3) 3.3.90.00.00.00.00.0138 R\$ 120.000,00

ÓRGÃO 10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

03 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.407- Gestão Social.

(7) 3.3.90.00.00.00.00.0000 R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para fazer frente ao crédito do artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação da fonte 138 no valor de R\$ 250.000,00, excesso da fonte 89 no valor de R\$ 71.250,00, superávit de recursos ordinários no valor de R\$ 1.000.000,00, e anulados recursos da dotação abaixo:

ÓRGÃO 10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

03 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.407- Gestão Social.

(6) 3.1.90.00.00.00.00.0000 R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,

aos 17 dias do mês de agosto de 2.020

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças- designado

DECRETO 2608

Publicação Nº 2609910

DECRETO Nº 2.608 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO ATINGIDAS POR TORNADO, FENÔMENO CLASSIFICADO COMO 3.1.3.2 NO COBRADE - CLASSIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE DESASTRES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

DECRETA:

CONSIDERANDO o fenômeno meteorológico classificado como tornado, nos termos da COBRADE – Classificação e Codificação Brasileira de Desastres -, que atingiu o município, especialmente as linhas São Paulo, São Roque e Divisa;

CONSIDERANDO a danificação de estradas, deslizamentos, destruição de meios de produção, causando sérios transtornos nas comunidades atingidas, colocando à população em risco;

CONSIDERANDO a ocorrência de danos materiais e ambientais e os prejuízos econômicos e sociais constantes do Formulário de Informações do Desastre – FIDE -, protocolado no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO o levantamento preliminar da Defesa Civil que demonstra mais de um milhão de reais de danos em propriedades rurais produtivas, além de danos em redes de energia elétrica, telefonia e demais equipamentos públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal por intempérie natural, à qual é caracterizada como Situação de Emergência no Município de Treze Tílias, provocada pelo tornado ocorrido do dia 14 para o dia 15 de agosto do corrente ano, perfazendo, ainda, alto índice pluviométrico, afetando várias áreas do Município.

Parágrafo único: Esta situação de anormalidade é válida para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre.

Art. 2º. Confirma-se a mobilização, no âmbito do Município, da Comissão Municipal de Defesa Civil para responder às consequências do desastre.

Art. 3º. Fica autorizada a utilização temporária dos veículos e equipamentos públicos para atender situações emergências nas propriedades particulares, compreendendo reabertura e readequação de estrada e demais obras como escavações e terraplanagens pra recuperação de moradias e de meios de produção agropecuária.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo vigor por um prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
18 de agosto de 2020.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças Designado

EXTRATO DE CONTRATO N° 29/2020

Publicação N° 2609662

EXTRATO DE CONTRATO 29/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: A presente Tomada de Preços visa a escolha da melhor proposta para o seguinte objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de material e mão de obra para execução da cobertura da ponte na Avenida Antônio Carlos Altenburguer, no município de Treze Tílias, conforme planilhas contendo os valores máximos, memorial descritivo, projeto e cronograma, constantes no Anexo I, integrante deste edital.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento prevista para 2020: 05.02.2214.44.90.00.00.00.00, através de recursos próprios.

VALOR: O valor total ajustado para aquisição do objeto é R\$ 170.814,09 (Cento e setenta mil, oitocentos e quatorze reais e nove centavos)

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 4 meses.

TREZE TÍLIAS, 08 de Agosto 2020.

EXTRATO DE CONTRATO N° 28/2020

Publicação N° 2609618

EXTRATO DE CONTRATO 28/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: CONSTRUPEJC CONSTRUÇÕES LTDA ME

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para construção de um muro de contenção no terreno da Escola Irma Filomena rabelo, no Município de Treze Tílias, conforme planilhas contendo os valores máximos, memorial descritivo, projeto e cronograma, constantes no Anexo I, integrante deste edital.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações, do orçamento vigente para 2020: 06.02.1101.44.90.00.00.00.00, através de recursos provenientes da Secretaria Estadual da Educação, convênio nº 2019TR1421.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 93.971.54 (Noventa e três mil, novecentos e setenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), de acordo com o item vencedor do Processo de Licitação nº 41/2020, conforme Anexo I.

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 3 meses.

TREZE TÍLIAS, 08 de Agosto 2020.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2020 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - TREZE TÍLIAS - 06/2020/ DECRETO Nº 2.605/2020

Publicação Nº 2610887

*Estado de Santa Catarina*
*Prefeitura Municipal de Treze Tílias***EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 01/2020**
EDITAL N° 06/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020**CONVOCA APROVADO EM TESTE
SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A
CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM
CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em **TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO**, oriundo do Edital nº 06/2020 de 31 de julho de 2020 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.605/2020 de 14 de agosto de 2020 para **TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO**.

➤ **PROFESSOR (A) DE HISTÓRIA – 40HS**
LUCAS MARIANI CORREA

Art. 2º - Conforme descrito no Edital, item 8 (Da Convocação), o candidato convocado para assinatura do Contrato de Trabalho, deverá se apresentar junto ao setor de RH da Prefeitura, no prazo de **03 (três) dias** a contar da data de convocação.

Art. 3º - Conforme descrito no Edital, item 8.2 “o candidato que no ato de sua convocação não desejar ocupar a vaga para a qual foi chamado, independente do motivo, será considerado desistente, prosseguindo-se então com a chamada do próximo candidato classificado.” E item 8.4, o candidato convocado que não comparecer na data determinada na convocação, será tido como

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: trezetilias@trezetilias.sc.gov.br
Site: www.trezetilias.com.br





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Treze Tílias

desistente, podendo ser convocado imediatamente o próximo candidato classificado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

Art. 4º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Histórico ou diploma escolar;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Foto 3x4;
- Atestado médico admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho;
- Número de conta bancária pessoal junto ao Banco do Brasil;
- Comprovante de residência;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos. Empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 5º - A posse, o exercício e o estágio probatório dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos vigentes.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, 18 de agosto de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

Fones: (49) 3537 0176 – FAX: 3537 0166 – Gabinete do Prefeito: 3537 0200 – Praça Ministro Andréas Thaler, 25.
CEP 89650-000 – Treze Tílias / SC – e-mail: trezetilias@trezetilias.sc.gov.br
Site: www.trezetilias.com.br



Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 084/20

Publicação Nº 2609470

DECRETO 084/20 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA A COMISSÃO ESCOLAR DE GERENCIAMENTO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA OCASIONADA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19).

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que no dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 07 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República em 18 de março de 2020, através da Mensagem nº 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de coronavírus (COVID-19) declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas;

CONSIDERANDO demais Atos Oficiais na esfera Federal, Estadual e Municipal para distanciamento social de medidas de enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), mediante disposições contidas no Decretos Municipais 020/20 de 18 de março de 2020, Decreto 022/20 de 20 de março de 2020, o Decreto 025/20 de 24 de março de 2020, o Decreto 028/20 de 31 de março de 2020, o Decreto 030/20 de 31 de março de 2020, o Decreto 031/20 de 13 de abril de 2020, que PRORROGA Situação de Emergência no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, que define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 554, de 11 de abril de 2020, que altera o Decreto nº 525 de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências; CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas preventivas que visem o enfrentamento da disseminação e contágio da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade da criação do Plano de ações para possível retorno das aulas presenciais e da organização dos trabalhos e distribuição das atividades educativas, orientadas pela União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação – UNDIME, como subsídio para elaboração de protocolos de retorno às aulas presenciais na perspectiva nas redes municipais de educação;

CONSIDERANDO as Diretrizes Sanitárias indicadas para o enfrentamento do coronavírus (COVID-19) para diversas atividades, especificamente na necessidade da elaboração do Plano de Contingência Municipal de prevenção, monitoramento e controle da disseminação do coronavírus (COVID-19), no âmbito da educação, tomando como base o Plano de Contingência Estadual e,

CONSIDERANDO o Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003545-2, instituído pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, através da sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Escolar de gerenciamento para enfrentamento da pandemia ocasionada pelo coronavírus (COVID-19), no âmbito da área educacional no Município de Trombudo Central, composta pelos seguintes membros:

– CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ERICA HASSE

Regiane Maria Senes Franz – Coordenadora

Juliana de Lourenzi Neckel – Gestora

Tania Bini Azevedo Waltrick – Professora

Rosiani de Lourenzi Neckel – Representante da APP

Carina Brandl – Representante dos Pais

– CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARTHUR BRUNO JANDT

Regiane Maria Senes Franz – Coordenadora

Luciane Gambeta Passig – Gestora

Carla Rosane Tholl – Professora

Scheila Daiana Porto – Representante da APP

Mariane Fernandes da Rosa – Representante dos Pais

– CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGINOLF BELL

Regiane Maria Senes Franz – Coordenadora

Neide Aparecida Fuechter Schweder – Gestora

Aline Liana Jabs – Professora

Adriana Ramos – Representante da APP
Simara Verdi Ewald – Representante dos Pais

– CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ALBERTO BALDUÍNO BARCHFELD

Regiane Maria Senes Franz – Coordenadora
Danieli Duarte da Silva – Gestora
Debora de Souza Klaumann – Professora
Marinês Steuck – Representante da APP
Ariane Lenzi Conink – Representante dos Pais

– CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO JESUS

Luiza Carolina Samagaia – Coordenadora
Glaucia Jaqueline Bodem-Iler Marcelino – Gestora
Fabiana da Croce – Professora
Luana Goedert Hasse – Representante da APP
Samanta Luana Hillesheinn – Representante dos Pais

– CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARTHUR KROENKE

Luiza Carolina Samagaia – Coordenadora
Laura Enedina Venâncio Prim – Gestora
Simone Deves Venturi – Professora
Sabrina Iolanda Jeremias Kolm – Representante da APP
Aline da Silva – Representante dos Pais

– CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGUINHO DE GENTE

Luiza Carolina Samagaia – Coordenadora
– Gestora
Suellen Hoffmann – Professora
Katia de Lima – Representante da APP
– Representante dos Pais

– CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GENTE MIÚDA

Luiza Carolina Samagaia – Coordenadora
Sônia da Veiga Corrêa – Gestora
Tatiana da Silva Zwicker – Professora
Cristiano Conink – Representante da APP
Adriano Henrique da Mota – Representante dos Pais

– CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CINDERELA

Luiza Carolina Samagaia – Coordenadora
Rosalina Brandl – Gestora
Taina K-ster – Professora
Gislaine Schwambach – Representante da APP
Naiara Andreazza Bairros – Representante dos Pais

– CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOHANNE SCHÜTTE

Luiza Carolina Samagaia – Coordenadora
Luiza Carolina Samagaia – Gestora
Crisneide Policarpo da Cunha dos Santos – Professora
Letícia Schneider – Representante da APP
Anderson Bertolino – Representante dos Pais

– CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHARLOTTE ILSE SCHINDLER

Luiza Carolina Samagaia – Coordenadora
Luiza Carolina Samagaia – Gestora
Maria Marlete Bini Marcelino – Professora
Viviane Eidt – Representante da APP
Dirce Marisa Heidrich Amâncio – Representante dos Pais

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 14 de agosto de 2020.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR

Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 2137/2020

Publicação Nº 2611070

DECRETO Nº 2137, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre declaração de utilidade pública de lote urbano denominado Parte " A" da Praça 20 de Setembro, situada na Cidade de Tunápolis com Área de 9.975,00 m2 (Nove mil, novecentos e setenta e cinco) metros quadrados.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal , em especial o disposto em seus artigos 4º e 63,
DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de construção de Praça Esportiva, lote urbano denominado Parte " A" da Praça 20 de Setembro, situada na Cidade de Tunápolis com Área de 9.975,00 m2 (Nove mil, novecentos e setenta e cinco) metros quadrados, matrícula nº 17.274 do Ofício de Registro de Imóveis de Itapiranga, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 19 de Agosto de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Este ato foi Publicado
na presente data

BRUNO LENGERT
Secretário de Administração.

REAJUSTE.AUTO POSTO PITANGA R\$ 3.33

Publicação N° 2610298

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA
Relação de Apostilamento de Itens

Página: 1/1
Data: 18/08/2020

TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato nº: 09/2020
Processo nº: 350/2019
Contratada: Auto Posto Pitanga Ltda CNPJ/CPF: 03.920.016/0001-00
Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, em conformidade com as especificações dos

OBJETO DO APOSTILAMENTO:

Houve AUMENTO do preço no preço do Óleo diesel S-500 e as partes, de comum acordo com a Lei nº 10.520/2002, Lei 8.666/93, cominada com a Lei nº 8.883/94, e contrato 09/2020 Apostilam/AUMENTO do valor unitário do óleo diesel S-500 da presente da Licitação Pregão Presencial nº 210/2019 em conformidade com as notas fiscais anexas comprovando o aumento concedido pelo Governo Federal, sendo os valores atualizados conforme segue : Óleo diesel S500 de R \$ 3,27(três reais e vinte sete centavos), para R\$ 3,33(três reais e trinta e três centavos)

Item	Descrição	Unid.	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual
1	Óleo Diesel Comum, a ser entregue	LT	3,27	3,33

Tunápolis, 19 de Agosto de 2020

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2020 - APROVA CONTAS 2018**

Publicação Nº 2610044

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2020

APROVA AS CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, RELATIVO AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno Cameral e a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do município que o Plenário aprovou e a Mesa promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Executivo Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, relativo ao exercício financeiro de 2018, em conformidade com o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, exarado no Processo @PCP 19/00208579

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis,
Em 17 de agosto de 2020.

GUSTAVO LAWISCH ARNO MÜLLER
Presidente Vice-Presidente

ALOÍSIO JOSÉ LEHMEN LOIVO FRANCISCO ZOZ
1º Secretário 2º Secretário

PROMULGAÇÃO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Publicação Nº 2610079

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 04, de 10 de agosto de 2020.

Altera a Lei Orgânica Municipal, de 05 de dezembro de 2000, e contém outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 2º, do art. 35 da Lei Orgânica Municipal, e do art. 52, II do Regimento Interno Cameral, promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º. O artigo 218 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

" [...]

Art. 218 Os lotes urbanos terão suas medidas mínimas estabelecidas em legislação específica de parcelamento do solo do Município.

Parágrafo único: Na referida legislação o desmembramento de lotes urbanos obedecerá as medidas definidas na mesma, onde cada lote deverá obrigatoriamente confrontar com uma rua ou servidão de passagem ao menos, sendo que cada desmembramento será aprovado mediante alvará específico emitido pelo setor de engenharia do Município."

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2020.

GUSTAVO LAWISCH ARNO MÜLLER
Presidente Vice-Presidente

ALOÍSIO LEHMEN LOIVO ZOZ
1º Secretário 2º Secretário

Turvo

PREFEITURA

2ªTA AO CONTRATO Nº05/2020 FMS

Publicação Nº 2610534

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de saúde de Turvo/SC

Extrato do Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Turvo

Contratado: Luhema Construtora e Incorporadora Ltda

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a alteração do valor estabelecido no Contrato nº 05/2020

Valor: O valor previsto na Clausula Quinta do contrato original, acrescido do Primeiro Termo Aditivo, de R\$ 1.059.081,24 (um milhão, cinquenta e nove mil, oitenta e um reais e vinte e quatro centavos), fica acrescido de R\$ 136.229,08 (cento e trinta e seis mil, duzentos e vinte e nove reais e oito centavos), totalizando em R\$ 1.195.310,32 (um milhão, cento e noventa e cinco mil, trezentos e dez reais e trinta e dois centavos).

Turvo/SC, 18/08/2020

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIBILIDADE DE CHAMAMENTO 03/2020

Publicação Nº 2610162

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIBILIDADE DE CHAMAMENTO nº 03/2020

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento é a celebração de parceria com a Associação dos Pilotos de Tratores Turvense - APITTUR, inscrita no CNPJ sob o nº 08.848.719/0001-99, com sede em Turvo/SC, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, para o exercício de 2020, que envolve a transferência de recursos financeiros à referida Organização da Sociedade Civil - OSC no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

RESUMO: Termo de Fomento com a Associação de Pilotos de Tratores Turvense - APITTUR.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada." Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil. Sendo assim, a Associação dos Pilotos de Tratores Turvense - APITTUR, reconhecida como associação civil, sem fins lucrativos, há mais de 14 (quatorze) anos, promove arrancada de tratores, bem como, outras competições relacionadas a máquinas agrícolas, promovendo a seus associados recreação social, esportiva e cultural. Com isso, se observa que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da APITTUR, ora avaliados, são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho, inclusive, ao requerimento de credenciamento. O plano de trabalho cumpre os requisitos legais exigidos, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada. A Associação dos Pilotos de Tratores Turvense - APITTUR, como referido, desenvolve suas atividades há vários anos, sendo de importante valia e de fundamental necessidade, registrar a reciprocidade de interesse das partes, em mútua cooperação, desta parceria. Se observa, pelo Plano apresentado, a viabilidade de sua execução. A Lei Municipal nº 2.407/2020, reconheceu, inclusive, a entidade como Organização da Sociedade Civil, autorizando a celebração da presente parceria. A comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizar a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos, que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos. Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, o que no caso está presente todos os requisitos para a Inexigibilidade do Chamamento Público, fundamentado no art. 31, II, do mesmo Diploma Legal. Turvo - SC, 13 de agosto de 2020. Tiago Zilli - Prefeito Municipal

PORTARIA 216/2020

Publicação Nº 2610789

PORTARIA Nº 216/20, de 17 de Agosto de 2020.

EXONERA A PEDIDO, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Agente Comunitário de Saúde, nomeado



temporariamente através do Processo Seletivo nº 002/2019 - SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 179/20 de 28.07.2020, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME CPF MATRICULA

Vivian Maria Lozada Clavel 083.170.071-89 4722

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de agosto de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças.

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA LICITAÇÃO Nº 42/2020 – TOMADA DE PREÇOS

Publicação Nº 2610431

Estado de Santa Catarina

Município de Turvo

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

LICITAÇÃO Nº 42/2020 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Execução das obras de recuperação viária de trecho da TVO 357 - São Luiz, no município de Turvo/SC.

A Comissão de Licitação do Município de Turvo torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas de preços, da Licitação nº 42/2020 – Tomada de Preços, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO de todas as empresas participantes: em 1º lugar, a proposta da empresa LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA ME, com o valor global de R\$ 727.145,91 (setecentos e vinte e sete mil, cento e quarenta e cinco reais e noventa e um centavos), e em 2º lugar, a proposta da empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A., com o valor global de R\$ 738.590,88 (setecentos e trinta e oito mil, quinhentos e noventa reais e oitenta e oito centavos).

Turvo/SC, 18 de agosto de 2020.

Roberto Carlos Patel

Presidente da Comissão de Licitação

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO Nº41 TP - DESERTA

Publicação Nº 2610049

Estado de Santa Catarina

Município de Turvo

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

LICITAÇÃO Nº 41/2020 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Execução das obras de adequação de estrada vicinal com pavimentação asfáltica de trecho da TVO 367 na comunidade de Rio Aparecida – Trecho 3, no município de Turvo/SC.

A Comissão de Licitação do Município de Turvo/SC torna público o resultado do julgamento dos documentos de habilitação e proposta de preços da Licitação nº 41/2020 – TP, que até o horário de recebimento dos envelopes de habilitação e propostas, nenhuma empresa manifestou interesse na participação, restando DESERTA a presente Licitação.

Turvo/SC, 18 de agosto de 2020.

Roberto Carlos Patel

Presidente da Comissão de Licitação

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 45/2020 - PREGÃO Nº 27/2020

Publicação Nº 2609630

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 45/2020

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 27/2020

Tipo: Menor Preço/global

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONSERTOS E MONTAGENS DE PNEUS, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONVENIADOS E OU CEDIDOS LEGALMENTE, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.

Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 08 de setembro de 2020.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 08 de setembro de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:00 às 13:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaodoeste.sc.gov.br, ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br

União do Oeste - SC, 17 de agosto de 2020.

CELSO MATIELLO

PREFEITO MUNICIPAL

Urubici

PREFEITURA

EXTRATO ATA 08/2020 E 09/2020 DO PE 011/2020

Publicação N° 2610282

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 019/2020
PROCESSO DE COMPRA N° 018/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2020
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de preços para aquisições futuras de água mineral e gás liquefeito de petróleo, com fornecimento parcelado, para atender as necessidades das Secretarias, conforme anexo 01 do edital. Extrato da Ata 008/2020. Fornecedor: Santa Catarina Comércio Atacadista de Alimentos Ltda. CNPJ: 35.436.093/0001-86. Valor Total Estimado: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais). Extrato da Ata 009/2020. Fornecedor: Warmling & Silva Distribuidora de Gás Ltda ME. CNPJ: 10.696.549/0001-16. Valor Total Estimado: R\$ 57.471,00 (cinquenta e sete mil quatrocentos e setenta e um reais). Validade: 12 (doze) meses. Cumpridas as formalidades, publique-se para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli-Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

DECRETO GP/Nº 73/2020

Publicação Nº 2610248

DECRETO GP/Nº 73, DE 10 DE JULHO DE 2020.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto GP/Nº 70, de 13 de setembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 9, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 5º, letra "i", e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1.941,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado as confrontações do art. 1º do Decreto GP/Nº 70, de 13 de setembro de 2019, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

"I – uma área de terras de 5.512,73m² (cinco mil quinhentos e doze metros e setenta e três centímetros quadrados), inserida dentro da área total do imóvel registrado sob a matrícula nº 32.732, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga, de propriedade de Cerâmica Belém Ltda (CNPJ nº 80.742.307/0001-05), com as seguintes confrontações:

NORTE: 23,83m com terras do Município de Urussanga;

SUL: 29,84m com terras da Rodovia SC 455 – Genésio Mazon;

LESTE: 228,63 com terras da Área Remanescente (Cerâmica Belém Ltda);

OESTE: 241,00m com terra de Adelino José De Noni e outros."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 10 de julho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

ALECKSSANDRA MACCARI RODRIGUES

Secretária de Administração

DECRETO GP/Nº 77/2020

Publicação Nº 2609904

DECRETO GP/Nº 77, DE 16 DE JULHO DE 2020.

Suplementa item orçamentário do orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - Samae e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 2.913, de 04 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, na importância mencionada, a seguinte dotação do orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
4.031	3.3.93.00.00.00.00.3070	R\$ 18.000,00

Art. 2º Para dar suporte à suplementação mencionada no artigo anterior, fica anulado.

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
4.031	3.1.71.00.00.00.00.3070	R\$ 18.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, em 16 de julho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2020, 33/2020

Publicação Nº 2608412

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 18/2020 Pregão Presencial 14/2020 - Ata de Registro de Preços nº 32/2020, 33/2020, visando registrar preço para aquisição de artefatos de cimento, novos e de boa qualidade, de acordo com o edital e seus anexos, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3061 de 21/02/2020, Pág. nº 1630, 1631, 1632, 1633 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 19/02/2021
3ª Publicação

PORTARIA GP/Nº 108-A/2020

Publicação Nº 2609445

PORTARIA GP/Nº 108-A, DE 1º DE ABRIL DE 2020.

Prorroga o contrato de trabalho da servidora RAQUEL PATRÍCIA DIAS DE JESUS, ocupante da função de Monitor Escolar-ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 2.777/2016, 2.680/2014, Portaria GP/Nº 345, de 1º de outubro de 2019 e conforme Edital nº 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o contrato de trabalho da servidora RAQUEL PATRÍCIA DIAS DE JESUS, ocupante da função de Monitor Escolar – ACT, na Secretaria de Educação, no período de 1º de abril de 2020 a 11 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 1º de abril de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração ao primeiro dia do mês de abril de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 172/2020

Publicação Nº 2609442

PORTARIA GP/Nº 172, DE 3 DE JULHO DE 2020.

Contratar temporariamente o servidor REALDO SABINO MEDEIROS, para atuar na vaga de Agente de Conservação Urbana e Predial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014, com base na Exposição de Motivos SMI nº 06/2020 e na Comunicação Interna nº 27/2020-JUR, bem como no Parecer Jurídico nº 51/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente o servidor REALDO SABINO MEDEIROS, para atuar na vaga de Agente de Conservação Urbana e Predial, na Secretaria de Infraestrutura, com carga horária de 40 horas/semanais, em substituição ao servidor Salezio Feliciano, afastado por fazer parte do Grupo de Risco do COVID-19, a partir de 2 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 3 de julho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JUCEMAR SANGALETTI
Secretária Municipal de Infraestrutura

Registrada na Secretaria de Administração aos três dias do mês de julho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 174/2020

Publicação Nº 2609454

PORTARIA GP/Nº 174, DE 7 DE JULHO DE 2020.

Nomeia o servidor IVAN VIEIRA para o cargo de Diretor de Planejamento e Administração I, na Secretaria de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2.777, de 27 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor IVAN VIEIRA para o cargo de Diretor de Planejamento e Administração I, vinculado a Secretaria de Saúde, a partir de 7 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 7 de julho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração aos sete dias do mês de julho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 181/2020

Publicação Nº 2609463

PORTARIA GP/Nº 181, DE 14 DE JULHO DE 2020.

Concede licença maternidade as servidoras KATRINI CITTADIN BARDINI, ocupante do cargo de Médico Pediatra.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, conforme artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho c/c com a Lei nº 2.776, de 27 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença maternidade a servidora KATRINI CITTADIN BARDINI, ocupante do cargo de Médico Pediatra, na Secretaria de Saúde, no período de 09 de julho de 2020 a 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 09 de julho de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 14 de julho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos catorze dias do mês de julho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 182/2020

Publicação Nº 2609449

PORTARIA GP/Nº 182, DE 14 DE JULHO DE 2020.

Exonera do cargo, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora efetiva TANIA LEA SCHMITZ SILVA, ocupante do cargo de Professor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do cargo, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora efetiva TANIA LEA SCHMITZ SILVA, ocupante do cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir de 1º de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 1º de julho de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 14 de julho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEAPARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos catorze dias do mês de julho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 183/2020

Publicação Nº 2609451

PORTARIA GP/Nº 183, DE 14 DE JULHO DE 2020.

Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora MARISTELA DE OLIVEIRA NUNES FERNANDES, ocupante da vaga Agente Comunitário de Saúde – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 6º da Lei 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde a servidora MARISTELA DE OLIVEIRA NUNES FERNANDES, ocupante da vaga Agente Comunitário de Saúde – ACT, na Secretaria de Saúde, a partir de 7 de julho de 2020.

Art. 2º Ao retorno do servidor as suas atividades, cessam os efeitos da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 7 de julho de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 14 de julho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretária Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos catorze dias do mês de julho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 184/2020

Publicação Nº 2609448

PORTARIA GP/Nº 184, DE 14 DE JULHO DE 2020.

Concede licença maternidade a servidora AMANDA BONETTI AMÉRICO, ocupante da vaga de Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, conforme artigo 7º da Lei nº 2.860, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença maternidade a servidora AMANDA BONETTI AMÉRICO, ocupante da vaga de Professor – ACT, na Secretaria de Educação, no período de 12 de julho de 2020 a 7 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 12 de julho de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 14 de julho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEAPARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos catorze dias do mês de julho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 186/2020

Publicação Nº 2609455

PORTARIA GP/Nº 186, DE 17 DE JULHO DE 2020.

Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora MARIA APARECIDA MAGALHÃES, ocupante da vaga Agente DE Serviços Gerais – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 6º da Lei 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde a servidora MARIA APARECIDA MAGALHÃES, ocupante da vaga Agente DE Serviços Gerais – ACT, na Secretaria de Saúde, a partir de 17 de julho de 2020.

Art. 2º Ao retorno do servidor as suas atividades, cessam os efeitos da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 17 de julho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretária Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezessete dias do mês de julho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 187/2020

Publicação Nº 2609444

PORTARIA GP/Nº 187, DE 20 DE JULHO DE 2020.

Contratar temporariamente o servidor EDSON LUIZ RODRIGUES, para atuar na vaga de Agente de Construção Civil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014, com base na Exposição de Motivos SMI nº 07/2020, bem como no Parecer Jurídico nº 51/2020,

RESOLVE:

Art. 4º Contratar temporariamente o servidor EDSON LUIZ RODRIGUES, para atuar na vaga de Agente de Construção Civil, na Secretaria de Infraestrutura, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 20 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 20 de julho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JUCEMAR SANGALETTI
Secretária Municipal de Infraestrutura

Registrada na Secretaria de Administração aos vinte dias do mês de julho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 188/2020

Publicação Nº 2609459

PORTARIA GP/Nº 188, DE 24 DE JULHO DE 2020.

Exonera da função, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora TAMARA GONÇALVES DA ROSA, ocupante da vaga de Médico Clínico Geral/ESF – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e com base na Portaria GP/Nº 155, de 18 de junho de 2020 e de acordo com as informações constante no Processo Administrativo nº 830/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora TAMARA GONÇALVES DA ROSA, ocupante da vaga de Médico Clínico Geral/ESF – ACT, na Secretaria de Infraestrutura, a partir de 24 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 24 de julho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e quatro dias do mês de julho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 189/2020

Publicação Nº 2609441

PORTARIA GP/Nº 189, DE 24 DE JULHO DE 2020.

Concede licença para concorrer a cargo eletivo, ao servidor THIAGO MUTINI, ocupante do cargo Assistente Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, com base no artigo 119 da Lei Complementar nº 14, de 27 de setembro de 2016 e de acordo com as informações constante no Processo Administrativo nº 653/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para concorrer a cargo eletivo, ao servidor THIAGO MUTINI, ocupante do cargo Assistente Administrativo, na Secretaria de Administração, pelo período de três meses, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 24 de julho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

ALECKSSANDRA MACCARI RODRIGUES
Secretário Municipal de Administração

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e quatro dias do mês de julho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 190/2020

Publicação Nº 2609461

PORTARIA GP/Nº 190, DE 24 DE JULHO DE 2020.

Concede licença para concorrer a cargo eletivo, a servidora ROBERTA FURLAN BORGES DE BETTIO, ocupante da vaga de Técnico em Enfermagem/ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, com base na Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 20.632, de 23 de maio de 2020 e de acordo com as informações constante no Processo Administrativo nº 793/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para concorrer a cargo eletivo, a servidora ROBERTA FURLAN BORGES DE BETTIO, ocupante da vaga de Técnico em Enfermagem/ESF, na Secretaria de Saúde, pelo período de três meses, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 24 de julho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e quatro dias do mês de julho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º 38/2020/PMU

Publicação Nº 2610272

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º 38/2020/PMU

A Prefeitura Municipal de URUSSANGA torna público, para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU O EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2020/PMU, que tem por finalidade o registro de preços para fins de contratação de empresa, para, sob demanda, prestar serviços de manutenção e conservação de logradouros públicos, com fornecimento de equipamentos e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, para o município de Urussanga, de acordo com o edital e seus anexos. Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em 07/08/2020. A retificação se refere a data de abertura inicialmente estabelecida, sendo a mesma prorrogada para o dia 31/08/2020. Foi promovida a retificação em função de algumas alterações conforme constam no edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 08h30min do dia 31/08/2020 no setor de licitações desta Prefeitura Municipal, localizada na Praça da Bandeira, n.º 12, Urussanga – SC, somente em dias úteis.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 09h00 do dia 31/08/2020, no mesmo local da entrega dos envelopes.

Luis Gustavo Cancellier – Prefeito Municipal

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2020 A Nº 48/2020

Publicação Nº 2610173

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 50/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MOACIR BERTOL & CIA LTDA- ME

CNPJ: 10.286.385/0001-59

OBJETO: Registro de Preços com validade de 06 (seis) meses, para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar para a rede municipal de ensino de Vargeão, SC e gêneros alimentícios destinados aos programas de manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

VALOR: 109.936,00 (cento e nove mil, novecentos e trinta e seis reais)

VIGÊNCIA DA ATA: A partir de 18 de Agosto de 2020 até 17 de Fevereiro de 2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações.

Vargeão, SC, 18 de Agosto de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 50/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: VANDERLEI PAVAN - ME

CNPJ: 07.348.909/0001-84

OBJETO: Registro de Preços com validade de 06 (seis) meses, para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar para a rede municipal de ensino de Vargeão, SC e gêneros alimentícios destinados aos programas de manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

VALOR: 85.612,00 (oitenta e cinco mil, seiscentos e doze reais)

VIGÊNCIA DA ATA: A partir de 18 de Agosto de 2020 até 17 de Fevereiro de 2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações.

Vargeão, SC, 18 de Agosto de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 50/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: NSC COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI

CNPJ: 33.842.718/0001-84

OBJETO: Registro de Preços com validade de 06 (seis) meses, para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar para a rede municipal de ensino de Vargeão, SC e gêneros alimentícios destinados aos programas de manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

VALOR: 24.936,00 (vinte e quatro mil, novecentos e trinta e seis reais)

VIGÊNCIA DA ATA: A partir de 18 de Agosto de 2020 até 17 de Fevereiro de 2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações.

Vargeão, SC, 18 de Agosto de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 1070/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609529

DECRETO MUNICIPAL Nº 1070/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

ALTERA O DECRETO Nº 1.066/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, Prefeita do Município de Vargem, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 100, inciso VII da Lei Orgânica, e:

CONSIDERANDO que a matriz de risco sanitário de 11 de agosto de 2020, metodologia proposta pelo COES/SC, aponta informações que classificam a região do meio Oeste de Santa Catarina como “de risco gravíssimo”, exigindo medidas restritivas relacionadas ao isolamento social e medidas relacionadas a testagem, busca ativa de casos suspeitos e rastreamento de contatos;

CONSIDERANDO que as dimensões isolamento social, ampliação de leitos e de UTI, investigação, testagem e isolamento de casos, atingiram o nível 4 (máximo) na região Meio Oeste, conforme indicadores da ferramenta Matriz de Avaliação do Risco Potencial Regional, exigem a tomada de medidas urgentes;

CONSIDERANDO toda a fundamentação apresentada quanto aos dados estatísticos expostos na plataforma digital de acompanhamento do Estado analisados conjuntamente pelo COES Regional (COES MO), dados levantados pela equipe de epidemiologia que refletem a situação atual da pandemia região, a iminência de um colapso na rede de leitos de UTI e as recomendações emanadas pelo alerta do COES Estadual;

CONSIDERANDO que a região meio oeste apresenta nível máximo 4 na dimensão “Investigação, testagem e isolamento de casos” da matriz de risco da Secretaria de Estado da Saúde, e aponta a testagem, a busca ativa de casos suspeitos e o rastreamento de contatos como providências a serem tomadas pela região de saúde para diminuição do indicador;

CONSIDERANDO a reunião de trabalho de forma virtual, dos Prefeitos da região da Associação do Meio Oeste Catarinense - AMMOC e da Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina - AMPLASC, juntamente a CIR - Comissão Intergestores Regional de Saúde, realizada no dia 13 de agosto de 2020;

DECRETA:

Art. 1º- Ficam adotadas as Recomendações 003 e 004 de 12 de agosto de 2020 do Centro de Operações de Emergência em Saúde da Região do Meio Oeste (COES MO) para o enfrentamento do COVID-19, principalmente quanto a ampliação de testagem, visando intensificar a busca ativa de casos suspeitos e o rastreamento de contatos.

Art. 2º Ficam prorrogadas até dia 24/08/2020, as medidas restritivas previstas no inciso II do art 1º do Decreto nº 1.066 de 31 de julho de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 14 de agosto de 2020.

Milena Andersen Lopes Becher,
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli, Secretária Municipal de Administração e Finanças.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2020/FMS - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020/FMS

Publicação Nº 2609536

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE VARGEM

Processo Licitatório nº 14/2020/FMS - Edital de Pregão Presencial nº 10/2020/FMS

Objeto: Contratação de serviços de ortopedia.

Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 13h30min do dia 01/09/2020, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra.

Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Angela Maria dos Passos Alves – Gestora do FMS.

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N° 069/2020

Publicação N° 2610586

DECRETO N.º 069/2020, de 18 de agosto de 2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MELANIA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.176/2019 de 20 de novembro de 2019:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde

Modalidade 31900.00.00.01.0038.0021 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Modalidade 33900.00.00.01.0038.0021 – Aplicações Diretas R\$ 221.124,01

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do excesso de arrecadação, relativo a Portaria nº 1.666/2020 de 01 de julho de 2020, na Fonte de Recursos 0038.0021 – Transferência de Recursos do SUS União – Coronavírus – Covid-19, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 521.124,01

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 18 de agosto de 2020

MELANIA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 19/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

DECISÃO RECURSO PROCESSO 045/2020 TP 011/2020

Publicação N° 2610169

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA****DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO****PROCESSO LICITATÓRIO N° 045/2020****TOMADA DE PREÇOS N° 011/2020****Recorrente: L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME****Interessado: Município de Vargem Bonita – SC****OBJETO: Construção da Rede Elétrica de distribuição para o Loteamento Bom Jesus, localizado na cidade de Vargem Bonita – SC.****I. DAS PRELIMINARES**

Trata-se de Recurso interposto pela empresa L E Z Comércio e Instalações Elétricas Ltda ME, por meio de seu procurador legal, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, em face de exigência de CRC da Celesc – Código 2.1.43 – Serviços de Construção e reforma de Rede de Distribuição em Redes Energizadas.

II. DOS FATOS

O Edital do Processo Licitatório em epígrafe, em seu item 9.5 relaciona os documentos necessários à habilitação técnica dos licitantes interessados em concorrer no processo licitatório. No sub-item 9.5.5, pede o CRC junto à CELESC no Código 2.1.43 - Serviços de construção e reforma de rede de distribuição em redes energizadas, transcrito:

9.5.5 – Comprovante de cadastramento da Proponente junto à CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., nas seguintes atividades:

[...]

2.1.43 – Serviços de construção e reforma de rede de distribuição em redes energizadas;

[...]

O Recurso do Recorrente pretende a exclusão do Edital, da exigência de CRC junto à Celesc no Código 2.1.43 - Serviços de construção e reforma de rede de distribuição em redes energizadas, alegando que “... a obra licitada se trata de instalação/implementação de rede elétrica em loteamento (rede nova), sendo que esta instalação acontece com toda a rede desenergizada, sendo que somente após a sua conclusão é feito a ligação com a rede principal...”

Página 1 de 2

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA****III. DA DECISÃO**

Após análise e consulta junto ao Departamento Técnico responsável pela elaboração do Projeto de Engenharia, como também, revendo a legislação aplicável e com fundamento legal e com base na recomendação da Comissão Municipal de Licitações **DECIDO:**

1. Pelo conhecimento do recurso interposto pela Recorrente L E Z Comércio e Instalações Elétricas Ltda ME.
- 2.
3. **PELO PROVIMENTO** ao Recurso interposto, retirando do Edital a exigência de Cadastro junto à CELESC no **Código 2.1.43 - Serviços de construção e reforma de rede de distribuição em redes energizadas**, do sub-item 9.5.5 do item 9.5 – Documentos relativos à qualificação Técnica.
- 4.
5. **ALTERAR** a data da entrega dos Envelopes e da Sessão Pública de abertura e julgamento da licitação, itens 1.4 e 1.5 do Edital, que passa a vigorar conforme determinação abaixo:

1.4 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES: Os Envelopes da Habilitação (Envelope nº 1) e Proposta de Preços (Envelope nº 2) deverão ser entregues **até às 14h00min do dia 09 de setembro de 2020**, no Departamento Municipal de Compras, Licitações e Contratos, no Paço Municipal, à Rua Cel. Vitório, nº 966, Centro, Vargem Bonita – SC.

1.5 - DA SESSÃO PÚBLICA: A Sessão Pública de Abertura e Julgamento desta Licitação será realizada no endereço, dia e horário abaixo indicado.

Dia: 09 de setembro de 2020.

Horário: 14h00min (catorze horas), Horário de Brasília.

Endereço: Departamento Municipal de Compras, Licitações e Contratos, no Paço Municipal, Rua Cel. Vitório, nº 966, Centro – Vargem Bonita – SC.

6. **MANTER** inalterados os demais itens do Edital.

É o parecer.

Vargem Bonita, 18 de Agosto de 2020.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

PARECER RECURSO 045/2020 TP 011/2020

Publicação N° 2610122

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA****PARECER DA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
RECURSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO****PROCESSO LICITATÓRIO N° 045/2020****TOMADA DE PREÇOS N° 011/2020****Recorrente: L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME****Interessado: Município de Vargem Bonita – SC****OBJETO: Construção da Rede Elétrica de distribuição para o Loteamento Bom Jesus, localizado na cidade de Vargem Bonita – SC.****I. DAS PRELIMINARES**

Trata-se de Recurso interposto pela empresa L E Z Comércio e Instalações Elétricas Ltda ME, por meio de seu procurador legal, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, em face de exigência de CRC da Celesc – Código 2.1.43 – Serviços de Construção e reforma de Rede de Distribuição em Redes Energizadas.

II. DOS FATOS

O Edital do Processo Licitatório em epígrafe, em seu item 9.5 relaciona os documentos necessários à habilitação técnica dos licitantes interessados em concorrer no processo licitatório. No sub-item 9.5.5, pede o CRC junto à CELESC no Código 2.1.43 - Serviços de construção e reforma de rede de distribuição em redes energizadas, transcrito:

9.5.5 – Comprovante de cadastramento da Proponente junto à CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., nas seguintes atividades:

[...]

2.1.43 – Serviços de construção e reforma de rede de distribuição em redes energizadas;

[...]

O Recurso do Recorrente pretende a exclusão do Edital, da exigência de CRC junto à Celesc no Código 2.1.43 - Serviços de construção e reforma de rede de distribuição em redes energizadas, alegando que “... a obra licitada se trata de instalação/implementação de rede elétrica em loteamento (rede nova), sendo que esta instalação acontece com toda a rede desenergizada, sendo que somente após a sua conclusão é feito a ligação com a rede principal...”

Página 1 de 2



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

III. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise e consulta junto ao Departamento Técnico responsável pela elaboração do Projeto de Engenharia, como também, revendo a legislação aplicável e com fundamento legal **RECOMENDAMOS**:

1. Pelo conhecimento do recurso interposto pela Recorrente L E Z Comércio e Instalações Elétricas Ltda ME;
2. **PELO PROVIMENTO** ao Recurso interposto, recomendando ao mesmo tempo, abertura de novo prazo para abertura do Processo, tendo em vista que as alterações no Edital interferem na elaboração das propostas.

É o parecer.

Vargem Bonita, 18 de Agosto de 2020.

JANAINE ANTUNES DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Municipal de Licitações

Vidal Ramos

PREFEITURA

DECRETO 3333/2020

Publicação Nº 2609708

DECRETO Nº. 3.333/2020, de 03 de Agosto de 2020

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2020 POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODILMAR DE SOUZA, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade a Lei Municipal nº. 2.022/2019, de 19 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$. 150.000,00 com a seguinte classificação no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos:

1001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDAL RAMOS

10.301.1401-2009 – Assistência Médica e Odontológica à População

31.90.00.00.00.00.00.01.0006 – Aplicações Diretas (3) R\$. 150.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Provável Excesso de Arrecadação verificado na Fonte de Recurso 01.0006 – Recursos SUS, na importância de R\$. 150.000,00.

Artigo 3º - Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$. 15.000,00 com a seguinte classificação no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos:

1001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDAL RAMOS

10.301.1401-2009 – Assistência Médica e Odontológica à População

31.90.00.00.00.00.00.01.0888 – Aplicações Diretas (9) R\$. 15.000,00

Artigo 4º – Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Provável Excesso de Arrecadação verificado na Fonte de Recurso 01.0888 – Recursos NASF Estado, na importância de R\$. 15.000,00.

Artigo 5º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 03 de Agosto de 2020.

ODILMAR DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no mural público da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, em 03 de Agosto de 2020.

João Schmitz
Técnico em Contabilidade
CRC/SC nº. 16.129

RESPOSTA RECURSO

Publicação Nº 2611007

RESPOSTA RECURSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2020

RECORRENTE: HEKO CIENTIFICA - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS EIRELI

I - DOS FATOS

Trata-se de Recurso Administrativo Interposto pela empresa HEKO CIENTIFICA - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS EIRELI, contra a empresa vencedora do Certame PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, em segundo lugar ficou a empresa CRITICARE COMERCIO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA e em terceiro lugar ficou a empresa BMI PROSPER EIRELI – EPP, a empresa que entrou com recurso alega que as empresas não atendem o descritivo conforme edital.

II – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Insurge-se a Recorrente contra a empresa vencedora e as que ficaram em segundo e terceiro lugar.

A Recorrente alega que a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Não atende em sensibilidade, é exigido no mínimo de 90% e a bula do fabricante apresenta sensibilidade de 87,9%. Confirmado pelo INCQS que a sensibilidade não atinge o previsto em edital. Na proposta apresentada, informa sensibilidade em desacordo com o informado pelo fabricante do kit.

A empresa CRITICARE COMERCIO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA - Proposta anexada no campo "Proposta em papel" em TOTAL DESACORDO com o edital no que tange descrição do produto, quantitativo (8000 testes), número do pregão (011/2020). Produto (RMS 80335660001): registro é emergencial e não padrão, conforme solicitado pelo edital. O fabricante Beijing Lepu Medical possui vários lotes "NÃO CONFORME" na avaliação INCQS, onde a sensibilidade e especificidade informadas na instrução de uso não atendem o exigido, avaliações a especificidade varia entre 69% e 90%.

A empresa BMI PROSPER EIRELI – EPP - O produto ofertado é fabricado pela Wuhan Easydiagnosis e não atende ao critério sensibilidade mín. de 90%(IgM = 54,32%) e possui análises "NÃO CONFORME" no INCQS.

Em razão de todo o exposto, requer-se que seja DADO PROVIMENTO ao presente recurso.

III – DA ANÁLISE DO RECURSO

1 - No exame do recurso impetrado junto à FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, em decorrência do resultado do Pregão eletrônico nº 02/2020, o Pregoeiro Eduardo Thechrin, tem o seguinte para Esclarecer:

a) a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA foi vencedora para o item do certame.

b) Após análise da documentação verificou-se que realmente não atende a especificação do edital com relação ao questionado pela empresa Heko.

c) Ao ser constatada que a proposta vencedora não atende o edital, o pregoeiro inabilitou a vencedora o segundo e terceiro colocado também, pois conforme conferência da documentação por Enfermeiro que trabalha na nossa unidade, nenhuma das três atende o descritivo do edital e declarou o 4º colocado vencedor do item.

d) A Empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CRITICARE COMERCIO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA e BMI PROSPER EIRELI – EPP, não apresentaram antes do final da sessão da interposição de recursos que ia até dia 14/08/2020, nenhuma defesa, pois as mesmas eram citadas no recurso interposto pela empresa Heko, o que lhe foi concedido no prazo estabelecido pela Lei.

e) Após recebimento do recurso da empresa HEKO CIENTIFICA - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS EIRELI, foi concedido igual período as empresas 2º colocada e 3º colocada para apresentação de Contrarrazões ao Recurso Administrativo, pois as mesmas eram citadas no recurso interposto. E nenhuma o fez.

IV – DA CONCLUSÃO

Em face do acima exposto, FICA ACOLHIDO o recurso impetrado pela empresa HEKO CIENTIFICA - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS EIRELI, dando assim prosseguimento ao processo licitatório e a tornando vencedora do certame, pois a mesma atende as condições do edital.

Vidal Ramos, 18 de agosto de 2020.

EDUARDO THECHRIN
Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA Nº. 36/2020

Publicação Nº 2610849

SECRETARIA DA FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA nº. 36/2020

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições e em conformidade ao previsto na Lei Orgânica no seu artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) no artigo 87, §2º, e no Código Tributário Nacional, artigo 198, §3º, II, NOTIFICA o contribuinte abaixo relacionado, por não ter sido encontrado no endereço de seu cadastro fiscal, da inscrição em Dívida Ativa referente aos créditos tributários vencidos, provenientes de Notificação de Tributos Municipais:

A inscrição em Dívida Ativa será efetuada com os acréscimos previstos na legislação tributária do município e sua execução fiscal far-se-á independentemente de nova notificação.

Contribuinte: KAIRO GOMES LEAL

CPF: 091.913.457-23 Inscrição Municipal: 0

Endereço Pessoal: Rua Nicolau Cavon, 188 – Apto 305 Bairro: Centro - Município de Videira/SC

Endereço Profissional: Rua Saul Brandalise, 50 – 1º Andar Bairro – Centro – Município de Videira/SC

Notificação de Lançamento de Tributos Municipais nº 89/2020

Data de emissão: 26/05/2020.

Valor R\$ 2.391,10

Descrição do fato gerador Sujeito passivo sem inscrição no cadastro de contribuintes municipais autônomo, exercendo atividade de prestação de serviços na pessoa física como odontólogo (CD/SC-14054), subitem 4.12 da lista de serviços, deixando de recolher o Imposto Sobre Serviços – ISS, compreendido no período de abril do ano de 2019 a março do ano de 2020, identificados através das fls.06 extraídas das redes sociais, fls.09 apresentadas pelo contribuinte, fls.11 cadastros nacional da pessoa jurídica (CNPJ) da empresa Dente Care Odontologia integrada Ltda., que foi constituída somente em 13/12/2019, fls.12 extraídas do sistema da Prefeitura Municipal de Videira (Cadastro Econômico) em que a empresa teve sua inscrição registrada somente em 12/03/2020, todas anexas ao PA6612/2020 e partes integrantes desta notificação de lançamento. O lançamento do Imposto Sobre Serviços (ISS) foi efetuado por estimativa fixa nos termos do artigo 24, § 3º constante na tabela "B", item 02 do Anexo I da Lei nº 69/85, com vencimento em cada trimestre do ano civil.

Fundamentação Legal: Arbitramento: art. 33, art. 34, 34A, 34B, 34C, 34E, 34F. (Lei 69/85) Infração: Decreto nº 4118/94, art 1º, 8º, parágrafo único, item II; art's 11; 12; 13, 16 e 23, subitem 4.12, 24 § 3º, Anexo III; 26, inciso V, art. 37, inciso II, alínea "a". Lei nº 69/85 - CTM: art. 20 a 23; art. 26, inciso II; art. 27, § 3º item "B" do Anexo I; art. 36, inciso III, art. 39. Multa Infracionária: Lei 69/85: art. 52, inciso I, alínea "c". Atualização e acréscimos legais: Lei 69/85, art 100, inciso I, "b" e inciso II, alínea "b".

Fiscal: Edvans Pasqual – Mat. 15.490

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo ao contribuinte.

Após dez (10) dias do presente edital será promovida a inscrição em Dívida Ativa, sendo encaminhada para os procedimentos de cobrança administrativa através de protesto extrajudicial em cartório nos termos do Decreto 14.005 de 29 de maio de 2017, e/ou posterior Execução Judicial.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de agosto de 2020

Gentil Gaedke

Secretário Municipal da Fazenda

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2020 - PMV

Publicação Nº 2610191

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2020 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2020 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 18/08/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO CURSO INTITULADO "RETENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, IMPOSTO DE RENDA NO FONTE E ISSQN", A SER MINISTRADO PELA EMPRESA "INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS - IGAM" DE FORMA ONLINE, NOS DIAS 20 E 21

DE AGOSTO DE 2020 PARA A SERVIDORA BRUNA ALVES ROARES.

VALOR: R\$ 190,00 (cento e noventa reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, II da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 18 de agosto de 2020

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

PORTARIA Nº 0536/2020

Publicação Nº 2609730

PORTARIA nº 0536/2020

Designa servidor efetivo para substituir servidor comissionado

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 91, da Lei Complementar nº 129/12;

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor ARTHUR PANCERI, matrícula nº 16117, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar Municipal nº 118/11, com carga horária de 40 horas semanais, para substituir a servidora DEISI PAULA CARRARO, matrícula nº 18015, ocupante do cargo comissionado de Assessora Jurídica, criado pela Lei nº 3566/18, com carga horária de 40 horas semanais, no período de férias desta, de 5 de agosto de 2020 até 5 de outubro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 5 de agosto de 2020.

Videira, 17 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

TERMO ADITIVO Nº 129/2020 - PMV

Publicação Nº 2610089

Termo Aditivo nº 129/2020

Contrato/CT nº 194/2019

Processo: PR 122/2019 - PMV

Contratado: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A

Objeto: Reduzir 20% do valor do Contrato Prestação de Serviços nº 194/2019, totalizando o valor de R\$ 20.050,07 (vinte mil, cinquenta reais, e sete centavos) de supressão, e fornecer até 100 Mbps em todos os locais, bem como deixar as interconexões à disposição da Prefeitura Municipal de Videira.

Data: 17/08/2020.

TERMO ADITIVO Nº 130/2020 - PMV

Publicação Nº 2610153

Termo Aditivo nº 130/2020

Contrato/CT nº 231/2019

Processo: TP 27/2019-PMV

Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão de R\$ 16.354,87 (dezesseis mil, trezentos e cinquenta e quatro reais, e oitenta e sete centavos) estando o aditivo dentro do permitido em Lei.

Data: 18/08/2020.

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**TERMO ADITIVO Nº 16/2020 - VISAN**

Publicação Nº 2610307

Termo Aditivo nº 16/2020

Contrato/CT nº 18/2020

Processo: TP 03/2020 - VISAN

Contratado: A.M.A LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão de R\$ 2.142,94 (dois mil, cento e quarenta e dois reais, e noventa e quatro centavos), estando o aditivo dentro do permitido em Lei.

Data: 18/08/2020.

TERMO ADITIVO Nº 17/2020 - VISAN

Publicação Nº 2610798

Termo Aditivo nº 17/2020

Contrato/CT nº 17/2019

Processo: CC 01/2019 - VISAN

Contratado: ATLANTIS SANEAMENTO LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 17/2019, por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 28/08/2020 até 27/08/2021, bem como reajustar o valor contratual com base no IGP-M dos últimos 12 (doze) meses, de agosto/2019 até julho/2020, no percentual de 9,269330%.

Valor: R\$ 6.790.441,22.

Data: 18/08/2020.

Vitor Meireles**PREFEITURA****LEI Nº 1073**

Publicação Nº 2610894

LEI N. 1073 DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar, no exercício de 2020, as seguintes dotações orçamentárias:

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Programa de Saúde na Família, NASF e TFD

31000000.00 – Pessoal e Encargos Social
31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3818 – Portaria 1666 - (COVID-19) R\$ 235.894,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Programa de Saúde na Família, NASF e TFD

33000000.00 – Outras Despesas Correntes
33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3818 – Portaria 1666 - (COVID-19) R\$ 300.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte para suplementação do Artigo 1º desta lei, os recursos Portaria DO Ministério da Saúde nº 1.666, de 1º de julho de 2020, que "Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Coronavírus - COVID 19".

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 18 de agosto de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 210/2020

Publicação Nº 2609810

PORTARIANº 210/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Juliana Knevitze de Souza Paulo	01/12/2018	a	30/11/2019	20/08/2020	a	29/08/2020

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE AGOSTO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 211/2020

Publicação Nº 2610484

PORTARIANº 211/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 13, da Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: PATRICIA TILLMANN LEFFER

Cargo: PROFESSOR NIVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a função de GERÊNCIA DE DIREÇÃO do Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, dentro da Secretaria de Educação, percebendo 20% (vinte por cento) de gratificação com base no vencimento do cargo efetivo, proporcional à carga horária.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 17 de agosto de 2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE AGOSTO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0012/2020

Publicação Nº 2609905

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 0157/2020 – Tomada de Preços nº 0012/2020

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 0012/2020, do tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a Contratação de Empresa de Engenharia para a Reforma do Telhado de aproximadamente 545,94 m² no CEMEI Novo Horizonte, Bairro São Romero, Xanxerê, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com o conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma e Projetos anexos. O recebimento das propostas será até às 08h45min, do dia 04 de setembro de 2020, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê. Retirada do Edital e anexos no website da Prefeitura Municipal www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 18 de agosto de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 838

Publicação Nº 2609541

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 838

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: SOLANGE DA FONSECA, brasileiro (a), União Estável, Técnico de Enfermagem, inscrito no COREN/SC 0683466, portador (a) da identidade nº 2.875.719, e CPF nº 833.342.979-34, residente a Rua Hercílio Luz, 273 Centro – Marema - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 2.286,40 (dois mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 18 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 18 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê Empregado: Solange da Fonseca
JADER ADRIEL DANIELLI CPF: 833.342.979-34

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 004.965.519.14 CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 839

Publicação Nº 2609509

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 839

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: RAFAELA HERRMANN DAUERNHEIMER, brasileiro (a), casado (a), enfermeira inscrito no COREM SC 000.432.879, portador (a) da identidade nº 4.500.879, e CPF nº 081.265.879.54, residente a Rua Oswaldo Cruz, 1359 Centro – Cunha Porã - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE ENFERMEIRO – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de ENFERMEIRO – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 4.058,01 (quatro mil cinq-enta e oito reais e um centavo) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 17 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 17 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê Empregado: Rafaela H. Dauernheimer
JADER ADRIEL DANIELLI CPF: 081.265.879-54

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 004.965.519.14 CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 840

Publicação Nº 2609586

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 840

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: ELISE BERRA, brasileiro (a), solteiro (a), enfermeira inscrito no COREM SC 000.382.043, portador (a) da identidade nº 809.944.865.9, e CPF nº 015.671.500.71, residente a Rua Anita Garibaldi, 147 nº 203 Centro – Xanxere - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE ENFERMEIRO – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de ENFERMEIRO – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 4.058,01 (quatro mil cinq-enta e oito reais e um centavo) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 18 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 18 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: Elise Berra
CPF: 015.671.500-71

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Toniai
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 841

Publicação Nº 2609491

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 841

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: LAURA VELOSO DE LINHARES, brasileiro (a), solteiro (a), Técnico de Enfermagem, inscrito no COREN/SC 001.421.264, portador (a) da identidade nº 6.760.023, e CPF nº 100.834.559-81, residente a Rua Arthur Dambrosio, 81 B. Dos Esportes – Xanxere - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 2.286,40 (dois mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 17 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 17 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê JADER ADRIEL DANIELLI	Empregado: Laura V. de Linhares CPF: 100.834.559-81
--	--

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava CPF: 004.965.519.14	Regina Amalia Gallon Toniai CPF: 705.381.409-25
---	--

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 842

Publicação Nº 2609606

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 842

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: MARINA DA COSTA PEREIRA, brasileiro (a), união estável, enfermeira inscrito no COREM SC 000.253.094, portador (a) da identidade nº 4.957.860, e CPF nº 072.449.499-52, residente a Rua Francisco Brites de Miranda, 618 Ao. 301 Bairro Veneza – Xanxere - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE ENFERMEIRO – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011

e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de ENFERMEIRO – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 4.058,01 (quatro mil cinq-enta e oito reais e um centavo) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 18 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 18 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: Marina da Costa Pereira
CPF: 072.449.499-52

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Toniai
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 843

Publicação Nº 2609416

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 843

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: CARLA ELENA SARTORI OLIVEIRA, brasileiro (a), solteiro (a), Farmacêutico inscrito no CRF - SC 18150, portador (a) da identidade nº 409.445.089.9, e CPF nº 011.831.890-01, residente a Rua Maranhão, Apto 302 Bloco D Ed. Verdes Vales Bairro Castelo Branco – Xanxerê - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE FARMACÊUTICO – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de FARMACÊUTICO – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 4.058,01 (quatro mil cinq-enta e oito reais e um centavo) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 13 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 13 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: Carla Elena S. Oliveira
CPF: 011.831.890-01

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 844

Publicação Nº 2609450

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 844

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: ANDREIA CRUSARO GEREMIA, brasileiro (a), casado (a), Farmacêutica inscrito no CRF - SC 7295, portador (a) da identidade nº 4.384.676, e CPF nº 047.596.599-00, residente a Av. Giacomio Lunardi, 1125 B. Alvorada – Xaxim - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE FARMACÊUTICO – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de FARMACÊUTICO – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 4.058,01 (quatro mil cinq-enta e oito reais e um centavo) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 14 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 14 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: Andreia C. Geremia
CPF: 047.596.599-00

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 845

Publicação Nº 2609488

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 845

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: JULIANA SAMPAIO SPEZZATTO, brasileiro (a), casado (a), Técnico de Enfermagem, inscrito no COREN/SC 001.373.906, portador (a) da identidade nº 4.384.697, e CPF nº 008.822.449-06, residente a Rua Tocantins, 185 B. João Batista Tonial – Xanxerê - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 2.286,40 (dois mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 17 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 17 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: Juliana Sampaio Spezzatto
CPF: 008.822.449-06

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Toniai
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 846

Publicação Nº 2609615

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 846

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: CLAUDETE DA SILVA SANGALLI, brasileiro (a), casado (a), Técnico de Enfermagem, inscrito no COREN/SC 000.883.220, portador (a) da identidade nº 4.579.330-1, e CPF nº 006.945.239-33, residente a Rua Martins Afonso de Souza, 685 – Xanxere - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 2.286,40 (dois mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 18 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 18 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: Claudete da Silva Sangalli
CPF: 006.945.239-33

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 847

Publicação Nº 2609588

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 847

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: CHEILA CRISTINA DA SILVA E SÁ, brasileiro (a), solteiro (a), Técnico de Enfermagem, inscrito no COREN/SC 001.126.488, portador (a) da identidade nº 4.950.882, e CPF nº 044.100.919-05, residente a Rua José Alfredo Oliveira, 130 B. São Jorge – Xanxerê - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 2.286,40 (dois mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 18 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 18 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: Cheila C. Da Silva e Sá
CPF: 044.100.919-05

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 848

Publicação Nº 2609555

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 848

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: DEBORA DARIZ ZNIESKI, brasileiro (a), casado (a), Técnico de Enfermagem, inscrito no COREN/SC 001.042.224, portador (a) da identidade nº 5.249.550, e CPF nº 082.985.749-40, residente a Rua Julio Polese, 808 B. João Winckler – Xanxere - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 2.286,40 (dois mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 18 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 18 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: Debora Dariz Znieski
CPF: 082.985.749-40

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 849

Publicação Nº 2609614

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 849

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) MPREGADO: ADRIANA APARECIDA SCHEFFER GONÇALVES, brasileiro (a), cadado (a), Técnico de Enfermagem, inscrito no COREN/SC 001.088.691, portador (a) da identidade nº 3.882.167.2, e CPF nº 021.984.139-06, residente a Rua Padre Anchieta, 254 B. La Salle – Xanxere - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 2.286,40 (dois mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 18 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 18 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: Adriana Ap. S. Gonçalves
CPF: 021.984.139-06

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Toniai
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 850

Publicação Nº 2609483

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 850

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: JUCIMARA BETLINSKI, brasileiro (a), solteiro (a), Técnico de Enfermagem, inscrito no COREN/SC 000.315.055, portador (a) da identidade nº 4.164.056, e CPF nº 006.181.399-07, residente a Rua Bahia, 343 Aptº 305 B. São Jorge – Xanxere - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 2.286,40 (dois mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 17 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 17 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: Jucimara Betlinski
CPF: 006.181.399-07

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Toniai
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 851

Publicação Nº 2609891

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 851

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: MARLI LERIA MAGISTRALLI, brasileiro (a), casado (a), Técnico de Enfermagem, inscrito no COREN/SC 001.496.247, portador (a) da identidade nº 2.073.067, e CPF nº 944.392.739-04, residente a Rua Antonio Vitorio Giordani, 958 – Xanxere - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 2.286,40 (dois mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 17 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 17 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: Marli Leria Magistralli
CPF: 944.392.739-04

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Toniai
CPF: 705.381.409-25

CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 852

Publicação Nº 2609466

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 852

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: LIDIA DE ARRUDA ANKLER, brasileiro (a), solteiro (a), Técnico de Enfermagem, inscrito no COREN/SC 000.849.106, portador (a) da identidade nº 3.232.713, e CPF nº 014.915.179-99, residente a Rua Armando Marinho, 1370 Bloco G Apto 202 B. São Jorge – Xanxere - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta

obrigação a Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 2.286,40 (dois mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 17 de agosto de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 17 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: Lidia Arruda Ankler
CPF: 014.915.179-99

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Toniai
CPF: 705.381.409-25

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 0050/2020

Publicação Nº 2609911

Extrato Rescisão de Contrato de Prestação de Serviços nº 0050/2020

Contratante: O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: LABORATÓRIO ANALIC LTDA – FILIAL 03

Objeto: Credenciamento para a prestação de serviços de Coleta e Realização de teste rápido COVID-19, com a Dra. Mariana Schneider, CRBM nº 2106, para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Fica rescindindo, de comum acordo com embasamento legal no Art. 78, inciso II da Lei 8.666/93, a partir do dia 21 de agosto de 2020, o Contrato de Prestação de Serviços nº 0050/2020, firmado em 21/05/2020, conforme solicitação em ofício, da Secretária Municipal de Saúde, anexo ao Processo.

Xanxerê-SC, 18 de agosto de 2020. Irene Salete Goralski – Secretária Municipal de Saúde.

PORTARIA 694-2020

Publicação Nº 2609932

PORTARIA Nº 694/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, a partir de 19.08.2020 a 22.09.2020, 35 (trinta e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARCIA PUCCINI VIEIRA, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 1.370.654 e CPF nº 512.521.719-00, nomeada pelo Decreto Municipal nº BLB 295/2011, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se ao período aquisitivo de:

05.12.2017 a 04.12.2018 = 5 dias

05.12.2018 a 04.12.2019 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 18 de Agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO N. 491, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609513

DECRETO N. 491, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, conforme permissivo contido no art. 5º, "a", §1º, I, da Lei Municipal n. 1.715, de 14 de novembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 111.306,74 (cento e onze mil trezentos e seis reais e setenta e quatro centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde
Projeto/Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.1038 – (CR 70) R\$ 111.306,74

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior, na fonte de recursos 03.1038 – Investimentos SUS-União.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, em 19 de agosto de 2020.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal (em exercício)

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

MATHEUS ALVES VIDAL

Auditor de Controle Interno

DECRETO N. 492, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2609520

DECRETO Nº 492, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e conforme permissivo contido no artigo 5º, "a", §1º, inciso III, da Lei Municipal n. 1.715, de 14 de novembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura
Projeto Atividade: 2.015 – Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – (CR 83) R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura
Projeto Atividade: 2.015 – Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – (CR 81) R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xavantina/SC, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2020.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal (em exercício)

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

MATHEUS ALVES VIDAL

Auditor de Controle Interno

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 096/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 024/2020

Publicação Nº 2610038

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 096/2020

EDITAL: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 024/2020

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de empresa para construção de um Complexo Esportivo, localizado junto à Rua Governador Irineu Bornhausen, Bairro Flor, Xaxim, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 03 de setembro de 2020.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 03 de setembro de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, de Segunda à Sexta, das 07h às 13h, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 18 de agosto de 2020. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0031/2020

Publicação Nº 2611031

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0031/2020

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de materiais de construção e ferragens destinados a manutenção de diversos Setores e Órgãos da Prefeitura Municipal de Xaxim.

EMPRESA REGISTRADA	ITENS REGISTRADOS
F.F. COMÉRCIO, REPAROS E REFORMAS LTDA	11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 25, 26, 27, 28, 34, 35, 36, 37, 38 39, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 67, 68, 75, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 136, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 210, 211, 212, 213, 214 e 215.
ADAPT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 18, 19, 20, 21, 22, 29, 30, 31, 33, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 79, 80, 81, 83, 84, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 119, 123, 124, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 156, 157, 158, 167, 168, 169, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 207, 208, 209, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223 e 224.
ELISAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA	8, 9, 10, 70, 71, 72, 73, 82, 145, 146, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166 e 204.
JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA	23, 24, 32, 74, 76, 77, 78, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 144, 152, 153, 154, 155, 184 e 205.
AGROTER AGROPECUÁRIA E FERRAGEM LTDA	48, 51, 120, 121 e 206.

Valor Total Estimado da Ata: R\$ 655.465,00 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Vigência do Registro de Preço: 17/08/2020 a 17/08/2021.

Licitação: Processo de Licitação nº 085/2020 - Pregão Presencial para Registro de Preços 037/2020.

Xaxim/SC, 17 de agosto de 2020. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 0108/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA

Publicação Nº 2610963

DECRETO Nº 0108/2020 DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 6º da Lei nº 0627/2019 de 11 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 24.990,00 (vinte e quatro mil e novecentos e noventa reais) por conta do excesso de arrecadação nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Zortéa:

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

05.04 - DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS

26.782.0018.2.032 - Manutenção de Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.1053.000000 (199) - Aplicações Diretas R\$ 24.990,00

Recursos Transferidos da União - Sem Destinação Específica - 00.01.1053.000000 - R\$ 24.990,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 24.990,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na(s) seguinte(s) Fontes de Recursos:

Recursos Transferidos da União - Sem Destinação Específica - 00.01.1053.000000 - R\$ 24.990,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 24.990,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa - SC, 11 de agosto de 2020.

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

ANDREIA ANTUNES COSTA SARTORI

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto em 11 de agosto de 2020.

Associações

AMAVI

RESOLUÇÃO DIR 011-20 - ALTERA A RESOLUÇÃO 003-2018 QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS E ESTRUTURA DE PESSOAL VIGENTE

Publicação Nº 2610350

RESOLUÇÃO DIR Nº 011/2020

O Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), no exercício de suas atribuições estatutárias e em atenção à deliberação da Assembleia Geral Ordinária do dia 18/08/2020, estabelece:

Art. 1º Fica alterado o Quadro de Cargos da AMAVI que constitui o Anexo I da Resolução DIR nº 003/2018 nos seguintes termos:

I - O cargo de "Desenhista" contará com apenas 1 (uma) vaga e passará a ser denominado "Desenhista de Edificações", mantendo-se inalteradas suas atribuições;

II - Ficam criados os cargos de "Recepcionista" e de "Desenhista de Infraestrutura" na forma do Anexo I da presente Resolução.

Art. 2º Fica alterado o Quadro de Salários da AMAVI que constitui o Anexo II da Resolução DIR nº 003/2018, para prever a alteração da nomenclatura de cargo indicado no Art. 1º e para inclusão dos cargos e valores indicados no Anexo II da presente Resolução.

Art. 3º As alterações ora promovidas deverão ser consolidadas na Resolução DIR nº 003/2018 e seus anexos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2020.

Joel Longen
Presidente da AMAVI

ANEXO I

Vagas	Cargo	Atribuições	Habilitação mínima	Carga horária semanal
01	Desenhista de Infraestrutura	Elaborar desenhos de projetos de pavimentação, drenagem e pontes em geral, bem como seu devido detalhamento técnico, visando demonstrar suas características e funcionalidades. Elaborar desenhos e detalhamentos em perspectivas e sob vários ângulos, observando medidas características e outras anotações técnicas. Controlar arquivo de desenhos e plantas, ordenando-os de acordo com sistema de classificação vigente, visando facilitar consulta e evitar danos e extravios das documentações. Atuar na compatibilização e conferência de projetos sob supervisão. Alimentar planilhas orçamentárias e memoriais descritivos sob supervisão. Estimar quantidades de materiais utilizados em projeto, para fins orçamentários e realizar cotações de mercado de produtos e/ou estruturas específicos. Interpretar documentos de apoio, tais como plantas, projetos, catálogos, croquis e normas. Observar características técnicas de desenhos, definir formatos, escalas e sistemas de representação. Realizar cópias de segurança e disponibilizar desenhos finais e/ou revisões para plotagem e áreas afins. Modificar, redesenhar, detalhar e atualizar os desenhos existentes, de acordo com as necessidades e normas vigentes. Executar levantamento de dados e medições de pavimentações, drenagens, pontes e tudo que se fizer necessário ao trabalho, para posterior execução de desenhos. Participar de programa de treinamento, quando convocado. Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, capacitações, eventos, palestras e programas de ensino, pesquisa e extensão. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. Executar tarefas pertinentes à área de atuação. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função e demais atividades determinadas pelo superior hierárquico. Dirigir veículo da instituição para deslocamento a trabalho.	Ensino Médio e Curso Profissionalizante na área completo ou em andamento	35h

01	Recepcionista	Recepcionar, atender e encaminhar as pessoas, receber e dar encaminhamento de informações aos setores; atender ao público, seja recebendo a pessoa presencialmente na recepção, pelo telefone ou internet; realizar ligações e atendimento telefônicos em geral, fornecer informações, agendar reuniões, anotar e repassar os recados, averiguar as necessidades e direcionar ao lugar ou a pessoa procurados; organizar e manter a recepção; enviar, receber e controlar correspondências e encomendas; realizar consultas de preços; auxiliar no controle de material de expediente; auxiliar na recepção de público em eventos. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. Executar tarefas pertinentes à área de atuação. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função e demais atividades determinadas pelo superior hierárquico. Dirigir veículo da instituição para deslocamento a trabalho.	Ensino médio completo	37h30min
----	---------------	---	-----------------------	----------

ANEXO II QUADRO DE SALÁRIOS

Cargos Funcionais	Salário
Desenhista de Infraestrutura	1.800,00
Recepcionista	1.300,00

AMUREL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGO 27-08-20

Publicação Nº 2610332

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 27 de agosto de 2020, às 9 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 09:30 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, realizada de FORMA VIRTUAL através de WEB-Conferência com link a ser enviado (por e-mail e por whatsapp) para cada prefeito.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Prestação de Contas do 3º Bimestre;
- II. Aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária de junho;
- III. Apresentação da CCR SUL, sobre: Investimentos CCR ViaCosteira na BR-101 Sul
- IV. Apresentação SESI/SENAI, sobre: Google For Education, Segurança para aulas online, Ensino Híbrido - Novo Normal, Programa Desperta, Digital;
- V. Apresentação Kanaflex S/A indústria de plásticos, sobre: KNTS (Tubo corrugado em PEAD para drenagem pluvial e saneamento)
- VI. Assuntos diversos.

Tubarão, 18 de agosto de 2020.

Clésio Bardini de Biasi
Presidente da AMUREL
Prefeito de Treze de Maio

FECAM**CONTRATO N. 06/2020**

Publicação Nº 2610091

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E CONSÓRCIOS PÚBLICOS – FECAM

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 025/2020

CONTRATO n. 06/2020

Contratação de serviços especializados de Psicologia, para a realização de Pesquisa de Clima Organizacional no âmbito administrativo da FECAM.

As partes, a saber:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1.885, sala 1.310, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, telefone (48) 3221-8800, CNPJ n. 75.303.982/0001-90, representada neste ato pela sua Diretora Executiva interina, a Sra. Dayna Maressa Soares Pacheco Pamato, CPF 092.414.209-01; e

CONTRATADA: LUMINA PSICOLOGIA APLICADA LTDA ME, CNPJ 32.062.560/0001-67, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua Adolfo melo, n. 35, sala 301, Bairro Centro, CEP 88.0115-090, representada neste ato pela sua sócia-administradora, a Sra. Karime Bozza Gallotti Peixoto, CPF 811.069.390-34.

Têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PSICOLOGIA, PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO DA FECAM, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato consiste na contratação de serviços especializados de Psicologia, de profissional(ais) regularmente inscrito(s) no respectivo conselho de classe, para a realização de pesquisa de clima organizacional no âmbito administrativo da FECAM, visando à identificação de eventuais indicadores de estresse, pressão no ambiente de trabalho e/ou infraestrutura e rotinas, a fim de – caso identificada a necessidade – a instituição possa delinear projeto de qualidade de vida com base na pesquisa realizada.

CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Os serviços serão executados por profissional devidamente habilitado em Psicologia, em estrita observância às normas técnicas aplicáveis, e seguindo o roteiro mínimo a seguir especificado (sem prejuízo à adoção de outros procedimentos que o profissional especializado entender pertinente/necessário, desde que não implique em majoração do preço dos serviços):

2.1.1 Realização de entrevistas individuais com os empregados (máximo de 20 empregados, mínimo a depender da vontade de cada um, uma vez que os empregados não serão obrigados a passar por entrevista);

2.1.1.1 As entrevistas presenciais serão realizadas na sede da CONTRATADA ou a distância, através de dispositivo tecnológico de teleconferência, conforme a necessidade e conveniência aferidas caso a caso.

2.1.2 Elaboração e apresentação à presidência da FECAM do respectivo relatório final da Pesquisa de Clima Organizacional.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATANTE a:

3.1.1 Assegurar o livre acesso da CONTRATADA a todos os locais onde se fizerem necessários a prestação dos serviços, bem como proporcionar-las as facilidades e instruções necessárias para a realização dos mesmos;

3.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como acompanhar o desenvolvimento do Contrato, conferir e atestar os serviços executados, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos contratuais;

3.1.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme estabelecido no presente Termo Contratual.

3.2 A CONTRATADA, durante vigência deste Contrato, compromete-se a:

3.2.1 Executar o serviço objeto do Contrato em estrito acordo com o Plano de Trabalho pactuado com a CONTRATANTE;

3.2.2 Prestar os serviços, seguindo os padrões e metodologias indicadas na proposta de serviços/orçamento;

3.2.3 Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

3.2.4 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, e tributários resultantes da execução do Contrato;

3.2.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

3.2.6 Entregar formalmente ao fiscal/gestor do contrato ou a alguém por ele indicado os relatórios de serviços, como requisito indispensável ao respectivo pagamento pela CONTRATANTE;

3.2.7 Responsabilizar-se integralmente pela prestação do serviço contratado de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, zelando pela boa conduta dos profissionais envolvidos na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

4.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, em razão da prestação dos serviços objeto da presente contratação:

4.1.1 R\$ 137,58 (cento e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos), por cada entrevista efetivamente realizada (as entrevistas serão facultadas aos empregados);

4.1.2 R\$ 800,00 (oitocentos reais), pela elaboração e apresentação à presidência da FECAM do respectivo relatório final da Pesquisa de Clima Organizacional.

4.2 No valor total estão incluídas todas as despesas com encargos de natureza tributária qualquer;

4.3 O pagamento será efetivado em parcela única, por meio de depósito bancário, na conta corrente n. 2910-6, agência 1701, do Banco Unicred, de titularidade da CONTRATADA, até cinco dias úteis após à apresentação do respectivo relatório de serviços e correspondente nota fiscal de serviços corretamente preenchida.

4.4 Alternativamente, o pagamento poderá se dar através de boleto bancário, subsistindo, no entanto, os pré-requisitos dispostos no Item 4.3 supra.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E RESCISÃO

5.1 A vigência da presente contratação se estenderá pelo prazo razoável necessário a realização satisfatória dos serviços, o qual, estima-se, 20 dias a partir da assinatura das partes no presente instrumento.

5.2 Constituem motivos para rescisão imediata do presente Contrato, independentemente de interpelação judicial, os seguintes fatos:

5.2.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais;

5.2.2 O cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

5.2.3 A paralisação das atividades contratuais sem justa causa e prévia comunicação e aceitação da outra parte;

5.2.4 O cometimento reiterado de faltas na sua execução; e

5.2.5 O pedido de recuperação judicial ou a dissolução da CONTRATADA, por quaisquer motivos.

5.3 As partes pactuam, em razão da natureza dos serviços ora contratados, que uma das partes será considerada inadimplente em relação à outra, e constituirá causa de rescisão contratual, o não cumprimento das obrigações aqui assumidas ainda que em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram caso fortuito ou força maior previstos no Código Civil Brasileiro, situação na qual subsistirá em desfavor da CONTRATANTE a obrigação de pagamentos apenas por serviços efetivamente já realizados.

CLÁUSULA SEXTA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

6.1 A CONTRATADA declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo de responsabilização por demais irregularidades previstas no ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no Regulamento de Contratações da FECAM, especialmente (mas não restritivamente) no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

CLÁUSULA SÉTIMA - PUBLICIDADE

7.1 Considerando o fato de a CONTRATANTE ser mantida precipuamente por recursos públicos advindos dos municípios catarinenses, fica autorizada a publicação irrestrita dos termos do presente Contrato, bem como os relatórios e resultados dos serviços executados.

CLÁUSULA OITAVA – FORO ELEITO

8.1 As partes elegem o Foro da cidade de Florianópolis, SC, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente Contrato que não puderem ser sanadas pela via extrajudicial, renunciando desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo desse instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas e termos, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente instrumento do Contrato n. 06/2020 através de dispositivo tecnológico de assinatura eletrônica a distância, em duas vias de igual teor e forma.

Florianópolis, SC, 03 de agosto de 2020.

DAYNA M. S. P. PAMATO
FECAM

KARIME B. G. PEIXOTO
Lumina Psicologia

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____
Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 005/2019

Publicação Nº 2609709

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E CONSÓRCIOS PÚBLICOS - FECAM

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO FECAM n. 075/2019

CONTRATO n. 005/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Primeiro Aditivo ao Contrato de serviços de capacitação dos integrantes do Colegiado de Consórcios Públicos ligados à FECAM, para a implementação dos procedimentos e etapas necessários à constituição de uma Comunidade de Prática, celebrado com a empresa RC2 Consultoria e Treinamento Ltda.

As partes,

CONTRATANTE: Federação Catarinense de Municípios - FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ 75.303.982/0001-90, sediada na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, sala n. 1310, bairro Canto, Florianópolis, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. Paulo Roberto Weiss, CPF 765.097.459-68; e

CONTRATADA: RC2 Consultoria e Treinamento Ltda., CNPJ 07.899.373/0001-95, sediada na Rua Padre Manoel da Nóbrega, 1981, Curitiba, PR, neste ato representada pela sua Diretora Administrativa, a Sra. Lucila Mara Dambiski de Carvalho, CPF 553.178.479-15;

Considerando a interrupção do cronograma dos trabalhos devido à sobrevida da pandemia de Covid-19; e
Considerando subsistir interesse das partes na execução integral dos termos pactuados no âmbito do contrato original;
Têm entre si justo e acordado o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO n. 05/2019, destinado a regulamentar a prorrogação do prazo de vigência e estabelecer outros ajustes, conforme dispõe-se a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1.1 O prazo de vigência do Contrato n. 05/2019, celebrado entre as partes em 20 de agosto de 2019, passa a vigor por mais 12 (doze) meses a partir do dia 20 de agosto de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTOS

2.1 Os pagamentos não realizados até o momento, por quaisquer motivos, permanecem suspensos até que as partes repactuem novo cronograma de serviços e de pagamentos, em termo próprio.

2.2 Sobre os pagamentos ainda não realizados, não serão acrescidos juros, correção monetária e multa.

2.3 Permanece indispensável a apresentação por parte da CONTRATADA de relatório de serviços e a correspondente nota fiscal para a realização de pagamentos por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DEMAIS DISPOSITIVOS CONTRATUAIS

3.1 Os dispositivos firmados entre as partes no âmbito do termo do Contrato n. 05/2020, que não conflitarem com os termos do presente instrumento, permanecem em pleno vigor pelo prazo de vigência ora pactuado.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo desse instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas e termos, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente instrumento por meio de ferramenta tecnológica de assinatura eletrônica e/ou de próprio punho, assim como duas testemunhas.

Florianópolis, SC, 17 de agosto de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Presidente da FECAM

LUCILA MARA DAMBISKI DE CARVALHO
Diretora Administrativa da RC2

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO CONTRATUAL N. 16/2019

Publicação Nº 2610084

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 138/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO CONTRATUAL n. 16/2019

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de honorários advocatícios que a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS celebra com MENEZES NIEBUHR ADVOGADOS ASSOCIADOS, com o propósito de impugnação do Edital de Licitação n. 2/2019 da ANTT (Concessão do Trecho Sul da BR-101).

As Partes:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ n. 75.303.982/0001-90, sediada na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, sala n. 1310, bairro Canto, Florianópolis, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. Joares Carlos Ponticelli, CPF 481.036.329-53, e pelo seu Diretor Executivo, o Sr. Rui Carlos Braun, CPF n. 621.152.199-53;

CONTRATADA: MENEZES NIEBUHR ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade inscrita na OAB/SC sob o n. 1046/2005, CNPJ 07.857.617/0001-77, com sede na Rodovia José Carlos Daux (SC 401), n. 4.756, Office Park, Bloco 2, Ático, Florianópolis, SC, CEP 88032-005, neste ato representada pelo seu Sócio, o Sr. Luiz Magno Pinto Bastos Junior, CPF 424.352.262-68;

Têm entre si justo e acordado o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, consoante previsão disposta na Cláusula Quinta do Contrato n. 016/2019 e de acordo com as os termos fixados entre as partes nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente Aditivo Contratual consiste na impugnação do Edital n. 02/2019-ANTT, perante o Tribunal de Contas da União e o Poder Judiciário, com o propósito de suspender o seu andamento e correção das distorções identificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO

2.1 A CONTRATANTE, como contraprestação aos serviços descritos na Cláusula Primeira, pagará à CONTRATADA, a título de honorários pro labore, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em parcela única, que será paga no dia 30 de janeiro, mediante apresentação, por parte da CONTRATADA, dos seguintes documentos:

2.1.1 Nota fiscal de serviços, corretamente preenchida;

2.1.2 Respectivo boleto bancário de cobrança;

2.1.3 Comprovante do protocolo das referidas representações.

2.2 O adimplemento dos valores ajustados na presente cláusula se dará mediante o pagamento na rede bancária do respectivo boleto

bancário de cobrança emitido pela CONTRATADA, ou por meio de depósito na conta corrente n. 06134-6, agência 8560, Banco Itaú, de titularidade da CONTRATADA, cabendo à CONTRATANTE comunicar caso efetue o pagamento por meio de depósito bancário.

2.3 O atraso no pagamento de qualquer verba devida à CONTRATADA, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, ensejará aplicação de multa de 2% sobre o saldo devido, além de juros de 1% ao mês pro rata die.

CLÁUSULA TERCEIRA – DESPESAS

3.1 Todos os custos com serviços acessórios ou de terceiros, não compreendidos na efetiva prestação de serviços advocatícios - tais como honorários de perito, deslocamentos, serviço postal e demais custos relacionados à perfeita execução do presente contrato - serão arcados pela CONTRATANTE, seja por pagamento direto a terceiro ou mediante reembolso.

3.2 As despesas referentes a deslocamento, quando este não for providenciado pela CONTRATANTE, serão devidas quando exigirem da CONTRATADA a prestação de serviços além dos municípios da Grande Florianópolis.

3.3 Se a causa exigir serviços fora da Grande Florianópolis, ficará ressalvado à CONTRATADA o direito de executá-los por meio de seus advogados próprios ou por substabelecimento de terceiros, pagando a CONTRATANTE os encargos respectivos.

3.4 As despesas com combustível serão reembolsadas mediante a apresentação de nota fiscal com indicação do custo unitário do litro do combustível multiplicado pelo resultado da divisão da distância percorrida por 6 (seis).

3.5 As custas adiantadas deverão ser reembolsadas mediante depósito na conta corrente n. 06460-5, agência 8560, Banco Itaú, de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E RESCISÃO

4.1 Este Termo Aditivo ao Contrato n. 016/2019 tem vigência de 12 (doze) meses a partir da data em que as partes o firmarem, prorrogando-se automaticamente enquanto estiverem em curso os procedimentos contratados.

4.2 Durante a tramitação dos procedimentos, a CONTRATADA deverá elaborar relatório bimestralmente sobre as atividades desenvolvidas à Diretoria da CONTRATANTE, ou ainda, por solicitação específica endereçada ao sócio Gestor da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 As demais disposições do Contrato n. 016/2019 que não conflitem com os termos ora pactuados, aplicam-se integralmente ao presente Termo Aditivo.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo desse instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas e termos, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, 06 de janeiro de 2020.

JOARES CARLOS PONTICELLI
Presidente da FECAM

LUIZ MAGNO PINTO BASTOS JUNIOR
Menezes Niebuhr Advogados Associados

RUI BRAUN
Diretor Executivo da FECAM

Testemunhas:

1) assinatura: _____ 2) assinatura: _____

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 16/2019

Publicação Nº 2610092

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 138/2019

CONTRATO n. 16/2019

QUARTO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo ao Contrato de honorários advocatícios que a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS celebra com MENEZES NIEBUHR ADVOGADOS ASSOCIADOS, para a formulação de consulta ao Tribunal Regional Eleitoral.

As Partes, a saber:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ n. 75.303.982/0001-90, sediada na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, sala n. 1310, bairro Canto, Florianópolis, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. Saulo Sperotto, CPF 561.293.009-72, e pelo seu Diretor Executivo, o Sr. Rui Carlos Braun, CPF n. 621.152.199-53;

CONTRATADA: MENEZES NIEBUHR ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade inscrita na OAB/SC sob o n. 1046/2005, CNPJ 07.857.617/0001-77, com sede na Rodovia José Carlos Daux (SC 401), n. 4.756, Office Park, Bloco 2, Ático, Florianópolis, SC, CEP 88032-005, neste ato representada pelo seu Sócio, o Sr. Luiz Magno Pinto Bastos Junior, CPF 424.352.262-68;

Têm entre si justo e acordado o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, nos termos da Cláusula Quinta do Contrato n. 16/2019, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir dispostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato consiste na formulação de consulta ao Tribunal Regional Eleitoral sobre a possibilidade de extrapolação do limite de gastos com publicidade institucional por parte dos Municípios, fixado pelo art. 73, inc. VIII da Lei n. 9.504/97, em razão da necessidade de elaboração de ações para o enfrentamento da pandemia de COVID-19.

CLÁUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO

2.1 A CONTRATANTE, como contraprestação aos serviços descritos na Cláusula Primeira, pagará à CONTRATADA, a título de honorários pro labore, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em parcela única, que será paga até o dia 29 de junho de 2020, mediante apresentação, por parte da CONTRATADA, dos seguintes documentos:

2.1.1 Nota fiscal de serviços, corretamente preenchida;

2.1.2 Respectivo boleto bancário de cobrança;

2.1.3 Comprovante do protocolo da Consulta junto ao TRE.

2.2 Os documentos elencados nos itens 2.1.1 e 2.1.3 supra, são requisitos indispensáveis para o pagamento, ficando este suspenso, sem a incidência de quaisquer acréscimos moratórios, até a apresentação daqueles pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DESPESAS

3.1 Todos os custos com serviços acessórios ou de terceiros, não compreendidos na efetiva prestação de serviços advocatícios - tais como honorários de perito, deslocamentos, serviço postal e demais custos relacionados à perfeita execução do presente instrumento - serão arcados pela CONTRATANTE, seja por pagamento direto a terceiro ou mediante reembolso.

3.2 As despesas referentes a deslocamento, quando estas não forem providenciado pela CONTRATANTE, serão devidas somente quando exigirem da CONTRATADA a prestação de serviços em local diverso da região da Grande Florianópolis.

3.3 Se a causa exigir serviços fora da Grande Florianópolis, ficará ressalvado à CONTRATADA o direito de executá-los por meio de seus advogados próprios ou por subestabelecimento de terceiros, pagando a CONTRATANTE os encargos respectivos.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E RESCISÃO

4.1 Este contrato tem vigência de 6 (seis) meses a partir da data em que as partes o firmarem, prorrogando-se automaticamente enquanto estiver em curso o procedimento contratado.

4.2 Durante a tramitação do procedimento, a CONTRATADA deverá elaborar relatório sobre as atividades desenvolvidas à Diretoria da CONTRATANTE, por solicitação específica endereçada ao sócio Gestor do contratado.

CLÁUSULA QUINTA- DISPOSIÇÕES GERAIS.

5.1 A responsabilidade da CONTRATADA e/ou de seus profissionais por qualquer dano à CONTRATANTE e às partes a ela relacionadas que possa aos primeiros ser atribuído em razão da execução ou inexecução do objeto deste contrato terá o valor de eventual indenização limitado ao valor de honorários recebidos pela CONTRATADA até a data do evento danoso.

5.2 É obrigação da CONTRATANTE, sempre que solicitado, entregar, fornecer ou disponibilizar à CONTRATADA todos os documentos necessários, provas, informações e subsídios, em tempo hábil, para que esta possa cumprir o objeto do presente contrato. Qualquer omissão ou negligência por parte da CONTRATANTE será de sua inteira responsabilidade, caso advenha algum prejuízo a seus interesses.

5.3 As demais disposições do Contrato n. 016/2019 que não conflitem com os termos ora pactuados, aplicam-se integralmente ao presente Termo Aditivo.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo desse instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas e termos, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente Quarto Termo aditivo ao Contrato n. 16/2019 através de ferramenta tecnológica de assinatura eletrônica.

Florianópolis, 25 de junho de 2020.

SAULO SPEROTTO
Presidente da FECAM

LUIZ MAGNO PINTO BASTOS JUNIOR
Menezes Niebuhr Advogados Associados

RUI BRAUN
Diretor Executivo da FECAM

Testemunhas:

1) assinatura: _____ 2) assinatura: _____

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 81/2018

Publicação Nº 2610094

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E CONSÓRCIOS PÚBLICOS – FECAM

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 081/2018

CONTRATO n. 81/2018

QUARTO TERMO ADITIVO

Quarto Termo Aditivo ao Contrato n. 081/2018 celebrado entre a FECAM e a PRAXIS – CONSULTORIA E ASSESSORIA EDUCACIONAL LTDA – ME.

As partes,

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1.885, sala 1.310, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, telefone (48) 3221-8800, CNPJ 75.303.982/0001-90, representada neste ato pelo seu Presidente, o Sr. Orildo Antônio Severgnini, CPF 445.512.079-34; e CONTRATADA: PRAXIS – CONSULTORIA E ASSESSORIA EDUCACIONAL LTDA - ME, com sede na cidade de Itajaí, SC, na Rua Criciúma, n. 167, Bairro Centro, CEP 88.303-130, CNPJ 18.749.746/0001-68, representada neste ato pela sua sócia-administradora, a Sra. Gilmara da Silva, CPF 618.810.239-15.

Têm entre si, justo e acordado, o presente QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO n. 081/2018, destinado a regulamentar a prorrogação do prazo de vigência contratual e outras pactuações, conforme passa-se a dispor:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1.1 O prazo de vigência do Contrato n. 081/2018, celebrado entre as partes na data de 07 de agosto de 2018, alterado pelo Primeiro Termo Aditivo, celebrado entre as partes em 07 de dezembro de 2018; pelo Segundo Termo Aditivo celebrado entre as partes em 01 de agosto de 2019; e pelo Terceiro Termo Aditivo, celebrado entre as partes em 13 de abril de 2020; passa a ter a sua vigência prorrogada por mais 24 meses a partir do dia 08 de agosto de 2020, estendendo-se em sua vigência, portanto, até o dia 08 de agosto de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – RESILIÇÃO

2.1 Durante o período de vigência prorrogada especificada na CLÁUSULA PRIMEIRA do presente instrumento, será admitida a rescisão contratual, sem a obrigação de pagamento de qualquer espécie de multa entre as partes, sendo necessário, no entanto, no caso de denúncia, que a outra parte seja notificada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA TERCEIRA - ACORDO DE REDUÇÃO TEMPORÁRIA DO VALOR MENSAL DO CONTRATO

3.1 Considerando subsistir os motivos determinantes, fica integralmente prorrogado e convalidado, no que couber, o ACORDO DE REDUÇÃO TEMPORÁRIA DO VALOR MENSAL DO CONTRATO, objeto do Terceiro Termo Aditivo, celebrado entre as partes em 13 de abril de 2020, até que as partes, em observância aos princípios da conveniência e razoabilidade face à Pandemia de Covid-19, pactuem a sua revogação através de termo próprio.

CLÁUSULA QUARTA – DEMAIS DISPOSITIVOS CONTRATUAIS

4.1 Fica pactuado entre as partes a plena vigência dos dispositivos contratuais não alterados ou que não conflitem com os termos do presente instrumento, inclusive os que constituem os termos aditivos precedentes.

E, por estarem de acordo, as partes e duas testemunhas firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, convencionando a possibilidade de utilização de recurso tecnológico de assinatura eletrônica e/ou inclusive assinatura de próprio punho.

Florianópolis, SC, 06 de agosto de 2020.

ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI

GILMARA DA SILVA

Presidente da FECAM

Sócia-Administradora da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Ass.: _____ Ass.: _____

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

RESOLUÇÃO FECAM Nº 046/2020

Publicação Nº 2609674

RESOLUÇÃO Nº 046/2020

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios, Associações de Municípios e Consórcios – FECAM, ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI, Prefeito de Major Vieira, no uso de suas atribuições estatutárias conferidas pelo art. 31, inciso II, alínea “b” do Estatuto Social, e

CONSIDERANDO a Deliberação nº 01 da Comissão de Averiguação de Atos Administrativos da FECAM,

RESOLVE:

1- Autorizar o retorno do Diretor Executivo da instituição, Sr. Rui Braun, às atividades da FECAM, conforme término do prazo previsto na Resolução nº 042/2020, de acordo com as funções estabelecidas no Estatuto, sendo-lhe vedado solicitar quaisquer informações ou documentações relacionadas às atividades desenvolvidas pela Comissão de Averiguação, em especial, àquelas relativas à auditoria de contratos

e à pesquisa de clima organizacional, enquanto perdurar a averiguação.

2- Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Florianópolis/SC, 13 de agosto de 2020.

ORILDO SEVERGNINI
Prefeito de Major Vieira
Presidente da FECAM

RESOLUÇÃO FECAM Nº 047/2020

Publicação Nº 2609677

RESOLUÇÃO Nº 047/2020

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios, Associações de Municípios e Consórcios – FECAM, PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, no uso de suas atribuições estatutárias conferidas pelo art. 31, inciso II, alínea “b” do Estatuto Social, e

CONSIDERANDO a reunião realizada pela Comissão de Averiguação de Atos Administrativos Conselho realizada no dia 12 de agosto de 2020;

RESOLVE:

- 1- Prorrogar o prazo previsto no item 4 da Resolução FECAM nº 043/2020 por mais 10 (dez) dias a contar da data de hoje.
- 2- Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Florianópolis/SC, 17 de agosto de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio
Presidente da FECAM

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 16/2019

Publicação Nº 2610086

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO FECAM n. 138/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO n. 16/2019

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n. 16/2019, celebrado entre a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS e MENEZES NIEBUHR ADVOGADOS ASSOCIADOS, para a atuação especializada em reclamatória trabalhista.

As Partes, a saber:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ n. 75.303.982/0001-90, sediada na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, sala n. 1310, bairro Canto, Florianópolis, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. Saulo Sperotto, CPF 561.293.009-72, e pelo seu Diretor Executivo, o Sr. Rui Carlos Braun, CPF n. 621.152.199-53;

CONTRATADA: MENEZES NIEBUHR ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade inscrita na OAB/SC sob o n. 1046/2005, CNPJ 07.857.617/0001-77, com sede na Rodovia José Carlos Daux (SC 401), n. 4.756, Office Park, Bloco 2, Ático, Florianópolis, SC, CEP 88032-005, neste ato representada pelo seu Sócio, o Sr. Luiz Magno Pinto Bastos Junior, CPF 424.352.262-68;

Têm entre si justo e acordado o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, consoante o dispositivo permissivo disposto na Cláusula Quinta do Contrato n. 016/2019 e de acordo com as os termos fixados entre as partes nas cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prestação de serviços advocatícios em defesa dos interesses da CONTRATANTE no âmbito do Processo Trabalhista n. 0001080-69.2019.5.12.0035, a partir da citação da reclamada até a sentença terminativa do processo, especialmente no que concerne a:

- 1.1.1 Definição de estratégias processuais;
- 1.1.2 Seleção de documentos;
- 1.1.3 Reuniões;
- 1.1.4 Elaboração de peças;
- 1.1.5 Acompanhamento presencial em audiências e perícias;
- 1.1.6 Participação em reuniões e tratativas de composição de litígio, conforme estratégia a ser validada; e
- 1.1.7 Controle mensal de contingência e passivo trabalhista.

1.2 Os trabalhos serão executados pelos advogados que compõem o Núcleo Trabalhista da CONTRATADA, coordenado pelas sócias Manoela Rossi Keunecke – OAB/SC 32.054 e Janine Gerent Lehmkuhl – OAB/SC 23.337.

CLÁUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO

2.1 A título de remuneração pelos honorários advocatícios ora contratados, a CONTRATANTE pagará o valor global de R\$ 31.000,00 (trinta

e um mil reais), de forma parcelada, à razão de:

2.1.1 Dezesesseis mil reais (R\$ 16.000,00) pela atuação durante a fase de conhecimento – Primeiro Grau - (período em que a equipe da CONTRATADA, dentre outras atividades que o caso eventualmente exigir, elaborará a estratégia de defesa, a estratégia processual probatória, a peça de defesa, elegerá testemunhas, participará de audiência de instrução e fará as alegações finais), que serão pagos até cinco dias úteis após à realização da primeira audiência, mediante a apresentação pela CONTRATADA da respectiva nota fiscal de serviços corretamente preenchida.

2.1.2 Quinze mil reais (R\$ 15.000,00) pela atuação da CONTRATADA na fase de recursos ao TRT 12ª Região, TST e cumprimento de sentença, a ser pago, sem acréscimo de juros e incidência de quaisquer outros mecanismos de atualização, até cinco dias úteis após à interposição do primeiro recurso ao tribunal, mediante a apresentação pela CONTRATADA da respectiva nota fiscal de serviços corretamente preenchida.

2.2 Havendo acordo entre o reclamante e a reclamada que resulte na finalização do processo ainda no Primeiro Grau, não será devido à CONTRATADA o valor especificado no Item 2.1.2 supra.

2.3 Os pagamentos serão realizados por meio de transferência bancária da conta corrente da CONTRATANTE para a conta corrente da CONTRATADA, cujos dados bancários desta deverão constar no corpo da respectiva nota fiscal.

2.3.1 Alternativamente, a CONTRATADA poderá apresentar boleto bancário de cobrança juntamente com a respectiva nota fiscal, sendo certo que o pagamento do boleto é ato de quitação da obrigação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DESPESAS

3.1 Todos os custos com serviços acessórios ou de terceiros, não compreendidos na efetiva prestação de serviços advocatícios - tais como honorários de perito, deslocamentos, serviço postal e demais custos relacionados à perfeita execução do presente contrato - serão arcados pela CONTRATANTE, seja por pagamento direto a terceiro ou mediante reembolso.

3.2 As despesas referentes a deslocamento, quando este não for providenciado pela CONTRATANTE, serão devidas quando exigirem da CONTRATADA a prestação de serviços além dos municípios da Grande Florianópolis.

3.3 Se a causa exigir serviços fora da Grande Florianópolis, ficará ressalvado à CONTRATADA o direito de executá-los por meio de seus advogados próprios ou por subestabelecimento de terceiros, pagando a CONTRATANTE os respectivos encargos.

3.4 As despesas com combustível serão reembolsadas mediante a apresentação de nota fiscal com indicação do custo unitário do litro do combustível multiplicado pelo resultado da divisão da distância percorrida por 6 (seis).

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E RESCISÃO

4.1 Este Termo Aditivo ao Contrato n. 016/2019 tem vigência de 12 (doze) meses a partir da data em que as partes o firmarem, prorrogando-se automaticamente enquanto estiverem em curso os procedimentos contratados.

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 As demais disposições do Contrato n. 016/2019 que não conflitem com os termos ora pactuados, aplicam-se integralmente ao presente Termo Aditivo.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo desse instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas e termos, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente Segundo Termo Aditivo ao Contrato n. 16/2019 em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, 11 de março de 2020.

SAULO SPEROTTO
Presidente da FECAM

LUIZ MAGNO PINTO BASTOS JUNIOR
Menezes Niebuhr Advogados Associados

RUI BRAUN
Diretor Executivo da FECAM

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 16/2019

Publicação Nº 2610090

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO FECAM n. 138/2019

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO n. 16/2019

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n. 16/2019, celebrado entre a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS e MENEZES NIEBUHR ADVOGADOS ASSOCIADOS, destinado a convalidar a prestação de serviços extraordinários pela CONTRATADA durante a pandemia de COVID-19.

As Partes, a saber:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ n. 75.303.982/0001-90, sediada na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, sala n. 1310, bairro Canto, Florianópolis, SC, neste ato

representada pelo seu Presidente, o Sr. Saulo Sperotto, CPF 561.293.009-72, e pelo seu Diretor Executivo, o Sr. Rui Carlos Braun, CPF n. 621.152.199-53;

CONTRATADA: MENEZES NIEBUHR ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade inscrita na OAB/SC sob o n. 1046/2005, CNPJ 07.857.617/0001-77, com sede na Rodovia José Carlos Daux (SC 401), n. 4.756, Office Park, Bloco 2, Ático, Florianópolis, SC, CEP 88032-005, neste ato representada pelo seu Sócio, o Sr. Luiz Magno Pinto Bastos Junior, CPF 424.352.262-68;

Considerando a atuação extraordinária da CONTRATADA durante a Pandemia de COVID-19, em apoio às medidas de enfrentamento à crise promovidas pela FECAM visando evitar a descontinuidade das atividades inerentes à sua função existencial, notadamente a defesa dos interesses dos Municípios Catarinenses;

E, considerando que a atuação extraordinária da CONTRATADA transcendeu o objeto do contrato original, devido à sobrevivência da peculiar crise instalada, a qual exigiu medidas de pronta resposta não convencionais;

Têm entre si justo e acordado o presente TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, consoante o dispositivo permissivo disposto na Cláusula Quinta do Contrato n. 016/2019 e de acordo com os termos fixados entre as partes nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONVALIDAÇÃO DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS PRESTADOS PELA CONTRATADA DESDE O INÍCIO DO ISOLAMENTO SOCIAL DECORRENTE DA PANDEMIA DE COVI-19

1.1 Para todos os efeitos de Direito e para fins remuneratórios, as partes decidem convalidar as atividades a seguir enumeradas, executadas na forma de prestação de serviços extraordinários pela CONTRATADA durante a Pandemia de COVID-19, em período anterior à data do presente instrumento:

1.1.1 Orientação jurídica para a formação dos grupos de trabalho criados pela FECAM, no âmbito do Colegiado de Procuradores Municipais (CEPAM) para atuar de forma remota no enfrentamento à crise desencadeada pela Pandemia de COVID-19;

1.1.2 Orientação jurídica e apoio na articulação dos Colegiados de Assistência Social e da Educação na construção da proposta de kits emergenciais de alimentação escolar;

1.1.3 Orientação jurídica e apoio na articulação do Colegiado de Educação na construção da proposta de Plano Emergencial de Educação e do modelo de referência para atos de pessoal na educação;

1.1.4 Participação de reuniões, na condição de representante da FECAM, na Comissão de Gestão de Crise do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

1.2 Os serviços doravante prestados pela CONTRATADA, no âmbito do enfrentamento da pandemia pelos Municípios catarinenses, serão definidos pelo Diretor Executivo da FECAM, e a respectiva remuneração se dará conforme especifica-se no Item 2.2 da Cláusula Segunda, exposta a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO

2.1 A título de remuneração pelos serviços prestados pela CONTRATADA durante a Pandemia de COVID-19, em período anterior à data do presente instrumento, conforme especificado no Item 1.1 da Cláusula Primeira supra, a CONTRATANTE pagará o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a serem pagos até a data de 29 de maio de 2020.

2.2 Enquanto perdurar a necessidade de prestação de serviços excepcionais pela CONTRATADA, em apoio às ações de enfrentamento à pandemia, a título de correspondente remuneração extraordinária, a CONTRATANTE pagará o valor mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

2.2.1 Caso a necessidade de prestação dos serviços cesse antes de completar o período de 30 (trinta) dias no mês de referência, o valor a ser pago pela CONTRATANTE será liquidado tendo por premissa o cálculo pro rata die.

2.2.2 A aprovação expressa por parte do Diretor Executivo da FECAM de relatório de serviços prestados pela CONTRATADA, conforme especificado no Item 1.2 supra, é condição essencial para ocorrer o pagamento.

2.3 As condições acessórias para pagamento fixadas no termo do contrato original, como por exemplo, apresentação de relatório de serviços e correspondente nota fiscal, aplicam-se integralmente aos termos da presente pactuação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais disposições do Contrato n. 016/2019 que não conflitem com os termos ora pactuados, aplicam-se integralmente ao presente Termo Aditivo.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo desse instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas e termos, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n. 16/2019 por meio de dispositivo tecnológico de assinatura eletrônica.

Florianópolis, 27 de maio de 2020.

SAULO SPEROTTO
Presidente da FECAM

LUIZ MAGNO PINTO BASTOS JUNIOR
Menezes Niebuhr Advogados Associados

RUI BRAUN
Diretor Executivo da FECAM

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Consórcios

AGIR

ATA Nº 081 DE 06.07.2020 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGIR

Publicação Nº 2610908

ATA Nº 81/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020 DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA.

Ao sexto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3187, página 1103 de 01 de julho de 2020, no site da AGIR, ocorreu a reunião por videoconferência, através da plataforma Zoom, às oito horas e trinta minutos em segunda convocação. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do Sr. Marildo Domingos Felippi, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Rio dos Cedros/SC. A Assembleia contou ainda com a presença do Sr. José Gerson Gonçalves, Prefeito do Município de Apiúna; do Sr. Lairton Possamai, Prefeito do Município de Ascurra; da Sra. Simoni Mercia Mesch Nones, Prefeita do Município de Doutor Pedrinho; do Sr. Kleber Edson Wan-Dall, Prefeito do Município de Gaspar; do Sr. André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial; do Sr. Michael Raul Schneider, Diretor do SAMAE de Blumenau, representando o Prefeito do Município de Blumenau; do Sr. Ércio Kriek, Prefeito do Município de Pomerode; do Sr. Paulo Roberto Weiss, Prefeito do Município de Rodeio; o Sr. Gildo Martins de Andrade Filho, Diretor de Trânsito e Transportes, representando o Prefeito de Jaraguá do Sul; o Sr. Rubens Pereira Junior, Secretário Municipal de Obras, representando o Prefeito de Luiz Alves; o Sr. Heinrich Luiz Pasold, Diretor Geral da AGIR; a Sra. Ana Claudia Hafemann, Diretora Administrativa e Institucional da AGIR; e a Sra. Thayana Seibt, Assessora de Diretoria da AGIR. Os trabalhos desta Assembleia Geral Extraordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 - Aprovação da ata anterior, número 80; 2 – Orçamento/Pagamento da 1ª parcela do 13º em julho. Dando início aos trabalhos, o senhor Presidente da Diretoria Executiva da AGIR colocou o item 1 da pauta em apreciação, onde não houve manifestações contrárias, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida foi dada a palavra ao Diretor Geral da AGIR, que apresentou o item 2 da pauta, Orçamento/ Pagamento da 1ª parcela do 13º em julho, colocando em tela o Orçamento de 2021, onde informou que conforme consta no Novo Protocolo de Intenções da AGIR, as taxas possíveis de serem cobradas, podem chegar ao valor de R\$ 0,34 per capita, porém, para o ano de 2021, a AGIR propõe a cobrança de R\$ 0,20. Ressaltou ainda que para fins de cálculo das taxas constantes neste Orçamento, o número de habitantes de cada município consorciado foi atualizado pelo mesmo índice de variação de aumento da população do ano anterior, em razão da falta de publicação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE da estimativa oficial da população para 2020, em tempo hábil para a aprovação deste Orçamento, e ainda informou que a estimativa de arrecadação para o exercício de 2021 da AGIR alcança o montante de R\$ 1.950.654,96. Em seguida o prefeito Marildo Domingos Felippi questionou se não afetou a receita da AGIR, por ser com base na população dos municípios consorciados, e diante disso o Diretor Geral informou que até o momento não foi prejudicado, além de informar que pro ano de 2021, pretendem criar um consórcio intermunicipal de transportes coletivos integrados através de rateio. Retomando a palavra, o Presidente da Diretoria Executiva da AGIR questionou sobre o novo marco regulatório do saneamento, até para preparar os municípios consorciados para as mudanças que ocorrerão, e o Diretor Geral informou que a Agência criou um grupo de trabalho para discutir as diferenças de regulação entre as Autarquias municipais e Agências estaduais no país. Em seguida, o Presidente da Diretoria Executiva da AGIR colocou o item 2 da pauta em apreciação, havendo a manifestação do Sr. Michael Raul Schneider, representando o Prefeito Mário Hildebrandt, que questionou se o valor da taxa de regulação do abastecimento de água do município de Blumenau aumentaria e a Diretora Administrativa e Institucional informou que houve o crescimento vegetativo, apresentando o número de habitantes e o valor total da taxa, sendo que por cinco anos é R\$ 0,05 per capita, podendo aumentar até R\$ 0,10. Logo após, sem mais manifestações, o item 2, Orçamento 2021 foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade, foi colocado em apreciação, a primeira parcela do 13º para ser paga no mês de julho, não havendo manifestações, este também foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo para ser tratado, o Presidente da Diretoria Executiva da AGIR, senhor Marildo Domingos Felippi, agradeceu a presença de todos encerrando esta Assembleia Geral Extraordinária, determinando que eu, Thayana Seibt, secretária “ad hoc”, lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

MARILDO DOMINGOS
Presidente da Diretoria
da AGIR

FELIPPI THAYANA SEIBT
Executiva Secretária “ad hoc”
Assessora de Diretoria da AGIR

CINCATARINA**AT20CIN27084-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0092152020**

Publicação Nº 2610733

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27084

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27085-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610734

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27085

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27086-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI-PAL0092152020

Publicação Nº 2610735

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27086

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27087-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610736

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27087

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27088-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610738

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27088

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27089-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRI-PAL0092152020

Publicação Nº 2610739

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27089

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES - EIRELI

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27090-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610740

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27090

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27091-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-VUELO PHARMA LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610741

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27091

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: VUELO PHARMA LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27092-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0092152020

Publicação Nº 2610742

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27092

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27093-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI-PAL0092152020

Publicação Nº 2610743

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27093

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27380-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS-PAL0145502020

Publicação Nº 2610799

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27380

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27381-DONA EMMA-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS-PAL0145502020

Publicação Nº 2610817

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27381

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27382-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS-PAL0145502020

Publicação Nº 2610878

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27382

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27383-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610877

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27383

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27384-MUNICÍPIO DE IBIAM-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610876

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27384

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27385-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610843

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27385

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27386-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610800

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27386

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27387-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610801

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27387

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27388-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610802

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27388

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27389-MUNICÍPIO DE VIDEIRA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610803

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27389

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27390-CINCATARINA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610804

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27390

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27391-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610805

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27391

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27392-HOSPITAL STO ANTONIO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610806

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27392

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27393-MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610807

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27393

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27394-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação N° 2610808

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27394

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27395-MUNICÍPIO DE IRANI-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação N° 2610809

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27395

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27396-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação N° 2610810

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27396

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27397-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610811

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27397

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27398-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610812

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27398

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27399-MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610813

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27399

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27400-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FAXINAL DOS GUEDES-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610814

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27400

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27401-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610815

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27401

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27402-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610816

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27402

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27403-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610850

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27403

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27404-HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610818

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27404

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27405-MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610819

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27405

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27406-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610820

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27406

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27407-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610821

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27407

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27408-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610822

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27408

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27409-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610823

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27409

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27410-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610824

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27410

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27411-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610825

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27411

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27412-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610826

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27412

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27413-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610827

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27413

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27414-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610828

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27414

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27415-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610829

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27415

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27416-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610830

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27416

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27417-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610831

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27417

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27418-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610832

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27418

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27419-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610833

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27419

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27420-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610835

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27420

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27421-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610836

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27421

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27422-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610837

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27422

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27423-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610838

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27423

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27424-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610839

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27424

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27425-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610840

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27425

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27426-AGROLÂNDIA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610841

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27426

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27427-DONA EMMA-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610842

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27427

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27428-MUNICÍPIO DE SALETE-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610875

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27428

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27429-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610844

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27429

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27430-MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0145502020

Publicação Nº 2610845

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27430

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27431-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI-PAL0092152020

Publicação Nº 2610744

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27431

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27432-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610745

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27432

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27433-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610746

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27433

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27434-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610747

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27434

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN27435-MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610764

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN27435

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 04/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28399-MUNICÍPIO DE PALMEIRA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610749

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28399

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28400-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610750

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28400

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28401-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EPP-PAL0092152020

Publicação Nº 2610751

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28401

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EPP

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28473-PETROLÂNDIA-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-PAL0145502020

Publicação Nº 2610854

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28473

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28474-PETROLÂNDIA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0145502020

Publicação Nº 2610855

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28474

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28475-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-PAL0145502020

Publicação Nº 2610856

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28475

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28476-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0145502020

Publicação Nº 2610857

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28476

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28541-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI-PAL0092152020

Publicação Nº 2610752

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28541

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28542-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610754

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28542

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN28567-MUNICÍPIO DE OURO-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0145502020

Publicação Nº 2610860

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN28567

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29131-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610755

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29131

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29132-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610756

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29132

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29135-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0145502020

Publicação Nº 2610867

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29135

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29136-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0145502020

Publicação Nº 2610868

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29136

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29137-MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0145502020

Publicação Nº 2610869

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29137

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 17/08/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 17/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29302-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610757

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29302

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29303-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610758

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29303

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29304-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610759

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29304

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29305-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610760

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29305

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29306-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610761

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29306

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29307-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610762

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29307

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29308-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610763

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29308

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29309-CINCATARINA-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610780

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29309

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29310-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610765

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29310

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29311-MUNICÍPIO DE VARGEM-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610766

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29311

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29312-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610767

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29312

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29313-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610768

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29313

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29314-MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610769

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29314

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29315-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610770

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29315

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29316-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610771

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29316

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29317-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610772

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29317

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29318-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610773

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29318

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29319-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610774

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29319

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29320-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610775

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29320

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29321-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610776

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29321

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29322-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610777

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29322

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29323-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610778

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29323

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29324-COCAL DO SUL-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610779

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29324

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29325-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610784

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29325

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29326-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610781

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29326

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29327-GUATAMBÚ-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610782

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29327

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN29328-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610783

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN29328

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: SEVEN INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS LTDA

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/08/2020 a 15/07/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO - 005_2020 - JOÃO VITOR BORGES

Publicação Nº 2610256

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 005/2020

CONCEDENTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA

ESTÁGIÁRIO (A): João Vitor Borges da Silva Matias

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a concessão de vaga de estágio do Programa “Gestão Inovadora” na modalidade não obrigatória, pelo CINCATARINA, ao estudante em epígrafe.

Valor da Bolsa: R\$ 873,20 (oitocentos e setenta e três reais e vinte centavos), Vale Transporte: R\$ 163,73 (cento e sessenta e três reais e setenta e três centavos), Vigência: 20.08.2020 a 31.12.2020.

Florianópolis (SC), 18 de agosto de 2020.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CINCATARINA

TR20CIN14906-0017-0005-CINCATARINA-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0092152020

Publicação Nº 2610714

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14906

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

ATA: AT20CIN25033

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 6-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14913-0017-0005-CINCATARINA-DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI-PAL0092152020

Publicação Nº 2610788

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14913

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI

ATA: AT20CIN25151

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 19-8

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14914-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA
PAL0092152020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2610787

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14914

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24947

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14932-0001-0004-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE
PRODUTOS NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES - EIRELI-PAL0092152020**

Publicação Nº 2610748

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14932

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES - EIRELI

ATA: AT20CIN25057

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 33-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN14933-0017-0005-CINCATARINA-NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS
NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES - EIRELI-PAL0092152020**

Publicação Nº 2610717

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14933

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, MEDICAMENTOS E HOSPITALARES - EIRELI

ATA: AT20CIN25070

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 33-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14937-0017-0005-CINCATARINA-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610786

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14937

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT20CIN24808

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14938-0017-0005-CINCATARINA-LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610715

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14938

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

ATA: AT20CIN24879

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 21-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14940-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610716

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14940

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24947

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN14960-0017-0005-CINCATARINA-DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI-PAL0092152020

Publicação Nº 2610785

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN14960

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI

ATA: AT20CIN25151

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 19-10; 29-10

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 04/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15101-0017-0005-CINCATARINA-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-PAL0145502020

Publicação Nº 2610846

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15101

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

ATA: AT20CIN27162

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15114-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0145502020

Publicação Nº 2610848

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15114

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN27290

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN15121-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA
PAL0092152020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2610718

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15121

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24947

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-200

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN15332-0083-0004-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-
PAL0145502020**

Publicação Nº 2610874

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15332

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

ATA: AT20CIN27189

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15333-0017-0005-CINCATARINA-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-PAL0145502020

Publicação Nº 2610851

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15333

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

ATA: AT20CIN27162

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 06/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN15358-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA
PAL0092152020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2610719

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15358

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24947

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 07/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15399-0171-0004-DONA EMMA-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-PAL0145502020

Publicação Nº 2610852

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15399

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

ATA: AT20CIN27212

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 07/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15400-0017-0005-CINCATARINA-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-PAL0145502020

Publicação Nº 2610853

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15400

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

ATA: AT20CIN27162

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 07/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15414-0017-0005-CINCATARINA-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610720

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15414

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT20CIN24808

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-10; 12-30; 16-4; 27-40

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15415-0116-0004-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610722

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15415

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT20CIN24844

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 4-10; 12-30; 16-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15416-0017-0005-CINCATARINA-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-PAL0145502020

Publicação Nº 2610858

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15416

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

ATA: AT20CIN27162

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-5000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15419-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0145502020

Publicação Nº 2610859

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15419

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN27290

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-300

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN15420-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA
PAL0092152020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2610723

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15420

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24947

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN15421-0116-0004-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS
LTDA-PAL0092152020**

Publicação Nº 2610724

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15421

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24983

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15446-0017-0005-CINCATARINA-SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EPP-PAL0092152020

Publicação N° 2610725

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15446

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EPP

ATA: AT20CIN25007

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 15-20

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15484-0017-0005-CINCATARINA-DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI-PAL0092152020

Publicação N° 2610726

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15484

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI

ATA: AT20CIN25151

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 28-100; 29-80

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15485-0116-0004-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI-PAL0092152020

Publicação N° 2610727

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15485

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI

ATA: AT20CIN25180

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 29-80

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15579-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0145502020

Publicação Nº 2610861

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15579

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN27290

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-3000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15642-0017-0005-CINCATARINA-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610728

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15642

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

ATA: AT20CIN24808

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 27-100; 43-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 12/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**TR20CIN15643-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA
PAL0092152020****REPRESENTAÇÕES****COMERCIAIS****LTDA-**

Publicação Nº 2610730

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15643

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24947

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-50

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 12/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15686-0014-0004-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0145502020

Publicação Nº 2610862

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15686

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN27288

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-15000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 12/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15687-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0145502020

Publicação Nº 2610863

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15687

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN27290

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-15000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 12/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15688-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0145502020

Publicação Nº 2610864

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15688

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN27290

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-1000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 12/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15689-0037-0004-MUNICÍPIO DE VARGEM-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610731

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15689

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24955

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 12/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15690-0017-0005-CINCATARINA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0092152020

Publicação Nº 2610732

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15690

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

ATA: AT20CIN24947

PAL: 009215/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0018/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 12/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15829-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0145502020

Publicação Nº 2610865

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15829

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN27290

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 5-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 13/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15830-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0145502020

Publicação Nº 2610866

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15830

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN27290

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-20000; 5-10000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 13/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15997-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0145502020

Publicação Nº 2610870

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15997

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN27290

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 5-600

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15998-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0145502020

Publicação Nº 2610871

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15998

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN27290

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-4000; 5-4000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN15999-0006-0004-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0145502020

Publicação Nº 2610872

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN15999

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN27281

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-1500

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

TR20CIN16000-0017-0005-CINCATARINA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A-PAL0145502020

Publicação Nº 2610873

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR20CIN16000

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

ATA: AT20CIN27290

PAL: 014550/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 3-1500; 5-2000

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 17/08/2020

Florianópolis (SC), terça-feira, 18 de agosto de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CIS/AMUREL**ATA DA AGO JUN/2020**

Publicação Nº 2609619

**CIS-AMUREL****Consortio Intermunicipal de Saúde da AMUREL**

25.06.2020 - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL – CISAMUREL. Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às 09h, reuniram-se, na forma virtual, para Assembleia Geral Ordinária, os Prefeitos: Sr. José Benjamim Arent, Prefeito Municipal de Armazém; Sr. Marcio Borba Blasius, Prefeito Municipal de Grão Pará; Sr. Rosivaldo da Silva Junior, Prefeito Municipal de Imbituba; Sr. Mauro Vargas Candemil, Prefeito Municipal de Laguna; Sr. Lindomar Ballmann, Prefeito Municipal de Rio Fortuna; Sr. Ibaneis Lembeck, Prefeito Municipal de São Ludgero; Sr. Salesio Wiemes, Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima; Sr. Roberto Kuerten Marcelino, Prefeito Municipal de Braço do Norte; Sr. Nivaldo de Souza, Prefeito Municipal de Capivari de Baixo; Sr. Clésio Bardini De Biasi, Prefeito Municipal de Treze de Maio; Sr. Wanderlei Marega, Prefeito Municipal de Gravatal; e Sr. Robson Jean Back, Prefeito Municipal de São Martinho. Participaram ainda, o Diretor Executivo da Amurel, Sr. Celso Heidemann, o Coordenador Administrativo do CISAMUREL, Sr. Edson Nunes, o Contador do CISAMUREL, Sr. Ramon Correa Mendes, e o Assessor Jurídico, Sr. Douglas Vagner. Antes da abertura da Assembleia o Sr. Mauro Vargas Candemil, Prefeito Municipal de Laguna, pediu prioridade na análise do regimento para enfrentamento ao COVID-19 na região da Amurel. O Diretor Executivo da Amurel, Sr. Celso Heidemann, informou que, naquele momento, estava sendo realizada uma reunião da CER para tratar do regimento para enfrentamento ao COVID-19 na região da Amurel, sendo que seria adequado tratar do tema após essa reunião, na qual estão presentes vários Secretários Municipais e representante do Ministério Público. O Sr. Ibaneis Lembeck, Prefeito Municipal de São Ludgero, opinou que fosse aguardada a decisão da CER. Ficou definido que seria aguardada a decisão da CER. Após saudar os presentes, o Presidente do CISAMUREL, Sr. Lindomar Ballmann, realizou a leitura do edital de convocação desta assembleia, que registro a seguir: “EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA O Presidente do CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 25 de junho de 2020, às 09h00min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h15min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, de forma virtual através de WEB-conferência com link a ser enviado (por e-mail ou whatsapp) para cada Prefeito. Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: I. Aprovação da Ata da Assembleia Anterior; (cópia entregue) II. Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis, referente ao 2º bimestre do ano de 2020; III. Compra de EPIs, informes; IV. Assuntos Diversos. Tubarão, 15 de junho de 2020. LINDOMAR BALLMANN Presidente do CISAMUREL”. Em seguida o Presidente colocou em discussão e votação o item I da pauta, aprovação das Atas das Assembleias realizadas nos dias 30/04/2020 e 27/05/2020. Houve dispensa de leitura,



CIS-AMUREL

Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL

tendo em vista que cópia das Atas foram recebidas pelos Prefeitos antes desta assembleia. As Atas foram aprovadas por todos. Na sequência, item II, *Apreciação e aprovação dos registros contábeis do 2º bimestre de 2020*. O Presidente solicitou ao contador do CISAMUREL, Sr. Ramon Correa Mendes, que fizesse uma explanação detalhada acerca dos registros contábeis. Após, foi aberta a palavra para questionamentos e, não havendo questionamentos, foi colocada a matéria em votação, tendo sido aprovadas as contas por unanimidade. Passou-se ao item III da pauta, III. *Compra de EPIs, informes*. Aberta a palavra, o Diretor Executivo da Amurel, Sr. Celso Heidemann, informou que uma empresa apresentou proposta de venda de testes rápidos à Amurel, sendo que a indicação foi feita pelo Município de Jaguaruna. Informou que a proposta foi encaminhada ao Consórcio de Saúde. Após, houve questionamento sobre o prazo de entrega dos testes. O Contador do CISAMUREL, Sr. Ramon Correa Mendes, informou que a proposta apresentada pela empresa citada previa a entrega para o dia 18/07/2020, mas que, no que concerne à compra de testes rápidos, as empresas, de modo geral, não têm cumprido os prazos prometidos. O Coordenador Administrativo do CISAMUREL, Sr. Edson Nunes, informou que existem proposta para a compra de testes rápidos, mas sem prazo definido. Passou-se ao item IV – *Assuntos Diversos*. O Presidente informou que a compra de insumos para o combate ao COVID-19 foi finalizada e os testes rápidos, que eram os mais esperados, já foram entregues. O Presidente afirmou que os testes rápidos adquiridos são os melhores disponíveis no mercado, pois são IGG e IGM, então são capazes de diagnosticar se o paciente está infectado ou se já foi infectado com o COVID-19. Informou que os testes rápidos adquiridos por meio do CISAMUREL tiveram boa aceitação pela equipe técnica da saúde do Município de Rio Fortuna. Informou, ainda, que os testes rápidos adquiridos por meio do CISAMUREL são superiores aos fornecidos pelo Estado, pois os fornecidos pelo Estado somente são capazes de diagnosticar se o paciente está contaminado, não sendo possível identificar se o paciente já esteve contaminado e se recuperou. O Sr. Wanderlei Marega, Prefeito Municipal de Gravatal, disse que os testes rápidos adquiridos são de boa qualidade e estão sendo muito úteis no Município de Gravatal. O Sr. Rosivaldo da Silva Junior, Prefeito Municipal de Imbituba, disse que os testes rápidos adquiridos pelo CISAMUREL são de boa qualidade e que se houver nova compra o prazo de entrega é prioridade. O Sr. Nivaldo de Souza, Prefeito Municipal de Capivari de Baixo, mencionou que os testes rápidos adquiridos pelo CISAMUREL são de boa qualidade e que se houver nova compra deve ser mantida essa qualidade, com testes IGG e IGM. Por fim, a palavra foi deixada livre e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes e determinou a este coordenador administrativo para lavrar a presente ata, que segue assinada nas formas de costume, e deu por encerrada a assembleia.

LINDOMAR BALLMANN
Presidente do CIS-AMUREL



CIS-AMUREL
Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL

CLÉSIO BARDINI DE BIASI
1º Vice-Presidente

JOSÉ BENJAMIM ARENT
2º Vice-Presidente

EDSON NUNES
Coordenador Administrativo do CIS

DOUGLAS VAGNER
Assessor Jurídico

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGOSTO/2020

Publicação Nº 2609620

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente do CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 27 de agosto de 2020, às 09h00min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h15min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, de forma virtual através de WEB-conferência com link a ser enviado (por e-mail ou whatsapp) para cada Prefeito.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

I - Aprovação da Ata da Assembleia Anterior; (cópia entregue)

II- Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis, referente ao 3º bimestre do ano de 2020;

III - Compra de Testes Rápidos;

IV - Assuntos Diversos.

Tubarão, 13 de agosto de 2020.

LINDOMAR BALLMANN
Presidente do CISAMUREL

CIS/AMVI

CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO 03-2020WILTON

Publicação Nº 2610067

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO**CONTRATANTE**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau – SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83.

CONTRATADO

WILTON FERNANDES DE BRITO, brasileiro, residente na rua Antônio Fernandes Medeiros, 30, bairro Vorstadt, Blumenau – SC, CEP 89015-259.

CPF nº: 044.540.769-79

RG nº: 4.459.750-9 SSP/SC

OBJETO

Atender necessidade temporária de excepcional interesse público prevista nos artigos 40 e 41 do Contrato de Consórcio Público do CISAMVI.

PRAZO

Início: 17/08/2020

Término: 16/02/2021

REGIME JURÍDICO

Celetista, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em conformidade com o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e artigos 40 e 41 do Contrato de Consórcio do CISAMVI.

REMUNERAÇÃO

Referência 2, conforme anexo I, da Resolução 359/2020 do CISAMVI.

Auxílio Alimentação

CARGO E ATRIBUIÇÕES

Cargo: Auxiliar Administrativo

Atribuições: Executar os serviços de complexidade mediana relativos a suporte operacional nas atividades administrativas, tais como almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio, processos de compras e licitações, contratos, controle de documentos de pessoal, recursos humanos, contabilidade, serviços de saúde, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos

LOCAL DE TRABALHO

Sede do CISAMVI

JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO

A jornada de trabalho do contratado é de 40 horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL

Na vigência deste contrato, o contratado fica submetido ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, com as contribuições e direitos inerentes.

EXTINÇÃO

Este contrato extingue-se, automaticamente, pelo decurso do prazo de contratação.

Este contrato poderá ser declarado extinto quando constar irregularidade nos dados fornecidos pelo profissional, com base no termo de compromisso, no ato da contratação.

RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos termos dos artigos 40 e 41 do Contrato de Consórcio Público do CISAMVI e do artigo 480 da CLT.

No caso de rescisão antecipada sem justo motivo, a parte que quiser rescindir o contrato deverá avisar previamente a outra da sua resolução com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

A falta do aviso prévio por parte do CISAMVI dá ao contratado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida a integração desse período no seu tempo de serviço.

A falta de aviso prévio por parte do contratado dá ao CISAMVI o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.

DISPOSIÇÕES GERAIS

O contratado declara conhecer o Contrato de Consórcio Público do CISAMVI, o Regimento Interno do CISAMVI, e aceita cumprir fielmente os termos deste contrato, praticando com zelo, responsabilidade e eficiência as atribuições ora assumidas, submetendo-se as normas gerais de disciplina e organização do CISAMVI.

O CISAMVI responsabiliza-se pelo registro do respectivo contrato na Carteira Profissional do contratado e pelo cumprimento das obrigações trabalhistas ora assumidas.

Às partes omissas e as questões ou controvérsias oriundas deste contrato, aplicam-se as normas de direito trabalhista vigente.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o contrato em três vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo.

Blumenau – SC, 17 de agosto de 2020.

CISAMVI Diretor Executivo – Cleones Hostins Contratante	WILTON FERNANDES DE BRITO CPF nº 044.540.769-79 Contratado
DANIEL ALBERTO HORNBERG Assessor Jurídico – CISAMVI Testemunha	MÔNICA MARCIA CAMPOS DE MENEZES SILVA Gerente de Serviços – CISAMVI Testemunha

SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2020

Publicação Nº 2610009

ADITIVO Nº 02 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA., PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, e de outro lado a empresa PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 73.856.593/0001-66, situada à Rua Mitsugoro Tanaka, nº 145, bairro Centro Industrial Nilton Arruda, CEP 85903-630, Toledo/PR, neste ato representada pelo Sr. Virgílio Del Giudice Júnior, doravante denominado FORNECEDOR, devidamente autorizada nos autos do Processo Licitatório – Pregão Eletrônico nº 02/2020, acima qualificado, têm entre si justo e convencionado o presente aditivo, regido pela Lei Federal nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, nas seguintes cláusulas e condições:

CONSIDERANDO o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro formulado pelo FORNECEDOR REGISTRADO, com fundamento, no artigo 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, que autoriza a revisão dos valores registrados para reequilíbrio da condição originalmente pactuadas, resolvem as partes aditar a Ata de Registro de Preços, nos seguintes termos:

1. ADITIVO

1.1 O item 35 do quadro do subitem 2.1 da Ata de Registro de Preços passa a ter a seguinte redação:

"2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA. - CNPJ 73.856.593/0001-66					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

35	Azitromicina, 40 mg/ml, pó para suspensão oral, com dosador graduado, frasco com 600 mg, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos	PRATI DONADUZZI	5.250 FR	R\$ 7,5000	R\$ 39.375,00
----	---	-----------------	----------	------------	---------------

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Diante da autorização legislativa de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos nos termos do artigo 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e, com fundamento nos princípios da administração pública (finalidade e eficiência), acompanhado do parecer jurídico, as partes celebram o presente aditivo da Ata de Registro de Preços nº 28/2020.

3. RATIFICAÇÃO

3.1 As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 28/2020 permanecem inalteradas.

4. VIGÊNCIA

4.1 Este termo aditivo entra em vigor a partir da sua assinatura, com vigência até 23/10/2020 (validade da Ata de Registro de Preços).

Blumenau - SC, 17 de agosto de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

Virgílio Del Giudice Júnior
PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA.

SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2020

Publicação Nº 2610012

ADITIVO Nº 02 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, CEP 89036-200, Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e, de outro lado a empresa PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 73.856.593/0001-66, situada à Rua Mitsugoro Tanaka, nº 145, bairro Centro Industrial Nilton Arruda, CEP 85903-630, Toledo/PR, neste ato representada pelo Sr. Virgílio Del Giudice Júnior, doravante denominado FORNECEDOR REGISTRADO, devidamente autorizada nos autos do Processo Licitatório – Pregão Eletrônico nº 02/2020, têm entre si justo e convencionado o presente aditivo, regido pela Lei Federal nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, nas seguintes cláusulas e condições:

CONSIDERANDO o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro formulado pelo FORNECEDOR REGISTRADO, com fundamento, no artigo 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, que autoriza a revisão dos valores registrados para reequilíbrio da condição originalmente pactuadas, resolvem as partes aditar a Ata de Registro de Preços, nos seguintes termos:

1. ADITIVO

1.1 O item 36 do quadro do item 2.1 da Ata de Registro de Preços passa a ter a seguinte redação:

"2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA. – CNPJ 73.856.593/0001-66					
Item	Produto	Marca	Qtde (saldo remanescente)	Valor Unitário	Valor Total
36	Azitromicina, 500 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem com no máximo 600 comprimidos	PRATI DONADUZZI	136.125 CPR	R\$ 1,80	R\$ 245.025,00

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Diante da autorização legislativa de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos nos termos do artigo 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e, com fundamento nos princípios da administração pública (finalidade e eficiência), acompanhado do parecer jurídico, as partes celebram o presente aditivo da Ata de Registro de Preços nº 48/2020.

3. RATIFICAÇÃO

3.1 As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 48/2020 permanecem inalteradas.

4. VIGÊNCIA

4.1 Este termo aditivo entra em vigor a partir da sua publicação, com vigência até 23/10/2020 (validade da Ata de Registro de Preços).

Blumenau, 17 de agosto de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo do CISAMVI

Virgílio Del Giudice Júnior
PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA.

TERMO DE POSSE - WILTON FERNANDES DE BRITO - PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

Publicação Nº 2610059

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às oito horas, compareceu no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, o Senhor WILTON FERNANDES DE BRITO, CPF nº 044.540.769-79 e RG nº 4.459.750-9 SSP/SC, para o emprego público de Auxiliar Administrativo deste Consórcio Público, nos termos da Resolução nº 463/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, em data de 14/08/2020, Edição 3.231, pg. 1.793, a fim de tomar posse no emprego público de Auxiliar Administrativo deste Consórcio Público, com previsão na Seção III, do Contrato do CISAMVI, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas, com salário mensal correspondente à Referência 2, conforme anexo I, da Resolução 359/2020 do CISAMVI.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao emprego público, no qual foi empossado a partir desta data.

Em seguida lhe foi dado posse pelo Diretor Executivo do CISAMVI.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que foi assinado pelas partes.

CLEONES HOTINS
Diretor Executivo do CISAMVI

WILTON FERNANDES DE BRITO
Auxiliar Administrativo empossado

CITMAR

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 03/2020 (CIM-AMFRI - CITMAR - CIS-AMFRI)

Publicação Nº 2610442

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 03/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI – CIM-AMFRI, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR – CITMAR E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI – CIM-AMFRI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 32.980.376/0001-04, neste ato representado pelo seu Presidente Senhor Leonel José Martins, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 093.550.309-91, portador da Carteira de Identidade nº 307.899 – SSP/SC, residente à Rua Antônio Quintino Pires, nº 14, na cidade de Balneário Piçarras – SC, nos termos do subitem 5.1.1 da Cláusula 5 do Contrato de Consórcio Público; O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR – CITMAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 09.267.291/0001-53, com sede na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº. 1655, sala 02, Bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC, CEP 88.309-421, representados pelo seu Presidente Senhor Leonel José Martins, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 093.550.309-91, portador da Carteira de Identidade nº 307.899 – SSP/SC, residente à Rua Antônio Quintino Pires, nº 14, na cidade de Balneário Piçarras – SC, nos termos dos incisos III e IV do artigo 8º, inciso III do artigo 20 e Procuração Pública; e

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 07.510.376/0001-95, com sede na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº. 1655, sala 01, Bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC, CEP 88.309-421, ambos representados pelo seu Presidente Senhor Leonel José Martins, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 093.550.309-91, portador da Carteira de Identidade nº 307.899 – SSP/SC, residente à Rua Antônio Quintino Pires, nº 14, na cidade de Balneário Piçarras – SC, com fundamento no art. 9º, parágrafo único, incisos II e VII do Estatuto Social.

no uso das atribuições que lhe conferem a lei, resolvem celebrar ACORDO DE COOPERAÇÃO, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, conforme as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Este Acordo de Cooperação tem por objeto o compartilhamento da estrutura administrativa e corpo técnico entre os três CONSÓRCIOS, como forma de garantir a execução dos seus objetivos, considerando que (i) os municípios consorciados são os mesmos; (ii) são associações públicas e, nos termos do art. 6º, § 1º, da Lei nº 11.107/2005, integram a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. Para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica caberá aos partícipes implementarem as ações necessárias para a consecução do objeto deste instrumento e nos termos do Contrato de Consórcio Público e da legislação correlata, em especial:

2.1.1. Obrigações dos Consórcios:

- I - Disponibilizar os recursos materiais necessários para a execução do objeto, tais como veículos para deslocamentos, computadores, softwares, corpo técnico e funcional, sempre nos termos do seu Estatuto e demais normas pertinentes;
- II - Responsabilizar-se pelas despesas de manutenção e insumos necessários ao funcionamento dos bens e equipamentos, quando da sua utilização, inclusive no que tange à eventuais sinistros;
- III - Requerer a utilização do bem ou equipamento sempre mediante o preenchimento da requisição e do termo de responsabilidade, conforme modelos anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. O presente instrumento não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – AUTORIZAÇÃO POR ASSEMBLEIA GERAL

4.1. A celebração do presente Acordo de Cooperação foi autorizada pela Assembleia Geral de Prefeitos realizada em 07 de agosto de 2020.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

- 5.1. O presente Acordo de Cooperação tem vigência de 60 (sessenta) meses.
- 5.2. O presente Acordo de Cooperação entra em vigor na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO E DA RESCISÃO

- 6.1. O descumprimento de qualquer das cláusulas constante deste instrumento, bem como qualquer violação à legislação, caracteriza motivo para suspensão deste Acordo de Cooperação.
- 6.2. O presente Acordo de Cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento das obrigações pactuadas ou pela superveniência de norma ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda por ato unilateral mediante aviso prévio, da parte que deles desinteressar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescisão mediante concordância das partes a qualquer tempo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

- 7.1. As questões, dúvidas e litígios de caráter técnico e operacional serão dirimidos administrativa e consensualmente, no âmbito das entidades envolvidas.
 - 7.2. O Foro da Comarca de Itajaí será o competente para dirimir as questões decorrentes da execução deste Acordo de Cooperação Técnica, que não forem resolvidas administrativamente.
 - 7.3. E, por estarem justas e acordadas assinam e rubricam os partícipes o instrumento deste Acordo de Cooperação Técnica, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.
- Itajaí (SC), 10 de agosto de 2020.

PELOS PARTÍCIPES:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI - CIM-AMFRI

Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR

TESTEMUNHAS:

Iassana Cesco Rebelo
CPF: 060.131.549-96

Presidente dos Consórcios

Érica Miranda dos Santos Requi
CPF: 047.055.869-56

ATA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 07 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2610432

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte às quatorze horas, reuniram-se na sede do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, com quórum exigido para realização da Assembleia Geral a maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, conforme Artigo 44 do Estatuto Social, os seguintes Prefeitos Municipais: Leonel José Martins - Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 093.550.309-91, portador da Carteira de Identidade nº 307.899 – SSP-SC, residente à Rua Antônio Quintino Pires, nº 14, Bloco A - Apto 142, Ed. Ana Paula, Bairro Centro – Balneário Piçarras – SC; Paulo Henrique Dalago M-ller – Prefeito Municipal de Bombinhas, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 030.824.299-80, portador da Carteira de Identidade nº 3.568.325 – SSP-SC, residente à Rua Tatu, nº 310, Bairro José Amândio – Bombinhas – SC; Volnei José Morastoni – Prefeito Municipal de Itajaí, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF nº 171.851.739-49, portador da Carteira de Identidade nº 5.796.600 – SSP-SC, residente à Rua Dom Joaquim Domingues Oliveira, nº 69 - Apto 901, Ed. Rosa Guilhermina, Bairro Centro – Itajaí – SC, representado pelo Senhor Marcelo Almir Sodré de Souza, Vice-Prefeito Municipal de Itajaí - SC; Nilza Nilda Simas, Prefeita Municipal de Itapema, brasileira, divorciada, enfermeira, inscrita no CPF nº 745.120.219-49, portadora da Carteira de Identidade nº 1.805.291– SSP-SC, residente à Av.

Nereu Ramos, nº 3355, Apto 402, Bloco Summer, Ed. Tropical Summer, Bairro Meia Praia – Itapema – SC, representada pelo Senhor João Luis Emmel, Vice-Prefeito Municipal de Itapema - SC; para deliberarem sobre os assuntos conforme Edital de Reconvocação nº 005/2020 da Assembleia Geral Extraordinária. "EDITAL DE RECONVOCAÇÃO nº 005/2020. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. O Presidente do CITMAR – Consórcio Intermunicipal de Turismo - Costa Verde e Mar, no uso de suas atribuições estatutárias, vem por meio deste informar que a Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 29 de julho de 2020, está sendo reconvocada para o dia 07 de agosto de 2020, devido a relevância dos temas a serem deliberados abaixo. Assim sendo, o Presidente do CITMAR – Consórcio Intermunicipal de Turismo - Costa Verde e Mar, no uso de suas atribuições estatutárias vem por meio deste convocar os Srs. Prefeitos Municipais para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no próximo dia 07 de agosto de 2020, às 14h, tendo como local a sede do CITMAR, sito à Rua Luiz Lopes Gonzaga nº 1655, Sala 02 – São Vicente – Itajaí – SC, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: 14h - Abertura - Presidente do CITMAR – Leonel José Martins; 14h05 - Apresentação da Prestação das Contas do Segundo e Terceiro Bimestres de 2020; 14h10 – Aprovação da Prestação das Contas do Segundo e Terceiro Bimestres de 2020; 14h15 - Apresentação e aprovação do termo de cooperação técnica a ser firmado entre os consórcios CIS-AMFRI, CIM-AMFRI e CITMAR; 14h20 - Apreciação e aprovação do orçamento 2021; 14h30 - Encerramento. Itajaí (SC), 29 de julho de 2020." Participaram da Assembleia enquanto integrantes do corpo funcional do CITMAR a Diretora Executiva, Senhora Vivian Mengarda Floriani, brasileira, solteira, turismóloga, inscrita no CPF sob nº 899.260.569-20, portadora da Carteira de Identidade nº 2.282.473 SSP-SC - residente à Rua 3150, nº 82 – Residencial Otilia Medeiros, Apto 504, Bairro Centro – Balneário Camboriú – SC; a Assessora Jurídica, Senhora Iassana Cesco Rebelo, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF sob nº, portadora do Documento de identidade profissional OAB/SC nº 33.596 – residente à Rua Heitor Liberato, nº 1041, Apto 202, São Judas – Itajaí – SC e o Assessor Contábil, Senhor Jean Carlos Coelho, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF sob nº 039.610.939-03, portador da Carteira de Identidade nº 3972673, SSP/SC – residente à Rua Luiz José Nori, nº 141 – Bairro Centro - Penha – SC. Ainda participou da Assembleia na qualidade de convidado, sem direito a voto, o Senhor Célio José Bernardino, Secretário Executivo da AMFRI. Dando início à ordem do dia, com a palavra o Presidente do CITMAR, Senhor Leonel José Martins, em segunda chamada, iniciou a assembleia agradecendo a presença dos Prefeitos e demais participantes e em seguida justificou a necessidade de se ausentar passando a presidência da sessão ao 2º Vice-Presidente do Consórcio, Senhor Paulo Henrique Dalago Muller e nomeou a senhora Iassana Cesco Rebelo, para secretariar os trabalhos. Na sequência o presidente da sessão passou para o primeiro e segundo assuntos da pauta: Apresentação da Prestação das Contas do Segundo e Terceiro Bimestres de 2020 e Aprovação da Prestação das Contas do Segundo e Terceiro Bimestres de 2020. A palavra foi passada para o Sr. Jean Carlos Coelho, assessor contábil do Consórcio, que fez a apresentação das contas relativas ao segundo e terceiro bimestre de 2020, que restaram aprovadas sem ressalvas. Passou-se ao terceiro assunto: Apreciação e aprovação do orçamento 2021. Com a palavra a Senhora Vivian Mengarda Floriani, Diretora Executiva do Consórcio, informou que no dia 29 de julho foi realizada reunião com Colegiado de Secretários de Turismo, órgão Consultivo do Consórcio, sendo apresentada três possibilidades de orçamento para ano de 2021, primeira: manter o orçamento original de 2020, segunda: realizar reajuste pelo INPC de 2,5% e a terceira: reajuste real de 5%. Neste viés o colegiado sugere a primeira possibilidade apresentada, manter o orçamento já aprovado no ano de 2020 para o ano de 2021 no valor de R\$ 1.046.790,70, que restou aprovado sem ressalvas, cujo anexo compõe essa ata. Por fim passou-se ao quarto assunto: Apresentação e aprovação do termo de cooperação técnica a ser firmado entre os consórcios CIS-AMFRI, CIM-AMFRI e CITMAR. Com a palavra a Senhora Iassana Cesco Rebelo, assessora jurídica do Consórcio, informou que a apresentação da minuta será realizada pela Dra. Érica, assessora jurídica do CIM-AMFRI, tendo em vista que foi elaborada por este Consórcio. Entretanto esta ressalva que a minuta já foi analisada e aprovada pelo jurídico dos demais Consórcios CITMAR e CIS-AMFRI, passada a palavra para Dra. Érica apresentar o objetivo da minuta. Com a palavra, Dra. Érica explanou que, considerando que existem 03 Consórcios na AMFRI, os quais têm seu quadro pessoal reduzido e visando a otimização e a economicidade dos recursos repassados pelo municípios, analisou-se a possibilidade de existir o compartilhamento da estrutura administrativa e do corpo técnico dos 03 Consórcios, uma vez que foi minutado o acordo de cooperação sem distribuição de recursos, tendo como prazo de vigência de até 60 meses, podendo ser prorrogado, uma vez que, não possui qualquer implicação perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Motivo pelo qual busca-se a aprovação da minuta do acordo de cooperação e a ratificação desta para os demais Consórcios, que restou aprovado sem ressalvas. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente da sessão reiterou os agradecimentos pela presença de todos os participantes e declarou encerrada a assembleia geral extraordinária do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, determinando a mim, Iassana Cesco Rebelo, que lavrasse a ata que vai assinada pelo Presidente, 2º Vice-Presidente, por mim que a subscrevi e pela Diretoria Executiva do CITMAR.

Itajaí (SC), 07 de agosto de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Presidente do CITMAR
Prefeito Municipal de Balneário Piçarras

PAULO HENRIQUE DALAGO MULLER
2º Vice-Presidente do CITMAR
Prefeito Municipal de Bombinhas

VIVIAN MENGARDA FLORIANI IASSANA CESCO REBELO
Diretora Executiva do CITMAR Secretária da Assembleia
Assessora Jurídica do CITMAR
OAB/SC 33.596

ATA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 29 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2610421

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR

Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e vinte às quatorze horas, em segunda convocação às dezessete horas e trinta minutos, reuniram-se de forma virtual pelo sistema "Zoom", com quórum exigido, conforme Artigo 44 do Estatuto Social, os senhores: Leonel José Martins - Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 093.550.309-91, portador da Carteira de Identidade nº 307.899 – SSP-SC, residente à Rua Antônio Quintino Pires, nº 14, Bloco A - Apto 142, Ed. Ana Paula, Bairro Centro – Balneário Piçarras – SC; Paulo Henrique Dalago M-ller – Prefeito Municipal de Bombinhas, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 030.824.299-80, portador da Carteira de Identidade nº 3.568.325 – SSP-SC, residente à Rua Tatu, nº 310, Bairro José Amândio

– Bombinhas – SC; Nilza Nilda Simas, Prefeita Municipal de Itapema, brasileira, divorciada, enfermeira, inscrita no CPF nº 745.120.219-49, portadora da Carteira de Identidade nº 1.805.291 – SSP-SC, residente à Av. Nereu Ramos, nº 3355, Apto 402, Bloco Summer, Ed. Tropical Summer, Bairro Meia Praia – Itapema – SC, representada pelo Senhor João Luis Emmel, Vice-Prefeito Municipal de Itapema – SC; Emílio Vieira – Prefeito Municipal de Navegantes, Brasileiro, Solteiro, Funcionário Público, Inscrito no CPF sob nº 716.7014.659-49, Carteira de Identidade nº 2680636 – SSP-SC, residente à Rua Orlando Ferreira, 1217, Bairro Machados – Navegantes – SC; para deliberarem sobre os assuntos conforme Edital de Convocação nº 005/2020 da Assembleia Geral Extraordinária. “EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 005/2020. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. O Presidente do CITMAR – Consórcio Intermunicipal de Turismo - Costa Verde e Mar, no uso de suas atribuições estatutárias, vem por meio deste convocar os Srs. Prefeitos Municipais para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no próximo dia 29 de julho de 2020 (quarta-feira), às 16h30, tendo como local a Ferramenta Zoom, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: 16h30 - Abertura - Presidente do CITMAR – Leonel José Martins; 16h35 - Apresentação da Prestação das Contas do Segundo e Terceiro Bimestres de 2020; 16h40 – Aprovação da Prestação das Contas do Segundo e Terceiro Bimestres de 2020; 16h45 - Apresentação e aprovação do termo de cooperação técnica a ser firmado entre os consórcios CIS-AMFRI, CIM-AMFRI e CITMAR; 16h50 - Apreciação e aprovação do orçamento 2021; 17h00 - Encerramento. Itajaí (SC), 23 de julho de 2020.” Participaram da Assembleia enquanto integrantes do corpo funcional do CITMAR a Diretora Executiva, Senhora Vivian Mengarda Floriani, brasileira, solteira, turismóloga, inscrita no CPF sob nº 899.260.569-20, portadora da Carteira de Identidade nº 2.282.473 SSP-SC - residente à Rua 3150, nº 82 – Residencial Otília Medeiros, Apto 504, Bairro Centro – Balneário Camboriú – SC; a Assessora Jurídica, Senhora Iassana Cesco Rebelo, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF sob nº, portadora do Documento de identidade profissional OAB/SC nº 33.596 – residente à Rua Heitor Liberato, nº 1041, Apto 202, São Judas – Itajaí – SC e o Assessor Contábil, Senhor Jean Carlos Coelho, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF sob nº 039.610.939-03, portador da Carteira de Identidade nº 3972673, SSP/SC – residente à Rua Luiz José Nori, nº 141 – Bairro Centro - Penha – SC. Ainda participou da Assembleia na qualidade de convidado, sem direito a voto, o Senhor Célio José Bernardino, Secretário Executivo da AMFRI. Dando início à ordem do dia, com a palavra o Presidente do CITMAR, Senhor Leonel José Martins, agradecendo a presença de todos e nomeou a senhora Iassana Cesco Rebelo, para secretariar os trabalhos. Na sequência os prefeitos reunidos, diante da ausência da maioria dos Municípios, apesar de existir quórum suficiente para deliberação, decidiram agendar nova Assembleia Geral Extraordinária, desta feita presencial, na sede do CITMAR, devido a relevância dos assuntos tratados. Restou acordada a nova Assembleia para o dia 07 de agosto de 2020 às 14h, ficando o Diretor Executivo encarregado da publicação do edital. Nada mais havendo a tratar o senhor Leonel José Martins reiterou os agradecimentos pela presença de todos os participantes e declarou encerrada a Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, determinando a mim, Iassana Cesco Rebelo, que lavrasse a ata que vai assinada pelo Presidente, por mim que a subscrevi e pela Diretoria Executiva do CITMAR.

Itajaí (SC), 29 de julho de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Presidente do CITMAR
Prefeito Municipal de Balneário Piçarras

VIVIAN MENGARDA FLORIANI IASSANA CESCO REBELO
Diretora Executiva do CITMAR Secretária da Assembleia
Assessora Jurídica do CITMAR
OAB/SC 33.596

CIM-AMFRI

CIM-AMFRI ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 03.2020 - CIM-AMFRI X CITMAR X CIS-AMFRI

Publicação Nº 2610333

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 03/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI – CIM-AMFRI, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR – CITMAR E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI – CIM-AMFRI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 32.980.376/0001-04, neste ato representado pelo seu Presidente Senhor Leonel José Martins, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 093.550.309-91, portador da Carteira de Identidade nº 307.899 – SSP/SC, residente à Rua Antônio Quintino Pires, nº 14, na cidade de Balneário Piçarras – SC, nos termos do subitem 5.1.1 da Cláusula 5 do Contrato de Consórcio Público; O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR – CITMAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 09.267.291/0001-53, com sede na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº. 1655, sala 02, Bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC, CEP 88.309-421, representados pelo seu Presidente Senhor Leonel José Martins, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 093.550.309-91, portador da Carteira de Identidade nº 307.899 – SSP/SC, residente à Rua Antônio Quintino Pires, nº 14, na cidade de Balneário Piçarras – SC, nos termos dos incisos III e IV do artigo 8º, inciso III do artigo 20 e Procuração Pública; e

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 07.510.376/0001-95, com sede na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº. 1655, sala 01, Bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC, CEP 88.309-421, ambos representados pelo seu Presidente Senhor Leonel José Martins, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 093.550.309-91, portador da Carteira de Identidade nº 307.899 – SSP/SC, residente à Rua Antônio Quintino Pires, nº 14, na cidade de Balneário Piçarras – SC, com fundamento no art. 9º, parágrafo único, incisos II e VII do Estatuto Social.

no uso das atribuições que lhe conferem a lei, resolvem celebrar ACORDO DE COOPERAÇÃO, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, conforme as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Este Acordo de Cooperação tem por objeto o compartilhamento da estrutura administrativa e corpo técnico entre os três CONSÓRCIOS,

como forma de garantir a execução dos seus objetivos, considerando que (i) os municípios consorciados são os mesmos; (ii) são associações públicas e, nos termos do art. 6º, § 1º, da Lei nº 11.107/2005, integram a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. Para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica caberá aos partícipes implementarem as ações necessárias para a consecução do objeto deste instrumento e nos termos do Contrato de Consórcio Público e da legislação correlata, em especial:

2.1.1. Obrigações dos Consórcios:

I - Disponibilizar os recursos materiais necessários para a execução do objeto, tais como veículos para deslocamentos, computadores, softwares, corpo técnico e funcional, sempre nos termos do seu Estatuto e demais normas pertinentes;

II - Responsabilizar-se pelas despesas de manutenção e insumos necessários ao funcionamento dos bens e equipamentos, quando da sua utilização, inclusive no que tange à eventuais sinistros;

III - Requerer a utilização do bem ou equipamento sempre mediante o preenchimento da requisição e do termo de responsabilidade, conforme modelos anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. O presente instrumento não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – AUTORIZAÇÃO POR ASSEMBLEIA GERAL

4.1. A celebração do presente Acordo de Cooperação foi autorizada pela Assembleia Geral de Prefeitos realizada em 07 de agosto de 2020.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente Acordo de Cooperação tem vigência de 60 (sessenta) meses.

5.2. O presente Acordo de Cooperação entra em vigor na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO E DA RESCISÃO

6.1. O descumprimento de qualquer das cláusulas constante deste instrumento, bem como qualquer violação à legislação, caracteriza motivo para suspensão deste Acordo de Cooperação.

6.2. O presente Acordo de Cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento das obrigações pactuadas ou pela superveniência de norma ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexequível, ou ainda por ato unilateral mediante aviso prévio, da parte que deles desinteressar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescisão mediante concordância das partes a qualquer tempo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1. As questões, dúvidas e litígios de caráter técnico e operacional serão dirimidos administrativamente e consensualmente, no âmbito das entidades envolvidas.

7.2. O Foro da Comarca de Itajaí será o competente para dirimir as questões decorrentes da execução deste Acordo de Cooperação Técnica, que não forem resolvidas administrativamente.

7.3. E, por estarem justas e acordadas assinam e rubricam os partícipes o instrumento deste Acordo de Cooperação Técnica, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Itajaí (SC), 10 de agosto de 2020.

PELOS PARTÍCIPES:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI - CIM-AMFRI

Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR

TESTEMUNHAS:

Iassana Cesco Rebelo
CPF: 060.131.549-96

Presidente dos Consórcios

Érica Miranda dos Santos Requi
CPF: 047.055.869-56

CIM-AMFRI ATA DA SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 07.08.2020

Publicação Nº 2610411

ATA DA SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI – CIM-AMFRI

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte, em primeira convocação às 14 horas e 30 minutos, reuniram-se na sede da AMFRI – Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, à Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 – Bairro São Vicente – Itajaí – SC, com o quórum exigido, conforme Art. 31, §1º e §2º c/c 35 do Estatuto Social do CIM-AMFRI, os senhores: LEONEL JOSÉ MARTINS - Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 093.550.309-91, carteira de identidade nº 307.899 – SSP-SC, residente à Rua Antônio Quintino Pires, 14, Bloco A - apartamento 142, Ed. Ana Paula, Centro – Balneário Piçarras – SC; PAULO HENRIQUE DALAGO MÜLLER – Prefeito Municipal de Bombinhas, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 030.824.299-80, carteira de identidade nº 3568325 – SESP-SC, residente à Rua Saira Amarela, 589, Bairro Bombas – Bombinhas – SC; JOÃO LUÍS EMMEL, Vice-Prefeito do

Município de Itapema, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF nº 295.173.970-20, carteira de identidade nº 8002567736 – SSP-RS, residente à Rua 251, 100 Bairro Meia Praia – Itapema – SC; MARCELO ALMIR SODRÉ DE SOUZA – Vice-Prefeito Municipal de Itajaí, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF nº 45.359.489-68, Carteira de Identidade nº 1.505.084 SSP-SC, residente à Rua Corifeu de Azevedo Marques, 398, Bairro São Judas – Itajaí – SC; para deliberarem sobre os temas indicados no Edital de Convocação nº 06/2020 – CIM-AMFRI, com o seguinte teor "EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 06/2020 CIM – AMFRI - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - O Diretor Executivo do CIM-AMFRI – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, no uso de suas atribuições estatutárias, vem por meio deste convocar os Senhores (as). Prefeitos (as), suplentes, ou representantes indicados por ofício, dos Municípios consorciados para participarem da Segunda Assembleia Geral Extraordinária do ano de 2020, que se realizará no próximo dia 07 de agosto de 2020 (sexta-feira), às 14h30, tendo como local a sede da AMFRI, na Rua Luiz Lopes Gonzaga n.º 1655 – São Vicente – Itajaí – SC, com quórum exigido para primeira convocação de 2/3 (dois terços) dos membros do CIM-AMFRI e em segunda e última convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação, com a presença de qualquer número de consorciados, de acordo com Art. 31, §1º e §2º c/c 35, do Estatuto Social do CIM-AMFRI, para tratarem dos seguintes assuntos: 14h30 / 14h35 Abertura pelo Presidente do CIM-AMFRI – Leonel José Martins 14h35 / 14h55 Apresentações e Deliberações: • Eleições dos Membros do Conselho Fiscal (se houver no mínimo 2/3 dos membros do CIM-AMFRI, conforme Art. 45, §5º do Estatuto Social); • Apreciação das contas do segundo e terceiro bimestre do CIM-AMFRI; • Deliberação sobre a continuidade dos Programas para o ano de 2021; • Deliberação sobre os Programas e Orçamento para o exercício de 2021; • Deliberação sobre a criação de Programa para implantação do Parque Inundável Multiuso da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú; • Deliberação sobre Acordo de Cooperação entre CIM-AMFRI / CIS-AMFRI e CITMAR; • Autorização para contratação de contador para o CIM-AMFRI; • Outras eventuais propostas que surjam no transcorrer da Assembleia. 14h55 / 15h00 Encerramento pelo Presidente do CIM-AMFRI – Leonel José Martins Itajaí (SC), 30 de julho de 2020. João Luiz Demantova Diretor Executivo do CIM-AMFRI" Participaram da Assembleia enquanto integrantes do corpo funcional do CIM-AMFRI o Diretor Executivo, Senhor João Luiz Demantova, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob no 510.513.209-25, Documento de Identidade Profissional no 1701720140 – CREA-PR, residente à Rua 3.150, 82, apartamento 504 – Centro – Balneário Camboriú – SC; e a Assessora Jurídica, a senhora Érica Miranda dos Santos Requi, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SC 51.190, inscrita no CPF sob no 047.055.869-56, carteira de identidade no 7.832.656-5 – SSP – PR, residente à Rua 1926, 253, apartamento 501 – Centro – Balneário Camboriú – SC. Ainda participaram da Assembleia o assessor contábil, Jean Carlos Coelho, para apresentar a prestação de contas bimestral e, na qualidade de convidado, sem direito, a voto o Senhor Célio José Bernardino, Secretário Executivo da AMFRI. Com a palavra o Senhor Leonel José Martins, Presidente do CIM-AMFRI agradecendo a presença de todos, justificou a necessidade de se ausentar e passou a presidência da sessão ao prefeito mais idoso presente na reunião, o Senhor Paulo Henrique Dalago M-ller e nomeou a senhora Érica Miranda dos Santos Requi, para secretariar os trabalhos. Na sequência, o presidente da sessão passou ao primeiro tema da Pauta: Eleição dos Membros do Conselho Fiscal. Devido ao baixo quórum, ficou estabelecido por unanimidade que a eleição para os cargos de Membro do Conselho Fiscal se dará na próxima assembleia. Passou-se ao segundo tema da Pauta: Apreciação das contas do segundo e terceiro bimestre do CIM-AMFRI. Com a palavra o Senhor Jean Carlos Coelho, assessor contábil do Consórcio, fez a apresentação das contas relativas ao segundo e terceiro bimestre de 2020, que restaram aprovadas sem ressalvas. O presidente da sessão passou ao terceiro tema: Deliberação sobre a continuidade dos Programas para o ano de 2021: Com a palavra o Diretor Executivo do CIM-AMFRI senhor João Luiz Demantova esclareceu que se tratava de proposição do Prefeito de Navegantes a rescisão dos contratos de programa para o exercício de 2020 com o intuito de gerar economia aos municípios em razão da queda de arrecadação. Deliberaram os presentes, por unanimidade, a manutenção e continuidade dos programas para o ano de 2020. Passou-se ao quarto tema: Deliberação sobre os Programas e Orçamento para o exercício de 2021. O senhor João Luiz Demantova, Diretor Executivo do CIM-AMFRI, convidado a explanar sobre o assunto, apresenta os programas para o exercício de 2021: Programa 1 - Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI; Programa 2 - Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais da Região; Programa 3 - Estruturação de PPP para Educação; Programa 4 - Sistema de Transporte Coletivo Regional - STCR; Programa 5 - Manutenção das Rodovias Estaduais no Território do CIM-AMFRI; Programa 6 - Gestão Associada de Serviços Públicos na Área da Cultura na Região da AMFRI; Programa 7 - Gestão do Centro de Inovação Regional da Foz do Rio Itajaí; Programa 8 - Adesão ao SISBI via CIM-AMFRI; Programa 9 - Aquisição de Licença para Uso de Software de Gestão das Atividades de Inspeção; Programa 10 - Manutenção das Atividades da Câmara Temática de Esportes; Programa 11 - Manutenção das Atividades da Câmara Temática de Habitação e Controle da Migração; Programa 12 - Manutenção das Atividades da Câmara Temática de Assistência Social; Programa 13 - Manutenção das Atividades da Câmara Temática de Segurança Pública; Programa 14 - Sistema de Indicadores de Planejamento Estratégico Territorial e Socioambiental; programa 15 - Parque Inundável Multiuso da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú; e Programa 16 - Manutenção das Atividades da Câmara Temática de Administração Tributária. Na sequência relata que a proposta orçamentária total no valor de R\$ 3.579.918,49 (Três milhões quinhentos e setenta e nove mil novecentos e dezoito reais e quarenta e nove centavos) prevê o estritamente necessário para o desenvolvimento dos programas apresentados e propôs que o excesso de arrecadação do exercício de 2020 permanecesse no consórcio para a utilização no exercício de 2021. Por fim, se comprometeu a encaminhar a proposta orçamentária para a área contábil dos consorciados e propôs o prazo para manifestação dos Municípios quanto à participação nos programas até 15/10/2020, a fim de que o orçamento final pudesse ser apreciado na A.G.E do mês de outubro. Não havendo manifestações o presidente colocou em votação e todas as proposições restaram aprovadas sem ressalvas por unanimidade. Passou-se ao quinto tema: Deliberação sobre a criação de Programa para implantação do Parque Inundável Multiuso da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú. Com a palavra o Senhor João Luiz Demantova, solicitou autorização para criação no ano em curso, caso seja necessário para a celebração de parcerias, do Programa 12 - Parque Inundável Multiuso da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú. Colocado em votação a proposição restou aprovada por unanimidade. Passou-se ao sexto tema: Deliberação sobre Acordo de Cooperação entre CIM-AMFRI / CIS-AMFRI e CITMAR. Colocada em votação ratificação do Acordo de Cooperação entre os Consórcios CIM-AMFRI / CIS-AMFRI e CITMAR, que já havia sido aprovada na A.G.E do CIS-AMFRI a Assembleia aprovou a ratificação por unanimidade. Por fim o presidente passou ao sétimo tema: Autorização para contratação de contador para o CIM-AMFRI. O Diretor Executivo senhor João Luiz Demantova solicitou aos presentes autorização para contratação de contador para atender as demandas legais e contábeis do consórcio, explicando que o cargo previsto na estrutura funcional se encontra vago. A solicitação foi aprovada por unanimidade desde que atendidas as medidas legais em vigor. Nada mais havendo a tratar o senhor Paulo Henrique Dalago M-ller reiterou os agradecimentos pela presença de todos os participantes e declarou encerrada a Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Multifinalitário da Região da AMFRI - CIM-AMFRI, determinando a mim, Érica Miranda dos Santos Requi, que lavrasse a ata que vai assinada, pelo Presidente, pelos demais representantes dos Municípios Consorciados, por mim que a subscrevi e pela Diretoria Executiva do CIM-AMFRI.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal de Balneário Piçarras

PAULO HENRIQUE DALAGO MÜLLER
Prefeito Municipal de Bombinhas

JOÃO LUÍS EMMEL Vice-Prefeito do Municipal de Itapema	MARCELO ALMIR SODRÉ DE SOUZA Vice-Prefeito Municipal de Itajaí
JOÃO LUIZ DEMANTOVA Diretor Executivo – CIM-AMFRI	ÉRICA MIRANDA DOS SANTOS REQUI Secretária da Assembleia Assessora Jurídica – CIM-AMFRI OAB/SC nº 51.190

CVC**1 - ATA N 64 AG KIENEM - NOVA ERECHIM**

Publicação Nº 2610027

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 004/2010 - CVC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2020 - CVC ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2020

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 346 sala 2 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por sua Diretora Executiva Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o seguinte município:

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO ANTONIO CASSOL.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa A G KIENEN & CIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida BRASIL S/N CENTRO CEP 85.500-001 - Pato Branco/PR CEP: 85.500-001, inscrita no CNPJ sob o nº 82.225.947/0001-65, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. ADEMIR GERALDO KIENEN doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

2.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade dos medicamentos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for

imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
- e) manter o valor de sua proposta classificada;
- f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados

nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e seguintes.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 4/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 19/08/2020 à 31/07/2021.

11.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

12.4.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
765	1.000	COMP	LEVETIRACETAM 500MG	ACHE	2,08

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item conforme a tabela 14º (decima quarta)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 18/08/2020

FLAVIA ROLIM DE MOURA
DIRETORA EXECUTIVA
Órgão Gerenciador

NEDIO ANTONIO CASSOL
MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM
Órgão Participante

A G KIENEN & CIA LTDA
Fornecedor

MARCOS FERNANDO ZANELLA
Assessor jurídico

Testemunha

Testemunha

1 - ATA N 67 SETIM - AGUAS DE CHAPECO

Publicação N° 2610667

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" N° 002/2020 - CVC PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2020 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2020 - CVC ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 067/2020

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 346 sala 2 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por sua diretora executiva, Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o seguinte município:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa SETIM & TITON LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua COMENDADOR ROSEIRA N° 99 PRADO VELHO CEP 80.000-001 - Curitiba/PR CEP: 80.000-001, inscrita no CNPJ sob o nº 20.862.784/0001-74, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. LUCAS SETIM TITON, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

2.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota

Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e seguintes.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 2/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 2/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 2/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 19/08/2020 à 28/02/2021.

12.2 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

12.4.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos

que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
45	4	UN	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	Goodyear Eagle Sport	252,99

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item conforme a tabela 14º (decima quarta)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 18/08/2020

FLAVIA ROLIM DE MOURA
DIRETORA EXECUTIVA
Órgão Gerenciador

LEONIR ANTONIO HENTGES MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Órgão Participante

SETIM & TITON LTDA
Fornecedor

MARCOS FERNANDO ZANELLA
Assessor jurídico

Testemunha

Testemunha

1 - TERMO ADITIVO - ATA N 19 TUNAPOLIS

Publicação Nº 2610127

1º TERMO ADITIVO À
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, n.º 346, sala 02, nesta cidade de Coronel Freitas/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 14.688.861/0001-19, neste ato representada por sua Diretora Executiva, Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o município de TUNAPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, n.º 111, centro, no Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, CEP 89.989-000, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 78.486.198/0001-52, neste ato representado por seu Prefeito municipal Sr. RENATO PAULATA doravante denominado ORGÃO PARTICIPANTE, e de outro a empresa MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.879.318/0001-44, com sede na Rua Cristóvão Colombo, 221-E, bairro Bela Vista, no Município de CHAPECÓ - SC, neste ato representada pelo Sr. LUIZ ANTONIO DONDONI, denominada FORNECEDOR, ajustam e acordam entre si o primeiro Termo Aditivo a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 019, referente ao processo licitatório n.º 03/2020, Pregão Presencial n.º 01/2020 para REGISTRO DE PREÇOS visando atender as necessidades dos Municípios associados a CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, nos termos das Resolução n.º 003, de 27 de março de 2015, Resolução n.º 005, de 02 de abril de 2015, as quais se encontram disponível no site do CVC (www.consorciovc.sc.gov.br), bem como da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

Considerando o aumento do consumo deste produto;

Considerando que a Ata de Registro de Preço encontra-se vigente;

Considerando a existência de dispositivo legal autorizativo parágrafo 1º art. 65 da lei 8.666/93

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

A clausula IV da ata de registro de preço prevê a seguinte quantidade para o lote 15 item 8:

Lote	Item	Marca	Tipo	Modelo	Ano	Estimativa de gasto	Valor hora/Mão de obra	Desconto Peças
15	8	Komatsu	Trator Esteira	D51	2014	R\$ 100.000,00	R\$ 192,70	12,00%

Fica aditivada o valor de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais) para o lote 15 item 8 estimativa de gasto, totalizando 25% da quantidade licitada para o item

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas da Ata de registro de preços nº N°019/2020.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas-SC, 18 de agosto de 2020.

FLAVIA ROLIM DE MOURA
DIRETORA EXECUTIVA CONSÓRCIO CVC

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

LUIZ ANTONIO DONDONI
FORNECEDOR – MANTOMAC

MARCOS FERNANDO ZANELLA
ASSESSOR JURÍDICO - CVC

1 ADITIVO ATA N 04 ALTERMED

Publicação Nº 2610043

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020, PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELA-
DADOS, DE MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO CONFORME TABELA DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA MENCIONADA ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO ÓRGÃO GERENCIADOR E OS
MUNICÍPIOS COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE E ALTERMED MATERIAL

MEDICO HOSPITALAR LTDA COMO FORNECEDOR, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 001/2020 - CVC.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, com sede à AVENIDA SANTA CATARINA, nº 346 SALA 2 Bairro CENTRO, na
cidade de Coronel Freitas (SC), inscrita no CNPJ/MF 14.688.861/0001-19, neste ato representado por sua Diretora Executiva Sra. FLAVIA
ROLIM DE MOURA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e os seguinte municípios:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua SETE DE
SETEMBRO, S/N Bairro CENTRO - Águas Frias CEP: 89843000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.180/0001-02, neste ato
representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RICARDO ROLIM DE MOURA.

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO
TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato
representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA SANTA CATARINA, S/N
Bairro Centro - Coronel Freitas - SC CEP: 89.840-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.824/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO
MUNICIPAL Sr. IZEU TOZETTO.

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA
FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº
83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua
DUQUE DE CAXIAS 165, CENTRO, S/N Bairro CENTRO - Quilombo - SC CEP: 89.850-000 inscrito no CNPJ sob nº
83.021.865/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO LUIZ CONCI.

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida DOM PEDRO II, S/N Bairro
CENTRO - Serra Alta CEP: 89871000 inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado pelo
PREFEITO MUNICIPAL Sr. DARCI CERIZOLLI

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua JOAO CASTILHO, S/N
Bairro CENTRO - Tunápolis - SC CEP: 89.898-000 inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo
PREFEITO MUNICIPAL Sr. RENATO PAULATA.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, e a empresa ALTERMED MATERIAL

MEDICO HOSPITALAR LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Estrada BOA ESPERANÇA S/N FUNDO
CANOAS CEP 89.160-001 - Rio do Sul/SC CEP: 89.160-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato

representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. MAICON CORDOVA PEREIRA, doravante denominado FORNECEDOR, celebram o presente Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 004/2020, firmada em 29/05/2020 em decorrência do Pregão Eletrônico nº 001/2020 - CVC: Considerando a necessidade do Aditamento dos lotes identificados na Clausula Primeira da ata de Registro de Preços do FORNECEDOR REGISTRADO no processo licitatório 001/2020 – CVC, e com fundamento no art. 19 da Resolução 003/2015 CVC e clausula oitava item 8.1 e incisos da ata de registro de preços, resolvem as partes aditá-la, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA INCLUSÃO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:

Fica incluído o lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta:

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
14	1.175	UN	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA COM BISEL TRIFACETADO E CÂNULA SILICONIZADA, ESTÉREIS, ATOXICAS E APIROGENICAS. EMABALAGEM INDIVIDUALEINVOLÁVEL, EM CAIXAS COM 100 UNIDADES.	INJEX	29,13

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO

O presente aditamento complementa a Ata de Registro de Preços nº 004/2020 firmada em 29/05/2020, ratificando todas as cláusulas que não foram modificadas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o extrato do presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em www.diariomunicipal.sc.gov.br.

É por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Coronel Freitas (SC), 18/08/2020

CARLOS A. TOZZO
PRESIDENTE
Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM
Órgão Participante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Órgão Participante

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS
Órgão Participante

ALTERMED MATERIAL
MEDICO HOSPITALAR LTDA
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

2 - ATA N 65 ILG - NOVA ERECHIM

Publicação Nº 2610030

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 004/2010 - CVC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020 - CVC REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2020 - CVC ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2020

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 346 sala 2 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por sua Diretora Executiva Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o seguinte município:

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO ANTONIO CASSOL.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa ILG COMERCIAL LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua ITACOLOMI Nº 377 CENTRO CEP 85.500-001 - Pato Branco/PR CEP: 85.500-001, inscrita no CNPJ sob o nº 20.657.155/0001-02, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. ADOLFO FREDERICO GRAMS doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

2.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade dos medicamentos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo

máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
 - e) manter o valor de sua proposta classificada;
 - f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;
- II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.
- III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e seguintes.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitação nº 4/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 19/08/2020 à 31/07/2021.

11.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

12.4.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
764	1.000	COMP	LEVETIRACETAM 250MG	EUROFARMA	0,9989

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item conforme a tabela 14º (decima quarta)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 18/08/2020

FLAVIA ROLIM DE MOURA
DIRETORA EXECUTIVA
Órgão Gerenciador

NEDIO ANTONIO CASSOL

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM
Órgão Participante

ILG COMERCIAL LTDA
Fornecedor

MARCOS FERNANDO ZANELLA
Assessor jurídico

Testemunha

Testemunha

2 - ATA N 68 BELLENZIER - AGUAS DE CHAPECÓ

Publicação Nº 2610671

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 002/2020 - CVC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2020 - CVC ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2020

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 346 sala 2 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por sua diretora executiva, Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o seguinte município:

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua PORTO UNIÃO, S/N Bairro CENTRO - Águas de Chapecó - SC CEP: 89.883-000 inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa BELLENZIER PNEUS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida THIAGO ANTUNES TEIXEIRA. LOTE 14 QUADRA 14 S/N BELA VISTA CEP 88.130-001 - Palhoça/SC CEP: 88.130-001, inscrita no CNPJ sob o nº 73.730.129/0016-05, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. HERLON RICARDO SATO, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.
2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
2.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.
3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.
3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de

habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
- e) manter o valor de sua proposta classificada;
- f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
- 8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
- 8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e seguintes.
- 9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

- 11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitação nº 2/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 2/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 2/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

- 11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 19/08/2020 à 28/02/2021.
- 12.2 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.
- 12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.
- 12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.
- 12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.
- 13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 12.4.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)
- 12.4.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

- 14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
32	20	UN	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI CINT P1	266,00

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item conforme a tabela 14° (decima quarta)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 18/08/2020

FLAVIA ROLIM DE MOURA
DIRETORA EXECUTIVA
Órgão Gerenciador

LEONIR ANTONIO HENTGES MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Órgão Participante

BELLENZIER PNEUS
LTDA
Fornecedor

MARCOS FERNANDO ZANELLA
Assessor jurídico

Testemunha

Testemunha

3 - ATA N 66 RG2S - NOVA ERECHIM

Publicação N° 2610032

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" N° 004/2010 - CVC PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2020 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2020 - CVC ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 66/2020

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 346 sala 2 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por sua Diretora Executiva Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o seguinte município:

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO ANTONIO CASSOL.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua MINAS GERAIS S/N ALVORADA CEP 85.601-060 - Francisco Beltrão/PR CEP: 85.601-060, inscrita no CNPJ sob o nº 31.905.076/0001-90, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. NARCISO JOSÉ RONSANI doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

2.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade dos medicamentos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio

econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e seguintes.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 4/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 3/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 19/08/2020 à 31/07/2021.

11.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

12.4.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
789	1.000	COMP	HIDROXICLOROQUINA 400MG	EMS	2,00

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item conforme a tabela 14º (decima quarta)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 18/08/2020

FLAVIA ROLIM DE MOURA
DIRETORA EXECUTIVA
Órgão Gerenciador

NEDIO ANTONIO CASSOL
MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM
Órgão Participante

RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Fornecedor

MARCOS FERNANDO ZANELLA
Assessor jurídico

Testemunha

Testemunha

3 ATA COMISSAO PREGAO ELETRONICO 001 MATERIAL AMB. E ODONTO

Publicação Nº 2610041

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO 001/2020 PREGÃO ELETRÔNICO 001/2020 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

As 08:00 (oito) horas do dia dezoito de agosto do ano de 2020, reuniram-se na sala de reunião do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, sito a Av. Santa Catarina, 346, sala 2 – Centro, Coronel Freitas – SC, o pregoeiro e a equipe de apoio nomeada através da resolução nº 003/2020 assim constituída: pregoeira Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, equipe de apoio: Marines Costa Martelli e Ivone Maria Martelli, junto com o assessor jurídico Marcos Fernando Zanella, para apreciação e análise de:

- PEDIDO DE REEQUILÍBRIO DE PREÇO do item 14 AGULHA GENGIVAL 30G CURTA COM BISEL TRIFACETADO E CÂNULA SILICONIZADA, ESTÉREIS, ATOXICAS E APIROGENICAS. EMABALAGEM INDIVIDUALEINVOLÁVEL, EM CAIXAS COM 100 UNIDADES, apresentado pela empresa DENTAL OESTE EIRELLI EPP. A empresa informa que o produto mencionado sofreu reajuste nos últimos quatro meses, sem condições de manter o valor originalmente proposto, conforme comprova com as notas fiscais. Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item, sendo que o fornecedor ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA aceitou o fornecimento do item no valor de R\$ 29,13 ficando abaixo do valor de reequilíbrio solicitado pelo fornecedor atual. De tal forma será realizada a ata de registro de preço passando o item 14 para o fornecedor ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA no valor de R\$ 29,13 marca INJEX. Não havendo mais nada a relatar a pregoeira declarou encerrada a reunião. E por assim ter sido designado, eu, Marcos Fernando Zanella, Assessor Jurídico (OAB/SC 30881), digitei a presente e declaro como autênticos os fatos acima narrados.

4 - ATA N 67 ODONTOMEDI - NOVA ERECHIM

Publicação Nº 2610035

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 001/2020 - CVC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020 - CVC ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2020

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 346 sala 2 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por sua diretora executiva, Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o seguinte município:

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida FRANCISCO FERDINANDO LOSINA, S/N Bairro CENTRO - Nova Erechim - SC CEP: 89.865-000 inscrito no CNPJ sob nº 83.021.840/0001-68, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEDIO ANTONIO CASOL.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida LUIZ ANTONIO FAEDO, 1612 S/N INDUSTRIAL CEP 85.601-275 - Francisco Beltrão/PR CEP: 85.601-275, inscrita no CNPJ sob o nº 06.194.440/0001-03, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

2.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
 - e) manter o valor de sua proposta classificada;
 - f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;
- II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do

orçamento do exercício de 2020 e seguintes.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 1/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 1/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 1/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 19/07/2020 à 31/05/2021.

12.2 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

12.4.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
290	1	UN	SELADORA (TEMPO DE AQUECIMENTO ATÉ 10 SEGUNDOS) COM ÁREA DE SELAGEM DE 30 CM	BIOTRON	208,74

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item conforme a tabela 14º (decima quarta)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 18/08/2020

FLAVIA ROLIM DE MOURA
DIRETORA EXECUTIVA
Órgão Gerenciador

NEDIO ANTONIO CASOL MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM
Órgão Participante

ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA
Fornecedor

MARCOS FERNANDO ZANELLA
Assessor jurídico

Testemunha

Testemunha

5 - ATA N 68 ODONTOMEDI - CORDILHEIRA ALTA

Publicação Nº 2610036

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 001/2020 - CVC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020 - CVC ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2020

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 346 sala 2 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por sua diretora executiva, Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o seguinte município:

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida LUIZ ANTONIO FAEDO, 1612 S/N INDUSTRIAL CEP 85.601-275 - Francisco Beltrão/PR CEP: 85.601-275, inscrita no CNPJ sob o nº 06.194.440/0001-03, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTOLOGICO, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

2.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
 - e) manter o valor de sua proposta classificada;
 - f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;
- II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e seguintes.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitação nº 1/2020 - CVC, Pregão

Eletrônico nº 1/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 1/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 19/07/2020 à 31/05/2021.

12.2 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

12.4.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
907	5	CAIXA	Lima tipo k-file nº 15/40 21mm - Caixa c/ 6 unidades	KAVO	16,62
679	5	UN	LIMAS TIPO K DE 25 MM 2ª SÉRIE (45-80)	KAVO	14,45

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item conforme a tabela 14º (decima quarta)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 18/08/2020

FLAVIA ROLIM DE MOURA

DIRETORA EXECUTIVA

Órgão Gerenciador

CARLOS ALBERTO TOZZO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Órgão Participante

ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA

Fornecedor

MARCOS FERNANDO ZANELLA

Assessor jurídico

Testemunha

Testemunha

6 - ATA N 69 DENTAL OESTE - CORDILHEIRA ALTA

Publicação Nº 2610037

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 001/2020 - CVC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020 - CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020 - CVC ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2020

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 346 sala 2 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por sua diretora executiva, Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o seguinte município:

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da DENTAL OESTE EIRELI - EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua DAS FLORES Nº 549 CENTRO CEP 89.899-000 - Iporã do Oeste/SC CEP: 89.899-000, inscrita no CNPJ sob o nº 05.412.147/0001-02, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. JACKSON LUIZ BERTI doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

2.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de

armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
 - e) manter o valor de sua proposta classificada;
 - f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;
- II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.
- III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e seguintes.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 1/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 1/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 1/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 19/07/2020 à 31/05/2021.

12.2 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

12.4.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
907	5	CAIXA	Lima tipo k-file nº 15/40 21mm - Caixa c/ 6 unidades	KAVO	16,62
679	5	UN	LIMAS TIPO K DE 25 MM 2ª SÉRIE (45-80)	KAVO	14,45

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item conforme a tabela 14º (decima quarta)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 18/08/2020

FLAVIA ROLIM DE MOURA
DIRETORA EXECUTIVA
Órgão GerenciadorCARLOS ALBERTO TOZZO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
Órgão ParticipanteDENTAL OESTE EIRELI -
EPP
FornecedorMARCOS FERNANDO ZANELLA
Assessor jurídico

Testemunha

Testemunha

7 - ATA N 70 POSSATTO - CORDILHEIRA ALTA

Publicação N° 2610039

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" N° 001/2020 - CVC PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2020 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2020 - CVC ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 070/2020

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 346 sala 2 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por sua diretora executiva, Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o seguinte município:

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da POSSATTO & MARCELLO LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua PARA S/N CENTRO CEP 85.600-001 - Francisco Beltrão/PR CEP: 85.600-001, inscrita no CNPJ sob o nº 72.150.550/0001-06, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. ROGÉRIO POSSATO doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima

quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

- 2.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
- 2.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.
- 3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

- 3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.
- 4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.
- 3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.
- 3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
 - b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
 - c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
 - d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
 - e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
 - f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
 - g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:
- a) advertência;
 - b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
 - c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
 - d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
 - e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
 - c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.
- 7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente

comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e seguintes.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitação nº 1/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 1/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 1/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 19/07/2020 à 31/05/2021.

12.2 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado

do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

12.4.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
864	4	UN	FIO DENTAL 50 MT EM-BALAGEM PEQUENA	MEDFIO MEDFIO	1,55
679	5	UN	LIMAS TIPO K DE 25 MM 2ª SÉRIE (45-80)	KAVO	14,45

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item conforme a tabela 14º (decima quarta)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 18/08/2020

FLAVIA ROLIM DE MOURA
DIRETORA EXECUTIVA
Órgão Gerenciador

CARLOS ALBERTO TOZZO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
Órgão Participante

POSSATTO & MARCELLO
LTDA - ME
Fornecedor

MARCOS FERNANDO ZANELLA
Assessor jurídico

Testemunha

Testemunha

8 - ATA N 71 PRO CIRURGICA - CORDILHEIRA ALTA

Publicação Nº 2610040

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 001/2020 - CVC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020 - CVC ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2020

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 346 sala 2 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por sua diretora executiva, Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o seguinte município:

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua CELSO TOZZO, S/N Bairro CENTRO - Cordilheira Alta - SC CEP: 89.819-000 inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da PRO CIRURGICA
CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua LAURO MULLER S/N

UNIVERSITARIO CEP 89.802-520 - Chapecó/SC CEP: 89.802-520, inscrita no CNPJ sob o nº 17.184.520/0001-02, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. FABIO ANTONIO ROSA doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTOLOGICO, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

2.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total

ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
- e) manter o valor de sua proposta classificada;
- f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e seguintes.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitação nº 1/2020 - CVC, Pregão Eletrônico nº 1/2020 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 1/2020 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 19/07/2020 à 31/05/2021.

12.2 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os

Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Inter-municipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

12.4.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
274	4	UN	PEDRA POMES	AAD 100GR	3,08
1107	4	UNI	Respiron Easy NSC - Exercitador respiratorio	NCS	20,55

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item conforme a tabela 14° (decima quarta)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 18/08/2020

FLAVIA ROLIM DE MOURA
DIRETORA EXECUTIVA
Órgão Gerenciador

CARLOS ALBERTO TOZZO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
Órgão Participante

PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
Fornecedor

MARCOS FERNANDO ZANELLA
Assessor jurídico

Testemunha

Testemunha

CONDER**EXTRATO - PROC LIC 024.2020 - TP 01.2020 - PLANO MUNICIPAL GESTÃO INTEGRADA RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS**

Publicação Nº 2611036

EXTRATO DO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N. 24/2020
TOMADA DE PREÇO N. 001/2020

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no exercício das atribuições, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, tipo menor preço GLOBAL do seguinte objeto:

- OBJETO: Contratação de empresa para a Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, dos municípios de Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro e Tunápolis, com base nas Leis Federais nº 12.305/2010, 11.405/2007 e seus respectivos Decretos Regulamentadores nº 7.404/2010 e nº 7.217/2010 e demais legislações correlatas e vigente, bem como de acordo com as condições e especificações constante no presente edital, inclusive em seus anexos, especialmente o Anexo I que vincula o Termo de Referência

- TIPO: Menor preço GLOBAL

- RECEBENDO OS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS ATÉ ÀS 08H45MIN DO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2020 junto ao Secretaria Executiva do CONDER, sito à Rua Osvaldo Cruz, nº 167, prédio da Casan, 2º piso. No mesmo dia, (04/09/2020) às 09 horas realizará a abertura dos envelopes, no Auditório da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, AMEOSC, sito a Rua Osvaldo Cruz, 167, Prédio da CASAN, Centro, São Miguel do Oeste

- INTEGRA DO EDITAL E DEMAIS DOCUMENTOS RELATIVO AO PROCESSO: Disponível no site do CONDER: www.conder.sc.gov.br

Rege-se o presente processo licitatório pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (com as alterações da Lei nº 8883/94 e da Lei nº 9.648/98), Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 155/2016), bem como pelo contido no presente edital e seus anexos, o qual encontra-se à disposição dos interessados na íntegra, no endereço eletrônico www.conder.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 19 de agosto de 2020

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER
Prefeito de Belmonte

EXTRATO - PROC LIC 024.2020 - TP 01.2020 - PLANO MUNICIPAL GESTÃO INTEGRADA RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS

Publicação Nº 2610136

EXTRATO DO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N. 24/2020
TOMADA DE PREÇO N. 001/2020

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no exercício das atribuições, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, tipo menor preço GLOBAL do seguinte objeto:

- OBJETO: Contratação de empresa para a Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, dos municípios de Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro e Tunápolis, com base nas Leis Federais nº 12.305/2010, 11.405/2007 e seus respectivos Decretos Regulamentadores nº 7.404/2010 e nº 7.217/2010 e demais legislações correlatas e vigente, bem como de acordo com as condições e especificações constante no presente edital, inclusive em seus anexos, especialmente o Anexo I que vincula o Termo de Referência

- TIPO: Menor preço GLOBAL

- RECEBENDO OS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS ATÉ ÀS 08H45MIN DO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2020 junto ao Secretaria Executiva do CONDER, sito à Rua Osvaldo Cruz, nº 167, prédio da Casan, 2º piso. No mesmo dia, (04/09/2020) às 09 horas realizará a abertura dos envelopes, no Auditório da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, AMEOSC, sito a Rua Osvaldo Cruz, 167, Prédio da CASAN, Centro, São Miguel do Oeste

- INTEGRA DO EDITAL E DEMAIS DOCUMENTOS RELATIVO AO PROCESSO: Disponível no site do CONDER: www.conder.sc.gov.br

Rege-se o presente processo licitatório pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (com as alterações da Lei nº 8883/94 e da Lei nº 9.648/98), Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 155/2016), bem como pelo contido no presente edital e seus anexos, o qual encontra-se à disposição dos interessados na íntegra, no endereço eletrônico www.conder.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 18 de agosto de 2020

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER
Prefeito de Belmonte

RESOLUÇÃO Nº 17.2020 - COMISSÃO DE PRÉ QUALIFICAÇÃO LUBRIFICANTES

Publicação Nº 2609636

RESOLUÇÃO Nº 017/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO TÉCNICA PARA ATUAR NA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E CORRELATOS JUNTO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENÉSIO BRESSIANI Presidente do CONDER e Prefeito Municipal de Belmonte, SC no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções e Alterações Contratuais,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Comissão Técnica composta pelos servidores abaixo mencionados, que compõe o quadro funcional dos municípios de Descanso, São Miguel do Oeste e São José do Cedro que integram o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, a saber:

MEMBROS EFETIVOS:

1 – ELENILTO DALPIAZ, portador da matrícula funcional nº 22022701, servidor público do município de São Miguel do Oeste/SC, nos termos da Portaria nº 105/2019 do mesmo município;

2 – MARIO HENRIQUE KESKE HAPPKE, inscrita no CPF sob nº 681.827.089-15, portadora da matrícula funcional nº 2.072-9, servidor público do município de Descanso/SC, nos termos do Ofício nº 094/2020 do mesmo município;

3 – LUIZ PERONDI, inscrita sob o CPF nº 425.117.719-34, portador da matrícula funcional nº 396, servidor público do município de São José do Cedro/SC, nos termos da Portaria nº 448/2020 do mesmo município;

Art. 2º - A Comissão Técnica instituída através da presente Resolução atuará na análise e emissão de pareceres em relação aos itens sujeitos ao procedimento de pré-qualificação pertinente aos Editais de Chamada Pública lançados pelo CONDER com vistas a formação de cadastro para futuras aquisições de óleos lubrificantes e correlatos;

Art. 3º – Os membros da Comissão Técnica constituída não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao CONDER - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional e aos Municípios consorciados.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Resolução correção a conta do orçamento vigente.

Art. 6º - Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução nº 008/2019 e demais disposições em contrário.

São Miguel do Oeste, em 17 de agosto de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER
Prefeito de Belmonte

CIM-AMUREL**EXTRATO DO QUARTO ADITIVO CONTRATO Nº 01/2020 - SETEP CONSTRUÇÕES S.A**

Publicação Nº 2610125

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMUREL - CIM-AMUREL.

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S.A .

OBJETO DO ADITIVO: Alterar os itens do Contrato nº 01/2020, datado de 08 de janeiro de 2020, alterando os serviços.

Itens dos serviços á serem supridos no Contrato Administrativo nº 01/2020

CÓDIGO	SERVIÇO	UN	QUANTIDADE	VALOR	VALOR POR EX-TENSO	TOTAIS PARCIAIS R\$
49020	LIMPEZA DE BUEIRO	M3	200,00	55,38	Cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos	11.076,00
49060	LIMPEZA MANUAL DE VALETA	M	10.000,00	1,92	Um real e noventa e dois centavos	19.200,00
49301	ESC. ME. DE VALAS P/ OBRAS DE ARTE CORRENTES – EM SOLO	M3	500,00	23,33	Vinte e três reais e trinta e três centavos	11.665,00
55450	SARJETA TRIANGULAR DE CONCRETO – TIPO I	M	1.000,98	59,92	Cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos	59.979,00
				Total: 101.920,00		

Itens dos serviços á serem inseridos no Contrato Administrativo nº 01/2020,

CÓDIGO	SERVIÇO	UN	QUANTIDADE	VALOR	VALOR POR EX-TENSO	TOTAIS PARCIAIS R\$
53402	FRESAGEM DES-CONTÍNUA A FRIO – L=2M E=5CM	M3	14.000,00	7,28	Sete reais e vinte e oito centavos	101.920,00
				Total: 101.920,00		

Todas as demais cláusulas do Contrato nº 01/2020, datado 08 de janeiro de 2020, permanecem inalteradas.

Tubarão/SC, 05 de agosto de 2020.

IBANEIS LEMBECK PRESIDENTE